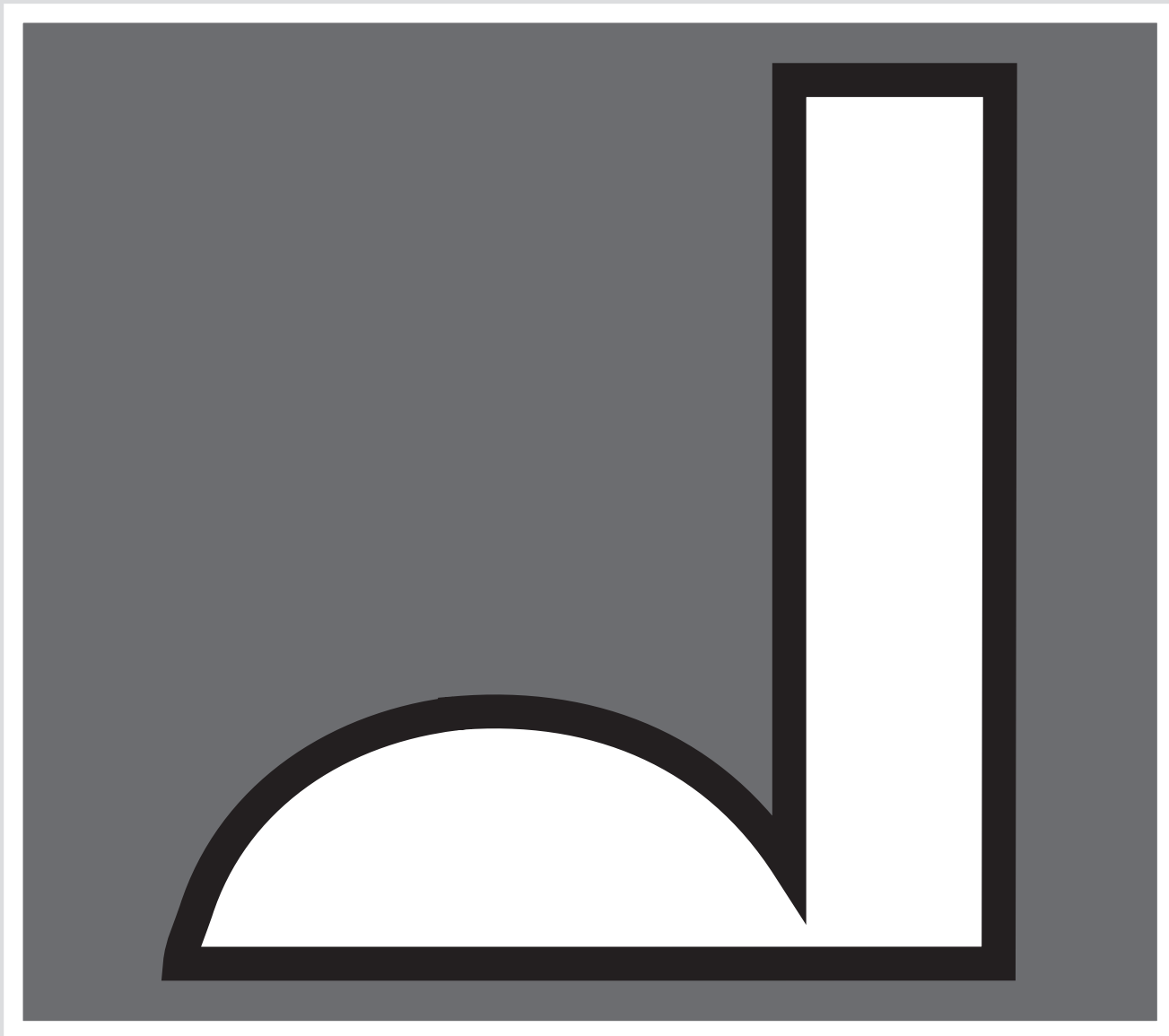




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - SUP. AO Nº 051 - SÁBADO, 30 DE ABRIL DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB	LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB	Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/I) – 29 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES	
1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS	
1ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2005.....	5
2ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de março de 2005.....	13
3ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de março de 2005.....	37
4ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de março de 2005.....	50
5ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de março de 2005.....	84
6ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de março de 2005.....	137
7ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de março de 2005.....	192
1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 29 de março de 2005	194
1.2 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO	
1ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2005.....	196
2ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de março de 2005.....	203
3ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 2005.....	243
4ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de março de 2005.....	256
5ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de março de 2005.....	280
6ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de março de 2005.....	302
7ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de março de 2005.....	322
8ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de março de 2005.....	353
1.3 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	
4ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de março de 2005.....	373
6ª Reunião Extraordinária, realizada em 05 de abril de 2005.....	398
1.4 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA	
1ª Reunião (Instalação), realizada em 22 de fevereiro de 2005.....	403
2ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de março de 2005.....	409
3ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de março de 2005.....	425
4ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de março de 2005.....	436
5ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de março de 2005.....	448
1.5 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO	
1ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2005.....	452
2ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de março de 2005.....	459
3ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 2005.....	478
4ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de março de 2005.....	504
1.6 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	
1ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de março de 2005.....	518
2ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de março de 2005.....	528
3ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de março de 2005.....	547
4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de março de 2005.....	585
1.7 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 5, DE 2003-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO	

DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5		79ª Reunião, realizada em 9 de dezembro de 2004.....	636
77ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2004.....	616	80ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2004.....	638
78ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2004.....	620	81ª Reunião, realizada em 21 e 27 de dezem- bro de 2004	659

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e dois de fevereiro de 2005, às 11 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e dois de fevereiro do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Ramez Tebet, e, em seguida, do então eleito Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, José Agripino, Antônio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, João Ribeiro, José Jorge, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Teotônio Vilela Filho, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Sérgio Cabral, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Hélio Costa, Mão Santa, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Antonio Carlos Valadares, Flávio Arns e Osmar Dias, e, ainda, do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal. Deixam de comparecer os Senadores Demóstenes Torres, José Maranhão e Delcídio Amaral. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. Em seguida, inicia-se a reunião, tendo como objetivo, a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2005/2006. Realizada a votação secreta, o Senador Ramez Tebet solicita aos Senadores Almeida Lima e Eduardo Azeredo que procedam ao escrutínio. O Senador Luiz Otávio é eleito Presidente, por vinte e sete votos, e o Senador Romeu Tuma Vice-Presidente, por vinte e seis votos. O Senador Ramez Tebet convida os Senadores Luiz Otávio e Romeu Tuma para sentarem-se à Mesa, expondo, em seguida, as suas considerações finais. Usam da palavra os Senadores Fernando Bezerra, Tasso Jereissati, Sérgio Guerra, Rodolpho Tourinho, Romero Jucá, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, César Borges, Eduardo Suplicy, Mão Santa, e ainda, o Senador Renan Calheiros. Assumindo a Presidência, usa da palavra o Senador Luiz Otávio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Sr^{as} e Srs. Senadores, há número regimental.

Declaro aberta a primeira reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, com pauta específica. Trata-se da instalação dos trabalhos e da eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2005–2006.

Comunico aos membros da Comissão que se registrou, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Luiz Otávio; para Vice-Presidente, Senador Romeu Tuma. Na mesa, estão as células de votação devidamente rubricadas por mim. Proceder-se-á à votação por meio de chamada nominal, obedecendo-se evidentemente às composições partidárias.

Darei início à votação, convidando o Senador César Borges, do PFL, para exercer o direito de voto. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Senador Jorge Bornhausen, Presidente do PFL. (Pausa.)

Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Deixo de proceder à chamada para conceder a palavra ao Senador Mão Santa, que pede o uso da palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, minhas primeiras palavras são de reconhecimento, gratidão e respeito a V. Ex^a, que presidiu, com muita competência, dignidade e honra, esta Comissão e engrandeceu meu Partido. Mas lamento comunicar-lhe que fui informado de que é a CAE que se busca, porque economia é fundamental – e estou aqui como discípulo, aluno. Aqui estão os maiores expoentes da vida pública. Então, gostaria de permanecer como membro desta Comissão. Fiz um pedido ao meu Partido e à minha Liderança para permanecer na CAE, o que considero um direito, porque gosto da convivência. Entendo que tudo deve repousar na verdade. “Em verdade, em verdade vos digo”, assim falava Cristo. Disseram-me que deveria haver rodízio, que deveria haver mudança e eu estranho que não tenha havido essa mudança. Então, foi falta de verdade. Houve mentira, que não condiz bem,

pois vários Parlamentares continuam como membros da Comissão.

Procure analisar V. Ex^a os que não se inspiraram no seu proceder de verdade, o entendimento para haver uma solução desse caso. Vários Parlamentares permaneceram como membros da Comissão. Não houve rodízio. E eu solicitei que pudesse permanecer na Comissão. Sou um homem do Piauí. Aprendi com Rui Barbosa que o homem que não luta por seus direitos não merece viver, um de seus mais fortes ensinamentos.

É muito comum prestar homenagem ao sol que nasce. Presto homenagem a V. Ex^a, que deixa o cargo com brilho grandioso que vai iluminar a ética e a conduta desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Mão Santa, agradeço suas generosas palavras. A Ata naturalmente está registrando essa questão de ordem de V. Ex^a, que a Mesa recebe como um protesto. Contudo, a Mesa não tem condições de resolvê-la, porque as indicações são feitas pelos Partidos políticos, razão pela qual acredito que V. Ex^a manifestou sua indignação. A Liderança do nosso Partido aqui se encontra e, certamente, no devido momento, tratará do assunto, porque V. Ex^a é um Senador que realmente, como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, ao tempo em que a presidi – meu mandato está-se encerrando agora –, foi eficiente e, portanto, digno de todos os registros. O protesto de V. Ex^a está registrado e foi ouvido pela Liderança do PMDB.

Vou dar seqüência ao processo de votação.

O Senador Eduardo Azeredo já votou? (Pausa.)

A Senadora Lúcia Vânia já votou? (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra

Senadores Sérgio Guerra e Tasso Jereissati, convidado V. Ex^{as} para exercer o direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência, a fim de atender a uma solicitação do Líder José Agripino, estabelece que, feita a chamada dos titulares de determinado Bloco, fará em seguida a chamada dos suplentes. Fica estabelecido isso como critério. Daí por que, Senador José Agripino, convidado V. Ex^a para exercer o direito de voto no lugar do Senador Demóstenes Torres, que não pôde comparecer. O Senador Tasso Jereissati está exercitando o direito de voto. Daí o porquê dessa chamada estar completa e passarei...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, não tem mais.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Conversas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Luiz Otávio para exercer o direito de voto. (Pausa.)

Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Senador Sérgio Cabral. (Pausa.)

Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Convido o Senador José Maranhão. Não se encontrando presente, convido o Primeiro Suplente do seu Partido, Senador Ney Suassuna, para exercer o seu direito de voto. (Pausa.)

Senador Aloizio Mercadante. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Senador Delcídio Amaral que não se encontra por estar presente em Mato Grosso do Sul acompanhando a visita presidencial.

Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senador João Capiberibe. (Pausa.)

Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Pausa.)

Para votar substituindo o Senador Delcídio Amaral, convido a Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Convido para votar em substituição ao Senador João Capiberibe, o Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Pelo PDT, convido o Senador Osmar Dias para exercer o direito de voto. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou declarar encerrada a votação, convidando os Srs. Senadores Almeida Lima e Eduardo Azeredo para, por gentileza, servirem como escrutinadores.

Vou proclamar o resultado da votação.

Atenção, Sr^{as} e Srs. Senadores! Lembro que votaram 27 Srs. Senadores. O Senador Luiz Otávio teve a unanimidade dos votos. Vinte e sete (27) Senadores sufragaram seu nome para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos e eu o convido de imediato a compor a Mesa. (Palmas!)

Para Vice-Presidência, o Senador Romeu Tuma obteve 26 sufrágios. Convido-o também para compor a Mesa como Vice-Presidente. (Palmas!)

Sr^{as} e Srs. Senadores, cabem-me agora algumas palavras. São as últimas, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, a qual tive a honra de presidir por dois anos. Tenho convicção de que a presidi com profundo sentimento cívico, com profunda dedicação. Se não com competência, pelo menos com espírito cívico, por amor à instituição e ao Brasil. Ressalto que foi um período extremamente rico para mim, para esta Comissão e para o Senado da República. Toda experiência nos enriquece.

Na Presidência desta Comissão, pude perceber e cultivar a democracia, sem considerar o contexto econômico em que deve funcionar. É como desperdiçar sentimentos em solo despreparado. A democracia exercitada por nossos políticos e pela sociedade deve estar aliada aos conhecimentos técnicos, e neste sentido a Comissão de Assuntos Econômicos teve a grandeza de fazer com que todos os projetos que por aqui tramitaram tivessem a colaboração de toda a sociedade brasileira.

Todas as audiências públicas aqui realizadas, compareceu a CUT, compareceu a Força Sindical, compareceram magistrados, promotores públicos, a Confederação Nacional das Indústrias, do Comércio; em suma, todos os segmentos da sociedade vez por outra passavam aqui pela Comissão de Assuntos Econômicos e por outras comissões do Senado da República.

Pude perceber, ao longo desses trabalhos, como é desejável a convivência entre políticos e especialistas, mesmo com um certo grau de tensão, e que nós alcançamos os nossos objetivos.

Realizamos, aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais de trinta audiências públicas, sabatinamos mais de vinte pessoas que ocupam importantes cargos nos mais diversos escalões da República, aprovamos cinquenta e oito projetos oriundos do Senado da República e trinta oriundos da Câmara dos Deputados, matérias relevantes foram aqui tratadas, quero destacar principalmente, a Lei de Falências, que tramitou no Congresso Nacional por dez anos. Aqui no Senado da República permaneceu por seis meses, e acho que é um importante instrumento, ela não pode chamar mais Nova Lei de Falência, realmente tem que ser batizada como uma lei de recuperação, de tentativa de recuperação das empresas. Nessas audiências da Lei de Falências vi o quanto foi importante, volto a repetir, essa convivência entre especialistas, entre os nossos políticos e os representantes da sociedade. Imaginem que debatemos aqui na Lei de Falência, quebramos um tabu, a classe trabalhadora, pelas suas duas mais altas representações, entendeu que era necessário proteger os direitos do trabalhador brasileiro com uma certa limitação, porque essa certa limitação acabaria por ajudar os próprios trabalhadores brasileiros.

Aqui um outro projeto que passou por esta comissão e que teve, é bom ressaltar isso, sofreu as modificações indispensáveis para que se tornasse instrumento que a nação brasileira expressa é a Lei das Parcerias Público-Privada, e aqui vale a pena registrar o trabalho de Senadores, seria injusto não falar em Fernando Bezerra, seria injusto não falar em Tasso Jereissati, que deu uma grande contribuição, Rodolpho Tourinho

e tantos outros. A Lei da Biossegurança, o Estatuto da Igualdade Racial e tantos outros projetos importantes que passaram pela nossa comissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é uma das comissões mais importantes do Senado da República sem merecer as outras. A economia, no mundo globalizado, ocupa cada vez mais uma posição de destaque, e quando se diz neste país ouvimos a voz de especialista dizendo que a economia deve crescer menos este ano agiganta-se mais a responsabilidade da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quando se discute a valorização do Real, por exemplo, mais se acentua a responsabilidade da Comissão de Assuntos Econômicos. Quando o Brasil é chamado como paraíso do capital especulativo e como país que detém uma das maiores taxas de juros do mundo avulta mais a responsabilidade da nossa Comissão e do Senado da República. Por causa dos juros, a dívida pública cresceu 16 bilhões num único mês, isso é mais do que todo o orçamento destinado a investimentos este ano, considerando que com o habitual contingenciamento os 22 bilhões previstos devem se transformar em algo em torno de 12 bilhões. Quero dizer que a política econômica parece que não tem mesmo coerência. Como o Tesouro pode controlar, eu pergunto, a dívida pública se o Banco Central eleva os juros? Quero também ressaltar um aspecto importante da minha vivência como político aqui nesta Casa e como Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos. Temos que aprofundar nossos estudos, temos que estar na dianteira.

Acredito, Sr^{as} e Srs. Senadores que compõem a nossa Comissão, que não podemos permitir que a sociedade passe à frente daquilo que temos como responsabilidade. Cito como um exemplo claro e inofismável o que está acontecendo. A Medida Provisória 232, quem está à frente dela, quem está lutando por ela, até o presente momento, são os representantes da sociedade. Agora chegou a vez de o Congresso Nacional analisar essa medida que está aí, buscando fazer com que ela atenda aos efetivos interesses da sociedade, que aponta riscos de desemprego, que aponta riscos de crescimento da informalidade caso a medida provisória permaneça como chegou do Poder Executivo.

Em suma, se agiganta a responsabilidade desta Comissão devido à ciranda da economia brasileira. Os impostos são aumentados e elevam preços, a inflação é empurrada para cima, o que faz com que o Governo eleve os juros e que leva ao aumento dos impostos, para pagar os juros, os juros da dívida. Como romper isso? A responsabilidade não é só do Poder Executivo, acredito eu, a responsabilidade também é do Poder

Legislativo, a responsabilidade é nossa, e devemos assumir essa nossa responsabilidade, procurando efetivamente fazer o que temos feito, mas aumentando esse trabalho que temos realizado.

Muitos instrumentos, acredito, estão desafinados e só poderão encontrar uma maior afinação por meio do diálogo, diálogo entre o Executivo e o Legislativo, do nosso diálogo com a sociedade que está reagindo, que está falando por intermédio dos seus órgãos de classe.

Quero agradecer aqui sinceramente, Senador Paulo Octávio, a sua contribuição como Vice-Presidente, e também agradecer a colaboração de todos. Se levo alguma coisa para o meu acervo é ter presidido com humildade esta Comissão e de ter, ao longo desses dois anos, feito esse trabalho com harmonia a tal ponto que não me passa pela cabeça, não tenho registro de nenhum desentendimento entre a Presidência e algum membro desta Comissão de Assuntos Econômicos e também nenhum desentendimento entre seus próprios membros por mais calorosos que tenham sido os debates que aqui travamos em favor de um melhor desenvolvimento do nosso País, porque é esse o nosso objetivo.

Assim deixo esta Presidência, contemplando o rosto de todos os Srs. Senadores que comigo colaboraram, olhando para quem vai me suceder, Senador Luiz Otávio, apoiado aqui unanimemente, desejando a V. Ex^a que faça muito mais do que tem sido feito até agora, a responsabilidade é maior diante da cortina aberta para este ano de 2005. V. Ex^a tem competência, a Comissão de Assuntos Econômicos está consciente das suas responsabilidades. Quero desejar a V. Ex^a, a Romeu Tuma, como seu Vice-Presidente, como Vice-Presidente nosso, o maior êxito, o maior sucesso, na certeza absoluta mesmo de que o Brasil vai vencer os desafios que tem pela frente.

Muito obrigado a todos os senhores. (Palmas!)

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Fernando Bezerra, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente não quero tomar tempo, mas eu, como V. Ex^a, tive o privilégio de presidir esta Comissão e não gostaria de ver encerrar sua gestão, sem que eu pudesse trazer aqui o meu reconhecimento e o do meu Partido a uma administração isenta, competente, dinâmica e patriótica. Ressalto o quanto foi importante o trabalho que V. Ex^a como Relator da Lei de Recuperação, como assim quer que designemos a antiga Lei de Falência, no que V. Ex^a está correto. Foi um trabalho excelente o que executou como condutor de todos os

debates na produção que fizemos para o nosso País, aprovando Leis como as PPPs, a Reforma Tributária e a Lei de Biossegurança. Tudo isso somente foi possível pelo equilíbrio e pela maneira correta com que V. Ex^a presidiu os trabalhos. Neste momento, trago o meu reconhecimento e desejo a V. Ex^a muitas felicidades.

Ao mesmo tempo, trago a minha saudação de boas-vindas ao nosso companheiro Senador Luiz Otávio que, ao lado do Senador Romeu Tuma, vai conduzir os trabalhos desta Comissão. Como bem disse V. Ex^a, esta é, sem dúvida, a Comissão mais importante desta Casa, pelos temas que aborda, pela complexidade da economia nacional e pelos momentos delicados que vivemos e que ainda viveremos, até que nosso País possa realmente caminhar na trilha de uma nação plenamente desenvolvida, sem tantos problemas como temos hoje.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, receba o meu afetuoso abraço de amigo e de reconhecedor do brilhante trabalho que V. Ex^a desempenhou nesta Comissão, ao lado do nosso companheiro, empresário e Senador Paulo Octávio.

Dou as boas-vindas aos Senadores Luiz Otávio e Romeu Tuma, com a minha certeza da continuidade do trabalho pelas suas mãos dignas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati. Logo a seguir, concederei a palavra aos Senadores Sérgio Guerra e Rodolpho Tourinho.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, a exemplo do Senador Fernando Bezerra, eu não poderia deixar também que sua gestão fosse encerrada sem que eu desse uma palavra de reconhecimento pelo magnífico e exemplar trabalho realizado por V. Ex^a, à frente desta Comissão.

Aqui, V. Ex^a deu a todos nós, principalmente aos novos Senadores, uma lição de seriedade e de como dirigir, com equilíbrio, com serenidade e com firmeza, uma reunião de uma Comissão polêmica e importante como esta, afora seu trabalho como Relator da chamada nova Lei de Falências, em que tive a alegria de poder verificar de perto não somente sua competência e seu espírito público, mas, em determinados momentos, até sua humildade em que acolhia as opiniões de todos com a mesma franqueza, gentileza e cordialidade para os que concordavam com as suas opiniões e para os que não concordavam. Para nós, foi um privilégio ser presidido por V. Ex^a.

Também ficam os nossos votos ao Senador Luiz Otávio, que tem todas as condições de seguir os passos de V. Ex^a, desejando que Deus o abençoe, assim como abençoou o seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Tasso Jereissati, muito obrigado. Devo isso a nossa amizade. É uma oportunidade que tenho de, mais uma vez, ressaltar a grande contribuição que V. Ex^a deu, discutindo os mais relevantes problemas desta Casa.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Senador Ramez Tebet, eu queria, como os que me antecederam, dar a minha palavra sincera de reconhecimento pelo seu trabalho, pela forma democrática como conduziu toda a sua Presidência, seu equilíbrio, sua coragem política, que todos nós conhecemos. V. Ex^a nunca deixou de emitir a sua opinião, ao mesmo tempo em que presidiu esta Comissão com isenção de forma a dar a ela o melhor resultado.

Quero saldar também a eleição do Presidente Luiz Otávio, e do Senador Romeu Tuma que, tenho certeza, conduzirão esta Comissão com competência, qualidade, porque têm experiência e valor para isso.

Desejo ao Senador Ramez Tebet, grande político brasileiro, felicidades. Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que passou esses dois anos valorizando este Congresso e as instituições de modo geral. Receba o nosso abraço e cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Sérgio Guerra...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço trinta segundos para uma última impertinência de minha parte. É que não posso deixar de falar sobre o Senador Romeu Tuma, que, com certeza vai dar a grandeza do seu trabalho na Vice-Presidência e ajudar de maneira fundamental a administração do Senador Luiz Otávio.

Senador Romeu Tuma, receba a minha admiração e amizade de sempre.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Antes de continuar a lista de oradores, convém que a Presidência registre o quanto foi bom, para mim, estar encerrando este mandato com a presença do Senador Presidente da nossa Casa, Renan Calheiros, que veio prestigiar a posse de Luiz Otávio e de Romeu Tuma.

A palavra, pela ordem, Senador Romero Jucá é do Senador Rodolpho Tourinho. Logo após, de V. Ex^a e, em seguida, do Senador Jonas Pinheiro.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, Sr. Presidente desta Comissão Senador Ramez Tebet, com muita tranquilidade afirmo, por ter participado tanto desta Comissão, a competência de V. Ex^a, à frente desta Comissão, nesses dois anos. Mais do que a harmo-

nia a que V. Ex^a se referiu, além dela, sobretudo, com um espírito público muito grande. Era uma Comissão também muito aberta democraticamente. Eu tomaria como exemplo disso, rapidamente, a discussão aqui sobre o Projeto das PPPs, que exigiu de V. Ex^a, com certeza, um exercício de paciência muito grande. Eu mesmo encaminhei, ao longo do tempo, e não foi de vez, mais de 25 emendas que eram apreciadas. Uma acabava puxando a outra e V. Ex^a sempre teve, para que aquele projeto saísse como saiu daqui, a paciência e competência para isso.

Mas isso ocorreu também na Lei de Falências, na Lei de Recuperação de Empresas, durante as discussões da Reforma Tributária.

Assim, eu gostaria de deixar essa palavra de reconhecimento ao trabalho de V. Ex^a, ao mesmo tempo em que também desejo ao Senador Luiz Otávio, novo Presidente desta Comissão, e ao Senador Romeu Tuma, toda felicidade e que consigam fazer tudo que V. Ex^a fez.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Rodolpho Tourinho, temos por formação um espírito de justiça. Tenho V. Ex^a como um Senador que não só é meu amigo. V. Ex^a pode saber que tenho uma profunda admiração por V. Ex^a e aí, permita-me, pela sua capacidade e pelo seu interesse público. Não há matéria que tenhamos apreciado aqui que V. Ex^a não tivesse opinado e, quantas e quantas vezes, apresentado por escrito sugestões que modificaram a opinião que vinha sendo manifestada pela Comissão.

Quero fazer esse registro.

Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Meu caro Presidente Ramez Tebet, quero falar em meu nome e em nome da Liderança do PMDB, já que o Senador Ney Suassuna não se encontra presente.

Primeiro, quero registrar, o excelente trabalho, como todos mencionaram, realizado por V. Ex^a e pelo Senador Paulo Otávio nessa gestão. V. Ex^a, como Ministro de Estado, como Presidente desta Casa, utilizou toda a sua experiência, todo o seu compromisso com a vida pública, para administrar esta Comissão, o que tem reflexos fundamentais na economia e, portanto, na vida da população brasileira. V. Ex^a encerra hoje seu mandato com, tenho certeza, um sentimento de dever cumprido por tudo o que foi feito. Trabalhamos muito, nos últimos dois anos, nesta Comissão. V. Ex^a conseguiu, sob o comando da Comissão, avançar e colocar para o País questões novas, questões que modernizam o Brasil e o inserem em uma disputa econômica mundial, que é extremamente séria, muito forte.

Quero parabenizar V. Ex^a pelo seu trabalho, bem como o do Senador Paulo Octávio, que foi Vice-Presi-

dente. O PMDB se sente muito orgulhoso do trabalho que V. Ex^a desenvolveu aqui. A Bancada é unânime em reconhecer a competência, o espírito público e a condição de trabalho que V. Ex^a deu à Comissão.

Quero externar, ao Senador Luiz Otávio, os nossos votos de sincero sucesso. Tenho certeza de que todos vão colaborar. Com a experiência que S. Ex^a tem, com a relação pessoal que possui com todos os Srs. Senadores, irá conduzir esta Comissão da forma como V. Ex^a tão bem conduziu.

Parabéns a todos. Agora, vamos viver um momento novo de mais trabalho e de mais inserção do País em uma moderna economia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Romero Jucá, de V. Ex^a o Senado também tem recebido grande contribuição, haja vista o excelente e importantíssimo trabalho que realizou no orçamento que vai entrar em vigor para o exercício de 2005. Agradeço-lhe e o cumprimento.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, há dois anos, quando foi indicado para presidir esta Comissão – a mais importante do Senado Federal – já tínhamos certeza de que V. Ex^a encerraria sua missão como Presidente da Comissão de forma extraordinária. Nós o conhecemos e já é comum na vida de V. Ex^a atuar de forma correta em todos os momentos.

Gostaria de dar mais algumas informações, que valerão muito para os Senadores Luiz Otávio e Romeu Tuma. Falarei do grande problema pelo qual a economia do País por meio de seu carro-chefe, o agronegócio, está passando. Tudo o que nos pensávamos está se concretizando. Há um excesso de produção agrícola no mundo. Estamos entrando em uma crise violenta por excesso de produção. Por isso, hoje temos produtos com milho, soja, algodão, carne bovina, arroz e até café cotados a um preço abaixo do mínimo, senão abaixo do custo de produção. Certamente, este será um ano muito complicado para a economia nacional.

Desta Comissão sairá a Comissão de Agricultura, mas a consequência do agronegócio ficará para a Comissão de Economia, onde teremos uma queda da renda do produtor brasileiro e, por conseguinte, de toda a economia. Só para ter uma idéia, Sr. Presidente, no mês de janeiro a renda do Governo estadual de Mato Grosso já caiu R\$30 milhões em relação ao mês de dezembro. Trata-se de um Estado pequeno. O mercado parou. Hoje, as pessoas compram menos sapato, menos roupa, menos óleo, menos máquinas. Por quê? A economia está parada. Porque a economia está parada.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção dos nossos colegas desta Comissão, porque vamos ter um trabalho muito grande pela frente. Vamos ter paciência para tentar passar este ano sem matar a galinha dos ovos de ouro da economia brasileira.

Parabéns a V. Ex^a! E aqui gostaria de me somar também aos nossos dois Presidentes Luiz Otávio e Romeu Tuma para vencer essa parada.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Jonas Pinheiro, um grande desejo de V. Ex^a, que sempre lutou pelo agronegócio no Brasil, vai-se concretizar. Por isso mesmo é que sou favorável a que a Mesa Diretora do Senado crie imediatamente, como está nos seus planos, ou instale a Comissão de Agricultura do Senado da República. Não é possível! Se a exportação brasileira está sendo sustentada pelo agronegócio praticamente, se o nosso superávit na balança comercial é devido ao agronegócio, como é que o Senado se pode escusar de ter uma Comissão representativa desse setor? E aí, se alguém tem que ter um destaque nela, permitam-me todos os demais, é V. Ex^a.

Senador Eduardo Azeredo, com a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente Ramez Tebet, gostaria também de trazer os meus cumprimentos. Os oradores que me antecederam já puderam falar da questão importante da discussão que tivemos aqui em relação a vários projetos da economia brasileira, mas gostaria de me reportar a dois pontos em especial, Sr. Presidente, que dizem respeito às Subcomissões.

Tivemos o funcionamento de quatro Subcomissões, das quais participei de duas, a Subcomissão de Turismo e a Subcomissão de Mineração, e também aí a sua participação, a sua presença, a sua direção foram muito importantes para o bom funcionamento delas.

Um outro ponto que gostaria de salientar também é a atenção que V. Ex^a teve com todos nós, novos Parlamentares, novos Senadores que aqui chegaram, alguns sem até conhecer bem o funcionamento do Senado. A sua presença foi a do homem experiente e capaz que é.

Portanto, trago o meu cumprimento pessoal e também do Partido que presido, o PSDB, da mesma maneira que trago os cumprimentos ao Senador Luiz Otávio e ao Senador Romeu Tuma, que, agora, dirigirão esta Comissão nos próximos dois anos.

Felicidades para todos!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Eduardo Azeredo, novos como Senadores, quando chegaram aqui no Senado, porque V. Ex^a já veio com uma longa experiência, inclusive do Governo do seu grande Estado de Minas Gerais.

Senador Garibaldi Alves!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, gostaria de trazer a V. Ex^a a minha saudação de despedida e dizer que esta Comissão vai sentir a falta de V. Ex^a como Presidente, o que será evidentemente suprido pela presença do Senador Luiz Otávio.

V. Ex^a foi um grande Presidente! Gostaria de ficar solidário com tudo o que foi dito aqui. Creio que não poderia acrescentar muita coisa, senão dizer que, na qualidade de membro desta Comissão, também sou uma testemunha da obstinação, do entusiasmo, da maneira afirmativa, corajosa, como V. Ex^a dirigiu esta Comissão.

Gostaria de trazer essa palavra e dizer que tenho certeza de que o Senador Luiz Otávio, ao lado do Senador Romeu Tuma, os dois haverão de continuar esse grande trabalho que foi exercido nesta Comissão. Tenho certeza de que ambos farão um trabalho que só virá dignificar esta Casa e esta Comissão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Senador Garibaldi, V. Ex^a toca fundo no meu coração! Muito obrigado!

Concedo a palavra ao Senador César Borges, como último orador inscrito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Ramez Tebet, em meu nome e em nome do meu Partido também, uma vez que não se encontra aqui o Líder José Agripino, gostaria de, neste momento, congratular-me com V. Ex^a pelo grande trabalho feito à frente desta Comissão, o que não é efetivamente surpresa para ninguém.

V. Ex^a é um homem que tem uma vida pública que ilustra o seu Estado, esta Casa, o Senado, e também o nosso País. Ministro de Estado, Presidente da Casa, eu, que cheguei aqui há 2 anos, e não tinha intimidade com V. Ex^a nem com seu trabalho, apenas por meio da grande mídia, tive oportunidade de verificar nessa Comissão o seu elevado espírito público, como disse o Senador Garibaldi Alves Filho e o entusiasmo que V. Ex^a sempre transmitiu para todos de que a Comissão precisava colocar a sua opinião perante a Nação em diversos assuntos. Comentava V. Ex^a todos esses assuntos, inclusive puxou a si a Relatoria da Lei de Falência ou Lei de Recuperação de Empresas, cuja nova denominação, a mais correta, foi dada por V. Ex^a.

Portanto, a minha admiração e o meu reconhecimento que V. Ex^a desempenhou aqui à frente dessa Presidência, mas eu sei que V. Ex^a vai continuar contribuindo com o seu brilhantismo no Senado Federal e estaremos junto e tantas lutas importantes para o nosso País.

Quero também nesta oportunidade parabenizar o Senador Luiz Otávio que com sua cordialidade e amizade, o seu fino trato, tem conquistado aqui a todos nós e que teve essa votação expressiva ou uma votação por unanimidade que com certeza lhe dá uma tranquilidade de que terá o apoio dos seus Pares a conduzir este trabalho e dar continuidade ao brilhante trabalho do Senador Ramez Tebet, e também a esse nosso Senador Romeu Tuma, que onde está termos sempre a tranquilidade do seu trabalho eficiente, dedicado e é uma pessoa que a mim me ilustra e me entusiasma ter como colega.

Aliás está Casa onde nós nos sentimos muito bem pela qualidade de todos os nossos Pares.

Parabéns, Sr. Presidente, sucesso e sua vida pessoal. E vamos continuar junto aqui lutando aqui pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Senador César Borges, um desabafozinho rápido porque eu me tornei amigo pessoal e V. Ex^a assim quase que em um piscar de olhos, nós nos passamos a nos desentendemos, mas ressaltar que V. Ex^a foi um dos grandes Relatores de matérias aqui nesta Casa.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Também quero cumprimentá-lo pelo seu excelente trabalho, Senador Ramez Tebet e cumprimentar aos Senadores: Luiz Otávio e Romeu Tuma pela eleição.

Da mesma maneira como nós procuramos sempre colaborar com a Comissão de Assuntos Econômicos e com V. Ex^a também procuraremos fazer o mesmo agora nesta nova gestão.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de informar que logo que concluída esta reunião a Comissão de Relações Exteriores fará a eleição do nosso novo Presidente.

Eu solicitaria aos Parlamentares que são membros da CRE deslocaram-se para aquela sala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a também me permitia dizer-lhe algo. Eu sou testemunha do quanto V. Ex^a trabalha nesta Casa e até da correria de V. Ex^a, que presidindo, como presidiu com tanta competência e como uma visão de Brasil e de mundo a Comissão de Relações Exteriores, sempre correu para dar a sua colaboração aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Srs. Senadores, antes de chamar o Senador Luiz Otávio para ocupar o lugar que merece quero olhar para o Gonzaga, olhar para os funcionários e dizer a esse Gonzaga o nosso muito obrigado e aos funcionários pela sua dedicação. Senador Luiz Otávio, está Comissão é bem servida de funcionários, V. Ex^a vai ver,

é tudo a tempo e a hora, deixar de falar no Gonzaga e em todos aqueles que trabalharam comigo seria cometer uma profunda injustiça, até mesmo que sou um homem público que entende que a gratidão é a memória da alma e, por isso, encerro com o meu muito obrigado a todos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador, eu gostaria de falar V. Ex^a antes de deixar a Presidência desta Comissão. Eu vou sair desta Comissão porque eu fui excluído dela pela Liderança do meu Partido.

Quero externar aqui a gratidão a V. Ex^a que tão bem dirigiu esta Comissão e dizer-lhe que Deus me inspirou quando governava o Estado do Piauí, eu concedi a V. Ex^a a maior comenda daquele Estado, a Grã Cruz Renascença.

Lamento muito ter sido excluído desta Comissão, mas cada um tem a sua formação, mais Deus quis assim – e Deus escreve certo por linhas tortas. Eu estava lendo um livro aqui **Ética e Negócio**. Deus nos ajuda sempre. Sou um homem de Deus. Eu o abri aqui: o jogo faz as regras. Código de ética lá em casa, o autor está dizendo, quando eu era criança: não minta, não trapaceie e não roube. Fui criado pela minha mãe, terceira franciscana, que dizia que quem mente, rouba. Então, lamento informar que eu gostaria, e apresentei minha argumentação oral à Liderança do nosso Partido, que presidiu e vai presidir esta Comissão, argumentando que eu gostaria de participar dela, porque quero aprender. Sou um homem que exerci minha profissão, no meu tempo de trabalho, em uma sala de cirurgia, e que essas mãos, guiadas por Deus, salvavam um aqui e acolá. Então eu gostaria de continuar participando desta Comissão, porque entendo que isso aqui é uma universidade de conhecimentos, ela amplia o nosso conhecimento na área de economia, que é muito importante.

Argumentei e pedi, Senador Luiz Otávio, e mandei por escrito, que gostaria de permanecer pelo convívio com os colegas e mais ainda pelos que iam dirigir. Então quero dizer que não votei, porque sou suplente, mas, Senador Luiz Otávio, nossa estima é grandiosa. Nas festas até religiosas da família de V. Ex^a eu estava lá, e nos momentos mais difíceis em que V. Ex^a esteve, eu estive aqui, nesta Comissão, defendendo a sua luta, a sua história, a sua grandeza e o nosso Partido.

O Senador Romeu Tuma é o símbolo do respeito, S. Ex^a é assim como um pai de todos nós, pela bondade. Então eu gostaria de conviver com todos e participar desta Comissão. Mesmo sabendo que V. Ex^as venceriam, eu gostaria de ter votado.

Essas são as nossas palavras, e quero agradecer a Deus pelo que aprendi aqui com os amigos. Vamos combater o bom combate.

Mas fico com a minha mãe, terceira franciscana, que disse: “Quem mente, rouba”. Foi-me argumentado que haveria um rodízio. Evidentemente, não tenho a competência dos grandes economistas que estão aqui, mas também... Cristo disse: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Então faltou verdade, e é isso que não pode faltar em lugar nenhum, na família, na nossa vida, não pode. Disseram rodízio. Não tenho nada contra. Foram mantidos os mesmos Senadores, Garibaldi Alves, Romero Jucá, também um homem brilhante, vibrante, de perspectivas invejáveis, Valdir Raupp... E o Senador Ramez Tebet, que está em qualquer lugar porque está no coração de todos Senadores, então, de qualquer jeito, em todas as Comissões... Aliás, nós esperamos, eu esperei que V. Ex^a fosse candidato, e eu teria votado em V. Ex^a para Presidente do Senado Federal.

Espero que nosso Partido veja a grandeza dos homens que tem, como V. Ex^a, e o lance Presidente da República, que vamos apoiá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a fique tranquilo, que um homem com a sua vivência, com a sua experiência, que governou com eficiência o seu Estado e está prestando grandes serviços ao Senado Federal, V. Ex^a ocupa todas as posições, todas as Comissões. O Regimento Interno do Senado Federal permite isso e a vontade de V. Ex^a também permite. Quero apresentar a V. Ex^a o meu abraço mais fraternal, meu agradecimento e a certeza de que, embora não esteja oficialmente na Comissão de Assuntos Econômicos, V. Ex^a, por amor ao País, tanto quanto possível, comparecerá às nossas Comissões – o Regimento Interno lhe permite – e continuará dando sua grande contribuição para o nosso País.

Dado o adiantado da hora, Senador Luiz Otávio, passo a V. Ex^a, com muita honra, a Presidência dos trabalhos, mais uma vez, com fé, e acreditando nos destinos do Brasil, na capacidade de V. Ex^a e do Senador Romeu Tuma.

Muito obrigado.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, membros da Comissão de Assuntos Econômicos, primeiro, Senador Ramez Tebet, eu queria agradecer a paciência que V. Ex^a teve nessa manhã e neste já início de tarde, tendo em vista que temos várias Comissões permanentes que ainda serão instaladas, outras que estão sendo instaladas neste momento e que dependem de nosso voto.

Entendo da importância deste momento para o Senado Federal, para o Brasil, seremos, Senador Ramez Tebet, eu e meu colega Vice-Presidente Romeu

Tuma, defensores intransigentes da Instituição Senado Federal, Congresso Nacional.

Com certeza, darei continuidade ao trabalho do Senador Ramez Tebet, não só pela sua experiência como Senador da República, como Presidente do Senado Federal, como Ministro de Estado, que muito contribuiu para o nosso País, orgulhou a todos nós Senadores quando representava o Senado e o Partido, como Ministro de Estado e como Presidente desta Casa. Com certeza, temos que agradecer principalmente aos Senadores que me deram a oportunidade de presidir esta Casa. Não farei um trabalho diferente do que foi feito pelo Senador Ramez Tebet, apenas tentarei dar continuidade ao seu trabalho, agradecendo o apoio do Presidente Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, do Líder Ney Suassuna e todos os companheiros de Partido que me indicaram e aos Srs. que votaram em mim neste final de manhã e início da tarde.

Muito obrigado.

Vamos ao trabalho. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 26 minutos.)

Ata da Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1º de março, de 2005, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal

Às dez horas e trinta e três minutos do dia primeiro de março do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, João Ribeiro, Álvaro Dias, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Pedro Simon, Mão Santa, Gerson Camata, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Antonio Carlos Valadares, Roberto Saturnino, Siba Machado e Osmar Dias, e, ainda, dos Senadores Paulo Octávio e Leomar Quintanilha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Ramez Tebet, Romero Jucá, Maguito Vilela, José Maranhão, Aloizio Mercadante, João Capiberibe e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como

aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que “permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2002, terminativo, que “modifica o artigo 2º e o artigo 5º, incisos II e III, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), de forma a instituir a opção do fundo de aval como garantia dos financiamentos”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 29-6-04 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05/10/04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Jonas Pinheiro, que procede à leitura de seu relatório. Em seguida, usa da palavra a Senadora Ideli Salvatti, autora do Voto em Separado, para defesa de seu Voto. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Delcídio Amaral, solicitando que a discussão da matéria seja adiada por quinze dias, Rodolpho Tourinho, César Borges, Edison Lobão, Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Mão Santa, Leonel Pavan, Heráclito Fortes, Romeu Tuma e Antonio Carlos Valadares. A apreciação da matéria é adiada por quinze dias por consenso da Comissão; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 que apresenta. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao

Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que “altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei”, de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com a Emenda nº 2 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que “altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que ‘institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. Usa da palavra a Relatora, Senadora Ana Júlia Carepa, que justifica seu parecer pelo arquivamento da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Em 09-12-03, foi lido o parecer do Relator, ficando adiada a discussão e votação da matéria. Usam da palavra o Relator, Senador Almeida Lima, que justifica seu parecer pela aprovação do Projeto, e os Senadores Heráclito Fortes, Garibaldi Alves Filho, César Borges, Fernando Bezerra e Ney Su-

assuna. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2003, terminativo, que “isenta da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) as sociedades cooperativas que observarem o disposto na legislação específica, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades”, de autoria do Senador Aelton Freitas, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2003, terminativo, que “institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003, terminativo, que “altera o artigo 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, ter-

minativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, terminativo, que “dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências”, de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova o Requerimento nº 01/2005-CAE, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que requer, nos termos regimentais, seja feito convite ao Presidente da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, Sr. José Eduardo Dutra, a fim de expor relatório econômico financeiro da companhia, as parcerias firmadas e as perspectivas de exploração e produção dos novos poços de petróleo; e o Requerimento nº 02/2005-CAE, de autoria do Senador César Borges, que requer nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, com o objetivo de esclarecer o recente aumento da carga tributária no País. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Seção Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 1º de março de 2005, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, antecipadamente quero pedir a retirada do Item 13, do qual sou Relator, para reanálise.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Valdir Raupp pede a retirada do Item 13 da pauta de hoje para reanálise do projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Item 13 institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Item é de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e tem como Relator o Senador Valdir Raupp.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam sua retirada queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Retiro de pauta, para reanálise do Senador Valdir Raupp, o Item 13 da pauta.

Item 1:.

Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo. Permite a dedução integral das despesas de educação na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas. Autor: Senador Carlos Wilson. Relator: Senador Pedro Simon.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação. O parecer é pela aprovação do projeto, com Emendas de nºs 1, 2 e 3, apresentadas pelo Relator, Senador Pedro Simon.

Como o Senador Pedro Simon encontra-se ausente, deixaremos para analisar a matéria quando S. Ex^a chegar ou na próxima reunião. É praxe da Comissão, quando o Relator não se encontra em plenário, o adiamento da matéria.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Gerson Camata, do PMDB.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, está presente o Relator do Item 9, Senador Almeida Lima. O projeto é de minha autoria e muito simples. O relatório já foi lido; por isso, peço a V. Ex^a para inverter a pauta e colocá-lo em discussão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, se V. Ex^a concordar, peço também que apreciemos o Item 3, de autoria do Senador César Borges e rela-

toria do Senador Jonas Pinheiro. Peço que sigamos a ordem dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Como sempre, concordo com a posição firme e determinada do Vice-Presidente desta Comissão, Senador Romeu Tuma.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 96, terminativo, que modifica os arts. 2º e 5º, Incisos II e III da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, de forma a instituir a opção do Fundo de Aval como garantia de financiamento. Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador Romero Jucá. Ambos estão ausentes.

Passamos, então, à apreciação do **Item 3:**

Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Tanto o autor, Senador César Borges, quanto o Relator, Senador Jonas Pinheiro, encontram-se presentes. O Parecer é pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, Relator do Projeto de Lei nº 517.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como V. Ex^a já descreveu, trata-se de projeto de lei proposto pelo eminente Senador César Borges, que está muito preocupado com a posição da negociação da dívida dos produtores do Nordeste. Comentamos agora que temos que tomar algumas providências a fim de acudir os produtores daquela região, que fizeram empréstimo principalmente do Fundo Constitucional.

Para que V. Ex^a tenha idéia, no Nordeste, o Fundo Constitucional já está com inadimplência acima de 40%. Ao analisarmos o Centro-Oeste, a inadimplência não chega a 1%. No Norte, a inadimplência é maior do que no Centro-Oeste, mas infinitamente menor do que no Nordeste.

Por outro lado, existem outras fontes de recurso, como, por exemplo, o FAT. E o eminente Senador César Borges pede que os recursos oriundos do FAT também sejam incluídos nas negociações. O Banco do Nordeste adotou a atitude, a princípio positiva, de fazer um conjunto de fundos para empréstimos a produtores, no caso, FNE e FAT, a fim de aumentar os recursos.

Pois bem. No FNE, a negociação é mais fácil porque existem normas, uma vez que o alongamento da dívida não causa impacto algum ao Tesouro Nacional e que o dinheiro é do próprio Fundo. No caso do FAT, este já exige uma equalização maior por conta do Tesouro Nacional.

A proposta do eminente Senador César Borges é aumentar o limite de negociação. Atualmente, quem possui uma dívida de até R\$35 mil, renegocia a dívida, sendo que parte é renegociada de forma muito positiva a fim de atender o produtor, e outra parte não. O que pede o projeto do eminente Senador César Borges é que o limite autorizado para renegociação de investimento seja de até R\$100 mil. Por exemplo, quem deve até R\$100 mil, está autorizado a negociar. Entretanto, em condições excepcionais, estabelece o limite de R\$35 mil.

Também no caso de custeio, que está fora do FCO, o que é um problema muito sério, pede que o limite seja aumentado de R\$5 mil para R\$30 mil. Portanto, em função do que está ocorrendo no Nordeste, onde, repito, a inadimplência está acima de 40%, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse não é um problema do produtor, que não gosta de dever, mas de Governo mesmo.

Assim, peço a aprovação deste projeto de lei, que, evidentemente, deve ir à Câmara dos Deputados, onde haverá também uma discussão sobre o assunto. Mas defender o Nordeste, por meio deste projeto, hoje considero essencialmente necessário e deve ser feito nesta Casa, que é a Casa dos assuntos econômicos.

Hoje haverá a instalação da Comissão de Agricultura. Alguém pode falar que a matéria pode ir para aquela Comissão. Pode, mas quero saber se vamos abrir mão de defender este projeto nesta Comissão de Assuntos Econômicos?

Por isso, Sr. Presidente, meu parecer é pela aprovação deste projeto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Encerrada a apresentação do Senador Jonas Pinheiro, lembro que, no dia 29 de junho do ano passado, foi concedida vista coletiva deste projeto. No dia 10 de outubro, foi apresentado um voto em separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do projeto. Portanto, antes de passar a palavra à Senadora Ideli Salvatti, lembro que existe um voto em separado de sua autoria pela rejeição do projeto.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, fizemos o voto em separado pela lógica de que esse tipo de procedimento de renegociação de dívidas tem custo, significa desembolso de recursos ou não ressarcimento de empréstimos aos agricultores. Portanto, isso tem relação com as finanças e deve ser uma iniciativa do próprio Executivo. Essa foi mais ou menos a lógica.

Estamos vivenciando hoje no nosso País situações extremamente concretas não só atinentes a este projeto, que se relaciona com agricultores principalmente do semi-árido nordestino. Há uma situação de estiagem calamitosa no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em parte do Paraná, em outras regiões do Sul do País. Os municípios estão decretando estado de calamidade devido à falta de chuvas.

Há outras situações que também atingem de forma mais significativa o Centro-Oeste brasileiro – o excesso de produção de vários produtos e a consequente diminuição do preço desses no mercado internacional, as **commodities**, a questão da soja, a questão do algodão e de outros produtos – e que vão exigir por parte do Governo um tratamento diferenciado para que esses setores significativos, produtivos do agronegócio brasileiro possam ter uma ressalva, uma retaguarda, para poder enfrentar este momento de instabilidade de preços e de prejuízo na disputa dos preços internacionais.

Quero fazer uma ponderação no sentido de aproveitarmos este momento do projeto, a estiagem, a disputa internacional, a perda de competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro, para que possamos ter uma saída global para esta situação, para que não fiquemos tratando a questão dos agricultores do Nordeste, a situação dos agricultores com relação à estiagem, a questão do agronegócio no que se refere aos preços internacionais.

Então, a proposta que eu queria trazer é que nós, efetivamente, não deliberássemos hoje sobre esse projeto nem o que está apresentando o Senador Jonas Pinheiro nem o meu voto em separado. E que nós pudéssemos ter inclusive a instalação da Comissão de Agricultura, aqui no Senado, já com um primeiro debate efetivo de solucionar, no conjunto, toda essa questão.

Então, que nós pudéssemos levar este projeto para a Comissão de Agricultura sem prejuízo, obviamente, do debate que a Comissão de Assuntos Econômicos tem a obrigatoriedade de fazer em cima desse projeto, convidando o Ministro Roberto Rodrigues para que a primeira atividade da Comissão de Agricultura seja esta audiência pública para o debate e a busca da solução de, pelo menos, estas três questões: a que está embutido no projeto no projeto do Senador César Borges, relatado aqui pelo Senador Jonas Pinheiro, mais a questão da estiagem, qual é a alternativa que nós vamos dar para esta situação vivenciada pelos agricultores do Sul do País, e, também, para os agricultores, o agronegócio, que está nessa polêmica de preço internacional, de perda de competitividade aí

da soja, algodão e outros produtos que já estão bem identificados com problemas atualmente.

Então, a nossa proposta seria de nós podermos construir, como em outras vezes o Senado tomou a iniciativa e encontrou belíssimas soluções em parcerias negociadas aí com o Governo Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com prazer, ouço V. Ex^a

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, só queria fazer uma consulta visto que a importância do projeto do Senador César Borges. Eu pergunto: se, na exposição que V. Ex^a fez, agora, não contrariando o projeto, mas trazendo à discussão a situação difícil do Sul do País, V. Ex^a quer o alargamento das áreas que foram propostas no projeto original? É isso? Não contrariando o projeto, mas pela aprovação com o projeto do Senador César Borges. Desculpe-me está perguntando isso, porque eu entendi que ela é favorável ao projeto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Na realidade, a proposta é fazer o debate com o Ministro para ver qual é a saída que nós possamos para dar para essas três situações in concreto.

Trata-se de fundos constitucionais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É diferente. É por isso, os fundos são diferenciados. Então, talvez, fosse importante a aprovação desse e V. Ex^a propor o outro criar o fundo do Sul que não tem. Eu acho que não tem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Posso dizer, Senador Romeu Tuma, é o seguinte:...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só estou querendo esclarecer.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...se não houver negociação com o Executivo da questão do recurso, eu não tenho como abrir mão do meu voto em separado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque aqui eu acho que não sai recurso, é um alongamento da dívida.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É, mas isso significa grana.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É negociação do alongamento da dívida.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas significa grana.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Diminui a entrada de caixa, mas não tem saída de caixa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas significa grana. E aí não tem como não negociar com o Executivo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas é melhor tentar resolver quem deve dar chance de pagar do que ir à falência setores importantes da agricultura. Eu estou apelando por causa das regiões porque são pobres, são sofridas. Foram elencadas aqui. Desculpe-me só. Obrigado, Senadora.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O que nós estamos propondo é exatamente aquilo que o Senado já deu demonstrações inequívocas da sua capacidade, ou seja, tendo o problema concreto.

E, hoje, eu quero dizer o seguinte: em termos de agricultura nós temos, no mínimo, três problemas concretíssimos: há essa questão do semi-árido do Nordeste, do alongamento destas dívidas. Porque é o segundo ano consecutivo, é a segunda situação que nós estamos vivendo de estiagem gravíssima, no Sul do País, e, ainda, estamos colocados perante esta situação da perda da competitividade dos preços de vários produtos agrícolas brasileiros que, se nós não tomarmos providências, vamos ter muitos e muitos problemas. E, aí, sim, se não resolver agora a tendência é depois isso virar uma bola de neve, como já vivenciamos outras situações de renegociação de dívidas volumosas da agricultura brasileira. Então, seria algo meio preventivo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral e, logo em seguida, os Senadores Almeida Lima, César Borges e Rodolpho Tourinho.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, só queria registrar que esse tema foi também discutido com a assessoria do Senador Jonas Pinheiro. Nós encaminhamos um requerimento à Mesa do Senado, datado do dia 25 de fevereiro de 2005, que diz o seguinte:

Requeiro, nos termos do art. 255, Inciso II, alínea c, nº 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural seja ouvida, além da Comissão constante do despacho inicial, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que está se instalando hoje.

Essa questão da repactuação das dívidas, principalmente para o crédito rural, é de fundamental importância. Esse vai ser um dos principais temas a serem debatidos no Senado Federal, no Congresso Nacional ao longo deste ano, em função de todo o cenário que já se apresenta não só no País, mas especificamen-

te no cenário externo. Gostaria de deixar registrado isso. Conversei com o Senador Jonas Pinheiro agora, que também concordou que levássemos este debate à Comissão de Agricultura, atendendo a requerimento apresentado à Mesa Diretora do Senado, até pela importância deste assunto. Assim estaríamos discutindo esta questão no foro mais adequado possível, trazendo autoridades do Governo para que, efetivamente, busquemos uma solução que atenda não só ao semi-árido, mas também a outras regiões do País que já se encontram em situação bastante difícil. Essa é a proposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra, o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, lamento a ausência da Líder Ideli neste momento. Mais importante do que levar este assunto que é emergencial do Nordeste para essa nova Comissão de Agricultura – cuja instalação louvo, acho extremamente importante, ela deveria existir há muito tempo – acho que se deveria levar, por exemplo, com a influência hoje da taxa de ICMS e outros tributos na exportação dos produtos agrícolas; começar com uma grande tese, um grande problema e não com uma coisa que todo mundo conhece, que todo mundo sabe: o que passam hoje esses agricultores do Nordeste. Essa proposta do Senador César Borges é extremamente importante porque amplia os limites de renegociação. Esse é o primeiro ponto importante. Depois a questão do pagamento inicial que tem impedido – e sabemos disso – que sejam refeitos esses empréstimos. Isso tolhe inteiramente a atividade de todos os agricultores. Esse é um ponto que deveríamos definir aqui, votando contra ou a favor. Não acho que é a melhor coisa ou o primeiro grande assunto para ser levado. Acho que já deveríamos definir este assunto, porque, enquanto isso, ficam esses agricultores do Nordeste impedidos de contratar novos empréstimos, impedidos de exercer a sua atividade na agricultura. Essa é a minha opinião, Sr. Presidente.

Penso também que esse assunto cabe muito mais aqui porque é um problema financeiro dos agricultores. Não acho que seja uma coisa nova, para frente; não é uma nova política para frente; é um problema do passado. O lugar de discutir é aqui. Não vamos tratar de abrir novas fronteiras na agricultura, da taxa de agricultura, das coisas novas da agricultura, como a ampliação. Estamos resolvendo um problema do passado que, aliás, já deveria ter sido resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, inicialmente,

entendo que devo estabelecer, em síntese, o que pretende o Senador César Borges com a sua proposta. Trata-se de financiamentos cuja fonte de recursos são os fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, mais os do FAT, visando à renegociação desse financiamento, ampliando o teto, para os contratos de investimento, de R\$30 mil para R\$100 mil e para aqueles contratos cujo objetivo era o custeio, de R\$5 mil até R\$30 mil. Recursos, portanto, já alocados nos fundos constitucionais e que se destinam a essas regiões. Não se destinam ao sul nem ao sudeste do país. O relator é pela aprovação do projeto. O voto em separado da Senadora Ideli Salvatti contesta a proposição, afirmando, entre outros pontos, que a sua aprovação se constitui em um incentivo, ou em um perverso incentivo, à inadimplência e também ao esvaziamento dos recursos desses fundos para novos financiamentos. Quando falamos em semi-árido nordestino, falamos na região mais pobre do país. Quando falamos no semi-árido nordestino, estamos nos reportando a uma região que não recebe os investimentos necessários para estabelecer as condições mínimas de infraestrutura que possibilite a convivência do sertanejo nordestino com a seca. Ninguém vai acabar com a seca, mas infraestrutura pode ser implementada para facilitar a convivência do homem com ela. Ora, se aqui estivéssemos falando da Varig, com o que também concordo, justificaria, porque é uma grande empresa. Se estivéssemos aqui a discutir a situação dos bancos que precisassem de um reforço de caixa, o Governo estaria aqui pronto para salvá-los, porque assim tem acontecido. Aliás, o BNDES está aí para isso, para socorrer exatamente esses grandes conglomerados. Não sou contra quando isso é importante para o país. E o Nordeste é para ser discriminado? Um agricultor do semi-árido que pleiteou um financiamento de R\$5 mil, de R\$10 mil, de R\$15 mil para custeio e, pela falta de infraestrutura, de irrigação e outras tantas, não teve sucesso na sua safra, tem de ser apenado e ainda ser visto como inadimplente, como mau pagador e ir à falência? Esta Comissão e o Senado aprovaram a Lei de Falência, cujo objetivo é garantir a sobrevivência das empresas que estiverem falindo. Para as empresas tudo bem; mas quando se trata do pequeno agricultor do semi-árido nordestino não pode. Chega-se até a alegar a seca de dois, três, quatro meses do Sul do País. A do semi-árido dura um ano, às vezes mais que isso. Não se está querendo não pagar, mas um alongamento nas condições de pagamento.

Perversa não é essa proposta; perversa é a reforma agrária ao contrário. O projeto diz que é para financiar a agricultura familiar, os pequenos e miniprodutores. Está dito expressamente. Ou seja, o Banco

do Nordeste vai lá e toma a propriedade do cidadão que é miniprodutor e não tem condições de pagar. Isso é a reforma agrária ao contrário. O que faz, então, essa família que não teve condições de pagar e que o Governo tem condições de socorrer, inclusive com o alongamento das condições de pagamento? Sai de lá do semi-árido e vai para a região metropolitana de Recife, de Maceió, de Salvador, de Aracaju e para outras regiões metropolitanas para buscar sobrevivência, quando não vem para o sul do País, para aquele outro então Ministro discriminar o nordestino. Eu acho que esta, sim, é a política perversa.

Portanto, Sr. Presidente, o que precisamos é ver de forma diferente. Ninguém aqui está tratando com grandes conglomerados ou com banqueiros, não, mas com o pobre miserável lá do sertão sergipano, do sertão nordestino, da região do semi-árido. Por essa razão defendemos, nesta Comissão, o voto favorável à proposta, clamando por um pouco mais de sensibilidade, para que possamos ver a região nordestina, já discriminada, melhorar suas condições para dar melhores condições de vida ao nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador César Borges, autor do projeto. Logo depois, farão uso da palavra os Senadores Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro e Mão Santa.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, como autor deste projeto, acho importante, neste momento, podermos colocar que ele veio para corrigir as injustiças do Projeto de Lei nº 10.696, de 2003, que foi aprovado no mês de agosto no Senado Federal e que não contemplou efetivamente os que precisavam ter seus créditos renegociados. Aqui já foi colocado, pelos que me antecederam, muito bem colocado pelo Senador Almeida Lima, pelo Senador Rodolpho Tourinho, que limitar o custeio a R\$5 mil é realmente uma piada, como diz o Senador Rodolpho Tourinho. Com R\$5 mil para custeio e R\$30 mil para investimento contempla-se uma parcela mínima, insignificante, de agricultores de uma região sofrida.

Sr. Presidente, sabemos que a agricultura, no mundo inteiro, está sendo subsidiada para manter os homens no campo. Isso acontece na Europa inteira. O Brasil, inclusive, insurge-se contra esse protecionismo dado à agricultura, mas o europeu faz isso para manter sua estrutura social, para que as cidades não tenham que passar por inchaços.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não. É uma satisfação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – A França usa o açúcar de beterraba, que custa mais que o dobro do preço do açúcar de cana. Por que faz isso? Porque o governo subsidia pesadamente a agricultura para manter o homem no campo. Então, é um subsídio imenso, que muitas vezes reclamam também de nós, quando sequer fazemos parecido com eles. O que temos de fazer é conceder o subsídio que a Europa e os Estados Unidos concedem aos seus agricultores. Isso sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é, Senador Edison Lobão, mas infelizmente aqui o verificamos no Governo não é querer conceder sequer subsídio. Não está se falando de subsídio. É apenas facilitar que seja atendido pela legislação, que foi da Lei 10.696, agora corrigida pelo Projeto de Lei 510, de minha autoria, uma maior parcela de agricultores, porque estendemos esses limites de cinco para trinta mil, e de trinta mil para cem mil respectivamente para o custeio e para investimento.

Por outro lado, estamos propondo que não seja exigido pagamento de 10% sobre a dívida vencida. Isso é para não se fazer uma lei e ela própria excluir a grande parte, porque o agricultor que já está em dificuldade não teria como fazer o pagamento desses 10%.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando foi que apresentamos esse projeto de lei ao Senado? Apresentamos esse projeto de lei ao Senado exatamente no dia 12 de dezembro de 2003, aproximadamente cinco meses depois da aprovação da Lei 10.696.

Então, esse projeto esteve aqui tramitando nesta Casa em 29/6/2004 e foi pedido, Senador Delcídio Amaral, foi vista coletivo pelo partido de V. Ex^a, pela Senadora Ideli Salvatti. Sabe quando ela devolveu a esta comissão? Quatro meses após. Sabe quantas vezes fui procurado por algum tipo de negociação pelo Governo, pelo Ministério da Agricultura ou por qualquer dos Senadores que representam o Governo aqui? Nenhuma. Nunca houve uma preocupação de negociação. Nunca houve uma preocupação de atender a um reclamo justo que um Senador do Nordeste está fazendo por meio de um projeto de lei representando os agricultores sofridos naquela região. Nunca houve.

Então, Sr. Presidente, agora, neste momento em que estamos para votar em caráter terminativo, há uma proposta de ir à Comissão de agricultura. A Senadora Ideli Salvatti expôs aqui uma preocupação com toda a agricultura nacional, com a conjuntura internacional do preço das **commodities**, que caiu, que traz preocupação ao agricultor do Centro-Oeste, com a seca no Sul. Imagine, se essa argumentação é cabível neste momento? V. Ex^a é um homem que conhece bem o campo,

tem responsabilidade, sabe muito bem distinguir o que é uma ação procrastinatória, o que é uma ação desejosa de resolver um problema. Não houve até este momento, um ano após a apresentação desse projeto, nenhuma sensibilidade do Governo para negociar, nem acredito que haja daqui por diante, acredito na boa vontade, da boa intenção do Senador Delcídio Amaral, porque ele é um Senador que conhecemos, correto, sério. Mas duvido que ele tenha respaldo amanhã por parte do Executivo para dar andamento a essas negociações se esse projeto não tiver uma aprovação pela vontade dos Srs. Senadores e pela responsabilidade dos Srs. Senadores com uma importante região do País e com uma parcela importante de agricultores brasileiros que sofrem no Nordeste permanentemente uma série de dificuldades, que não se trata apenas da questão da seca do semi-árido, mas toda uma logística desfavorável a essa Região, que vai desde a infra-estrutura à falta de investimento em educação. Quem vive no Nordeste ou nas regiões periféricas deste País, que são Nordeste, Norte e até o Centro-Oeste, sabe do que estamos falando.

Portanto, Sr. Presidente, aqui defendo o meu projeto, parabeno o Senador Jonas Pinheiro, que é um Senador que conhece efetivamente a questão. Faço um apelo veemente aos Srs. Senadores que possam trazer o seu apoio a este projeto, porque ele já tem um ano e dois meses nesta Casa, desde 12/12/2003. Estamos no dia 1º de março de 2005, e essa era uma questão de urgência urgentíssima para os agricultores nordestinos.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o nosso apelo. Peço aos meus Pares que tenham a sensibilidade de aprovar este projeto como está sendo proposto e como está no relato do nobre Senador Jonas Pinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que este projeto não veio para dividir, veio para somar. Este é o tipo do projeto que, a não ser por duas ou três honrosas sessões, talvez até compreensíveis, ninguém tem coragem de votar contra, principalmente quem nasceu no Nordeste, como eu, filho e neto de agricultor, de proprietário rural, portanto, com uma tradição familiar toda ela associada à atividade agrícola.

Esse projeto do Senador César Borges é da maior justiça. Só que, no momento, a Liderança do Governo está pleiteando, através do Senador Delcídio Amaral, que este projeto vá à Comissão de Agricultura e, lá mereça um estudo. Mas não um estudo técnico, por-

que este projeto não tem mais mistério, não tem mais segredo nenhum, não tem sobre o que discutir mais. Mas o problema, Sr. Presidente, é que esta é uma Casa de negociação. Se pode ser feita uma negociação com o Governo, se pode ser evitado um veto do Presidente da República a um projeto como este, por que não se fazer uma negociação? O Governo está de braços abertos. Como bem disse o Senador César Borges, o Senador Delcídio Amaral é um Senador que merece de todos nós todo o respeito, todo o apreço.

Gostaria também de fazer um apelo pessoal ao Senador César Borges. Não é que eu tenha prestígio junto ao Governo, que o Senador Delcídio tenha. É que acho que ninguém está enganando ninguém nessa hora e que ninguém está buscando uma vitória, ou do Governo, ou da oposição. O que nós estamos buscando não é nem a vitória, mas é um alívio para o agricultor nordestino. Não tem mais grande agricultor no Nordeste não, Sr. Presidente, isso acabou há muito tempo. Não existe mais esse grande agricultor. Só existe hoje, como se disse aqui, agricultor sofrido, agricultor roceiro, como diz o Senador Almeida Lima.

Então, Sr. Presidente, faço um apelo. Inclusive me disponho, hoje integrante de uma base de Vice-Líderes do Governo, ao lado do Senador Delcídio Amaral – claro, juntamente com o Senador César Borges – possibilitar esse acordo entre Governo e Oposição. Porque ouvi ontem o Senador Aloísio Mercadante – e o Senador Mercadante não tem falhado nos seus compromissos – dispondo-se a possibilitar o alargamento dessa situação.

Então, sem querer mais me alongar para não dificultar os trabalhos da Comissão, faço este apelo, Sr. Presidente. Eu sei que se isto pudesse ter sido feito ontem ou anteontem, deveria ter sido feito. Mas política é a arte do possível, e o possível agora é essa renegociação, que temos que fazer. Se for para votar, Sr. Presidente, eu deixo de lado qualquer situação e voto com os agricultores, porque foram eles que me mandaram para cá. Mas creio que, nesta hora, para ajudar os agricultores – permita-me o Senador César Borges –, há um caminho que não seja o desta votação, que é o caminho da renegociação. Eu pergunto: será que o caminho da renegociação é tão obscuro, tão complicado? Ele não é o caminho natural deste Parlamento?

Então, Sr. Presidente, fica aqui o meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro e, logo após, o Senador Mão Santa. Em seguida, o Senador Delcídio Amaral, novamente, e o Senador Leonel Pavan.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Luiz Otávio, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, Sr. Presidente Luiz Otávio, parabênz o Senador César Borges pelo projeto, em tão boa hora apresentado, a respeito das dificuldades por que passam os colonos brasileiros, a respeito das dívidas contraídas no passado, dos projetos produtivos em que foram tomados empréstimos no setor financeiro nacional. Creio que este assunto já foi por demais discutido em todos os âmbitos e em todos os fóruns próprios. Nós mesmos, na CNI, discutimos o assunto por mais de três ou quatro anos. E quero dizer aos Srs. Senadores César Borges e Jonas Pinheiro que este é um assunto da mais alta preocupação. Não se trata apenas da questão dos pequenos produtores, mas de todos os produtores, sejam eles do setor primário ou do setor secundário, porque todos estão em dificuldade.

No ano 2000, quando eu era Ministro da Integração Nacional, o nosso eminente amigo Fernando Bezerra, hoje Senador e Líder do Governo, conseguiu resolver o problema dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste, que eram intomáveis, impagáveis. S. Ex^a resolveu de uma forma que, hoje, é o melhor financiamento possível, o de menor taxa. Tanto que, hoje, eles são procurados por todos os empresários, todos os colonos, todos os operários; os pequenos, os médios e os microempresários procuram o FNO. Tanto que a demanda é maior do que a oferta. Mas o passado disso se tornou um esqueleto, e é preciso que esta Comissão possa estudar e encontrar uma solução para resolver o problema.

Este projeto do Senador César Borges procura amenizar a situação para os pequenos colonos, aumentando o limite em até R\$100.000,00. Quando o Senador Jonas Pinheiro, sensível e atento às questões sociais, propõe uma emenda, S. Ex^a não é contra o projeto. Pelo que li em seu pedido de vista, S. Ex^a não é contra o projeto do Senador César Borges, apenas diminui o limite de R\$100 mil para R\$50 mil, o que não vai resolver o problema.

Declaro já o meu voto a favor do projeto original do Senador César Borges. A remessa, como foi apresentada aqui pela Senadora Ideli Salvatti ao Ministério da Agricultura, apenas alongará a discussão, porque o que o Ministério da Agricultura tinha que fazer já fez, ao alongar a dívida e procurar atender ao agricultor. O problema agora é financeiro, e quem vai resolvê-lo é exatamente esta Comissão.

Sou favorável a que encontremos uma solução que traga equilíbrio e tranquilidade a esses colonos que estão sem poder trabalhar, sem poder produzir para o desenvolvimento da Nação, já que nós queremos gerar emprego.

Então, o meu voto é pela aprovação do projeto original do Senador César Borges.

Já estou declarando, Senador Luiz Otávio, o meu voto a favor da aprovação do projeto do Senador César Borges.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA.)

– Com a palavra o Senador Mão Santa. Logo após, o Senador Delcídio Amaral e, finalmente, o Senador Leonel Pavan.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Luiz Otávio, Senadoras e Senadores, minhas palavras são de louvor ao extraordinário Senador, homem que engrandece o Nordeste e que tão bem governou a Bahia, César Borges, e ao relator, Senador Jonas Pinheiro.

Senador Luiz Otávio, relembro a esta Casa o que a história nos ensina. Franklin Delano Roosevelt disse: “As cidades podem ser destruídas e elas ressurgirão do campo. Mas, se o campo for destruído, as cidades morrerão de fome.”

É o apoio ao campo. E o meu testemunho é o de que o campo do Nordeste vai muito mal. Senador Luiz Otávio, Senadoras e Senadores, não há um nordestino ou um brasileiro que não tenha lido **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, que diz que “o sertanejo é, antes de tudo, um bravo.”

E o meu testemunho é que eu estaria não no banco de reserva do PMDB, mas eu entraria como Amarildo na copa. Eu represento o PMDB, o PMDB da virtude, da verdade e não o PMDB da mentira. O PMDB do abençoado Ulysses, que era o padrinho do Heráclito.

A minha experiência vem de Prefeito e Governador e, nos anos de 1978 e 1980, fui Deputado Estadual do Piauí, quando era Governador Lucídio Portella, que também foi Senador da República. E nós levamos a luz rural.

Heráclito, era uma festa quando um Deputado chegava. Faziam churrasco, naquele calor, aqueles banquetes. Depois, o destino, Deus e o povo do Piauí me fizeram governar aquele Estado. Senador Heráclito, eu voltava – porque eu, como V. Ex^a, gosto do povo, dos municípios – com benefícios: casas populares rurais, água, esgoto, saneamento. E notava que a recepção não era a mesma para um Deputado Estadual. Era menor. Deveria haver até um motivo de maior euforia, porque aqueles nossos amigos estavam recebendo o Governador do Estado. Deputados Estaduais eram trinta e Governador só um. Mas não era. E eu, na minha observação e reflexão, – isso é o que tenho a ensinar da experiência do PMDB.

Eu olhava o prato: era encardido, era velho, estava rachado. As cadeiras eram as mesmas. Não tinha mais o peru, era a galinhazinha. Eles estavam empobrecidos. Essa é a verdade. O homem do campo está empobrecido.

Só um quadro que vale por dez mil palavras justifica o fato de eu ser convocado por V. Ex^a para a CAE: o leite é muito mais barato do que a água Perrier. Então, isso é um desestímulo.

Está aqui o Senador Garibaldi Alves Filho, um dos homens que fez um dos melhores governos do Brasil, porque aumentou a bacia leiteira, fixou o homem no campo e o alimentou.

Vejam o preço da água e do leite! O homem do campo está desamparado. Eu daria só um quadro para os cabeças-duras do PMDB. Não é núcleo, não; são os cabeças-duras! Agora, eles levaram um iluminado, um ventilado, que é o Delcídio Amaral.

Eu queria dizer que só daria um quadro.

Também, quando fui Deputado Estadual, vi um Deputado inteligente que foi Senador: João Lobo. Em um dos seus discursos mais inteligentes, ele disse que havia dois brasis: o Brasil do Sul e o do Norte e o do Nordeste. A renda no Nordeste, Senador César Borges, é a metade; e há dois nordestes: Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí e Maranhão.

Senador Heráclito, éramos quatro vezes mais pobres. Hoje, Senador Luiz Otávio – é por isto que incomodo: porque levo a verdade, como Cristo, de verdade em verdade. Está no IBGE: a renda **per capita** hoje não é quatro vezes menor, não; é oito vezes a renda **per capita** desta ilha, de Brasília. A renda **per capita** do Maranhão, que está atrás do Piauí, é oito vezes maior. Alargou-se.

O Governo enterrou, enganou o Brasil com a Sudente. Prometeu ressuscitá-la, mas ainda não o fez. Só houve negociatas.

Estamos empobrecidos, mas o sertanejo é, antes de tudo, um bravo. Está aqui um Senador bravo: César Borges, maior do que os doze Césares de Roma. S. Ex^a apresentou esse projeto de lei, que é uma imposição, um chamamento para Lula voltar às suas origens, ao Nordeste. O Senador está pedindo um alongamento, uma negociação, que, a toda hora, os cabeças-duras vão pedir ao BIRD e ao Banco Mundial e que lhes será concedido.

Que isso ocorra e com brevidade ao Nordeste, que está sofrido e desamparado; que seja aprovado rapidamente e com o louvor o projeto de lei de autoria do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o ventilado Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Gostei do “ventilado”!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Foi citado pelo Senador Mão Santa.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Arejado, talvez, não é Sr. Presidente?!

Sr. Presidente, desejo fazer uma sugestão. Entendo, em absoluto, todas as ponderações apresentadas, especialmente as ponderações do nosso eminente Senador pela Bahia, ex-Governador, homem de bem, Senador César Borges, e de todos os demais Senadores que se posicionaram.

Sou uma pessoa de negociação, de conciliação. Sugiro que não votemos esse projeto hoje e que nos fosse dado um prazo de quinze dias para se buscar uma solução negociada. Poderíamos discutir essa questão aqui mesmo na Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de encontrarmos uma solução conciliatória, sensata e de bom-senso.

Por isso, Sr. Presidente, rogo a V. Ex^a e ao nosso Vice-Presidente, querido Senador Tuma, para que encaminhassemos esse projeto dessa maneira até entendendo todas as dificuldades que enfrentam os pequenos produtores rurais da região Nordeste. Queremos buscar uma solução negociada e estamos dispostos a isso.

Estou assumindo, em nome da Liderança do PT, da nossa Bancada, o compromisso de analisarmos a situação e buscarmos, em quinze dias, a solução esperada, principalmente pelo nosso querido Senador César Borges, autor desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senador Delcídio Amaral, antes de colocar a proposta de V. Ex^a em votação, tenho ainda inscrições dos Senadores Leonel Pavan e Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saindo do aeroporto, eu estava acompanhando o desenrolar desse projeto pela rádio. Ouvi muitos pronunciamentos de companheiros e amigos Senadores dizendo que se fala muito que se tem de olhar a agricultura do Nordeste e do Norte. Concordo, mas fico preocupado quando só se fala em Norte e Nordeste porque isso, sim, vem ao encontro do que disse o Senador Mão Santa, da criação de dois Brasis.

O Norte e o Nordeste precisam de atenção do Governo Federal, de todos os Senadores e de todos os Deputados, mas o Sul também é Brasil, mesmo que só tenha problemas durante três meses, como disse meu amigo Almeida Lima, enquanto o Nordeste os tem durante doze meses. No Sul, três meses de estiagem

matam mais da metade da produção do Brasil, prejudicam o País e, sendo assim, prejudicam o Nordeste.

Fico preocupado com o fato de só se dirigirem investimentos ou alguns benefícios à pobreza do Nordeste. Gosto de atuar muito no Brasil por inteiro.

Esse projeto, que tem uma emenda do Senador Jonas Pinheiro, beneficia um pouco mais o Nordeste. E o Sul – o Paraná, o Rio Grande do Sul e minha Santa Catarina, que tem 97 Municípios, que estão em estado de calamidade pública? Até agora, não vimos por parte do Governo, Sr. Presidente, nenhum ato de bondade para com esses agricultores. Mais de 1,2 milhão de pessoas estão sendo prejudicadas pela estiagem. Estamos tentando prorrogar as dívidas com o Governo Federal, buscando recursos para atender os agricultores e não encontramos, até agora, sequer um eco depois do grito dos catarinenses. O Governo, até agora, não mostrou sensibilidade.

Espero que esse projeto seja aprovado – e tem meu voto favorável – também para alertar o Governo de que precisa olhar o Brasil como um todo. Nós também temos de fazê-lo.

Sr. Presidente, eu estava analisando as Comissões do Senado: a CAE é presidida pelo nosso brilhante companheiro Senador Luiz Otávio, do Norte.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só um minuto, por favor. Já lhe concederei o aparte com o maior prazer.

A CAS é presidida pelo Senador Antonio Carlos Valadares, do Nordeste; a CCJ, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, do Nordeste; a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, pelo Senador Heráclito Fortes, do Nordeste; a Comissão de Desenvolvimento Regional, pelo Senador Tasso Jereissati, do Nordeste. Até o Lula é do Nordeste. O Severino também, felizmente. Quero também puxar um pouco da brasa para o nosso assado. O sul do Brasil é muito importante para o País.

Sr. Presidente, precisamos continuar a realizar projetos dessa grandeza. Peço ao meu querido amigo Senador Delcídio Amaral, que tem uma parte de seu coração em Santa Catarina, em Florianópolis, que, nesses 15 dias – com o qual concordo plenamente, mas não sei se é possível –, faça a emenda do nosso querido Senador Jonas Pinheiro, também dirigida à Santa Catarina, ao sul do nosso País.

O Presidente Lula tem-se colocado de bondoso para o mundo inteiro, perdendo dívidas de países pobres; no entanto, não perdoa dívidas dos pobres agricultores, sequer faz um gesto de bondade, prorrogando o pagamento dos empréstimos. Aliás, o Presidente Lula tem concedido empréstimos à Venezuela para a cons-

trução de metrô e não o concede para a construção de metrô no Brasil, não o concede para a construção de ferrovias, não investe em nossas rodovias.

Eu gostaria que o Presidente Lula olhasse para o Brasil como um todo. Não adianta perdoar dívidas de países pobres e não ajudar nossos agricultores pobres.

Concedo um aparte ao meu querido amigo Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Senador Leonel Pavan, quero endossar as palavras de V. Ex^a e concordar com o seu posicionamento. No entanto, quero fazer um esclarecimento: a defesa feita por todos nós, nordestinos, ao projeto, não foi excludente; não exclui os interesses do Sul nem os do Sudeste. Ao contrário, os inclui, sobretudo com a justificativa – fundamentação que V. Ex^a traz agora no final – do comportamento adotado pelo Presidente da República quando se trata de atender, digamos, os flagelados da Ásia, que, independentemente de quaisquer procedimentos, seja de licitação ou de formalidade legal – o que considero justo e oportuno –, são imediatamente atendidos. No entanto – lamento –, quando os flagelados são brasileiros, a exemplo dos nordestinos, para se obter qualquer recurso para aquele que perdeu sua casa, mesmo sendo essa uma posse, e que não leva em conta a existência de escritura ou de registro em cartório Imobiliário do Município, o Ministério exige cadastro, título de propriedade, sob pena da não-liberação de recursos, como tem procedido. Ou seja, o que desejamos – e quero concordar com V. Ex^a –, é que a sensibilidade do Presidente se faça presente não apenas quando os flagelados são os asiáticos, mas, os nordestinos, ou os catarinenses também, enfim, quando forem os brasileiros. Portanto, nossa palavra não excluiu os interesses de Santa Catarina nem os das Regiões Sul e Sudeste do País.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Almeida Lima, é lógico que entendemos perfeitamente a colocação de V. Ex^a. Mas, nesta Comissão, creio que só eu represento o Sul do Brasil. Faço isso para, de repente, não mudarmos o rumo para o Nordeste apenas; apenas para não mudar o ritmo das decisões, direcionando-as somente para uma Região do País.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com enorme prazer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Compreendo a preocupação do Senador Leonel Pavan com o avanço dos nordestinos no Congresso Nacional. Mas isso não é um fenômeno novo. Há cerca de dez dias, logo que tivemos essa enxurrada de eleições consagrando nordestinos em posições chave no Con-

gresso Nacional, vi um estudo de um cientista político, Senador Romeu Tuma, mostrando que esse fenômeno começou em Brasília, exatamente no momento da transferência de Poderes do Rio de Janeiro para a Capital. Brasília passou a ser a terra do sacrifício. E o Sul, Senador Leonel Pavan, optou por não morar em Brasília. Geralmente chegavam às terças-feiras e voltavam às quintas-feiras. E os nordestinos foram avançando, ocupando seus espaços no Congresso Nacional e na Administração Pública Federal. Aliás, isso funciona como aquela teoria do velho Nenen Prancha, filósofo do futebol carioca: “Quem pede recebe; quem se desloca tem a preferência”. O nordestino, pela necessidade e pelo sofrimento, meu Presidente Luiz Otávio, é um pidão, chora suas necessidades. E, por isso mesmo, talvez, e pela capacidade, pela pertinácia, pela competência, é que ocupa, com esforço e o produto de sua luta, espaços na administração federal. Quer no congresso, quer nos tribunais, quer no parlamento. Mas isso só vem a somar porque todos, inclusive o Senador Romeu Tuma, ele tem um pouquinho de Nordeste na alma, todos nós temos. E eu acho desnecessário se procurar o discurso da divisão. Pelo contrário, devemos procurar o discurso da união. E eu, que é exatamente o papel que cabe ao sul maravilha, é ajudar o nordestino, ajudar o Nordeste, ajudar o Norte do País, ajudar as regiões menos desenvolvidas para que nos possamos desfrutar de um equilíbrio social e econômico mais justo neste País. Louvo a intenção do Senador Pavan em defender Santa Catarina, mas espero dele a compreensão de ajudar o Nordeste a recuperar o tempo perdido. Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Para finalizar o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não estou me opondo ao projeto. Ao contrário, porque eu sou Senador, represento Santa Catarina do Brasil. Do Brasil. Apenas fiz a colocação porque eu não sei se de repente é bom dizer que sempre a região que se vive é mais pobre ou se é bom dizer que se vive na região mais rica. É que nós também temos, em Santa Catarina, sem-teto, sem-terra, problemas sociais gravíssimos, problemas de saneamento gravíssimos, pois também temos enchentes, secas, ciclones. Nós não temos esses problemas climáticos durante 12 meses por ano, só 3 meses. A verdade é que nós queremos aqui, é defender o Brasil por inteiro. E pedir para que o Governo Lula, através do nosso grande Líder, possa realmente olhar também para o Sul do Brasil que está com um problema difícil em função das estiagens e, até, das chuvas de

granizo. Essa é a colocação. Se puder fazer isso, será de grande importância. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu vou ser rápido porque nosso Pavan conseguiu mobilizar a situação em um eixo que não vai de encontro à proposta do Senador César Borges. Eu apenas queria, Senador César Borges, Senador Delcídio, cumprimentar os dois porque eu acho que aqui se discute problemas de interesse brasileiro e não regional. Eu sou um homem que sou do Sul. Nasci e vivi em São Paulo, vim imigrante, mas percorri o Brasil por inteiro. Cruzei por quase todos os Srs. Senadores da minha atividade que escolhi como profissão. E sei a miséria dessas regiões que só são citadas no Projeto César Borges e no eloquente Relatório do Senador Jonas Pinheiro. Então, só tenho a cumprimentar e desejar que seja aprovado dentro daquilo que se dispõe ao Governo, discutir dentro da Comissão, onde realmente se discutem problemas econômicos. Se fosse para investir na agricultura, acho que deveria ser da nova Comissão. Mas a Comissão de Assuntos Econômicos pode perder o horizonte ao discutir os problemas econômicos do País. Então, esta permanência de um projeto aqui, e o prazo solicitado pelo Líder do Governo, que me parece que o Senador César Borges aceitou, é uma coisa bastante eloquente no que se discute aquilo que é de interesse dos brasileiros. Dizer que não tem região de pobreza e miséria em São Paulo! Tem e muita. Eu visitei o interior, ando pelos vales também que tem em São Paulo e a pobreza é alta ali. Nós temos praticamente 30, 40% da população paulista de nordestinos. Eu tive quase metade da minha votação dada por nordestinos, baianos, pernambucanos. E nortistas também que lá se encontram. O grande problema, Senador César Borges, é que, se não houver a fixação do homem no campo, a migração da esperança continuará, resultado da desesperança e do sofrimento por não encontrarem nos Estados mais ricos a possibilidade de também terem uma vida melhor. Não! Há a decepção, o sofrimento e o retorno humilhado e sofrido para as suas regiões de origem.

Precisamos trabalhar para que cada setor de miséria obtenha um investimento sério do Governo, para que não haja mais essa migração da esperança, que cai no sofrimento daqueles que se deslocam para São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais. São terras de imigrantes, Senador Leonel Pavan. O País é uma grande terra de imigrantes. Concorde com V. Ex^a.

A proposta de regionalização de investimento deve sair desta Casa com a criação da nova Comissão.

Espero que o Senador César Borges sempre apresente projetos dessa nomenclatura, para que o Brasil conheça realmente o sofrimento daqueles que vivem no campo.

Já estou encerrando a minha manifestação, mas, antes, o Senador Flexa Ribeiro deseja pronunciar-se.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Serei breve. Quero apenas dizer que V. Ex^a tem o privilégio de ser eclético, porque, além de nordestino, é nortista também por ter familiares no Pará.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a representa no Senado não apenas o Estado de São Paulo, mas o Brasil.

Quero dizer ao Senador Leonel Pavan que precisamos diminuir, ou melhor, acabar com essa dicotomia de Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na CEDI, acabamos com o regionalismo, criando a integração nacional. A solução do Brasil passa pelo Nordeste, pelo Centro-Oeste e pela Amazônia.

Penso que precisamos inverter a situação de pendente para sermos a solução para o desenvolvimento nacional e não problema. Passaremos a ser solução e assim devemos ser vistos pelo restante dos brasileiros. Fazemos um chamamento a toda a população brasileira para que nos ajude. Todos nós somos brasileiros – não somos nortistas, não somos nordestinos ou do Centro-Oeste – e, como tal, estamos ajudando o desenvolvimento da nossa Pátria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Se há consenso quanto à proposta...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Primeiramente, concedo a palavra ao Senador César Borges, autor do projeto em discussão, e, em seguida, ao Senador Jonas Pinheiro, Relator.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a e aos Srs. Senadores que, em conversa com o Senador Delcídio Amaral, concordamos com essa proposta.

Gostaríamos apenas de que esse compromisso fosse mantido e que, em quinze dias, o assunto voltasse a ser discutido. Pergunto, ainda, se V. Ex^a poderia colocar a matéria em primeiro lugar na pauta da reunião daqui a quinze dias. Acredito que há o compromisso de não se fazer qualquer requerimento em plenário para que este assunto seja debatido em outra Comissão. Desejo que o nosso projeto seja discutido na CAE, em quinze dias, sendo o primeiro item da pauta.

Concorde com essa proposta e solicito que V. Ex^a confirme esse acerto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Para deixarmos bem estabelecido o acordo, o consenso, em relação ao projeto, argüiremos o art. 279, que permite ao Plenário deliberar sobre requerimento de qualquer Senador – no caso, o Senador Delcídio Amaral –, para realizar reunião da Comissão de Assuntos Econômicos em dia determinado – daqui a quinze dias –, tendo como primeiro item da pauta o projeto de autoria do Senador César Borges – hoje, Item 3 da pauta –, cujo Relator é o Senador Jonas Pinheiro. A matéria diz respeito à repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, acredito que a negociação foi feita para transferir essa votação para daqui a quinze dias, mas gostaria de esclarecer as dúvidas de alguns Colegas. O Senador Flexa Ribeiro entendeu que diminuimos o valor da dívida, para renegociação, de R\$100 mil para R\$50 mil. Não. Há, nesse caso, uma confusão, que gostaria de elucidar.

A Lei nº 10.692 concede benefícios especiais para quem tinha financiamento até R\$35 mil, só incluindo, entretanto, o limite até R\$15 mil. O Senador César Borges pretende que, de R\$35 mil, passe para o limite de R\$100 mil e os benefícios especiais da Lei vão até R\$50 mil. Também com relação a custeio, seria o mesmo. Não serão R\$ 5 mil. Serão financiamentos até R\$30 mil, mas os limites referentes ao benefício dessa Lei iriam até R\$5 mil no caso do custeio.

Essa é a síntese do projeto que ora analisamos. Portanto, não estamos inventando nada, mas apenas ampliando o limite da Lei, que já existe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro por ter sido citado pelo Senador Jonas Pinheiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Jonas Pinheiro, agradeço-lhe a explicação e gostaria de esclarecer outra dúvida a respeito da emenda de sua autoria. V. Ex^a excluiu as regiões Norte e Centro-Oeste – talvez por esquecimento, pois sei que V. Ex^a é um defensor delas. Conheço-o há bastante tempo por estar em constantes reuniões com V. Ex^a. No art. 7º, V. Ex^a acrescentou “agência de desenvolvimento do Nordeste”, esquecendo-se das regiões Norte e Centro-Oeste.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Senador Flexa Ribeiro, na verdade, no art. 7º, especificou-se que não se trata apenas do Nordeste, mas da região também abrangida pela Adene. No **caput** do projeto, observa-se que se atende às regiões Norte, Nordeste

e Centro-Oeste. Esse parágrafo tão-somente alude à inclusão de alguns Municípios ou áreas fora da região considerada da Adene. Trata-se do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, enalteço primeiramente a iniciativa do Senador César Borges, que – num momento crucial da vida do Brasil, quando se trava um debate do Nordeste ao Sul, enfrentando-se uma das secas mais cruéis, que derruba a lavoura e derrota pequenos e médios empresários agricultores –, por meio dessa proposição, cria certamente a perspectiva de, mediante um debate construtivo com a Bancada do Governo e este próprio, encontrar uma solução definitiva para as dívidas dos agricultores.

Sr. Presidente, há mais de 10 anos o Senado debruça-se sobre esse assunto sem encontrar a fórmula mágica que proporcione aos agricultores a libertação do constrangimento de, ano a ano, serem alvo de novas negociações, como também a possibilidade de tomar novos empréstimos para investimentos na área rural.

É verdade, Sr. Presidente, que há abusos de certos inadimplentes. É verdade que a dívida dos agricultores chegou, em muitos lugares, à estratosfera por causa dos planos econômicos seguidos. Esses planos engorduraram a dívida desses agricultores, que ficaram, por via de consequência, sem nenhuma possibilidade de uma negociação justa e equânime.

Esse pedido de adiamento formulado pelo Líder do Bloco do Governo, o nosso Senador Delcídio Amaral, é uma grande oportunidade para encontrarmos uma solução definitiva, já que as soluções anteriormente aventadas, apesar de haverem concedido muitos benefícios aos pequenos agricultores, não puderam fazê-lo. É verdade que há agricultores que tomaram empréstimos superiores a 35 mil reais e que essas dívidas chegaram a um volume tão grande por causa dos juros cobrados, que se tornaram quase impagáveis.

É verdade também, Sr. Presidente – e eu ia me esquecendo de mencionar isso –, que não são apenas os bancos oficiais que vêm obtendo lucros recordes, mas principalmente os particulares. Na semana passada, a imprensa divulgou que o Banco Itaú teve o maior lucro de sua história. Isso, em decorrência das políticas econômicas que têm sido aprovadas neste País, que beneficiam os bancos em detrimento dos pequenos.

Por isso, quero felicitar o Senador Delcídio Amaral e o Senador César Borges por chegarem a esse entendimento. Abre-se uma perspectiva nova no Brasil para o encontro definitivo do Governo com os agricultores neste País.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Havendo consenso quanto à proposta de adiamento para daqui a quinze dias, quando incluiremos como Item 1 da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos o projeto de autoria do Senador César Borges, damos por encerrado esse item.

Passa-se ao próximo, o **Item nº 4**.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Tem a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Solicito de V. Ex^a a retirada do **Item nº 5**, do qual sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Submeto à apreciação da Comissão o requerimento do Senador Rodolpho Tourinho para que seja retirado da pauta o **Item nº 5**.

Havendo consenso, é retirado da pauta o **Item nº 5**.

Voltamos ao **Item nº 4**.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Roberto Saturnino, representante do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– O Item nº 4 é um projeto de minha autoria que beneficia os deficientes visuais. É um projeto cujo alcance social é muito grande e que mereceu parecer muito favorável do Senador César Borges.

Entretanto, fui informado há poucas horas, Sr. Presidente, de que o Governo editou uma medida provisória que contempla quase totalidade do que pretende o meu projeto.

Como não conheço a medida provisória, pediria a V. Ex^a que adiasse a votação desse projeto e o colocasse na pauta da reunião da próxima semana para que eu tivesse tempo de fazer o cotejo entre a medida provisória e o meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A Mesa acata o pedido e pede que o Plenário confirme a decisão da Mesa quanto ao adiamento do **Item nº 4**, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 206, de autoria do Senador Roberto Saturnino.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que concordam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Fica, portanto, adiado o **Item nº 4**.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, Líder do Bloco nesta Casa.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, gostaria apenas de agradecer pela forma como V. Ex^a conduziu a discussão do projeto do Senador César Borges.

Assumi esse compromisso, meu caro Senador César Borges, para que, em quinze dias, esse tema volte à pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, para que esta Comissão e o Senado Federal realmente respondam às agruras que afetam os nossos agricultores, especialmente os da Região Nordeste.

Quero agradecer pela atenção, pelo espírito de conciliação e, sobretudo, por esse voto de confiança que nos foi dado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Agradeço e reinício os trabalhos agora com o **Item nº 6**:

Projeto de Lei do Senado, nº 84/2003, nominativo também. Altera Inciso I, Art. nº 2 da Lei 9311, 24 de outubro de 1996, que institui a contribuição provisória sobre a movimentação ou transmissão de valores de créditos e direito de natureza financeira, o nosso CPMF, da outra providência. Autoria: Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, e o Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares. O parecer é pela rejeição do projeto. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares para relatar o seu parecer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação. Tendo em vista que a autoria desta matéria, que eu considero importante, é do Senador Paim, por quem eu tenho a maior consideração e respeito, eu gostaria que fosse discutida em uma reunião em que S. Ex^a estivesse presente. Peço, por este motivo, o adiamento desta matéria. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Adiamento do **Item nº 6**, Projeto de Lei do Senado nº 84, cujo Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares, autor do Projeto, o Senador Paulo Paim. Inclusive, para registrar, o Senador Paulo Paim encontra-se em São Paulo fazendo um exame solicitado pelo serviço médico do Senado relacionado a um pré-exame que S. Ex^a fez aqui em Brasília, e foi-lhe solicitado uma reavaliação de um hospital específico de São Paulo. Portanto, está adiada a matéria.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, fizemos um requerimento – demos entrada dele hoje –, convidando o Presidente da Petrobrás para fazer um relato pormenorizado so-

bre a situação econômica e financeira da Petrobrás e as ações que vêm sendo desenvolvidas pela empresa no que diz respeito às novas descobertas de bacias petrolíferas no Brasil. E, tendo em vista pronunciamentos que aqui são feitos com a maior legitimidade pelos Srs. Senadores, é uma curiosidade saber, por exemplo, por que a refinaria, que seria instalada no Nordeste, ainda não foi incidida. Gostaríamos de uma explicação melhor de tudo isso do Presidente da Petrobrás, como também, a lucratividade da empresa repetida todos os anos. Os maiores lucros que a empresa já teve, justamente na administração do ex-Senador José Eduardo Dutra. Se possível, eu gostaria que V. Ex^a colocasse, antes do encerramento desta Comissão, a deliberação sobre este requerimento. Agradeceria a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O pedido de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, será atendido no encerramento da reunião.

Item nº 7:

Projeto de Lei do Senado, nº 87, de 2002, terminativo, dispõe sobre a dedução do Imposto de Renda devido às pessoas físicas e jurídicas das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior, o FIES. Autoria Ricardo Santos, Relatora é a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que há pouco solicitou também que fosse adiada a votação do PLS nº 97.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica também adiado o Projeto de Lei do Senado de nº 97.

Item nº 8:.

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003. Terminativo. Altera o § 6, art. 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003. Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental, mental severa ou profunda e também os autistas. Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa cujo parecer é pelo arquivamento do projeto. Com a palavra, a Relatora, Senadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores do meu Estado, o Pará.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador Luiz Otávio.

Apesar da ausência do Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de explicar porque dei este parecer. É o seguinte: o que o Senador pede no seu projeto, o que ele altera no Parágrafo nº 6 do Art. nº 2 da Lei 10690, de 16 de junho de 2003, que é isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de

deficiência visual, mental, severa ou profunda e também os autistas.

Por que estamos propondo o arquivamento? Porque, quando o Senador entrou, S. Ex^a, com certeza, não sabia disso, mas a proposta diz o seguinte: a Lei nº 10.754 já modificou a redação do § 6º do art. 1º da Lei nº 8.989/95, que foi acrescentado pela Lei nº 10.690, de 2003.

Assim, já existe, foi aprovada em 2003 uma lei semelhante, idêntica. Por isso estamos propondo o seu arquivamento. Não é que o projeto não tenha mérito. Ele tem mérito. Só que ele já existe. Foi aprovado em 2003. Faço questão de ler para as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senadora, é só para lhe dar uma informação. Existem 13 projetos na Comissão de Assuntos Econômicos que tratam da isenção de IPI. Foi feita uma indicação para tramitação conjunta que tem como Relator o Senador Roberto Saturnino, do Estado do Rio de Janeiro.

É apenas uma informação a V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Deixe-me apenas dizer, Sr. Presidente, que isso já é lei. A Lei nº 10.754, de 2003, dá a seguinte redação ao § 6º do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 1995, acrescentado pela Lei nº 10.690, de 2003.

O que diz, então:

§ 6º A exigência para aquisição de automóveis equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de, no mínimo, quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável, ou sistema reversível de combustão, não se aplica aos portadores de deficiência de que trata o Inciso IV, do **caput** deste artigo.

Então, o PLS nº 270, de 2003, está prejudicado por haver perdido a oportunidade, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno do Senado.

Por isso, mantenho o voto pelo arquivamento, e fica a cargo desta Comissão se discutimos este PLS hoje.

Quando o Senador Arthur Virgílio deu entrada no processo, ainda não tinha sido aprovada essa lei, porque ela foi aprovada em 2003, já no final do ano. Então, é um projeto meritório, só que alguém já havia pensado isso antes e essa tramitação já havia acontecido nas duas Casas. Por isso se transformou em lei e por isso estou dando o meu voto pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Se o Plenário concordar, podemos dar o parecer

como lido pela Relatora, que é V. Ex^a, e fica adiada a discussão e a votação da matéria. (Pausa.)

Então fica dado como lido o relatório, e fica adiada a discussão e a votação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo.

Item 9:

Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, que dispõe sobre a inclusão de novos Municípios na área de atuação das Agências de Desenvolvimento do Nordeste. Autor: Senador Gerson Camata; Relator: Senador Almeida Lima.

Foi lido o parecer do Relator na reunião anterior, ficando adiada a discussão e a votação da matéria.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois não. Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Peço a palavra apenas para um esclarecimento às Srs. e aos Srs. Senadores aqui presentes.

Essa proposição recebeu parecer favorável. É assim a minha manifestação. E o seu objeto, na verdade, não é ampliar a área abrangida pelo chamado Polígono das Secas, que, além de incluir todos os Estados do Nordeste, alguns Municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Nesse caso, trata-se de Municípios, cujas áreas já integram a referida área do Polígono das Secas, abrangidas, portanto, pela atuação da Sudene, agora Adene. São Municípios criados posteriormente, como decorrência de desmembramentos de outros Municípios em cuja área já estavam incluídos.

Como decorrência desses desmembramentos, da nova denominação e da autonomia de outras áreas com o Município, nada mais justo do que incluí-las sob pena de áreas que anteriormente estavam no Polígono das Secas não mais permanecerem.

Por essa razão, o meu voto e parecer são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Como tudo que produz nesta Casa, o parecer do Senador Almeida Lima é brilhante. Só que estamos diante de uma discussão virtual, pois a Adene não existe. Então, estamos no País do faz de contas, infelizmente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A Adene existe de direito, mas não de fato.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – É exatamente, existe de direito, mas não existe de fato. E a Sudene não existe mais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente, não existe mais. Então, estamos no País do faz de contas.

Lamento que uma questão dessa importância, fundamental para a Região Nordeste, não tenha sido definida. Lembro-me de que no começo do Governo – não sei se o Senador Tasso Jereissati participou desse ato –, num movimento, abraçaram o prédio da Sudene em Recife, comemorando o renascimento daquele órgão. E, desde esse dia, não aconteceu nada! Como o Senador Tasso Jereissati é o primeiro Presidente da Comissão que irá discutir os assuntos regionais, espero que esse seja um dos temas prioritários, para que possamos revitalizar a Sudene. Aí, sim, esse brilhante projeto do Senador Almeida Lima passará a ter a eficácia que todos esperamos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Tem a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Apenas uma retificação. O projeto é de autoria do Senador Gerson Camata. Eu sou Relator.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, na mesma linha do pronunciamento do Senador Heráclito Fortes quero dizer que, na verdade, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, esteve em Fortaleza. O Senador Tasso pode até dar mais detalhes desse encontro de pompa e circunstância, pois levaram até o falecido e festejado economista, criador da Sudene, Celso Furtado, numa cadeira de rodas, para homenageá-lo. Na ocasião, disseram que estava sendo lançada uma Sudene nova, revitalizada, que faria o papel, que desejamos, de uma agência de desenvolvimento, como no passado.

No entanto, nada disso aconteceu. Até o projeto que estava tramitando na Câmara dos Deputados e que tinha urgência constitucional, o Governo Federal retirou a urgência, mas por um movimento dos Srs. Deputados foi aprovado o projeto de recriação da Sudene naquela Casa. Hoje esse projeto está tramitando no Senado. O Relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é o Senador Antonio Carlos Magalhães, que já encaminhou o seu relato e, como Presidente da Comissão, deve colocar muito brevemente em votação para que nós...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É o PLC nº 59/04.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Está aqui na CAE?

O SR. PRESIDENTE(Luiz Otávio. PMDB – PA) – Está na Comissão de Constituição e Justiça e deverá vir para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CÉSAR BORGES(PFL – BA) – ...pelo Senador Antonio Carlos. Essa é a informação para colocar...

O SR. ORADOIR NÃO IDENTIFICADO – (Fora do microfone.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Podemos ampliar a discussão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a de Desenvolvimento Regional. Porém, há um requerimento meu, apresentado nesta Sessão Legislativa, objetivando convocar o Ministro Ciro Gomes para prestar informações. Isso porque não temos hoje, no Nordeste, absolutamente nada – ficamos sem a Sudene, extinta no Governo anterior e ainda não recriada efetivamente neste Governo, e a Adene é um simulacro de Agência de Desenvolvimento, não é efetivamente uma Agência, pois não cumpre os seus objetivos precípuos, as suas obrigações como agência de desenvolvimento.

Faço essa manifestação para consignar o nosso protesto com a falta de atenção deste Governo para uma região como o Nordeste brasileiro, que precisa de um projeto específico para alavancar o seu desenvolvimento. Em lugar de fazer o que deveria ser feito – um projeto para o Nordeste –, o Governo tenta impor a transposição como solução para o desenvolvimento daquela Região. Sabemos que a transposição não é uma solução para os problemas nordestinos, mas um mero paliativo, senão, talvez, uma obra com outras finalidades, como a eleitoreira.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – V. Ex^a começou bem, mas, se me permite, terminou mal, porque a transposição não é problema, é solução.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aceito o aparte do Senador Garibaldi Alves e respeito inclusive a vontade dos Estados do Nordeste setentrional, como Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, em terem o projeto da transposição. O que estou a dizer, no entanto, Senador Garibaldi Alves, é que o Governo Federal vai colocar a transposição como a solução para o Nordeste e esquecer qualquer outro tipo de ação, inclusive a recriação de uma Agência como a Sudene. E vai dizer que já contemplou o Nordeste.

Sabe muito bem V. Ex^a que a transposição não resolve os problemas do Nordeste como não resolve os problemas do Rio Grande do Norte. Pode, em par-

te, resolver algum tipo de problema do ponto de vista hídrico. Mas, mesmo assim, temos as nossas dúvidas. Técnicos renomados, até do Estado de V. Ex^a, puseram-se contra esse projeto da transição, que merece uma discussão muito mais ampla por toda a sociedade brasileira, inclusive pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A proposta de V. Ex^a, Senador César Borges, poderá e deverá ser analisada quando da chegada do PLC nesta Comissão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, como Relator eu gostaria de acrescentar o seguinte: na verdade, considero legítima a discussão. Ou seja, utilizou-se da tramitação, da discussão desta proposição para uma crítica ao Governo Federal, justa, cabível e oportuna, no que diz respeito à sua omissão quanto ao aparelhamento deste instrumento governamental da mais alta importância para a nossa região que é a Sudene.

Recordo-me de que, no final do ano passado, estive inclusive conversando com o Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que esta proposição retornasse à pauta de deliberação daquela Comissão.

No entanto, devo acrescentar que a crítica que ouvi não foi à proposição em si, válida e legítima, mas, sim, aproveitando-se dela, fazer uma crítica à omissão do Governo.

Portanto, entendendo haver consenso ou não-discordância com relação à proposição e ao Relator, solicito que seja deliberado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A votação da matéria fica prejudicada, pois, por se tratar de projeto terminativo, necessita de **quorum** qualificado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, deixei para o final da reunião. V. Ex^a alega a questão do **quorum**, já no Item 09, por se tratar de projeto terminativo. Como os demais itens também o são, parece-me que o encaminhamento seria o mesmo. Gostaria de pedir um esclarecimento à Mesa diante do que dispõe a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, sobre o Plano Real. Em seu art. 6º, ela estabelece:

O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo (...).

E aponta dois itens. O § 1º determina:

Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O § 2º diz que o Congresso Nacional poderá, com base em parecer da CAE, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** do artigo. E estabelece outras disposições.

Como titular desta Comissão, nesta Sessão Legislativa e na anterior, devo expressar minha estranheza por ter constatado a não-deliberação da programação monetária no último trimestre de 2004 e por não ter visto tramitar, embora estejamos no começo da sessão legislativa anual, a programação monetária para o primeiro trimestre. Já estamos no mês de março, e não há tramitação. Essa é a informação que peço à Mesa em decorrência do descumprimento da referida lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A Mesa comunica a V. Exª que, até o momento, não foi dada entrada, na Comissão de assuntos Econômicos, à referida correção. Afirma que, ainda hoje, fará chegar às mãos de V. Exª um expediente, cobrando essa remessa a respeito do final do trimestre de 2004 e do início do primeiro trimestre de 2005.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Agradeço a decisão tomada por V. Exª.

Estranha-me enormemente a posição do Governo Federal com relação a essa omissão, tendo em vista que esta Comissão sempre discutiu a matéria. O Governo respeitava e cumpria a determinação legal, encaminhando para esta Casa a programação monetária. Tive a oportunidade, inclusive, em algumas oportunidades, de discutir a programação monetária trimestral, tendo como Relator o nobre Senador Garibaldi Alves Filho, aqui presente. Salvo engano, refiro-me à do primeiro ou à do segundo trimestre do ano passado. Lamentavelmente, o Governo, por conta própria, sem deliberação do Congresso Nacional, está descumprindo a norma legal, ao não encaminhá-la. Agradeço a decisão de V. Exª de fazer a cobrança. Entendo que deve ser essa a primeira medida a ser adotada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A programação monetária, com certeza, sempre foi enviada a tempo. Não só o Senador Garibaldi Alves Filho, mas eu, inclusive, fui Relator dessa matéria algumas vezes, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos quanto no Plenário do Senado.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, se não houver divergência do Plenário e da Mesa, gostaria que o requerimento sobre a Petrobras fosse colocado em votação, para que o Senador José Eduardo Dutra, Presidente daquela empresa, pudesse comparecer, o mais rapidamente possível, a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Há sobre a mesa um requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares para que, nos termos regimentais, sejam designados dia e hora desimpedidos desta Comissão de Assuntos Econômicos para que seja providenciado convite ao Presidente da Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), Sr. José Eduardo Dutra, a fim de expor relatório econômico-financeiro da companhia, as parcerias firmadas e as perspectivas de exploração e produção dos novos poços de petróleo.

Por parte da Mesa, não há empecilho nem embaraço algum. Submeto a matéria ao Plenário para saber se há consenso na aprovação do requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares.

Existe um outro requerimento, do Senador César Borges, que, da mesma forma como foi colocado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, requer que, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada uma audiência pública com o Exmº Sr. Ministro da Fazenda, Antonio Palocci*, com o objetivo de esclarecer o recente aumento da carga tributária no País.

A Mesa ouve a opinião, o voto, a posição do Plenário. Há um consenso do Plenário na aprovação do convite. E fica, desde já, encarregada a Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos de fazer um contato com a assessoria e o Gabinete do Ministro Antonio Palocci para marcarmos uma data oportuna para a presença do Exmº Sr. Ministro.

Fica aprovado, portanto, o requerimento, por consenso.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, chego atrasado, vindo agora do meu

Estado, mas tive a oportunidade de ver o final de um pequeno debate sobre a transposição do São Francisco. Esse é um tema de interesse nacional que se desenvolve há muitos anos, há mais de 150 anos, e existe uma decisão do Governo de realizar essa obra.

Considero o projeto importante, conheço-o em profundidade, porque ele se desenvolveu na época em que fui Ministro da Integração Nacional, e penso que há muitas interpretações equivocadas em relação a ele. Considero importante que esta Casa tenha a oportunidade de conhecer o projeto e debatê-lo. Esse é o interesse de muitas comissões, não apenas da Comissão de Assuntos Econômicos, mas creio que da nova Comissão de Agricultura, da Comissão do Desenvolvimento Regional e da Comissão de Infra-Estrutura.

Não sei se posso propor, Sr. Presidente, um debate sobre esse tema no conjunto dessas Comissões.

Houve um debate anterior, logo que o Vice-Presidente da República se tornou o Coordenador desse projeto, no plenário da Casa, onde tiveram a oportunidade de ouvir uma exposição sobre o projeto e debatê-lo vários dos Srs. Senadores. E creio que agora volta, de forma acelerada e positiva, a questão da transposição do rio.

É uma decisão do Governo realizá-lo, e o próprio Congresso Nacional já aprovou o tema. Uma vez que o Congresso aprovou uma dotação orçamentária de R\$600 milhões, isso significa a aprovação tácita da execução do projeto, visto que já está em vias de licitá-lo.

Entendo ser necessário que se faça um debate sobre o tema e gostaria de propor a V. Ex^a que fizesse um entendimento com os presidentes das outras comissões ou, talvez, com o Presidente da Casa no sentido de realizarmos um debate em plenário, convocando o Sr. Ministro da Integração Nacional e/ou técnicos que conheçam o projeto, para que possamos discuti-lo no Senado e tirar dúvidas – que creio serem muitas – em relação à sua execução.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Mesa acata a proposição de V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra. Faremos um contato com o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, para tratarmos da conveniência e da data, a fim de fazermos uma reunião conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional para convidarmos o Ministro Ciro Gomes.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria também de apoiar a proposta do nobre Senador Fernando Bezerra, que já luta há muito tempo pela transposição do rio São Francisco. Eu acho que

nós precisamos debater muito este assunto, que é de vital importância, porque volumes enormes de recursos serão aplicados quando nós sabemos das dificuldades orçamentárias do Governo Federal.

Eu tenho uma posição contrária à transposição, posição esta que é unânime no meu Estado, no Estado de Sergipe, no Estado de Alagoas, porque não se fala sequer na revitalização. O volume de recursos na revitalização é mínimo e mesmo assim há contenção orçamentária.

Eu considero, nobre Senador Fernando Bezerra, que equivocadas na verdade não são as opiniões contrárias ao projeto; equivocado é efetivamente o projeto. Sabe V. Ex^a, que foi Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso e que lutou por esse projeto ainda à época de Fernando Henrique. Também naquela época dizia o Senador Fernando Bezerra como Ministro que essa é decisão de Governo. Então, o projeto vai existir porque é uma decisão de Governo. Não interessa à opinião pública, não interessa o que pensa o Nordeste. É uma decisão de Governo. Disse isso o Presidente Fernando Henrique no Governo passado. E eu o contestava como Governador do Estado da Bahia, dizendo que não poderia ser uma decisão de Governo. Trata-se de uma questão nacional que tem que ser debatida de forma profunda para ser esclarecida efetivamente. A meu ver, esse é um projeto diversionista. É para tirar exatamente a atenção do problema do Nordeste, dizendo que a transposição vai resolver o seu problema, o que não é verdade. Nós temos populações paupérrimas vivendo à margem do rio São Francisco sem capacidade de sustentabilidade econômica e o Governo não destina real nenhum para essa população.

Portanto, decisão não está tomada não, Senador Fernando Bezerra; decisão tem que ser debatida profundamente, porque a decisão só será tomada se for benéfica ao País, benéfica ao Nordeste brasileiro. Este negócio de decisão imperial: “está tomada, porque o Governo decidiu”. Então, ninguém discute. Temos que aceitar a decisão do Governo?! Isso não! Isso foi tentado no Governo Fernando Henrique Cardoso. Não deu certo. E no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva também eu tenho certeza que as coisas não serão feitas dessa forma.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, eu fui citado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Bezerra por ter sido citado; depois concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima, Senador Ney Suassuna e Senador Garibaldi Alves.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN)

– Eu trouxe essa questão da forma mais democrática, propondo um debate.

Não acho que há decisão imperial. Há a decisão de um projeto que se arrasta há mais de 150 anos. Em momento nenhum V. Ex^a...

(Intervenção fora do microfone)

Não! Não é por isso que não presta. Essa é uma colocação equivocada e grosseira da parte de V. Ex^a, entendeu? Eu não aceito esse tipo de colocação nem estou aqui para fazer graça nem brincadeira com coisa séria, está certo?

Tem V. Ex^a todo o direito de contestar o projeto e de fazê-lo, mas não dessa forma. Em momento nenhum eu disse que isso é uma solução para o projeto. Eu disse que isso resolve a questão de água da região do Nordeste setentrional, sobretudo da Paraíba.

Então, eu estou propondo um debate. Foi essa a proposta que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Proposta aceita pelo Senador César Borges, da mesma forma... A Mesa aguarda que V. Ex^a encaminhe um pedido formal para que possamos entrar em entendimento não só com o Ministro Ciro Gomes, mas também com o Presidente do Congresso, o Senador Renan Calheiros.

Nós aguardamos oficialmente o pedido de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, embora discorde das alegações de mérito quanto ao Projeto de Transposição das Águas do rio São Francisco aqui colocadas pelo Senador Fernando Bezerra, concordo com o requerimento de S. Ex^a, porque propõe abrir amplamente a discussão nesta Casa a respeito desse famigerado projeto. Eu tive essa oportunidade de dele discordar, quando da vinda de S. Ex^a, o Vice-Presidente da República, que o apresentou para discussão junto ao Plenário do Senado Federal. Mas devo dizer que sempre tratei com muita seriedade o projeto. Aliás, se fosse sério, não existiria há 150 anos.

Existe há 150 anos, e não foi implantado. Portanto, não presta mesmo. E, além de não prestar, é criminoso. Trata-se de um crime ecológico e contra as populações ribeirinhas, que têm o sonho e a esperança de contar com projetos de irrigação, a exemplo de fruticultura, como os que existem nos Estados da Bahia e de Pernambuco, em Juazeiro e Petrolina. Com a transposição sem a revitalização não haverá oportunidade de implantar tais projetos, por exemplo,

no semi-árido sergipano e no alagoano e em outras áreas do Estado da Bahia.

Não serve e não presta porque existe há 150 anos. E se prestou, ao longo da história, foi apenas à politicagem dos Governos, a exemplo deste, por se tratar de um projeto tecnicamente mal-elaborado e que vem destruir a esperança daquele povo. Pois, se bom fosse, no instante em que é defendido, a mesma justificativa para levar água a Estados tão longínquos seria válida para o Canal Dois Irmãos, localizado em terras da Bahia e de Sergipe, e a populações que sofrem da mesma maneira, como as dos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. E mais: haveria recursos para o Canal de Xingó, em terras de Sergipe, e para o semi-árido sergipano, bem próximos, a fim de atender às populações ribeirinhas, e não com um custo elevadíssimo de transposição para Estados longínquos a fim de atender a pessoas que, concordo, passam pelos mesmos problemas. Por que, então, não atender às ribeirinhas, e atender a pessoas tão longe? Se é bom, que estabeleçamos as prioridades. Que atenda a Sergipe, a Alagoas, a Pernambuco e à Bahia. Atendidas essas populações, ótimo. Que seja levado para a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará.

Por essa razão, eu disse que não presta. Mas não presta mesmo, porque se aí está há 150 anos é porque não atende às necessidades da região, além de se constituir em crime ambiental e ecológico, pois vai proporcionar a destruição do rio São Francisco, que precisa, em primeiro lugar, ser revitalizado, e, em seguida, transposto. Concordaremos com a segunda etapa após a sua revitalização.

E devo dizer que não apenas com relação a esta, mas a todas as questões que tenho levantado no Senado Federal, sempre as tratei sem gracejo e com muita seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, estou no meio de dois opositores.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas estou ao lado de V. Ex^a para dar força.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Espero que o Senador Ney Suassuna se aproxime.

Na verdade, estou plenamente de acordo com o Senador Fernando Bezerra, quando S. Ex^a propõe um debate conjunto, já que quatro Comissões estariam cogitando realizá-lo. Portanto, que se faça o debate.

Creio que o Senador Almeida Lima não deixou de ser radical – o que, aliás, não é uma característica de V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Em trinta segundos, apenas. É uma característica, sim. E faço questão de afirmar minha radicalidade, porque os problemas enfrentados pelo Nordeste e, em última instância, pelo País, resolveremos apenas com decisões radicais. Com “meia-sola”, com arrumações, não resolveremos nunca.

A questão do Nordeste, que já perdura há séculos, só iremos resolver, Senador Garibaldi Alves, com decisões radicais, corajosas e sérias, embora devo dizer que reconheço o interesse de V. Ex^a, do nobre Senador Ney Suassuna e das populações dos seus Estados. Eu reconheço que se trata dos problemas das populações do meu Estado e do Estado da Bahia, e que estamos à margem.

Como posso admitir um sertanejo de Canindé do São Francisco, um sertanejo de Poço Redondo, de Monte Alegre, de Sergipe, de Carira, de Pinhão, morrer de sede pela falta de emprego, de subsistência, enquanto se gasta uma enormidade dessa para irrigar áreas, para o atendimento humano ou animal, no Rio Grande do Norte, tão distante, se se poderia atender às populações mais próximas primeiro, revitalizando o rio, para realizar, depois, outros projetos de transição e de interligação da bacia do Tocantins com a do São Francisco? São essas coisas que eu não compreendo.

Sou contrário ao posicionamento do Senador Garibaldi Alves, de quem sou um amigo, a quem considero enormemente, com quem tenho um excelente relacionamento. Mas temos apenas posições contrárias e, neste ponto, sou radical.

Obrigado, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, vou ser breve, até porque o Senador Ney Suassuna quer participar do debate. Penso que o debate deve ser travado com serenidade. O Senador Almeida Lima tem todas as condições de travar esse debate na maior serenidade. Apesar de ser contra os argumentos do Senador Almeida Lima, creio que S. Ex^a os defende com muita dignidade, muita pertinácia, muita obstinação. Uma coisa o Senador Almeida Lima não pode negar: há um sonho e uma aspiração seculares de que possamos ter essa transposição de bacias. Os Estados citados pelos Senadores César Borges e Almeida Lima certamente já foram beneficiados. Não digo que foram beneficiados de uma forma ideal, mas já o foram. Será que o rio não é o rio da unidade nacional ou – desculpem-me os Srs. Senadores – é o

rio só da Bahia? É o rio só de Sergipe? Não se trata do rio do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco. Podemos dividir o que o São Francisco pode dar, sem essa ânsia de querer que o São Francisco dê mais. Está certo que dê mais à Bahia, porque nasceu lá, ou melhor, nasceu em Minas. Mas não podemos ficar privados, impedidos, de utilizar as águas do rio São Francisco.

Por isso, louvo o debate e vou terminar para que o Senador Ney Suassuna possa participar. Eu não sabia que o Senador Almeida Lima era tão radical.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O que faz um país, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a solidariedade. É a solidariedade entre as pessoas que tece esse espírito de Nação e cria essa nacionalidade. Lamentavelmente, às vezes, os motivos são tomados ou tratados ideológica ou politicamente; às vezes, até com radicalismo.

Perguntamos: quanto por cento representa o São Francisco, no Nordeste, em termos d'água? Sessenta por cento. O que faz a água do São Francisco depois que passa por esses Estados? Vai para o mar, para ser salgada. Quanto é o caudal médio do São Francisco? São 2.650 metros cúbicos, em média, mesmo quando está baixo; quando ele está cheio, é muito mais. Estou falando em média. Pode ter chegado a 600, em época de estiagem, o que é normal, natural.

Se fôssemos radicais, nós dos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e do Ceará diríamos o seguinte: o rio tem de ser revitalizado. Mas não fomos nós que o destruímos. Não fomos nós que arrancamos as suas matas ciliares, nem jogamos milhões e milhões de detritos para assoreá-lo. Mas não somos radicais para dizermos isso. Se fôssemos radicais, estaríamos dizendo: não somos nós que jogamos esgoto dentro do rio e que está matando peixe. Não. Mas nós queremos que haja revitalização. Porque nesse tempo que isso ocorreu e ocorre ainda hoje, não havia a mentalidade do meio ambiente e da preservação. Hoje, o Brasil é outro. Hoje sabemos que se jogarmos esgoto, como foi jogado em todas as cidades ribeirinhas, o rio morre, vira uma cloaca. Nós sabemos que o que se arrancou de mata ciliar deve ser replantado. Depois de se vender a madeira e usufruir, precisa ser replantado, senão o rio morre.

Nós sabemos que precisa desassorear o rio e nós queremos que haja revitalização, diferentemente dos ribeirinhos que não querem que haja a transposição, que é uma palavra maldita. Por quê? Porque não há transposição nenhuma, há uma tomada d'água que era

de 2%, oitenta e dois metros cúbicos por segundo, um caudal de 2.600 reduzido agora, no último projeto, para trinta. Por quê? Porque o argumento dos que fazem adversidade à nossa tese é de que eles querem água para irrigar. É mais justo, e eu concordo com eles em gênero, número e grau. Se precisa irrigar, que se irrigue na beira do rio, que é mais barato. Faz somente a irrigação. O nordestino é o mesmo. Agora, trinta metros não é para irrigar, mas para beber água.

O meu Estado tem 75% de cristalino. Ou seja, há pedra por debaixo e logo em cima há 45% de terra. Não há sequer possibilidade de ter lençol freático. Nós estamos querendo o copo d'água. Então, paciência. Nós queremos que eles tenham toda a irrigação que seja possível.

Nós não os estamos culpando porque eles deterioraram os rios, arrancaram as matas, não fizeram nada disso. Nós não somos radicais. Nós queremos os trinta metros para beber, porque quando chega a hora da seca no Nordeste, na Paraíba, nós tomamos água de fundo de poço de açude, quando tem. Em seguida vem schistossoma, todas as doenças gástricas e tudo o que se gasta na saúde. Então, é questão até de piedade cristã.

Eu lamento quando vejo alguém radicalizar e politizar o assunto para fazer sensação. Isso não é um assunto para ter sensação, mas para ser estudado tecnicamente. A solidariedade é o que deve nos mover.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Um aparte, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não, nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu queria dizer ao nobre Senador, dentro da sua argumentação, que há um equívoco. Não falta solidariedade, de forma nenhuma, aos nordestinos, porque todos somos irmãos. Eu acho que esse projeto tem, inclusive, um grande malefício: trazer uma divisão para o Nordeste, que já é fraco de alguma forma e se enfraquece mais ainda nessa divisão entre estados, nordestino setentrional para o meridional. Acho que é uma divisão falsa, como é falso dizer que falta solidariedade. Quanto à água para matar a sede da população, nós somos inteiramente favoráveis a que se leve a água que for necessária. Agora, essa água será transposta por meio de adutoras e terá um destinatário certo. Quanto ao projeto da transposição, eu, inclusive, me permito aconselhar V. Ex^a: debruce-se sobre o projeto. Não. V. Ex^a tem canais que chegam até 120 mil metros cúbicos. Será apenas limitado quando o rio estiver com vazão mínima, a 20, 26, 30 metros cúbicos; quando o rio estiver baixo. Quando o rio estiver com uma vazão maior, então poderá chegar a mais de 100 metros cúbicos por segundo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Cento e quinze metros cúbicos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Cento e quinze. Serão construídos canais a céu aberto e terá evaporação, levando essa água que vai ter um custo enorme para ser elevada e transposta. Depois, haverá lançamento em canais a céu aberto dos próprios rios existentes; nos rios e açudes das regiões do Nordeste Setentrional, contribuindo para que o sol faça um trabalho mais forte ainda da evaporação dessa água. Aí há o equívoco do projeto. Mas se fosse um projeto para transpor, como existe em outros países ou na Califórnia, onde San Diego e Los Angeles são abastecidos, às vezes, com transposição do rio Colorado, etc., claro que não haveria nenhuma dificuldade. Mas se vai transpor para abastecer quem? Campina Grande, João Pessoa, Recife ou os que não tenham manancial próximo a essas regiões. Nada mais justo e não haveria aqui uma palavra de protesto de qualquer Senador desses outros Estados do Nordeste, Senador. Com certeza eu posso lhe afirmar isso, Senador Ney Suassuna. Não haveria a menor dificuldade. Agora, não é esse o projeto que se está tentando passar. É uma argumentação de V. Ex^a, mas, infelizmente, ela carece de veracidade do ponto de vista técnico, porque o que está colocado hoje é o outro projeto. E o que se coloca é a viabilidade técnica e econômica. Nunca ouvi dizer que não se faz um projeto com viabilidade técnica e econômica. Não há nenhum órgão financeiro internacional – como o Banco Mundial, que é voltado para combater a pobreza – financiando um projeto desses porque sabe que ele não tem viabilidade econômica, técnica, nem ambiental. Portanto, apenas gostaria de lhe dizer que não falta solidariedade dos seus irmãos nordestinos; continuamos todos nordestinos, e tenho muita preocupação que esse projeto sirva como uma cunha entre os nordestinos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Veja só, no dizer do nobre Senador, parece até que o sol não bate sobre o rio São Francisco e não há evaporação. Qual é a diferença entre bater num canal e bater no rio? Em seguida, pergunto também: e essa água? Porque vai tomar ali; a tomada já é a pouco mais de 100 quilômetros do mar e, em seguida, essa água é jogada fora. Então deveríamos proibir que essa água fosse jogada no mar. É uma água que não vai servir para nada, a não ser para encher o Oceano Atlântico. Então,...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o desastre ecológico.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Como desastre ecológico?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como já, de certa forma, as barragens foram construídas longe do rio São Francisco, salinizaram toda a foz do rio, matando espécies e trazendo destruição para uma série de projetos do Estado de Sergipe e de Alagoas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É incrível como suposições se transformam em verdade, de ambos os lados. E fico mais perplexo ainda, porque, como digo, não estamos falando...

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Senador Ney Suassuna...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou concluindo e, em seguida, darei um aparte a V. Ex^a.

É incrível, não estamos, de maneira nenhuma, crucificando ninguém por ter danificado o rio. Acharmos que vocês têm todo o direito. Hoje, a revitalização vai custar 14 bilhões. Somos favoráveis aos 14 bilhões. E para gastar 5 bilhões para levar água a quem precisa? Como não é falta de solidariedade? Não sei que outra palavra pode ser usada. E o que me deixa mais triste é que eu, como ministro, fui aos Estados e vi os líderes criando uma politização em torno do tema, em vez de deixar o assunto técnico. Não, é politização. Isso será bom para a próxima eleição provavelmente. Agora, do ponto de vista da solidariedade, é uma defecção incrível.

Concedo a palavra ao Senador...

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Nobre Senador Ney Suassuna, V. Ex^a falou que se fosse radical – e V. Ex^a não é – teria dito que o rio São Francisco foi destruído pelas populações dos Estados ribeirinhos, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas. E disse mais: que 60% da água do Nordeste é do rio São Francisco. E os outros 40% foram destruídos por quem? Que populações?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não têm. Não existem outros caudais. No meu Estado, não existe um rio perene.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Destruíram mais cedo?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Não destruíram. Nunca teve.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Com mais antecedência?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Vou mandar um livro de geopolítica para V. Ex^a, e V. Ex^a verá que não tem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Apenas como sugestão, não poderíamos deixar essa discussão para debate na reunião proposta pelo Senador Fernando Bezerra para convidarmos os Ministros e discutirmos?

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Com certeza.

Permita-me apenas a conclusão rápida do aparte e agradeço a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Para dizer também o seguinte: como disse o Senador César Borges, o rio foi entrecortado em vários pontos para a construção de barragens. E por causa disso também ele sofreu e foi degradado. O meio ambiente foi modificado e ele sofreu por conta disso também. Mas, pergunto: e a energia gerada em Xingó, em Sergipe, em Paulo Afonso, na Bahia, em Itaparica e nas demais, não serviram à Paraíba?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Claro que serviram.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – A Pernambuco. E aos outros Estados?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas serviram ao Espírito Santo. E a água que V. Ex^a tem para tirar? É só chegar na beira do rio e tirar. Não serve também?

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Então os que destruíram não foram apenas os Estados ribeirinhos ao São Francisco; os outros destruíram também. Em segundo lugar, ele não serve apenas aos nordestinos de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Bahia, mas serve também, no mínimo à produção de energia, aos demais Estados.

A questão, nobre Senador, não é de solidariedade. A questão é de consciência ambiental, é de se entender que, primeiro, não somos contra a transposição. Agora, se o rio está morrendo e está morrendo a olho nu – quem transitar, quem trafegar pelo rio São Francisco, vai verificar o seu assoreamento. E a devastação ambiental, no país e no mundo, não se deu apenas em Sergipe e na Bahia. Todo o Nordeste brasileiro, todo o País. A Europa já fez isso há muito tempo; os Estados Unidos, pior ainda, porque a consciência ecológica não existia. Está destruído? Vamos ajudar a destruí-lo? Nós não combatemos a transposição. Primeiro, nós defendemos duas coisas: a primeira delas é a revitalização para que tenha leito profundo, amplo, suficiente, em condições de atender a populações; segundo, que se construa primeiro o Canal Dois Irmãos, que atende à Bahia e ao Sergipe, e o Canal de Xingó para atender a populações que estão morrendo de sede e fome, idênticas às populações de Estados mais distantes. É uma questão apenas lógica em que se usa a razão e não a política, como V. Ex^a se referiu.

Agradeço imensamente o aparte. Entendo que a proposta do Senador Fernando Bezerra é oportuna,

a do amplo debate. Concordo com o Presidente desta Comissão quando afirma que teremos a oportunidade do debate, porque ele inclusive acatou a sugestão da reunião conjunta das diversas Comissões, trazendo aqui personalidades e técnicos para, tecnicamente, discutirmos a questão. E, no mais, devo dizer a V. Ex^a que sou também um irmão de V. Ex^a, solidário com V. Ex^a e com os irmãos da Paraíba.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E espero que isso ocorra na prática também.

Somos a favor da revitalização e, com certeza, estaremos juntos. Como eu disse, não estaremos olhando o passado. Nós, da Paraíba, não levamos um grama de terra para o São Francisco nem pela agricultura malfeita, nem porque arrancamos as matas ciliares. Entendemos que isso foi feito não por culpa da população do Estado de V. Ex^{as}, mas porque não havia mentalidade ecológica. E é hora de consertar. Como Ministro, colocamos lá vários milhões para que desviassem os esgotos que caem no rio, para que fizessem os anéis em volta das cidades; fizemos várias coisas, mas isso vai levar muito tempo porque é uma missão muito grande. Como paraibano, sei da emergência de termos a água para beber. Não queremos água para irrigar, mas para beber.

Quanto aos rios, infelizmente, nunca os tivemos, nunca tivemos um rio perene desde que, milênios e milênios atrás, aquela região levantou-se e tornou-se para nós uma região que, se fosse num país desenvolvido, talvez não tivesse nem permitido a habitação, a agricultura etc. A verdade é que temos populações que, às vezes, passam um ano inteiro sem ver um pingo de água, a não ser a de carro-pipa, uma água verde que parece caldo de cana.

Então vamos debater, vamos discutir o problema. Queremos que seja feita a revitalização, queremos que os grandes projetos de irrigação sejam feitos nos Estados ribeirinhos até pelo custo, mas queremos o direito de ter um pouquinho de água para beber.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de encerrar a presente reunião, convoco As Sr^{as} e os Srs. Senadores, membros da Comissão de Assuntos Econômicos, para a próxima reunião no dia 8 de março de 2005, às 10h, na sala de reuniões nº 19, na Ala Ministro Alexandre Costa.

Fica o meu agradecimento a todos os Srs. Senadores.

Até a próxima terça-feira, se Deus assim permitir.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 58 minutos.)

Ata da Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 08 de março, de 2005, às 10 horas, na Sala de Reuniões Nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia oito de março do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio e, em seguida, da Senadora Ana Júlia Carepa, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Sérgio Cabral, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Hélio Costa, Mão Santa, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Patrícia Saboya Gomes, Aelton Freitas e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, tendo falta justificada em virtude de licença médica, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, José Maranhão, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra e João Capiberibe. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, em virtude da leitura em Plenário da Medida Provisória nº 225/04 e do Projeto de Lei de Conversão nº 1/05, que se encontram sobrestando a Pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, serão apreciadas somente as matérias não terminativas. Portanto, é apreciada a matéria da 1ª Parte, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 96, 2005, não terminativa, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Pedro Oliva Marcílio de Sousa para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Senhor Eli Loria”, de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta. Após convidar o Sr. Pedro Oliva Marcílio de Sousa para sentar-se à Mesa, a Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, para que proceda à leitura de seu Relatório. Em seguida, usa da palavra o sabatinado para fazer sua exposição. Finda a exposição, usam da palavra os Senadores César Borges, Delcídio Amaral, Ramez Tebet, Ney Suassuna e Aloizio Mercadante. Encerrada a votação, são convidados os Senadores Mão Santa e Osmar Dias para que procedam ao escrutínio. A Comissão aprova a indicação do Sr. Pedro Oliva Marcílio de Sousa para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por treze votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. O Presidente,

Senador Luiz Otávio, passa a Presidência à Senadora Ana Júlia Carepa em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Usam da palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes, para homenagear o Dia Internacional das Mulheres, e os Senadores Osmar Dias, Luiz Otávio e Delcídio Amaral. Em seguida, são apreciadas as matérias da 2ª Parte da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que “permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001, não terminativo, que “dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais, de autoria do Deputado Jaques Wagner, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura; Matéria retornando a pauta após informações solicitadas pela Relatora ao Ministro de Estado dos Transportes. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, terminativo, que “dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências”, de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Em 02-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que “altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que ‘institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como

Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Em 09-12-03, foi lido o parecer do Relator, ficando adiada a discussão e votação da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Matéria solicitada pela Mesa para atender Requerimento de Audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional-Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003, terminativo, que “altera o artigo 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que re-

gumenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 3/2005-CAE, de autoria do Senador César Borges, que requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública com o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Ciro Gomes, com o objetivo de esclarecer a proposta de transposição das águas do Rio São Francisco; Requerimento nº 4/2005-CAE, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos e as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e a de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença do Exmo. Sr. Ministro Ciro Gomes ou de técnicos do Ministério da Integração Nacional, para discutir o projeto da transposição das águas do Rio São Francisco; Requerimento nº 5/2005-CAE, de autoria do Senador Luiz Otávio, que requer, nos termos regimentais, seja realizado um ciclo de debates no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional e a autonomia do Banco Central; Requerimento nº 6/2005-CAE, de autoria do Senador Luiz Otávio, que requer, nos termos regimentais, seja convidado para participar de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Antônio Palocci, a fim de que sejam debatidos aspectos e perspectivas da Política Econômica; Requerimento nº 7/2005-CAE, de autoria do Senador Luiz Otávio que requer, nos termos regimentais, a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, com 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, para opinar sobre as matérias de interesse do Poder Local. Usam da palavra os Senadores Ramez Tebet, Mão Santa, Delcídio Amaral. Heráclito Fortes e Edison Lobão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho,

a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Declaro aberta a terceira reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura, em 8 de março de 2005, às 10hs, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. A Ata será votada após a arguição do Dr. Pedro Oliva Marcílio de Souza.

Mensagem do Senado Federal nº 96/2005, não-terminativa. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Pedro Oliva Marcílio de Souza para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM –, na vaga do Sr. Eli Loria.

É autor o Poder Executivo. Foi encaminhada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O Relator é o Senador Valdir Raupp.

Antes, quero convidar o indicado, já que se encontra no recinto da Comissão, para entrar e ser arguido.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Relator, para que proceda à leitura de seu parecer sobre o indicado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Sr. Presidente está muito dinâmico, muito rápido. Parabéns!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Pedro Oliva, o Presidente da República, nos termos do art. 52, Inc. III, “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Pedro Oliva Marcílio de Souza para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM – na vaga do Sr. Eli Loria, cujo mandato, fixado por Decreto s/n da Presidência da República, de 27 de maio de 2005, expirou em 31 de dezembro de 2004.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos Diretores e do Presidente da Comissão de Valores Mobiliários dentre pessoas de ilibada reputação e reconhecida competência em matéria de mercado de capitais.

Acompanham a Mensagem o currículo do indicado e o Aviso nº 162, da Casa Civil, de 18 de fevereiro de 2005, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Conforme o referido currículo, o Sr. Pedro Oliva Marcílio de Souza bacharelou-se em Direito, no ano de 1996, pela Universidade Federal da Bahia. Desde fevereiro de 2002 é mestrando em Direito na Universidade de São Paulo.

A experiência profissional do indicado foi na empresa Machado Meyer Sendacz e Ópice Advogados, inicialmente como associado, entre janeiro de 1997 e fevereiro de 2001. A partir de então, como sócio, envolveu operações junto a companhias abertas, em especial na compra e venda de empresas, operações com ações, distribuições primárias e secundárias, ofertas públicas para o cancelamento de registro e aumento de participação do controlador e operações com derivativos, entre outras, e reestruturação societária de empresas.

O Sr. Pedro Oliva Marcílio de Souza é autor dos seguintes artigos: “Ajustes Necessários à Nova Lei das S.A.”, publicado na **Gazeta Mercantil**; “As Debêntures na Nova Lei das S.A.; Contradições da Nova Lei da S.A., ambos na publicação **Consultor Jurídico**.

Além disso, proferiu palestras sobre a divulgação de demonstrações financeiras e sobre a comparação entre a legislação americana e brasileira no Terceiro Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e sobre a Reforma da Lei das S.A. na Associação de Conselheiros Corporativos na América, região metropolitana de Nova York, em 2001.

As informações sobre as funções e os cargos exercidos, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste colegiado, revela o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica do indicado, que estão de acordo com os requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Encontra-se, assim, a Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Pedro Oliva Marcílio de Souza, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, CVM, para o qual foi indicado pelo Presidente da República na vaga do Sr. Eli Loria.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o indicado está em condições de ser apreciado, e o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Presidência passa a palavra ao Dr. Pedro Oliva Marcílio de Souza, para que faça uma breve exposição.

O SR. PEDRO OLIVA MARCÍLIO DE SOUZA – Prezados Senhores, em primeiro lugar, gostaria de saudar a presença do Senador Luiz Otávio, Presidente desta Comissão, e do Senador Valdir Raupp, Relator do meu processo. Gostaria também de cumprimentar os demais membros desta Comissão que estão aqui

presentes. Não posso deixar de agradecer ainda às demais pessoas que vieram assistir a esta sabatina.

Como se pôde perceber do parecer preparado pelo Senador Valdir Raupp, tenho 32 anos, sou advogado, formado pela Universidade Federal da Bahia, e atuei pelo Machado, Meyer, Sendacz e Ópice Advogados, entre 1997 e 2004.

Tive a sorte de trabalhar durante anos nos quais o mercado de valores mobiliários passou por mudanças profundas. Grandes empresas foram privatizadas, diversas companhias abertas ampliaram sua dispersão acionária, outras, tradicionais integrantes, dele se retiraram. A participação de investidores institucionais estrangeiros passou a se fazer mais sentida; os nacionais amadureceram de forma significativa, passando a exigir a observação dos seus direitos de forma contundente.

Nesse período, há que se mencionar ainda a iniciativa da Bovespa de criar segmentos de listagem, nas quais as companhias, que deles desejem participar, submetem-se a regras que aumentam a transparência de suas atividades e a proteção dos acionistas minoritários.

A Comissão de Valores Mobiliários não ficou inerte a essas modificações, procurou adaptar-se aos novos tempos, aos novos conflitos e às novas demandas. Esse processo de adaptação continua ainda hoje.

Tive a oportunidade de vivenciar esse rico período e nele me desenvolver profissionalmente. Vivi e convivi com a CVM, representei acionistas controladores, minoritários e instituições financeiras. Nesses anos, pude conhecer os interesses, necessidades e dificuldades dos diferentes participantes do mercado.

Acredito que essa experiência possa ser útil à Comissão de Valores Mobiliários para enfrentar os novos desafios que ainda estão por vir.

Essa é a apresentação que gostaria de fazer.

Coloco-me agora à inteira disposição para responder às perguntas que V. Ex^{as} desejem realizar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Encerrada a exposição, passamos à arguição pelos Srs. Senadores e Senadoras, que obedecerá à ordem de inscrição, tendo como o primeiro inscrito o Senador César Borges, do PFL da Bahia. Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Pedro Oliva Marcílio de Souza! Sr. Presidente, gostaria de sugerir que V. Ex^a, se possível, abrisse já a votação, porque estamos iniciando, próximo às onze horas, e há algumas outras obrigações. Alguns Senadores poderão retornar, como é do nosso desejo, à Comissão posteriormente.

Mas gostaria também de aproveitar o momento para saudar aqui a presença do Dr. Pedro Oliva Marcílio de Souza, como conterrâneo, baiano. É uma honra para nós podermos apreciar o seu nome. É uma pessoa jovem, mas com um currículo já alentado, que, com certeza, vai, junto à Comissão de Valores Mobiliários, exercer um papel que é muito importante desta Comissão, porque estamos falando de mercado de capitais que é essencial para o desenvolvimento econômico do País, mercado de capitais esse que tem que ter segurança. E, para ter segurança, é preciso que haja efetivamente acompanhamento das transações, da forma como as empresas se colocam no mercado, afinal de contas temos que dar segurança ao investidor para que, dessa forma, possa cada vez mais aumentar os seus investimentos, porque, sem dúvida, o mercado de capitais é aquele que permite a captação de recursos pelas empresas brasileiras para investimentos com recursos baratos. No momento onde os juros são tão elevados mesmo os recursos para investimentos de médio e longo prazo são elevados no nosso País, então, o mercado de capitais é uma grande saída para as empresas brasileiras que lá colocam as ações.

Portanto, o papel da Comissão de Valores Mobiliários é muito grande e muito importante. O currículo lido pelo Relator, Senador Valdir Raupp, indica que não há nenhuma dúvida, por parte desta Comissão, em aprovar o nome do ilustre baiano, Dr. Pedro Olívia Marcílio de Souza.

Era isso, Sr. Presidente.

Desejo ao Sr. Pedro Olívia felicidades e que desempenhem muito bem o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, como segundo Senador inscrito.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. Pedro Olívia Marcílio de Souza. Já conversamos longamente, o senhor bastante qualificado, foi indicado pelo Presidente da República para uma função importantíssima, que é a Diretoria da CVM, hoje mais do que nunca, talvez um dos grandes segmentos do mercado. O Ministério da Fazenda e todos nós acreditamos como um verdadeiro sinal da pujança da nossa economia e da credibilidade do nosso País. E eu quero desejar-lhe Pedro, até fruto da conversa anterior que tivemos, da boa formação que você tem profissional, pela sua experiência especialmente em função do seu trabalho na Machado, Meyer, Sendacz e Ópice, um dos advogados de um dos melhores escritórios de advocacia do País, com a folha de serviços prestados em muitas empresas, muito sucesso.

Quero dizer aqui que votamos com muita satisfação na sua indicação, como toda a nossa Bancada, e espero que você tenha muito sucesso especialmente na Comissão de Valores Mobiliários que é um órgão fundamental hoje – especialmente com vistas aos investimentos, ao mercado de ações – para desenharmos um País cada vez melhor.

Parabéns, sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, é claro que quando lemos um currículo, acredito ser o primeiro passo para conhecermos a vida de uma pessoa, mas acho que não é o passo mais importante, temos que ver se o currículo corresponde à realidade. E eu conheço muita gente que tem título e não tem competência e conheço muita gente que tem título e não tem competência.

Felizmente o nosso sabatinado, Dr. Pedro, eu tomei algumas precauções fui ver e realmente o senhor tem folha de serviço muito maior do que o seu currículo apresenta.

Quero, por isso mesmo, cumprimentá-lo e fazer coro com aquelas vozes todas que, tenho certeza, irão apoiá-lo por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fortalecesse o sistema financeiro brasileiro e sistema de ações e ela passa a ter mais importância do que em qualquer outra época no Brasil.

Quero me congratular com a indicação do nome jovem, excelente currículo que com toda a certeza prestará uma grande ajuda à estruturação de toda essa área que se consolida, como eu disse, cada vez mais.

E eu queria deixar uma questão, é a questão do que pode hoje a CVM fazer um busca desse fortalecimento.

Era essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Dr. Pedro Olívia Marcílio de Souza.

O SR. PEDRO OLÍVIA MARCÍLIO DE SOUZA – A CVM tem, em primeiro lugar, que fazer com que as leis sejam cumpridas, isso ela tem tentado fazer de forma mais eficaz e podemos ver isso pelo número de inquérito julgados no ano de 2004 e nos primeiros meses de 2005.

O atual Presidente Marcelo Trindade tem como meta esgotar todo o estoque de inquéritos instaurados nos anos anteriores, nos próximos doze meses, para

depois disso iniciar uma nova rodada de aprimoramento regulatório para desafrouxar, permitir algumas operações que hoje são vedadas, e que em alguns casos podem ser prejudiciais, embora em tantos outros possam ser benéficas. Penso que é esse o caminho que temos a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Encerrada a fase de argüição, a Presidência solicita ao indicado que aguarde na Secretaria da Comissão para que seja processada a votação secreta.

Solicito aos Srs. Senadores que ainda não votaram que o faça para que possa ser encerrado o processo de votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria pedir a V. Ex^a que procedesse à votação com urgência, porque está faltando número lá e quanto mais urgente for aprovado melhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Logo depois da apuração...

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, V. Ex^a me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Não digo que seja pela ordem, porque é, aproveitando o tempo em que estamos aguardando cumprimentos burocráticos, para fazer justiça.

É que hoje, Sr. Presidente, e nesta semana, o País inteiro está comemorando o Dia da Mulher – isso no mundo inteiro. O Senado Federal fará uma reunião especial para comemorar esse feito, mas acho que nossa Comissão deve fazê-lo também.

Eu queria só lembrar que temos na nossa Comissão seis Senadoras que honram e abrilhantam nossos trabalhos. Duas delas encontram-se aqui presentes, as Senadoras Ana Júlia Carepa e Patrícia Saboya Gomes, mas também fazem parte da nossa Comissão as Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Roseana Sarney e Lúcia Vânia.

Eu queria, em meu nome, abraçar essas bravas companheiras por este dia, na firme convicção de que chegará o tempo em que haverá o Dia Internacional do Homem, porque as mulheres estarão avançando de tal forma que os homens, não querendo se sentir em minoria, por certo só não reagirão porque o mundo estará melhor governado pela sensibilidade que têm as mulheres. Hoje estamos vendo aí as academias, as universidades, os concursos já demonstrando o avanço das mulheres.

Não quero me prolongar muito, mas acredito que V. Ex^a, como Presidente, há de ter compreendido que não houve nenhuma interrupção dos nossos trabalhos

para que eu pudesse manifestar a todas as mulheres, mas principalmente a essas seis Senadoras a quem me referi, meu calor, meu carinho – e acredito que de todos os membros desta Comissão. Incluo aí as funcionárias que nos têm ajudado bastante nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Ramez Tebet, sua lembrança demonstra o carinho e o senso de oportunidade e de responsabilidade que V. Ex^a tem. V. Ex^a por tanto tempo presidiu esta Comissão, foi Ministro de Estado indicado pelo nosso Partido, foi Presidente da Casa, do Senado Federal e do Congresso Nacional, portanto, a oportunidade que V. Ex^a nos dá é de também reafirmar suas palavras e nos solidarizarmos com V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna, que com certeza também fará um manifesto e um pronunciamento com relação a este assunto, até porque desde cedo acompanhamos a chegada de um caminhão com rosas que o Senador trouxe para o Senado Federal, para distribuir para as milhões de mulheres que hoje festejam seu grande dia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, quero me solidarizar com o Senador Ramez Tebet e dizer que realmente as mulheres conquistaram no mundo moderno uma posição que ainda não é o ideal, mas cada dia se consolida e se fortalece mais. Hoje elas estão mais do que em pé de igualdade, eu diria até que são superiores a nós, seja em relação a infecções, em relação à dor, as mulheres realmente incríveis. Quero me solidarizar e parabenizá-las no Dia Internacional das Mulheres.

Gostaria também de puxar um outro assunto. Li nos jornais uma frase atribuída a mim dizendo que o Ministro Palocci havia combinado com a Bancada peemedebista – e principalmente comigo – um projeto de autonomia do Banco Central, o que não é verdade. A verdade é que, o Ministro Palocci, em jantar na minha casa, foi instado por um Senador sobre a autonomia do Banco Central. Ele disse que o Partido dos Trabalhadores está dividido e não iria apresentar projetos. No entanto, não posso deixar de dizer que os países onde o Banco Central tornou-se independente houve uma maior confiabilidade da população em relação às suas políticas do que onde não é independente. Essa foi a colocação do Ministro Antonio Palocci e eu comuniquei a ele, na ocasião, que iria reapresentar um projeto apresentado em 1994 sobre independência do Banco Central. Isso não foi combinado e a única colocação que o Ministro fez foi de que os países, como Chile, caíram três pontos nos juros quando as pessoas passaram a acreditar mais no combate da inflação pela independência do Banco Central.

A Comissão já tomou a decisão, porque li na imprensa a criação de um ciclo de debates, o que acho extremamente produtivo. Devemos debater, discutir e fazer o que é melhor para o Brasil. Na minha opinião, um Banco Central independente é melhor para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Encerrada a votação, convido os Srs. Senadores Mão Santa e Osmar Dias para atuarem como escrutinadores.

Registro a presença do Presidente da Comissão de Educação, Senador Hélio Costa, do PMDB de Minas Gerais.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria também de me associar aos Senadores que hoje se manifestaram destacando a relevância dessa data, 8 de março, que é o Dia Internacional da Mulher, é um resgate da luta das mulheres pelos direitos trabalhistas, contra todas as formas de violência, discriminação e opressão. Portanto, é um dia que exige uma reflexão aprofundada sobre todas as formas de violência e discriminação e sobretudo de uma cultura machista, pois é um grande desafio construir uma identidade masculina não-machista e, portanto, uma sociedade mais livre, com relações mais igualitárias e mais solidárias.

Também gostaria de me manifestar em relação à iniciativa de V. Ex^a propondo um ciclo de debates sobre o tema da regulação do sistema financeiro e autonomia do Banco Central. Parece-me que esse é um grande tema do Brasil, é uma questão que podemos discutir com profundidade, com tranquilidade, o Governo não pretende apresentar um projeto e, portanto, aguardará toda essa discussão que o Senado possa vir a fazer. Existem muitas alternativas em relação à questão da regulação do sistema financeiro e do papel do Banco Central e também é muito bem-vinda a proposta porque estabelece o contraditório, de economistas que são contrários, são favoráveis, mais de uma visão e traz experiências internacionais para analisarmos várias modalidades e alternativas em relação à estrutura e desempenho do Banco Central.

Por tudo isso, gostaria de dizer que recebo, com grande entusiasmo, essa iniciativa do Presidente da Comissão, o que só trará importância e prestígio a essa instituição, abrindo uma reflexão desta qualidade. Quero saudar a Comissão de Assuntos Econômicos pela iniciativa, na pessoa do Presidente Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Finda a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: Votaram SIM 13 Srs. Senadores e NÃO 1.

Houve uma abstenção.

Fica, portanto, aprovada a indicação do Dr. Pedro Oliva Marcílio de Souza para exercer o cargo de

Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Sr. Eli Lorya.

Coloco em votação a proposta do Senador Ney Suassuna, para urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovada a urgência.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma, PFL de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Gostaria da presença do Sr. Pedro Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Convido Dr. Pedro Oliva de Souza para, ainda nas considerações finais, ouvir a manifestação do Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Primeiro peço desculpas a V. Ex^a e ao Dr. Pedro pelo atraso, poderia ter culpa ou não porque poderia ter vindo ontem à noite, mas aqui fiquei. A crítica aos atrasos das companhias aéreas está sendo contumaz, o desrespeito à população, o atraso permanente desses vôos em quase uma hora sempre. É claro que você tem que vir na véspera quando se tem a necessidade da sua presença, principalmente em uma hora dessas. Gostaria de registrar esse protesto, porque é muito angustiante.

Queria cumprimentar o Senador Ramez Tebet por ter trazido a esta Comissão ao nosso respeito à comemoração do Dia Internacional da Mulher.

As mulheres presentes aqui engrandecem o Senado e trazem junto à população a respeitabilidade ao Parlamento, que hoje ele goza de respeito principalmente pelas atividades das mulheres, quando presidem Comissões, quando relatam alguns projetos importantes.

Fica aqui os meus cumprimentos a todas as mulheres do Brasil que lutam pela melhoria daqueles que sofrem.

Tive, Sr. Presidente, a oportunidade de ter uma conversa longa, agradável com o Dr. Pedro, que teve a honra de ser eleito pela maioria deste Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

O currículo de S. Ex^a é perfeito. O Senador Valdir Raupp conseguiu em uma canetada reduzir e mostrar à sociedade a importância da sua história ainda jovem com possibilidade de prestar grandes serviços ao País.

Presidente, Senador Luiz Otávio, juro que me assustei quando ele entrou no meu gabinete: “Mas esse menino vai ser membro da CVM” Aí, quando começou a conversar comigo, me dobrei. Há uma inteligência jovem, estudioso e profundo conhecedor do problema da CVM. Fiz um repasse com ele da história da CVM, quando do caso do boi gordo, fez uma investigação privada, e fui à

CVM, e lá os fiscais me disseram que não tinham poder de interferência, porque a venda dos títulos de boi gordo não era a figura física do boi, mas sim o papel. Isso me trouxe bastante intranquilidade. Fiz alguns ofícios. A legislação foi aprimorada e hoje é aprofundada nesse trabalho de títulos com venda de animais.

E hoje, por acaso, Dr. Pedro Oliva, vi no jornal **Folha de S.Paulo**, se o Sr. quiser ver depois: “Cartola usa zelador para abrir firma”. E aqui fala de um ex-Deputado Federal, cassado, que colocou na Presidência da sua empresa um zelador da sua fazenda, a sede da Tópia Avestruz, que vende papel, se não me engano. E nós conversamos sobre isso. E o Sr. teria dito, se não me falha a memória, que partiria para uma investigação para saber.

Gostaria que lhe entregasse esse recorte, se o senhor assim desejar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Apenas peço uma interrupção. Para confirmar a homenagem à mulher, transmitir a Presidência à Senadora Ana Júlia Carepa, e depois ouviremos a Senadora Patrícia. (Palmas!)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, gostaria de cumprimentar o Dr. Pedro pela eleição e de dar graças a Deus de ter chegado a tempo de poder transmitir o meu pensamento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Com a palavra o Dr. Pedro.

O SR. PEDRO OLIVA MARCÍLIO DE SOUZA – Obrigado.

A CVM tem competência para regular todo o mercado em que se busca a adaptação de recursos populares, da poupança popular.

Ela não pode proibir a compra ou a venda de avestruzes. Eu não sei precisar direito o nome das empresas envolvidas, mas a CVM já, há um ou dois meses, soltou uma deliberação relativa a uma dessas empresas de venda de avestruz, tentando fazer com que ela se enquadrasse na legislação. Ou ele vende avestruz...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela promete um lucro de sessenta por cento.

O SR. PEDRO OLIVA MARCÍLIO DE SOUZA – É. Ou ele venderia avestruz ou ele faria uma colocação de valores mobiliários, nos termos da legislação em vigor. Isso já foi objeto de preocupação na CVM. Acho que se a conduta voltar a ultrapassar os limites da legalidade, a CVM vai procurar agir de novo, investigando e aplicando a sanção, se for o caso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Dr. Pedro.

Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de agradecer nossos colegas pelas homenagens que nos prestaram, principalmente a iniciativa do Senador Ramez Tebet, que presidiu essa Comissão, com tanta dedicação e seriedade, em nome, evidentemente, de outras mulheres que aqui não estão, de mulheres anônimas dos nossos Estados, que ainda têm uma luta muito grande contra a discriminação, o preconceito e o machismo. Quem sabe terão elas a oportunidade também de falar um pouco sobre os projetos aprovados por unanimidade nesta Casa, na semana passada, da CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, por homens e mulheres que compreenderam essa luta, ao buscar tratar, com mais rigor, aqueles que hoje se aproveitam dos corpos inocentes das nossas crianças, dos nossos jovens, das nossas jovens. Essa Lei, aprovada nesta Casa, significa um grande avanço na legislação brasileira.

Portanto, eu queria, em nome de todas as Senadoras, também desta Comissão, fazer esse agradecimento, cumprimentando a Presidente, a Senadora Ana Júlia, que é um exemplo da luta pelos direitos da mulher, e tantas outras mulheres do Parlamento e outras que não estão aqui, mas que ainda têm uma vida cheia de tantas mazelas. Mulheres que ainda são maltratadas, que são discriminadas no trabalho; meninas adolescentes, como ontem ficou demonstrado por uma pesquisa feita na Unesco, que 25% das meninas entre 15 e 17 anos, que ficam grávidas, acabam abandonando as suas escolas.

Assim, acho que já conquistamos muitas coisas, mas é preciso uma luta ainda muito maior; é preciso que estejamos todas atentas. E essa luta contra a discriminação não é uma luta apenas das mulheres; mas, acredito que de homens e mulheres de boa-fé, que acreditam em um País mais justo, na democracia, e acreditam também na força, no talento e na luta de todas nós, mulheres.

Muito obrigada a todos os Senadores. Espero que um dia, muito em breve, quem sabe, possamos ter uma mulher, como hoje representa a Senadora Ana Júlia, presidindo esta Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Patrícia. Já está encerrada a votação, Senador?

Agradeço ao Dr. Pedro e o parabênizo. Além de ter sido aprovado, o senhor está sendo aprovado exatamente no Dia Internacional da Mulher. Isso reafirma o seu compromisso, inclusive, nessa luta. Aproveito o momento para agradecer também todos os Senadores;

o Senador Ramez Tebet, e os Senadores que falaram; o próprio Senador Luiz Otávio, que homenagearam as mulheres, nos permitindo, neste momento, presidir a reunião. Daqui a pouco, passarei a Presidência para a Senadora Patrícia.

Hoje, inclusive, tem um artigo de uma colega nossa, desta Casa, a Senadora Ideli Salvatti, que mostra uma contradição entre o fato de que as mulheres hoje são a maioria, em termos de quem conclui Segundo e Terceiro Graus, níveis também de especialização, como Pós-graduação; mas ainda existem diferenças salariais.

Então, ainda temos uma luta grande. Mas homenageio milhões de mulheres deste País todo, muitas delas anônimas, que lutam tanto quanto nós contra essa discriminação; que lutam para que possamos viver nossas diferenças, sim, mas com direitos iguais.

Talvez haja a demonstração disso quando nós pudermos ter uma mulher presidindo efetivamente esta Comissão de Assuntos Econômicos, tão importante que trata de um assunto muitas vezes difícil. E nós vimos que ainda não temos uma maioria, mas, pelo contrário, uma maioria extremamente masculina. O poder ainda é algo muito masculino no nosso País. Então, eu queria agradecer e dizer que esse é um dia do qual nós nos lembraremos.

Eu não poderia deixar de fazer um registro aqui. Exatamente há um ano, no dia 8 de março de 2004, nós realizamos um evento onde homenageamos quatro mulheres, no Estado do Pará, e entre elas estava a Irmã Dorothy Stang. Hoje, infelizmente, estamos lamentando a sua morte. E mesmo ela tendo nascido na América do Norte, mas sendo naturalizada brasileira, representa bem a força da mulher e em especial a força da mulher da Amazônia, que é guerreira, corajosa e lutadora, como várias outras mulheres de outras regiões do País. Mas é lógico que eu faço um registro em relação à minha região, que como a Região Nordeste enfrenta dificuldades maiores, sem dúvida nenhuma. Então, eu queria fazer esse registro.

Tudo bem, Senadora Patrícia. Está agradecendo o Senador Luiz Otávio. Ela precisa se ausentar, mas fica registrada a sua presença aqui na Presidência da Comissão.

Então, V. Ex^a está vendo o dia especial em que está sendo aprovado aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos. Que V. Ex^a possa cumprir bem, pelo seu currículo e capacidade, o seu papel na Comissão de Valores mobiliários.

Muito obrigada. Parabéns.

Bem, Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Pois não, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr^a Presidente, eu assino todas as homenagens que foram feitas às mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, mas quero levantar uma questão que eu acho importante ser do conhecimento desta Comissão. Trata-se de um requerimento que apresentei em 2003 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que ainda não foi votado ali.

Eu acho que o Presidente da Comissão, o Senador Luiz Otávio, – eu faço essa sugestão – poderia colaborar entrando em contato com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, e pedindo para que ele coloque em votação esse requerimento, que é uma consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre as matérias terminativas.

Eu, no ano passado e no anterior, 2003 e 2004, presidi a Comissão de Educação. O Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos era o Senador Ramez Tebet. Muitas vezes nós não pudemos realizar as reuniões devido ao trancamento da pauta do Plenário, que impedia que as Comissões deliberassem matérias terminativas. E há um número enorme de matérias terminativas, tanto que a pauta de hoje é praticamente apenas matéria terminativa.

Então, hoje esta Comissão somente poderá votar requerimento. Mas a Câmara...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – E temos, inclusive, vários na pauta.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas na Câmara dos Deputados, quando há o trancamento da pauta do Plenário, as comissões votam matérias terminativas. Eu não entendo porque o tratamento é diferente aqui no Senado quanto a essa questão.

Eu fiz uma consulta à Mesa. O Secretário da Mesa não quis responder e despachou essa consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Acho que seria de muita ajuda ao Senado da República e ao País se nós pudéssemos ter essa interpretação regimental de votar matérias terminativas nas Comissões, mesmo estando trancada a pauta do Plenário, porque uma coisa não tem muito a ver com a outra. As Comissões têm a sua proporcionalidade; poderiam votar essas matérias, cumprir o seu papel e o Senado Federal faria o mesmo que a Câmara vem fazendo votando essas matérias terminativas e tendo um serviço prestado a divulgar ao público.

Ocorre hoje que o excesso de medidas provisórias praticamente inviabiliza o trabalho das Comissões e tranca a pauta. Não trabalha o Plenário e não trabalham as Comissões para votar. E eu, sinceramente, leio

e releio o Regimento Interno e interpreto de forma diferente daquilo que está ocorrendo aqui. No meu entendimento, a interpretação correta é: a pauta do Plenário está trancada, o Plenário não vota. Isso não interfere na votação das matérias terminativas na Comissão e teríamos muito mais celeridade nos trabalhos do Senado se essa interpretação, que é minha, fosse também da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Apenas para dar uma explicação ao Senador Osmar Dias. Hoje à tarde a Mesa, presidida pelo Senador Renan Calheiros, reunirá os Líderes de todos os Partidos, de todas as Bancadas, no Senado Federal, e esse assunto será o tema dessa reunião.

Com certeza, teremos oportunidade, hoje, de termos uma decisão única da Mesa com relação à nossa manifestação e à nossa determinação em acompanharmos também essa decisão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador, pelo esclarecimento.

Então, Senador Osmar Dias, a questão já está sendo encaminhada.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, quero saudar a Senadora Ana Júlia Carepa, nossa Presidente, pelo Dia Internacional da Mulher, hoje, dia 8 de março.

Como só tenho filhas, portanto, a minha vida é cercada de mulheres, então, posso falar com absoluta legitimidade, porque sou absolutamente comandado na minha casa. Aliás, sou minoria mesmo, absoluta.

Então, quero cumprimentar, em nome da nossa Presidente Ana Júlia Carepa, Senadora ilustre do meu querido Pará. Quero cumprimentar também a nossa Senadora Patrícia Saboya, e, em nome de V. Ex^{as}, cumprimentar todas as mulheres, todas as Senadoras, todas as funcionárias que trabalham, não só aqui na Comissão de Assuntos Econômicos como também no Senado Federal, na Câmara, enfim, todas as mulheres do País, pela importância e por tudo que representam para nós e para o futuro da nossa Pátria.

Queria só, respondendo ao Senador Osmar Dias, competente Senador do Paraná, dizer que hoje iremos debater essa questão, até porque houve, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um parecer apresentado à Mesa da Comissão com relação a esses projetos terminativos. Temos um parecer diferente, um enfoque diferente dentro daquilo que reza a Constituição Federal.

O próprio Senador Ramez Tebet, do nosso querido Mato Grosso do Sul, ilustre Senador Presidente do Senado Federal, também fez uma consulta à época, no tocante a esses projetos terminativos nas Comissões. E, quando a pauta estivesse trancada pelas medidas provisórias, o entendimento nessa ocasião seria realmente de que não poderíamos votar projetos terminativos nas Comissões. Independentemente disso – hoje à tarde, na reunião de Líderes, vamos discutir essa questão; apresentar todos os pareceres. E acho que podemos equacionar muito bem isso a partir do momento em que venhamos a disciplinar também as medidas provisórias que, pelo acúmulo, pelo excesso, especialmente no ano passado, levaram sistematicamente às Comissões a não aprovarem os projetos terminativos.

Então, acredito que hoje já teremos um encaminhamento claro e que cuja solução vai responder a esse questionamento que V. Ex^a apresentou à Senadora Presidente Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Muito obrigada Senador Delcídio Amaral.

Quero dizer que temos requerimentos e vou colocá-los em votação.

O primeiro requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizado um ciclo de debates, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional e a autonomia do Banco Central, com os seguintes convidados: Deputado Antônio Delfim Netto, Afonso Celso Pastore, Carlos Langoni, Cláudio Rada, Edimar Bacha, Luciana Coutinho, Luiz Gonzaga Belluzzo, Sérgio Werlang, Jaime Caruana, que é Presidente do Banco Central da Espanha, Guillermo Ortiz, Presidente do Banco Central do México, Mervin King, Presidente do Banco Central da Inglaterra; Vitório Corbo, Presidente do Banco Central do Chile.

Sala das Comissões. Senador Luiz Otávio.

Chamei ainda há pouco o Senador, antes de colocar em votação. Eu queria solicitar que também pudesse incluir outro nome. Confesso que não tenho o nome completo da pessoa, mas é um técnico no assunto, até porque, por exemplo, os Presidentes do Banco Central aqui são todos de Bancos Centrais independentes; então é importante escutar o contraditório também neste assunto.

Quem desejar fazer uso da palavra para encaminhar o requerimento, ela está em aberto.

Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Só para salientar em favor da proposta do nosso Presidente, que esse é um assunto que precisa realmente ser de-

batido, independentemente de quem já tenha opinião formada aqui no Senado. O que importa é que esta Casa representa a Federação e, quando falamos assim, dá a impressão de que a Casa está num patamar elevado, quando todos nós representamos a sociedade brasileira, e esse assunto não é muito debatido na sociedade brasileira. É um assunto que precisa ser amadurecido perante a sociedade. A sociedade precisa conhecer as razões, por exemplo, que possam justificar a autonomia do Banco Central ou não. Não é possível votar essa matéria apenas numa tramitação. Antes que o projeto chegue, que alguém o apresente, o Senado deve-se antecipar, ouvindo realmente autoridades e fazendo com que o assunto chegue ao conhecimento da população brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

Senador Mão Santa com a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Ana Carepa, em homenagem a V. Ex^a que representa a mulher, a mulher bela – esse negócio de Dia Internacional da Mulher eu penso que é todos os dias –, eu gostaria de fazer uma homenagem muito oportuna, Luiz Otávio, aqui, do Senado. Muito se escreveu sobre mulheres, muito se diz, os filósofos, os poetas e vão cantar e decantar porque realmente é a melhor coisa que Deus fez. Mas eu queria prestar uma homenagem ao Luiz Otávio, e a este Senado, e a seu Estado – um grande representante extraordinário que vocês tiveram –, e até ao período revolucionário que teve muita coisa de positivo, Jarbas Passarinho. Eu lendo um livro sobre a vida dele, disse que a mulher dele, a esposa, aquela que é mais próxima, o resto são palavras... E posso dizer porque aqui estou com a carteira – e não vale a pena o dinheiro – e nela só tenho o retrato de duas mulheres: o de minha Adalgisa e o de minha mãe. Então isso traduz. Mas Jarbas Passarinho no livro, que é uma homenagem, ele traduziu o seguinte, ele disse – como era o nome da esposa do Jarbas, Luiz Otávio? Dona Ruth. É familiar do Luiz Otávio. Isso traduz a boa genética do Luiz Otávio –: “Só me fez infeliz um dia da vida: na sua morte”. Isso traduz o que é a mulher. A mulher é mãe, a mulher é companheira, a mulher é filha, e V. Ex^a a representa com muita grandeza e beleza.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. Agradeço. Realmente quem conheceu Dona Ruth sabe que ela era uma mulher de grande valor.

Mas nós saudamos o seu retorno bastante saudável, graças a Deus.

Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Acompanhei todo o regime chamado regime militar, autoritário, ditatorial, seja lá como for. Uma das figuras mais admiráveis da vida pública brasileira, pela sua cultura, pelo seu ecletismo inclusive, sem dúvida nenhuma é Jarbas Passarinho. Foi Ministro da Educação com todo êxito, implantou cursos profissionalizantes no Brasil – foi dele a idéia; passou pelos Ministérios do Trabalho, da Previdência e da Justiça; em suma, falar da cultura e do espírito patriótico de Jarbas Passarinho, não tenho palavras. Mas já que Mão Santa aproveitou, e tenho isso dentro do meu coração, quero me associar a homenagem que Mão Santa aproveita no dia de hoje, para também cumprimentar efusivamente aquele que pertenceu a esta Casa, e pertenceu honrando a tribuna e deliciando o nosso País inteiro com seus pronunciamentos e com sua vivência parlamentar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigado Senador.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento e apoiando o fato de que temos discutir essa matéria, inclusive tem várias matérias na Casa tramitando sobre assunto de autoria de vários Senadores: Senador Rodolpho Tourinho, Senadora Heloisa Helena, gostaria de colocá-lo em votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Existem outros requerimentos, que passo a ler.

Requeiro nos termos do art. 93, Inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, com o Exm^o Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Ciro Gomes, com o objetivo de esclarecer a Proposta de Transposição das Águas do Rio São Francisco, defendida pelo Governo Federal.

Há também um requerimento à Comissão de Assuntos Econômico e à Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Regional, solicitando a presença do Ministro Ciro Gomes ou de técnicos do Ministério da Integração Nacional, para discutir o Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco do Senador Fernando Bezerra.

Os requerimentos são idênticos, sendo que o Senador Fernando Bezerra propõe que essa audiência seja feita conjunta, com mais duas Comissões, com a Comissão de Desenvolvimento Regional. Inclusive, faço um comentário, acho interessante fazer essas audiências conjuntas, porque várias Comissões foram criadas. Digo várias por quê? Porque a Comissão de Técnica Legislativa, por exemplo, é uma Comissão que toma um fôlego agora, neste momento, porque foi incluído além de Técnica Legislativa, Direitos Humanos. A mesma

coisa com a Comissão de Fiscalização e Controle, que agora também inclui Meio Ambiente. Enfim, na prática temos várias outras Comissões, se não otimizarmos os nossos trabalhos aqui, no sentido de fazermos audiências públicas conjuntas, não poderemos estar presente em discussões tão importantes.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só a título de registro, pelo menos aqui na agenda que discutimos ontem, na Liderança do PT, haveria uma audiência pública, hoje, do Ministro Ciro Gomes, mas o tema não seria transposição, seria Agência de Desenvolvimento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Se V. Ex^a me permite esclarecer, até como Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, fizemos, na verdade, um cronograma de trabalho. A primeira audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional será com o Ministro Ciro Gomes. Mas até se discutiu não se colocar esse assunto, porque ele é extremamente polêmico. Está-se tentando na Comissão de Desenvolvimento Regional trazer assuntos que possam unificar mais no sentido de realmente fazer acontecer o desenvolvimento regional. Acho que é importante...

Vou colocar, conjuntamente, para encaminhar à votação, os dois requerimentos: do Senador Fernando Bezerra e do Senador César Borges.

Não havendo quem peça a palavra, encerro o encaminhamento à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Ainda há dois requerimentos na pauta.

Primeiro:

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado a participar de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, o Exm^o Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Antonio Palocci, a fim de debater com os nobres membros deste colegiado, aspectos e perspectivas da política econômica.

O requerimento do Senador César Borges já havia, na verdade, sido aprovado esse requerimento. O Senador Luiz Otávio amplia a discussão para a política econômica, de forma que não fique limitada a apenas um ponto, até porque um único ponto da política econômica seria difícil discutir. Devemos discutir a política econômica como um todo.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O último requerimento trata da criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais. A proposta vem num momento oportuno, pois se iniciou ontem a VIII Marcha dos Prefeitos. Portanto, é importante que esta Comissão tenha essa Subcomissão Permanente.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr^a Presidente, acrescento que foi uma proposta articulada pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, juntamente com as Lideranças Partidárias a criação da Subcomissão dos Municípios.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O Senador lembra que a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, já havia sido parte de uma discussão e expressou isso no requerimento, com base no art. 73 do Regimento Interno. A Subcomissão contará com nove membros titulares e igual número de suplentes para opinar sobre matérias de interesse do poder local, tais como: desenvolvimento econômico e social; políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; endividamento público; política tributária e aplicação de rendas; viabilidade econômica e fiscal para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios; cooperação técnica e financeira com a União; políticas de geração de emprego e renda; políticas de ordenamento territorial.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr^a Presidente, peço a palavra para discutir.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr^a Presidente, V. Ex^a disse tudo no momento oportuno, mas, na realidade, o projeto chega atrasado. A questão do municipalismo deveria ter sido discutida no Congresso Nacional há mais tempo, de maneira ordenada, com a criação de uma Subcomissão, como está sendo feito agora. É boa a iniciativa do Presidente Renan Calheiros e também o acatamento imediato do Presidente desta Comissão, Senador Luiz Otávio. Eu, que faço política municipalista por convicção desde o início da minha carreira, sei o quanto será importante e proveitoso, para quem faz uma política municipalista séria, pura e por convicção, a criação desta Subcomissão. A partir daí, os senhores Prefeitos, muitas vezes incompreendidos e mal interpretados, por meio de seus representantes, terão uma tribuna permanente para a defesa de suas reivindicações e, acima de tudo, a defesa do Município brasileiro, que considero fundamental.

Congratulo-me com V. Ex^a por estar presidindo esta reunião neste momento, municipalista que sei que também o é.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – É verdade, Senador.

Antes de conceder a palavra ao Senador Mão Santa para discutir, registro, com alegria, a presença aqui do ex-Senador Ademir Andrade. Como todos podem ver, hoje o Pará está bem representado nesta Comissão. Atualmente S. Ex^a ocupa um cargo muito importante no Estado: preside a Companhia Docas do Estado do Pará. S. Ex^a demonstra sua competência e sua capacidade por meio dos resultados que apresenta, pelo crescimento e pelo cuidado que tem tido com os portos do nosso Estado. Registramos sua presença com alegria, Senador Ademir Andrade.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa, é oportuna e, aliás, tardia a proposta. Todos sabem que, quando se aprovou a Constituinte, a divisão do bolo era de apenas 54% para o Governo Federal e o restante para o Estado e para o Município. O Município vem perdendo. Senador Luiz Otávio, atentai bem, Shakespeare disse que o futuro é quem soubesse mais de menos menos, é o especialista.

V. Ex^a dispõe nesta Comissão de pessoas que foram Prefeitos, que têm condições de lhe ajudar, de colaborar. Isso não deve ser delegado para a liderança não, deve ter esse critério. Por exemplo, o Ney Suassuna é meu Líder, mas está afastado, ele nunca foi Prefeito, então, não tem nada a oferecer a uma Subcomissão dessa. Tem que ter critérios, está aí o Heráclito Fortes, que foi um extraordinário ex-Prefeito de Teresina, municipalista comprovado. Também o Senador Ramez Tebet. A Senadora Ana Júlia foi Vice-Prefeita. Isso é comum, ela é simpática, penso que os nunca foram, Prefeitos vão se iludir, vão se pavonear um bocado, quem nunca entrou numa Prefeitura vai estar fazendo parte da Sub-comissão. Se assim acontecer, considero isso um desserviço, é melhor que ela aborte, antes de nascer. Eu, como médico, obstetra, digo que se aborte aqui se não tiver um critério, isto é, que ela seja composta por parlamentares que conhecem o que é uma Prefeitura. Só sabe desses problemas quem vivenciou o cargo de Prefeito e é reconhecido pelo povo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, para discutir.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Não iria discutir, mas sou provocado por V. Ex^a, aliás, é uma boa provocação.

Fui Prefeito Municipal e tenho uma filha atualmente como Prefeita, na cidade onde fui Prefeito. Sou municipalista por convicção, como é o Senador Heráclito Fortes e tantos outros que aqui se encontram.

Ontem, ouvi a abertura da VIII Marcha a Brasília. Ouvi o compromisso do Senador Renan Calheiros que é nosso Presidente. Acredito que é dessa forma que a sociedade avança. A sociedade está hoje tomando determinadas decisões que elas estão impulsionando os homens públicos. Se os homens públicos eleitos não forem impulsionados, o cidadão vai lá vota e fica em casa de braços cruzados, a democracia representativa nunca avança.

O que está acontecendo hoje é uma consciência da sociedade. O movimento municipalista está crescendo cada vez mais. Os Municípios estão cada vez mais preparados para exercer suas funções desde que lhe dêem recursos.

Há muitos anos, ilustre Sr^a Presidente, eu acreditava até que se Municípios não tinham nem condições de aplicar seus recursos, estavam despreparados burocraticamente, não havia nem como formar equipe para administração. Hoje, não, hoje os Municípios estão preparados, têm consciência, urge fortalecê-los, e essa iniciativa nossa aqui virá, sem dúvida, contribuir também para o avanço numa reforma tributária que possa melhor distribuir o bolo e descentralizar o País, beneficiando os Municípios.

Sou inteiramente favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Em votação o requerimento de criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quero fazer um registro. Estava presente ontem na marcha, na sua abertura, quando o Presidente desta Casa fez o anúncio da criação desta Subcomissão, com o compromisso de aprofundar mais ainda – aqui tem vários municipalistas, independente de terem ou não exercido o cargo de executivo municipal, como Prefeitos ou Vice-Prefeitos.

Conheço muitas pessoas que nunca foram Prefeitos ou Vice-Prefeitos ou nunca foram Parlamentares, mas são municipalistas por convicção, defendem essa idéia e têm propostas importantes que podem, e muito, ser utilizadas.

Quero fazer este registro do nosso compromisso e registrar, inclusive, essa situação da perda de recursos, do papel do Senado quando discutiu a Reforma Tributária

e aprovou, inclusive, mais 1% no Fundo de Participação dos Municípios que está hoje a ser votado na Câmara Federal, inclusive o registro do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que fez a informação que, logo após 88, houve um crescimento de arrecadação dos Municípios, mas que houve também um decréscimo. Como ele disse, isso é uma questão partidária, mas é um registro histórico e real a queda brutal dos recursos dos Municípios, que aconteceu a partir de 95, especialmente até 2002. Foi feito o registro lá pelo Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que é patrocinador desta VIII Marcha de Prefeitos. Tenta-se agora recuperar essa perda que aconteceu especialmente nesse período. Ele também registrou isso, estou repetindo aqui as palavras do Sr. Paulo Sirkovsky.

Aprovado o requerimento.

Era o último requerimento da pauta.

Questão de ordem, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr^a

Presidente, só para fazer um registro: o Senador Lobão chegou na sala após a aprovação, mas é um dos grandes municipalistas que tem o Brasil. Já liderou movimento dessa natureza, é conhecido no Maranhão pela sua luta em defesa dos Municípios e tenho certeza será um dos Senadores que poderá emprestar uma grande colaboração a esta oportuna iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Senador Heráclito Fortes.

Então, aprovada a criação dessa Subcomissão, que é um desejo de todos nós, com certeza, eu...

Pois não, Senador.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Se V. Ex^a permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Com a presença do Senador Lobão, dou-lhe a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Para secundar as palavras do Senador Heráclito Fortes e agradecer. Realmente apóio a criação desta Subcomissão e a apóio com entusiasmo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Com certeza, Senador Lobão, este entusiasmo é nosso também.

Não havendo mais nada a tratar, encerro esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que, hoje, especialmente, foi presidida por uma mulher, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Mas digo que homenagem maior será quando elegermos uma mulher Presidente desta Comissão.

Agradeço. Muito obrigada.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Presidida com todos os títulos pela mulher.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 48 minutos.)

Ata da Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de março, de 2005, às 10 horas, na Sala de Reuniões Nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal

Às dez horas e cinco minutos do dia quinze de março do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio e, em seguida, do Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e da Senadora Lúcia Vânia, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, João Ribeiro, José Jorge, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Mão Santa, Gerson Camata, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Antonio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko, Osmar Dias e Jefferson Peres. Deixam de comparecer os Senadores Rodolpho Tourinho, tendo falta justificada em virtude de licença médica, Sérgio Guerra, Ramez Tebet, tendo, também, falta justificada em virtude de licença médica, Sérgio Cabral, José Maranhão e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Comissão dá início aos seus trabalhos apreciando o Requerimento, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e dos Senadores Romeu Tuma, Tasso Jereissati, José Agripino e Delcídio Amaral, que requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública deste órgão técnico com a presença do Secretário Executivo do Grupo de Trabalho Interministerial de Microcrédito e Microfinanças, Sr. Gilson Alceu Bittencourt, a fim de discutir as ações e os resultados da Política de Microcrédito do Governo Federal. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 8/2005-CAE. Após a aprovação do Requerimento, é realizada a referida Audiência Pública com a participação do Senhor Gilson Bittencourt, Secretário Executivo do Grupo de Trabalho Interministerial de Microcrédito e Microfinanças do Ministério da Fazenda. Antes do início da exposição, usam da palavra os Senadores César Borges, Mão Santa e a Senadora Ideli Salvatti. O Presidente, Senador Luiz Otávio, passa a Presidência ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Romeu Tuma, que concede a palavra ao convidado, Sr. Gilson Bittencourt, para que faça sua exposição. Após a exposição, usam da palavra para interpelar o convidado a Sena-

dora Ideli Salvatti e os Senadores Tasso Jereissati, César Borges, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, que em seguida assume a Presidência Eventual, Eduardo Suplicy e Ana Júlia Carepa. Com a aprovação do RQS nº 8/2005-CAE e realização da Audiência Pública, a 1ª e a 2ª Parte da Reunião são adiados; 1ª Parte da Reunião, Audiência Pública, com a participação do Exmo. Sr. José Eduardo Dutra, Presidente da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, a fim de discorrer sobre o relatório econômico financeiro da Companhia, as parcerias firmadas e as perspectivas de exploração e produção dos novos poços de petróleo, em atendimento ao Requerimento nº 1-CAE/2005, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. A Audiência Pública é adiada para o dia 29/03/05; 2ª Parte da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 29-06-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais; Em 5-10-04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto; Em 08/03/2005, foi apresentada a Emenda nº 2 de autoria do Senador Leonel Pavan. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que “permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001, não terminativo, que “dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais, de autoria do Deputado Jaques Wagner, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura; Matéria retornando a pauta após informações solicitadas pela Relatora ao Ministro de Estado dos Transportes. A apreciação da matéria é adiada; Item 4-Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, terminativo, que “dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências”, de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº

1 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 que apresenta. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que “altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que ‘institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 7-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Em 9-12-03, foi lido o parecer do Relator, ficando adiada a discussão e votação da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador

Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003, terminativo, que “altera o artigo 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio – PMDB – PA)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 15 de março de 2005, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata das duas reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a ata das reuniões.

Gostaria de dar uma pequena explicação a respeito do assunto que trataremos a seguir.

Na semana passada, o Presidente da Petrobras, Senador José Eduardo Dutra, depois de confirmar a sua vinda à Comissão no dia 22, próxima terça-feira, para tratar de assuntos da Fundação Petros e investimentos ligados à Petrobras, solicitou-me, na quinta-feira, a antecipação da audiência pública proposta pelo Senador Antonio Carlos Valadares para o dia 15, hoje, e eu aquiesci, concordei com o Presidente da Petrobras.

Ocorre que, a partir de sexta-feira, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, e o Senador José Agripino, Líder do PFL, pediram que eu incluísse na pauta da reunião de hoje uma audiência pública para tratar do microcrédito, assunto que está sendo discutido e votado no plenário do Senado Federal, inclusive com uma medida provisória que tranca a pauta. Assim, incluí, no dia de hoje, os dois assuntos.

Ontem, na segunda-feira, fui procurado por todos os Líderes, inclusive o Líder do Governo, Senador Aloísio Mercadante, e o Líder Osmar Dias, que está aqui presente, com relação a essa questão do microcrédito, no sentido de que havia um acordo dos Líderes para que déssemos prioridade a esse assunto. Eu disse que da minha parte não haveria nenhum problema, hoje trataríamos do microcrédito, apenas pedi que fosse informado ao Senador José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras, que a data seria mantida para a próxima terça-feira, dia 22, audiência a que S. Ex^a estará presente. Com a aquiescência das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, foi alterada a pauta de hoje, onde incluiremos apenas a discussão da audiência pública com relação ao microcrédito.

Portanto, sobre a mesa o requerimento de autoria da Senadora Ideli Salvatti e dos Senadores Romeu Tuma, Tasso Jereissati, José Agripino e Delcídio Amaral, que requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública deste órgão técnico com a presença do Secretário Executivo do Grupo de Trabalho Interministerial de Microcrédito e Microfinanças, Sr. Gilson Alceu Bittencourt, a fim de discutir as ações e os resultados da política de microcrédito do Governo Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à primeira parte da reunião.

Audiência pública com a participação...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, tenho algumas questões de ordem. A primeira seria no sentido de saber se teremos deliberação hoje, ou será apenas audiência pública?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, como hoje não há sessão deliberativa, é sessão de homenagem, e na última reunião com a Senadora Ideli Salvatti, que é Relatora, não houve condições de colocar em plenário para votar, e ainda está sendo discutido, então não haverá votação hoje, acho que nem na Comissão. Será exposto, mas sem votação, é mais ou menos o que ficou acordado, não é isso, Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou relatando só porque participei da reunião com S. Ex^a na quinta-feira. Há pontos divergentes na medida provisória, e graves, do ponto de vista da Oposição.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estou me referindo, Sr. Presidente, a deliberações de outros pontos, outros projetos, porque acho que se ficarmos apenas nas audiências vamos protelar projetos importantes...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Inclusive na pauta temos um projeto de V. Ex^a, Senador César Borges, que foi adiado para esta semana a pedido do Líder do PT, Senador Delcídio Amaral, e que incluímos na pauta como prioridade. Portanto, a audiência não proibirá a votação de projetos. Apenas a pauta do Senado Federal está trancada e não podemos votar projetos terminativos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas isso já foi deliberado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Foi deliberado na última reunião que tivemos, na quinta-feira, com o Presidente do Senado Renan Calheiros, que disse que comunicaria por escrito para as comissões. Foi deliberado, mas até agora não chegou nenhuma comunicação do Presidente do Senado relativamente a esta matéria.

Não vai haver problema, porque, até o término da audiência, já teremos o documento enviado pelo Presidente, no sentido de que cumprimos, conforme acordo feito com as lideranças. Então, votaremos até mesmo projetos terminativos, que ficarão aguardando pauta da Mesa do Senado Federal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quero dizer, com relação ao nosso projeto, que o Senador Delcídio me ligou, solicitando mais uma semana de prazo, com o qual acordei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Então, podemos aquiescer com o pedido do projeto do Senador César Borges. É o Projeto de Lei do Se-

nado nº 517, de 2003, terminativo, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Relator Senador Jonas Pinheiro, que está presente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Confiando na boa vontade, na sinceridade e na maneira correta do Senador Delcídio Amaral de que não houve oportunidade de negociar esses quinze dias e assumindo o compromisso de que o fará agora na próxima semana, pediria que o projeto ficasse para a próxima sessão. A pergunta sobre a deliberação é para que os trabalhos da Comissão não fiquem...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ficaremos até o término da sessão. Havendo **quorum**, nós votaremos os projetos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, a segunda questão de ordem que gostaria de fazer é que a imprensa noticia hoje que há, na Comissão de Assuntos Econômicos, nas mãos de V. Ex^a, uma notificação do Ministério da Fazenda, do Ministro Palocci, sobre o descumprimento, pelo Município de São Paulo, da Lei de Responsabilidade Fiscal, contrariando a Resolução nº 43, de 2001. Foi, na verdade, feita uma operação de crédito, sem a autorização necessária do Ministério da Fazenda e do Senado, que foi encaminhada a V. Ex^a. Diz inclusive que o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos vai designar um relator para dar um parecer sobre o caso.

Gostaria que V. Ex^a confirmasse efetivamente se este documento está nas suas mãos e se o procedimento será designar um relator para o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador César Borges, o ofício que foi encaminhado pelo Ministro Antonio Palocci ainda ao Senador José Sarney, como Presidente do Senado, é de 27 de dezembro de 2004. Ele chegou a Comissão de Assuntos Econômicos no dia 16 de fevereiro. Desde a semana passada, mandei levantar, praticamente uma semana depois de ter assumido, todos os projetos que se encontravam na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos. Na sexta-feira, designamos relatores para todas as matérias; não temos nenhuma matéria sem designação de relator.

Dessa matéria, inclusive pela sua complexidade, serei o Relator. Avoquei para relatar essa matéria, tendo em vista que encaminhei hoje para a Consultoria Técnica do Senado e vou me cercar também de um parecer jurídico, porque, a meu ver, essa comunicação feita pelo Ministro Antonio Palocci, haja vista o descumprimento da Resolução nº 43 do Senado Federal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, agradeço as explicações. E efetivamente tem V. Ex^a toda a razão. É um assunto da maior gravidade.

Trata-se do terceiro orçamento do País, o da Prefeitura da cidade de São Paulo. E o que é mais grave é que seria uma quebra da lei de responsabilidade fiscal. Todos os Estados e Municípios estão fazendo um esforço imenso para fazer valer a Lei de Responsabilidade Fiscal, enquadrando-se nela.

E penso que esse relato não estaria em melhores mãos do que as de V. Ex^a, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Acredito que V. Ex^a tenha todo o interesse de que rapidamente esse assunto possa vir ao plenário desta Comissão, para que os Senadores possam debater a gravidade do assunto.

Agradeço a V. Ex^a e o parabenizo pela atitude.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra pela ordem, primeiramente, à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, ao Senador Jonas Pinheiro. Pergunto se algum Senador ainda quer se inscrever, porque o Senador Romeu Tuma, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, quer se manifestar com relação a este assunto.

Vou passar a Presidência ao Senador Romeu Tuma, pois terei que conceder uma entrevista. Volto em breve.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Vou conceder um minuto para V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Questão de ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Essa questão de ordem tinha sido pedida...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Onde está o Senador Tasso Jereissati? Está aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Existe ordem na questão de ordem, Sr. Presidente, porque a minha também era questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Aqui é ordem da ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Está bem, só queria entender.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É uma questão de ordem. Vou citar o fato.

Recém-chegado ao Senado, o meu companheiro Tasso Jereissati, que ali está, ao sair de uma da reunião da CAE, perguntou-me: “Mão Santa, o que você está achando disso?” Eu disse: “Estou fazendo de conta que estou fazendo um mestrado na universidade sobre os problemas do mundo”. S. Ex^a riu: “É mesmo. Saímos

de uma aula da CAE, vamos a outra no plenário, onde tem o diretor, a chamada”.

Mas, Sr. Presidente, aprendi no livro **Escritos da Maturidade**, de Albert Einstein, que educação é aquilo que fica depois de esquecermos tudo que aprendemos na escola: é disciplina, é ordem, é pensar, é raciocinar, é saber estudar. Então, disciplina. Essas reuniões têm que começar às 10 horas. Se S. Ex^a, o extraordinário Presidente, tiver algum impasse, tem o Vice-Presidente, tem o Senador mais velho. E 10 horas é o horário. Temos que dar o exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Mão Santa, nós dois chegamos aqui às 9 horas e 30 minutos. Ocorre que a grande maioria dos Senadores estavam reunidos na Presidência da Casa para discutir o orçamento impositivo, reunião solicitada na quinta-feira passada, inclusive com a presença do Relator dessa matéria, o Deputado Sigmaringa Seixas, e dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Arthur Virgílio e outros que estão ainda lá. Para V. Ex^a ter idéia, ainda não temos *quorum* para deliberar. Temos nove Senadores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É verdade, mas é mais feio ainda. A verdade que se busca tornou-se feia. Então, eu queria esforço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Tem a palavra para uma questão de ordem a Senadora Ideli Salvatti.

Passo a Presidência ao Senador Romeu Tuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, a primeira questão de ordem é que, quando há pedido de questão de ordem, se siga a ordem dos pedidos, no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Respondendo ao Senador Mão Santa, digo que o apelo que S. Ex^a faz deve servir para todos nós e não apenas para a direção, pois chegamos bem antes da hora. Dependemos do quorum estabelecido pelo Regimento. Tem que ressoar o apelo de V. Ex^a em todos os nossos ouvidos.

Senadora Ideli Salvatti, por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero apenas agradecer pelo apoio ao requerimento para ouvirmos o Dr. Gilson Bittencourt sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo, medida provisória que tenho incumbência de relatar e que não estava na pauta desta Comissão. Mas atendendo à solicitação de vários Senadores, inclusive do autor do requerimento, pudemos trazer o assunto a debate nesta Comissão, tendo em vista que mais uma vez não funcionou a Comissão Mista entre Câmara e Senado, para apreciá-lo. E um assunto dessa relevância tem necessidade de esclarecimentos; inclusive, para

se democratizar o debate, ou seja, para que não fique restrito às lideranças que normalmente se sentam para apresentar propostas, alterações ou negociar.

Então, trazer o assunto para a Comissão de Assuntos Econômicos, nessa apresentação, permitindo que mais Senadoras e Senadores possam participar do debate e apresentar sugestões e fazer a negociação o mais democratizada possível, é extremamente importante. Agradeço e peço que façamos imediatamente a oitiva do Dr. Gilson Bittencourt para que, dessa forma, tenhamos uma negociação da Medida Provisória mais democratizada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador César Borges, eu queria somente dizer duas palavrinhas. Realmente, surpreendeu-me a notícia publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, de hoje, sobre a representação que o Ministro Antônio Palocci fez sobre o problema de São Paulo. Temos visto diariamente, Senador Tasso Jereissati, o desespero do Prefeito Serra em apresentar quase oito bilhões de dívidas, o que inviabiliza o prosseguimento de várias obras e de uma atividade social importante para São Paulo. Esse desespero faz com que cumprimentemos o Ministro Palocci, por representar contra o desrespeito a uma regulamentação do próprio Senado, em que ela assinou um contrato sem a devida autorização para isso.

Então, creio que é uma apuração séria que poderá, sem dúvida, se desdobrar em outras apurações. Cumprimento V. Ex^a por trazer o assunto. Mas, isso veio no meu bolso, quieto, no avião. E hoje a primeira atitude que tive foi ir à Secretaria da Mesa para saber se esse ofício havia chegado; e vim à Secretaria da Comissão, onde tirei uma cópia, que entrego a V. Ex^a, para verificar o que já tinha sido feito.

Terminada essa parte, convido, para não atrasarmos mais, o Sr. Gilson Bittencourt, que já se encontra na Secretaria da Comissão, para discutir as ações e os resultados da política de microcrédito do Governo Federal. Por favor, Sr. Gilson.

V. Ex^a pretende fazer um preâmbulo sobre o projeto? E o senhor acredita que dez minutos serão suficientes? Depois, haverá os questionamentos para votarmos outros itens.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Uns quinze minutos, no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, uns quinze minutos. Peço que a Secretaria controle o tempo.

Com a palavra o Dr. Gilson Bittencourt.

Identifique-se, por favor.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Bom dia a todos. Bom dia, Senadores, é um prazer estar aqui, na CAE, apresentando um pouco da política e das ações

do Governo no tema “Inclusão Bancária e Crédito Popular” e, ao mesmo tempo, entrar um pouco no debate sobre a MP nº 226, que trata do programa de microcrédito produtivo orientado.

Eu sou Gilson Bittencourt, Assessor Especial do Ministro da Fazenda, e Secretário-Executivo do Grupo de Trabalho Interministerial, que envolve sete Ministérios mais o Banco Central e o BNDES, e é responsável por acompanhar e propor políticas no campo de microcrédito e micro-finanças no Governo Federal.

Vou fazer uma apresentação rapidamente sobre o que o Governo vem fazendo, introduzindo nessa apresentação a MP nº 226, inclusive as modificações que sofreu no processo de conversão na Câmara dos Deputados.

Bem, no início do Governo Lula, em 2003, o Governo definiu três prioridades ou três linhas de ação para operar com o crédito popular e a inclusão bancária no Brasil. O primeiro objetivo seria facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre microempreendedores formais e informais, visando à geração de trabalho e renda. O segundo, entendendo que o acesso aos serviços financeiros, o conjunto dos serviços bancários garante maior soberania, era facilitar o acesso à população de baixa renda a esses serviços. E, por fim, tentar reduzir as taxas de juros nos financiamentos, especialmente para a população de baixa renda.

Com esses três objetivos, o Governo desenvolveu quatro ações, de forma mais geral, em 2003. A primeira foi a criação de recursos para o microcrédito ou para o crédito popular, que passou por esta Casa e se transformou na criação do Depósito Especial para o Microcrédito, destinando-se 2% de todos os depósitos à vista para operações com crédito, seja para consumo, seja para produção.

A segunda ação buscou beneficiar as pessoas de baixa renda, especialmente aquelas que não têm comprovante de renda, englobando uma parte importante da economia informal que não tinha acesso a serviços financeiros, uma vez que a apresentação do comprovante de renda é uma exigência para a abertura da conta. Então, houve uma simplificação, via Conselho Monetário Nacional, criando-se a Conta Simplificada, uma conta gratuita com limite de 12 operações/mês para pessoas de baixa renda, mas com saldo médio não se podendo ultrapassar R\$1 mil, com todo um controle para evitar a lavagem de dinheiro.

A terceira ação foi a regulamentação do crédito consignado, seja pensando nos trabalhadores assalariados como um todo, seja nos aposentados e pensionistas do INSS.

E, por fim, a constituição do banco popular, que também passou por esta Casa.

Além dessas, houve mais um conjunto de medidas que são importantes, e todas vieram no sentido de tentar potencializar aqueles quatro pontos levantados anteriormente. Primeiro, foi feita uma definição, pelo Conselho Monetário, da taxa máxima de juros nas operações com recursos desses Depósitos Especiais para o Microcrédito, definida em 2%; segundo, a limitação do valor para crédito de consumo em R\$600,00 e para crédito produtivo em R\$1 mil, também se tomando como base aquele recurso dos depósitos à vista. O limite do saldo em conta, como coloquei, é de R\$1 mil, podendo-se ampliar esse teto somado ao microcrédito, ou seja, tem-se um saldo de até R\$1 mil e se faz mais uma operação de R\$1 mil; então, a conta pode ter, nesse momento, R\$2 mil. Também se alterou a metodologia para apuração dos depósitos especiais, considerando-se sempre os últimos 12 meses.

Mais recentemente, houve uma nova alteração nas regras do empréstimo pelo Conselho Monetário, não que ele tenha excluído essas regras, mas antes vetava as instituições a operarem, caso tivessem qualquer um desses quatro problemas. Na prática, acreditamos que as próprias instituições tenham a capacidade – até porque existem outros mecanismos de controle por parte do Banco Central – de definir para quem e como emprestar.

Vou citar um exemplo. Houve milhares de casos de pessoas que abriram a conta simplificada na Caixa Econômica, e não tinham acesso a financiamentos de R\$50,00, R\$100,00, R\$200,00, porque grande parte possuía uma conta atrasada de luz, por exemplo, de R\$10,00; automaticamente, não poderiam ter acesso ao crédito. Com essas limitações, sendo que agora cada instituição define se assume ou não o risco, permite-se tanto renovar empréstimos com a corporação de juros, quanto realizar operações com clientes que possuam restrições cadastrais. É lógico que se está trabalhando, neste caso, o seguinte: se há uma dívida e se viabiliza um financiamento, muitas vezes este é para gerar renda para pagar a dívida. Se não há condições de geração de renda, não se consegue dar a volta por cima.

Mais recentemente, também por uma portaria inicial do Ministério da Fazenda, isentou-se a CPMF nessas operações de microcrédito, quando sacadas diretamente na boca do caixa. Dispensou-se procuração pública em operações de crédito para pessoas analfabetas. Para se ter uma idéia, nós tínhamos vários problemas especialmente na Região Nordeste, onde o custo para obter o crédito para viabilizar uma procuração pública ou outros documentos era maior do que o valor da operação de crédito solicitada. Então, há essa liberdade de dispensa, desde que haja outras

alternativas para que a instituição financeira controle e defina se a pessoa analfabeta realmente sabe o que está assinando. E permissão para uso da tela impressa, do CPF para obtenção de crédito.

Nós acreditamos que o próprio projeto que está no Congresso e que cria a pré-empresa também seja um fomentador significativo nas operações de crédito, na medida em que ocorra a regularização de grande número de microempreendedores.

Especificamente, aqui há uma transparência sobre cooperativas de crédito, medidas que também foram adicionais e que acreditamos serem fundamentais para o desenvolvimento do crédito em todos os setores, não necessariamente para a população de baixa renda. Primeiro, foi a constituição de cooperativas de pequenos empresários. Eu até destaquei: foi uma ação no final do Governo anterior, mas se seguiu nessa linha, neste novo Governo, criando-se, em seguida, a permissão para cooperativas de livre adesão, que possam permitir a associação de toda e qualquer pessoa vinculada a ela, não necessariamente classificada por profissão ou cooperativa rural.

Uma outra demanda forte do setor foi a autorização para o BNDES operar com cooperativas no campo do custeio agrícola, especialmente com cooperativas centrais de crédito; permissão para que funcionários públicos possam participar de cooperativas de associação. Tínhamos um problema de dualidade da Legislação: por um lado, a Legislação Cooperativa permitia a participação de funcionários públicos em qualquer um dos níveis na sua direção; e, por outro lado, a Lei do Funcionalismo não permitia.

Então, de uma vez por todas, se resolveu isso e se facilitou a situação. E temos um grande número de cooperativas, envolvendo funcionários públicos municipais, estaduais e federais. E, mais recentemente, uma Lei aprovada novamente foi a da isenção da contribuição social sobre o lucro líquido sobre os atos cooperativos. Esse era um problema sério que vinha se arrastando há muitos anos, com diversos processos judiciais contra o Governo. Agora, a partir do início deste ano, se definiu exatamente o que é o ato cooperativo, nesse caso, isentando as cooperativas desse pagamento.

A partir dessas ações, que são as principais, temos alguns resultados da política de inclusão bancária, que são importantes e merecem ser apresentados. Aqui, temos um número de contas simplificadas abertas, desde que saiu a norma, praticamente em setembro de 2003 até 31 de dezembro. Foram 4 milhões, 618 mil contas; são 4 milhões, 618 mil famílias que estavam excluídas do Sistema Financeiro. Quem abriu essa conta não tinha outra conta, ou seja, não tinha acesso ao serviço bancário. E há um destaque muito forte: a

Caixa Econômica e já aparecendo o banco popular, que está também numa crescente. O banco popular, apesar de ter sido criado em final de 2003, começou a operar efetivamente só em agosto do ano passado. Foi todo um processo de desenvolvimento tecnológico, até para ser um banco que opera com correspondentes bancários; essa é a essência dele, querendo chegar em todo o país. Então, destaque para o banco popular, especialmente a Caixa Econômica.

Tenho um dado mais atualizado próximo, que é de 28 de fevereiro: aquele número de 4 e 600 já está em 5 milhões e 100. Para grande parte dessas pessoas, à medida que as contas vão sendo abertas e vão ganhando um mínimo de sobrevida, os outros serviços vêm vindo atrás. O primeiro passo para um banco ou para uma instituição financeira conhecer uma pessoa que não tem comprovante de renda é conhecer sua movimentação financeira. Não existe outra forma, a não ser que eu tenha um agente de crédito que possa estar em cada comunidade, como vamos destacar rapidamente no novo programa.

Mas vemos que, a partir da constituição da conta, vem o processo para liberação do cartão; depois do cartão, começa o crédito. O banco popular, por exemplo, começa com um financiamento de R\$50,00, automático. Quem pegar um financiamento de R\$50,00 e pagar tem direito a um de R\$ 100,00; pagando, o crédito vai subindo até chegar em torno de R\$ 300,00. Quando chegar em R\$ 300,00, o banco já tem um histórico do cliente nesse período e aí pode elevar esse financiamento até R\$600,00 ou R\$1.000,00, dependendo do destino do crédito. Vai-se criando um crédito de escora a partir dessa relação do cliente de baixa renda com o banco.

Para os senhores terem uma idéia, entre 1º de janeiro de 2003 e 1º de janeiro de 2005, digamos, foram criadas no Brasil 14 milhões de contas; dessas 14 milhões de contas novas, e aí podendo haver pessoas com duas ou mais contas, 4 milhões e 600 mil foram de contas simplificadas. Se adicionarmos ainda as contas via banco postal, contas de poupança simplificada, porque os bancos privados não optaram por conta simplificada, que é a conta gratuita. Mas estão operando com a população de baixa renda por contas simplificadas, outros tipos de contas cobrando normalmente tarifas mais baratas, também limitando os serviços.

Então, para nós, esse é um número muito importante e tem avançado. E a expectativa agora em relação à bancalização, à inclusão bancária, é avançar para o interior, porque, num primeiro momento, o foco foram as grandes cidades; e, segundo, avançar para os demais serviços: crédito, poupança, porque para muitas dessas pessoas a poupança, às vezes, é até

mais importante do que o próprio crédito. Poupanças, seguros, cartões de créditos e assim por diante.

Aqui, um dado importante também sobre operações de crédito popular, destacando bem – até tivemos uma conversa, na semana passada, com o Senador Tasso Jereissati – que são créditos, em grande parte, provavelmente em torno de 90%, são créditos destinados ao consumo, é o crédito para o consumo que, em geral, os bancos têm operado. Cerca de 10% do número total, já vou destacar esse número logo em seguida, são créditos destinados a empreendedores.

O foco dos bancos tem sido consumo. Para se ter uma idéia, nesse período praticamente de 16 meses, tivemos 3 milhões e 400 mil operações, envolvendo R\$1,3 bilhão. Os 2% disponibilizados via depósito destinados a microcrédito rendem mais ou menos R\$1,2 bilhão. É lógico que aí temos operações que foram quitadas, vou somando o número de operações. Quando pego a carteira ativa, que é o próximo *slide*, temos uma participação muito importante do Bradesco, além dos bancos públicos, na medida em que o Bradesco tem uma ação bastante forte junto à população de baixa renda.

Esse um dado fechado até agora, no final do mês. Atualizei todos os bancos públicos, só não atualizei o Bradesco, mostrando que praticamente nesses dois primeiros meses do ano, sem contar o Bradesco que tem um peso – esse número do Bradesco é o mesmo de 31 de dezembro –, ampliou-se em 1 milhão de contratos. Ou seja, foi realizado 1 milhão de contratos destinados à população de baixa renda à taxa limitada de 2% em dois meses. É um volume crescente mês a mês, e estamos chegando a números muito importantes.

Aqui mostra um pouco da carteira ativa. Daquele saldo que tenho de R\$1,2 bilhão que estaria disponível à aplicação, a carteira ativa em 31 de dezembro gerava em torno de R\$677 milhões, só somando esses bancos. Se eu somar outros bancos privados, a estimativa é de que esse volume suba em torno de R\$130 milhões, e vamos ter cerca de R\$800 milhões de R\$1,2 disponibilizado. Ou seja, começou devagar, a parte não aplicada é recolhida ao Banco Central, mas essa parte que é recolhida vem reduzindo mês a mês pela ampliação do volume aplicado.

Essa é distinção entre crédito popular ou de consumo, ou uso livre: o consumidor não precisa dizer para que vai usar o crédito, e o crédito destinado especificamente a empreendimentos. Trezentos e sessenta daquele número de R\$4 milhões, que a gente tinha por dados do Banco Central, o que nos dá cerca de 10% que era operado com crédito produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Esse crédito produtivo é de quem?

O SR. GILSON BITTENCOURT – Desse crédito produtivo temos desde parte do Crediamigo, do Banco do Nordeste...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Que já vem sendo feito há 10 anos.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Vou mostrar esse número. E também bancos públicos e privados que também destinam ao crédito do empreendedor a taxa de 2%. Cerca de 40% era o Banco do Nordeste.

Aqui mostra um pouco da atuação do Banco do Nordeste. Mostra o período anterior, de 1997 a 2002, foram realizados 947 mil contratos, com R\$721 milhões. Nesses últimos dois anos, aí é fruto da *expertise*, o Senador tem toda razão. Na medida em que o tempo vai passando, a instituição vai ganhando *know-how* e mostra que o Banco do Nordeste, hoje, trabalhando com uma organização da sociedade civil de interesse público na ponta com agentes de crédito, que vão até o empreendedor e vai ganhando *know-how*, vai ganhando experiência, e os números vêm crescendo de forma bastante significativa. Essa carteira ativa do Banco do Nordeste em 31 de dezembro.

Crédito consignado. O crédito consignado está mudando o crédito pessoal no Brasil. Esse é um dado entre janeiro de 2004 e dezembro de 2004, com uma amostra de 80% do total de crédito das instituições que operam com crédito pessoal no Brasil. O crédito consignado subiu de R\$6,3 para R\$11,9 bilhões. A taxa de juro do crédito consignado é quase um pouco mais da metade da média do crédito pessoal, hoje em torno de 40% contra 70% no geral do crédito pessoal. E um avanço significativo não só em montante, mas no percentual do crédito pessoal. Ou seja, o crédito consignado está cada vez mais ganhando espaço dentro do crédito pessoal no país.

Essa é a última transparência, para fechar os números e entrarmos na medida provisória. Uma coisa que começou no governo anterior é um sucesso, e a gente precisa destacar, porque vem crescendo de forma bastante ativa neste governo, que é o papel dos correspondentes bancários: é o atendimento bancário via lotérica, via agência de correio, no caso do Bradesco, ou via farmácia, padaria. Está-se levando serviço financeiro aos mais distantes locais deste país, não necessariamente com uma agência bancária, mas com o serviço dessas agências através desses correspondentes. Em 2002, tínhamos 14 mil pontos, em junho de 2004, 26, a estimativa agora para este momento nós já imaginamos cerca de 45 mil pontos de atendimento.

O que originou o novo programa que vai ser debatido por esta Casa? Na avaliação do Governo, segundo aqueles objetivos propostos no início, alcançamos

três com sucesso: a inclusão bancária e a ampliação dos serviços financeiros, que vão ganhar corpo agora à medida que as contas vão gerando esses outros serviços, a ampliação do acesso ao crédito popular especialmente para consumo e a redução da taxa de juros para esse segmento da população. Não se pode negar isso, os números mostram.

Avançamos muito pouco no que diz respeito ao crédito produtivo, que é o crédito destinado ao microempreendedor, àquele que vai pegar o recurso para fomentar uma atividade já existente. Trata-se da pessoa que compra cerveja ou refrigerante para vender na porta de um estádio, do pipoqueiro, do pequeno empreendedor que compra uma pequena máquina e assim por diante. Refiro-me ao microcrédito de gerador de renda. Nesse ponto quase não avançamos.

Segundo a avaliação do Governo, pecamos com relação a essa questão e queremos tentar avançar agora com esta medida provisória que cria um programa de microcrédito produtivo orientado. Não se trata de consumo, mas de crédito produtivo com agentes de crédito. De acordo com a experiência mundial de Bangladesh, do Grameen Bank, internacionalmente conhecido, do Banco Sol, da Bolívia, e de certa forma do próprio Banco do Nordeste, por intermédio da operação via uma instituição na ponta que trabalha com agentes de crédito que conhecem e visitam cada um dos empreendedores com renda e faturamento anual de até R\$60 mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Anuncio a presença do Presidente da Petrobras, Senador José Eduardo Dutra, e convido-o para sentar à mesa.

Desculpe-me, pode continuar. Seu tempo será descontado.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Obrigado, Senador.

A finalidade está definida – e muito bem definida. Não é qualquer crédito, deve ser o crédito com orientação e com agente de crédito; se não for isso, não está embutido nesse programa.

Quem seriam os operadores? Há instituições em dois níveis: as donas ou as gestoras dos recursos; se não são donas, são gestoras.

Quais são os recursos destinados a esses programas? Recursos do FAT. Aí, mantém-se – não se está alterando a legislação – a operação. Somente podem pegar dinheiro do FAT as instituições públicas federais – Banco do Brasil, Caixa Econômica, BND, Basa e BNDES. No caso, também estamos permitindo utilização do recurso de depósito especial proveniente daqueles 2% criados para microcrédito.

Quem vai operar? Todos os bancos que operam com esses recursos, que têm captação.

Quem vai operar na ponta? Quatro grupos de instituições: cooperativas de crédito, desde que essas cooperativas, que são singulares, operem com crédito orientado – não basta ser cooperativa para ter acesso ao recurso; agências de fomento. Temos no País 18 agências e bancos de desenvolvimento coordenados por governos estaduais. Dessas, três já operam na ponta e as outras estão iniciando ou já operam via intermediação para pequenas ONGs e pequenas organizações na ponta, com destaque para o Badesc, em Santa Catarina, que tem uma ação muito forte para repassar recurso, e para o BDMG, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, que tem um foco muito forte nesse repasse de recursos para pequenas empresas. Ele busca recursos, os capta e os repassa no seu Estado para as instituições. Vão operar também na ponta: sociedade de crédito microempreendedor, uma organização criada em 1999 para fomentar o microcrédito no País, e as organizações da sociedade civil de interesse público, as Ocips, no caso, que operem com crédito, também um tipo de organização criada no Governo anterior que, pelo debate do Programa Comunidade Solidária, gerou essas instituições para operarem com microcrédito. São esses os quatro grupos, desde que operem com agente de crédito.

Quanto à taxa de juros, há um grande debate. No microcrédito comum, no crédito popular, a taxa máxima é de 2%. No início, houve muitas queixas por ser muito baixa, e os bancos não conseguiriam operar. Os números estão mostrando que isso é possível.

No caso do crédito produtivo orientado, há um custo adicional, porque existe o custo do agente. O custo de se deslocar até o agente financeiro que, no crédito normal, é da pessoa, nesse tipo de crédito, não é da pessoa, mas da instituição, porque ela leva o agente até a pessoa; ela tem todas as despesas de acompanhar o projeto.

Qual é a taxa que está sendo definida? Não há nada na lei, mas a expectativa e a negociação mostram que vamos operar com algo entre 2%, acrescidos dos encargos administrativos relativos ao crédito orientado, que deve gerar em torno de mais 2% como limite máximo.

Aqui, o mais importante nesse tipo de crédito é ter acesso – lógico que a taxa de juros é fundamental. A tendência é ficarem cinco mil reais para recursos do FAT. Hoje, a exigibilidade está em mil reais, mas a idéia é equalizar e ficar tudo em R\$ 5 mil.

Ficou estabelecida nessa MP a permissão para operar sem garantias reais. Esperamos que a MP se torne lei.

O Codefat e o CMN vão definir as regras de fiscalização e controle.

Algumas questões anexadas a essa medida provisória têm a ver com o programa, e a consideramos fundamental. A primeira foi desobrigar cooperativas de crédito a aplicar no microcrédito. Era uma incoerência contida na proposta do Governo. Também foi aprovada no Congresso a definição estatutária do grupo de sócios. Quando se tem um estatuto fechado, se é obrigado a operar com terceiro. Em cooperativa é proibido operar com terceiro; no caso do crédito, ela tem que operar apenas com sócios. Era uma incoerência, mas estamos retirando essa obrigatoriedade. As cooperativas que operam com a população de baixa renda não precisa ter esses 2% porque elas operam muito mais do que 2%.

Nós isentamos a CPMF na conta simplificada, quer dizer, dando um benefício a mais para a população de baixa renda. Permitimos que essas SCMs, que antes só podiam operar como crédito, possam também ser correspondentes bancários. Ou seja, uma instituição que está operando com crédito pode ser correspondente de um banco público, de um banco privado, levando outros serviços aos seus clientes.

Permitimos que o Funproger, que é o Fundo de aval do FAT, e o Fampe, que é do Sebrae, possam avaliar, não o cliente, mas o microcrédito. O Sebrae está participando ativamente de todo esse debate junto com o Governo, apoiando essas instituições, o fomento do crédito. Permitir que esses fundos possam avaliar não o cliente – porque não queremos um fundo de aval lá na ponta; na ponta, a instituição de microcrédito opera com garantias alternativas –, que não pode nem ter idéia de um fundo de aval que possa assegurar o crédito, o que geraria inadimplência. O aval é entre o banco e a instituição de microcrédito. É aí que se dá o aval. A instituição do microcrédito vai operar com as formas alternativas, como dizem as leis, como dizem todas as experiências internacionais sobre microcrédito.

Retiramos o limite mil reais da lei nas operações de crédito. Vamos manter a proposta: no crédito, hoje, de R\$ 600 e R\$ 1 mil, quando é operada a 2%; mas, como nesse crédito produtivo a demanda maior, a expectativa é que aumentemos para cinco mil. Essa é que vai ser a demanda encaminhada ao Conselho Monetário.

A MP foi para a Câmara. Lá, o Deputado Heleno Silva foi relator dessa MP e acrescentou quatro medidas: seja por demanda de emendas, seja por proposições do próprio Deputado. Nós as consideramos muito interessantes, pois elas contribuirão efetivamente para melhorar ainda mais o programa.

A primeira delas refere-se ao § 7º que havia antes da edição MP. Ele dizia que para operar a instituição já tinha que existir. Ficou confuso, porque a idéia era que a instituição já operasse com crédito, ou seja, que não fosse o microcrédito produtivo orientado a primeira operação dela. Como ficou, vedava a criação de novas instituições. Esse parágrafo, então, foi retirado. Assim, o risco dessas operações é 100% do agente financeiro, seja do banco público, seja do banco privado. O risco não é do Governo, que repassa aos bancos, os quais assumem o risco. E não é o Governo que vai dizer para emprestar para quem desejar. É risco bancário e envolve análise de risco. É essa fórmula que vai operar o programa.

Foi introduzido um novo parágrafo atendendo uma demanda dos Estados, deixando claro que tanto os bancos de desenvolvimento quanto as agências de fomentos possam atuar como repasse. Imaginem uma pequena organização do interior da Bahia. Dificilmente, ela chegaria ao BNDES, seja pelo tamanho, seja pela dificuldade de acesso. O Desenhavia, por exemplo, poderá vim no BNDES captar recursos do FAT, ou ir num banco público ou privado, captar recursos da exigibilidade e repassar esse recurso para a instituição que ela conhece, que ela acompanha no dia a dia.

Então o objetivo é incluir, atendendo a uma demanda dos governos estaduais, dos bancos, dos governos que têm esses bancos, ou as agências de desenvolvimento, as quais consideramos fundamentais para alcançar as instituições pequenas, lá nas bases.

Foi alterado o art. 2º, deixando explícito que a operação depende dessa relação de bancos, repassando para as instituições de microcrédito. Aqui foi introduzida também a palavra mandato, porque o Banco do Nordeste, na prática, o Programa Crediamigo estava fora, porque esse banco não opera na forma de repasse para a Oscip dele. O que faz? A Oscip opera em nome do Banco do Nordeste em forma de mandato. No cadastro do crédito, há uma relação do Banco do Nordeste com o indivíduo operada por meio dessa Oscip em forma de mandato. Então incluímos a experiência do Crediamigo nesse programa.

Também tratamos da aquisição de carteiras de crédito, assunto que antes não estava bem explícito. Permite-se a um banco comprar uma carteira de crédito de uma instituição que já existia, que já operava.

A última consideração: o Deputado fez esclarecimentos sobre a atuação do Fampe a fim de que ele possa atuar com aval parcial.

Estão em fase final de elaboração, esperando apenas a aprovação desta MP, questões centrais que dizem respeito a padrões de contas. Atualmente as cooperativas SCMs e os bancos, logicamente, são

controlados pelo Banco Central. As Oscips, não. Para operar com esse programa, obrigaremos as instituições de microcrédito a terem um padrão de contas único, utilizando como base o padrão adotado atualmente pelo Banco Central, com adaptações e simplificações, a fim de que possamos ter uma variação das carteiras e o mesmo nível de cálculo de inadimplência, de situação de cada uma das carteiras. Deverão criar um padrão único, tanto da contabilidade financeira quanto de demonstrativo da situação das instituições e também mecanismos de controle e fiscalização dessas operações.

Para garantir o controle e também o desenvolvimento dessas instituições, o Governo está elaborando um programa de desenvolvimento institucional, para essas organizações que operam na ponta, fazendo uma inter-relação entre o programa que já existe no Sebrae e o programa que está sendo montado no BNDES com aquele que está sendo estruturado no Ministério do Trabalho. A idéia é que esses três programas trabalhem conjuntamente, ajudando no desenvolvimento e na adoção dessas tecnologias por parte dessas instituições.

Para quem desejar, tenho a apresentação em mãos e posso tirar cópia depois. Há duas transparências, esta e a próxima, que abordam todos esses temas que citamos, toda a legislação: resoluções de conselhos monetários, decretos e leis que tratam de cada um desses temas, desde tributação, programa de crédito, contas especiais etc.

Essas são as questões centrais para apresentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A exposição de V. Sª foi muito boa, deu uma visão global do projeto.

Passo a palavra à primeira oradora, Senadora Ideli Salvatti, uma das autoras do requerimento para, se considerar necessário, questionar o expositor, Dr. Gilson.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Dr. Gilson, a quem parabeno pela exposição extremamente clara e elucidativa, com todos os detalhes sobre a evolução do esforço que vem sendo feito e que, obviamente, não é exclusivo do nosso Governo. Houve iniciativas anteriores que foram ampliadas, amplificadas, tratando dessa questão da inclusão bancária e de se poder permitir que parcelas significativas da população tenham acesso ao crédito, ao sistema financeiro nacional, podendo, inclusive, fugir daqueles mecanismos que, mesmo para as populações de mais baixa renda, sempre existem na sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora, desculpe-me por interromper. Devo dizer que ficou estabelecido que cada interpelante disporá de apenas três minutos. O tempo de V. Ex^a começa a contar agora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada.

Todos sabemos que, mesmo para a população de baixa renda, sempre existe no tecido social a presença da agiotagem. Muitas vezes a população, por menos recurso que tenha, tem uma emergência, precisa recorrer e, às vezes, não tem acesso ao sistema financeiro. Isso pode acarretar um prejuízo muito maior para essas pessoas, ou seja, para pegar um pequeno empréstimo, a população acaba pagando muitas e muitas vezes a mais.

Como Relatora, quero dizer que estamos totalmente abertos ao debate das emendas que qualquer Senador queira apresentar. Queremos fazer, ao longo da tarde, esse processo negocial e o aprimoramento da medida mediante várias emendas apresentadas na Câmara e deverá sofrer – vou antecipar – alterações, pois pretendemos incluir algumas propostas com esse objetivo. A disposição da relatoria de acatar as alterações propostas facilita a negociação. Não tenho nenhum questionamento, deixo isso para os demais Senadores, para, na condição de Relatora, acolher o maior número possível de sugestões apresentadas pelos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Combinei com o Dr. Gilson Alceu Bittencourt que S. S^a responderá no final a todos os que se inscreveram para solicitar informações. Será melhor assim, porque S. S^a terá mais tempo.

Como autor do requerimento, eu estaria inscrito em segundo lugar.

Vou passar a palavra ao Senador Tasso Jereissati, e, sucessivamente, aos Senadores José Agripino, Delcídio Amaral, César Borges e V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Gilson Bittencourt, primeiramente, eu gostaria de parabenizar V. S^a pela explanação. Realmente, verificamos que se trata de entendedor profundo da matéria, que dela tratou com bastante transparência. Mas essa transparência aumenta e reforça a minha idéia de que um instrumento legal como este, pelo que já aconteceu, conforme o histórico apresentado por V. S^a, não pode ser aprovado por medida provisória porque paira uma série de dúvidas aqui levantadas. Vou rapidamente descrevê-las, relacionando as minhas dúvidas referentes à medida provisória atual com as do passado.

Primeiro, porque não é estabelecido na lei o conceito de atividade produtiva de pequeno porte. Agora mesmo, vimos uma grande confusão a respeito do que é atividade produtiva de pequeno porte. Até R\$5 mil é atividade produtiva de pequeno porte? A meu ver, não, como foi dito por V. S^a. Ao mesmo tempo, afirmou-se que a lei visa, por exemplo, também a atender instituições de fomento, como é o caso da Bahia, visa a repassar recursos para empresas. A atividade de um banco de fomento não é baseada na mesma idéia do microcrédito. Esse se destina a pessoas em situação de extrema pobreza, que têm algum projeto produtivo e que não têm acesso a crédito bancário, que não têm garantias, não têm cadastro. Foi para isso que se criou o microcrédito e não para ser utilizado por uma instituição de fomento, por exemplo.

Essa definição não está contida na lei. É necessário discutir com profundidade o assunto, porque posso achar que não é e outros, como o Senador César Borges, podem achar que é. Então é preciso que isso seja bem conceituado.

Taxa de juros. Esse é um ponto importantíssimo. Parece que serão estabelecidos limites para as taxas de juros.

Como sabemos, é uma transação extremamente cara, onerosa. Essas operações, se forem estabelecidas taxas limitadas, correm o risco de trazer prejuízo. Quem vai cobrir esse prejuízo? Elas devem ser limitadas ou devem ser livres? Quais os critérios utilizados para os agentes financeiros repassarem recursos públicos? Quais são os critérios para as organizações de sociedade civil, que são organizações privadas? Quais os requisitos de habilitação de instituições de microcrédito produtivo orientado? O que é uma instituição de microcrédito produtivo orientado? O que não o é? Quais os pré-requisitos para que essas empresas se habilitem a esse crédito?

Estabelecer uma exigência mínima de informações, evidentemente não nos moldes do Banco Central, mas um mínimo de fluxo de informações, que haja controle desses gastos. Já que estamos nesses investimentos, já que estamos falando de investimentos públicos repassados para instituições privadas, que tipo de controle vai haver? Não diz a lei se é liberada a contabilidade. Por falar em plano de contas, tivemos a idéia de fazer uma padronização, mas essa padronização do plano de contas também não está na lei, porque, sem uma padronização mínima de um plano de contas, como se vai poder fiscalizar todas essas que serão centenas e podem chegar a milhares de ONGs que farão e que receberão esses recursos? É preciso algum tipo de regulamentação, de padronização disso, para que possa haver um controle.

Essas são algumas das dúvidas que, imediatamente, nos apareceram aqui. Por essa razão, sou favorável à idéia, mas acho que já cometemos erros. A Lei do Banco Popular já foi criada aqui por medida provisória. As outras legislações que favoreceram a criação de MPs, Senador Arthur Virgílio, foram por medida provisória, o que nos levou a enorme engano. Eu, assim como o Senador Romeu Tuma, o Senador César Borges, o Senador Arthur Virgílio, acho que todos os Senadores ficamos imensamente surpresos, naquela reunião que tivemos, ao saber que o Banco Popular do Brasil, que criamos aqui por medida provisória, às pressas, para fornecer microcrédito, nunca fez microcrédito na vida. Ele não era para microcrédito. Até estranhamos, porque existe uma enorme divulgação das ações do Governo em microcrédito. Pensei, sinceramente, que já era uma ação decorrente do Banco Popular do Brasil, que foi criado com essa finalidade. Não! Estamos sabendo agora que o Banco Popular do Brasil não faz microcrédito, mas crédito ao consumidor, crédito para o consumo.

Se eu tivesse tido a oportunidade de discutir com mais profundidade para saber que seria esse o objetivo, eu teria perguntado para que criar um banco com esse objetivo se ele não vai fazer microcrédito.

Ora, crédito popular não é o problema da grande maioria da população pobre do Brasil. O crédito popular, nas próprias lojas, em pagamentos, liquidações, qualquer Casas Bahia da vida faz crédito popular, a própria Caixa Econômica faz crédito popular. V. S^a mesmo falou aqui, o Bradesco faz crédito popular através daquele crédito postal, através das agências dos Correios. Não existiria a menor necessidade de criação de um banco popular para fazer microcrédito para consumo, microfinanças, porque não se chama de microcrédito.

Então, quero saber por que foi criado o Banco Popular se não era não para microcrédito. Para se dar crédito às populações de baixa renda, com certeza, não era preciso criar um banco, já que, como eu disse, várias instituições privadas e públicas já concedem crédito popular, e não tivemos oportunidade, então, por ter sido feito por medida provisória, de discutir esse assunto com maior profundidade.

Ainda não recebi algumas informações que pedi sobre o Banco Popular do Brasil. Eu gostaria de saber o que ele fez até agora. O que fez o Banco Popular do Brasil até agora? Aonde emprestou? V. S^a me disse uma coisa que me assustou, que até agora esse microcrédito foi feito nas grandes cidades, o financiamento para consumo, e que agora é que vai alargar para o interior.

Nas grandes cidades, a população pobre tem acesso, nas grandes casas de varejo, ao crédito para consumo popular. Onde não tem é no interior. O que foi feito? Quem bancou esses recursos do Banco até agora e o que foi feito desses recursos?

Mas, mesmo não tendo recebido essas informações, de qualquer maneira, fui pedir para pesquisar e vi aqui um balanço. Eu gostaria que V. Ex^{as} prestassem muita atenção, Senador Suplicy e Senadora Ideli.

Banco Popular do Brasil. Balanço do último ano do Banco Popular do Brasil. Total de operações de crédito feitas pelo Banco Popular do Brasil: R\$20 milhões. Correto? Ou seja, para consumo R\$20 milhões. Assim, para consumo não há microcrédito. O Senador Suplicy conhece bem a matéria e sabe que microcrédito não é para consumo.

Senador César Borges, despesas do banco, despesas de propaganda e publicidade: R\$23,900 milhões. Esse é o número que tenho.

V. Ex^a prestou atenção nisso, Senador Arthur Virgílio. Isto é importante: R\$23,900 milhões! Nós votamos isso aqui para propaganda. Isso é mais que todo o volume de crédito que o banco fez durante todo o ano.

Continuo dizendo que sou favorável à idéia do microcrédito. Louvo a iniciativa, mas isso não pode ser feito a toque de caixa, porque já cometemos esse erro brutal aqui. Nós aprovamos um Banco Popular para fazer microcrédito que não faz microcrédito, e os recursos repassados para ele foram utilizados em grande parte, em sua maioria, para propaganda; nem para o crédito ao consumidor esses recursos foram utilizados.

Assim, gostaria de colocar minha posição, para que realmente pudéssemos fazer algo bem feito, como temos feito nesta Casa, e também colaborar com o Governo para que as coisas sejam bem feitas e bem discutidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a permite que eu acrescente alguma coisa pequenininha? Não vou questionar V. Ex^a.

Trata-se da organização da sociedade civil. Foi citada a Lei nº 9.790, de 23 de março. Há um elenco de sociedades que são reconhecidas como de interesse civil. Há uma outra lista, no art. 2º, que não pode ser reconhecida como sociedade. Inclusive as cooperativas.

Assim, gostaria que ele pudesse explicar bem o que são as organizações de sociedade civil que serão criadas por essa medida provisória.

Estando ausente os Senadores José Agripino e Delcídio Amaral, concedo a palavra ao Senador Cé-

sar Borges, como primeiro inscrito, e, em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

Senador César Borges, V. Ex^a dispõe de três minutos, com direito a prorrogação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo que vejo, o Dr. Gilson Bittencourt é Secretário Executivo de um grupo de trabalho ligado ao Ministério do Trabalho?

O SR. GILSON BITTENCOURT – Da Fazenda.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ministério da Fazenda.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Sou Assessor Especial do Ministério da Fazenda.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O microcrédito seria um programa ligado ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Trabalho e Emprego. Assim, trata-se de um Secretário Executivo de um grupo de trabalho feito para tentar implementar um programa de microcrédito no País.

Minhas palavras têm a ver com aquilo que foi dito aqui pelo Senador Tasso Jereissati, que praticamente esgotou o assunto.

Em 2003 foi criado o programa de microcrédito pelo atual Governo, através de medida provisória, a qual anunciava que nós teríamos efetivamente uma nova política para o microcrédito no País. Isso foi anunciado com estardalhaço e assim foi imposta ao Congresso Nacional mais uma medida provisória, normalmente, como de costume, aprovada de afogadilho.

Em setembro de 2004, a mídia nacional fez uma avaliação sobre esse programa que foi criado. Assim como outros programas que foram criados – o Primeiro Emprego é um exemplo –, esse também não deu nenhum resultado depois de um ano. O que a imprensa dizia depois de praticamente um ano que foi aprovada a lei que levou o nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, advinda de uma medida provisória? A imprensa dizia o seguinte: criado em agosto do ano passado, como medida para aumentar os financiamentos para o microcrédito, com direcionamento de 2% dos depósitos à vista em conta corrente nos bancos, gerou, em média, empréstimos de R\$216 milhões ao mês, quando poderia ter sido de R\$1,114 bilhão. Ou seja, menos de 20% foi aplicado. Esse foi o valor disponível nos bancos, na média, nos dois últimos doze meses.

Para tentar ampliar esse volume, o Governo decidiu flexibilizar as regras desse tipo de empréstimo. Então, o que estamos discutindo nessa medida provisória é uma reformulação da formulação inicial do atual Governo. Houve uma formulação equivocada por meio de uma medida provisória, que não redundou absolutamente nos benefícios esperados, e que, agora, por nova Medida Provisória, a 226, espera o

Governo que venha. Quer dizer, corrigem com a mesma forma de agir, por uma medida provisória em que o grupo de trabalho interministerial de microcrédito e microfinanças legisla e traz já o prato feito para esta Casa aprovar, e sabemos como se dá a tramitação das medidas provisórias nesta Casa.

Então, o balanço divulgado pelo Banco Central há seis meses mostra que as instituições financeiras teriam aplicado uma média de 19,39% apenas e, basicamente, situada em três bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco. Só esses três bancos fizeram essa aplicação, mesmo assim, muito aquém. Nem o Banco do Brasil, que é um banco oficial, cumpriu a meta:

“O Banco do Brasil detém um terço do microcrédito, mas não atinge a exigência mínima. Apesar dos esforços do Banco do Brasil para aumentar os recursos liberados por meio do microcrédito, o banco estatal não conseguiu atingir a meta estipulada pelas regras do Conselho Monetário Nacional. O Banco do Brasil foi responsável por cerca de um terço das operações de microcrédito realizadas por todo o sistema financeiro até junho de 2004, com trezentos mil beneficiários, a uma carteira que se tem mantido na média de 108 milhões. Porém, o Banco teria de ter alcançado um total de 330 milhões.”

Esse é o Banco do Brasil, que é o banco oficial para implementar as políticas públicas do Governo. Tem essa finalidade o Banco do Brasil.

Além disso, Sr. Presidente, quero concordar inteiramente com o Senador Tasso Jereissati, porque o que se procurou implantar é crédito ao consumo, não crédito ao empreendedor. O crédito que realmente é produtivo, que gera novos empregos, que dá sustentabilidade àquele que é o beneficiário do crédito. Há um desvio, sem sombra de dúvida.

Então, esses números de simplesmente fazer conta, obrigar sempre a abertura de contas, não se traduzem em benefícios efetivos. Muito pelo contrário, até em obrigações para aqueles que estão abrindo contas se efetivamente ele não pode, a partir dali, ter a possibilidade de ter um crédito e iniciar um novo negócio, gerando emprego e renda.

Portanto, Sr. Presidente, encerro para perguntar. Primeiramente, a Consultoria da nossa Casa diz que não há nenhuma urgência ou relevância nessa medida provisória, Senador Eduardo Suplicy. A Consultoria Técnica da Casa diz que desconhece qualquer urgência ou relevância, deveria ter sido encaminhada, assim como da primeira vez, por projeto de lei. Mas, como é muito fácil ao Governo desconsiderar o Parlamento e editar medida provisória, mais uma vez, a proposta vem por medida provisória.

Parece-me que esse programa de microcrédito é como o Primeiro Emprego. Deu errado na primeira vez em que foi criado, Senador Arthur Virgílio, foi um fracasso terrível, reeditou-se e houve novo fracasso em seguida. O Programa Primeiro Emprego continua um grande fracasso. E o meu receio é exatamente que, apesar dessa medida provisória agora, continue a mesma situação.

Pergunto se não seria importante trazer essa matéria por meio de um projeto de lei, porque seria muito mais democrático e aberto o processo. Outro fator que me causa espécie é que ele abre a taxa de juros de 4%, dizendo que dessa forma vai ampliar o programa. Simplesmente, vão enquadrar outros empréstimos dos bancos que não estão atendendo à medida provisória inicial, que é de 2%, impossibilitando que enquadre para dizer que fez mais do que na verdade está-se fazendo, adotando esse empréstimo que, hoje, é praticado à taxa de 4% de juros. V. Ex^{as} não de convir que, para o microempreendedor, essa taxa é realmente exorbitante.

Ficam essas perguntas.

Agradeço a compreensão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Dr. Bittencourt, tenho aqui em mão um *folder* muito bonito e bem feito, uma senhora simpaticíssima dizendo que o microcrédito gera mais trabalho, renda e cidadania para todos os brasileiros. Aí tem em cima: “Nunca a população de baixa renda teve acesso a tantas formas de crédito barato como agora”.

Vamos chegar a um ponto, Sr. Presidente, em que se vai perguntar a um menino: “Quem foi que descobriu o Brasil”? Ele vai responder: “O Lula”. “Nota dez. O caminho para as Índias?” “O Lula, porque queria trazer a Índia para um confronto com os Estados Unidos”. Enfim, o Lula. “Quem descobriu a América?” Aí um outro, coitado, um desavisado, vai falar: “Cristóvão Colombo”. “Mentira, burro! Lula”. Temos que começar a desmistificar isso.

Aqui temos três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinco contas simplificadas abertas. Aumento de 61% no total dos valores emprestados por consignação e folha de pagamento 10.20 bilhões; 841.910 contratos de microcréditos produtivos orientados, feitos de janeiro de 2003 a outubro de 2004; 26.755 postos em outubro de 2004; 2.961.917 milhões de contratos de micro créditos concedidos entre agosto de 2003 e novembro de 2004, totalizando um empréstimo de R\$1.190 bilhão.

Eu me coloco de acordo com o arrazoado dos Senadores César Borges e Tasso Jereissati, primeiro

quanto a alguns fatos, Dr. Gilson. Isto aqui é peça de fantasia, que mereceria atenção até jurídica, porque se não acontece o que aqui está dito, evidentemente há dinheiro público gasto nisso. Talvez do Banco Popular do Brasil. Existem números que me deixam estarelecido.

Primeiro, “não” à medida provisória. Não concordamos com essa enxurrada de medidas provisórias que prejudicam a ação administrativa do Governo, amesquinham o Congresso e, ao cabo, terminam confrontando o nosso desejo de interagir para melhorar os projetos bons com aquela velha urgência: “Se vocês não votarem essa medida provisória agora... Pelo amor de Deus, vocês são pessoas saudáveis de cabeça, são opositores melhores do que fomos, se vocês não votarem essa medida provisória agora, o mundo vai virar do avesso, porque temos, em seguida, uma matéria meritória”. Então, temos votado, Dr. Bittencourt, muita coisa ruim, porque depois tem algo meritório. Senão não sai a reforma tributária. Aí tenho de votar a medida provisória do microcrédito. É esse basta que a Oposição está querendo dar aqui.

Se o Senador Tasso Jereissati diz – e o diz abaladamente – que a medida provisória, que deve ser relevante e deve ser urgente, não serviu para trazer microcrédito nenhum, pergunto: por que a medida provisória e por que a urgência, portanto, que motivaria a medida provisória?

Houve uma confusão, a meu ver, entre microfinanças, que se liga ao consumo, e microcrédito, que se liga ao empreendedorismo.

Disseram que investiam em propaganda do microcrédito – disfarçaram isso em uma rubrica, um dinheirinho, R\$23 milhões; vou arredondar para R\$24 milhões, na verdade no esquema das microfinanças – e falaram que o microcrédito não foi realizado. Liberaram dinheiro efetivo para microfinanças, ou seja, para o consumo; porém, dos R\$128 milhões que estavam programados, apenas R\$20 milhões. Eu, que não sou nenhum contabilista, vejo que, no final – Senador Tuma, tinham 128, gastaram 20, dizendo que era microcrédito, e era na verdade microfinanças –, conseguiram ficar devendo 25. Há um prejuízo de 25 aqui. Isso é algo que passa, a meu ver, pelo jurídico. Tem que haver preocupação jurídica com isso, porque é o chamado Deus dará!

Algumas curiosidades ainda: o Nordeste – o Basa suponho que faça na minha região, tem tudo para fazer –, segundo me informa o Senador Jereissati, está fazendo e está fazendo há tempos. O que o Governo fez foi mudar. Então, o Crédito Amigo mudou. Quando se diz: “Manteve o Crédito Amigo”, então já vi antes, não foi o Lula descobrindo o caminho marítimo para

as Índias. Em 1998 já existia. Graças a Deus, pelo menos num episódio já dá para se dizer que também não foi ele o primeiro a propor como científica a Teoria da Relatividade. Não foi.

O que mudaram é uma coisa interessante, uma coisa superengraçada. Antigamente, eram “agentes do desenvolvimento”; agora, passaram a “militantes do crescimento”, se não engano. Militantes lembram mais aquela coisa, a boina do Che Guevara.

Militantes, não é isso? Não tem essa coisa? Fico tão feliz se não tiver.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor sabia desses 23 milhões com publicidade?

O SR. GILSON BITTENCOURT – Sim, vou explicar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas fico feliz, porque aquela coisa era charmosa: víamos aquelas pessoas com aquela barba densa, com aquele olhar de quem dormiu mal de noite e aquela boina do Che Guevara, aquilo me emocionava. Uma coisa que eu dizia: “Ai, meu Deus do céu, eles têm que ser melhor do que eu, porque esse rapaz acha que sozinho vai fazer uma revolução no Brasil.” E mais ainda: assim como quando conversa com um fanático religioso, quando conversa com o pessoal da boina, o pessoal da boina automaticamente é melhor do que você. Você diz: “Puxa vida, eu tenho que aqui não falar nem palavrão, porque se eu falar palavrão, o pessoal da boina vai me...” É a turma da boina, enfim, é a turma destinada a construir um mundo melhor, a partir de um ser humano melhor, tudo aquilo.

Se não tem a figura do militante, do crescimento, que bom, Dr. Gilson, mas manter o Crédito Amigo foi melhor ainda.

Eu queria de V. S^a as seguintes explicações: é ou não é verdade que no Nordeste, para exemplificarmos com uma grande Região, já havia, meramente se teria trocado o nome de agente, e não foi feito nada de novo? Segundo, que deu um prejuízo de 25 milhões numa conta em que havia 128 programados e que 20 foram gastos em microfinanças, sendo que 24 milhões foram com propaganda?

Parece-me, Dr. Gilson, e já encerro, que temos um confronto muito claro entre a vontade do Governo de ver aprovada essa medida provisória e o nosso dever de rejeitá-la, até pelo pedagógico, até por que não é matéria para medida provisória.

Há um requerimento do Senador Tasso Jereissati, que já pediram que o Senador retire para forçar a votação da medida provisória.

A proposta que faço, Senador Almeida Lima, Senadora Lúcia Vânia, Senador César Borges, Senador Tasso Jereissati, é que passemos para o Governo, da-

qui para a frente, a responsabilidade. Ou seja, eu não queria engolir mais nenhuma medida provisória ruim, desnecessária, ainda que bem intencionada talvez. Eu não queria engolir mais nenhuma, porque em seguida tem uma coisa muito importante. Votamos muitas medidas provisórias aqui porque, embora tendo que engoli-las por serem ruins, o fizemos porque atrás delas vinha uma coisa muito boa, vinha, supostamente, a salvação da lavoura, do País.

Está na hora de darmos um basta nisso. E quem sabe, a menos que V. Ex^a seja extremamente convincente, não é agora o momento de a Oposição dizer: “Olha, não se vota isso aqui”, a menos que sejamos convencidos por atitudes muito práticas, firmes e claras do Governo, explicando as distorções que foram mostradas pelos três primeiros Senadores que interpelaram V. S^a, que fez uma brilhante exposição e que, tenho certeza, é uma figura bem intencionada e está aí para servir a coisa pública. Há espaço em qualquer governo para pessoa de boa-fé e V. Ex^a me parece uma pessoa de absoluta boa-fé.

Estou aqui para tentar acreditar em tudo o que V. Ex^a me diga, mas estou com os números nas mãos e eles estão me dizendo que, mais uma vez, preponderou o Duda. O Duda, mais uma vez, suplantou o administrador que deveria ser o Lula. O Duda disse assim: “Olha, vamos pegar a propaganda, vamos fazer esse *folder* bonito, com esta senhora simpática.” Quem é que não gosta? Olha, que senhora simpática! Dê uma olhada nela. Ela lembra a minha mãe, a Dona Isabel. É verdade, quando a minha mãe era mais nova. É simpática, com um sorriso... Você compra o carro usado dela, você viaja para o exterior e deixa para ela receber o seu dinheiro, porque ela é confiável. É uma coisa bonita, comunicativa. Mas, na prática, o que vemos na análise do balanço é uma brutal distorção, ou seja, microcrédito praticamente zero, microfinanças pouquinho, muito de propaganda e prejuízo ao fim e ao cabo. E se não fizeram o microcrédito, por que urgência para se aprovar uma medida provisória que visa a resolver a questão do microcrédito no País, microcrédito que já existia, por exemplo, no Nordeste. Quero ouvir falar se é verdade ou não, porque essa eu quero guardar – tenho uns amigos que, juntos, jogamos muita conversa fora no final de semana em Manaus –, para quando chegar a oportunidade eu saberei se vou ou não gozar o Governo com essa história do “militante do crescimento”. Isso dá tanta piada! Imaginem isso nas mãos do Jô Soares! Crescimento de quê? O que esse militante faz crescer? Podemos fazer muitas ilações.

Enfim, V. Ex^a está com a palavra, e eu estou com dúvidas atrozes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

O Senador Garibaldi Alves pediu para ser o último, claro, se chegar a tempo.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Dr. Bittencourt, gostaria de reforçar o que já foi dito pelo Senador Tasso Jereissati em relação à questão da conceituação. Preocupa-me muito, porque acho que essa medida provisória vem repetindo o erro da medida anterior.

Essa conceituação é fundamental. Acredito que o valor estabelecido – R\$5 mil – é alto e não atende o que está proposto para o microcrédito, destinado às pessoas de baixíssima renda, que não têm acesso a nenhum tipo de financiamento para os seus empreendimentos: o pipoqueiro, o vendedor de melancia, enfim, aquele que está inteiramente desorganizado.

Entendo que a política nacional de microcrédito está dividida em duas fases. A primeira diz respeito à política voltada para o microcrédito realmente. Essa primeira fase foi ocupada pelo BNDES, início das Ocips etc. A segunda fase, fortalecida no atual Governo, foi esse crédito ao consumidor, o qual gerou essa confusão. Acho que entre a propaganda e a ação há uma diferença enorme. Na verdade, o que sempre buscamos, nós que militamos na área social, é que os programas de geração de renda para aqueles que realmente estão excluídos, estão na linha de pobreza, que eles tivessem acesso ao início de um pequeno negócio. Isso – acredito – o atual Governo desviou do eixo ao dar, embora seja meritória a idéia de fortalecer o consumo, em relação aos programas de geração de renda. O que assusta é o fortalecimento da questão do empréstimo ao consumo e, ao mesmo tempo, a formação de uma superestrutura desnecessária que é o Banco Popular. Participei de um debate, de um simpósio feito pelo Ministro Reis Velloso, quando o Presidente do Banco Popular confessou inteiramente constrangido com os resultados ali apresentados, perto de outros que havia trabalhado, inclusive Ocips, com o repasse de recursos para essas pequenas ONGs. Então, também me assusta a simplicidade implementada pelo Banco Postal. Na verdade, o Bradesco achou uma solução – na minha visão – criativa. O pequeno banco chega ao pequeno Município, o prefeito entra com a sede, os Correios estão ali atuando, e o Bradesco ao lado, numa estrutura extremamente simplificada e barata. Então, não vejo porque não usar essa estrutura, que tem uma capilaridade enorme, e usar uma estrutura paralela, que se dá ao luxo de investir na atividade-meio mais do que na atividade-fim. Então, é surpreendente vermos o Banco Popular do Brasil com um gasto de R\$23 milhões em propaganda, em publicidade, enquanto as-

sistimos ao pessoal de baixa renda, principalmente o pequeno empreendedor, inteiramente distanciado daquele crédito que faria com que ele tivesse uma renda que suportasse esse próprio empréstimo que ele faz para o seu consumo.

Então, por que não utilizar a estrutural do Banco Postal ou outras semelhantes? Por que o Banco Popular do Brasil teve que entrar com essa estrutura monstruosa para um resultado tão pífio?

Terceiro, quero concordar com o Senador Arthur Virgílio que é impossível votar essa matéria através de uma medida provisória, uma vez que temos grandes colaboradores aqui que poderiam prestar ajuda na formatação de um microcrédito que não viesse frustrar a população como a medida provisória anterior.

Quero lembrar o que foi observado pelo Senador César Borges e tentamos muito alertar o Governo em relação ao Primeiro Emprego. Fizemos uma medida provisória, fizemos a segunda, tentamos emendar e alertar o Governo para o desacerto daquela medida provisória, e, no entanto, não fomos ouvidos.

Hoje, com o microcrédito acontece a mesma coisa. Quando não se conceitua o que seja o microcrédito, dá-se realmente dando um tiro no escuro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Há ainda oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, do Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente, Dr. Gilson Bittencourt, diante das observações que ouvimos dos diversos Senadores do PSDB e do PFL, gostaria, se puder nos relatar, saber qual seria eventual prejuízo para os objetivos de expansão do microcrédito, caso não fosse instituído através da medida provisória.

Ou seja, considerando o apelo de diversos Parlamentares, às vezes até da Liderança do Governo para que o Governo, na medida do possível, apresente as diversas medidas na forma de projetos de lei, e poderíamos ter da parte da Oposição o compromisso de votar rapidamente o projeto de lei em vez de medida provisória, se puder V. S.^a nos fazer um balanço de qual seria o prejuízo na hipótese de o Governo não fazer por medida provisória, e sim por projeto de lei, caso haja o compromisso de uma tramitação muito rápida...

Qual a relevância dessa questão? Para que fique claro, demonstrado, que, para haver os benefícios efetivos da expansão do microcrédito, nesta ocasião, está se fazendo prioritário o exame através deste instrumento, e seria importante que a Oposição compreendesse isso.

Outra questão que gostaria de mencionar é que vejo que na sua exposição há referências à autorização para o BNDES atuar como repassador de recursos e custeio do Pronaf para seus agentes credenciados, incluindo centrais e bancos cooperativos.

Não há, entretanto, nos quadros relativos aos programas de microcrédito, menção à utilização do BNDES com eventuais convênios sobre programas de microcrédito. Gostaria de saber, porque me lembro de que, no início da expansão dos programas de microcrédito, o BNDES teve um papel importante, sobretudo no debate, e também que normalmente foi anunciado que o Governo procuraria utilizar estruturas que tantos governos estaduais quanto governos municipais estariam implementando, a exemplo, em Porto Alegre, do Porto Sol, que é uma instituição não-governamental, todavia ligada à Prefeitura de Porto Alegre, mas que tem uma estrutura especial pela qual se promove a expansão do microcrédito, sobretudo para pequenos empreendedores; e assim por diante.

Houve diversos outros exemplos, inclusive aqui no próprio Governo do Distrito Federal. O Governo do Estado de São Paulo tem um sistema de microcrédito. O governo municipal, durante a gestão da Prefeita Marta Suplicy, também teve o que ali se chamou um sistema de banco do povo, de microcrédito, e normalmente esses procedimentos se davam com cooperação de alguma instituição.

Gostaria, se possível, que me fosse esclarecido como o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal ou outras instituições, como o Banco do Nordeste do Brasil, têm promovido esse tipo de ação. Vamos supor que o prefeito ou a prefeita de um município médio, pequeno ou grande tenha hoje um enorme interesse em promover ações de microcrédito. Que instruções daria o Dr. Gilson para esse prefeito ou prefeita para promover a expansão destas oportunidades? Isto está efetivamente se dando?

Avalio que o sistema de microcrédito é dos mais importantes instrumentos de desenvolvimento, inclusive visando maior equidade de oportunidades, visando possibilidades aos pequenos empreendedores, inclusive gerar empregos e renda. Gostaria de saber se o Ministério da Fazenda e a sua Secretaria em especial têm medidas também de quais os efeitos que a expansão do microcrédito tem tido sobre o crescimento de oportunidades de emprego. Porque, na medida em que estamos provendo a pessoas que têm rendimentos até um certo montante a oportunidade de receber empréstimos modestos a taxas de juros relativamente mais baixas, para adquirir seja máquina de costura, seja bicicleta, uma motocicleta, um carrinho de cachorro quente, um microcomputador, uma máquina fotográfica

e assim por diante, para que essa pessoa possa realizar um empreendimento e ter uma atividade econômica saudável, então, seria importante sabermos se já há estimativas das oportunidades de empregos que foram proporcionadas pela expansão do Programa.

E, finalmente, como nós sabemos, a experiência de Bancos do Povo, inclusive Grameen Bank, V. S^a mencionou, também tem muitas vezes o intuito de estimular as formas cooperativas de produção. O próprio sistema do Grameen Bank normalmente procura estimular grupos, sobretudo mulheres, se possível em grupos de cinco, sete ou mais, para estarem solidariamente obtendo empréstimos para adquirir algum equipamento que lhes permita a realização de uma atividade produtiva.

Nesse sentido, indago se o sistema de microcrédito está também relacionado e estimulando as formas cooperativas de produção, o crédito solidário entre pessoas. Ou seja, vamos supor que um grupo de pessoas resolva montar uma lanchonete e que para isso precisa, solidariamente, criar um sistema para comprar, seja o liquidificador, o fogão ou os instrumentos que possibilitariam o funcionamento de uma lanchonete em qualquer cidade que fosse.

Então, são essas as indagações, prezado Dr. Gilson.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Dr. Gilson Bittencourt.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Tentarei responder rapidamente ao conjunto de questionamentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. A metodologia foi: todos sermos ouvidos e, depois, o Dr. Gilson Bittencourt responder.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ainda temos a Senadora Ideli Salvatti, que está atendendo a um correligionário e pediu...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em que momento, eventualmente, poderíamos usar da réplica?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Então, o Dr. Gilson Bittencourt ouvirá ainda o questionamento da Senadora Ideli Salvatti, encerrando esta parte. S. Ex^a pediu a palavra novamente e, também, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Na semana passada, firmamos um compromisso

importante no Plenário, pelo qual teríamos as oportunidades de esclarecimento, sobretudo sobre as indagações que o Senador Tasso Jereissati havia formulado. S. Ex^a ainda não respondeu, mas eu pergunto se as perguntas que V. Ex^a formulou são as contidas no seu requerimento de informações; ou seja, se o Dr. Gilson Bittencourt responder a todas as indagações de S. Ex^a, esclarecerá todas as indagações que constavam de seu requerimento? Gostaria de saber o quanto estamos avançando no compromisso firmado na semana passada.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Na verdade, eu não fiz aqui algumas indagações que estão contidas no meu requerimento e que são informações mais detalhadas sobre as operações do Banco Popular do Povo. Então, se ele responder muitas, de uma maneira que realmente me convença, boa parte delas estará respondida. Agora, as informações sobre o funcionamento do Banco do Povo realmente me deixaram muito intrigado. O requerimento está aqui e eu posso passar para V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, Senador, se for possível, peço que o encaminhe ao Dr. Gilson Bittencourt, até para que, na hora de responder, tenhamos a mais completa resposta possível.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço desculpas por me inscrever novamente – até peço a condescendência na condição de Relatora da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – S. Ex^a está se reinscrevendo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu me reinscrevi, mas quero fazer algumas observações. Entendo que temos toda a condição de fazer o debate político do que está apostado, e não é por ser ou não medida provisória. No entanto, como Relatora, a minha grande preocupação é a discussão do mérito do que está na Medida Provisória nº 226, ou seja, quais são as questões ou as implicações do texto apresentado – o que será implementado, a forma e a modalidade para agilizar e disponibilizar esse crédito, agora sim, especificamente voltado para a geração de emprego e renda.

Todo o debate feito até agora dá a impressão de que foi irrelevante o que se conseguiu incluir na economia em relação às microfinanças, mas não foi. No ano passado, em crédito consignado entre as operações do Banco Popular, houve o fato de os bancos privados poderem utilizar 2% do compulsório para, também, fazerem empréstimos a juros de 2%. Nós injetamos na

economia algo superior a R\$12 bilhões, e, se isso não gerou o emprego e a renda pela oportunidade de essa modalidade de empréstimo ser colocada em algum pequeno negócio, indiscutivelmente aqueceu a economia, tanto que o perfil do crescimento no ano passado passou de algo preponderantemente vinculado às exportações para a questão de consumo. Nós, então, tivemos uma inflexão no crescimento econômico em 2004 exatamente por conta do aumento do consumo no mercado interno, que, por sua vez, foi propiciado por essa microfinança, por essa injeção de mais de R\$12 bilhões para a população que antes não tinha um volume tão grande de recursos a sua disposição – não que não tivesse, mas não tinha num volume tão significativo –, o que lhe permitiu acessar ou ampliar seu consumo.

Também há benefícios indiretos decorrentes dessa injeção de recursos. Com a ampliação do acesso a contas bancárias, com a inclusão bancária, são dadas oportunidades para uma determinada faixa da população que tem uma determinada renda, mas também se aumenta a oferta de empregos, pois o tomador do pequeno empréstimo, ao consumir, desencadeia o aquecimento da economia, movimento que é bastante significativo.

Portanto, gostaria que trabalhássemos tendo em mente a complexidade do que significa fazer a inclusão bancária, isto é, dar oportunidade, seja para consumo seja para produção, àqueles que estavam absolutamente excluídos do acesso ao crédito no Brasil.

O Senador Tasso Jereissati fez questionamentos de mérito sobre a MP que merecem máxima atenção. Eu, como relatora, vou estar muito atenta às respostas do Dr. Gilson, pois a partir delas poderemos fazer aperfeiçoamentos ao projeto.

Há ainda a questão polêmica relativa à política de MP, sim ou não. Neste caso, como relatora, queria dizer que estou mais preocupada com o aperfeiçoamento do projeto, que, já na Câmara, sofreu alterações positivas – algo que foi reconhecido aqui até pela representação do Governo. Como não poderia deixar de acontecer, o Senado vai aperfeiçoar a matéria, vai aprimorá-la para que possamos melhor atender os interesses da população.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Encerrada a primeira parte dos questionamentos, concedo a palavra ao Dr. Gilson Bittencourt para suas considerações.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Obrigado.

Iniciando novamente o debate ou retomando as questões levantadas, vou tentar ser bem pontual quanto aos questionamentos, mas é importante deixar claro que o Governo está tocando duas políticas concretas.

Elas estão sendo apresentadas e estamos tentando mostrar as suas diferenças sem esconder nada, de forma muito transparente.

Nós acreditamos que a inclusão bancária é fundamental para a ampliação da cidadania neste País, pois ela permite que mais pessoas passem a ter o direito de ter uma conta corrente – ao final do dia, passam a poder depositar seus recursos num banco sem precisar levá-los para casa; passam a ter acesso à poupança sem precisar guardar dinheiro embaixo do colchão e ficar à mercê de assaltos e outras coisas mais. A inclusão bancária permite que uma pessoa faça um seguro popular no valor de 2 ou 3 mil – pesquisas mostram que a população de baixa renda tem como demanda uma poupança ou um seguro de vida para quando morrer não deixar a conta do caixão para a família.

A inclusão bancária é fundamental, ela contribui para garantir a cidadania. Temos sempre trabalhado, em todos os documentos, a expressão “inclusão bancária ou microfinanças – entendendo aqui o conjunto dos serviços financeiros – e microcrédito”.

Concordo também que, de certa forma, o tema microcrédito – sua origem, que é internacional, focava o crédito produtivo – acabou se misturando com o crédito popular. O que estamos tentando, novamente, é deixar mais claro, chamando “crédito popular” ou deixando o termo “microcrédito”, que já se popularizou dessa forma, e chamando “microcrédito produtivo orientado” o que se denominava “microcrédito”, exatamente para deixar clara a separação que existe entre essas duas questões.

Em momento algum, porém, o Governo entendeu que as medidas tomadas não chegaram a resultados positivos. Incluir 5,2 milhões de pessoas no sistema financeiro de baixa renda é muito significativo e é um processo crescente. Temos de trabalhar com política social, mas com responsabilidade de governo e responsabilidade sobre o Estado. Eu não posso simplesmente abrir uma conta para uma pessoa que não tem comprovante de renda, uma pessoa que o sistema financeiro não conhece, e amanhã dar-lhe um financiamento de R\$10 mil, R\$15 mil, R\$5 mil ou R\$3 mil. Nesse ponto estou falando de recurso público e risco dessas operações.

Então, o que é que estamos trabalhando? Inclusão bancária. O resultado foi positivo. Incluímos pessoas e agora estão chegando os demais serviços. Quais são? Poupança, crédito. Existe um processo entre abrir a conta e começar com financiamentos. Em relação ao Banco Popular, especificamente, penso que merece um detalhe, depois de entrar nas demais questões, em relação ao requerimento. Conversamos com o Senador Tasso Jereissati. Conversei com o Presidente do

Banco Popular um pouco antes desta reunião, que me havia garantido que tinha encaminhado ao Senador o conjunto de informações relativas ao Banco Popular, seja de funcionamento, de aporte, de tudo mais.

Agora, entrando nos questionamentos específicos. Parece que há uma reunião marcada para hoje ou para amanhã entre o Senador e o Presidente do Banco, para trazer todos os detalhes, sem nenhum tipo de tentativa de omitir informação.

Especificamente em relação ao Banco Popular. O papel do Banco Popular, centralmente, é de inclusão bancária – esse é o foco dele – e de crédito, é levar serviços financeiros à população. Diferente do que foi apresentado aqui, o Banco Popular não tem uma estrutura grande. O Banco Popular já tem 1,288 milhão de contas e tem 80 funcionários. Todos esses funcionários, com exceção de parte da diretoria, uns dois diretores, todos são funcionários do Banco do Brasil. Não foi feita nenhuma contratação adicional além de parte da diretoria, que é só uma pequena parte.

Por que o Banco Popular foi constituído? Porque se avaliou que, para se chegar à população de baixa renda, tinham que se buscar mecanismos diferenciados dos tradicionais. E como que o Banco Popular chega? Por meio de uma coisa que começou no Governo anterior, que é o correspondente bancário. O Banco Popular não tem agência. O Banco Popular não tem funcionários, além desses 80 que operam aqui, em Brasília, montando toda a parte de dados, de fornecimento de estrutura operacional. Ele trabalha com correspondentes que são quem? Os correspondentes do Banco Popular é a farmácia, é o mercadinho, é um supermercado e, em alguns casos, ele tem um quiosque que também não é do Banco. São correspondentes bancários que montam o quiosque.

Está sendo negociado agora, com a Prefeitura de São Paulo, para existirem agências do Banco Popular nos terminais de ônibus. Imaginem aquela população de baixa renda, que mora numa favela, recebe seu recurso e está indo para a casa, pode depositar a sua poupança no terminal de ônibus. Não precisa nem levar para a casa e correr os riscos que normalmente corre.

O papel do Banco Popular é esse, ele não tem estrutura grande. O Banco Popular foi criado em 2003, mas começou a operar em agosto do ano passado, porque demorou oito meses para montar uma estrutura diferenciada, porque havia um terminal POS – que eles chamam – desse tamanho, no supermercado, no interior do Amazonas, para ele poder ter acesso a crédito, ter acesso ao saldo da poupança, depositar, pagar contas. É um banco numa maquininha desse tamanho.

Portanto, é uma novidade, e esse foi o prazo para o Banco crescer. Operou com 20 milhões? Operou. Operou com volume baixo? Operou, porque o processo de constituição de contas... Ele, primeiro, abre a conta, tem que pegar a senha dele, tem que desbloquear o cartão e então tem um crédito muito baixo, que é um crédito de R\$50 automático, mas qual é a variação? A variação inclusive, que é a inadimplência no primeiro financiamento, é alta. No segundo financiamento, reduz para menos da metade e, assim, a queda vai para baixo, por isso o valor baixa, porque, se concedo para uma pessoa, que abri agora, que nunca teve relação com o sistema financeiro, um valor alto, estou expondo o recurso – e é uma instituição pública – de forma que todos são contra.

É um processo de crescimento. Essa educação reduzirá a inadimplência e o processo vai funcionando, e vamos crescendo. O Banco chegará a Banco Popular. Começou nos grandes centros? Sim. Lógico que começou. Por que começou? Porque, no primeiro momento, foi um desenvolvimento do sistema. Vários problemas aconteceram e esses problemas foram sendo superados. Se começo no interior, adiciono ao problema inicial todos os problemas que temos, muitas vezes, de comunicação. O primeiro foco foi os grandes centros, que é o processo operacional de desenvolvimento. A partir daí, o Banco Popular vai entrando, agora que ele já ganhou uma expertise mínima, vai avançando no restante do País.

Por que 23 de comunicação? É um negócio de um Banco nacional, que começa grande, tentando atuar no País inteiro e tem um gasto de mostrar a cara para poder puxar clientes. Foi esse o foco do Banco Popular. Vinte milhões foi pouco? Vinte milhões é pouco, mas é um processo crescente. Ainda bem que foram vinte milhões.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Tinha que começar pequeno, porque não podia nem no interior, por isso só tem 20 milhões, porque o Banco é pequeno. É lógico que a estrutura vai crescendo, e aplicou a verba de Banco Bradesco. Está incoerente a sua explicação.

Muda de assunto que essa de 23 milhões, só aqui... Microcrédito, não está falando em microfinança. Está dizendo como se fosse feito o microcrédito.

O SR. GILSON BITTENCOURT – E aí é o programa do microcrédito produtivo orientado, Senador. É esse o destaque dessa matéria. Esse foi o documento de lançamento da medida provisória.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Gasta-se agora também com publicidade para fazer medida provisória para que possamos aprovar?

Essa é a campanha de aprovação da medida provisória.

Senador Arthur Virgílio, preste atenção: acabamos de ser informados de que esta faz parte da campanha de lançamento da medida provisória. Não existia microcrédito, mas essa é a campanha de publicidade.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Os números que constam desse documento são reais e passíveis de qualquer comprovação junto ao Banco Central. Não há uma informação...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me, Dr. Gilson. Não bate. Veja, parece que vai começar. Lá dentro, parece que o jogo está no segundo tempo, entendeu? Veja bem.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Não, mas o jogo está no segundo tempo, porque, no primeiro momento, avançamos. Segundo os dados de novembro, havia 3,7 milhões de contas simplificadas, e esse número já está em 5,2 milhões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso só agrava, Dr. Gilson.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Isso não é microcrédito e o título é microcrédito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Tasso, deixe-me resumir. Essa máquina que está nas mãos da senhora que se parece com a minha mãe não existe nas mãos de ninguém como ela.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Existe.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ele explicou que isso é o lançamento da campanha da medida provisória. É a campanha para aprovarmos a medida provisória. É a campanha do Senado, do Governo. Há campanha para público e campanha para aprovar a medida provisória.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sendo assim, teremos que apresentar uma ação popular para que esse dinheiro seja devolvido aos cofres públicos, porque nenhum Senador precisa, de jeito algum, de ser convencido por esses meios nem por outros.

V. Ex^a aqui, e quero dar um depoimento. Não tenho nada contra V. Ex^a, não o considero incompetente. O Governo é que não está sabendo, talvez, aproveitar bem o seu trabalho. V. Ex^a foi um excelente gestor do Pronaf no Governo passado. Conheço o trabalho de V. Ex^a. Saiba que é merecedor de todo o nosso respeito administrativo. Ou seja, V. Ex^a tem jeito; o programa é que é ruim, para repetir um slogan do MR-8, na eleição de 1986 ou 1992. Ele dizia assim: “O Brasil tem jeito; o Governo é que não presta”.

V. Ex^a tem jeito. V. Ex^a foi brilhante ao gerir o Pronaf no Governo Fernando Henrique. Estou dizendo isso como uma forma de reconhecimento. Na verdade, não temos apenas de bater, mas dar a César o que é de

César. V. Ex^a foi um excelente César e foi merecedor de muitas coisas no Governo passado. Neste, é preciso que parem com essa propaganda insultuosa. Isso merece uma ação popular. Não vamos engolir esse tipo de convencimento. Compreendi isso agora. O convencimento por essa via cheira a suborno, ou melhor, a engodo. Ou seja, vamos fazer uma coisa bonitinha, e eles aprovarão rapidamente a medida provisória. Se a medida provisória de todo for ruim, lá vem o pessoal choramingando dizendo que precisamos aprovar agora porque, senão, não aprovaremos a outra que aprova a navegação da Arca de Noé, aquelas coisas todas.

É preciso que desta vez joguemos juro. Está ruim de convencer, e a nossa tendência será obstaculizar a aprovação dessa medida provisória ao máximo.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Dentro desse total de créditos, houve 360 mil contratos de créditos produtivos, feito em parte pelo Banco do Nordeste.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Qual o percentual feito pelo Banco do Nordeste?

O SR. GILSON BITTENCOURT – Em torno de 40%, 202 mil operações. E temos outros tantos feitos por outros bancos privados e públicos, diretamente a uma taxa máxima de 2%. Volto a afirmar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É o que já havia, não é?

O SR. GILSON BITTENCOURT – Isso não foi feito agora, isso é que havia no lançamento, com o detalhe...

Deixe-me responder as outras questões, e voltaremos nesse assunto.

O foco do Banco Popular é levar serviços financeiros por meio de correspondentes bancários. Depois, falarei da relação, em função do questionamento do Senador Eduardo Suplicy, que formulou uma questão muito importante.

A expectativa do Banco Popular este ano é que aumente, até porque o processo é crescente. Não pode começar com grande volume de crédito. O primeiro foco foi captar clientes com a conta simplificada. Depois que existem as contas, avança-se na concessão de crédito. Era irreal oferecer crédito sem a existência da conta. Por isso, o primeiro foco foi chamar as pessoas para que elas abrissem suas contas e, a partir daí, o banco ofereceria os demais serviços. A expectativa é de que isso aconteça de forma muito mais rápida este ano.

Tentando responder pontualmente, falarei da atividade produtiva. A expectativa é que coloquemos tanto para o Conselho Monetário como para o Codefat para não se definir o valor em lei, mas o teto com que se está trabalhando é o de empreendedores de até R\$ 60 mil com até R\$ 5 mil de empréstimo.

É importante que se diga que todo o processo da medida provisória não foi elaborado pelo GT de Microcrédito, que envolveu vários Ministérios. Também contou com a participação ativa do Sebrae, com a colaboração da Associação Brasileira das Instituições de Microcrédito, que são as Ocip, que vêm do Governo anterior. O foco da Ocip de crédito já vem com os Bancos do Povo. É o Banco de Goiás, o Banco do Povo de Goiás, o Pôr do Sol, São Paulo Confia, item a item de todas essas instituições negociamos com a organização nacional, com os bancos, com a Codefat, com as instituições de microcréditos. Chamaram as instituições cooperativas. Ou seja, a formulação foi um debate feito com as instituições, tentando atender a esse conjunto de demandas e pensando na responsabilidade do recurso público.

Senadora, os R\$5 mil foram uma proposta de teto, o que não quer dizer que serão R\$5 mil. Haverá um teto máximo para atender. Muitas vezes, uma máquina como essa – dependendo do tipo da máquina – pode custar mais de R\$1 mil. Não é o teto de renda do empreendedor, mas o teto máximo de financiamento. Não o estamos definindo na lei. Por quê? Porque não sabemos como será a situação amanhã. Então, o teto de R\$5 mil foi o acordo firmado. A demanda das instituições de microcrédito seria maior. Vamos começar menores e, com o tempo, veremos como fica. O Codefat e o CMN podem até definir regras – isso não está limitado –, como de parte do dinheiro ser, necessariamente, destinado a financiamentos de menos de R\$1 mil exatamente para atender a essa preocupação. Isso foi gerado no debate porque não queremos que as instituições só operem no teto, o que foge um pouco do processo.

Senador Tasso Jereissati, quanto às agências de fomento, a nossa concordância é a de que o foco central das agências de fomento é total com a sua posição. O foco central das agências de fomento é para ser intermediário, e não, agente de ponta. V. Ex^a tem toda razão. Essa é a nossa expectativa. Hoje, há somente três que operam na ponta. Mas a expectativa é deixar claro que elas podem ser intermediárias, viabilizando o **funding** – porque, hoje, essas que operam na ponta usam o próprio dinheiro. Nossa expectativa é a de que, com a viabilidade dos recursos que estamos viabilizando, mesmo essas três, passem a operar apenas como intermediária. Isso será definido nas regras com o que concordamos. Deixamos claro aqui que bancos de desenvolvimento e agências de fomento poderão atuar na intermediação para poder chegar às pequenas, naquelas instituições mais na ponta. É isso o que tentamos deixar claro aqui, inclusive, no acréscimo feito na Câmara com total concordância

do Governo. O papel central delas é o repasse e não a operação na ponta. Concordamos com isso. V. Ex^a tem toda a razão.

Quanto ao limite da taxa de juros, essa é uma discussão complicada. Ouvimos dois Senadores, colocando duas posições diferenciadas. Qual é a idéia? Não estamos colocando a taxa de juros na lei. Discutimos com as instituições sobre qual é a taxa de juros média, hoje, praticada pelas instituições que operam com microcrédito produtivo orientado: a taxa média é 3,9%. Isso será definido pelo CMN e pelo Codefat – até porque são fontes diferentes –, tentando ficar em 4% porque estamos dentro da média hoje. Em instituições que têm um custo muito mais elevado, não podemos usar recurso público para subsidiar, em determinados casos, possíveis ineficiências. Simplesmente, colocar recurso público e deixar uma taxa livre, no nosso entender, é muito complicado. Então, definimos uma taxa, de acordo com todas as instituições que operam com o microcrédito produtivo orientado – é o que V. Ex^{as} estão defendendo e com o que concordamos –, bastante aceitável, que não é impeditiva, especialmente se ajudarmos e avançarmos nas questões de plano de contas.

Estamos estimulando o seguinte: no Brasil, as instituições de microcrédito, especialmente os bancos do povo, Senador, e o próprio cooperativismo, foram criadas não como uma perspectiva de ampliação do espaço do sistema financeiro, mas, em grande parte, como alternativa do sistema financeiro tanto que não se conversam. Essa é a grande dificuldade que estamos enfrentando. Por isso, buscamos alternativas de aval. Eles não conversam e nunca conversaram. São raros os casos que conversaram no passado. O que estamos estimulando aqui? Parceria. Aproveitar o que os bancos têm de *know-how* operacional com o que as cooperativas têm de *know-how* na operação com microcooperativas, com o que os bancos do povo têm *know-how* de operacional com o microcrédito produtivo orientado. Ser, de repente, correspondente desse banco, ter autonomia com o microcrédito, mas levar conta simplificada. É o banco privado assumir o risco no repasse para essas instituições. Não estamos puxando para o Governo, mas facilitando e criando todos os mecanismos, como os fundos de aval, para agilizar.

No final deste mês, haverá uma reunião, no Banco Central, com todos os bancos para discutirmos o programa, e, sem seguida, haverá uma rodada de negócios, promovida pelo Sebrae, em que iremos colocar – no mesmo processo de negociação, primeiro, no seminário nacional, depois, regionais, como já vinha sendo feito há vários anos – bancos e instituições de microcrédito exatamente para criar os *links* colocados

pelo Senador Eduardo Suplicy de necessidade de vincular instituições e bancos. Estamos criando esses mecanismos porque eles não existiam. As instituições de microcrédito, no Brasil, só conheciam o BNDES e instituições internacionais que, muitas vezes, repassavam recursos, como fornecedoras de dinheiro. Tratarei um pouco mais do BNDES. Estamos criando canais no campo privado de relação – porque o risco é bancário – para que isso venha a acontecer. Então, a taxa de 4% foi estabelecida para se fixar um teto; acima disso, têm-se que encontrar mecanismos de buscar mais eficiência. Vamos dar mais mecanismos e falar como são esses planos de conta e tudo mais.

Quais seriam os critérios para habilitar as instituições de microcréditos? Não sei se essa foi uma pergunta também do Senador Tasso Jereissati. O risco é 100% bancário; não há como o Governo dizer assim: “faça com essa ou com aquela”. O que vai haver – no caso, vamos trabalhar via Fundo de Amparo ao Trabalhador – é o seguinte: a instituição vai-se inscrever e apresentar junto a esse comitê que existe no Ministério do Trabalho, mostrando que faz microcrédito produtivo orientado, definido na Medida Provisória. Há questionamentos que não têm definição. Se repararmos, o § 3º do art. 1º da Medida Provisória detalha o que é microcrédito produtivo orientado, para tirar de vez esta dúvida, que acabou acontecendo a partir de 2003, do que é crédito de consumo e crédito produtivo. Está aqui detalhado que tem de haver agente.

Nunca houve essa história de militante de microcrédito. É a primeira vez que ouço isso, Senador. Nunca ouvi, nunca vi em nenhuma instituição, ninguém me colocou isso, é a primeira vez. Sempre se trabalhou no sentido de se evitar colocar, simplesmente, “agente de crédito” escrito, porque há instituições que chamam de “agente de desenvolvimento”. Então, definimos o que é um agente de desenvolvimento, sem dizer que tem que ser agente de crédito, senão criaríamos a categoria “agente de crédito” e poderíamos ter uma série de diferentes questões. Mas o foco aqui é “agente de crédito” ou “agente de desenvolvimento”, depende-se de como se queira chamar; é aquela pessoa que vai até o negócio.

Concordamos com V. Ex^a, mas não existe um documento da parte do Governo, uma frase de alguém do Governo falando nesses termos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Acaabei de receber um telefonema de um amigo, que me dizia: “Engraçado, não sei por que – não V. Ex^a, que está acostumado com realidade democrática – as pessoas têm tanto medo do Governo. Elas falam: ‘Estou dizendo, mas não se pode dizer que fui eu, não posso aparecer’.” É como se não tivéssemos – inclusive com

ajuda do PT – realizado a redemocratização, que hoje comemoramos. A pessoa não quer aparecer, enfim. Então, ele insiste em que existe a figura do militante. Eu lhe confesso que vou ficar frustrado, se não existir...

O SR. GILSON BITTENCOURT – Não, não existe.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AC) – ...que é tão mais bacana. “Militante do desenvolvimento” é bacana. No dia do lançamento, todos com aquela boi-nazinha do Che, aquela coisa, aquela estrelinha na testa, um negócio fantástico! Muito mais bonito do que “agente de desenvolvimento”. “Agente de desenvolvimento” me parece cafona perto dessa inovação, que infelizmente o Governo não fez.

Mas eu queria realizações. Mudar o nome não resolve. Resolvem as realizações. Não é o *folder*: é o banco popular, gastando menos em propaganda, para fazê-lo popular junto ao povo e para fazer chegar a essa senhora a máquina de costurar, que lhe daria certa tranquilidade nessa idade que já é avançada.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Seguindo nos questionamentos do Senador Romeu Tuma, a legislação...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – A informação que gostaria de dar também pelo balanço. Apesar de gastos R\$23 milhões em publicidade para que haja contas e depósitos de poupança, minipoupança, no balanço não existe um tostão de depósito...

O SR. GILSON BITTENCOURT – Não, poupança eu não falei. Eu falei...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E há apenas R\$2,5 milhões de depósitos a vista, para R\$23 milhões de propaganda.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Senador, o banco foi criado, começou a operar em agosto do ano passado. Foi um período muito curto. Há um processo. Abre-se a conta; como a pessoa, muitas vezes, na maior parte dos casos, não dá um comprovante de renda, o banco não a abre simplesmente, mas manda o cartão, para ver se chega àquele endereço, àquela pessoa. Há todo um mecanismo. Ele manda para a pessoa, para ver se o cartão vai chegar àquele endereço que ela afirmou. E ela tem que levar esse cartão até aquele correspondente bancário – pode ser o vizinho – para ativar. Há um processo, e, por isso, um número de contas vem sendo aberto. As pessoas abrem a conta, e há o processo de se ganhar confiança, para ir colocando os recursos lá. É um processo crescente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Dr. Gilson...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Foi bastante rápido em gastar R\$23 milhões em dois meses, agosto...

O SR. GILSON BITTENCOURT – Não, não, agosto...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu só queria... O Senador Tasso Jereissati está com a palavra?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu só desejo concluir.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas é sobre isso também. Eu queria dar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ana Júlia Carepa, S. Ex^a termina e, em seguida, V. Ex^a, por favor.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – As suas definições estão confusas. Por exemplo, “definido como público pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com faturamento bruto anual de até R\$60 mil”. É isso?

O SR. GILSON BITTENCOURT – Isso está definido no decreto. Na lei, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Primeiro, acho que uma pessoa física que ganha R\$60 mil por ano não é público-alvo de microcrédito. Ele é para a pessoa pobre.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – É um movimento. Não é...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não, não, pessoa física.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Faturamento bruto.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim, mas pessoa física não tem faturamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – São cinco mil por mês.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pessoa física! Pessoa física não tem faturamento. O senhor conhece pessoa física que tenha faturamento? Aqui está pessoa física com faturamento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas com a 232 talvez se crie.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Esse é um ponto. Sessenta mil não é público-alvo. Quem ganha R\$5 mil por mês não é pobre no Brasil, em nenhum conceito, aliás, pelo conceito do próprio Governo.

Olhando aqui atrás, eu vejo: “Medidas complementares adotadas para efeito de Imposto de Renda: a pré-empresa que vai ter a carga tributária reduzida é com faturamento de até R\$36 mil”. Então o próprio Governo precisa se encontrar aqui. São R\$36 mil para efeito de imposto, R\$60 mil para esse efeito e pessoa

física com R\$60 mil. Evidentemente, isso não está claro. O senhor concorda com isso?

O SR. GILSON BITTENCOURT – Posso comentar rapidamente?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dr. Gilson, só um questionamento rápido.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Eu poderia terminar o conjunto dos questionamentos, depois abordar esses novos?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sugiro que o Governo mantenha os R\$60 mil para efeito de isenção do Imposto de Renda também. Eu faria o encontro de maneira a mais social possível.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Dr. Gilson está pedindo licença para terminar de responder aos questionamentos e depois continuar os debates.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para bom termo do nosso debate. Se não tivermos compreensão de que os questionamentos feitos merecem um tempo para que o Dr. Gilson possa responder adequadamente, se ficarmos no “pingue-pongue”, nós não vamos aprofundar com o objetivo do aperfeiçoamento, que é o que todos nós desejamos, até porque a questão do microcrédito produtivo é algo de fundamental importância para o nosso País.

Se puder haver uma ampliação, um aperfeiçoamento, até porque, nos questionamentos feitos e da forma como estão sendo feitos, até parece que havia antes algo extremamente maravilhoso a respeito de microcrédito, e não é.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Da minha parte, digo: sim, senhora. Tudo o que está sendo feito aqui e o que existe até hoje foi feito no Banco do Nordeste, desde 1990.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas o Banco do Nordeste é no Nordeste.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Tudo o que existe em termos de microcrédito até hoje.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – No Nordeste; nós estamos tratando de Brasil.

Em nenhum momento, Senador Tasso Jereissati, houve qualquer desqualificação. Muito pelo contrário. Dr. Gilson, inclusive, elogiou, citou os patamares que foram ampliados, aperfeiçoados e estendidos.

Por isso estou dizendo que, visando ao bom termo, é bom haver uma metodologia de trabalho. Foram

feitos os questionamentos, e o Dr. Gilson nem sequer acabou de respondê-los todos. Então vamos colocar ordem para chegarmos a bom termo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só um minuto, deixe-me esclarecer.

Senadora Ideli, V. Ex^a me permite? S. S^a, como interpelado, tem, a qualquer instante, o direito de se considerar impossibilitado de responder. Se ele está respondendo é porque está aceitando o debate. Não podemos influenciar na decisão de S. S^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É melhor botar ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas está em ordem. Não quero que V. Ex^a pense que estou deixando que haja indisciplina aqui. Nós não estamos numa classe escolar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Nós estamos fazendo a coisa dentro de critérios que ele está querendo esclarecer.

Pela ordem, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E, de nossa parte, não há vontade de estabelecer nenhum “pingue-pongue” negativo. Houve a metodologia de se ouvir a todos, depois acabamos fazendo a tal réplica. Em vez de fazer como a Senadora Ideli, que pediu para se reinscrever, terminei usando, de certa forma, o meu direito de réplica, porque estabelecemos uma saudável discussão com o Dr. Gilson, o que apenas o homenageia, até pelo trabalho competente que S. S^a realizou no Governo passado, como uma das figuras do Pronaf...

O SR. GILSON BITTENCOURT – O que muito me honra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida alguma.

O Pronaf não foi inventado neste Governo. Vou insistir com o Presidente Lula: o caminho para as Índias foi feito por Vasco da Gama, teoria da relatividade, Einstein.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu quero continuar debatendo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O que parece a alguns confusão, e para nós não é, é a demonstração cabal de que esta matéria não está madura para ser votada, porque inquieta Senadores de todos os partidos, de todos os quadrantes ideológicos da Casa. Ou seja, esta matéria não descera pela goela das Oposições com facilidade. Aliás, não vai descer de

jeito algum, porque nós vamos enfrentá-la, na medida em que ela é o exemplo cabal de que está havendo abuso na edição de MPs, com matérias relevantes. E aqui flagramos contradições terríveis. Fotos com as máquinas de costura, sim, mas elas eram de projetos anteriores. Não sei se havia coisas maravilhosas ou não, mas havia um certo acúmulo civilizatório e econômico. O Brasil não foi inventado nem nas greves de 1979 nem agora, em 2003; o Brasil existia. Esse programa está usando fotos e cenas do passado, porque ainda não deslanchou.

A confusão entre microfinanças, consumo, microcrédito e empreendedorismo não está sanada, até porque se gasta muito o pouco que se tem, Sr. Presidente, em propaganda, quando nada foi realizado na área de microcrédito por este Governo, com base nesse programa novo. É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Faço um apelo aos Srs. Senadores no sentido de que não o interrompam mais, até que S. S^a termine de prestar os esclarecimentos que foram solicitados, porque, senão, poderá confundir-se na discussão e perder a linha da reforma.

Em seguida, ele voltará ao debate.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele não se enrola, Sr. Presidente, porque é homem competente e foi muito competente no Pronaf*.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas é em respeito ao raciocínio, que não se interrompa o raciocínio. Ele já tem as questões praticamente esclarecidas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Romeu Tuma, V. Ex^a precisa acalmar um pouco o espírito militante do Senador Arthur Virgílio para que possamos ouvir o expositor. (Risos.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Militante ou agente? Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a fica na obrigação de trazer uma boina de presente para ele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – No carnaval eu uso, sem dúvida, uma boina vermelha, se for o caso, com uma estrela de prata. Mas não sei se ele pode chamar-me de militante ou de agente. Está ocorrendo uma dúvida sobre agente de desenvolvimento ou militante de desenvolvimento. Entretanto, se o programa não for de mentirinha, tanto faz um ou outro – embora militante seja mais engraçadinho e mais bacaninha, seja mais aquela coisa de comemorar a vitória do socialismo num bar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deixemos o Dr. Gilson terminar, sem interrupções.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Estou tentando, bem rapidamente, responder às questões sem furtar-me ao debate em momento algum, Sr. Senador.

Quanto às Oscipes, não estamos criando nenhuma figura jurídica nova nessa medida provisória – foi o questionamento do Sr. Senador. Estamos reconhecendo um ente que entendemos importante para o microcrédito produtivo orientado, que são as SCMs e as Oscipes, criados no debate do Governo anterior.

Não temos nada a esconder. Os bancos do povo são resultado de um debate entre a sociedade e administrações governadas pelo PT, pelo PSDB, pelo PFL e por outros Partidos. A discussão acerca do microcrédito e da constituição de Oscipes foi toda realizada no Governo anterior. Estamos, agora, aproveitando essa estrutura, por meio dos bancos do povo, como um agente central para operar esse programa até porque são essas estruturas que têm os agentes de créditos. Estamos potencializando mais ainda com a inclusão das cooperativas de crédito, que consideramos fundamentais nesse processo. Não há nada escondido. Sentimos todo esse processo.

Estamos esclarecendo que, no caso de controle de gastos e contas, a idéia é que a instituição peça uma habilitação ao Ministério do Trabalho, que dirá se se trata de microcrédito produtivo orientado. A partir de então, a instituição dirige-se a qualquer ente bancário – privado ou público – solicitar o crédito, enfrentando o risco bancário. Não há qualquer interferência. Ela é instituição, comprova que opera com agentes e, então, vai buscar seu direito – o risco é total do agente bancário.

Não queremos interferir nesse processo. Poderemos ter fundos de aval para facilitar essa inter-relação, que é privada. Esperamos, assim, que essa relação mostre que essas Oscipes, criadas no Governo anterior, e as SMS são instituições sustentáveis, que podem garantir o avanço do microcrédito.

Apenas para dar-lhes uma noção, há no País 207 Oscipes – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – voltadas ao microcrédito. Há cerca de 50 sociedades de crédito ao microempreendedor e em torno de 1.400 cooperativas, mas talvez, desconsiderando-se as cooperativas de crédito rural, que operam com crédito produtivo, haja poucas cooperativas urbanas, que pretendemos que integrem mais o microcrédito.

O foco central das cooperativas urbanas sempre foi consumo. Estamos querendo focalizar que, além do consumo, façam crédito produtivo. É esse o campo de que estamos tratando em termos de instituições de microcrédito que vão operar na ponta. São 50 SCMs. Se esse número crescer, será ótimo. Queremos que

ocorra isso. E as Oscips? São 207, e há cooperativas de crédito que ainda operam com microcrédito produtivo. Queremos que todas cresçam ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre as Oscips, a Lei nº 9.770 cria uma variedade enorme: as que são passíveis de qualificação e as que são qualificadas. Então, 207 pode ser um número exagerado.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Mas 207 têm título de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É preciso esclarecer.

O SR. GILSON BITTENCOURT – São as que têm o título de crédito. A idéia é que tanto o Codefat quanto o CMN definam um padrão único de controle de cotas. Por que são dois conselhos que vão definir, e não um? Porque estamos tratando de recursos muito diferenciados: um é recurso privado dos bancos; outro, recurso público. Há que haver tratamento diferenciado nessas definições. Por isso, eles é que vão definir. A idéia é que haja um padrão único de contas para operar todas essas questões. Vai haver controle dos próprios bancos, porque o Banco Central controla os bancos. Se o banco estiver repassando para uma instituição não qualificada, vai sofrer as penalidades do Banco Central. No caso do recurso do FAT, além da própria fiscalização do banco que assume o risco, o Codefat também vai ter um grupo de trabalho, pois tem recurso para isso, que fará o processo de monitoramento e fiscalização, exatamente para evitar desvios.

Acreditamos que existam instituições positivas e instituições que podem ter problemas. Não negamos isso. Por isso, estamos tentando criar o máximo de instrumentos que possam garantir o controle e o funcionamento dessas instituições.

O Senador César Borges indagou por que se aplicaram R\$200 milhões, e não R\$1,2 bilhão, que é o total disponibilizado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ouvi que, de agosto de 2003 a novembro de 2004, foi aplicado R\$1,19 bilhão. Deveriam ser, na verdade, aplicados R\$16 bilhões, 2% do depósito.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Não. A conta não é desta forma, Senador. Deixe-me tentar terminar. Entendi a pergunta do Senador.

Há a disponibilidade de R\$1,2 bilhão de crédito e não de R\$1,2 bilhão por mês. Se eu fiz R\$1,2 bilhão em contratos de 12 meses, tenho só R\$1,2 bilhão. Se eu fiz R\$1,2 bilhão em contratos de seis meses, empresto, retomo e empresto novamente; então, o valor dobra. A operação média desses contratos tem sido de oito meses. Na prática, o dinheiro vai e volta. Por isso, é maior do que a carteira ativa. Trata-se de um

processo crescente de educação dos bancos. Eles não começam de cara criando público. O Bradesco foi o que começou mais rapidamente, porque já operava parcialmente com público de baixa renda. Para ele, foi mais fácil. Quanto às outras instituições, quanto ao público que se está discutindo, mesmo no crédito de consumo, trata-se de um processo educacional.

A carteira média é R\$1,2 bilhão. Hoje, estamos com aproximadamente R\$800 milhões aplicados. Quanto está sendo recolhido ao mês no Banco Central? Quatrocentos milhões de reais, que seria a diferença entre R\$1,2 bilhão e R\$800 milhões, mas faço uma média dos últimos 12 meses. Então, estou recolhendo mais do que R\$400 milhões, porque, como é crescente, hoje tenho R\$800 milhões; mês passado, eu tinha R\$700 milhões, e assim sucessivamente. Vai-se reduzindo. Então, o recolhimento hoje é maior. Mas qual é a carteira ativa? Quanto está emprestado? Oitocentos milhões de reais. Qual é o máximo que pode ficar emprestado? Um bilhão e duzentos milhões de reais. Não é que o dinheiro se vai reproduzindo mês a mês. Não tenho dinheiro novo a cada mês. É o saldo médio da carteira.

Trata-se de um crescimento devagar, que começou de baixo; já estamos com R\$800 milhões aplicados e esperamos que os outros R\$400 milhões vão para o programa de microcrédito produtivo orientado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A Senadora falou hoje em R\$12 bilhões.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Não. A Senadora somou o crédito consignado. Só de crédito consignado temos R\$12 bilhões. Acredito que tenha sido disso que a Senadora falou.

Já falamos de Banco Popular. Não creio que o Banco Popular tenha um resultado baixo. Acredito que o processo de educação vai avançando à medida que vai crescendo, ao fazer esses demais serviços; as contas vão sendo ativadas, os cartões vão funcionando e as pessoas vão acreditando.

Se eu começo com R\$50,00, o volume de crédito é baixo. A segunda operação é R\$100,00; a terceira, R\$200,00; a quarta, R\$300,00. Vai havendo um crescimento e o volume vai crescendo.

Aqui, estamos falando de banco popular, volto a dizer, vamos separar, por uma divisão: crédito popular. É lógico que no microcrédito produtivo a tendência não é ser R\$50,00. Vou chegar lá.

Houve uma concorrência no Governo anterior para definir quem ficava com o Banco Postal. O Bradesco ganhou a concorrência. Então, não foi uma decisão.... O Banco do Brasil participou e perdeu. O Banco do Brasil gostaria de ter o Bradesco. Tentou e perdeu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Bradesco, não. O Banco Postal.

O SR. GILSON BITTENCOURT – O Bradesco.

O Banco do Brasil gostaria de ter o Banco Postal, mas disputou uma concorrência com o Bradesco e perdeu.

O Banco Postal passou a pertencer ao Bradesco depois de uma concorrência, que deve vencer este ano, se não me engano. Haverá uma nova licitação para o próximo anterior. Acredito os bancos vão disputar por ser um filão. Ninguém nega isso.

O que é o Banco Postal? Ele é um correspondente bancário e pode operar com tudo o que estamos mencionamos aqui menos o crédito produtivo orientado. Por quê? Porque o Banco Popular ou o agente dos Correios não é um agente de crédito. Ele pode ter crédito produtivo? Pode. Naquela taxa dos 2% definidos anteriormente. Ele pode operar à vontade lá, não há nenhuma restrição, mas só não está no programa porque não tem agente de crédito. O funcionário dos Correios não sai da agência para visitar o empreendimento. Mas, dentro das demais questões, desde o crédito de consumo, quando produtivo a 2% sem orientação, ele pode operar normalmente e opera. Então, não há nenhuma restrição, e o Banco Postal está no processo, é um agente importante do Bradesco.

Por que o Governo criou o Banco Popular? Porque o Bradesco não é dele. O Governo não poderia simplesmente colocar um posto dele dentro dos Correios, e o Banco Popular não criou uma estrutura grande, está usando todas as estruturas existentes. Os oitenta funcionários do banco são todos concursados do Banco do Brasil. Não foram concursados para o Banco Popular, aproveitaram-se os funcionários do Banco do Brasil.

O Banco paga esses funcionários ao Banco do Brasil porque o Banco Popular é uma subsidiária integral do Banco do Brasil. Está se tentando fazer com o Banco Popular um pouco dessa ótica do Banco Postal ou do que a Caixa fez com as lotéricas, mas tentando expandir e ramificar para o conjunto do País.

Se eu fosse conversar com qualquer dirigente do Banco do Brasil, ele me diria que gostaria de ter ganhado aquela concorrência. Perdeu, mas não é por uma posição... Pelo contrário.

Há inclusive uma disputa salutar. O Banco Postal não abriu conta simplificada, mas abriu dois milhões de contas em grande parte destinadas à população de baixa renda. As pessoas pagam pela conta. Ótimo! Estamos avançando junto à população de baixa renda.

Já falamos sobre a conceituação de microcrédito a que V. Ex^a se referiu.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Dr. Bit-

tencourt, toda essa confusão deve-se a essa política nacional do microcrédito. Essa medida provisória nada mais é do que um ajuste no microcrédito já criado. A confusão é que parece uma coisa e, no entanto, não é. Está propagado como uma coisa nova. Toda essa experiência o Sebrae já desenvolveu, o microcrédito foi criado anteriormente e o que se está fazendo agora é uma normatização nos gargalos que havia anteriormente.

Na verdade, a política nacional envolve as duas fases: o microcrédito produtivo e a bancarização.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Isso mesmo.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – As duas.

O Governo se equivocou quando pensou que poderia eternamente trabalhar o consumo, mas há um limite. E, agora, volta como se fosse uma inovação o ajuste que se faz no microcrédito. Nada mais é do que isso.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Não, mas estamos fazendo um ajuste, tanto que deixei claro e comecei a apresentação do que foi feito e a nossa variação.

A variação é que o campo da inclusão bancária, da bancarização, do crédito popular avançou, a redução da taxa de juros para esse segmento – isso é importante citar. O foco agora é realmente tentar entrar nessa questão. Aí vem a pergunta do Senador Eduardo Suplicy. Uma questão importante é que estávamos começando a ter problemas sérios no Banco do Nordeste com o CrediAmigo, que eram questionamentos do TCU sobre a ação do CrediAmigo, na medida em que se tinha uma terceirização da atividade-fim.

Então, toda essa política do Governo anterior foi potencializada – mostramos os números – e acreditada. Não houve mudanças e, sim, só potencialização por se acreditar que é uma política positiva. Estava se questionando o Banco do Nordeste, dizendo: você não pode operar com agentes de crédito, ou agentes de desenvolvimento; você está terceirizando atividade-fim.

Nós tentamos, nesta MP, resolver esse problema, deixando claro o tipo de operação de mandato até para regularizar uma questão anterior porque acreditamos ser importante. O BNDES, Senador,...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pela ordem.

Só uma coisa. Não me foi respondido. V. S^a disse que foi definido o valor, na questão do microcrédito. É de R\$60 mil para pessoa física? É isso? Isso não foi respondido.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Vou responder. Desculpe-me.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E a dicotomia entre uma visão do Governo e outra.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Vou responder a V. Ex^a.

Sobre a questão do BNDES. Fizemos toda uma discussão com o BNDES analisando como foi o processo anterior, como foram os acertos do processo anterior, quais foram os problemas do processo anterior, e qual é o desenho do programa.

Sobre o desenho do programa. Recursos do FAT. Eles vão passar pelo BNDES, que rediscutiu, está montando toda uma dinâmica, aproveitando a experiência. O BNDES vai pegar os recursos e trabalhar com quem? Com três grupos. Ele vai trabalhar com centrais de crédito como prioridade, com as agências de fomento e os bancos de desenvolvimento como intermediários para chegar às instituições, na ponta, e vai operar com as Oscips maiores, como já vinha operando anteriormente. Esse é o papel do BNDES. Ele vai atuar dessa forma. O Banco do Brasil tende a operar, quando pega recursos do FAT, mais com cooperativas. O Banco Popular vai operar mais com Oscips menores. Estão se discutindo formas de essas instituições atuarem nesses campos. E os bancos privados e os outros bancos públicos vão operar também com as diferentes instituições nos recursos privados. O desenho que estamos montando pensa em avais que facilitem a relação do banco com os bancos do povo, e assim por diante. Esse é o desenho que limita problema anterior.

Houve questionamento sobre as operações do Governo anterior porque o BNDES, muitas vezes, operava sem as garantias; por isso buscamos essas alternativas. Deixamos claro na proposta que veio para V. Ex^{as} – em relação à MP – que se poderá não trabalhar com garantias reais exatamente porque a concepção do programa é operar com instituições que, na ponta, trabalhem com garantias alternativas, com garantias solidárias, garantias em grupo, que é a ótica do microcrédito. Esse é um novo programa, mas é uma adaptação, isso deixamos muito claro. O que fizemos anteriormente vamos mudar? Não. Entendemos que acertamos. Só que estamos fazendo uma adaptação porque avaliamos que o microcrédito produtivo orientado, que é o fornecido pelas instituições que têm os agentes de desenvolvimento, não avançou. E é uma adaptação para fazer com que realmente avance. E esperamos então, com essas medidas, poder chegar...

Quem vai operar na ponta? Essas instituições que V. Ex^a nominou. Não vai ser o banco; esse é um intermediário no repasse, assumindo o risco. Por isso o que colocamos aí.

Sobre a questão que o Senador colocou. Confesso que a discussão que tínhamos no Governo era um teto de R\$36 mil, idêntico ao projeto de lei complementar, como foi para a empresa. Essa foi toda a discussão

que fizemos. Aí houve uma discussão muito forte com as instituições de microcrédito, com exemplos do caso de Blumenau, que tem a BluSol, e a própria Portosol, que tem operações com um público que tem um pouco mais de renda. E por isto a solicitação de R\$60 mil, para que se pudesse atender diferenças.

V. Ex^{as} têm toda a autonomia para discutir se se faz diferenciação entre empreendedores físicos e jurídicos. A grande questão é que parte desses empreendedores físicos estão na informalidade. Se travamos aí, vamos travar os que estão na informalidade, que podem ter renda de R\$5 mil por mês, mas não R\$5 mil líquidos, e sim faturamento bruto. Mas foi esse o debate. A nossa posição era fechar em R\$36 mil, mas houve o debate de que iríamos eliminar uma série de experiências em regiões que precisam atender a isso. Fazer a distinção, entre os microempreendedores, entre o que é físico e o que é jurídico não é tão fácil. Foi esse o motivo, mas a preocupação era tentar manter a mesma coerência. Fruto de todo esse debate com as instituições que operam na ponta, vamos excluir um conjunto de empreendedores nessas regiões que são um pouco mais estruturadas, e isso seria prejudicial. Porque não são R\$ 5 mil de renda, mas de faturamento; mesmo no caso de empreendedor informal, esse valor é de faturamento. Concorde que R\$5.000,00... Se for considerada a pessoa física, concordo plenamente, mas aqui estamos falando só de crédito produtivo, não estou dando crédito pessoal.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas abre espaço para gente de classe média...

O SR. GILSON BITTENCOURT – De faturamento bruto? Em geral, quanto tem de faturamento?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pessoa física.

O SR. GILSON BITTENCOURT – De faturamento, não? De pessoa física empreendedora; se fosse pessoa física assalariada, estaria fora. Avançando, porque acho que já ultrapassei o tempo...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Faturamento não é renda.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Para encerrar a questão, o Basa está iniciando agora – há uma discussão com o Governo, que envolve o Senador Arthur Virgílio –, operações com microcrédito, buscando toda a **expertise** do Banco do Nordeste, toda uma inter-relação de intercâmbio. Estamos avançando também nesse espaço.

A questão central, Senador Eduardo Suplicy... Há vários estudos nacionais e internacionais mostrando a contribuição do crédito na economia local, especialmente para o desenvolvimento local. Qual é a questão do ponto de vista de urgência? A variação

é que precisaria ser urgente até porque o processo do crédito já estava em andamento, precisávamos de uma alteração. Estávamos vendo uma falha grave, que é o papel dessas instituições, e não havia recursos para elas. Havia todo um questionamento até sobre históricos anteriores, sobre o funcionamento e a necessidade de se disponibilizar *funding* para essas instituições. Como se tratava de uma adaptação do próprio processo, como foi lembrado pela Senadora, foi dada a urgência para disponibilizar recursos para uma estrutura que já está aí, que já estava demandando isso. Já tínhamos avançado, havia recursos disponíveis e por isso foi editada a medida provisória.

Foi feita – aqui cabe um pedido de desculpas ao Senado –, durante a preparação da edição da medida provisória, uma negociação só que essa negociação se deu muito mais com os Líderes da Câmara. Temos de assumir que com o Senado essa negociação não foi feita e estão aí V. Ex^{as} questionando esse fato. Na Câmara foi discutida também com a Oposição, quando da edição da medida provisória, a importância de editá-la naquele momento.

Só faltou uma coisa. Alguém lembrou aqui a possibilidade de os bancos, na medida em que possamos ter uma taxa de até 4%, enquadrarem operações que eles já têm. Não, isso está fora! O banco não pode operar nesse programa diretamente. Ele terá de comprar de uma instituição que faça o micro-crédito produtivo orientado. Então essa possibilidade está descartada, ou seja, ele não pode reverter a sua própria carteira.

Os bancos, nas suas operações de crédito pessoal e de crédito produtivo, mas naquele operado diretamente com o banco, sem agente, continuam regidos pelas normas anteriores: R\$600,00 para consumo, R\$1.000,00 para o crédito produtivo, com uma taxa limitada a 2%. Isso não alteramos. Os bancos, seja o Bradesco, via Banco Postal, operam dentro dessa lógica limitada aos 2%. E o Banco do Brasil, que foi lembrado aqui também, num primeiro momento, esperou o banco popular, por isso demorou mais para aplicar. O banco popular vai viver do quê? O Banco Central vai emprestar ao Banco Popular não só os recursos provenientes da captação, daquela poupança que vai conseguir ou mesmo do depósito à vista. A estratégia é que o banco popular é um banco integral do Banco do Brasil. A idéia é a de que grande parte, não a totalidade, dos recursos dos 2% que o Banco do Brasil tem que aplicar seja aplicado via banco popular. Essa é a idéia. Por isso o Banco do Brasil demorou um pouco mais para iniciar as operações.

Tentei aqui responder grande parte das indagações, mas reforço uma questão: essas propostas não foram elaboradas pelo GT de microcrédito, que envolve

os sete Ministérios, o Banco Central e o BNDES. Ela foi concebida aí, mas numa negociação muito forte com os demais parceiros, que são as instituições que operam, seja BNDES, seja Banco do Nordeste, seja Sebrae, que é parceiro fundamental nesse processo de discussão e implementação desse programa.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Sr^a Presidente, permita-me apenas um breve esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Sr^a Presidente, quero apenas pedir um esclarecimento sobre a dúvida que o Senador Tasso Jereissati levantou. S. Ex^a falou do faturamento de uma pessoa física que tem um rendimento de até R\$ 60.000,00. Dr. Gilson, vamos imaginar uma pessoa que tenha uma atividade, no mercado formal ou informal, vendendo sorvete, costurando tecidos, fazendo vestidos, confeccionando. Com essa atividade, essa pessoa tem uma renda de até R\$ 5.000,00 por mês, R\$ 60.000,00 ao ano. É esse o entendimento? Mas o que eu quero saber é se as operações de microcrédito, pelas diretrizes do Governo, também estimulam essa pessoa, o cliente do microcrédito, a formalizar, de alguma maneira, a sua atividade.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Com a palavra o Dr. Gilson.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Senador Tasso Jereissati, é para esclarecer a sua dúvida.

O SR. GILSON BITTENCOURT – O Senador abordou a questão novamente.

O que estamos chamando de faturamento para uma costureira que vendeu, no mês, R\$ 5.000,00, R\$ 60.000,00 no ano? Quanto disso é lucro? Varia, podendo ser de 10%, 15%, 20%, dependendo de cada setor. É essa a lógica. Para a pessoa que pegou cerveja para vender no estádio, tem-se que ver quanto ela teve de faturamento com a venda total, não o lucro. O lucro, o que sobra para ela é menor que isso. É o faturamento geral, que vai ser computado tanto para o trabalhador formal quanto o informal. Aqui, não tem mais nada de crédito a consumo. Somente estamos falando de empreendimento, formal e informal.

O nosso foco, a nossa idéia – e essa é a do Governo – é que o projeto de pré-empresa seja o grande estimulador para a formalização. Eu não penso que se elimina a possibilidade de, por exemplo, daqui a dois ou três anos, se esse projeto for aprovado aqui e ganhar o alcance que imaginamos, discutindo com esta Casa, limitarmos esse tipo de operação somen-

te para quem se formalizar. A idéia do Governo não é viabilizar o informal, mas fazer com que o máximo de pessoas se formalizem. Esse é um pouco da idéia. No momento, não temos isso. Não posso contar com o projeto aprovado e por isso estamos aqui trabalhando com o formal e o informal. Entretanto, a nossa idéia é, cada vez mais, criarmos mecanismos para entrar nesse mérito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr^a

Presidente, eu queria ainda fazer uma solicitação ao Dr. Gilson.

Ao longo da exposição e do debate, a polêmica central ficou em termos da questão da urgência e da relevância, referindo-se à questão da medida provisória. Houve algumas solicitações de esclarecimento, até para se poder permitir aperfeiçoar o mérito do projeto. Entretanto, a maior parte do debate se deu sobre a questão da urgência e da relevância. O senhor nos explicitou que houve uma conversa, na Câmara dos Deputados, no sentido de que esse projeto fosse feito por medida provisória, tendo em vista que o processo estava em andamento, as necessidades de aperfeiçoamento já estavam postas e o recurso estava disponível. Portanto, era necessário, até para se poder agilizar, que o projeto pudesse ser feito com implementação imediata. Por isso, a partir da consulta à Câmara dos Deputados, foi editada a medida provisória e não veio o projeto de lei. Eu queria saber se o senhor pode nos informar se, na tramitação na Câmara dos Deputados, a medida provisória sofreu algum tipo de questionamento com relação a sua urgência e relevância ou se apenas foi feito o debate do mérito com as alterações que foram incorporadas de uma boa parte das emendas apresentadas. Penso que isso é relevante para nós. Apesar de não termos sido consultados, o que é um equívoco, porque o projeto passa pelas duas Casas. Não consultar a Câmara nem o Senado é um erro inadmissível. Mas nos ajudaria muito saber, até porque as próprias lideranças daqui vão tentar ouvir as suas lideranças na Câmara, para saber qual terá sido o procedimento, até porque no Senado temos nos pautado pelo aperfeiçoamento de debate de mérito. Fazemos muito acirramento, muita disputa, fazemos até muitas brincadeiras e ironias, Senador Eduardo Suplicy. No final, o processo, no Senado, tem sido sistematicamente de aperfeiçoamento e debate de mérito.

Assim, eu gostaria dessa informação a respeito de como passou essa discussão da urgência e da relevân-

cia. Para nós ela é pertinente, tendo em vista o volume maior do debate ocorrido ao longo da audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Com a palavra o Dr. Gilson.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Apenas, Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria de dizer que, no meu ponto de vista, nós não estamos discutindo a urgência e a relevância, e sim a questão do mérito. E o que nos faz, no mérito...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a, mais do que os demais, pontuou questões de mérito. Mas o grosso do debate, Senador Tasso, acabou girando em torno da urgência, se devia ou não ser medida provisória.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – A questão do mérito nos leva à discussão sobre a urgência e a relevância. Nós saímos daqui convencidos de que temos uma proposta importante e meritória, mas que exige ainda uma série de aperfeiçoamentos. E teremos um debate muito rico daqui para a frente.

A última observação feita pelo Dr. Bittencourt, sobre cinco ou sessenta mil por mês, é um ponto que eu gostaria de discutir, porque essencial. Na verdade, a idéia do microcrédito é para pessoas que não têm acesso a bancos, que não têm acesso a crédito bancário, que vivem marginalizadas dentro do sistema econômico.

De qualquer maneira, sessenta mil, mesmo para pessoa jurídica, parece-me fora desse propósito. Tanto é que o próprio Governo considera, na Receita Federal, até 36 mil.

Essa discussão – que eu não gostaria de levar até o fundo nem de ficar provocando – deve-se ao fato de que temos muito a debater para que o processo fique bem feito.

O Senador Eduardo Suplicy fez uma sugestão com que sempre concordamos. Sempre a Oposição – e especialmente o Senador Arthur Virgílio, que fala pelo PSDB – concorda em fazer uma discussão de mérito, uma discussão brevíssima, mas com compromisso nosso para que saia bem feito.

Eu estou, com relação ao Banco Popular, profundamente decepcionado com o que vi. Não vi realmente uma resposta sobre o Banco Popular do povo que me satisfizesse. Não vamos discutir isso hoje...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Com a palavra o Dr. Bittencourt.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Um instante, Sr^a Presidente. Eu estou na condição de Relatora. Eu tenho uma tarefa...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu tenho uma tarefa que é apresentar a minha emenda com as minhas propostas.

Pelo que está dizendo o Senador Tasso Jereissati, nós temos hoje à tarde ainda para nos aprofundar. Haverá sessão deliberativa amanhã à tarde. Então, nós precisaríamos – eu pelo menos precisaria – ter este posicionamento sobre se há uma disposição de aprofundar a negociação, de tal maneira que possamos votar a medida provisória amanhã ou depois, se precisarmos de mais tempo. Até porque, aqui no Senado – pelo menos esta tem sido a prática entre Oposição e Governo –, concede-se o tempo necessário para aperfeiçoar, evitando-se, obviamente, as técnicas protelatórias. Se houver debate de mérito que mereça mais tempo, não há problema, mas eu precisaria ter clareza sobre se temos condições de nos reunir hoje à tarde, para tentar aperfeiçoar. Os próprios representantes do Governo têm disposição de vir quantas vezes forem necessárias para esclarecer. Já procedemos assim em diversas outras matérias. Não seria nessa que assim não faríamos, até porque – volto a dizer – é uma matéria, como V. Ex^a mesmo disse, meritória.

Aperfeiçoar, ampliar, aproveitar as experiências bem sucedidas que nós temos, pontualmente, mas, enquanto programa de Governo Federal, Senador Tasso Jereissati, nós temos que avançar muito nessa questão do microcrédito. Se não fosse isso, tenho certeza de que não haveria uma medida provisória sobre o assunto.

Então eu gostaria de saber por onde vamos caminhar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Louvo muito o esforço, aliás exitoso, que a Senadora Ideli faz para ser muito suave na sua fase parlamentar, que está brilhante.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – “Idealizinha paz e amor” agradece.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas o fato é que, na atividade parlamentar, há espaço para tudo: para discussão de mérito, para a ironia, afinal de contas, se proibíssemos a ironia, teríamos que varrer do mapa intelectual do Brasil toda a obra de Machado de Assis, de Eça de Queiroz. E não dá. Ironia existe. Brincadeira, não; acredito que todas as pessoas daqui se portam com seriedade e pode-se ser sério bem-humoradamente. Mas o fato é que, até mesmo quando S. Ex^a se refere a, sem inconveniente, uma eventual tática protelatória, esta é um recurso que cabe a quem enten-

de que com ela está protegendo o País. Se sentir que há um “monstrengo” a ser aprovado, o que geralmente incumbe à minoria fazer é a tática protelatória, sim. Ou seja, enquanto eu tiver forças, não se vota tal matéria, porque é lesiva, nociva ao interesse do País. Isso é da tradição parlamentar anglo-saxônica, é da constituição da democracia brasileira, isso faz parte...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, não é o caso. Esta é uma matéria...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Senadora Ideli, por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Desculpe.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Parece que a Senadora agora aderiu ao “pingue-pongue”.

Estou falando em gênero. Por mais que disséssemos que a Senadora será uma espécie de corregedora do nosso costume, não se pode deixar de fazer assim, porque S. Ex^a não quer, ou fazer assim porque S. Ex^a quer. Se tivermos, um dia, nesta ou em outra matéria, que recorrer à tática protelatória, da qual não temos abusado, nós o faremos em nome do País, para cumprir os nossos mandatos. Não é possível alguém exercer o seu e julgar o do outro; não é possível alguém fazer o que lhe compete e imaginar que o outro não possa fazer aquilo que supostamente competiria a outro, entende V. Ex^a, Sr^a Presidente?

Estamos notando defeitos no mérito. Na minha opinião, microcrédito é para pobre. Deveria haver – se não houver – outro programa para se pensar nas pessoas que já têm perspectiva de acesso a bancos, essas que faturam a média de R\$5 mil por mês. Essa distorção é grave, uma vez que a Receita encara de um jeito e o programa, de outro. Não sei se com isso não se abre a brecha para não se atender à totalidade das pessoas mais pobres, sem se resolverem em profundidade as necessidades, que são muitas, das pessoas que têm faturamento de R\$5 mil por mês.

Então há discussões de mérito, sim, e, para mim, algo que é fulcral: a Casa vive paralisada devido ao excesso de medidas provisórias editadas pelo Governo. Eu diria que 40% delas são relevantes, 30% são relevantes, mas poderiam vir por projeto de lei – e a matéria que nos trouxe o Dr. Gilson é uma delas; deveria vir por projeto de lei, para que nós, com toda a serenidade, mas também com a perspectiva de interagirmos para melhorar o projeto, ficássemos mais confortáveis do que com a medida provisória – e 30% são matérias expletivas, que não deveriam ser objeto de medida provisória.

Pergunto: se não vem por projeto de lei, não se trata de tentativa de se impor uma faca no peito da

minoria? Ou seja, vou aprovar com certos defeitos, porque sempre vou dizer para eles que atrás dessa existe outra mais importante.

Nós já aprovamos dezenas, Dr. Gilson, sempre pensando que estávamos aprovando algo imperfeito, mas a salvação do Brasil viria logo a seguir. E os apelos aqui são muito sensíveis. São todas pessoas muito queridas; uma delas é a Senadora Ideli. É difícil resistir ao apelo emocional, mas temos que começar a dar um basta nisso, senão vamos deseducar o Governo cada vez mais. Então ele vai acreditar que poderá mandar uma medida provisória ruim, bloqueando a pauta e impedindo a votação de uma matéria boa. Em nome da boa, aprovaríamos aquela ruim.

Eu, por exemplo, tenho muita curiosidade para ouvir o Presidente do Banco Popular. Tenho algumas desconfianças em relação a este Banco e perguntas a fazer, muito mais do que a V. S^a, ao Presidente daquela instituição.

Amanhã será um dia – a pauta está trancada, se não me engano – de homenagens. Prevejo que amanhã será um dia de muitas lembranças no Senado, as quais, tenho a impressão, consumirão grande parte do expediente.

Para resolver este assunto, temos que ouvir o Presidente do Banco Popular e envolver a nossa participação qualitativa. A Senadora reconheceu que há um espaço para a nossa participação. Verdade chinesa: lá vem o projeto do Palácio, conforme alguém imagine que esteja genial, nós dizemos que o projeto é muito ruim, e depois se aprova o projeto em meio-termo, nem a sua verdade nem a minha, mas uma verdade intermediária, que não deixa de exibir uma face dialética desse confronto saudável entre a opinião que vem do Palácio e a opinião do Parlamento, incluídos os líderes e Parlamentares de Governo e os líderes e Parlamentares da Oposição.

Entendo apenas que o assunto não está maduro; tenho dúvidas. E este debate foi rico. V. Ex^a apresentou uma versão inteligente. E agora falo sem ironia que V. Ex^a é uma figura competente ao explicar. Então queremos, com a sua ajuda e mais tempo, encontrar uma saída para essa medida provisória, necessariamente com a participação da Oposição e de Senadores que entendem que, como está, ela não agrada, não resolve, termina sendo um tiro de bumerangue, voltando contra o próprio Governo.

Tantas vezes foi assim, tantas vezes a matéria aqui chegou como inarredável, depois admitiram que era arredável sim. Participamos do projeto de ajuda, no qual constituímos um projeto de lei ou uma emenda constitucional melhor. Foi assim na reforma tributária, com a participação dos Senadores Tasso

Jereissati e Rodolpho Tourinho, que foram vitais para nos orientar.

Portanto queria comunicar a V. Ex^a a minha convicção de que não foi pouco proveitosa a sua vinda, mas temos ainda uma estrada a percorrer. Não estamos simplesmente convencidos, porque as dúvidas estão postas. São dúvidas técnicas, as quais, a meu ver, podem inviabilizar o projeto. E a V. S^a e ao Governo interessa sobretudo que o Governo se saia bem num projeto que será de alcance social se for implantado de verdade, com toda a seriedade e apuro técnico, além da sensibilidade social, que tenho certeza de que não falta a V. S^a.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Com a palavra o Dr. Gilson Bittencourt.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Bem rapidamente, quero abordar quatro pontos que considero importantes.

Primeiro, Senadores, o limite de R\$60 mil não está definido na lei, mas em decreto. Inclusive, podemos dialogar para analisar alternativas, sem problema algum. Não definimos na lei, porque esta é uma questão que pode variar e ser discutida.

Segundo, não estamos concedendo isenção tributária. Há uma diferença grande quando se fala em limites de renda e em isenção tributária. Estamos falando de acesso ao crédito e, como os próprios Srs. Senadores observaram, acaba não sendo o crédito mais barato do mundo. Então não estamos concedendo isenção tributária para a classe média. É um crédito a uma taxa cara – não temos dúvida disso –, mas esperamos que, mesmo assim, seja uma taxa acessível para quem não tem acesso ao financiamento. Mas ele não foi colocado na medida provisória, ou seja, não houve essa definição. E o Governo não vê problema de, em decorrência desta discussão, seja em resoluções do Codefat, sej em resoluções do Conselho Monetário Nacional, definir algum tipo de travas ou de incentivos, exatamente para enfocar o público de menor renda. Não há restrições quanto a isso.

Volto a dizer que não se trata de um valor para definir isenção tributária, mas para definir o acesso ao crédito.

Quanto ao Banco Popular, não estamos alterando nada sobre o Banco Popular nessa medida provisória. Não há uma citação ao Banco Popular, portanto uma coisa não tem, necessariamente, a ver com a outra.

Indiretamente, em termos de inclusão bancária, no debate a esse respeito, tem, e não nego. O Presidente do Banco Popular já fez contato com o Senador Tasso Jereissati. Volto a dizer que, um pouco antes de vir para cá, ele me garantiu que tinha enviado todo o material e, ao mesmo tempo, agendado uma conversa

para hoje, com S. Ex^a, às três horas, mas parece que foi marcada para amanhã, às três horas. Então também não há restrição nossa quanto a repassar essas informações e dialogar. Não apenas passar no papel, mas o próprio Presidente do Banco Popular vir conversar com V. Ex^{as}.

Se, apesar desses esclarecimentos, existirem dúvidas, é uma questão para se conversar. Não há posição do Banco Popular no sentido de não vir aqui para dialogar com V. Ex^{as}, o que é positivo. Apesar dos números que foram apresentados, acreditamos que o Banco Popular seja um grande instrumento de inclusão social e de garantia de cidadania neste País.

Quanto à negociação, para encerrar, a grande falha foi o processo de negociação, que acabou avançando mais na Câmara. Eu não participei da sessão da Câmara que aprovou, mas, em todo o processo de discussão, não houve resistências centrais à questão da urgência. Houve algumas alterações e aprovou-se. Eu não acompanhei o debate, mas a princípio parece que passou na Câmara sem maiores problemas.

E há outra questão: a data dessa medida provisória é a mesma de quando começou um questionamento mais forte sobre medidas provisórias, no dia 29 de novembro. Então houve toda uma dúvida. Todo o processo estava preparado para se tentar resolver o problema, que é maior porque o resultado dessa medida provisória não é imediato. E não é imediato porque, como falei anteriormente, não temos um histórico de relação de bancos, à exceção do BNDES, com instituições de microcrédito. Então, mesmo após a medida provisória, o nosso maior trabalho será, com base no marco legal, viabilizar instrumentos de relacionamento. Ideal seria que, no dia seguinte à aprovação da medida provisória, nós tivéssemos uma operação. Então vem o Banco do Brasil ou o Bradesco ou qualquer outro banco e diz assim: tudo bem, eu quero operar, mas quais são as garantias? Qual é o histórico do Governo anterior em relação à inadimplência dessas instituições? É positivo? Não é? Qual é a taxa média?

Então há um conjunto de questionamentos que se geraram a partir da medida provisória. Estamos resolvendo todos esses problemas para que o processo efetivamente se viabilize.

Se não viesse por meio de medida provisória, naquele momento, ainda teríamos todo esse prazo daqui, mas aquele, então, daqui a dois ou três anos, teríamos as primeiras operações desse microcrédito produtivo orientado, além do que o Banco do Nordeste – volto a reconhecer – tem feito, ampliando cada vez mais em função do que existia anteriormente.

Por isso, inclusive no dia da edição dessa medida provisória – daí o erro já assumido em relação

ao Senado –, foi feito contato tanto com o Presidente da Câmara quanto com a Liderança do Governo e da Oposição. Foi um momento muito delicado. Talvez o debate fosse muito mais efetivo se ocorresse hoje, mas juntou tudo: esse processo de urgência, a fim de haver um instrumento legal para viabilizar a negociação e o microcrédito produtivo orientado, e o momento exato da própria avaliação do nosso Congresso em relação às medidas provisórias. Se verificarmos, ela é exatamente da data em que começou o maior questionamento. Então pediria aos senhores um pouco de compreensão quanto a isso. E estamos à disposição, seja para discutir aqui, não só a medida provisória, que é bem geral, não aborda o Banco Popular nem esse número do faturamento, que é definido por decreto e por resoluções, seja para dialogar com os Senadores, seja com quem tem experiência neste assunto, que é o que estamos tentando fazer.

No ano passado, o Governo fez audiências públicas, o que se repetiu este ano. Há poucos dias, realizamos três reuniões públicas: uma com o segmento de cooperativismo de crédito, que nos apresentou demandas no ano passado, a quem apresentamos o que foi feito; com bancos que estão trabalhando com inclusão bancária e com instituições de microcrédito. Temos um diálogo constante com essas instituições, visando aperfeiçoar e efetivar esse programa de crédito orientado, e, volto a reforçar, sem negar o que consideramos importante, como a inclusão bancária, o crédito popular a uma taxa menor, que tem que avançar mais ainda, acarretando cidadania e inclusão social neste País.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Agradecemos a presença do Dr. Gilson Bittencourt.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Comunico a V. Ex^a que o Senador Tasso Jereissati e eu estamos apresentando um requerimento para convidar o Presidente do Banco Popular para prestar esclarecimentos sobre o que é o microcrédito, a microfinança e os objetivos essenciais do programa que lhe compete desenvolver e executar.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Senador, uma das questões que V. Ex^a abordou no requerimento se referia ao Banco Popular, que estávamos viabilizando seja por intermédio desta audiência, seja pelo material, muitos questionamento quanto aos números nós trouxemos aqui. Tenho comigo toda a legislação, que também consta do seu requerimento. Ela está citada, item por item, no final da minha apresentação. Se V. Ex^a desejar, podemos pedir uma cópia de todo esse processo.

Estou tentando atender a grande parte das questões sobre as quais V. Ex^a pediu esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Senador Arthur Virgílio, eu gostaria que V. Ex^a formalizasse o requerimento, que será pautado de acordo com os critérios desta Comissão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já estamos formalizando.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Obrigada, Dr. Gilson.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 13h48min)

Ata da Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de março, de 2005, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e dois de março do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Pedro Simon, Mão Santa, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Ramez Tebet, tendo falta justificada em virtude de licença médica, Romero Jucá, José Maranhão e Fernando Bezerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Comissão dá início aos seus trabalhos apreciando o Requerimento, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Presidente do Banco Popular do Brasil, Senhor Ivan Guimarães, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos sobre as atividades do Banco no que diz respeito ao atendimento à população de baixa renda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 09/2005-CAE. Após a aprovação do Requerimento, é realizada a referida Audiência Pública com a participação do Senhor Ivan Guimarães, Diretor-Presidente do Banco Popular do Brasil. Após a exposição, usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores Tasso Jereissati,

Antônio Carlos Magalhães, Ideli Salvatti, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante, José Agripino, Mão Santa, César Borges, Maguito Vilela, Rodolpho Tourinho, Eduardo Suplicy, Almeida Lima, Heráclito Fortes, Lúcia Vânia, Garibaldi Alves Filho, Ana Júlia Carepa, Sérgio Guerra, Delcídio Amaral e Flexa Ribeiro. Ficam adiadas todas as matérias da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 29-06-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais; Em 05-10-04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto; Em 08/03/2005, foi apresentada a Emenda nº 2 de autoria do Senador Leonel Pavan; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que “permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2002, terminativo, que “altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir multa judicial sobre os créditos devidos à Previdência Social apurados pela Justiça do Trabalho e cria o Fundo Para Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho”, de autoria do Senador Ari Stadler, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pelo exame preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em seguida retornando para análise desta Comissão; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, terminativo, que “dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências”, de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer fa-

vorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 que apresenta. Em 02-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação; Item 6-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que “altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que ‘institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto; Item 7-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto; Item 8-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que “concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que ‘dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal’”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta; Item 12-Projeto de Lei do Senado

nº 120, de 2002, terminativo, que “altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que ‘estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que “institui o cheque promissivo”, de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2003 – Complementar, não terminativo, que “institui o Fundo de Assistência Financeira aos Micro-empresendedores”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 10/2005-CAE, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que requer, nos termos regimentais, seja convidado, em Audiência Pública, o ex-Ministro da Fazenda, Senhor Mailson da Nóbrega, com a finalidade de discutir a autonomia do Banco Central; Requerimento nº 11/2005-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Professor Nogueira Batista Júnior, a fim de participar da Audiência Pública sobre a autonomia do Banco Central do Brasil; Requerimento nº 12/2005-CAE, de autoria do Senador Luiz Otávio, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados para prestarem esclarecimentos adicionais a respeito do descumprimento pela Prefeitura Municipal de São Paulo do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, a Excelentíssima Senhora Marta Suplicy, ex-Prefeita do Município de São Paulo; o Senhor Joaquim Vieira Ferreira Levy, Secretário do Tesouro Nacional; o Senhor Silas Rondeau Cavalcante Silva, Presidente da Eletrobras e Senhor José Eduardo Bernini, Presidente do Conselho de Administração da AES Eletropaulo; Requerimento nº 13/2005-CAE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer, nos termos regimentais, seja convidada a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos sobre o novo modelo de reestruturação do Setor Elétrico, os investimentos realizados e resultados obtidos

com essa política; Requerimento nº 14/2005-CAE, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Tasso Jereissati e Arthur Virgílio, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Senhor Sérgio Darcy da Silva Alves, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos sobre a implementação e regulamentação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado; Requerimento nº 15/2005-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Senhor Alexandre Schwartsman, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, para prestar esclarecimentos acerca das recentes medidas econômicas implementadas pelo Banco Central relativas às modificações nas normas que dispõem sobre a compra e a venda de moeda estrangeira e o registro do movimento de entrada e saída de divisas e seus impactos na economia nacional e Requerimento nº 16/2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, que requer, nos termos regimentais, seja realizada, no próximo dia 30 de março do corrente, reunião secreta com a presença do Senhor Ivan Guimarães, Presidente do Banco Popular do Brasil, para que o mesmo preste esclarecimentos sobre os dados do Balanço da Instituição referentes ao primeiro trimestre de 2005, ainda não divulgados publicamente. A Presidência, antes de encerrar a Reunião, informa que, em virtude da aprovação da Resolução nº 01, de 2005, do Senado Federal, que criou a Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, esta Comissão dará por encerrado os trabalhos da Subcomissão Temporária de Turismo, uma vez que as matérias relacionadas ao turismo serão de competência daquela Comissão Permanente, e, ainda, que, nos termos do artigo 76, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, findo o prazo regimental, a Subcomissão Temporária denominada Fome Zero não concluiu sua tarefa, portanto, não será submetido nenhum relatório à apreciação do Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos. Sendo assim, serão encaminhados ao Plenário do Senado Federal os processados das referidas Subcomissões para as devidas providências. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quinze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da

52ª Legislatura, em 22 de março de 2005, às 10h30min, na Sala de Reunião nº 19, Sala Alexandre Costa.

Antes de iniciar nossos trabalhos, informo a todos que vou colocar em votação a ata da reunião anterior posteriormente.

O Senador Romeu Tuma conduzirá a esta sala o Diretor-Presidente do Banco Popular, Sr. Ivan Gonçalves Guimarães, a fim de prestar esclarecimentos sobre as atividades do Banco, no que diz respeito ao atendimento à população de baixa renda. *(Pausa.)*

Há um requerimento do Senador Tasso Jereissati e do Senador Arthur Virgílio, requerendo, nos termos regimentais e constitucionais, seja convidado – como o foi – o Presidente do Banco Popular do Brasil, Dr. Ivan Guimarães, para que, nesta audiência pública, possa prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre as atividades do Banco, no que diz respeito ao atendimento da população de baixa renda.

Com a palavra o Dr. Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, Presidente do Banco Popular do Brasil.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Bom dia a todos, Srs. e Srs. Senadoras, gostaria de agradecer o convite para apresentar aqui o Banco Popular do Brasil, de forma a propiciar a esta Casa o conhecimento necessário para avaliar essa atividade.

Preparamos uma apresentação por meio eletrônico para esta Comissão. *(Pausa.)*

(Procede-se à exibição de vídeo)

LOCUTOR – Ouvir é bom. Principalmente, ouvir para conferir o papel de inclusão social e de cidadania que uma empresa exerce no dia-a-dia do povo brasileiro.

(Campainha de telefone.)

ENTREVISTADO – Depois da chegada do Banco Popular, ficou muito bom porque hoje, em nosso distrito, nós podemos fazer empréstimos, efetuar pagamentos do nosso empréstimo, coisas que, antigamente, nós não podíamos fazer aqui em Cruzes. É um segundo distrito, mas não tínhamos nada disso e tínhamos que nos deslocar para cidades vizinhas para fazer tudo isso que hoje fazemos aqui em Cruzes.

ENTREVISTADO – A gente decidiu fazer nosso próprio negócio, mas não tinha capital para comprar a malha, as linhas, o material para fazer a nossa confecção. Aí, com a chegada do Banco Popular, pudemos fazer os empréstimos, juntando o meu com o dela. Por fim, compramos o material para poder começar. Começamos a vender. Hoje, já vivemos disso, já estou no segundo empréstimo. E está dando certo.

LOCUTOR – O Banco Popular do Brasil mudou a vida da população de pequenas cidades no interior do País...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso aí é publicidade?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

LOCUTOR – Gente da Vila de Cruzes, a 60km da Caruaru, em Pernambuco,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E, depois, foi feita a publicidade em cima?

O SR. (Orador não identificado) – Isso.

LOCUTOR – ...e de Tenente Laurentino e Floriania, no Rio Grande do Norte. Gente que nem sequer podia abrir uma conta e que nem imaginava que um banco pudesse mudar a sua rotina.

(Campainha de telefone.)

ENTREVISTADO – Eu fiz um empréstimo – eu tinha um barraquinho de madeira – a juro, mas quando eu fiz esse empréstimo, foi uma benção. Aí parei de tomar dinheiro a juro. O juro era 10% e, com a graça de Deus, eu estou muito feliz com esse empréstimo. Quando eu terminar de pagar, eu quero outro melhor.

ENTREVISTADO – Olha, o Banco trouxe para a comunidade uma mudança, quer dizer, pode-se dizer uma mudança radical. Antes, para a pessoa abrir uma conta em banco, tinha que comprovar renda, residência e ter uma renda compatível com o que o banco exigia, né? Com o Banco Popular, como não se exige nada disso, e você vê essas pessoas... A “bancalização” dessas pessoas é uma coisa muito importante para elas. Elas se sentem valorizadas. Eles se sentiam excluídos antes porque não podiam nem entrar na porta de um banco para abrir uma conta.

ENTREVISTADO – Antes eu não tinha condições de ficar aqui, porque eu tinha que viajar, ir para Mato Grosso, Goiás. Aí eu tomava dinheiro emprestado a juro, 10% nessa época. Agora, não, parei de viajar, porque, graças a Deus, deu para eu me manter por aqui devagar. Fiz um empréstimo, minha esposa fez também esse empréstimo do Banco Popular. E estou satisfeito. Está dando certo.

LOCUTOR – Se ouvir é bom, melhor ainda é conferir agora as imagens de cidadãos que insistem em acreditar e não desistem nunca de sonhar.

(Procede-se à execução de música.)

LOCUTOR – O Banco Popular do Brasil foi criado para que milhares de trabalhadores brasileiros de baixa renda pudessem abrir conta no banco, sem comprovar renda ou residência, democratizando, assim, o serviço bancário. Hoje, estamos aqui para contar que o Banco Popular do Brasil já mudou a vida de muita gente. Mu-

dou a vida daqueles que, até então, não tinham conta em banco e, agora, têm cartão de conta corrente, têm crédito, podem fazer depósitos, transferência de dinheiro para seus parentes e pagar contas.

Vocês podem imaginar o quanto tudo isso é importante na vida de um cidadão? Então, vamos deixar que eles mesmos contem para vocês.

(Procede-se à execução de música.)

ENTREVISTADO – Eu fui lá no Banco, abri minha conta, levei minha identidade e CPF, cheguei lá, peguei R\$230. Peguei o dinheiro lá, apliquei nessa salada, aí, comprando o material: carrinho, corneta, toca-fita, leite condensado, neston, colherzinha, copinho. Aí eu comecei, né? Vim e comecei a vender. Vendi umas trinta no sábado. Aí foi só aumentando, 40, 50, 60. Porque a salada é bem feita e é gostosa. Quem sabe, daqui a uns tempos, não boto gente para trabalhar para mim, para ajudar essas pessoas mais igual eu, humilde, mas trabalhadoras, igual eu sou. A gente tem que ter sonho, moço.

(Procede-se à execução de música.)

ENTREVISTADO – Do Maranhão, sinto saudade do meu povo. Tá com... Acho que é 20 anos que eu não vou lá. Eu queria ver lá meu pai, meus irmãos, né, que eu tenho lá, porque desde quando eu saí que era tudo pequeno, desde quando a gente saiu que nunca mais eu a vi eles, e aí eu queria ver, e conhecer o mar. Meu sonho é conhecer o mar. Todos os anos eu quero viajar e não vou, porque não tenho, ó, falta o “dindin”. Não junto, como é que viaja, né? Aí a patroa chegou e falou: “Por que você não abre uma conta?” Começou a me explicar, me ensinar como é que abria. Eu disse, está bom. Eu abri, foi fácil. Aí, falei para as minhas amigas, e todo mundo quer agora abrir a conta. Agora, acho que vou viajar, porque vou começar a juntar dinheiro, né? Agora não vou faltar um ano.

(Procede-se à execução de música.)

LOCUTOR – Depois de ouvirmos todos esses brasileiros, cada um com uma história de vida, fica uma certeza: o Banco Popular do Brasil deu um grande passo para a popularização dos serviços bancários no País, para a cidadania e, principalmente, para melhorar a auto-estima do brasileiro.

(Procede-se à execução de música.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Terminou?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu poderia apresentar alguns resultados que têm sido alvo de discussão? A não ser que o Senador queira debater.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP)
– Pode iniciar com a palavra a exposição que V. Ex^a achar necessária, para iniciar os esclarecimentos.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco Popular do Brasil faz parte da estratégia corporativa do Banco do Brasil. A **holding** Banco do Brasil tem hoje 19 empresas administradas diretamente, sendo quatro bancos. E há dez empresas estratégicas controladas pelo Banco do Brasil na área de seguros, na área de capitalização, na área de investimentos.

Todo negócio que o Banco do Brasil inicia parte de uma análise rigorosa de mercado e das condições de sucesso do empreendimento.

Quais são os principais fatores que levaram à criação do Banco Popular do Brasil? A certeza de que nos próximos anos os bancos brasileiros, para continuarem existindo, para continuarem a ter o tamanho que têm, necessitam ampliar a sua base de clientes. E o topo da pirâmide, aquelas pessoas que ganham mais de mil reais, que são hoje os clientes normais dos bancos, já estão muito bem atendidos por bancos privados e públicos. Portanto, trata-se de crescer na base da pirâmide.

Esta é a estratégia central de aprofundamento do Banco do Brasil nos próximos anos: conquistar novos clientes, acreditando que, com a expansão da economia, esses novos clientes se tornarão rentáveis e permitirão ao Banco manter a sua posição de maior banco brasileiro.

No Brasil, temos um nível de crédito em relação ao produto interno bruto bastante reduzido, mas acreditamos que hoje esteja em torno de 25% do PIB, com o montante de crédito concedido na economia brasileira. Isso é muito pouco em relação a países semelhantes ao Brasil, países industriais, em desenvolvimento ou países emergentes, com a nossa estrutura industrial, tem em média três vezes mais crédito do que nós, é ao redor de 70% a 80% de crédito em relação ao PIB.

Portanto, está muito claro que para nós que a estratégia de expansão das carteiras de crédito é fundamental para o sucesso dos bancos para manterem a sua rentabilidade.

Sabemos também que a presença bancária no Brasil é fortemente concentrada nas Regiões Sul e Sudeste. Mais da metade das presenças bancárias, das agências bancárias, dos PABs, dos caixas eletrônicos, estão nas Regiões Sul e Sudeste.

Infelizmente, não posso mostrar o gráfico, mas fica claro que as demais regiões têm uma presença muito menor do que a sua participação na população brasileira.

A participação do PIB do Brasil em relação a outros países... Eu pediria que essa apresentação fosse entregue aos Senadores, não sei se já foi. A participação da presença bancária... E só para lembrar a todos a nossa distribuição da renda, mostrando que a maior parte dos brasileiros tem renda inferior a dois salários mínimos. Para ser exato, 50% dos brasileiros ganha até R\$430 por mês.

Nas estratégias de pesquisa de criação do Banco Popular do Brasil, perguntamos aos nossos clientes, por intermédio de institutos de pesquisa, o que eles pensavam dos bancos e o que eles queriam em termos de crédito. Não partimos da idéia de criar um programa de microcrédito. Partimos da idéia de perguntar aos clientes o que eles queriam de nós, qual era o seu interesse. Percebemos que nossos clientes têm um constrangimento muito forte de entrar nas agências bancárias. Eles não gostam do ambiente, não gostam do atendimento, não gostam da porta giratória. O horário de atendimento dos bancos não atende aos nossos clientes. Os bancos estão abertos exatamente quando os clientes estão trabalhando. Eles não se podem deslocar, deixar seu trabalho no setor informal, para ir a uma agência bancária. O que eles precisavam não era apenas de crédito, mas também de conta corrente, de empréstimos e de poupança. Precisavam de mecanismos financeiros. Um fator primordial de dificuldade de acesso é o custo de deslocamento até a agência bancária. As agências, mesmo nas regiões do centro-sul, estão localizadas nas avenidas centrais, e o deslocamento de uma pessoa, uma ida e uma volta, a R\$1,50 cada ônibus, num total de R\$3, é praticamente 1% da renda dessa pessoa. Assim, o custo do transporte se torna um sério impeditivo para que essas pessoas cheguem até a agência bancária.

Quanto ao acesso ao crédito, ponto que para nós é relevante, todos os clientes destacaram a necessidade de comprovação de renda, os juros altos e a cobrança de tarifas embutidas na concessão do crédito e as taxas de abertura de crédito ou a venda casada de algum tipo de produto e serviço.

Percebemos que nosso banco teria que ser um banco diferente, com uma rede de distribuição próxima do local de residência ou do local de trabalho dos nossos clientes. Percebemos que deveríamos ter produtos diferentes daqueles que vendemos em nossas agências, produtos muito mais simplificados, produtos muito mais simples, produtos que os nossos clientes pudessem compreender. Precisávamos oferecer crédito para clientes com esse poder aquisitivo.

Cito uma frase do Professor Muhammad Yunus, conhecido como o papa do microcrédito no mundo, numa entrevista dada ao jornal **Valor Econômico**,

há duas semanas, em que ele deixa clara sua visão a respeito: “o microfinanciamento, as microfinanças devem ser feitas por instituições específicas. Bancos tradicionais não conseguem fazer microfinanças”. Essa é a visão dele com a qual concordamos.

Na estratégia do Banco do Brasil, como fizemos? Separamos aquelas pessoas da economia formal, aquelas que têm comprovação de renda, daquelas pessoas da economia informal, aquelas que não têm comprovação de renda e que normalmente tocam seus próprios negócios. A parte da economia formal, que atende às normas legais, está concentrada no Banco do Brasil. A parte da economia informal, que é esse negócio novo, esse cliente diferente, está concentrada no Banco Popular do Brasil, instituição criada apenas para atender o setor informal da economia.

Os produtos oferecidos são simples: a conta corrente simplificada, em que o cliente pode movimentar até R\$1 mil por mês, apenas – o cliente não tem cheque, apenas um cartão magnético que lhe permite fazer todas as operações; o crédito pessoal – nosso crédito começa com R\$50 e chega ao máximo de R\$600; um crédito para material de construção, uma parceria com a Associação Nacional dos Fabricantes de Material de Construção, com orientação técnica para que as pessoas comprem material e construam em lotes legalizados; o recebimento de tributos, de contas, de boletos bancários; os pagamentos aos beneficiários do INSS; e a Declaração Anual de ISENT, que é fundamental para que essas pessoas se mantenham regulares junto à Receita Federal.

Nosso crédito vai de R\$50 a R\$600. Nosso foco não é na operação de crédito como uma financeira. Nosso foco é no cliente. Queremos que nosso cliente aprenda a usar o crédito e possa usá-lo da melhor forma possível. Qual é a nossa forma de trabalho? O primeiro empréstimo de um cliente é de R\$50. Quando o cliente conclui o pagamento desse empréstimo, ele tem direito a R\$100. Quanto ele termina de pagar os R\$100, ele tem direito a R\$200, depois a R\$400 e depois a R\$600. Assim, ele se habitua a fazer os pagamentos, ele se habita a fazer as previsões dos pagamentos das parcelas do crédito e determina seu limite de endividamento. Concedemos esse crédito sem garantia e sem fiador. Somos a única instituição financeira no País que faz isto: oferecer empréstimo sem garantia e sem fiador, crédito em dinheiro para uso geral. Não há destinação para esse dinheiro. Não obrigamos o cliente a comprar uma mercadoria com esse dinheiro.

Nossa taxa de juros é de 2% ao mês. Assim, para um crédito de R\$500, a pagamento deve ser feito em seis parcelas de R\$8,97. A partir do crédito de R\$100,00, as 12 parcelas podem chegar a R\$9,54 etc.

Não há carência na concessão do crédito. No momento em que o cliente abre a conta e recebe o cartão de plástico, ele está autorizado a pedir o crédito de R\$50. Estamos presentes em todo o Brasil, mas a nossa rede é muito mais forte na Região Nordeste, que mais tem demandado nossos esforços de crédito. Não há agências propriamente, mas correspondentes bancários. Funcionamos em ambientes comerciais como farmácias, mercadinhos, lojas de material de construção. Oferecemos solução tecnológica muito simples: uma máquina de cartão de crédito. O nosso atendimento é eletrônico, não há papéis no Banco Popular do Brasil. Com isso, a nossa equação de custos é muito baixa, compatível com o poder aquisitivo dos nossos clientes.

Apresento agora um breve histórico do Banco do Povo: a edição da MP, a aprovação da Lei 10.738, a autorização do Banco Central e o início de nossas operações comerciais em 1º de julho do ano passado. Portanto, atuamos a oito meses e meio.

A nossa base de clientes hoje é de aproximadamente 1 milhão e 300 mil clientes, em mais ou menos 6 mil pontos de venda hoje no País. Vê-se aqui a distribuição dos pontos de venda por Estado e as cidades atendidas em cada um deles. O valor de crédito por Estado é de R\$40 milhões hoje. Na Bahia, Pernambuco, Sergipe, temos nos destacado; no Rio Grande do Norte, um pouco. Nas na Região Nordeste, a Bahia apresenta o maior número de correntistas do Banco Popular do Brasil, o que mostra o dinamismo e o peso desta região.

Nesses primeiros oito meses, focamos a nossa ação nas regiões metropolitanas e nas cidades médias, porque 50% da miséria absoluta do País concentram-se nessas regiões e é muito mais fácil concentrar esforços em áreas já determinadas.

A partir deste ano, estamos interiorizando o Banco Popular do Brasil. Desde o início de fevereiro, estamos atuando em Minas Gerais, Piauí e Maranhão, buscando localidades desprovidas de bancos. As estatísticas do Banco Central mostram que todo município tem presença bancária, mas não quer dizer que toda localidade tenha um banco. Muitas vezes, o município tem distritos, distantes da sede, em que não há uma presença bancária. Até julho, implantaremos 280 pontos de presença em localidades antes desprovidas delas.

Os produtos em desenvolvimento serão lançados este ano: poupança, capitalização, seguro de vida, cartão de crédito de bandeira própria voltado para a baixa renda, um cartão de débito e abertura da nossa rede aos correntistas do Banco do Brasil para que façam saques e depósitos.

O investimento do Banco Popular tem sido muito discutido. É feito a partir de um plano de negócios aprovado pelas áreas competentes do Banco do Brasil, como finanças, diretoria e Conselho de Administração do Banco do Brasil. Essa é uma curva típica de retorno de investimento de um negócio de longo prazo. Ela mostra resultado positivo em 2007; o nosso plano de negócios prevê a realização de lucro até 2011.

Os investimentos realizados no Banco Popular deverão ser pagos e serão corrigidos a partir das taxas definidas pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil. Eu não posso revelar esses números em audiência pública, porque eles estão garantidos por sigilo. Todavia, caso seja de interesse dos Senadores, uma consulta poderá ser feita e os números, oferecidos legalmente. Em ambiente público, infelizmente, o Banco Central nos proíbe de revelar dados relativos à economia da empresa.

Foram solicitadas informações sobre *marketing*. Ano passado, gastamos R\$23,9 milhões em *marketing*. Em sinalização, gastamos R\$1 milhão; em folheteria, papéis distribuídos, R\$1,9 milhão; produção de campanha, produções relativas a programas de rádio, tevê e vídeo, R\$5,5 milhões; em mídia, R\$15 milhões, sendo R\$2,4 milhões em tevê; R\$4,1 milhões, no rádio; promoção nos pontos de venda, homens-placa, carro de som, bicicleta de som, bandeiraço, R\$5,3 milhões; mídia em ônibus, que, nas grandes cidades, é fundamental para a gente, 2.900; o jornal, que se refere basicamente à publicidade legal, que temos que fazer, 450 mil. E no projeto piloto, que fizemos na periferia de Brasília, um gasto de R\$290 mil.

Em grandes linhas, esses são os números do Banco Popular do Brasil, que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Agora temos **quorum** para a votação da ata.

Portanto, coloco em votação a ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a ata da reunião anterior, coloco também em votação o requerimento do Senador Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, que tratam da matéria em discussão.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Continuando com a audiência do Dr. Ivan Guimarães, Presidente do Banco do Povo, ouviremos agora o autor do requerimento, Senador Tasso Jereissati. Logo após, o vice-autor, Senador Arthur Virgílio. Ou querem permutar? O primeiro a usar da palavra será quem?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Senador Tasso; em seguida, eu próprio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati, do PSDB do Estado do Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ivan Guimarães, após a sua exposição, quero fazer algumas colocações. Realmente nos leva a uma dúvida profunda a razão da existência do Banco do Povo. Ao mesmo tempo, questionamos não só a razão de ser, mas também, por falta de sentido conceitual, os eventuais, eventuais não, concretos prejuízos que podem estar trazendo ao grande programa nacional de rigor fiscal.

Hoje no Brasil há um rigor fiscal muito grande; evidentemente, todo o País se sacrifica em função disso, faltam recursos para tudo. No entanto, parece-me e gostaria que V. Ex^a me explicasse melhor, que recursos para um banco que, a meu ver, não tem sentido, sobram a ponto de serem desperdiçados de uma maneira realmente inacreditável.

O Banco do Povo, é preciso que fique bem claro a todos os Senadores aqui presentes, não fez nenhum tostão de microcrédito. Existe uma propaganda intensa em todo o Brasil sobre microcrédito e o que o Governo fez em relação a microcrédito. A idéia do microcrédito é se fazer um crédito às populações de mais baixa renda do País para que elas se organizem e passem a produzir. Ou seja, gerar empregos com microcrédito; financiamento para uma pequena máquina de costura, para um carrinho de picolé, para um carrinho de pipoca, para uma associação de pequenos agricultores que não têm acesso a banco no interior, para comprar uma cabra, enfim, esse tipo de crédito é o microcrédito, é a idéia do microcrédito. O próprio Governo reconhece isso ao mandar esta MP, com sentido de urgência agora que repassa às ONGs recursos do depósito compulsório, com a idéia de se criar o microcrédito. Por quê? Porque o Banco do Povo não fez microcrédito.

Então perguntamos ao presidente: o que fez o Banco do Povo? Microcrédito para o consumidor. Fez um crédito ao consumidor de baixa renda.

Ora, não precisava, de maneira alguma, criar um banco novo, uma instituição nova, pesadíssima, para dar crédito ao consumidor, o que não é problema no Brasil. Vários bancos e lojas, como o Bradesco e as Casas Bahia, concedem crédito aos consumidores de baixa renda. Enfim, todos concedem, mas não vou fazer propaganda. Todos os bancos, inclusive a Caixa Econômica, concedem, repito, crédito ao consumidor de baixa renda. Portanto, esse não é o problema. Não tem sentido criar um banco para isso. Já existe até um

banco estatal que dá crédito ao consumidor de baixa renda. Então, para que foi criado esse banco? Realmente, não entendemos.

Quando examinamos os números do banco, Senador Rodolpho Tourinho – V. Ex^a conhece tão bem números de instituições financeiras – ficamos espantados. O banco, Senador Tourinho, na verdade, tem certo meio circulante, ou seja, o total de aplicação do banco é de 128 milhões. No entanto, ao examinar detalhadamente, veremos que de crédito ao consumidor, há apenas 20 milhões. De novo, não de microcrédito, mas de crédito ao consumidor, esse que o Bradesco, a Caixa Econômica, as Casas Bahia fazem a rodo por todo o Brasil.

Bom, são 20 milhões. Ao examinar o balanço, vamos reparar na demonstração de resultado que, com uma operação de crédito total de 20 milhões, que é ridículo para qualquer instituição, ele teve um prejuízo operacional de quase 40 milhões. Com um total de aplicações de 20 milhões, teve um prejuízo operacional de 40 milhões.

Examinando os detalhes, vamos verificar que desses 45 milhões, Senador José Agripino, 25 milhões, ou seja, mais que o total de todas as operações de crédito feitas pelo banco foram para publicidade. Uma instituição que gastou 25 milhões em publicidade teve 46 milhões de prejuízo e no total 20 milhões de operações de crédito, sendo que todas as outras receitas vieram de operações no mercado financeiro. Não há o menor sentido fazer um banco para isso.

Aí vem outra pergunta: qual foi a receita operacional desse banco? Se ele só operou 20 milhões de crédito, qual é a receita dele para ter essa despesa de 25 milhões de publicidade e 40 milhões de prejuízo?

Senador Tourinho, a receita do banco operacional é de R\$700 mil, para um prejuízo de 40 milhões e 25 milhões em publicidade. Então, estamos vendo aqui o caso de um banco que se propôs a fazer microcrédito, mas não o não fez. Esse banco, que não tinha sentido nenhum de existir, nasceu aparentemente para fazer propaganda disfarçada do Governo.

O banco, que tem R\$700 mil de receita, gastou 25 milhões de publicidade e recebeu, como aumento de capital, 100 milhões do Banco do Brasil. Isso significa que o Banco do Brasil repassou 100 milhões para que essa instituição fizesse publicidade. A meu ver, é preciso fazer uma investigação profunda e uma reavaliação desse banco. O momento em que estamos vivendo, todos nós, que representamos os Estados, reclamamos da falta de recursos, de falta de saneamento básico, índios morrendo, hospitais se acabando... E há cem milhões para colocar num mercado financeiro para banco que gasta 25 milhões em publicidade e tem apenas

– repetindo, Senador Simon – R\$700 mil de receita. São esses números que gostaria que o Presidente Ivan Guimarães explicasse para todos nós.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, não me leve a mal, V. Ex^a sabe da minha amizade. Ouvi estarrecido pelo rádio, nesta Comissão, não uma apresentação de índice, mas uma propaganda deslavada do Governo. Isso nunca existiu em Comissão nenhuma do Congresso Nacional.

De modo que isso não pode se repetir, porque uma coisa é apresentar os dados do banco, elogiar o banco, outra coisa é dizer as coisas miúdas, que o Governo está fazendo isso ou aquilo. Isso ouvi pelo rádio e pela televisão. Isso é um absurdo, não pode continuar. E tenho certeza absoluta de que V. Ex^a não vai mais permitir...

Peço desculpas ao Presidente do Banco, não é meu propósito ofendê-lo, mas é o meu propósito fazer com que o Senado seja respeitado, e esse ato do banco de V. S^a ou de seu preposto é um desaforo à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, o senhor me permitiria só um...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Pois não, com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, o Senador Antonio Carlos tem razão, porque, durante a exposição, perguntei se isso era publicidade. Ele alegou que não, mas ficou claro que, com os telefonemas de pedido de crédito, veio publicidade do...

(Fora do microfone. Inaudível.)

Só para V. Ex^a saber que a Mesa não descuidou do problema...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a fique tranquilo porque da parte da Comissão de Assuntos Econômicos, não só da Presidência, mas o próprio Vice-Presidente, que além disso é Corregedor da Casa, fez essa observação no mesmo momento em que foi apresentada a matéria sobre o programa que o Presidente Ivan Guimarães apresentou. V. Ex^a, como não estava no plenário não sabe que não foram exibidas imagens.

Com relação ao som que foi transmitido por meio da Rádio Senado, realmente, não tenho, com certeza, o poder de limitar, cercear, censurar o programa de televisão nem da Rádio Senado e nem da TV Senado. Essa capacidade...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Perdoe-me, mas V. Ex^a tem, como Presidente, a obrigação de impedir que a propaganda enganosa seja feita nesta sala.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Essa capacidade eu não tenho. Não há dentro do Regimento nenhuma norma legal. Respeito o posicionamento de V. Ex^a, mas não tenho a capacidade de censurar, de limitar um pronunciamento, um depoimento de um convidado, independentemente de quem seja, de que partido e de que ideologia pertença. Eu não tenho essa capacidade. Não fui eleito para limitar a capacidade de ninguém como V. Ex^a está dizendo aqui. Respeito V. Ex^a, respeito a sua Comissão, mas respeito a mim e a minha Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu protesto e não tenho medo de gritaria.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

(Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Não tenho nenhum receio, cada um procure os seus direitos. Vá aos tribunais e faça o que bem entender.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, até na condição de Relatora da medida provisória que trata do microcrédito produtivo em nosso País, estamos abertos para ouvir as opiniões. Já disse isso na outra reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, quando aqui ouvimos o Dr. Gilson Bittencourt, que fez a explanação a respeito do que continha a medida provisória, de qual era o objetivo e quais eram as questões. Atendeu, de forma muito tranquila, todos os questionamentos feitos pela Oposição. Tenho certeza de que o Dr. Ivan também fará, com toda a tranquilidade, a explanação, a demonstração dos motivos, das explicações a respeito da necessidade efetiva de haver campanha publicitária desse montante para uma situação como a da “bancarização” no País.

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se o senhor me permitir... Eu não o interrompi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Senadora Ideli está com a palavra. Quando ela encerrar...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quero que seja mantida a minha palavra, Sr. Presidente. V. Ex^a pode me permitir a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, a ordem que quero colocar neste momento é a tranquilidade da condução dos trabalhos. Como há questionamento a respeito dos gastos da publicidade, acho até que nada mais transparente, nada mais democrático que a própria campanha publicitária para a colocação desse banco, desse produto, dessa necessidade de popularizar e democratizar o crédito no nosso País, que, infelizmente, não é democrático. Se alguém aqui acha que o crédito é democratizado no País está, do meu ponto de vista, tendo uma *(inaudível.)*

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O que a senhora chama de crédito democrático, por favor?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É acessar, é poder ter a oportunidade, é poder *(inaudível.)*

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Esse só o Delúbio tem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Olha, Senador Tasso Jereissati, quero dizer que estou imbuída do melhor espírito do debate de alto nível. Se microcrédito e microfinanças não merecem um debate de alto nível, se vamos ficar no achincalhe, na provocação, acho que isso não vai estar à altura do trabalho que o Senado tem realizado. Então, a minha ordem era no sentido de que, como há questionamentos a respeito da publicidade, nada mais justo, transparente e democrático que ela ser apresentada aqui. Qual é o problema? Se ela está sendo veiculada pelo Brasil, qual é o problema de ela ser veiculada numa sessão pública do Senado da República? Quero pedir a calma e o bom nível dos debates nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Eduardo Azeredo usará da palavra. Logo após, farão uso da palavra os Senadores Arthur Virgílio e Maguito Vilela, que também se inscreve.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, é apenas pela ordem. Quero, depois, fazer os meus comentários, os meus questionamentos.

Exatamente para mantermos o bom nível de discussão aqui, é realmente lamentável que tenhamos começado esta reunião com um áudio, ruim até, de propaganda. Quanto à palavra, à exposição do Sr. Ivan Guimarães, nenhum problema. Está aqui, bem colocado, é o que queremos ouvir. Agora, tem toda a razão o Senador Antonio Carlos Magalhães, temos muitos assuntos na pauta importantes para tratar aqui. Agora, ficar ouvindo uma propaganda dizendo que alguém, não sei onde, no Estado tal... Realmente, não

é cabível que, na Comissão, tenhamos que ouvir uma propaganda com um áudio de má qualidade enquanto temos tantos assuntos a discutir aqui.

Queria apenas fazer esta colocação, pela ordem, para que não tenhamos uma repetição desse tipo. É apenas um protesto, não uma questão de termos ou não, de que se poder ou não fazer. É apenas um protesto.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, fui citado pela Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, por ter sido citado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não sei exatamente o que a Senadora chama de achincalhe por perguntar qual é o conceito de crédito democrático. Mas, de qualquer maneira, os conceitos aqui estão tão vagos, porque se criou o termo “bancarização”, democratização do crédito e outros mais. É um banco feito para fazer a “bancarização” no Brasil. Gastaram-se R\$25 milhões para fazer a “bancarização” no Brasil. Realmente não entendo direito esses conceitos. E a Senadora Ideli Salvatti já trouxe à tona o termo “democratização do crédito”. Eu gostaria apenas de entender esses conceitos. Isso não é achincalhe, com todo o respeito, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Temos aqui a lista de oradores inscritos para arguir o Dr. Ivan Guimarães.

Temos a lista de oradores inscritos para argüirem o Dr. Ivan Guimarães e uma lista de questão de ordem. Pela ordem, ainda estão inscritos os Senadores Rodolpho Tourinho, Maguito Vilela e Ney Suassuna.

Então, seguindo a lista de oradores inscritos, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento, em conjunto com o Senador Tasso Jereissati. O Senador Tasso Jereissati já falou. Tem a palavra agora o Senador Arthur Virgílio, pelo PSDB do Estado do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio e Sr. Vice-Presidente, Senador Romeu Tuma, Dr. Ivan Guimarães, serei muito cartesiano, começando pelo próprio Dr. Ivan Guimarães. De maneira organizada, Dr. Ivan Guimarães, vou pontuar as perguntas, para que depois as veja respondidas – se Deus quiser – uma a uma.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, sobre essa história da propaganda, quero aqui lembrar ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com muita sensibilidade – eu tinha anotado para falar sobre isto –, que a Infraero está algo também indecoroso. Não se pode mais entrar no avião. Sempre se fez aeroporto no Brasil, mas propaganda de aeroporto é a primeira vez que se faz.

Não posso entrar em um avião que me sinto agredido como consumidor. Eu pago e estou ouvindo aquela cantilena. Isto é algo que atenta contra o bom gosto, atenta contra o bom senso. Se fosse sábado à noite, eu era capaz de ter dançado. Eu tive vontade, como disse ao Senador César Borges, de sair dançando, porque a música é boa, é bonita, enfim. Pena que seja paga com o dinheiro do povo e por um projeto que está se revelando um engodo, ao fim e ao cabo.

Vamos começar por V. S^a: que cargo ocupou na administração pública? Esse cargo ou esses cargos eram relacionados com o microcrédito? Pergunto se o senhor conhece a ONG Ágora? O senhor fez parte ou participou de alguma reunião com essa ONG Ágora? O senhor tem conhecimento dos recebimentos de recursos dessa ONG Ágora quando foi Secretário no GDF?

Muito bem. Vamos saber das suas aptidões profissionais a partir disto. Agora, quero saber algo sobre seu relacionamento. Não leve a mal nenhuma pergunta. Eu, simplesmente, estou exercendo o meu direito de fazer todas as perguntas. O senhor conhece uma empresa chamada Sorocred? O senhor tem ou teve algum relacionamento com essa empresa? O Banco Popular tem ou teve algum relacionamento com essa empresa Sorocred? Algum alto dirigente – já provando a expressão do Presidente – do Partido dos Trabalhadores visitou V. S^a no Banco Popular? Recordar-se de alguém que, por ventura, tenha ido lá? O senhor se lembra da demanda que por ventura tenha sido por feita por essa pessoa? O senhor conhece a empresa SMB Propaganda? Qual a empresa que faz a propaganda do Banco Popular? Até porque, em campanha eleitoral minha, se pintar um dinheirinho, vou contratar porque a música é uma maravilha.

Vamos, agora, enfim, para a questão técnica. Mais da metade das contas simplificadas foram abertas pela Caixa Econômica Federal sem a criação de uma estrutura adicional. Por que o Banco do Brasil teve que criar o Banco Popular do Brasil e a Caixa Econômica não teve que criar um banco para emprestar para pessoa de baixa renda?

Segunda pergunta: o Banco do Brasil fez uma capitalização do Banco Popular, em 2004, de R\$92 milhões. Mais da metade desse recurso, em vez de ser emprestado, foi direcionado para aplicações no mercado financeiro. Apenas em títulos de valores mobiliários, o Banco Popular investiu R\$52 milhões, enquanto emprestou apenas R\$20 milhões. Afinal, para que foi criado o Banco Popular e por que o Banco do Brasil vai fazer uma nova capitalização de R\$65 milhões nesse Banco, em 2005, se ele não consegue emprestar nem mesmo o que já está disponível?

Terceira pergunta: apesar de os recursos do Banco Popular do Brasil virem do recolhimento compulsório dos depósitos à vista do Banco do Brasil a um custo zero, existe um custo de transação para manter a estrutura do Banco Popular e pagar os agentes de rede que fazem as aberturas de contas. A taxa de 2% de empréstimo cobriria o custo de operação do Banco Popular do Brasil?

Quarta pergunta, Dr. Ivan Guimarães: em vez de gastar R\$2 milhões com propagandas e publicidade do Banco Popular... Desculpe. Em vez de gastar R\$25 milhões com propaganda e publicidade do Banco Popular do Brasil, não teria sido mais eficiente para o Governo formar parcerias com as ONGs, a custo zero, para que elas divulgassem junto aos segmentos mais empobrecidos da população que esses poderiam ter acesso a contas simplificadas, seja no Banco do Brasil, no Banco Popular do Brasil ou mesmo na Caixa Econômica Federal?

Quinta pergunta: até quando o Banco Popular do Brasil apresentará prejuízo? Qual o valor esperado desse prejuízo e quais as premissas para que este banco apresente lucro?

Sexta: o Banco Popular do Brasil chegou a adquirir algum tipo de carteira, cartão de crédito ou alguma lista de clientes de alguma instituição financeira ou não financeira?

Sétima: de que forma foi o gasto com propaganda e publicidade do Banco Popular do Brasil?

Oitava: em entrevista à **Folha de S.Paulo**, no dia 26 de fevereiro de 2005, o Vice-Presidente de Controladoria da Caixa Econômica Federal, Dr. João Dorneles, argumentou que as operações de empréstimo para baixa renda diminuiriam o ganho financeiro da Caixa Econômica no exercício de 2004.

Não seria verdade que a taxa de 2% para empréstimo seria uma taxa muito baixa e que não cobriria o custo de operação, seja do Banco Popular do Brasil, seja da própria Caixa Econômica Federal? Ou seja, que estaria existindo um subsídio implícito nessas operações?

Nona pergunta: faz sentido o Banco Popular do Brasil e a Caixa Econômica Federal competirem entre si na concessão de crédito para consumo para pessoas de baixa renda? Não teria sido suficiente apenas a Caixa Econômica Federal entrar nesse mercado, já que este banco já tinha uma estrutura montada na operacionalização dos programas sociais do Governo?

Décima: desde o seu início, o Grameen Bank, de Bangladesh, incentivou que seus clientes abrissem contas de poupança. Por que até dezembro de 2004 o Banco Popular do Brasil não abriu uma única conta de poupança para pessoas de baixa renda?

Décima primeira: o Banco Popular teve uma despesa administrativa, excluindo gastos com publicidade e propaganda, de cerca de R\$26,3 milhões em 2004. Esse valor é maior do que o valor emprestado pelo banco.

Como esse banco poderá ser lucrativo com um custo operacional tão elevado?

Décima segunda pergunta: por que o Banco Popular – aliás, eu queria substituir a palavra lucrativo, Dr. Ivan, por superavitário – não seguiu o mesmo modelo de negócios do Grameen Bank de conceder crédito, de início, apenas para operações produtivas?

Décima terceira pergunta: qual a sua opinião sobre o público-alvo das operações de microcrédito? Essas operações não deveriam ser apenas para pessoas realmente pobres ou realmente vulneráveis socialmente?

Décima quarta pergunta: o limite de R\$5 mil de empréstimo não seria muito elevado, haja vista que a maioria das instituições que trabalham com microcrédito no Brasil emprestariam menos de R\$1 mil na média?

Décima quinta pergunta: hoje, mais da metade dos recursos do Banco Popular do Brasil estão aplicados no mercado financeiro. Mesmo assim, o banco teve um prejuízo de 25,5 milhões em 2004, conforme já foi aqui denunciado e relatado pelo Senador Tasso Jereissati. Como esse banco poderá dar lucro, ou seja, ser superavitário emprestando a 2% ao mês em empréstimos que não passam de R\$600?

Finalmente, quantos cartões de crédito corporativos existiriam no Banco Popular hoje entre diretores (*Fora do microfone – inaudível.*) – para usar novamente a expressão do Presidente – e altos servidores, alta cúpula do banco?

São essas as perguntas. Eu tentei organizar de forma que, em primeiro lugar, pudesse saber um pouco do seu currículo, da sua atividade profissional e da sua aptidão para o cargo. Em segundo lugar, perguntas aleatórias. Não vejo que haja maior complicação em nenhuma delas. A terceira parte trata do Banco Popular em si e as razões que nos levaram a não concordarmos com a votação desta matéria que, em tese, no enunciado, é irrelevante antes de termos essas dúvidas todas esclarecidas. Só de minha parte são dezesseis perguntas técnicas e cerca de quinze perguntas acerca de currículo e itens variados.

Enfim, não havia mesmo clima para se votar antes pela complexidade do tema e, até pelo calor das discussões aqui, V. S^a já compreendeu que, de fato, o processo legislativo exigia essa maturação.

Portanto, está nas mãos de V. Ex^a se nós hoje teremos um convencimento brilhante de modo a po-

dermos dar o sinal verde para votação ou, quem sabe, termos que cumprir o dever parlamentar de obstaculizar visando a que esse assunto seja mais amadurecido porque hoje eu não estou, sinceramente, convencido de que haja clima para se votar esta matéria.

Está, portanto, com a palavra V. S^a, Dr. Ivan. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Antes, Senador Arthur Virgílio, foi combinado que fariam a arguição três Senadores e o Dr. Ivan responderia aos três, em bloco. Temos 12 Senadores inscritos, mas se quiserem que sejam dadas as respostas de um em um, não há problema.

Dois em dois? Então os dois que foram Relatores.

Com a palavra, o Dr. Ivan Guimarães, para responder aos Senadores Tasso Jereissati e Arthur Virgílio.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Em primeiro lugar, eu gostaria de me desculpar pelo vídeo, agradecer ao Senador Antonio Carlos Magalhães e superar a minha ignorância. Não tinha a dimensão do que estava sendo feito. Peço desculpas a todos Senadores e Senadoras. Trata-se de um vídeo institucional, interno do Banco Popular, não é uma peça de publicidade. E o nosso único intento em trazê-la aqui é dar voz aos clientes. É o único filme que tínhamos que dava voz aos nossos clientes.

Para responder a primeira pergunta: “Vocês fazem crédito de consumo?”

Não. Fazemos crédito. As pessoas pobres precisam de crédito. Como essas pessoas vão usar o dinheiro? Eu não sei. Se formos perguntar, vamos ter um custo alto, e essas pessoas não podem pagar esse custo.

O que procuramos mostrar é que temos clientes, aquelas pessoas, que pegaram dinheiro para criar um pequeno negócio. No caso aquele cidadão que pegou o dinheiro, montou um carrinho de salada de fruta. Ele vende 50, 60 saladas de fruta por dia na periferia de Ceilândia a R\$1 cada salada e, com isso, ele consegue manter sua família. Uma empregada doméstica está utilizando a conta para fazer poupança para poder viajar de volta para o seu Estado natal. E há outras coisas que cortamos: pessoas que pegam dinheiro para comprar remédio, pessoas que pegam dinheiro para comprar material escolar, pessoas que pegam dinheiro para reformar um pedacinho da sua casa, colocar um banheiro, ou colocar um telhado, reforçar uma janela e algumas mães que estão juntando dinheiro para comprar uma televisão.

A televisão é um bem de consumo? É, mas, na cabeça dessas mães, a televisão faz com que as crianças fiquem dentro de casa e não fiquem brincando na rua.

Então, crédito é isto. É dar oportunidade para as pessoas melhorar suas vidas.

Creio que há uma questão de pano de fundo, que foi abordada muito bem pelo Senador Jereissati e pelo Senador Arthur Virgílio, que é o Grameen Bank. Considero importante discutir um pouco a influência do Grameen Bank para tentar entender isso. O Grameen Bank só faz crédito produtivo? Não, não é verdade. Microcrédito, no mundo inteiro, quer dizer crédito produtivo? Não é verdade.

Existe um artigo do Professor Muhammad Yunus, de setembro de 2004, está no *site* do Grameen Bank, está na publicação do Banco Mundial, onde o Professor Muhammad Yunus, que é o criador, mentor, realizador e atual Presidente do Grameen Bank cita dez diferentes modalidades de crédito, microcrédito. E ele diz claramente que microcrédito é uma palavra que não existia antes dos anos 70 e não quer dizer absolutamente nada. Ele define o modelo de Bangladesh como Grameen *Credit*, uma outra coisa. E qual é o sentido do Grameen *Credit*? Promover a melhoria das condições de vida das pessoas, promover os direitos humanos. Isso está claramente apresentado.

Não existe consenso no mundo inteiro do que seja microcrédito. Existem as mais variadas formas. Estive em Bangladesh, conversei com o Professor Yunus, visitei as aldeias e tive uma surpresa. Em Bangladesh, os homens não podem tocar nas mulheres. Há um hábito religioso. Chegou uma moça e me deu a mão, cumprimentou-me e começou a conversar comigo em inglês. Eu disse-lhe:

“– Mas que estranho. Por que você está falando comigo?”

– É porque vou para a faculdade. Como estou na faculdade, rompi a minha casta social e posso me dirigir aos homens.

– É uma faculdade pública?

– Não existe faculdade pública em Bangladesh. Paga.

– Ah, como é que foi?

– A minha mãe pagou.

– Ah, com dinheiro que ela ganhou ali do empreendimento que vocês estão fazendo?

– Não, ela pegou empréstimo no Grameen Bank para pagar a minha faculdade. Empréstimo de quatro anos. Estou me formando em economia.”

Então, o Grameen Bank financia educação, remédio, roupa, material de construção; financia até bombas para comunidades que precisam de programa para águas contaminadas, quando se têm que pegar água limpa de baixo. Então, é isso. Essa visão que se

tem em alguns lugares de que microcrédito é para alguém tocar o seu pequeno negócio apenas não está em sintonia com a percepção internacional do que seja microcrédito, que é fazer pequenos empréstimos para que as pessoas possam melhorar suas condições de vida.

Quanto ao Banco Popular, ele nunca pretendeu ser um banco de microcrédito, tanto que na lei, na exposição de motivos da medida provisória, no relatório então apresentado pelo Relator, fala-se em microfinanças. Qual é o nosso objetivo? É trazer os pobres para dentro do mercado financeiro. Existem no Brasil, hoje, perto de 30 milhões de pessoas que têm renda e não têm conta em banco. É disto que se trata: trazer essa população para o mercado financeiro, permitir que elas tenham os mesmos acessos, usos e recursos que cidadãos que têm renda. O Professor Yunus diz que crédito é um direito humano, mas, para nós, é cidadania. Trazer os pobres para o mercado financeiro trata-se fundamentalmente de cidadania.

O Banco Popular está em um momento de crescimento, de nascimento. Começaram em 1º de julho suas atividades comerciais. Como pode funcionar o Banco Popular? Como pensamos o seu funcionamento?

Primeiro, é preciso que haja um ponto de venda. É necessário abrir uma loja porque é preciso um ponto de venda. Depois, o cliente tem que ir a esse ponto de venda para abrir sua conta e, em um terceiro momento, colocam-se os produtos e serviços à disposição dele porque todo o tratamento é para o cliente. Uma financeira faz operações de crédito para qualquer pessoa que chega, mas um banco como o Banco do Brasil não faz isso porque atende exclusivamente a seus clientes. Primeiro, bancariza e, depois, vai colocando seus produtos e serviços.

Há palavras novas. A palavra microcrédito não existia antes de 1973 e agora existe. Bancarização não existia antes de 1999, mas passou a existir em um congresso em Washington.

Estamos fazendo o que consideramos adequado à sociedade brasileira.

Quero apenas terminar o assunto do Professor Yunus. Sei que o Senador Tasso Jereisatti, que teve oportunidade de conhecer bem os estudos dele, certamente se lembra de que, na primeira parte do seu livro, diz que estava andando na rua, no caminho da casa dele à faculdade, do refeitório até a sala onde estudava na Universidade de Dakar, e via as pessoas vendendo artesanato. O primeiro passo dele foi perguntar àquelas pessoas de que precisavam, e a resposta delas foi que precisavam de crédito. Ele começou a convencer o gerente do banco na universidade a fazer

os empréstimos, não conseguiu, e depois ele mesmo começou a gerar o crédito.

Seguimos rigorosamente o mesmo passo. Perguntamos aos pobres de que precisavam. Não nos achamos no direito de pensar que sabíamos o que era bom para os pobres. Fomos perguntar de que precisavam, e nos responderam que estavam precisando de banco. Por quê? Porque, se não tenho conta em banco, não tenho onde guardar o dinheiro na minha casa; se ando de ônibus, posso ser assaltado; e não tenho como compensar um cheque se alguém me paga com um cheque. Então, preciso de um banco que me insira no mercado financeiro. Assim, estamos seguindo rigorosamente os princípios que originaram o microcrédito: observar o que os clientes precisam e oferecer à população aquilo que é necessário. Nosso modelo de negócio não é o modelo de negócio da Caixa Econômica Federal.

Responderei às perguntas do Senador Arthur Virgílio em uma sequência um pouco diferente. Perdoe-me, Senador, mas farei isso para dar um tom lógico.

O Banco do Brasil tem ações negociadas em bolsa. A Caixa Econômica Federal, não. Para todos os fins, é uma empresa diretamente ligada ao Governo, e não chega a ser uma empresa. Há investidores internacionais no Banco do Brasil. São mais de US\$ 2 bilhões de investimentos internacionais, e o Banco do Brasil capta dinheiro no exterior, sendo o maior captador de dinheiro no exterior deste País.

Não podemos começar uma empresa sem dar aos nossos acionistas e àquelas pessoas que emprestam dinheiro ao banco total transparência do que estamos fazendo. Por isso, desde 1996, todo novo negócio em que o Banco do Brasil ingressa, diferente daquilo que faz, suscita criação de um negócio específico, com balanço apartado do banco, o qual depois é integralizado no balanço total. Isso ocorre desde 1996 e dá transparência para os investidores, segurança àqueles bancos que emprestam dinheiro ao Banco do Brasil e segurança às empresas, instituições e pessoas que compram papéis do Banco do Brasil no exterior.

E tudo o que está acontecendo no Banco Popular está transparente, assim como tudo o que acontece em cada uma das empresas do Banco Popular está transparente. Se fizéssemos o Banco Popular dentro do Banco do Brasil, não haveria esta reunião porque os números estariam diluídos em outros e não seria possível ter a transparência que o Banco do Brasil gostaria, quer e está oferecendo para a sociedade brasileira. Todos os números estão muito claros em nosso balanço, e para nós isso é muito importante.

Por que fizemos um banco separado? Porque os nossos clientes não têm condições de arcar com

os custos da rede tradicional. Como disse o Sr. João Dornelles, Vice-Presidente de Controladoria da Caixa Econômica Federal, há um problema: a rede tradicional de bancos custa um preço que não é possível de ser pago por clientes de menor renda. Não há como trazer clientes de menor renda para agências caras em avenidas centrais porque o custo físico inibe isso. Além disso, os meus clientes não querem isso. Fizemos pesquisas e procurei apresentá-las aqui. O que os clientes querem? Facilidade, comodidade. Eles não querem ter que sair do seu negócio porque, se eles saem dos seus negócios para ir ao banco, o seu negócio fica fechado ou parado. Um camelô, um pipoqueiro ou alguém que esteja no setor informal da economia, como uma doméstica, precisa de agilidade para chegar até o seu ponto de negócio. Por isso, temos que estar perto de nossos clientes, nos correspondentes bancários.

Como nossa estrutura é toda eletrônica, totalmente baseada em meios de Internet, nosso custo é muito baixo. Essa é a chave para nossa empresa dar lucro no futuro e ser interessante para o Banco do Brasil e para os nossos acionistas. Precisamos ter uma empresa lucrativa, de baixíssimo custo. Por isso, só temos um cartão magnético e não temos papel. Não temos custo de transação, de carregar esses documentos de um lado para o outro. Atendemos direto, na ponta, com o balconista do estabelecimento comercial conveniado, que conhece o cliente e consegue lhe prestar todo bom atendimento; e o estabelecimento comercial, na ponta, é remunerado por transação, não gerando custos fixos para nossa empresa.

Assim, todo modelo de negócios do Banco Popular foi muito discutido e muito bem elaborado, para dar uma taxa de retorno interna compatível com o que o Banco do Brasil necessita, com o que desejamos fazer. Mais do que isso: o principal valor do Banco Popular do Brasil, para o Banco do Brasil – olhando a parte comercial –, é chegar junto daquelas pessoas que, daqui a dez anos, serão bons clientes para o Banco do Brasil. Todo cliente que, no Banco Popular, atinge uma movimentação próxima de R\$1 mil é convidado a migrar para o Banco do Brasil, onde ele terá um atendimento melhor, mais qualidade de produto, um leque maior de produtos e serviços, como já tem uma renda que lhe permite pagar os serviços cobrados pelo Banco do Brasil. Ou seja, vamos adequar a capacidade de pagamento do cliente ao produto que está recebendo.

Os 2% são suficientes para pagar nosso microcrédito. Dois por cento dá uma taxa de 26,6% ao ano, sendo que nosso custo de captação é zero porque utilizamos o dinheiro do depósito compulsório, que custa

zero. Quando os bancos não usam o compulsório, ficam paralisados no Banco Central. É um *spread* bastante significativo, mas não é a única fonte de receita do Banco Popular do Brasil.

Nossa receita principal, hoje, é a receita de arrecadações, recebimentos de contas de luz, de água, de boletos bancários, de tributos federais, estaduais e municipais. Nosso balanço mostra apenas R\$700 mil de receita no ano de 2004, porque, como é um banco novo, a compatibilização com os pagamentos demorou a ser feita.

O balanço de 2000 e do primeiro semestre de 2005 já mostra uma elevada receita em fevereiro, porque todos os atrasados do ano passado foram pagos em fevereiro. Isso é normal.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor saberia dizer a receita desses três primeiros meses do ano?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Estamos recolhendo, Senador, algo em torno de dois milhões de documentos por mês. A tarifa média deve estar ao redor de R\$0,35.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Estou querendo saber a receita desses três primeiros meses do ano.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Estamos recebendo perto de R\$1 milhão por mês. Mas nossos números estão crescendo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Quero saber a receita operacional.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não posso revelar, numa audiência pública, os números completos da receita, mas apenas depois do balanço divulgado. V. Ex^a compreende a manobra da CVM

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Norma da CVM?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Você não é obrigado a fazer balanço trimestral?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – No momento do balanço trimestral, posso divulgar. Mas, se eu divulgar a informação antes, posso induzir o mercado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só uma dica: a receita é maior vinda de conta de luz ou de aplicação financeira?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Neste momento, a receita maior é vinda de aplicação financeira.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Vamos ter, então, grandes prejuízos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Gostaria de, primeiro, terminar as respostas.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor está dizendo que haverá uma receita muito mais elevada. Já passaram três meses do ano.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Estamos falando de receitas operacionais.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Receitas operacionais. Estou querendo comparar os R\$700 mil. Qual a receita do primeiro trimestre deste ano? É segredo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É segredo guardado pela CVM. O que posso dizer é que ele é crescente, mês a mês.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Solicito uma reunião secreta para que possamos saber quais são os números do primeiro trimestre deste ano.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O balanço será divulgado em alguns dias, tão logo seja fechado.

Por isso, o modelo do Banco Popular é um modelo de negócios baseado em baixo custo, com atividades crescentes.

Em julho do ano passado, havia 20 pontos de vende e algo em torno de 2.500 clientes. Em dezembro, havia 1.050.000 clientes e 5.500 pontos de venda. Hoje, já existem 1.350.000 clientes e 6.000 pontos de venda. Assim, nossa curva de crescimento é exponencial, o que faz com que haja grandes mutações nos números analisados mês a mês.

Continuando, então, as respostas: por isso é que não fizemos um banco dentro do Banco do Brasil. Consideramos mais adequado, dentro de nosso modelo de negócio, deixá-lo fora.

As aplicações financeiras que temos, a capitalização, como foi dito, de R\$170 milhões, atendem rigorosamente às normas do Banco Central do Brasil, que estabelecem que uma instituição financeira nova, quando surge, deve comprovar ao Banco Central que dispõe de todos os recursos necessários para execução de suas funções. A forma de fazer isso é aplicando dinheiro no Banco Central e deixando em títulos públicos. É isso o que foi feito. Esse dinheiro era do Banco do Brasil e está no Banco Popular do Brasil, como poderia estar no Banco do Brasil anteriormente. Não mudaria nada. O Banco do Brasil também tem aplicações em títulos públicos. Todos os bancos brasileiros têm aplicações em títulos públicos. Por isso, essa remuneração é computada ao Banco Popular do Brasil.

Nosso ponto de equilíbrio será em dezembro de 2006. A partir daí, vamos gerar lucro e vamos estar acima, cobrindo integralmente todas as despesas que forem feitas até lá. Isso é absolutamente tradicional.

Vou dar um exemplo simples: se alguém compra um táxi... Um taxista de frota compra um táxi. É evidente que ele está fazendo um investimento grande num primeiro momento. Ele vai precisar trabalhar alguns meses, alguns anos talvez, para pagar aquele investimento. Toda empresa tem essa curva. Todo negócio de longo prazo, como é um banco, tem essa curva. Faz-se um grande investimento no começo para depois ir recebendo mensalmente e quitando esse investimento. Isso, qualquer investimento assim, é previsto na legislação brasileira, tanto que as despesas dos primeiro, segundo e terceiro anos de qualquer empresa podem ser diferidas nos cinco anos seguintes. Essa norma faz parte da lei brasileira, da Lei das Sociedades Anônimas e do Conselho Monetário da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Então, acredito que fica claro que toda empresa é absolutamente normal, não há nada de estranho no fato de uma empresa ter prejuízo nos primeiros anos de seu começo. É evidente que, no primeiro ano, os números são mais evidentes frente aos resultados, porque incorpora um período grande de atividades pré-operacionais. Todo banco no Brasil, antes de poder prestar atividades comerciais, é obrigado a se integrar ao Sistema Brasileiro de Pagamentos e terá sua certificação de estabilidade. Esse processo começou no dia 12 de fevereiro e só terminou no dia 1º de junho. Então, é um processo natural de investimento para resultados posteriores.

Quanto às questões de publicidade, toda empresa gasta em publicidade para formar a marca. É preciso avisar os comerciantes onde vamos colocar nossos pontos de venda, que existe um banco popular e que ele é do Banco do Brasil. Então, é preciso gastar em publicidade para comunicar isso. É preciso mostrar à população que aquele ponto está ali. É por isso que, como procurei mostrar na apresentação, o item de despesa mais elevado é promoção do ponto de venda, porque é preciso colocar pessoas que indiquem que ali há um ponto e que as contas podem ser abertas. Em isso se reflete? Em nossos resultados. O custo de R\$23 milhões com publicidade está relacionado a quê? A um milhão de clientes, a 5.500 pontos de venda. O crédito é uma variável que surge depois de o cliente ir ao ponto de venda e abrir sua conta. Outros produtos estão sendo colocados: a partir de abril, teremos a caderneta de poupança; em maio, a capitalização e o seguro de vida; acredito que, em julho, teremos um cartão de crédito, e assim sucessivamente. Toda empresa prudente, como é o Banco do Brasil, realiza assim suas atividades.

Só para se ter um exemplo, não quero entrar no mérito se vinte é pouco ou muito: não fizemos novos

investimentos em comunicação nesse primeiro trimestre, e nossa carteira de crédito hoje é de R\$40 milhões, apenas com o efeito positivo que nossa publicidade gerou no começo de dezembro do ano passado, quando foi mais maciça.

No Banco do Brasil, não podemos comentar, Senador Tasso Jereissati, se a Caixa está bem ou se estamos mal. Não é correto do ponto de vista do Governo analisarmos outras empresas. Em nosso modelo de negócio, o melhor é deixar o Banco Popular de fora, fazendo microfinanças, e não colocá-lo dentro do balanço. É o que dá mais visibilidade, mais transparência para todos os investidores.

Passo a responder as perguntas do Senador Arthur Virgílio.

O prejuízo previsto da empresa vai até dezembro de 2006. A partir daí, ela começa a gerar lucro. Por que nesse período haverá prejuízo? Porque estamos saindo de até 6 mil pontos de presença, hoje, para 21 mil pontos de presença. Esse é o tamanho ideal da rede do Banco Popular do Brasil. Para se adquirir essa rede de pontos de presença, são necessários investimentos expressivos em tecnologia, em equipamento e em divulgação do ponto de venda. Não tivemos interesse em comprar carteira de nenhuma empresa, não dependemos nenhum real em aquisição de clientes.

Acredito que as questões Grameen Bank já foram mais ou menos resolvidas. Ficou claro como ele funciona.

Perguntou-se se o limite de R\$5 mil é mais ou menos elevado. O Banco Popular do Brasil concede empréstimos máximos de R\$600 – estamos um pouco abaixo. Eu não saberia dizer se R\$5 mil é pouco ou muito. Esse valor surgiu de uma pesquisa junto às próprias organizações não-governamentais que trabalham com microcrédito e estão ainda na carteira do BNDES – isso foi sugestão deles. O contrato dessas instituições com o BNDES foram feitos entre 1997 e 2002. Essas instituições estão necessitando dos novos recursos. Após consultas, chegou-se a esse valor de R\$5 mil. Não tenho opinião sobre isso, só posso falar do Banco Popular.

Fui autorizado a dizer que nossa receita operacional em fevereiro foi de R\$3 milhões. Fui autorizado a dizer isso agora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Solicito a palavra pela ordem.

A autorização de V. S^a partiu de quem? Da CVM?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Do Diretor Financeiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Há pouco V. S^a disse que a CVM o impedia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Que era proibido.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Senador, eu também creio que é proibido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Esse diretor financeiro deveria ser demitido.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ele pediu para dizer que seria algo em torno de R\$3 milhões.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Receita operacional de R\$3 milhões, só em fevereiro?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Esse diretor está infringindo as regras da CVM. V. S^a não pode permitir isso, pelo amor de Deus!

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Obrigado, Senador. Tomarei as providências adequadas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quais serão?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Solicitar à Controladoria do Banco do Brasil uma análise disso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Gastaria R\$3 milhões operacionais só em fevereiro? No ano passado, foram R\$700 mil e agora, só no mês de fevereiro, R\$3 milhões?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu pediria oficialmente para ver esses números.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço que o apresentador Ivan Guimarães conclua a exposição e a resposta, pois há outros Senadores interessados em aprofundar a matéria. Se, ao longo da audiência, mais pessoas perguntarem, seguramente as informações contribuirão para o esclarecimento. Como procedimento para a audiência, solicito que restrinjamos as intervenções e as respostas, para que todos possam falar. Há 12 inscritos e, por enquanto, sou o 12^o.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Regimentalmente, Senador Aloizio Mercadante, todos os Senadores dispõem de até 3 minutos. Está bem claro: “Os membros da Comissão poderão, terminada a leitura, interpelar o orador exclusivamente sobre a exposição lida, por prazo nunca superior a 3 minutos”. Estamos cumprindo a determinação até agora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Pois não, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr.

Presidente, longe deste modesto piauiense atrapalhar a rotina de trabalho do Senador Aloizio Mercadante. Hoje, S. Ex^a se depara com a reforma ministerial a ser anunciada.

Senador Mercadante, minha intervenção se deve ao fato de o Presidente do Banco dizer-se impedido, atendendo a normas da CVM, de prestar esclarecimento ao Senado, há um minuto. Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a entende bem do que estou falando. Toda a Nação tem V. Ex^a como um dos maiores economistas do País.

Ocorre que S. S^a deu uma declaração e, em seguida, se contradisse, baseado exatamente em outra informação dada por um diretor. Estamos no Senado da República; não estamos em conferência da UNE. Respeitamos a sua informação, atendendo à norma da CVM. Logo depois, houve uma informação diferente. Eu, como modesto Senador, como aprendiz – assimilo muito com os conhecimentos de V. Ex^a –, não poderia permitir que ficasse nos **Anais do Senado** essa contradição. Por isso, usei o direito de igualdade que todos têm para dirimir as dúvidas que, por acaso, aflorem nesta Casa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Luiz Otávio, peço a palavra, de forma muito breve, por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) –

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Entendo que o Sr. Ivan Guimarães é um técnico que está prestando serviço ao País, trabalhando num banco público e buscando, da forma mais competente possível, prestar todas as informações solicitadas. S. S^a ponderou que as regras de funcionamento de instituições bancárias são baseadas em procedimentos exigidos pela CVM. Portanto, é necessário tratar com prudência, ainda que essa instituição evidentemente não seja operada no mercado ou traga quaisquer implicações em termos de especulação. A regra, de fato, também incide sobre o Banco Popular do Brasil, mas, obviamente, está fora de qualquer tipo de interferência em relação ao mercado financeiro. Ele citou um dado aproximado, mostrando que o desempenho do banco, à medida que vai ganhando escala e massificando as contas, vai aumentando a receita e os resultados. Essa é a estratégia apresentada pelo Banco do Brasil. Creio que o Sr. Ivan não teve qualquer interesse, primeiramente, em cercear a informação, senão, conforme sua competência de técnico, tentar... Também não é

um Parlamentar experimentado como outros para fazer esse tipo de debate. Por tudo isso, ajudará mais se permitirmos que ele exponha as respostas a todos os Senadores até o final para que todos possam falar. Dessa forma, cada um poderá tirar suas conclusões. Respeitamos a posição dos Partidos de Oposição. Este é um debate público importante, mas devemos ter certo cuidado para permitir, inclusive, que, com tranquilidade, ele possa expor todas as informações solicitadas.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pedi um esclarecimento que não me foi dado e, depois, foi feito de forma truncada. Quero apenas que esse esclarecimento seja dado de maneira que possamos entender.

Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a tem, por hábito, querer controlar todas as reuniões desta Comissão e de outras Comissões de que participa. Eu gostaria de que a liberdade que V. Ex^a tem para expressar suas opiniões, sempre brilhantes e sempre eloqüentes, também fosse dada aos outros Senadores quando tivessem a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Concedo a palavra ao Dr. Ivan Guimarães.

Falta responder quantas questões?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – As questões pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Por favor, responda-as.

O SR. IVAN GUIMARÃES – Respondendo às questões sobre o meu currículo, solicitadas pelo Senador Arthur Virgílio, registro que fui do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador entre 1991 e 1994, período em que se iniciou a discussão sobre microcrédito no Brasil, ainda com a Ação da Cidadania contra Fome e pela Vida. Em 1995, fui Secretário Adjunto do Trabalho do Governo do Distrito Federal. Entre 1995 e 1996, fui Diretor da área de desenvolvimento econômico do Banco de Brasília S.A. – BRB. Em 1997, retornei à Secretaria do Trabalho e fui Secretário do Trabalho até dezembro de 1998.

Perguntaram também se conheço a ONG Ágora. Sim. Ela foi contratada pelo Governo do Distrito Federal para programas de qualificação profissional por indicação do Ministério da Justiça no programa de Serviço Civil Voluntário, na época dirigido pelo Sr. José Gregori.

Questionaram ainda se participei de reuniões. Reuni-me com eles, com o Sr. José Gregori e com o Comando Militar do Estado Maior das Forças Armadas

para a discussão do Serviço Civil Voluntário. Desde a minha saída da Secretaria, em 1998, não tive mais contato com essa organização.

Indagaram se conheço a Sorocred. Sim. A Sorocred é uma empresa conhecida no setor de cartões de crédito; é o cartão de crédito popular mais conhecido do País. Fui pesquisador da OIT sobre microcrédito para o Brasil entre 2001 e 2002, e visitei e entrevistei os diretores da Sorocred.

Perguntaram se temos algum tipo de relacionamento com eles. Não, temos nenhum tipo de relacionamento. Nosso único procedimento foi uma reunião técnica no Banco do Brasil para a apresentação de várias experiências de crédito – Casas Bahia e outras –, na qual a Sorocred esteve presente. Também não existe nenhum relacionamento comercial ou negocial entre o Banco Popular e a Sorocred.

V. Ex^a fez remissão a um alto dirigente do PT no Banco Popular que me teria solicitado algo. Desculpe-me, Sr. Senador, mas não me lembro de nenhum alto dirigente do PT visitando-me no Banco Popular. Tenho amigos que são altos dirigentes do PT, mas nunca atendi a nenhuma demanda deles. Ninguém nunca me solicitou absolutamente nada.

A agência que atende ao Banco Popular é a DNA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. S^a conhece a empresa SMPB?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Conheço, Excelência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Retificando, perguntei se V. S^a conhece a empresa SMPB Propaganda e qual seria a agência a fazer a propaganda do Banco Popular.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Obrigado, Sr. Senador. Sei que existe uma agência chamada SMPB, de Belo Horizonte.

A agência que faz a propaganda do Banco Popular é a DNA, uma das agências que atendem ao Banco do Brasil. Ela foi escolhida por processo licitatório, como as demais. O Banco Popular enviou *briefing* para as três agências que atendem ao Banco do Brasil. Elas puderam, assim, desenvolver suas campanhas, que foram apresentadas a um colegiado em que estavam a Diretoria do Banco Popular, membros da Diretoria e do Colegiado do Banco do Brasil, os auditores e as pessoas de controle interno. Desse modo, numa votação aberta e informal, evidentemente – todos tiveram que declarar sua escolha –, elegeu-se a melhor campanha, isto é, a da DNA, que tem tido um sucesso bastante grande.

Não sei se atendi totalmente, mas creio que respondi todas as questões que me foram formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, tenho direito à réplica, porque o Dr. Ivan disse que não eram verdadeiros alguns fatos expostos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. S^a disse e depois desdisse que existia um conceito para microcrédito. Em seguida, afirmou que o Banco Popular não foi feito para microcrédito, mas para microfinanças – logo, definindo o microcrédito.

Hoje, existe, sim, um conceito de microcrédito. Se na época da fundação do Grameen Bank não havia, ele passou a ser desenvolvido em razão desse tipo de instituição que faz crédito produtivo, que atualmente está sendo denominado microcrédito produtivo orientado.

É esse o conceito e tanto é assim que V. S^a repetiu que o Banco faria microfinanças e não microcrédito, distinguindo, claramente, portanto, um sistema do outro.

O Banco Grameen Bank foi criado para crédito produtivo – e a questão do artesanato está aí – e depois teve outras diversificações, que já não existem.

Não é normal nenhum banco ou empresa privada ter tal desproporção entre a despesa e a receita, mesmo no primeiro ano de financiamento. Isso não é normal; é normal, sim, que haja prejuízo no primeiro ou até no segundo ano.

Grande é a desproporção entre os números em que constam uma receita operacional – repito – de R\$700 mil e um prejuízo operacional de R\$40 milhões. Esse fato não é normal em parte nenhuma do mundo, em setor nenhum da atividade econômica.

Além disso, não é normal – sendo inteiramente desproporcional, mesmo no lançamento de uma empresa ou de um produto – um investimento em publicidade de quase R\$25 milhões contra, novamente, uma receita operacional de R\$700 mil. Em qualquer empresa privada no Brasil, nos Estados Unidos, na Conchinchina ou em qualquer outra parte do mundo, seria admitido fazer um absurdo financeiro como este. Não é proporcional. Não tem sentido fazer publicidade nesse montante para uma empresa de microcrédito, principalmente quando foca um público-alvo bastante específico e localizado. Nesse sentido, eu gostaria de ler um trecho do livro **Crédito para Pequenos Empreendimentos no Brasil**, que é bastante interessante – agradeço a quem me enviou a obra, que recebi ontem à noite. Tive a oportunidade de ler o seguinte trecho

sobre **marketing** para microcrédito, ou microempresa, ou microfinança.

“Não foram verificadas comunicação e **marketing** como algo estratégico para essas organizações. O **marketing** não existe no planejamento estratégico e não há um plano de **marketing** específico. Algumas organizações possuem contratos com empresas de publicidade que desenvolvem e implementam suas ações de **marketing**. Entretanto, a grande maioria avalia que o melhor divulgador da organização é o próprio cliente, na divulgação boca-a-boca.”

O autor do livro é o Sr. Ivan Guimarães, nosso querido e brilhante expositor desta tarde, que acabou de dizer que gastar R\$25 milhões, repito, contra R\$700 mil de receita é atividade normal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Parece aquele político que manda esquecer o que escreveu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está sendo tão rigoroso e preciso. Mas ainda estamos na parte da manhã, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não, já estamos na parte da tarde.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Falta um minuto para acabar a manhã.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Doze horas e um minuto. Já estamos na parte da tarde. Estamos começando o entardecer.

Evidentemente, em um país cujos recursos para saneamento básico, habitação, moradia, são absolutamente escassos, isto aqui é um grande desafio feito com os recursos do Banco do Brasil. Creio que é praticamente impossível, mas gostaria de saber, repito, como, com uma receita anual de R\$700 mil de receita anual, houve R\$3 milhões em um único mês, o que contradiz, inclusive, os juros de 2%, porque, se R\$40 milhões são aplicados e, em um único mês, há uma receita de R\$3 milhões, significa que esse valor, anualizado, geraria R\$40 milhões de receita. É isso? Ou seja, com R\$40 milhões aplicados, estamos trabalhando com juros de cerca de 10%, parece-me, ao mês. Então, eu gostaria de que isso fosse mais bem explicado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Dois por cento ao mês é diferente de 2% ao ano.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Concedo a palavra ao Sr. Ivan Guimarães.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu gostaria de esclarecer que a parte que o

Senador cita é uma crítica às organizações de microcrédito. A essência deste trabalho é dizer o seguinte: por que só 2% das pessoas que têm potencial para adquirir microcrédito foram atendidas no Brasil entre 1996 e 2002, se a Nação brasileira desenvolveu grandes esforços para atender a essas clientelas?

Na pesquisa que fizemos junto às organizações, descobrimos muitas coisas, inclusive que eles não faziam *marketing*. Eles consideravam o boca-a-boca mais eficiente, como está escrito aí, e não funciona. Por isso, entre 1996 e 2002, apenas 140 mil brasileiros tiveram acesso ao microcrédito produtivo, embora os investimentos da Nação brasileira tenham sido superiores ao montante emprestado.

Eu, a bem da verdade, não escrevi o livro sozinho, mas com um dos maiores especialistas em microcrédito deste planeta, Dr. Jaime Mezzera, que foi consultor-master da OIT para esse assunto. A nossa dúvida era por que o microcrédito tradicional, produtivo e orientado, estava tendo, por que não tinha escala. Identificamos vários problemas: falta de estrutura administrativa, falta de escala, custo elevado e falta de vender o seu produto. As pessoas não sabem que existe microcrédito. Esse é o sentido do livro, e se alguns dos Srs. Senadores quiserem ter acesso à peça poderíamos tentar conseguir mais alguns exemplares na OIT.

Quanto à confusão do microcrédito, vou tentar fazer uma tradução do que o Dr. Yunus escreveu.

“Acredito que as discussões sobre o microcrédito têm sido muito mal entendidas e confusas. Realmente não sabemos quem está falando o quê. Estou propondo que coloquemos marcas para vários tipos de microcréditos. Assim, poderemos identificar, no início de nossa discussão, que tipo de microcrédito estamos falando a respeito. Isto é muito importante para chegarmos a conclusões claras, formularmos políticas corretas e desenharmos instituições e metodologias apropriadas. Ao invés de somente utilizarmos o termo microcrédito, deveríamos especificar o tipo de microcrédito. Deixe-me sugerir uma extensa classificação de microcrédito: microcrédito tradicional informal, microcrédito baseado em grupos tradicionalmente informais, atividade baseada em bancos convencionais especializados, crédito rural por meio de microcrédito, microcrédito cooperativo, microcrédito baseado em parceria entre banco e ONG, microcrédito tipo Grameen ou Grameen crédito.”

Depois, ele continua dizendo no artigo o que é o Grameen crédito.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O que diferencia microfinanças de microcrédito?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O que estou tentando dizer, e talvez não esteja sendo feliz, é que a essência da experiência de Bangladesh é olhar para o cliente e perguntar: cliente, o que é que você precisa? Pobres, o que é que vocês precisam?

Um país como Bangladesh, muito pobre, onde não existe desigualdade de renda porque todos são muito pobres, existe crédito. Não há um sistema financeiro organizado. No Brasil, é diferente. Há uma tremenda desigualdade de renda. A pessoa que contrata o serviço do setor informar está muito bem inserida no mercado financeiro. É alguém que tem um cheque ou pagando uma pessoa que não tem conta em banco. Essa é a questão que temos que equacionar aqui. Por isso, estamos recolocando em outros termos, tentando entender essa realidade. O objetivo é trazer essas pessoas para dentro do mercado financeiro e acertar com elas.

Acredito que se está discutindo em microcrédito, em termos mundiais, a relação entre microfinanças e bancarização e atendimento de demandas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para a minha réplica.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, serei bastante breve até para facilitar o acesso dos demais companheiros à palavra.

Dr. Ivan, entendo que V. S^a não respondeu a todo aquele leque de perguntas. Respondeu a algumas; a outras, nem tanto; e, algumas, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Só um minuto... (*Fora do microfone – inaudível.*) A proporção não foi explicada até agora. Essa é a questão. Ter R\$700 mil de receita e ter um milhão de prejuízo é viável.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O Senador Tasso Jereissati me permite um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Tasso Jereissati, considerando o que V. Ex^a está dizendo, o que me causa mais estranheza, Sr. Presidente, com todo respeito, é que um programa criado para gerar microcrédito ou microfinança para atrair os pobres para o sistema de empréstimo recebe R\$92 milhões do Banco do Brasil – esse dinheiro é sagrado, segundo as palavras de V. S^a – e dispensa R\$24 milhões para propaganda tirados desse dinheiro? Por que não foi pago com o dinheiro da União? Tirou-se do dinheiro do

empréstimo? Que prioridade este popular está dando ao financiamento, aos pobres, se tira R\$24 milhões do dinheiro que era para emprestar aos pobres para fazer publicidade e aplica mais de R\$50 milhões do financiamento no mercado financeiro, em títulos, valores mobiliários? Onde é que está a prioridade desse Banco Popular no financiamento a pobre? É isso, Senador Tasso Jereissati, que me causa estranheza. É esse o âmago da questão que teremos que discutir aqui para ver se a qualidade administrativa do Banco Popular é boa ou não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Ainda está com a palavra o Senador Arthur Virgílio para ser brevíssimo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Serei bastante breve.

Sr. Presidente, estou formulando um requerimento de informações, basicamente repetindo as perguntas técnicas e um pouco do leque de perguntas n^o 3.

Gostaria que V. Ex.^a pudesse agora discorrer sobre os cartões corporativos, porque também sobre isso houve uma omissão, acredito que de boa-fé. Estou fazendo um requerimento de informações e requerendo um extrato dos cartões corporativos. Aliás, estou fazendo um requerimento ao Governo Federal, à chefia da Casa Civil, pedindo que torne público tudo o que é gasto relativo a todos os cartões corporativos, financiados pelo dinheiro do contribuinte, do Governo Federal.

Estou pedindo também, no requerimento de informações, um extrato do balanço do trimestre.

Mas, por agora, se V. Ex.^a pudesse dizer algo sobre os cartões corporativos, quem tem direito ao cartão corporativo, qual é o montante dos gastos, eu já lhe agradeceria muito, e esta é a minha participação final.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – (*Fora do microfone. Inaudível.*) quatro diretores do Banco têm direito a cartão corporativo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me, Dr. Ivan, acrescentar. Estou incluindo também, no requerimento de informações, um pedido de discriminação dos gastos, de destinação dos gastos com passagens e diárias do Banco Popular.

Sobre o cartão corporativo eu me satisfaria se V. S^a respondesse por agora. O mais foi meramente dizer a V. Ex.^a que reformulei, faço o requerimento de informações e, certamente, todas as informações virão mais o balanço do trimestre, que eu tenho impressão de que, a essa altura, estaria V. S^a liberado para me o passar.

Obrigado.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – São quatro cartões corporativos, que seguem as normas do Banco do Brasil no que diz respeito à verba, de acordo com a posição hierárquica que o funcionário tem na empresa. São cartões para verba de relacionamento, basicamente para pagar refeições, encontros, com outros parceiros comerciais.

O Banco Popular do Brasil tem hoje 81 funcionários, todos eles, fora o Presidente, funcionários de carreira do Banco do Brasil, e o nosso escritório é em Brasília. Então nós nos deslocamos para todo o País, o tempo todo.

A questão que está sendo colocada é se 20 milhões é pouco ou é muito em relação ao crédito concedido. O que estou tentando, estou conseguindo, acredito, deixar claro é que o Banco Popular do Brasil está com 8 meses de existência. Ele está crescendo, ele está nascendo, e os números mudam muito rápido. Com os mesmos 23 milhões, tenho 40 milhões de crédito, e, até o final do ano, vamos ter mais de 200 milhões na carteira de crédito, mantidas as projeções atuais. Isso é pouco ou é muito?

Todos esses fatores são ponderados num documento chamado Plano de Negócios. Antes de começarmos a empresa, analisamos todos os números, todas as variáveis, e tomamos decisões de investimento: o que é importante, o que vai ser feito e o quais os resultados que serão seguidos. Esse plano é discutido por uma equipe, parte na área de mercado de capitais do Banco do Brasil, que é uma área independente, que faz análise, parte na área de financiamentos, e depois retorna ao Conselho de Administração do Banco do Brasil, que o aprova ou não.

Todas essas decisões foram votadas dentro do banco em órgãos colegiados. Não existe, dentro do Banco do Brasil, decisão individual, apenas decisões colegiadas. E se chegou à conclusão de que era o melhor modelo de negócios para o Banco Popular. Repito: o que nós conseguimos, com nosso investimento em **marketing**, foi um milhão de clientes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Continuando a lista de oradores inscritos, com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais.

Logo após, Senadora Ideli Salvatti, Senador Mão Santa, Senadores César Borges, Romeu Tuma, Garibaldi Alves Filho, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Lúcia Vânia, Senador Agripino Maia, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem. Eu gostaria de falar na frente da Senadora Ideli, porque ela já usou a palavra aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu usei da palavra pela ordem tanto quanto outros Senadores aqui usaram. Portanto, eu não admito, eu não aceito esse tipo de observação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ninguém perguntou se a senhora aceita não. Falei com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ivan Guimarães, quero dizer que uma das características do Governo Lula é, sem dúvida nenhuma, a pretensão de achar que a história do Brasil começou ontem, começou hoje.

Em vários momentos verificamos isso. Quando temos um recorde de exportações, parece que isso começou ontem, que não foi um trabalho de longos e longos anos de preparação do Brasil.

Nessa questão também é a mesma coisa. A idéia de um banco do povo é perfeita, não tenho dúvida nenhuma. O banco do povo já existe há muitos anos no Brasil. Ora é a prefeitura que organiza, ora é o Estado, ora é uma organização não-governamental. Quando governei Minas, 7 ou 8 anos atrás, tínhamos lá o banco do povo, com a Prefeitura de Ipatinga, que era do PT, outra hora com Uberaba, que era do PFL. Então, quanto a essa questão de banco do povo, somos todos favoráveis. Agora, não dá para o Governo ficar com essa propaganda ufanista, exagerada, como se essa fosse a solução milagrosa que se descobriu agora e que o Governo que está trazendo.

E aí entro na questão do Banco Postal. V. Ex^a não é do Banco Postal, evidentemente, mas faz parte do Governo. Minha pergunta é esta: o Governo abandonou o Banco Postal? Porque o Banco Postal tem os mesmos objetivos: a presença em cidades pequenas do Brasil, a capacidade do pequeno produtor ter sua conta bancária, ter empréstimo. É a mesma coisa. Então, a pergunta é esta: Acabou o Banco Postal? O Governo abandonou a idéia?

Do ponto de vista regional, pude ver pelos seus gráficos, que Minas Gerais, o Estado que represento, apesar de ser o segundo em população no Brasil, 18 milhões de habitantes, é o 17º em valor contratado. Qual é a explicação para isso? Porque nosso Estado também tem áreas muito pobres, como as regiões do Jequitinhonha.

A terceira pergunta: quais são os critérios para esses correspondentes bancários? Aí reside um pé atrás, eu diria assim, da Oposição. Quais são esses critérios?

Agora, quanto à propaganda, essa questão já foi colocada aqui. Ela é ufanista, exagerada, não precisa tanto. Hoje, de manhã cedo, em Belo Horizonte, vi em um ônibus que estava à minha frente, a propaganda do Banco Popular do Brasil. Não é preciso tanto. O importante é termos resultados, eficácia, gestão, para a população. Propaganda é importante, mas não pode ser exagerada. Nesse caso, ela está sendo exagerada e configura um certo desperdício.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Pela ordem, o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– V. Ex^a não me citou, mas fui um dos primeiros a se inscrever. Creio que V. Ex^a fez confusão, quando era para uma questão de ordem, que eu não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Incluí V. Ex^a no lugar do Senador Romeu Tuma. Mas, se V. Ex^a quiser usar a palavra pela ordem, eu a concedo.

V. Ex^a ainda tem alguma coisa a acrescentar, Senador Eduardo Azeredo? (Pausa.)

Combinamos que seria de dois a dois. Então, foi o Senador Eduardo Azeredo. O próximo inscrito é a Senadora Ideli Salvatti, que faz permuta com o Senador Aloizio Mercadante.

Senador Aloizio Mercadante, peço que V. Ex^a respeite o tempo regulamentar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Fui bem rápido, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu o farei com o mesmo rigor dos antecessores. Você é sempre disciplinado. Eu gostaria de ter essa competência, mas é mais difícil.

Eu queria basicamente chamar a atenção, porque acho que o País, para crescer de forma sustentável e principalmente promover a inclusão social, criar um mercado de consumo de massas, precisa enfrentar o desafio de dar um choque de crédito. Esse choque de crédito começa, por exemplo, evidentemente por uma queda sustentável e consistente da taxa básica de juros, porque continuamos com os juros extremamente elevados. Há um esforço nessa direção, mas depende de uma série de condições macroeconômicas.

Em segundo lugar, o choque de crédito passou para os assalariados pelo crédito consignado em folha, que reduziu de tal forma o **spread** que foram colocados na economia, nesse último período, cerca de R\$12 bilhões com uma taxa de inadimplência muito baixa, alavancando, portanto, o mercado de consumo e os

negócios na população assalariada. E agora esse programa vai ser, de forma celerada, introduzido no sistema de aposentados e pensionistas, que são 22,5 milhões, que vão passar a ter o direito do crédito consignado em folha. Já aprovamos a lei, inclusive fui Relator daquela matéria, mas os bancos atrasaram, por uma série de problemas regulatórios, esse mecanismo.

Estamos trabalhando num País em que a economia informal é muito grande. Portanto, estamos trabalhando com uma população da ordem de 30 milhões de pessoas que têm renda e não têm acesso à rede bancária.

Qual é o desafio? E coloca muito bem o Senador Eduardo Azeredo. O desafio do País para enfrentar essa questão não começou hoje. Alguns Governos de Estado fizeram isso, alguns bancos regionais fizeram isso, o BNDES buscou caminhar nessa direção. Porque outros países resolveram essa questão de forma muito mais eficiente e muito mais ampla e, portanto, promoveram a inclusão social da população no crédito já há algum tempo. Bangladesh é uma experiência, África do Sul também. E, na América Latina, vários países têm um sistema de microcrédito muito eficiente. Então, o Brasil está atrasado nessa matéria.

O Governo anterior fez um estudo detalhado, ainda que eu ache muito caro, porque foram solicitados US\$5 milhões ao BID para fazer uma consultoria internacional em relação ao programa de microfinança do BNDES. Acredito que nem tenha sido gasto todo esse dinheiro para a consultoria, porque US\$5 milhões, imaginem, é impossível gastar numa consultoria para montar um sistema de microcrédito.

Eu faria um requerimento ao BNDES pedindo as informações sobre as suas próprias experiências, porque foi um estudo muito bem feito, mas a experiência efetiva do BNDES, feita com 25 ONGs, só atingiu 60 mil pessoas. A base social atingida pelo mecanismo de microcrédito do BNDES era muito pequena: 25 ONGs, 60 mil pessoas e 9% de inadimplência.

Concordo com o Senador Tasso Jereissati que a prioridade do microcrédito é buscar alavancar o investimento, é buscar viabilizar a economia de subsistência, para que as famílias possam gerar renda, mas não é a única dimensão da microfinança. Penso que essa é a dimensão mais importante e o maior desafio.

O Banco Nacional do Nordeste também criou um programa que atingiu cerca de 60 mil pessoas, utilizando o mecanismo do agente social de crédito. O problema que apareceu é que o agente social de crédito, depois de exatamente buscar identificar pequenos projetos para investimento, acabou entrando com ações trabalhistas contra o banco e criando um passivo trabalhista monumental, que prejudicou sensi-

velmente o programa. A modalidade do agente social de crédito ou o trabalho com as ONGs é um caminho de êxito internacional. Houve duas experiências que precisam ser analisadas, e as duas têm a sua contribuição a dar, mas trouxeram problemas na construção de uma estratégia.

À medida provisória – penso que seguramente chegaremos a um acordo – foram apresentadas algumas emendas muito oportunas que foram incorporadas ao relatório, aprimorando esse mecanismo de utilização de Oscips e de ONGs para criar uma rede de crédito voltada sobretudo para alavancar o investimento da pequena economia doméstica, da pequena economia de subsistência, especialmente da pequena economia urbana, porque o Pronaf resolve o caso da agricultura, que tem o financiamento para pequeno investimento. Mas a economia urbana não o tem. A medida provisória busca ampliação.

Qual é a estratégia do BNB? Associo-me àqueles que vêem com preocupação o desempenho do Banco do Brasil. No governo anterior, houve uma tentativa de montar uma rede nova de crédito pelo Banco do Brasil junto com o Deutsche Bank, chamado MaxBlue. A idéia era atingir a classe média. O Deutsche Bank ia montar uma rede de lojas para atender a classe média, com um produto novo, de luxo. O Banco do Brasil entrou com investimento e micou com um prejuízo de R\$200 milhões, num projeto que tinha como meta atingir a classe média, o que acho absolutamente secundário do ponto de vista de acesso à rede bancária. Temos uma rede bancária diversificada, informatizada, das mais eficientes da economia internacional. O grande desafio é montar uma rede popular.

O que estamos discutindo aqui? Em oito meses, 1,35 milhão de pessoas passaram a ter acesso a uma rede cujo custo de manutenção é muito baixo, porque são só 81 funcionários. Estão usando os pontos de venda e tentando ampliar a “bancalização” dessa população: uma conta bancária, um pequeno empréstimo. A média de empréstimo é muito baixa, são R\$62. É baixo o volume de crédito porque a pessoa vai ampliando o acesso ao crédito a partir da adimplência. À medida que ela paga aquele empréstimo, vai tendo acesso a um volume de crédito maior.

A idéia do Banco Popular do Brasil é diversificar os produtos. Não se trata apenas de conta bancária, de pagamento de contas, que é uma prestação de serviço a uma população que não tem esse direito, que não tem acesso a banco, que nunca teve acesso a banco. Um milhão e trezentas e cinquenta mil pessoas está tendo a chance de melhorar o meio de pagamento por meio da rede de pequenas lojas e serviços que existem na periferia das cidades.

O volume de negócios é pequeno, mas o plano de negócio está sendo cumprido conforme o previsto. Quanto à propaganda – é evidente que não se pode manter esse ritmo –, houve o lançamento inicial do produto, para que a população soubesse, identificasse a loja, se mobilizasse, soubesse dos seus direitos, das suas possibilidades, e tivesse acesso a esses serviços, que é o sentido fundamental da propaganda no início do negócio. Todo consumo popular deve ter propaganda para se viabilizar. Essa é a dimensão fundamental da propaganda.

De fato, estamos acelerando. Vejam que os dados do trimestre anterior falavam de R\$700 mil/mês; já estamos chegando a uma estimativa de R\$3 milhões/mês. Estamos ampliando a base de crédito. Se, de fato, chegarmos ao final do ano com R\$200 milhões de volume de crédito, o programa passa a ser significativo. Por que o programa é viável? Primeiro, porque a estrutura é muito barata: 81 funcionários de carreira. Segundo, porque a estrutura de prestadores de serviço não é própria do Banco. E o Banco do Brasil aprendeu com o Max Blue, que montou uma estrutura própria e teve que demitir todos os funcionários. Não, o BB utilizou a rede comercial do País. As pessoas conhecerem o serviço, cadastrarem-se e tornarem-se clientes é o grande desafio. Daí o sentido lógico dessa experiência.

As críticas têm que ser bem recebidas. Nós não temos certeza do que estamos fazendo porque o Brasil está muito atrasado nessa matéria. Ganhamos tempo com as experiências internacionais, tentando dar um salto de qualidade em relação ao que foi feito. Aprendemos com o Governo anterior, que atingiu 60 mil pessoas em duas experiências. Portanto, não resolve o desafio de 30 milhões de pessoas, que, de alguma forma, tentamos atingir e proporcionar melhoria de vida, acesso ao crédito e as atividades.

Poderíamos aqui realizar uma audiência crítica, sim, mas buscando construir esse caminho, com sugestões políticas e aperfeiçoamento do que está sendo feito, o que é socialmente relevante. Dessa forma, os erros e acertos, ajudam a corrigir os erros ao longo dessa experiência.

Parabenizo o Sr. Ivan Guimarães pela eficiência da exposição. Ele foi meu aluno de Economia, na PUC, o que me honra muito. Desde aquela época, S. S^a mostrava interesse nessa área e se desenvolveu no estudo do trabalho e do microcrédito, de OIT. Então, ele está de parabéns pelo êxito na carreira profissional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. Logo após o Senador Mão Santa, o Senador César Borges.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, fui citado pelo Senador Aloizio Mercadante.

Senador Mão Santa, somente 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador Mão Santa, tenha paciência mais uns 30 segundo, por favor.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É apenas para esclarecer que a estrutura não é barata. Em despesas administrativas, R\$43 milhões, de novo, contra uma receita de R\$700 mil, mais R\$6,4 milhões com pessoal. Portanto, não é uma estrutura barata, porque, segundo foi explicado, pagam-se 0,5% para quem tem a conta etc.

Segundo ponto: essas pessoas não foram necessariamente incluídas em banco porque elas já podem estar na rede postal do Bradesco, que trabalha com isso, ou em qualquer outro banco. A Caixa Econômica já faz esse papel.

De acordo com o que foi exposto, se estamos aprendendo, vamos iniciar a experiência com um pequeno valor, como o das receitas: R\$1 milhão em publicidade, R\$1 milhão de receita; com menos R\$100 milhões, num País que precisa tanto de dinheiro, desperdiçar não tem o menor sentido. Se quisermos aprender, vamos aprender devagar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só um minuto. Só para fazer ponderações ao Senador Tasso Jereissati.

No custo administrativo, além de incluir toda aquela propaganda necessária na fase inicial do processo, há um investimento no equipamento que está ali. Está incluído... Os custos administrativos incluem aquela máquina ali. Qual é a importância da máquina? É ela que faz o ponto de venda. Então, se tem uma despesa inicial, mas à medida que se aumenta o volume...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não, não. O Senador Eduardo Suplicy foi meu professor e ensinou que investimento não é custo, é despesa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Nos custos administrativos, está incluído a máquina que está ali na mesa. Por meio dela, se dá todo o processo de bancarização. A pessoa vai pagar as prestações, depois terá um cartão de crédito e acesso a novos produtos bancários. Assim, o Banco do Brasil não tem custo com folha de pagamento, com luz, com nenhum outro serviço que não a informatização.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Por isso, Sr. Presidente, quero apenas ponderar o seguinte: essa é uma estratégia muito interessante a ser explorada. Temos o desafio de chegar a 30 milhões de pessoas. Se mantivermos o ritmo, seguramente, vamos cumprir o plano de negócios do banco e chegar ao final do ano com R\$200 milhões sendo movimentados nessa estrutura, o que viabilizaria economicamente o processo, já neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Obrigado, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agora, é incrível que possamos jogar pela janela R\$200 milhões do Banco do Brasil para dizer que vai atingir a classe média, mas não possamos fazer um investimento para 30 milhões de pessoas que nunca tiveram direito à conta bancária neste País.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra, o Senador Mão Santa.

O SR. (Orador não identificado) – *(Interferências fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu não entendo por que...

O SR. (Orador não identificado) – *(Interferências fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador Aloizio Mercadante, vou ter de cortar o som de V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – *(Interferências fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – É demagogia, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – *(Interferências fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Por que o rigor?

O SR. (Orador não identificado) – *(Interferências fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Assim, não há condições.

O SR. (Orador não identificado) – *(Interferências fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está me interrompendo. Deixe-me concluir, Senador Tasso Jereissati. Depois V. Ex^a fala.

O SR. (Orador não identificado) – *(Interferências fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Banco do Brasil – vou entregar o documento para V. Ex^a ler – produziu...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O Banco do Brasil está jogando R\$160 milhões fora agora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– O Max Blue produziu...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O

Banco do Brasil fez uma porção de bobagens a vida inteira.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Exatamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Então

não vamos repetir bobagens piores agora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Por isso é que não está repetindo

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, deixe-me apenas concluir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Mas não temos condições.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Mas S. Ex^a interferiu.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu

interferi, quando V. Ex^a não estava com a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – (Interferências fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pronto, agora

sou eu. Agora quem vai falar é o Piauí. Nem São Paulo, nem Ceará, é o Piauí.

O SR. (Orador não identificado) – (Interferências fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente,

Senador Luiz Otávio, Sr. Ivan Guimarães, essas aulas do nosso professor Senador Aloizio Mercadante... Não se desestimele, não, porque Leonardo da Vinci disse: “Mau discípulo é o que não suplanta o mestre.” V. Ex^a ainda pode ser ainda um bom discípulo.

O SR. (Orador não identificado) – (Interferências fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Começou

V. Ex^a quando citou o Professor Yunus. Agora, quero dividir minha experiência com o Presidente da República, que não foi nem Prefeitinho, como eu, nem Governador de Estado, nem como Senador Aloizio Mercadante, que já, já vai ser Governador de São Paulo, mas ainda não o foi.

O SR. (Orador não identificado) – (Interferências fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então vamos

ver. Quero dividir minha experiência. Já li, umas três vezes, o livro do professor Yunus. Já assisti umas seis vezes. Eu fiz um banco do povo. Funciona. O Presidente Lula não foi nem Prefeitinho, nem Governador.

Ninguém melhor que o professor Senador Tasso Jereissati para dizer a história dele e o professor Senador Aloizio Mercadante, que disse duas verdades aqui. A primeira é que ele está muito atrasado, atrasado demais. A segunda é que os juros estão altos. Entendo que ao Banco do Brasil compete ser um modelo para baixar os juros que são cinco, dez, vinte vezes mais que os do mundo todo; compete frear os privados. Os privados não vão ser freados, a não ser por uma instituição federal. Então isso pode ser resolvido. Eu resolvi. Já tinha isso. Tinha um Banco do Nordeste, com o CrediAmigo, que agradeço ao Senador Tasso Jereissati, que lá orientou Byron Queiroz. Tivemos no Piauí abundância do CrediAmigo, que dava de chinelos no Banco do Brasil e nos outros. Agradecemos ao Banco do Nordeste.

Agora, eu queria dizer o seguinte: e a propaganda? Presidente Lula, atentai.

Somos úteis. O PT erra. Fui tirado da Comissão de Assuntos Econômicos porque eu falei uma verdade. Eu discuti isso com o Senador Eduardo Suplicy. Eu disse que a Marta Suplicy estava errada. Eu disse, porque fui Governador e me exigiu uma relação de dois para um, a receita e a dívida. A relação da cidade de São Paulo é de cinco para um, seis para um. Passaram com o trator e me tiraram daqui. Estou como suplente, embora com mais preparo que muitos titulares.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas é titular eterno.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é.

Eu denunciei que aquilo estava errado. Ela está nas barras dos tribunais.

Outro: isso aqui foi discutido. Eu discuti com o Senador Eduardo Suplicy. Trouxe o livro, li três vezes. Como se estuda, eu fiz.

Agora, quanto à propaganda, eu queria dar um quadro que vale por dez mil palavras. Presidente Lula, aprenda. Ali, viu-se que o núcleo é duro. V. Ex^a, Ivan Guimarães, tem um núcleo mais arejado. Estudou Muhammad Yunus – e olha que lá ninguém lê. Outro dia, disse que mandou uma correspondência para dizer qual o livro que estão lendo lá: nenhum!

Então, V. Ex^a foi buscar isso na origem, o que é uma experiência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte? Não levarei mais que dez segundos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero dizer o seguinte, Senador Tasso Jereissati, 25 bilhões? Com US\$10 bilhões, o Presidente da República terminaria, um modelo reduzido, o porto Luiz Correa, no Piauí, porque é dinheiro público. Então, foi gasto irresponsavelmente.

O Piauí, que deu vitória ao PT, agradecerá; nós agradeceríamos. Foi mal gasto o dinheiro.

Eu gostaria de dizer que o Professor Muhammad Yunus fez um modelo exitoso. Já adverti no começo – o Senador Eduardo Suplicy está aí –, como adverti a baboseira que a Martha Suplicy fez com aquele (*inaudível*.)

Bill Clinton – estou lendo um livro dele **A Minha Vida** – tinha um programa de pobreza. Hilary Clinton soube da existência do Professor Yunus e o chamou. Em pouco tempo, ele teve uma audiência com Bill Clinton. Ele não ia fomentar porque é a cidade dos bancos, mas mandou que seus auxiliares adotassem esse modelo.

Então, se faz isso é com serviço social.

Com serviço social, eu fiz. Mário Covas, junto com Walter Barelli, discutiu conosco a nossa experiência. Então, eu queria dizer o seguinte: sabe como se faz a propaganda? Como o Senador Tasso Jereissati disse: são R\$300 e um carro de pipoca. Eu ainda usei o exemplo. É como o Professor Yunus diz: quanto ele lucra por dia? Dez... Então, se tira dez em trinta meses.

E a inadimplência é zero porque o pobre é honrado. O pobre é decente. O pobre tem medo. Digo, baseado em minha experiência como médico de Santa Casa, que cansei de operar pelo Funrural, que não era pago.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Senador Mão Santa, eu gostaria de um aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Também pedi um aparte, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um instante. Eu queria dizer que isso foi seguido. Isso poderia ser diluído para os Estados fazerem e o Banco do Brasil cumprir sua missão de fomentar riquezas e frear esses juros que estão estrangulando todo progresso.

Os nossos aplausos por V. Ex^a haver citado o Professor Muhammad Yunus.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, Dr. Ivan, vejo que esta reunião tão acalorada e, na verdade, tão produtiva, mostra, primeiro, que o tema é relevante e, segundo, que não há maturidade para deliberarmos sobre a matéria hoje.

Trago aqui o exemplo muito claro, ainda há pouco aventado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães: o Governo não consegue fazer uma reforma ministerial. Acaba de anunciar – e a reforma foi de duas pessoas – que desiste da reforma ampla e nomeia o nosso colega Senador Romero Jucá para a Previdência e o excelente Deputado Paulo Bernardo para o Ministério do Planejamento. Há pressão daqui, pressão dali, ou seja, mesmo em se tratando de algo que depende de

mera decisão do Presidente, ele não consegue deliberar sobre isso. Imagine nós – há tantas posições divergentes – a começar por algo que é essencial: aqui se falava do Professor Yunus. Aqui temos um texto dele, publicado no **Valor Econômico**, de 28 de fevereiro de 2005.

Palavras do Professor Yunus: “O microcrédito deve ser oferecido para a criação de microempresa e para a geração de renda” – ele é textual e taxativo – “e não para consumo”.

Discutiu-se tanto o tema, e aqui está o Professor Muhammad Yunus pontificando sobre o tema de maneira categórica, Líder Aloizio Mercadante. Passo a V. Ex^a a entrevista publicada no jornal **Valor Econômico**.

De qualquer maneira, não é fácil deliberar sobre microcrédito porque algo que dependeria da decisão e da caneta ministerial ele não consegue fazer. Paralisa-se porque o Deputado Severino Cavalcanti quer um Ministério com porteiros fechadas, paralisa-se porque outro não quer admitir a demissão de certo Ministro, ou seja, é um quadro de mazorca que se está instalando no País.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ficou mais ou menos provada a fraqueza dos Senadores Renan Calheiros e José Sarney e a força do Deputado Michel Temer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É verdade. Agradeço a V. Ex^a, Sr Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero concluir. Senador Tasso Jereissati, sabe como eu resolvi a propaganda? Foi tão eficiente que estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador Mão Santa, por favor. Os próximos inscritos são os Senadores César Borges e Rodolpho Tourinho.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pedi um aparte ao Senador Mão Santa.

V. Ex^a abordou um tema interessante, Senador Mão Santa, gostaria de reforçá-lo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não posso ceder. S. Ex^a pode ser Ministro de hoje para amanhã. Pode falar.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – V. Ex^a abordou um tema, um ponto, que é interessantíssimo que o Brasil conheça. V. Ex^a disse que o pobre é honesto. Realmente! Estive pessoalmente em Bangladesh com Muhammad Yunus. Conversamos por mais de uma hora sobre essa iniciativa, quando eu era Governador de Goiás. S. Ex^a disse-me que a inadimplência era quase zero. O Banco já havia crescido bastante. Portanto, é importante acreditarmos e confiarmos nos pobres e fazermos com que tenham oportunidades na vida. Estamos atrasadíssimos e precisamos amadurecer nessa matéria. A iniciativa é

elogiosa, importantíssima, e devemos consolidá-la. O pobre é honesto, paga, e precisa de uma oportunidade. Quem dá calote neste País são os milionários, os banqueiros, aqueles que muitas vezes têm mil oportunidades. Precisamos dar oportunidade aos pobres. Este é um programa para tal.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E a publicidade era feita. No próprio palácio, esses instrumentos que eram exigidos pela população que queria trabalhar transformavam-no quase que em um lojão. Eles mesmos saíam divulgando o benefício.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Finalmente, temos a palavra depois dessa discussão acalorada. Pediria a atenção do Sr. Ivan Guimarães.

Na verdade, estamos travando essa discussão no âmbito da Medida Provisória nº 226, que vem implantar um programa de microcrédito, o PNMPO. O Sr. Ivan Guimarães deve saber que a criação do Banco Popular do Brasil deu-se por meio da Medida Provisória nº 121, que tramitou nesta Casa no ano de 2003. Efetivamente, estabeleceu-se uma confusão de conceitos: entre o que é microfinança, que é o termo mais utilizado na medida provisória pelo próprio Banco Popular do Brasil, e o que é microcrédito.

Peço a atenção do Senador Aloizio Mercadante. S. Ex^a, na oportunidade da discussão da Medida Provisória nº 121, tinha a concepção de que o Banco Popular do Brasil concederia microcrédito. É o microcrédito que agora foi criado pelo Governo por meio da Medida Provisória nº 226, no sentido de que seja o microcrédito produtivo, orientado, como está escrito aqui na medida provisória.

No entanto, quando foi criado, presumia-se que o Banco Popular do Brasil seria o espelho do Grameen Bank. O Senador, naquela época, disse textualmente que o Governo estava inspirado na experiência de Bangladesh, do Banco do Povo, que foi extremamente exitosa e muito discutida internacionalmente. Ainda disse: “Ampliaremos essa perspectiva”.

Essa foi sua posição. Isso, na verdade, não aconteceu. O Banco Popular do Brasil não é uma experiência como a do Grameen Bank e nem veio para fazer a aplicação dos recursos do microcrédito produtivo orientado. Tanto que o Governo edita nova medida provisória – conforme seu costume equivocado – para criar agora o PNMPO, que está em discussão. Muito bem, parece-me que é para vir com o microcrédito produtivo.

É uma pergunta que farei inicialmente: será que essa medida provisória que vamos votar agora é efetiva ou daqui a um ano será necessária uma nova medida provisória para criar novamente o microcrédito produtivo?

Como foi criado, o Banco Popular – e V. Ex^a disse que não é para o microcrédito produtivo orientado – é para o crédito ao consumidor, como se mostrou na prática.

Então, a primeira posição e a primeira pergunta é exatamente em relação a isso.

A segunda é em relação a quantos milhões o Banco Popular teria aplicado em títulos públicos. Estariam aplicados em títulos, ou seja, estaria comprando títulos públicos e deixando de fazer o crédito, seja ao consumidor, seja para qualquer finalidade não produtiva? Quantos milhões o Banco Popular tem aplicado, efetivamente, em créditos?

Em agosto de 2004, a **Folha de S. Paulo** dizia que o Banco Popular do Brasil, que é uma subsidiária do Banco do Brasil, detinha um terço do microcrédito, mas não tinha atingido o mínimo que estava lá. Ou seja, não atinge a exigência mínima. Pergunto a V. S^a se o Banco do Brasil, com os 2% de compulsório que tem, já permite ao Banco Popular do Brasil atingir a meta, ou seja, se já consegue aplicar todos os recursos do Banco do Brasil, ou se esses recursos continuam lá no compulsório, sem utilização alguma, mostrando uma ineficiência, portanto, do que seria o Banco Popular do Brasil. Isso também, infelizmente, pelo que também noticia a **Folha**, em agosto de 2004, aconteceria com os outros bancos do sistema financeiro brasileiro, que deixam de emprestar 80% do dinheiro reservado para o microcrédito, que aqui é chamado de microcrédito, e não microfinança, mostrando que a política não estaria sendo atendida.

Por fim, mais uma pergunta que faço é em relação às estatísticas mostradas pelo Dr. Guimarães. No item “Pontos por Estado”, vou só comparar com a Bahia, o Estado de São Paulo lidera disparado, com 1.200 pontos, contra pouco mais de 200 da Bahia. Ou seja, vinte por cento, se muito! Em “Cidades atendidas por Estado”, São Paulo também está disparado, chegando a 320 cidades, contra 80 cidades no caso da Bahia. Estranhamente, quando se vai para o valor contratado, a Bahia desponta em primeiro lugar. Então, fiquei um pouco admirado com essa contradição de dados e pediria uma explicação a V. S^a.

Para encerrar, efetivamente, creio que, num País como o nosso, Sr. Presidente, V. Ex^a há de convir que gastar R\$23 milhões em propaganda é muito. Por isso é que todos os Srs. Senadores aqui ficaram extasiados com esse número. Hoje, assistimos a um governo muito

mais de mídia, de propaganda, do que de resultados efetivos. Então, R\$23 milhões para apenas R\$20 milhões emprestados causa espécie aqui nesta Casa.

Da mesma forma, hoje, ao abriremos qualquer literatura, qualquer revista semanal, ou revista distribuída a bordo dos aviões brasileiros, só há propaganda pública do Governo Federal. É propaganda do Banco do Brasil, por meio dele e de suas subsidiárias, da Petrobras e BR distribuidora, da Infraero. E o que vende a Infraero? Vende propaganda governamental, nada mais do que isso, porque a Infraero é monopólio, não precisava vender absolutamente nada nem gastar tantos recursos que são públicos e, por isso, são sagrados.

Então, também quero aqui me associar aos demais Senadores e dizer que consideramos um exagero R\$23 milhões aplicados em propaganda.

E pergunto se V. S^a poderia dizer quanto vai aplicar, este ano, em propaganda. Porque, pelo que entendi, a propaganda já estaria feita, que seria a inicial, de lançamento do Banco. No ano de 2005, esse valor iria diminuir. Tem V. S^a o valor que pretende o Banco Popular do Brasil aplicar em propaganda para o exercício de 2005?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Por favor, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Fui citado duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Todos os Senadores aqui querem falar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sei, mas fui citado duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O Senador Eduardo Azeredo quer resposta, o Senador Rodolpho Tourinho quer falar. Fica difícil.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Perfeito. Quero ser muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A questão de ordem responderei depois.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, não é questão de ordem. O Regimento me faculta o direito à palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, o Regimento faculta duas pessoas falarem para...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho para encerrar este bloco.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, só gostaria de insistir por ter sido citado...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Garanto a oportunidade de V. Ex^a poder falar.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente,...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– O requerimento me faculta o direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Eu concederei a palavra a V. Ex^a após o pronunciamento do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente...

(Superposição de intervenção dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, não dá para falar com esse barulho todo. Se não precisar, também eu não falo, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Eu estou fazendo todo o esforço para garantir a palavra a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu me referi aos números citados pelo Senador Tasso Jereissati, até para dizer que, em uma análise um pouco mais profunda, os números são muito piores do que os citados por V. Ex^a.

Em primeiro lugar, nesta análise das despesas incorridas pelo banco, V. Ex^a teria – que não está especificado exatamente o que é – de acrescentar 8.487 milhões de serviços de terceiros. Não se sabe exatamente o que é isso.

Acrescentam-se mais 2,5 milhões de despesas de comunicação que podem também estar acrescentado a essa verba de propaganda e publicidade. E ainda se tem cerca de 6 milhões de despesas que foram diferidas, ou seja, elas foram incorridas, no exercício passado, mas não foram contabilizadas como despesas. Então, não sabemos a natureza. Ou seja, somente esta análise não permite ter-se um quadro completo, apenas sabe-se que é pior. Essa é a primeira conclusão, Tasso.

A segunda é que, quando se fala nessa base de clientes, eu quero duvidar dessa base de clientes porque se a média de empréstimo é de R\$63, o senhor poderia confirmar isso, e se se tomar uma base média de um milhão de clientes, ter-se-ia que ter um ativo de 60 milhões, e não de 20 milhões.

Então, a rigor, ter-se-ia R\$20 por empréstimo. O que significa que esses outros quarenta estão sendo tomados, sim, para pagamento de água, de luz, de outras coisas, que estão citadas aqui no projeto, tais como: crédito de recebimento de tributos; recebimentos de conta de água, luz e telefone; recebimento de

boleto bancário; pagamento de beneficiário de INSS; declaração anual de isento. E não me parece que deve ser o objetivo maior de um empreendimento como esse de microcrédito, ou microfinança, para mim, não faz muita diferença.

Então, outro ponto também ainda em relação à crítica a esses números que aqui estão colocados é que, se for verificar na exposição de balanço, estaríamos tendo aí, no fim do ano, um índice de inadimplência, de zero dia em diante, de 42%, que é alto em qualquer lugar do mundo.

O que me parece que está por trás de tudo isso? Parece-me que fomos buscar um modelo, lamentavelmente não discutido no Congresso, porque veio por meio de medida provisória – que tramitou aqui talvez por menos de três meses e virou lei, como sempre acontece aqui –, e saímos completamente fora daquele modelo tradicional, o Grameen Bank. Hoje, uma das quatro maiores instituições que trabalham nessa área detém, digamos, 90% do mercado. E não temos nada disso. Temos uma idéia, mas a concepção do microcrédito é completamente diferente. Estaríamos falando aí nestas quatro instituições que têm cerca de US\$800 milhões de empréstimos e buscam, essencialmente, por meio do crédito do microcrédito gerar alguma coisa produtiva.

E nesse ponto saímos completamente fora disso porque saímos instalando no Banco do Brasil uma carteira de microcrédito quando, no meu entendimento, até na opinião do próprio Yunus, até citada nesta última entrevista que foi dada aí, isso não é lugar para banco. Isso é uma coisa diferente, tanto que 93% do Grameen Bank é possuído pelos tomadores de recursos e apenas 7% pelo Governo; quer dizer, estamos montando algo inteiramente na contramão do mercado. Se for assim, creio que continuaremos a gerar esse tipo de problema e não vamos atingir os objetivos que queremos.

A experiência do mundo é a atuação direta na comunidade, da comunidade para fora, e não de fora para a comunidade. Só essa afirmação justificaria a não-existência de 24 milhões de aplicações em publicidade ou propaganda, porque a coisa tem que nascer de dentro da comunidade, com avais solidários ou não, com participação solidária e empréstimos individuais, mas sempre de dentro para fora. Não adianta querer usar a estrutura do Banco do Brasil para trabalhar de fora para dentro, com todos os problemas que ela tem. Não que seja ruim, mas o funcionário foi direcionado, treinado, concursado para trabalho completamente diferente.

A minha crítica é essa. Penso que estamos no caminho errado, que ainda é o momento de se rediscutir isso e de se buscar a forma correta de estabelecer o

microcrédito, que é algo absolutamente essencial para um país pobre. Hoje já existem grandes experiências, inclusive no Canadá e nos Estados Unidos. Imaginem no Brasil! Não estamos falando só de Bangladesh e do Brasil.

Este é o momento de rever. Esses números, da forma como foram apresentados e da forma como eu interpretei, não de forma pessoal, mas de forma matemática, é muito pior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante. Logo após, passaremos às respostas do Dr. Ivan Guimarães, Presidente do Banco Popular.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, o Regimento me faculta essa possibilidade. Fui interrompido ao longo da audiência, quando eu estava falando, e fez parte do debate uma certa flexibilidade da Mesa. Por isso não entendi qual era a objeção.

Em relação ao Grameen Bank, queria ler duas outras partes da entrevista do Yunus, publicada no mesmo jornal, O Valor.

Primeiro, ele pergunta sobre o microcrédito e diz que o Presidente Lula é uma pessoa muito séria no combate à pobreza, à injustiça e tem sido... Pergunta assim: “Você teve acesso ao programa brasileiro?” “Sim. O Presidente Lula é uma pessoa muito séria no combate à pobreza e à injustiça e tem sido um grande advogado do microcrédito como instrumento para ajudar aos pobres brasileiros. A maioria das instituições de microcrédito começam como uma organização sem fins lucrativos com compromisso de mudança social.”

Depois ele diz o seguinte: “A partir de determinado momento, nessa etapa, é importante transformar-se numa instituição financeira que possa mobilizar poupança e investimento, além de ter acesso a fundos de mercado de capitais. Mesmo assim defendendo que elas devam ser bancos de microfinanciamento, criadas por lei especial. Seriam fundamentalmente diferentes dos bancos convencionais”.

Então a tese dele é no sentido de que é preciso criar uma estrutura própria para operar esse mundo das microfinanças. Concorro plenamente. O Senador Tourinho por sinal tem uma vasta experiência bancária. É evidente que esse esforço vai contra a lógica do mercado, porque o mercado no Brasil nunca deu direito ao pobre de ter acesso a banco. Não chega no gerente do banco. Não consegue abrir a conta. Não tem as prerrogativas básicas que o sistema financeiro exige para o sujeito ser cliente. Então, está-se criando uma instituição em que se tem direito ao crédito e ao consumo. Por exemplo, se for comprar um rádio numa

loja, há crédito, e por sinal alto, pagam-se taxas de juros elevadíssimas. No Brasil, existe o crédito embutido no consumo para o pobre, mas para microfinanças não.

Ele fala, por exemplo, da importância de microfinanças para a educação, para levar tecnologia aos pobres e para outros tipos de melhoria na qualidade de vida.

Concordo muito com o que disse o Senador Tourinho. A medida provisória que estamos votando não diz respeito ao Banco Popular do Brasil, diz respeito à idéia de fomentar o microcrédito na linha do estímulo ao investimento da comunidade, das OSCIPs, dos agentes sociais de crédito. Essa é a idéia da medida provisória que estamos votando hoje. Essa estrutura do Banco do Brasil tem a dimensão de “bancarizar” essa população que nunca teve acesso ao sistema financeiro, um serviço indispensável numa economia contemporânea.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – O Sr. Ivan vai responder.

Desculpe, Sr. Ivan.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quanto ao Banco Postal, foi realizado um processo licitatório pelos Correios há cinco anos. Esse processo foi ganho pelo Bradesco, que conquistou o direito de operar em todas as agências dos Correios e, recentemente, teve esse direito estendido aos franqueados dos Correios. Então, a rede do Banco Postal trata-se de uma extensão da rede dos Correios e atende clientes do Bradesco.

No Banco Postal, não se abre conta popular, só se abre conta normal. Essa conta normal tem um pacote de tarifas associado e, salvo engano meu, fica ao redor de R\$3 a R\$3,50 por mês a manutenção dessa conta.

Então, o Banco Postal, hoje, não está focado nesse segmento mais pobre, ele está focado no segmento normal, do cliente normal de agência. É isso que hoje, na prática...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não, ele atende às pequenas cidades, atende a pessoas pobres, sim. O Banco Postal atende pessoas pobres. Pode ser complementar ao projeto do Banco Popular, mas ele atende às pessoas pobres, ele é um banco popular.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ele tenta ser, é virtuoso, não estou criticando – desculpe-me se passei essa impressão. Acredito que é importante que ele esteja presente. A principal receita do Banco Postal é o recebimento de contas – muitos municípios não tinham isso –, é o pagamento de benefícios. Isso é fundamental, mas o crédito só é concedido para aquelas pessoas que têm comprova-

ção de renda, ele não faz crédito sem comprovação de renda. Então, há um limitador na ação.

Consideramos a concorrência nesse mercado boa, positiva; acreditamos que isso faz com que os clientes, a população seja mais bem atendida.

Minas Gerais é um certo enigma para nós. Por que a rede não cresceu tanto lá quanto deveria ter crescido? Na verdade, o primeiro ponto é instalar máquina, criar rede. Tivemos enormes dificuldades de expansão. Por isso, no projeto que apresentei, o Projeto Piloto de Interiorização para 2005, o Estado que está à frente é Minas Gerais, até porque, Senador, dos quatro Diretores do Banco Popular, três são de Minas Gerais. Então é uma vergonha para o Banco Popular que os nossos Diretores não tenham conseguido atender ao seu Estado de origem.

Identificamos 160 localidades no Estado onde há necessidade de presença bancária. E estamos implantando. Acredito que em 30 já estejamos presentes e vamos, até o final do semestre, estar nessas 160 localidades. Concordamos com o seu diagnóstico sobre a necessidade de o Estado estar presente lá.

V. Ex^a perguntou quais os critérios dos correspondentes. Todo ponto de venda, toda loja que recebe correspondente bancário deve ser cliente do Banco do Brasil, deve apresentar aquelas certidões tradicionais que o Banco do Brasil exige, de quitação de dívidas, de regularidade fiscal, enfim, padrão normal, e deve ter um limite de crédito com o Banco do Brasil porque ele está lidando com numerário.

Então, numa classificação de A até F, ele tem que ter no máximo risco C, de A a C. Portanto, é um ponto que normalmente está estabelecido há mais de dois anos, tem algum tipo de estrutura, é uma empresa legalizada e tem suas certidões.

O critério de seleção das empresas que contratam os pontos foi uma seleção pública, promovida ainda em dezembro de 2003/janeiro de 2004. Contratamos os pontos na medida em que conseguem atender aos requisitos necessários para serem colocados, e todos recebem a mesma coisa, a tabela de preços que pagamos é única. Não há distinções regionais ou distinções para uma empresa ou outra.

No que diz respeito aos critérios da Medida Provisória 226, o que é importante entender? Acredito que isso resolve uma dúvida do Senador Rodolpho Tourinho. O Banco Popular do Brasil não está focado na operação de crédito, ele está focado, Senador Rodolpho Tourinho, na manutenção do cliente.

Então, a primeira operação de crédito que um cliente contrai conosco é de R\$50. Os clientes que pegaram crédito em julho pegaram R\$50. Eles terminaram de pagar em janeiro e renovaram, em janeiro,

para R\$100. Quando eles terminarem de pagar eles estarão no limite de R\$200. Então, há uma manutenção crescente, há uma escada...

Portanto, a conta que faremos no final do ano não é um milhão vezes cinquenta, a nossa meta de clientes para dezembro é 2,8 milhões de clientes, sendo que terei uma parte com R\$200, uma parte com R\$100, uma parte com R\$50.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O senhor me permite? E quando se estabelece a carteira média? Então, a carteira média não é de 63? Porque se você tem um milhão, trezentos e cinquenta de clientes e vinte milhões aplicados naquele porte no dia 31 de dezembro, data de balanço, é vinte mesmo. Não é sessenta e três.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nem todos os clientes naquela data... Vou voltar a este ponto em seguida.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – O que eu penso é que esse número não é o que está escrito e tem que haver uma explicação melhor.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Vou explicar, Senador. Gostaria de ter possibilidade de esclarecer isso. Vou sou dar este gancho. Nós trabalhamos, Senador César Borges, até R\$600 e não trabalhamos valores de crédito acima disso. O crédito produtivo orientado no Brasil – conforme experiência das ONGs, que já vêm fazendo isso desde 1996 – são sempre valores acima de R\$650 na média regional. Pode ser que uma ou outra organização trabalhe abaixo disso, mas na média trabalha acima.

Na região Nordeste a média é R\$650; na região Sudeste a média é R\$1.500 e na região Sul a média é R\$2.100, nas instituições que andam praticando o microcrédito hoje.

A MP 226 vem no sentido de construir essa lacuna de mercado entre o banco formal, o crédito normal que os bancos já têm, e microfinanças, atendendo a essa faixa do meio. Como os bancos vão atuar aí? Fazendo convênios com essas organizações não-governamentais, porque elas conseguem ter uma estrutura de custo e uma capilaridade para chegar a esse cliente com custo compatível. Os bancos não conseguem chegar a isso com custo compatível, porque o agente de crédito é uma figura muito cara.

Em Bangladesh, o agente de crédito ganha a mesma coisa que o cliente. Então, a estrutura de custo é compatível. Aqui, se for funcionário do banco, haverá uma série de exigências que são incompatíveis com o que esse cliente pode pagar na outra ponta da renda.

Então, a função da MP é complementar a política de microcrédito do Governo.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Mas quando foi criado o Banco Popular, pelo menos na visão do Senador Aloizio Mercadante, ele viria a atender ao microcrédito e isso não foi possível.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Depende do que entendemos como microcrédito. Nós colocamos na exposição de motivos e no texto como microfinanças. Está explícito que é inserção financeira. Conforme artigo do Professor Yunus, este termo, microcrédito, não quer dizer nada. Ele quer dizer muita coisa. Nas conversas que nós do Banco do Brasil tivemos nesta Casa, sempre deixamos claros os nossos objetivos. Eu posso falar é da nossa ação. Nós sempre procuramos deixar muito claro que se trata de um banco de inserção financeira na linha de agregar ao sistema financeiro essas pessoas que estão excluídas, esses cerca de 30 milhões de pessoas que têm renda e não têm conta em banco. Esse é o nosso objetivo e continua sendo.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) O senhor não acha esse valor (*inaudível*) tímido (*inaudível*) expectativas realizadas. Houve uma reclamação ao Presidente Lula agora em Aracaju. Uma senhora estava dizendo: “Cadê esse banco”?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Senador, quem trabalha no Governo – e V. Ex^a conhece bem isso – sabe que os programas demoram um tempo para serem implementados e é impossível atender toda a demanda existente de forma rápida.

Em dezembro, como referem os dados, estávamos com 6 meses de atividade comercial e atingimos um milhão de clientes, o que é uma marca histórica. Não podemos fazer comparações, mas outros bancos que começaram a atuar na linha de financiamento de menor renda demoraram mais de um ano para atingir a meta que atingimos em seis meses. Então, acho que conseguimos fazer muito. É uma meta impressionante em qualquer lugar do mundo.

Entre os bancos de microcrédito que divulgam resultado, nenhum atingiu uma meta tão grande em tão pouco tempo. Como exemplo dou os programas das organizações não-governamentais, que sempre foram reduzidos e nunca passaram de cento e vinte mil clientes no País todo. Nós conseguimos crescer muito.

Hoje, estamos abrindo seis mil contas por dia e fazendo perto de sete mil operações de crédito por dia. Acho que estamos numa velocidade boa e criativa. Acho que está indo bem.

Mas eu tenho medo de fazer as coisas rápido demais. Acho que, do ponto de vista da gestão da empresa, a velocidade tem que ser adequada ao crescimen-

to, mas não pode ser tão grande que leve a erros por decisões tomadas de forma talvez um pouco rápida.

Em Bangladesh – vamos voltar a este assunto – não é exatamente produtivo. Produtivo, na língua deles, o bengali, não é o mesmo que produtivo aqui. Por isso se financia educação, remédio e roupa. Em 1988, houve uma grande inundação em Bangladesh e cerca de 60% do país ficou submerso durante 10 semanas. Isso levou a uma inadimplência da ordem de 60% a 80% da carteira do Grameen Bank, o que o obrigou que castigasse essa carteira e criasse o Grameen Bank dois, que é o que existe hoje. As pessoas simplesmente não podiam pagar porque não tinham terra para produzir, não tinham onde gerar renda.

Nesse período, o grosso das operações financeiras do Grameen Bank foi de roupa e remédio. Ele foi obrigado a renovar o (*inaudível*) com roupa e remédio, que também não foi pago. As pessoas tiveram que pegar outro ciclo de crédito para produzirem. Então, ele securitizou essas dívidas, jogou no longo prazo, refinanciou os clientes para produzirem e pagarem de dentro. Isso é uma operação normal. (*Inaudível*) financeiro, pensa grandes empresas têm isso, pensar para pobres é novidade. Esse é o chamado Grameen 2. Houve necessidade de se começar uma nova carteira de crédito em função desses percalços pelos quais passou.

Isso com certeza mudou a forma como as próprias pessoas que trabalham no Grameen Bank entendem a organização hoje. Eles têm uma visão um pouco mais banqueira, vamos dizer assim, bancária do negócio. Além disso, o Grameen Bank investiu em empresas de telefonia fixa e celular, em empresas de energia elétrica, de perfuração de poços e outras variáveis para melhorar a condição de vida. Hoje, eles são um truste financeiro, talvez uma das principais de Bangladesh.

A história do microcrédito está sendo escrita, está mudando muito ano a ano. É importante acompanharmos essa discussão internacional e vermos o que é possível fazermos no Brasil de acordo com o que está acontecendo lá fora, para não cometermos os mesmos erros.

Os títulos aplicados não deixam de fazer o crédito: estão lá enquanto estamos construindo a carteira.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Qual é o valor?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Cento e dezesseis milhões em títulos governamentais.

A nossa carteira tem crescido, dobrou em três meses. Vai dobrar de novo e vai dobrar novamente. Está crescendo em uma velocidade grande. Qual é

o problema concedermos crédito de uma forma muito rápida? É gerar um problema para um cliente que não está acostumado a lidar com crédito. Poderíamos aumentar o limite de cinquenta para cem, cento e cinquenta, mas isso geraria um cliente que talvez não pague a minha prestação, que ficará inadimplente. Além disso, vou retirar dele um único ativo que tem, que é o nome limpo na praça.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – E procede que o Banco do Brasil vai capitalizar novamente...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Somente quando for necessário. Somente quando for necessário atingir a expansão necessária.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Vai se capitalizar agora, mais sessenta milhões.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A capitalização prevista no plano de negócios no Banco Popular era para ser feita em março. Ela não vai ser feita, porque não estamos precisando do dinheiro agora. Esse dinheiro continuará no Banco do Brasil. Somente no momento em que tivermos reduzido esse estoque de dinheiro com o nosso gasto é que será feito um novo investimento.

O Conselho de Administração do Banco do Brasil já se reuniu e decidiu não realizar porque não é necessário, e as leis facultam isso, uma vez que não é necessário. Não havendo fluxo de caixa, não é necessário fazer essa aplicação. Então, vai permanecer nesses dezesseis milhões.

A questão do valor médio dos financiamentos, o valor médio hoje é de R\$63 dos financiamentos. Nem todo cliente do Banco Popular já pegou financiamento, porque, entre abrir a conta e solicitar um financiamento, há um tempo: o de receber o cartão dele e o de desbloquear a senha e solicitar o crédito.

Quais são os problemas que temos? Aproximadamente 30% dos clientes hoje da carteira do Banco Popular ainda não desbloquearam o cartão, ainda estão com o cartão bloqueado. E desses clientes que têm o cartão desbloqueado, algo em torno de 600 mil contraíram operações de crédito hoje. Então, operações ativas de crédito são da ordem de aproximadamente 600 mil. O número está crescendo todos os dias, perdoem-me se não consigo dizer os valores precisos.

Quais os problemas para entregar o cartão? O acesso ao endereço para entregar o cartão. Temos dificuldades de levar o cartão do banco para o endereço. Por exemplo, estamos atuando na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, e no Vidigal. Estamos com duas atuações fortes. O único jeito de entregar o cartão é deixá-lo na associação comunitária e esperar que o cliente o pegue.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não tenho como entregar o cartão lá em cima. Há uma deficiência nisso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Por falta de endereço ou por outra razão?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Por falta de endereço, por problemas com os Correios, que não conseguem identificar os clientes, e não há um mapeamento, um único mapeamento eficiente da favela da Rocinha. Paraisópolis, em São Paulo, tem a mesma situação. Deixam-se as correspondências na associação comunitária, os clientes passam para pegá-los

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Parece-me, Dr. Ivan, que é um programa de modelo, como o Grameen Bank, de Bangladesh, de dentro para fora e de fora para dentro. Volto ao tema. Quando é de dentro para fora, quando se organiza um grupo de cinco pessoas, não há problema de endereço. Para mim, o grande problema é concepção. É diferente a grande experiência internacional. Não estamos exatamente fazendo o que foi feito. Esse, para mim, é o grande problema, porque vai-se sair, de fora para dentro, catando endereço e não se vai achar. Esse é mais um problema entre inúmeros problemas da concepção.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Há uma diferença também, Senador, que é importante deixar claro. O Grameen tem 90% das suas operações em áreas rurais, em aldeias, onde há construções planas, normalmente nas poucas áreas secas do que sobrou daquele país, mas também é de fora para dentro, porque o agente de crédito nunca é um morador daquela comunidade, mas alguém que se apresenta àquela comunidade, organiza o grupo e depois se retira. Em zonas urbanas, a metodologia do Grameen teve dificuldades. Dou como experiência a África do Sul e a Bósnia. Após a guerra da Bósnia, a Organização das Organizações Unidas convocou o Grameen Bank para elaborar um sistema de microcrédito. Ele não teve resultados suficientemente bons. Na África do Sul, também não funcionou.

Há problemas, e aprendizados precisam ser realizados. Por isso, o valor real do crédito hoje é de R\$62.

As despesas de comunicação que estão no balanço referem-se à comunicação de dados; *marketing* está todo naquela verba, compra de *link*, de *megabites*, de comunicação de dados.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Qual a previsão para 2005?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Senador, acredito que menor do que o gasto em 2004. Existe um orçamento realizado em partes. Um orçamento não é totalmente realizado. Normalmente ele não é totalmente realizado. Acredito que o orçamento de 2004 deve ser da ordem de R\$20 milhões, máximo, teto. Então, com certeza, será abaixo de R\$20 milhões.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Está próximo ao valor que foi de 2004?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Mas com uma base de clientes extremamente maior e um volume de transações também muito grande. Mas isso é feito por produto, cada vez que o produto é lançado. Então, o investimento máximo seria isso. Deixo claro que esse é o “teto máximo”.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Serão gastos mais R\$20 milhões em publicidade, este ano?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. O orçamento tem um teto máximo de R\$20 milhões. Todas as nossas previsões são abaixo desse teto.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – De quanto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Abaixo desse teto, Senador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É segredo da CVM?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É estratégia da empresa não revelar. Nenhum banco revela antes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Sobre esse assunto, queria fazer um comentário, Sr. Presidente.

Fizemos um grande volume de investimentos em comunicação. Tivemos como retorno 1,35 milhão clientes, R\$41 milhões de volume de crédito, e esse processo está crescendo. Penso que deveria haver muita cautela na comunicação esse ano, que deveria ser feito algo mais cauteloso, para ver o resultado, para deixar o processo se consolidar. Não é preciso ter esse ritmo de expansão para viabilizar. O custo do aprendizado é menor se a escala for compatível. Penso que se deve manter a estratégia do Banco de chegar a R\$200 milhões até o final do ano e avaliar essa questão da comunicação de acordo com essa estratégia de aprendizado.

Essa é a recomendação que eu faria ao Banco Popular do Brasil. Essa ponderação é adequada. Lançamento é uma coisa, mas não é preciso manter

o ritmo de propaganda nessa velocidade. É necessário que avaliemos essas ponderações e recomendações, para que possamos ter um resultado eficiente e reduzir os custos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente Luiz Otávio, pois eu havia pedido antes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Almeida Lima também pediu a palavra pela ordem?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Presidente Senador Luiz Otávio, permita-me, porque eu havia pedido antes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Depois, ao Senador Almeida Lima.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Sim.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – E eu também.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pedi a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – V. Ex^a também, Sr^a Senadora?

A Senadora Lúcia Vânia também pede pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – O livro de inscrições foi reaberto? Eu gostaria que V. Ex^a me informasse a que título falou, há pouco, o Líder Aloizio Mercadante?

Isso é um desrespeito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – A palavra está com o Dr. Ivan Guimarães.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Isso é um desrespeito. Sr. Presidente, inúmeros Senadores inscritos e S. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– A palavra está...

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – ...fala porque foi referido; fala porque chegou o momento;...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – A palavra está com o Dr. Ivan Guimarães.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – ...fala pela ordem. E os demais, falarão em que momento e a que título?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Senador Tasso Jereissati reivindicou

há algum tempo, e reiterou, uma reunião reservada, para que o Sr. Ivan Guimarães nos dê informações adicionais.

Pondero sobre a necessidade dessa reunião e peço a V. Ex^a que ela se dê ainda hoje, após todos os Senadores terem feito a arguição...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Senador Suplicy, respondendo a V. Ex^a, há vários Senadores inscritos para usar da palavra ainda hoje. Então, teremos que aguardar o encerramento da reunião.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, sobre a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Até porque o Senador Tasso Jereissati ainda não apresentou nenhuma proposta.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Só queria que isso ficasse combinado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Parece-me que o Dr. Ivan... Sobre a mesma questão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a também pede a palavra para uma questão de ordem?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sobre a mesma questão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Sobre a mesma questão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Parece-me que o Dr. Ivan já esclareceu a questão reservada que nós tínhamos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Então, pronto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Era a única? Há mais questões reservadas?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Senador Heráclito, o Senador Tasso não apresentou formalmente o pedido.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– O Senador Tasso disse anteriormente que gostaria de obter algumas informações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Não. Ele apenas fez um comentário. Não apresentou um pedido formal aqui, para que nós transformássemos esta reunião em reservada.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Deveríamos ter uma reunião reservada, mas não exatamente hoje ainda, mas para que pudéssemos discutir todos os números. Para saber quais são as proposições para publicidade este ano, por exemplo. As projeções de receita, por exemplo, para este ano, porque o valor apresentado é realmente estupendo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Por que não fazer hoje?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por que alguns dados ele terá que trazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas ele disse que teria possibilidade de dar as informações em reunião reservada.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O faturamento reservado, todos os números deste ano, esses dados podem ser fornecidos na reunião reservada?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Hoje.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ainda hoje?

A projeção de publicidade para este ano. A projeção de despesas para este ano. E o orçamento real dos três primeiros meses do ano.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, antes que V. Ex^a encerre esta reunião, gostaria que V. Ex^a colocasse em votação um convite para que o Dr. Sérgio Darcy da Silva Alves, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, viesse aqui para, em audiência pública, esclarecer a normatização dessa medida provisória. Portanto, dou entrada ao requerimento neste momento. Gostaria que V. Ex^a o colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senadora Lúcia Vânia, precisamos encerrar o assunto em pauta. Depois, votarmos o requerimento de V. Ex^a, que será mais um item da pauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Ainda pela ordem os Senadores Almeida Lima e Arthur Virgílio. Estão também inscritos a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Garibaldi Alves Filho, todos pela ordem. E o Senador Eduardo Suplicy? Ah, não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não. Normal, para inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Mas normal?

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Pois não, Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Para cumprir o Regimento, eu queria dizer que a minha questão de ordem está vencida. Eu não pude falar no exato momento e, a esta altura, ela já não tem mais nenhum significado. Eu aguardo, portanto, a hora para poder me pronunciar e fazer os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, quando o Dr. Ivan diz que a Comissão de Valores Mobiliários o proíbe, como Presidente do Banco Popular, de prestar determinadas informações, eu me conformo. E faço o requerimento de informações, aguardo todo aquele processamento legal em torno do balanço. Mas quando ele diz que a estratégia da empresa o impede de dizer quanto ele pretende gastar de comunicação, aí me parece, Doutor, perdoe-me, que resvalamos para a falta de transparência. Ou seja, não há nada, em sua consciência, que impeça V. S^a de dizer: olha, eu pretendo gastar tanto.

Nós podemos, aqui, como representantes dos Estados, do povo brasileiro, dizer se V. Ex^a está gastando pouco ou até muito, mas não há impedimento legal. Ao contrário, até resvalamos para um certo relaxamento ético.

É preciso transparência. Não há por que nos envergonharmos do que estamos fazendo, a não ser que, por ventura, a empresa esteja achando que está exorbitando por quaisquer razões. Como sei que não é esse o caso, pois estou acompanhando com o maior respeito a sua explanação, pediria a V. S^a que procurasse rever isso. Não precisa dessa verdadeira pantomima de sessão fechada, porque, quando se sai desta, todo mundo conta para a imprensa quanto V. S^a vai gastar de publicidade. É dizer que se gastou pelas razões tais, tais e tais. Como o Senador Aloizio Mercadante disse, para implantar, é necessário mais, V. S^a deu suas razões – aliás contraditadas pela sua opinião no livro, mas isso não importa. Agora, é importante dizer quanto se pretende gastar neste ano e no outro.

Espero que seja cadente o investimento em publicidade, já que, se tivesse razão o Líder Mercadante, dizendo que, no início, se gasta mais, suponho que, na consolidação, e daí para frente, gasta-se menos. Tenho a impressão de que deva ser um número para V. S^a dizer sem nem hesitar, ou seja, quanto se vai gastar em publicidade? X milhões. Sem que se faça qualquer lero-lero ou mistério, porque fica em jogo a questão da transparência. Não nos podemos conformar com nada que tenha absoluta transparência num assunto que interesse muito.

Como as pessoas estão acompanhando este nosso debate, recebi telefonemas. É algo prosaico, mas vou passar a V. S^a. Algumas senhoras ligaram para o Gabinete da Liderança do PSDB e pediram que transmitissem ao senhor – disseram que sabem que a culpa não é sua – que fosse melhorado o atendimento

peçoal, ou seja, o atendimento eletrônico não está bem, elas não conseguem usar os caixas de maneira conveniente e pedem que seja uma revisão no atendimento do Banco Popular.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Com esta seção, vamos reduzir de publicidade. Estamos ajudando o programa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de quando vamos falar, porque todo mundo se inscreve para falar pela ordem e faz uma intervenção. Então, gostaria de ser respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) –

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, muito se falou sobre os gastos em publicidade do Banco Popular do Brasil. Queria dar aqui uma sugestão ao Dr. Ivan Guimarães, no sentido de que pudesse fazer uma revisão, uma espécie de autocrítica desses gastos, porque, por exemplo, há sinalização, folheteria, produção de campanha, mídia é o grosso – TV, rádio, promoção, ponto de venda, ônibus, jornal etc. Com a experiência que o Banco já detém, ele pode ver, desses pontos, o que é mais adequado e, talvez, com essa revisão acurada, se possa reduzir esses gastos de publicidade que estão causando tanta celeuma nesta audiência pública.

A outra pergunta era no sentido de que, segundo o Grameen Bank, que está presente em mais de 48 mil vilarejos em Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo, os tomadores conseguem vencer a linha de pobreza no décimo contrato, e um terço de seus clientes já ultrapassou esse limiar. Claro que não podemos comparar uma experiência com a outra, um país com o outro. Na verdade, o nosso País vai conseguir ultrapassar essas metas com muito maior celeridade. Queria apenas um comentário sobre isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Sr. Presidente. Primeiramente para refrescarmos a memória, vou fazer referência a intervenção minha no plenário quando estávamos discutindo não esta medida provisória, que cria um programa de microcrédito especificamente para a atividade produtiva. Quando da criação do Banco Popular do Brasil, fiz uma intervenção sobre, entre outras coisas, a importância desse instrumento para bancalização mesmo, para levar banco, a possibilidade de haver banco em lugares onde não tem banco nenhum. A possibilidade

de acesso a banco para pessoas do mercado informal. O banco postal é uma experiência positiva e precisa continuar existindo, mas é uma experiência diferente. Aqui não existem taxas; as pessoas não pagam taxas bancárias. No banco postal, as pessoas pagam taxas; podem pagar taxas menores, mas pagam taxas como numa agência bancária.

Então quero primeiro lembrar essa referência. Eu dizia inclusive o seguinte: que temos a experiência do banco Grameen Bank que não é exatamente igual a essa iniciativa. Queria fazer este registro, como o Senador Tasso Jereissati também fez, de que são iniciativas diferenciadas.

A tentativa era discutir esta MP, que acho extremamente positiva, que devemos aprovar e, claro, aperfeiçoar os programas que já aprovamos. Acho perfeitamente louvável. Não tem nenhum problema nisso.

Quero aproveitar para fazer uma proposta no sentido de aperfeiçoar essa questão da comunicação. Primeiro, queria dizer que é absolutamente normal – estou falando aqui também com um mínimo de experiência, mas com algum tipo de experiência, porque sou funcionária do Banco do Brasil há 22 anos. O público que se quer atingir com o Banco Popular do Brasil não se atinge simplesmente fazendo propaganda em jornal, em revista **Veja**, **IstoÉ**. Esse não vai ser atingido. Precisamos de propaganda na televisão, Senadora Ideli Salvatti, precisamos de propaganda no rádio. As pessoas precisam saber que existe algo diferenciado; saber que existe uma instituição onde podem chegar, abrir conta e não precisam entregar um comprovante de renda.

Então, primeiro, quero dizer que não acho nenhum absurdo esse recurso; isso é normal quando se vai ter um produto novo que precisa chegar ao público, e esse público precisa conhecer e saber que existe porque isso não existia. Existiam experiências? Existiam sim. Pelo Banco do Nordeste, pelas prefeituras, existiam “n” experiências diferenciadas; mas elas não conseguiram atingir tudo o que precisa ser atingido. É um processo diferente. A experiência do Banco Popular do Brasil tinha um objetivo diferente do que tem agora o microcrédito, esse sim voltado especificamente para o crédito em atividades produtivas.

Então queria só fazer uma ressalva em relação a essa questão do recurso que podemos até discutir se é muito, se é pouco. Acho que não é muito, principalmente para um programa que estava sendo lançado. As experiências que existiam no Brasil eram localizadas, eram regionalizadas. Estamos estendendo essa experiência agora – estou falando da medida provisória que a Senadora Ideli Salvatti está relatando – para o Brasil inteiro. É claro que já foi em cima de várias ex-

periências. Dizer que tudo que já passou foi ruim seria injusto. Não acho isso; não concordo com isso. Existem muitas experiências positivas. Mas essa experiência – estou me referindo a questão do microcrédito que a Senadora Ideli está relatando – não tinha ainda um modelo, uma formatação nacional.

Em relação ao microcrédito, e quero falar ao presidente Ivan Guimarães, quero fazer uma ressalva: se está nos objetivos do Banco Popular do Brasil atender a essa população de mais baixa renda, de chegar a uma população que não tem acesso a banco, de chegar a Municípios que nem sequer têm agência bancária, de chegar àquelas pessoas do mercado informal que querem e precisam de um banco, diria que V. S^{as} precisam direcionar também essa propaganda para as regiões mais carentes. Não é à-toa que existem. Apesar de ser São Paulo o Estado que tem maior quantidade de pontos, na hora da viabilização do valor contratado, vê-se uma grande existência. Antes de São Paulo, há quatro Estados da Região Nordeste. Depois de São Paulo, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Distrito Federal, Alagoas, Paraíba, Goiás. A importância do crédito para os Estados da Região Norte e da Região Nordeste é muito grande. O que coloca para nós uma situação que precisamos direcionar melhor, mais ainda para essas regiões.

O que precisa haver, na minha opinião, já que precisamos e faz parte de uma das receitas constitucionais, é acabar com as diferenças regionais. Por isso, inclusive neste Senado, foi criada uma Comissão de Desenvolvimento Regional presidida pelo Senador Tasso Jereissati, de que sou Vice-Presidente. Essas regiões precisam ter uma presença maior. Aí vai atender mais esse processo. Também serve como exemplo para a questão do crédito produtivo, porque é nessas regiões que está a maior necessidade e onde há falta de democracia... Sim, Senador, é verdade, em relação ao acesso ao crédito... E é importantíssimo que se vá contra a lógica do mercado. A importância desses programas é exatamente contra a lógica do mercado porque a lógica do mercado é o lucro. E esse programa tem, como a lógica do mercado, que democratizar o crédito, atender os mais necessitados, atender aqueles que estão fora tanto do acesso a banco – no caso da medida provisória de crédito produtivo – quanto da possibilidade de ter acesso a crédito.

Então, é essa a questão que eu gostaria de deixar, inclusive, como proposta no caso do Banco Popular do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a dispõe de três minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio; Sr. Ivan Guimarães, é importante esse esforço para expandir o microcrédito no Brasil porque avalio que, ao lado da reforma agrária, do estímulo às formas cooperativas de produção, da renda básica de cidadania, o microcrédito constitui um dos principais instrumentos para a realização de justiça em nosso país.

Uma das questões que gostaria de formular é: em que medida o instrumento do microcrédito pelo Banco Popular estaria relacionado também ao esforço, ao empenho do Presidente Lula para estimular as formas solidárias, as formas de cooperativas de produção?

Aqui há pouco foi mencionado pelo Senador Tourinho e outros que, na experiência do Grameen Bank, procurou-se também estimular as formas solidárias, inclusive a experiência relatada pelo Professor Yunus e que, em grande parte, procurou-se expandir o Grameen Bank com formas solidárias, ou seja, grupos de pessoas, muitas vezes com maioria de mulheres, passaram a ser solidariamente responsáveis por um crédito relativamente modesto e com isso houve maior sucesso no que diz respeito, inclusive, à questão da adimplência. O baixo nível de inadimplência registrado pelo Grameen Bank se deu em grande parte por causa, segundo a interpretação de Mohamad Yunus, da forma solidária com que as pessoas assumiam a responsabilidade de pagar o crédito.

Então, eu queria saber em que medida essa experiência no Brasil levou em consideração a possibilidade de as pessoas assumirem créditos em formas solidárias.

Outro ponto que eu gostaria de perguntar é: em que medida tem havido relação da expansão do microcrédito com os programas de transferência de renda? Por que razão? Pergunto isso.

Na medida em que o principal programa de transferência de renda do Governo do Presidente Lula está-se expandindo, passando de 3,5 milhões em dezembro de 2003 para 6,5 milhões em dezembro de 2004; para 8,7 milhões de famílias em dezembro de 2005 e 11,2 milhões famílias no ano 2006, indago, então, na medida em que um número tão significativo, um quarto da população brasileira, passará a ter acesso ao bolsa-família, em que medida eventuais beneficiários do bolsa-família – que inclusive também receberam um cartão eletrônico porque é a maneira de ser prover o programa –, ou seja, essas famílias passaram a ter também o acesso à informação sobre a possibilidade de microcrédito e, efetivamente, utilizarem-se dele?

Então, se V. S^a tiver informações sobre isso, agradeço.

São essas as perguntas que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Ivan, a cada discussão, fico com uma dúvida maior ainda. Para dirimirmos a dúvida, teríamos que ter aqui o Banco Postal para entendermos o porquê. Afinal, é a mesma linha e tem os mesmos objetivos. Acredito que seria muito produtivo para nós ouvirmos aqui o representante do Banco Postal.

Dr. Ivan, segundo o histórico da política nacional de crédito, tivemos três fases: a primeira fase foi voltada para a criação do microcrédito produtivo a custo moderado, daí por que a nossa surpresa de a medida provisória adotá-lo novamente. Nessa ocasião, foram criadas as Oscips, a Lei do Terceiro Setor e o Fundo de Aval pelo Sebrae; foram abertas uma linha de crédito no BNDES e as agências de fomento, enfim, toda uma rede que poderia estar operando com o microcrédito produtivo. A segunda fase foi o que os senhores chamam de bancarização, ou seja, acesso aos serviços bancários; e a essa fase foi dada uma ênfase muito grande no atual Governo. Agora, de repente, vem uma medida provisória na terceira fase, como se tivesse novamente recriando o microcrédito, introduzindo aquilo que o microcrédito e as experiências estaduais de Oscips já tinham apontado. O microcrédito não se faz sem ser orientado e com financiamento baixo.

Então, hoje a medida provisória introduz o direcionamento. É normal que a orientação daquele empréstimo seja direcionada para uma faixa de público, enfim, o acompanhamento. Eis a minha dificuldade: quando solicitei a presença do Dr. Darcy aqui, foi para dirimir algumas dúvidas. Por que não se poderia usar se é para acesso bancário? Poderia ter sido usado o Banco Postal. É bem verdade que ele funciona apenas como agente financeiro, ele não empresta. Mas por que ele não entra nessa linha? Por que a maioria dos bancos se nega a entrar nessa linha e preferem deixar o dinheiro no compulsório?

Essas são dúvidas que me ocorrem neste momento e que só poderiam ser dirimidas por quem normatizou essa medida provisória. Por que ele volta novamente à discussão do microcrédito produtivo, se nós já tínhamos experiência nessa área, já tínhamos operado esse tipo de crédito ?

Este é o meu questionamento: gostaria de saber de V. Ex^a se o Banco Popular do Brasil tem interesse em conveniar com os Estados e operar, via Banco do Povo, que já está instalado, ou ele prefere operar na ponta?

V. S^a destacou aqui as dificuldades de operar na ponta, por que não utilizar os mecanismos que já temos

nos Estados, nos Municípios e evitar que o cidadão tenha de saber onde entregar o cartão de crédito? Se existe naquele município, naquela comunidade, a Oscip, a prefeitura, o Estado, não poderia fazer isso com mais objetividade, sem onerar a estrutura do próprio banco e ter uma fiscalização mais eficiente?

A segunda pergunta é se o Banco Popular do Brasil teria uma estrutura de acompanhamento e fiscalização desses agentes financeiros que serão conveniados com ele; caso sejam conveniados, se teria o banco uma estrutura para fiscalizar, acompanhar e avaliar o custo benefício desse empréstimo.

Essas eram as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Savatti; depois falará o Senador Almeida Lima, em seguida o Senador Sérgio Guerra e o Senador Delcídio Amaral.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, estou encaminhando requerimento à Mesa, firmado pelo Senador Sérgio Guerra, pelo Senador Jereissati e por mim pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Arthur Virgílio requerimento só após o encerramento desse bloco da audiência. Já está na pauta...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, só estou comunicando que estou encaminhando um requerimento de uma sessão reservada para podermos falar...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Esse requerimento de reunião reservada não está aqui. O que está aqui é um requerimento da Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati e Senador Arthur Virgílio, convidando o Sr. Sérgio Darcy da Silva Alves, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho a impressão de que está na mão do seu assessor. Eu o encaminhei agora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Então chegou agora o outro requerimento.

Vamos encerrar o bloco da audiência.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, mudou o regime, as respostas não eram dadas a cada dois ou três Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Só ouvimos dois. E temos verificado aqui que alguns questionamentos estão se repetindo, inclusive alguns que já foram respondidos.

Vamos ouvir agora a Senadora Ideli Salvatti e depois, no último bloco, o Senador Almeida Lima, o Senador Sérgio Guerra e o Senador Delcídio Amaral.

Concedo a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria deixar aqui ressaltado que tanto a audiência pública da semana passada como a desta semana deveriam ter tido como objetivo central debater e subsidiar o aprimoramento da Medida Provisória nº 226, que trata do plano nacional do microcrédito produtivo orientado.

Quero dizer que, infelizmente, dos debates ocorridos, tanto na semana passada como nesta, como relatora da medida provisória, tendo a concluir que temos muito pouco a aproveitar para o aperfeiçoamento do texto da medida provisória. O debate é pertinente. A questão de democratizar o crédito e alavancar o acesso da população de mais baixa renda ao sistema financeiro, oferecendo-lhe juros subsidiados, desburocratização e acesso, de forma indiscriminada, a todos aqueles que tenham necessidade de algum tipo de movimentação bancária ou acesso ao crédito, seja isso entendido como microfinanças ou microcrédito produtivo, é absolutamente importante e necessária. De todas as experiências que temos acompanhado em nível internacional, o Brasil está a anos-luz de distância de ser, efetivamente, um País democrático na questão do crédito e do acesso às fontes de financiamento.

Registro também que, na MP 226, já tenho, como Relatora, a disposição de acatar algumas sugestões de assessorias de Senadores, em razão dos debates já travados, principalmente na questão do limite, que foi questionado, de se chegar a 60 mil, apesar de termos diferenças significativas em termos de regiões. O crédito necessário para o microempreendedor, no Sul do País, é absolutamente diferenciado da Região Norte e da Região Nordeste. Portanto, em razão da complexidade do Brasil, isso tem que ser observado.

Então, poderemos ter, no texto da MP, o acatamento da prioridade para os financiamentos de menor valor.

Com relação à questão de juros, vai ficar no regulamento. Portanto, se o limite, entre 2% e 4%, transformar-se em inviável, é possível, sem precisar mexer na legislação, haver uma adaptação no texto, negociando-se com as instituições que vão operar.

Quanto à questão dos requisitos, as exigências para que se habilite na tomada do empréstimo das instituições, também estamos acatando várias suges-

tões, como também na questão do controle e monitoramento.

Registro, de público, que estamos trabalhando no aperfeiçoamento do texto quanto a essas questões abordadas, que são pertinentes e relevantes.

O Dr. Ivan, no início de seu pronunciamento, disse que não estamos inventando a roda, mas, sim, aperfeiçoando-a, ou seja, estamos colhendo o que já existe no Brasil. Estamos fazendo com que isso que se resolve em termos de garantia institucional e jurídica, para que não se repitam os problemas anteriores, em que agente de crédito ingressou com ação trabalhista; problemas de segurança financeira, pois não está bem resolvida a questão do fundo de aval, o que está previsto agora na medida provisória, para que possamos ter garantia de não haver nenhum tipo de problema. Está prevista a interligação entre as esferas institucionais, seja dos bancos, seja das agências de fomento com as organizações não-governamentais; as Oscips e as Ocms, que precisam ficar mais bem delineadas.

Essa medida permite também a alocação de mais recursos, inclusive com a inclusão da questão do FAT de forma mais bem delineada, com a interligação entre banco público e privado, as agências do banco e os bancos de fomento estaduais, para que possamos potencializar o serviço.

A nossa preocupação é no sentido de que todos os debates estão sendo produtivos, isso é muito importante. Porém, o Brasil, infelizmente, não conseguiu ainda democratizar o seu crédito a ponto de dar conta da demanda, seja das classes de menor poder aquisitivo, seja dos menores...

O SR. (Orador não identificado) – Os de maior poder aquisitivo também *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Esses, mesmo com as altas taxas de juros, têm acesso. E temos que compreender para podermos democratizar e ter as contas simplificadas, sem cobrança de taxas, com os descontos consignados em folha etc. E todas as operações já adotadas pelo Banco Popular do Brasil são uma demonstração inequívoca de que podemos, devemos e temos a obrigação de avançar e de aperfeiçoar e aprimorar cada vez mais, até porque eu queria até que o Dr. Ivan repetisse quanto de microcrédito foi feito ao longo dos últimos anos no Brasil. As experiências que já aconteceram atenderam a quantos milhares de pessoas? Chegaram a milhões? Acho que não. Não ultrapassou a algumas centenas de milhares de brasileiros. Então, o nosso esforço e a nossa expectativa é de podermos, efetivamente, ter essa ampliação da oferta, seja de microfinanças, seja de microcrédito.

Volto a insistir, como Relatora da medida provisória, que vamos exaurir questionamentos, mas não é possível não avançar e que, do resultado desse debate todo, não a aprimoremos a ponto de poder ser votada rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Almeida Lima, que, inclusive, pediu para falar agora, tendo em vista que não fará nenhum questionamento, apenas observação a respeito do assunto.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente desejo fazer uma declaração que decorre de uma observação colhida nesta reunião. Além do que ficou constatado, a publicidade em excesso, exorbitante, despropositada, a base do Governo, nesta reunião, aproveitou também para fazer a sua propaganda, através da TV Senado, porque, sinceramente, não sei a quem respondiam ou a quem contestavam, porque não vi aqui Senador algum contestar os objetivos do Banco Popular. Não vi aqui ninguém fazer crítica à necessidade do microcrédito, da sua democratização. Sinceramente, não vi. Ouvi o Senador Tasso Jereissati, o Senador Rodolpho Tourinho, o Senador Arthur Virgílio e tantos outros e não vi, em momento algum, alguém se expressar contra essas finalidades. Portanto, dispensável essa ladainha, porque vem, na verdade, mais ainda, só para promover a propaganda, que já é excessiva e que já impacienta a todo brasileiro. É propaganda demais, é o Governo que procura se sustentar no engodo. Não é nada além disso. Vejamos que é a segunda observação que vem exatamente para amparar essas declarações que fiz.

Pelo que ouvi – vou mudar de posição porque quero, inclusive, checar uma declaração com o próprio Senador Arthur Virgílio –, pelo que ouvi do expositor, o Sr. Ivan Guimarães, de mais de um milhão de clientes, não todos tomadores do crédito mas recebedores da prestação de diversos serviços, como pagamentos de água, luz, etc, tivemos algo em torno de 600 mil atendidos pelo crédito e que, em média, já que a possibilidade de abertura é para o mínimo de R\$50 e o máximo de R\$600 por pessoa, a média foi de R\$62 ou R\$63 por pessoa, quase a mesma coisa. Conclui-se, Senador Arthur Virgílio, que, com esse valor e esse número de pessoas, houve um desembolso, do Banco Popular do Brasil, de algo equivalente a R\$38 milhões para microcrédito, nessa média, e de R\$24 milhões para propaganda. Isso não é absurdo? E não é nem pergunta mais, isso é conclusão. Isso é absurdo gritante. Foram gastos R\$38 milhões para a atividade-fim, para o objetivo final. E atendemos 600 mil brasileiros, 600 mil pessoas, pelo que eu entendi aqui, física ou jurídica.

Pois bem, se dividirmos os R\$24 milhões gastos em seis meses de propaganda – parece-me que julho a dezembro – por R\$63, o que foi a média, teríamos atendido sem a propaganda mais 380 mil pessoas. Deixamos de dar crédito a 380 mil pessoas, que, somadas às 600 mil, resultariam em quase um milhão de pessoas. E não fizemos porque preferimos gastar em propaganda. É um absurdo. Será que ainda se vai tentar chegar a uma outra conclusão?

Eu tinha, claro, uma série de perguntas. Mas elas foram esclarecidas com o debate e me dão exatamente a condição de fazer essa observação. Daí eu ter dito, Sr. Presidente, que não teria nenhuma pergunta a fazer. A ladainha é dispensável. Sabemos da importância do microcrédito não apenas para a produção como para o consumo.

Há necessidade da democratização sim, mas a propaganda é dispensável, sobretudo porque a obra apresentada pelo Senador Tasso Jereissati, do nobre expositor, o Diretor-Presidente do Banco Popular, Sr. Ivan Guimarães, fala aqui do *marketing* em novos produtos. Ele diz claramente que uma das estratégias de *marketing*, se podemos assim chamar, de divulgação, a melhor é exatamente a de cliente a cliente, ou seja, boca a boca. Aliás, ele diz: “São estratégias particularmente observadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além da campanha que poderia ser feita diretamente com o cliente, digamos, o benefício da dispensa dos juros de 2% ao mês, algo em torno de 26% ao ano, se este cliente trouxesse um outro cliente”.

Aquele gasto de R\$24 milhões em propaganda não teria ocorrido se tivessem aplicado exatamente os ensinamentos do Diretor-Presidente em sua majestosa obra, ou seja, a redução dos juros, a eliminação dos juros para o cliente tomador do empréstimo que apresentasse ao Banco Popular mais um ou dois clientes para fazer a propaganda. O cidadão seria beneficiado com sorteios, com prêmios, com redução dos juros, além de receber um benefício direto, a sua ampliação.

Ora, R\$24 milhões em propaganda representam mais 400 mil novos clientes daqueles que se dirigiram ao Banco para serem beneficiados com o empréstimo.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a permissão do Senador Garibaldi Alves Filho, poderíamos ouvir logo os dois últimos. Ou V. Ex^a insiste que se mantenha a mesma sistemática? Tenho que ouvir V. Ex^a para decidir.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, a esta altura, V. Ex^a pode comandar como quiser.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra, então, o Senador Sérgio Guerra. Logo após, o Senador Delcídio Amaral, para encerrarmos este bloco desta sessão.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Dr. Ivan Guimarães, no começo da minha vida eu tive a experiência de crédito de massa, de crédito de grande escala. Numa das primeiras operações de crediário, feita em uma rede de lojas nacionais – Casas Pernambucanas –, tive certa experiência nesse campo. Recentemente, estive observando como consomem algumas pessoas que conheço no agreste de Pernambuco. Pernambuco é Nordeste, e o Nordeste é pobre. Assim, essas pessoas são muito pobres. Nenhuma delas reclamou da falta de crédito para comprar o que precisavam consumir. Havia crédito de todas as maneiras, com todas as modalidades, as mais criativas.

Eu posso estar dizendo uma bobagem – aceito qualquer correção –, mas, pela minha experiência prática, não conheço falta de financiamento para comprar, para consumir. Conheço falta de financiamento para produzir ou financiamento inadequado para a produção. Isso ocorre em todas as escalas, na pequena, na média e na grande produção; no pequeno, no médio e no grande negócio. Financiar consumo é algo que está banalizado no interior do Nordeste brasileiro por gente muito pobre, gente que ganha menos que um salário mínimo.

Assim, não entendo que haja necessidade de se fazer um enorme esforço para o financiamento do consumo. Isso não me parece sensato.

Eu vi aqui que os encargos financeiros são de 2% ao mês. Uma operação de R\$50, por exemplo, gera uma prestação de R\$9 por mês. Estes R\$9 não pagam coisa nenhuma. Com uma taxa de juros de 2%, isso não remunera nada. Não é preciso ser especialista ou economista para perceber isso. É melhor fazer lá um Fome Zero para a população que precisa disso. Ou seja, dar para a população que precisa, o dinheiro que ela não tem. Para isso é preciso um banco e muito menos do que R\$20 milhões de propaganda em um ano. Penso que é preciso ter propaganda para que o produto seja conhecido, reconhecido, generalizado, banalizado em todo o lugar. Mas estou perplexo com o conteúdo desse programa; ou seja, vou financiar consumo para uma população pobre, a uma taxa de juros de 2%, e vou ter um banco para isso, um banco que gasta R\$20 milhões em propaganda? Isso é absolutamente ocioso. Não me parece sensato. Não estou criticando. Estou apenas comentando.

Penso que há que se fazer um esforço para levar o financiamento a uma grande parcela da população

que não tem acesso a um financiamento adequado. No Nordeste, por exemplo, há uma fonte de financiamento abundante, o Banco do Nordeste, que está lotado de dinheiro e não tem a quem financiar por uma questão de inadequação das linhas de crédito disponíveis.

O Banco do Brasil, onde V. S^a trabalha, cumpriu historicamente um papel relevante na economia do interior do Nordeste. Depois ele foi se retirando, o alcance da sua operação foi ficando cada vez menor. Os bancos estaduais, que cobriam também um pedaço desse tipo de operação, desapareceram por ocasião da crise das instituições financeiras. O Banco do Nordeste, que também tinha um pedaço dessa operação, ficou com quase nada. Ele nunca foi grande e ficou menor ainda.

Assim, falta financiamento para a produção, e falta muito. Mas não consigo enxergar falta de financiamento para quem consome. Se alguém vai consumir um produto, por exemplo, que custa R\$30, e paga R\$35, isso é algo que tem a ver com o padrão cultural e econômico daquelas famílias que vivem numa pobreza generalizada. Para quebrar isso, temos que criar condições de financiamento para a produção, para que as pessoas possam melhorar de situação, para que elas não estejam tão vulneráveis.

Eu estou assistindo a toda essa explicação e estou considerando-a muito teórica. Não vai aí nenhuma crítica. Reconheço a imensa dificuldade que há para fazer com que programas como esses tomem escala, ganhem viabilidade. Mas na minha cabeça isso não tem viabilidade. É preciso haver uma renúncia, uma capacidade verdadeira de fazer essa operação acontecer. Penso ser perfeitamente justificável que ela tenha resultados melhores que o Fome Zero, mas é preciso que ela esteja voltada para a produção. Para financiar consumo não faltam meios de financiamento. Pelo menos, não vejo isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, último orador inscrito. Logo após, votaremos os requerimentos que estão na pauta e encerramos esse bloco para podermos promover uma reunião secreta, reservada.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, não tive oportunidade de assistir a toda a audiência, até porque existem outras Comissões funcionando, mas, em primeiro lugar, quero registrar a forma com que V. Ex^a conduziu esses debates, que foram bastante acalorados, até pela postura, pelo equilíbrio. Quero também registrar que entendo que houve um questionamento no que se refere a uma suposta apresentação de um comercial de todo o programa do Banco Popular do Brasil, em razão de toda uma estratégia que tinha sido estabelecida de implementação do

Banco Popular. Penso que, se a TV Senado transmitiu isso, não está sob o controle de V. Ex^a ou sob o controle do próprio expositor, do Dr. Ivan Guimarães. Temos de colocar isso nos níveis adequados para não criar impasses absolutamente fora de propósito.

Tive oportunidade de conversar com o Dr. Ivan Guimarães em outras ocasiões, inclusive em debates com o Senador Tasso, sob a coordenação do líder Aloizio Mercadante, mas creio que precisávamos considerar, de uma forma bastante equilibrada e lúcida, o que estamos discutindo. O primeiro ponto é o Banco Popular do Brasil. Foi criado o Banco Popular do Brasil, amplamente debatido aqui no Senado Federal. Como foi dito anteriormente, criou-se, dentro das contas ou dentro do balanço do Banco do Brasil, um quadro específico ou um foco específico segregando-se o Banco Popular e depois trazendo os resultados do Banco Popular para o resultado maior do Banco do Brasil, como as práticas que Banco do Brasil já cumpre desde 1996 como um banco aberto, que tem acionistas.

Penso que se há um questionamento com relação ao Banco Popular, isso está aberto, isso é auditado permanentemente. Os acionistas acompanham os resultados do Banco do Brasil. Portanto, esse é um processo absolutamente transparente. Se existem questionamentos com relação ao que se gastou em propaganda, em publicidade para a divulgação do Banco Popular, creio que já foi absolutamente destacado pelos acionistas, pelos conselheiros, pelos auditores.

São R\$23 milhões, como está aqui, diferidos (*inaudível*) em quantos anos, Dr. Ivan? Em quatro anos? Cinco anos. Estou vendo aqui que o **break even** do Banco está próximo de 2006. Foi montada toda uma estratégia de divulgação do novo Banco.

Então, estamos debatendo a estratégia do Banco, a gestão do Banco, que é auditado, tem acionistas e tem toda uma sistemática de controle adotada, inclusive pelo Banco Central, que é o motivo do requerimento apresentado. Ou estamos discutindo a medida provisória do microcrédito? São dois assuntos que podemos separar absolutamente. Inclusive, creio que o requerimento apresentado no que se refere a uma audiência pública, trazendo o Diretor de normas do Banco Central, pode ficar à parte da discussão maior e da aprovação pelo Senado do microcrédito.

Sr. Presidente, sei que o tempo já está muito...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O tempo urge.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O tempo urge. Então, resalto o seguinte: o Banco Popular tem estratégias. Começou com operações menores, que vão num crescendo. Então, quando pensamos em rentabilidade em termos de valores

absolutos, adotando-se limites menores, não estamos analisando toda a estratégia de crescimento, não só crescimento com relação à abertura de novas contas, novas operações, como também de crescimento do próprio banco com os resultados advindos do que foi projetado anteriormente.

Agora, esse debate, do meu ponto de vista, pode correr absolutamente à parte. O que estamos discutindo aqui, o motivo da audiência, é a Medida Provisória do Microcrédito.

Em um momento como este, quando segmentos importantes da população, ou seja, boa parte da população está afastada dessas questões, quer dizer, sem acesso ao microcrédito, com as propostas que a medida provisória traz para a análise do Senado, usando as Oscips, as agências de desenvolvimento para facilitar o acesso, para dar capilaridade – o que, no Banco Popular do Brasil, só foi alcançado apresentando a todos, por intermédio dos meios de comunicação, as propostas do Banco Popular do Brasil –, enfim, no momento em que estamos, Sr. Presidente, quando temos inclusive a necessidade de fazer com que o País cresça, principalmente atendendo ao microempresário...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador, estou sendo questionado pelo tempo de V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Até porque não se encerra a reunião.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Entendo nitidamente que a aprovação, com as alterações que a Senadora Ideli acabou de relatar, é muito importante, é pertinente e necessária. E se for fundamental a discussão de como atua o Banco Popular do Brasil, vamos separar um assunto do outro, até porque esse projeto de microcrédito é absolutamente importante para garantir mais do que nunca emprego e renda. É um projeto, acima de tudo, cidadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Quero discordar aqui do Senador Delcídio Amaral, em relação a não se convidar o Dr. Darci, uma vez que o Banco Central fez um seminário sobre microcrédito para regulamentar essa medida provisória.

Acredito que ninguém tem mais propriedade para vir aqui falar sobre essa medida provisória do que o Dr. Darci.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Antes de encerrarmos esse bloco, há alguns requerimentos do Senador Eduardo Suplicy, que colocarei

em votação, pedindo que seja incluída a solicitação da presença do Dr. Paulo Nogueira Batista para o debate a respeito da autonomia do Banco Central.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Acrescido o nome do Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Assim não termina.

Só para votar o requerimento... Temos vários requerimentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, queria esclarecer que é em acréscimo aos demais nomes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Isso é que foi colocado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Pois não, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, peço a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Tenho toda.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Estou esperando a resposta, até agora estou sem almoçar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Eu já vou passar, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Tivemos uma discussão sobre microcrédito, mas a discussão foi macro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – É verdade. Requerimento do Senador Tasso Jereissati, Lúcia Vânia e Arthur Virgílio para o convite ao Sr. Darcy da Silva Alves, Diretor de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Rodolpho Tourinho, também incluindo naquela relação da autonomia do Banco Central o nome do ex-Ministro da Fazenda, Sr. Mailson da Nóbrega.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Luiz Otávio, relativo a São Paulo. O convite, além do Secretário do Tesouro Nacional, à ex-prefeita Marta Suplicy e ao Presidente da Eletrobrás Silas Rondeau, e ao Sr. Eduardo José Bernini, Presidente da Eletropaulo.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Eduardo Azeredo para que seja convidada a Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, para prestar esclarecimento a respeito do modelo de reestruturação do setor elétrico.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Azeredo.

Para encerrar, requerimento do Senador Eduardo Suplicy. Requer, nos termos regimentais, seja convidado também o Sr. Alexandre Schwatsman, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, para prestar esclarecimentos à Comissão de Assuntos Econômicos acerca das recentes medidas econômicas implementadas pelo Banco Central relativas às modificações nas normas que dispõem sobre compra e venda de moeda estrangeira e do registro de movimento de entrada e saída e seus impactos na economia nacional.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

Faço um comunicado à Comissão de que, em virtude da aprovação da Resolução 01, de 2005, do Senado Federal, que criou a Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional e Turismo, esta Comissão dará por encerrada os trabalhos da Subcomissão Temporária de Turismo, uma vez que as matérias relacionadas ao turismo serão de competência daquela Comissão permanente.

Sendo assim, encaminho ao plenário do Senado Federal o processado da referida Subcomissão para as devidas providências.

Comunico ainda aos Exm^{os} Srs. Membros desta Comissão que, nos termos do art. 76, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, findo o prazo regimental da Subcomissão Temporária denominada Fome Zero, não foi concluída a sua tarefa. Portanto, não será submetido nenhum relatório à apreciação do Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Assim sendo, encaminho ao Plenário do Senado Federal o processado da referida Comissão para as devidas providências.

Ainda existe um requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio, do Senador Tasso Jereissati e do Senador Sérgio Guerra, nos termos regimentais, solicitando seja realizada, no próximo dia 29 de março do corrente, reunião secreta com a presença do Sr. Ivan, Presidente do Banco Popular do Brasil, para que o mesmo preste esclarecimentos sobre os dados do balanço da instituição.

Sr. Senador Arthur Virgílio, está prevista para o próximo dia 29, terça-feira, às 10 horas, nesta Comissão – queria lembrar aos Srs. Senadores –, uma audiência pública com a participação do Dr. Antonio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda, com a finalidade de esclarecer o recente aumento da carga tributária no País e debater os aspectos e perspectivas da política econômica, em atendimento ao Requerimento nº 02 e 06, da CAE, de autoria dos Senadores César Borges, Luiz Otávio, respectivamente.

O SR. (Orador não identificado) – Na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Então, a proposta seria alterar o requerimento para quarta-feira.

Em votação o requerimento dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Sérgio Guerra.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica para quarta-feira a presença do Dr. Ivan Guimarães, Presidente do Banco Popular do Brasil, em audiência secreta.

Com a palavra o Dr. Ivan Guimarães para resposta.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu gostaria, novamente, de me desculpar por ter passado o vídeo. Não tínhamos dimensão da nossa ignorância em relação ao funcionamento desta Comissão e do Senado. Não foi nossa intenção prejudicar ou atrapalhar o processo. Nossa intenção era simplesmente dar voz às pessoas que tomaram crédito. Não se tratava de uma peça de publicidade do Banco Popular, mas, sim, de um vídeo institucional destinado a mostrar aos funcionários do Banco do Brasil e do Banco Popular o que é feito, quem são os clientes, enfim, um pouco da realidade do Banco Popular.

O nosso banco é de escritório, é um banco de andar; não temos nenhum funcionário na frente conversando com o cliente. É importante trazer para dentro da nossa empresa um pouco do rosto, da fala, das vontades.

Desculpem-nos também porque a qualidade do som estava muito ruim porque trata-se de uma produção caseira. Não é uma produção comercial visando televisão, rádio, mas apenas um vídeo interno nosso.

Nesse vídeo, procuramos mostrar que o crédito concedido pelo Banco Popular não é só de consumo, ou melhor, não é de consumo, é um crédito não-dirigido. Com um valor médio de R\$63 ficamos imaginando o que as pessoas estão consumindo; é um valor muito baixo, muito aquém do que a maioria das instituições financeiras concede. E é um crédito não-vinculado, ou seja, não se destina à aquisição de um bem. É um crédito que permite à família utilizá-lo da forma mais adequada.

Esse é o nosso objetivo: financeirizar a população de baixa renda.

Como disse, temos pessoas que compram remédios; pessoas que começam e tocam pequenos negócios; pessoas que compram alguns insumos; e pessoas que, de alguma forma, fazem algo para se virar. Não temos condições de saber isso. Duvidamos muito daqueles que pensam que, nesse valor de renda, é possível fazer isso, esse “biqueiro”.

Há uma coisa interessante que vimos no Rio de Janeiro: há pessoas que compram refrigerantes e cervejas para vender nos estádios de futebol no fim de semana. Isso é crédito de consumo, investimento ou capital de giro?

Quanto àquelas pessoas que vendem quentinhas nas suas casas; que compram arroz, feijão, carne, preparam os alimentos e embalam as quentinhas, isso é consumo, investimento ou é capital de giro?

É muito difícil, nessa faixa de renda, nesse nível de pobreza, saber para que eles estão usando o financiamento. E a figura de um agente de crédito presente nesses negócios tornaria o negócio muito caro, o custo em que incorreríamos seria muito alto.

Portanto, nessa faixa de renda, a única forma que temos para atender à população é com esse crédito de características gerais, o crédito aberto, que, por sinal, não é praticado só no Brasil: é praticado em outros países do mundo e em outros programas de microcrédito. Cito a Indonésia, a África do Sul e cito o Banco, de Bangladesh, que é um grande banco, tem o mesmo número de clientes do Grameen Bank, e também pratica uma modalidade semelhante.

Então, não estamos inventando a roda em termos mundiais com essa experiência.

A única forma de chegarmos lá na ponta com um custo baixo, barato, ou seja, próximo – respondendo a uma observação do Senador Sérgio Guerra – é conseguir fazer essa operação a mais desburocratizada e mais simples possível. Por isso que o nosso

equipamento é uma máquina de cartão de crédito. Isso que os senhores estão vendo aqui é um terminal de caixa operado pelo próprio balconista. Todas as operações são realizadas nesta máquina. Com isso, temos uma estrutura de custo muito próxima da do cartão de crédito.

É evidente que, comparando o nosso balanço de 31 de dezembro, vamos encontrar despesas de pessoal e de investimento altas, mas são despesas fixas para um milhão, para dois milhões ou para dez milhões de clientes.

Portanto, para nós, é fundamental atingir uma escala rapidamente. Com escala, consegue-se diferir o custo por operação e chegar a um custo barato, podendo ter lucro e retorno financeiro dos investimentos que estão sendo feitos, atendendo com qualidade os nossos clientes.

Então, esse é o nosso objetivo. Por isso, a necessidade de dizer à população que chegou o Banco Popular do Brasil; dizer, nos pontos de vendas, que existe um Banco Popular do Brasil, que é uma subsidiária do Banco do Brasil.

Por isso, os investimentos em *marketing* no início da empresa são elevados, chama-se construção de marca. Todo produto novo, toda empresa nova, no primeiro ano, faz construção de marca. Alguns bancos privados que lançaram financeiras – porque os bancos privados também estão segmentando o setor de baixa renda nas suas financeiras – gastaram muito mais do que nós e não têm o número de clientes que temos. Pesquisamos o que nossos clientes queriam e descobrimos que a mídia mais importante é a mídia na televisão, seguida, imediatamente, da mídia no ponto de venda, a mídia local. Por isso, fizemos a parte dos ônibus e a parte da venda nos pontos de venda com promotoras de venda. Essa é a forma adequada de chegar-se a esse tipo de cliente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. S^a poderia dar um exemplo de banco privado e do montante gasto sobre o que acaba de informar? V. S^a informou que alguns gastaram bem mais. É só para se ter uma idéia...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Senador, a nossa norma não permite falar sobre dados de outros bancos, mas, citando dados que saíram na **Gazeta Mercantil** e no **Valor Econômico**: o ABN gasta, em média, R\$35 de aquisição de um cliente; pelas contas, gastamos R\$20. O investimento de *marketing*, no lançamento da financeira do Itaú, foi muito superior ao nosso. Os dados devem estar ainda na *internet*; são investimentos maiores.

Isso mostra que fomos prudentes no uso dos recursos e estamos seguindo um calendário de cres-

cimento que vai permitir que, lá na frente, mostrem-se os verdadeiros números, quando a empresa estiver madura. Estamos, rigorosamente, seguindo o plano de negócios previsto.

Com esta maquininha, esperamos chegar a 21 mil localidades do Brasil. É o equivalente às 48 mil localidades de Bangladesh. Porém, Bangladesh é muito diferente: é um país extremamente pobre, com aldeias. As pessoas não têm vida fora da aldeia. Por ser um país de tradição religiosa muito forte, o sobrenome das pessoas incorpora o nome da aldeia onde elas nasceram. Elas só têm cidadania a partir da aldeia. Então é uma outra realidade. É muito difícil trazer as experiências de lá e implantá-las aqui automaticamente.

Temos, no Brasil, o maior crescimento urbano do Planeta Terra entre 1950 e 1985. Mais de metade da população brasileira saíram do setor rural e foi parar nas grandes cidades. É diferente, a nossa realidade é outra, mas esperamos chegar lá com os 21 mil pontos de atendimento.

Por que não utilizamos as estruturas existentes das organizações de microcrédito ou pegando aquelas fases? Acredito que a Senadora não se lembra disso, mas participei ativamente das discussões no Comunidade Solidária, como consultor informal não remunerado do BNDES. Trabalhei bastante naquilo.

Tínhamos a visão, naquela época, de que bastava estruturar as organizações que elas conseguiriam captar recursos no mercado e no Governo e se estruturar. Quando fizemos a leitura, em 2002, encontramos o seguinte resultado – e está no livro que escrevi junto com o Jaime Mezzer –: dos 43.800 clientes que o BNDES conseguiu atender com o seu programa, 80% estavam em nove organizações apenas. Ou seja, essas organizações, as Oscips e as Ongs de microcrédito, não conseguiram prosperar. A minha análise, no livro, é por que não conseguiram prosperar.

Então, por exemplo, quando analiso a parte de **marketing**, faço uma crítica. Entendo que, lendo-se o parágrafo anterior, fica claro o seguinte: tem que informar as pessoas. As 52 organizações que o BNDES financiou tinham menos de dois mil clientes. Enquanto na América Latina um agente de crédito tem, em média, 320 clientes na sua carteira, no Brasil, são menos de cem.

Esse modelo encontrou algumas dificuldades que não atribuímos ao mau gerenciamento, à incompetência ou má-fé. Não é isso. É que experiências trazidas de outras culturas para cá têm que sofrer os devidos ajustes. E percebemos que ali havia algum problema. A figura do agente de crédito no Brasil, naquele modelo, estava com alguns problemas; as organizações, também. Por isso, o trabalho demorou mais tempo para ser elaborado.

Essa discussão demorou um pouco mais de tempo. E agora, como a Senadora Ideli disse, estamos tentando, com a nova medida provisória, complementar uma situação que existe. Não se trata de extinguir as organizações, ao contrário, trata-se de reforçar essas organizações.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – O que está sendo feito ou se pretende fazer, com a medida provisória?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ela permite que os bancos possam emprestar dinheiro para essas ONGs, que elas não dependam de recursos apenas do BNDES; e cria uma estrutura legal, um arcabouço jurídico para que a gente possa fazer os repasses para essas organizações e integrá-las ao sistema financeiro.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – E o FAT não pode fazer isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O FAT não pode fazer isso, porque ele só pode emprestar para bancos oficiais federais. Há uma taxa de juros maior.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – E o Ministério do Trabalho?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Ministério não pode emprestar direto. Então, há entraves jurídicos para se fazer isso, porque a Constituição, no art. 239, diz que só pode ser emprestado segundo critérios que preservem valor. Operação de crédito: é preciso ter um capital para justificar que não há risco, o que essas organizações não têm.

Então, por isso estrutura-se fundo de aval e intervenção de bancos. Como os bancos vão trabalhar com essas organizações? Eles dão o ritmo a essas organizações, definem-lhes os riscos e fazem o repasse dos recursos em conta vinculada, liberando-os no momento em que os clientes tomam o empréstimo, de forma a garantir a transparência do processo.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – E por que o Banco Popular tem que operar? É importante isso? O custo operacional não é muito alto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco Popular tem um custo operacional compatível com o a que ele se propõe: emprestar de R\$50 a R\$600. Não vamos emprestar sempre R\$50. Na medida em que o cliente vai crescendo, o valor médio da operação – acreditamos – vai parar na ordem de R\$250. Isso seria o nosso equilíbrio necessário. A partir daí, tenho receita da operação de crédito suficiente para pagar todo o custo do Banco Popular. Então, a partir daí, passa a ser possível...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Por que o Banco Postal não entra nisso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco Postal é administrado pelo Bradesco, banco privado que atende os interesses dos seus acionistas. Eu não saberia dizer por quê. A forma como foi feita a licitação do Banco Postal, deu ao Bradesco autonomia para utilizar essa rede para colocar os seus produtos e serviços. O que ele colocou...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Dr. Ivan Guimarães, só para acrescentar o seguinte: o Bradesco tem 2% do compulsório para usar, se quiser, o Banco Postal. Mas trata-se de uma política do Bradesco.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Mas o que estou querendo saber, Senadora Ideli Salvatti, não é isso. Indago por que não há interesse dos bancos privados em entrar no mercado. É isso que eu quero saber.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Bradesco tem entrado e feito algumas aplicações. O Banco Real e o Unibanco também. Eu diria que falta tecnologia de crédito. As pessoas não sabem emprestar dinheiro para quem não tem comprovante de renda. Os bancos não têm essa cultura. Esta é a grande barreira a ser rompida. Embora se diga que há muito crédito no Brasil, eu discordo disso. O volume de crédito no Brasil em relação ao PIB é de 26%. Os países emergentes têm de 70% a 75%. Os países do leste europeu chegaram a ter 110% do PIB em crédito. O nosso limite está muito aquém do que seria possível.

Existe um grande mercado de crédito para ser atendido. O que me dá essa certeza é que, em sete meses, apareceram 600 mil clientes. Se a demanda de crédito estivesse totalmente atendida, não haveria ninguém para tomar esse crédito oferecido. Além disso, no ano passado, o Banco do Brasil ampliou a sua carteira de crédito em 30%. Há muito ainda que emprestar, especialmente para a população de baixa renda, mas com uma margem de ganho financeiro muito estreita. Considerando-se que esses clientes não têm comprovante de renda, o raciocínio dos bancos é no sentido atender a operações mais rentáveis. Mas é um risco muito grande nessa política.

Há 15 anos, o Banco do Brasil investiu muito fortemente no agronegócio. Na época, também se dizia que o Banco do Brasil tinha problemas e que ia perder dinheiro com o agronegócio. Hoje, a carteira do Banco do Brasil com menor inadimplência e maior resultado é o agronegócio. E todos os bancos querem entrar no agronegócio. O Banco do Brasil, na sua tradição de 200 anos no País, tem um caráter pioneiro. Então, estamos apostando num projeto para 2011. Não é num projeto para dar resultado agora ou daqui a dois ou três anos. É um projeto de longo prazo. Essa carteira de clientes

que o Banco do Brasil vai ter, tem um preço inestimável no mercado. O nosso objetivo é comercial. O Banco do Brasil deseja fazer bons negócios com esses clientes, mas para isso precisa de um tempo, precisa maturar a sua carteira.

Como vamos atuar com esse segmento produtivo? Acima de R\$600, quando o valor da operação comporta a figura do agente de crédito, por meio de organizações não-governamentais, de convênios com outras instituições. Não vamos fazer isto diretamente. Vamos respeitar aquilo que vem sendo feito desde 1996, focalizando esse tipo de trabalho em organizações específicas.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vamos trabalhar nas duas linhas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Nas duas, até R\$600; acima desse valor, com organizações não governamentais. A política de base tem que ser crédito massificado de baixo custo. Um pouco acima, tem que ser crédito dirigido e orientado – que tem um custo maior, mas o cliente pode pagar esse crédito.

Este, então, é o nosso objetivo.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Isto, então, não entra...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não. Não temos estrutura de custo para fazer isso. Não temos, também, inteligência para fazer isso. Entendemos que essas organizações, embora não tenham a escala que seria desejável, elas acabaram tendo um aprendizado nesses anos. Esse aprendizado pode ser potencializado, alavancado. E esse é o papel da Medida Provisória nº 226: permitir que os ajudemos, disponibilizando gestão financeira, plano de contas, padronização da prestação de contas, controles financeiros adequados e *funding* – dinheiro para que elas possam desenvolver as suas metodologias, de forma a não precisarem de subsídios. A idéia é que essas organizações sejam auto-suficientes e possam se expandir.

Então, na terceira fase – gostei muito da sua forma de dividir em três fases –, estamos tentando subir mais um degrau, dar mais um passo para chegar ao que é necessário. Como o Banco Popular vai fazer? O Banco Popular está seguindo o caminho que o Senador Eduardo Suplicy sugeriu: estamos comparando nossos cadastros com os cadastros do Bolsa-Família. Não é uma questão banal porque, tecnologicamente, é muito complicado. Mas a idéia é oferecer a toda pessoa que tenha o cartão do Bolsa-Família a oportunidade de ter uma conta e utilizá-la de forma produtiva e ter o crédito com menor burocracia e menores gastos.

Esse projeto está em gestão e está nos exigindo um esforço tecnológico muito grande. E insisto: oitenta e uma pessoas é um time muito pequeno para o tamanho da nossa missão. É um banco muito pequeno em termos de custo.

A idéia é que todas as transferências de renda do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios se dêem por meio de conta bancária, de transações eletrônicas. Esse é um processo de adesão que vai demorar alguns anos também para ser construído. Acredito, Senador Suplicy, que, no início do ano que vem, esse processo estará disponível. É uma plataforma tecnológica bastante complexa e inovadora também. Essa maquininha pode parecer pequenininha, mas é num terminal de caixa. É uma máquina que tem uma complexidade muito grande e é necessário ter muito cuidado em os produtos antes de disponibilizá-los na rede.

Essas organizações vão ser fiscalizadas, elas assinam conosco um contrato que permite que a auditoria interna do Banco do Brasil faça auditoria nessas organizações. É uma forma de não gerarmos novos custos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – De qual banco?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Do Banco do Brasil.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não. O Banco Popular não tem uma auditoria própria. O Banco do Brasil tem auditoria, e o Banco Popular se subordina à auditoria do Banco do Brasil.

Na verdade, são dois órgãos de controle: controles internos e auditoria. São ligados direto ao Presidente e atuam de forma, vamos chamar assim, dialética, em oposição, pegando coisas diferentes e mantendo o controle da organização. Então, todas serão fiscalizadas, e o dinheiro só vai ser liberado na conta do cliente. Não vai haver trânsito de dinheiro por dentro da organização.

Então, Senador Suplicy, vamos trabalhar com as formas solidárias de produção a partir dessa experiência com as organizações não-governamentais – foi sua primeira pergunta – dentro de uma experiência que estamos construindo com a Fundação Banco do Brasil, quem tem recursos para fazer atividades sociais e que pode organizar e acompanhar o desenvolvimento. A Fundação Banco do Brasil já tem uma tradição em microcrédito, já lida com isso há cerca de oito anos, e a idéia é aproveitar também essa experiência.

A partir do momento em que pudermos fazer os repasses junto com a fundação, vamos selecionar algumas organizações para fazer os desembolsos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Mas há também experiências de formas solidárias de obtenção do microcrédito, a exemplo do que ocorre lá em Bangladesh com o Grameen Bank, ou seja, grupos, como Muhammad Yunus nos fala, por exemplo, de cinco, de sete mulheres para obterem um empréstimo e todas elas serem responsáveis pelo cumprimento do pagamento? Gostaria de saber se este tipo de experiência, porventura, estaria também sendo contemplado pelo Banco Popular.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Na nossa visão, Senador, se a organização que vamos financiar desejar trabalhar com essa metodologia, sim. A nossa visão é não impor às organizações uma metodologia ou outra. Nós vamos avaliar apenas o ponto de vista financeiro. Aquelas que já trabalham com microcrédito, com garantia solidária – esse é o nome que se deu no Brasil – poderão continuar trabalhando. Aquelas que quiserem iniciar o trabalho com garantia solidária também poderão estar fazendo isso. Aquelas que preferirem uma outra forma, também. O que há é um esforço do Professor Paul Singer no Ministério do Trabalho de incentivar o surgimento de novas organizações de características solidárias. Essas também poderão pleitear amparo financeiro, recursos emprestados ao Banco Popular.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – No Banco Popular...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim. Poderão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Isso é importante.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Por favor, fale no microfone, Senadora Lúcia Vânia, para que eu possa ouvir.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* entrou na concorrência com a estrutura dos Correios com o Bradesco?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quando foi feita a licitação do Banco Postal, dos Correios, o Banco do Brasil já estava desenvolvendo o projeto. Naquela ocasião – creio que foi há cerca de seis anos, se não me engano –, o Governo decidiu fazer a licitação. O Banco do Brasil participou de uma etapa da licitação, mas não chegou ao final. E quem ganhou a licitação foi o Bradesco. O Bradesco pagou para ter direito de utilizar a rede dos correios. Então, ele tem que trabalhar e, de alguma forma, remunerar isso. O Banco do Brasil não quis participar desse formato.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Aquela forma *(inaudível)* não é mais o objetivo para o que vocês chamam de bancarização?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A rede dos Correios é uma rede muito interessante e totalmente vinculada pela licitação ao Bradesco. Então, não temos possibilidade de utilizar essa rede.

As nossas pesquisas mostraram, no ano passado, que o nosso cliente não gosta de ir à agência. O nosso cliente quer ser atendido perto de casa, num ambiente que lhe seja confortável. E o mais confortável é aquele mercadinho a que ele vai sempre. É o lugar onde ele faz rotineiramente as suas compras. Por isso, escolhemos esses lugares para colocar o nosso correspondente bancário. Ele está mais próximo, mais integrado, e as pessoas têm um medo muito grande de serem constrangidas, porque, por exemplo, faltaram dez centavos.

Portanto, nesse ambiente, ela sabe que não vai ser constrangida porque ela conhece o caixa, conhece o dono, enfim, tem todo um relacionamento ali.

Essa é a forma de atendermos essa população, é a forma com que conseguimos fazer funcionar bem.

Evidente que há problemas, como o Senador Arthur Virgílio apontou, de alguns pontos que, às vezes, ficam fora do ar. Estamos correndo atrás disso e, como todo negócio novo, como toda atividade nova, há uma curva de aprendizado. Há coisas que estamos aprendendo ainda. Fazemos pensando que está correto, fazemos pesquisa, colocamos lá; depois vamos ver se funcionou, ou não, e o quanto funcionou.

Por isso, não quis responder a pergunta do Senador Arthur Virgílio sobre quanto vou gastar. Eu dei o teto, eu disse que vamos gastar até 20 milhões, porque estamos, neste momento, fazendo uma pesquisa com os nossos clientes para entender como eles receberam tudo o que fizemos, quais são as críticas, quais são os pontos fortes, quais são os pontos fracos para, a partir daí, tomarmos as decisões de investimento em publicidade.

Não somos nós, do Banco Popular, isoladamente, que tomamos essas decisões. Existe um Comitê de *Marketing* no Banco do Brasil, composto de vários diretores. E todo o *marketing* do conglomerado tem que passar por esse Comitê, tem que ser discutido e aprovado pelo Comitê.

Portanto, não tenho ainda uma proposta para levar ao Comitê, porque não sei o que meus clientes pensaram. Preciso continuar no modelo televisão-e-promoção, ou não? Preciso enfatizar mais promoção? Estamos discutindo, também, algo do tipo dar descon-

tos: descontos em tarifa, uso interno, alguma coisa. Todos esses modelos estão sendo testados.

Então, respondendo ao Senador – infelizmente, S. Ex^a não está presente, mas pediu desculpas por se ausentar; não estou querendo constrangê-lo, de forma alguma –, mas não sabemos a resposta. Temos que, em primeiro lugar, olhar as pesquisas, olhar o resultado do que fizemos, para ter clareza de como isso tem que ser feito, qual é o melhor uso possível. É evidente que, no primeiro ano, usa-se mais dinheiro para construir a marca.

Todas as campanhas do Governo Federal para atingir a grande população também começaram assim: a campanha da camisinha, a campanha da merenda escolar, da fiscalização dos recursos. Ao seu tempo, todas tiveram a necessidade de dizer: “Nós existimos.” Cito a merenda escolar porque é um caso muito importante. Embora fosse um programa federal muito conhecido, os Municípios não conheciam a merenda e havia uma série de problemas. Agora conhecem bastante o assunto. Foi necessário fazer muita publicidade da merenda para que os cidadãos do Município soubessem que a merenda era um direito, não podia ser cobrada e se poderia criar aqueles comitês que, no começo, de certa forma, fiscalizavam a operação da merenda.

Então, isso é natural no País. Em um País com as dimensões do nosso têm que ser feitas divulgação e **marketing**, como está se fazendo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Farei uma indagação sobre esse tema da questão da publicidade, inclusive levando em conta que o Senador Tasso Jereissati leu um trecho do livro de sua autoria, sobre o microcrédito, em que estava explicitado que, quando as pessoas souberem das vantagens, isso vai se espalhar com muita força, no boca-a-boca, na sua expressão.

Na medida em que as pessoas perceberem que o microcrédito proporcionado pelo Banco Popular realmente resulta numa vantagem tão significativa, e sendo tão positivo, a necessidade de se fazer publicidade será diminuta. O importante será apenas fazer chegar a informação que passará a ser divulgada até boca-a-boca, dada a vantagem significativa.

Sobre esse ponto, gostaria de lhe perguntar: o Banco Popular tem feito levantamentos no que diz respeito a quando as pessoas, seja no Nordeste, São Paulo ou onde for no Brasil, necessitam de algum pequeno empréstimo em torno de R\$62 em média ou que seja de R\$100, R\$200 ou até R\$600? Qual, normalmente, tem sido o custo solicitado, digamos, por agiotas em comparação àquilo que o Banco Popular, o microcrédito, vem oferecendo? É essa vantagem comparativa

tão significativa que poderá resultar em uma divulgação quase natural, minimizando-se a necessidade da publicidade.

Se puder nos dar essa informação, será importante.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– No livro, Senador Eduardo Suplicy, estou analisando as organizações não-governamentais de microcrédito e suas estratégias. Elenco vários fatos: escala pequena; falta de um sistema eletrônico de acompanhamento de informações; uma certa confusão no público-alvo; uma certa confusão no papel do agente de crédito em querer entender do cliente mais do que o próprio cliente. É como se o agente de crédito pudesse discutir produção de lajes pré-moldadas e venda de pipocas. Abrange um elenco muito grande de atribuições e as estratégias comerciais. Eles falam: “Olha, eles dizem que o boca-a-boca vende, mas, no caso deles, não está vendendo”.

O senhor tem razão. A partir do momento em que construo a marca e que as pessoas, na cabeça, saibam o que é Banco Popular, o boca-a-boca funciona. Em uma das imagens que passamos, uma empregada doméstica está fazendo poupança para, depois de 20 anos, poder comprar uma passagem para o seu Estado de origem e visitar a família. Ela fala: “Contei para todas as minhas amigas”.

O que já aprendemos? Quando faço promoção numa pequena loja, num ponto de venda, depois que tiramos a promoção, o movimento cai, mas não volta ao nível de antes, mantém-se em um patamar razoavelmente elevado. Então, aquela comunidade passa, no boca-a-boca, a saber que aquele ponto está ali e passa a freqüentá-lo. Então, ao nosso ver, há uma tendência natural de redução dos volumes de publicidade, mídia.

Há uma necessidade de aquisição de novos clientes. Temos de chegar até oito milhões de clientes para o nosso modelo se tornar interessante. Como estamos imaginando fazer isso? Com pequenos eventos regionais. Por exemplo, partida de futebol, promoção de coisas locais, com o que se consegue atrair muita gente. Mas isso ainda não está planejado, não está – como dizemos – planejado, não está em um projeto. Ainda tem de ser submetido à Diretoria de **Marketing**, ao Comitê de **Marketing** e ao Conselho Diretor do Banco do Brasil. Mas estamos caminhando nesse sentido.

Acreditamos que haverá redução não porque houve um gasto mais elevado do que foi necessário no primeiro ano. É extremamente necessário construir uma marca. Estamos convictos e seguros disso.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – E quanto à taxa cobrada pelo agiota normalmente?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ah, desculpe-me, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Porque foi esse o ponto-chave que levou Muhammad Yunus, conforme ele relata no livro, a mostrar que seria uma enorme vantagem se prover um empréstimo a uma taxa de juros bem mais razoável, bem menor do que aquela cobrada pelo agiota, desde o primeiro exemplo, com o qual ele se deparou. No livro, ele explica sobre o Grameen Bank.

Por isso, na medida em que ficar muito claro para a população que o empréstimo, por meio do Banco Popular, do microcrédito, for tão mais significativo, não precisará haver grande publicidade em *marketing* porque, se é tão melhor, naturalmente, as pessoas procurarão pelo conhecimento que passará só com a informação que o Governo poderá dar. O Presidente ou o Ministro da Fazenda pode explicar, em suas entrevistas à população, o que é essa grande vantagem. Mesmo a Senadora Lúcia Vânia, Senadora da Oposição, pode dizer: “Há algo muito importante, no Brasil, para qualquer pessoa, no Mato Grosso do Sul, que você deve procurar porque significa a possibilidade de você obter seja R\$100, R\$200 ou até R\$600 para comprar tal tipo de equipamentos simples, às vezes até uma bicicleta, um equipamento que vai lhe proporcionar a oportunidade de uma atividade econômica.” Ela poderá dizer: “Olha, você vai lá em tal lugar e obterá isso com muita facilidade, com um mínimo de burocracia”.

Então, nós mesmos, Senadores e Deputados, teremos a responsabilidade de divulgar isso à população na medida em que ficar muito claro qual a vantagem. E qual é a maior vantagem? É a diferença entre o que seja lá na Rocinha, ou em Paraisópolis, ou em Campo Grande, se uma pessoa estiver precisando muito de R\$100 para uma emergência, ela puder saber que, em vez de ir ao agiota, que vai lhe cobrar tanto por cento a mais, poderá obter por apenas 2% ao mês.

Então, minha pergunta volta a ser: qual é, no Brasil, a taxa normalmente cobrada pelos agiotas no sistema que existe? Essa é a pergunta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Eduardo Suplicy, desculpe-me, agiotagem é crime.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu sei, mas ela...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É uma exploração tão violenta, que não deveria, em hipótese alguma, ser aceita. E creio que o Banco Popular tem tudo para substituir esse tipo de delito violento na área econômica.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a esclarece um ponto importante...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me, é algo tão absurdo, é 10% para cima, ao dia. É crime hediondo... É destruidor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mesmo em sendo um crime, ela...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ... ela existe. E existe principalmente no funcionalismo público, que paga o preço mais alto...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Existe e é muito praticada. Portanto, se for explicada a vantagem de se usar o banco popular, é uma vantagem tão grande que poderá significar uma publicidade relativamente diminuta. É só a questão de se informar a população que existe essa possibilidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O que nos preocupa é o microcrédito que se faz no comércio hoje, com cheque pré-datado, que é descontado pela *factory*, que também tem um alto juro, de 9%. Então, são coisas conflitantes com o objetivo do crédito popular.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Esse é o ponto que eu gostaria que se esclarecesse bem, em benefício da...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O valor é que tem que ser um pouco motivado para cima, não é, Senadora? Porque R\$60, sei que a população, com isso... Alguns pequenos... Quando se fala em mercado informal – e eu aqui até já disse isso –, se é informal, não se pede nenhuma vinculação com a legislação jurídico-econômica porque não se pede nada, nem CPF, nada, nada, absolutamente... Tem que ter o CPF. É por isso que fica claro que o sujeito não pode chegar e dizer “Eu sou Joaquim”, ir lá e pegar o dinheiro. Ele tem que ter alguma coisa que comprove sua existência física na conceituação da sociedade por inteiro. Por isso que fiz aqui...

Estou interrompendo no final, o senhor desculpe-me, mas são coisas que realmente... Há todo o caminho para minimizar essa exploração que se faz junto à população, mas temos que melhorar a objetividade e conceder um crédito maior, para que atinja realmente a população de baixa renda e fique fixado à baixa renda. Qual é a baixa renda que o banco considera como baixa renda: salário mínimo, dois salários mínimos? Vi aqui o levantamento, vai até 15 salários mínimos os empréstimos pequenos, no gráfico que V. Ex^a apresentou aqui. Está aqui: “população – renda: 20 salários mínimos. Há gente que pede empréstimo... Com um salário mínimo, há 60% da população. V. Ex^a viu o gráfico?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Vi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É um negócio, desculpe-me...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria só de acrescentar o seguinte: ninguém aqui está questionando a importância do microcrédito. Penso que ele é fundamental. O que questionamos é o custo-benefício disso. Como uma instituição como o Banco do Brasil, que tem seus acionistas, justifica isso, enfim, creio que muita coisa pôde ser esclarecida hoje e muita coisa ainda fica no ar. A questão da publicidade assusta realmente neste primeiro momento. V. S^a coloca a importância da criação da marca.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Duas vezes mais que uma campanha eleitoral para Presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Há a importância da criação da marca, mas para mim fica o questionamento de por que o Banco Postal não entrará nessa.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Senador Eduardo Suplicy, a agiotagem neste País é criminosa, existe, está presente. Para o nosso cliente, existe algo muito complicado, que é o custo de oportunidade. Se alguém chamar um cliente nosso para consertar uma cortina, ele tem que comprar o material hoje, consertar amanhã para receber amanhã mesmo; é algo muito rápido. Ele está disposto a pagar qualquer coisa por isso. Algumas lojas, em algumas cidades do Brasil, têm isso: emprestam fiado até o dia seguinte, mas a 10%. Para ele, isso não é pagar juros; isso é comprar a prazo. A agiotagem anda muito disfarçada, muito casada com o comércio. Nesse caso, é mais difícil explicarmos para o cliente que aquela compra à vista que ele está fazendo para pagar depois de um ou dois dias embute muitos juros. Era melhor ele ir ao Banco Popular, pegar o dinheiro, fazer a compra e exigir um desconto à vista. Essa mecânica tem que ser melhor explicada.

Temos uns casos interessantes. No interior da Bahia, há uma cidade em que grande parte da população masculina desce para a colheita da laranja em São Paulo. Normalmente, eles não têm dinheiro para pagar a passagem. O que eles faziam? Pegavam dinheiro com um agiota, pagavam a passagem, iam trabalhar, moravam nas próprias colheitas e depois voltavam e, com o dinheiro, pagavam o agiota. Neste ano, pela primeira vez, eles pegaram dinheiro no Banco Popular e dispensaram o agiota. Só que, para nossa surpresa, eles não pagaram no primeiro mês, foram pagar depois de dois meses e meio. Por quê? Porque eles estão lá, eles têm que esperar terminar a safra para receberem.

Nós aprendemos que em alguns casos o crédito tem que sofrer uma pequena modificação para se adaptar à necessidade do cliente. Ele é um inadimplente?

Não, ele atrasou porque tem que executar a atividade dele para receber.

Estamos tentando fazer esse trabalho. Quando ficarem claras para a população as vantagens de estar num sistema financeiro formal, quando superarem o medo de darem a identidade e o CPF e quando aceitarem fazer parte do cadastro da Receita, ficará melhor para o País. Isso reduzirá, com certeza, nossos custos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dr. Ivan, o senhor entende que essa medida provisória consolidada mais o projeto do Banco Popular ou não tem nada a ver?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ela abre para o Banco Popular uma possibilidade importante, que é trabalhar com essas organizações de microcrédito tradicionais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sentimos que não está muito consolidado o sistema, tem que fazer publicidade porque há várias nuances que ainda não se definiram.

A medida provisória vem ao encontro dos objetivos do Banco Popular ou ele estaria fora do processo de se criar organizações não-governamentais para redistribuir esse crédito? O papel do Banco Popular seria muito mais forte do que o de uma organização não-governamental pela estrutura de vinculação ao Banco do Brasil.

Esse é o questionamento que se faz aqui da discussão da medida provisória.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco Popular é um pedaço de uma política maior de microcrédito do Governo brasileiro. Atuamos numa faixa de R\$50 a R\$600 para aquelas pessoas mais pobres, que ganham até dois salários mínimos por mês.

O crédito orientado é a partir daí até o começo da microempresa, é aquela pessoa que precisa de um negócio, que vai tocar o seu negócio e que, em algum momento, ela vai se formalizar e entrar no sistema financeiro tradicional. Para isso, ela precisará do crédito orientado.

Não temos estrutura de custo para oferecer esse produto ao cliente; nosso custo é muito elevado para fazer isso. Consigo fazer o crédito massificado com a máquina, porque não há pessoas ali. Mas se tiver que colocar alguém viajando, não terei custo para isso.

Qual é a nossa proposta? A partir da medida provisória, vamos fazer um processo de seleção de organizações e emprestar dinheiro para essas organizações fazerem o crédito orientado, capilarizar por meio dessas organizações e, com isso, chegar a esse cliente que precisa de um atendimento um pouco mais complexo.

Quanto ao Banco Postal, de alguma forma, o Bradesco tem feito operações de microcrédito, utilizando esses recursos para algumas operações de desconto em folha, principalmente de aposentados. Isso está absolutamente correto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria o banco de varejo.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É o banco de varejo.

Nesse mercado mais pobre, nesse mercado popular, precisamos vencer a barreira da falta de garantia, da falta de definição da renda. Por isso, foi muito importante a criação da conta popular, que permite trazer esse cliente para o banco.

A nossa metodologia é uma “escadinha” de crédito. Começa com R\$50, passa para R\$100 e depois para R\$200. Dessa forma, há tempo para aprender com o cliente e verificar se, de fato, ele vai ser adimplente e vai pagar corretamente. Quando ele tiver devidamente aprendido a lidar com crédito, nós o aumentamos. Portanto, o mais inovador no Banco Popular é a metodologia de crédito. O banco faz com o cliente tenha essa consciência.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Hoje, fora a normatização da medida provisória, o Banco Popular tem a mesma flexibilidade de uma Oscip ou segue as normas rígidas do sistema financeiro?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O banco segue as normas rígidas do sistema financeiro, as normas de Basileia; faz provisão para devedores duvidosos; classifica os clientes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É um banco mesmo.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Todo mundo. A única diferença é que podemos operar com a conta simplificada, e temos foco naquilo que fazemos. Numa agência do Banco do Brasil, há cerca de seis mil produtos financeiros para serem vendidos ao cliente. No nosso banco, existem oito. Quando atingirmos o maior número de produtos, serão vinte. Portanto, estamos muito focados nesse público. Estamos o tempo inteiro trabalhando para eles. Essa é a diferença na forma como o Banco do Brasil se organiza. Ao surgir um negócio novo, cria-se uma empresa específica para as pessoas que estão naquela instituição cuidarem apenas daquele assunto. Na agência do Banco, esse tipo de operação não funcionaria nunca. O gerente jamais se sentiria à vontade de misturar esses dois tipos de atendimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como está dentro da **holding**, V. S^{as} são subordinados à direção do Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Senador, somos totalmente subordinados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, não há independência. O banco não tem uma independência total, pois pertence ao sistema de venda de produtos do Banco do Brasil.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É uma empresa privada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se é que entendi bem.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Temos autonomia gerencial, mas somos controlados ao banco.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pelo que entendi, é o Banco do Brasil quem decide essa parte de publicidade.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Isso.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Não empresta para a Oscip com as mesmas condições que emprestaria para um cliente?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se não me engano, na medida provisória, a Oscip faz o papel de repasse.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Então, a organização não empresta; ela repassa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Oscip repassa e é avalizada por um banco.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – E V. S^{as} atuariam como agente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Intermediário. Como uma agência...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Seria um correspondente bancário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E teriam o aval de um banco.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A Oscip é uma espécie de correspondente bancário do Banco Popular. Pego o dinheiro, faço um pacote, defino com a Oscip a taxa de juros mínima e a máxima, deposito em uma conta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E vão saindo os 2%.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – E guardo o dinheiro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vai ser para cima.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quando a Oscip faz uma transação, dou-lhe um sistema eletrônico.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Falo isso porque estudei o assunto. Pediram-me para analisar essa questão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Vai sair. Vai acrescentar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vai acrescentar.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Vão se somar os 2%.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vai sair dos 2%. Vai para 4%.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Disponibilizo um sistema eletrônico na Oscip e faço com que a organização use todo um sistema de contabilidade nosso, que chamamos de plano de contas. Quando ela fizer uma operação, liberamos na conta do cliente o dinheiro dessa operação. E quando o cliente paga...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O banco é avalista?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O banco é avalista, e o fundo de aval entra ajudando nisso.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Mas ela teria que seguir aquela norma.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Deve seguir uma norma, que é bem mais simplificada. A idéia é não deixar que esses dados sejam comparados entre diferentes organizações, gerem descontrole e, no futuro, causem qualquer tipo de problema. É preciso haver um controle, que é a mesma metodologia usada pelos bancos, por exemplo, com o desconto em folha ou quando compram carteiras de financeiras. É a mesma metodologia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Também vislumbro como saudável, sem entrar no mérito dessa medida haja vista que há muito a se discutir, o fato de o dinheiro depositado compulsoriamente ser congelado e não voltar à circulação. Provavelmente, essa seja uma forma de voltar à atividade empresarial, produzindo algo, porque é muito alto.

Participei de uma reunião com representantes de alguns bancos que reclamaram muito da impossibilidade de haver um banco varejista e de emprestar a funcionário público. As pessoas que têm essa necessidade encontram dificuldade para isso. Portanto, esse dinheiro congelado equivale a 80%.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – São 100% do depósito à vista e 30% dos depósitos a prazo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Que saem de circulação. Então, não há recursos para fazer financiamentos, porque ficam congelados no Banco.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desse modo, é necessário abrir portas. Desculpem-me

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para encerrar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente Romeu Tuma, peço desculpas pelo adiantado da hora, mas a curiosidade faz-me argüir o Sr. Ivan Guimarães.

Minha questão é curta, Sr. Ivan. V. S^a afirmou que o Banco do Brasil possui seis mil produtos e que o Banco Popular tem oito e, salvo memória, chegaria a 20. O Senador Romeu Tuma disse que o Banco Popular faz parte da *holding* do Banco do Brasil, mas aquele é um banco distinto, que apresenta uma estrutura e uma diretoria separadas. Apenas compõe a *holding*, cuja “cabeça” é o Banco do Brasil.

Pergunto a V. S^a se seria necessário criar um banco popular para gerenciar os R\$120 milhões desse microcrédito. Não há uma superposição de ações e de órgãos para gerenciar esse financiamento ao micro ou ao crédito familiar? O próprio Banco do Brasil não poderia ter um sistema administrativo ou gerencial que pudesse estabelecer internamente a estrutura criada no Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A equipe que trabalhou o projeto do Banco Popular considerou muitas variáveis. A primeira delas é que o Banco do Brasil tem ações em bolsa e investimentos estrangeiros. Se as operações relativas ao Banco Popular fossem feitas no Banco do Brasil, por mais que fôssemos transparentes na hora de mostrar os resultados, sempre poderia haver dúvidas. Como o Grameen Bank está com um problema sério nas suas prestações de contas desde 2003, os investidores internacionais poderiam pensar que o nosso caso seria semelhante ao daquele, razão pela qual poderíamos quebrar. Os investidores têm autonomia para pensar o que quiserem.

Não alugamos nenhum prédio novo, pois o Banco Popular funciona no Banco do Brasil, ao qual pertencem as mesas, as cadeiras e os funcionários. Minha auditoria e meu departamento de *marketing* são do Banco do Brasil, mas criou-se outra empresa para isolar financeiramente essa operação do balanço do Banco – e, portanto, dar transparência.

Na verdade, só estamos fazendo esta reunião hoje, porque o Banco Popular possui um balanço separado, não integrando o do Banco do Brasil. Se assim não fosse, ninguém saberia o que estaria acontecendo. Seria muito difícil separar os gastos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Quem paga os custos administrativos do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Como é um projeto novo, ele tem um plano de negócios. O Banco do Brasil aplicou recursos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – São os custos do financiamento familiar.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Que vão retornar para o próprio Banco Popular. Os pagamentos serão feitos e os lucros do Banco Popular, futuramente, serão remetidos ao Banco do Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas não nesse valor de financiamento para custear as despesas demonstradas na audiência de hoje.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Com seis milhões de clientes, já será possível em razão do valor médio da operação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Nesse ponto, estou de acordo com o Senador Tasso Jereissati: vou pagar para ver.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sr. Senador, há um detalhe importante e eu havia feito uma anotação. Há uma figura que precisa ser analisada. Trata-se do processo social que tem que representar e no qual o Governo precisa investir, porque, em todos os sentidos que estou enxergando, parece-me que o objetivo é social. Evidentemente, uma série de nuances devem ser esclarecidas e acertadas, mas ninguém é contra o projeto do microcrédito em si, porque ele tem um fundamento social importante.

Não estou defendendo o Dr. Ivan, mas é uma ansiedade que temos. A população necessita de um apoio social claro, não se deixar ser explorada permanentemente, sem ter oportunidade de produzir.

Sei que o senhor tem razão, pois é um homem experiente, mas, quando falo em ressarcimento, refiro-me ao ressarcimento social. O Governo tem que disponibilizar dinheiro para pagar a despesa. Senão, deixa de ser social, passando a ser somente econômico. Não sei se o senhor concorda comigo.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Concordo, mas gostaria de citar um exemplo. A nossa rede é igual à de um cartão de crédito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Concordo com o Senador Romeu Tuma. O social tem que ser feito. Mas, como a sociedade está bancando isso, tem que ser feito com os menores custos possíveis. Então, se puder ser feito sem criar uma estrutura nova, dentro da estrutura do próprio banco ou dentro de organismos já existentes, que seja feito. Que não se crie uma nova estrutura para isso!

Vamos aprofundar a questão! Entendo o raciocínio do Senador Romeu Tuma e concordo com S. Ex^a.

Os mais carentes necessitam de linhas de financiamento, que estão disponibilizadas pelo Sebrae, pelas instituições...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Segundo a explicação que nos foi dada pelo técnico do Ministério do Trabalho, o Sebrae é o maior parceiro do microcrédito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas, na hora de tomar o crédito, Senador, são solicitadas tantas exigências do cliente, do pequenino, do micro ou do inexistente, que ele não consegue obter o crédito. Já que foi criado o Banco Popular, espero que essas exigências não sejam de tal monta...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dr. Ivan, agradeço a V. S^a pela presença, quase que espontânea, mas atendendo ao requerimento, permanecendo aqui todo o tempo necessário, sem se furtar a dar todas as respostas, com habilidade e respeito aos Srs. Senadores.

Acredito que as perguntas e as respostas criam um quadro real do que seja importante, tendo em vista uma conclusão mais clara sobre a medida provisória, para que, em breve, possamos discuti-la em plenário.

Visto que não há mais ninguém para indagar-lhe – o Senador Eduardo Suplicy está aqui apenas para se despedir do senhor –, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião 15h15min.)

Ata da Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de março, de 2005, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e nove de março do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko, Osmar Dias e Jefferson Peres, e, ainda, dos Senadores Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal e João Alberto

Souza. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Guerra, Ramez Tebet, tendo falta justificada em virtude de licença médica, Sérgio Cabral, José Maranhão e a Senadora Ana Júlia Carepa, tendo falta justificada em virtude de estar presidindo Comissão Externa. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência convida o Excelentíssimo Senhor Antonio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda, para sentar-se à Mesa a fim de dar início à sua exposição. Após a exposição, usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores César Borges, autor do Requerimento nº 02-CAE/05, Rodolpho Tourinho, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Magalhães, José Agripino, Antonio Carlos Valadares, Garibaldi Alves Filho, Tasso Jereissati, Eduardo Azevedo, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Arthur Virgílio, Ideli Salvatti, Pedro Simon, Almeida Lima e Luiz Otávio, autor Requerimento nº 06-CAE/05. Antes de encerrar a Reunião, a Presidência comunica a realização de reunião secreta da Comissão em trinta de março do corrente, às nove horas e trinta minutos com a presença do Senhor Ivan Guimarães, Presidente do Banco Popular do Brasil, para que o mesmo preste esclarecimentos sobre os dados do Balanço da Instituição referentes ao primeiro trimestre de 2005, ainda não divulgados publicamente, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 29 de março de 2005, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões nº 19, ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a proposta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Na pauta de hoje está a audiência pública com a participação do Exm^o Sr. Antonio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda, com a finalidade de esclarecer o recente aumento da carga tributária no País e debater

os aspectos e perspectivas da política econômica, em atendimento aos Requerimentos nº 2 e 6 da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores César Borges e Luiz Otávio, respectivamente.

O Sr. Ministro já se encontra pronto para iniciar a audiência.

De acordo com o art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a, o Ministro, terá trinta minutos para fazer a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação para as Senadoras e os Senadores inscritos, aos quais a palavra será concedida pela ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido com preferência para os autores dos requerimentos; o interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, mais um prazo máximo de dois minutos para réplica, tempo que será igualmente concedido ao Ministro para a tréplica.

Com a palavra o Exm^o Sr. Ministro Antonio Palocci para fazer a sua exposição.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Muito bom dia a todos.

Queria, em primeiro lugar, agradecer o convite para comparecer a esta Casa, o que nos dá a oportunidade de fazer um esclarecedor debate sobre a política econômica. Pretendo falar, ouvir, e debater francamente com os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras sobre a nossa política.

Gostaria, em especial, de agradecer a gentileza do Presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros, de estar aqui conosco; agradeço-o pela generosidade de sua presença. Gostaria ainda de dizer do otimismo com que vemos a sua conduta desde o primeiro minuto como Presidente do Senado, preocupado com as questões fundamentais do País, e tematizando o que é essencial para o desenvolvimento sustentável do nosso Brasil. Quero, se me permite, cumprimentá-lo por sua iniciante gestão, já com uma visão tão objetiva e concreta dos desafios nacionais.

Agradeço também ao Senador Luiz Otávio, que teve a gentileza de me visitar para fazer esse convite. É com satisfação que o atendo. O Ministério da Fazenda, não só nesta audiência, mas sempre, quer estar de portas abertas para esta Comissão, que tem uma função essencial na República. Julgamo-nos, como servidores públicos que somos, na obrigação de estar permanentemente dialogando com cada membro desta Comissão – o que temos procurado fazer –, para tratar com transparência todas as questões.

Ao cumprimentar o Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente desta Comissão, igualmente nos colocamos à disposição dos seus trabalhos nesta Comissão e no Senado Federal.

Cumprimento também cada um dos senadores e lhes digo que estaremos dispostos ao debate mais amplo possível.

Dentro dos temas que nos foram propostos, queria fazer uma breve exposição para sugerir questões para o debate.

Em primeiro lugar, gostaríamos de caracterizar os elementos que hoje consideramos essenciais para a consolidação da política econômica do Brasil. O equilíbrio fiscal é uma peça importantíssima, tem sido um pilar fundamental em todos os países que aceitam o desafio do equilíbrio econômico, do crescimento sustentável como uma questão essencial.

Um segundo ponto é um compromisso que o Presidente Lula e o nosso Governo fizeram com o País e que eu gostaria de reafirmar durante o nosso debate sobre a interrupção do crescimento da carga tributária do Governo Federal tendo como limite o nível observado no ano de 2002, já colocando uma das questões pelas quais o convite da CAE nos chegou. Vou falar um pouco sobre este tema.

Um outro ponto essencial para o nosso equilíbrio econômico é a solidez das contas externas. Outro ponto é o relativo às medidas estruturais para a expansão do crédito e melhoria do ambiente de negócio. Na verdade, desde 2003 venho solicitando a esta Casa que aprove várias medidas relativas ao crédito. O Senado jamais faltou à política econômica com o seu apoio a medidas essenciais, e eu gostaria, como forma de reconhecimento do grande valor do trabalho do Congresso Nacional, de expor um pouco dos resultados que nós já estamos obtendo com as medidas votadas nesta Casa e na Câmara dos Deputados.

Falarei sobre a redução do custo do investimento e estímulo a poupança de longo prazo, que também são medidas que foram votadas no final do ano passado nesta Casa e que já têm impacto do ponto de vista da poupança e do investimento no País.

O apoio às famílias de baixa renda e a redução da regressividade tributária foi o tema central das colocações do atual Presidente do Senado, Renan Calheiros, quando debatíamos, na última visita que fiz à Casa, a questão tributária. O Senador nos cobrava, tenho certeza de que em nome de todos os Senadores, que houvesse um olhar do Governo sobre a redução dos tributos da cesta básica do consumo popular, que isso teria impactos importantes na população de baixa renda. Isso foi feito, com grande apoio do Congresso, e os resultados também são muito significativos. Podemos observar, em seguida, os dados relativos a consumo de produtos não-duráveis, como temos obtido nesse último período.

A criação das condições institucionais para o crescimento de longo prazo é uma pauta não encerrada, ainda em andamento, que terá questões muito importantes para serem debatidas neste e nos próximos anos.

A primeira figura mostra a evolução da nossa taxa de câmbio. Esse é um debate que quero fazer com franqueza porque taxa de câmbio sempre é um assunto momentoso. Ele é momentoso em todos os momentos, porque diz respeito às expectativas do desenvolvimento e do crescimento, da demanda interna do País e da expectativa dos setores exportadores em relação às condições de troca no comércio mundial. É, portanto, sempre uma questão importante.

Esse gráfico mostra que a taxa de câmbio real efetiva, dada pela cesta de moedas com as quais o Brasil comercializa, está num nível bastante razoável. Considerando, em junho de 2004, como valor de referência 100, estamos em torno de 125,9 ou 126, pontos mostrando que estamos num nível adequado. Apesar das pequenas variações que ocorreram no último período, a taxa de câmbio continua prestando um bom serviço ao equilíbrio das contas brasileiras. Ao lado, temos um gráfico mostrando a curva de evolução das exportações. Se observarmos, no curto prazo, a expansão das exportações acelerou; ela é maior do que nos períodos imediatamente anteriores. Vamos, então, verificar que, do ponto de vista do balanço de pagamentos e da balança comercial, esses são dados bastante consistentes, que fizeram com que o Brasil, no mês de março, atingisse uma meta tão esperada, tão perseguida, de US\$100 bilhões de exportações para todo o mundo.

Em seguida, temos o desenho de 11 anos das contas externas brasileiras, mostrando uma inversão completa, importante, bastante significativa para as contas públicas nacionais, que fez com que a balança comercial respondesse, até o final de 2004, por um superávit de R\$33,718 bilhões e por um saldo em transações correntes, negativo durante muitos anos – como mostram as colunas vermelhas ali –, passando a ser positivo em 11,669 bilhões, ao final do ano passado. Essa evolução é bastante importante. Esse quadro é extremamente importante para o equilíbrio do País. Esse é um dos motivos que nos permitiram, nesta semana, decidir não haver necessidade de um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, porque os elementos essenciais, os pilares, os fundamentos da nossa economia se encontram bastante vigorosos. Esse gráfico é daqueles que mostram maior vigor, nessa conta.

O gráfico seguinte vai mostrar um dado extremamente importante, que é muito observado para estabe-

lecer o risco dos países, o prêmio pago pelos países nos seus títulos de dívida. Ele diz respeito à relação dívida externa total sobre as exportações. Nesse particular, hoje estamos com o valor de 2,1 que é o melhor e menor valor dos últimos trinta anos. Essa é uma relação extremamente importante, é uma conquista que não é do Ministro da Fazenda, é do Brasil, das empresas, dos trabalhadores, do Congresso Nacional, das instituições brasileiras, que fizeram com que o avanço da nossa produtividade e da nossa competitividade internacional colocasse nossas contas externas num valor da relação dívida externa/exportações que é o melhor dos últimos trinta anos.

Em seguida, mostra-se como se comportou a expectativa de inflação nesse período, desde a nossa posse. Podem observar que há uma reversão bastante importante de curto prazo que fizemos, por meio de uma política monetária bastante consistente, para impedir que a inflação pudesse semear riscos ao processo de retomada do crescimento e de crescimento sustentável do Brasil.

Ao lado, mostra-se uma mudança também muito significativa no perfil da nossa dívida, apresentando uma redução bastante significativa da dívida cambial ou do *swap*, aquilo que vincula títulos à moeda estrangeira.

Ao lado, a curva azul mostra a evolução dos títulos pré-fixados, que saíram de um nível perto de zero para um nível bastante elevado. Hoje, temos 162 bilhões de títulos pré-fixados. Reduzimos os títulos cambiais, com *swap*, para algo em torno de 7% da nossa dívida. Isso também tem um grande significado para a sustentabilidade interna e externa do Brasil, também compondo o cenário de melhoria dos pilares fundamentais do nosso País.

Em seguida, está a evolução, nos últimos dez anos, do nosso PIB, mostrando que a necessária reversão dos indicadores em 2003 teve, sim, um custo de produto, mas preparou o País para iniciar uma nova etapa, uma fase muito importante de crescimento que todos pretendemos que seja de longo prazo e bastante equilibrada, gerando empregos e ampliando renda.

Em seguida, vamos ver o comportamento do emprego, no gráfico à esquerda. Todo ano, há um desenho que obedece a uma determinada sazonalidade dos níveis de desemprego, que costuma aumentar no começo do ano e melhorar ao longo do ano. Entretanto, é importante observar duas questões em particular. Uma é que a curva de 2004 se reverteu logo no início do ano e aprofundou a queda do desemprego até níveis bastante positivos no final do ano. Outra é que a curva deste ano, que fará certamente o mesmo desenho sazonal, começa bem abaixo da curva dos

outros anos, o que mostra que o crescimento vem com consistência, refletindo-se no emprego.

À direita, mostra-se que a recuperação da nossa indústria significou, para o trabalhador, ganhos bastante expressivos no que se refere a rendas. Se considerarmos, em 1992, como base de referência, o índice 100, temos, neste momento, uma renda de 116,6. Portanto, há um crescimento expressivo, tratando-se de renda real dos trabalhadores na indústria.

Em seguida, vamos ver a evolução do emprego formal nesses dois anos. A política e o ajuste feito no Brasil e a retomada do crescimento, permitiram a retomada de níveis de emprego e de criação de vagas líquidas, formais em nível de 1,5 milhão de vagas no ano passado.

Um milhão e meio de vagas no ano passado é o dobro da média dos cinco anos anteriores. Somando os dois primeiros anos do nosso Governo, temos 2,2 milhões de empregos formais criados. Aqui, é importante que consigamos manter níveis de geração de emprego e de formalização de emprego, porque as repercussões são muito importantes em todas as contas do País e na vida dos trabalhadores.

Em seguida, há um elemento importante do ajuste, que foi o fortalecimento fiscal, tanto do setor público como um todo quanto do governo central, mostrando que o Brasil elevou o seu compromisso fiscal, para permitir que o crescimento econômico se desse em bases mais sólidas, para que o Orçamento fosse definitivamente equilibrado e para que o lado fiscal contribuísse com o equilíbrio da economia de forma positiva, e não negativa como muitas vezes ocorre em nosso País. Essa é uma questão sensível no debate político, mas, francamente, é a questão essencial do desenvolvimento econômico do Brasil.

Em seguida, um gráfico extremamente importante, que diz respeito ao déficit nominal. Falamos muito em superávit primário, mas é importante observar a evolução do déficit nominal das nossas contas. Estamos de novo com o índice menor dos últimos dez anos. Saímos, em 2002, com um déficit nominal perto de 10% do PIB. Nesse mês de fevereiro – o último dado –, estamos no acumulado dos 12 meses com 2,5% de déficit nominal. É uma evolução bastante significativa. Esse é um dado essencial para a qualidade e equilíbrio das contas fiscais brasileiras.

É muito importante olharmos a questão tributária. Em que medida a questão do equilíbrio fiscal, que durante muitos anos necessitou de reforço de carga tributária para ser equilibrado, ainda conta com esforço maior da sociedade em termos tributários? Em que medida podemos reafirmar compromissos com o Senado nessa que é uma questão muito sensível?

Eu gostaria de lembrar que, em 2003, ao encerrar o ano, tivemos um primeiro dado do PIB em fevereiro que mostrava que a carga tributária de 2003 havia crescido em relação a 2002. Mas, em relação ao PIB, na verdade, só temos o dado final do PIB em novembro do ano seguinte. Quando saiu o dado definitivo do PIB de 2003, que era um dado diferente daquele de fevereiro – o que é normal; o IBGE ajusta esse dado até novembro do ano seguinte – mostrou-se, na verdade, como tínhamos afirmado, que a carga em 2003 caiu.

Hoje se fala de novo: qual foi a carga de 2004? Houve um aumento da carga tributária? Ela se elevou acima da linha d'água do nível de 2002, como havia o compromisso do Governo? Nós não temos essa resposta. Só a teremos no mês de novembro desse ano, quando o IBGE define o dado conclusivo sobre PIB observado e o PIB nominal.

Temos estimativas. A estimativa do PIB nominal mais adequada é de um PIB em 2004 de R\$1,770 bilhão, resultando, com esta estimativa, que é a mais aproximada possível com os dados disponíveis nesse momento no seguinte desenho da carga tributária da Receita Federal, que é dado por esse gráfico.

Como podemos observar, houve uma evolução da carga tributária. Trata-se de receitas administradas pela Receita Federal. O que é carga tributária de responsabilidade direta do Governo Federal, o que o Governo decide, assume, arrecada. Parte disso distribui para Estados e Municípios, mas é de total responsabilidade nossa, do Governo Federal.

Então, houve uma evolução, de 1997 até 2002, bastante importante da carga necessária para responder aos compromissos fiscais do período. A partir de 2002, fizemos com o Congresso o compromisso relativo à não evolução da carga a partir desse ponto de 2002, por entender que a sociedade brasileira tinha demonstrado, por meio de muitas manifestações, que a carga tributária, em 2001 e 2002, estava chegando perto do que é considerado o limite. Não há uma carga-limite definida pelos livros de economia. Há um momento em que a sociedade diz que se chegou ao limite.

Penso que a sociedade brasileira disse, em 2001, 2002 e 2003, que a carga tributária estava perto do limite. Houve várias manifestações não só da sociedade civil e do Congresso Nacional. O próprio Governo considera essa questão fundamental, sensível. A partir daí, estabelecemos esse compromisso. Se não podíamos, por nossos compromissos sociais e fiscais, reduzir a carga tributária em um curto espaço de tempo, gostaríamos de perseguir seriamente o objetivo de não elevá-la.

No primeiro ano, em 2003, conseguimos fazê-lo: ela caiu em proporção do PIB; em 2004, insisto, com

essa estimativa de PIB de 1,77 bilhão, deve ficar em 16,2, portanto ainda inferior a 2002.

Em 2005, o nosso decreto de execução orçamentária está focado em uma carga ainda menor do que em 2004. Por que ainda menor? V. Ex^{as} lembram-se de que, no ano passado, tendo em vista o crescimento econômico e a evidente visão de que a arrecadação tinha subido com um crescimento expressivo do PIB, aprovamos 21 medidas, no Congresso Nacional, de redução da carga tributária. Vou falar, mais à frente, da situação dessas medidas.

A carga esperada para este ano é menor do que a do ano passado, dado esse conjunto de medidas de redução. O mais importante é que tem sido possível, até este momento, observar a contenção da carga tributária nos níveis do nosso compromisso. É uma questão sensível, importante. É um das questões que motivaram o convite para que eu viesse aqui. Creio que o debate é totalmente procedente.

Chegamos a uma conclusão importante: se temos o compromisso de não elevar a carga tributária, se temos um compromisso fiscal de longo prazo, está dito, até matematicamente, que temos que olhar, de maneira equilibrada, a evolução dos gastos públicos, de forma que essas contas possam equilibrar-se. São questões que vamos mostrar mais adiante.

Aqui está um pouco da discussão sobre as despesas do Governo. Há muito debate sobre os gastos, as despesas do Governo, todos muito procedentes. Aqui há um pouco dos elementos sobre essa questão, sobre a evolução das despesas discricionárias do Governo central, mostrando-se que é verdade que há uma elevação dos valores das despesas do Governo – até em valores atualizados. É preciso olhar como proporção do PIB essas despesas. Como proporção do PIB, elas têm um comportamento muito razoável. Elas se elevaram – estão aí os números –, mas não de maneira insustentável. Em proporção ao PIB, as despesas discricionárias do Governo – aqui, inclusive, somando-se o projeto-piloto dos investimentos que estamos fazendo – ficam em níveis relativamente adequados. Não nos parece que haja uma pressão muito significativa. Há outras questões das quais tratarei mais adiante.

Em seguida, estão as despesas discricionárias do Governo central em investimentos. Vamos ver outra evolução importante. As despesas discricionárias, em geral, com uma evolução negativa em relação ao PIB, foram de 3,09 para 2,74. E os investimentos cresceram. Eles foram de 0,75 – muito baixos em 2003, em função do forte ajuste –, mas já atingem 0,88 em 2005. Houve uma evolução adequada das despesas discricionárias e uma evolução mais importante dos investimentos. Essa é uma necessidade, na medida

em que os investimentos públicos encontravam-se em níveis bastante baixos. É isso que estamos procurando valorizar neste momento.

Nem tudo são flores nos gastos públicos. Temos algumas dificuldades. Em seguida, mostrarei a evolução do déficit da Previdência Social, do INSS, que mostra uma curva bastante preocupante. A evolução, como porcentagem do PIB, do déficit da Previdência está atingindo níveis bastante importantes e precisa ser olhada de maneira muito cuidadosa. Fizemos a projeção até 2004, e os dados são conclusivos. Em 2005, a primeira coluna é a primeira previsão de déficit; a segunda, o compromisso do Senador Romero Jucá, recém nomeado pelo Presidente Lula à Previdência, que fez um importantíssimo compromisso com o País de elaborar um projeto de combate ao déficit da Previdência com metas muito claras, estabelecendo que, já neste ano de 2005, esse déficit cairia para 1,6% do PIB. A evolução estava prevista em torno de R\$40 bilhões para R\$32 bilhões. Trata-se, portanto, de um esforço muito importante da Previdência Social, já iniciado pelo Ministro Ricardo Berzoini, perseguido pelo Ministro Amir Lando – que fez um trabalho muito importante na Previdência Social – e que se completa agora com a disposição e o projeto anunciado pelo Senador Romero Jucá, no sentido de combater, de maneira eficaz e determinada, o déficit da Previdência e do INSS. Isso daria uma contribuição ao equilíbrio econômico-brasileiro, não só das contas, mas da economia como um todo, bastante importante.

Nós da área econômica temos oferecido ao Ministro Romero Jucá todo o apoio de que S. Ex^a precisa para poder fazer isso, e, se o Sr. Presidente me permitir, gostaria de pedir ao Senado – como se trata de um Senador que tem todo o prestígio desta Casa – que seja dado a S. Ex^a todo o apoio necessário, porque tem, diante de si, a tarefa grandiosa e imensa de mudar, de forma consistente e progressiva, as características da gestão previdenciária, para dar ao Brasil um equilíbrio maior.

É importante dizer que não se trata de tirar direito algum dos trabalhadores. Não se estão discutindo direitos dos trabalhadores e dos aposentados. É possível preservar todos os direitos dos trabalhadores, mas tendo cuidado com a eficácia da gestão da Previdência, construindo um processo que começa agora, mas que tem que ser, certamente, de longo prazo, para a estabilidade da Previdência Social.

Do lado do trabalhador, a boa notícia é que uma medida como essa, tendo sucesso, traz a garantia de que o trabalhador terá o seu direito assegurado no futuro. A evolução do déficit da Previdência, do jeito que está, sem uma ação concreta de gestão, põe em risco

o direito futuro do trabalhador. Essa é uma questão fundamental. O esforço que o Ministro iniciou na semana passada, dando seqüência ao trabalho do Ministro Amir Lando, é essencial, fundamentalmente para garantir o direito futuro do trabalhador brasileiro, que temos certeza será garantido por esse trabalho.

Tratarei rapidamente das questões tributárias, que foram medidas aprovadas aqui no Senado, algumas já com uma evolução importante. Como sabem V. Ex^{as}, no ano passado, na medida em que tivemos um aumento da arrecadação pelo crescimento econômico, trabalhamos 21 medidas focadas em três objetivos fundamentais: primeiro, desonerar o investimento produtivo – e, para isso, tomamos várias medidas; segundo, melhorar as condições da poupança de longo prazo; e terceiro, reduzir os impostos sobre a cesta básica.

Seguindo, no que diz respeito ao investimento produtivo, veremos que foi reduzido o prazo do PIS/Cofins de dez anos de aproveitamento para dois anos. Essa é uma medida muito importante, que reduz o custo do investimento no Brasil.

Reduzimos o prazo da depreciação acelerada de bens de capitais, de dez para cinco anos. Inclusive, com o cuidado de não provocar perdas para os Estados e Municípios brasileiros, fizemos com que essa dedução se aplicasse não no Imposto de Renda, mas na contribuição sobre o lucro líquido, para que recaísse a desoneração toda nas contas do Governo Federal, não passando para Estados e Municípios a perda.

Elaboramos um programa que o Ministério do Desenvolvimento construiu com os exportadores e importadores, que é o Programa Reporto, que desonera todo o investimento nos portos brasileiros de todos os tributos.

Fizemos a ampliação do período de apuração do IPI, de dez para trinta dias, o que era uma reivindicação antiga das Confederações da Indústria. E fizemos a redução da alíquota do IPI sobre todos os bens de capital, de 5% para 2%, buscando uma meta de levar a zero o IPI sobre bens de capital. Até o final de 2006, levaremos a zero o IPI sobre bens de capital.

Portanto, são medidas que favoreceram o investimento produtivo.

Em relação à poupança de longo prazo, mudamos a tributação da Previdência Complementar, reduzindo a tributação de longo prazo; extinguímos o regime especial de tributação da Previdência Complementar, estimulando os planos de Previdência, acumulação de poupança; e fizemos uma tributação decrescente da renda fixa, fazendo com que a tributação, que era de 20% da aplicação em renda fixa, seja uma curva que vai de 22% para 15%.

E por que o Governo perde a arrecadação desde já? Porque ele tem que cobrar este imposto, que antes era cobrado em 20%, desde já em 15%. Só aumenta a alíquota caso a pessoa reduza seu tempo de poupança. Mas na chamada Come-Quotas, que é a cobrança desse imposto, ele passa a ser cobrado não mais em 20% em torno de 15%. Então, isso reduz de forma importante a arrecadação, mas tem um resultado muito significativo no alongamento da poupança pública e no alongamento conseqüente da nossa dívida pública.

Reduzimos a Tributação de Renda Variável, uma antiga reivindicação importante para o mercado de renda variável no Brasil, de 20% para 15%. Criamos a Conta Investimento, isenta de CPMF. Hoje a mobilização da decisão do investidor de qualquer nível não impõe a ele tributação suplementar; ele pode tomar decisões de investimentos e de mudança de investimentos sem ser tributado por essas decisões. Isso cria dinâmica no mercado e amplia a decisão de poupança.

E reduzimos o Imposto de Operações Financeiras para seguros do ramo de vida. O seguro de vida sempre foi um sistema de poupança eficiente em todo o mundo. No Brasil, ele tinha um IOF de 7%. E procurei todos os setores da Receita Federal para me explicarem por que cobrávamos IOF de 7% do seguro de vida e até hoje não consegui uma explicação.

Então, decidimos levar a zero esse imposto porque não faz sentido cobrá-lo nesse nível. Já reduzimos a 4%; este ano vai a 2% e, em seguida, a zero por cento, conforme nos comprometemos no ano passado.

Incentivo à Produção de Alimentos foi o terceiro grupo de tributos que mexemos no ano passado. Colocamos alíquota zero para PIS e Cofins para hortifrutos, ovos, arroz, feijão, farinha de mandioca. Depois, no final do ano, isso foi aprovado também para farinha de milho, leite de consumo líquido e uma série de produtos da cesta-básica, com reflexos importantes na renda disponível da população. Fizemos uma alíquota zero para adubos, fertilizantes, defensivos, sementes e vacinas de uso veterinário e também a concessão de Crédito Presumido para agroindústria, inclusive para a cooperativa de produção de vinicultores em relação a aquisições de insumos de pessoas físicas. Esse foi um dispositivo votado aqui no Congresso Nacional.

Foi concedida também a isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para as cooperativas, que também era uma antiga reivindicação do setor.

Adotamos ainda uma série de outras medidas tributárias – e não vou me estender sobre isso – que envolveu a redução do imposto de renda nos seis últimos meses do ano passado e concedeu-se também a isenção dos impostos para as universidades, que deu base para a criação do Proune.

Atendemos a uma questão que era muito sensível. Não está aí na lista, mas que eu queria lembrar aqui ao Presidente José Sarney e a todo o Senado Federal que, durante os dois últimos anos, havíamos cobrado a inclusão dos livros nos produtos que deveriam ser desonerados. Isso foi feito com o ato do Presidente, no ano passado, que enviou a mensagem, aprovada aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Portanto, os livros também foram completamente desonerados de impostos.

Adotamos também a desoneração de Imposto de Operações Financeiras para títulos agrícolas e a concessão de parcelamento em até 60 meses dos débitos das empresas optantes pelo SIMPLES.

Esses, portanto, foram, para encerrar este primeiro ponto da exposição, todos os elementos do debate tributário em que trabalhamos até este momento em relação ao nosso compromisso da carga tributária e em relação às medidas que tomamos no ano passado.

Hoje há um debate sobre a Medida 232, enviada pelo Governo, cumprindo um compromisso que fizemos no ano passado com Lideranças partidárias do Congresso e com as centrais sindicais. Essa medida foi enviada ao Congresso após a votação do Orçamento da República. O Orçamento, infelizmente, só pôde ser votado no dia 29 de dezembro. Portanto, tivemos apenas dois dias para concluir e enviar a medida provisória que, reconhecemos, tem gerado uma relativa polêmica, mas temos toda a disposição de dialogar sobre essa questão. O importante é que essa medida atende a sete milhões de contribuintes no que se refere à redução do imposto de renda e majora os impostos do setor de serviços nas empresas de lucro presumido, cuja folha de pagamento não atinja um mínimo de 20% da sua composição de custos.

Esse foi o acordo proposto a nós pelo relator, pelo Presidente da Câmara e pelos Senadores, que estamos considerando como proposição para a votação da medida.

Aqui algumas divulgações não saíram corretas. A idéia não é que só tenham desconto sobre o aumento da base de cálculo do lucro presumido as empresas que tenham pelo menos 20% de folha de salários. As empresas contam quanto têm de folha de salários até o limite de 20%, o que significará que as empresas que tenham pelo menos 20% de seus custos, diretos ou indiretos, em salários não pagariam nenhum aumento da base de cálculo, porque os 20% do faturamento correspondem exatamente aos 8% da evolução de 32% para 40% da base de cálculo do lucro presumido.

Essa é uma proposição que está em discussão. Nós podemos dialogar aqui se for interesse das Sras e dos Srs. Senadores. Penso que é uma questão que

merece um diálogo aprofundado e não há por que não fazê-lo de uma maneira franca.

Aqui, para passar para a parte mais conclusiva da minha exposição, queria dizer como se compõe a nossa estrutura imaginada do conjunto da política econômica, quer dizer, quais são nossas bases, nossos pilares e nossas metas.

Penso que todo o debate, que é mais comum no Brasil, sobre a estabilidade macroeconômica para nós não pode ser considerado além de um pilar do processo de crescimento econômico e de desenvolvimento com equidade. Pilar fundamental. Não há construção possível sem pilares fortes, mas a estabilidade macroeconômica é pilar de todo um processo que deve vir agregando essas políticas.

Dividimos aqui esquematicamente em cinco áreas importantes os focos de preocupação da política econômica. Em primeiro lugar, a redução do custo de investimentos, já falei sobre isso e não vou ser repetitivo; em segundo, desenvolvimento de instrumentos de crédito e securitização, falarei sobre isso em seguida; em terceiro, redução do custo de resolução de conflitos, que é uma questão bastante importante no Brasil; quarto, a melhoria do ambiente de negócios, que também é uma questão que depende de muitas mudanças microeconômicas; e, em quinto lugar, a proteção social efetiva, ou seja, um País com o nível de desigualdade do Brasil precisa trabalhar com políticas consistentes de proteção social para que o crescimento seja não apenas vigoroso, mas para que seja vigoroso e de longo prazo e acompanhado de um forte processo de inclusão social.

Esse seria um pilar fundamental no nosso entendimento para o crescimento, gerando crescimento, emprego e redução da pobreza e da desigualdade. Ou seja, para nós, a política econômica não é um fim, mas um meio que leva ao objetivo do crescimento, da geração de emprego e da redução da desigualdade, como questões fundamentais. Para nós, não há sentido uma política econômica que não responda a esses desafios fundamentais.

Falarei brevemente das mudanças que vocês aprovaram no ano passado sobre crédito. Não vou me estender muito sobre isso porque são assuntos discutidos à exaustão aqui, cédula de crédito bancário, alienação fiduciária de automóveis, regulação de banco de dados de proteção ao cadastro positivo, essa é uma lei que está sendo enviada nos próximos dias ao Congresso, e consignação em folha de pagamento. Em seguida, temos um gráfico que mostra a forte evolução da consignação em folha de pagamentos, mostrando uma evolução muito significativa desse produto e mostrando que definitivamente é o desenho do sistema de

crédito, é o desenho institucional e o desenho legal que reduzem juros. Na verdade, os juros não são reduzidos pela nossa vontade, mas pelo desenho que formos capazes de construir dos sistemas de crédito.

Seguindo, vamos ver que a evolução do crédito pessoal para aquisição de bens foi de 31% no ano passado – uma evolução muito significativa, dada a evolução negativa dos últimos anos –; e, ao lado, vamos ver que o crédito consignado reduziu as taxas de juros para o crédito pessoal à metade. Em um ano, reduzimos à metade a taxa de juros do crédito pessoal, na verdade não porque determinamos que o juro ia ser reduzido, mas porque demos instrumentos e características aos contratos que permitem que o credor seja estimulado a reduzir os **spreads** cobrados das pessoas que tomam empréstimos no sistema financeiro.

Eu chamaria a atenção para esse aspecto, porque muitas outras questões de crédito estarão na pauta do Senado Federal neste e nos próximos anos. Insisto nesta questão fundamental. Como é desejo do nosso País reduzir as taxas de juros praticadas, é muito importante que olhemos para o desenho das decisões que tomamos em termos de contratos.

Além dessa lei de crédito do sistema de vinculação à folha de pagamento, também tomamos decisões no ano passado sobre patrimônio de afetação e regime especial de tributação das incorporações imobiliárias, novos instrumentos de crédito de securitização do setor imobiliário, cujo resultado pode ser visto em seguida.

Quando o Governo ou o Congresso Nacional mexem nos instrumentos de crédito, para dar a eles segurança jurídica, para dar a eles características modernas de contratação, para dar a eles características inovadoras do ponto de vista da agilidade, a resposta do mercado em termos de redução de taxas de juros e em termos de ampliação do crédito é significativa.

Lembro-me de que discuti isso muito com o Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso Nacional, essa questão do setor imobiliário, e construímos, com a participação de muitos Senadores e Deputados, essa medida da Lei nº 10.931, e ela já está aí produzindo efeitos extremamente importantes na economia brasileira.

Tenho certeza de que essa curva que estava caindo há 20 anos – a redução do financiamento imobiliário era significativa nas últimas décadas –, começa agora a ter um vigor novo, conforme tomamos um conjunto de medidas de valorização e modernização dos contratos, fortalecendo o contrato e fortalecendo o direito do mutuário também, porque já houve situações de falência de empresas em que os mutuários tiveram dificuldades de obter seus direitos sobre o que havia

sido pago na construção de imóveis. Essa lei aprovada no ano passado garante que o direito do mutuário seja preservado à medida que o patrimônio de afetação seja utilizado como instrumento de construção de créditos mais volumosos e mais eficientes.

Portanto, a resposta do crédito consignado em folha de pagamento e a resposta do crédito imobiliário são duas questões extremamente positivas para as quais peço a atenção dos Senadores para que sejam vistas, olhadas. Esta é uma questão que deve ser estudada por toda a assessoria econômica do nosso Ministério, do Senado Federal, para que possamos tomar novas medidas, porque esta é questão fundamental das características dos contratos, das características da tributação, do fortalecimento dos sistemas de crédito. É isso que faz o juro cair de maneira bastante forte, como se comprovou nesses dois casos com muito sucesso.

Em seguida, há uma série de medidas que criamos, também aprovadas aqui no ano passado, para o setor rural. Vamos subvencionar o seguro-rural, estamos construindo esse mecanismo agora, os Certificados de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário, que já estão sendo colocados em prática. Quanto à subvenção de opções agrícolas privadas, estamos mudando isso. Até o ano passado, o Governo era exclusivo na compra de opções dos produtos agrícolas brasileiros. Estamos transformando o recurso para o qual fazíamos opção num recurso de subvenção às opções privadas. Com isso, o recurso público vai alavancar um recurso muito maior do setor privado para dar ao setor agropecuário brasileiro uma condição de fazer opções de maneira muito mais ampla. Por exemplo, observei que, no primeiro projeto de subvenção privada feito pelo Ministério da Agricultura, eles multiplicaram por quatro a possibilidade de subvenção. O projeto foi feito a partir do mecanismo de transformação do recurso público numa subvenção a recurso privado e não apenas numa exclusividade de opção pública, levando para o mercado uma atividade extremamente importante para a nossa agricultura. Fizemos também os títulos de securitização dos créditos do agronegócio. Essas questões todas já estão começando a funcionar na agricultura e darão resultados importantes.

Em seguida, medidas de redução do custo da solução de conflito. Neste ponto, faço um pedido se V. Ex^{as} me permitirem: a Lei de Falências ou a Lei de Recuperação de Empresas é composta de três instrumentos legais: a lei propriamente dita, já está aprovada no Congresso Nacional: o Código Tributário Nacional, cuja mudança exigida já está aprovada e sancionada pelo Presidente Lula; a lei de parcelamentos de créditos tributários, que estávamos preparando no Ministé-

rio da Fazenda. Todavia, o nosso Líder no Congresso Nacional se antecipou e elaborou uma lei melhor que a nossa – fui obrigado a reconhecer. Então, eu me retraí, não enviei lei nenhuma. Agora, estamos aqui prestigiando a lei apresentada pelo Senador Fernando Bezerra, que é muito adequada à necessidade de recuperação de empresas.

Gostaria de fazer um pedido aos Senadores referente à Lei de Falências. Esta lei foi aprovada e entrará em vigor daqui a quatro meses, período de preparação dos instrumentos judiciais, dos instrumentos legais para que ela possa ser colocada em prática. Ao findar esse prazo, se a lei do parcelamento não tiver sido aprovada, a Lei de Falências perde quase que completamente a eficácia.

Parece-me que o Relator da lei do parcelamento é o Senador Tasso Jereissati. Desculpem-me por estar aqui fazendo este pedido. Mas ele não representa apressamento inadequado dos procedimentos que o Senado deve ter. Porém, é muito importante que no momento em que a Lei de Falências entrar em vigor, daqui a dois meses, a lei do parcelamento esteja aprovada, porque, do contrário, não teremos o instrumento complementar principal da lei de recuperação de empresas.

A lei brasileira foi avaliada em muitas instituições mundo afora e tem sido elogiada, como uma lei que está em linha com o que há de melhor no mundo hoje sobre lei de recuperação de empresas.

Fico à vontade para fazer esse elogio porque a lei não é de minha autoria, e sim da elaboração de V. Ex^{as}. A lei chegou a esta Casa um pouco tímida, mas foi ampliada por V. Ex^{as} em pontos fundamentais. Então, temos um instrumento muito importante nas mãos hoje.

Há uma série de assuntos sobre os quais não vou me estender aqui, porque não são da minha área. Portanto, procuro não avançar muito por entender pouco, como a reforma do Judiciário.

V. Ex^{as} fizeram a reforma do Judiciário, que é fundamental para a institucionalidade do País e para o equilíbrio econômico. O Ministério da Justiça tem debatido com o Senado e com a Câmara vários projetos de leis complementares da reforma do Judiciário relativos ao Código de Processo Civil, execução de títulos extrajudiciais, mudanças no sistema recursal e Código de Processo Civil, no que se refere às questões fiscais e contra a Fazenda Pública.

São questões de legislação infraconstitucional extremamente importantes para a melhoria do ambiente de negócio. Trata-se da redução – e já mencionamos que são os pilares da construção e do desenvolvimento – do custo da solução de conflitos, uma questão ex-

tremamente importante para um País como o nosso. Essa é uma área que precisa de avanço, e todo o comando do setor Judiciário tem dado uma mensagem muito positiva neste sentido. O Senado, ano passado, ocupou-se dessa discussão. Por isso, é preciso prosseguir nessa legislação infraconstitucional extremamente importante.

Também na melhoria do ambiente de negócio, há uma série de questões a serem debatidas na Câmara. Destacaria uma questão essencial: a inclusão do sistema financeiro no sistema brasileiro de defesa da concorrência. É um projeto de lei que está na Câmara. Ele precisa ser votado.

O sistema financeiro brasileiro não está incluído no sistema brasileiro de defesa da concorrência. Seria saudável para a economia brasileira se essa lei pudesse ser agilizada pela Câmara e pelo Senado. O projeto está em tramitação na Câmara.

Estamos em fase final de reformulação do sistema brasileiro em defesa da concorrência. Mais adiante falarei sobre isso. A lei sobre parceria público-privada já foi aprovada e sancionada. Estamos preparando os decretos finais das regulamentações das PPPs. Quanto às as agências reguladoras, o projeto está na Câmara. A Lei de Incentivo à Pesquisa e Inovação já foi aprovada e a Lei de Informática, que também já foi aprovada.

Não vou me estender muito sobre microfinanças.

Creio que já ultrapassei o meu tempo, não, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Ainda não.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Prometo agilizar.

Sobre as medidas de incentivo às microfinanças, tomamos uma série de medidas importantes, que juntas significarão um avanço fundamental no que diz respeito à inclusão social nos setores mais frágeis da economia.

Gostaria de me dedicar um minuto a isso, para mostrar que há uma coordenação em torno dessas medidas que dizem respeito ao esforço que o Governo está fazendo, e tem tido um apoio muito importante do Congresso, para que o nosso processo de crescimento seja associado, desde o início, esse novo ciclo que o Brasil inicia, a um conjunto de medidas e critérios que possam tirar as barreiras para as pessoas mais pobres participarem do sucesso das conquistas que o Brasil possa ter no próximo período.

Então, primeiro fizemos a mudança das contas simplificadas, contas que não cobram tarifas bancárias, e 4,6 milhões de pessoas aderiram a essas contas. Esses 4,6 milhões de brasileiros estavam vivendo com

sistemas de crédito extra sistema financeiro, pagando juros que chegavam a 100% por semana, em situações extremamente desfavoráveis. A evolução dessa medida é muito importante.

Depois destinamos 2% do depósito à vista a empréstimos para baixa renda, com taxa de juros máxima de 2%. Os dados acumulados apontam nos cinco maiores bancos a realização de mais de 2 milhões de contratos nessa modalidade.

Hoje está em debate no Senado o Programa Nacional de Microcrédito, que também é uma medida importante.

Reforçamos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esse é um programa antigo, que tem prestado bons serviços à estabilidade das famílias no campo. No primeiro ano, aumentamos quase 100% esses recursos; foram de 2.200 para próximo de 4.200. Agora vamos aumentar de novo 100% na safra de 2004/2005. Essa medida relativa ao Pronaf é muito importante para a estabilidade das famílias do campo.

Também aprovamos no Congresso e já pusemos em prática o Proagro Mais, que teve uma importância muito grande para amenizar os prejuízos causados pela seca que ocorreu nos Estados do sul. No Rio Grande do Sul, principalmente, o Proagro Mais deu a resposta a uma quantidade grande de pequenos agricultores que receberão integralmente os recursos previstos nesse seguro que fizeram. Não prevíamos que o seguro teria uma despesa em tão curto prazo. Como damos muito valor à construção desse mecanismo, vamos pagar integralmente os direitos desses agricultores. A longo prazo, esse seguro será um fundo importante para o seguro agrícola, embora tenhamos tido esse evento no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Vamos atender os agricultores com esse seguro.

Há um segundo ponto que gostaria de destacar. Confesso que tenho conseguido pouca audiência para essa lei, que, apesar de muito simples, é, na minha modesta opinião, extremamente importante. As pesquisas que fizemos sobre informalidade indicam que ¾ da informalidade brasileira estão em empresas muito pequenas.

Então, para responder a essa informalidade, pesquisamos todos os elementos que levam a pessoa de uma empresa pequena a não se formalizar. E levamos em conta todos esses elementos descritos por pessoas, pelas pesquisas, de por que elas não se formalizam. E concluímos com o projeto de Lei Complementar nº 210, que está na Câmara. Mas confesso que não temos obtido muito sucesso no debate dessa matéria. Penso que ela não está conseguindo ocupar o lugar

que merecia, pois, na minha opinião, teria um impacto muito forte na informalidade brasileira.

Quais são as características desse Projeto, muito rapidamente? Imposto federal: zero. Não há imposto federal para as empresas até um faturamento de R\$36 mil anuais. É uma empresa muito pequena, é um empreendedor. Mas ela é uma boa parcela dos negócios informais no Brasil. Imposto federal: zero. Teria, sim, contribuição previdenciária; não contribuições à Receita Federal. O imposto municipal seria de, no máximo 2%; o imposto estadual seria de, no máximo, 1,5%. É diferente do Simples. É uma lei complementar. Por isso, ela vai valer para os níveis federal, estadual e municipal. E já concluímos no Serpro uma plataforma de formalização dessa empresa. Se o Presidente Renan Calheiros nos permitir, poderemos trazê-la aqui, para os Senadores conhecerem essa plataforma. Ela será espalhada em todo o sistema de apoio à micro-empresa e em todo o sistema bancário, de forma que um cidadão empreendedor vai a um estabelecimento desse, ou na sua própria casa, na sua inscrição, e, em cinco minutos, ele formaliza a sua empresa.

Essa plataforma distribui a documentação para todos os setores que necessitam das documentações previstas na legislação trabalhista, na tributária, na previdenciária. Portanto, é um sistema bastante simplificado. A plataforma já está pronta. A interligação dela com todos os Ministérios já está sendo construída, neste momento, com Estados e Municípios. E a votação do projeto seria, a meu ver, uma questão importante para o combate à informalidade, de uma maneira saudável. Quer dizer, não estamos aqui dizendo ao setor informal, pequeno, que ele tem de vir pagar imposto. Não. Estamos dizendo a ele que venha para a formalidade. Imposto Federal não é necessário nesse nível de arrecadação. Nós queremos que ele se formalize na Previdência; que ele se formalize no Município, para que ele tenha ganhos que a formalidade traz para o trabalhador e para o empresário.

Aqui há duas páginas do conjunto de medidas, para que eu não me estenda muito, e que V. Ex^{as} podem consultar, sobre as medidas para melhorar a proteção social. Não vou me repetir aqui, mas se vocês observarem há um conjunto de medidas, que em todas as áreas nós procuramos observar, nas medidas econômicas, aquelas que podem, de fato, atingir a população de mais baixa renda. Então, há nessas duas páginas aquele conjunto de medidas que consideramos que fazem parte desse arcabouço de medidas econômicas, dirigidas à população de baixa renda, e a setores muito frágeis da economia, destinadas à inclusão no processo de crescimento.

É lógico que essas medidas se somam a todo um projeto social do Governo – e sobre as quais não vou me estender aqui, porque, certamente, os Ministros da área social têm debatido com o Senado e eu não vou me estender nesse particular. Mas esse conjunto de medidas, associado a programas como os da saúde e da educação de transferência de renda, dará uma contribuição fundamental para o processo de crescimento econômico.

Por fim, queria falar dos pontos importantes que nós consideramos para a pauta deste e do próximo ano.

A economia brasileira tem conseguido sucesso importante, progressivo, nos últimos anos, relativo à sua estabilidade macroeconômica. Eu acho que essa é uma evolução que vem sendo seguidamente favorável à economia brasileira e ao nosso crescimento. Ano após ano, temos, felizmente, consolidado os instrumentos de estabilidade macroeconômica. Agora, o Brasil precisa de uma sucessão importante de reformas microeconômicas que possam olhar para as questões fundamentais da solução de conflitos, redução de custos da solução de conflitos, do ambiente de negócios, e da facilidade dos procedimentos de formalização das empresas no Brasil.

Então, uma proposta que nós gostaríamos de enviar e que está praticamente pronta – fizemos uma consulta pública, recentemente, sobre esse projeto – é no sentido da criação, no Brasil, do chamado cadastro positivo. O que é o cadastro positivo? Primeiro, é uma mudança na forma de olhar o cidadão. Quer dizer, nós temos, tradicionalmente, no Brasil, os instrumentos de cadastro negativo. Aqui não é somente uma medida de respeito ao cidadão; é, fundamentalmente, uma medida de respeito ao cidadão, mas não somente isso. Além de respeitar o cidadão como participante de um sistema de crédito, do sistema econômico, passaremos a olhar o cidadão ou a empresa de maneira a verificar o seu histórico.

V. Ex^{as} sabem que no sistema negativo, se uma pessoa passa dez anos pagando em dia as suas contas e em um mês tem um problema na família e não pode pagar determinada parcela, o nome dela passa a constar no cadastro negativo. Para qualquer credor e qualquer sistema eficiente de empréstimo, esse não é um cidadão negativo, tendo em vista o crédito; é um cidadão com um histórico extremamente positivo. Mas isso o cadastro negativo não consegue mostrar.

Por isso, estamos fazendo essa legislação, que será enviada ao Congresso provavelmente em duas semanas, a fim de introduzir no Brasil essa modalidade do cadastro positivo no lugar do cadastro negativo.

Quanto à simplificação do processo de abertura e fechamento de firmas, gostaria de dizer que não se trata apenas de uma legislação. Nós estamos fazendo um esforço muito grande para, junto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC –, e o Ministério da Fazenda, fazer a integração dos sistemas de inscrição de empresas. Está muito avançada com a Bahia e com São Paulo a integração da Receita Federal. Nós queremos fazer isso com todos os Estados e depois com os Municípios maiores, de forma que todos os sistemas de inscrição de empresas serão nacionalmente unificados. Não haverá mais CNPJ, inscrição estadual e inscrição municipal. A empresa terá uma única inscrição nesse cadastro único que está em estudo.

Uma terceira questão que nós gostaríamos de destacar sobre a pauta desse ano na área econômica é o parcelamento de créditos tributários. Acabei de falar sobre a Lei de Falências, e essa é uma questão bastante importante para quando a lei entrar em vigor nos próximos meses.

O quarto item é o aperfeiçoamento das regras contábeis. Essa é uma questão muito importante. Até nessa matéria o Brasil tem evoluído de maneira muito eficiente em termos de regras contábeis, tanto no setor público como no privado. Sobre essa matéria há uma proposta de nova legislação que está, há algum tempo, na Câmara. Conversamos com o Relator do projeto, Deputado Armando Monteiro, que deve agilizar na Câmara o procedimento de votação dessa matéria, que é bastante importante para as empresas brasileiras.

O quinto item é a reforma do mercado de resseguros. Essa é uma questão importante. No mundo inteiro, apenas Brasil e Cuba mantêm o monopólio do resseguros. O do Brasil, na verdade, não existe mais. Pela nova legislação, votada nos últimos anos, o monopólio já não é uma realidade, embora nós precisemos de uma lei complementar que possa regular a abertura desse mercado. Ele está aberto, mas esse processo de abertura não está regulamentado em lei, o que precisa ser feito. Enviaremos, em poucas semanas, um projeto de lei, que está praticamente pronto, para regulamentar a abertura do mercado de resseguros no Brasil. Essa legislação deve dar nova dinâmica ao mercado de seguros no Brasil, reduzindo os custos do resseguro para as empresas que acessam esse instrumento essencial para as suas atividades. Então, essa é uma legislação que nós achamos muito importante que tenha um desenvolvimento neste ano.

O sexto item é aquele relativo às agências reguladoras, cujo projeto está na Câmara e logo deve chegar ao Senado. Nós acreditamos que a legislação

hoje em debate vai consolidar a institucionalização das agências reguladoras, fortalecendo o seu papel.

Em sétimo lugar – não há uma ordem; estou apenas listando oito ou nove questões que surgiram – está a reforma do sistema brasileiro de defesa da concorrência, que espero seja considerada prioridade. Esse projeto está pronto. Em no máximo duas semanas, devemos mandá-lo para o Congresso. Nós vamos mudar o formato do sistema brasileiro de defesa da concorrência, simplificando os procedimentos, focando as questões essenciais de defesa da concorrência e alterando a maneira como o sistema responde aos processos de fusão e aquisição. Hoje, no Brasil, o sistema responde **a posteriori**: quando uma empresa realiza uma fusão, entra com um processo no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e recebe uma resposta dois ou três anos depois. Isso não é uma procrastinação do processo apenas do serviço público, mas um processo complexo que envolve as próprias empresas e o serviço, acabando por levar a uma decisão muitos anos depois.

Vamos trabalhar de uma forma diferente, fazendo com que a decisão sobre o processo de fusão e aquisição seja tomada antes de ele ocorrer. Uma empresa que deseja fazer um processo deve informar ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que tem um prazo para dizer se a empresa pode ou não prosseguir no processo de aquisição. Essa é uma modificação que devemos enviar a esta Casa.

Por fim, eu queria falar sobre a questão, debatida neste Senado, da autonomia do Banco Central. Eu gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Luiz Otávio, por ter tomado uma decisão diante desse debate, pois há um nível de polêmica e de diálogo importante, no sentido de fazê-lo e de ter promovido uma série de seminários e debates, com personalidades nacionais e internacionais, sobre uma questão vista como essencial pelo mundo todo, que é a estabilidade da política monetária.

Quero deixar muito claro que – tenho conversado com o Presidente Lula e com os demais Ministros do Governo, da área econômica – não se trata de uma tese do atual do Governo ou dos Partidos do atual Governo que precisa ser enviada ao Congresso e aprovada de qualquer maneira. Não vejo a questão dessa forma. Vejo a autonomia do Banco Central como uma questão da institucionalidade brasileira, que o País deve dialogar através de seus representantes – e penso que o Senado e a Câmara dos Deputados representam um espaço extremamente adequado para fazer esse debate, esse diálogo aprofundado –, cuja decisão deve ser tomada da maneira mais madura possível, no tempo que o Congresso julgar adequado. Quer dizer, não

estamos correndo com esse assunto, mesmo porque, no nosso Governo, tomamos a decisão de ter uma autonomia de fato do Banco Central.

Hoje, o Copom toma as suas decisões. Elas não passam pelo Ministério da Fazenda ou por outros setores do Governo. São decisões tomadas tecnicamente. Agora, o Brasil deve ou não institucionalizar este instrumento da política monetária?

Estudamos um pouco o que acontece no mundo hoje e saudamos o debate proposto pelo Senador Luiz Otávio. Vamos acompanhá-lo, contribuir com ele e avaliar, entre Senadores e Deputados no Congresso Nacional, qual o momento, a forma, se devemos evoluir ou não nesse tema, que considero, pessoalmente, importante na política monetária de longo prazo.

Então, sobre essa questão, os estudos todos sobre a autonomia do Banco Central indicam que o maior ganho em relação aos bancos centrais não-autônomos – e a observação empírica tem mostrado isso –, é, primeiramente, com relação a uma efetiva queda nas taxas de juros de curto e longo prazo, necessárias à obtenção da estabilidade. Isto é observado em vários estudos comparativos com situações de autonomia, de não-autonomia, de autonomia efetiva, de independência, de vários graus de autonomia, mostrando uma queda nas taxas de juros de maneira importante.

Um segundo elemento muito observado nesses estudos é a redução da probabilidade de crises cambiais nos países que adotaram processos mais consistentes de autonomia.

Terceiro, os dados são compatíveis com a observação de maior crescimento econômico nesses países.

O sucesso das experiências internacionais na última década levou um número crescente de países a adotar alguma forma de autonomia do Banco Central. A maioria dos países tem modelos de autonomia operacional, porque há situações em que o Banco Central é independente para a política monetária. Então, ele decide a meta de inflação e todos os procedimentos para persegui-la. Não é o mais comum no mundo. O mais comum é a autonomia operacional, em que os governos decidem a meta de inflação e se dá ao Banco Central autonomia para perseguir essas metas.

O que temos trabalhado no Brasil atualmente, na prática, é este modelo: o Governo, através do Conselho Monetário, define metas de inflação e o Banco Central define o mecanismo de perseguir essas metas.

E aqui, em seguida, há uma relação de países que têm autonomia, a data em que eles instituíram autonomia e a data em que eles instituíram também o sistema de metas de inflação. Então, vamos ver que no mundo de hoje praticamente todos os países têm

adotado o critério da autonomia, ou da autonomia operacional. Interessante também é que a grande maioria dos países está adotando o regime de metas de inflação que o Brasil utiliza desde 1999 e que tem se mostrado, na experiência prática dos países, o melhor entre os sistemas. Ele tem lá suas dificuldades – é um sistema que tem suas falhas como todos os outros – mas, historicamente, tem uma história recente – ele começou na Nova Zelândia, em 1992 –, tem uma história curta. Mas ele tem se mostrado como o melhor sistema, com vantagens muito importantes em relação a outros sistemas, como os agregados monetários, o controle por sistemas cambiais, que não se mostraram na história muito eficientes.

Então, tanto os países e as datas em que adotaram autonomia, quanto as datas e os países que adotaram metas de inflação, são pouquíssimos os países hoje que não usam tanto autonomia como o sistema de metas de inflação.

O que queria mostrar, se for possível, é um gráfico. É um estudo interessante que mostra aquela curva de grau de autonomia com inflação. Há um estudo feito por um economista chamado Fischer – muitos economistas se chamam Fischer. Esse estudo é muito interessante, mostra o grau de autonomia e o índice de inflação conseguido por diversos países. E a curva é muito fortemente correlacionada, ou seja, o aumento do grau de autonomia indica índices de inflação consistentemente mais baixos.

Existe um outro estudo feito também sobre diferentes países que adota a transparência e a autonomia como critérios fundamentais. Esse estudo mostrou que impacto teve na taxa básica de juros de curto e de longo prazos. E deve-se destacar que todos esses países têm taxa de juros muito baixas. Então, o impacto de 0,5%, 0,3%, 0,8% são impactos bastantes significativos para as taxas de juros baixas desses países. Então, vejam que o impacto da taxa de juros baixa de curto prazo e de longo prazo são impactos extremamente importantes para esses países.

E, por fim, um estudo recente, de 2001, que olhou países latino-americanos e estudou o grau de autonomia de diferentes países latino-americanos. A observação empírica mostra que há uma redução do índice de inflação, nos casos de autonomia efetiva, de 46% e uma redução no índice de volatilidade de inflação em 55%. Portanto, não só o índice da inflação, mas a volatilidade da inflação responde de maneira bastante significativa.

E, por fim, o estudo de Leonard, de 1999, utilizando uma amostra muito grande, 93 países, e identifica três questões essenciais: quanto maior autonomia

efetiva do Banco Central, menor a variação da taxa de câmbio; portanto, mais estabilidade cambial.

O segundo ponto: quanto maior a vulnerabilidade política do Banco Central, há um aumento na probabilidade de crises cambiais em 2%, observando esses 93 países. E, por fim, a probabilidade de crises cambiais é diminuída em 7%, quando se reduz em um ponto o índice de rotatividade do cargo de Presidente do Banco Central.

Portanto, são coisas bastantes medidas numa amostra grande de países, que indica que, de fato, transparência e autonomia dão resultados efetivos em inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e variação desses indicadores. Portanto é uma questão que considero bastante pertinente. Certamente no debate a que o Senado se propôs vão aparecer elementos essenciais, positivos, negativos para esse debate. Sabemos que esse não é um debate ausente de polêmicas, mas pensamos que ele é muito interessante, e o Senador Luiz Otávio escolheu o local certo para fazê-lo. Esta CAE tem competência, tem inteligência, reúne uma representação política extremamente plural para poder fazer um debate de grande qualidade para o País e oferecer conclusões relativas a esse tema essencial.

Peço desculpas, Presidente, por ter-me estendido, mas eu queria trazer esses elementos para contribuição ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o primeiro orador, Senador César Borges, autor do Requerimento nº 2 da CAE, de 2005.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prezado Ministro da Fazenda, Exm^o Sr. Antonio Palocci, após ouvir a exposição longa do Sr. Ministro, somos levados a imaginar que há visões totalmente díspares na sociedade brasileira com relação à carga tributária.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Eu pediria silêncio, porque estamos com dificuldade de ouvir o questionamento do Senador César Borges.

Também pediria que o Senador Antonio Carlos Magalhães compusesse a Mesa como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, o nosso requerimento, que levou o nº 2, era exatamente para esclarecer o recente aumento da carga tributária do País. O aumento não é tão recente assim, vem ocorrendo desde o início do atual Governo. Eu diria que existe até desde antes do início deste governo, já com a complacência ou a compreensão do governo anterior, que aceitou o aumento da carga tributária. Mas o

Ministro insiste em dizer que na verdade não há um aumento de carga tributária, Sr. Presidente.

No entanto, em declarações que fez há algum tempo, o Sr. Ministro admitia que a carga tributária tinha chegado a um limite e que estava aumentando. Aqui existe um artigo do jornal **O Globo** que diz o seguinte: “Palocci admite enfim que a carga tributária pode ser maior este ano. Ele justificou o possível aumento da carga tributária, afirmando que a arrecadação de impostos e contribuições tem crescido acima do PIB, em 2004, mas frisou que qualquer ganho de receita será repassado para a sociedade.” Até questiono como seria repassado à sociedade, diante do tipo de gasto que tem aumentado no custeio no Governo Federal.

Culminamos agora com a Medida Provisória nº 232. Na verdade, Ministro, não houve uma discussão relativa sobre esse assunto. Penso que houve uma discussão absoluta. A sociedade brasileira toda se mobilizou e está atenta hoje ao Congresso Nacional, mas de forma mais específica à Câmara dos Deputados, porque deve ser votada hoje, se o Governo não criar obstáculo, a Medida Provisória nº 232. Parece que os Deputados todos começam a entender que é preciso refletir a opinião pública, haja vista que foi criada até uma frente brasileira contra a Medida Provisória nº 232.

A Medida Provisória nº 232, Sr. Ministro, é mais uma entre as muitas medidas tomadas pelo atual Governo que, ao contrário do que afirmou aqui V. Ex^a, aumentaram sim a carga tributária no País, haja vista que as arrecadações do Governo têm batido recordes. É verdade que não são arrecadações distribuídas para Estados e Municípios, são arrecadações diretamente vinculadas à receita da União. Senão, vejamos. Medida Provisória nº 66, de 2002, em acordo com o governo que assumiria em 2003. Houve uma minirreforma tributária. O PIS/PASEP passou de 0,65% para 1,65%, a título de que não seria em cascata.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Quando isso?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso foi no final de 2002, numa medida provisória do governo Fernando Henrique Cardoso. O Imposto de Renda Pessoa Física, naquela época, foi prorrogado de 27,5%, alíquota maior, que anteriormente era de 25% para o próximo ano. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido prorrogou a alíquota de 9% ao ano, que era de 8%. No PL nº 60, de 2003, a Cide foi aumentada, o teto da contribuição por litro de gasolina passou 0,50% para 0,86%, e isso infelizmente não se traduziu em momento nenhum em melhoria de nossas estradas, porque esses recursos não foram efetivamente para o fim a que foi criada a Cide: melhoria das estradas.

Pois é, não foram aplicados, e no atual Governo.

O SR. ANTONIO PALOCCI – O aumento não foi aplicado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. A Medida Provisória nº 107, de maio de 2003, já no atual Governo, é a elevação de base de 12% para 32% da Contribuição Social de Lucro Líquido para as empresas prestadoras; e agora, na Medida Provisória nº 232, pretende-se elevar para 40%. O PIS/Cofins: a alíquota passou 3% para 4% para as instituições financeiras. No Projeto de Lei nº 1.840, prorroga-se a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda por mais dois anos. Com a reforma tributária, na verdade, veio apenas para aumentar o CPMF e fixá-lo em 0,38% e para aprovar a DRU para o Governo Federal, porque até hoje a reforma tributária infelizmente não teve sequência por desinteresse do Governo na Câmara dos Deputados.

Se não bastasse isso, a Medida Provisória nº 135, também de 2003, aumenta a alíquota do Cofins de 3% para 7,6%, tanto que houve um aumento real de 25% da arrecadação do Cofins no ano de 2004, mostrando que, diferentemente do que diziam as autoridades governamentais – que esse aumento de alíquota não ia acarretar aumento de carga tributária –, houve, na realidade, aumento de carga tributária pelo aumento da alíquota do Cofins.

Também pela Medida Provisória nº 164 houve a instituição do Cofins e do PIS/PASEP sobre importações. Então isso é um verdadeiro ‘tsunami’, Sr. Ministro, sobre a carga tributária brasileira. É um ‘tsunami’ que vem levando de roldão, e a Medida Provisória nº 232 vem culminar, e a sociedade agora reage. Na Medida Provisória nº 232, com o argumento da correção de 10% na tabela do Imposto de Renda – uma correção que, na verdade, deveria ser de 63,7%, se considerarmos que, de 1996 para cá que não foi corrigida, só foi corrigida no ano de 2002 com 17,5%, então a correção seria muito maior – tenta-se aplicar a elevação da base de cálculo da CSLL de 32% para 40%; retenção de 1,5% de Imposto de Renda para as empresas da agroindústria; retenção do PIS/Cofins, CSLL, Imposto de Renda para as empresas que contratam qualquer prestador de serviço; proibição de que os processos de contribuinte com valores abaixo de R\$50 mil não possam recorrer ao Conselho do Contribuinte; obrigação de que as empresas que tenham participações no Exterior paguem Imposto de Renda sobre os lucros decorrentes da variação cambial. Quer dizer, dar-se um com uma mão, tira-se dois com a outra mão. Isso tem sido uma política corrente.

Agora, diferentemente do que apresentou V. Ex^a com muita competência, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário diz que a carga

aumentou efetivamente, e chegou a 36,56% do PIB do ano passado, contra 35,54% de 2003. Ouvi a sua explicação de que esses números não são consistentes porque não há ainda um número final para o PIB, que pode ser revisto. São suposições, mas o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário apresenta muito claramente essa situação.

Então, Sr. Ministro, temos assistido a um crescimento da carga tributária efetiva, e não é por outra razão que a sociedade se levantou e veio a Brasília, e veio ao Congresso Nacional, e está aqui hoje toda a classe produtiva brasileira pedindo exatamente socorro ao Parlamento brasileiro contra a voracidade, o ‘tsunami’ tributário do Governo Federal.

Então a minha primeira pergunta é exatamente para que V. Ex^a possa esclarecer se esses cálculos do Governo são a realidade que consegue enxergar o Governo ou será que a sociedade brasileira está toda errada e só o Governo está certo?

Há uma contradição muito grande entre o que pensa o povo brasileiro e o que pensa o Governo com relação à carga tributária. Mas acrescento, Sr. Presidente, também que essa carga tributária que, trouxe mais recursos para o Governo, mas esses recursos não estão sendo investidos nas melhorias das condições de vida do povo brasileiro, por meio de infraestrutura, educação, segurança pública. Os investimentos têm caído.

Em 2003, o valor empenhado foram 6,4 bilhões para um valor pago de 2,3 bilhões. Em 2004, o valor que devem, teoricamente, dentro da resolução orçamentária, do contingenciamento, foi 10,8, e o pago foi 5,1. Não sabemos qual será o desempenho de 2005, haja o contingenciamento.

O pior disso tudo é que apesar desse sacrifício imenso da Nação brasileira, os recursos estão sendo gastos com atividades meios, com custeio. Agora mesmo uma determinada revista publicou: “Agora é oficial: em 2004, a proposta entre gasto de custeio e investimento foi o pior nos últimos vinte anos. Apenas nos dez itens mais caros de custeio a União teve um crescimento de gasto, ano passado, de 25,7% em relação a 2003, já descontada a inflação; foram 7,3 bilhões contra investimento de 9,1 bilhões no mesmo período. Então, aumentaram-se 7,3 bilhões de custeio, e o investimento é 9,1! É a pior relação desde o biênio 1984/1985.

Visto em detalhes e cotejados com outras despesas, o gasto oficial ganha com tornos desanimadores. Consumiu-se, por exemplo: 2,3 bilhões em compra e manutenção de equipamentos e programa de informática, com o aumento de 24,3% real em relação ao ano anterior. Isso significa que se gastou somente em pro-

cessamentos de dados mais do que os 2,2 bilhões de todos os investimentos em estradas e portos no País.

Também foram despendidos 1,2 bilhão em passagens áreas e diárias de funcionários públicos” – 19,2% a mais do que 2003 e quase três vezes mais do que o investido em todos os programas de educação, Sr. Ministro.

Então, pergunto a V. Ex^a: será que todo esse sacrifício que o povo brasileiro está pagando por essa carga tributária está sendo em vão?

Aonde que o Governo chegará com essa política de aumento de carga tributária para poder aumentar custos e gastar 1,2 bilhão com passagens e diárias?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador César Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muito prazer, nobre Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador César Borges, é pertinente a colocação que V. Ex^a faz, e acho que ajudará o Ministro na resposta, porque acho que este debate está se estabelecendo para que se esclareçam fatos.

Estou recebendo a informação de que o Relator da MP 232 teria anunciado que o Governo estava “jogando a toalha”; estava desistindo dos termos da MP 232. Ia colocá-la em votação para ela perder. E queria encontrar formas de compensar a correção da tabela de imposto de renda em 10% com outra tributação, por meio de projeto de lei, suponha, lei ordinária ou lei complementar.

Estou pasmo, Senador Eduardo Azeredo, Senador Tasso Jereissati! Estou pasmo porque o Senador Romero Jucá, que hoje é Ministro da Previdência, que foi Relator do Orçamento, quando fez a correção da tabela de Imposto de Renda em 10% já definiu no próprio Orçamento a fonte de compensação para essa despesa. Como é que o Relator agora está anunciando que o Governo está disposto a perder o que propôs da MP 232 e que encontrará uma fórmula de compensar a despesa com uma nova receita? A pergunta é: a nova receita é mais tributo? Suponho que sim. Só pode ser! Porque o Governo, como não economiza em questão administrativa, é notório, os juros sobem estratosféricamente. Os investimentos quase inexistem. Não estou vendo nenhuma compensação que não seja pelo aumento da carga tributária.

Estou colocando isso para o Ministro e apartando V. Ex^a com uma informação que acabei de receber por telefone há cinco minutos: que o Relator da MP 232 teria decidido, em nome do Governo, colocá-la em votação para perder. E que encontraria forma, por meio de projeto de lei, de compensar a perda dos 10%.

Vem novo aumento de carga tributária por aí?

Essa é a colocação que faço a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, Senador José Agripino.

Essa tem sido uma realidade, uma constância. Sempre que o Governo avança resolver uma questão tributária que penaliza o setor produtivo traz uma medida paralela concomitante, no sentido de aumentar. Foi o caso da elevação do PIS e da Cofins e, agora, da correção da tabela do Imposto de Renda, com elevação de 10%. Tem-se que compensar aumentando a carga tributária, nunca reduzindo-a.

Sr. Presidente, o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou um estudo da LCA Consultores segundo o qual o aumento da carga tributária impediu que a queda do dólar chegasse ao bolso do consumidor e ao custo das empresas. Segundo esses consultores, a alteração tributária que permitiu a instituição da Cofins e do PIS sobre as importações anulou os possíveis efeitos que a valorização do real poderia ter no preço de matérias-primas e de produtos comprados no exterior.

Pergunto: diante das conclusões desses consultores, não seria o próprio Governo o grande responsável pela piora dos índices inflacionários e, conseqüentemente, pela recente elevação da taxa de juros para conter a própria inflação? Quanto aumentou a dívida brasileira, por conta dessa política permanente de aumento das taxas de juros do País, que batem novamente recorde mundial disparado, com 19,25% da taxa Selic?

Sr. Presidente, faço ainda um último comentário. A Constituição de 1988 trouxe, sem dúvida, uma mudança na repartição das receitas tributárias entre os três níveis de Governo. Fortaleceu principalmente Estados e Municípios.

Infelizmente, agora tem havido praticamente o agigantamento, uma hipertrofia do Governo Federal, revertendo a situação de 1988. Atualmente, o Governo está ficando praticamente com a parte do leão nas arrecadações, aumentando apenas as taxas, as contribuições, e fazendo uma galinha gorda com os impostos que são repartidos: o Imposto de Renda e o IPI. Esses podem ser reduzidos, porque são compartilhados com Estados e Municípios, levando a uma situação de penúria muitos Estados e Municípios brasileiros, que ficam em dificuldades para cumprir suas obrigações com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a não ser quando têm amigos no Governo Federal que podem editar uma medida provisória deixando de lado alguma obrigação, como foi o caso recente, que o Brasil tomou conhecimento, do Município de São Paulo. Fora isso, Sr. Ministro, fica difícil para os Governadores atuais cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, são essas as questões que eu pretendia fazer inicialmente. Agradeço a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Para que possamos agilizar os trabalhos – o número de inscritos é bastante grande, 22 Senadores –, poderíamos manter aquela forma proposta: responde-se após dois ou três questionarem. Continuaremos assim?

Então, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, próximo inscrito; depois, aos Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. (Orador não identificado) – Não será por Partido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Querem por Partido? O PFL falou, então, agora, falará o PMDB.

Também sou autor de um requerimento a cujo questionamento o Senador César Borges já deu início, por isso deixo para o final, até para que os Senadores presentes tenham oportunidade de fazer seus questionamentos.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Antonio Palocci, serei muito objetivo nas observações que pretendo fazer.

A primeira questão diz respeito à questão da reforma tributária, que, entendo, está inserida em tudo aquilo que V. Ex^a disse, sobretudo em relação ao futuro.

Ainda que não tenha sido de forma rotineira, Sr. Ministro, nós dois tratamos desse assunto há seis anos, travando um diálogo sobre reforma tributária. Entendo que estamos a um ponto muito pequeno de conseguir um acordo com os Estados. Isso não mais depende dos Estados, mas do Ministério da Fazenda, e basicamente daqueles quatro pontos que existiam, que é a questão do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Isso é absolutamente necessário, Sr. Ministro, porque, no momento em que o Presidente aprovar a lei, a partir daí os Estados não mais poderão fazer nenhum tipo de concessão de incentivo fiscal. A proposta, hoje, do Ministério da Fazenda, pelo menos até ontem à noite, é que o valor – aliás, penso que se discute pouco o valor – passasse a vigorar em 2007. Então, teríamos o fim dos incentivos fiscais vigorando a partir do próximo mês, digamos, e a contrapartida disso só em 2007, o que é um absurdo.

Então, proponho a V. Ex^a que bata o martelo quanto a esse aspecto. A proposta dos Estados, hoje, é que, em 2005 vigore o que está previsto, e não será aproveitado no todo, mas que para 2006, isso fosse 1% do IPI e do Imposto de Renda e mais aquele fundo de 45% da recuperação da Cofins.

Tenho absoluta convicção, Sr. Ministro, que o assunto estaria pronto para ser votado na Câmara e pronto para ser ratificado no Senado sem nenhum tipo de mudança. Evidentemente que não posso falar em nome de todos os Senadores, mas talvez eu tenha sido o que mais acompanhou, sobretudo da parte dos Estados, essa questão da reforma tributária, para assegurar a V. Ex^a que isso estaria resolvido se for feito dessa forma.

Sr. Ministro, gostaria de também trazer uma questão pontual. Na medida em que, para o setor de energia elétrica, aprovou-se, no Congresso, uma legislação, cuja espinha dorsal era a questão da modicidade tarifária – entendo até que para a Ministra Dilma Rousseff teria sido muito mais fácil não trabalhar com a modicidade, mas, sim, até com aumentos maiores nas tarifas, porque conseguiria atrair mais recursos –, mas, nesse momento em que aprovamos essa matéria, a questão da modicidade tarifária, logo depois, a Cofins vem e aumenta a carga tributária, trazendo imediatamente o aumento das contas de energia, hoje, seguramente, um dos responsáveis pelo crescimento da inflação. Garanto a V. Ex^a – essa garantia não é só minha, mas da Aneel – que, no dia em que for retirado esse imposto, que representa até 4% nas contas de luz, no dia seguinte, isso será retirado do preço da energia elétrica, do custo para o consumidor. Então, é uma incoerência absoluta se taxar a questão da energia elétrica. Além do mais, quando se compara com as telecomunicações, não há essa taxação. Pergunta-se, então, por quê? Este é o segundo ponto.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Quem não tem?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Telecomunicações, telefonia.

Um outro ponto objetivo também, Sr. Presidente e Sr. Ministro, é a questão do Fundo Monetário Internacional, que, aliás, não foi mencionado aqui, mas que foi tratado ontem no Senado. Gostaria de lembrar o passado, em relação à questão dos investimentos, que eram contidos, impedidos, enfim, não importa o nome, nas estatais por conta do Fundo Monetário Internacional. Os cálculos da Petrobras, em 1999, indicavam que ela poderia já ter atingido a auto-suficiência se se conseguisse investir aquilo que deveria, mas era impedida pelo Fundo Monetário. No caso do setor elétrico, seguramente, parte dos investimentos que não foram feitos em função desse contingenciamento que existia no setor elétrico. Cito dois pontos muito ilustrativos: em dezembro de 1998, a Eletrobrás foi obrigada a devolver ao Tesouro US\$6,5 bilhões da RGR, que era um recurso sem prazo para pagar, sem juros, sem correção monetária, tendo em vista uma política do Fundo Monetário Internacional, da mesma forma que

ela foi obrigada a antecipar pagamentos de imposto de renda, parcelamentos de imposto de renda.

A pergunta a V. Ex^a é a seguinte: o que acontecerá agora com o fim do acordo com o FMI em relação aos investimentos das estatais?

O terceiro ponto. Fico muito satisfeito de ver V. Ex^a tratar da questão da autonomia do Banco Central. Tenho um projeto já nesse sentido que foi apresentado há um ano. Pediria até que V. S^a mandasse analisar. Ia até lhe dar um argumento de peso, Ministro, peso no sentido de que essa é toda a legislação que terá que ser modificada ou cancelada em relação àquilo que o Banco Central faz.

Eu acredito que só por isso...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – É peso no sentido semântico, não físico?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Físico. Creio que só isso aqui, são quatrocentas páginas que colecionamos. É tudo aquilo que deve ser modificado no Banco Central. Todos aqueles argumentos que eu concordo em gênero, número e grau com V. Ex^a, eu queria acrescentar a esse.

Ainda em relação a projetos, V. Ex^a também tratou de um outro projeto, também tenho um cujo Relator é o meu prezado amigo e companheiro, Senador Garibaldi Alves, que deve ser aproveitado também, porque isso já começaria logo. Esse projeto já aqui está aqui há um ano, que é cadastro positivo. É simples fazer isso, é muito simples. E acho que é preciso. V. Ex^a tem absoluta razão em colocar aqueles pontos que foram colocados. E também é possível. Aliás, considero que é uma boa política que o Governo aproveite projetos de parlamentares que já estão em andamento. Foi assim no meu caso específico, com o Luz para Todos, que foi apresentado, está quase **ipsis litteris** o projeto depois apresentado pelo Ministério de Minas e Energia.

Por último, Sr. Presidente, em relação ao Conselho de Contribuintes. Não quero tratar da MP 232, como ela tem todos os aspectos que já foram levantados aqui, mas apenas em relação ao Conselho de Contribuintes. No momento em que estamos tratando de microcrédito, de pequenos contribuintes, enfim, de tudo isso, os pequenos contribuintes, aqueles que têm ações contra o Governo de até R\$50 mil não podem ser impedidos de discutir isso.

Cito para V. Ex^a o exemplo da Bahia, que quando há alguns anos o prazo médio de tempo no Conselho de Contribuintes que era de cinco hoje é de quatro meses. O que melhorou foi a fiscalização, as condições de trabalho melhoraram em relação à informatização e a se evitarem autos desnecessários.

Gostaria que V. Ex^a, dentro da medida provisória, olhasse esse aspecto, porque acho um absurdo, acho uma injustiça contra os pequenos contribuintes.

Eram esses os pontos que queria colocar para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – V. Ex^a vai responder agora ou não?

O SR. ANTONIO PALOCCI – O combinado não são três?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Três?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Para mim, tanto faz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Então, o Senador Tourinho foi o segundo.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma; prezado Ministro Antonio Palocci, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar V. Ex^a e o Presidente Lula com respeito à decisão de haver o fim da relação de contrato com o Fundo Monetário Internacional. V. Ex^a apresentou indicadores que mostram, de fato, uma evolução muito positiva, particularmente indicadores como o crescimento das exportações, do aumento do saldo da balança comercial, da balança correntes, em níveis muito positivos e que possibilitaram essa decisão que é de grande significado.

O segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de informar que no domingo à tarde fiz uma visita ao ex-Presidente da CAE, ex-Presidente do Senado, o Senador Ramez Tebet, que, infelizmente, se encontra hospitalizado no Hospital Albert Einstein, e eu disse a S. Ex^a que, nesta terça-feira, V. Ex^a estaria aqui, Ministro Antonio Palocci, e se porventura gostaria de transmitir uma pergunta a V. Ex^a e diz que sim, ainda que com dificuldades e recuperando-se ele disse: “Gostaria muito de perguntar ao Ministro Antonio Palocci sobre a questão das taxas de juros. Por que continuam ainda tão altas?”

Em uma homenagem ao nosso Colega que foi Presidente da CAE, quero aqui estender-me um pouco sobre a questão da taxa de juros, que tem sido a preocupação de todos nós.

Enfatizo que, lendo as atas do Banco Central e do Copom, particularmente, quando queremos saber, afinal, como se deu a decisão, notamos nas notas taquigráficas e no resumo que se faz das atas do Copom, que é como se houvesse ali quase que uma uniformidade de pontos de vista.

Gostaria de perguntar a V. Ex^a, Ministro Palocci, na interação do Copom com a equipe econômica, com o Conselho Monetário Nacional – constituído por V. Ex^a,

o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central – que interage com o Copom, se há pelo menos aqueles que argumentam de forma diversa.

Por exemplo, estamos conscientes de que a autoridade monetária tem colocado com grande ênfase a meta da estabilidade de preços, o combate à inflação, e tem tentado perseguir as metas para esse ano de 5,1% de taxa de inflação. Por isso, pergunto o que ocorre quando surge uma situação tal, como o crescimento dos preços do petróleo no mercado internacional ou outros fatores, como na última ata do Copom – crescimento de alguns preços de bens primários que poderiam alertar as autoridades para se breçar a procura agregada por bens de serviços – e, por essa razão, se decide elevar mais uma vez a taxa de juros básica da economia. Nesse caso, não há ali, no Copom ou na equipe econômica, alguém que levante a hipótese de, como a taxa de desemprego ainda é bastante alta em relação ao desejável, se realizar um esforço de dar oportunidades a tantas pessoas que ainda no Brasil se encontram desempregadas? Esse é um aspecto.

Considere-se também que uma diminuição da taxa de juros poderia estimular as decisões de investimento empresariais, na medida em que o crescimento da capacidade produtiva poderá aumentar o crescimento da oferta de bens e serviços. Assim, conseqüentemente, haveria uma contribuição para o objetivo da própria estabilidade de preços; ou seja, temos de ver tanto o lado da procura de bens e serviços como também o lado da oferta de bens e serviços.

Se não há quem argumente que o estímulo ao aumento da oferta de bens e serviços, que poderia ser proporcionado por um diminuição, moderada que seja, da taxa de juros, isso vai contribuir para o crescimento da economia, do emprego, ainda mais levando-se em conta que a taxa do desemprego ainda continua bastante alta e, portanto, que o próprio objetivo da estabilidade monetária dos preços seria alcançada.

Seria interessante sabermos se esse debate está se dando dentro do Copom e, às vezes, só pela ata não dá para se saber. Por isso, tenho sugerido – quem sabe fosse interessante – gravar as reuniões do Copom pela Radiobrás e, 24 horas ou 48 horas depois, colocar a transmissão para que toda a opinião pública a possa conhecer?

Essa é uma pergunta que apresento em homenagem ao Senador Ramez Tebet, que, ainda em recuperação, disse-me que gostaria de perguntar sobre a taxa de juros – eu disse à Sr^a Fairt, esposa dele, que formularia essa pergunta em homenagem a ele.

A terceira questão, Ministro Palocci. Quero aqui fazer, da forma mais construtiva e carinhosa possível, já que V. Ex^a colocou como positivo o debate que o presi-

dente Luiz Otávio e outros senadores propuseram... O Senador Rodolpho Tourinho tem um projeto, o Senador Ney Suassuna tem outro projeto. Fico imaginando que, talvez, também devesse apresentar um projeto...

V. Ex^a apresentou uma relação de países nos quais o Banco Central tem autonomia. Fui procurar investigar, no relatório do Banco Mundial, a situação de alguns dos países com maior taxa de crescimento econômico nos últimos anos em relação a esse tema.

Cito alguns resultados: República Popular da China, taxa de crescimento, de 80 a 90, de 10,3%, e, de 90 a 92, 9,7%; Índia, de 80 a 90, 5,7% de taxa de crescimento, e, de 90 a 92, 5,8%; Malásia, 5,3% e 6,2%, respectivamente; Singapura, 6,7% e 6,7% nas décadas de 80 e de 90 até 2002 respectivamente; Vietnã, 4,6% e 7,6%. Escolhi cinco países com taxas de crescimento das mais altas do mundo, mas nenhum deles está na relação que V. Ex^a apresentou. Então, pelo menos, há aqui um exemplo efetivo de que, não necessariamente, a autonomia do Banco Central está levando a uma maior taxa de crescimento em alguns países. Acredito que essa observação é interessante para o nosso debate.

Gostaria ainda de observar que um dos economistas por quem V. Ex^a sempre demonstrou grande admiração, assim como eu, o economista Celso Furtado, que infelizmente nos deixou em dezembro último, tinha dúvidas essa autonomia, sobre a independência para o Banco Central. Ele não vinha recomendando isso, porque ele, como eu, não estava persuadido desse assunto.

No livro **Fantasia Organizada**, há uma observação muito interessante a respeito do economista argentino Raul Prebisch, de quem ele era amigo pessoal. Repetidas vezes os dois conversaram quando ele ali estava como exilado do Brasil. Andando a pé em Santiago do Chile certo dia, ele perguntou a ele a respeito de como, depois de ter permanecido no...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, desculpe interrompê-lo, mas vou pedir a V. Ex^a que resuma a sua intervenção porque há dezesete inscritos. Não gostaria de impedir V. Ex^a de continuar, mas precisava lembrá-lo de ainda há outros que desejam falar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou procurar sintetizar minhas observações nessas três últimas perguntas.

Raul Prebisch havia deixado o Banco Central e o Ministério da Fazenda na Argentina, e Celso Furtado perguntou a ele se, com essa experiência, ele não tinha diante de si a perspectiva de um trabalho, um emprego. Ele respondeu que tinha recebido inúmeras propostas de trabalho, mas que não pôde aceitá-las justamente

porque conhecia muito bem todas as operações financeiras, o estado em que cada instituição financeira estava em função da posição que havia ocupado, e que seria inadequado aceitar ser membro da diretoria ou do conselho de uma sabendo tanto das demais. E preferi voltar às minhas atividades acadêmicas. O Celso Furtado, então, revela isso como um exemplo de preocupação ética de interesse nacional exemplar. Ora, o que temos muitas vezes visto é que dos diversos diretores do Banco Central, como que aquilo que o economista John Kenneth Galbraith mencionou certa vez, chamando simbiose burocrática da interação tão intensa que existe de pessoas que trabalham em organismos financeiros do Governo e daí para o setor privado e vice-versa. E fica uma coisa de interesse tão forte que levou, esses dias, por exemplo, um economista amigo comum nosso, Paulo Nogueira Batista, dizer: olha, às vezes os que são diretores do Banco Central, e vão e voltam ao setor privado, dificilmente se distinguem. Será que os diretores do Banco Central não têm tal afinidade com o sistema financeiro privado e passam a agir muito em função de certos interesses, quem nem sempre são os interesses públicos?

O que tenho confiança, Ministro Palocci, é que o Presidente Lula, ao designar tanto V. Ex^a, como Ministro da Fazenda e aos demais Ministros, sobretudo na área econômica – o Presidente e os diretores do Banco Central – Sua Excelência estará sempre se guiando pelo fato de cada um desses diretores estarão agindo no interesse público, no interesse da Nação, no interesse maior e não de determinadas estruturas de interesses privados. Quero garantir isso. Então, a independência, a autonomia que desejo para os diretores do Banco Central é aquela que passa, primeiro, pela designação de uma pessoa que tem toda a legitimidade do povo brasileiro, por ter sido eleito para defender o interesse nacional, no caso o Presidente Lula, e que ainda tem que passar pelo sistema de arguição e aprovação dos Senadores, que hoje temos tido.

Quero aqui dizer, com a amizade que temos, que ainda não estou persuadido da questão da autonomia do Banco Central, mas inteiramente aberto ao debate.

Há um outro ponto importante que gostaria de lhe perguntar. Fiquei um tanto preocupado com a observação de Dom Cláudio Hummes, na missa da Quinta-feira Santa, quando ele falou do desespero do desempregado e lamentou que a miséria seja tanta a ponto de que o Programa como o Bolsa-Família seja de oito milhões e ele disse: isso aí é emergencial, é preciso trabalho para que as pessoas possam produzir sua renda com dignidade.

Como eu sou uma das pessoas que têm apoiado o Programa Bolsa-Família, inclusive apoiado a sua expansão para 11 milhões e 200 mil famílias no próximo ano, gostaria que V. Ex^a tenha a oportunidade de estar expondo, esclarecendo, inclusive a Dom Cláudio Hummes o quanto, na sua avaliação, essa expansão do Bolsa-Família contribuiu para a expansão da atividade econômica do nível de emprego. Gostaria... V. Ex^a terá oportunidade, Senador Ney Suassuna.

Então, inclusive, Ministro Palocci, como foi sancionada a lei, por recomendação de V. Ex^a, da renda básica de cidadania, tenho inclusive exposto em minhas palestras e pronunciamentos que o Bolsa-Família pode ser visto como o começo dessa evolução em direção à renda básica de cidadania e como isso terá, quando plenamente instituído, um efeito de nos aproximar mais da meta de pleno emprego a todos os brasileiros.

Finalmente, um último ponto de preocupação. Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, na última semana, creio que V. Ex^a estava presente, recomendei aos meus colegas Senadores assistirem ao filme **O Aviador**, sobre a história de Howard Hughes. A certa altura de sua vida, em uma conversa no Senado Federal, um senador transforma-se em porta-voz da Pan American e procura destruir o diretor principal da TWA, para que este fosse forçado a vender o controle das ações de sua companhia para a Pan American, senão o próprio senador seria destruído moralmente. Howard Hughes consegue dar a volta por cima, e o senador acaba sendo desmoralizado.

Achei o filme interessante porque qualquer que seja a decisão sobre o que vai acontecer com as companhias de aviação civil brasileiras, Ministro Antonio Palocci, precisa ser inteiramente transparente, ser objeto do conhecimento dos aeronautas e aeroviários, dos passageiros, do povo em geral, do Presidente, dos Ministros e também de nós, Senadores, para que possamos debater a questão.

Então, é nesse sentido que gostaria de perguntar a V. Ex^a sobre a decisão que o Governo está por tomar dos destinos das empresas de aviação. Há empresas que estão praticamente fechadas, como a Vasp, mas seus funcionários aguardam seus salários. Há empresas como a Gol, que está crescendo, e a TAM, que está se recuperando. E a Varig, uma empresa nacional importante, aguarda a decisão de seu destino.

Aproveito esta oportunidade para pedir a V. Ex^a que nos transmita o ponto de vista do Ministério da Fazenda, que tem sido instado a dar opinião sobre o caso da Varig, assim como a recomendação que será dada. Solicito a V. Ex^a que se refira ao setor, já que tem se pronunciado a respeito do assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Muito embora seja sempre agradável ouvir o Senador Eduardo Suplicy, que exagera na síntese que faz dos seus pronunciamentos, gostaria de pedir a V. Ex^a a observância do tempo, para que os demais oradores possam falar. Se os demais fizerem a síntese como o nobre e eminente Senador Eduardo Suplicy, que trouxe lições realmente muito importantes a esta Comissão, naturalmente que o Ministro não poderá ouvir a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Senador Antonio Carlos Valadares, fiz um apelo carinhoso ao Senador Eduardo Suplicy, e jamais poderia cassar a palavra do ilustre Senador, o que seria indiscreto.

Passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, terceiro inscrito, sem considerar o subscritor do pedido. V. Ex^a já falou, Senador César Borges.

Senador Antonio Carlos Magalhães, em seguida V. Ex^a falará, porque já tem a alternância partidária. Como não falou nenhum Senador do seu partido, V. Ex^a será o próximo orador.

Se demorar demais, o argüido terá dificuldade em responder, porque terá que fazer um livro resposta.

Então, passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, em seguida ao Sr. Ministro para responder aos três.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr. Ministro Palocci, serei breve e vou compensar o tempo gasto pelo Senador Eduardo Suplicy.

Devo dizer que V. Ex^a tem muita credibilidade, o respeito da Casa e, evidentemente, sempre foi muito atencioso nas respostas quando se pede ou uma audiência ou uma resposta mesmo telefônica. É verdade que essa reforma ministerial atrapalhou muito V. Ex^a, que deixou de ser tão generoso em responder os telefonemas que lhe são dados, sobretudo em relação ao interesse público da minha parte. Mas isso não vem ao caso. Venho em defesa de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Acho que a secretária dele é incorrigível, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Realizando um trabalho como realizou, mostrando o que mostrou, embora contestado algumas vezes por Senadores da competência de César Borges, Rodolpho Tourinho e tantos outros, o que me admira é que V. Ex^a sendo, digamos, uma pessoa de maior força do governo pelo seu trabalho principalmente, pela sua respeitabilidade e credibilidade, que eu endosso, seja tão combatido no seu próprio partido. A que V. Ex^a

atribui essa coisa de combater a sua política, combater sempre a sua atuação? É verdade que V. Ex^a tem derrotado os seus adversários na maioria das vezes, mas V. Ex^a, se pudesse explicar a razão desse combate, se é pela sua seriedade, se é pelo seu trabalho, eu ficaria agradecido. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: como V. Ex^a encara o Orçamento da República? V. Ex^a acha que ele é bem-feito no Executivo, que é o Legislativo que o deturpa, e que depois o contingenciamento no Executivo torna um privilégio ser beneficiado pelo Orçamento; se gera corrupção, ou na feitura ou no pagamento. O que V. Ex^a pensa de um assunto como esse, que é um assunto que todos os jornais se batem, e ainda há pouco um Ministro do próprio governo disse que, infelizmente, a corrupção ainda existe no governo que V. Ex^a realmente ilumina.

São essas duas perguntas, acredito que V. Ex^a possa me responder e não tergiversar, porque V. Ex^a não gosta de tergiversar. Até um colega meu aqui disse que, se tivesse uma agência de automóveis e carros usados, ele pagaria qualquer preço para o senhor ser o homem para participar dessa sociedade, dada a capacidade que tem de levar todos os assuntos. Reconheço essa capacidade, mas reconheço também inequivocamente o seu valor mais do que essa capacidade de dominar o público que lhe pergunta. Farei só essas duas perguntas e renovo meu respeito.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Sobre o Orçamento, só para entender qual é a sua questão, Senador, características do Orçamento...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se o Orçamento é bem-feito no Executivo, se chega a tempo no Congresso, se quem erra não é o Executivo, quem erra é o Legislativo, modificando, fazendo janelas para novas verbas, daí não ser cumprido o Orçamento. Se o contingenciamento que é feito pelo Governo gera corrupção para pagamento de verbas, se existem privilegiados políticos ou de empresários no recebimento de verba orçamentária. Eu gostaria da opinião de V. Ex^a, porque sendo um homem sério e de credibilidade, acho que a opinião de V. Ex^a é extremamente valiosa.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Como a ordem dos fatores não altera o produto, V. Ex^a pode não responder em ordem cronológica, talvez uma resposta de uma forma mais abrangente que atenda a algumas das posições dos Senadores que o questionarem. Então, V. Ex^as têm que dar mais tempo para o Ministro, que S. Ex^a tenha o tempo necessário, porque os questionamentos foram longos.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Vou procurar responder na ordem das perguntas mesmo. Passo a responder ao Senador César Borges.

V. Ex^a fez duas ou três afirmações: uma é a de que a carga tributária aumentou; outra, que a dívida aumentou; e outra, que o investimento caiu. Com todo o respeito, quero-lhe dizer que essas três afirmações não encontram respaldo nos números do nosso Governo, talvez no Governo anterior. Mas não quero fazer aqui um diálogo, um confronto desse tipo. Quero apenas dizer que a dívida, que havia subido, caiu; que a carga tributária que, como está ali, havia subido, estabilizou-se; e que o investimento cresceu um pouquinho. Menos do que todos nós desejamos, mas cresceu um pouquinho. Também mostramos os números. Então, não há, nos números indicados neste momento, nos números apresentados aqui, qualquer um que respalde as três afirmações de V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ANTONIO PALOCCI – Mostrei o investimento. São dados já de anos concluídos, quer dizer, não é uma estimativa. O crescimento de 2003 foi 0,41; o de 2004, 0,61; e a estimativa deste ano é 0,88.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a fez para 2004, mas não em relação ao passado.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Em relação a 2002, a de 2005 é maior. Não, veja, por favor, se fui mal compreendido: não quero fazer comparação do nosso Governo com o anterior; só quero dizer que não há nos números, quando V. Ex^a disse que aumentou a carga tributária, reduziu o investimento e subiu a dívida...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A (*inaudível*) tem subido?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não, ela caiu 5% do PIB no ano passado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em relação ao PIB é outra coisa, mas, em termos absolutos, ela não cresceu.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Em números nominais, tudo cresce, Senador, desculpe-me. A dívida tem que ser vista em relação ao PIB: o número nominal vai crescer sempre, o resto da vida. Desculpe-me.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – (*Inaudível*) títulos públicos, paga 19,25% ao ano.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não sei se vou ter a oportunidade de dar as respostas sobre como funciona.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP) – Pediria, encarecidamente, que V. Ex^a deixasse o Ministro falar. Depois haverá o direito à tréplica, e V. Ex^a poderá pedir a palavra para questionar novamente, para que a sociedade entenda realmente o que vem ocorrendo.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Obrigado, Sr. Presidente. Quero dizer que não há encontro na realidade. A dívida não tem subido: tem caído em relação ao PIB. Ela subiu, nos últimos dez anos, e caiu, nos últimos dois anos, de maneira importante até. Isso são dados objetivos; não é aquilo que acho, nem aquilo que estimo, mas aquilo que os dados mostram. Com todo o respeito, sua observação, desculpe-me, não encontra respaldo nos números.

Em relação à carga tributária, V. Ex^a leu uma afirmação de um determinado instituto, o qual respeitamos também, mas – insisto – os números só podem ser mostrados. Inclusive fiz ressalva do número que mostrei: ele é provisório, porque o dado não existe, só pode ser estimado.

Esses outros institutos também diziam, durante todo o ano de 2003, que a carga tributária estava subindo. E o próprio dado do IBGE, o primeiro dado, aparentou para nós que tinha subido mesmo. Só quando saiu o dado definitivo é que se teve o dado definitivo. Então, não quero fazer guerra com expectativas, mas um esclarecimento de números concretos, de dados que são consolidados.

Por exemplo, o de 2003 é um dado definitivo. A carga tributária caiu em relação à curva que vinha fazendo anteriormente. Não vou chamar a curva anterior de uma tsunami, não o chamaria; ela foi uma necessidade que se teve, num passado recente, de saldar compromissos fiscais, sociais. Mas o fato é que, em 2003, a carga caiu; em 2004, está mais alta do que em 2003, mas o dado provisório mostra que ainda está menor do que em 2002.

Então, Senador, confesso que os números não respaldam sua afirmação. Sugiro que olhe as curvas da dívida brasileira. V. Ex^a vai verificar que ela tem um comportamento de queda nesses dois anos, uma queda extremamente importante, fruto de um esforço, que não é meu, mas de todo o País, com o grande apoio deste Senado – tenho certeza de que com o apoio de V. Ex^a também – fazendo com que os números fiscais coloquem nossa dívida numa trajetória de queda importante.

Por isso, as questões levantadas em termos de carga tributária têm vários aspectos de construção de mudanças tributárias da reforma em que algumas são ajustes e outras, redução efetiva de carga. Por exemplo, quanto ao PIS/Pasep – que V. Ex^a diz que foi a primeira medida que tomamos –, foi em dezembro de 2002, quando ainda não tínhamos tomado posse. A não ser que V. Ex^a esteja lembrando que eu era parte da Comissão de Transição e queira nos transferir essa responsabilidade. Mas eu defendo aquela medida, que foi importante. O PIS/Pasep deixou de ser cumulativo, o que melhorou sua qualidade.

Quando à Cide, V. Ex^a tem razão de que foi autorizado seu aumento, mas essa margem do aumento da Cide – aprovada pelo Congresso Nacional – jamais foi praticada. Foi um aumento apenas da autorização da margem de cobrança da Cide. Mas, pelo fato de que desde a nossa posse o preço do petróleo não tem tido um comportamento muito amigável, decidiu-se por não utilizar esse espaço ou utilizá-lo não cobrando, na medida em que o papel da Cide seria regulador, papel de colchão tributário em termos de evolução dos preços do petróleo.

Quanto à Cofins, Senador, ela aumentou porque deixou de ser cumulativa, ela tinha que ter um valor diferente. O aumento da arrecadação ocorreu principalmente porque instituímos a Cofins em vários setores cobrando na fonte. E começamos a cobrar Cofins dos produtos importados, que não pagavam Cofins até o ano passado e tinham um critério de competitividade diferente do atual.

Sobre os gastos, eu gostaria de fazer uma breve abordagem. É preciso olhar de forma segregada os gastos, cada um com suas particularidades. Em termos de pessoal e de despesas discricionárias, apresentei os dados aqui. A evolução não é perigosa nem muito significativa: é equilibrada.

Em termos de LOAs, da área de Bolsa-Família, há uma evolução forte, mas isso é uma decisão política, é um gasto social fruto de uma decisão política de valorizar a transferência de renda. A saúde tem uma evolução razoável dos seus valores, mas também por força de constituição, na medida em que ela é vinculada ao crescimento do PIB.

Penso que o gasto mais importante, que tem mostrado algum nível de desequilíbrio e que nos faz ter o sinal amarelo, é – na minha modesta opinião – o aumento do déficit da Previdência, uma questão que devemos avaliar com intensidade, principalmente quanto àquilo que não se refere a pagamento de direitos. Por exemplo, Senador, quando o auxílio-doença, que é um direito do trabalhador, fica durante 5 ou 6 anos no nível de R\$2,5 a R\$3 bilhões e, em 2 anos – depois que em 2001 foram tomadas algumas medidas que modificaram a concessão do auxílio-doença –, vai de R\$2,5 para R\$9 bilhões, não parece ser uma questão representativa do perfil epidemiológico do trabalhador brasileiro, deve haver algum desajuste em termos da gestão do direito.

Então, penso que, na questão previdenciária, há todo um trabalho a ser feito. Estou muito seguro de que o Senador, colega desta Casa, Romero Jucá, será muito determinado nesse trabalho.

Quanto ao aparte que fez o Senador José Agripino, o Governo não tomou nenhuma decisão quan-

to à 232. Estive ontem numa reunião com o Ministro Aldo e com os Líderes da Câmara. Dialogamos com profundidade sobre a medida, as negociações e procedimentos de itens dela. Eu fiz a parte do debate do mérito. O procedimento de votação é político da Câmara, do Ministro Aldo, não acompanho essa parte. Fiz um debate de mérito sobre isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ministro, o relator do PT anunciou nos corredores a retirada. S. Ex^a jogou a toalha e comunicou que a matéria iria à votação para ser derrotada. Essa é a declaração do relator, que é do Partido de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não acompanhei o procedimento político, Senador. Não sei qual é a decisão dos Líderes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – E com relação à conclusão, ao anúncio de S. Ex^a de nova lei com novos impostos?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Como?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – S. Ex^a teria anunciado que a compensação pelos dispêndios com a correção da tabela do Imposto de Renda seria objeto de um projeto de lei com novas propostas.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Senador, não posso comentar aquilo que eventualmente possa ocorrer, cujas consequências seriam talvez essa. A Câmara tomará sua decisão, o Senado tomará sua decisão, e nós tomaremos a nossa decisão.

A correção da tabela do Imposto de Renda é importante e atinge sete milhões de contribuintes. Na Medida Provisória nº 232, há ajustes, sim, de serviços importantes e de justiça tributária. A Câmara e o Senado farão suas avaliações e tomarão suas decisões. São questões que fogem da minha alçada.

Quanto ao segundo conjunto de questões do Senador Rodolpho Tourinho, a primeira diz respeito à reforma tributária. Eu disse aos Governadores que estiveram aqui na semana passada que, por mim, votaríamos o texto do Senado como ele está, porque ele está bom, e encerraríamos a segunda etapa da reforma tributária. Os Governadores nos solicitaram que não façamos isso, para que a Câmara faça um novo relatório, refaça algumas questões, vote e devolva à matéria ao Senado.

De novo, emiti minha opinião de mérito. Não tomo decisões de encaminhamento. Votar o relatório do Senado – não só porque é bom, mas porque é suficiente para este período da reforma tributária – apressaria a reforma tributária. Mas, como houve apelo dos Governadores, não me opus a que a Câmara, eventualmente – se fosse sua decisão –, tomasse uma decisão mais ampla, que exigisse, portanto, a devolução da matéria ao Senado.

Não podemos, Senador, criar sistemas de compensação a eventuais perdas ou a mudanças na legislação sem que se cumpra a legislação até o final. Por isso, os Estados nos pediram que uma eventual concessão nova do Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional seja paga antes de entrar em vigor o novo sistema. Já fizemos isso com a Cide. Pagamos a Cide e estamos distribuindo 29% dela antes de concluir a reforma tributária. A reforma tributária não caminhou. Se fizermos o mesmo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento, faremos mais uma parte do nosso compromisso, e a reforma não caminha. A partir de agora, devemos fazer evoluir tudo junto. Somos a favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Podemos apresentar uma contribuição maior a ele desde que se vote e que isso passe a valer quando o novo ICMS estiver implantado.

O ICMS é o imposto que mais arrecada no País, é importante e precisa ser modificado. Em uma das pesquisas feitas pela CNI em todo o País respondida por empresários, eles indicaram que o imposto mais complexo e o pior para os procedimentos tributários é o ICMS. Ele precisa ser simplificado e ter sua qualidade melhorada em benefício dos Estados. Na verdade, a União não ganha nem um centavo com isso. A mudança da qualidade do ICMS é um benefício dos Estados.

Um segundo aspecto importante: isso vai reduzir os créditos do ICMS das empresas exportadoras. Resolvemos o conjunto das questões do ICMS. Hoje, muitas empresas exportadoras acumulam créditos de ICMS e não conseguem compensá-los. Estamos, enfim, taxando exportações, quando não conseguimos dar eficiência para um imposto de tal magnitude. O ICMS não é um pequeno imposto, mas um imposto de grande porte.

Estamos dispostos a envidar todos os esforços. Aceitamos dezenas de mudanças propostas pelos Estados, embora discordássemos delas. Nós a aceitamos, porque não as consideramos questões de princípio. Entretanto, chegou a hora de votarmos ou não a segunda etapa da reforma tributária. Na semana passada, os Prefeitos me visitaram e pediram que se destacasse só o aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Agora, os Governadores querem que se destaque só o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Sabem qual é o conteúdo dessas medidas, se assim procedermos? Carga tributária. Se dermos mais R\$1,5 bilhão para os Municípios, mais R\$2 bilhões para os Estados, estaremos cobrando que o Governo Federal aumente a carga tributária.

Segundo aspecto, estamos fazendo o inverso do que é normal acontecer a partir dessa etapa da reforma. Se estamos melhorando o ICMS, é mais impor-

tante para os Estados terem ganhos com esse ICMS novo, melhorado. Isso trará ganho para os Estados. Está errado, no meu modo de ver, os Estados pedirem para o Governo Federal arrecadar mais para lhes dar mais dinheiro. Está errado isso. Estamos sempre reclamando que o Governo Federal concentra impostos, arrecada muito e distribui errado, distribui pouco para os Estados, então, não vamos piorar esse quadro, não vamos pedir para o Governo Federal arrecadar mais para distribuir mais. Se está mudando o ICMS agora, façamos com que o ICMS que é propriedade dos Estados seja melhor para que arrecadem melhor, com aumento da base de tributação, com melhoria da tributação. Penso que não é bom para os Estados que o Governo Federal arrecade mais.

De qualquer forma, como sabe V. Ex^a, fizemos algumas dezenas de reuniões com Secretários de Fazenda, faremos outras e estamos muito dispostos a contribuir com uma solução. Eu pediria até que V. Ex^a, que conhece profundamente esse assunto, participe disso de forma direta, porque tenho certeza de que as suas ponderações nos ajudarão a encontrar um caminho de solução para a reforma tributária. Eu gostaria muito que pudéssemos votar a reforma este ano, o mais rápido possível, porque ela melhora a vida das empresas, a nossa economia, a qualidade dos impostos e o tipo de tributação.

Sobre o setor de energia elétrica e a Cofins, eu diria que a indústria compensa a Cofins da energia elétrica, tendo em vista que pode até haver o impacto determinado de um imposto que é não-cumulativo na energia elétrica. Isso não tem impacto na indústria, porque a indústria pode se creditar e utilizar esse crédito nos impostos que paga. As pessoas pobres também têm esse sistema de subsídio cruzado. Então, na verdade, o custo ficaria para as pessoas não pobres e ao setor não produtivo.

Penso que, nesse aspecto, não teríamos um impacto importante do ponto de vista da renda das famílias ou do processo produtivo. Podemos dialogar sobre isso. Não julgo que essa questão não tenha mérito ou legitimidade, mas penso que aquilo que se precisava proteger, ou seja, não aumentar o custo de produção e não atingir as pessoas pobres, o sistema tem mecanismos de fazer.

Sobre a questão do cadastro positivo, V. Ex^a pede que, em vez de o Governo enviar um projeto, que valorize projetos da Casa. Não tenho nenhum problema com isso. Pedirei que o nosso Líder Senador Aloizio Mercadante possa avaliar isso e nos dar uma indicação sobre como proceder. Podemos perfeitamente enviar o projeto do Governo de maneira informal para contribuir com os projetos que estão em andamento nesta

Casa e valorizar a autoria dos Senadores. Não me refiro apenas a uma valorização formal, pois, se há, de fato, projetos tramitando há muitos anos aqui, acredito que possam ter até conteúdos mais consolidados do que os que estamos preparando agora. Então, não há problema algum. Peço que a nossa Liderança cuide disso, e faremos o procedimento que V. Ex^{as} julgarem mais conveniente.

Quanto ao Conselho de Contribuintes, V. Ex^a faz uma avaliação negativa por haver limitação para recurso. Concordamos com essa análise, Senador. Recebemos algumas ponderações e somos sensíveis a este argumento de que não deveríamos travar em limite de valores. Isso existe em alguns Estados. Na verdade, 40% dos recursos que estão hoje nos conselhos de contribuintes são relativos a recursos de 0,3% dos recursos envolvidos, ou seja, ocupa-se quase metade dos conselhos com menos de meio por cento dos recursos. Por isso, nós procuramos criar alguma saída para isso, mas eu penso que a saída não foi a mais adequada. Ela deu a sensação de que as empresas menores seriam prejudicadas. Isso não é fato, porque, na verdade, são os débitos menores – os débitos menores existem em empresas menores e em empresas maiores. Aliás, a grande maioria é de empresas grandes e não de empresas pequenas. Mas não importa. Nós não queremos fazer travas desse tipo para o direito do recurso. Nós, então, estamos fazendo uma modificação nesse dispositivo, eliminando o critério e criando uma sistemática de instruções normativas que possam ir criando jurisprudência e medidas que, repetidas vezes, são levadas aos Conselhos e que acabam ocupando um trabalho enorme dos conselheiros. Decide-se 10, 15 vezes, durante 10 anos, a mesma coisa. Só que, como a lei não muda, não tem jurisprudência e o fiscal tem que ficar fazendo aquele determinado procedimento durante 10 anos.

Nós vamos criar um sistema interno de jurisprudência dado a um conjunto de decisões dos Conselhos e, eventualmente, vamos separar um ou dois Conselhos – ou criar, se for necessário – específicos para os pequenos valores.

Nós, então, estamos aceitando essa sugestão que o senhor e outras Lideranças apresentaram sobre essa questão do recurso ao Conselho.

O Senador Eduardo Suplicy trouxe uma série de questões do Senador Ramez Tebet e eu tenho o prazer em responder e lhe dizer – veja: nós não temos no Conselho Monetário Nacional debate sobre política monetária. Esse é um debate feito exclusivamente no Copom, do qual eu não sou membro. Nenhum membro do Ministério da Fazenda é membro do Copom.

Mas vejo que todas as questões que V. Ex^a colocou, Senador Eduardo Suplicy, podem ser perfeitamente parte de um diálogo do Senado com os membros do Copom. Os membros do Copom e o Presidente Henrique Meirelles podem ser convidados e tenho certeza de que virão aqui, com satisfação, dialogarem com os Senadores a respeito daquilo que preside as prioridades que o Copom estabelece ou que oriente as decisões. Tenho certeza de que eles virão com satisfação e vão fazer uma discussão muito mais apropriada do que no meu caso, que não participo das reuniões e que não tenho assento no Copom, mas acredito que a política monetária desenvolvida pelo Banco Central está tendo sucesso e é correta.

O senhor falou que as taxas de juros afetam as decisões de investimento. Eu concordo, mas acho que afetam positivamente. Eu penso que as decisões de investimento se tornam mais amplas, quando as pessoas têm a sensação e a certeza de que a inflação futura será mais baixa. Eu não penso o contrário: que se tivermos menos taxas de juros, vai sempre haver mais investimentos. Depende. Se forem menos taxas de juros, em troca de mais inflação, nós vamos ter menos investimento e não mais investimento. Então, desse ponto de vista, eu penso um pouco diferente de V. Ex^a nesse particular. Eu penso que a decisão do investidor, principalmente a decisão qualificada, a decisão de médio e longo prazo, olha a perspectiva da economia de médio prazo. Se à frente ele vir inflação alta, ele não investe. Se à frente ele vir que o processo pode estar sem controle, ele reduz investimento. Isso não é uma coisa que eu acho. Isso é uma coisa que verificamos que acontece na economia, se nós observarmos períodos longos com inflação baixa ou inflação alta. O que nós observamos é que o investimento não reage tão diretamente à taxa de juros básica. Reage às perspectivas de equilíbrio macroeconômico e controle da inflação.

Mas é um bom debate. Eu não quero, de forma nenhuma, Senador Eduardo Suplicy, não partilhar com V. Ex^a a idéia de que a questão das taxas de juros é um debate a ser feito no Brasil, um debate procedente, legítimo e que precisa ser feito com a maior transparência possível e necessária.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Apenas, Ministro, se a taxa de juros moderadamente declinar e com isso aumentar os investimentos, a capacidade produtiva e aumentar a oferta de bens e serviços, o que se pode dar é a redução da inflação, conforme V. Ex^a deseja, combinada com o crescimento do emprego.

É claro que é uma arte se fazer e conseguir isso, mas o que observei é que pode ocorrer essa hipóte-

se. Muitas vezes acontece. Então, que isto possa ser considerado pelos membros do Copom e é o que eu gostaria de ver acontecer.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não, por isso temos de forma consistente reduzidos os juros reais de mercado com a nossa política econômica. Se nós observarmos o histórico recente, vamos ver que os juros reais de mercado têm sido reduzidos como resultado do esforço fiscal e monetário do Governo e do esforço da economia, das empresas. De fato, é positivo, é interessante para o País que possamos conseguir que essa evolução prossiga.

Sobre as questões que V. Ex^a mencionou dos exemplos dados sobre autonomia e os países, respeito. Só queria lhe informar que Cingapura tem autonomia do Banco Central, que foi um dos exemplos que V. Ex^a citou. Cingapura tem. A Índia também tem autonomia do Banco Central. Então, dos três exemplos que V. Ex^a citou, Cingapura e a Índia têm; a China, vamos dizer assim, tem todo um sistema não só no Banco Central, mas em todas as instituições chinesas bastante diferente. Eu estava comparando mais países que tenham características de sistemas políticos e institucionais parecidos. A China já é um caso bastante diferente de sistema político, institucional, econômico etc.

Por fim, a questão que V. Ex^a coloca sobre a relação de eventuais diretores, presidentes do Banco Central com o mercado financeiro – o fato de pessoas virem do mercado financeiro e depois voltarem eventualmente a trabalhar no mercado financeiro –, eu acho, Senador, que essas coisas têm que ser garantidas por regras. Li no jornal hoje que o Ministro Waldir Pires está encaminhando uma proposição de mudança dos critérios atuais de quarentena, criando uma quarentena mais longa, com critérios diferentes. Tudo isso são regras que devem valer para todos os setores públicos: Banco Central, Receita Federal, CVM, Susep, bancos públicos. Ou seja, todos devem ter critérios e não podem ser critérios subjetivos, baseados na decisão das pessoas, mas critérios legais, formais, e esse Senado pode contribuir, e muito, com isso. No plano pessoal, a única coisa que posso lhe dizer é que eu não vou para nenhum banco depois que sair do ministério; vou para alguma clínica, algum hospital praticar minha profissão. Mas não posso dar-lhe garantia de todos os membros.

Penso que essa questão que V. Ex^a colocou deve ser tratada, inclusive, no Senado. O Brasil tem uma legislação recente para quarentena e critérios de direitos e deveres de membros e ex-membros de equipes de setores sensíveis, não só da área econômica mas também da área de justiça, de segurança etc.

Como temos um critério ainda muito recente, novo, pode ser aperfeiçoado. É o caso de o Brasil permanentemente estudar e aperfeiçoar esses sistemas.

Por fim, V. Ex^a pergunta a minha opinião sobre o Bolsa-Família. No que se refere à questão econômica, a gestão da inclusão social é um dos pilares essenciais de um crescimento equilibrado de longo prazo. Países com grande desigualdade de renda tendem a sofrer de maneira mais forte o impacto de choques externos. Países com grande desigualdade de renda tendem a ter menos sustentabilidade no crescimento de longo prazo. Países com desigualdade de renda tendem a ter resultados menores do ponto de vista dos avanços institucionais conseguidos nos processos de crescimento em períodos curtos ou longos.

Neste ponto de vista, sem dúvida alguma, processos de transferência de renda bem acompanhados, bem realizados, contribuem com um crescimento equilibrado.

Sobre o filme *Aviador*, não assisti ao filme.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Eu recomendo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sabe o que perdeu, é um bom filme.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Verei, com a indicação do Senador Arthur Virgílio e do Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Especialmente a cena no Senado vale a pena assistir, para se ter uma idéia das coisas que às vezes ocorrem lá e cá.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Fui ver outros filmes nesse fim-de-semana, mas não vi este.

Sobre a questão das companhias brasileiras, Senador, tivemos um diálogo no Governo, depois que a Câmara e o Senado aprovaram a Lei de Falências. Como tratar as companhias de aviação? Ou elas são companhias, empresas privadas como todas as empresas brasileiras – assim é uma companhia de aviação, uma companhia exportadora de aviões, uma companhia exportadora de peças – ou são empresas diferenciadas por algum motivo.

No caso das companhias de avião, elas têm um estatuto diferenciado para o processo de intervenção e falência. Quando esse debate veio para a Câmara, procurei-me o Relator da Câmara, perguntando qual era a minha opinião sobre incluir as empresas de aviação na Lei de Falências, que estava em votação conclusiva. Falei que dependia do que queríamos com as empresas de aviação.

Se queremos que elas sejam tratadas como empresas como todas as outras, é bom que se inclua na Lei. Não tem sentido elas não estarem incluídas na Lei de Falências, na Lei de Recuperação de Empresas. Se

queremos dar às empresas de aviação um tratamento diferente, por considerar que a aviação é diferente, pode ser. Há países que consideram, há países que não o fazem. Essa é uma decisão do País. Então, não devemos pôr na Lei de Falências, mas desenvolver a legislação do setor, que já tem algumas coisas relativas a isso.

No final, aprovou-se a inclusão das empresas de aviação na Lei de Recuperação de Empresas. Depois, tivemos um diálogo com o Presidente Lula, porque alguns técnicos do Governo pensaram que talvez fosse o caso de o Presidente vetar, e os setores que estavam lidando com a área pediram para o Presidente não vetar.

De novo, apresentei a mesma questão: depende do que se quer. Queremos que a aviação seja considerada uma empresa como todas empresas? Nesse caso, é evidente que tem que estar na lei, como todas as empresas; se não queremos, tiramos as empresas de aviação da Lei e fazemos um lei específica.

Foi pedido para que ficassem na lei. Portanto, as empresas de aviação têm uma lei. Não existe outra possibilidade de políticas do Ministério da Fazenda para o setor se ela está, com todas as empresas, numa determinada Lei de Recuperação de Empresas. Essa lei é muito eficiente e prevê recuperação e falência de empresas. Então, dentro daquela lei, as coisas podem ser feitas tanto para empresas de aviação quanto para outras empresas. Se houver a necessidade de outro procedimento por parte do Governo, vamos ter total disposição de fazer, por entender que são empresas de valor, de porte, por respeitar os profissionais que compõem essa empresa, por respeitar o que elas deram de positivo para o País. Não há nenhuma dificuldade da nossa parte de olhar com toda a atenção esse setor e essas empresas.

Mas veja, na medida em que se decidiu, ao fim e ao cabo, que as empresas deveriam ter seus direitos previstos na Lei de Recuperação de Empresas, que prevê a recuperação e a falência, penso que temos uma bela lei que responde a esse problema e o de outras empresas. Não vejo por que o Ministério da Fazenda precisa produzir alguma coisa a mais sobre isso, a não ser que sejamos solicitados a fazê-lo. E, nesse caso, quero lhe dizer que estarei sempre à disposição.

Por fim, as perguntas do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador, estive aqui no final do ano, ocasião em que V. Ex^a estava presente, em um diálogo com o nosso Líder Aloizio Mercadante e com Lideranças de todos os Partidos sobre a questão do Orçamento. Pensei que, naquele dia, estava vendo uma Casa insatisfeita com o processo atual do Orçamento e desejosa de que houvesse uma mudança no processa-

mento do Orçamento, tanto na etapa executiva como na legislativa, e posteriormente. Estamos dispostos, estamos abertos a realizar todo o debate necessário para melhorar o processo.

Concordo com V. Ex^a que é preciso melhorar o Orçamento em todas as etapas e, a partir daí, precisamos fazer escolhas. Por exemplo, muitas pessoas defendem a idéia de orçamentos impositivos. O que é o orçamento impositivo? É aquele em que, a cada ano, decidimos quais são as destinações ou é um orçamento que vincula os seus recursos? O Orçamento de 2004, pela lei, teve recursos correspondentes a 4,3% do PIB disponíveis de forma não-impositiva, vamos dizer assim. Em 2005, foram 2,3% do PIB disponíveis para alguma alteração. Quase 90% do Orçamento são vinculados. Assim, ele já é bastante impositivo. Agora, pode ser impositivo de outra maneira, que é não ter vinculações e ter definições anuais de destinação de recursos. Só que é outro modelo. Não é...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a me permite?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a não falou em contingenciamento e nas causas de corrupção que podem ocorrer no Orçamento. V. Ex^a, na primeira vez que esteve nesta Comissão, declarou-se favorável ao orçamento impositivo. De maneira que V. Ex^a está entre esses parlamentares que desejam o orçamento impositivo. Ou estava? Pode ser que V. Ex^a tenha mudado de idéia, o que considero natural porque ninguém pode ficar com o mesmo pensamento.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não. Senador, não mudei de idéia. Acho eu essa é uma evolução importante para um País como o Brasil. Mas insisto que temos de fazer uma série de mudanças no processo orçamentário para chegar a um orçamento impositivo, se queremos esse modelo.

Ressalto que o Brasil, por decisões históricas, caminhou no sentido do orçamento vinculado. A história do Brasil indicou isso. Ao longo dos anos, o Brasil, talvez por ter trabalhado tanto tempo com inflação alta, fez com que os setores brigassem para terem vinculações protegendo as suas áreas. Tudo legítimo, mas o que resultou em um orçamento muito vinculado e não impositivo.

Será que esse é o bom modelo ou não? Creio que esse é um bom debate e fico à disposição para dialogar de maneira bastante clara e produtiva sobre esse assunto.

O contingenciamento, Senador, é uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Devemos informar, no momento em que elaboramos os decretos

e dois em dois quando os renovamos, aquilo que entendemos que é ou não disponibilidade de recursos. Isso, portanto, dá os limites de gastos a cada período.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a não tem culpa de quem é ou não é contingenciado.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Como assim?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quero dizer claramente: quando contingência determinada verba, V. Ex^a não tem culpa. Foi a outro Poder, é outra área ou é V. Ex^a mesmo?

O SR. ANTONIO PALOCCI – É feito assim...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Porque há uma injustiça tremenda no Orçamento em relação aos Parlamentares.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Deixe-me dizer, na verdade, como é construído o decreto de contingenciamento.

O Ministério da Fazenda trabalha os limites de receitas e despesas. Os dados gerais dos limites são dados pelo Ministério da Fazenda, que, num passo posterior, junto com o Ministério do Planejamento, distribui esses limites. Cada Ministério aplica esses limites naquilo que achar mais adequado. Quer dizer, o Ministério da Fazenda não diz ao Ministério do Meio Ambiente qual é o programa que será maior ou menor. Isso é feito em um processo que começa na Fazenda e termina no Ministério fim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não falo qual é o maior e o menor.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Assumo aqui minha parte na responsabilidade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O pagamento de verbas, inclusive de emendas de Parlamentares é contingenciado para uns e não é contingenciado para outros. Isso tem de acabar e não é algo de país civilizado. Não tenho dúvida de que V. Ex^a, um homem de bem e sério, pensa como eu.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Estou concordando.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Compreendo também que V. Ex^a tem que poupar seus colegas.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não quero poupar ninguém, não, Senador. Concordo com V. Ex^a. Temos de melhorar muito esses critérios. Entendi, naquela reunião que tivemos no final do ano, que o Senado faria um diálogo sobre isso neste ano. Nosso Líder nos tem informado, freqüentemente, de que as reuniões já estão sendo realizadas. Estamos muito dispostos a trabalhar. Eu penso que o Orçamento brasileiro precisa melhorar sua elaboração. Assumo também da parte do

Executivo. Não faço nenhuma crítica. Todas as etapas do Orçamento precisam ser melhoradas.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, há dois anos e três meses, sou da Base do Governo e nunca tive uma emenda liberada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ANTONIO PALOCCI – Deixo essa questão como referência.

V. Ex^a também quer que eu responda à questão partidária aqui assim? *(Risos.)*

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Gostaria que V. Ex^a dissesse por que V. Ex^a é injustificado. Se V. Ex^a achar que não deve responder, eu também...

O SR. ANTONIO PALOCCI – No Brasil, a questão econômica sempre tem um nível de polêmica. Não vejo que isso faça mal ao País. Considero o debate sempre saudável.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sobre tudo porque o senhor vence sempre, não é?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não, não. Imagine. Sempre me oriento pelo meu Líder no Senado, o Senador Aloizio Mercadante.

Existe um nível de polêmica, na área econômica do Brasil como um todo, que deve ser feita com franqueza. Ela é mais acirrada em alguns momentos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Acho extremamente injusto com V. Ex^a.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Faz parte das minhas atribuições enfrentar determinados debates. Às vezes, eles são muito convenientes, às vezes, nem tanto. Prefiro um processo aberto e democrático dessa maneira do que deixar de fazê-lo.

O mais importante é que eu penso que o Brasil – não falo só em partidos, mas o País – consolidou alguns valores muito importantes nesses últimos anos. O Brasil avançou muito na questão fiscal, assim como todos os Partidos – alguns mais e outros menos. Isso não é um mérito do nosso Governo, mas de muitos governos que se esforçaram para dotar o País de um instrumental adequado em relação a essa, que é uma questão chave para o equilíbrio econômico.

O Brasil adotou políticas como as metas de inflação, que, como procurei mostrar, é a política adotada na grande maioria dos países. Isso também está sendo aplicado de maneira adequada desde 1999.

O Brasil está avançando e fazendo com que valores como a responsabilidade fiscal e o controle da inflação não sejam mais valores de um ou outro governo, mas da sociedade brasileira. Um governo que

diz que vai aumentar a inflação, que não dará importância para a inflação não se sustenta. A sociedade brasileira já consolidou uma compreensão do valor do controle da inflação para a renda das famílias, para a renda dos trabalhadores. Assim como um Governo que não olha a questão da responsabilidade fiscal de maneira muito decisiva vai ter uma opinião contrária fortíssima dos meios de comunicação, das lideranças da sociedade civil. Então, penso que essas são conquistas que o Brasil tem no acúmulo do trabalho de sucessivos Governos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Próximo bloco, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Garibaldi Alves Filho e Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, já que o problema do orçamento obrigatório, impositivo veio à tona, seria de bom alvitre que o Congresso Nacional, de acordo com as Lideranças do Governo e da Oposição, tomassem uma decisão consentânea com nossa realidade. As emendas coletivas, a meu ver, não têm representatividade nem sintonia com a realidade nacional. Muitas vezes, são elaboradas com outros interesses que não os interesses da sociedade, tampouco os interesses dos Parlamentares muitas vezes estão em jogo. De sorte que seria de bom alvitre que levássemos em conta a aprovação e liberação das emendas individuais. Parte da imprensa considera as emendas individuais como meramente paroquiais ou eleitoreiras, mas isso fica por conta daquelas pessoas que não conhecem a realidade do Estado, do Município – principalmente do Município, onde, chegando uma pequena emenda, de R\$100 mil, R\$200 mil, vai evitar, sem dúvida alguma, que pessoas que comandam o Município venham aqui, de pires na mão, para solicitar do Governo Federal recursos de que o Governo Federal não dispõe, mas que estão no Orçamento e que infelizmente não são liberados.

Então, era apenas um intróito a propósito dessa proposição que recebeu o beneplácito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que agora, graças ao entendimento entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Líder do Governo Senador Aloizio Mercadante, teremos oportunidade de discuti-la mais aprofundadamente, convidando outras autoridades para debater o assunto a que aqui me refiro, relacionado com o orçamento impositivo.

Quero também destacar o noticiário de ontem e a boa nova trazida por V. Ex^a a respeito de que não

haverá, pelo menos neste período, um novo acordo com o FMI. Não significa dizer que isso seja um rompimento com o FMI, mas que o Governo, nesses anos, verificou que não há nenhuma necessidade de um novo acordo, assim fica o Brasil numa situação bastante favorável no panorama internacional, ganhando mais credibilidade, ganhando mais força em todas as negociações e fazendo com que o Governo, andando com suas próprias pernas, estabeleça seu superávit primário, fixando as prioridades nacionais sem levar em consideração interferências externas.

Portanto, meus parabéns a V. Ex^a por essa decisão sábia do Governo do Presidente Lula. Isso, sem dúvida alguma, é o reflexo da solidez com que tem sido conduzida a política econômica, fazendo com que, quanto a nossas contas externas, tenha sido possível a redução da taxa de câmbio, o equilíbrio da taxa de câmbio, o aumento (*inaudível*) da especulação. Tudo isso, Sr. Presidente, sem aqueles pacotes salvadores que eram editados no passado, aprisionando a poupança ou controlando preços através de decreto. Porque temos uma política totalmente previsível, simples, mas de efeito positivo: taxas de juros equilibradas e contenção do processo inflacionário. Antigamente, parecia um sonho que conseguíssemos o que estamos conseguindo: a estabilidade econômica, com a contenção do processo inflacionário, porque a inflação é o pior dos impostos, porque atinge principalmente as classes mais pobres.

Por essa razão, entendemos que houve muitas conquistas, sem dúvida alguma, que aqui foram relacionadas, como o crescimento do PIB. De uma taxa de 1,3% em 2001, de 0,5% em 2003 e, agora, em 2004, 5,2%. Realmente, houve um crescimento magistral, que deve ser levado em conta. Foi uma vitória conseguida por nossas autoridades econômicas e monetárias, tendo à frente V. Ex^a.

O crédito imobiliário e o crédito para pessoa física são pontos que V. Ex^a destacou e que merecem o nosso registro.

O problema do emprego ainda não foi solucionado. O Governo prometeu, inicialmente, dez milhões de empregos. Já estamos com um milhão de empregos abertos em 2004. Quer dizer, passamos de 645 mil empregos, em 2003, para 1,5 milhão, mais que o dobro.

Sr. Ministro, o que realmente nos preocupa é a questão do investimento. Logicamente, toda e qualquer despesa incorre no perigo da inflação. Entretanto, existe um patrimônio inegável construído ao longo do tempo pelo povo brasileiro, pela sociedade brasileira. Existem as obras que chamamos de inacabadas. Elas precisam ser acabadas, terminadas, finalizadas. A buraqueira nas estradas, as pontes construídas pela

metade, tudo isso foi investimento feito ao longo do tempo e que está se perdendo. Esses investimentos precisam ser retomados, já que 0,88% do PIB é para investimento. Quer dizer, a metade do déficit da Previdência – embora reconheçamos que é um grande esforço do Governo – ainda não é o suficiente para que resolvamos definitivamente as obras de infra-estrutura que precisam ser realizadas no Brasil nos setores de energia elétrica, de infra-estrutura urbana e de estradas, conforme falei há poucos instantes.

Finalizando, faço apenas duas perguntas sobre o Copom, o próprio Presidente da República já falou em “tensão pré-copom”. Antes das reuniões do Copom há uma espécie de tensão em todo o País, principalmente na classe empresarial, para se saber se os juros serão aumentados ou reduzidos. Aqui já tivemos oportunidade de fazer uma pergunta a V. Ex^a: não seria melhor fixar um prazo maior para as reuniões do Copom, como de quatro meses, por exemplo? Quem sabe, pela experiência anterior já adquirida pela equipe econômica, há uma previsibilidade, sem dúvida, de que em quatro ou cinco meses haverá ou não aumento de inflação. Um maior espaçamento das reuniões do Copom não seria melhor para quebrar essa tensão existente na sociedade brasileira, principalmente na área econômica e no mercado financeiro?

A final, eu perguntaria a V. Ex^a se, diante do que falei sobre os investimentos, quando teremos possibilidades de consertar as nossas estradas. Elas estão intransitáveis, o que impõe, sem dúvida alguma, para as pessoas que vivem do transporte coletivo, as pessoas que recebem mercadorias e as que transportam, prejuízos incomensuráveis.

Eu gostaria que V. Ex^a falasse também dessa questão do investimento na área de infra-estrutura.

Agradeço a V. Ex^a.

Garanto a V. Ex^a, Presidente, que fui muito limitado no meu pronunciamento, fui reduzido o bastante para respeitar meus colegas que querem falar depois de mim.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O próximo Senador inscrito é o Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Antonio Palocci e Senador Antonio Carlos, há uma versão, hoje, na **Folha de S. Paulo**, que diz que V. Ex^a Excelência teria pleiteado ainda um tratamento especial com relação ao FMI. E se o FMI concedesse isso, então, o Governo renovaria o acordo. O entendimento se daria em torno de uma linha de crédito de contingência conhecida como CCL – é uma sigla em inglês, segundo o jornal. Esse instru-

mento esteve disponível até 2003, mas, como não foi solicitado por nenhum país, o FMI o cancelou. Trata-se do não-establishment de metas como pré-requisitos para o saque do dinheiro. Eu fiquei curioso de saber se realmente Vossa Excelência confirma ou não isso.

Outro ponto que eu gostaria de assinalar. Pela leitura dos jornais, se vê que a não-renovação do acordo encontrou uma unanimidade em opiniões favoráveis, com algumas ressalvas, como diz o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas, segundo o ex-negociador da dívida brasileira, ex diretor da política econômica do Banco Central, Sr. Sérgio Werlang, o restante da dívida brasileira, que está entre 23 bilhões e 25 bilhões, poderia ser paga de uma vez.

Uma terceira pergunta, Sr. Ministro, diz respeito ao fato de que V. Ex^a estaria muito preocupado com um projeto do Ministro da Educação, com relação ao Fundeb. O Fundeb vai ampliar o campo de ação do Fundef, e se situaria em torno de 4,3 bilhões. E que o Ministro da Educação estaria pleiteando um bilhão por ano; e V. Ex^a estaria relutante em relação a isso. Eu queria saber se V. Ex^a, depois da não-renovação com o FMI, com essa melhora do astral, vai aprovar o Fundeb.

Eu teria outras perguntas, mas, na verdade, diante do adiantado da hora, como diz o Senador Tasso Jereissati, atrás de mim, eu sou levado a ficar por aqui, Sr. Ministro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador Tasso Jereissati, do PSDB do Ceará. V. Ex^a dispõe de dois minutos para fazer todo o seu questionamento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, na verdade, eu vou procurar ser o mais breve possível. Começarei por parabenizar o Ministro pela exposição, que sempre nos surpreende pela clareza e habilidade com que faz suas apresentações. E é conhecida a simpatia que nós temos pela política do Ministro Palocci, e é sempre difícil tentarmos refutar seus números e seus dados. É mais difícil ainda fazê-lo, em razão da habilidade e da simpatia com que S. Ex^a conduz sua palestra e diz um “não”, desmentindo-lhe com uma categoria realmente excepcional.

Eu gostaria de examinar novamente aquele quadro referente à carga tributária – esse que estava parado. Na verdade, o Ministro, com essa sua habilidade, está fazendo uma demonstração de que, se detalharmos os números, verificaremos que não é bem assim.

No ano de 2002, houve um crescimento excepcional da arrecadação do Governo Federal por conta da tributação do Imposto de Renda dos fundos de pensão,

do estoque de Imposto de Renda de todos os anos, realizado de uma vez só e de uma vez por todas, ou seja, a receita, feita em 2002, não se repete. Essa receita representou, se não me engano, R\$18 bilhões – 1,4 do PIB. Evidentemente, em qualquer avaliação, isso deve ser descontado porque não fez parte da arrecadação normal do sistema tributário, que recaía diretamente sobre o produtor e o consumidor brasileiro.

É preciso analisar, como base, os três últimos anos – 1999, 2001 e 2002 – para se chegar a uma média. Assim, notaremos que a carga tributária realmente cresceu e muito. Essa situação me preocupa bastante. Em determinado momento dos Governos – não apenas deste Governo, pois já fui Governador e sei –, tentamos nos enganar. Os nossos técnicos conseguem fazer estatísticas e gráficos de toda maneira para nos agradar e nos convencer de que estamos errados. Não existe aumento de carga tributária, mas ela está passando do limite na sociedade brasileira, o que é perigoso. O grau de informalidade aumenta. O grau de informalidade é irmão da ineficiência, que impede o crescimento por falta de produtividade.

A meu ver, Sr. Ministro, estamos vivendo um momento em que a altíssima carga tributária já passou do limite e impede um crescimento sustentado de longo prazo. Quando esse aumento da carga tributária vem acompanhado de dois fatores – aumento de gastos correntes, justamente aqueles que têm menos flexibilidade e não podem ser consertados mais adiante na existência de uma crise, e, conseqüentemente, diminuição do investimento –, torna-se mais preocupante ainda a situação. Não sei se entendi corretamente o assunto, mas me parece que foi dito isso em algum momento. Não entendi. Essa diminuição do investimento público vem dos Governos anteriores, mas não são esses os números apresentados. Na verdade, o investimento no ano passado, ao gosto do atual Governo, foi o menor dos últimos vinte anos. Não foi o menor da história deste País, mas foi o menor dos últimos vinte anos. Em 2003, foi menor; em 2004, um pouco maior, mas a média dos dois anos foi de aproximadamente R\$8 bilhões de investimentos, ou seja, a menor média nos anos mais recentes.

Esses três fatores conjugados são seriíssimos para a manutenção do crescimento. Pessoalmente, não vejo razão para o aumento de cargos comissionados, números de cargos, novos funcionários e contratação de outros. Lembro-me recentemente de que a Agência Nacional de Desenvolvimento Industrial contratou 100 pessoas. Há excelentes quadros no Ipea, no BNDES, enfim, numa série de órgãos do Governo. Não vejo necessidade para isso.

O que me leva a uma preocupação maior, Sr. Ministro, ao contrário do meu querido amigo e grande

líder do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho, que se preocupa com o FMI, é o fato de que V. Ex^a – não tanto V. Ex^a – e seus companheiros comecem a gastar. Inquieta-me justamente que comecem a gastar. Tenho visto alguns sinais de desleixo ultimamente, acompanhado dos números que acabei de anunciar.

É sempre importante lembrar a todos que estamos realmente num período bom, mas essa é uma circunstância mundial, Sr. Ministro. Estamos surfando – e V. Ex^a sabe disso muito mais do que eu – numa onda internacional favorável que há muito tempo não se via igual. Apenas para dar um exemplo, de 17 países em desenvolvimento que eu pesquisei, em termos de crescimento no ano passado, o Brasil ocupou a 12^a posição, muito embora o crescimento considerado isoladamente, em razão dos nossos esforços, tenha sido brilhante, uma vez que foi médio em relação ao que aconteceu no mundo inteiro.

Portanto, não existe nenhuma razão, apesar de eu ter ouvido algumas declarações eufóricas, para esse relaxamento, neste momento, de uma política que V. Ex^a tem conduzido tão bem nesses dois primeiros anos. Mas tenho bastante preocupação.

Recentemente, aqui mesmo, ouvi sobre o Banco Popular do Brasil. Pedirei apenas ao Sr. Ministro, novamente, para repetir, para todos nós, aquela sugestão que o Sr. Ministro Waldir Pires está dando e pareceu-me muito pertinente e interessante. O Banco Popular do Brasil está-se apresentando com perspectivas de prejuízo gigantescas – não sei exatamente com quais objetivos. Chamou-me atenção a facilidade com que se está perdendo dinheiro e gastando em publicidade sem nenhuma explicação ou clareza, o que fortalece a preocupação com o aumento de gastos.

Essas são as ponderações que eu gostaria de expor. Realmente, inquieta-me o fato de que, se essa onda mundial vier a diminuir e esfriar um pouco e com o aumento de gastos não flexíveis que está ocorrendo, possamos ter problema muito difícil.

O Sr. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – V. Ex^a já está inscrito no próximo bloco.

O Sr. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Na verdade, eu estava inscrito e abri mão da minha vez para o Senador Tasso Jereissati. Pretendo apenas complementar uma pergunta ao Sr. Ministro.

O PSDB, por várias das suas lideranças, a começar pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, já se manifestou favorável à não-renovação do acordo com o FMI.

Pergunto ao Sr. Ministro se ele está tão seguro de que não haverá conturbação internacional do ponto de vista financeiro, a exemplo do que aconteceu na Rússia, na Ásia e no México. Indago ainda que, se havendo algum problema como esse, V. Ex^a voltará ao FMI sem pestanejar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra ao Sr. Ministro Antonio Palocci.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– São 13h49 e temos uma agenda à tarde também bastante sobrecarregada. Faltam poucos Senadores para arguir o Ministro. Minha sugestão é que todos o fizessem e ele respondesse em bloco as últimas intervenções. Caso contrário, vamos prolongar demais a reunião e prejudicar a qualidade do debate. Essa é a minha sugestão, inclusive, em deferência a todos os Senadores que ficaram aqui até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O próximo bloco é compostos dos Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Azeredo e Ideli Salvatti. Por fim, os Senadores Pedro Simon, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante e Almeida Lima.

Se os senhores concordam, já vou passar...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A minha vez cedo ao Senador Arthur Virgílio, porque já fiz a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Então, com a palavra o Senador Delcídio Amaral, para apresentar o seu questionamento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Em primeiro lugar, cumprimento o nosso caro e competente Ministro Palocci, competente e que tem conduzido a economia do País com muito equilíbrio, com muita paciência e perseverança.

Ministro, serei muito rápido em função do adiantado da hora.

Creio que política econômica é fazer com competência ou não. O que difere os Governos é o Orçamento, como vamos aplicá-lo, um foco mais social, menos, mas não vou entrar nesse mérito. Vou direto ao assunto.

Ministro, um dos maiores desafios nossos agora, especialmente em 2005 e 2006, é a questão da infraestrutura. A macroeconomia caminha muito bem, temos unidades industriais e produtores rurais extremamente competentes, com nível de eficiência, em alguns casos, incomparável. E hoje nos estamos defrontando com as dificuldades relativas a rodovias, ferrovias, portos

e, ao mesmo tempo também, diante das próprias receitas e daquilo que o Governo tem de compromisso, nós nos defrontamos com cortes ou contingenciamentos no orçamento.

A minha pergunta, Sr. Ministro, é a seguinte: em função desses cortes ou redução de investimentos diretos ou investimentos do Governo Federal na infraestrutura, como vamos compensar essas carências que hoje enfrentamos, especialmente na área de infraestrutura ou por meio a Lei de Concessões ou por meio das Parcerias Público-Privadas? E como é, se já existem esses números, que percentualmente vão entrar os investimentos diretos, as concessões e as Parcerias Público-Privadas na garantia da infraestrutura que o País exige?

Mais especificamente, Ministro, em virtude de interesse do próprio Mato Grosso do Sul – e acho que do Estado de São Paulo também –, qual a solicitação que está sendo encaminhada – sei que isso passa também por outros Ministérios – à Brasil Ferrovias, que hoje é motivo de grande preocupação não só de São Paulo, mas também de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, porque é vital para o escoamento da nossa produção?

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que cede sua vez ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– É possível ajustar tudo. O Senador Arthur está inscrito no próximo bloco. Então, vai chegar até S. Ex^a de qualquer maneira.

Quer terminar seu telefonema?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou aqui me deleitando ao ouvir o Ministro. Inclusive quero dizer que a proposta de montar uma agência de carros usados é minha. Portanto, estou aqui tranquilo. Posso falar depois. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por cessão do Senador Eduardo Azeredo.

A Senadora Ideli Salvatti é a próxima inscrita. No último bloco, os Senadores Pedro Simon, Aloizio Mercadante e Almeida Lima.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Antonio Palocci, é bom o debate nos termos em que V. Ex^a o propõe. O Ministro Berzoini disse: “Vou anunciar, de maneira muito auspiciosa para

o povo, que o desemprego vai para um dígito”. Então, vira peça publicitária, e o desemprego está em dois dígitos. E eu sabia que ele ia para um dígito e que ia voltar para dois dígitos, e não vou fazer peça publicitária porque essas são as sazonalidades da economia, um País que enfrenta complexidades.

Preocupa-me o Deutsche Bank dizer que, de 2006 a 2020, o Brasil vai crescer em média 2,8%. São dados desmentíveis e que precisam ser desmentidos sobretudo por uma ação prática de todos nós. Isso me preocupa.

Preocupa-me o fato de estarmos vivendo o momento – e isso independe da ação de V. Ex^a – da sobrevalorização dos preços das *commodities* que nos interessam: petróleo, soja, milho, agredindo, portanto, a possibilidade de atingirmos as metas de inflação que V. Ex^a, o Governo e a Nação gostariam de ver atingidas.

Aliás, para nós, imagino que 5,1 “já era” mesmo. Se quiséssemos chegar a 5,1, teríamos que aumentar os juros para 22% ou 23% e me parece que não é essa a perspectiva do Governo. Mas eu considero correto o sistema de meta de inflação, considero justo que V. Ex^a procure atingir a menor taxa de inflação possível. Não vejo nenhuma incompatibilidade entre isso e se ter o crescimento econômico. E acho que o caminho é de se buscar a sustentabilidade do crescimento econômico com a preocupação de se ter a taxa de inflação o mais perto de zero possível. Nisso aí estamos pensando de maneira sintonizada, mas nós temos sinais de alerta. V. Ex^a já vai entender onde quero chegar.

Empresas e bancos estrangeiros mandaram 1,4 bilhão, em fevereiro, para fora, o que significou que os mercados pensavam que o saldo entre as ações correntes seria de 700 bilhões neste mês, mas caiu para 117 milhões. Esses são pequenos dados que vão-se juntando a uma preocupação que tenho com a economia.

Já sabemos que as metas de inflação não serão atingidas. Já sabemos que teremos que aumentar brutalmente os juros para atingi-las e o preço seria muito excessivo de ser cobrado. Já sabemos que vai ser impossível V. Ex^a mexer ou o Copom mexer na Selic antes de agosto, setembro o mais tardar. Mas antes de agosto, não vejo como se mexe nelas.

Não sei o que o quadro internacional vai nos sugerir em relação à Selic nos próximos momentos. Temos duas crises à vista: os preços do petróleo instáveis, lá em cima, e a perspectiva de aumentos mais bruscos de taxas de juros nos Estados Unidos. Isso tudo pode-nos levar a viver não mais o céu de brigadeiro que tem sido experimentado pelo Governo no campo internacional, mas sim um certo mar, já mar um,

mar dois, aquele mar que, de través, já faz o pessoal que está dentro de uma corveta enjoar um pouco; um grande transatlântico, nem tanto. Nós não somos um grande transatlântico, infelizmente.

Vejo ainda, Ministro, que temos dados. Nossos juros ao consumidor são, como consequência, os maiores nos últimos 15 meses e temos a produção industrial estagnada há cerca de seis ou sete meses. Aliás, se se aumentaram os juros é porque se imaginava que isso deteria o crescimento econômico. Poderia estar em 8% o crescimento econômico, a inflação estaria em dois dígitos e nós não teríamos como sustentar o crescimento no médio prazo. Viria a estagflação.

Portanto, vejo algumas coisas que são de fora para dentro, mas vejo alguns sinais internos preocupantes. Que sinais internos são esses? Nós temos a contratação de 80 mil funcionários públicos sem se tentar um remanejamento antes. Nós vemos o aumento de gasto no social que serve para peças publicitárias, mas não vi nenhum aumento de eficiência nos gastos sociais. Nenhum aumento de eficiência! Estou vendo, ao contrário, distorções aparecendo a cada momento. Vejo aumento de gastos nos dois outros poderes, no Legislativo e no Judiciário, e isso me preocupa. Vejo aumento no supérfluo: viagens, diárias e cristais. Vejo o gasto supérfluo crescendo e nós sabemos que o bom gestor se preocupa em aumentar o investimento. O investimento cai na medida em que o custeio cresce. Essa é uma relação da qual não podemos fugir e, para mim, quem joga a favor do custeio termina sendo um mau administrador, porque termina baixando sua capacidade de investir.

O Senador Tasso Jereissati disse muito bem, na minha cabeça, de 1989 para cá, nos últimos dois anos nunca se investiu tão pouco pelo setor público, enfim. Os gastos da própria Presidência da República aumentaram. Tivemos esse episódio da ex-Prefeita de São Paulo, com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Tudo isso, ou seja, há um furor interno a ser atacado.

Eu digo isso porque sabemos que o clima externo piorou. Ameaça uma deterioração que espero que não venha. O clima interno está diferente de 2003. Vejo que a coisa já foi melhor em 2003. E o bonito com V. Ex^a é que não estamos aqui discutindo o passado, V. Ex^a respondendo com uma picuinha: “Mas no tempo do Fernando Henrique...”

Com V. Ex^a saímos do nhenhêném, saímos da historinha menor, enfim. Então, eu queria discutir o maior com V. Ex^a.

A atitude de não ir ao FMI me parece uma atitude normal, desde que acompanhada de controle estrito dos gastos que estão disparando, porque a responsabilidade de V. Ex^a e do seu Governo aumenta. Afinal de

contas, ao contrário do que poderia pensar alguém – já que não temos acordo com o FMI, chegou a hora da ganstança –, já que não há acordo com o FMI, é hora de mostrar que dá para o Brasil andar sozinho e que não faz economia e que não faz superávit primário o maior que possa apenas para fazer bonito para o FMI. Faria, supostamente, em benefício do povo brasileiro, faria em benefício do povo do nosso País. Percebo isso.

Eu digo que esta é a hora em que nós temos que ver o comportamento que temos que adotar todos nós, inclusive com uma responsabilidade grande do Senado. Vai bater nos costados do Senado uma série de medidas, que terão que ser enfrentadas pelo Senado com muita seriedade – sei que não faltará a esta Casa seriedade – para deter uma certa corrente de aumento de gastos públicos que poderá significar um rombo fiscal muito grande se aprovado por nós e se novamente consolidado na Câmara.

Não se trata de estimular guerra de corporação, estou completamente fora disso. Estou dizendo que a responsabilidade aumentou. Simplesmente não dou crédito àquela boataria insistente de que o Governo teria tentado um acordo com o FMI e não teria conseguido, porque queria excluir do resultado primário os investimentos das estatais.

Não acredito, por duas razões: primeiro, porque não acredito, e, segundo, porque o que interessa ao Governo é buscar uma relação dívida/PIB a menor possível, para o Brasil poder pensar em ver a sua taxa de risco rebaixada de maneira consistente, de maneira conseqüente, visando, daqui a dois ou três anos, no máximo, obter o chamado grau de investimento. Isso é que vai fazer do Brasil um País confiável como o México é.

Então, não acredito. O drible no FMI seria bobo, por que o drible seria no Brasil, não no FMI. Aliás, Cuba não vai ao FMI e não está nenhuma beleza. Ninguém é obrigado a ir ao FMI. Vai porque precisa abrir, em algum momento, as portas da banca internacional. Vai porque precisa, em algum momento, obter os recursos que o FMI lhe possa prodigalizar dos seus recursos próprios. Vai porque está precisando. Seria uma temeridade falar em não ir mais. Vai se precisar. Vai se deteriorar o quadro externo, tenho certeza absoluta.

Longe de acreditar que esse boato fosse verdadeiro, acredito que V. Ex^a, com seu talento, o que certamente fez foi deixar bem claro para o FMI o que eu deixaria para o gerente do meu banco. Algo do tipo: “Não estou pegando empréstimo com você agora, porque não estou precisando. Mas se eu tiver uma confusão muito grande em família envolvendo saúde, pergunto a você, peço-lhe na sexta e você libera o dinheiro para a minha conta na segunda?” É mais ou menos isso.

Até para isso é fundamental não driblarmos essas regras, que são regras da boa convivência, hoje, do País com as suas próprias relações.

Investimento é manter as metas de inflação, é você deixar o câmbio flutuar, intervindo apenas para evitar a excessiva volatilidade, mas não pensar em intervenção atrabiliária sobre o câmbio, porque isso gera inflação, inflação gera juros mais altos, juros mais altos geram crescimento menor, tudo isso.

A minha pergunta para V. Ex^a é basicamente isso: V. Ex^a está pronto para enfrentar a proximidade de uma eleição? Está pronto para enfrentar, digamos, o que pode ser uma continuada queda de popularidade do Presidente da República, com conselheiros – já vi isso de perto, isto aqui para mim é um foro sagrado, não estou falando aqui como militante, não estou falando pelo proselitismo, eu já vi isso de perto – que dizem: “Vamos gastar mais um pouco, porque depois recuperamos; vamos gastar, senão perdemos a eleição”?

Ou seja, V. Ex^a acha que há essa maturidade. Se há, foi um belo gesto o de se ter, numa hora de complicação internacional a vista, ter dito que o Brasil pode perfeitamente caminhar com as próprias pernas.

Se caminhar com as próprias pernas, amanhã ele pode precisar do Fundo Monetário Internacional e terá, em 24 horas, 72 horas, uma semana, resposta positiva. Se não souber caminhar com as próprias pernas, se imaginar que agora se livrou do bedel, se livrou do fiscal, que está na hora de cair na balada, aí, sem dúvida alguma, o Brasil vai ter problemas, problemas e mais problemas, como temos visto nossa vizinha Argentina, que nos dá uma ilusão de que está crescendo quando, na verdade, está meramente recuperando muito o que a incúria dos seus administradores botou a perder de dois anos para cá.

No mais, Sr. Ministro, tenho em relação a V. Ex^a discordâncias pontuais. Concordo no grosso e discordo às vezes. Enfim, acho que o Copom tem sido às vezes excessivamente cuidadoso, cauteloso, como se estivesse pagando um preço ainda pelos riscos de 2002, quando podia ser um pouco mais ousado. Mas, por exemplo, devo deixar aqui, com muita firmeza, minha posição contra aumentar o Copom, transformar o Copom numa assembléia com a CUT, com a CGT, com o Sindicato dos Professores, com faixas. O Copom não é isso de jeito algum. O Copom é um lugar para se tomar decisão técnica, não deve estar sujeito a esse tipo de influência. Sou a favor, portanto, claramente da independência do Banco Central e, quanto mais cedo ela venha, melhor para se corroborar a decisão de se andar sem o FMI. Quanto mais rapidamente ela venha, e estamos prontos aqui para votar, há um projeto do Senador Rodolpho Tourinho pronto para ser votado, jun-

to com mais seis projetos meus que tratam do sistema financeiro, não precisa nem o Governo mandar para cá. Basta olhar se há alguma coisa para se mexer ou não. Enfim, estamos prontos para colaborar com algo que para nós está acima da questão eleitoral.

Queremos o País estável economicamente e pronto para fazer mais reformas estruturais, baixando o chamado custo Brasil, baixando o risco-país, enfrentando seus gargalos, aqueles que nos impedem de crescer mais do que esses três pontos alguma coisa por cento, 5,2% num ano em relação a nada e, no ano seguinte, já está em três pontos alguma coisa.

Portanto, esse problema não é do seu Governo, como não seria do outro Governo tudo aquilo que tentaram lhe imputar. São questões estruturais que têm que ser estudadas por nós em alto nível, com respeito pela verdade e, sobretudo, visando a compreender uma coisa: com a democracia, hoje V. Ex^a está no poder e amanhã pode ser meu partido outra vez e, depois, pode ser um terceiro partido. Temos que saber que algumas regras são sagradas e que, se começarmos a boicotar demais o caminho dessas regras, vamos ter problemas para o Brasil e não vai valer a pena vencer eleições. Só vale a pena vencer eleições para se governar um país cada vez melhor, não para se ficar sempre bancando o salvador da pátria.

Parabéns a V. Ex^a pela exposição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti e, logo após, o Senador Pedro Simon e, depois, o Senador Aloizio Mercadante e o Senador Almeida Lima.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti. V. Ex^a dispõe de dois minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Serão para valer, Sr. Presidente, os dois minutos? Depois dos vinte que ouvi, não. Mas vou ser muito rápida e objetiva, dado o adiantado da hora, e da demora.

Em primeiro lugar, parabeno o Ministro. Fiquei muito feliz com a decisão de podermos não renovar o acordo com o FMI. Quando digo podermos não renovar significa que criamos as condições para que isso pudesse acontecer. Então, é uma decisão madura do Governo, uma decisão que está baseada na realidade de todos os dados econômicos que nos dão a segurança de poder dispensar esse empréstimo, esse aval do Fundo Monetário Internacional. As condições tanto do perfil da dívida quanto das nossas reservas, do nosso superávit em contas-correntes, ou seja, todos os indicadores são extremamente positivos que nos permitem tomar a decisão. E estou junto com o Senador Garibaldi Alves Filho torcendo para que esse bom clima efetivamente signifique a implementação do

Fundeb que todos queremos que seja enviado, aprovado e rapidamente colocado em prática.

Quero também dizer, Ministro, que estou com uma responsabilidade no dia de hoje que espero que se concretize, da votação e aprovação da Medida Provisória nº 226, que trata do Plano Nacional do Microcrédito Orientado Produtivo.

Na exposição que V. Ex^a apresentou, acho que devem ser ressaltadas, e minha pergunta vem nesta lógica, as medidas que o Governo adotou para que pudéssemos ter a abertura do crédito e do incentivo da microeconomia. Ou seja, aquelas medidas que beneficiam setores da população que normalmente não recebem a mesma atenção que um setor produtivo como o de automóveis ou do próprio agronegócio, ou seja, mas que são setores que empregam mão-de-obra, que têm capilaridade, que têm presença, que dão sustentabilidade inclusive nos pequenos Municípios, nas periferias e naquela teia da vida que normalmente não tem a atenção especial dos governantes.

Ressalto algo que espero que V. Ex^a confirme. Liste aqui três coisas que considero importantes. Na agricultura, principalmente a familiar, pulamos, em dois anos, de R\$2,4 para perto de R\$7 bilhões, o financiamento dessa safra de agora; portanto, um acréscimo de quase R\$5 bilhões para esse setor que tem uma capacidade de empregar, de gerar renda e de estar presente em todos os cantos do Brasil.

Depois, pelos dados apresentados por V. Ex^a aqui, só de crédito consignado, temos mais do que o dobro dos recursos disponibilizados no final de 2004, ultrapassando a casa dos R\$12 bilhões – crédito movimentado, para as pessoas poderem ter, por meio do desconto em folha, crédito da conta fácil.

E a outra medida que vai também nessa lógica da microeconomia, que tem forte repercussão em termos de geração de emprego, é a construção civil, como ampliação das unidades habitacionais financiadas, o crédito imobiliário e as diversas outras modalidades. Como exemplo, há o acordo para o financiamento também em conta, direto da Caixa Econômica, com as lojas de material de construção, para aquelas pequenas reformas que também dão o efeito formiguinha, que o setor da construção apresenta também como grande resultado.

Pela minha conta, assim muito por alto, é algo que supera a casa dos R\$20 bilhões o que esses três itens acabaram movimentando ao longo de 2004. Então, peço a confirmação de V. Ex^a: é nessa lógica? O que mais o Governo pretende? O que estaria colocado no foco para que continuássemos nessa lógica da microeconomia? Ou seja, o que mais é de fundamental importância, ainda, a aprovar, a fazer e que iniciativas

estão alinhavadas pelo Governo para trabalhar nessa lógica da microeconomia, da população de baixa renda, e dar capilaridade a essa economia, na maior parte dela inclusive informal?

Sr. Ministro, estou com uma reportagem da **Folha – Dinheiro** e gostaria de saber se tem lógica o que está escrito. Ao longo desse debate sobre o microcrédito, tenho ouvido que há crédito, que não são necessárias microfinanças – isso tem nas lojas, e tal – e que o Banco Popular é um equívoco, que vai dar prejuízo, é uma peça publicitária. Há muitas coisas sendo ditas. A reportagem diz:

Bancos usam financeiras para emprestar. O programa de microcrédito teve resultados aquém do esperado, mas os bancos não têm problemas para emprestar dinheiro para os pobres por outros meios. Através de financeiras, um filão descoberto pelo setor, os grandes bancos privados cobram juros bem maiores do que os do mercado. Em alguns financiamentos a taxa de juros supera 500% ao ano.

E aí fazem um retrato de como os grandes bancos atuam. O Unibanco opera com a financeira Fininvest, com 253 agências, e sabemos como funcionam essas financiadoras; o Bradesco que comprou a Zogbi, tem a Finasa; o Itaú que abriu a financeira Taí; o HSBC, que também tem 320 filiais da Losango. Ou seja, o sistema financeiro privado tem as suas financeiras.

Cito um exemplo: na Losango, que pertence ao HSBC, um empréstimo de R\$500,00 é pago em dez parcelas de R\$119,58, ficando, no final do pagamento, o total de R\$1.195,00. Segundo cálculos de um professor, a taxa mensal desse empréstimo corresponde a 20,08%.

Ou seja, Ministro, há reação a essa questão da “bancarização”, da inclusão bancária, do microcrédito, da microfinança? Um filão considerável dos grandes bancos privados brasileiros vai acabar perdendo esse mercado, do sufoco da pessoa de baixa renda que, vira-e-mexe, sempre precisa de um socorro e acaba caindo na mão dessas financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar também quero felicitar o Sr. Ministro pela maneira firme e positiva com que fez sua exposição. Vejo com muita alegria a decisão de sair do fundo monetário. Entendo as preocupações do nobre Líder do PSDB, mas creio que o Governo é o primeiro interessado em firmar a situação para não precisar bater na porta do FMI. Se nós estamos torcendo para que isso não aconteça, o Governo, mais do que nós, es-

tará fazendo o possível para que isso não venha a acontecer.

Tenho visto um debate, que vem de longe – o próprio Papa e o Presidente Lula disseram isso na ONU –, sobre a possibilidade de parte da dívida externa de países como o Brasil ser aceita para promover o desenvolvimento, para investir na infra-estrutura, para combater a fome.

O Ministro da Educação, Tarso Genro, virá amanhã à Comissão de Educação. Eu formulei algumas perguntas para S. Ex^a responder. Fiquei sabendo que o Ministro está fazendo uma proposta no sentido de trocar dívida por investimento em educação. A Argentina terminou de fazer algo nesse sentido. Trocou parte da dívida que tinha com a Espanha por investimentos na educação, o que deu certo.

Considero muito feliz a decisão do Ministro Tarso Genro e penso que se isso der certo, tão importante quanto esse seria um investimento para combater a fome. Um País como o Brasil, que tem milhões de favelados, poderia investir em habitação popular.

Creio que é algo positivo. O Presidente Lula falou sobre isso. O Presidente do Banco Mundial deu uma declaração dizendo que seria muito interessante que parte da dívida dos países em desenvolvimento fosse trocada, desde que houvesse a garantia de que os recursos seriam aplicados na infra-estrutura ou na diminuição do problema social daqueles povos.

Acredito que o Ministro Tarso Genro está indo bem, mas é evidente que V. Ex^a, que é o dono do cofre, é que poderá decidir sobre dessa iniciativa e de outras nesse sentido.

Quando criaram as PPPs, diziam, no início, que seriam apenas com o BNDES, depois a proposta foi alterada no Congresso no sentido de que haja um percentual de empresas particulares. Mas todas as notícias que vemos nos jornais dizem que, na verdade, será o BNDES, praticamente, o financiador único nesse sentido.

Volto a falar no Rio Grande do Sul, Ministro. V. Ex^a disse que é amigo pessoal e até tem dívida de amizade com o Governador Germano Rigotto. O Presidente da República faz juras de simpatia pelo nosso Governador, mas o Rio Grande do Sul vai mal, Ministro. As finanças do Estado tiveram uma quebra... Já perdemos 61% da produção de soja, além do arroz e de outros produtos. A nossa arrecadação vem atravessando momentos difíceis.

O Ministro da Reforma Agrária – é interessante, porque passaram, não sei se foi ou não, da pequena propriedade, da agricultura (*inaudível*) – propôs ao Governador criar um fundo para colaborar nesse sentido. Se o Governador dissesse com quanto ele entrava, o

Governo Federal entraria com a mesma importância. O Governo do Estado não tem dinheiro. Eu disse a ele: “Por que não fala com o Ministro Antonio Palocci, que é seu amigo, e diz: ‘Por que não libera dois ou três meses da dívida, que tenho de lhe mandar, que pego esse dinheiro e coloco no fundo?’” Penso que seria uma grande saída do Governo Federal se isso acontecesse nesse sentido.

Outra questão: o Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado – modéstia à parte, eu era o Governador – que dialogou com o Banco Interamericano sobre a despoluição dos rios. O primeiro projeto foi do rio Guaíba, para o qual conseguimos um empréstimo. Está se completando agora um trabalho extraordinário na despoluição do rio Guaíba. Agora, chega a hora da segunda parcela, em que o Banco Interamericano entra com duas partes e o Rio Grande do Sul entra com uma parte. Entretanto, o Governador Germano Rigotto está com a corda no pescoço, sem condições de entrar com a sua parte. Apelo a V. Ex^a se não seria possível uma forma de colaboração no sentido de que essa parcela fosse adiantada, para que não se parasse um projeto que, interrompendo-se ao meio, daqui a anos, vai ter de se começar tudo de novo.

Eu diria a V. Ex^a, com muita singeleza, que o Rio Grande do Sul tem créditos do Governo Federal ao longo do tempo, diferente de outros Estados.

O Rio Grande do Sul construiu grande parte da infra-estrutura do pólo petroquímico. Ele gastou US\$350 milhões na construção de toda a parte do combate à poluição, que o Governo Federal exigiu que ele fizesse, para que, depois, o pólo fosse para o Rio Grande do Sul. O Presidente Fernando Henrique Cardoso privatizou ou vendeu o pólo. O Governo do Rio Grande do Sul deu os US\$ 350 milhões para o Governo Federal, mas, no momento em que o pólo foi privatizado, era natural que recebêssemos nossa parte.

O Governo do Rio Grande do Sul construiu os Aços Finos Piratini, porque o Governo Federal dizia que o Rio Grande do Sul não tinha minério e não tinha mercado de consumo. Aliás, eu era Deputado Estadual e disse, na época, para o Ministro Delfim Netto: “O senhor devia ser embaixador”, ao que ele disse: “O senhor devia ser ministro no Japão, porque, se o senhor fosse ministro, o Japão seria um conjunto de ilhas vulcânicas, porque não tinha coisa nenhuma”. Então, construímos os Aços Finos Piratini, que passamos para o Governo Federal, porque não tínhamos condições de completar o trabalho. O Governo Federal ficou com a responsabilidade de terminar. O Governo Federal privatizou. Ao privatizar, tem de dar a parte ao Governo do Rio Grande do Sul. Não deu.

Ministro, eu era Governador de Estado e fizemos um acordo, que foi assinado. O Presidente José Sarney não tinha dinheiro. O Ministro dos Transportes do Governo do Presidente José Sarney e eu, Governador, assinamos que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul realizava a pavimentação das obras federais, com o compromisso de que, depois, receberíamos o dinheiro de volta. Somente isso dá um bilhão, em estradas que foram asfaltadas pelo Governo do Estado e Governo Federal. Nenhum centavo até agora.

O povo foi para a rua, num quebra-quebra, exigindo reforma agrária. Eu era Governador e o PT tinha quatro Deputados, eleitos pela primeira vez, que queriam mostrar serviço. Mostrar serviço era pegar aquele povo e fazer uma rebelião. O Presidente Sarney não tinha dinheiro. Eu peguei dinheiro do Governo do Estado, comprei as terras, pagamos as terras à vista e nós as entregamos ao Ministro da Reforma Agrária, com o compromisso de que criaríamos um fundo e de que ele nos daria aquele dinheiro para comprar novas terras. Ele distribuiu e, até agora, não recebemos um centavo.

Essas questões estão aí, estão no seu gabinete. São realidades. V. Ex^a não estaria fazendo algo com que os outros Estados ficariam magoados ou revoltados, porque V. Ex^a estaria fazendo o mínimo para um Estado que está numa situação difícil e para um Governador extraordinário, que está governando com dignidade, com seriedade, com austeridade. É bonito ver o apoio que o Governador dá a V. Ex^a e ao Governo Federal, no sentido de que tem de se ajudar. Não se consegue dele uma vírgula que atinja o Governo Federal, o Presidente da República ou V. Ex^a, do qual ele diz ser um grande admirador, que conheceu o seu trabalho quando trabalharam juntos na Comissão da Reforma Tributária.

Já falei duas vezes com o Presidente Lula. Podemos ver na fisionomia dele que o Presidente quer aceitar, quer ajudar. Eu acho que é V. Ex^a. Se V. Ex^a quiser... É um apelo que faço a V. Ex^a.

O SR PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, do PT do Estado de São Paulo e Líder do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr Presidente, Sr. Ministro, demais Senadores presentes, em primeiro lugar, é uma grande vitória, do meu ponto de vista, a saída do Brasil do FMI. É uma vitória do Governo, de V. Ex^a, do Presidente Lula, de todas as forças políticas do País. É uma vitória, sobretudo, pelas condições, pelo cenário e pela repercussão da saída do Brasil.

O Fundo Monetário Internacional elogiou a decisão do Brasil; os principais analistas internacionais

elogiaram a decisão do Brasil; o Secretário do Tesouro Americano elogiou a decisão e parabenizou o Brasil; o ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga, elogiou a saída; o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso elogiou a saída.

Por isso, vejo que foi uma decisão amadurecida. Não é produto de um arroubo, de uma medida populista. Não estamos vivendo um cenário pré-eleitoral. Ao contrário, nas eleições, tomamos medidas difíceis como aumentar a taxa de juros em função da pressão inflacionária.

Essa é uma medida amadurecida, porque os indicadores que o Brasil apresenta são muito consistentes e permitem essa decisão – e foram expressos hoje aqui, como o aumento das exportações no ano passado.

Quero lembrar também que parece que vivemos nesses dois anos um cenário internacional extremamente favorável, confortável, sem qualquer tipo de turbulência ou tensão.

O que foi a guerra do Iraque em termos de pressão do preço do petróleo, de insegurança internacional e de desdobramentos absolutamente preocupantes em termos do preço do petróleo, que nunca atingiu os níveis que estamos vivendo ao longo desses últimos dois anos? O que foi a moratória da Argentina, quando o mercado, durante tanto tempo, associava o destino do Brasil ao do nosso vizinho sul-americano?

E nós atravessamos esse período batendo recorde sobre recorde de exportações. Estão aí mais de US\$100 bilhões em exportações. Isso é resultado de competitividade da economia brasileira, do ajuste que foi feito no setor privado, do aumento da produtividade e de medidas acertadas do Governo de estímulo ao comércio exterior, de uma política externa que diversificou as nossas fontes de comércio. Hoje, 49% das exportações são para os países em desenvolvimento. Na América Latina, multiplicamos com parceiros que nunca exploramos o potencial bilateral de comércio e estamos fazendo com muita competência, com países como Índia, China, África do Sul, Rússia. Assumimos uma liderança internacional que trouxe resultados bastante promissores.

Quero lembrar também que esse recorde de exportações também gerou um recorde de saldo comercial: são US\$33 bilhões. De dezembro para cá, o Banco Central aumentou em US\$12,860 bilhões o acúmulo de reserva cambial. Isso porque temos superávit comercial. É isso que financiou as contas externas e permitiu reduzir a vulnerabilidade externa do País.

Por isso, quando tomamos a decisão de fazer uma transição pactuada, quando passamos a analisar e manter a taxa de câmbio flutuante, estabelecendo

um regime de metas de inflação, de fato começamos a trilhar um caminho de melhora das contas externas, de redução da nossa vulnerabilidade e temos – e hoje foi expresso aqui – a melhor relação dívida externa/exportações dos últimos 30 anos.

É isso que permite fundamentalmente ao Brasil sair da situação que está. O Brasil ganhou confiança, crédito, respeito, credibilidade, previsibilidade, pela racionalidade das suas decisões e do seu processo democrático.

Concordo com aqueles que dizem que podemos ter novas turbulências internacionais. A história recente da economia mundial globalizada, em um sistema financeiro extremamente volátil e especulativo, tem mostrado que sim.

A melhor forma de estarmos imunes ou relativamente imunes a essas turbulências é trabalharmos com muita seriedade uma agenda para enfrentar os verdadeiros problemas do País com coragem e determinação, como ocorreu com a Reforma da Previdência; com a aprovação da Reforma do Poder Judiciário, que passará por uma segunda etapa; com a aprovação da Lei de Falência; com a aprovação do Projeto de Biossegurança para agricultura e para pesquisa com células-tronco e também com a aprovação do Projeto das PPPs, para os quais o Senado Federal deu uma grande contribuição.

Creio que o Senado Federal desempenha um grande papel ao ter uma agenda positiva que permita ao País continuar avançando.

Exatamente por isso, não concordo, em nenhuma hipótese – a Governadora Rosinha propôs, em uma entrevista, que a Reforma Tributária seja votada apenas em 2006 –, em postergar a Reforma Tributária. Creio que essa é uma das tarefas fundamentais do País para dar prosseguimento a uma agenda positiva de mudanças e de construção de um caminho de crescimento sustentável. E não precisamos mais de monitoramento externo para ter responsabilidade fiscal. É evidente que podemos melhorar o gasto com custeio. Há muita coisa a ser feita. Esse choque de gestão é uma bela iniciativa para melhorarmos, sobretudo na Previdência Social, que é o grande rombo das finanças públicas. Mas temos que aprovar a Reforma Tributária no Senado Federal.

Basicamente, a Reforma Tributária está enfrentando a resistência de alguns governos de Estado que não querem correr nenhum risco na unificação de ICMS. Essa unificação é para a sociedade, para o investidor, para a produção, para as empresas. Não é para o Estado. Ou fazemos a Reforma Tributária para simplificar, desburocratizar, diminuir a informalidade, melhorar a base de arrecadação, reduzir alíquota de

impostos para o setor organizado e formal, ou não há saída fácil para esse quadro em razão da atual dívida pública.

Os governadores propõem – pelo menos os secretários da Fazenda e os governadores – que o Cofaz aplique o enquadramento das alíquotas, e o Senado o aprove, alterando a proposta do Senado, que era partir para uma redução de alíquotas.

Creio que dá para aceitar essa tese: o Cofaz o aprova e nós o homologamos porque só vamos homologar se, de fato, não houver aumento de carga. Essa é uma coisa que dá garantia para a sociedade.

Em relação ao Fundo de Desenvolvimento Regional, também quero defender a tese de que ele é a contrapartida do fim da guerra fiscal.

Ora, se unificamos o ICMS e acabamos com a guerra fiscal, o Fundo de Desenvolvimento Regional será a contrapartida formulada pelo Senado para podermos, exatamente, construir um pacto do ponto de vista da reforma. Então, ele deve ser concebido dessa forma. E fico feliz de V. Ex^a dizer que podemos fortalecer o Fundo de acordo com essa visão se, de fato, avançarmos na Reforma Tributária.

Penso que esses são os dois pontos mais importantes da Reforma, que estão em debate. E o Senado Federal pode receber bem essa mudança respeitando a preservação dos aspectos essenciais que pontuamos aqui, o que é uma etapa da Reforma Tributária. O que construímos – o Senador Tasso e o Senador Rodolpho Tourinho deram uma grande contribuição para isso – é a idéia do IVA a médio prazo no Brasil, um único imposto sobre o valor adicionado. É isso o que queremos construir. Estamos dando o primeiro passo, que é a unificação do ICMS, para depois unificarmos o IPI, o ISS e avançar no imposto sobre o valor adicionado. Não há por que protelar isso. O Brasil hoje tem mais liberdade, mas tem mais responsabilidade porque não precisamos de monitoramento de quem quer que seja. Temos que enfrentar os nossos problemas e resolver nossas questões.

Quero ainda fazer uma ponderação sobre o crescimento econômico. Eu, particularmente, creio que vamos ter crescimento econômico. Hoje o Banco Central fala em manter a meta de 4% de crescimento do PIB. Penso que essa meta é bastante realista. Afinal, no ano passado, superamos a meta do Banco Central, do Ipea e de todos os analistas, que era de 5,2%. Por quê? Porque a formação bruta de capital fixo está crescendo 10,9%. É mais do que o dobro do crescimento do PIB. Em nenhum ciclo de recuperação econômica recente, tivemos a formação bruta de capital fixo duas vezes superior ao crescimento do PIB. Isso significa que o setor de bens de capital cresceu 19,7% no ano

passado. Isso significa também investimentos, máquinas, equipamentos. Onde está a dificuldade do crescimento sustentável do ponto de vista do investimento? Está no setor público.

Por isso, quando corrigimos a tabela do Imposto de Renda em 10%, estamos perdendo 2 bilhões e meio de receita. Como podemos perder esse valor de receita mais uma série de medidas que foram tomadas sem comprometer o investimento em infra-estrutura?

Então, vejo que o PPP, a discussão racional sobre Reforma Tributária é a única forma de superarmos essa dificuldade de sentimento positivo da sociedade em relação à carga tributária.

Então, peço, hoje, ênfase e apoio à Reforma Tributária, que façamos um pacto entre os governadores, o Governo Federal e os prefeitos de correr riscos, sim, porque os há, mas são relativamente pequenos diante dos benefícios que vamos trazer ao País. E é um grave erro continuar postergando e dificultando a aprovação da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados.

Por último, Sr. Ministro, na última audiência que tivemos aqui, defendi, como venho defendendo, todas as realizações e conquistas do Brasil, absolutamente fundamentais para que possamos resolver a grande questão social do Brasil – 2,2 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada em dois anos é uma grande conquista do País! A melhor política social é esta: emprego e salário, como foi apresentado aí. O Bolsa-Família, os programas sociais que estão atingindo a população mais carente, o microcrédito, o microfinança, que são programas para atingir o crédito consignado em folha, todas essas mudanças são uma grande contribuição.

Onde creio que devemos tomar muito cuidado?

Primeiro, na relação câmbio e juros. Apesar da trajetória das exportações, que são muito consistentes, houve um crescimento expressivo das importações. E essa remessa recente de juros para o exterior é basicamente oportunismo dos investidores em função da taxa de câmbio. Em relação ao câmbio, foi muito positivo o Banco Central estar comprando reservas, mas espero sinceramente que consigamos entrar numa trajetória de queda progressiva da taxa de juros, cuidadosa e progressiva, para poder aliviar a política fiscal, porque esse é o ponto central, para podermos alavancar o investimento.

Para concluir, Sr. Presidente, o segundo ponto é a meta da inflação.

Discordei publicamente da definição de uma meta de inflação de 4,5% para este ano. Porque entendia, no começo do ano passado, que já tínhamos um choque externo, a guerra do Iraque, aumento do preço do petróleo, aumento do preço de algumas commodities, e

não havia por que passar de uma meta de inflação de 5,5% para 4,5%. Acreditava que isso não tinha sustentabilidade e ia pressionar muito a política monetária. Mas estamos com uma meta de inflação de 5,1%.

E quero dizer que não há problema algum se tivermos uma inflação abaixo de 7,6%, porque passar de uma inflação de 2,5% para 9%, para 7,6%, ou seja, ter crescido 5,1%, já foi uma grande vitória do Brasil. Não temos que deflacionar muito rapidamente a economia, temos que continuar deflacionando progressivamente. Se a inflação for abaixo de 7,6%, significa que continuamos deflacionando a economia, melhorando a dívida pública, como melhoramos tanto o estoque quanto o perfil. Não há mais dívida dolarizada; a dívida é pré-fixada. Podemos crescer mais e manter um ritmo de crescimento acelerado, que é o que o Brasil precisa nesse momento.

Então, basicamente, as minhas duas preocupações são o câmbio/juros e a questão da meta da inflação, porque sempre achei 5,5% uma meta absolutamente otimista, dado que só cumprimos essa meta duas vezes na história, em 1946 e em 1998. Não há por que ter uma meta abaixo disso. E eram dois cenários de queima de reserva, de ataque especulativo, enfim, de cenários absolutamente adversos. Precisamos ter uma inflação abaixo de 7,6%. Se assim o for, continuamos. E 7,6%, porque foi o IPCA do ano passado. Foram 12%, 9%, 7,6%, e continuaríamos a trajetória de deflacionar progressivamente, cuidadosamente, olhando o PIB. Por isso, não podemos abusar da taxa de câmbio e da taxa de juros, porque já pagamos um preço muito alto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me um aparte ao Líder do Governo?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Permito, sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quatro e meio por cento mais 2,5% são 7%. 5,1% e qualquer coisa acima disso e menor do que 7%, é bastante razoável. Ou seja, o Governo deixa de focar nos 5,1% e passa a focar, com certeza, em alguma coisa abaixo de 7%. Acredito que a inflação vai ficar em 6 ponto alguma coisa, com todos esses choques novos que estão surgindo, quer dizer, pós-guerra do Iraque. Não vejo por que teríamos que passar a meta para além, com mais 2,5% acima dessa meta, aproximando-nos da figura dos dois dígitos. Isso não consigo entender!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A meta de inflação, ano passado, era 5,5% – 5,5% mais 2,5% são 8%. Terminamos o ano, muito próximos do limite da banda, com 7,6%. Portanto, muito próximos do limite superior da banda, que era 8%.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Foi um êxito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Como tivemos um choque externo, uma inflação de 7,6%, crescendo 5,2% e com todas as outras melhoras na balança de pagamento e nas contas públicas, foi um grande êxito. Por isso, manter essa meta de inflação de 5,5% por um período mais longo e fazer um processo de deflação lento. O Chile demorou nove anos, para fazer um processo de deflação de dois dígitos, para uma inflação de 3,5%; mais rigorosamente, doze anos. Não precisamos fazer isso em três anos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas por que não aumentar para 7%?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A meta de 5,5% é muito ambiciosa, porque, quando analisamos a história do Brasil, percebemos que só tivemos inflação abaixo de 5,5% em dois anos.

No ano de 1946, o Governo Dutra queimou reservas cambiais do pós-guerra, em uma política de importação generalizada de equipamentos bélicos e outros produtos, e perdemos uma grande oportunidade.

Em 1998, estávamos na véspera de um ataque especulativo, e saíam do Brasil US\$2 bilhões por dia. Em nenhum outro ano da nossa história, tivemos uma inflação abaixo de 5,5%.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O que não se quer dizer que não se persiga.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Isso mostra que 5,5% é uma meta bastante ambiciosa para continuarmos perseguindo, porque fechamos o ano passado com 7,6%. Então, vamos caminhar para a meta mais lentamente, usando períodos mais longos de 24 meses, que é o que permitiria essa definição, para priorizarmos o crescimento econômico.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Quero concluir. Especialmente na gestão do governo Clinton – foram oito anos de exuberância da economia americana, que começou com o déficit público muito alto –, o que causou a redução do déficit público? Foi o crescimento do PIB. É o crescimento do PIB que melhora a receita tributária e que reduz o custo do ajuste fiscal. Para fazer um ajuste fiscal em um cenário de recessão econômica, o custo social é muito elevado. Então, a melhora da relação dívida/PIB vem pelo denominador, pelo crescimento do PIB.

Estou aproveitando para falar, porque o Ministro não está. Estamos aguardando o retorno de S. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Providenciamos esse debate paralelo, para permitir que o Ministro resolva um problema sério e volte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Continuo achando que o Governo tem folga. Ele simbolizou em 5,1% e, com 4,5% mais 2,5%, chegaria a 7%. Considero um despautério trabalharmos qualquer coisa acima de 7%. Se temos a folga até 7%, e dá para atingir 7%... V. Ex^a acredita em 4,5%, eu, não. Acredito em 3,5%, em 3,7% neste ano. Mas digamos que sejam os 4%: acho completamente compatível menos de 7% um pouquinho, seis ponto alguma coisa, com um crescimento de 4% ao ano. Não vejo a incompatibilidade entre uma coisa e outra. Só não quero dar a idéia de que estamos passando a meta de inflação de 5,5% mais 2,5%, 8%, ou para 6% mais 2,5%, 8,5%. Daqui a pouco, estamos em dois dígitos; daqui a pouco, estamos deixando de priorizar a construção de combate à inflação, sem o que não vamos conseguir sustentar crescimento algum ou pensar em saúde fiscal para o País.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Feito o aparte, quero concluir. Quando foi apresentada a meta de 4,5%, que o Senador Arthur Virgílio defendeu, já naquela ocasião eu disse: “Acho que essa meta é absolutamente irrealista e não tem...”

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu

contava com 2,5% mais.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Deixe-me concluir agora. Era um aparte sua intervenção.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas

deixe-me falar, Senador Aloizio Mercadante, para termos uma discussão honesta. Eu sabia que eram 4,5% mais 2,5%. Não achava que tínhamos de ficar, a qualquer custo, no centro da meta. Eu pensava em 4,5% mais 2,5%, e o êxito estaria em ficar em 0,1 abaixo disso. Fui a favor, sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Deixe-me só concluir.

A economia vinha num ritmo de crescimento forte, a demanda interna estava bastante acrescida – 4,2% do crescimento do PIB foi o mercado interno. Tínhamos um quadro de aquecimento da economia e de pressão inflacionária forte. Fechamos o ano com 7,6% de inflação e, na margem, nos últimos meses, ela estava acima disso. Quanto a manter uma meta de inflação, várias vezes, no passado, não a cumprimos, depois de construir um regime de metas; nem o limite da banda, que superamos. Acho que foi uma grande vitória ter estado dentro do limite da banda. Eu achava que a definição de 4,5% era uma coisa que pressionaria muito a política monetária; teríamos que colocar a

taxa de juros em um patamar elevadíssimo, e o custo fiscal e de crescimento econômico era absolutamente desnecessário.

Então, precisamos ter uma meta de inflação estável, de médio e longo prazo, para ser perseguida de forma persistente e compatível com o ajuste fiscal que preserve o mínimo de investimento público, porque, exatamente, o problema central em que estamos é o de que a carga tributária é muito alta, e a capacidade de investimento, muito baixa. E não vamos sair dessa armadilha, se a taxa de juros não for menor, não cair.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É melhorar a qualidade do investimento público, do gasto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– A pressão da política monetária pode ser mais baixa, se tivermos uma meta de inflação realista.

Concluo que para mim esse é o único ponto que merece um debate mais aprofundado futuramente para que estabeleçamos metas viáveis, um limite de banda que permita absorver choques externos e uma política monetária e cambial que ajude na deflação progressiva da economia, mas não perca a grande conquista desse período, que é o crescimento.

O último comentário, Senador Luiz Otávio. Se analisarmos a história recente do Brasil, não há um momento em que tenhamos combinado três fatores: democracia, estabilidade e crescimento. No Governo de Juscelino, tivemos crescimento e democracia, mas não tivemos estabilidade. Na ditadura, tivemos momentos de forte crescimento econômico, com estabilidade, mas sem democracia. Na transição democrática, a não ser alguns espasmos de bolhas de crescimento, não tivemos democracia com estabilidade e crescimento. Temos estabilidade de preços há dez anos. Temos uma democracia consolidada desde a transição democrática e precisamos manter o crescimento econômico acelerado. Penso que este é o grande desafio do País, deste Congresso, deste Governo e dos partidos, de uma forma geral: contribuir para uma agenda positiva que permita superar as dificuldades e avançar em direção ao crescimento.

A tarefa prioritária do Congresso nesse sentido, neste momento da história, é fazer a reforma tributária, ter coragem, enfrentar os desafios, chamar os Governadores à responsabilidade e aprovar a reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presi-

dente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, de que vale um Estado estável se não consegue levar satisfação à população, à nação?

Aproveito a oportunidade para saudar o Sr. Ministro, sobretudo pela capacidade de argumentação, diante de números e de uma realidade tão contraditória.

Sem dúvida alguma, V. Ex^a neste Governo é um ás, por trabalhar com tantos números, aparentemente positivos, quando temos uma realidade completamente adversa – a realidade adversa a que quero me referir é exatamente a do nível de satisfação ou não da população –, e conseguir apresentar inúmeras medidas que reduziram tributos, umas estimulando a poupança de longo prazo e outras estimulando a produção, para uma realidade que se nos apresenta de forma contraditória.

Em relação ao PIB, estamos, em 2005, com a maior carga tributária que este País já viu desde 1947. A satisfação do povo não existe diante da constatação de que o cidadão que adquire um carro de mil cilindradas precisa deixar 44% do valor desse veículo para o Poder Público. E toda vez que o cidadão vai a um posto de abastecimento de derivados de petróleo, de combustível, quando ele enche o tanque com gasolina, são mais de 53% de impostos. Toda a estabilidade é vã, é nula. A estabilidade, na verdade, é o nível de satisfação da população. Afinal o Estado existe para isso, mas quanto ao nosso Estado brasileiro, segundo cálculos do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE) do dia 28 de fevereiro, a gasolina, em que aqui pagamos 53% de tributos, ela mesma, vendida nos postos da Petrobras em Buenos Aires, estava – a da Argentina – 44% mais barata do que a comercializada no Estado de V. Ex^a, São Paulo. A Petrobrás, lá, vendendo mais barato, 44%, do que a vendida em São Paulo. O economista do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE) faz até uma ironia quando diz nesse artigo: “É incrível, mas agora estamos exportando subsídios para os argentinos”.

Sr. Ministro, uma carga tributária desta monta, pelas palavras do articulista Gilberto Dimenstein, na **Folha de S. Paulo**, representa, por ano, cerca de R\$212 bilhões de sangria na população brasileira, mas, se buscarmos um outro dado, representa quatro meses e dezoito dias de trabalho para o Governo. É exorbitante. E se apresenta mais gritante, mais exorbitante ainda quando vemos que a contrapartida do Estado – este aqui que foi dito pelo Líder Aloizio Mercadante: estável, democrático –, a contrapartida não chega ao povo.

Portanto, quero homenagear V. Ex^a. A capacidade de argumentação é inquestionável, diante da apresentação que fez, mostrando a pujança do Estado em ascensão, com uma realidade extremamente contraditória. Essa é uma consideração. Mas gostaria, de forma pontual, de trazer a V. Ex^a um apelo ao Governo para incluir mais uma medida – a que citarei daqui a

pouco – entre tantas, inúmeras medidas que reduzem tributos para estimular a produção, a atividade econômica, a geração de emprego. Embora tecnicamente, juridicamente, o foro e o laudêmio não sejam tributos, mas é uma receita da União, que é exatamente ou o apoio a uma PEC – Proposta de Emenda à Constituição, que tramita nesta Casa, ou uma outra de iniciativa do Governo para acabar de uma vez por todas com essa discriminação, esta coisa odienta, que é a separação do nosso País do ponto de vista da relação da propriedade em dois Brasis: o Brasil daqueles que vivem, que habitam o litoral, numa faixa chamada terrenos de marinha, cujos limites remontam ao século, a uma preamar, de um ano do Século XIX, onde a União, usando um instituto arcaico, originário de Portugal, que o Direito Civil, o direito privado brasileiro não adota, está em desuso, embora previsto na nossa legislação, que é enfiteuse, estabelece nesta coisa odienta, para determinados cidadãos, estes a que me refiro, a obrigatoriedade de anualmente – como este é um apelo que faço, e não um comentário ao Sr. Ministro, para eliminar essa dicotomia, esse tratamento discriminatório, eliminando a possibilidade deste brasileiro, que habita o litoral, nesta faixa de terreno de marinha, que é anualmente obrigado a pagar dois IPTUs, um para o município, o IPTU propriamente dito, e o foro anual à União e eliminar também esta obrigação deste mesmo cidadão que anualmente, quando realiza alienação do imóvel, ter que pagar dois ITBIs, diferentemente do outro cidadão que habita dois a três quilômetros afastado da costa, que é o ITBI propriamente dito e o laudêmio de 4% à União. Isso é uma extorsão diante de um instituto arcaico, inexistente, em desuso, uma reminiscência da legislação portuguesa.

Portanto, Sr. Ministro, só esses dois itens, o comentário inicial – quero elogiar V. Ex^a – e este apelo para que o Governo tome para si o gosto pela aprovação desta PEC ou encaminhamento de uma outra, para eliminar de uma vez por todas essa distorção e esse tratamento odioso e discriminatório na relação que o cidadão mantém com a propriedade, aquele que habita esta faixa costeira e o que habita a mesma faixa costeira, mas distante dessa preamar um ou dois metros.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Encerrado o bloco dos Senadores que ainda estavam inscritos, do qual também faço parte por ter subscrito o requerimento que provocou a reunião, tendo como primeiro o Senador César Borges e um outro requerimento que acrescentei, desde o início da reunião, darei a oportunidade para os Senadores presentes, mas não me furtarei de fazer também o meu questionamento.

Sr. Ministro, dentro do aspecto colocado aqui por vários Senadores, foi dito aqui um assunto da maior importância para o Brasil, que é a reforma tributária.

Na reforma tributária, temos o Fundo de Compensação das Exportações, em que o Pará e mais onze Estados brasileiros são superavitários na balança comercial e numa proporção crescente. Há uma proposta do Governo Federal, do Presidente Lula e, por conseguinte, da equipe econômica, liderada por V. Ex^a, que acompanha a PEC que se encontra na Câmara Federal.

Gostaria que V. Ex^a pudesse me dar alguns detalhes com relação à matéria do Fundo de Compensação das Exportações. Há uma outra proposta de Governadores, liderada pelo Governador Aécio Neves, de Minas Gerais, e pelo Governador Alckmin, de São Paulo. O Relator, Deputado Virgílio Guimarães, esteve ontem com V. Ex^a, com a equipe econômica no Palácio do Planalto, tratando da votação desta matéria.

Seria importante para nós, os Estados exportadores, entre eles o Rio Grande do Sul, aqui citado pelo Senador Pedro Simon, juntamente com o Governador Rigotto, e o meu Estado, o Pará.

Com relação à autonomia do Banco Central, tenho certeza de que não somente esta Comissão como todo o Senado e até a própria Câmara dos Deputados se manifestam pela importância e pela abertura desse debate. Contamos com V. Ex^a, com a equipe de Governo e, principalmente, com a equipe econômica, porque precisaremos, inclusive, além dos debates que serão abertos a autoridades econômicas internacionais, da própria presença do Ministro Henrique Meirelles, do Banco Central, que também terá oportunidade de colaborar conosco nesse objetivo.

Encerrando a minha participação, informo-o que sou autor de um requerimento de informações que foi encaminhado ao plenário do Senado e aprovado. O Presidente desta Casa, Renan Calheiros, deve enviar a V. Ex^a – tenho certeza de que já foi enviado – um pedido de informações com relação à questão da Prefeitura de São Paulo no que tange à questão de ofício que V. Ex^a encaminhou ao Senado Federal no dia 27 de dezembro de 2004. V. Ex^a comunicou ao Senado, ao seu Presidente à época, Senador José Sarney, à Comissão de Economia, presidida à época pelo Senador Ramez Tebet, o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como da Resolução nº 43 do Senado, pela ex-Prefeita Marta Suplicy.

Quando da minha assunção na Presidência da Comissão de Economia, juntamente com os demais membros das outras comissões, com o próprio Presidente Renan Calheiros e com a Mesa do Senado Federal, encaminhei o projeto em que se transformou

o requerimento e pedi um parecer técnico da consultoria jurídica e econômica do Senado Federal. Reunime com a consultoria técnica da Casa, que solicitou outras informações:

Qual o aditivo contratual assinado pela Prefeitura de São Paulo que implicou a elevação na sua dívida consolidada líquida?

Qual o valor de operação de crédito realizada pela Prefeitura de São Paulo no âmbito do Reluz, discriminando-se o valor inicial e os valores resultantes de aditamento, efetuados em 4 de junho de 2003 e em 5 de maio de 2004?

Quais as principais características dessa operação de crédito: credores, devedores, garantidores, prazo de juros, indexador e demais informações relevantes?

A Prefeitura de São Paulo fez alguma consulta prévia ao Ministério da Fazenda a respeito do referido aditivo contratual? Em caso positivo, quando foi feito esse contrato?

O Programa Reluz vige desde o ano de 2000, se somente no ano de 2005 se implementou e outras informações.

Quais os Municípios que realizaram operações de crédito do âmbito do Reluz, discriminando-se valores contratados, bem como as respectivas datas de contratação e adiamento?

Alguns membros do Senado e até mesmo da Câmara comentaram que só tínhamos feito isso com relação a São Paulo. O que não é verdade, pois só recebemos o documento do Ministério da Fazenda, do Sr. Ministro Antonio Palocci, com relação a São Paulo. Até hoje, não recebemos nenhum comunicado de outras Prefeituras. Portanto, não podemos nos manifestar com relação a essas outras Prefeituras.

Eu fiz um requerimento também convidando a ex-Prefeita Marta Suplicy, o Presidente da Eletropaulo, o Presidente da Eletrobrás e o Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levi. Marcaremos posteriormente essa audiência, que certamente vai esclarecer esses pontos. Assim, teremos como apresentar o parecer a ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Também não há nenhuma questão com relação à Prefeitura do Município de São Paulo, ou de qualquer outro município. Existe apenas uma questão conceitual na defesa da prerrogativa constitucional do Senado, por meio da Comissão de Assuntos Econômicos, de discutir e votar essas matérias.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Antonio Palocci, Ministro da Fazenda.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Obrigado, Sr. Presidente.

Início, se V. Ex^a me permite, pela questão do Reluz. A respeito desse programa, vou enviar-lhe informações o mais rápido possível.

Na verdade, a Prefeitura de São Paulo foi a única a informar ao Ministério que havia feito o aditivo de um contrato. A Prefeitura teve o rigor de nos informar. Por isso, só esse caso foi avaliado. Há outros casos, mas as prefeituras não tiveram o rigor de nos informar.

O Reluz foi feito por 1.500 municípios, embora, se não me engano, apenas 26 deles têm contratos de dívida com a União e teriam características especiais para fazer operações desse tipo. Dez desses municípios realizaram operações nas condições em que o limite do endividamento não o permitia.

Essa é uma questão bastante serena na nossa avaliação, pois o procedimento nesse caso buscava adotar um programa como esse, que, pelo seu valor técnico e fiscal, tem um nível de sustentabilidade muito grande. Para quem pôde conhecer alguns exemplos do Reluz, ele é um programa que dá um retorno do investimento em curtíssimo prazo. Ele é um dos programas que dá um retorno em mais curto espaço de tempo. Graças ao bom nível de sustentabilidade, sugerimos a MP que pode equilibrar a situação. Aliás, respondendo à Resolução nº 19, que o Senado já tinha feito há um tempo atrás, referente a um determinado período.

Então, é um assunto que devemos discutir com serenidade, até para avaliar, com clareza, os procedimentos que ocorreram de eventuais governos, prefeituras, Estados, sobre esse projeto. Ele é um projeto importante, e vai continuar sendo feito por prefeituras. Então, é muito importante que o Senado observe essa questão e veja os procedimentos adotados. Nós daremos todas as informações solicitadas. Seremos parceiros do Senado na equação dessa questão do Reluz, pela importância que tem o Programa.

Eu gostaria também de falar sobre a questão do Fundo de Exportação. V. Ex^a tocou em um ponto que é novo – o debate tributário. Nós estamos começando um diálogo com os governadores. Há Estados, como o seu Estado do Pará, como o Estado do Governador Pedro Simon, Rio Grande do Sul, que têm um nível mais elevado de prejuízos no processo exportador do que outros Estados, por motivos diferentes. O Pará, porque exporta muita matéria-prima. E o formato da compensação de exportações desfavorece uma situação como essa.

Já o Rio Grande do Sul exporta muito produto acabado, com muito valor agregado, mas os insumos normalmente vêm de outros Estados. Então, o Estado acaba compensando créditos que foram pagos em outros Estados e acumulando um prejuízo importante também nessa questão.

Nós temos discutido com os governadores, porque faz anos que o Governo Federal fica, ao final de cada ano, compensando um pouco dessas perdas. Nós damos num ano R\$2 bilhões, no outro ano R\$4 bilhões e todo fim de ano os governadores fazem uma pressão legítima na Fazenda para que seja dado um pouco mais de dinheiro.

Mas nós precisamos resolver esse problema de forma definitiva. Inclusive, olhando a questão do Pará e dos Estados que têm exportação de insumos básicos, nós fizemos aquele aditivo de R\$900 milhões que vai prioritariamente para esses estados. Nós melhoramos um pouco essa situação. Mas continua, ainda, uma situação inadequada pelo seguinte: primeiro, o Governo Federal deve compensar os impostos federais para os exportadores, não os estaduais. O Governo Federal deve compensar todos os impostos federais de todas as empresas exportadoras e os Estados, os impostos estaduais. Agora, como há dificuldade para isso, nós propusemos fazer um fundo que reúna todo o recurso de importação e todas as obrigações de exportação, porque com isso nós acreditamos que é possível construir um mecanismo melhor para todos.

Fizemos uma proposição e um mês depois o Governador Aécio Neves... Não sei se tem o apoio do Governador Geraldo Alckmin. V. Ex^a está me dizendo. Pode ser que tenha. Eu recebi apenas do Governador Aécio Neves uma proposição um pouco diferente da nossa, mas na mesma linha. Então, nós estamos caminhando para procurar construir, ainda este ano, uma solução para o problema da compensação do ICMS para as empresas exportadoras.

Reafirmo aqui que esse é um problema muito importante, porque está causando prejuízos, em especial a alguns Estados, e muito prejuízo a várias empresas, que acabam não tendo a compensação das exportações e pagam imposto para exportar. Então, nós precisamos resolver esse problema. Acredito que a reforma tributária vai poder avançar em relação a esse aspecto.

Voltando às questões colocadas aqui, há a pergunta do Senador Garibaldi Alves Filho. S. Ex^a me informa que leu no jornal – eu não li o jornal hoje; V. Ex^a me desculpe, Senador – que o Governo brasileiro teria pleiteado um acordo diferenciado do FMI e, não tendo conseguido, decidiu não prorrogar. Eu queria dar a informação mais franca possível para este Senado Federal, essa é a minha obrigação. Eu queria dizer a V. Ex^{as} que a nossa decisão de não renovar o acordo neste momento, em março, foi tomada em setembro de 2003, quando fizemos aquele acordo, que eu anunciei que seria o último. Muitos não acreditaram, outros acharam que não iria dar certo. Mas, de fato,

eu anunciei em setembro de 2003 que em março de 2005 nós não iríamos ter um novo acordo. O problema é que esse assunto é bom de debate, interessante e produtivo. Mas insisto: a decisão foi tomada quinze meses antes do meu anúncio de ontem. É evidente que, se as condições da economia não permitissem, eu iria dizer: olha, aquele objetivo que nós anunciamos em 2003 não será possível de se cumprir. O Brasil está em dificuldade eventualmente e não poderemos cumprir. Mas não aconteceu. O cenário imaginado em 2003 não apenas se confirmou como foi melhor do que aquele previsto em 2004 e, portanto, nós cumprimos a decisão anunciada em 2003, com a presença de toda a imprensa.

Relendo os jornais de 2003, de setembro de 2003, V. Ex^{as} irão encontrar ali as minhas frases dizendo que aquele deveria ser o último acordo, que ele teria caráter preventivo, que pretendíamos não sacar nenhum recurso – e passamos quinze meses sem sacar nenhum recurso – e que depois dele não teríamos um novo. Foi dito.

Por que nós fizemos dessa forma? Porque achamos que, pela vulnerabilidade na qual estava a nossa economia naquele momento, nós não poderíamos sair abruptamente do Fundo. Nós tínhamos que dizer assim: estou saindo, vou demorar quinze meses. Vamos ficar todos tranquilos, porque o Brasil é um País forte, vai melhorar seus indicadores e terá condição de não precisar de um novo acordo. Felizmente, isso aconteceu. A economia brasileira evoluiu acima do cenário imaginado em setembro de 2003.

Essa, portanto, é a decisão, Senador Sérgio Cabral. O Brasil não tentou nenhum artifício. Outro Senador se referiu a uma “eventual tentativa do Brasil de tirar investimentos do setor elétrico, não tendo conseguido...”. Não há nada disso. Não tentaria enganar o Brasil com o FMI. Primeiro, é esquisito tentar um acordo com o FMI; e, depois, não considerar investimentos de todo o setor elétrico etc. estaria tentando com aquele Fundo algo que não teria resultado positivo para o País.

Então, todo o nosso trabalho foi no sentido de fazer com que fosse possível cumprir em 2005 aquela decisão tomada em setembro de 2003. Caso contrário, iria, com a mesma transparência, dizer ao País que precisaríamos de outro acordo.

Felizmente, não precisamos disso. Acho que o Brasil não vai precisar de um novo acordo por muitos anos. Sou muito otimista com relação ao País. O FMI tem uma relação muito positiva conosco. Se o Brasil, algum dia, precisar de algum apoio, tenho certeza de que as portas do Fundo Monetário estarão abertas ao País, pelo relacionamento correto com que, ao longo da nossa história, tivemos com ele, mas vamos traba-

lhar para que o Brasil não precise desse suporte em outras oportunidades.

A sugestão do Sr. Sérgio Velani, a que V. Ex^a se refere, no sentido de que poderíamos pagar toda a dívida é uma decisão técnica. Temos três anos para pagá-la. V. Ex^a já teve, alguma vez, na vida, uma dívida de três anos; eventualmente, V. Ex^a considera antecipar algumas parcelas ou não. Tudo isso é uma questão técnica. Aqui, vamos lidar com essas questões de maneira absolutamente serena, transparente e técnica. Não vamos fazer bravata, foguetório, nada disso, porque não costuma dar certo, nessa área, tentarmos fazer muita marola.

De forma alguma, quero dizer que V. Ex^a tenha sugerido algo nesse sentido. V. Ex^a transmitiu uma proposta apresentada até por uma pessoa extremamente competente. Sérgio Velani foi diretor do Banco Central, tem extrema competência e autoridade para fazer propostas desse tipo. Mas, com relação a isso, não precisamos tomar uma decisão agora. Vamos olhar esses cenários no próximo período e sempre tomar uma decisão transparente.

Sobre o Fundeb, gostaria de dizer que, primeiramente, um país como o Brasil, bem como outros países de grande porte, com população jovem que deseja crescer a longo prazo, tem na educação um instrumento tão essencial como a política econômica. Penso que a educação é um fator fundamental do crescimento a longo prazo do Brasil e da qualidade futura do nosso crescimento.

Os dados econômicos mostram também que 40% da diferença de renda do trabalhador brasileiro ocorre em virtude de déficit educacional. Quarenta por cento da desigualdade na renda do trabalhador ocorre por deficiências e dificuldades no campo da educação. Então, se, de agora em diante, conseguirmos um investimento progressivo, melhor, na educação, nosso nível de crescimento vai melhorar. Dito isso, é preciso que todo projeto diga de onde vai tirar os recursos.

Se me perguntarem se é possível arrumar um bilhão de reais para no ano que vem, responderei que tanto é possível, que arrumamos essa quantia. A educação tem um bilhão de reais a mais do que no ano passado. Agora, é possível colocar R\$4 bilhões a mais na educação, mesmo que em etapas, como um gasto permanente e obrigatório? É possível, desde que façamos uma entre duas coisas: aumente a carga tributária, ou substitua esse gasto por outro mais ineficiente.

Acredito que o Fundeb é um gasto muito importante, muito eficiente, mas ele precisa substituir outro menos eficiente, ou aumentar a carga tributária. Como nenhum de nós queremos fazê-lo, o diálogo que es-

tamos fazendo com o Ministro Tarso Genro é no sentido, sim, de buscar construir a idéia do Fundeb, mas conseguir que ele, na sua formulação, consiga ocupar o espaço de outro gasto, mesmo progressivamente, que seja menos eficiente, menos importante, menos transformador do ponto de vista social e econômico, do que é a educação.

Então, é esse o diálogo que estamos fazendo. Insisto que não basta apenas conseguir um bilhão a mais, coisa que conseguimos este ano. É preciso deslocar um investimento de R\$4 bilhões novos para a educação. Isso só pode ser feito com responsabilidade se trocarmos por outro gasto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Na área de educação?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Pode ser na área de educação e pode ser em outra área. Para se criar um gasto obrigatório de R\$4 bilhões permanentes é preciso abrir mão de outro gasto obrigatório permanente de R\$4 bilhões, que pode ser na educação ou pode ser em outra área. Este é até um bom debate para o País, não apenas do Ministério da Fazenda. É um debate que o País deve fazer, que o Senado deve fazer. Penso que debater orçamento é debater também qualidade dos programas.

Será que, se discutíssemos todos os 360 programas que temos no nosso orçamento, conseguiríamos destacar R\$4 bilhões para programas menos eficientes do que um eventual Fundeb? Talvez consigamos. Temos disposição política e disposição de enfrentar um debate para fazer isso? Então vamos fazer.

Agora, infelizmente, Senador, nas últimas semanas, o debate que mais apareceu – não sei se foi o que mais foi feito –, segundo vi pelos jornais, foi um relativo à Loas que transforma a referência de pagamento da Loas de um quarto de salário mínimo **per capita** para um salário mínimo **per capita**. Estaríamos dando Loas para famílias com média de quatro pessoas que ganharão, a partir de março, com o novo salário mínimo, R\$1,2 mil. Não me parece que essa seja a razão de ser da criação da Loas.

Então, se caminhamos por aí, não conseguiremos fazer o Fundeb. Agora, se fizermos o contrário, se olharmos todos os programas, sociais ou não, todos os nossos gastos permanentes e encontrarmos espaço progressivos de até R\$4 bilhões, que é, mais ou menos, o custo imaginado para o Fundeb, mesmo que seja um bilhão num ano, dois bilhões no outro – não importa a velocidade, mas importa essa decisão –, eu seria favorável a valorizar um gasto enfocado na educação. Acho que a educação traz para o País e para os jovens um resultado muito melhor do que muitas outras coisas que o País faz. Agora, precisamos ter a

coragem de sentar, olhar os programas e tomar decisões. Precisa ser dessa forma para ser sustentável. Do contrário, podemos prometer, mandar o projeto do Fundeb para cá, prometer que vamos garantir o dinheiro e, no final, ou não teremos o dinheiro ou teremos que aumentar a carga tributária.

Acho que devemos evitar essas duas não-saídas.

Senador Tasso Jereissati, o debate que V. Ex^a faz sobre a carga tributária é um debate informal, mas insisto com V. Ex^a sobre essa questão. Não quero aqui fazer nenhuma polêmica. Não seria produtivo – tenho certeza de que V. Ex^a pensa assim – fazermos qualquer concurso sobre carga tributária em diferentes governos. Eu até, por exemplo, vejo a evolução da carga tributária no governo anterior, do Partido de V. Ex^a, e nunca fiz disso uma crítica focada no fato de o governo ter feito essa carga por alguma sanha arrecadatória. Na realidade, as necessidades fiscais dadas naquelas condições impuseram isso, como podem, no futuro, impor também a nós. Acabei de dizer aqui que, se tomarmos uma decisão e não resolvermos o problema, seremos obrigados a aumentar a carga no futuro.

Às vezes nos tornamos prisioneiros das nossas próprias armadilhas. Penso que é preciso olhar a questão da carga tributária como um problema do País como um todo e buscar equilibrar essa questão de forma mais definitiva.

É verdade que existiram receitas extraordinárias em 2002. Metade dessas receitas extraordinárias, que foram em torno de 18 bilhões, em 2002, metade delas foi relativa a essa questão do fundo de pensão que V. Ex^a informou. Ocorre, Senador, que todo ano tem isso; todo ano vamos buscar recursos atrasados. Fizemos o País dar mais R\$3 bilhões a cada ano. Essa arrecadação excepcional que V. Ex^a informa é verdadeira. Não tenho nada a contestar. O problema é que ela é verdade todo ano; todo ano vamos atrás de dívida ativa. Este ano estamos indo atrás de dívida agrícola. Vamos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Se o senhor me permite, não nesse tamanho, não nessa proporção. Existem sempre exceções e existe uma arrecadação extraordinária, mas nunca nessa proporção como teve neste ano.

Só para esclarecer, o objetivo não é tanto comparar a carga tributária com a carga tributária do governo anterior, porque acho que isso não é produtivo, mas muito mais o aumento da carga tributária com o aumento do custeio e a diminuição do investimento. Essa é a questão.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Essa é uma questão importante. Dito isso, acreditamos possível não aumentar a carga tributária a partir dessa linha de 2002. Evi-

dentemente que o desejo do governo é procurar fazer uma curva descendente. A partir da curva ascendente que tivemos com a melhoria do país, procurar fazer uma curva descendente à frente. Mas não posso assumir um compromisso dessa natureza, de curto prazo, na medida em que os nossos gastos sociais e fiscais são elevados. E acho que se nos comprometermos com a sociedade brasileira de não ultrapassar essa marca já é um bom começo. Se todo problema que tivermos formos buscar carga tributária para resolver, isso não teria fim. Iria certamente causar muito prejuízo à economia e às pessoas.

Então, penso que se tivermos um forte compromisso de não permitir que a carga se eleve, é um bom começo para podermos, num médio prazo, projetar uma queda da carga tributária, ordenada de acordo com a melhoria da nossa dívida, da qualidade dos nossos gastos, do déficit da previdência, etc, que pode nos trazer a possibilidade de redução efetiva da carga tributária. O déficit da previdência, por exemplo, se for combatido com sucesso, nos dá uma possibilidade real, aí sim, de redução um pouco mais efetiva em termos de carga tributária. Agora, tudo isso são projeções a serem acompanhadas.

Em termos de gastos, Senador, eu concordo com V. Ex^a que, feita a decisão com o Fundo Monetário, temos que ser muito cautelosos em relação a gastos. Isso eu procurei responder ontem e muitas pessoas perguntam: agora que nós não temos um acordo com o Fundo, então podemos gastar parte do nosso superávit, podemos cuidar menos da questão do gasto? Podemos, lógico que podemos. Agora, pode dar errado também. Eu acho que dá errado se fizermos isso. Não temos mais uma trava do Fundo nos vigiando. Agora, espero que não precisemos do Fundo. Este ano, vamos mostrar que não precisamos do Fundo para fazer o que é certo fazer. Por isso não podemos ampliar nossos gastos além do que podemos, além do que o orçamento permitir. Isso vai dar ao País uma credibilidade a longo prazo, no sentido de que asseguramos a estabilidade, a sustentabilidade das nossas contas por nossa decisão – nossa que digo não é só do Ministro da Fazenda, é do Senado, da Câmara, da Justiça. As decisões todas custam, às vezes custam pouco, às vezes custam muito. Se tivermos a capacidade de nos organizarmos de maneira a manter nossas contas equilibradas, penso que não precisaremos voltar ao FMI por muitos e muitos anos. E mais, vamos ter um crescimento equilibrado, consistente, que representa aquilo que o País precisa num longo prazo.

Sou muito confiante nisso, porque, como disse no final da minha exposição, penso que valores como responsabilidade fiscal, controle da inflação, não são

mais valores de algum partido ou de algum governo, são valores da sociedade brasileira. E ela está muito vigilante para governos, para nós servidores públicos, para nós políticos, no sentido de que nós sempre possamos garantir esses procedimentos à frente das nossas responsabilidades.

Sobre o crescimento, Senador, V. Ex^a falou que outros países cresceram mais. Acho que o crescimento de 2004 foi positivo para o Brasil, é um índice positivo, dada a medida dos últimos anos, quando estávamos com dificuldade de um crescimento mais robusto.

Acho que agora devemos nos concentrar em procurar todas as medidas – e aí de novo Senado, Governo, Câmara, Justiça – que aumentem o potencial de crescimento do Brasil. Quanto conseguimos crescer sem inflação? Ninguém sabe esse número e nunca vai saber, porque ele é dinâmico, ele muda, ele responde a um conjunto de medidas que se vai tomando para permitir a um país crescer até determinados níveis sem pressão inflacionária, sem desequilíbrios. Qual é o nível que o Brasil pode neste ano? Não sabemos, vamos observar, vamos perseguir o melhor possível. Mas sabemos que algumas medidas, ao serem tomadas, aumentam esse potencial do crescimento. Se não for para este ano, será para 2007 ou 2008. Não vamos deixar de tomar as medidas que nos permitem esse aumento do potencial de crescimento, senão, daqui dois anos, vamos lamentar porque estamos crescendo 2,5%, 2%. Por isso, temos insistido muito nas reformas microeconômicas, que são, entre outras coisas, instrumentos importantes para essa evolução econômica.

O Senador Delcídio pergunta-me sobre os investimentos de infra-estrutura. Penso que estamos com um desenho muito bom a partir deste ano. Foi um período de trabalho difícil, mas o que obtivemos? Um orçamento do Ministério dos Transportes de R\$4,2 bilhões, que é muito razoável. Isso é tudo o de que o Brasil precisa? Certamente não, mas é bem mais razoável do que os dois últimos.

Temos consolidados agora os PPPs. Hoje vamos assinar os últimos documentos de fundo garantidor. Portanto, toda a legislação e a regulamentação do PPP está completa, e já há muitos interessados em projetos de parceria. O BNDES já está se preparando para fazer esses projetos.

Terceiro: ontem, numa reunião da Casa Civil com os Ministérios do Planejamento, da Fazenda e dos Transportes, fechamos também o desenho final das concessões rodoviárias, que devem, em um curtíssimo espaço de tempo, ser colocadas em licitação pelo Ministério dos Transportes. Há muito interesse também de investidores nessa área de concessões.

O Ministério fez um trabalho muito importante sobre isso. De novo haverá recursos privados de grande porte nesse campo.

Então, teremos recursos públicos maiores, as parcerias e as concessões. Além disso, neste ano, estamos transferindo para os Governadores entre R\$1,8 bilhão e R\$2 bilhões de Cide, que são exclusivamente para a área dos transportes. Então, há R\$4,2 bilhões do Ministério dos Transportes e mais R\$1,8 bilhão a R\$2 bilhões sendo transferidos aos Estados, mais parcerias, mais concessões. Penso que é um desenho bom para este ano, embora todo esse processo seja demorado. O senhor, que é profissional na área de infra-estrutura e conhece melhor do que eu esse assunto, sabe que esses processos são demorados, nem todos sem fazer com rapidez. Os investimentos do Orçamento são mais rápidos.

Recebi a informação do BNDES de que a Brasil Ferrovias está com o desenho praticamente terminado. Logo terá uma conclusão e o início de reinvestimentos importantes. Essa é uma notícia extremamente importante para toda uma área do País, inclusive para o seu Estado, que precisa da recuperação dessa importante artéria dos transportes do País.

O Senador Arthur Virgílio fez uma série de comentários. S. Ex^a não me fez pergunta alguma, portanto não penso que seja o caso de responder. Aliás, fez uma pergunta no final: se eu penso que no ano que vem, em que haverá eleições, eventuais diminuições de popularidade do Governo não trariam algum nível de risco ao equilíbrio econômico. Eu quero lembrar que, em 2004, durante o período eleitoral, o Copom aumentou os juros duas vezes e não aconteceu nada. Não houve crise internamente no Governo nem no País. Isso é algo normal. Se é necessário fazer ajuste, faz-se ajuste. Não importa se é tempo de eleição ou não. Se formos ter esse comportamento, aí sim. Se dissermos que no ano eleitoral não se podem fazer determinadas coisas, então aí não estamos bem. Mas este Governo não tem esse problema, nós acabamos de fazê-lo.

Vou lembrar também, que na véspera da eleição – não sei se quinze ou vinte dias antes –, aumentamos o superávit primário em 0,25 pontos percentuais do PIB, sem nenhum problema. Acho que foi positivo para o País ver isso com naturalidade.

Precisamos começar a acabar com esse tabus de não fazer coisas certas em períodos eleitorais. Como temos eleição de dois em dois anos, imagina o que vai ser do nosso futuro se pensarmos que determinadas coisas não podem ser feitas em anos eleitorais. Quer dizer, então temos pouca chance de acertar.

Mas acho que o País está muito tranquilo em relação a isso, penso que 2004 mostrou que há um

equilíbrio político, uma compreensão política muito adequada em relação as essas coisas. Não acho que isso dá voto, nem tira voto, na verdade. A normalidade de um país é ele poder fazer determinadas coisas com naturalidade, seja ano eleitoral, não seja ano eleitoral; nem podemos olhar de forma que fazer determinadas coisas tira voto; ou ao contrário, achar que fazer determinadas coisas dá voto. Temos que respeitar o eleitor e deixar ele escolher os melhores programas. Atitudes de Governo devem responder às necessidades circunstanciais ou de médio prazo do país. Acho que o Brasil está conquistando essa possibilidade ao longo do tempo.

Há algumas questões do Senador Pedro Simon. O Senador fala de sobre eventuais cancelamentos de dívidas. Senador, existe um programa no Banco Mundial, que o FMI acompanha também, mais conhecido como HIPC, um programa destinado a redução ou eliminação de dívidas de países altamente endividados. O Brasil participa desse esforço. No ano passado cancelamos nossa dívida com Moçambique, com a Bolívia, ao longo dos últimos anos com alguns outros países; e vários países do mundo cancelaram dívidas. Mas esse é um programa destinados aos países muito pobres; nesse campo o Brasil está no campo do credor. Por mais que esses programas sejam ampliados não atingiriam dívida brasileira. Ao contrário, o Brasil seria um País que iria ajudar, como tem feito, nos últimos anos, países ainda mais pobres, porque, infelizmente, temos situação de pobreza no mundo muito maiores do que a nossa. O Brasil é um País de renda média, não é um País de renda muito baixa.

Então, nesses programas, e participamos de todos eles, normalmente entramos do lado dos credores apoiando. E não do lado dos que têm benefício. Agora, existem alguns programas muito pequenos que transformam alguns instrumentos fiscais em estímulo ambiental. Estamos conversando com alguns governos de Estado em cima de programas dessa característica, mas eles são muito pequenos. Eles não são ruins, mas não significariam uma solução de grande proporção para o caso do nosso endividamento. Eu não teria nada contra que algum credor nosso se dispusesse a colocar os seus recursos na educação brasileira. Estou de plantão no Ministério da Fazenda para todos que queiram fazer isso, mas é um processo difícil. É um processo que, em alguns casos, quando são dívida soberana, alguns países fazem parte da dívida para meio ambiente, educação.

Por fim, sobre o Estado do Rio Grande do Sul, há uma semana nos decidimos atender à emergência do seu Estado com R\$ 400 milhões, que foi todo o recurso que tínhamos disponível para atender a uma

situação dramática. De fato muitos pequeno e médios proprietários perderam sua produção. Pagamos o seguro, demos outros benefícios como estender o financiamento para quem não tinha seguro, estamos fazendo uma série de medida que vai custar, no global, R\$400 milhões, dos quais 70% são diretamente para o Rio Grande do Sul.

Agora, concordo com V. Ex^a que, havendo uma pauta como essas questões que V. Ex^a destacou, tenhamos talvez aí uma dívida de apoio com o Estado do Rio Grande do Sul. O Estado é um Estado importantíssimo do nosso País. O Governador tem demonstrado um esforço enorme para equilibrar as contas do Estado. Não temos nenhuma motivação para não ajudá-lo. Pelo contrário. Tenho toda a motivação para ajudá-lo nesse esforço.

Quanto à questão das estradas e das terras, podemos ajudar a buscar uma solução, mas quem reconhece uma dívida de estradas, por exemplo, é o Ministério dos Transportes, e não o Ministério da Fazenda. Quem reconhece uma dívida fundiária em relação à questão das terras é o Ministério do Desenvolvimento Agrário; repito: não é o Ministério da Fazenda. Mas evidentemente podemos participar da busca de uma solução. Comprometo-me a falar com os Ministros dessas áreas a fim de verificarmos se encontramos uma solução justa, como V. Ex^a está dizendo – confio na sua palavra –, para que possamos verificar a possibilidade de um apoio efetivo ao equilíbrio do Estado.

O Senador Aloizio Mercadante abordou uma série de questões que considero muito pertinente. Em particular, um fato que caracteriza uma segurança maior nesse período, que é a combinação que o Brasil conseguiu – insisto em dizer que não foi o Ministro da Fazenda ou o nosso Governo, mas o Brasil conseguiu. Depois de fazer um grande esforço em prol do equilíbrio da inflação e um grande esforço fiscal, conseguimos, com muita luta – de contas externas muito boas, equilíbrio fiscal muito forte, inflação sob controle e crescimento e geração de empregos. Esses elementos nos dão condição de dizer que o Brasil está muito mais resistente a eventuais intempéries externas.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Ministro, graças a uma Oposição responsável.

O SR. ANTONIO PALOCCI – A Oposição, responsável como é, certamente contribuiu para esse quadro. Não tenho nenhum constrangimento em dizer isso, Senador.

O SR. (Orador não identificado) – É um comentário restrito ao Senado Federal.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Sem dúvida nenhuma, a construção de um processo como esse encontra um Governo com grande responsabilidade, uma so-

ciiedade com grande responsabilidade e a Oposição da mesma forma. Sem dúvida nenhuma, quando a Oposição atua construtivamente, ela tem realmente um papel muito importante.

Eu queria aqui concordar com o Senador Mercadante sobre a questão da reforma tributária. Não podemos correr o risco de adiar a reforma. Esta Casa é muito especial, Senador Luiz Otávio. Esta Casa. O Senado é muito especial porque é a Casa mais federativa, é a Casa mais próxima dos Governadores. A Câmara tem outras características, tem um papel excepcional, mas o Senado é uma Casa muito focada nas regiões, nos Estados, nessa construção federativa.

É muito importante que os Senadores desempenhem um papel. V. Ex^{as} já o fizeram, inclusive já votaram, mas como há questões colocadas de novo, vale a pena discutir de novo. Não tem problema. O Senado tem mostrado muito acerto na questão tributária. Penso que vale a pena investir mais nisso.

O problema da minha resistência em fazer concessões a prefeitos e governadores não é porque sou contra ajudá-los, mas não podemos nos enganar. Queremos a reforma tributária. Com ela, todos vão ganhar: a economia vai ganhar, o empresário vai ganhar, o trabalhador vai ganhar, porque o imposto sobre os alimentos será menor, e os Estados vão ganhar. Mas é preciso que seja feita a reforma. Não podemos pensar em curto prazo, em fazer um fundo de 1 bilhão aqui e outro de 1 bilhão ali, porque assim não daremos solução para as questões do País, que são bastante importantes.

Concordo também com o que disse o Senador Aloizio, que a consistência de um crescimento forte, este ano e no próximo, combinado com outras coisas, deve-se ao fato de que a formação bruta de capital tem crescido pelo menos o dobro do PIB num período de tempo mais extenso. Num trimestre, às vezes, chega a pouco mais que o PIB. Houve um trimestre que chegou a três vezes o PIB; no outro, duas vezes, mas, num período mais consistente, a formação bruta do capital tem crescido aproximadamente o dobro do PIB. Isso é indicador do crescimento de longo prazo. Se fortalecermos isso, colheremos frutos muito importantes.

Essa questão da meta de inflação, como tenho uma grande admiração pelo meu Líder Aloizio, como ele é um companheiro extraordinário, nunca economizo palavras para falar isso, e como é meu professor, perguntei para o Senador Suplicy, que é professor também, se o aluno às vezes pode discordar do professor, e ele me disse que pode. Então, quero discordar do meu professor Aloizio em relação a essa questão de métodos, mas não acho que essa seja uma questão que pode-nos causar algum prejuízo.

Esse debate é saudável, faz parte das decisões passadas e futuras no campo macroeconômico, e o Líder Aloizio tem sempre feito isso com extrema seriedade, com muita competência técnica. Portanto, não penso que esses debates sejam ruins, não; acho que eles são bons. E insisto porque, como houve muitas questões colocadas aqui sobre política monetária, penso que seja importante que V. Ex^{as} convidem não só o Presidente Meireles, mas quem sabe parte da equipe para fazer um extenso debate sobre política monetária. Isso é importante para o País, é importante para o Senado fazer isso, porque o Brasil precisa consolidar as suas políticas. Para que isso aconteça, elas precisam ser debatidas, não podem ser fruto de decisões distantes. A decisão tem que ser protegida.

Não sei se a sugestão do meu caro amigo Suplicy, de divulgar o conteúdo das reuniões, é boa. Não sei. Não quero contraditá-lo, mas o que acredito que vai no sentido do que o Senador propôs é trazer os membros do Copom para um diálogo, isso é importante, perguntar quais são os determinantes que o Copom utiliza para tomar essas decisões, quais são as questões centrais que o Copom considera para fazer projeções de longo prazo, para olhar núcleo de inflação, inflação cheia, choques externos, como o Senador Aloizio colocou bem aqui, que têm um impacto sobre a condição de médio prazo de uma política monetária importante e o que se faz diante de um choque externo é decisivo para se obterem melhores ou piores resultados. Então, eu sugeriria isso.

Quero cumprimentar meu Líder Aloizio pela exposição brilhante sobre crescimento de longo prazo e equilíbrio econômico, e falar da sua grande contribuição para os acertos da nossa equipe. Ele tem sido um parceiro fundamental de todos os momentos, não só pela sua atuação na Casa, como Líder, mas como companheiro do Governo que é, amigo de todas as horas e conselheiro de alta qualidade. Então, eu queria fazer essa referência, que é extremamente sincera da minha parte.

Não respondi as questões da Senadora Ideli, não quero fazer isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Ministro, eu queria não só agradecer os comentários elogiosos e dizer que são recíprocos a admiração e o respeito, mas quero pedir que V. Ex^a não insista neste caminho porque o Senador Tasso já está aqui com ciúmes, reclamando que a Oposição não foi tratada com a mesma deferência. Então, é muito importante.

De fato, a Oposição no Senado Federal tem sido muito propositiva e construtiva, particularmente Senadores mais afeitos a essa área, como os Senadores Tasso e Rodolpho Tourinho, que têm-se empenhado

nas negociações da matéria. Então, as virtudes não são do Líder, mas dos Senadores de uma forma geral e, particularmente, dos Senadores da Oposição, sem o que jamais teríamos essa agenda tão positiva no Senado.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Vim aqui no ano passado e o Líder Mercadante me apresentou...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não tinha visto o Senador Agripino, mas todos os adjetivos que vieram em minha direção foram extensivos, imediatamente, ao Líder José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O Senador José Agripino continua aguardando o momento da sua manifestação.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Justiça seja feita ao Senador Aloizio, que, quando me apresentou a solução da reforma tributária no ano passado, falou: “Isso aqui foi construção principalmente dos Líderes da Oposição, que dialogaram com os Líderes da Situação de maneira muito propositiva e resolveram, naquela época, a reforma tributária que estava emperrada. O que estou pedindo a V. Ex^{as} é que façam de novo, porque ela pode ficar emperrada de novo”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Presidente, o barulho de seda rasgada está insuportável.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Eu queria responder à Senadora Ideli, que coloca uma série de questões relativas ao microcrédito que considero fundamentais, quer dizer, como fortalecer o microcrédito?

A experiência, no Brasil, é recente acerca da questão do microcrédito. No Governo, formamos um grupo interministerial para estudarmos, permanentemente, a evolução do microcrédito. Mas deveríamos detectar – a área técnica do Senado deveria nos ajudar nesse sentido – experiências exitosas, e também as não exitosas. Trata-se de uma área que não é fácil de se desenvolver. É complexa, porque, se não for bem-feita, acumulará inadimplência alta; ela tem sistemas fiduciários difíceis; ela tem sistemas de garantias muito complexas, e tem experiências as mais variadas com resultados diferentes e bastante positivos.

Penso que, no Brasil, deveríamos avançar, respeitando as experiências locais, como a do Banco do Povo, enfim, de entidades que estão desenvolvendo esse trabalho de maneira exitosa, creio que deveríamos olhar o crédito solidário dessa maneira.

O fato de existirem financeiras, Senadora Ideli Salvatti, que trabalham com juros elevados, acho que temos que começar a construir, com força, esses sistemas de crédito mais baratos para o trabalhador e dar informação ao consumidor, que tem que ser informado, pois, muitas vezes, quando ele tem opção de um crédito consignado, que parece que está, lá, pagando 2,5% de juros, às ve-

zes ele vai fazer uma determinada compra que parece que não está pagando juros, mas ele está pagando 6% de juros. Então, são sistemas de informação ao consumidor que precisam ser dados, além da construção de mecanismos como o crédito consignado, que podem ajudar a reduzir taxas de juros. Agora ele foi estendido para aposentados – os grandes bancos estão entrando também no crédito consignado para aposentados – e, penso, que vai ter uma expansão importante.

Senador Almeida Lima, eu queria dizer que, embora discorde da avaliação de V. Ex^a a respeito da carga tributária, gostaria de deixar-lhe os números, porque achar importante que os acompanhem. Veja, Senador, quando V. Ex^a opina – por favor, entenda, com muito respeito – que não é adequado que um cidadão compre um carro e pague 44% de imposto, e, além disso, ao abastecer o seu carro pague mais 56%, eu penso que isso é adequado, desde que, com esse imposto, consigamos dar mais escola de qualidade, dar isenção ao arroz, ao feijão e à farinha. Penso que é essa construção que precisamos fazer. A gasolina não pode ser subsidiada. As pessoas que a consomem devem pagar o imposto para que essa arrecadação possa significar investimento em saúde, em escolas, permitir a desoneração de bens de primeira necessidade, como o Senado aprovou, ano passado, que o arroz, o feijão e outros produtos podem ser desonerados, porque outros são onerados. Então, esse é o equilíbrio que devemos buscar para que possamos fazer uma política tributária adequada e justa. Por exemplo, quem põe gasolina paga 50% de imposto, mas quem não tem carro, não põe gasolina e compra arroz e feijão, às vezes paga 30%, 40% de imposto também. Então, temos que fazer um equilíbrio desses tributos. É lógico que o melhor seria não precisar cobrar de ninguém. Mas, aí, não fecha a conta. Não quero contraditá-lo, quero apenas ressaltar...

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Ministro, permita-me apenas fazer a seguinte colocação: no momento da minha fala, além de eu ter considerado abusivos os percentuais de tributos, e convenhamos, são realmente gritantes, e o veículo não é um instrumento de luxo, em vários casos, sim, e em muitos outros, inúmeros outros, é uma utilidade, mais do que utilidade, o combustível extremamente indispensável.

Mas, naquele momento, falei também da contrapartida. O mais grave, o mais absurdo é termos que pagar um tributo tão elevado e não recebermos a contrapartida, o serviço, haja vista o estado em que se encontram as nossas rodovias.

E, pior ainda, é que se V. Ex^a admite – está correto – que nós não temos que subsidiar determinados produtos, o mais grave é subsidiar gasolina em Buenos Aires. Aí é que é pior ainda.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não. Mas aí...

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – E o Brasil está, de acordo com a reportagem a que me referi. Num corte dado no dia 28 de fevereiro, a gasolina vendida nos postos da Petrobras em Buenos Aires estava 44% mais barata do que em São Paulo. Aí é que é pior ainda.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Deixe-me lhe dar um esclarecimento, Senador. Eu não conheço todos os procedimentos da Petrobras na Argentina, sequer a política de preços inovadora na área de combustível que se está praticando lá, mas precisamos olhar com cuidado, porque, eventualmente, esse produto é produzido no país, e os países têm políticas diferentes de preços internos.

Por exemplo, se a Petrobras decidir explorar petróleo para venda interna na Venezuela, vai vender gasolina com preço extremamente subsidiado. Lá a gasolina é muito barata – uma decisão do país. Então, quem for investir e vender no país tem que respeitar essa legislação.

O Brasil, se quisesse, poderia trabalhar dessa forma. Nós não cobramos imposto da gasolina e cobramos mais de outro produto. É uma hipótese. É uma decisão. Alguns países decidiram assim. Nós, não.

No caso, não conheço o procedimento, por isso não quero contraditá-lo, mas não sei se se trata de gasolina que o Brasil está disponibilizando para um outro país. Na verdade, a Petrobras tem uma empresa na Argentina que explora petróleo e vende nas condições do país.

Se a Petrobras atuar nos Estados Unidos, ela o fará nas condições dos Estados Unidos; se atuar na Venezuela, vai ser nas condições da Venezuela. No Brasil, nas condições brasileiras.

O mercado de preços local nem sempre responde a indicadores iguais, e a empresa que investe tem que respeitar o formato do mercado local. Não sei se é certo ou errado, mas é assim que tem funcionado.

Agora, Senador, V. Ex^a fez uma colocação que acho importante, de buscar evitar que, em determinadas situações, cidadãos, por propriedade cruzada, possam ser obrigados a pagar dois impostos, quando alienarem imóveis, a pagar outros dois impostos. Se V. Ex^a me der o prazer de enviar o seu projeto, eu vou dedicar atenção a ele, vou procurar sugerir eventualmente alguma coisa, e vou lhe dar o retorno mais adequado possível.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Ministro, eu o farei, terei oportunidade de fazê-lo, mas, por uma questão de justiça, é preciso que se diga que a proposta de emenda à Constituição é de autoria do

então Senador Paulo Hartung, atual Governador do Espírito Santo. Tive oportunidade, com a pretensão de melhorá-la, de apresentar duas emendas a ela.

Mas terei imenso prazer em encaminhá-la a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Certo.

Então, Senador Luiz Otávio, eu queria agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Antes, Sr. Ministro, teremos o Senador José Agripino, que estava inscrito. Ele foi a um outro compromisso e chegou há pouco e coloca o peso do seu Partido para usar da palavra.

Com a palavra o Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, prometo ser breve.

Quero iniciar agradecendo a V. Ex^a, Sr. Ministro, a vinda e as explanações circunstanciadas, detalhadas, sem enfado pessoal, como é hábito de V. Ex^a: chegar aqui e falar francamente, abertamente, para que se estabeleça um diálogo produtivo.

Acho que V. Ex^a não blefa. É minha percepção pessoal. Agora, V. Ex^a é médico e eu sou engenheiro, mas eu tenho a obrigação de entender um mínimo de economia, já que estamos na vida pública. E V. Ex^a tem muito mais obrigação.

Na minha caboclice de economista por obrigação, entendo que crescimento só se observa quando há aumento de renda. Os dados estatísticos são favoráveis. Agora, preciso fazer aqui uma manifestação muito franca e sincera com V. Ex^a porque, afinal, quero ouvir sua opinião sobre, talvez, o principal remédio para se retomar o crescimento.

Acho que o crescimento da renda do brasileiro, que há meses vem em queda ou não vem-se recuperando... Cresce o PIB, cresce, como V. Ex^a bem falou, a renda do trabalhador na indústria por uma razão muito simples. É que a indústria vem crescendo no mercado interno por questões de expansão do crédito, o que faz com que o brasileiro tenha, como a inflação está baixa, meios para comprar o que normalmente não tinha antes. Está consumindo o seu crédito. Vai topar. E, no que diz respeito à exportação, como há um clima favorável e como o câmbio é favorável, consegue-se exportar. Estabelece-se um *plus* para que a indústria venha crescendo como está crescendo – é verdade que parou de crescer – e a renda seja distribuída com o trabalhador da indústria, o que não acontece com o trabalhador como um todo. A renda do brasileiro não está crescendo.

Então, acho que temos dois graves problemas. Tudo que se falou aqui, as providências anunciadas são importantes, mas deixa eu forçar um pouco a figura, a imagem que faço. V. Ex^a é médico e já deve ter convivido com muito cardíaco com a aorta entupida e sabe que aspirina não desentope aorta. Fazer ponte de safena é coisa traumática e não adianta adotarmos atitudes superficiais, porque não se vai resolver o problema com aspirina. Só vai no bisturi, abrindo o tórax.

Temos um exemplo claríssimo. A economia brasileira é surpreendente – essa é uma constatação que todos fazemos. As exportações, como V. Ex^a falou, não cresceram por mérito do Ministro da Fazenda ou do Governo Lula. Era todo um processo que vinha acontecendo, de desenvolvimento tecnológico, no campo e na cidade, de uma política de crédito favorável, de um ambiente internacional comprador e de câmbio favorável. Então, a economia brasileira levou as exportações a US\$100 bilhões de exportação, num golpe de mágica. A economia foi capaz de operar esse milagre por uma conjugação de fatores.

Quais são os problemas seriíssimos da nossa economia? Um é a carga tributária. V. Ex^a insiste em dizer que a carga tributária não cresceu – ela teria caído para 16,02, numa perspectiva de 2005. Prefiro render-me à evidência das ruas. Na minha “caboclice”, prefiro render-me à evidência das ruas. Ainda hoje, houve aqui uma manifestação de empresários, de todo tamanho, pequeno, médio, grande, contra a MP nº 232. Nunca vi, Ministro, nos últimos 30 anos, manifestação da sociedade civil contra aumento de carga tributária, contra aumento de imposto anunciado. As pessoas estão sentindo doer no bolso. A carga tributária chegou ao limite máximo. Então, as pessoas vão para a rua. Foram à Avenida Paulista e vêm ao Congresso. Não dá mais. Realmente, a carga tributária aumentou de 2003 para 2004, e as pessoas estão atemorizadas com a perspectiva de crescer em 2005 mais ainda.

Muito do que V. Ex^a falou em matéria de desoneração fiscal foi produto da ação da Oposição aqui; foram os discursos que o PFL, o PSDB, o PDT faziam no Plenário e que forçavam o entendimento, com a habilidade do Senador Aloizio Mercadante, dos Líderes do Governo. Obtivemos ajustes para evitar o mal maior que estava proposto, mas quero dizer que, com relação à carga tributária, estamos fazendo aqui o que é possível. Se há o compromisso determinado do Governo em não aumentar, já é um bom indicador. Não aumentar a carga tributária. Vamos ficar vigiando aqui, e V. Ex^a fica tomando conta de lá. V. Ex^a toma suas iniciativas, e nós vigiamos de cá, como vem acontecendo, para que a carga não extrapole, para que as coisas não fiquem insustentáveis, porque aqui foi falado que estamos ca-

minhando para a informalidade e para a desobediência civil. Converso com microempresários, com pequenos e com empresários líderes, que falam claramente: “Não vou ter caminho. Para sobreviver, vou sonegar, vou fabricar nota.” Pelo amor de Deus, eu tenho ouvido isso, “É por sobrevivência, para manter os empregos” que eles mantêm. Então, vamos tomar cuidado com esse assunto, porque ele é explosivo.

O segundo assunto, Ministro, é a história da aspirina. São os juros, os juros. Esse é o tiro de doze, é o tiro de doze. Preocupou-me muito quando ouvi V. Ex^a falar que o déficit da Previdência estava atingindo o perigoso nível de 2% do PIB. Com a taxa de juros decretada pelo Copom, que é composto por pessoas, sobre quem o Governo tem ascendência, forte ascendência, consumiu nos últimos doze meses 7,3% do PIB, R\$131 bilhões de juros. Os juros estão sob o controle do Governo. Ora, se o perigo é a Previdência atingir 2%, nós estamos falando de algo que já atingiu 7,3% e que está nas mãos do Governo segurar, desde que ele encontre alternativas que sejam não operar o controle da inflação, não trabalhar com meta de inflação baseada exclusivamente num remédio. Inflação sobe, tomem-lhe juros; tomou juro alto, a economia cai; caiu, desaquece e perde emprego.

Então, será que só tem um caminho para conter a inflação, para domar a inflação, para cumprir meta de inflação? Só tem um caminho que é aumentar juros? Juro é mortal para a retomada de crescimento e para a geração de renda. A pergunta que faço é a que fiz aqui ao Dr. Henrique Meirelles: será que não dá para ousar? Será que o exemplo das exportações, que num passe de mágica, pela conjugação de fatores, explodiu para US\$100 bilhões, por um esforço da economia e dos empresários brasileiros, será que não dá para acreditar um pouquinho e ousar um pouquinho e não trabalhar tanto com o juro para cumprir meta de inflação?

Essa é a pergunta que faço a V. Ex^a, cumprimentando-o pelas suas quase seis horas de presença neste Plenário e pelas explicações que pôde trazer para que esse diálogo salutar, em defesa dos interesses coletivos, aqui pudesse ser estabelecido.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Senador José Agripino, seria muito ruim se eu sáísse daqui sem ouvi-lo. Fiquei preocupado que V. Ex^a não havia se inscrito para falar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Estou cheio de prefeito aqui, Ministro.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Na medida em que o senhor faz uma oposição qualificada, serena e pelo interesse do País.

Quanto a essa questão da carga tributária, sugiro que a tratemos com tranqüilidade. Sempre fico preocupado, Senador, em evitar criticar outros governos, seja o anterior ou outros lá de trás. Penso que sempre que se insiste muito em querer colar uma coisa em outra incorremos naquilo que Freud chamava de processo de transferência. É uma coisa que nos incomoda e se tenta empurrar. Penso que, em alguns casos, nós, políticos, fazemos isso. Não o estou criticando. Todos nós fazemos isso. Temos um problema que nos incomoda, numa determinada prática da nossa vida, de um governo nosso e tal, e empurramos para o outro. Quanto mais se empurra ao outro é sinal de que aquilo é o que mais está nos incomodando. O Freud chamava de transferência.

Isso ocorre muito na questão do debate da carga. Quando o senhor diz que, apesar do número, mantém a sua afirmação, me lembra muito um candidato amigo. Ele via a pesquisa dizendo que 10% do povo o conhecia e falava para mim: é mentira da pesquisa, 90% do povo me conhece. Quer dizer, nós podemos discordar de opiniões, mas discordar de números nem sempre é uma coisa produtiva. Acho que o melhor, do ponto de vista dessa questão tributária, é todos os partidos políticos, Governo e Oposição, temos consciência de que o Brasil deu todos os sinais de que temos uma carga tributária que não deve subir mais, ela está no limite. O País deu sinais. Quando fui vice-Presidente da Comissão de Reforma Tributária da Câmara procurei toda a literatura para descobrir qual era a carga tributária adequada de um país. Descobri que não existe literatura para isso, quer dizer, não há carga tributária adequada de um país. A adequada é aquela a partir da qual a população fala que não dá mais, que está em um nível um pouco elevado.

Então, como há uma percepção de todos nós a respeito disso e da sociedade civil, penso que o mais importante é que tenhamos o compromisso de, em um primeiro momento, evitar que a carga suba para, no médio e longo prazo, conseguir que a carga recue, seja menor do que é hoje. Por isso é muito importante a reforma tributária prosseguir nesse esforço.

Segundo, Senador, em relação aos juros, penso que a política de metas de inflação, como disse, tem os seus defeitos, mas não se inventou a tecnologia melhor de atuação política mais eficiente que essa. O mundo inteiro tem pensado assim. Pode estar o mundo inteiro errado, não quer dizer que o mundo inteiro faz que seja certo, mas tende a ser mais provável que seja certo.

Hoje, o mundo todo está caminhando para metas de inflação, não que seja um sistema perfeito, mas a

comparação da meta de inflação com outros sistemas que foram utilizados.

Então, V. Ex^a me pergunta: tem outro jeito? Tem outro jeito, mas a experiência tem mostrado que os outros jeitos têm mais custo de produto, menos eficiência no combate à inflação.

O que temos que observar na questão da inflação é o sucesso de trazê-la progressivamente para um valor mais baixo. O Senador Mercadante se referiu a isso. Veio de 12,5%, foi para 9,3%, 7,6%. Se conseguirmos fazer com que a inflação vá baixando ao longo de tempo, de forma consistente, sem interrupções, e conseguindo fazer as reformas que o Brasil precisa, teremos um resultado efetivo nisso. Porém, para isso é preciso ter meta. Precisamos perseguir a meta até conseguirmos. Essa tem que ser uma determinação do Banco Central.

É a mesma história do dardo, não jogamos em um determinado alvo. Se quer atingir a mosca, mira-se na mosca. Não mira na ponta do alvo, porque há probabilidade de se acertar a parede. Então, a meta de inflação tem que ser assim, ser fixada, determinada a alcançar o alvo.

Se há choque externo, fica impossível, naquele ano, se atingir o alvo. Se há outros fenômenos não se atinge o alvo. Mas se mirar no limite do alvo e houver um choque externo, vai acertar na parede. Assim que funciona o dardo e a política monetária. É uma questão sempre polêmica, mas difícil.

Por fim, sobre a questão de renda, concordo com V. Ex^a que, ao fim, toda política econômica deve produzir a melhoria da renda das famílias. Esse é um elemento central. Não é verdade que todo processo econômico começa com renda. Normalmente a renda vem depois de um período do ciclo. A maioria das vezes a retomada do crescimento econômico, a primeira etapa do ciclo se dá por crédito, queda na taxa de juros, aumento do crédito, aumento do consumo a partir de crédito, que dá mais crescimento, mais emprego, aumentando a massa salarial, num primeiro momento, para depois aumentar a renda.

Já pulamos várias etapas dessas no Brasil. O aumento da massa salarial tem sido efetivo. O aumento da renda vem mais devagar, V. Ex^a tem razão. Já passamos da etapa do ajuste, da redução dos juros e retomada, via crédito. Já passamos da etapa do início do processo de aumento de emprego, do crescimento da massa salarial, e vamos prosseguir. Estamos tendo um ajuste nesse período muito clássico da economia.

Costumo dizer que um dado muito bom dessa retomada e o início desse ciclo que estamos começando, Senador, é o fato de que ele está dando-se de maneira clássica. Não houve uma operação especial

do Governo para fazer a economia sair da dificuldade e iniciar um processo de desenvolvimento. Não houve uma operação especial.

Até falo com ex-colegas do Ministério da Fazenda o que acontece com o Ministro da Fazenda que sempre acha que tem que haver um plano com o nome dele ou com o nome de outro, porque alguns já sabem que depois não dá muito certo, põe algum outro nome.

Então, isso foi um aprendizado do País. Insisto, novamente, que não é nenhuma qualidade especial do Ministro da Fazenda ou do Ministério. A saída de crise e a evolução para um novo ciclo de crescimento, sem projetos muito especiais, sem pacotes especiais, conduzem a um processo de crescimento mais consistente, porque é equilibrado e obedece a todas as etapas tradicionais de um processo de crescimento. Se analisarmos o que aconteceu no Brasil desde a crise de 2002, verificaremos que estamos passando por um processo clássico de crescimento. Tudo que acontece está acontecendo normalmente no Brasil, e o País inicia um ciclo de crescimento.

Quero concluir, Senador Luiz Otávio, dizendo que trabalhamos com muito otimismo para que o Brasil possa atingir índices crescentes, persistentes de crescimento e que possamos, na verdade, estar no início de um ciclo de dez a quinze anos de crescimento e geração de emprego no País.

Esta Casa, o Senado, tem dado uma contribuição muito grande ao País, na medida em que todos os projetos que por aqui passaram – e tenho dito isto aos repórteres sem nenhum constrangimento – têm saído melhor do que entraram. Acho que essa é uma característica que o Senado tem adquirido. E como disse o Líder Mercadante, certamente isso é fruto do trabalho dos Líderes da situação e da oposição, da qualidade da Casa. Acho muito importante que o Senado continue sendo esta Casa que modere posições, que equilibre processos, que construa em cima das proposições dos próprios Senadores ou enviadas pelo governo. O Brasil pode obter resultados muitos importantes no seu potencial de crescimento com as medidas que são votadas aqui.

Talvez alguns não tenham percebido, mas procurei demonstrar hoje que aquilo que V. Ex^{as} votaram no ano passado já está produzindo efeitos extraordinários, como o crédito consignado e a lei do setor imobiliário. Portanto, isso também é um agradecimento ao papel do Senado, porque foi o debate realizado aqui e na Câmara dos Deputados que produziu esses resultados, não foi o fato de que falo pouco ou falo muito. É o fato de que um trabalho foi feito e esta Casa teve uma participação excepcional nessa construção.

Quero insistir, Senador Luiz Otávio, para que esta CAE e o Senado tragam esses temas, façam os debates necessários, os fáceis e os difíceis. E toda a equipe do Ministério da Fazenda estará à disposição de V. Ex^{as}, e ali há pessoas muito qualificadas. Só tem um médico no Ministério da Fazenda, os outros são todos muito qualificados para o debate econômico e virão aqui acompanhar todos os debates que formos convocados.

Insisto que o Senado precisa continuar apoiando essas medidas, essas reformas, para que o Brasil absorva os ganhos dessas medidas e possa crescer com sustentabilidade.

Muito obrigado pelo convite.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, permita-me usar da palavra muito brevemente.

Ministro Palocci, V. Ex^a respondeu-me a respeito das companhias de aviação aérea. Quero dizer de uma forma muito transparente que, na semana passada, o Presidente da Varig, Luiz Martins, pediu para conversar comigo. Ontem, estive com ele. Estou vendo aqui o Deputado Luiz Pontes e o Senador Pedro Simon, que são do Rio Grande do Sul e têm grande interesse sobre o destino, dentre outras, da principal companhia de aviação, a Varig. O Presidente da Varig informou-me que o Superior Tribunal de Justiça, por meio do seu Presidente, teria tomado uma decisão relativamente aos planos econômicos, da qual decorreria um crédito que a Varig teria junto ao governo, mas que isso poderia ser objeto de uma ampla negociação com respeito a títulos e tudo.

Poderia isso ser objeto de eventual estudo por parte do Governo, inclusive do Ministério da Fazenda? Obviamente, não envolveria apenas uma das empresas, mas todas que estivessem em situação semelhante. É apenas este o esclarecimento. Inclusive, passarei às mãos de V. Ex^a a mensagem que o próprio Presidente da Varig enviou-me, mas, em síntese, esse é o esclarecimento que gostaria de solicitar, para que responda da forma mais transparente possível.

Obrigado.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Dizendo concretamente, Senador, há alguns meses, foi-nos solicitado, até por Senadores, essa questão sobre o setor aéreo. E consultei o Advogado-Geral da União, porque é quem pode dizer, mais do que a Fazenda, se um processo em tramitação, independentemente da fase em que ele esteja, se pode ou não ser passível de uma negociação. Até, na época, essa consulta que fiz foi provocada por alguns Senadores que me procuraram com essa temática. O Advogado-Geral da União me

informou que ele não procedia dessa forma, a não ser em casos muito excepcionais, e que ele estava construindo um entendimento mais definitivo sobre essa questão de negociar projetos em tramitação. Depois, eu soube que o Presidente do STJ convidou o Ministro José Alencar, da Defesa, para um diálogo com esse objetivo, de procurar um acordo em cima da questão dos créditos aprovados no STJ. E que o Vice-Presidente José Alencar iria levar ao Advogado-Geral da União para avaliar.

Então, da nossa parte, o Ministério da Fazenda, podemos perfeitamente participar de qualquer entendimento nesse sentido. Agora, desde que o setor jurídico diga que pode e é adequado que seja feito dessa forma. Essa decisão não é uma decisão da área econômica, é da área jurídica do governo, em particular da Advocacia Geral da União.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Área jurídica e área política. Porque a área jurídica, a rigor, vai atrás da política também.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Explicava-me o Advogado-Geral da União, há um tempo, quando fiz uma primeira consulta sobre isso, que há uma série de aspectos constitucionais ilegais, infra-constitucionais também, que orientam algumas possibilidades e algumas questões que não são possíveis na negociação de processos em andamento. Então, ele teria que respeitar esses procedimentos. Então, veja, se a área jurídica e política do governo encaminhar para ser feito dessa maneira, aí sim a área econômica entraria, porque boa parte da dívida é com a Receita Federal, o que é devido é do Tesouro Nacional, então, certamente, a gente participaria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas com toda a sinceridade, na exposição de V. Ex^a, respondendo ao Senador, antes, V. Ex^a foi muito frio, muito técnico, deu a entender que se depender de V. Ex^a, podiam ter decidido lá, decidiriam que é na lei da falência, então é na lei da falência. E pode ser fora da lei da falência.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Vou explicar a V. Ex^a, desculpe-me por ter parecido frio, não foi essa a minha intenção, quis parecer objetivo, Senador, porque acho que, quando membros do governo dão expectativas que depois não podem ser cumpridas, eles muitas vezes alimentam uma expectativa em trabalhadores, em pilotos, em funcionários, em empresários que depois não podem se consolidar. Então, sempre procuro, quando se trata da questão de dificuldades da empresa, ater-me à lei, porque imagina se eu prometer a V. Ex^a que vou fazer o que V. Ex^a está pedindo. Se uma determinada lei me impede, não posso falar isso para

V. Ex^a. Então, sempre procuro... Esse caso da aviação, como tem sido muito debatido, sempre tenho procurado colocar uma posição muito objetiva, mas, por favor, não entenda uma indisposição da minha parte em ajudar a encontrar soluções para o setor. Não entenda isso, por favor. Fico a sua disposição para ser convocado a qualquer momento sobre isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É bom saber isso. Fico satisfeito com a sua resposta.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Agora, não acho que seria honesto da minha parte, assim, diante da televisão, da imprensa e dizer: olha, a Fazenda vai apresentar soluções. E criar nas pessoas, digo pessoas, empresas, trabalhadores, funcionários, uma expectativa que não sei se amanhã a lei vai me permitir fazer. Então, em respeito a vocês e aos funcionários dessas empresas, procurei ser objetivo. Desculpe-me se fui frio. Mas fico esperando a sua convocação a qualquer hora e em qualquer lugar para discutir esse e outros assuntos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado. Fiquei satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Sr. Ministro, em qualquer hora, em qualquer lugar, parece o Batman.

Agradecemos a presença de V. Ex^a.

Antes de encerrar, comunicamos que haverá reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, a realizar-se amanhã, dia 30 de março, às 09 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões nº 19, ala Alexandre Costa.

A reunião será secreta, com a participação do Ilm^o Sr. Ivan Guimarães, Presidente do Banco Popular do Brasil, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre os dados do balanço da Instituição, referentes ao primeiro trimestre de 2005, ainda não divulgados publicamente em atendimento ao Requerimento nº 16 da Comissão de Assuntos Econômicos, assinado pelos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Sérgio Guerra.

A reunião secreta está marcada para as 09h30min, a fim de não criarmos embaraço com a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que será às 10h.

Dessa forma, a nossa reunião secreta está marcada para as 09h30min, no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h24min.)

Ata da Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de março, de 2005, às 9h30min, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal

Às nove horas e cinquenta minutos do dia trinta de março do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Arthur Virgílio, Fleixa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti e Aelton Freitas. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Almeida Lima, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Ramez Tebet, tendo falta justificada em virtude de licença médica, Maguito Vilela, José Maranhão, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência convida o Senhor Ivan Guimarães, Presidente do Banco Popular do Brasil, para sentar-se à Mesa. Usam da palavra os Senadores Pedro Simon e Romeu Tuma, o qual propõe que o Senhor Ivan Guimarães preste os devidos esclarecimentos pessoalmente ao Senador Tasso Jereissati. A proposta do Senador Romeu Tuma foi acatada pelo Senador Tasso Jereissati e demais membros presentes da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Declaro aberta a 7ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, em 30 de março de 2005, às 9h50min, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Queria cumprimentar o Sr. Ivan Guimarães, porque tem sido bas-

tante cortês com esta Comissão. Já é a segunda vez que aqui comparece para atender às solicitações dos Senadores que buscam informações para a aprovação da medida provisória do microcrédito. Inclusive parece que esta reunião seria reservada, em razão de balanços a serem apresentados, o que não poderia ser feito publicamente, por não terem sido publicados. Creio que essa é a correta observação.

Antes de V. Ex^a encerrar, se fosse possível, se o Senador Pedro Simon, aqui presente, cumprindo com o seu dever de Senador, como sempre o faz, quisesse algum esclarecimento, V. Ex^a poderia autorizar o Dr. Ivan e, em seguida, encerrar, porque os interessados não compareceram.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Primeiro S. Ex^a fará as explicações.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, ele já o fez na outra reunião. O problema é que ele apresentaria balanço, o que, segundo a legislação atual, ele não pode fazer publicamente, em razão do sigilo até a publicação. Seria apenas para explicar dados do balanço a pedido do Senador Tasso Jereissati, se não me engano, que é quem mais está estudando esse ponto. Talvez em encontro reservado com o Senador o Dr. Ivan faria a apresentação diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Ele se propõe, inclusive, a apresentar diretamente ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Creio que essa seria a melhor solução.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senador Pedro Simon, com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, com toda sinceridade, esta não é uma matéria para ser legislada por medida provisória. O Governo deve se sentar à mesa com os seus conselheiros, para analisar, mandando chamar os Líderes do PT, para saber o que eles diziam quando Fernando Henrique mandava aquelas medidas provisórias. E olhem que o PT está fazendo o dobro do que fez Fernando Henrique.

Esse projeto é muito importante. É um projeto não para amanhã, mas para o futuro deste País. É um projeto que tem enorme significado. Eu, por exemplo, tenho um projeto de lei tramitando na Casa que trata dessa matéria. Há dois anos ele está caminhando por aí. Aliás, há vários projetos sobre essa matéria.

Nós temos que analisar, inclusive, Sr. Presidente, no Congresso Nacional – e há uma emenda nesse sentido –, para que haja um meio termo. O Governo argumenta que um assunto importante não pode permanecer

um ano ou dois nesta Casa, mas temos que encontrar uma forma pela qual determinado projeto venha para cá e tenhamos que votá-lo num prazo determinado.

Considero muito importante o crédito ao consumidor. Na verdade, isso abre portas a uma parcela da opinião pública que pode entrar para a sociedade, mas dou mais importância ao microempresário.

Está se formando hoje, no Rio Grande do Sul, por iniciativa do PT, que o PMDB está continuando, um projeto espetacular. Não se trata apenas de empréstimo ao microempresário. Microempresa se cria todos os dias; a cada hora cria-se uma nova microempresa.

Quando houve o Plano Cruzado, foram milhares de microempresas. Gente que vendeu tudo o que tinha para montar uma microempresa. O Plano Cruzado congelou todos os preços e aumentou em 20% o salário do trabalhador. Quer dizer, ao acordar hoje, todos os preços estão congelados e eu ganhei 20% a mais. Todos iam comprar! Isso estimulou as microempresas que, dali a dois anos, estavam quase todas quebradas, porque uma microempresa é difícil de se levar adiante.

Então o que está acontecendo hoje, em primeiro lugar, é um estímulo à organização da microempresa. Mas isso é feito com apoio das universidades que têm técnicos, professores especializados para acompanhar todo o trabalho da microempresa, organizando aquilo que eles chamam de rede.

Uma microempresa sozinha não tem como concorrer. Como ela vai comprar? Como vai vender?

Por exemplo: lá no Rio Grande do Sul, nós temos uma rede de farmácias fantástica, a chamada Pangel. São 300 e não sei quantas. Elas impõem o preço. De repente, 250 farmácias pequenas, dessas de esquina, de todo o interior do Rio Grande do Sul se uniram e formaram uma rede com um comprador que compra pelos preços da Pangel ou até mais barato. Eles estão comprando não sei quantos por cento mais barato do que faziam quando eram farmácias pequenas e têm condições de vender por preços mais baratos do que os da rede grande. Como ela não tinha concorrência, vendia como queria. Agora, não.

Vários segmentos estão fazendo isso. Até pequenos jornais do interior estão se reunindo para organizar uma rede. Para eles o crédito é importante, vital, porque poderá praticamente revolucionar.

O pessoal do PT devia formar um grupo para passar alguns meses na Itália, para saber como isso ocorre lá. Setenta por cento da produção italiana são de empresas familiares, de no máximo dez empregados, e funcionam que é uma maravilha.

Aqui, o Governo tinha que dar força para instituições que fizessem algo de concreto e positivo nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Está encerrada a reunião, com a presença do Dr. Ivan Guimarães, do Banco Popular do Brasil, o qual, conforme proposta do Senador Romeu Tuma, irá logo mais ao Gabinete do Senador Tasso Jereissati para as explicações de que S. Ex^a necessitar.

Fica, portanto, encerrada a reunião.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Propus que fosse o Senador Tasso Jereissati, porque está fazendo uma discussão direta com parte da Oposição, PSDB e PFL, e, com o Senador Rodolpho Tourinho, tem estudado par encontrar um caminho correto para discutir o assunto que vai à votação hoje. Com certeza, o Dr. Ivan poderá ajudar muito a se encontrar uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Obrigado a todos. Fica encerrada a reunião, convocando os Srs. Senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos para a reunião da próxima terça-feira.

(Levanta-se a reunião às 9h59min)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em 29 de março, de 2005, às 16 horas, na Sala de Reuniões nº 3 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dezessete horas do dia vinte e nove de março do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aelton Freitas, reúne-se a Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, com a presença dos Senadores Edison Lobão, Rodolpho Tourinho e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Guerra e Fernando Bezerra. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a definição dos trabalhos. A Subcomissão propõe a retomada dos trabalhos para avaliação do processo de liquidação das instituições financeiras pelo Banco Central. Em seguida, por consenso dos membros marca-se para o dia 27/04/05 uma Audiência Pública com o Ex-Presidente e o Liquidante do Banco Bamerindus, Sr. José Eduardo de Andrade Vieira e o Sr. Sérgio Rodrigues Prates, respectivamente, ocasião em que será decidida a provável data para que sejam ouvidos os representantes do Banco Banorte. Antes de encerrar os trabalhos, a Subcomissão aprova a realização de uma reunião técnica com o Sr. José Irenaldo Leite de Ataíde, Chefe do Departamento de Liquidações Extra-

judiciais – Deliq, do Banco Central. Serão designados técnicos da Subcomissão para acompanhar a reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Aelton Freitas**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião extraordinária da Subcomissão Temporária da Liquidação das Instituições Financeiras, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, em 29 de março de 2005, às 16 horas, que de fato acontece às 17 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordarem queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

A ata está provada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Srs. Senadores, como foi bem produtivo o trabalho desta Subcomissão no ano de 2004, daremos seguimento, a partir de hoje, aos nossos trabalhos. Retomamos os trabalhos com o intuito de auxiliar o Banco Central a viabilizar o mais rapidamente possível o término das liquidações das instituições financeiras que se encontram por um bom tempo tramitando naquele órgão.

O primeiro item é esse que acabamos de ler.

O segundo item da pauta é a proposta de remarcar para o dia 27 de abril a reunião com os representantes do Banco Bamerindus do Brasil, para dar continuidade à seqüência de depoimentos, dos quais já foram chamados o Banco Mercantil de Pernambuco, o Banco Econômico e o Banco Nacional. Em quarto lugar, conforme elegemos no início dos nossos trabalhos, no ano de 2004, ficou o Banco Bamerindus, seguido pelo Banorte.

O terceiro item da pauta é indicar a assessoria técnica para acompanhar o trabalho da Subcomissão, fazendo o intercâmbio entre o Senado e o Banco Central, e as diligências da discussão técnica junto àquele órgão.

Apresento-lhes o Dr. Sílvio, da Consultoria do Senado, que vai acompanhar o trabalho da Subcomissão juntamente com o pessoal que já o desempenha no dia-a-dia.

O quarto item da pauta da reunião de hoje é solicitar ao Banco Central informações sobre os estudos para a solução de liquidações. Se for possível a nos-

sa aprovação, haverá uma visita dos nossos técnicos amanhã, junto ao Banco Central, principalmente com o Dr. Irinaldo, que é a pessoa daquele órgão designada para este assunto.

Esses são os quatro itens da pauta que estão em discussão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, tenho dúvida quanto a alguns termos que foram utilizados: primeiro quanto aos objetivos desta Subcomissão, referidos por V. Ex^a, para viabilizar terminar as liquidações. Não sei se essa é a função do Senado. Entendo que analisar, conhecer, sim, mas não viabilizar terminar. Creio que essa não é a nossa função, mesmo porque não temos o conhecimento nem o poder para isso.

Segunda é a questão que V. Ex^a também comentou, de intercâmbio e discussões técnicas que encaminharíamos. Não sei que tipo de intercâmbio é esse com o Banco Central.

A outra, por fim, é cobrar o término das liquidações.

Retorno à primeira observação, porque entendo que estamos aqui muito mais para conhecer do que para viabilizar ou cobrar uma liquidação, uma vez que não conhecemos tudo o que está por trás disso. É só nesse sentido.

Em relação ao intercâmbio com o Banco Central, nós deveríamos, sim, ouvi-lo – não sei se já está ou não na hora de ouvi-lo. Entendo que seria importante ouvir o Sr. Presidente ou o Chefe da Fiscalização.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Nobre Senador Tourinho, V. Ex^a tem toda razão. Por isso a presença e a participação de V. Ex^a na Subcomissão nos engrandece muito, pela sua experiência nesse segmento como ex-Secretário de Fazenda de alguns mandatos na Bahia, como ex-diretor do banco e, tenho certeza, como Senador que torce para que tudo aconteça da melhor maneira possível. Às vezes, o modo de nos expressar é que não foi bem conduzido. Parabenizo V. Ex^a e o agradeço pela observação oportuna.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Pois não, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Na linha das observações judiciosas do Senador Tourinho, eu sugeriria que o Item 1 tivesse a seguinte redação: retomada dos trabalhos de avaliação das liquidações. Com isso nós enxugaríamos mais o texto.

Quanto à segunda observação do Senador Tourinho, a respeito da necessidade de se ouvir o Banco Central, creio que, depois do Bamerindus – qual foi o

outro banco mencionado? – e do Banorte, poderíamos realmente ouvir o Banco Central. É preciso que aquele órgão traga a sua palavra, o seu pensamento, as suas verdades sobre essa matéria.

Repito, pela décima vez, o que, aliás, não é só o meu pensamento, mas o de todos nós, sobretudo do Presidente: não temos nada contra o Banco Central; estamos a favor do Brasil. Queremos fazer uma investigação que não tem o caráter de comissão de inquérito, então poderíamos substituir essa expressão por avaliação, para verificar até que ponto essas liquidações foram bem feitas e se devem perdurar.

É essencial a palavra do Banco Central no sentido de se contrapor ao que foi dito aqui pelos responsáveis pelos bancos em liquidação, para sabermos se eles têm concordância com alguma coisa e, a partir daí, chegaremos, então, a uma conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – V. Ex^a complementou muito bem. Então será a retomada dos trabalhos para a avaliação das liquidações junto ao Banco Central.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Para a avaliação do processo de liquidação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Perfeito.

Tínhamos feito um ofício convidando o Diretor do Banco Bamerindus, em 14 de dezembro passado. Mas, devido ao excesso de trabalho por parte de todos os Senadores, preferimos suspender. Agora estamos dando seguimento e, se V. Ex^{as} estiverem de acordo, marcaremos a próxima reunião para o dia 27 de abril, convidando o representante do Banco Bamerindus.

Em discussão.

Em votação.

Então, para o dia 27 de abril fica marcada a próxima reunião com os representantes do Banco Bamerindus do Brasil e, logo em seguida, a do Banorte, para a qual no dia 27 marcaremos a data.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer algo mais.

No início dos trabalhos desta Subcomissão, fiz um requerimento de informações ao Banco Central e já obtive resposta que acredito tenha encaminhado para a Secretaria da Comissão. Se não, eu o farei dentro de 24 horas, porque será um subsídio importante para os nossos trabalhos.

O Senador Tourinho também encaminhou alguns requerimentos, mas não recebeu resposta ainda.

Com a resposta que recebi, já poderemos inclusive avaliar alguns questionamentos que foram feitos na ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Então, com o encaminhamento proposto por V. Ex^a, nós vamos juntar ao processo de liquidação.

O quarto item que está em discussão é a possibilidade de os técnicos indicados por esta Subcomissão visitarem o Banco Central amanhã, para discutir com o Dr. Irinaldo alguns assuntos que se encontram pendentes.

Em discussão.

Em votação.

Vamos designar os técnicos, a partir de amanhã, marcaremos a audiência e, no dia 27, com certeza, teremos algumas respostas.

Se nada mais tivermos a discutir, declaramos encerrada a reunião, agradecendo a presença dos nobres Senadores, de toda a imprensa e da TV Senado.

(Levanta-se a reunião às 17h09min)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de fevereiro de 2005

Instalação

Às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideali Salvatti, Roberto Saturnino, Augusto Botelho, João Ribeiro, Marco Maciel, Leonel Pavan e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação. Assinam o livro de reunião, após o encerramento da votação, os senhores Senadores José Jorge, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Aelton Freitas, Sérgio Zambiasi, Jonas Pinheiro, José Agripino, Romeu Tuma, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Aloizio Mercadante, Fernando Bezerra, Francisco Pereira e Patrícia Saboya Gomes. Justificam a ausência os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho e Roseana Sarney. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2005/2006. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias convida os Senhores Senadores Valdir Raupp e Fátima Cleide para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: Para Presidente – Senador **Hélio Costa**, dezesseis (16) votos, para Vice-Presidente – Senador **Augusto Botelho**, dezesseis (16) votos. Prosseguindo, o Presidente, Senador Osmar Dias, proclama eleitos e empossados os Senadores **Hélio Costa** e **Augusto Botelho** como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. O Senhor

Presidente, Senador Osmar Dias, comunica a presença na reunião de hoje, do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros e da Senhora Ana Catarina Costa, esposa do Senador Hélio Costa. Usam da palavra os Senhores Senadores: Marco Maciel, José Jorge, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Gerson Camata, Augusto Botelho, Sérgio Cabral, José Agripino, Aelton Freitas e Francisco Pereira. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Presidente recém empossado, Senador Hélio Costa. Após o discurso do Presidente eleito, Senador Hélio Costa, encerra a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Hélio Costa; para Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Início a chamada nominal para procedermos à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Educação.

(Procede-se à votação nominal.)

Consulto se há algum Senador presente que ainda não tenha sido chamado.

Está encerrada a votação.

Convido a Senadora Fátima Cleide e o Senador Valdir Raupp, para procederem à apuração dos votos.

(Pausa.)

Eu vou anunciar o resultado.

Estão eleitos para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Educação, os Senadores Hélio Costa e Augusto Botelho, pela unanimidade dos votos.

(Aplausos.)

Antes de passar a Presidência...

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, V. Ex^a me concede um aparte para uma breve intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Senador Osmar Dias, antes que V. Ex^a transmita as funções ao Senador Hélio Costa, trago uma palavra de reconhecimento ao trabalho que V. Ex^a realizou à frente da Comissão, durante os dois anos em que a presidiu, com muita eficiência e, por que não dizer também, com muita assiduidade.

Devo dizer que, embora não sendo titular da Comissão, participei, talvez, da grande maioria das suas reuniões e posso dizer que foi um período muito positivo na luta que empreendemos em nosso País para melhorar a educação e investir mais em ciência e tecnologia.

V. Ex^a se houve de forma exemplar. A Comissão realizou um trabalho reconhecido pelos seus integrantes, mas também pelo Plenário da Casa. Daí porque eu não gostaria de deixar, neste momento, de felicitar V. Ex^a. Penso que esse é o sentimento desta Comissão pelo trabalho realizado. E digo mais uma vez o quanto apreciamos esse biênio em que V. Ex^a teve a oportunidade de presidir a referida Comissão.

Era o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR) – Obrigado, Senador Marco Maciel.

Antes de transmitir a Presidência ao Senador Hélio Costa, eu gostaria de fazer alguns agradecimentos. Mas antes, pela ordem, passo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu também, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar o trabalho que V. Ex^a realizou aqui durante esses dois anos. Eu sou titular da Comissão de Educação. Como V. Ex^a sabe, uma das minhas principais áreas de interesse é a Educação. Eu comecei a minha carreira como Secretário de Educação do meu Estado por duas vezes. Sou relator de diversos projetos na área de Educação. Portanto, tenho experiência e a uso para ressaltar o trabalho de V. Ex^a, que foi um Presidente sério, presente e competente. Eu fiquei muito feliz de poder estar presente colaborando com V. Ex^a.

O Senador Hélio Costa foi um Vice-Presidente presente. S. Ex^a pode realizar um trabalho tão bom quanto o de V. Ex^a aqui nesta Comissão. Estaremos juntos novamente durante esses dois anos, mas eu não poderia deixar de destacar que sou fã do trabalho de V. Ex^a, não somente na Comissão, mas no Senado, pela seriedade e pela forma sempre correta como V. Ex^a

coloca todos os assuntos. Meus parabéns e boa sorte nas novas funções que vai exercer de Líder do PDT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR) – Obrigado, Senador José Jorge.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR) – Pela ordem, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Sr. Presidente, como 1º Vice-Líder do PMDB e em nome do meu Partido, manifesto os agradecimentos do PMDB pelo brilhantismo com que V. Ex^a conduziu a Comissão de Educação – para mim a mais importante de todas as Comissões do Senado Federal. V. Ex^a demonstrou muito equilíbrio, competência e talento; foi muito justo na Presidência da Comissão e, como Parlamentar, no Plenário, é um dos mais atuantes, sempre abordando os temas mais importantes da Nação, quer da Educação, da Agricultura e de todos os setores de atividade. Portanto, o meu Partido não poderia se omitir neste momento. Nós, em nome do PMDB, trazemos os cumprimentos a V. Ex^a.

O recém-eleito Senador Hélio Costa é um Senador dos mais brilhantes e sei que S. Ex^a vai exercer com muita competência a Presidência da Comissão de Educação. É um homem preocupado com os problemas do País e um Senador conhecido e reconhecido hoje não somente no Brasil, mas também fora do País. Eu tenho certeza e convicção de que o meu Partido estará extremamente bem representado pelo Presidente Hélio Costa e pelo Vice-Presidente Augusto Botelho, a quem desejo também muito sucesso, porque sei que vai ajudar a conduzir esta importante Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR) – Obrigado, Senador Maguito Vilela.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp e depois o Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Senador Maguito Vilela, do Senador Marco Maciel e do Senador José Jorge com relação a V. Ex^a, que executou um trabalho exemplar, brilhante e dinâmico. Eu nunca vi uma Comissão trabalhar tão rápido como esta. Houve dias de se aprovarem aqui 80 ou 90 projetos dentro de uma hora e meia ou duas horas.

Por isso, os meus parabéns. É por isso que o povo do Paraná tem orgulho de V. Ex^a aqui no Senado, porque está representando não somente o Paraná, mas nosso País, o Brasil. Parabéns e sucesso para o novo Presidente Hélio Costa e para o Vice-Presidente Augusto Botelho. Contem conosco!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR)

– Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB-AL)

– Sr. Presidente Osmar Dias, é uma saudação de quem o admira há muito tempo. Fomos companheiros de Partido e, desde aquela época, aprendi a respeitar e admirar o trabalho de V. Ex^a aqui no Senado Federal. V. Ex^a tem uma marca que distingue, de uma forma muito especial, os homens públicos: a disciplina, a dedicação, a competência e, sobretudo, o espírito público. Essas são marcas muito fortes no trabalho de V. Ex^a, que tem, em especial, um foco na questão da agricultura, na qual V. Ex^a é, sem dúvida nenhuma, uma das vozes mais abalizadas do Brasil. V. Ex^a emite sua opinião sobre esse assunto, e ela é sempre considerada em todos os sentidos. Mas também em relação à educação, à frente desta Comissão, V. Ex^a desempenhou um trabalho, testemunhado por todos, dos mais profícuos para o desenvolvimento desse tema aqui no Senado Federal.

Tenho certeza de que o Senador Hélio Costa dará continuidade a esse trabalho porque S. Ex^a, também afinadíssimo com o tema “educação”, já com o trabalho conhecido de todos, por esse Brasil afora, nos honrará com esse mesmo espírito público e essa mesma dedicação.

Parabéns. Fico muito orgulhoso de participar, mais uma vez, desta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR)

– Obrigado, Senador Teotônio Vilela.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA (S/Partido-AC) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, realizo hoje uma aspiração. Faço parte da Comissão de Educação, de que gostaria de ter feito parte anteriormente. E uma das razões dessa aspiração de dois anos atrás era por ter o conhecimento que a comissão era presidida por V. Ex^a, um Parlamentar que ilustra e honra esta Casa.

Hoje, com muita honra, faço parte desta Comissão por uma deferência especial de um grande amigo. Como V. Ex^a sabe, hoje estou sem partido, e o Senador Arthur Virgílio, com a grandeza que lhe é peculiar, com o desprendimento que lhe é peculiar, com a amizade, que ele leva muito a sério com relação a seus companheiros, me fez o convite para participar desta Comissão, certamente na quota do seu Partido. Costumo dizer que pessoas com essa grandeza podem se dar ao luxo de praticar um ato desses sem que o ato possa ser entendido como tentativa de cooptação, ou seja lá o que for.

Então, realizo hoje essa aspiração. Parabenizo V. Ex^a pela gestão profícua e muito produtiva que a Comissão realizou nesses últimos dois anos.

Quero aproveitar o ensejo para parabenizar o Senador Hélio Costa e o meu prezado amigo, Senador Augusto Botelho, os dois assumindo a responsabilidade pela condução desta Comissão. E, desde já, me coloco à inteira disposição de todos para, naquilo que estiver ao nosso alcance e dentro da nossa capacidade, colaborar estreitamente com o funcionamento desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR)

– Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Quero anunciar a honrosa presença do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, que prestigia a Comissão de Educação e a posse do novo Presidente desta Comissão, Senador Hélio Costa.

Anuncio também a honrosa presença da esposa do nosso Presidente Hélio Costa, Sr^a Ana Catarina Costa, que está aqui na Comissão prestigiando a posse de seu marido, o Senador Hélio Costa.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma breve intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR)

– Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Gostaria somente de fazer um aditamento a minha intervenção anterior para dizer que assumirá a Presidência da Comissão o Senador Hélio Costa, que foi vice-Presidente, no tempo em que V. Ex^a dirigiu esta Comissão; S. Ex^a desempenhou o papel de ser um excelente parceiro de V. Ex^a na direção dos trabalhos e certamente fará – esses são os nossos votos, mais do que os votos, são a certeza – um excelente trabalho à frente da Comissão de Educação.

E quero aproveitar a ocasião para estender também os cumprimentos ao Senador Augusto Botelho, recém-chegado ao Senado, filho de um colega meu da Câmara dos Deputados – e por aí vejo que já estou virando meio “matusalém”. E, de alguma forma, não quero deixar de reconhecer o trabalho que S. Ex^a vem executando, representando o seu novo Estado de Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR) – O Senador Gerson Camata também foi colega do pai do Senador Augusto Botelho e também tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero – ao registrar a presença do Presidente do Senado – dizer que seu comparecimento enobrece muito o ato da saída de V. Ex^a como também a posse do Senador Hélio Costa.

Senador Hélio Costa, V. Ex^a dividiu esta Presidência, e sempre houve acordo em tudo o que foi feito aqui, ou seja, entre o Presidente e o Vice-Presidente e até mesmo entre o Presidente, o Vice e o Plenário. Estou nesta Comissão – e até um pouco desobrigado de estar –, porque o Senador João Calmon, quase perto de morrer – ele que foi um dos grandes líderes da educação no Brasil –, disse que sempre deveríamos ter um capixaba na Comissão de Educação. Como o Senador Augusto Botelho, na verdade, é capixaba, sinto-me desobrigado de participar desta Comissão de Educação, pois ficaria S. Ex^a como um representante do Senador João Calmon.

Ilustre Senador Osmar Dias, alguns Senadores com um ato, uma atitude, um gesto ou uma atuação já pagariam o seu mandato, de tal forma que, se nada mais fizessem em seu mandato, aquela ação já lhes seria suficiente. Quando o Senador Carlos Wilson chegou aqui, em seu primeiro ano, criou a Comissão das Obras Inacabadas. Esta Comissão deu uma sacudidela na maneira como os recursos eram desperdiçados no Brasil, e muitas obras recomeçaram, inclusive algumas iniciadas pelo Imperador D. Pedro II. Elas terminaram em consequência da atuação dessa Comissão que o Senador Carlos Wilson implantou. Naquela época, fri-sei que, se S. Ex^a nada mais fizesse aqui e, portanto, fosse embora no dia seguinte, seu mandato já estaria sacramentado como um grande mandato. Assim, Senador Osmar Dias, digo de sua atuação. Se V. Ex^a nada mais fizesse no restante de seu mandato, a maneira como esta Comissão – sob seu comando – produziu, fez, realizou, discutiu e ventilou já pagaria todo o seu mandato e, desta forma, V. Ex^a teria a tranquilidade para descansar porque havia cumprido sua missão como um grande Senador brasileiro.

Tenho certeza de que V. Ex^a tem muita coisa a fazer, pois faltam dois anos para V. Ex^a ser Governador do Paraná... (*risos*.) E até lá ficaremos juntos nesta Casa com a convivência amistosa que temos.

Era o que tinha a dizer, ao mesmo tempo em que registro a alegria de saber que um grande Presidente certamente está sendo substituído pelo seu grande Vice-Presidente. Parabéns a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR) – Obrigado, Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Gostaria de endossar a palavra de todos os que me antecederam ao se referirem ao Presidente Osmar Dias e ao Vice-Presidente Hélio Costa. Eu não era membro da Comissão de Educação e sempre participava das reuniões. Eu gostava dos temas aqui discutidos por ser

também, como a maioria dos presentes, um dos que acreditam que a única forma de a pessoa progredir socialmente é por meio da educação. Por esse motivo, sinto-me muito honrado em participar desta Comissão. Tentarei desempenhar papel semelhante ao do Senador Hélio Costa, ou seja, o de ajudar as pessoas a atingirem um progresso na escala social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR) – Convido V. Ex^a para tomar seu assento à Mesa, como Vice-Presidente eleito. Neste momento, passo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, Osmar Dias; Sr. Presidente, Hélio Costa, acredito que esta Comissão foi, sem dúvida, uma das mais produtivas do Congresso Nacional. V. Ex^a deu a ela a importância que merecia, invocando assuntos da maior gravidade e importância para o Brasil. Recordo-me que esta Comissão, nesses últimos dois anos, foi fundamental para o enfrentamento de uma discussão polêmica e delicada – que o Governo recuou, graças a Deus –: a criação da Ancinav. Esta Comissão teve um papel essencial. V. Ex^a trouxe essa discussão a esta Comissão e teve a coragem de enfrentar até mesmo arrogantes representantes do Executivo, que aqui tiveram que respeitar o Senador Federal na Comissão de Educação.

Discutimos aqui assuntos fundamentais da ciência e da tecnologia. Discutimos aspectos fundamentais da questão cultural. Aqui discutimos também, com o nosso Colega Cristovam Buarque e com o atual Ministro Tasso Genro, pontos importantes do que o Governo propõe para a área da Educação. E aqui o Ministro Tasso Genro ouviu de maneira clara, transparente e democrática, resistências, observações e oposições bem consistentes a certos pontos do projeto do Governo Federal. E, de certa maneira, a presença do Senador Geraldo Mesquita Júnior entre nós não só confirma a altivez e o comportamento ético, moral e parlamentar do Senador Arthur Virgílio, sobretudo, pelo bom gosto da escolha, como também esta Comissão não teve um caráter nem oposicionista, nem situacionista; ela discutiu os assuntos acima das questões do viés Governo *versus* Oposição. Foi exatamente isso que caracterizou esta Comissão: nem o servilismo, nem uma oposição barata.

Então, V. Ex^a está de parabéns em ter o Senador Hélio Costa como sucessor, em quem votei com muito prazer em nossa Bancada. E, por unanimidade, S. Ex^a foi eleito. Aliás, o único candidato da nossa Bancada que foi eleito por unanimidade. Foi um prazer. Foi aclamado. O Senador Gerson Camata aqui me lembra: S. Ex^a foi aclamado pela sua trajetória profissional, pelo

seu comportamento como Parlamentar – antes como Deputado e agora como Senador – e pelo seu desempenho nesta Comissão. O Senador Gerson Camata foi muito feliz ao dizer que “Aqui foi compartilhada a Comissão” não só por V. Ex^{as} mas por todos nós.” Eu me senti Presidente e vice-Presidente desta Comissão o tempo inteiro e tenho certeza de que continuarei me sentindo assim.

Quero também, ao encerrar – digo isso pelos corredores e não deixarei de dizê-lo publicamente –, dizer que esta é, sem dúvida, a Comissão que tem o melhor corpo técnico da Casa capitaneado pelo Secretário Júlio Linhares. E digo isto também sem nenhum interesse que não seja o de elogiar os funcionários do Senado Federal, que são profissionais de alto nível. Mas aqui na Comissão temos o que há de melhor do Senado Federal capitaneado pelo funcionário Júlio Linhares.

Portanto, é um prazer permanecer nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR) – Muito obrigado.

Eu vou transmitir a Presidência ao Senador Hélio Costa, mas antes gostaria de fazer alguns agradecimentos.

Primeiro, aos Senadores. Em nome deles saúdo aqui a presença do nosso Vice-Presidente até hoje e Presidente eleito neste momento, o Senador Hélio Costa.

Como já disseram, dividimos a Presidência não apenas com o Senador Hélio Costa, mas com todos os Senadores, titulares e suplentes também. Tivemos o cuidado de valorizar a presença de cada Senador, sendo ele titular ou suplente, designando todos os Senadores para relatar matérias importantes da Comissão.

A Comissão trouxe para o debate assuntos de interesse nacional – e eu não vou fazer aqui um relatório, porque quero apenas agradecer todos os Senadores que tornam possível esse desempenho excepcional da Comissão de Educação, sem dúvida a mais importante do Senado Federal, principalmente pelo que temos de dados a respeito desse tema em nosso País.

Agradeço os funcionários, os servidores e os assessores que nos ajudaram a fazer da Comissão de Educação uma Comissão atuante e que jamais deixou de debater assuntos, mesmo quando não eram relacionados com as suas atribuições. Debateremos aqui até a reforma tributária para defender a educação, a ciência, a tecnologia e a cultura.

Quero agradecer, sobretudo, aqueles que permitiram que esta Comissão, que não tinha muita frequência por parte dos Senadores, se tornasse uma comissão

frequêntadíssima, com assiduidade acima da média, o que nos permitiu realizar mais de 100 reuniões em dois anos, e em todas votarmos com quórum qualificado.

Portanto, muito obrigado a todos.

Nesse momento, com muita honra, vou transmitir a Presidência ao Senador Hélio Costa, a quem posso dizer: transmito a V. Ex^a esta Presidência com a segurança de que a Comissão de Educação do Senado vai ser conduzida nesses dois anos com seriedade, com competência, com a ética que sempre caracterizou V. Ex^a aqui na Comissão, tendo com Vice o Senador Augusto Botelho, que é um Senador indicado por mim mesmo, como Líder do PDT. Tive a honra de indicar S. Ex^a para que me substituísse, algumas vezes, na Comissão, presidindo esta Comissão, porque é um Senador com o qual tenho uma sintonia e uma harmonia muito grandes porque votamos quase sempre da mesma forma, discutimos como vamos votar.

Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a continuará sem partido até o momento que quiser, eu já fiz o nosso convite.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, rapidamente, vou manifestar uma opinião muito sincera.

Já fui Presidente em duas comissões nesta Casa: a Comissão de Infra-Estrutura e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vivi a experiência de presidir essas comissões e tenho três mandatos de Senador. Posso, sem demérito de ninguém, dizer a V. Ex^{as} que existem presidentes de Comissão que são indicados pelo Partido, mesmo não sendo o desejo deles, que passam, cumprem as suas tarefas, apenas passam pela comissão. Existem outros que vão para as comissões porque desejam e, em desejando, fazem um belo trabalho, porque o fazem de forma obstinada, é uma forma desejada de atuar, é uma forma vocacionada de trabalhar. Foi o que aconteceu com o Senador Osmar Dias, que é um carne de pescoço, é homem de missões, é tido como inflexível, mas na verdade ele é um inflexível bom de serviço e produziu muitos bons resultados para a Comissão de Educação. É um homem que tem o respeito da Casa. Digo isso sem nenhum desejo de agradar a quem quer que seja, porque falo com sinceridade.

A mesma coisa está acontecendo com o Senador Hélio Costa que brigou para ser Presidente da Comissão de Educação. Não por vaidade, mas porque S. Ex^a queria presidir uma comissão que vai, nos próximos doze meses, discutir uma matéria da maior importância para o futuro deste País: a Reforma Universitária.

Tenho certeza que esta Comissão vai ser palco de grandes debates, de grandes discussões e aqui vai se exercitar o interesse público, o interesse coletivo; para aqui virão as pessoas que sabem pensar bem o Brasil, para dar opinião, debater conosco, refletir conosco o que é preciso fazer em termos de mudança de funcionamento de universidades.

Esta comissão esteve em boas mãos nos últimos dois anos, e vai estar muito bem entregue ao Senador Hélio Costa, a quem desejo, junto ao Senador Augusto Botelho, o melhor êxito de desempenho de suas missões.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR)
– Obrigado, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, ao receber, com tanto entusiasmo a notícia de que o meu conterrâneo, Senador Hélio Costa, seria o próximo Presidente desta Comissão, ao compartilhar com ele essa eleição, parabeneizei S. Ex^a e o alertei para o desafio e o tamanho da responsabilidade de substituir V. Ex^a, juntamente à equipe que trabalhou nesse biênio nesta Comissão. Foi com o maior prazer e entusiasmo que trabalhamos com V. Ex^a e com a equipe desta Comissão.

O Senador Hélio Costa também disse que já estava pensando nisso: no desafio, no volume de trabalho que tem pela frente, porque substituir quem é bom não é fácil. V. Ex^a realmente é muito competente, como bem disse o nobre Colega Senador José Agripino.

Faço questão de continuar aqui, junto com o meu conterrâneo, Senador Hélio Costa, sempre aprendendo, trabalhando com V. Ex^{as}. E quero preparar, V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, porque quem está na Presidência e na Vice-Presidência desta Comissão ou já foi Governador ou o será. O próximo é o do Paraná; o segundo, o de Minas. Prepare-se que V. Ex^a chegará lá.

Mas parabéns pelo trabalho que desenvolvemos juntos. É uma satisfação muito grande estar aqui e um prazer muito grande continuar, Senador Hélio Costa, trabalhando com V. Ex^a e com toda a equipe desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR)
– Obrigado, Senador Aelton Freitas.

Foi muita honra ter o Senador Hélio Costa como Vice-Presidente desta Comissão de Educação e é uma honra ainda maior transmitir a S. Ex^a a Presidência desta importante Comissão do Senado Federal. Tenho pelo Senador grande admiração e respeito, e não é de hoje, mas de muito tempo.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (PL-ES) – Sr. Presidente, permita-me que me pronuncie como estreante no Senado, calouro, pela primeira vez. Senador Osmar

Dias, trago a V. Ex^a o abraço do Senador Magno Malta, e também aos Senadores Hélio Costa e Augusto Botelho, do Espírito Santo. O Senador Magno Malta mandou um abraço a todos. Sou suplente dele, por isso não poderia deixar de transmitir sua saudação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias – PDT-PR)
– Agradeço ao Senador Francisco Pereira.

Transmito a Presidência ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa – PMDB-MG)
– Muito obrigado.

Senador Osmar Dias, vamos sempre chamá-lo de Presidente, porque esse cargo não se vai depois de se deixar suas obrigações; ele continua, especialmente quando o Presidente deixa a marca que V. Ex^a deixou nesta Comissão, da seriedade e do equilíbrio, pela maneira absolutamente correta nas suas ações e sobretudo pelo carinho que teve com cada um dos Senadores que dela participaram. Deixa marcas pelo respeito que demonstrou pelas Senadoras e pelos Senadores que aqui estiveram, pela maneira profissional como cuidou dos interesses desta Comissão e dos assuntos aqui tratados. Certamente a Presidência de V. Ex^a marca a Comissão de Educação do Senado, que é também a Comissão de Comunicações, de Informática, de Cultura, de Esporte, de Ciência e Tecnologia, com o apoio direto dos seus auxiliares.

Na figura do Júlio Linhares, cumprimos todos os funcionários da Comissão que ajudaram o Senador Osmar Dias a desempenhar de forma tão brilhante o seu trabalho.

Senador Osmar Dias, lembramos as etapas que foram vencidas durante sua Presidência na Comissão de Educação. V. Ex^a foi Relator do projeto de biossegurança e desenvolveu um trabalho excepcional. Esse projeto foi levado ao Plenário do Senado e teve o apoio e a aprovação dos seus pares. Da mesma forma, a discussão sobre a utilização das células-tronco. V. Ex^a foi determinado em trazer para esta Comissão a discussão desse assunto tão importante para a ciência e sobretudo para aquelas pessoas que futuramente serão beneficiadas pela pesquisa extraordinária que será feita no nosso País. A lei de informática passou por esta Comissão. V. Ex^a me indicou Relator pela Comissão de Educação e tivemos a oportunidade mudar as feições de uma lei antiga que se renovava e, ao mesmo tempo, de estender os benefícios que a lei de informática trazia para a Zona Franca de Manaus para todo o País, numa proposta moderna que atenderá aos interesses empresariais, mas sobretudo do povo brasileiro no que diz respeito à informática e à necessidade que temos de estar sempre avançando neste setor tão importante no mundo globalizado. Recentemente V. Ex^a condu-

ziu, nesta Comissão, a discussão do Pró-UNE que foi o caminho que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou para corrigir uma gravíssima injustiça que víamos neste País, de norte a sul, que era o filho do rico poder chegar à universidade – paga, se necessário –, e o filho do pobre ficar sempre na expectativa de poder fazer o seu curso universitário. Esta foi a grande revolução que se fez no ensino superior e foi graças a V. Ex^a que vimos este projeto ser bem sucedido, por meio de uma discussão séria, objetiva, que trouxe realmente benefícios aos jovens do Brasil inteiro.

Por isto, Senador Osmar Dias, V. Ex^a, conforme disseram o Senador José Agripino e outros Senadores, não apenas foi o Presidente desta Comissão, mas compartilhou a Presidência desta Comissão. V. Ex^a foi um companheiro. Eu sempre gosto de lembrar a palavra “companheiro” – de compartilhar – porque o companheiro, na realidade, vem do latim que diz: “aquele com quem eu divido o pão, eu compartilho o pão.” V. Ex^a fez isto: dividiu conosco, e não apenas com o seu Vice-Presidente, mas com todos as Senadoras e os Senadores as emoções de discutir, nesta Comissão, os assuntos da maior relevância. Por isso, entendo ser uma honra estar aqui substituindo V. Ex^a.

Para mim, esta é uma missão difícil, não apenas por ser a Comissão de Educação do Senado da República que engloba, como disse, outros setores da maior importância estratégica para a Nação, mas, sobretudo, porque vamos substituir o Sr. Senador da República Osmar Dias, pelo trabalho que fez nesta Comissão.

Portanto, agradeço muito a V. Ex^a a oportunidade que me deu e o espaço que me abriu de, ao seu lado, poder participar de todas as decisões mais importantes da Comissão de Educação. Sei que, na Liderança do seu Partido, o PDT, V. Ex^a continuará brilhando como sempre fez, e todos nós estamos torcendo para que esta luz que traz V. Ex^a, a partir de 2006, possa pairar, de uma forma muito especial – como disse o Senador Aelton Freitas –, em cima do Estado do Paraná, com a brilhante participação de V. Ex^a como Governador daquele Estado da Federação.

Quero, também, cumprimentar o ilustre Senador Augusto Botelho que assume a Vice-Presidência da Comissão de Educação. Usando uma frase muito comum na gíria de propaganda de televisão, eu, por assim dizer, diria que “O Augusto Botelho é você amanhã.” Espero, Senador Augusto Botelho, que V. Ex^a possa ter desta Presidência – e vou me esforçar, de todas as formas, para contribuir com V. Ex^a como Vice-Presidente – todas as oportunidades e todos os caminhos que me foram abertos pelo meu Presidente, o Senador Osmar Dias. Se eu fizer com V. Ex^a o que

ele fez por mim, eu tenho certeza de que V. Ex^a terá uma Vice-Presidência muito bem sucedida.

Senador Osmar Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero lembrar que preciso registrar, aqui, a presença do Senador Renan Calheiros – que esteve presente, ao nosso lado, para prestigiar esse evento –, o nosso novo Presidente do Senado e do Congresso Nacional a quem, certamente, agradeço pela confiança, como Líder do PMDB que era de, inicialmente, fazer a indicação do meu nome para Presidente da Comissão de Educação. E, da mesma forma, agradeço aos companheiros do PMDB, a todos os Senadores do PMDB que participaram da reunião de Liderança quando, com muita honra, fui indicado para ser o candidato do PMDB a Presidente desta Comissão. Para mim, foi uma honra muito grande ter sido escolhido pelos meus Pares, pelos meus companheiros de Partido. Todos nós, do PMDB, nos sentimos muito honrados de o nosso Partido ter sido escolhido para presidir a Comissão de Educação do Senado da República.

Lembro que estamos a poucos dias de uma data que sempre me deixa uma saudade muito grande: o dia 17 de fevereiro, que marcou o aniversário de morte de um dos maiores Educadores deste País, meu querido amigo, que participou comigo de duas campanhas para o Governo de Minas Gerais, tendo feito um extraordinário trabalho pela educação deste País, que morreu aos 74 anos de idade, no dia 17 de fevereiro de 1997: o Senador Darcy Ribeiro.

No último ano de vida, ele dedicou-se a organizar a Fundação Darcy Ribeiro, criada por ele, em janeiro de 1996, com sede na sua antiga residência no Bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. Darcy Ribeiro era do partido de V. Ex^a, o PDT, que sempre, conforme disse, nos deu apoio em Minas Gerais a todas as nossas posições. Ele é lembrado neste momento porque, como grande Educador, recordo-me de uma frase de Darcy Ribeiro, que mandei apurar hoje entre os nossos arquivos, para poder citá-lo aqui no momento em que assumia a Presidência da Comissão. Ele disse, num determinado momento da sua carreira: “Sou um homem de causas. Vivi sempre pregando, lutando como um cruzado, pelas causas que me comovem. Elas são muitas, demais: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade e a universidade necessária. Na verdade – pensamento de Darcy Ribeiro –, somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isso não importa, horrível seria ter ficado do lado dos que venceram nessa batalha.”

É uma das peças mais bonitas do pensamento de Darcy Ribeiro, que eu gostaria de lembrar neste momento.

E eu queria também, Sr. Presidente, já antecipar que, na próxima reunião da Comissão de Educação na semana que vem, vou encaminhar para a nossa Secretaria um requerimento solicitando audiência pública sobre o mais importante assunto deste momento que temos que discutir na Comissão de Educação, que, na verdade, encontra-se já em discussão pela sociedade brasileira. Segundo informação da imprensa, o tempo está se esgotando, termina neste mês de fevereiro o prazo para a discussão ampla da reforma universitária ou reforma do ensino superior.

Entendo ser fundamental que este assunto não seja levado à votação nem em Comissão nem ao Plenário antes de uma grande discussão também no Congresso Nacional. É fundamental que se faça isso, que tenhamos oportunidade de, nesta Comissão e, certamente, na Câmara dos Deputados, discutir amplamente esta reforma que se propõe. Ela precisa ser aprimorada, discutida, para se encontrarem os erros, os acertos, os defeitos e as virtudes de uma proposta que vem, evidentemente, com essa intenção de ser trabalhada pela sociedade e de ser discutida pelo Parlamento.

Há, basicamente, alguns pontos que gostaria de tocar como fundamento daquilo que podemos propor a nossa Comissão: a discussão nos próximos meses, conforme disse, da reforma universitária ou do ensino superior; a continuação do debate da lei sobre quotas, visto que é fundamental também essa discussão; e o financiamento da pesquisa. Penso que um país que não faz pesquisa, lamentavelmente, não tem a menor chance de progredir no mundo globalizado. Na questão de ciência e tecnologia, que também faz parte do contexto da Comissão de Educação, temos o estudo do genoma humano; o aperfeiçoamento da Lei de Biossegurança; e há também vários outros setores que precisam ser discutidos aqui. O Brasil tem uma das mais avançadas pesquisas sobre o genoma humano e raramente se fala sobre isso, pouca gente até conhece, tem ciência desta extraordinária participação do Brasil na discussão mundial sobre o genoma. Na cultura, a discussão sobre pirataria sobre propriedade intelectual, a continuação da Lei Rouanet e o aperfeiçoamento da Lei Audiovisual, que muitos de V.Ex^{as} devem saber que está voltando, na realidade, a proposta da antiga Ancinave que foi, na realidade, derrotada aqui em princípio. A proposta da Ancinave volta embutida agora na chamada Lei Geral de Comunicações. Ela vem como um adendo à Lei Geral de Comunicações. Mas é praticamente a mesma coisa, com as mesmas imposições, os mesmos sacrifícios que podem, inclusive, levar a comunicação brasileira, notadamente as TVs abertas e as emissoras de rádio a uma situação de absoluta impossibilidade de continuar exercendo as

suas funções, que são, sobretudo, da comunicação, da interação entre as pessoas.

Então, temos alguns assuntos que precisam e que serão discutidos aqui. No que diz respeito às comunicações, especificamente, temos as novas mídias e temos a TV digital, que continua praticamente sem sair do papel. Está planejada a proposta, sugerimos sistemas brasileiros para fazer a TV digital, mas até agora, na realidade, do ponto de vista prático, não fizemos uma discussão técnica no que diz respeito a que modelo vamos adotar, se é o da Comissão que está estudando o modelo digital, a que ponto está a discussão, quem é que vai decidir o quê. O fato é que não podemos esperar mais, Sr. Presidente, porque o Brasil, como um todo, precisa desse extraordinário progresso científico, eletrônico, que é a TV digital, que vai fazer chegar uma extraordinária inovação no setor de telecomunicações às pessoas mais carentes, às pessoas que mais precisam. Vejo a TV digital, na realidade, como a inclusão digital de botar todo o povo brasileiro, não só os ricos, os médios, mas também os pobres, certamente, os que mais precisam, dentro do contexto da informação, de receber mais informações.

Sr. Presidente, eu, conforme disse, estou extremamente honrado com esta eleição. E tão honrado que fiz questão de trazer a minha principal cabo eleitoral, coordenadora da minha campanha bem sucedida, de três milhões de votos em Minas Gerais e senhora absoluta do meu coração, que é a Ana Catarina, minha mulher, que aqui se encontra para presenciar este momento tão bonito da minha carreira que o povo de Minas Gerais me deu. E eu, com muita honra, represento no Senado da República o meu querido Estado de Minas Gerais e o meu querido povo de Minas Gerais, os mineiros, uai.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Considero encerrada a reunião, cumprido o seu objetivo fundamental.

Muito obrigado, Senador Osmar Dias. Agradeço também todos os Senadores e todas as Senadoras. Muito obrigado, Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho.

(Levanta-se a reunião às 12h44min.)

Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1 de março de 2005

Às onze horas e dezoito minutos do dia primeiro de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Leomar

Quintanilha, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, João Ribeiro, José Agripino, Marco Maciel, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Álvarto Dias, Garibaldi Alves Filho, Papaléo Paes, Mão Santa, Luiz Otávio e Juvêncio da Fonseca, reúne-se à Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Eduardo Azeredo, Maguito Vilela e José Maranhão. Justificam a ausência os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide, Flávio Arns e Roseana Sarney. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante que, “Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o parecer é favorável. É concedido vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 05: Petição (SF) nº 008, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Aluisio François do Amaral que, “Encaminha ação popular promovida contra a Agência Nacional de Telecomunicações, visando decretar a nulidade de atos de transferência de autorização para exploração de Serviço Móvel Especializado (SME), e suas respectivas radiofrequências, do Grupo Mcomcast S.A. para a Nextel Telecomunicações S.A.”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer, pelo arquivamento, é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral que, “Institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o parecer é favorável. O Senador Mão Santa pede a palavra e requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimento de sua autoria, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mão Santa que, “Na qualidade de relator de Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004, que ‘Institui o Dia Nacional de Combate a Psoríase’, perante a Comissão de Educação, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o intuito de instruir a matéria, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal. Para participar da Audiência Pública solicito que sejam convidados os seguintes senhores: **Dr. Gilvan Ferreira Alves**, médico, dermatologista, Presidente

da Sociedade Brasileira de Dermatologia do Distrito Federal, **Dra. Gladys Aires Martins**, médica dermatologista, Especialista em Psoríase, Coordenadora do Ambulatório em Psoríase do Hospital da Universidade de Brasília – HUB, **Dra. Luna Azulay Abulafia**, médica dermatologista, Especialista em Psoríase, Professora Assistente da UERJ e da Universidade Gama Filho, Professora da UFRJ; **Gladis Lima**, Presidente da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase”. O requerimento é aprovado. Em virtude da aprovação do requerimento fica sobrestada a apreciação da matéria na Comissão, até a realização da audiência pública. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma que “Dá a denominação de ‘Comandante João Ribeiro de Barros’ ao Aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, na forma do substitutivo oferecido. Assina sem voto o Senador Romeu Tuma, autor do projeto. A matéria será submetida a Turno Suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 09: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias e José Agripino que, “Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que sejam convidados o Senhor Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Edson de Oliveira Andrade, e o Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Dr. Isac Jorge Filho, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos senadores desta Comissão de Educação sobre a questão da revalidação automática dos diplomas de bolsistas brasileiros que se formam na Escola Latino-Americana de Medicina, em Cuba”. O requerimento é aprovado. Dando prosseguimento à reunião o Senhor Senador Hélio Costa submete ao plenário a deliberação da Pauta-Extra, o que é aprovado. **Pauta-Extra: Item Único: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, “Com amparo no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, V e IX e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Educação, para a discussão do assunto Reforma Universitária. deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sugerindo a presença dos quatro primeiros indicados já na primeira audiência pública que vier a se realizar: 1 – Ministério da Educação – Fernando Haddad, Secretário-Executivo; 2 – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições

Federais de Ensino Superior (ANDIFES) – Ana Lúcia Almeida Gazzola, Presidente; 3 – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) – Manassés Claudino Fonteles, Presidente; 4 – União Nacional dos Estudantes (UNE) – Gustavo Lemos Petta, Presidente; 5 – Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP); 6 – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES – SN); 7 – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); 8 – Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM); 9 – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FOMAPRACE); 10 – Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); 11 – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 12 – Academia Brasileira de Ciências (ABC); 13 – Ministério da Ciência e Tecnologia; 14 – Cláudio Moura e Castro – Professor e Especialista em Educação”. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 097, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educacional, Cultural e Beneficente Manancial a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 935, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio União da Franca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 1010, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Meridional de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é

aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 1048, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Antena um Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 1051, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da TV Record de Rio Preto S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 1104, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Stéreo Planalto de Vinhedo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 1157, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bela Vista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 1160, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 1180, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Rio Brilhante Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 1252, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária

Educativa Rádio Tropical FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angélica, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1257, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 1285, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 1306, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Regional de Fátima do Sul Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 923, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Instituto Cultural Ipiranga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 999, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Voz do Sudoeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná”.

O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1017, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Nossa Senhora da Glória de Maringá para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1028, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Scala FM Stéreo de Curitiba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 1034, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guaraniaçu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaraniaçu, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 1046, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Bairro Jardim São João a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 1047, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Comunicadora de Foz do Iguaçu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 1084, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Norte Pioneira Ltda., para explorar serviço de radiodi-

fusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 1110, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Emissoras Rádio Marajoara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 1154, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Monte Alegre Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 1156, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Club de Faxinal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Faxinal, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 1175, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Assis Chateaubriand Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 1186, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio União de Céu Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Céu Azul, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 1197, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Ampére Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda

média na cidade de Ampére, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 1211, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atual Guairacá de Mandaguari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 1231, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rebouças, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 1243, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Redentorista de Comunicações Sociais para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 1249, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Integração Cidade de Medianeira FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medianeira, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 1266, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Najuá de Irati Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Irati, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 1270, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brasil Sul Ltda., para

explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ibiporã, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 1271, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 1280, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Cidade Gaúcha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaúcha, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 1309, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Realeza Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Realeza, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 1310, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão do Sistema Nova era de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 873, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Monsenhor Paulo – Rádio Cidade FM para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Paulo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2004, de

caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação São Sebastião de Rádio e Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 921, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artística e Cultural de Machacalis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machacalis, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 924, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Matipó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matipó, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 953, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Metropolitana de Vespasiano Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vespasiano, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis.

Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 982, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Cultura e Radiodifusão de Vespasiano para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vespasiano, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 1039, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Centenário FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis.

Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 1054, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto de

Magalhães de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 1093, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Adele FM Stereo de Duartina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Duartina, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 1133, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Germin Loureiro para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 1139, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Felizburguense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felizburgo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 1145, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Passos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 1179, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Arcos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 1235, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Juriti de Paracatu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 1261, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa de Comuni-

cação do Triângulo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 1291, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Super Som Uberaba FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 1300, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Agência Guanhanense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guanhanes, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 1308, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio União de João Pinheiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 994, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultural de Vitória Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 1141, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Trindade, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 1162, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Emissora Rural a Voz do São Francisco para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 61:**

Projeto de Decreto Legislativo nº 1188, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 1263, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Surubim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Surubim, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 1272, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Difusoras de Pernambuco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Barro Alto – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barro Alto, Estado de Goiás”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 974, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural ‘Tolentino Rosa Saldanha’ de Rio Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 984, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cristã Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 1137, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que au-

toriza a Associação Comunitária de Campos Verdes – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Verdes, Estado de Goiás”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 1144, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Riviera Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 1170, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Rialma Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rialma, Estado de Goiás”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 960, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Bom Jesus FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuparetama, Estado de Pernambuco”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assinam sem voto os Senadores José Jorge e Juvêncio da Fonseca. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 981, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Boas Novas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiana, Estado de Pernambuco”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 987, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Liberdade de Caruaru Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assinam sem voto os Senadores José Jorge e Juvêncio da Fonseca. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 922, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão De Glicério a executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Sérgio Cabral. **Item 74: Projeto de Decreto Legislativo nº 944, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa SF de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Assinam sem voto os Senadores Sérgio Cabral e Juvêncio da Fonseca. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo nº 954, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sul Fluminense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo nº 1062, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Social Dídimo Ribeiro Gomes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo nº 1085, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão do Sistema Resendense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 78: Projeto de Decreto Legislativo nº 1122, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio à Escola do Colégio Estadual José Garcia de Freitas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 79: Projeto de Decreto Legislativo nº 1123, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo

que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itaipava de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 80: Projeto de Decreto Legislativo nº 1127, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Federal Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 81: Projeto de Decreto Legislativo nº 1155, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesinha do Norte Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 82: Projeto de Decreto Legislativo nº 1189, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão do Sistema Tropical de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Miguel Pereira, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 83: Projeto de Decreto Legislativo nº 1207, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Empreendimento de Radiodifusão Região dos Lagos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 84: Projeto de Decreto Legislativo nº 1255, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Stereosul de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assinam sem voto os Senadores Sérgio Cabral e Juvêncio da Fonseca. **Item 85: Projeto de Decreto Legislativo nº 1304, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Emissora Continental de Campos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 86: Projeto de Decreto Legislativo nº 1316, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 87: Projeto de Decreto Legislativo nº 1338, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 88: Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão do Canal Brasileiro da Informação – CBI – Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 89: Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 90: Projeto de Decreto Legislativo nº 942, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Studio 1 FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é apro-

vado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 91: Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e de Promoção Social Ludwig Zankl a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bariri, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 92: Projeto de Decreto Legislativo nº 1049, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itapetininga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapetininga, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 93: Projeto de Decreto Legislativo nº 1088, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Cachoeiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 94: Projeto de Decreto Legislativo nº 1090, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Guaratinguetá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 95: Projeto de Decreto Legislativo nº 1091, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio VOX 90 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 96: Projeto de Decreto Legislativo nº 1114, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Notícias Brasileiras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Matão, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Sena-

dor Gerson Camata e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 97: Projeto de Decreto Legislativo nº 1221, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 98: Projeto de Decreto Legislativo nº 1245, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Bauru Rádio Clube Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bauru, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 99: Projeto de Decreto Legislativo nº 1320, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Santarosense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rosa de Viterbo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 100: Projeto de Decreto Legislativo nº 1334, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Donizetti para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Casa Branca, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 101: Projeto de Decreto Legislativo nº 952, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Canela Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canela, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 102: Projeto de Decreto Legislativo nº 964, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Cultura Jaguarão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 103: Projeto de Decreto Legislativo nº 969, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul – Rádio Municipal São-Pedrense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 104: Projeto de Decreto Legislativo nº 993, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio TV Caxias S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 105: Projeto de Decreto Legislativo nº 1033, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Dom Rey para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 106: Projeto de Decreto Legislativo nº 1045, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Alegretense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 107: Projeto de Decreto Legislativo nº 1068, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 108: Projeto de Decreto Legislativo nº 1070, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pe. Landel de Moura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 109: Projeto de Decreto Legislativo nº 1073, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sananduva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 110: Projeto de Decreto Legislativo nº 1098, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Umbu FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 111: Projeto de Decreto Legislativo nº 1116, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cotrisel para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 112: Projeto de Decreto Legislativo nº 1132, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tapejara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tapejara, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 113: Projeto de Decreto Legislativo nº 1183, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guarita Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 114: Projeto de Decreto Legislativo nº 1237, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imperial FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Petrópolis, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 115: Projeto de Decreto Legislativo nº 1244, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Aurora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 116: Projeto de Decreto Legislativo nº 1248, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Cardoso

& Fernandes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 117: Projeto de Decreto Legislativo nº 1258, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Santo Ângelo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 118: Projeto de Decreto Legislativo nº 1303, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Real Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 119: Projeto de Decreto Legislativo nº 1307, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação José de Paiva Netto para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 120: Projeto de Decreto Legislativo nº 1312, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Elshadday a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 121: Projeto de Decreto Legislativo nº 1323, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Santamariense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 122: Projeto de Decreto Legislativo nº 1336, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Metrôpole de Crissiumal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 123: Projeto de Decreto Legislativo nº 1150, de 2004**, de caráter

terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imprensa S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 124: Projeto de Decreto Legislativo nº 1152, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nonoai Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 125: Projeto de Decreto Legislativo nº 1173, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberal FM Stéreo Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 126: Projeto de Decreto Legislativo nº 1198, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio ‘Fátima FM’ de Cruz Alta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 127: Projeto de Decreto Legislativo nº 1215, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osasco, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 128: Projeto de Decreto Legislativo nº 1220, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à KMR – Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 129: Projeto de Decreto Legislativo nº 1273, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Avanhandava a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Cris-

tovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 130: Projeto de Decreto Legislativo nº 814, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 131: Projeto de Decreto Legislativo nº 816, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Cuerda & Souza Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Médici, Estado de Rondônia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 132: Projeto de Decreto Legislativo nº 957, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Município de Botuporã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botuporã, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 133: Projeto de Decreto Legislativo nº 959, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Quixabeira FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixabeira, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 134: Projeto de Decreto Legislativo nº 1006, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atlântica de Constantina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 135: Projeto de Decreto Legislativo nº 1021, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o

projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 136: Projeto de Decreto Legislativo nº 1059, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ilhéus – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 137: Projeto de Decreto Legislativo nº 1101, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poxoréo, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 138: Projeto de Decreto Legislativo nº 1174, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sorriso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 139: Projeto de Decreto Legislativo nº 1204, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Educadora de Juína Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 140: Projeto de Decreto Legislativo nº 1242, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Vale Teles Pires de Comunicação – AVATEPIC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 141: Projeto de Decreto Legislativo nº 988, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Laser Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 142: Projeto de Decreto Legislativo nº 1050, de 2004**, de caráter termi-

nativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Leme Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Leme, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 143: Projeto de Decreto Legislativo nº 1158, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Regional de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 144: Projeto de Decreto Legislativo nº 1161, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Aliança Igarapava Ltda.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 145: Projeto de Decreto Legislativo nº 1129, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaina, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 146: Projeto de Decreto Legislativo nº 1163, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 147: Projeto de Decreto Legislativo nº 1284, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Popular FM de Capela do Alto (ACCP / FM CA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capela do Alto, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 148: Projeto de Decreto Legislativo nº 1301, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Antena Jovem Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cida-

de de Assis, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 149: Projeto de Decreto Legislativo nº 1324, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Primavera Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 150: Projeto de Decreto Legislativo nº 1337, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 151: Projeto de Decreto Legislativo nº 950, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 152: Projeto de Decreto Legislativo nº 963, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tabajara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 153: Projeto de Decreto Legislativo nº 1134, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio FM Luz e Vida para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orleans, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 154: Projeto de Decreto Legislativo nº 1142, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da rádio Barriga Verde Capinzal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 155: Projeto**

de Decreto Legislativo nº 1227, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Entre Rios Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 156: Projeto de Decreto Legislativo nº 1236, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Morada do Verde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 157: Projeto de Decreto Legislativo nº 1262, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Menina do Atlântico FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 158: Projeto de Decreto Legislativo nº 1287, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Caibi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 159: Projeto de Decreto Legislativo nº 958, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Brilhante a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis e assina sem voto o Senador Roberto Saturnino. **Item 160: Projeto de Decreto Legislativo nº 1053, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Globo S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 161: Projeto de Decreto Legislativo nº 821, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Maria dos Santos de Castro a executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Canguaretama, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Garibaldi Alves Filho. **Item 162: Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Trampolim da Vitória Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 163: Projeto de Decreto Legislativo nº 1063, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura do Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 164: Projeto de Decreto Legislativo nº 1201, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Cultura FM Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 165: Projeto de Decreto Legislativo nº 1031, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Itápolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itápolis, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 166: Projeto de Decreto Legislativo nº 1105, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Stúdio Cem FM Stéreo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Oriente, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 167: Projeto de Decreto Legislativo nº 1159, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Piratininga de Jaú Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaú, Estado de São Paulo”. O relator de-

signado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 168: Projeto de Decreto Legislativo nº 1190, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Campinas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 169: Projeto de Decreto Legislativo nº 1228, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaipu de Marília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marília, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 170: Projeto de Decreto Legislativo nº 1251, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Empresa de Radiodifusão Sete Cidades de Piracuruca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracuruca, Estado do Piauí”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 171: Projeto de Decreto Legislativo nº 990, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Terra FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 172: Projeto de Decreto Legislativo nº 1022, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Cacique Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 173: Projeto de Decreto Legislativo nº 1193, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Emissoras Diário da Região Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item**

174: Projeto de Decreto Legislativo nº 1209, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade de Itirapina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 175: Projeto de Decreto Legislativo nº 1233, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Alta Vista Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 176: Projeto de Decreto Legislativo nº 1229, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao SINCO – Sistema Nacional de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 177: Projeto de Decreto Legislativo nº 1283, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 178: Projeto de Decreto Legislativo nº 926, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Evangélica Boas Novas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. Assina sem voto o Senador Luiz Otávio. **Item 179: Projeto de Decreto Legislativo nº 928, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio FM Educadora Itaguay Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muaná, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Luiz Otávio. **Item 180: Projeto de Decreto Legislativo nº 1094,**

de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Emissoras Rádio Marajoara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Luiz Otávio. **Item 181: Projeto de Decreto Legislativo nº 1121, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio União Comunitária Rurópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rurópolis, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Luiz Otávio. **Item 182: Projeto de Decreto Legislativo nº 1124, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Monte Alegre, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Luiz Otávio. **Item 183: Projeto de Decreto Legislativo nº 1143, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Belterra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belterra, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Luiz Otávio. **Item 184: Projeto de Decreto Legislativo nº 1314, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rosário para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bragança, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Luiz Otávio. **Item 185: Projeto de Decreto Legislativo nº 1029, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Prefeitura Municipal de Bom Jesus para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 186: Projeto de Decreto Legislativo nº 1041, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade de Radio-

difusão Fortaleza Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 187: Projeto de Decreto Legislativo nº 1333, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nacional Itabuna Bahia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itabuna, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 188: Projeto de Decreto Legislativo nº 1131, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Município de Valparaíso de Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 189: Projeto de Decreto Legislativo nº 807, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Empresa de Comunicação Sampaio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas”. O relator designado é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por treze (13) votos. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 190: Projeto de Decreto Legislativo nº 980, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Jequié de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jequié, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 191: Projeto de Decreto Legislativo nº 1000, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM do Sudoeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 192: Projeto de Decreto Legislativo nº 1103, de 2004**, de

caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Mineiro de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhém, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 193: Projeto de Decreto Legislativo nº 971, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Monte do Carmo – TO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte do Carmo, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 194: Projeto de Decreto Legislativo nº 1067, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Imperial Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 195: Projeto de Decreto Legislativo nº 1113, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Boa Sorte – Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por treze (13) votos. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 196: Projeto de Decreto Legislativo nº 1176, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Som de Gurupi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 197: Projeto de Decreto Legislativo nº 927, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação São João Batista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 198: Projeto de Decreto Legislativo nº 968, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Centro Cultural Andre-

landense – CECAN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andrelândia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 199: Projeto de Decreto Legislativo nº 973, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Restauração e Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 200: Projeto de Decreto Legislativo nº 1025, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Santa Cruz de Jequitinhonha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jequitinhonha, Estado do Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 201: Projeto de Decreto Legislativo nº 1030, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Sul de Minas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 202: Projeto de Decreto Legislativo nº 1036, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pontal de Itabira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 203: Projeto de Decreto Legislativo nº 1037, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rima Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 204: Projeto de Decreto Legislativo nº 1078, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Moradores e Amigos de Cordislândia MG (AMACOR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordislândia, Estado de Minas Gerais”.

O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 205: Projeto de Decreto Legislativo nº 1099, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão ao Sistema Ipanema de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 206: Projeto de Decreto Legislativo nº 1117, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Divinópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 207: Projeto de Decreto Legislativo nº 1118, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Vicente de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 208: Projeto de Decreto Legislativo nº 1130, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social da Comunidade de Congonhas – ACDESC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 209: Projeto de Decreto Legislativo nº 1151, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imparsom Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 210: Projeto de Decreto Legislativo nº 1222, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Expresso FM e Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Altos, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o

Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 211: Projeto de Decreto Legislativo nº 1240, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio São Gonçalo FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Pará, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 212: Projeto de Decreto Legislativo nº 1268, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio-Comunicação Comunitária Lafaiete – ARCCOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 213: Projeto de Decreto Legislativo nº 1292, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sete Lagoas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 214: Projeto de Decreto Legislativo nº 1328, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação José de Paiva Netto para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 215: Projeto de Decreto Legislativo nº 996, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Goyá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 216: Projeto de Decreto Legislativo nº 1038, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Carajá de Anápolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 217: Projeto de**

Decreto Legislativo nº 1058, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Silvaniense de Desenvolvimento Artístico e Cultural – ASILDAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Silvânia, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 218: Projeto de Decreto Legislativo nº 1108, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sudoeste FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 219: Projeto de Decreto Legislativo nº 1146, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Quirinópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 220: Projeto de Decreto Legislativo nº 1147, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa Rio Quente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para relatar os seguintes itens: **Item 221: Projeto de Decreto Legislativo nº 904, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à TV Nordeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 222: Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à TV Stúdios de Teófilo Otoni S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem

voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 223: Projeto de Decreto Legislativo nº 588, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio e Assistência à Juventude Sericitense – AJUS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sericita, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 224: Projeto de Decreto Legislativo nº 606, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Quinze de Agosto – AQUA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Rio Preto, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 225: Projeto de Decreto Legislativo nº 637, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Filhos da Terra – AFIT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Vitória, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 226: Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cachoeirense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo da Cachoeira, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 227: Projeto de Decreto Legislativo nº 654, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Monlevade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 228: Projeto de Decreto Legislativo nº 659, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dolores de Campos, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 229: Projeto de Decreto**

Legislativo nº 675, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Maranata dos Amigos Franco Dumontense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Dumont, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 230: Projeto de Decreto Legislativo nº 688, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Crisólita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crisólita, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 231: Projeto de Decreto Legislativo nº 691, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos Unidos de Delta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Delta, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 232: Projeto de Decreto Legislativo nº 772, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Web Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iaciara, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 233: Projeto de Decreto Legislativo nº 744, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Carmelitana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 234: Projeto de Decreto Legislativo nº 791, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Dom Quirino para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por treze (13) votos e assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca. **Item 235: Projeto de Decreto Legislativo nº**

818, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Montanhosa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ervália, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 236: Projeto de Decreto Legislativo nº 820, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Religiosa e Recreativa de Itanhomi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhomi, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 237: Projeto de Decreto Legislativo nº 879, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão – AACORA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Assinam sem voto os Senadores Augusto Botelho e Juvêncio da Fonseca.

Item 238: Projeto de Decreto Legislativo nº 912, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Suaçuense Comunitária de Comunicação – ASCOC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Brás do Suaçuí, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 239: Projeto de Decreto Legislativo nº 1032, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itatiaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Assinam sem voto os Senadores Augusto Botelho e Juvêncio da Fonseca. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores José Agripino e Roberto Saturnino requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003 (que aguarda decisão em turno suplementar) e aditamento a requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Substitutivo**, de autoria do Senador Roberto Saturnino ao **Projeto**

de Lei do Senado nº 532, de 2003, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio que, “Altera os arts 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas”. No turno suplementar, foram apresentadas sete (7) emendas de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. As emendas são rejeitadas por onze (11) votos, acompanhando o parecer do Senador Roberto Saturnino, com os votos contrários dos Senadores Sérgio Cabral e Augusto Botelho. O substitutivo é referendado por onze (11) votos, com votos contrários dos Senadores Augusto Botelho e Sérgio Cabral. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 003, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino que, “Nos termos do art. 58, § 2º, v, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, V e IX e 93, II do Regimento Interno, requeiro seja convidado para comparecer perante a Comissão de Educação desta casa, o Senhor Ministro Tarso Genro, a fim de prestar esclarecimentos a respeito da decisão do Ministério da Educação em adotar rito sumário para o registro dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 04: Aditamento nº 01, ao Requerimento nº 003, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino que, “Requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Acre, Senhor Cassiano Marques de Oliveira, a se manifestar, em audiência pública na Comissão de Educação, sobre a questão da revalidação automática dos diplomas de bolsistas brasileiros que se formam na Escola Latino-Americana de Medicina em Cuba”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2004, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2003; Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003; Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004.** O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar a 2ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, tenho o prazer de receber a visita do ilustre Ministro da Cultura Gilberto Gil. O Ministro está no Senado esta manhã para cumprir diversos compromissos e, gentilmente, com este Presidente da Comissão de Educação, tratar de assuntos relacionados à sua pasta.

Convidei o Ministro para vir a esta primeira reunião ordinária da nossa Comissão. Esta Comissão se sente muito honrada de, na sua primeira reunião, ter a visita de S. Ex^a, nem que seja para dizer um alô para as Sr^{as} e para os Srs. Senadores e para os que, neste momento, acompanham este evento.

O SR. MINISTRO GILBERTO GIL – Muito obrigado, Sr. Presidente. Saúdo a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores e digo da satisfação, antes de tudo, de poder vir, mais uma vez, a esta Comissão trazer, neste início de ano, os augúrios de bom início de trabalho. Esperamos que seja um ano movimentado no que diz respeito às nossas relações, ao intercâmbio natural entre o Ministério da Cultura e a Comissão de Educação.

Uma série de iniciativas, de programas e projetos do Ministério, necessariamente, deverão passar pela apreciação da Comissão. Espero que a pauta seja realmente intensa, pois, se assim for, estaremos comprovando a intensidade dos nossos trabalhos, tanto do Ministério da Cultura quanto da Comissão de Educação.

Faço uma saudação particular ao Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Na pessoa de S. Ex^a, saúdo todo o Senado Federal.

Estive hoje com o Presidente Renan Calheiros e, logo em seguida, com o Presidente desta Comissão, Senador Hélio Costa, trabalhando exatamente as pautas comuns do Ministério da Cultura e do Senado Federal, em particular da Comissão de Educação.

Um abraço a todos. Espero que tenhamos todos um ano muito cheio de trabalho, de realizações e de êxitos para a República brasileira.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Ministro, ouça um aparte deste modesto Senador carioca. A nossa cidade faz hoje 440 anos. Quero mandar aquele abraço a V. Ex^a em nome do povo carioca.

O SR. MINISTRO GILBERTO GIL – Senador, um abraço à sua família, que faz parte das nossas relações afetivas, extensivo a todos os cariocas. Um abraço ao seu pai, à sua mãe, aos irmãos e às irmãs. Um abraço a todos os cariocas, a todo o Rio de Janeiro. Que o Rio de Janeiro continue sendo não só de janeiro, fevereiro e março, mas de todo o ano, de todos os anos, de todos os cariocas e de todos os brasileiros.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Ministro, a música “Aquele Abraço”, composta por V. Ex^a, assim como a música “Cidade Maravilhosa”, é, sem dúvida, um hino da nossa cidade.

O SR. MINISTRO GILBERTO GIL – O futuro dirá. Espero que o seja.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sr. Ministro, muito obrigado. (Pausa na gravação)

Havendo **quorum** regimental, iniciamos a segunda reunião extraordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, terça-feira, 1º de março de 2005.

Vamos iniciar com a pauta das emissoras de rádio, para que, no momento de discutirmos os assuntos na pauta principal, tenhamos **quorum** suficiente com a presença dos Srs. Senadores.

Item 1: Projeto de Decreto Legislativo nº 097, de 2004, que aprova o ato que outorga permissão a Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul. Autoria: Poder Executivo.

O Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca, que não se encontra no momento. Como o Senador não está e S. Ex^a é Relator de vários projetos que estão aqui, como sempre acontece, evidentemente, vou para o Item 58, cujo Relator é o Senador Marco Maciel, que está presente.

Do Item 58 até o 63, o Relator é o Senador por Pernambuco, Marco Maciel, a quem concedo a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coube-me a tarefa de relatar projetos relativos a aprovação de concessão de rádios, que se trata, como sabemos, de atribuição da Comissão de Educação, cuja tramitação tem caráter terminativo.

Eu começaria, Sr. Presidente, oferecendo parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 994/2004, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultural de Vitória Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.

Da análise feita, concluímos pela aprovação do ato que renova a concessão na forma de projeto de decreto legislativo que está em anexo.

O subsequente é o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.141, de 2004, que aprova o ato que outorga a permissão a Paraíba TV FM Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Trindade, Estado de Pernambuco.

O Item 60 diz respeito ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1.162, de 2004, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Emissora Rural a Voz de São Francisco – aliás, uma das mais antigas rádios do interior do Estado de Pernambuco, sediada em Petrolina, Pernambuco.

Também o Parecer nº 61, que aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.188, que autoriza a Associação Comunitária Rádio Monte Sinai Rádio FM de Garanhuns para executar serviço de radiodifusão.

A seguir, Sr. Presidente, gostaria também de mencionar o fato de poder relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.263, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Surubim Ltda, para explorar serviço de radiodifusão no agreste Norte de Pernambuco.

E também gostaria de, já por oportuno, relatar o Projeto de Decreto Legislativo 1.272, de 2004, que aprova o ato que renova a concessão das difusoras de Pernambuco Ltda. para explorar radiodifusão sonora em onde média, na Cidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco.

Devo, ao final, Sr. Presidente, dizer que, com relação a todos esses processos que acabo de relatar, meu parecer é favorável, de acordo com o Projeto de Decreto Legislativo que acompanha o relatório.

Era o que tinha a dizer a V. Ex^a, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir o parecer do Senador, passamos aos próximos itens.

Vou solicitar ao Senador Valdir Raupp que faça o relatório dos Itens 101 a 122, porém que siga mais ou menos a orientação que tínhamos nas discussões do ano passado e faça uma observação sobre todos os itens sob sua responsabilidade.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O nosso parecer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é pela aprovação de todos os itens que couberam a minha relatoria. Como são muitos, destaco apenas a aprovação da renovação da Rádio Dom Rey, de Guajará-Mirim, cidade de mais de 100 anos, no Estado de Rondônia, fronteira com a Bolívia. A rádio é da Igreja Católica, dirigida pelo competente Bispo D. Geraldo Verdier. Também gostaria de destacar o relatório da Rádio FM de Colorado do Oeste, cidade importante também do Estado de Rondônia, que, com certeza, vai ser contemplado com essa conceituada emissora. Quanto aos demais, Sr. Presidente, sou pelo parecer favorável em todos os itens.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o parecer do Senador Valdir Raupp.

Não havendo quem queira discutir o parecer, passamos aos próximos itens.

Itens 123 a 129. O Senador Cristovam Buarque é o Relator, a quem passo a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, todos esses processos dizem respeito à renovação da permissão já outorgada a diversas rádios, duas no Estado de São Paulo e três no Rio Grande do Sul, e uma delas é de outorga. Em todas elas o parecer é favorável, seja pela renovação, seja pela outorga.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o parecer do Senador Cristovam Buarque.

Não havendo quem queira discutir o parecer, passamos aos próximos itens.

Vou pedir ao Senador João Ribeiro que apresente a sua relatoria dos Itens 193 a 196.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, o relatório também é favorável à aprovação da Rádio Associação Comunitária dos Amigos de Monte do Carmo, no Estado do Tocantins. Este é o Item 193.

O Item 194 também outorga à Imperial Comunicações Ltda. serviços de radiodifusão sonora, frequência modulada, na histórica cidade de Porto Nacional. O parecer é favorável.

Também na Cidade de Gurupi, no Estado do Tocantins, o Sistema Boa Sorte de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão também sonora em frequência modulada, na Cidade de Gurupi, no meu querido Estado do Tocantins. O parecer é favorável.

Na Cidade de Gurupi, permissão de outorga à Rádio Som de Gurupi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na Cidade de Gurupi. Todos favoráveis.

Este é o relatório dos Itens 193 a 196.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir os itens relacionados, passamos aos próximos itens.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente, Senador.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Como está havendo uma votação importante em outra Comissão, a questão do microcrédito, e estão precisando muito do meu voto, eu gostaria de consultar se não seria possível uma inversão de pauta para que pudéssemos votar um item de que sou Relator, o Projeto de Lei nº 181, de 2004, que denomina de Comandante João Ribeiro

– que, por sinal, deve ser meu parente – o Aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo. Consulto se poderíamos proceder assim no caso apenas deste item, porque estão me chamando em outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Senador Romeu Tuma está vindo para a Comissão – S. Ex^a que é autor da proposta – mas este item está na segunda pauta da reunião de hoje.

Então, teremos que continuar apreciando os itens relativos às emissoras de rádio e, evidentemente, mandaremos chamar V. Ex^a se chegarmos ao item de interesse de V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado.

Passamos aos itens de 40 a 57, de autoria do Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Em relação ao item 40, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação que autoriza a Associação Comunitária a executar serviço de radiodifusão na cidade de Monsenhor Paulo, na Minas Gerais.

O item 41, da mesma forma, autoriza serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serrana.

O item 42 autoriza o serviço de rádio comunitária na cidade de Machacalis, Estado de Minas Gerais.

O item 43 autoriza o serviço de rádio comunitária na cidade de Matipó, Minas Gerais.

O item 44 autoriza o serviço de onda média na cidade de Vespasiano, Minas Gerais.

O item 45 autoriza o serviço de radiodifusão de som e imagem e televisão também na cidade de Vespasiano.

Somos todos pela aprovação.

O item 46 autoriza a explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Frutal, na minha região no Triângulo Mineiro.

O item 47 autoriza o serviço de radiodifusão na cidade de Couto Magalhães, Minas Gerais.

O item 48 – também somos pela aprovação – autoriza o serviço de radiodifusão de onda média de frequência modulada, na cidade de Duartina, São Paulo.

O item 49 autoriza o serviço de radiodifusão de som e imagem, na cidade de João Monlevade, Minas Gerais.

O item 50 autoriza o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Felisburgo, Minas Gerais.

O item 51 – somos também pela aprovação – autoriza o serviço de radiodifusão sonora de onda média, na cidade de Passos, no sudoeste mineiro.

O item 52 – também somos pela aprovação – autoriza o serviço de radiodifusão em onda média, na cidade de Arcos, Minas Gerais.

Somos também pela aprovação do item 53, que autoriza o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Paracatu, no noroeste de Minas Gerais.

O item 54 – também somos pela aprovação – autoriza o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba no Triângulo Mineiro.

O item 55 – também somos pela aprovação, autoriza o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba.

O item 56 autoriza o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guanhães.

O item 57, Sr. Presidente, que também votamos pela aprovação – autoriza o serviço de onda média na cidade de João Pinheiro, também, no noroeste de Minas Gerais.

Portanto, somos pela aprovação de todos os itens do 40 ao 57.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (*Pausa*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Como nós não temos mais relatores presentes, vamos entrar no processo de relatores **ad hoc**.

Itens de 1 a 14, o Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca. Designar o Senador Augusto Botelho para fazer o relatório **ad hoc**.

Itens de 1 a 14, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Quanto aos itens de 1 a 14, os pareceres do Relator, Senador Juvêncio da Fonseca, são favoráveis à aprovação.

Eu, como Relator **ad hoc**, declaro-me favorável à aprovação dos itens de 1 a 14 das outorgas aqui relacionadas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (*Pausa*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos aos próximos itens.

Peço ao Senador Cristovam Buarque que faça a relatoria dos itens de 15 a 39, cujo relator é o Senador Flávio Arns, que não se encontra neste momento, porque está tomando posse na Comissão de Agricultura e, portanto, não pode estar presente.

Itens de 15 a 39, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, o item 15 é autorização para renova-

ção, a permissão da Radiodifusora do Paraná Ltda. O parecer é favorável.

O Item 16 autoriza o Instituto Cultural Ipiranga a executar serviço de radiodifusão no Estado do Paraná. Também parecer favorável.

O Item 17 é a renovação da concessão da Rádio Voz do Sudoeste. Também parecer favorável.

O Item 18 renova a concessão da Fundação Cultural Nossa Senhora da Glória de Maringá. Também parecer favorável.

O Item 19 renova a permissão outorgada à Escala FM Estéril de Curitiba Ltda. Parecer favorável.

O Item 20 renova a concessão da Rádio Guarnaçu Ltda. Também parecer favorável.

O Item 21 autoriza a Associação de Moradores do Bairro Jardim São João a executar serviços de radiodifusão comunitária. Também parecer favorável.

O Item 22 renova a concessão da Rádio Comunicadora de Foz do Iguaçu Ltda. Parecer favorável.

O Item 23 renova a permissão da Rádio FM Norte Pioneira Ltda., de Jacarezinho, no Estado do Paraná. Parecer favorável.

O Item 24 renova a concessão das emissoras Rádio Marajoara Ltda., do Estado do Paraná. Parecer favorável.

O Item 25 renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Monte Alegre Ltda. Parecer favorável.

O Item 26 renova a concessão da Rádio Clube de Faxinal Ltda. Parecer favorável.

O Item 27 renova a concessão da Rádio Jornal Assis Chateaubriand Ltda. Favorável.

O Item 28 renova a concessão da Rádio União de Céu Azul Ltda. Favorável.

O Item 29 a concessão da Rádio Ampere Ltda. Parecer favorável.

O Item 30 renova a concessão da Rádio Atual Guairacá de Mandaguari Ltda. Favorável.

O Item 31, a concessão da Rádio Alvorada do Sul Ltda. Favorável.

O Item 32 renova a concessão da Fundação Re-dentorista de Comunicações Sociais. Favorável.

O Item 33 renova a permissão a Rádio Integração Cidade de Medianeira. Favorável.

O Item 34 renova a concessão da Rádio Najoá de Irati Ltda. Favorável.

O Item 35 renova a concessão da Rádio Brasil Sul Ltda. Favorável.

O Item 36 renova a concessão da Rádio Eldorado do Paraná Ltda. Favorável.

O Item 37 autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Cidade Gaúcha a executar serviço de radiodifusão comunitária. Favorável.

O Item 38 renova a concessão da Rádio Clube de Realeza Ltda. Favorável.

O Item 39 renova a concessão do Sistema Nova Era de Comunicação Ltda. Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o relatório, passamos aos próximos itens.

Itens de 64 a 69; o Relator é o Senador Demóstenes Torres. *(Pausa.)*

Não estando presente o Senador, vou pedir à Senadora Maria do Carmo Alves que faça a relatoria **ad hoc** dos Itens 64 a 69.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, o parecer é favorável a todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Parecer favorável.

Eu pediria a V. Ex^a também que incluísse, junto com os pareceres que V. Ex^a está apresentando **ad hoc**, os itens 70 e 72.

Relator: Senador José Jorge, que não está presente.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – O parecer também é favorável.

Em discussão os itens relatados pela Senadora Maria do Carmo Alves. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, passamos aos próximos itens.

Vou pedir ao Senador Marco Maciel os itens 73 a 88.

Peço a V. Ex^a que apresente, sucintamente, o relatório dos itens 73 a 88.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, o Item 73 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Glicério na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

O item 74 autoriza a renovação de permissão em frequência modulada em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, à empresa SF de Radiodifusão.

O item 75 autoriza a renovação da permissão outorgada à Rádio Sul Fluminense de Barra Mansa.

O item 76 dispõe sobre outorga de permissão à Fundação Educacional e Social Dídimo Ribeiro Gomes, Itaperuna, Rio de Janeiro.

O item subsequente, o de nº 77, diz respeito à renovação do Sistema Resendense de Comunicação Ltda na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

O item 78 aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio à Escola do Colégio Estadual José Garcia de Freitas a executar serviços de radiodifusão comunitária em Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

O item 79 dispõe sobre autorização para que a Associação Comunitária de Itaipava, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, possa executar serviços de radiodifusão comunitária.

O item 80 aprova ato que renova a concessão da Rádio Federal Ltda. em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O item 81 dispõe sobre a renovação da concessão da Rádio Princesinha do Norte Ltda na cidade de Miracema, no Estado do Rio de Janeiro.

O item 82 diz respeito a um decreto legislativo que aprova a renovação de concessão ao Sistema Tropical de Comunicação Ltda para explorar serviços de radiodifusão na cidade de Miguel Pereira, no Estado do Rio de Janeiro.

O item 83 renova uma permissão já outorgada à Empreendimentos de Radiodifusão Região dos Lagos Ltda para explorar radiodifusão sonora na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

O item 84 diz respeito à renovação de concessão da Sociedade Stereosul de Radiodifusão Ltda para explorar radiodifusão na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

O item 85 está em apenso e diz respeito à Emissora Continental de Campos Ltda, na cidade de Campos dos Goitacazes, no Estado do Rio de Janeiro.

Também aprova o ato que renova a permissão da Rádio Transamérica de São Paulo Ltda, com frequência modulada, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O item 87 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda, frequência modulada, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Vou pedir a V. Exª que deixe o item 88 para o Senador Gerson Camata, porque ele é o Relator.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Verifiquei que a série do Senador Sérgio Cabral já se encerrou.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeito. Em discussão o parecer do Relator **ad hoc**. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos aos próximos itens.

O Senador Gerson Camata é o Relator dos itens nºs 88 a 100.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o item 88 se refere ao Canal Brasileiro de Informação CBI Ltda, na cidade de São Paulo, naquela unidade da Federação.

O item 89 se refere à Fundação Padre Anchieta, Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, para explo-

ração sonora em onda curta, também na cidade de São Paulo. Trata-se da renovação da concessão.

O item 90 trata da Rádio Studio 1 FM, Serviço de Rádio Difusão Sonora, na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo.

O item nº 90 se refere à Associação Comunitária Cultural de Promoção Social Ludwig Zankl, cidade de Bariri, Estado de São Paulo.

Item nº 92.

Refere-se à Rádio Clube de Itapetinga, São Paulo, para serviço de radiodifusão de onda média, na cidade de Itapetinga, Estado de São Paulo também.

Item nº 93.

Refere-se à Televisão Cachoeiro Ltda., para serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Item nº 94.

Sociedade Rádio Clube de Guaratinguetá Ltda., para serviço de radiodifusão sonora e onda média, na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Item nº 95.

Rádio Vox 90 Ltda. Cidade de Americana, Estado de São Paulo.

Item nº 96.

Rádio Notícias Brasileiras, cidade de Matão, Estado de São Paulo.

Item nº 97.

Fundação Roberto Rabelo Comunicação Social, cidade de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo.

Item nº 98.

Rádio Bauru Clube; cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

E, finalmente, o Item nº 100.

Rádio Fundação Padre Donizetti, na cidade de Casa Branca, Estado de São Paulo.

Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Como a Relatora, Senadora Fátima Cleide, não se encontra presente, peço ao Senador Augusto Botelho que, como Relator **ad hoc**, relate os Itens de nºs 130 a 136.

Senador Augusto Botelho, peço a V. Exª que faça apenas um resumo da apresentação, por favor.

Sugiro a V. Exªs que façamos uma pausa, porque foram três relatorias **ad hoc**, e, tendo em vista esse quorum excepcional, passaremos à aprovação dos requerimentos apresentados na reunião de hoje.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, são outorgas de permissão às redes de transmissão de rádio e televisão.

A Relatora, a Senadora Fátima Cleide, dá parecer favorável aos Itens nºs 130, 131, 132, 133 e 134.

Sr. Presidente, o parecer da Senadora Fátima Cleide é favorável e o meu, como Relator **ad hoc**, também o é.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O relatório é favorável.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Senador Mão Santa, peço a V. Ex^a que substitua o Senador Jonas Pinheiro como Relator **ad hoc** para os Itens de nºs 137 a 140.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, trata-se de Decretos Legislativos, cujo Relator é o Senador Jonas Pinheiro.

O Item de nº137, tem parecer favorável;

O Item nº 138, da Rádio Sorriso Ltda., de Mato Grosso, também tem parecer favorável.

O Projeto de Decreto Legislativo nº139 refere-se à radiodifusão em onda média, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 140, refere-se à Rádio Comunitária, na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, os pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Relator apresenta relatório favorável.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, passamos aos próximos itens.

Senador Papaléo Paes, Itens 141 a 150, de sua própria autoria.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, em todos os itens meus pareceres são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador Papaléo Paes. *(Pausa)*

Na havendo quem queira discutir a matéria, passamos aos próximos itens.

Senador Sérgio Zambiasi, peço que seja o Relator **ad hoc** dos Itens 159 a 160, do Senador Garibaldi Alves, e 161 a 164, do Senador Roberto Saturnino.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, verificando os projetos, vejo que todos são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Obrigado, Senador.

Em discussão. *(Pausa)*

Na havendo quem queira discutir a matéria, passamos aos próximos itens.

Novamente Senador Mão Santa, Itens 151 a 158; a Relatora é a Senadora Ideli Salvatti. Peço a V. Ex^a que seja o Relator **ad hoc**.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, estamos diante de Projeto de Decreto Legislativo nº 151, Relatora Senadora Ideli Salvatti. Radiodifusão, onda média, cidade São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina. Parecer favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 152, Radiodifusão Sonora, onda média da cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina. Relatora Senadora Ideli Salvatti. Parecer favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 153 que aprova o ato e renova a permissão outorgada à Fundação de Rádio FM Luz e Vida, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Orleans, Estado de Santa Catarina. De autoria do Poder Executivo. Relatora: Senadora Ideli Salvatti. Parecer favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, Radiodifusão em onda média da cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina. Relatora: Senadora Ideli Salvatti. Parecer favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 155, cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina. Relatora Senadora Ideli Salvatti. Parecer favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, do Poder Executivo. Outorga permissão à Rádio Morada Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão, na cidade de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina. Relatora Senadora Ideli Salvatti. Parecer favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 157: aprova o ato que renova a permissão à Rádio Menina do Atlântico, na cidade Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina. Relatora Senadora Ideli Salvatti. Parecer favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 158. Radiodifusão em onde média, na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina. Relatora Senadora Ideli Salvatti. Parecer favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 159 que aprova o ato que autoriza a Associação Condicare Radiodifusão, na cidade de Campos dos Goitacazes. Relator Senador Roberto Saturnino. Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Vou pedir a V. Ex^a que continue os Itens 165 a 170.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Item nº 160. Relator Senador Roberto Saturnino. Radiodifusão, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Parecer favorável.

Item nº 161. Projeto legislativo aprova a radiodifusão comunitária na cidade de Canguaretama, Estado do Rio Grande do Norte. Relator Senador Garibaldi Alves Filho. Parecer favorável.

Item nº 162. Projeto de decreto legislativo, radiodifusão Trampolim da Vitória Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, V. Ex^a já passou do item de que a Senadora Ideli Salvatti é a relatora. Já foi votado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esse 162 já foi?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Já. Então, pediria que continuasse com os itens 165 a 170, que são de V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Item nº 165. Projeto de decreto legislativo. Ato que renova concessão da radiodifusão de Itápolis, Estado de São Paulo. Relator: Senador Mão Santa. Parecer favorável.

Item nº 166. Projeto de decreto legislativo. Aprova a permissão à Rádio Studio Cem FM Stéreo Ltda., na cidade Oriente, Estado de São Paulo. Relator: Senador Mão Santa. Parecer favorável.

Item nº 167. Projeto de decreto legislativo. Renova concessão Rádio Piratininga de Jaú, Estado de São Paulo. Relator: Senador Mão Santa. Parecer favorável.

Item nº 168. Projeto de decreto legislativo. Aprova concessão à Rádio Cultura de Campinas Ltda., cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Relator: Senador Mão Santa. Parecer favorável.

Item nº 169. Projeto de decreto legislativo. Renova permissão de concessão à Rádio Itaipu de Marília, Estado de São Paulo. Relator: Senador Mão Santa. Parecer favorável.

Item nº 170. Projeto de decreto legislativo. Aprova ato que renova a concessão da empresa de radiodifusão Sete Cidades de Piracuruca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracuruca, Estado do Piauí. Relator: Senador Mão Santa. Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador Mão Santa. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Peço ao Senador Gerson Camata que seja o Relator **ad hoc**, em nome do Senador Delcídio Amaral, dos itens 171 a 175.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – São quatro itens. O Senador Delcídio Amaral apresentou relatório favorável. Confirmando o relatório com o voto favorável, solicitando o apoio dos demais companheiros pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos aos próximos itens.

Peço ao Senador Teotônio Vilela Filho que faça a relatoria **ad hoc** dos itens 176 e 177 em nome do Senador Edison Lobão.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, quais os itens, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Itens 176 e 177.

Parecer nº 176 da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.229, de 2004, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão ao Sinco, Sistema Nacional de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 1.229, de 2004, não evidenciou violação às formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sinco para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O relatório é favorável.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos aos próximos itens.

Vou pedir ao Senador Romeu Tuma que substitua o Senador Luiz Otávio, apresentando relatório para vários itens. Refiro-me aos itens 178 a 184, Senador.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, quanto ao item nº 177, o parecer também é pela aprovação. V. Ex^a pediu que eu o relatasse como relator **ad hoc**. O 177 outorga concessão à Fundação Nagib Haickel. O parecer também é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeito.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, passamos aos próximos itens.

Peço ao Senador Romeu Tuma que apresente os relatórios referentes aos itens nºs 178 a 184, que deveriam ser relatados pelo Senador Luiz Otávio. Posteriormente, Senador, também o de nº 185, que é a sequência, até o de nº 187, que é do Senador Mário Calixto, que também não se encontra presente. Além desses, também o item nº 188, que é da Senadora Lúcia Vânia, que também não se encontra presente. V. Ex^a, então, relatará os itens nºs 178 a 188.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, como está no item 23 e 24 da Ordem do Dia de hoje, e como os pareceres são todos favoráveis – o Senador Luiz Otávio continua na presidência da Comissão de Assuntos Econômicos –, concordo com os pareceres dos relatores relativos a todos esses projetos citados por V. Ex^a e que se encontram em minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O relatório é favorável.

Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir o relatório, passamos ao próximo item.

Peço ao Senador Teotonio Vilela Filho que apresente o seu relatório para os itens de nºs 189 a 192.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, o 189 é o que aprova ato que renova a concessão da empresa de comunicação Sampaio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira dos Índios no meu Estado de Alagoas, terra de Graciliano Ramos.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador Teotonio Vilela Filho.

Não havendo quem queira discutir o relatório, passamos ao próximo item.

Vou passar a presidência da comissão para o Senador Augusto Botelho.

Perdão, o Senador Teotonio não terminou a sua relação de...

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Não, Sr. Presidente. Agora é o de nº 190, que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Jequiê de Comunicação Ltda., no Estado da Bahia.

Sr. Presidente, o meu parecer também é pela aprovação.

Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente, Senador Teotonio Vilela Filho.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – O de nº 191, também, no Estado da Bahia, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Sudoeste Ltda.

Sr. Presidente, o parecer também é pela aprovação.

O item nº 192, também, no Estado da Bahia, renova a permissão outorgada ao Sistema Mineiro de Radiodifusão Ltda. O nosso parecer é também pela aprovação, Sr. Presidente.

E, assim, concluo esta etapa dos pareceres que relatei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador Teotonio Vilela Filho. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos aos próximos itens.

Peço ao Senador Aelton Freitas para que substitua o Senador Eduardo Azeredo para os itens de nºs 197 a 214 – são emissoras comunitárias no Estado de Minas Gerais.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, com Relator **ad hoc**, substituindo o nobre Senador Eduardo Azeredo, e observando todos os votos, votamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – São pela aprovação.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Os itens 215 a 220 têm como Relator o Senador Maguito Vilela. Como S. Ex^a não se encontra presente, peço ao Senador Sérgio Zambiasi que, por favor, seja o Relator **ad hoc**, dos itens de nºs 215 a 220, substituindo o Senador Maguito Vilela.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Pois não, Sr. Presidente. Verificando os relatórios, concluo que todos têm parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos aos próximos itens.

Passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho para que eu possa relatar os itens das cidades de Minas Gerais, dos quais sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Passo a palavra ao nosso Presidente Hélio Costa para relatar os itens de nºs 221 a 239.

O SR. RELATOR (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sr. Presidente, o item inicial é da cidade de Teófilo Otoni. É sobre uma emissora de televisão educativa na cidade de Teófilo Otoni. As demais são rádios comunitárias que vão servir às seguintes comunidades: cidades de Manhauçu, Celicita, São Gonçalo do Rio Preto, Santa Vitória, Carmo da Cachoeira, João Monlevade, Dolores de Campos, Francisco Dumont, Crisólita, Delta, Iaciara, Monte Carmelo, Ervália, Teófilo Otoni Itanhomi, Conceição da Aparecida, São Braz do Suaçuí e a cidade de Timóteo.

Essas são as cidades que constam com relatório favorável para as emissoras de rádio comunitária e a emissora de televisão educativa para a cidade de Teófilo Otoni.

Pareceres favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Em discussão os itens de nºs 221 a 239. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Retorno a Presidência ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Augusto Botelho.

Passamos, então, à votação nominal de todos os itens relacionados às emissoras de televisão educativa e as rádios comunitárias que foram tratadas na reunião desta manhã.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Estamos votando todos os pareceres em conjunto.

Nós podemos chamar os suplentes do Bloco da Minoria – PFL e PSDB.

(O Sr. Presidente dá prosseguimento à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se confirmam o voto também para as emendas que são apresentadas. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Passamos agora à pauta normal da reunião de hoje da Comissão de Educação, Comunicação, Cultura e Esporte.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, solicito inversão da pauta, de forma que o item 8 seja apreciado em primeiro lugar, pois sou aguardado na Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Submeto à apreciação do Plenário a inversão da pauta, para começarmos com o item 8, atendendo ao Senador João Ribeiro. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, a proposta está aprovada.

Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004, que dá a denominação de Comandante João Ribeiro de Barros ao aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo. Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador João Ribeiro.

O parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Senador João Ribeiro tem a palavra.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Dá a denominação de Aeroporto de Bauru Comandante João Ribeiro de Barros ao aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta que o aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo, passa a denominar-se Aeroporto de Bauru Comandante João Ribeiro de Barros.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o voto, Sr. Presidente.

Até para simplificar, somos favoráveis ao projeto. Todos os Srs. Senadores são sérios, mas como o Senador Romeu Tuma é um grande representante do Estado de São Paulo e meu colega de Partido, só posso crer que é uma justa homenagem que se presta ao Comandante João Ribeiro de Barros. E fico feliz por esse comandante ter parte do meu nome.

Parabenizo o Senador Romeu Tuma e o meu voto é favorável.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar como autor do projeto.

Quero, primeiro, agradecer ao Senador João Ribeiro por ter entendido a profundidade da homenagem que se presta ao piloto Comandante João Ribeiro de Barros.

Historicamente, a aviação brasileira tem nesse comandante um exemplo de coragem e vontade. Após a viagem de vinte e três dias de Charles Lindbergh, que atravessou o Atlântico Norte, o Comandante João Ribeiro tentou a travessia saindo de Gênova para pousar em Santo Amaro, São Paulo. Devido à sabotagem, levou alguns meses nessa viagem, tendo que fazer pousos forçados em cidades como Alicante e Gibraltar. Mas conseguiu conduzir o hidroavião Jahu ao destino a que se dispôs.

Como o Município de Jaú não tem aeroporto e é próximo a Bauru, tomamos a iniciativa de deixar para a história da aviação brasileira a marca, sugerindo o nome de Comandante João Ribeiro de Barros para o Aeroporto de Jaú.

O Senador João Ribeiro, seu xará, concordou conosco em seu brilhante relatório. Portanto, solicito aos companheiros desta Comissão que aprovelem este projeto. Assim, o Aeroporto de Bauru, próximo a Jaú, passará a ser denominado Aeroporto de Bauru Comandante João Ribeiro de Barros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Continua em discussão o projeto de autoria do Senador Romeu Tuma, com parecer favorável do Senador João Ribeiro. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, procederemos à votação nominal.

Esclareço, inicialmente, que, sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Aprovado. Passamos ao Item 1 da pauta:

Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2004, de autoria do Senador Duciomar Costa, relatado pelo Senador José Jorge.

Como o Senador José Jorge está ausente, a apreciação do projeto fica adiada para a próxima reunião.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 para estender o benefício fiscal às doações e aos patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100 mil habitantes. A autoria é do Senador Aloizio Mercadante e o Relator, que deu parecer favorável, é o Senador Roberto Saturnino, a quem concedo a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por intermédio do PLS nº 298, de 2004, o Senador Aloizio Mercadante propõe seja estendido o benefício constante no art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incentivar a construção e a manutenção de salas de cinema em Municípios com menos de 100 mil habitantes.

O art. 18 da chamada Lei Rouanet faculta às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda para o apoio direto a projetos de natureza cultural e, especificamente no §3º, são listados os tipos de projetos passíveis de serem beneficiados com a dedução. São eles os de artes cênicas, livros de valor artístico, literário ou humanístico, música erudita e/ou instrumental, exposições de artes visuais, doações de acervos para bibliotecas públicas e muitos outros, Sr. Presidente.

Em sua justificativa, o Senador Aloizio Mercadante alega ser necessário apoiar o segmento da exibição cinematográfica, visto que os da produção e os da distribuição já se encontram suficientemente alcançados pelas medidas de incentivo à cultura.

Esse segmento da exibição vem sofrendo inúmeros reveses, particularmente na década de 80 e até os dias de hoje, pois tem-se observado o fechamento de aproximadamente mil salas de exibição. Ainda que tenha havido o incremento do setor com a abertura de novas salas mais recentemente, esse fenômeno tem ocorrido em grandes cidades, onde é possível instalar os chamados Multiplex, não naqueles municípios pequenos que o projeto pretende beneficiar.

Desse modo, para que as cidades com menos de 100 mil habitantes não deixem de ser contempladas, propõe-se a inclusão desse tipo de investimento entre aqueles que recebem a dedução integral do Imposto de Renda. Efetivamente, ao examinar a Lei Rouanet, verifica-se que essa já concede a dedução integral do

Imposto de Renda para uma série de aportes para a produção cultural, como acima citado.

Desse ponto de vista, não seria descabido estender tal benefício aos investimentos destinados a construir e manter salas de cinema no tipo de município especificado, com população inferior a 100 mil habitantes.

Ao impedir que a concessão se estenda a municípios mais populosos, a proposição se revela ponderada, pois, em tais cidades, os próprios exibidores poderão custear, como têm feito, integralmente, tais despesas com possibilidades de retorno pelo próprio mercado.

Pelo exposto e visto estarem atendidos os requisitos de boa técnica legislativa, legalidade e juridicidade, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o parecer do Senador Roberto Saturnino.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, creio que poucos têm dúvida sobre o mérito desse projeto, mas, em conversas com o próprio Senador Aloizio Mercadante, nos últimos dias, diversas sugestões de melhoria do projeto foram consideradas por outras pessoas e por S. Ex^a.

Nesse sentido, peço vista do projeto, para trabalharmos seu aperfeiçoamento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a vista a V. Ex^a pelo prazo de cinco dias.

Solicito que, na sua observação do projeto, acolha sugestão que gostaria de fazer.

Hoje pela manhã, conversando com o Ministro Gilberto Gil, discutíamos sobre a importância do teatro nas pequenas cidades, no interior do Brasil, exatamente as citadas pelo autor e por V. Ex^a, em seu relatório, com menos de 100 mil habitantes.

Recordava-me de que vi vários artistas brasileiros, inclusive S. Ex^a, o Ministro Gilberto Gil, no Cine Teatro Apolo. A idéia de que a sala de cinema seja também uma sala de teatro é uma grande história do teatro no interior de Minas Gerais, onde se confunde a importância do cinema com a do teatro. O teatro, uma realização local; o cinema, aquilo que vem, evidentemente, de todas as partes do mundo, para atender à diversão das pessoas no interior.

Assim, minha sugestão – sobre a qual cheguei a conversar com o Ministro e quero passá-la, agora, ao Senador Cristovam Buarque e ao Sr. Relator, Senador

Roberto Saturnino – é a de que incluamos esses benefícios fiscais não apenas para as salas de cinema, mas também para as salas de teatro, que, no interior, são a mesma sala. É o Cine Teatro Brasil, o Cine Teatro Apolo... No interior, funciona assim.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, como Relator, concordo inteiramente com as observações feitas por V. Ex^a e com a sugestão de inclusão, por meio da emenda que o Senador Cristovam Buarque poderá fazer, se assim concordar.

De minha parte, acolho e acho extremamente oportuna e importante a sugestão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado.

Devolvo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, sua sugestão está aceita. Incluiremos o teatro e, no prazo de cinco dias, traremos uma nova proposta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado.

Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Tam-

bém me inscrevi para pedir vista do processo e dar algumas idéias.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Então, concedemos vista coletiva, com o prazo regimental de cinco dias.

Item 3, terminativo. A autoria é do Senador Paulo Paim. O Relator é o Senador Sérgio Cabral. Não se encontra presente o Relator nem o autor da matéria. Portanto, como normalmente se faz, procederemos ao adiamento desse item até a próxima reunião.

O item 4 é de autoria do Senador Paulo Octávio. A Relatora é a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Não se encontra presente a Relatora nem o autor do projeto. Também adiamos para a próxima reunião.

O item 5 é de autoria do Senador Delcídio Amaral. O Relator é o Senador Aelton Freitas. Trata-se da Petição nº 008, de 2004, que encaminha ação popular promovida contra a Agência Nacional de Telecomunicações, visando decretar a nulidade de atos de transferência de autorização para exploração de Serviço Móvel Especializado (SME), e suas respectivas radiofrequências, do grupo Mcomcast S/A para a Nextel Telecomunicações S/A.

Com a palavra o Relator, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente Senador Hélio Costa, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de uma ação judicial proposta contra a Agên-

cia Nacional de Telecomunicações por um cidadão que alega prática de ato ilegal e lesivo ao patrimônio público.

Após fazermos nossa análise, concluímos que compete ao Congresso Nacional e, logo assim, ao Senado da República fiscalizar as atividades do Poder Executivo. Assim sendo, a iniciativa do cidadão de enviar à Presidência do Senado Federal cópia da ação popular que ajuizou é meritória e ajuda o Senado Federal a realizar o acompanhamento da atividade estatal a que se refere.

Cumpra salientar, entretanto, que, depois do encaminhamento da correspondência ao Senado Federal, tivemos conhecimento da contestação apresentada pela Anatel, do parecer do Ministério Público a respeito do assunto, e principalmente de decisão do Juiz Federal da 7ª Vara, Dr. Novély Vilanova da Silva Reis, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela e, assim, denegou a liminar. Ademais, o representante do Poder Judiciário indeferiu a petição inicial em relação aos Conselheiros e ao Ouvidor da Anatel. Desse modo, Sr. Presidente, entende-se não existir, no caso, lesão ao patrimônio público.

Por tais razões, parece-nos carecer do sentido de conferir à matéria andamento da natureza legislativa ou fiscalizatória, afigurando-se na espécie a circunstância em que se torna cabível o arquivamento do processo a que se refere o presente parecer.

Com isso, Sr. Presidente, e em face de todo o exposto, nosso voto é por que a Petição nº 008, de 2004, seja encaminhada ao Arquivo do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o relatório do Senador Aelton Freitas. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, as Sr^{as} e os Srs. Senadoras que concordam com o relatório queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 6. Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004, que institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase. A autoria é do Senador Delcídio Amaral. O Relator é o Senador Mão Santa. O parecer é favorável.

Passo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Hélio Costa, sabemos que o calendário nacional já instituiu vários dias, como o Dia Nacional de Saúde Bucal. E esse PLS nº 282, oriundo da mente privilegiada do Senador Delcídio Amaral, é uma homenagem. Refere-se a uma patologia dermatológica cuja causa ninguém sabe, de etiologia desconhecida, crônica, e não mata, mas causa uma mancha avermelhada e cria uma espécie de folha. Então, mutila. Ela não causa morte quase nunca, porque não ocorre em órgãos vitais; é sempre na pele. Mas mutila e aquilo é precon-

ceituoso. Segundo informações, existem quase cinco milhões de brasileiros acometidos. O tratamento, assim como a causa, é desconhecido, é difícil de combater. Mas há um aparelho hoje; para que Vossa Excelência tenha uma noção, só existe um na cidade de Brasília. O doente fica como se fosse num elevador, um quarto em que ele recebe um banho de ondas luminosas que ajudam a limpar o corpo. Então ele visa, vamos dizer, melhorar a auto-estima. Os clientes têm uma perspectiva de avanço na terapia.

Como eu sou o Relator, pediria que aprovasse um requerimento pelo qual serão ouvidas altas autoridades dessa enfermidade que acomete 3% dos brasileiros, possibilitando melhores dias para os que sofrem dessa patologia. Então, pediria que fosse aprovada, antes da minha relatoria, essa audiência pública para a qual seriam convidadas estas autoridades conhecedoras dessa patologia dermatológica: Dr. Geopan Ferreira Alves, médico dermatologista da Sociedade Brasileira do Distrito Federal, Dr^a Gleide Sales Martins, médica dermatologista especialista em psoríase, Coordenadora do ambulatório de psoríase do Hospital da Universidade de Brasília, Dr^a Luna Aboláfia, médica dermatologista especialista em psoríase, professora assistente da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, e Gleydes Lima, Presidente da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase. Então, é esta a nossa solicitação, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, para encaminhar, se Vossa Excelência permitir, não sei se é o relatório ou o requerimento que Vossa Excelência vai pôr em votação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em primeiro lugar, Senador Tuma, eu tenho que colocar em votação o requerimento de audiência pública.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu queria encaminhar, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente. Se aprovado, teremos que sobrestar o projeto até a realização da audiência pública.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu queria primeiro cumprimentar o Senador Mão Santa. Quem tem problema dessa doença em casa sabe o que representa, principalmente para o sexo feminino. A própria dificuldade de usar uma roupa mais aberta, pelos locais onde ela se instala, como nos cotovelos, no joelho, às vezes no próprio seio, na cabeça. É uma disfunção psicossomática, creio eu. Pelo menos é o que dizem os médicos do Hospital das Clínicas quando nós os procuramos. E a pomada para o tratamento tem efeito relativo: três, quatro meses, depois não faz mais efeito, tendo que ser substituída por outro tipo de pomada. E Vossa Excelência traz a este plenário a

possibilidade de um equipamento físico que poderia ajudar no tratamento.

Então essa audiência pública solicitada pelo Senador Mão Santa, como médico conhecedor do assunto, seria importante para todos os brasileiros que sofrem com essa doença.

Eu tenho até, Senador Mão Santa, um discurso preparado para Plenário sobre esse problema sério que atinge o número de brasileiros a quem V. Ex^a se referiu. Então, sou pela aprovação do requerimento do Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria apenas complementar. Nós sabemos que o serviço do congresso médico é muito eficiente e se expande. Creio que, com essa audiência pública, os especialistas vão sensibilizar para a compra deste aparelho. Só existe um em Brasília e para Brasília vêm, de todo o Brasil, mais de 4 milhões de brasileiros portadores dessa doença, com a perspectiva de melhorar a sua auto-estima.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão o requerimento do Senador Mão Santa.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Permaneçam como estão as Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Mão Santa.

Aprovado.

Fica, portanto, sobrestado o projeto de lei do Senado, enquanto não se realiza a audiência pública solicitada pelo Senador Mão Santa.

Vamos ao Item 7:

Projeto de Lei do Senado 297, que institui o Dia Nacional da Alimentação, de autoria do Senador Maguito Vilela, Relator Senador Mário Calixto, que se encontram ausentes. Portanto, fica adiado para a próxima reunião.

O Item 8 já foi aprovado por antecipação como o primeiro item discutido nesta manhã.

O Senador Álvaro Dias, que é o autor do Requerimento nº 09, que seria encaminhado neste momento, também não se encontra presente. Portanto, fica para a próxima reunião.

Vamos à pauta extra da reunião de hoje.

Vários requerimentos estão sendo encaminhados para a Presidência da Comissão. Em primeiro lugar, eu queria apresentar às Sr^{as} e Srs. Senadores um requerimento de minha autoria, com amparo no art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual solicito uma audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação, para a discussão do assunto “reforma do ensino superior” ou “reforma universitária”.

Estou sugerindo, Sr^{as} e Srs. Senadores, vários nomes que poderão compor esta mesa de discussões. Sugeria, primeiro, que os primeiros quatro que vou apresentar na relação fossem os primeiros convidados. Vi na legislatura passada, diversas audiências públicas com seis, sete, oito, convidados e confesso que nunca conseguimos ter um bom resultado. Então, estou sugerindo, evidentemente, a critério da aprovação das Sr^{as} e Srs. Senadores, que façamos as nossas audiências com o número de quatro convidados. Podemos fazer várias audiências públicas, mas sempre convidar o máximo de quatro pessoas, porque, senão, fica praticamente impossível discutir com profundidade qualquer assunto.

A discussão da reforma universitária, evidentemente, eu gostaria de reservá-la para um momento muito importante, quando traremos para a nossa Comissão o Ministro Tarso Genro; certamente, teremos a participação brilhante do Senador Cristovam Buarque. Aliás, devo dizer que vi pela TV, não sei exatamente o canal – o som estava horrível, lamentavelmente; a imagem sofrível – a discussão absolutamente brilhante numa mesa redonda que foi feita pela **Folha de S. Paulo**, comandada pelo ilustre Jornalista Gilberto Dimenstein, com a participação do Senador e ex-Ministro Cristovam Buarque, do Ministro Tarso Genro e do ex-Ministro Paulo Renato, no domingo à noite. Passei duas horas, Senador, acompanhando a discussão que se fez em torno da reforma universitária; e eu gostaria de reproduzir esse debate convidando também aqui, eventualmente, V. Ex^a que estará presente, participando da mesa, o Ministro Tarso Genro e o Ministro Paulo Renato, porque foi realmente muito interessante aquela discussão.

Hoje estou propondo, para começar a discussão da reforma do ensino superior, que venham participar conosco, de um debate inicial, o Secretário Executivo Fernando Haddad, que, todos sabemos, é responsável direto pela formulação desta proposta que o Governo está encaminhando.

Também gostaríamos de convidar a Professora Ana Lúcia Almeida Gazzola, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Andifes. A Professora Ana Lúcia é reitora da Universidade Federal de Minas Gerais e Presidente da referida Associação, instituição que congrega todos os Reitores das Universidades Federais de ensino superior, evidentemente. Há também o Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o Crub, Sr. Manassés Claudino Fonteles.

Sr. Presidente, é fundamental, quando se discute uma reforma universitária, trazer representantes das universidades públicas e particulares. Essa discussão

não ficaria completa sem o representante dos estudantes. Então, convido o Sr. Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes, a UNE, para compor essa primeira mesa de discussão da reforma universitária ou do ensino superior.

Portanto, são os seguintes os nomes: o Secretário Executivo do MEC; a Presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes –; o Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Particulares e o Presidente da UNE, Gustavo Lemos Petta. Além deles, meu requerimento ainda indica a Associação Nacional das Universidades Particulares – Anup –; o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes –; a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC –; a Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – Abruem –; o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis; o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed –; a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE –; a Academia Brasileira de Ciências; o Ministério da Ciência e Tecnologia; além do Professor Cláudio Moura e Castro, que, como todos sabemos, é um especialista em educação e certamente poderá contribuir com essa discussão.

Esse é o requerimento que submeto à apreciação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para encaminhar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, primeiramente, felicito-o pela iniciativa. O papel desta Comissão é antecipar-se àquilo que virá, a fim de que estejamos preparados para tomar posições melhores para o interesse nacional. Dou-lhe meus parabéns e meu apoio.

Concordo que não devemos chamar mais de quatro pessoas de cada vez. Mas todos os quatro discriminados, em primeiro lugar, pertencem à universidade. Entendo que vale a pena haver certa mistura. Por exemplo, o Presidente da SBPC poderia vir logo na primeira reunião – assim como o Presidente do Conselho Nacional ou do Conselho Municipal de Secretários Estaduais. É necessário realizar uma mesclagem das pessoas do interior da universidade com alguns de seus usuários.

Sugiro que nós, Senadores, debatamos, nesta ou noutra audiência, uma questão que me está preocupando: é o fato de a reforma universitária estar sendo feita desvinculada das mudanças que a educação básica precisa. Creio que esta Comissão deveria tomar uma posição em relação a como discutir a reforma universitária vinculada à reforma da educação básica no Bra-

sil. Senão, não haverá uma melhor universidade – já que ela começa na educação básica – e, além disso, passamos a impressão de que estamos governando e legislando pelo topo e não pela base.

Moralmente, penso que não é correto começar pela universidade e tecnicamente é um equívoco fazer a discussão isoladamente, independentemente do que apóio na proposta do Ministério e naquilo que entendo que está equivocado sobretudo porque não está ainda na reforma que devemos fazer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, apóio a inteligência do nosso mestre, Senador Cristovam Buarque, um profundo conhecedor da universidade brasileira. O ensino básico está sendo deixado em segundo plano, Senador Cristovam Buarque. Se não analisarmos profundamente a base do ensino brasileiro, jamais haverá uma universidade com qualidade.

No último domingo, o Governador Geraldo Alckmin inaugurou o novo campus da Universidade de São Paulo na zona leste, uma região pobre e tensa e para onde levou dez novos cursos. Naquela circunstância, o que mais se discutiu entre os Oradores foi a formação do futuro ocupante de vaga da universidade, que é o ensino básico.

Senador Cristovam Buarque, impressionou-me o fato de que, dos aprovados no vestibular da Fuvest que vão ocupar as vagas na Universidade da Zona Leste, que é da USP – o reitor a inaugurou –, 47% saíram do ensino público de primeiro grau. Então, o investimento no aprimoramento dos professores por meio do Fundef e de todos os fundos que V. Ex^a criou no Ministério tem valor inestimável, porque os meninos vão atrás de cotas, mas a qualificação é que vale para o futuro do profissional que sair da universidade.

Cumprimento, pois, V. Ex^a, por ter exposto à Mesa a importância de discutir conjuntamente o primeiro, o segundo e o terceiro graus.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Na verdade, Senador Romeu Tuma, acompanhamos o debate que fez com brilhantismo o Senador Cristovam Buarque, que realmente defendeu a discussão importantíssima que deveria ter sido incluída na reforma que se apresenta para o ensino superior. Contudo, evidentemente, vamos depender de uma emenda, de uma proposta ou de uma sugestão que será certamente encaminhada pelo Senador Cristovam Buarque. É importante que o ensino fundamental receba a atenção e os recursos necessários para o bom desempenho da educação no País.

Infelizmente, a proposta do Fundeb, apresentada pelo Senador Cristovam Buarque em 2003, foi deixada de lado para a apresentação de proposta mais profunda, que está aguardando um estudo detalhado do ensino básico no País.

Vou submeter à votação o requerimento apresentado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Evidentemente, Senador Cristovam Buarque, podemos discutir sua proposta sobre as indicações dos nomes que deverão compor a primeira mesa.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a que inclua na pauta extra o Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que já teve aprovação nesta Comissão em primeiro turno e que está, em segundo turno, com emendas que foram apresentadas pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Roberto Saturnino, na verdade, V. Ex^a se refere ao projeto sobre o Ecade, aprovado em primeiro turno, no dia 9 de junho, com 15 votos favoráveis e abstenção do Senador José Jorge. V. Ex^a defendeu, com muita propriedade, sua posição, e cabe a nós, evidentemente, submeter à votação o projeto, que requer turno suplementar.

Em votação a proposta do Senador Roberto Saturnino de incluir na pauta dos trabalhos o PLS nº 532, em turno suplementar.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Se V. Ex^a deseja, Senador Roberto Saturnino, já podemos imediatamente ouvir o relatório de V. Ex^a e automaticamente o aprovamos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há necessidade de relatório, Sr. Presidente, quando se trata de segundo turno?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Há emendas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há emendas. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em virtude das emendas, sim.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – A Comissão de Educação aprovou, em primeiro turno, o PLS nº 532, e, submetida a matéria a turno suplementar, foram apresentadas sete emendas ao

substitutivo, todas de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A Emenda nº 1 visa alterar o art. 1º do substitutivo, excluindo o produtor como co-autor da obra audiovisual.

A Emenda nº 2 pretende alterar o art. 3º do substitutivo, negando ao produtor a propriedade dos direitos patrimoniais sobre a obra audiovisual.

As Emendas nºs 3 e 4 alteram o art. 2º do substitutivo, incluindo a execução cinematográfica pública no conceito de execução pública e obrigando os exibidores cinematográficos a manter cópia dos contratos que autorizam e disciplinam a remuneração pelas obras musicais e fonogramas incluídos nas execuções cinematográficas públicas.

A Emenda nº 05 altera o art. 4º do substitutivo, estabelecendo que o contrato de produção e autorização para sincronização não importa em nenhum outro tipo de autorização dos titulares de direito de autor.

A Emenda nº 06 altera o inciso V, incluindo, ao final do art. 85, “a”, a expressão “excetuados os direitos de autor e conexos provenientes da execução pública de obras musicais”.

E, finalmente, a Emenda nº 07, que altera o art. 6º do substitutivo, determinando que serão devidos direitos autorais de execução musical relativos a obras musicais e fonográficas, incluindo-se na exibição cinematográfica pública.

As emendas apresentadas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são todas em sentido contrário ao substitutivo aprovado unanimemente por esta Comissão e modificam todas as alterações por eles promovidas. Sua aprovação implicaria a rejeição de tudo o que se aprovou em primeiro turno e manteria a situação legal vigente.

Cabe ressaltar que o § 2º do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, por ocasião da matéria vedada, a apresentação de novo substitutivo integral. A aprovação das sete emendas em foco praticamente resultaria em um substitutivo integral anulando inteiramente a aprovação feita por esta Comissão.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela rejeição às emendas do substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 532/93 e pela confirmação da aprovação dada em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Procederemos primeiro à discussão do relatório do Senador Roberto Saturnino.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos à votação nominal.

Quem votar a favor posiciona-se a favor do relatório do Senador Roberto Saturnino; contra as emendas e a favor do projeto.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, sou contra o projeto. Portanto, voto contra o relatório do Senador Roberto Saturnino.

Tudo o que se puder fazer em defesa dos direitos autorais neste País e pelos compositores brasileiros eu o farei. Por isto, sou contra.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Estão rejeitadas as emendas e aprovado o relatório do Senador Roberto Saturnino em turno suplementar.

Passaremos agora aos requerimentos dos Senadores Roberto Saturnino, José Agripino e Alvaro Dias, que também subscreveu o requerimento do Senador José Agripino.

Lerei o requerimento:

“Nos temos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 397 do Regimento Interno, requeiro seja convocado para comparecer perante a Comissão de Educação desta Casa o Sr. Ministro Tarso Genro, a fim de prestar esclarecimentos a respeito da decisão do Ministério da Educação em adotar rito sumário para o registro dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba.”

Os dois outros requerimentos são exatamente sobre o mesmo assunto e estão incorporados em um requerimento, mas faço questão de ler os termos do requerimento do Senador Roberto Saturnino:

Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que seja ouvido o Secretário de Saúde do Estado do Acre, Sr. Cassiano Marques de Oliveira, a se manifestar em audiência pública, na Comissão de Educação, sobre a questão da revalidação automática dos diplomas de bolsistas brasileiros que se formam na Escola Latino-Americana de Medicina em Cuba.

Junto com o Senador Alvaro Dias, apresenta o requerimento, nos termos regimentais e constitucionais, para que sejam ouvidos o Sr. Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Edson de Oliveira Andrade, e o Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Dr. Isaac Jorge Filho, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão de Educação sobre a questão da revalidação automática dos diplomas de bolsistas brasileiros que se formam na Escola Latino-Americana de Medicina em Cuba.

O Senador José Agripino também é autor, razão pela qual estamos colocando em votação, já que o Senador Alvaro Dias não se encontra presente.

Com a palavra, o Senador José Agripino, para encaminhar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o que me fez elaborar esse requerimento que apresento, e que é submetido à apreciação dos membros da Comissão de Educação, é a estranheza que tenho, como muitos Senadores brasileiros têm, de um privilégio que, na minha opinião é descabido e inconstitucional, ilegal, que se quer dar a estudantes formados em Cuba. Pessoalmente, eu teria sobradas razões para colaborar nesse sentido. O filho do meu ex-secretário de Saúde, competentíssimo secretário de Saúde, está se formando em Cuba agora. Esse ex-secretário é um amigo pessoal estimadíssimo, e o filho que se forma em Cuba é outro amigo estimadíssimo. Mas amigos, amigos; interesses à parte. Privilégios, se existirem, têm de ser justificados. E o que desejo é que o Ministro venha cá para explicar esse privilégio.

Por uma razão muito simples, Sr. Presidente. A lei brasileira é clara e diz que se estudantes, no caso de Medicina, fizerem curso fora do País, para requererem a validação do seu diploma, têm que passar por um crivo. Qual é o crivo inicial? É comparar o currículo da escola em que ele se formou no exterior com o currículo equivalente da escola brasileira. Se o currículo for equivalente, uma prova escrita e uma prova oral devem ser feitas para que, no caso de aprovação, seja validado o diploma do estudante. Se não houver coincidência de currículo, a lei brasileira diz que o curso tem que ser complementado com as disciplinas que faltam, pelas lacunas que existam no currículo. Isso pode demandar três ou quatro anos.

Em outubro de 2003, o Governo brasileiro assinou um protocolo de intenções com o Governo de Cuba – é clara a relação que o Brasil sempre teve com Cuba e é robustecida com o atual Governo. Mas esse protocolo objetiva queimar etapas na validação de diplomas de brasileiros formados em Cuba. Em decorrência desse protocolo de intenções, criou-se no âmbito do MEC, do Ministério da Educação e Cultura...

Estamos tratando de um assunto, Senador Augusto Botelho, muito importante, a validação de diploma de médico, alguém que cuida da nossa vida. Quando o médico é bom, ele cuida bem da nossa saúde; quando ele não está preparado, ele pode cuidar mal. E se você confia num médico que não está preparado, o preço pode ser sua vida.

Então é nossa obrigação olhar esse assunto com a devida atenção. Qual a decorrência do protocolo de intenções assinado em outubro de 2003? O

MEC criou uma comissão formada por representantes da Associação Brasileira das Escolas de Medicina, da Associação Brasileira de Medicina, do Conselho Federal de Medicina e da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino, com o objetivo de analisar os diplomas para sua validação ou não. Em seguida, a Casa Civil mandou, já para esse conselho, um anteprojeto de decreto que previa a realização de prova única para a validação de diplomas de formandos em escolas estrangeiras de Medicina – prova única para quem fizesse Medicina em escolas estrangeiras, prova única! – exceto os formandos em Cuba, que teriam validação automática. Não dá para entender! Principalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante da informação que tenho.

O Conselho Federal de Medicina entende que a Escola Latino-Americana de Medicina de Havana forma profissionais voltados para projetos Rondon, o que o Conselho chama de generalistas básicos, não são médicos completos. Quem diz isso não sou eu, mas o Conselho Federal de Medicina, e que para transformar um generalista básico num generalista integral haveria necessidade de um complemento curricular que demandaria três a quatro anos a mais em escola de Medicina.

Assombra-me que o MEC esteja tomando a iniciativa de validar automaticamente os diplomas, por razões de ordem política, ideológica, de afinidades pessoais. Não dá! Preocupado, estou apresentando um requerimento para que S. Ex^a o Ministro Tarso Genro venha aqui para, se for o caso, me convencer de que estou errado, ou nós o convenceremos de que S. Ex^a está errado e deve voltar atrás, diante de argumentos.

Entendo que o requerimento do Senador Roberto Saturnino propõe trazer para esta audiência que seria conjunta um secretário de Saúde do Acre, de quem não conheço a posição – suponho qual seja – e contra isso não tenho nada a obstar até porque se se estabelecer o contraditório que ganhe o melhor argumento, mas que não se criem no País facilidades para se atingir um objetivo que não é interesse coletivo e que nem vai acolher aquilo que deve ser o objeto da nossa ação: dar à sociedade o melhor do nosso trabalho. Por essa razão, apresento o requerimento e peço o voto favorável dos meus pares, membros da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa) – Senador José Agripino, é praxe desta Comissão e de outras que inicialmente se faça convite ao Ministro. O requerimento de V. Ex^a menciona convocação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não tem problema nenhum, Presidente, pode fazer o convite.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa) – Então poderíamos transformá-lo em convite ao Ministro da Educação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa) – Perfeitamente, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não queria nem racionar sobre a explicação clara que o Senador José Agripino nos deu sobre a situação dos formandos no exterior, principalmente em Cuba.

Senador Cristovam, tenho um filho médico. Sei das grandes dificuldades para entrar na Universidade de São Paulo, na Escola Paulista e em tantas outras para fazer o curso regular; a residência é outra grande dificuldade para se especializar em um dos ramos da Medicina de ponta. Para ficar nos Estados Unidos, onde ele esteve três anos, o sofrimento foi maior ainda porque são várias as exigências para se fazer a especialização. Não é para se trabalhar lá. V. Ex^a é médico e sabe disto, uma concorrência terrível. As grandes dificuldades, os exames, as provas, a correção na fala da língua inglesa – o estudante sofre para conseguir uma vaga para a especialização. Temos hoje um grande número de médicos que atravessa a nossa fronteira e estuda na Escola de Medicina da Bolívia, no Uruguai, porque há dificuldades em ser aprovado no vestibular aqui no Brasil. Qual seria o privilégio para a Escola de Medicina de Cuba, contrariamente à Escola de Medicina da Bolívia ou de qualquer outro país?

Queria dar um exemplo dos médicos brasileiros, Senador Cristovam, a V. Ex^a, que viveu na universidade. Nesses últimos anos, vários rapazes formados nas escolas de medicina ficam desesperados para servir o Exército como oficiais, para fazer estágio, mas não há vagas. Então trouxeram para o Acre, para outros lugares do norte, médicos de Cuba que trabalham em seu país no atendimento mais comum, não atendem doentes graves. Estão lá, presentes. Não sei se é correto, se é legal ou não; não estou discutindo o mérito. Por isso talvez esse secretário de Saúde tenha alguma voz, uma informação sobre o trabalho desses médicos. Se tivéssemos um investimento mais claro para as Forças Armadas, para que possam trabalhar na região Norte... Nos grandes Estados sobram médicos. Há muitos médicos disputando clientes e grandes hospitais.

Então, considero ser um privilégio que não podemos conceber. Não há impedimento legal para que o médico se adapte ao ensino brasileiro, que tenha todas as oportunidades. As portas estão abertas, desde que se submetam às exigências que o Senador José Agripino nomeou aqui. É uma decisão já quase centenária – parece que é assim – no sentido da adaptação

de qualquer curso feito no exterior, e não só quanto aos médicos.

Então, penso que deve vir aqui o Ministro explicar porque se deu esse privilégio a Cuba. Sou favorável ao convite que será feito aos indicados pelos Senadores José Agripino e Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Continua em discussão.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, não tenho a menor dúvida quanto à seriedade do Ministro Tasso Genro em assinar esse convênio e ainda menos quanto à competência dos médicos cubanos e quanto ao fato de que eles preenchem um vazio nas especialidades que temos na formação médica dentro do Brasil. Entretanto, penso que só temos a ganhar, o Brasil e a educação, com a aprovação da proposta do Senador José Agripino.

Penso que isso tem de ser explicado, tem de ser divulgado e debatido. Sou francamente favorável. Além disso, creio que não podemos ter algo exclusivo com um País ou outro. Será o momento de termos uma regra geral. A educação em Cuba pode ser boa hoje e amanhã não ser, e uma lei é permanente. Isso para que não tenhamos de um dia votarmos uma lei contrária a essa? Além disso, é importante saber que tratamento vamos dar a todos aqueles que vem de outros países que fazem fronteira com o Brasil e que estudam Medicina e àqueles que se formam nos Estados Unidos, na França e em outros países.

Voto favoravelmente à proposta do convite que o Senador José Agripino Maia está fazendo.

Apenas me pergunto se não seria possível, no requerimento, excluir a palavra “Cuba”, excluir o país. Trata-se de Cuba no momento, mas pode ser qualquer outro. Na verdade, seria o caso de convocá-lo para que ele apresente aqui a assinatura de convênios para reconhecimento automático de diploma, independentemente do país.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu gostaria de agradecer a manifestação, sempre competente e lúcida, do Senador Cristovam Buarque.

Eu gostaria, contudo, de esclarecer que a explicação quanto a palavra “Cuba” deve-se ao fato de que o que me moveu a fazer a convocação, que concordo que seja transformada em convite, foi que a determinação do Ministério é no rumo específico de Cuba. Então, a

não ser discutir a questão Cuba, não teríamos um motivo claro para o convite ou convocação. Ficaria uma coisa genérica, não-específica e não-objetiva.

Eu pediria a compreensão do Senador Cristovam para que mantivéssemos o termo “Cuba”, porque é a explicitação do objetivo do MEC.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Eu iria um pouco além, Senador José Agripino, sugerindo que a reunião fosse feita, em princípio, até para obedecer uma praxe das Comissões, com o objetivo de convidar o Ministro para uma audiência pública. Em outra audiência, convidaríamos o Dr. Édison Oliveira Andrade, o Presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, o Dr. Isaac Jorge Filho, ou, atendendo ao requerimento do Senador Roberto Saturnino, convidando também o Sr. Cassiano Marques de Oliveira, Secretário de Saúde do Acre.

Penso ser fundamental que se ouça o Ministro da Educação. Posteriormente, no dia seguinte, se for o caso, em outra audiência pública, poderemos ouvir todas as outras autoridades.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, antes de votar o requerimento do Senador José Agripino, apenas para o meu entendimento, indago se há algo materializado por parte do Ministério da Educação nesse sentido. Há alguma intenção? Houve uma resolução?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Há uma intenção, que nós queremos esclarecer. Não foi materializado ainda. Houve uma reação forte e, por conta da reação, a determinação do Ministério não se concluiu. O que pretendemos é esclarecer o fato para que haja uma definição embasada em argumentos...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Perfeito. Então eu também concordo com o requerimento do Senador José Agripino e com os argumentos mencionados.

Cuba possui, sem dúvida, uma das melhores políticas de saúde pública não só da América Latina, mas sobretudo dos continentes mais pobres de nosso Planeta. Não há cabimento essa exceção, esse privilégio. Nem havia essa informação mas é, de fato, algo estarrecedor. O Ministro, certamente, irá reavaliar. Não há por que darmos esse privilégio aos médicos formados em Cuba.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Lamentavelmente, tenho que fazer um comentário até, de certo modo, não muito condizente com minha condição de Presidente da Comissão.

Sou pai de um médico residente nos Estados Unidos. Meu filho é um jovem médico que atua em dois hospitais americanos. Continuo querendo saber onde

é que está essa grande fama da medicina cubana. É uma pergunta curiosíssima que gostaria de fazer.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Creio que o Ministro Cristovam poderia falar. Até porque, ao anteceder-me, S. Ex^a fez loas à saúde pública cubana, como eu. Tenho críticas severas à falta do espaço democrático no País, enfim, a um regime que deveria se abrir de forma competente, até para garantir todas as conquistas sociais que obtiveram nos últimos anos. Infelizmente, observamos o cerceamento da liberdade em Cuba. No campo social, no campo educativo, no campo da saúde pública, Senador Hélio Costa, é evidente que não poderemos fazer uma comparação com a experiência do seu filho nos Estados Unidos da América ou com um médico na França, na Inglaterra. V. Ex^a tem boa memória, como bom jornalista que é. Fiz questão de falar dos continentes pobres, dos países pobres. O Brasil também tem uma boa medicina. No entanto, a medicina cubana é um exemplo e tem contribuições a dar ao nosso País, mas não em forma de privilégios.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – V. Ex^a está falando de saúde pública?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – De saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – A intenção do requerimento não é, necessariamente, a utilização dos extraordinários progressos que foram feitos em Cuba na área de saúde pública. Passa-se a idéia de que estamos aprovando que um médico brasileiro se forme em Cuba porque Cuba é o paraíso das grandes escolas de medicina do mundo. E não é verdade.

Continua a discussão.

Não havendo quem queira discutir, está em votação o requerimento de autoria do Senador José Agripino convidando o Ministro Tasso Genro para comparecer a audiência pública desta Comissão com o objetivo de responder à questão colocada por V. Ex^a sobre os diplomados nas escolas de medicina de Cuba.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados.

Aprovado.

Os dois outros requerimentos que serão colocados em votação são de autoria do Senador Roberto Saturnino e dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino.

O requerimento do Senador Alvaro Dias convida o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Edson de Oliveira Andrade, e o Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Dr. Isaac Jorge Filho, para audiências públicas sobre a questão dos bolsistas brasileiros de medicina, em Cuba.

O requerimento do Senador Roberto Saturnino convida o Sr. Cassiano Marques de Oliveira a também manifestar-se em audiência pública de nossa Comissão sobre a questão dos bolsistas brasileiros na Escola Latino-americana de Medicina em Cuba.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Volto a insistir, antes do último item da pauta, na importância da proposta que fizemos esta noite para trazer a esta Comissão, na audiência pública de terça-feira da semana que vem, os Srs. Representantes do Ministério da Educação, da Associação de Dirigentes de Instituições de Ensino Federal e de Ensino Superior, do Conselho de Reitores das Universidades Particulares, o Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, evidentemente, mais um ou outro de nossa lista apresentada como requerimento para a discussão em audiência pública da reforma do Ensino Superior, ou reforma universitária.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Gostaria de voltar a insistir que, já nessa primeira, misturem um pouco, não seja um só. E insistiria no Presidente da SBPC.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente, Senador Cristovam Buarque. Atendendo a V. Ex^a e a sua sugestão, vamos incluir ou substituir com o nome que V. Ex^a indicar.

Temos mais um item na pauta?

Foi adiado para a próxima semana, a pedido do autor do requerimento.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião, com os agradecimentos desta Presidência a todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras.

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 8 de março de 2005

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia oito de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Edison Lobão, João Ribeiro, Marco Maciel, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Mão Santa, Luiz Otávio, Delcídio Amaral, Patrícia Saboya Gomes e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer

os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Leomar Quintanilha e Ideli Salvatti. Justificam a ausência os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide, Roseana Sarney e Roberto Saturnino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência comunica à comissão que estando, no dia de hoje, sobrestada a pauta do Plenário desta Casa, de acordo com o que determina os parágrafos 1º e 2º do artigo 64 da Constituição Federal, os projetos de caráter terminativo, constantes na pauta, ficam adiados. Prosseguindo, inicia-se a deliberação pelos itens não terminativos:

Item 08: Requerimento nº 1302, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que, “Requer, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer favorável é aprovado. **Item 09: Projeto de Lei da Câmara nº 083, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eliseu Padilha que, “Denomina ‘Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco’ a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer favorável é aprovado. Os Senhores Senadores Hélio Costa e Mão Santa pedem a palavra, e requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Resolução nº 002, de 2004 e o aditamento ao Requerimento nº 002/05-CE, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Resolução nº 002, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que, “Dá o nome de Edifício Carlota Queiroz ao Anexo I do Senado Federal”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Resolução nº 066, de 2002** que, “Dá o nome de Edifício Senador Juscelino Kubitschek ao Anexo I do Senado Federal”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o parecer, favorável ao PRS 002/04 e pela prejudicialidade do PRS 066/02, é aprovado. **Item 02: Aditamento ao Requerimento nº 002/05**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mão Santa que “Requer nos termos regimentais a inclusão no Requerimento nº 002/05, de autoria do Senador Hélio Costa, que debaterá a Reforma Universitária, do nome do Senhor

Paulo Renato, ex-Ministro da Educação”. O requerimento é aprovado. Tendo em vista o sobrestamento da pauta do Plenário do Senado Federal, as seguintes matérias da pauta ordinária ficam adiadas: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2004, Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2003, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003, Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2004, Item 05: Substitutivo**, de autoria do Senador João Ribeiro ao **Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004**; seguidas das matérias da pauta de Projetos de Decreto Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 1168, de 2004, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 1313, de 2004, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2004, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2004, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 1001, de 2004, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 1003, de 2004, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 1035, de 2004, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 1080, de 2004, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 1115, de 2004, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 1135, de 2004, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 1153, de 2004, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1172, de 2004, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 1203, de 2004, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 1239, de 2004, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1226, de 2004, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 976, de 2004, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1005, de 2004, Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1274, de 2004, Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1311, de 2004, Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 1332, de 2004, Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 1230, de 2004**. Ficam igualmente, adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 07: Projeto de Resolução do Senado nº 066, de 2003 e Item 10: Requerimento** de autoria do Senador Romero Jucá. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz os comunicados que se seguem: **Comunicado nº 01**: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do Aviso nº 21/MCT do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Eduardo Campos, encaminhando Relatório Anual de Avaliação da Utilização dos Incentivos Fiscais da Lei nº 8661, de 2 de junho de 1993, exercício 2004, atendendo ao disposto no artigo 35, do Decreto nº 949, de 5 de outubro de 1993. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”. **Comunicado nº 02**: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Presidente do

Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 005.628/2004-0, sobre auditoria na Agência Nacional de Cinema – ANCINE. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Bom-dia, Senhoras e Senhores! Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Educação, Comunicação, Esporte, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Ao início dos nossos trabalhos, e evidentemente abrindo uma oportunidade a todos os Senadores presentes, gostaria de registrar a data de hoje, o Dia Internacional da Mulher! É claro que nós, da Comissão de Educação, vemos o extraordinário sucesso da mulher brasileira em todos os níveis cobertos por esta Comissão, não só na educação, como nas comunicações, na cultura, no esporte, na ciência e tecnologia, aproveitamos o dia de hoje para saudar a mulher brasileira, eu, em especial, as mulheres de Minas Gerais, pelo seu Dia Internacional.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Crivella!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V. Exª por começar nossa reunião de maneira tão brilhante, lembrando este dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Em 1857, 129 mulheres morreram queimadas numa fábrica, exatamente porque, pela primeira vez, faziam uma reclamação justa: trabalhavam 16 horas por dia e recebiam um terço do salário dos homens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em Nova York!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Em Nova York!

E V. Ex^a, quando abre a nossa reunião homenageando as mulheres, faz-me lembrar que esse dia é comemorado sob o sangue dessas heroínas.

Gostaria, Sr. Presidente, de me ombrear com V. Ex^a, lembrando das mulheres do Rio de Janeiro, a quem faço coro nesse elogio que V. Ex^a fez!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Obrigado!

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Maguito Vilela!

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Para parabenizá-lo também, Sr. Presidente, ao abrir os trabalhos desta Comissão, prestar essa justa homenagem às mulheres brasileiras. E naturalmente V. Ex^a o fez com relação às mineiras, o Senador Crivella com relação às cariocas, e gostaria também de render as minhas homenagens às mulheres goianas. É lógico também que a todas as mulheres do Brasil e a todas as mulheres do mundo, porque foram inúmeras as heroínas brasileiras e de outras países que perderam as suas vidas na luta em favor da defesa dos direitos das mulheres.

Por isso, gostaria também de render as minhas homenagens a todas as mulheres, pela luta em favor dos seus direitos, luta essa que tem propiciado um avanço extraordinário à mulher trabalhadora, à mulher mãe, à mulher profissional liberal. Enfim, a todas as mulheres, as minhas mais sinceras homenagens!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Senador Maguito Vilela.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Valdir Raupp!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, gostaria também de fazer coro a esta homenagem às mulheres brasileiras, às mulheres do meu Estado, de Rondônia.

No passado, falava-se muito “isso é coisa de homem”, porque as mulheres não podiam fazer alguma coisa. Hoje, as mulheres jogam futebol, pilotam nave espacial, Boeing – já voei em Boeing pilotado por tripulação totalmente feminina! -, dirigem tanque de guerra, pilotam avião de caça, enfim, a mulher hoje faz praticamente tudo o que o homem faz!

E, para homenagear as mulheres, gostaria de citar aqui um trecho de um texto do grande escrito Luiz Fernando Veríssimo:

As mulheres são mães e preparam gente dentro de si. Deus confiaria tamanha responsabilidade

a um reles mortal? E, não satisfeitas em gerar vida, insistem em ensinar a vivê-la, de forma íntegra, oferecendo amor incondicional e disponibilidade integral. Fala-se em amor de mãe, coração de mãe, tudo isso é meio mágico!

Essa é a minha homenagem a todas as mulheres brasileiras, em especial às do meu Estado, de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, também quero me unir aos colegas Senadores que estão se manifestando sobre este dia em que o mundo celebra a mulher. Eu quero, especialmente, lembrar que lá no meu Estado, lá no Rio Grande do Sul, estando aqui na Comissão de Educação, olhar para as educadoras gaúchas.

A Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul possui mais de 100 mil matrículas profissionais e destas mais de 100 mil matrículas, cerca de 80 e 90% são mulheres, são professoras. Veja só a grande responsabilidade assumida por elas exatamente que é exatamente a condução deste que é um dos elementos que promovem as grandes diferenças sociais no País.

Tenho muito orgulho em dizer que o gaúcho, posso através da Comissão de Educação, da qual tenho o privilégio de ser membro, homenagear especialmente as educadoras gaúchas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Sr. Presidente, parabéns pela iniciativa desta abertura da nossa reunião.

Gostaria também, como matogrossense do sul, homenagear não só as mulheres do meu Estado, do meu País, mas, principalmente, aquelas mulheres indígenas hoje, de Dourados, do meu Estado, que estão sofrendo com a desnutrição e a morte de dezenas de crianças indígenas. Isso nos traz um alerta bastante sério de que estas mães indígenas estão vivendo momento de grande aflição e que a responsabilidade nossa, do Estado principalmente, do País principalmente, é de haja uma política indigenista que possa na verdade levar amparo a todos essas mães gestante e mães não-gestantes do meu Estado que passam por esta angústia hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, ouvindo cada um dos C colegas Senadores, prestando homenagem pelo dia das mulheres, eu lembrei que nesta Comissão de Educação poderíamos fazer uma reflexão neste dia.

Eu não tenho a menor dúvida de que se em vez de se administrar a gente cuidasse, a situação das crianças e a da educação estariam bem melhor.

Eu sugeriria a cada um dos Colegas Senadores que prestaram homenagem às mulheres, que no dia a dia dos trabalhos puxassem um pouco do sentimento feminino que cada um tem dentro, para que procuremos cuidar mais do que apenas administrar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria também de agradecer, como mulher, a todas as homenagens que foram feitas nesta Comissão, por todos os nossos Colegas, todos os nossos Pares, esse é um dia importante para todas nós mulheres, pela luta, pela busca de uma reflexão e de uma mobilização acerca de todos os nossos avanços e, ao mesmo tempo, em relação a tantos problemas que ainda enfrentamos no dia-a-dia, como preconceito, mulheres que são violentadas, machucadas, em sua grande maioria pelos seus próprios companheiros. Pesquisas mostram como esse número é alarmante no nosso País.

Portanto, essa luta, eu acho que é a luta de todos nós, homens e mulheres, que sonhamos e acreditamos em viver em uma sociedade de paz, uma sociedade mais justa, uma sociedade mais digna, onde mulheres possam ser tratadas de forma mais descente no nosso País. Hoje, muitas mulheres, apesar de terem conseguido, às vezes, uma formação melhor do que os homens ganham metade dos seus salários, outras, como nós vimos ontem no jornal **O Globo**, apontam para uma pesquisa da Unesco que mostra que 25% – e esse é um tema que a Comissão deve discutir –, de adolescentes entre 15 e 17 anos ficam grávidas precocemente, sonda esta uma das maiores causas da evasão escolar.

Portanto, creio que esta Comissão pode ter um papel muito importante na luta por essa igualdade de direitos, na luta por uma sociedade muito mais justa e muito mais digna. Que este dia sirva de reflexão para todos os homens e mulheres que acreditam na democracia e num País cada vez melhor e com mais paz.

Que esta homenagem seja feita a todas as mulheres que, muitas vezes, não têm vez, não têm voz, tantas mulheres anônimas no nosso País que neste momento ainda sofrem o preconceito e a violência.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado Sr. Presidente.

Quero, primeiramente, cumprimentá-lo pela idéia de abrir esta reunião em homenagem às mulheres pelo Dia Internacional das Mulheres.

Os demais Senadores já demonstraram a importância da mulher, mas quero, Senadora Patrícia Saboya Gomes, lembrar duas coisas aqui, se V. Ex^a me permitir. A primeira é para que cada um de nós lembre da história da sua esposa e a importância que ela teve na formação da família.

Minha mulher foi professora, e os caminhos para exercer essa atividade eram difíceis há trinta, quarenta anos. As antigas normalistas, tinham por vocação educar as crianças do Primeiro e Segundo Graus. Hoje há uma exigência do curso superior para que elas possam ganhar minguados 10% ou 15% a mais. Então, queremos homenagear o passado, o presente e lutar por um futuro melhor.

A segunda é o que V. Ex^a levantou. Fiquei cinquenta anos na Polícia e quando era membro do Conselho Estadual de Polícia, em São Paulo, tive a oportunidade de ver a criação da Delegacia da Mulher. A primeira Delegada, hoje Deputada Estadual em São Paulo, Rosimary Corrêa, fez um trabalho maravilhoso e hoje, praticamente todos os Estados conseguiram instalar essas Delegacias específicas, porque as mulheres sofriam violência, eram estupradas, violentadas, agredidas e tinham vergonha de se expor, porque a autoridade policial, em tempo passado, ficava sorrindo, achando que a mulher se oferecia e depois vinha queixar de violência. Hoje, não. Hoje é clara essa postura de coragem da mulher de enfrentar, dizer o que lhe acontece, vem trazendo um caminho mais correto, mais moral e mais digno. Então quero cumprimentar V. Ex^a pela sua luta na CPMI, que V. Ex^a tão bem presidiu e cumprimentar todas as mulheres deste Brasil que lutam, não para impor os seus direitos, mas para que haja uma legalidade melhor e uma maior igualdade de todo ser humano que vive neste País.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Eu queria, antes de terminar essas manifestações de apreço pelo Dia Internacional da Mulher, informar ao Plenário que estamos colocando em votação, como pauta extra, ao término da nossa reunião de hoje, o Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2002, do qual sou Relator, que diz respeito exatamente à denominação do Complexo do Congresso Nacional e do Prédio do Senado Federal, e por se tratar de uma homenagem

a uma mulher, que foi a primeira Constituinte brasileira em 1934, Carlota Queiroz.

Na verdade, o projeto inicial é o de nº 66, do Senador Arlindo Porto que dava nome de Edifício Senador Juscelino Kubitschek ao Anexo I do Senado Federal.

Essa proposta foi rejeitada porque aprovamos em seguida, aqui na Comissão de Educação, um projeto de resolução do Congresso Nacional, dando a denominação ao Palácio do Congresso Nacional, ou seja, a toda a estrutura do Congresso Nacional, o nome de Juscelino Kubitschek. Portanto, ficou vago o espaço para se dar nome ao prédio do Senado Federal, que é exatamente o que vamos fazer com relação ao Anexo I do Senado Federal, que teria o nome de Edifício Carlota Queiroz, em homenagem à primeira Constituinte brasileira de 1934.

Portanto, vou colocar em votação, ao final da nossa reunião, esse projeto de resolução do Senado Federal.

Ao mesmo tempo, quero fazer uma observação sobre a decisão em nota técnica da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a questão da votação dos projetos terminativos nas Comissões.

Na semana passada, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitiu uma nota técnica, na qual dizia especificamente que a Constituição Federal, em seu art. 58, § 2º, Inciso I, atribui às Comissões, em razão da matéria de sua competência, “discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa”. Portanto, a prática é de que, quando se trava a pauta do plenário do Senado Federal, a pauta das Comissões não está travada.

Essa proposta foi colocada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador Antonio Carlos Magalhães fez uma longa discussão sobre isso, e na mesma reunião se começou a votar os projetos terminativos, mesmo estando a pauta do plenário trancada.

Hoje, pela manhã, a decisão da Presidência da Comissão de Educação era exatamente de votar os projetos terminativos, porque sou rigorosamente a favor de que os trabalhos das Comissões não podem ser paralisados porque a pauta do plenário está trancada. Mas recebo um apelo de vários Líderes, não só do Líder do Governo como do Líder do PMDB e de outros Partidos, que estarão reunidos hoje à tarde para discutir rigorosamente este assunto.

Então, em atenção à proposta de se discutir hoje à tarde, em reunião de Liderança, onde todos os Líderes

estarão presentes, não vamos, nesta reunião, decidir os projetos terminativos, ficando, portanto, alterada a pauta proposta. Ao invés de irmos aos Itens 1, 2, 3, 4 e 5, que são terminativos, saltaremos diretamente para o Item 6, que é o Projeto de Lei do Senado nº 297, cuja autoria é do Senador Maguito Vilela, que se encontra presente, e a Relatoria é do Senador Mário Calixto.

A matéria constou na pauta da reunião do dia 1º de março de 2005.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, eu gostaria de aproveitar esse assunto que V. Exª levantou em relação à questão dos projetos terminativos para também expor minha opinião, já que não sou Líder e não participarei da reunião, no sentido de que acho bastante racional a decisão que foi tomada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que é a de que, na verdade, quando a pauta estiver fechada, os projetos terminativos serão discutidos e votados nas Comissões e ficarão aguardando a abertura da pauta para então serem encaminhados ao Plenário. Acho que essa é uma forma bastante mais leve de abordar essa questão do fechamento de pauta.

Sabemos que no ano passado e no ano anterior, desde a posse do Governo atual e mesmo no Governo anterior, desde que mudou essa questão das medidas provisórias, temos passado boa parte do tempo com a pauta fechada, mesmo porque, com esse processo de aprovação de medida provisória, quando ela chega no Senado Federal – sempre começa pela Câmara dos Deputados – já venceu o prazo, portanto, entra logo trancando a pauta. Essa é uma questão que atrapalha bastante o funcionamento das Comissões.

Inclusive, faço um apelo ao Governo porque, na reunião que houve na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aparentemente o Governo estava contra essa mudança que foi aprovada na Comissão. Então, eu faria um apelo ao Governo para, em prol da racionalidade das Comissões, que fosse aprovado desta forma para que possamos continuar, ou começar a discutir os projetos terminativos com a velocidade que gostaríamos.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Obrigado, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria também de endossar todo o posicionamento de V. Exª e do Senador José Jorge. Acho que tivemos, em anos anteriores – ano passado

e retrasado –, prejuízos eu diria que significativos em termos do andamento da pauta dentro das Comissões porque, na verdade, todas as decisões ficavam sobrestadas em função da medida provisória que estivesse trancando a pauta. Acho que é um avanço importante, não vejo qualquer prejuízo que possa acontecer porque as pessoas estarão votando e, naturalmente, deverá haver **quorum** na Comissão. O parecer, a nota técnica da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é muito clara ao dizer que o processo só se encerra com a remessa desse projeto para a Mesa do Senado, que publicará inclusive com a possibilidade de recurso, por parte de 10 Senadores, no prazo de cinco dias.

Então, não há prejuízo algum, haverá uma celeridade nos processos de votação dentro da Comissão e será um avanço importante para a tramitação de todos os trabalhos dentro do Senado Federal.

Se V. Ex^a participar dos debates, gostaria que soubesse desse posicionamento da minha parte, que acredito ser geral dos Senadores, já que as dificuldades foram intensas em ocasiões anteriores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria de concordar com o Senador José Jorge e, inclusive, estivemos presente quando do parecer da Consultoria, por ser um projeto fragmentado. Para ser efetivamente aprovado, terá mais uma fase.

Então, a discussão e aprovação dentro da Comissão não autoriza dizer que ele esteja aprovado antes da publicação. Então, é um ato jurídico não perfeito.

Acredito, Senador Hélio Costa, que se V. Ex^a participar desta reunião poderá mostrar que o parecer da Consultoria é claro neste sentido e foi discutido pelo Plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aprovado pela grande maioria. É claro que houve reação da representatividade do governo e o argumento mais forte foi de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – senão me engano – tem acumulado 1.700 projetos, o que demonstra claramente que o Parlamentar está impedido de legislar, o que é sua obrigação principal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– É importante ressaltar que o que se discute em relação ao trancamento da pauta das Comissões é o § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal e implica o reconhecimento de que a decisão da Comissão só se completa – como disse o Senador Romeu Tuma – quando for feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal, ou seja, nós podemos discutir, votar e comunicar quando estiver liberado o plenário. Caso contrário, vamos ver sempre repetido o que vimos na

semana passada na Comissão, quando tivemos 300 projetos para relatar.

Evidentemente, isso foi causado pelo travamento da pauta mas precisamos encontrar uma solução para isso. Mas, na medida em que os Líderes fazem um apelo para que esperemos até a reunião de hoje à tarde das Lideranças, vamos acompanhar a solicitação dos Líderes e transferir os projetos terminativos para a próxima reunião.

Inicialmente, tinha adiantado que iríamos para o Item 6, mas ele também é terminativo.

Para o Item 7, o Senador Roberto Saturnino e a Senadora Lúcia Vânia não se encontram.

Item 8: De autoria da Senadora Serys Slhessa-renko e Relatoria do Senador Juvêncio da Fonseca.

Requerimento nº 1302, que, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, pede a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Concedo a palavra ao Sr. Relator Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem à apreciação desta Comissão o Requerimento nº 1302, de 2004, por meio do qual a ilustre Senadora Serys Slhessarenko propõe seja instituída no âmbito do Senado Federal a Semana de Ciência e Tecnologia, com objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da ciência ao nosso dia-a-dia. A semana seria celebrada anualmente no mês de outubro, de modo a coincidir com a comemoração análoga já instituída pelo Poder Executivo.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre o presente requerimento, de vez que este versa sobre assunto relativo à educação, ciência e tecnologia e à instituição de data comemorativa.

Na justificação do requerimento, a autora argumenta:

Há tempos que a sociedade científica e instituições voltadas para a divulgação científica propõem a realização de uma Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com intuito de contribuir para que a população possa ter maior conhecimento dos resultados da relevância e do impacto das pesquisas científicas.

Entendemos que os motivos apresentados pela ilustre Senadora acima expostos entre outros são plenamente pertinentes e demonstram cabalmente a

importância, a oportunidade e a necessidade de se instituir nos moldes propostos no âmbito do Senado Federal a Semana da Ciência e Tecnologia.

Voto

Assim exposto e justificado, nosso parecer é pela aprovação do Requerimento nº 1.302, de 2004.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca.

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aproveito a oportunidade para convidar a Senadora Serys Slhessarenko para participar da Comissão de Educação, que também é a Comissão de Ciência e Tecnologia, que tem uma Subcomissão permanente de ciência e tecnologia. Evidentemente utilizando uma das vagas do PT, que é o seu Partido, ela pode reivindicar e participar da Comissão de Educação, da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, e será sempre acolhida pelos nossos Companheiros.

Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas talvez para ela tomar a vaga do PT, é melhor deixar a reforma ministerial, porque já está difícil fazer a reforma ministerial.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– As vagas aqui são mais fáceis de serem obtidas, Senador.

Vamos agora ao projeto não-terminativo, Item 9:

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004, que denomina a rodovia Deputado Wilson Matos Branco, a rodovia BR-392, desde o Município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Autoria do Deputado Eliseu Padilha. Relator Senador Valdir Raupp, a quem passo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, oriundo da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004, e 1.638, de 2003, na origem, pretende dar à rodovia Federal BR-392, no trecho compreendido entre os Municípios de Pelotas e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, a denominação Deputado Wilson Matos Branco, em homenagem ao ilustre cidadão gaúcho pelos relevantes serviços prestados ao setor pesqueiro de seu Estado natal e de todo País.

A justificativa apresentada destaca aspectos da biografia do homenageado, com ênfase na forte ligação que manteve com o setor de pesca, seja por meio do trabalho, que desenvolveu em entidade de defesa dos interesses dos pescadores, seja no exercício de mandatos de Vereador, Deputado Federal e Prefeito do Município gaúcho do Rio Grande.

À Comissão de Educação compete examinar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de pronunciar-se sobre o mérito da iniciativa.

À vista da biografia do Deputado Wilson Matos Branco, concluiu-se que, além de constitucional, jurídico, regimental, e vazado em boa técnica legislativa, o Projeto é também aceitável quanto ao mérito.

Nesse aspecto, louva-se especialmente o fato de a homenagem recair, com propriedade, sobre a região que foi o principal cenário da vida pública do Ilustre homenageado.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o Relatório do Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vou submeter agora o Requerimento que fiz oralmente, no início dos nossos trabalhos, com relação ao Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2002, que dá nome ao Anexo I do Senado Federal.

Inicialmente, em discussão o Requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo, então, a Presidência ao Senador Augusto Botelho, para que eu possa relatar o Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2002, e nº 2, de 2004, que dão nome ao Anexo I do Senado Federal.

Relator Senador Hélio Costa, a quem passo a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Eu vou rapidamente fazer novamente um relato do que eu disse no começo dos trabalhos da Comissão.

Encontram-se em exame, nesta Comissão, duas proposições, em regime de tramitação conjunta, que objetivam dar nome ao Anexo I do Senado Federal. Os projetos de Resolução do Senado PRS nº 66, de 2002; e nº 2, de 2004. O mais antigo, de autoria do Senador Arlindo Porto, intenta homenagear o ex-Senador Juscelino Kubitschek por seu significado na vida pública nacional, conferindo àquele edifício o nome do político mineiro. Mais recentemente, a Senadora Serys Slhessarenko ofereceu proposição similar, com intento de designar o referido prédio Edifício Carlota Queiroz, médica, política e ativista das causas sociais.

Nos termos regimentais, cabe a esta Comissão examinar os aspectos técnicos e, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o envolvimento jurídico constitucional referente às proposições. Além da Comissão de Educação pronunciar-se à a Comissão Diretora, em obediência ao mandamento regimental insculpido no seu art. 98, Inciso IV.

Observa-se a meritória preocupação dos autores em buscar, por força de homenagem singela, conquanto imorredoura, reverenciar duas figuras exponenciais da vida pública social brasileira. O primeiro, Governador de Minas Gerais e Presidente da República, destacou-se pela busca da interiorização do País, pela promoção do desenvolvimento integrado das regiões, e pelo nascimento de um parque industrial invejável e consistente, que até hoje sustenta a economia nacional. Mais do que isso, enquanto representante de Goiás, no Senado Federal, teve a sua vida pública ceifada pelo arbítrio de um Estado autoritário, ditatorial, e insensível, que não conseguira respeitar a imagem que Juscelino gravara de forma indelével nos corações do povo brasileiro.

Por outro lado, Carlota Queiroz, a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Legislativo Brasileiro, militou como médica e como Parlamentar, em estrita consonância com o interesse público, na Assembléia Nacional Constituinte de 1934; única mulher daquele Colegiado, dedicou-se à defesa das questões sociais, com prioridade para a temática da educação, da causa feminina, da família, e da assistência ao desfavorecidos. Permaneceu na Câmara até 1937, quando o Estado Novo determinou o fechamento do Congresso Nacional. Dessa forma, ambas as proposições possuem o suficiente mérito para serem acolhidas por esta Casa. Cumpre, todavia, ressaltar a existência do Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que denomina Palácio do Congresso Nacional Presidente Juscelino Kubits-

chek a sede do Legislativo Federal, já aprovado pela Comissão de Educação. Tal decisão prejudica a continuidade da tramitação do PRS nº 66, de 2002, uma vez que seu propósito já se encontra contemplado, ou seja, o de homenagear Juscelino Kubitschek.

Entretanto, nada obsta que um dos componentes do conjunto arquitetônico do Palácio do Congresso tenha a denominação distinta de seu todo. Em verdade, isso já ocorre com a denominação de suas Alas, tais como a Ala Alexandre Costa, a Ala Teotônio Vilela e assim por diante. Portanto, é perfeitamente possível que o Anexo I do Senado Federal seja denominado Edifício Carlota Queirós.

Por todo o exposto, pronuncio-me pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2002, e pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2004, nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Apresentado o relatório, está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

Devolvo a Presidência ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Dois breves comunicados. Comunico aos Srs. Senadores o recebimento da correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Motta, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo do Tribunal de Contas nº 005.628/2004-0, sobre a auditoria na Agência Nacional do Cinema, Ancine. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao Arquivo.

Comunicado.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 21, do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Eduardo Campos, encaminhando o Relatório Anual de Avaliação da Utilização dos Incentivos Fiscais da Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, exercício de 2004, atendendo ao disposto no art. 35 do Decreto nº 949, de 5 de outubro de 1993.

Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao Arquivo.

Quero fazer um apelo aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras para a nossa audiência pública de amanhã, na Comissão de Educação. Nós convidamos o Secretário Executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad; a Presidenta da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Andifes, Prof^a Ana Lúcia Almeida Gazola; o Vice-Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Crub, José Izecias de Oliveira e o Presidente da União Nacional dos Estudantes, UNE, Gustavo Lemos Petta, para estarem aqui amanhã e participarem da audiência pública que inicia a discussão, nesta Comissão, sobre a reforma do ensino superior, ou reforma universitária.

Nós não tivemos condição de tempo de convidar pelo menos mais duas pessoas. Eu, por outro lado, sugiro sempre que a Comissão realize suas audiências públicas com o máximo de quatro convidados. Podemos, evidentemente, fazer nova audiência pública na próxima semana convidando imediatamente mais outros quatro convidados.

A experiência que vivi aqui nesta Comissão, como Vice-Presidente, levou-me a tomar essa decisão, juntamente com os meus companheiros e companheiras, para que nós façamos as audiências públicas com quatro convidados, para que possamos ter um ambiente mais propício ao debate. Caso contrário, nós vamos ficar aqui duas horas ouvindo exposição de motivos de cada um dos convidados e os Senadores que querem fazer perguntas ficam sem espaço para perguntar.

Nós vamos, inclusive, mudar também o tempo dos convidados para falar, o que estabeleceremos entre hoje e amanhã e gostaria que V. Ex^{as} tivessem a participação nisso, porque eu acho que quinze ou vinte minutos é muito tempo. Senador não tem vinte minutos nem no plenário. Nem no plenário se dá mais ao Senador da República o direito de falar 20 ou 30 minutos; agora 10 minutos é o tempo máximo.

Então, o convidado da Comissão tem que dispor de 7 minutos, no máximo. Essa é a minha proposta.

Sugiro que façamos assim para que possamos ter um resumo da posição do convidado e possamos depois discutir com ele, com as perguntas dos Senadores e Senadoras, o assunto que ele veio discutir aqui.

É uma proposta que faço aos Sr. Senadores e que espero a sua participação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– V. Ex^a nos convida amanhã para uma audiência pú-

blica da maior importância. E acho que V. Ex^a está organizando de maneira que possamos todos participar.

A reforma universitária, Sr. Presidente, traz uma preocupação que já deveria ser do país, há muito tempo, que é inserir a nossa universidade no contexto da região em que ela se localiza. Só conheço uma: a Universidade de Metalurgia, em Volta Redonda. Agora, a Governadora Rosinha tem uma iniciativa de colocar uma universidade na zona oeste do Rio de Janeiro, próxima ao Porto de Sepetiba e próxima à refinaria que a Petrobrás vai construir, petroquímica, com investimento de R\$ 3 bilhões de reais, para se dedicar aos cursos da riqueza da biologia marinha, que é aquela região da Baía de Sepetiba, mas, também, para se dedicar aos produtos do petróleo.

De tal maneira, Sr. Presidente, que conclamo aos meus companheiros para amanhã estarmos todos aqui, porque poderemos dar grande impulso à formação universitária dos nossos jovens, que, na região onde moram, terão uma universidade voltada para a vocação da sua região, da sua cidade, do seu local, do seu Estado, podendo ali desenvolver sua vida profissional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Tenho pela ordem aqui, inicialmente, o Senador Mão Santa; depois, o Senador Cristovam Buarque e o Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, em cessão do Senador Mão Santa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, respondendo ao Senador Marcelo Crivella, lamentavelmente tenho um compromisso que não vai me permitir estar aqui amanhã. Mas, não queria deixar de dar a minha opinião sobre essa proposta aos Colegas Senadores desta Comissão. Creio que há dois graves equívocos no procedimento e no conteúdo. O primeiro é o governo mandar um projeto de reforma da universidade antes de mandar uma reforma do ensino básico.

Primeiro, do ponto de vista ético-político é um equívoco, porque vem o topo antes da base. É um mau recado para o Brasil. Segundo, do ponto de vista técnico, é um equívoco, porque não há boa universidade plena enquanto a educação básica não for boa. As pessoas esquecem, porque só vêem os que terminam o ensino médio. Mas, o Brasil desperdiça 2/3 da intelectualidade dos seus jovens, porque não terminam o ensino médio. Enquanto não tivermos 100% de jovens terminando o ensino médio e disputando vagas no vestibular, estaremos perdendo um potencial imenso.

Os alunos universitários da Coréia são melhores dos que os brasileiros, mas não é porque os coreanos são mais inteligentes do que nós. É porque lá a escolha do universitário é feita num universo maior de pessoas; a chance de encontrar gênios é muito maior.

Então, defenderei que não analisemos a proposta de reforma da universidade se ela não vier acompanhada de uma mudança da educação básica.

E quero lembrar que o FUNDEB, que é uma parte da reforma, foi entregue na Casa Civil, quando eu era Ministro ainda, está lá engavetada. A reforma universitária foi feita em setembro e já está aqui. Por quê? Por que a universidade tem Andes, Fasubra, Crub, Une, tem 15 siglas representando; e as crianças da educação básica não têm sindicato. Os professores universitários não têm um sindicato nacional. Então, estamos atendendo às pressões corporativas e não ao interesse nacional.

O segundo problema é o conteúdo da reforma. A reforma não serve para construir o que esperamos para o futuro do Brasil. Ela trabalha com a organização, com o financiamento e com o ingresso, como se a universidade estivesse carente. Ela não está carente, ela está esgotada no seu modelo. Precisamos inventar um modelo novo. Começa, que fala em reforma universitária. No mundo de hoje, na universidade não cabe o ensino superior; o ensino superior é maior que a universidade. O Hospital Sarah Kubitschek tem um curso de mestrado, entrou na reforma; aqui o Senado tem a Unilegis, não entrou na reforma. Faculdades, centros isolados, tem que levar em conta isso.

Segundo, a reforma que está sendo proposta trabalha com o conceito de **campus**, hoje o conceito é de redes, não há mais universidade isolada no mundo, as universidades estão interligadas. Um aluno de Brasília pode fazer um curso em Harvard; o MIT, dentro de cinco anos, não vai ter mais curso presencial, a não ser aquele que quiser. Então você vai poder fazer os cursos, todos do instituto, através do ensino à distância; isso não está considerado. Listei diversos equívocos conceituais, porque acho que, se não levarmos em conta e barrar essa reforma como ela vem, estamos fazendo um arranjo e não dando o salto que o Brasil precisa.

Só para dar mais um exemplo: a reforma fala em duração dos cursos. Os cursos têm que ser permanentes a partir de agora. Acabou o tempo em que você se formava e com o seu diploma exercia a profissão. Você tem que estar permanentemente sendo reciclado e, para isso, a universidade tem que ser modificada.

Lamento muito não estar aqui amanhã para debater ou talvez seja até positivo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– V. Ex^a me permita um aparte. Não sei qual o compromisso de V. Ex^a, mas faço um apelo veemente para que V. Ex^a reestruture a sua programação porque é fundamental que V. Ex^a esteja presente para defender a sua posição.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Vou dizer qual é o meu compromisso. O meu compromisso é um debate nas Nações Unidas sobre globalização e democracia, um assunto em que venho trabalhando há muito tempo. Foi organizado, sou um dos poucos convidados, é um dia inteiro de debate, não é uma palestra apenas. Seria muito ruim para mim, de repente, com o documento pronto que já enviei, dizer que não vou, além de que, Presidente, acho que esse debate não se vai esgotar amanhã, esse debate vai levar muitos meses ainda. Mas eu não queria deixar de manifestar a minha posição e a minha preocupação.

Quero ao mesmo tempo elogiar o Ministro Tarso por ter lançado uma proposta, sem ela não estaríamos debatendo, mas essa proposta é insuficiente nela e é insuficiente porque não considera todo o horizonte da educação brasileira, sobretudo tomando cuidado com a educação básica.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passo então agora ao Senador Mão Santa pela ordem de inscrição.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente

Hélio Costa, primeiro é como diz no livro de Dom Quixote de la Mancha: “Só não tem jeito para a morte”. Temos que dar um jeito para o Cristovam Buarque estar presente. Não existe, dentro da nossa realidade, educação afastada da experiência e do ideal do Professor Buarque.

Agora quero dizer o seguinte: V. Ex^a foi muito feliz. Isso não quer dizer que ele tem que ser debatido. Tudo que ele disse é o básico, mas tenho uma observação. Talvez sou mais velho do que você, mais sofrido do que você, não tem mais “lá no Nordeste”, mas acho que ele não está assim... ele não é o Rei Salomão, que teve toda a sabedoria. Temos que interrogá-lo o seguinte. Vou dizer a minha vivência: fui à Alemanha. Eu era prefeitinho da cidade de Parnaíba. Um grupo muito poderoso, Merck Sharp & Dohme, tinha uma fábrica no Piauí, ele tirava o jaborandi pilocarpina. E fui recebido por esse grupo. Eles tinham uma fábrica; eu, prefeito. Era o professor Basedow, conhecido, tinha sido gerente da Merck aqui, na América do Sul. Professor Basedow. Eu nunca fui tão bem recebido porque é multinacional poderosa, Merck, nunca fui, e era o professor Basedow, porque tinha andado no Brasil, meu intérprete cicerone. E eu sediava essa fábrica,

Merck, de pilocarpina. Hoje surgiram outros produtos, mas essa é uma história de 25 anos atrás. Era uma pérola. Olha, professor Basedow. Banquei, pagava tudo. Professor Basedow. Aonde entrava: onde está a mesa do professor Basedow? Resolvia. No trânsito, era o professor Basedow. Tudo se resolvia, era uma palavra mágica. Professor Basedow, atentai bem, professor Cristovam Buarque; e aí eu com aquele meu jeito espontâneo digo: O senhor não é Diretor da Merck, poderosa, rica que está me dando essa mordomia? Nunca vivi tão bem. E aqui com esse negócio de Professor. Aonde para o teatro?

Aonde está a reserva do professor Basedow? O restaurante – tudo era melhor –, no trânsito. Era uma palavra mágica.

Aí ele parou e disse: – Prefeito, realmente sou Diretor da Merck, sou um dos que conheço o Brasil e me botaram para... Sou Diretor Químico da Merck. Pois tem muito dinheiro, sou poderoso. Mas acontece que aqui na Alemanha o título de professor é mais importante do que o dinheiro – Diretor da Merck. Eu sou realmente professor, atentai bem. Aprenda isso. Sou professor. Da minha cultura o professor do Brasil.

Aí ele disse: – Sou professor da Universidade de Heidelberg.

E me convidou para ir até lá. Pois vamos amanhã, é perto de Frankfurt.

Ele disse: – Comecei a minha vida como professor de química e fiz concurso, fui dez anos professor. Mas para continuar usando esse título, que é honroso, mais do que o dinheiro da Merck, eu tenho que dar uma aula por semana, gratuitamente, só para usar o título, para estar dizendo que sou professor.

Fui nessa Heidelberg, tomei – V. Ex^a é muito viajado... – um impacto porque a Alemanha é muito moderna. Ela foi destruída: duas guerras, tudo é moderno, os edifícios. Tomei um impacto: aqueles castelos velhos, telhado, arquitetura. Olha Senador Leonel Pavan, aqueles telhados, arquitetura antiga, a cidade velha. Tomei um espanto. O País todo é moderno, foi reconstruído. Tomei um espanto, aquela arquitetura, castelo.

Ele disse: Aqui sofremos duas guerras, mas o mundo respeitou a Universidade de Heidelberg, onde estudou Einstein. Mostrou uma Bíblia lá biblioteca que ele disse que é a segunda do mundo, em antiguidade. Então o mundo respeitou; e isso era Deus me preparando. Deus prepara os homens. Depois me permitiram ser Governador: Deus e o povo, Governar o Piauí.

Quero dizer, Senador Cristovam que eu fiz o maior desenvolvimento universitário desse País: trinta e dois **campi**. O último vestibular que presidi foi de 65.600 mil brasileiros.

Então acho que aquilo o é a semente, é o que puxa; o Piauí transformou-se. A semente do saber. Então a universidade está aí. Alemanha sofreu dois revezes, duas guerras, destruída e está poderosa. Então é a universidade que puxa, sei que tem que ter o básico. Eu mesmo quando aluno gostava mesmo era de jogar futebol. Mas quando entrei na faculdade fiz um grande curso. Acho que aí a gente se dedica.

Entendo essa sua preocupação para o básico, ela é válida. Mas a máquina que puxa mesmo, que faz pesquisa, que dá responsabilidade, que dá grandeza é a universidade.

Então essa Heidelberg, que quero que V. Ex^a crie em nosso País. Agora, temos que ter, sem dúvida nenhuma, entre todos os pensadores, embora não seja perfeito, é o Professor Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Permite-me um aparte?

Quero dizer que Heidelberg não seria o que é se a Alemanha não tivesse uma boa educação básica. Porque se a educação básica não fosse boa, eles iriam escolher os seus alunos entre um grupo pequeno, estariam jogando fora grandes gênios alemães por não terem aprendido a ler, como no caso do Brasil jogamos fora por não terem concluindo o ensino médio, ou por terem concluído o ensino médio sem qualidade. A universidade é que puxa o desenvolvimento. Mas o que puxa a universidade é uma boa educação básica.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Mais uma vez devo ressaltar que na semana passada, no domingo, tive a oportunidade de acompanhar o debate do Senador Cristovam Buarque, o Ministro Tarso Genro e o ex-Ministro Paulo Renato, não sei por qual emissora de televisão. O som estava tão ruim, Senador, que só mesmo o interesse pelo assunto e o brilhantismo dos participantes me segurou diante da televisão, que estava com um zumbido infernal. Mas foi extraordinário o debate. Imagino que tenha sido sugerido e patrocinado pela **Folha de S.Paulo**, pois contou com a presença do jornalista Gilberto Dimenstein. Esperamos que, nos próximos dias ou semanas, possamos repeti-lo.

V. Ex^a não estará presente amanhã. Na próxima semana, certamente continuaremos discutindo o assunto com a presença importantíssima de V. Ex^a, que é um conhecedor profundo do assunto e referência para nós nas questões de educação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O ex-Ministro Paulo Renato é extraordinário. Não sou do Partido de S. Ex^a, mas governei com ele. Penso que ele deveria ser um dos convidados desse debate. Entre os feitos do ex-Ministro – fui Governador e me lembro de um extraordinário – há aquela verba para os diretores.

Não se pode administrar sem recurso. Ele instituiu um recurso para cada diretor e também o Fundef. O ex-Ministro Paulo Renato é uma figura presente. Ele e o Senador Cristovam Buarque são duas luzes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Incluirei o requerimento oral de V. Ex^a para convidar o ex-Ministro Paulo Renato a participar dos debates sobre a reforma do ensino superior.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– De acordo com a relação que tenho, o próximo a falar seria o Senador Juvêncio da Fonseca, mas concedo a palavra pela ordem a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, cheguei agora e teria alguns projetos para relatar. Pergunto se ficarão para a próxima reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Todos os projetos terminativos constantes da pauta hoje, os quais não puderam ser votados em função da decisão que tomamos de ouvir primeiro os Líderes que se reunirão esta tarde para discutir essa questão, serão incluídos na próxima pauta, na semana que vem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – C) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT -MS) – Sr. Presidente, parablenho V. Ex^a pelas providências tomadas no sentido de dinamizar as audiências públicas, reduzindo o tempo daqueles que expõem suas teses. Entretanto, preocupa-me muito a redução de vinte para sete minutos para a exposição do convidado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– O que propõe V. Ex^a? Essa foi apenas uma sugestão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Sr. Presidente, penso que reduzir o tempo a um terço trará deficiência para a audiência pública, porque o convidado não terá condições de expor toda a sua tese. Proporia a limitação dos convidados para, no máximo, quatro, e que cada um tivesse quinze minutos. Assim, ouviríamos a todos em uma hora. Esse é um tempo razoável, um tempo bom. Então prosseguiriam os debates naturalmente, o esclarecimento de cada tese. É a proposta que faço. Gostaria de ouvir também a sugestão do Senador Flávio Arns. Se forem quatro os expositores, daremos quinze minutos para cada convidado. Se passarem de quatro, reduziremos a dez.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, gostaria de dizer que

devemos fazer um esforço para não termos mais de quatro expositores, porque, quando são mais de quatro, penso que nos dispersamos muito e o resultado não é tão positivo. Poderíamos adotar o mesmo critério utilizado no Plenário – se Senador Juvêncio da Fonseca permite a sugestão –, de dar a cada orador dez minutos. Se for o caso, faremos uma prorrogação de dois minutos, como ocorre no plenário. Na verdade, as pessoas têm também de sintetizar, concentrando-se nos pontos principais. Havendo a possibilidade de prorrogação, permite-se, na sequência, que haja perguntas e comentários. É a minha proposta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Sr. Senador, imagine o que pode ocorrer na reforma tributária, por exemplo, com a vinda de um ex-Ministro ou de um Ministro para expor em sete ou dez minutos toda a proposta da reforma. Será complicado. Muitos vêm de longe, fazem um esforço tremendo para pagar passagem, e esse esforço muito grande, Sr. Presidente, dá apenas 10 minutos. Acho que frustra aquele que vem realmente querer expor a sua tese com tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Senador Juvêncio da Fonseca, apenas regimentalmente, é importante ressaltar, que o Ministro de Estado quando comparece a uma Comissão do Senado, pelo Regimento Interno, ele tem 30 minutos. Então, estamos falando em convidados para, evidentemente, as audiências públicas que vamos fazer com aqueles que não são Ministros de Estado.

Mas, ainda assim, é perfeitamente viável, a posição de V. Ex^a é rigorosamente correta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, gostaria de acrescentar ao debate de que a intervenção do palestrante, reduzida a 10 ou 15 minutos, não se esgota ali. Ele será muito requisitado porque vai responder perguntas. Ao responder perguntas, vai tomar 3, 4 minutos, 5 minutos e vai dar uma contribuição efetiva. A exposição pode ser breve e aí depois ele pode acertar em cada pergunta que fizermos.

Se não tivermos condições de perguntar, e somos muitos, acho que não teremos a riqueza que esta audiência pública pode ter ao final, principalmente para a formação da nossa consciência.

Acho que se a gente puder privilegiar o bate-bola, a pergunta e resposta, mantendo tempo para isso, seria bom.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Agradeço a contribuição de V. Ex^a ressaltando que já participei de audiências públicas aqui onde algumas respostas duraram 15 minutos. Uma resposta a uma pergunta. O que nós estamos propondo é apenas uma apresentação do assunto, quer dizer, vamos discutir a reforma universitária sobre 4 ou 5 aspectos. Agora, vamos à discussão para que o Senador possa participar, para que a Senadora possa participar.

V. Ex^a é testemunha na Comissão de Relações Exteriores, onde vamos ouvir os Srs. Embaixadores, ficamos às vezes, ouvindo uma hora uma dissertação sobre a geografia e história de um país quando, na realidade, aquilo poderia ser resolvido em 7 minutos. Depois, fazemos todas as perguntas que queremos fazer.

Mas, evidentemente, é uma decisão do Plenário, é uma proposta apenas e sugiro que em torno de 10 a 15 minutos, no máximo, para cada convidado, até porque se uma pessoa vem de longe, de São Paulo, do Rio de Janeiro para participar de uma audiência pública, com 15 minutos, pelo menos, ela vai ter aqui os seus momentos que Andy Wahrol chamou: “Cada um tem os seus 15 minutos de glória em qualquer situação”.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V.

Ex^a me permite mais uma colocação rápida?

Acho que tomamos muito tempo na justificação das perguntas. Às vezes, passa-se 5 minutos justificando uma pergunta e no final diz que não tem pergunta. Aí é que tomamos tempo, aí que vamos chegar a uma situação de estrangulamento do nosso tempo. Também as nossas perguntas vamos ter muitas justificativas quando o expositor tiver tempo de expor, com inteireza, a sua idéia, a sua proposta.

É um ponto de vista pela experiência que temos aqui. Na verdade, não é o expositor que extrapola, somos nós mesmos que justificamos 3, 4, 5 minutos para justificar uma pergunta.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr.

Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr.

Presidente, acho que não tem nenhum expositor que vem aqui e que não gaste, em viagem, menos do que 5 horas – ou 6 horas, os mais próximos, que saem de São Paulo ou Rio de Janeiro para chegarem aqui.

Colocar uma pessoa para chegar aqui para falar só 10 minutos? Acho que ele deveria ter pelo menos a metade do que tem o Ministro – 15 minutos, porque dá mais oportunidade da pessoa falar. Se a pessoa sair de um Estado mais distante, vai levar 10 horas e, além

do mais, o indivíduo larga a sua vida particular, larga seus afazeres para vir aqui prestar um esclarecimento a nós que estamos querendo legislar.

Acho que 15 minutos seria o tempo cordial, mais cortês com a pessoa que é convidada nossa para vir aqui. Sou favorável a 15 minutos para cada palestrante e limitar o número a 4 para enriquecer o debate.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Confesso que não sou a melhor referência para determinar tempo, porque o meu tempo, ainda na minha cabeça, funciona muito em termos de tempo de televisão e de rádio. Para quem já viu a história do mundo contada em 2 minutos e entender tudo, com imagem e voz, acho que quem não consegue colocar em 10 minutos vai ter que encontrar um outro jeito de falar porque não tem condição – 10 minutos é um tempo muito bom. Mas, a minha posição aqui é apenas de sugerir, quero apenas dar um pouco mais de dinamismo às nossas audiências públicas. Na medida em que se pode criar um debate entre os participantes, que é outra coisa que vamos sugerir amanhã, durante a reunião, ficar o convidado falando para os Senadores ou vice-versa, há de também ter um momento em que os convidados têm que fazer pergunta um para o outro, porque imagino que o nosso Presidente da UNE amanhã vai ter muita coisa a perguntar ao Secretário Executivo, à Diretora, à Presidente das Organizações Federais de Ensino, e estes têm alguma coisa a perguntar para o Colégio de Reitores das Universidades do Brasil. Então, essa interação entre os convidados também é muito importante.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, só quero manifestar, e sou da opinião que 10 minutos seria o tempo de exposição, mas concordo com o Senador Juvêncio que devíamos fixar o tempo também para que cada Senador perguntasse, máximo, um minuto, um minuto e meio, fazer uma pergunta concisa e ter a resposta. Acho que os debatedores, os palestrantes terão oportunidade de, no bate-bola, pergunta e responde, a oportunidade de manifestar as suas opiniões. Claro que não vamos fazer com rigor, se dermos 10 minutos, e o sujeito levar 15, levou, mas o problema de darmos 15 é ele levar 20 ou 30, e a audiência não chegar a contento e não conseguirmos esclarecer os pontos que precisamos nessa reforma tão importante como é a reforma universitária no País.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Há mais alguém que queira se manifestar?

Senador Cristovam Buarque, mais alguma coisa a acrescentar?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Não sobre esse assunto, se for possível, sobre um outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Eu queria apenas chamar a atenção da Comissão de que hoje está para ser votado no plenário uma proposta da Senadora Heloisa Helena de obrigar atendimento às crianças a partir da mais tenra idade, como se diz. E esse projeto é fundamental para a educação posterior da criança. E penso que esta Comissão tem que entender que esse é um projeto que só traz vantagens para o País, mas está havendo muita resistência por causa do custo que vai ter. Quero dizer que o custo vai acontecer ao longo dos próximos anos, não no primeiro momento. O que um projeto desse faz, Sr. Presidente, é transformar necessidade em demanda, e, no País, só se leva em conta quem pode demandar, não quem necessita. Quem demanda é quem tem sindicato, associação, quem entra de gravata para falar conosco; necessita quem não entra aqui, quem não tem sindicato. Ao fazer uma lei como essa da Senadora, estamos transformando necessidade em demanda, que, a médio e longo prazo, vai pressionar por mais recursos, mas isso é positivo.

Então, penso que a Comissão de Educação, não vou dizer que deve tomar uma posição, deve ficar alerta sobre a necessidade disso não ter impedido, até por que já passou por aqui em anos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Na verdade, Senador, essa matéria estava pautada no plenário semana passada, infelizmente, não foi colocada em discussão e discussão em razão das medidas provisórias e, enquanto não for destrancada a pauta do plenário, infelizmente, não vamos poder votá-la. Tão logo seja colocada em discussão e votação, evidentemente vamos nos manifestar. No plenário, espero que V. Ex^a faça o mesmo com a sua experiência e vivência do assunto.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 29 minutos.)

Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de março de 2005

Audiência Pública

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia nove de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio

Costa e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Aelton Freitas, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Mão Santa e Luiz Otávio, reúne a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Maguito Vilela, Gerson Camata, Leomar Quintanilha, Fátima Cleide e Roberto Saturnino. Justificam a ausência os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Roseana Sarney e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 002-CE, de 2005, de autoria do Senhor Senador Hélio Costa, que tem como objetivo discutir a Reforma Universitária. Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Fernando Haddad, Secretário Executivo do Ministério da Educação; Gustavo Balduino, Secretário Executivo da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); José Izecias de Oliveira, Vice-Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho, Mão Santa, Hélio Costa, autor do requerimento, e o Senador José Maranhão. O Senhor Presidente Senador Hélio Costa, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Bom-dia, senhoras e senhores! Foi feita uma convocação para uma reunião extraordinária da Comissão de Educação do Senado, em audiência pública, para ouvir os representantes do Ministério da Educação, representantes das instituições federais de ensino superior,

o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e a União Nacional dos Estudantes.

Estamos recebendo a visita do Sr. Fernando Haddad, Secretário Executivo do Ministério da Educação; do Sr. Gustavo Balduino, Secretário Executivo da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), representando a professora Ana Lúcia Gazolla, que se encontra em viagem ao exterior e comunicou a esta Comissão sua impossibilidade de aqui comparecer. S. S^a faz questão de, no futuro, participar da discussão sobre o ensino superior. Está presente, também, o Sr. José Ezequias de Oliveira, que é Vice-Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub). Fizemos também um convite ao Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE, Gustavo Lemos Petta. Tivemos a confirmação de sua presença e esperamos que possa participar conosco desta audiência pública durante o tempo em que estivermos aqui.

Vou deixar minhas perguntas, meus comentários, para o final desta reunião. Agradeço as Sr^{as} e aos Srs. Senadores a presença, bem como a todos os demais que se encontram aqui.

Para nós, a discussão do projeto de reforma do ensino superior é extremamente importante. É mais importante, ainda, que a discussão ocorra nesse fórum, que é a Comissão de Educação do Senado. É claro que na Câmara dos Deputados também debaterá essa matéria. Mas, aqui, na Comissão do Senado, teremos a preocupação de, enquanto essa matéria não chegar ao plenário para ser votada, convidar insistentemente pessoas, que devem comparecer. Já temos uma lista daqueles que foram indicados pelas Sr^{as} e pelos Srs. Senadores para que possamos ouvir os representantes do setor sobre a proposta de reforma do ensino superior ou reforma universitária.

Quero, apenas, fazer um comentário inicial reproduzindo o que encontrei hoje como notícia, como comentário, na internet. Vem de São Paulo a notícia. Parece-me que é de **O Estado de S. Paulo**. Diz o seguinte:

A versão preliminar do anteprojeto da reforma universitária abriu forte polêmica na comunidade acadêmica e principalmente nas instituições privadas de ensino, provocando críticas de que a idéia é intervencionista, inadequada e inconstitucional.

O Governo justifica que a reforma busca o aumento de qualidade e a ampliação do acesso ao ensino superior no País e lembra que o anteprojeto foi apresentado para ser debatido com a sociedade.

Na verdade, essa é a proposta da nossa audiência pública: debater a questão. Precisamos debatê-la amplamente, exaustivamente, para que, ao chegarmos

ao plenário do Senado para votar a reforma do ensino superior, tenhamos passado por todos os estádios de diálogo, de conversação, de discussão, de exposição de idéias e para que possamos encontrar realmente a forma de fazer uma reforma tão difícil, tão complexa, quanto a do ensino superior.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, infelizmente não vou poder ficar durante todo o debate. Tenho que me dirigir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual sou titular. Participarei de uma reunião regular, hoje às 10hs, que já começou.

Quero levantar uma questão para que o Secretário Executivo do Ministério pudesse responder na sua palestra, ou V. Ex^a mesmo, se eu não estiver aqui, me substitua nesta pergunta em relação a esse anúncio que foi publicado em todos os jornais do Brasil.

Na realidade, estamos no início dessa discussão cuja prioridade é muito debatida. O próprio Senador Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação do Governo Lula, tem dito que quer fazer um movimento aqui para que se discutam os outros níveis de ensino. Mas não vou discutir isso; não vou discutir o mérito da proposta agora, mesmo porque ainda está, como V. Ex^a falou, numa questão preliminar. Mas gostaria apenas de deixar esta questão: quanto custou esse anúncio? Em que jornais foi publicado? Creio que tenha sido publicado na maioria dos jornais brasileiros. Quanto custou e qual a sua finalidade?

Por último, gostaria de perguntar se o Ministério está com dinheiro sobrando. Porque, na realidade, enquanto há tanta dificuldade para conseguir dinheiro para a educação básica, ensino fundamental etc., tem dinheiro sobrando para produzir anúncio em jornal que, a meu ver, não tem finalidade alguma nessa etapa do processamento da informação, mesmo porque esse assunto já tem amplo debate na mídia, a favor e contra. No outro dia mesmo desse anúncio aqui, o Ministro da Educação, Tarso Genro, publicou um artigo na **Folha de S. Paulo**. Enfim, todo mundo está falando a favor ou contra, e não há necessidade alguma de se publicar anúncio. Então peço ao Ministro substituto que, por favor, responda essa questão no momento da sua palestra ou na fase das questões posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador José Jorge e Secretário Fernando Haddad, vamos reservar as respostas para o final desta audiência pública, uma vez que iniciamos, tradicionalmente, com a exposição dos senhores convidados. Como o

Senador José Jorge já antecipou que tem que se ausentar para participar de outra comissão, espero que S. Ex^a possa voltar, exatamente porque, se vamos discutir uma pergunta como essa que envolve publicidade governamental, é fundamental que se faça um retrospecto sobre os últimos dez anos de como se procedeu com o dinheiro público para se divulgarem ações de governo. É facilmente explorável esse ponto.

Vou iniciar as exposições pedindo que os nossos convidados tenham o cuidado com o tempo estabelecido de 15 minutos para cada explanação. O relógio estará marcando rigorosamente esse tempo; no penúltimo minuto, será dado um sinal, que não é o do Presidente da Mesa, uma campainha será tocada automaticamente para que o palestrante tenha, evidentemente, condições de fazer o encerramento do seu pensamento. Os Srs. Senadores terão em torno de três a quatro minutos para fazer perguntas, e vamos de maneira flexível tocando esta primeira audiência pública nesses termos. Evidentemente não é imposição alguma da Mesa; podemos fazer uma adaptação por consenso sobre outros procedimentos que se tornarem necessários no decorrer da audiência.

Inicialmente, vou passar a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério da Educação, Sr. Fernando Haddad. É evidente que o Ministro Tarso Genro será convidado. Queremos fazer várias audiências públicas. Uma delas é esta em que o Professor Fernando Haddad tem condições de estabelecer as bases da discussão, pois participou ativamente dessa proposição, é o braço direito do Ministro e certamente está preparadíssimo para discutir com a Comissão de Educação do Senado a proposta do Governo. Lá na frente, vamos ter o prazer, com certeza, de receber o Ministro Tarso Genro para o posicionamento dos Srs. Senadores.

Então passo a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad. V. Ex^a tem 15 minutos.

O SR. FERNANDO HADDAD – Em primeiro lugar, gostaria de saudar o Senador Hélio Costa por presidir a Comissão de Educação do Senado e patrocinar este nosso primeiro encontro sobre a Reforma da Educação Superior, saudar os demais Senadores presentes, meus colegas do MEC. Gostaria de registrar a presença do Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Educação, Ronaldo Mota, que tem sido pessoa imprescindível nos debates internos ao Ministério da Educação e começar a minha fala com uma observação sobre a pretendida mudança da visão de educação que se tem no País. Essa reforma não pode ser compreendida separadamente de outras iniciativas que o MEC vem promovendo relativas à educação como um todo. Ela não pode ser compreendida sem essa verificação.

Gostaria de saudar o Senador Cristovam Buarque, que insiste nesse assunto e infelizmente não está presente por encontrar-se no exterior. O ex-Ministro Cristovam Buarque sempre sublinha o aspecto de que é preciso discutir a Educação como um todo. O MEC abandonou certa visão de focalização da Educação, que se processou até aqui, e tomou a educação no sentido sistêmico. Para nós, a educação é um sistema, e esse sistema deve ser pensado de maneira tal que o educando não apenas tenha suas necessidades imediatas supridas seja pela prefeitura, seja pelo Estado, seja pelo Governo Federal, mas também tenha possibilidade de ampliar seu horizonte educacional. Se o cidadão não alfabetizado, por exemplo, tiver diante de si simplesmente um programa de alfabetização desconectado do ciclo educacional como um todo, ele não completará o seu processo de alfabetização adequadamente. Eu começo com esse exemplo para demonstrar que, por exemplo, o Brasil alfabetizado é um programa de Estado com características muito diferentes do que foi o velho Mobral da época dos militares ou o Comunidade Solidária do Governo anterior. Por quê? Porque ele conecta a alfabetização, primeiro, em parceria com sistemas educacionais estaduais e municipais e, segundo, porque assim que se alfabetiza, após oito meses, a pessoa tem diante de si a oportunidade de se engajar no supletivo do ensino fundamental e assim sucessivamente. Se o graduando não tiver a pós-graduação, se aquele que termina o ensino fundamental não tiver o ensino médio ou o ensino profissional integrado ao médio à sua disposição e assim sucessivamente, o processo educacional não se dará de maneira adequada.

Por isso, o Ministro Tarso Genro tem insistido – parece-me que a sua equipe entendeu inteiramente o recado – em que todos os programas do MEC precisam ser alterados em relação à etapa ou à modalidade de que se está tratando. Essa ampliação de horizontes faz com que o sistema funcione da melhor forma possível, com todas as sinergias cabíveis. Isso tem de ocorrer desde a alfabetização até a pós-graduação.

Portanto, tem razão o Ministro Cristovam Buarque quando diz que seria incompleto o projeto da educação que encaminhasse uma proposta de reforma da educação superior desconectada de uma revolução ou de uma reforma da educação básica. Essa também é nossa visão.

O que nós estamos propondo, em termos genéricos, é que o Ministério da Educação recupere o orçamento que tinha em 1994, antes que 20% do seu orçamento fosse desvinculado da educação e destinado a outra área. Em nosso entendimento, esse foi um erro cometido contra a educação, foi um equívoco mui-

to grande contra o País. Boa parte dos males que nós enfrentamos com relação à educação tem essa origem. Nós precisamos recuperar o orçamento do Ministério da Educação nos patamares de 1994, repito.

Isso permitirá, tendo em vista o financiamento, a um só tempo enfrentar o desafio do financiamento da educação básica com a constituição do Fundeb e enfrentar o desafio da expansão da educação superior pública e gratuita, que tem como desaguadouro a própria reforma da educação superior, porque não se trata apenas de financiar, mas de exigir qualidade do sistema, políticas de acesso, políticas de inclusão e políticas de expansão, inclusive no que diz respeito a nossa produção científica.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Permita-me, Secretário, anunciar a presença, em nossa Mesa, do Sr. Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes, e também a presença do Sr. Ronaldo Mota, Secretário-Executivo do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

Muito obrigado.

O SR. FERNASND HADDAD – Portanto, sintetizando o que eu disse até aqui, a recuperação do nosso Orçamento, nos patamares de 94, permitirá ao MEC enfrentar os quatro desafios estabelecidos pelo Ministério: a conexão da alfabetização Coeja, a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos, a qualificação da nossa educação profissional – que está recebendo um aporte significativo de recursos, já recebeu em 2004 e está-se expandindo em 2005 –, o Fundeb e a reforma da educação superior. São os quatro eixos de atuação do Ministério, que darão ao País uma visão sistêmica de educação que até aqui ele não tem. E não estamos falando de campanha ou de propaganda, mas de mudanças estruturais da educação, no que diz respeito ao financiamento e à sua qualificação.

No que diz respeito à educação superior, em particular, a proposta do Governo tem quatro eixos estruturantes. O primeiro e mais importante é a questão da autonomia universitária, consignada no art. 207 da Constituição e até hoje não cumprida, porque não houve coragem suficiente para enfrentar o desafio de promover a autonomia das nossas instituições federais. Para isso está-se prevendo uma subvinculação de 75% dos recursos para manutenção e desenvolvimento da educação, que é o patamar histórico. Não estamos falando aqui praticamente de recursos adicionais. Para que vocês tenham uma idéia, no Orçamento de 2005, 73% dos recursos do art. 212 da Constituição estão destinados à educação superior. Portanto, não estamos falando de um acréscimo descomunal, mas apenas fixando como piso o que é o teto dos últimos

dez anos, porque, em 2005, conseguimos recuperar 75% das perdas de custeio dos últimos dez anos, o que fazia com que universidades do prestígio de uma Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, ou de uma universidade de Minas Gerais tivessem suas contas de luz atrasadas durante anos, correndo o risco de corte, inclusive sujeitando o próprio reitor a ser preso por falta de recolhimento de alguns tributos federais, como é o caso do recolhimento da quota do trabalhador em relação ao INSS dos terceirizados. Então temos uma situação dramática por parte dos reitores, que não tinham o mínimo necessário para manter o funcionamento adequado das suas instituições. E não estamos falando aqui de instituições novas, criadas irresponsavelmente; estamos falando das mais antigas e tradicionais instituições de educação superior do País, que se viram numa situação de penúria absoluta, com laboratórios correndo o risco de não terem energia elétrica para funcionar.

Estamos, sim, querendo fixar como piso o teto de 2005, dos últimos dez anos, para que jamais o País volte a experimentar o que foi a prática dos últimos anos de falta de recursos para a educação superior e para a expansão. Os resultados já começam a aparecer. Nós tínhamos uma taxa de expansão da matrícula da ordem de 5% e, de 2003 para 2004, tivemos uma expansão de 7% das matrículas nas instituições federais, e temos uma meta de chegar a 10%, igualando a expansão do setor público à expansão do setor privado, que, como vocês sabem, nos últimos anos, cresceu a uma taxa que é o dobro da expansão do ensino público, razão pela qual a proporção de jovens matriculados na educação superior pública, que era de 70%, caiu para 30%. Ou seja, houve uma inversão completa do que era o quadro no começo dos anos 90.

Um segundo ponto da nossa proposta diz respeito à regulação, tanto do setor público quanto setor privado. Nós entendemos que o conceito de autonomia não é um conceito absoluto. Ou seja, uma instituição que foi alçada à condição de universidade não tem um direito eterno às prerrogativas atribuídas pela Constituição. Autonomia é algo que se conquista, muito bem, mas é algo que se mantém; é algo pelo qual tem-se que zelar. Se uma instituição, ainda que seja reconhecida como universidade pelo Ministério da Educação, nas sucessivas avaliações que o Ministério faz, estiver demonstrando uma falta de compromisso com a qualidade, essa instituição pode, por meio de um termo de compromisso com o MEC, tentar qualificar-se. Se não conseguir qualificar-se para manter suas prerrogativas de universidade pode, sim, ter suas prerrogativas temporariamente suspensas até que volte a apresentar um desempenho satisfatório para continuar sua expansão.

V. Ex^{as} sabem que uma faculdade isolada, atualmente, passa por um processo extremamente burocrático para conseguir ampliar suas vagas ou para ter uma autorização de curso, o que não é o caso da universidade. Muitas vezes, uma faculdade isolada vem demonstrando uma capacidade enorme de oferta de ensino superior de boa qualidade e vê-se tolhida em sua expansão e encontra concorrência, de certa forma assimétrica, por parte de uma instituição que não vem apresenta bom desempenho. Como tem a prerrogativa da autonomia, acaba se expandindo e, muitas vezes, inibindo a expansão de uma jovem e boa instituição que poderia promover educação de boa qualidade no País. Vê seu desenvolvimento refreado pelo atual marco regulatório.

Para nós, regulação, autonomia e qualidade são assuntos indissociáveis. Entrando um pouco nos detalhes do projeto, estamos conceituando o que seja pesquisa no País. Quando a Constituição fala em indissociabilidade de pesquisa, ensino e extensão e a LDB fala em produção intelectual institucionalizada, parece-nos um critério muito vago para definir pesquisa. O que o projeto faz é dizer, afinal de conta, o que é pesquisa institucionalizada. No nosso entendimento, pesquisa institucionalizada e pós-graduação **stricto sensu**, com regulação pela Capes e todos os procedimentos conhecidos que tornam a nossa pós-graduação uma referência internacional, com produção quantitativa e qualitativa de excelente nível. Estamos entre os melhores países em produção científica, embora tenhamos uma qualidade de educação bastante precária até a graduação.

Diria que esses são os pontos centrais do projeto. Há dois outros pontos que gostaria de mencionar. Não sei de quanto tempo disponho ainda.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – De mais três minutos.

O SR. FERNANDO HADDAD – Teremos oportunidade.

Um ponto é a questão do acesso e da permanência. Imaginamos que tenhamos que repensar, no bojo dessa reforma, a questão do acesso. Farei uma referência de um minuto.

No fundo desse debate todo sobre reservas de vagas, sobre cotas, há uma questão muito importante que nos parece ser a grande injustiça dos vestibulares. O vestibular é uma fotografia, um instantâneo, da posição que o aluno tem em determinado momento, em determinado dia, até em determinada hora. Muitas vezes, o aluno que faz o vestibular, o aluno das classes mais abastadas, vem com um reforço do ensino privado, da Internet rápida, da biblioteca em casa, de pais pós-graduados, de pais professores universitários,

concorrendo com outros que vêm da favela, com pais analfabetos, sem biblioteca, sem acesso a bens culturais, sem a disponibilidade do acervo construído pela humanidade à sua disposição. Ora, querer julgar o desempenho futuro desse jovem por esse instantâneo, por essa fotografia, parece-nos algo inapropriado. E os estudos têm sugerido que, se damos oportunidade para esse jovem, o desempenho dele é mais satisfatório em relação ao desempenho de um jovem que recebeu reforço e teve a mesma nota que ele no vestibular, ou seja, temos que pensar formas de considerar o esforço do indivíduo vis-à-vis as suas condições materiais concretas. Se isso não for equacionado, estaremos perpetuando a injustiça, no caso do ingresso à educação superior, principalmente pública.

O último ponto é a questão da gestão. Nós achamos que a universidade não pode ser encapsulada. A instituição mantida deve criar vasos comunicantes, tanto com a comunidade acadêmica, que é conjunto de professores, alunos e funcionários daquela instituição, quanto com a sociedade, ou seja, é preciso pensar numa gestão de duas mãos, onde a universidade recebe **inputs**, insumos da sua comunidade, de fora da sociedade, para que ela possa produzir um plano de desenvolvimento institucional que seja o mais aperfeiçoado possível, à luz das informações recebidas.

Então, se não criarmos a permeabilidade necessária para que a vida acadêmica ganhe um impulso novo, as nossas instituições continuarão sendo de menos qualidade do que muitas no mundo onde estabeleceu-se esse tipo de comunicação virtuosa que só oxigena, só melhora as condições da vida acadêmica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Secretário Executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad.

Vamos ao segundo convidado, Professor Gustavo Balduino, Secretário Executivo da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, representando, conforme (...) a Lúcia Gazolla, que se encontra em viagem ao exterior.

Com a palavra o Professor Gustavo Balduino, por 15 minutos.

O SR. GUSTAVO BALDUÍNO – Obrigado, Senador, e bom-dia a todos. Quero registrar, por parte da Andifes, o reconhecimento e a importância de espaços como esse que esta Comissão tem promovido historicamente. Ao propor o debate desse tema, que já tomou a sociedade, reforça o reconhecimento da questão da educação, em especial da educação superior.

Srs. Senadores, Sr. representante do MEC, da UNE, do Crub, demais autoridades presentes, Srs. Assessores, senhores da imprensa, minhas Sr^{as} e

meus Srs., a Andifes vai apresentar sucintamente alguns pontos sobre a questão da reforma, sobretudo recuperando o processo de debate.

Esse texto foi extraído do documento que está disponível às Sr^{as} e Srs. Senadores na assessoria da Comissão, uma reunião realizada em Belo Horizonte recentemente, onde procuramos destacar, como está escrito ali. A versão preliminar do anteprojeto de lei relativo à educação superior no País, a chamada reforma universitária, vem suscitando continuados debates.

É no horizonte da universidade pública que cumpre examinar o anteprojeto em causa. Como se trata de uma versão preliminar a ser submetida a um amplo exame, é razoável esperar inúmeras propostas de modificação. Então, queria registrar esse aspecto de caráter preliminar desse anteprojeto e da naturalidade de convergência e divergências em relação ao projeto.

A Andifes no debate da reforma universitária. Logo que o MEC lançou esse debate, ainda em 2003, a Andifes iniciou uma série de encontros com comunidades acadêmicas e outras entidades de ensino superior, Governo e sociedade. Já em novembro de 2003, a Andifes participou de encontros promovidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul com reitores de universidades Ibero-americanas, exatamente colhendo informações acerca de como se encontra o ensino superior em nações como Espanha, Argentina, México, Panamá, Uruguai, Paraguai, e assim por diante.

Promovemos também um conjunto de seminários regionais no sentido de captar a posição regional, de percorrer o Brasil promovendo esse debate, envolvendo vários setores da sociedade. Um primeiro debate na Universidade Federal do Paraná teve como tema a expansão e democratização do acesso ao sistema federal de ensino superior. Um segundo debate da Universidade Federal de São Carlos, representando a região Sudeste, onde o tema era o descrito ali. É importante destacar que, nessa oportunidade, tivemos o reitor da Unicamp como convidado e participante. Procuramos envolver naquele momento as universidades estaduais, principalmente as de maior destaque.

Na Região Norte, discutimos outro tema relevante para a questão do ensino superior, que é o projeto acadêmico, currículo e responsabilidade social e avaliação. Tivemos lá representantes do Conae apresentando esse tema.

Na Região Nordeste, na Paraíba, discutimos autonomia, financiamento e gestão institucional. Neste momento tivemos à Mesa o ex-presidente do Andes, representante da Fasubra, e também o Reitor Adolpho Melfi, da USP, nos relatando a experiência de autonomia das universidades estaduais paulistas.

Na Região Centro-Oeste, discutimos a questão de carreira, recursos humanos e hospitais universitários. Destaco que esse é um tema extremamente relevante. É preciso que haja uma atenção maior nesse debate.

O debate envolveu reitores, pró-reitores, professores, alunos, a SBPC, a Academia Brasileira de Ciência, a UNE, a Anup, instituições privadas, o Andes, a Fasubra, Secretários Estaduais de Educação, Secretários Municipais de Educação, Parlamentares, Reitores da USP e da Unicamp, entre outros. Isso porque a nossa perspectiva nesse debate é de fato torná-lo mais democrático possível, de maneira que o resultado final possa considerar diversas opiniões.

Esse tema é muito complexo. Temos certeza de que – até por mérito da própria Andifes – nenhuma opinião, nenhuma proposta em si abarcará todas as divergências que o sistema comporta.

Depois desses seminários, reunimos o Conselho Pleno da Andifes, em maio de 2004, e definimos uma proposta, que é este documento disponível para os senhores.

Esse documento foi entregue ao Ministro da Educação, Tasso Genro, no dia 8 de junho do ano passado. Isso tudo nos permite dizer que a Andifes está interessada neste tema há muito tempo, e temos procurado envolver vários atores e contribuir para o debate desde o primeiro momento. Em seguida, esse documento foi amplamente divulgado.

O conteúdo da proposta a que me referi, que V. Ex^{as} têm em mão, contém dois princípios, que a nosso ver têm que nortear qualquer debate sobre reforma universitária. O primeiro é a afirmação da educação superior como uma política de Estado. Se o Estado não se preocupar com a educação superior, com o tema estratégico do desenvolvimento das nações, talvez não receba a atenção devida, e não será o mercado que fará isso.

O segundo princípio é o conceito de educação superior como sistema nacional. A crítica que o Senador Cristovam Buarque faz, que testemunhei em outros momentos, com um contraponto apresentado pelo nosso Secretário Executivo, Fernando Haddad, a nosso ver também é pertinente. Talvez a sua inserção nesta proposta não seja apropriada, mas entendemos que a educação tem que ser de fato um sistema complexo. No caso da educação superior, tem que abranger todos os níveis: o Município, o Estado, a União, o setor privado, o setor público, faculdades, centros universitários e universidades. Tem que haver formulação que abranja todos aqueles que se envolvem com administração superior.

Neste documento também apresentamos algumas proposições que, em razão do tempo, não vou detalhar, sobre autonomia, financiamento e política de recursos humanos, neste caso, mais dirigidas às Ifes.

Há também algumas metas e estratégias. Como exemplo, cito duas: dobrar o número de alunos em quatro anos e ofertar 25 mil novas vagas noturnas. Já tive a oportunidade de apresentar essa meta de dobrar o número de alunos nesta mesma Comissão. Apresentamos essas metas ao Presidente Lula ainda no ano de 2003, e ele se mostrou favorável e, inclusive, orientou que constassem do PPA os meios necessários para se alcançar essa meta. Infelizmente, o PPA, em sua formulação presente, não tem essa meta prevista, apesar da orientação do Presidente Lula à época.

O anteprojeto de reforma universitária sobre o qual estamos nos debruçando com maior ênfase foi-nos apresentado no dia 6 de dezembro pelo Ministro Tasso Gentro. Naquele momento, ele estabeleceu o prazo até 15 de fevereiro para que se fizesse o debate por parte das entidades e se apresentassem as sugestões.

Já naquele momento, manifestamos ao Sr. Ministro a exiguidade do prazo. Sobretudo no que tange às universidades o período não é apropriado, porque, a partir de 15 de dezembro, viria Natal, Ano Novo, período de férias escolares, o que comprometeria a qualidade e a intensidade do debate. Mesmo assim, a Andifes se programou para fazer esse debate. No dia 14 de fevereiro, o Conselho Pleno reuniu-se na UFMG e aprovou o documento que também se encontra na mão de V. Ex^{as}. É importante destacar que esse documento, além de apontar eixos estruturantes de uma reforma universitária, ele também procura salientar para a sociedade brasileira e para o Parlamento a necessidade do debate. Não vamos perder de vista que, naquele momento, há questão de semanas atrás, o debate intensamente promovido pela mídia chegava a situações de alguns atores e autores proporem, inclusive, a desconsideração da reforma, jogar na lata de lixo a proposta, enfim, esquecer esse debate.

Para nós, naquele momento, o importante era garantir o debate. Como, aliás, esta Comissão, a nosso ver de forma muito oportuna, está promovendo. Por isso, o documento procurava, mais do que discutir o mérito – inclusive, é importante dizer, pela exiguidade do prazo – era apontar a importância deste debate ser promovido nos diversos fóruns nacionais, em especial, no Congresso Nacional.

A reivindicação, naquela própria oportunidade, com a presença, inclusive, do nosso Secretário Executivo, a Andifes, junto com outras entidades, reivindicou a extensão daquele prazo, e o Ministro, depois, nos comunicou e comunicou ao público que o prazo

estaria estendido até o dia 30 de março. Pois, então, daquele momento até o dia 30 de março, a Andifes está agora analisando com a maior acuidade e atenção, por meio das Ifes, nas várias universidades brasileiras federais, onde está havendo esse debate, o mérito do projeto. É importante também destacar que, até este momento, a Andifes não tem nenhuma posição sobre o anteprojeto. Então, a Andifes, de forma bastante objetiva, não é a favor nem contra o anteprojeto. Ela é a favor do debate, da necessidade de uma reforma, porque entendemos que o atendimento à população brasileira, a qualidade da educação superior brasileira, e o caráter estratégico dela não está a contento desta Nação. Então, é necessário fazer algo para atingir os objetivos de expansão, por exemplo.

No dia 17 próximo, a Andifes estará reunida na Universidade Federal de Mato Grosso, e a nossa perspectiva é, de fato, percorrer o Brasil, como mobilizador e sensibilizador deste debate. Fizemos reunião na UFMG, estaremos em Mato Grosso, fizemos, como já relatei, em várias universidades do Brasil inteiro. Mas, em Mato Grosso, especificamente, estaremos analisando concretamente o mérito do anteprojeto, para preparar sugestões a serem apresentadas ao MEC.

Alguns pontos, é importante destacar, já constantes do anteprojeto, merecem atenção especial do ponto de vista da Andifes. A regulação do Sistema Superior como um todo. A nosso ver, o sistema superior – e é um princípio da Andifes – deve ser regulado, tanto o setor público, quanto o setor privado; tanto o municipal, como o estadual e o federal. Não é possível pensar uma regulação para uma determinada parte do ensino superior e deixar uma outra parte, possivelmente do ponto de vista de matrículas, até majoritária, sem uma regulação apropriada. A regulação, a nosso ver, não significa restringir, significa, na essência da palavra, regular de fato.

A expansão do ensino superior, inclusive o público, para nós, essa é uma diretriz que deve ser, de fato, procurada em qualquer proposta de reforma. O atendimento da nossa juventude, sobretudo na faixa etária de 17 a 24 anos, não está sequer comparável a índice da América Latina. Por isso, essa reforma tem que vir com o objetivo de promover essa expansão. E naturalmente a expansão não pode se dar sem considerar o setor público, que é um fator de referência, e regulador de qualidade de qualquer sistema, do nosso sistema em especial.

A questão do financiamento, é um ponto nevrálgico de qualquer proposta, em especial das universidades federais. Esse financiamento tem de ter montantes que satisfaçam a manutenção das instituições federais, das instituições públicas de um modo geral; que satisfaça

a perspectiva de expansão, pois não adianta prevermos um financiamento que reproduza os últimos dez anos, se no próprio texto falamos em expansão para os próximos dez anos. Esse financiamento tem, de alguma maneira, prever isto: a sua perenidade, que permite planejamento e que naturalmente aumenta a eficiência de gestão em qualquer ambiente; e a sua forma de execução, que tem a ver com o item seguinte que é a autonomia de gestão. No caso das universidades federais, diferentemente do setor privado, um dos maiores empecilhos à autonomia se dá justamente na gestão da execução financeira, na parte de recursos humanos.

Então, essa reforma tem, de alguma maneira, que solucionar esse entrave. As universidades públicas, em especial, as federais, poderiam atender de maneira mais ampla e mais qualificada ainda se tivessem os instrumentos de gestão na autonomia, diríamos, mais modernos. Alguns desses instrumentos, inclusive, já foram utilizados em momentos anteriores. Ocorre que, nos últimos anos, a cada ano, a burocracia estatal, indistintamente de governos, tem se esmerado em criar dificuldades na gestão das universidades, a nosso ver, confundindo, muitas vezes, a gestão de universidade com a gestão pública de natureza geral.

Outro parâmetro que, para nós, é basilar da posição da Andifes é que a reforma deve trazer em si instrumentos de garantia da qualidade para o ensino superior de um modo geral. Não estamos falando aqui somente da universidade federal. A qualidade, talvez, seja o parâmetro de unificação de qualquer discussão no ensino superior

Em momento nenhum a Andifes se coloca numa polarização, que entendemos equivocada, de público contra privado. Ao contrário, entendemos que a polarização é em relação àqueles que querem qualidade e àqueles que não querem qualidade; àqueles que querem expandir o sistema para atender à população e àqueles que não querem estender o sistema; àqueles que, para estender o sistema, entendem que precisa haver um financiamento apropriado e àqueles que não querem. A polarização em si não se dá entre público e privado do ponto de vista da Andifes.

A questão do PDI é uma inovação no sentido da regulação do Ensino Superior. Isso não é uma novidade para muitas instituições, tanto privadas quanto públicas, mas, no entanto, o fato de constar da proposta deve ser analisado meritariamente.

A questão do Conselho Comunitário tem suscitado vários artigos muitas vezes contraditórios – o que faz parte do debate. Alguns dizem que será uma intervenção à restrição da economia; outros dizem que não, que é um vaso comunicante com a sociedade.

A tendência da Andifes até o momento, pelo debate acumulado – não é conclusiva ainda –, reside muito mais na concepção de que o Conselho Comunitário com caráter consultivo pode ser o mecanismo apropriado de comunicação de interação com a sociedade. Mas, no entanto, exige um debate mais aprofundado para caracterizar isso de forma apropriada, de forma a garantir, de fato, uma relação melhor com a sociedade, mais intensa. E que essa relação não signifique uma intervenção na autonomia nas linhas de pesquisa da universidade.

Assim, o último aspecto que também merece um destaque – entre outros, procuramos destacar alguns – é a questão da assistência estudantil. É preciso dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, no próximo dia 14, salvo engano, estará sendo publicada a última pesquisa do perfil socioeconômico dos alunos das Universidades Federais, com base nos dados de 2003, em que apontamos que, em média, mais de 50% dos alunos das Universidades Federais fazem parte das classes D e E, com renda familiar média. Esse é um dado que, quando estiver tabulado, vamos disponibilizar para o debate, para compreender que, hoje, nas Universidades Federais e nas públicas, de um modo geral, há um conjunto de alunos que se não tiverem uma assistência devida para alimentação, transporte e alojamento não conseguem se manter nos estudos. Além disso, no próprio setor privado, sabemos que há necessidade também de uma complementação, de uma assistência para a permanência.

Próximo, por favor. Do nosso texto, também de Belo Horizonte, esse é um ponto que gostaríamos de destacar também, encerrando a nossa apresentação. Cabe a todos o exame das proposições conflitantes, a avaliação do que cada um significa e dos interesses que representa, bem como das consequências daí decorrentes. E convém não esquecer que, dado o inédito papel do conhecimento nas sociedades contemporâneas, ao discutirmos a universidade, estaremos, em um mesmo movimento, discutindo o País, seu futuro e sua soberania. Por isso, a Andifes reputa a maior importância a esse debate.

Próximo, por favor. Concluindo, a Andifes entende que os debates sobre o tema devem continuar em busca do aprimoramento, inclusive quando da tramitação no Congresso Nacional, que é o espaço natural para a manifestação plena da sociedade. Por isso, é fundamental que este debate continue, chegue uma proposta a este Congresso, que essa proposta seja objeto de intenso debate e, de fato, que se aprove uma lei, uma regulação que alcance os objetivos que apresentamos no começo.

Então, passamos às mãos dos senhores esse documento, exarado na reunião da Andifes, na UFMG. Também aproveitamos a oportunidade de passar aos Srs. Senadores um documento, um texto escrito pelo Professor Jader Nunes de Oliveira, Ex-Reitor da Universidade Federal da Paraíba, no qual procura recuperar o histórico do debate da autonomia, sobretudo projetos de lei que passaram por esta Casa e estão engavetados em função das várias polêmicas, ressaltando que esse é um tema de fato extremamente polêmico.

E um artigo da nossa autoria também, publicado na **Folha de S Paulo**, onde procuramos salientar a importância do debate respeitando as divergências.

Era isso o que tínhamos para dizer. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, professor Gustavo, Secretário Executivo da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes.

O próximo expositor é o Vice-Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Crub, Sr. José Izecias de Oliveira, a quem passo a palavra.

O SR. JOSÉ IZECIAS DE OLIVEIRA – Nós gostaríamos de agradecer o convite a esta conceituada Comissão do Senado Federal, Comissão de Educação, e aos nobres Senadores.

Queremos cumprimentá-los em nome do Presidente desta Comissão, Senador Hélio Costa. Cumprimos a Imprensa e os nossos colegas de debate: Secretário Executivo do Ministério, Sr. Fernando Haddad; Gustavo Balduino, Secretário Executivo da Andifes, e também o acadêmico Presidente da União Nacional dos Estudantes, na condição de Reitor da Universidade Estadual de Goiás, uma das mais populosas universidades públicas do País, e de vice-Presidente do clube, aquele Conselho que congrega a diversidade das universidades brasileiras; o setor mantido pelo Poder Público Federal, aqui representado pela Andifes; as estaduais e municipais, as comunitárias e confessionais e as eminentemente privadas. É a partir desse prisma que aqui podemos dizer algumas palavras acerca da importância da reforma.

Referindo-me, inicialmente, aos dados do Inep relativos à 2003, ao nosso ver eles refletem um retrato importante da educação brasileira em nível superior, que, com certeza, não está muito modificado nos dias de hoje. Há 1.769 instituições de educação superior. Dessas, apenas 11,7% são públicas. Estamos aproximando, conforme esses dados, dos 4 milhões de universitários no País, pouco mais de 2% da população.

As instituições públicas, o Secretário Executivo aqui mencionou, respondem, hoje, por 30% das vagas

e matrículas desses quase 4 milhões de universitários. A oferta nas instituições públicas é equilibrada entre as instituições federais e as estaduais, seguidas das municipais. A maior procura nos processos de admissão também se encontra nas vagas oferecidas nas universidades federais e estaduais, que, além de gratuitas, mantêm uma relação professor/aluno, no geral, mais favorável. Nessas instituições se concentram os docentes em tempo integral – cerca de 70% – e os doutores – 40,9% nas federais e 38,8% nas estaduais –, mas as instituições privadas são as que, no conjunto, oferecem mais postos de trabalho para os docentes e funcionários administrativos.

Esses dados mostram que a rede pública está adiante no compromisso com a qualidade, mas também evidenciam a marcha da privatização da educação superior no nosso País.

Em vista disso, julgamos válidas quatro proposições para a construção de uma política atual para a educação superior. Primeiro, é preciso aumentar a oferta de vagas; segundo, é preciso aumentar a participação das instituições públicas nessa oferta de vagas; terceiro, é preciso induzir a melhoria da qualidade em todas as instituições; e, finalmente, é preciso compreender que qualquer diálogo sobre a educação superior no País passa pela participação das instituições privadas.

Em dezembro, recebemos, nós todos da comunidade acadêmica, o anteprojeto de Lei da Educação Superior ou o documento da reforma universitária. Muito, nesse tempo, já se disse e vai-se dizer sobre essa reforma. Têm-se dito de bem e também muitas críticas. Existem razões para uma e para outra coisa. O fato, entendemos, é que o anteprojeto acima, embora não de modo satisfatório, contempla essas quatro questões que mencionamos.

Dentre as vantagens da proposta da reforma universitária em discussão, destacamos duas, de imediato: é uma reforma que se inicia com a abertura para a discussão pela sociedade brasileira e que toca em aspectos antes evitados.

A esse respeito, convém alertar que a discussão ampla da reforma depende de tempo para maturação, por isso queremos cumprimentar o Ministério por ter alargado um pouco mais o prazo e por ter mantido a discussão sobre esse importante tema.

Um dos aspectos tratados de forma objetiva no anteprojeto é a autonomia universitária.

A universidade brasileira sempre discutiu e sempre procurou compreender e formatar a sua autonomia, prevista na Constituição Federal, tal como de fato existe nos países em que as universidades são livres e florescentes.

Hoje, é difícil pensar em relativizações do conceito de autonomia. Pela Constituição, a universidade deve fazer o que decidir seu conselho universitário dentro da lei.

A liberdade acadêmica depende de existir autonomia financeira e de gestão de pessoas e do patrimônio. O anteprojeto prevê que ela deve existir e formata essa autonomia quanto aos recursos fornecidos pela União. Isto é, os recursos financeiros anuais para as instituições federais, nesse projeto, se apresentam assegurados e disciplinados por lei. Mas não está previsto no anteprojeto que o reflexo dessa destinação dos recursos se deva também dar em nível estadual e municipal. Isto seria um avanço ainda mais significativo, porque metade das vagas públicas é oferecida em instituições estaduais e municipais. O anteprojeto propõe resgate da participação das instituições públicas e gratuitas na forma de oferta de vagas para educação superior. Elas deverão oferecer 40% do total de vagas até 2.011. Isto implica aumentar a oferta além do crescimento vegetativo da população. A expansão da educação superior pública e gratuita vai-se dar ao mesmo tempo em que as instituições devem investir pesadamente em qualidade. Por isso, os recursos para expansão da oferta precisam ser alocados com antecedência e clareza.

As instituições estaduais, que respondem por praticamente metade das vagas oferecidas nas instituições públicas, apresentam uma proposta para essas questões.

O pagamento das dívidas estaduais, hoje, sobrecarrega as contas públicas em todos os níveis. A parcela de contribuição do Poder Público estadual na política nacional do aumento de vagas depende muito do aporte de recursos extraordinários. Uma lei específica pode criar um fundo para financiar a expansão do ensino público a partir das universidades estaduais, a partir de repasses ou de percentuais do pagamento das dívidas dos Estados para com a União. Trata-se de transformar em realidade a meta programática da expansão.

Na verdade, estamos propondo, objetivamente, garantir a expansão, trocando percentuais de dívidas dos Estados em matrículas nas universidades estaduais públicas brasileiras.

É preciso reconhecer que a reforma proposta é fortemente indutora da busca da qualidade na educação superior. O problema está em que esta indução se faz, ali, muitas vezes pela via da negatividade, da punição, que costuma, em muitos casos, não dar bons resultados a médio e a longo prazos. Falta algo concreto relacionado com o reconhecimento dos méritos.

A produção intelectual brasileira tem excelente qualidade. Mas se concentra nas áreas que não agregam valor à produção, porque não são propensas a produzirem tecnologia. O Brasil forma cientistas ainda em número insuficiente nas áreas associadas ao desenvolvimento tecnológico. Sem ciência básica nestas áreas específicas, a inventividade é baixa e a consequência é um número reduzido de patentes nacionais, o que coloca nosso País em situação pouco competitiva no cenário econômico mundial.

Apresentamos e identificamos a vinculação aumentada que a proposta apresenta de mestres e doutores. No entanto, focamos que é necessário estabelecer condições de proporcionalidade na reforma em relação ao número de mestres e doutores, com isso criando mais espaços para pesquisadores seniores não só na rede pública, mas também nas instituições privadas, afinal a meta de oferecer 40% das vagas até 2011 deixa claro o papel reservado às instituições privadas na educação brasileira. São e serão majoritárias. Precisam ser chamadas a também produzirem ciência e devem receber para isso incentivos.

Um outro aspecto que merece destaque positivo no ante-projeto é a caracterização do que é uma universidade, um centro universitário, uma faculdade ou grupo de faculdades. O problema é que a caracterização proposta restringiu-se muito a aspectos quantitativos. Em outros aspectos também importantes deve-se assinalar que os sistemas estaduais e municipais de educação foram inadequadamente tratados neste ante-projeto. Esses sistemas existem, são representativos em qualidade e em quantidade, basta vermos as estaduais paulistas, a estadual do Rio de Janeiro, a estaduais paranaenses, só para mencionarmos algumas delas.

O ante-projeto parece querer concentrar a educação superior no MEC e no Conselho Nacional de Educação; seria uma volta ao passado, sem grande proveito e com riscos significativos de atraso em providências que são importantes. É preciso resgatar esse papel dos Conselhos Estaduais de Educação. Atualmente com 1.859 instituições no País e com a pluralidade de realidades regionais, é preciso descentralizar decisões e responsabilidades. O mais adequado é inserir novamente os Estados e Municípios como instâncias supervisoras de educação superior em seus correspondentes sistemas de ensino.

No contexto atual, cuidar dos problemas da educação superior brasileira é com certeza uma virtude; enxergar que ela é também um investimento econômico é um descortino; fazer isso com a participação de todos os atores e da sociedade brasileira é com certeza uma arte.

Aqui presidindo interinamente o Conselho de Reitores e em nome dele, vemos essa discussão com olhos de críticos, bons olhos de críticos, e acreditamos que estamos no caminho correto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Ouvimos o Professor José Izecias de Oliveira, representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, como seu vice-presidente, e o último convidado inscrito para fazer a sua exposição é o Presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Lemos Petta, a quem passamos a palavra.

O SR. GUSTAVO LEMOS PETTA – Bom-dia, Presidente Hélio Costa, em nome do qual cumprimento todos os Senadores presentes. Agradeço o convite para estar participando deste debate nesta audiência pública na Comissão de Educação do Senado. Secretário Executivo Fernando Haddad; Secretário Executivo da Andifes, Gustavo Lopes Balduino; e o Professor José Izecias, que representa aqui o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, considero, antes mesmo de iniciar o debate, o quanto é importante entendermos a universidade como algo imprescindível para um projeto nacional, e todos aqueles que relativizam o debate sobre a universidade, o debate sobre a reforma universitária, o debate em que o Estado dever-se-ia preocupar exclusivamente com o financiamento e ter como única exclusividade a responsabilidade com a educação fundamental são aqueles que abriram mão de pensar um projeto nacional, soberano, independente do ponto de vista científico e tecnológico de nação.

Considero, portanto, importantíssima a iniciativa do debate da reforma universitária, do debate do futuro da universidade brasileira.

Infelizmente, em anos anteriores, seguindo à risca a orientação de organismos internacionais, inclusive do próprio Banco Mundial, o ensino superior deixou de ser responsabilidade do Estado e passou a ser esvaziado, de maneira sistemática, ficando as nossas universidades federais no estado em que hoje se encontram, inclusive com dificuldade de pagamento de luz e de fechar as contas. Isso gera, portanto, um esvaziamento da universidade pública como elemento essencial para um projeto de nação.

Diante disso, o debate da reforma universitária é extremamente necessário. Desde o Congresso da UNE, em 2003, a UNE vem-se concentrando nesse debate. Em julho daquele ano, a UNE reivindicava uma reforma do ensino superior que pudesse sintonizar a universidade com os desafios do País e com o novo modelo de desenvolvimento econômico; sintonizar a universidade com a necessidade de uma transição que ainda esperamos que ocorra no Brasil.

A UNE se envolveu de maneira sistemática em todo esse debate. No ano passado, organizamos caravanas por todo País, para fazer discussões sobre a reforma universitária; reunimos os DCEs, diretórios acadêmicos, em agosto do ano passado, fazendo uma resolução que tinha como eixo central a participação nos espaços de debate colocados para a reforma universitária e a necessidade de o movimento estudantil disputar o conteúdo da reforma universitária que está sendo discutida e que deve chegar ao Congresso Nacional para um debate mais intenso entre Deputados e Senadores.

Diante disso, ao apresentar o anteprojeto no dia 6 de dezembro, já fizemos algumas considerações e faremos as nossas considerações mais profundas no nosso conselho, a realizar-se entre os dias 25 e 27 de março. Mesmo assim, a diretoria da UNE já tem uma posição sobre o anteprojeto, considerando que traz alguns avanços significativos para o ensino superior, como a autonomia de gestão financeira das universidades federais, tão reivindicada há anos pelos reitores e pela comunidade acadêmica. Essa autonomia, logicamente, precisa e deve estar vinculada à responsabilidade do Estado, no seu financiamento; por isso, ela é condicional à idéia dos 75% do orçamento da educação e da retirada do pagamento dos inativos da folha de pagamento da educação.

Esses dois elementos contidos no anteprojeto, somados, representam um aumento de financiamento para as universidades federais. Um só, separado do outro, acaba não significando um aumento consistente, necessário, inclusive, para a expansão da rede federal de ensino superior.

Consideramos também um avanço significativo elementos que falam da gestão democrática no anteprojeto, a instituição de conselhos em todas as instituições universitárias. Esses conselhos terão a participação de estudantes, professores e funcionários.

O fim da lista tríplice. Isso é importantíssimo. No governo passado, algumas vezes, o Ministro Paulo Renato chegou a utilizar-se da lista tríplice, causando, inclusive, crises institucionais em universidades. O caso mais conhecido foi o da Federal do Rio de Janeiro, quando o Ministro Paulo Renato empossou um reitor menos votado na consulta à comunidade acadêmica, causando uma crise institucional na Federal do Rio de Janeiro. Então, a instituição das eleições diretas, respeitando-se assim a escolha da comunidade acadêmica, é um avanço importante contido no antiprojeto.

A liberdade de organização do movimento estudantil. Isso, às vezes, parece algo irrelevante, mas em algumas instituições privadas – não em todas – temos dificuldades, hoje, de nos organizar, inclusive entrar

na universidade para organizar os estudantes em atividades acadêmicas, em atividades políticas. Então, existe uma dificuldade, e é necessário que na legislação esteja contido este elemento importante: as universidades, escolas e instituições devem ser espaços com ambientes democráticos, de livre discussão, com polêmicas, divergências, etc.

O limite ao capital estrangeiro é um ponto fundamental que vem sendo bombardeado por alguns setores.

Para se pensar essa Nação soberana, livre e independente, é preciso se preocupar com a formação cultural e educacional da juventude brasileira. Não limitar a presença do capital estrangeiro nas empresas universitárias que existem no País – de acordo com a legislação, essa presença é permitida – é permitir que, num futuro próximo, diversas corporações estrangeiras venham a se apropriar e influenciar diretamente a formação cultural e educacional da juventude brasileira. Isso é muito importante; é, inclusive, um dos assuntos discutidos atualmente no âmbito da OMC.

Diversos países vêm pressionando o Brasil e outros países a tratarem a educação no âmbito dos serviços da OMC. Isso faria com que as atuais legislações nacionais, as leis que discutimos, como a própria reforma universitária, perdessem eficácia, passando a vigor uma legislação internacional que, logicamente, atenderia os interesses dos países mais ricos e dos que têm mais força nas negociações comerciais no âmbito da OMC. Essa importante questão precisa ser enfrentada e, na nossa visão, ela é inegociável. Na nossa opinião, o Ministério da Educação e o Governo brasileiro não podem ceder a pressões nesse sentido – pressões no sentido, inclusive, de mudar o limite ao capital estrangeiro.

O aumento do critério de qualidade, como já disse aqui o representante do clube, é um dos pontos que consideramos como avanços do projeto. Entretanto, existem alguns pontos críticos e algumas ausências que gostaríamos de reforçar.

Vínhamos discutindo o assunto com o Ministro Tarso Genro, que acatou uma sugestão, mas entendemos que é preciso também acatar uma proposta que vincule no Orçamento a assistência estudantil. O Gustavo Balduino disse claramente que atualmente há uma grande demanda por assistência estudantil, mas não existe nenhuma rubrica, nada específico para isso nas universidades federais. A demanda é realmente grande; existe, inclusive, uma evasão crescente nas universidades: são estudantes que não conseguem terminar seu curso por não terem acesso a transporte, a alimentação e a outras coisas essenciais. Com a

política de cotas e a reserva de vagas contidas no anteprojeto, essa demanda tende a crescer muito.

É necessário que o anteprojeto contenha um plano nacional de assistência estudantil e que tenha uma concepção mais universalizante, porque não podemos pensar de maneira segmentar, separando os estudantes brasileiros em diversas categorias dentro da universidade. Não dá, por exemplo, para o restaurante universitário atender apenas os estudantes carentes, que ficam ilhados, separados dentro da universidade. O restaurante universitário tem de atender todos os estudantes – logicamente, ajuda e acaba sendo mais voltado para aqueles estudantes com maiores dificuldades. É preciso pensar nisso.

O Ministro acatou a sugestão, mas entendo ser necessária a vinculação orçamentária a fim de valorizar a assistência estudantil nas instituições federais. Essa assistência deve ser encarada como algo imprescindível para a política de democratização do acesso ao ensino. Atualmente essa preocupação se estende às instituições privadas, devido, inclusive, à adoção do programa Universidade para Todos. Temos uma preocupação muito grande, por exemplo, com os estudantes que, apesar das grandes dificuldades econômicas, por meio do Prouni* conseguiram entrar na universidade privada – é lógico que é uma vitória importante para os estudantes – para cursar Medicina por exemplo. O número de estudantes chegará a trezentos mil no próximo período, não só os de Medicina, mas de todas as áreas. Como esse estudante conseguirá concluir seu curso se não tiver acesso à assistência estudantil? Temos uma grande preocupação nesse sentido. Essa questão precisa ser melhor definida no anteprojeto.

Outra questão são os cursos noturnos. O projeto não entra em especificidades, mas é importante, principalmente no PDI, incluir essa preocupação. Algumas universidades federais têm essa preocupação como prioridade. É o caso, por exemplo, da Universidade Federal de Minas Gerais, que tem ampliado o número de cursos noturnos. Para democratizar o acesso, uma das questões essenciais e fundamentais a ser resolvida é a ampliação dos cursos noturnos. Atualmente, o estudante que trabalha durante o dia tem como única opção estudar em universidades privadas, dificilmente ele consegue uma vaga em universidade pública à noite. Independentemente do período, já é muito difícil conseguir uma vaga em universidade pública, dada a dificuldade na seleção do vestibular. No caso dos cursos noturnos, essa dificuldade cresce ainda mais.

Então, ainda existem espaços ociosos em universidades federais. Logicamente não dá para ocupar esse espaço sem recursos, até porque existem universidades que nem conseguem fechar sua conta de luz.

Mas, na nossa visão, essa preocupação é necessária para a democratização do acesso à universidade.

Um terceiro ponto é as mensalidades. Não entendemos que essa questão deva ser tratada pelo Movimento Estudantil. Logicamente, isso tem impacto econômico, e as mantenedoras se preocupam e devem tratar do problema, mas é preciso haver espaço de negociação, de debate nas instituições sobre o reajuste das mensalidades para o ano seguinte.

Hoje, em algumas instituições esse espaço já existe, o Movimento Estudantil se organiza e consegue fazer o debate. Porém, em grande parte delas, o aumento acaba acontecendo no período das férias e não há nenhum tipo de negociação ou debate com as entidades estudantis e com os pais de alunos.

No caso das instituições privadas, essa preocupação não é só dos estudantes, pois muitos pais pagam as mensalidades. É uma preocupação da família brasileira o processo de negociação das mensalidades.

Portanto, consideramos que o projeto traz avanços significativos. É lógico que ele precisa ser aperfeiçoado, ser modificado, ser objeto de intensos debates porque é muito polêmico. É muito difícil chegar ao consenso e à unanimidade em relação a um tema como esse. O Governo terá que tomar uma posição em relação a alguns temas polêmicos, que são controversos e envolvem diversos interesses, muitas vezes contraditórios e conflitantes.

Então, é preciso que o Governo tenha coragem de enfrentar esse debate. O anteprojeto focaliza a ampliação e o fortalecimento da universidade pública, sem desmerecer o significado do ensino privado hoje, que também tem papel fundamental na formação de milhares de estudantes brasileiros, mas aumentando os critérios de qualidade.

Entendemos também que esse anteprojeto precisa estar sintonizado com uma transição para o novo modelo de desenvolvimento econômico do País. Acharmos muito difícil um anteprojeto como esse, que tem medidas que aumentam o financiamento da universidade pública, ser aprovado pelo Ministério da Fazenda, sem a idéia de transição para um novo modelo. Essa é uma preocupação central.

Por exemplo – já disse isto várias vezes –, o projeto defende a subvinculação do orçamento da educação para as instituições federais, que é uma medida correta porque garante autonomia de gestão financeira para as instituições. Essa medida foi aprovada no Estado de São Paulo há muito tempo. Lá, a verba que vai para as instituições estaduais é subvinculada ao ICMS.

Tempos atrás, o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, defendia a desvinculação dos recursos para a educação. Então, existe um conflito. Entendemos que

é preciso defender o anteprojeto, até porque ele traz a idéia do fortalecimento da universidade pública. Porém, ele precisa estar sintonizado com a transição para um novo modelo de desenvolvimento econômico.

Inclusive, algo importantíssimo, que já foi alvo de discussão nesta Comissão de Educação do Senado, é a retirada da educação da desvinculação das receitas da União. Isso é necessário para completar essa conta que tem que considerar o ensino superior e também o ensino fundamental, além do fortalecimento do Fundeb, um dos atuais debates na educação do País.

Esse deve ser um esforço conjunto daqueles que lutam pela educação no Brasil. Deve unir Senadores, Deputados, movimento educacional, movimento estudantil, no sentido de pressionar o Ministério da Fazenda, a área econômica do Governo, a ceder a essas pressões tão necessárias à transição da educação para um novo modelo de desenvolvimento no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes.

Passamos à segunda parte do nosso debate, com as perguntas dos Srs. Senadores.

Pergunto se algum dos Senadores presentes se antecipa para utilizar a palavra. Estou, evidentemente, abrindo mão de ser o primeiro a fazer as perguntas aos Srs. Convidados.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Gustavo Balduino e ao José Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É a respeito da lista tríplice que foi citada por ele e da forma de participação da escolha dos reitores das universidades, das eleições diretas para os reitores. Não tenho um panorama geral das universidades, se existe diferença de peso entre o representante dos estudantes, dos funcionários, se o peso é igual, como é composto o colégio eleitoral das universidades.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – A pergunta foi feita para...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Para o Dr. Gustavo Balduino e José Ezequias Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem.

Com a palavra o Professor José Ezequias Oliveira.

O SR. JOSÉ EZEQUIAS OLIVEIRA – A questão, inclusive, levantada aqui pelo Presidente da UNE, como um avanço no projeto de lei, quando extingue as listas tríplexes nas universidades públicas, no caso, nas federais, é importante exatamente porque remete à comu-

nidade universitária a maturidade para escolher dentre o corpo docente o professor que tenha competência para o mandato, para estar à frente da universidade. Posso dizer que, na Estadual de Goiás, a nossa, já também temos por lei de criação esse avanço. Não é lista tríplice para escolha do Governador, é a escolha com o nome mais votado para assumir a direção da instituição. Quanto às proporções, temos, hoje, uma vinculação proporcional de peso de voto que ainda persiste, apesar de mecanismos que as universidades estão criando para a escolha, que é a questão dos 70% do corpo docente, 20% do corpo discente, e 10% do técnico administrativo, ou, pelo menos, 70% do corpo docente, os outros 30% ficam livres para os colegiados superiores das universidades. A nosso ver, essa exigência também deveria ficar flexível à autonomia das universidades. Tem sido um diálogo junto à posição do Ministério nessa questão. Não sei se consegui esclarecer um pouco mais essa dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pois não.

O SR. GUSTAVO BALDUÍNO – Bem, Senador, a regra hoje estabelecida prevê a lista tríplice e uma consulta feita ao colegiado superior da universidade e este pode fazer uma consulta à comunidade. A regra também de hoje prevê que essa consulta em qualquer ambiente tenha 70% de participação dos docentes. No entanto, hoje mesmo, uma vez que a consulta não é obrigatória, há uma diversidade de regras entre as universidades. Tem universidades que fazem a consulta informalmente com paridade, outras com peso de 50% para docentes e dividido 25, 25, outras, com 70% e 15, 15. Então, o que ocorre mais é um acompanhamento da tradição daquela universidade, muito mais do que a restrição que a lei impõe quanto à forma de consulta. No entanto, a lista tríplice está preservada. Hoje, todos os conselhos universitários encaminham ao MEC uma lista tríplice. Nos últimos anos, temos observado a escolha do primeiro da lista, tanto por parte do ex-Ministro Cristovam como do atual Ministro Tarso Genro. No entanto, não há nenhuma determinação, há liberdade legal de escolher qualquer um dos três constantes da lista. Há a restrição de que tem que ser professor, doutor ou adjunto dos quadros da universidade. É a regra de hoje. Da forma como está proposto, todas essas características do processo de escolha são remetidas ao estatuto da universidade, além disso, no momento atual, ou seja, no acúmulo que tem dessa discussão, não tem uma posição definida ainda sobre a propriedade de estar restrito ou definido pelo estatuto, na medida em que há posições que entendem que deveria ter uma regra geral para o País, no caso das federais, para evitar que cada uma

faça de forma diferente, o que geraria uma disparidade entre as universidades. Também há um sentimento já bastante consolidado na Andifes de que, uma vez que sobre os docentes recai a responsabilidade maior pela condução da universidade, seja na atividade docente, seja na pesquisa, seja na gestão, deveria haver também uma atenção especial aos pesos dados a cada um dos três segmentos. Mas, para isso – insisto –, ainda não há liberação. Há um debate que transita por esses sentimentos, ou seja, sobre haver uma unificação de procedimentos em plano nacional, de forma a se reconhecer a responsabilidade maior dos docentes – em exercício, naturalmente – na gestão das universidades. Mas ainda não há uma definição quanto à proposta que consta da reforma universitária, que delega isso ao Estatuto.

Delegando-se ao Estatuto, cada um pode fazer como quiser. A nosso ver, na forma como está, não se restringe sequer a docentes, muito menos aos do quadro; não há nenhuma restrição constante na proposta da reforma. Com certeza, a Andifes não teria concordância em que estivesse sobremaneira aberta a qualquer um a possibilidade de ser dirigente de universidade federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Satisfeito, Senador Augusto Botelho?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Então, a Andifes é favorável a que se faça por mérito? O critério de mérito tem que valer na escolha dos reitores? Quer dizer, não pode ser. Isso é uma coisa que temos de discutir realmente, porque a universidade é uma casa de saber, de estudo. Não podemos usar critérios político-partidários, alheios à busca do conhecimento, para escolher um reitor. Creio que é nesse caminho que deve sair o consenso aqui.

Mas gostaríamos de ter bem clara a posição das instituições de que os responsáveis pelo ensino, na ponta, são os senhores. As universidades dependem do Ministério da Educação e dos senhores. Então, tenho certeza de que esta Casa vai respeitar a idéia que predominar dentro das instituições que representam as universidades. Mas há muita água para correr e terra para andar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, ouvi atentamente todos. No carro, vim ouvindo o primeiro palestrante; depois, já estava presente.

Primeiro, lamento o Governo não estar aqui. Este é o quadro da preocupação: neste instante, este é o

acontecimento mais importante no Senado, e não há nenhum Senador do PT.

Vivi isso, e a minha satisfação foi a juventude, que V. S^{as} representam. A juventude é muito pura e muito boa. Meu jovem Gustavo Pedro, fiz parte desse movimento na ditadura. Ouvi Geraldo Vandré cantar: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber”, e houve aquela confusão toda. Então, a participação dos estudantes na nossa história foi muito bonita. E ainda o é: V. S^{as} se comportaram muito bem.

Mas queria dar aqui a realidade, Presidente Hélio Costa: o PT deveria estar nesta reunião para ouvir e aprender. Deus me permitiu ter esses cursos todos com que uma universidade sonha. Sou médico, cirurgião, pós-graduado; tenho 62 anos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Ex^a é ex-Prefeito e ex-Governador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O que acontece na educação é igual na saúde. Acho que ela tinha que ser como o sol: igual para todos. Então, aprendi com um piauiense que presidiu esta Casa, Petrônio Portella, não agredir os fatos. Os fatos é que são iguais. O Senador José Maranhão já foi Governador de Estado, um dos mais brilhantes do meu Partido. Graças a Deus, o título de S. Ex^a fica na Paraíba; se fosse no Piauí, eu não ganharia nada.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu seria seu eleitor.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu quero que V. Ex^a coloque os caboclos das fazendas que tem no Piauí para votar em mim.

Mas queria dizer o seguinte: têm que conviver a saúde privada e a pública. Não vamos agredir os fatos, a realidade está aí. Eu só ia apresentar um quadro, que é dramático. E já houve audiência pública. Aquele negócio de insuficiência renal, hemodiálise, transplante renal é um transtorno. Para que V. Ex^{as} tenham uma noção, o Governo Federal só tem 5%. Então, tem-se que conviver com isso, não há jeito. Estão aí os doentes; a insuficiência renal é dramática, aquelas hemodíálises, filas de transplante. Então, tem-se que conviver com isso. O Brasil está desse jeito. Eu vi os números e me atualizei.

Agora, quero citar uma experiência muito real – por isso é que o PT está todo atrapalhado – de prefeitinho, Senador Maranhão, lá de Parnaíba. Havia um hospital do Fcesp, inacabado, na minha cidade, Senador Hélio Costa. Era Ministro aquele do Paraná, do Collor, Alcení Guerra. Pedi para terminar esse Fcesp e municipalizá-lo. Lembro que ele mandou um Coronel do Fcesp, que tinha ido à Amazônia resolver se entregava ou não as exigências do Fcesp e tudo e tal,

saber por que eu queria. Então, tinha que ir à esfera Federal, porque eles não iam dar.

Respondi que entendo que o Federal é pai do Município. Então, eu quero, está parado lá, coloco para funcionar.

E o que vocês propõem?

Respondi: “Atravesse essa praça aqui e vá bem ali” – sou médico da Previdência. “Há um posto, naquele antigo Sandu, e uma ambulância que está há dois anos com o pneu furado, parada ali. É um pronto-socorro federal. Daqui que esse Alcení Guerra saiba que está há dois anos parado, porque não tem pneu, é uma novela. E eu tenho um pronto-socorro bem pequeno, sou médico. Você pode ir lá a qualquer hora, porque, se às 19 horas não entrar um médico de plantão, o povo vai lá em casa. Um jeito eu tenho que dar.”

Então, é mais fácil. A quem falou da universidade estadual, quero dar um exemplo, o melhor exemplo. O maior crescimento universitário do mundo ocorreu quando governei o Piauí, na universidade estadual. Apenas o último vestibular teve 65.560 brasileiros inscritos. Criamos 32 **campi**. Considero que a semente mais importante é a do saber. Entendo que tem que conviver isso tudo.

Quando éramos estudantes, havia o Colégio Pedro II. Pedro II governou isso aqui por 49 anos. Ele ia assistir... Não sei se o Senador Hélio Costa, que é bem mais novo do que eu, porque estudou nos Estados Unidos, era colega do Bush...

Então, Senador Maranhão, todo mundo estudava, era um modelo. Estudei com o livro de Waldemiro Potch. Era tão bom de Biologia, que depois foi professor de Biologia, de Fisiologia e tal, prestava até para a Medicina. Ele era um modelo. Entendo que os ensinamentos federais, as entidades, devem existir, mas sendo um modelo para as outras se aproximarem. Ela deve ser forte, como era o Pedro II na nossa geração, com aqueles livros.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

Serei breve, Sr. Presidente.

As entidades estaduais estão próximas, sabem das necessidades, da regionalização, e daí o crescimento. Penso que é preciso conviver com isso tudo. Na saúde convivemos. Os públicos e os federais.

Agora, o grande problema está aí, ninguém vai tirar. Cresceu muito a rede privada, mas o setor público tinha que ir na frente, como os bandeirantes. O empresário vai depois, se der certo. Hoje, está diminuindo a estadual, não por incompetência de quem está lá, mas porque os privados viram que há possibilidade, porque há essa demanda de vestibulandos. Ele só vai depois.

O exemplo que eu queria dar ao Senador Hélio Costa, que gosta muito dos Estados Unidos, está bem ali no Chile e impressionou-me: o Presidente foi Ministro da Educação. Então, eu o vi assinar uma lei aumentando agora para doze anos – eram oito; não sei como ele vai se safar – o ensino obrigatório no país, quando a nossa média é de quatro anos, não chega a oito. Oito na teoria, mas, de fato, o nosso brasileiro estuda em média quatro anos. Lá são doze – assinaram recentemente.

Lá quase todas as universidades são privadas. Agora, atentai bem! Os bancos – temos tantos bancos, ganhando tanto dinheiro – financiam e depois o estudante paga. Aqui está difícil. Tenho pena até das meninas que, às vezes, para ganhar... É diferente dos Estados Unidos, porque eles trabalham e o salário é bom. Aí eles podem pagar. Aqui quem ganhar um salário mínimo não pode pagar uma universidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador, há outros convidados...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador, queria que V. Ex^a e os homens que gostam dos banqueiros que viabilizassem o financiamento para estudantes, como ocorre no Chile. Não estou dando como exemplo o Oriente, mas o Chile. Depois de formado, o estudante pagaria o que foi emprestado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vou ter que colocar um pouco de pimenta nesta conversa, meu caro Secretário-Executivo. Acho que V. S^a não pode sair daqui sem responder algumas perguntas que são absolutamente importantes.

Como autor do requerimento que pediu esta audiência pública, eu preciso fazer algumas colocações. Eu seria o último a perguntar, a menos que o Senador José Maranhão queira fazer algum comentário antes das minhas colocações, assim como também o Senador Sérgio Zambiasi.

É fundamental estabelecer primeiro, Senador Mão Santa, que a reforma do ensino superior tem que ser feita por uma política pública e não necessariamente uma política de governo, a começar por aí. Quer dizer, tem que ser feita por uma proposta de políticas públicas. O que nós, na realidade, estamos vendo é que se trata de uma proposta que vem baseada evidentemente no esforço que o Governo está fazendo para mudar o ensino, para fazer uma reforma do ensino superior, do ensino universitário.

A minha primeira pergunta para o Secretário Fernando Haddad é como isso vai ser financiado. Eu ouvi falar, numa entrevista, num debate promovido pela **Folha S. Paulo**, no domingo passado, com a presença do Ministro Tarso Genro, do ex-Ministro Paulo Renato, do Senador Cristovam Buarque, em R\$4 bilhões.

Ouvi também falar de R\$1 bilhão. Dá para se fazer isso? O Ministro Palocci concorda com isso? A equipe econômica do Governo concorda com esse custo a mais? Isso porque sem o custo a mais não vamos ter na realidade a reforma que se propõe. A reforma é para melhorar a qualidade do ensino. Para melhorar a qualidade é preciso pagar bem ao professor, é preciso estar preparado para fazer pesquisa universitária, para investir na valorização do pessoal, investir na proteção do estudante. Como disse o Gustavo, não adianta dar a bolsa e não dar apoio ao estudante. Isso porque ele precisa comprar livros. Ele tem que se manter na universidade. Ele tem que comer. Se ele não trabalha, como vai fazer para se manter? O que ele vai fazer se não tiver essa ajuda, esse auxílio para frequentar a universidade?

Evidentemente, tudo isso importa em custos. Custos, apesar de todo o esforço que o Governo tem feito para acertar a economia – e acho até que está acertando – é uma questão absolutamente traumática para o Congresso, especialmente para o Senado. Nós acompanhamos aqui os procedimentos, colocamos recursos no orçamento e, ao final do ano, esses recursos ou são contingenciados ou as emendas não são pagas, principalmente aquelas que se referem a emendas de bancadas, destinadas aos Estados. Isso aconteceu comigo e outros Senadores no ano passado.

Eu ouvi aqui uma sugestão absolutamente fantástica, feita pelo Prof. José Ezequias. Trata-se da conversão da dívida dos Estados. Esse assunto é um tabu. Não se pode falar da dívida dos Estados. Toda vez que eu quis levantar essa questão, ou do plenário do Senado ou nas Comissões, isso foi praticamente impossível. Não se pode dar um passo à frente com relação à discussão da dívida dos Estados. Eu dou o exemplo do meu Estado que, em 1994, há apenas onze anos, tinha uma dívida de R\$5 bilhões. Hoje, onze anos depois, tem uma dívida de R\$32 bilhões, sem que o Governo estadual, de lá para cá, tenha feito um único empréstimo! Isso é só contagem de juros! Isso representa, Senador Mão Santa, R\$170 milhões, todos os meses, que o Governo de Minas tem de pagar ao Governo Federal. Recebe R\$180 milhões para cobrir as áreas de educação, saúde e devolve R\$160. Recebe R\$180, todo mês, por força da Constituição, que determina o repasse aos Estados. Dos R\$180, o Estado devolve R\$160, e se não devolver, como fez o Governador Itamar Franco, um mês, parece que está dando um calote no Governo Federal.

Assim, a proposta que me faz aqui o Prof. José Ezequias é no sentido de que alguma parte desses juros absurdos que são cobrados nas dívidas dos Estados não poderia ser convertida em bolsas, em ajuda, em

assistência ao estudante, a fim de que se possa fazer realmente essa reforma? Pergunto novamente, faço essa pergunta ao Secretário Fernando Haddad para que nos antecipe alguma coisa.

Houve uma consideração importantíssima do Gustavo Balduino sobre a desvinculação das receitas da União. Já discutimos isso aqui, na Comissão de Educação, no ano passado, Senador Botelho. Fizemos uma grande discussão. Eu mesmo fiz parte dessa discussão. Como é que podemos começar a discutir orçamento da educação se temos a chamada DRU, a Desvinculação das Receitas da União? De cara, o Governo chega no Orçamento todo, pega 20% e diz que nisso não se pode mexer. Ora, temos de rediscutir isso. Não é possível! Aí criam-se mil contribuições que não são vinculadas aos repasses estaduais. Como é que fazemos? Você vai diminuindo a capacidade operacional dos municípios, que estão à míngua. Os prefeitos estão aqui hoje pedindo para que a gente consiga na Reforma Tributária 1% a mais no Fundo de Participação dos Municípios porque senão eles vão quebrar, eles não vão ter condição de sustentar o básico, o **minimum minimorum**, que é a saúde, a educação, a segurança. Quer dizer, essas coisas precisam passar pelo crivo do Ministério, na figura do ilustre e competente Secretário, Fernando Haddad, porque são preocupações que temos exatamente com a discussão que se faz da reforma. Desvinculação da DRU, dívida dos estados, a pesquisa... Acabamos de ouvir um dos expositores dizer da dificuldade que temos com relação à pesquisa, que é praticamente toda feita pela universidade pública, que representa apenas 30% das vagas hoje nas universidades. Por que as universidades particulares não são chamadas a participar ativamente do processo de pesquisa nacional? Existe um projeto. Consultei o Brasil inteiro. Todas as entidades participaram para apresentar um projeto apresentado aqui na Comissão de Educação, inicialmente. E está, neste momento, na Comissão de Constituição e Justiça, onde essas entidades particulares contribuiriam com 2% do seu faturamento bruto, Senador Mão Santa, para pesquisa, para se criar uma Fundação Nacional de Pesquisa.

Há um ano esse projeto está engavetado em um lugar qualquer aqui e não anda de jeito nenhum. Quem não quer que esse projeto vá adiante? Alguém tem de dizer para mim. É o Governo que não quer? É a oposição que não quer? Alguém tem de se manifestar, porque não consigo entender como um projeto tão importante – pesquisa no Brasil inteiro – não anda, não consegue andar. Agora, de repente, alguns projetos que não precisam andar, esses são tocados a galope, a toque de caixa.

Então, temos de considerar esses pontos. Além de todas as perguntas que fiz, tenho certeza de que o Professor Fernando Haddad foi anotando, tem uma mais interessante ainda. Vou até ler para não cometer a imprudência de fazer a pergunta sem que ela esteja rigorosamente dentro daquilo que quero fazer. “O Governo espera contribuir para a melhoria do Ensino Superior, criando inclusive obrigações para a contratação de mestres e doutores.” Isso é importantíssimo. No entanto, o Governo evita intervir no ponto mais crítico, que é a gestão da Capes, a Fundação que visa a supervisão do Sistema de Pós-Graduação Brasileira, em que poucos projetos que passam são aqueles coordenados por pessoas ligadas à própria Capes, e onde os projetos são rejeitados sem nenhuma fundamentação técnica. O que o Governo pensa em fazer nesse sentido?

São as minhas colocações, agradecendo muitíssimo ao Secretário Fernando Haddad, por participar conosco desta audiência pública.

O SR. FERNANDO HADDAD – As três primeiras questões dizem respeito a financiamento, tanto **lato sensu** quanto às dívidas estaduais e à desvinculação de receitas da União. Qual é o entendimento do Ministério da Educação com relação a isso? O que o MEC tem defendido dentro do Governo, evidentemente respeitando a condução feita pela área econômica, da política econômica que tem trazido resultados tão proveitosos para o país? Entendemos que – isso não é exclusivo do MEC – a questão do desenvolvimento econômico, que tem como esteio a estabilidade monetária, como o passado recente demonstra, exige para a sua perpetuidade investimentos massivos em educação. Ou seja, o próprio Ministério da Fazenda terminou, no final de 2004, um estudo, verificando quais os itens que explicam a riqueza das nações, para usar um termo consagrado na literatura econômica.

Dos sete itens mapeados, que estão presentes em todo o Projeto Nacional de Desenvolvimento, a educação aparece com uma centralidade absoluta. Em todos os países que se desenvolveram, que atingiram patamares mínimos de produto nacional **per capita**, a educação foi verificada como um item fundamental. Portanto – ouvi a frase da boca do Ministro Palocci –, a área econômica sabe sobre o desenvolvimento sustentado no País, que, na opinião de muitos analistas, não é episódico neste momento. Todos os fundamentos da economia sinalizam a possibilidade de sustentabilidade de taxas elevadas de crescimento daqui para a frente, taxas superiores à média do período recente. Estou falando de crescimento acima de 3%, de 4% – ano passado, acima de 5%, pelos dados preliminares do IBGE. Essa sustentabilidade depende

de um investimento em capital humano, em recursos humanos. Ou seja, vamos ter o gargalo, assim como há hoje o gargalo da logística e dos transportes, dos recursos humanos, se não investirmos em capital humano e em pesquisa.

Não vejo conflito entre a visão de longo prazo da área econômica e a visão de longo prazo do Ministério da Educação. O que deve ser pactuado? O que está em questão? A marcha da recuperação do orçamento da Educação. Em que ritmo ela vai se dar? De fato, ela já começou, e pouca gente o percebeu. Ela já começou.

Vou citar um dado importante. O orçamento executado do Ministério da Educação em 2004 já era superior ao de 2003 e foi de R\$6,2 bilhões. Executamos R\$6,2 bilhões, fora, evidentemente, folha, inativos. Trata-se apenas de recurso discricionário. O orçamento aprovado para 2005 é de cerca de R\$7,6 bilhões. Já estão liberados, pelo decreto de sábado retrasado, R\$7,2 bilhões para 2005.

Portanto, já considerado o contingenciamento, mesmo que não seja liberado um único centavo até o final do ano – coisa que não é praxe, porque ano passado houve R\$300 milhões de liberação suplementar ao longo do ano –, já teríamos um orçamento executado em 2005 R\$1 bilhão superior ao R\$6,2 bilhões executados em 2004.

No Governo Lula, apresentamos uma recuperação expressiva dos gastos em educação. Não estamos falando, por exemplo, de um programa como o Pro-Uni, que não envolveu um único centavo do Ministério da Educação. O custo do Pro-Uni para o MEC é zero, não custa nada. Se considerarmos as bolsas que estão sendo distribuídas agora, temos bolsas superiores a R\$1 bilhão, que não envolvem o orçamento do Ministério da Educação.

Por isso, defendemos o projeto como regulação dos setores das isenções, que já eram condicionalmente estabelecidas, mas com um amplo programa de acesso a uma universidade privada.

Pretendemos manter o passo da recuperação – daí o famoso um bilhão ao ano –, para retomarmos o orçamento de 1994. Não estamos irresponsavelmente clamando por mais recursos para a Educação sem ter um projeto de reestruturação do financiamento.

E, se conseguirmos recuperar o orçamento de 94 do Ministério da Educação, teremos toda a condição de fazer a revolução do financiamento da educação básica como um todo e a recuperação da expansão da educação superior.

Então, conseguiríamos, nesse momento, com um cobertor um pouquinho mais largo, suportar esse desafio de curto e médio prazos, que daria sustentabilidade para os dois projetos mais importantes do Ministério:

educação básica, de um lado, e educação superior, de outro, rejeitando a tese de que se contrapõem, como se fosse possível ter educação básica de qualidade sem a formação de recursos humanos em educação superior. De onde sai o professor da educação básica senão da universidade?

Estamos capacitando, por exemplo, 20 mil professores – fora o Pro-Uni que tem 30 mil bolsas de licenciatura – pela metodologia da educação à distância, usando as universidades públicas consorciadas ou não para esse fim. Então, não há incompatibilidade. Há complementariedade entre a educação básica e educação superior. E não é possível pensar em qualificar a educação básica sem que a atenção da educação superior esteja voltada para o problema dos professores da educação básica. Há 800 mil professores sem curso superior no País. Como é que vamos pensar o futuro do País sem diplomar esses professores? Não é possível fazê-lo.

A nossa tese não somente não conflita com os objetivos de médio e longo prazos da área econômica, como são complementares. Se verificarmos o outro pé dessa equação, o Bolsa-Família, um grande programa, observaremos que recusou uma outra tese que estava sendo delineada em nosso País: a de que não era impossível incorporar todos os cidadãos num projeto nacional.

Lembro uma frase do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso que, em entrevista em 1996, dizia não ser possível na dinâmica do capitalismo atual incorporar todos os cidadãos a um projeto nacional. Penso que o Bolsa-Família é uma resposta negativa a essa afirmação, pois que o programa não pretende abdicar de incorporar todos os brasileiros ao projeto nacional. Mas, novamente, a educação é a porta de saída do programa, pois não basta amparar e atender às necessidades imediatas. É preciso qualificar a população para que supere aquela linha de pobreza do IBGE. Ou seja, ele é complementar também à educação e a educação é complementar a um programa de transferência de renda.

Portanto, a educação é o terceiro pé que ordena, na nossa opinião, a lógica que permitirá uma transição para um modelo sustentável de desenvolvimento, um plano de desenvolvimento nacional. E ele vale para a área social e para a área econômica, porque a especificidade da educação é justamente porque incide sobre as duas áreas. Ela não é apenas gasto social, sendo investimento econômico simultaneamente. Essa característica da educação, que é própria, essa especificidade da educação torna-a um pé essencial de um projeto de recuperação do País e de inserção soberana na globalização.

Concordo totalmente com a proposta de projeto lembrado aqui oportunamente pelo Senador Hélio Costa. Para mim, é essencial pensarmos em um fundo privado. Por que privado? Para que ele não seja contingenciado, não seja visto como recurso público para, por exemplo, atender meta de superávit primário. Não. Um fundo privado à moda do FGTS, por exemplo, que é do trabalhador – o Governo não tem nada a ver com isso –, mas um fundo que dê sustentabilidade para o desenvolvimento da pesquisa nas instituições privadas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – E públicas, porque o projeto prevê privadas e públicas.

O SR. FERNANDO HADDAD – Então, penso que seria um mecanismo inteligente. Vejo muito mantenedor de instituição privada falar corretamente, com toda propriedade, não existe pesquisa de ponta em universidade que não tenha apoio governamental de alguma maneira. Não adianta olharem para os Estados Unidos e verificarem que lá as instituições privadas, as fundações e as associações sem fim lucrativo têm pesquisa e tal. Tem pesquisa porque o governo encomenda a pesquisa. Temos realmente que pensar dada a idiossincrasia do nosso sistema...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O Senador Maranhão pede a palavra num aparte ao Secretário.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Permite-me um aparte?

O SR. FERNANDO HADDAD – Pois não.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Estou concordando com quase todas as afirmações do senhor e pontuei uma frase: inserção soberana na globalização. Sua, acabou de ser dita. O senhor, que é um administrador do Ministério da Educação, acha possível essa inserção soberana na globalização no ritmo em que os investimentos são feitos atualmente no Brasil? Ou nós vamos chegar quando o modelo de globalização já estiver superado? Aposto muito nisso. O futuro dos países subdesenvolvidos ou emergentes como o Brasil está na volta do Estado nacional soberano, que parece estar no outro pólo da globalização, ou seria globalização de outra forma. E o senhor completa agora a observação que quero fazer quando diz que a pesquisa nos Estados Unidos é encomendada pelo governo. Não é só isso, muito mais do que isso: não se faz nenhuma pesquisa na universidade privada americana senão com recursos públicos. As próprias universidades americanas existem em função disto, recursos públicos, a renúncia fiscal em forma de incentivos que o Governo dá ao ensino de modo geral. De forma que é uma falácia se dizer que o modelo agora

é o da universidade privada para o Brasil, porque o Brasil não tem recursos suficientes para financiar e, sobretudo, trazer o exemplo americano. As universidades americanas, as universidades privadas recebem tanto ou mais recursos do que as próprias universidades públicas americanas. Recursos da renúncia fiscal fizeram surgir essas universidades com uma força muito grande. As empresas mantêm as universidades, mas mantêm com recursos públicos. Não existe um Estado mais protecionista com a atividade econômica do que o americano; esse é altamente protecionista. Muitos presidentes americanos – e este é o exemplo mais eloquente: eleição de Kennedy – já foram eleitos se contrapondo a projetos de investimentos públicos em atividades privadas. Quando Kennedy foi candidato a Presidente da República, era Presidente da República Eisenhower, que era um líder de guerra, um falcão americano. No entanto, um falcão movido pela experiência e pelo espírito público. Foi Eisenhower que começou a fazer o desescalamento militar, que gerou reações tremendas. E Kennedy, que se apresentou ao mundo como um humanista, foi o porta-voz dos falcões americanos, opondo-se à política republicana liderada pelo então Presidente Eisenhower. O peso desse compromisso americano com uma economia de guerra foi tão forte que o Presidente Kennedy, com essas bandeiras e outras mais, naturalmente, se elegeu Presidente da República. Então, os exemplos americanos não servem muito para nós, a não ser que sejam bem interpretados. Se forem bem interpretados. Se eles forem bem interpretados, servirão.

Nos Estados Unidos, há uma universidade privada forte, mas altamente subsidiada pelo governo. Estou vendo aqui, só para concluir esse pensamento, a proposta da Andifes sobre a universidade pública, quer dizer, sobre a universidade brasileira. A proposta é sobre a universidade pública. Por que não toda a universidade, a pública e a privada? A questão é uma só.

Penso que temos de nos atirar a essa luta pela educação, sobretudo aquela que compreende o setor de pesquisa científica e tecnológica, como se fosse uma questão de guerra. Ou o Brasil se insere nesse contexto internacional, ou o não compete; ou o Brasil forma seus próprios cérebros, aqueles que vão formular projetos nacionais de desenvolvimento, inclusive na área econômica, ou o Brasil faz essa aliança com o setor privado, estimulando-o a se envolver de forma profunda na educação.

Crescemos em termos quantitativos; há muitas universidades privadas, mas será que essas universidades estão devidamente aparelhadas para responder às questões básicas da educação superior no Brasil? Estão preparadas para formar cientistas, técnicos,

grandes projetistas para o desenvolvimento nacional? Tenho minhas dúvidas. Pelo menos no meu Estado eu não vejo isso e gostaria de ver.

Voltando ao início, à inserção soberana na globalização, entendo que a inserção soberana na globalização pressupõe compromisso do governo e da sociedade com a formação de cientistas e profissionais qualificados, capazes de realizar um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social. Fora disso, não acredito em inserção na globalização. O Brasil é como uma potência em produtos primários. Já começamos a cair na realidade em relação à soja, já começamos a cair na realidade, repito. Todo o País, isso é o que mostra a história, que se fixa apenas na produção de matéria-prima tem uma economia dependente das grandes potências mundiais. Sempre foi assim. A China nunca aceitou isso. Quando a União Soviética quis impor à China a condição, que hoje tem o Brasil, de grande produtor de matéria-prima, Mao Tse-Tung não aceitou. Disse que a China não abria mão de ser uma potência industrial. Está aí o exemplo. Houve essa determinação.

Não vamos nos empolgar demais com esses ganhos que tivemos com a produção recorde e a exportação de soja, porque isso é passageiro. Definitivo é o Brasil ter um projeto de desenvolvimento sustentado, o que significa ter pessoas, –homens e mulheres – capazes de desenvolver um projeto nacional. Isso começa na universidade.

Fiquei muito entusiasmado com a sua idéia, mas acho que estamos ainda muito longe de colocá-la em prática, porque não estou vendo uma vontade determinada para superar os obstáculos. Esse esforço para recuperação de um orçamento... Queremos recuperar o orçamento, como V. Ex^a acabou de dizer, de 1994; queremos trabalhar com o passado. Precisamos dar um salto imenso para avançar. E essa recuperação é muito lenta para as urgências que o Brasil possui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O Secretário Fernando Haddad vai continuar fazendo uma breve exposição dos assuntos.

O SR. FERNANDO HADDAD – Quero agradecer o aparte e dizer que concordo com V. Ex^a.

No entanto, o Ministério da Educação não tem saudades de 1994, tem saudades do dinheiro de 1994, dos recursos que foram aplicados em educação naquele ano e que são cadentes deste então. Cremos que seja factível.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PDT – RR) – Se eles não eram suficientes para realizar nem em 1994, não deverão ser para (inaudível).

O SR. FERNANDO HADDAD – Mas como uma meta de quatro anos houve uma recuperação. O País

tem um conjunto enorme de demandas, de gastos. Nós pretendemos colocar na mesa de negociação, tanto no Congresso Nacional quanto no âmbito do Executivo, uma proposta factível de recuperação em quatro anos do orçamento em termos reais. Portanto, não é recuperação nominal, apenas do orçamento, mas real, para fazer frente a duas emergências, entre elas o financiamento da educação básica, particularmente para superarmos o gargalo do ensino médio.

Já começamos, no ano passado, destinando R\$200 milhões a dez Estados (o Pará e mais nove do Nordeste). Já consignamos, no Orçamento deste ano, R\$470 milhões. É quase o mesmo que a União investiu no Fundef, cujo valor **per capita** aumentou 20% em termos reais no Governo Lula, contra um decréscimo de 2%, em termos reais, da sua fundação até a posse do Presidente da República. Está sendo feito um esforço.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PDT – RR) – Desculpe-me a intervenção.

Entendo que a ação do Ministério da Educação tem que ser articulada com a do Ministério da Fazenda, ao qual está subordinado. Entendo por que essa prudência do Ministério da Educação, esse conservadorismo. Ao invés de dar passos mais ousados, procura recuperar um orçamento passado, um orçamento de dez anos.

Há poucos dias, a imprensa nacional trouxe uma manchete que me levou à reflexão. O Governo brasileiro festejou uma declaração do Fundo Monetário Internacional autorizando o Brasil a investir R\$3 bilhões. Li a manchete e fiquei entusiasmado. Afinal de contas, o Fundo Monetário Internacional tinha resolvido emprestar R\$3 bilhões ao Brasil para alguma atividade. Fui ler o texto da notícia e me decepcionei. O Fundo Monetário Internacional não estava emprestando um dólar ao Brasil, estava dizendo em que devíamos gastar os recursos do nosso Orçamento, do Orçamento Geral da União. De repente pensei: vamos nos transpor para os Estados Unidos, que é sempre citado como modelo de tudo. Se o Fundo Monetário Internacional tivesse o atrevimento de dizer isso ao governo americano, o que aconteceria? Aqui no Brasil, o Governo brasileiro, o Governo que eu apoio – e fiquei triste por isso, porque o apoio – festeja o fato de o Fundo Monetário Internacional imiscuir-se em assuntos que dizem respeito à soberania nacional, à execução orçamentária, autorizando a aplicação em investimentos públicos.

Creio que V. Ex^a tem toda a razão. V. Ex^a é um servidor do Governo, do Ministério da Educação, e está vivendo essa realidade que nos tira qualquer veleidade de ousar um projeto maior, de pensar na questão da soberania deste grande País, que está fadado a uma liderança continental, quem sabe. Mas, lamentavel-

mente, as coisas não estão andando na velocidade necessária para nós sairmos do ponto em que nos encontramos. Inquieta-me essa situação, esse quadro em que o Brasil se insere na economia internacional apenas como um importador de tecnologias, quando monta os aparelhos aqui, ou importador de produtos acabados. E o seu campo, o que lhe resta é exportar soja e outros produtos primários. Vamos exportar soja, mas vamos agregar mão-de-obra à soja. Como vamos fazer isto se não temos, na universidade, o suporte tecnológico e científico de que precisaríamos para dominar as nossas próprias tecnologias.

Esta é a observação que quero fazer, se V. Ex^a me permite, sem, contudo, querer discordar do esforço que o Ministério da Educação vem fazendo para recuperar o Orçamento de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Maranhão.

Volto a palavra ao Secretário Fernando Haddad, para a sua conclusão.

O SR. FERNANDO HADDAD – Concordo com V. Ex^a, Senador. Apenas quero lembrar que fiz menção ao Orçamento por provocação da pergunta do Senador Hélio Costa, que perguntava se havíamos combinado o jogo com a área econômica, evidentemente fazendo a indagação no sentido contrário, dizendo que eram recursos importantes que estavam sendo recuperados e perguntando se haveria espaço orçamentário para tanto. Mas digo que tanto o senhor quanto o Senador Hélio Costa estão certos porque os recursos nem são poucos nem suficientes. Então, assino embaixo das duas preocupações. Acho que não é pouco e nem o suficiente. É por isto que nos mantemos dentro de um meio termo que julgamos apropriado para a emergência em relação à educação básica e à recuperação das universidades públicas federais. Ele permitiria completar essa agenda de médio prazo com alguma flexibilidade.

Terminando de responder ao Senador, há, sim, há críticas à Capes no que diz respeito aos seus critérios para a autorização de abertura de curso, e mesmo agora, em relação às avaliações, quando a Capes recomenda ou descredencia um programa de pós-graduação, até de universidades públicas – e faço referência à USP, que impetrou recursos junto à Capes, porque teve alguns cursos com a nota rebaixada –, há uma demanda, apesar de todos reconhecerem a excelência da Capes no que diz respeito à pós-graduação, para o estabelecimento de uma maior transparência na análise dos processos. Está consignado no andamento dos debates. Essa preocupação veio de mais de uma fonte, e o próprio setor privado, que tem uma demanda por expansão da pós-graduação, tem uma grande

preocupação de se ver discriminado por pessoas que muitas vezes encaram com algum preconceito instituições que, pelo fato de serem privadas, possam não ter um compromisso com a excelência acadêmica, como muitas instituições estão tendo no País.

Então, registro aqui que a pergunta é legítima porque expressa uma preocupação que extrapola esse debate. É uma preocupação de vários atores ligados à Academia e a própria Capes já tem conhecimento do desafio que tem pela frente, que é uma maior explicitação da sua metodologia de avaliação.

Retorno a palavra a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em função do adiantado da hora, terei que passar a palavra a cada um dos nossos convidados e cada um terá dois minutos para, então, encerrarmos o procedimento desta audiência pública.

Inicialmente, uma vez que o Secretário Fernando Haddad acabou de falar, passo a palavra ao Sr. Gustavo Petta para que ele faça suas considerações finais.

O SR. GUSTAVO LEMOS PETTA – Novamente, quero agradecer o convite. Acho que é o início de um debate, na Comissão de Educação do Senado, que irá seguir ouvindo a opinião de várias outras entidades sobre o tema. É necessário realmente fazer amplos debates porque as opiniões são conflitantes em muitos casos e em outros, não. É possível construir algumas convergências, ainda, em relação ao anteprojeto, mas o que é mais importante é que o debate precisa ser mantido, precisa resultar, sim, no envio de uma proposta ao Congresso Nacional, uma vez que são necessárias mudanças na educação superior brasileira.

Alguns fatos já demonstram isso. O fato de só 9% dos jovens terem acesso ao ensino superior, o fato da universidade pública estar extremamente sucateada, principalmente no âmbito das federais, resultado de uma política implementada nesse último período, o fato de o ensino superior privado precisar passar por um processo de aumento de critérios em relação a várias questões, inclusive para separar as boas instituições das instituições de má qualidade, uma vez que existem boas instituições privadas.

Nesse sentido, a UNE vai continuar participando dos debates. Nós temos agora uma agenda de mobilização intensa para esse próximo período, que passa pelo dia 6 de abril, que é o Dia Nacional de Mobilização, em torno de pontos que nós consideramos inegociáveis nesse projeto de reforma universitária e outros pontos que precisam ser acrescidos e, também, por uma marcha que vai acontecer em Brasília no dia 27 de abril, junto com a Cnte, que vai tratar do

tema financiamento e da reforma do ensino superior, trazendo delegações de todo o País.

Muito obrigado, Presidente Hélio Costa, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Presidente da UNE, Gustavo Lemos Petta, pela sua participação nessa audiência pública.

Eu passo a palavra agora ao Sr. José Izecias de Oliveira, que é o nosso Professor Vice-Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

O SR. JOSÉ IZECIAS DE OLIVEIRA – Nós gostaríamos de aproveitar esse tempo para o encerramento e, primeiro, dizer ao secretário executivo do ministério que o conselho é um parceiro, um aliado na discussão desse importante tema para que possamos buscar com essa discussão enriquecer o projeto e trazê-lo a este Congresso avançando na discussão do ensino brasileiro, especificamente no ensino superior.

Dizer que, quanto às questões de financiamento, nós precisamos pensar e buscar ações criativas como, por exemplo, encontrou-se agora com relação ao financiamento através do Pro-Uni. E aí a menção que o Presidente da Comissão faz ao representante do Ministro, o Secretário Executivo, é a questão de discutirmos esse percentual da dívida dos Estados pelas muitas questões que colocou o secretário, mas não pôde mencionar mais claramente, mas nós precisamos do apoio do ministério na união dos esforços junto aos governadores em convertermos um percentual – e não é muito, é metade dos recursos que hoje são destinados ao Pro-Uni –, que já dá para começar e ampliar bem o número de vagas na rede estadual e suportar um pouco o que hoje os Estados fazem, e estão fazendo há muitos anos, sozinhos, sem o apoio do Governo Federal.

Quero registrar também que a questão mencionada pelo Senador Mão Santa é preciso despertar uma discussão – e aí vai ao Presidente da Comissão. Acho que é muito importante, fruto desse debate, um sistema de financiamento privado. Os estudantes hoje, mais de 2,5 milhões de universitários, precisam ter formas do sistema privado financeiro. É preciso financiar esses jovens que estão abandonando a escola privada porque não têm condições, o que não cabe não só ao Governo Federal mas também ao sistema privado criar aí um mecanismo para viabilizar o financiamento. Nessa linha, podemos citar exemplos de países como os Estados Unidos, onde o jovem estuda na rede privada e paga, mas tem um mecanismo de financiamento e com isso não abandona os seus estudos. Acho que aí nós vamos ter um país recuperando a sua condição de nação emergente no desenvolvimento mundial.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Antes de passar a palavra ao Sr. Gustavo Balduino, eu tenho que fazer uma ligeira e rápida observação, secretário, porque eu estudei numa universidade pública americana. Ficou faltando dizer aqui que o sistema americano todinho é calcado em cima das universidades estaduais e das universidades que englobam as comarcas – que são os **counties**, nos Estados Unidos – e, ainda, as universidades municipais. Portanto, lá há um sistema público que começa na cidade, vai no conjunto de cidades, que é o condado ou a comarca e vai ao Estado. São universidades gratuitas. Aqueles que são de fora do Estado pagam, os que são de dentro do Estado e pagam Imposto de Renda no Estado não pagam nada. Esse é o fundamento da universidade pública americana.

Universidades como Harvard, Princeton e outras tantas são fundações que recebem recursos públicos, na medida em que a legislação do Imposto de Renda americano prevê que empresas e indústrias podem fazer doações às universidades, deduzindo do seu Imposto de Renda. Além disso, parece que os ricos americanos são mais conscienciosos do que os nossos ricos: quando morrem, deixam seu dinheiro para as universidades. Aqui, deixamos o dinheiro para se gastar à vontade e esquecemos de tudo. Na Europa e na Ásia já se faz isso, mas aqui até hoje não vi ninguém morrer e deixar US\$ 10 milhões para uma universidade pública.

Fica aqui o convite. Ao morrer, façam isso.

Passarei a palavra ao Professor Gustavo Balduino, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Nacionais de Ensino Superior (Andifes), para suas considerações finais.

O SR. GUSTAVO BALDUÍNO – Senador, V. Ex^a suscitou um tema que é importante ao Secretário Executivo do MEC. Independentemente do mérito da proposta, é preciso seguir alguns procedimentos em seu debate.

Na reunião ocorrida semana passada com o Presidente Lula, o Presidente da SBPC, Professor Ennio Candotti, levantou uma proposta, acatada pelo Presidente Lula, que reflete um pouco do que o senhor disse.

Sentimos a ausência das outras áreas do Governo no debate dessa proposta. Quanto à questão financeira, sequer temos a palavra discordante da área econômica do Governo para saber se a proposta é pertinente ou não. O Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem tudo a ver com esse tema, ainda não se apresentou ao debate, pelo menos publicamente. Da mesma forma, o Ministério da Saúde, no tange aos hospitais universitários, também não se apresentou ao debate. Seria

oportuno que essa concertação dentro do Governo fosse feita o quanto antes e externada, para que evitássemos o debate aprofundado pelas entidades até o momento envolvidas e que, ao chegar ao Congresso, fosse retomado desde o início com outras áreas do próprio Governo. Esse é um aspecto.

Outro é o de que a credibilidade da interlocução e a necessidade de haver uma proposta acordada entre diversos atores passa pela reação e ação no dia-a-dia.

A Andifes, em contato com o Ministro Tarso Genro – faço essa colocação nesta Comissão para que possamos contar com o apoio dos Srs. Senadores -, apresentou a necessidade de superação de alguns pontos, a que chamamos “entulhos”, importantes à gestão das universidades federais, os quais não dependem de lei, mas de ação e decisão política do próprio Governo. Eles inserem-se num contexto de reforma e poderiam ser sanados de forma independente ou até que se chegasse a um projeto definitivo no Congresso. Nesse sentido, faço esse apelo à Comissão para que sejam feitas gestões junto ao Governo, no sentido de melhorar a autonomia universitária com ações, digamos, de revisão de procedimentos administrativos que hoje em dia impedem melhor gestão das universidades.

Por fim, para efeito de registro, em que pese a ausência do Senador Ney Maranhão, a universidade brasileira, especial ou pública, tem sim tecnologia de ponta consolidada. Talvez não na quantidade necessária ao desenvolvimento mais acelerado do País e não com a divulgação de que gostaríamos, mas a universidade brasileira tem equilíbrio, pertinência e qualidade equiparada às melhores universidades do mundo inteiro. Produzimos tecnologia de ponta sim, mas é preciso um pouco mais de investimento, o que, acreditamos, virá com o tempo.

Eu gostaria de agradecer à Comissão o convite e parabenizá-los pela iniciativa. Registro que a Andifes está à disposição desse fórum ou de qualquer outro para debater a educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado ao Professor Gustavo Balduino.

Quero incluir, na relação dos convidados a participarem das próximas audiências públicas – e vou submeter isso, evidentemente, ao Plenário da Comissão na próxima semana – um representante do Ministério da Fazenda. Há uma relação de pelo menos catorze nomes, além dos quatro que aqui comparecem hoje. Constam da lista a Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes – SN), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileiras de Reitores

das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a Confederação dos Trabalhadores em Educação, a Academia Brasileira de Ciências, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Professor Cláudio Moura e Castro, especialista em educação, cujos requerimentos já foram apresentados.

Ontem foi incluído o ex-Ministro Paulo Renato Souza, e queremos também incluir nessa relação um representante do Ministério da Fazenda, uma vez que temos suscitados, nesta audiência pública, três assuntos importantes, que dizem respeito diretamente ao Ministério da Fazenda: a conversão das dívidas estaduais, que é uma idéia absolutamente primorosa; o caso das DRUs, das desvinculações das receitas da União com relação à educação, que pode voltar a ser discutido; e, evidentemente, o aumento do Orçamento, conforme explicou o Secretário Haddad. Muito embora já tenha havido um ganho, é muito importante termos o Ministro Palocci sempre ao nosso lado, ao lado da educação, ao lado do projeto de se fazer da educação um ponto fundamental para o progresso do País. Não digo necessariamente o Ministro Palocci, mas a assessoria do Ministro, o Secretário Executivo, alguém que possa responder pela equipe econômica aqui conosco.

Concedo a palavra, para as considerações finais, ao ilustre Secretário Executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD – Cabe-me agradecer o honroso convite e a oportunidade que me foi concedida para expor algumas idéias preliminares.

Evidentemente, sedimentam-se algumas idéias em torno do projeto agora. Sua redação será aprimorada ao longo dos meses, dentro do Executivo, antes mesmo da remessa ao Legislativo. Os debates no Senado, promovidos pela Comissão, só podem ajudar, inclusive, o Executivo a aperfeiçoar sua proposta.

Sublinho que o clima hoje, na Academia e na sociedade, em torno do projeto – não que as divergências tenham desaparecido da noite para o dia –, a respeito da necessidade de uma reforma, de repensar a educação superior, está consolidado de uma vez por todas. Não há mais recuo. O País decidiu enfrentar a questão com as dores que qualquer mudança causa, mas com as alegrias que ela trará, futuramente, para o País como um todo e para a educação, em especial.

É óbvio que simpatizo com qualquer investimento adicional em educação, venha de onde vier o recurso, venha da seguridade social, venha das loterias, do FAT ou de organismos internacionais. De onde vier o recurso, ele é bem-vindo para a educação porque o

País precisa fazer, efetivamente, um esforço nacional para superar seu atraso na área.

Sublinho que o Ministro Tarso Genro lidera, no mundo, uma ação de conversão de dívida externa em investimento em educação e já conseguiu resultados expressivos para alguns países, dentre os quais, a Argentina, que, por conta desse movimento, obteve do Governo Zapatero o cancelamento de 60 milhões da sua dívida com a condição de que o País investisse em educação. Sessenta milhões de euros é um bom recurso e é sempre bem-vindo, mas já produto desse esforço internacional de conversão de dívida externa em investimento. De maneira que pleitos dessa natureza sintonizam-se perfeitamente com nosso objetivo de ampliar os recursos direcionados para a área.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Hélio Costa a oportunidade e manifesto o desejo de que o MEC seja sempre avisado de qualquer reunião que se vá processar no âmbito desta Comissão porque sempre mandaremos representantes para estarem presentes, colhendo as sugestões que forem aparecendo ao longo do debate.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Obrigado, Professor Fernando Haddad.

É importante também ressaltar que nós não tocamos num assunto fundamental, que tem de ser pautado para a próxima audiência pública que vamos realizar. Trata-se exatamente dos aspectos que relacionei, inicialmente, na abertura dos trabalhos, da inconstitucionalidade da proposta que se faz, do intervencionismo que também é legado por diversas autoridades do setor e, sobretudo, da criação dos Conselhos que interferem diretamente em uma empresa particular, em uma fundação, não no serviço público, mas no serviço desenvolvido pelas entidades particulares. Evidentemente, são assuntos que devem, precisam e serão incluídos em pauta de discussão futura.

Como comentário final, Secretário Haddad, apenas rememoro, rapidamente, uma história que todos conhecemos de uma pequena cidade do interior de um Estado do Nordeste que procurou saber como poderia ser atendida por um governo estrangeiro. Sugeriram a ela que invadisse os Estados Unidos, porque, evidentemente, eles viriam aqui e tomariam posse da cidade e poderiam ajudá-la.

O que o senhor está me dizendo é que o Brasil continua dando o exemplo de que é uma péssima mãe e uma ótima madrastra. Quer dizer, na verdade, nós perdoamos dívidas de outros países, reconhecemos as dificuldades de outros países na África e aqui mesmo na América, enquanto os Estados brasileiros estão sendo penalizados por uma dívida impagável, o que

tem sido lamentavelmente o impedimento do progresso social, dos investimentos em educação, saúde e demais setores importantes da atividade do Estado.

Como tivemos já exemplo de que o Ministro Tarso Genro está envolvido nesse procedimento até em nível internacional, não sei o que fazer, se sugiro que Minas Gerais peça uma intervenção de qualquer Governo estrangeiro, para conseguirmos o apoio do Ministro, ou então que S. Ex^a nos ajude, junto ao Ministro Antonio Palocci, evidentemente, adotando essa posição que vimos tão bravamente defendida aqui pelo professor José Izecias de Oliveira, de que as dívidas o Estado podem, sim – com um percentual muito pequeno, mas importantíssimo para os Estados –, ajudar na conversão dessa dívida em bolsas escolares, em atividades afins da universidade pública e até mesmo das fundações particulares.

Agradeço muito a todos os convidados...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço desculpas a V. Ex^a ...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Com absoluta prioridade, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...primeiramente por respeito ao trabalho que V. Ex^a vem desenvolvendo já como Vice-Presidente e hoje Presidente desta Comissão.

Estou com o coração um pouco amargurado em não ter podido estar presente ao debate. Estava na CCJ pois havia um requerimento de minha autoria que gerou uma longa discussão sobre se seria terminativo ou não-terminativo. A esse respeito V. Ex^a tomou uma decisão sábia ontem, e parece-me que hoje isso se resolverá por acordo.

Mas uma coisa ficou gravada em minha cabeça, em meu coração, em minha alma. V. Ex^a falou em intervencionismo, eu nem ia falar aqui, disse que, em um pronunciamento do Ministro Tarso Genro, em que S. Ex^a foi questionado sobre isso, S. Ex^a disse que a universidade é autônoma, mas a soberania é do Estado. Num sistema universitário, o que S. Ex^a quis dizer com soberania? Intervir a qualquer momento, porque o Estado tem o direito de intervir, ou eu entendi mal isso? Porque se discutiu o problema da reforma universitária. S. Ex^a afirmou que a autonomia da universidade existe, mas também existe a soberania do Estado, quer dizer, o direito de intervir sempre que necessário, retirando o poder autônomo das universidades.

Isso me chocou um pouco, não acredito que seja este um desejo democrático do Ministro Tarso Genro.

Então, eu queria cumprimentá-los a todos, vou ler com atenção o que foi distribuído e peço desculpas por intervir neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito embora estivéssemos encerrando todo o procedimento da audiência pública, é evidente que não podemos deixar que o Secretário-executivo Fernando Haddad* responda a V. Ex^a, pelo menos por um minuto.

O SR. FERNANDO HADDAD – Só quero tranquilizar o Senador de que, na verdade, não se trata disso. Isso é um princípio consagrado na própria comunidade acadêmica. Sabe-se que, por exemplo, autonomia não significa que o Estado abdica de avaliar cursos, que o Estado não abdica de direcionar recursos segundo regras de desempenho, que o Estado não abdica de fortalecer programas de pesquisa meritórios. Enfim, a soberania popular, que se expressa a cada quatro anos na constituição dos Governos Federais, tem que ter um espaço necessário para arbitrar questões relativas àquilo que a Constituição manda, que é autorizar, avaliar e estabelecer normas gerais. Segundo a Constituição, quem faz isso é o Estado, que estabelece normas gerais, autoriza e avalia.

Agora, a autonomia se enquadra nesse contexto, portanto uma coisa não se opõe a outra, mas são absolutamente complementares. Eu diria que uma exige a outra para se realizar plenamente. Não há soberania nacional sem autonomia universitária e não há autonomia universitária sem soberania nacional.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado. É um tema que deve ser discutido com mais clareza, porque não chocou só a mim. Ouvi coisas que ouvi de vários reitores e donos de faculdades particulares que estavam sem saber definir qual era a busca do horizonte que o Ministro quis pôr. Eu o respeito, sei que é um democrata, então eu agradeço a resposta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Agradecendo a todos os convidados e às Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, encerramos os trabalhos desta reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 56 minutos.)

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de março de 2005.

Às onze horas e quatorze minutos do dia quinze de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Cos-

ta e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, João Ribeiro, Marco Maciel, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Mão Santa, Luiz Otávio, Paulo Paim, Feranando Bezerra e Delcídio Amaral, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Teotônio Vilela Filho, José Maranhão e Leomar Quintanilha. Justificam a ausência os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho e Fátima Cleide. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Institui o Estatuto da Igualdade Racial”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o parecer favorável é aprovado com as emendas 06 e 07-CE. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi que, “Altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.845, de 05 de março de 2004. (Dispõe sobre os recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência – PAED)”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Duciomar Costa que, “Insere § 5º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para estipular que, no ensino superior, a anuidade escolar deve ser proporcional ao número de disciplinas que o estudante cursar”. O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 05: Substitutivo**, de autoria do Senador João Ribeiro ao **Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma que, “Dá a denominação de ‘Comandante João Ribeiro de Barros’ ao Aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo”. O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 07: Projeto de Lei do**

Senado nº 009, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves que “Altera o artigo 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches, ou entidades similares, e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei da Câmara nº 030, de 2002**, que “Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é favorável ao PLS 009/02, com as emendas oferecidas e pela rejeição do PLC 030/02. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à FH Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quiterianópolis, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 930, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Macambira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 961, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária 26 de Julho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Cariri, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 1002, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santo Antônio, de Antonina do Norte (CE) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 1076, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Jangadeiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador

Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 1102, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Canindé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canindé, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 1109, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Litoral de Cascavel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cascavel, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 1195, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora dos Inhamuns Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tauá, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 1206, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rede Sol de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Granja, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 1217, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tabajara de São Benedito Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Benedito, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 1230, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa Eduardo Sá para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pacajus, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1297, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Russas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará”. O relator

designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 1364, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Amambaí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 1406, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rede Independente de Rádio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1458, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Caçula Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1472, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1471, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Arjona e Chaves Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 088, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Itajá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajá, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 1126, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Ipojuca

a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 1200, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Cultura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 1315, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vitória FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 1330, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Difusoras de Pernambuco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 1168, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Fluminense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 1313, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 1343, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Vida de Promoção Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de**

Decreto Legislativo nº 1353, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Gazeta de Nova Friburgo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 1369, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Estrada da Sapata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Armação dos Búzios, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 1479, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Stereosul de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Web Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cocalzinho de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 1413, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapaci, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 1438, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a Voz Ativa Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 1478, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos do Nova Florida a executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Alexânia, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 1352, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Copacabana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 1277, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 1279, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Progresso, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Porto Feliz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mondai, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 1001, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Princesa do Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 1003, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o

ato que renova a permissão outorgada à Stúdio Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 1035, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Doze de Maio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Lourenço D’Oeste, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 1080, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Itajaí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 1115, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 1135, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária ‘Maria Rosa’ – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 1153, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Empresa Blumenauense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 1172, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Laguna Sociedade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legis-**

lativo nº 1203, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Joinville Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 1239, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da TV O Estado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 1332, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bahiana de Jequié Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jequié, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 1216, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade Macarani Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macarani, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 1225, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Jeremoabo – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jeremoabo, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 1212, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa da Serra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 995, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Província FM Stéreo S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e

o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 1069, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guamá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 1074, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora FM de Paragominas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paragominas, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis.

Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 1226, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de São Mamede – PB (AM-SAM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mamede, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 1402, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Viçosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado é o Senador Fernando Bezerra e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para relatar os seguintes itens: **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 976, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Arte, Comunicação, Cultura e Ensino – FACCE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lambari, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 1005, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Poços de Caldas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Se-

nador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 1274, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Justino José de Santana para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Dando prosseguimento a deliberação da pauta, o Senhor Senador Hélio Costa reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores João Ribeiro, José Jorge e Cristovam Buarque requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimentos, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 002, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Jorge que, “Requeiro, nos termos regimentais, inclusão no Requerimento nº 02, de 2005-CE, que discutirá a ‘Reforma Universitária’ em Audiência Pública nesta Comissão, do seguinte nome: Senhora Thèrese Hofmann, Decana de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília -UNB”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 003, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Requeiro nos termos regimentais, seja convidado para prestar depoimento nesta Comissão o Senhor Hélio Campagnucio, Secretário-Geral da APCA – Associação de Pais e Amigos dos Estudantes Brasileiros em Cuba, durante as audiências que irão tratar de Reforma Universitária”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Aditamento nº 03 ao Requerimento nº 003, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores João Ribeiro, Marco Maciel, Paulo Paim e José Jorge que, “Solicito, nos termos regimentais, e em aditamento do Requerimento nº 03, de 2005-CE, seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Tocantins, Senhor Gismar Gomes, a participar, como expositor, da Audiência Pública sobre a questão da revalidação automática dos diplomas de bolsistas brasileiros que se formam na Escola Latino-Americana de Medicina, em Cuba”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2003, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, Item 08: Projeto de Lei da Câmara nº 091, de 2004 e Item 09: Projeto de Resolução do Senado nº 066, de 2003**. O Senhor Presidente, Se-

nador Hélio Costa determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sr^{as} e Srs Senadores, havendo **quorum** regimental, iniciamos a 5ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia do Senado.

Vamos ao Item nº 01 da pauta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em homenagem ao Senador Paulo Paim, que, por coincidência gratíssima, comemora hoje o seu aniversário, vamos colocar em pauta esse trabalho de S. Ex^a, que demonstra a sua preocupação com o ser humano. É louvável o trabalho de V. Ex^a para atender as minorias, para atender aqueles que não têm privilégios em nossa sociedade, para atender aqueles que precisam que o Poder Público olhe por eles. (*Palmas.*)

Trata-se exatamente do Estatuto da Igualdade Racial, que S. Ex^a apresentou e cuja Relatora é a Senadora Roseana Sarney, que não está presente. Tenho a certeza de que ela já conversou com o Senador José Jorge, que me pediu a palavra.

Passo a palavra ao Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, antes de entrarmos no Item 01 da pauta, que trata do projeto do Senador Paulo Paim, que ficarei muito feliz em relatar, substituindo a Senadora Roseana Sarney, eu gostaria de falar sobre matéria que considerei muito grave e hoje foi a principal manchete do jornal **O Globo**. Refiro-me ao fato de o MEC ter suspenso a divulgação de uma pesquisa porque reforça tese contrária à das cotas nas universidades.

Todos sabemos que essa questão das cotas é bastante polêmica e deve ser muito discutida. Contudo, uma reunião foi marcada e devia ocorrer no auditório do MEC.

Vou ler a matéria porque tudo está bem explicado:

O Ministério da Educação cancelou ontem a solenidade de divulgação de uma pesquisa que fornece argumentos para quem é contrário à política de cotas

no ensino superior, uma das principais bandeiras do Governo Lula na área da Educação.

O lançamento do estudo, que foi financiado pelo MEC e realizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, estava marcado para as dez horas no auditório do Ministério em Brasília, mas foi suspenso por determinação do Gabinete do Ministro Tarso Genro – eu recebi um ofício desse Fórum de Reitores convidando-me para essa solenidade.

O Fórum é ligado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, cuja presidente é a reitora Ana Lúcia Almeida Gazzola, que compareceu ao MEC ontem. O auditório estava pronto para a divulgação do segundo perfil sócio-econômico-cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. Na mesa principal, havia placas com o nome do Ministro e do Secretário de Educação Superior do MEC, Nelson Maculam. Jornalistas e convidados já estavam no lugar juntamente com a coordenadora do Fórum Têrese Hoffman, uma das autoras do estudo e decana da Universidade de Brasil – UnB.

Para surpresa e constrangimento de todos, as placas com os nomes de Tarso e Maculam foram retirados e Têrese deixou o lugar. Em seguida uma assessora do Ministério informa aos jornalistas que a apresentação da pesquisa estava cancelada.

Sr Presidente, essa é uma questão grave. Anteriormente o Governo tentou censurar as pesquisas do IBGE. Agora, para que o IBGE divulgue uma pesquisa, é necessário que dois dias antes ele encaminhe ao Ministério do Planejamento o resultado dela.

Isso, certamente, é para que o Governo consiga, quando entender que o resultado não é o que ele gostaria, dar sua versão no mesmo dia da divulgação da pesquisa.

É o supra-sumo do cuidado com a mídia. V. Ex^a, que é oriundo da mídia, deve entender melhor do que eu essa questão.

Na realidade, entendo que devíamos convidar essas duas pesquisadoras, a Sr^a Têrese Hoffman e a outra – cujo nome não tenho agora, mas o informarei até o final da reunião. Assim, faço um requerimento incluindo essas duas pesquisadoras nessa discussão sobre a reforma universitária. Já que elas não têm oportunidade de apresentar suas pesquisas no MEC, que as apresente aqui na Comissão de Educação do Senado Federal.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Sugiro que V. Ex^a encaminhe o seu requerimento.

Evidentemente o colocaremos em votação tão logo ele chegue à Mesa.

Passo a palavra, então, ao autor do projeto que institui o Estatuto da Igualdade Racial, ilustre Senador pelo Rio Grande do Sul, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, estamos debatendo o Estatuto da Igualdade Racial há mais ou menos dez anos, quando iniciamos o debate com as entidades no País todo. Quando eu era Deputado Federal, realizamos cerca de vinte audiências nos principais Estados do País. O Estatuto é a obra de um grande entendimento, nacional, entre as mais variadas áreas.

Quero destacar o trabalho do Senador César Borges, que, na Comissão de Assuntos Econômicos, fez um brilhante trabalho quanto à questão de um fundo para dar sustentação ao Estatuto. S. Ex^a conseguiu dar uma redação que dá ao fundo poder autorizativo. Assim, houve um entendimento com o Ministério da Fazenda.

Quero, também, destacar o trabalho da Senadora Roseana Sarney. S. Ex^a fez um estudo detalhado do projeto e hoje dá seu parecer favorável. O projeto ainda irá para a Comissão de Assuntos Sociais e para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Eu diria que há uma expectativa muito grande de todos que lutam pela liberdade, pela igualdade e pela justiça, de todos que querem, efetivamente, que haja uma política de inclusão do povo negro e que o projeto seja aprovado. Creio que, atualmente, sua aprovação tem uma simbologia. Sei que o caminho ainda é longo. O projeto passará por mais duas comissões, teremos que ouvir a decisão final da Câmara dos Deputados, mas creio que, por ser 21 de março o Dia Internacional de Luta Contra o Preconceito e o Racismo, seria muito importante que, de forma afirmativa, como diz o projeto, pudéssemos aprovar o Estatuto da Igualdade Racial.

Quero, mais uma vez, dizer que a Senadora Roseana Sarney poderia protelar a questão por mais duas reuniões, se assim o desejasse. S. Ex^a fez um brilhante relatório, abriu mão da relatoria e falou com o Senador José Jorge para que S. Ex^a a substituisse com o objetivo de para aprovar o projeto.

Em linhas gerais, o projeto trata do interesse desse povo que, queiramos ou não, por quase quatro séculos, ficou marginalizado da sociedade brasileira. É um caminho, então, para a inclusão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Na realidade, não segui rigorosamente o que determina o Regimento Interno da Comissão, já que V. Ex^a deveria falar por último. Em homenagem ao seu aniversário, quis que V. Ex^a se manifestasse inicialmente sobre o projeto de sua autoria.

Agora, concedo a palavra ao Senador **ad hoc**, Senador José Jorge, que vai apresentar o relatório da Senadora Roseana Sarney, que, lamentavelmente, não pode estar presente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ler o relatório da Senadora Roseana Sarney.

Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Estatuto da Igualdade Racional.

Examinado em primeiro lugar pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, que opinou pela aprovação com as modificações promovidas por cinco emendas de autoria do Relator, o projeto seguirá, após a manifestação desta Comissão, à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais e, finalmente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a quem caberá a decisão terminativa.

O projeto institui o Estatuto da Igualdade Racial com o objetivo de combater a discriminação racial e a desigualdade que atingem os afrobrasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

“Art. 1º Discriminação racial é definido como toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, o gozo, o exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais.” (CF, art. 1º, § 1º).

Desigualdades raciais, por sua vez, são entendidas como situações justificadas de diferenciação, de acesso e gozo de bens, serviços e oportunidades nas esferas pública e privada.

São amplas as definições de situações a combater por meio do Estatuto e o projeto se estende, ao longo dos seus 63 artigos, por grande variedade de matérias consideradas todas como espaço possível de manifestação da discriminação e da desigualdade racial. Seus títulos e capítulos definem normas relativas à saúde, educação, cultura, esporte, lazer, liberdade de consciência e de crença, acesso à terra, mercado de trabalho, meios de comunicação e acesso à Justiça.

Numerosos são, também, os instrumentos previstos para o combate à discriminação e à desigualdade raciais, com ênfase marcada na criação de um Fundo de Promoção da Igualdade Racial e na implantação de um sistema de cotas que reserva 20% dos cargos em comissão do grupo de direção e assessoramento superior e das vagas nas universidades públicas e privadas do País aos afro-brasileiros.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise

Em primeiro lugar, cumpre atentar para a oportunidade do projeto sob exame. A desigualdade racial no Brasil é evidenciada em todos os dados disponíveis. A população de brasileiros de descendência africana tem participação muito aquém de sua significação demográfica no conjunto de posse de trabalho e de estudo. Por outro lado, faz sentir sua presença maior nas estatísticas relativas ao desemprego, à baixa renda, à exclusão escolar, ao desamparo na saúde e à exposição à violência urbana de origem criminosa e policial.

É certo também que, entre nós, tal como em outros países, a discriminação racial encontra-se na origem de grande parte da desigualdade que se verifica, hoje, entre brasileiros negros e brancos. No entanto, aqui a discriminação não contou com a colaboração ativa e aberta do ordenamento legal, mas persistiu e prosperou até hoje, à sombra da omissão das leis.

Assistimos a arrazoados avanços nos anos recentes. A questão racial, graças, em grande medida, à militância do movimento negro, publicizou-se e ganhou espaço na agenda da política nacional. No entanto, muito resta por fazer! E a tentativa franca de superar as lacunas existentes constitui o grande mérito da iniciativa do Senador Paulo Paim.

Passo à análise dos dispositivos afetos às atribuições específicas da Comissão de Educação. São estas, conforme do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal: opinar sobre matérias que versam sobre educação, cultura, ensino e desportos; diversão, espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas; formação e aperfeiçoamento de recursos humanos; comunicação, imprensa, radiodifusão e televisão; criações científico-tecnológicas, apoio e estímulo às pesquisas, além de outros assuntos correlatos.

No que se refere à educação, o projeto, no seu art. 18, afirma, em primeiro lugar, o direito da população afro-brasileira de participar de atividades educacionais, culturais, desportivas e de lazer, adequadas a seus interesses e condições. Para tanto, cabe aos Governos Federal, Estadual, Distrital e Municipal pro-

mover o acesso dessa população ao ensino gratuito bem como às atividades desportivas e de lazer.

Determina o projeto, no art. 19, a obrigatoriedade de esses governos desenvolverem campanhas educativas com o objetivo de incentivar a solidariedade aos membros da comunidade afro-brasileira, particularmente por ocasião de festividades cívicas, quando os representantes dessa comunidade deverão ser convidados a explanar suas vivências e pontos de vista a respeito do evento objeto de comemoração.

Sobre o fomento à pesquisa, no art. 21, parece indubitável, em que pesem alguns trabalhos já clássicos das ciências sociais brasileiras, carecermos de informações sobre a dinâmica das relações raciais no País. À medida que o termo ingresse na agenda da política nacional, essas informações serão cada vez mais necessárias para formular política e corrigir seus rumos.

O art. 22 estabelece que o Ministério da Educação deverá também incentivar as universidades a incorporar a perspectiva de combate à discriminação e à desigualdade racial em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O projeto, no seu art. 52, estabelece a cota mínima de 20% aplicada às vagas relativas aos cursos de graduação de todas as instituições de ensino superior no Território Nacional e aos contratos do Fundo de Financiamento do Fies.

As propostas do campo da educação são meritórias. O direito ao acesso à educação e à obrigatoriedade de campanhas educativas para incentivar a solidariedade aos membros da comunidade afro-brasileira, a inclusão no quesito raça-cor, no censo de responsabilidade do Ministério da Educação, e a cota mínima de 20% dos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, Fies, são instrumentos que podem demonstrar eficácia no combate à discriminação e às desigualdades raciais.

Convém lembrar, de todo modo, que, para o processo de seleção do Fies, aberto em agosto de 2004, foi instituído acréscimo de prioridade de 20% para candidatos negros a serem somados às prioridades de mesmo percentual conferido aos professores de educação básica e aos egressos de escola pública no ensino médio. Essa inovação no processo seletivo do Fies representa um avanço, embora não assegure o preenchimento das cotas de 20% para afro-brasileiro.

Os meios de comunicação são objeto de um capítulo inteiro do projeto. Nele, estipula-se a necessidade de valorização da herança da cultura afro-brasileira e da participação dos afro-brasileiros na história do País, art. 55. Além disso, é definida uma cota mínima de 20% a aplicar sobre o número total de pessoas, atores e

figurantes apresentados por programa de televisão, peças publicitárias e filmes produzidos, parcial ou totalmente com a participação de incentivos públicos – arts. 56 a 58.

No que se refere aos meios de comunicação está claro que construiu um poderoso instrumento potencial de combate à discriminação na medida em que contribui para associar a imagem de afrobrasileiro para a associação e eventos positivamente valorados pela população como um todo.

A reserva de quotas: é evidentemente suficiente para tanto, mas não creio que a legislação possa avançar mais nesse ponto. Todavia a redação dada ao art. 57, que tem por objetivo assegurar a participação de afrobrasileiros em comercial de televisão podem dar margem a interpretação conflitante. Da leitura do caput pode o interprete inferir a obrigatoriedade de exibição de imagem de afrodescendentes em todas as peças publicitárias. E poderiam impedir, inclusive, a veiculação de comerciais quando contivessem imagem de pessoas.

Dessa forma procurou-se alterar a redação do art. 57, de forma a esclarecer que a quota nela prevista só se aplica aos comerciais em que houver exibição de imagens de pessoas.

Além disso, acrescenta novo artigo ao projeto a fim de definir critérios de cálculo não apenas do percentual previsto no art. 57, mas também do relativo aos demais mecanismos de quota. A ausência de regra específica poderia gerar divergência quando o resultado recorrente da aplicação da quota fosse um número fracionário.

O critério ora proposto é do arredondamento para baixo quando a parte fracionária for inferior a 0,5 e para cima quando for igual ou maior a 0,5.

Cumprasse assinalar na avaliação da área de competência desta Comissão, inclusive na redação das emendas que apresentam e observada a linha predominante do projeto de prevê mecanismo de valorização social dos afrobrasileiros nos termos da definição conferida pelo art. 1º, sem incluir outros grupos sociais discriminados.

Na eventual disposição do escopo da proposição pela CAE e pela CCJ, de modo a impedir não apenas os afrobrasileiros ou qualquer outra discriminação reformulação conceitual, que altera a população alvo de iniciativa, acarretará também a necessidade de rever a redação dessas emendas.

3 – Voto

Pelas razões apresentadas me manifesto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003, contempladas as emendas a seguir:

Emenda nº : Comissão de Educação: dê-se ao art. 57, do projeto de lei do Senado a seguinte redação.

“Art. 57. As peças publicitárias destinadas a veiculação nas emissoras de televisão e em salas cinematográficas quando contiverem imagem de pessoa deverão garantir a participação de afrobrasileiros em proporção não inferior a 20% do número total de atores e figurantes.”

Emenda nº : Acrescenta o seguinte artigo 65 ao projeto de lei do Senado nº 213, já enumerando os demais.

“Art. 65. Caso a aplicação de percentual no sistema de quota previsto nessa lei resultar em número fracionários serão observados os seguintes critérios: se a parte inflacionária for inferior a meio será desprezada. E se a parte inflacionária for igual ou superior a meio será adotada o número inteiro imediatamente superior.”

Sr. Presidente, eu não vou ler o projeto, que é um projeto bastante extenso, está na mão de todos.

Esse é o relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Em discussão o Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador Paulo Paim, instituindo o Estatuto da Igualdade Racial.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Gerson Camata, ao qual concedo a palavra.

O SR. GERSON CAMATTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, cumprimento o autor pela iniciativa, pela luta já histórica quase aqui dentro do Senado e também do Parlamento brasileiro, em favor da inclusão étnica e racial da população brasileira.

Cumprimento a Senadora Roseana Sarney, que não está presente, pelo seu excelente relatório, apresentado pelo Senador José Jorge.

Faria apenas uma sugestão ao Senador Paulo Paim, que tem estudado o assunto muito mais do que eu e há muito mais tempo. Quando ele fala nas quotas de 20%, por exemplo. Na cidade de Vitória, por exemplo, 48% da população é de origem negra. Quando definimos apenas 20%, na verdade, estamos diminuindo naquilo que é o percentual da população. Em outros lugares pode ser que a população seja 5% de afrodescendentes. Então, se é definido 20% não vai ter 20% da população para puxar. Será que não poderia ser regionalizado isso de acordo com a Região, de acordo com o IBGE, de modo que fosse proporcional a presença.

Em Vitória, se há 48% de afrodescendentes, mas só 20% no emprego. Na verdade, estou até discriminando mais as coisas, tenho um direito maior até, porque há mais moradores, mais habitantes afrodescendentes.

Não sei como se faria essa distinção, de unidade ou de cidade para federação, mas até que vá para as demais comissões, até que vá para o plenário, poderíamos encontrar uma fórmula que equilibrasse.

Um outro problema que me preocupa – e talvez nem todas as pessoas concordem comigo: em peças de teatro, de televisão ou em novelas, devemos nos preocupar quando, normalmente, etnicamente a pessoa é boa ou ruim. Já observei isso nos personagens. Por exemplo, todos os homossexuais são simpáticos, agradáveis, bons e generosos; todos os padres são chatos, horríveis, tomam dinheiro. Político, então, em televisão, não há um de bom caráter. São todos homossexuais, ruins, tomam dinheiro dos outros, batem nas mulheres. É impressionante! E o nosso universo não é assim. É claro que, como em qualquer meio, temos alguns companheiros que transgridem, mas não somos regra geral. Pelo menos, vejo excelentes pessoas, excelentes maridos, excelentes profissionais, companheiros dedicados, como o Paim e como tantos outros aqui. Mas o universo é de 100% na novela. São tipos.

Todo alemão que aparece é miserável e pão-duro; o japonês é furtivo; o negro é ali do morro. “Cuidado com o afrodescendente porque ele gera desconfiança”!

Então, se se reservam 20% dos atores do filme – tem que se fazer isso para haver integração –, mas se se colocam os 20% como ruins, e não como normais, não adianta. Esse tipo de coisa tem que ser considerada.

É um reparo meio esquisito de se fazer, mas que é uma realidade e que está presente nas televisões e nos teatros. Essas coisas todas precisam ser observadas. Temos tempo. O projeto ainda vai tramitar em duas comissões e ainda vai ao plenário.

Novamente, dou todo o meu apoio. É um importante passo que estamos dando. Talvez mais importante até do que todas essas reformas de código que fizemos, das quotas. Fizemos sugestões de leis na Câmara que estão sepultadas, que não tramitam de jeito nenhum, mas foi sempre um avanço o que se promoveu aqui.

São essas as sugestões que apresento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Na verdade, Senador Camata, esse projeto ainda vai à CAS, à Comissão de Assuntos Sociais e à CCJ, mas é importante que o Senador Paim já vá coletando

todas essas sugestões. Eu até sugeriria, se me permitem, uma leitura bem detalhada, nos anos 60, nos Estados Unidos, de dois programas do governo que se chamavam Ação Afirmativa, **Afirmative Action e Equal Opportunities**, ou seja, Oportunidades Iguais, que tratam exatamente do conteúdo do projeto de V. Ex^a, e com absoluto sucesso quarenta anos depois.

Em relação ao que V. Ex^a está propondo, já temos a experiência do passado em outros países, não só nos Estados Unidos. É importante lembrar que a posição de V. Ex^a é rigorosamente o caminho encontrado no passado por outros países.

Parabéns a V. Ex^a.

Passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, que é o segundo inscrito, na ordem de discussão da matéria.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, antes de mais nada eu queria – estou a cerca de três metros de S. Ex^a – dar um abraço fraterno, amigo, no Senador Paim pelos seus 35 anos de vida bem vivida.

É uma data interessante e importante. No aniversário dele, estamos apreciando um projeto desse porte, dessa grandeza!

Aliás, Senador Hélio Costa, no nosso País, entendo que o discurso e a prática situam-se em universos completamente eqüidistantes. Eles só se aproximam quando há ação persistente, constante e fiel de pessoas, de homens públicos, como V. Ex^a, que martelam determinados assuntos e determinados temas para que a sociedade não se esqueça deles, para que o mundo político não se esqueça deles, não olvide de sua importância.

Cito como exemplo a sua persistência, a sua tenacidade em fazer tramitar nesta Casa o Estatuto do Idoso, levar à sua aprovação. Digo que é nesse momento, Senador Paulo Paim, que o discurso e a prática se aproximam no nosso País, porque normalmente, quando não temos pessoas assim, com a sua garra, com a sua vontade de resolver de fato as coisas, eles ficam em mundos eqüidistantes de fato. Assuntos de maior grandeza, de maior importância neste País, às vezes, numa golfada, tratamos deles e de repente eles desaparecem. E V. Ex^a não, V. Ex^a mantém ali a vigilância, este País é testemunha disso: salário mínimo, Estatuto do Idoso, agora o Estatuto da Igualdade Racial.

Nós somos um País racista, mesmo. Somos um País racista, somos um País preconceituoso, só vamos quebrar essa prática, eu diria até vergonhosa, que temos – às vezes procuramos colocar debaixo dos tapetes – com a cobrança que V. Ex^a e muitos homens públicos fazem para que adotemos outro procedimento, para que nos filieemos a outro entendimento.

Então, quero, antes de mais nada, parabenizá-lo, não só pelo projeto, mas pelo exemplo que V. Ex^a dá a todos nós com a sua persistência, com a sua coragem de sustentar, mesmo quando V. Ex^a, aqui e acolá, ouve: “Mas o Paim é um sujeito chato, ele fica martelando aquele assunto.” Sustente a chatice, Senador Paulo Paim, porque é ela que nos sustenta, é ela que nos vincula a esses temas de real grandeza e de extremo valor para o nosso País.

Eu queria, a par disso, aproveitar a oportunidade para trazer aos Senadores e às Senadoras da Comissão de Educação e ao Presidente Hélio Costa um fato que reputo da maior gravidade. Esta Comissão é o foro talvez adequado para que esse fato seja trazido ao conhecimento de todos.

Colhi, do Sindicato dos Jornalistas e na tevê comunitária, que gera programas a partir de Brasília, uma grave denúncia. Vou-me permitir ler, só para situar para V. Ex^{as}, o teor do assunto: dois agentes da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), Alex Pires e José Maria – então, estão nominados pelo Sindicato –, tentaram, na manhã do dia 9 de março último, empreender uma ação ilegal contra a tevê comunitária localizada no Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

De acordo com esses agentes, a ordem era fazer “uma ação preliminar” e solicitar cópia de programas da emissora comunitária para avaliar conteúdo, Senador Paulo Paim. Imagine onde estamos entrando. Estamos voltando àquela época em que os jornais e televisões viviam censurados. São dois funcionários da Agência Nacional de Telecomunicações que adentraram uma tevê comunitária para fazer uma ação que eles chamaram de ação preliminar, uma ação intimidatória. Os diretores da tevê cobraram dos agentes documentos oficiais legitimando a ação fiscalizatória e eles não tinham. Perguntaram em qual lei se baseava a avaliação, etc.

Quero trazer a público, Senador Hélio Costa, essa denúncia envolvendo esse fato, pois a considero muito grave. Esses dois servidores da Anatel, frustrados em seu intuito de amedrontar ou intimidar os diretores e servidores daquela tevê, saíram com o rabo entre as pernas, e o Sindicato dos Jornalistas e a TV Comunitária está chamando a nossa atenção para esse fato. Pretendo, inclusive, na próxima reunião desta Comissão, protocolar um requerimento, dirigido à Anatel, para que alguém daquela Agência venha aqui prestar esclarecimentos e informações a respeito deste fato, que reputo da maior gravidade. Não podemos mais voltar ao tempo em que jornalistas, emissoras de televisão e jornais eram submetidos a essa prática terrorista de intimidação, de verificação de conteúdo. Ora, verifica-

ção de conteúdo!... Está lá na TV! Eles que assistam ao programa para saber o conteúdo! Porque ter que ir à TV intimidar os diretores, os funcionários daquela emissora para saber o teor do conteúdo, que conversa é essa? É conversa de quem não tem o que fazer, de quem não sabe a responsabilidade que lhe cabe numa agência de telecomunicações como a Anatel, é sair do espaço legal, Senador Hélio Costa, para enveredar por um espaço obscuro da censura, da intimidação, que não permitiremos que isso volte a ocorrer em nosso País.

Aqui estou, desde já, anunciando que vou apresentar a esta Comissão requerimento para que aqui venham os representantes da Anatel explicar essa situação nebulosa para que o assunto fique às claras neste Senado Federal, naquela Agência e para as pessoas que foram objeto dessa intimidação, dessa fiscalização ilegal e ilegítima.

Agradeço a atenção e peço desculpas por haver me alongado. Mais uma vez, cumprimento e parabeno o Senador Paulo Paim pela brilhante iniciativa da apresentação do Estatuto de Igualdade Racial.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino Braga.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também sinto-me no dever de cumprimentar efusivamente o Senador Paulo Paim, na medida em que o projeto retrata a própria vida política e a atuação do Senador Paulo Paim com toda a sua coerência, com toda a sua força, com todas as suas atitudes, sempre retas, substanciais, coerentes, inteligentes, S. Ex^a teve sensibilidade para perceber o que é importante. Isso é decisivo. Há pessoas que são coerentes, retas, mas não têm a percepção daquilo que é importante. O Senador Paulo Paim, durante os seus mandatos, tem revelado isso sempre. Este projeto, que estamos apreciando hoje, é exemplo claro dessa percepção, enfim, dessa coerência e inteligência, pois, trata-se de um projeto da maior importância ao estabelecer o Estatuto da Igualdade Racial, que a Senadora Roseana Sarney reconhece e ressalta muito bem.

Quero manifestar o meu mais enfático e mais profundo apoio ao Projeto do Senador Paulo Paim nos seus diferentes aspectos. Teria apenas uma observação a fazer, que é a seguinte.

Na questão da obrigatoriedade das quotas, sendo-lhe eu profundamente favorável em todo tipo de atividade educacional, cultural, de formação, na medida em que sei que vai propiciar em longo prazo uma certa aproximação de igualdades e de oportunidades.

Agora, tenho uma observação a fazer no que tange ao estabelecimento de quotas nas apresentações de televisão, de teatro, de cinema, isto é, com a obrigatoriedade de um percentual mínimo de atores afrodescendentes. Isso porque, na medida em que há a obrigatoriedade dos atores, há obrigatoriedade dos personagens; isso, de certa forma, constitui uma obrigação que é imposta aos autores que não deixa de arranhar o princípio de independência e da liberdade completa, da liberdade de criação intelectual.

E essa obrigação, às vezes, pode criar aquilo que o Senador Camata falava, sendo obrigado a criar o personagem afrodescendente pode o autor a ser levado a criar um personagem negativo, isto é, colocar sobre ele sempre a pecha do bandido, do criminoso, do inculco, enfim, com características negativas.

Levanto esse assunto para que o Senador Paulo Paim e os futuros relatores pensem num mecanismo alternativo que não obrigasse os autores a colocar nas peças de teatro ou nas novelas esse percentual mínimo de afrodescendentes, porque isso pode criar aquilo que o Senador Camata referiu, além de ser uma imposição aos autores que fere o princípio da liberdade de criação, que deve ser absoluta. Há muitas razões para defender esse princípio.

Cumprimento efusiva, profunda e calorosamente o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, inscrito para debater.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, primeiramente, quero dar os parabéns ao Senador e amigo Paulo Paim, já disseram, pelos 35 anos, você falou mais 20, mas não parece que tem 55. O mal-intencionado já diria que parece que tem mais, no seu caso parece que tem menos.

Mas, Senador, parabéns e felicidades; continue sempre firme e atuante como tem sido até hoje.

O segundo aspecto que gostaria de lembrar é que, quando pensamos no Senador Paulo Paim e no seu trabalho, sempre os vinculamos, como já foi reforçado, a causas sociais fundamentais. Lembramos sempre do salário mínimo, da luta histórica de anos; começou na Câmara dos Deputados e continua aqui; a questão da reforma previdenciária está muito ligada à atuação do Senador, e de outros, mas com uma ênfase importante para o Senador Paulo Paim. Quando pensamos na reforma sindical, chegando aqui ao Congresso Nacional, uma das referências passa novamente pelo Senador Paulo Paim. Temos Estatuto do Idoso, a que o Senador Saturnino já se referiu, e outros, que é fundamental – temos de ter o documento legal. O Estatuto de Igualdade Racial, que está sendo

debatido aqui. E também o Estatuto da Pessoa com Deficiência que está sendo objeto de um grande debate nacional. Inclusive o projeto neste momento está sendo analisado por todas as entidades nacionais de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, que em breve, também nesses próximos dias, deverá estar sendo debatido aqui no Senado Federal.

Sempre fiz questão de dizer isso e continuo repetindo. Ontem, tive oportunidade de estar em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, discutindo a questão da seca com todos os setores da agricultura daquele Estado, e mencionando também o belo trabalho dos Senadores daquele Estado aqui, nesta Casa. Mas destaco que concordo com todos os argumentos apresentados.

Preocupa-me também a situação suscitada pelo Senador Gerson Camata, nos termos dos aspectos educacionais e do trabalho, em comunidades onde a população é negra, afrodescendente, superior aos 20%. Em outros lugares, é menor. Se há alguma possibilidade de fazer algum tipo de pensamento, de reflexão sobre isso, creio que é nas peças e particularmente da televisão, pois ela é um canal, um meio, um instrumento de conscientização e de debate extraordinário. Realmente, se a televisão se empenhar na questão da igualdade racial, como proposto no projeto, eu diria que pode servir como um instrumento fortíssimo nessa direção. O teatro e o cinema também, mas, de uma maneira muito especial, a televisão. Permito-me dizer que sou favorável a que um percentual de pessoas participe das peças também. Na televisão seria mais simples; no teatro, eventualmente, talvez, não fosse tão simples. Então, temos de discutir. Mas, a televisão é um instrumento que pode contribuir decisivamente para a inclusão social da população negra, com quem temos uma dívida histórica.

Por que temos a dívida histórica? Porque eles eram homens e mulheres livres, famílias livres na África, e nós os transformamos em escravos no Brasil. Então, temos de realmente nos empenhar como sociedade, para que esta plena inclusão social aconteça.

Então, parabenizo V. Ex^a pelo aniversário, pela luta e pelo projeto que agora está sendo discutido aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– O último orador inscrito é o Senador Augusto Botelho, a quem passo a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Senador Paulo Paim. É uma bênção de Deus S. Ex^a o seu Estatuto ser votado no dia do aniversário dele!

Manifesto que carrego a preocupação do nosso Senador do Rio de Janeiro, nosso catedrático Saturnino, aqui, na Casa. Realmente, não podemos, de

forma alguma, ferir a liberdade de criação. Temos de deixar a pessoa ter liberdade. Sou favorável realmente às cotas, mas não podemos impor que um teatrólogo inclua na peça dele tantos por cento... Isso traz uma limitação. Se permitirmos isso aqui, permitiremos que outras coisas aconteçam também, ferindo a liberdade do cidadão.

Também sou favorável a que o nosso Senador, nos artigos 56 e 57, faça uma revisão para que utilizemos a proporção do IBGE, não fazendo uma injustiça, como no caso do Espírito Santo e de outros Estados, onde a proporção é bem maior do que 20%. E onde for menor do que 20%? No nosso caso, a etnia indígena também exige tratamento especial, e a nossa população é de apenas 10% de indígenas. A população negra chega perto disso também; não chega a 20%. Bom, todos somos brasileiros, mestiços de todas as raças.

Bem, realmente, esse Estatuto é oportuno, para inserir os menos privilegiados no processo produtivo e nos direitos deste País.

Senador Paulo Paim, parabéns mais uma vez pelo seu aniversário e pelo Estatuto que V. Ex^a está patrocinando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 213, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai agora a duas outras comissões: Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, novamente, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, gostaria de, rapidamente, agradecer todos os Senadores pela aprovação do estatuto, que tem uma simbologia muito grande para todo o povo brasileiro, brancos e negros.

Ouvi com cuidado e atenção todas as argumentações. Fica aqui o meu compromisso, uma vez que eu faço parte da CAS, de trabalhar naquela comissão com o relator na perspectiva de que as preocupações aqui levantadas sejam levadas em consideração.

Quero dizer que não tenho nenhuma dúvida e concordo com o cálculo do IBGE. Houve outro debate, em outras comissões, sobre se esse cálculo do IBGE, de fato, pode buscar uma proporção adequada para cada realidade em cada Estado. Haverá estados em que o número será maior, pelo cálculo do IBGE, e haverá

outros em que será menor, mas serão contemplados, efetivamente, brancos e negros.

Em sua fala, o Presidente Hélio Costa lembrou as ações afirmativas nos Estados Unidos. Também ali o tema causou polêmica, mas felizmente, a partir da marcha sobre Washington, liderada por Martin Luther King, as ações afirmativas foram aprovadas e trouxeram muito equilíbrio, fazendo com que a comunidade negra tivesse uma referência naquele país e em outros países do mundo – eu poderia levantar a realidade da África do Sul de hoje por exemplo.

Para nós, confesso às Sr^{as} e Srs. Senadores, este estatuto é a verdadeira carta de alforria que a comunidade negra ainda não teve. A sua aprovação é muito importante.

Ficam aqui os meus agradecimentos. Na data do meu aniversário, foi o melhor presente que recebi em toda a minha vida. Com 55 anos, eu recebi, aqui no Senado da República, o melhor presente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador Paulo Paim, com os meus cumprimentos, quero apenas fazer uma rápida observação sobre parte dos comentários que foram feitos durante a discussão do projeto apresentado por V. Ex^a.

A discussão das ações afirmativas nos Estados Unidos – na época em que ela aconteceu, eu morava naquele país como correspondente da imprensa –, produziu, entre outros resultados, o lançamento da mais bem sucedida série de televisão de todos os tempos da TV americana, que se chamava *Raízes* (*Roots*) – era a saga dos africanos que foram levados para os Estados Unidos como escravos. Esse seriado, que se tornou a obra-prima da TV americana e o seriado de maior audiência de todos os tempos, é resultado, exatamente, da imposição da ação afirmativa de que os atores negros participassem dos elencos das peças que eram criadas na televisão. Passou no Brasil, evidentemente, também com muito sucesso.

Vamos agora, como de hábito, examinar a pauta das emissoras de rádio, exatamente porque temos vários dos relatores presentes. Em seguida, vamos voltar à pauta principal.

Antes, porém, pela ordem, passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Eu solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, se possível, a inversão de pauta, em face da necessidade de minha presença em outras comissões.

Sou relator do Item nº56. Como é matéria simples, exatamente a concessão de autorização para radiodifusão, pediria a V. Ex^a que submetesse à apreciação da comis-

são a inversão de pauta para que, antecipadamente, eu declare o meu parecer e o meu voto sobre esse item.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em votação o requerimento do Senador Fernando Bezerra.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Numa outra reunião da Comissão de Educação, V. Ex^a mencionou que a questão dos projetos terminativos estaria em debate também pelos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu gostaria somente de saber se houve alguma conclusão nesse sentido por parte das Lideranças, porque até a semana passada ainda havia alguma dúvida, ao que me consta pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Foi realizada uma reunião, e os Líderes – o Senador Ney Suassuna, do PMDB; o Senador Delcídio Amaral, do Bloco de apoio ao Governo; o Senador José Agripino, do PFL; o Senador Osmar Dias, do PDT; o Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso; o Senador Aloizio Mercadante, do Governo; o Senador Marcelo Crivella, do PL; Leonel Pavan, vice-Líder do PSDB presente; e os Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães, Ideli Salvatti, Luiz Otávio e Eduardo Azevedo, todos debateram amplamente a questão apresentada primeiro na CCJ e, depois, aqui na Comissão de Educação e concluíram que realmente o Regimento Interno diz que constitui ato composto que somente se completa após ocorrer a comunicação da decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Então, portanto, podemos, sim, decidir, discutir e votar os atos terminativos desta Comissão que só se completam quando são enviados para o Presidente do Senado Federal. É evidente que se a pauta lá estiver trancada, discutimos, aprovamos e aguardamos aqui a liberação da pauta no plenário. Quando lá estiver liberado, encaminharemos, então, o procedimento. A partir de hoje, inclusive, já estaremos votando projetos terminativos, inclusive, como as rádios que vamos agora, nesse momento, fazer a discussão e tramitação, passando a palavra, portanto, ao Senador Fernando Bezerra, para relatar o item nº 56.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN)

– Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Viçosa, que é o menor município do nosso Estado, a executar serviços de rádio difusão comunitária, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Viçosa, no meu Estado do Rio Grande do Norte.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Luiz Otávio, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, tenho três itens: nº 52, nº 53 e 54, e o parecer deles são todos favoráveis. A Província Estéreo S/A, em Belém, a Rádio da Cidade de São Miguel do Guama, que aprova a concessão da Rádio Guama e a Rádio Difusora em Paragominas.

Peço inversão de pauta e a prioridade mais importante de hoje, só por estar aqui convivendo ao lado de V. Ex^a, já me sinto realizado, mesmo que V. Ex^a não consiga reverter a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em primeiro lugar, submeto à apreciação do Plenário a inversão de pauta solicitada pelo Senador Luiz Otávio, para os Itens nºs 52, 53 e 54.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passo a palavra novamente ao Senador Luiz Otávio apenas para confirmar sua exposição anterior.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – O parecer é favorável nos itens nºs 52, 53 e 54.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passaremos ao próximo item.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para relatar os Itens de 1 a 12.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, são outros projetos que autorizam a exploração de serviços de radiodifusão sonora em diversos Municípios do Estado do Ceará. Como por exemplo: Quirinópolis, no Estado do Ceará; Poeiras, no Estado do Ceará, também; todos no Estado do Ceará: Santana do

Cariri, Antonina do Norte, cidade de Fortaleza, Canindé, Cascavel, Tauá, Granja, São Benedito e Pacajus.

Então, todos esses relatórios são favoráveis. E peço a aprovação dos mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passaremos aos próximos projetos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Queria comunicar a V. Ex^a que dei entrada ao requerimento convocando a professora e gostaria que, quando V. Ex^a pudesse, colocasse em votação, para que possamos dar uma resposta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Tão logo terminemos a seqüência das emissoras de rádio, que são poucas, imediatamente colocaremos em votação o seu requerimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Solicito a V. Ex^a, Senador José Jorge, que relate os Itens de nºs 19, 20, 21 e 22, constantes da pauta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, todos esses itens estão de acordo com a norma, com o Regimento da Casa.

Portanto, nosso voto é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passaremos ao próximo item.

Peço ao Senador Roberto Saturnino que relate o Item nº 33.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– O relatório se refere à renovação da concessão da Rádio Copacabana, que explora o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro. A documentação é pertinente, está toda fielmente cumprida. Não há razão para qualquer objeção.

Assim sendo, opino favoravelmente à renovação da dita concessão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão.

Não havendo quem quera discutir, passamos ao próximo item.

Peço ao Senador Leonel Pavan que faça a relação dos Itens nº 36 a nº 47.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, queremos relatar pela aprovação de vários projetos de outorga de rádios comunitárias em Santa Catarina. Todos estão dentro dos parâmetros da constitucionalidade, da juridicidade e de técnica legislativa.

Por isso, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Porto Feliz, da cidade de Mondai, oeste de Santa Catarina, inclusive uma região que está sendo prejudicada pela seca.

Opinamos pela aprovação da Rádio Sociedade Oeste Catarinense, no Município de Chapecó.

Da mesma forma, queremos opinar pela aprovação da Rádio Princesa do Oeste, em Xanxerê, cidade vizinha de Chapecó.

Também somos favoráveis à aprovação da radiodifusão da cidade de Blumenau, no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Opinamos pela aprovação que renova a concessão da Rádio Doze de Maio, na cidade de São Lourenço do Oeste.

Também opinamos pela aprovação que renova a concessão da radiodifusora de Itajaí, próximo de Balneário Camboriú.

Pedimos a aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Centro-Oeste de Pinhelzinho, oeste de Santa Catarina, região que está sendo afetada também pela seca.

Emitimos parecer favorável para a Rádio Comunitária Maria Rosa, na cidade de Curitiba, na região do meio oeste de Santa Catarina.

Pedimos a aprovação para a concessão da Empresa Blumenauense de Comunicação Ltda, para efetuar serviço de radiodifusão na cidade de Blumenau.

Opinamos pela aprovação da radiodifusora de Laguna, na região sul de Santa Catarina.

Sr. Presidente, também estamos pedindo pela aprovação para renovar a permissão outorgada da Rádio Cultura de Joinville, da região norte de Santa Catarina – Joinville é a maior cidade do nosso Estado.

Sr. Presidente, também estamos pedindo a aprovação para ato que renova a permissão da Rádio Cultura de Joinville Ltda.

E, para finalizar, Sr. Presidente, estamos pedindo também a aprovação do ato que renova a concessão da TV O Estado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Chapecó.

São esses os projetos que estamos relatando, pedindo a aprovação das rádios e da tevê. Fizemos uma leitura em conjunto para facilitar os trabalhos desta Comissão.

Sãos esses os pareceres, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Obrigado, Senador Leonel Pavan.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

A votação será ao final da sessão.

Passemos ao próximo item.

Itens de nºs 13 a 16. Relator Senador Juvêncio da Fonseca. Peço ao Senador Gerson Camata para fazer um relato simples, objetivo, sucinto, como lhe é peculiar, dos Itens 13 a 16.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se, no item 13, da Rádio Jornal de Amabaí, na cidade de Amabaí, no Estado do Mato Grosso do Sul; Rádio Independente Ltda., da cidade de Jardim, também no Mato Grosso do Sul; Rádio e Televisão Caçula, da cidade de Três Lagoas, também no Mato Grosso; e a Radiodifusão Sonora Ltda., de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul; e também da Rádio Arjona e Chaves Ltda., da cidade de Jataí, no Estado de Goiás.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Minha cidade, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Relato, Sr. Presidente, conforme determinação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o parecer do Relator **ad hoc**, Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Passamos ao próximo item.

Peço ao Senador Maguito Vilela que faça o relatório dos itens 17 e 18, que são emissoras do Estado de Goiás.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, os projetos encontram-se dentro dos parâmetros da lei.

Voto favorável.

Agradeço ao Senador Gerson Camata pelo relatório favorável à rádio de Jataí, minha cidade natal, e relato favorável a todos os itens que V. Ex^a me designou como Relator **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado.

Em discussão o relatório do Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Passamos ao próximo item.

Peço ao Senador Roberto Saturnino que faça o relatório dos itens 23 a 28, em substituição ao Senador Sérgio Cabral, que não se encontra presente. Portanto, por serem

emissoras do Estado do Rio de Janeiro, peço ao Senador Roberto Saturnino a relatoria **ad hoc** dos itens 23 a 28.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, trata-se da renovação da concessão da Rádio Cultura Fluminense para explorar serviços de radiodifusão na cidade de Campos; da Rádio Sociedade de Friburgo, radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Friburgo; da Rádio Associação Vida de Promoção Social, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro da Aldeia; da Rádio Jornal Gazeta de Nova Friburgo, serviços de radiodifusão em frequência modulada em Nova Friburgo; e Associação de Moradores da Estrada da Sapata a executar serviços de radiodifusão comunitária em Armação dos Búzios.

Finalmente, a Sociedade Stereosul de Radiodifusão, para explorar serviço de radiodifusão sonora em Volta Redonda.

Sr. Presidente, todos os processos encontram-se instruídos de forma absolutamente adequada, razão pela qual, não encontrando motivos contrários, dou meu parecer favorável a todas eles.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Não estando a Senadora Lúcia Vânia, concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, para relatar, em seu nome, como Relator **ad hoc**, os itens 29 a 32, por tratarem de emissoras do Estado de Goiás.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são rádios comunitárias da Cocalzinho, Itapaci, Itapuranga, Alexânia, cidades importantes do meu Estado.

Relato favoravelmente às cinco rádios comunitárias. O voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão o relatório do Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Vou pedir ao Senador Paulo Paim que represente, como Relator **ad hoc**, o Senador Sérgio Zambiasi, que é o Relator dos itens 34 e 35.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, representando o nome Senador Sérgio Zambiasi, que inclusive é do Rio Grande do Sul, dou meu parecer favorável ao ato que outorga permissão à Rádio Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequên-

cia modulada na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Na mesma linha, também sou favorável ao projeto que aprova o ato que outorga a permissão à Morro Alto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Progresso, Estado do Rio Grande do Sul.

Sou favorável, Sr. Presidente, nos dois casos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório do Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Peço ao Senador Flávio Arns que faça a relatoria **ad hoc**, em nome da Senadora Fátima Cleide, do item nº 48.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O parecer é favorável, para a Rádio Bahiana de Jequié Ltda, da cidade de Jequié, Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório do Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Solicito ao Senador Augusto Botelho que faça a relatoria **ad hoc**, para o Senador Mario Calixto, dos itens 49 e 50.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, o projeto aprova o ato que renova permissão de outorga para Rádio FM Cidade Macarani Ltda, no Estado da Bahia, e para a Rádio da Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Jeremoabo, também daquele Estado.

O parecer é favorável aos dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório do Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Peço ao Senador Marco Maciel que, por favor, faça a relatoria **ad hoc**, para o Senador Antonio Carlos Valadares, do item 51.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, a referida proposição aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa da Serra Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

Peço ao Senador Geraldo Mesquita que faça a relatoria **ad hoc** do item nº 55, em nome do Senador José Maranhão, que não se encontra presente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P–SOL – AC) – Sr. Presidente, da mesma forma, o ato autoriza a Associação dos Moradores de São Mamede, na Paraíba, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mamede, Estado da Paraíba.

O projeto está em conformidade com as exigências legais.

O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior, em substituição ao Senador José Maranhão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos aos próximos itens que se referem a três emissoras do Estado de Minas Gerais, dos quais sou Relator.

Passo a Presidência da Comissão ao ilustre Senador Augusto Botelho para que eu possa relatar as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR)

– Passo a palavra ao Relator dos Itens 57, 58 e 59.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Relato os itens 57, 58 e 59.

O primeiro é o PDS 976, da emissora na cidade de Lambari, no sul de Minas, uma das cidades mais visitadas pelos turistas por suas águas maravilhosas. O item 58 diz respeito à cidade de Poços de Caldas, que é um cartão de visitas do sul de Minas também por suas águas. E o item 59, o PDS 1274, da cidade de Juiz de Fora.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Permite-me fazer uma observação, Senador Hélio Costa?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pois não, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Senador Hélio Costa, com relação ao item 59, devo registrar que se trata de uma emissora muito importante da cidade de Juiz de Fora, da Fundação Dom Justino José de Santana, presidida atualmente por Dom Eurico dos Santos Veloso, de quem tive a honra de ter sido colega de colégio. Está aqui o Padre Wagner Portugal, Vigário Apostólico de Juiz de Fora, representando aquela Diocese que será proprietária, por meio da Fundação Dom Justino, dessa rádio que é dedicada ao apostolado, aos bons costumes e ao divertimento ligado à religião.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Faço minhas as suas palavras, Senador Gerson Camata.

O SR. (Orador não identificado) – Da mesma maneira como o fez o Senador Gerson Camata, também quero registrar a importância dessa rádio para Juiz de Fora e elogiar o trabalho feito por Dom Eurico Veloso em toda a região.

Aproveito para pedir o voto favorável.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sem dúvida, Dom Eurico é uma das figuras mais queridas de Juiz de Fora, não só por sua atuação em prol das pessoas carentes, dos que não têm privilégio, mas sobretudo pela orientação espiritual que ele dá a toda a cidade. Para nós é motivo de orgulho estar aqui hoje decidindo por uma emissora tão importante para a comunidade.

Sr. Presidente, são essa as três emissoras. O relatório é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo a palavra ao Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão, para procedermos à votação dos demais itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Passamos à votação nominal dos itens terminativos.

(Procede-se à votação.)

Aprovado por unanimidade.

Mantemos a tradição de perguntar às Srs e aos Srs. Senadores se mantêm o mesmo voto para as emendas apresentadas. (Pausa.)

Aprovado.

Deveríamos passar, agora, ao Item nº 2 da pauta normal da Comissão de Educação, que é o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2003, que dá nova redação ao § 1º, inciso I, e ao § 2º, do art. 2º da Lei nº 9.424, de modo a incluir as ponderações correspondentes à educação especial e às escolas rurais no processo de distribuição dos recursos do Fundef.

Lamentavelmente, nem a Senadora Ideli Salvatti, que é a autora do Projeto de Lei, nem a Senadora Lúcia Vânia, que é a Relatora do projeto, se encontram neste momento presente. Portanto, vamos adiar para a próxima reunião da Comissão de Educação.

Item 3:

Projeto de Lei do Senado nº 197, que altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004, dispõe sobre os recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência, PAED. A autoria é do Senador Sérgio Zambiasi, e o Relator é o

Senador Flávio Arns. O relatório é favorável, portanto, peço ao Senador Flávio Arns que o apresente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, este é um dos projetos que considero muito importante para a pessoa com deficiência. Sabemos que, há cerca de um ano e meio, foi instituído um programa especial de atendimento em que o MEC repassa para as entidades um valor na faixa de R\$30,00, R\$40,00 por mês, quando o valor do Fundef para os alunos das escolas comuns, inclusive, com reajuste, já está na faixa de R\$600,00. Então, os alunos de escolas especiais, tipo APAE, Pestalozzi, paralisados cerebrais, cegos, surdos, na verdade, vêm sendo muito discriminados nessa questão. E o Projeto do Senador Sérgio Zambiasi pretende corrigir essa distorção, que é um anseio e uma expectativa grande da área.

O Senador Sérgio Zambiasi está a par dessa discussão, contudo, o MEC e o Ministério da Fazenda pediram um prazo para dialogar sobre o projeto, discutir e ver as implicações financeiras deste projeto.

Então, como penso que dessas reuniões pode haver um clima de mais tranquilidade, de mais entendimento para o debate deste projeto de lei, que é fundamental para todo o Brasil, uma expectativa grande das entidades em relação à aprovação, requeiro a V. Exª que seja retirado de pauta e que volte na próxima reunião daqui a duas semanas, porque teremos que votar, também discuti-lo antes, como eu disse com os Ministérios, e, se houver um entendimento, poderemos ter um percurso mais tranquilo na tramitação do projeto de lei, beneficiando a rapidez que, esperamos, seja aprovado no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª, Senador Flávio Arns, como Relator do projeto, tem a prerrogativa de retirá-lo de pauta.

Portanto, fica atendido o requerimento de V. Exª.

Item 4:

Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2004, que insere no § 5º do art. 1º da Lei 9.870, de 23 de novembro de 99, para estipular que, no ensino superior, a anuidade escolar deve ser proporcional ao número de disciplinas que o estudante cursar.

A autoria é do Senador Duciomar Costa, a Relatoria, do Senador José Jorge.

O parecer é favorável com as emendas oferecidas.

Serão realizadas duas votações nominais: uma, para o projeto, e outra, para as emendas.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 1-3-05.

Passo a palavra ao Senador Relator José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, este projeto é bastante simples porque a maioria das universidades já fazem, que é cobrar anuidade proporcionalmente ao número de disciplinas que cada aluno cursa. Mas algumas não fazem isso, e as que fazem é porque querem, não há uma determinação legal. Então, houve esse projeto do Senador Duciomar Costa, e dei o parecer favorável porque penso que isso seria o correto. Mas alguns Senadores me procuraram, posteriormente, dizendo que existem disciplinas que têm custos bastante diferenciados uma da outra. Precisamos diferenciar uma disciplina de curso mais caro de outra mais barata, principalmente de escolas de medicina e outros. Eu faria o mesmo que fez o Senador Flávio Arns: pediria a V. Ex^a que retirássemos da pauta este projeto hoje, para que eu pudesse rediscuti-lo e verificar se realmente vale a pena fazermos alguma modificação.

Aproveito para pedir a V. Ex^a esse tempo e aprovar o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador José Jorge, seu requerimento será votado tão logo encerremos a relação das emissoras. Iniciando a pauta especial, teremos cumprido evidentemente os itens que estão na ordem crescente. Vamos chegar lá.

Atendendo a sua solicitação – V. Ex^a tem a prerrogativa de retirar de pauta o projeto –, fica, portanto, adiado até a próxima reunião o item 4, terminativo, Projeto de Lei nº 232.

Item 5:

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004, turno suplementar, dá a denominação de Comandante João Ribeiro de Barros ao aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo. Autoria do Substitutivo: Senador João Ribeiro. Autoria do PLS nº 181/04: Senador Romeu Tuma.

O Senador Romeu Tuma se encontra presente e, evidentemente, poderá e deverá usar da palavra, como autor do projeto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como já foi exposto no primeiro turno, trata-se de um herói da aviação nacional, que conseguiu atravessar o Atlântico e que sofreu muito, porque várias passagens suas foram sabotadas, fazendo com que fizesse vários pousos em ilhas durante a travessia. Considero que ele merecia essa homenagem do povo brasileiro, tendo em vista ter nascido em Jaú e o avião ser o Jaú. Não há aeroporto em Jaú e, sim, em Bauru, que está sendo construído. Aproveito para fazer um apelo ao Governo para que a Infraero termine o aeroporto, invista e conclua as obras do aeroporto, que é importante para essa

região produtiva de São Paulo. Trata-se do segundo turno de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O parecer ao PLS nº 181, de autoria do Senador João Ribeiro, é favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido, e foi aprovado na reunião do dia 1º/03/05, não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão. A matéria será dada como definitivamente aprovada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, está aprovado, definitivamente, o Substitutivo ao Projeto nº 181, de autoria do Senador Romeu Tuma.

Item 6:

Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, que institui o Dia Nacional da Alimentação. Autoria: Senador Maguito Vilela. Relatoria: Senador Mário Calixto.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Já estive conversando com o Senador Geraldo e, a par deste projeto, gostaria que V. Ex^a o nomeasse **ad hoc**, se possível, na ausência do ilustre Senador Mário Calixto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pois não. Normalmente, Senador Maguito, não é praxe fazer a indicação **ad hoc** de um Senador não estando presente o Relator, principalmente por se tratar de um item terminativo que precisa passar por duas reuniões. A matéria constou da pauta da reunião do dia 1º/03/05, e normalmente o que fazemos é adiar a votação, para que esteja presente o Relator.

Evidentemente, se, na segunda tentativa, não estiver presente o Relator, nomearemos o **ad hoc**. Na verdade, na terceira vez que o projeto estiver na pauta, ele será votado com o relator **ad hoc**.

Item 7:

Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado de 2002 que altera o art. 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches ou entidades similares e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relator: Senador Flávio Arns. O parecer é favorável, com as emendas oferecidas, e pela rejeição do PLC nº 030, de 2002, que tramita em conjunto.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns, Relator.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, em função de algumas observações feitas por entidades nacionais, requeiro a retirada de pauta do projeto, para retorno, se possível, já na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– V. Ex^a tem a prerrogativa de retirar de pauta a matéria.

Portanto, está atendido o requerimento do Senador Flávio Arns.

Item 8:

Está ausente a Deputada Marinha Raupp, que é autora do Projeto de Lei nº 091 oriundo da Câmara dos Deputados. O Relator é o Senador Roberto Saturnino, que deu parecer favorável.

O item 8 fica adiado para a próxima reunião da Comissão de Educação.

O último item da pauta é o de nº 9:

Item 9:

Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2003, que cria a Comissão de Engenharia, Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Senado Federal.

A autoria é do Senador Roberto Saturnino, e a Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, que não está presente.

Como não estão ambos presentes e a matéria já constou da pauta da reunião do dia 8/03, fica adiada para a próxima reunião.

Vamos aos requerimentos, em atenção muito especial ao Senador José Jorge.

O primeiro requerimento, nos termos regimentais, pede a inclusão no Requerimento nº 02, de 2005, que discutirá a reforma universitária em audiência pública, nesta Comissão, do seguinte nome: Sr^a Thérèse Hoffman, Decana de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília, UnB.

Esse requerimento está assinado pelo Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, acho que vi pela televisão que duas professoras, duas pesquisadoras tinham feito essa pesquisa. Mas, pelo que apuramos, muitas pessoas participaram. A Prof. Thérèse foi a coordenadora. Assim, se vier uma pessoa só será até melhor, porque ficará mais rápida a explicação da pesquisa. Mas nada impede, se ela quiser, de trazer alguém para ajudá-la nos esclarecimentos.

Essa pesquisa é muito importante e foi feita em todas as universidades brasileiras. Como estamos discutindo a reforma universitária, é muito importante que a Comissão aprove esse requerimento hoje, já

que ontem o MEC, de certa maneira, fez certa censura à pesquisa.

Portanto, peço que todos aprovem o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em votação o requerimento do Senador José Jorge, que solicita a inclusão do nome da Sr^a Thérèse Hoffman, Decana de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília, em audiência pública que será realizada aqui na Comissão de Educação.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado o requerimento.

A seguir, outro requerimento para que seja ouvido, para prestar depoimento nesta Comissão O SR. Helio Campagnucio, Secretário-Geral da Apac, Associação de Pais e Amigos dos Estudantes Brasileiros em Cuba, durante as audiências que irão tratar da reforma universitária.

A proposta é do Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a que falar sobre o assunto?

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, como todos nós sabemos, esse tema é muito polêmico. Está aqui o vice muito preocupado com isso. Refiro-me ao tema dos alunos que estão lá fora, especialmente em Cuba e na América Latina. Nós vamos ouvir diversas pessoas, sobretudo aquelas ligadas à saúde, ligadas à universidade. Acho importante ouvir também os representantes dos alunos, no caso, os pais e os amigos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Em discussão o requerimento do Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aprovado o requerimento.

A seguir, requerimento apresentado pelo Senador João Ribeiro e pelos Senadores Paulo Paim, José Jorge e Marco Maciel. S. Ex^{as} solicitam, nos termos regimentais, em aditamento do Requerimento nº 3, de 2005, da Comissão de Educação, que seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Tocantins, Sr. Gismar Gomes, para participar, como expositor, da audiência pública sobre a questão da revalidação automática dos diplomas de bolsistas brasileiros que se formam na Escola Latino-Americana de Medicina em Cuba.

Em discussão o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, autor do requerimento.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, o Secretário de Saúde do Tocantins me ligou, na semana passada, para me pedir que apresentasse esse requerimento, porque soube que nesta Comissão haveria uma audiência pública com a participação de um governador e de secretários de Estado para tratar dessa questão dos médicos cubanos, sobretudo dos alunos nossos que estudam lá. Como o Tocantins é um Estado pioneiro nessa questão, apresentei esse requerimento e vou fazer a defesa no momento da audiência pública, até para que possamos realmente ganhar tempo, porque o trabalho que os médicos cubanos têm feito no Estado do Tocantins é algo extraordinário. Sei que o Senador Augusto Botelho é médico e que há outros médicos aqui na Comissão e no Senado. Para as pequenas cidades do interior do Brasil e lá do Tocantins principalmente, cidades de 3 mil, 4 mil habitantes, cidades distantes com problemas dos mais graves na área de saúde, a presença dos médicos cubanos nessas cidades tem sido positiva. Realmente, a medicina de Cuba é extraordinária, Senador Cristovam Buarque. Pudemos constatar isso com a presença deles no Estado do Tocantins. Sei que a UnB tentou resolver esse problema que depois foi suspenso. Precisamos resolver essa questão no Brasil, precisamos debatê-la para resolver ou para negar definitivamente, mas precisamos debater. O Senado precisa se debruçar sobre o assunto porque há vários Estados brasileiros com a mesma pendência, com o mesmo problema. Foi por isso que apresentei este requerimento. Quando da audiência pública que haverá nesta Comissão, o Secretário de Saúde do Tocantins gostaria de participar e estaremos aqui para debater de perto esse tema que considero muito importante para a população brasileira, sobretudo do interior do Brasil, as pequenas comunidades.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Em discussão, portanto, o requerimento inicialmente assinado pelo Senador João Ribeiro e também assinado por outros três Senadores. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É importante lembrar que o Ministro Tarso Genro estará presente na nossa Comissão no dia 30 de março, às 11 horas, em audiência pública exclusiva, diga-se de passagem, porque é praxe desta Comissão receber com exclusividade Ministros de Estado para prestar depoimento. Posteriormente, serão convidados todos os nomes incluídos na lista para tratar do assunto, mas

o Ministro vem só para discutir com os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras a questão dos brasileiros formados em Cuba, na Escola de Medicina de Cuba. Portanto, dia 30, às 11 horas da manhã.

Antes de encerrar, queria, mais uma vez, congratular-me com o Senador Paulo Paim pela sua tenacidade, pela sua determinação em aprovar o Estatuto da Igualdade Racial. Que seja, realmente, um grande presente de aniversário, Senador Paim. V. Ex^a merece, pelo seu trabalho, pela sua dedicação a esta causa. Ao mesmo tempo, queria fazer uma lembrança final...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pois não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só para elucidar um pouco a questão. Não sei se entendi bem: vamos discutir com o Ministro só a questão dos brasileiros que estudam em Cuba, ou poderemos incluir na pauta a questão dos médicos cubanos que trabalham no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Evidentemente poderemos discutir todos os assuntos relacionados com a questão de brasileiros que estudam em Cuba e de médicos cubanos que atuam no Brasil.

Sem dúvida, o Ministro está disposto a responder a toda e qualquer pergunta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Primeiro vamos ter audiência com o Ministro da Educação?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Exclusivamente com o Ministro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Depois faremos uma audiência com os demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Posteriormente com os demais convidados, conforme sugestão de V. Ex^a.

Muito bem, ao encerrar hoje os trabalhos de nossa Comissão, não poderia deixar de fazer uma citação importantíssima sobre essa data. Além de termos aprovado nesta Comissão, conforme disse, o Estatuto da Igualdade Racial, o dia de hoje marca o 20º aniversário da retomada do regime democrático no País. A redemocratização começou no dia 15, lamentavelmente marcando também o início do martírio de Tancredo Neves. Foi exatamente nessa data que tomou posse, há 20 anos, o Presidente José Sarney, tendo em vista a impossibilidade de assumir o cargo o Presidente eleito pelo Congresso Nacional, Tancredo Neves.

Fica aqui o registro da importância desta data, que marca o início evidentemente das ações democráticas em nosso País, principalmente para os que sofreram diretamente na pele e no corpo as imposi-

ções do regime ditatorial e para aqueles que sofreram tortura intelectual, os que foram impedidos de exercer a atividade democrática no seu mais simples e importante meio de se apresentar.

Portanto, fica aqui nossa lembrança da comemoração, neste dia, do 20º aniversário da redemocratização do Brasil.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião 12h52min.)

Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de março de 2005

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Eduardo Azeredo, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Leomar Quintanilha, Aelton Freitas, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, João Ribeiro, Marco Maciel, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Mão Santa, Luiz Otávio, Paulo Paim, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Patrícia Saboya Gomes, Ana Júlia Carepa e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, José Maranhão, Cristovam Buarque, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho e Fátima Cleide. Comparece à reunião o Senhor Senador Valmir Amaral (PMDB/DF) não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 01: Mensagem do Senado Federal nº 009, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Nilson Rodrigues da Fonseca, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, na vaga da Senhora Lia Maria de Gomensoro Palachini Lopes”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer conclui pela aprovação. **Item 02: Mensagem do Senado Federal nº 008, de 2005**, de caráter não terminativo, de

autoria da Presidência da República que, “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Manoel Rangel Neto, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, na vaga do Senhor Augusto Sevá”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer conclui pela aprovação. Dando prosseguimento a reunião o senhor Presidente, Senador Hélio Costa, franqueia a palavra aos Senhores Senadores para que se dê início à sabatina. Terminada a sabatina, o Presidente da Comissão determina a realização da votação por escrutínio secreto, designando os Senhores Senadores Maguito Vilela e Delcídio Amaral para servirem como escrutinadores. Encerrada a votação e apuração dos votos, a Presidência declara aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, uma (1) abstenção e um (1) voto contrário, o Senhor Nilson Rodrigues da Fonseca, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, em substituição a Senhora Lia Maria de Gomensoro Palachini Lopes e o Senhor Manoel Rangel Neto, aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, uma (1) abstenção e um (1) voto contrário, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, em substituição ao Senhor Augusto Sevá. Os Senhores Senadores Sérgio Cabral, Hélio Costa e João Ribeiro pedem a palavra, e requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta dos requerimentos e os aditamentos ao Requerimento nº 003/05-CE e 004/05-CE, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 005, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral que, “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do Teatro no escopo da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, instalada no âmbito da Comissão de Educação, e a supressão da Informática do espectro de atuação da referida Subcomissão, que adotará a denominação de Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 006, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que “Nos termos do art. 90, inciso IX, e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada Audiência Pública, nesta Comissão, convidando as autoridades abaixo relacionadas para expor perante esta Comissão de Educação sobre o Programa do Governo Federal ‘PC Conectado’: César Alvarez, Coordenador do Programa ‘PC Conectado’ e Roberto Pinto Martins, Coordenador Geral de Tecnologia da Informação da Secretaria de Política da Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Aditamento nº 04 ao Requerimento nº**

003, de 2005-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores João Ribeiro e Hélio Costa que “Solicito, nos termos regimentais, seja incluída a Questão do Reconhecimento de Diplomas de Médicos Cubanos que prestam Serviços de Saúde no Brasil, no objeto dos debates a serem realizados durante audiência pública que tratará da Revalidação Automática dos Diplomas de Bolsistas Brasileiros que se formaram na Escola Latina-Americana de Medicina, em Cuba, aprovada pelo Requerimento nº 003, de 2005-CE, por serem assuntos correlatos”. O requerimento é aprovado.

Extra-Pauta, Item 04: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 004, de 2005-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores João Ribeiro e Hélio Costa que “Solicito, nos termos regimentais, seja incluída a Questão do Reconhecimento de Diplomas de Médicos Cubanos que prestam Serviços de Saúde no Brasil, no objeto dos debates a serem realizados durante audiência pública com o Ministro Tarso Genro, que tratará a respeito da decisão do Ministério da Educação em adotar o Rito Sumário para o Registro dos Diplomas dos Médicos Brasileiros formados em Cuba, aprovada pelo Requerimento nº 004, de 2005-CE, por serem assuntos correlatos”. O requerimento é aprovado. Tendo em vista o adiantado da hora ficam adiadas as seguintes matérias da pauta: **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 003, de 2004, Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2004, Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 091, de 2004, Item 07: Aditamento ao Requerimento nº 002, de 2005-CE**, seguidas das matérias da pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 1398, de 2004, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 1416, de 2004, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 1450, de 2004, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 1484, de 2004, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 1375, de 2004, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 1441, de 2004, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 046, de 2005, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 1346, de 2004, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 1401, de 2004, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 1418, de 2004, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2004, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1164, de 2004, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 1191, de 2004, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 1192, de 2004, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1378, de 2004, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1457, de 2004, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1475, de 2004, Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1491, de 2004, Item 19: Pro-**

jeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2003, Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 1322, de 2004, Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 1326, de 2004, Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 1347, de 2004, Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 010, de 2005, Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 077, de 2005, Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2004, Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 1282, de 2004, Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 1327, de 2004, Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 1276, de 2004, Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 1372, de 2004, Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 1381, de 2004, Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 1392, de 2004, Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 1412, de 2004, Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 1428, de 2004, Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 029, de 2005, Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 030, de 2005, Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 045, de 2005, Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 052, de 2005, Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 1480, de 2004, Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 1486, de 2004, Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 1431, de 2004, Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 061, de 2005, Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 095, de 2005, Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 097, de 2005, Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 1340, de 2004, Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 1345, de 2004, Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 1138, de 2004, Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 1140, de 2004, Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 1296, de 2004, Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 1397, de 2004, Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 1391, de 2004, Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 035, de 2005, Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 063, de 2005, Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 1264, de 2004, Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 019, de 2005, Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 1205, de 2004, Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 1064, de 2004. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esportes da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciarmos os trabalhos da sessão de hoje, eu queria registrar uma perda lamentável, reportada ontem com absoluta fidelidade pelo jornal O Estado de S. Paulo: a morte do cientista Cesar Lattes, reconhecido no mundo inteiro pela descoberta do **méson pi**, aos 80 anos de idade, ontem, na cidade de Campinas.

Disse **O Estado de S. Paulo** na notícia às 21h5min:

“Um dos mais reconhecidos cientistas brasileiros, o físico Cesar Lattes, morreu na tarde desta terça-feira aos 80 anos, no Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de São Paulo (Unicamp), após uma parada cardíaca. Ainda jovem, ele participou dos estudos que o levaram ao descobrimento do *méson pi*, partícula que mantém o núcleo do átomo coeso. A descoberta ainda é um dos pilares da física moderna e colocou o brasileiro entre os mais influentes pesquisadores do Brasil e do mundo. Por sua descoberta e por sua contribuição ao conhecimento científico, César Lattes foi incluído como verbete na Enciclopédia Britânica e em outros livros sobre a história da ciência. Cesar Lattes nasceu Cesare Mansueto Giulio Lattes, em Curitiba, no dia 11 de julho de 1924. Graduou-se em Física e Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1943. Com 23 anos, foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no Rio de Janeiro. **O méson pi** é uma partícula fundamental. Até sua descoberta, a estrutura do átomo era conhecida apenas por meio de suas três partículas elementares: prótons, nêutrons e elétrons. O cientista passou seus últimos anos entre Campinas e no Rio de Janeiro, onde ainda acompanhava as atividades do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Viúvo, está sendo sepultado em Campinas, ao lado do túmulo de sua mulher.”

Faço o registro porque nenhum brasileiro contemporâneo no campo da ciência foi mais importante

e mais reconhecido no mundo inteiro do que o professor Cesar Lattes.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL

– AC) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Perfeitamente, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL

– AC) – Na última reunião desta Comissão, noticieei aqui um fato lamentável, uma ação intimidatória, policialasca de agentes da Anatel em visita à TV Comunitária de Brasília.

Como disse naquela oportunidade, eu ia requerer a realização de uma audiência pública, com a convocação do Presidente da Anatel, para que viesse aqui dar satisfações de um ato que reputo da maior gravidade.

Nesse sentido, passo às mãos de V. Ex^a o requerimento e peço que seja apreciado na primeira oportunidade possível.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Recebo o requerimento e, evidentemente, ao final da nossa reunião de hoje, submetê-lo-emos à votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– A Senadora Ideli, que é Relatora do Item 2, pede a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, por estarmos tendo ao mesmo tempo uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos sobre uma matéria da qual sou Relatora, que é a medida provisória do microcrédito produtivo, onde está presente o Dr. Ivan, Presidente do Banco Popular do Brasil, quero solicitar a possibilidade de se fazer a inversão da pauta, porque sou Relatora do Item 2, da indicação do Sr. Manoel Rangel Neto. Proponho a inversão para eu fazer o relato e poder retornar à CAE, tendo em vista que o assunto que está sendo debatido lá é da minha responsabilidade na relatoria da MP.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Proponho, portanto, a inversão da pauta, como solicitado pela Senadora Ideli Salvatti.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pedirei que entre na sala de reuniões, acompanhado do Secretário da nossa Comissão, o Sr. Manoel Rangel Neto, que certamente fará uma exposição sobre a indicação do seu nome para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – Ancine –, na vaga do Sr. Augusto Sevá.

Pergunto à Senadora Ideli Salvatti se usará da palavra antes da exposição do Sr. Manoel ou se aguardará a manifestação do indicado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Consulto o indicado, Sr. Manoel Rangel Neto, para saber se há algum problema em eu manifestar o meu parecer antes de sua explanação.

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Se V. Ex^a preferir.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Até pelo entendimento, peço a compreensão dos demais Senadores e das Senadoras, haja vista que sou realmente obrigada a voltar lá.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Relatora do item nº 2, não-terminativo, Mensagem do Senado Federal nº 08, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Manoel Rangel Neto para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Cinema – Ancine –, na vaga do Sr. Augusto Sevá.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, resalto que é de suma importância o debate que faremos nesta manhã para a sabatina dos indicados e a aprovação – tenho certeza – de seus nomes para preencherem duas vagas na Ancine.

A nossa Agência Nacional do Cinema esteve praticamente desativada, no último período, pela ausência das indicações. Portanto, teremos a oportunidade de apreciar, avaliar e votar as indicações no dia de hoje. Se conseguirmos desobstruir a pauta hoje à tarde, com a votação da MP do Microcrédito, haverá, inclusive, a possibilidade de realizar a votação das indicações no plenário, o que fará com que a Ancine volte à normalidade, completando o seu quadro de Diretores.

Farei o meu relatório sob essa lógica, para que possamos, efetivamente, colocar a Ancine novamente em pleno funcionamento.

Sr. Presidente, encontra-se em exame nesta Comissão a Mensagem nº 08 da Presidência da República, com a indicação do Sr. Manoel Rangel Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – Ancine –, na vaga do Sr. Augusto Sevá.

A matéria encontra-se guarnecida pela alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência privativa do Senado Federal de aprovar a escolha de titulares de outros cargos que a Lei determinar.

O cargo a ser preenchido se tipifica no §1º do art. 8º da Medida Provisória nº 228-1, ainda não convertida em lei, mas em plena vigência, quando determina que os membros da Diretoria da Ancine serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal.

O indicado, Sr. Manoel Rangel Neto, cumpre todas as formalidades legais para deter o cargo de Diretor da referida agência. Trata-se de brasileiro nato, nascido em Brasília, Distrito Federal, de reputação ilibada, pois, na documentação enviada pelo Executivo, nada consta que o desabone, além de ser profissionalmente conceituado, conforme atesta o seu vasto currículo.

Com efeito, além de possuir formação acadêmica na área, como graduado em Cinema e Vídeo, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, está por concluir seu mestrado na especialidade, nessa mesma instituição. Sua atividade acadêmica e técnico-profissional reflete o trabalho de um pesquisador experiente em cinema e vídeo, avalizado por suas pesquisas, monografias, artigos e periódicos acerca dessas áreas. No serviço público, ocupou funções relevantes em atividades de assessoramento e de representação, com destaque para o cargo de Secretário de Audiovisual Substituto do Ministério da Cultura, por ele ocupado em 2004. Foi também Vice-Presidente nacional e Conselheiro da Associação Brasileira dos Documentaristas e Presidente de sua seção São Paulo. No magistério, lecionou em diversos cursos livres de cinema, e, não apenas portador de conhecimento teórico, o indicado se destacou como cineasta, diretor, roteirista, montador, diretor de fotografia e operador de câmera, ou seja, passou por todas as atividades, por todas as áreas na produção de filmes e de diversos curtas-metragens. Em televisão, foi diretor, co-roteirista e coordenador de programas. Tais fatos de sua vida acadêmica e profissional o habilitam a ocupar o cargo para o qual está sendo indicado.

Ante o exposto, julgo que os membros desta Comissão já possuem os elementos essenciais à avaliação do nome de Manoel Rangel Neto para ocupar uma das Diretorias da Ancine.

Inclusive, destaco, na sua atividade institucional, alguns cargos ocupados por S. S^a que considero absolutamente relevantes. Em 2004, foi Assessor Especial do Ministro de Estado da Cultura, Sr. Gilberto Gil, e Secretário do Audiovisual substituto no Ministério da Cultura; em 2003 e 2004, foi Assessor Especial da Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais do Ministério da Cultura; em 2004, foi representante do Ministério da Cultura no Comitê de Desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital bem como no Grupo Gestor do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Durante 2001 e 2002, foi Presidente da Comissão Estadual de Cinema da Secretaria de Cultura de São Paulo ao longo da gestão do Secretário Marcos Mendonça, no Governo Mário Covas e Geraldo Alckmin. Em 2000, foi representante da ABD São Paulo na Comissão Estadual de Cinema da Secretaria de

Cultura de São Paulo na gestão do Secretário Marcos Mendonça e durante o Governo Mário Covas. De 1996 a 1999, foi organizador do Projeto Cinema em Debate, Cinusp e Cinemateca Brasileira em São Paulo, promoção do Grupo de Cinema. Em 1997, foi organizador do evento “Renascimento do Cinema Brasileiro – Verdades e Mitos”, do Centro Cultural São Paulo. Em 1996, foi organizador do evento “Paulo Emílio, Ano 80”, do Cinusp, Museu Lasar Segall, sob a curadoria de Carlos Augusto Machado Calil, promoção também do Cinusp, CAF e Grupo de Cinema.

Então, pelas atividades institucionais, além de seu papel na crítica cinematográfica, no ensino, na área de cinema e em todas as suas produções cinematográficas e audiovisuais e pelos seus artigos publicados, ele é inequivocamente um profissional extremamente habilitado para estar à frente do cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema brasileira.

Sr. Presidente, esse é meu relato, solicitando o apoio de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão para a indicação do Sr. Manoel Rangel Neto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Feita essa inversão de procedimento, concedo a palavra, pelo prazo de 10 minutos, ao Sr. Manoel Rangel Neto para uma breve exposição.

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, Sr^a Relatora, Senadora Ideli Salvatti, Sr^{as} e Srs. Senadores, bom dia a todos.

Início minha fala nesta reunião, apresentando um panorama da economia do audiovisual no Brasil, com destaque para o cinema brasileiro, suas perspectivas e desafios.

O tamanho de sua população e as dimensões continentais de seu território fazem do Brasil um dos maiores e mais promissores mercados do Planeta para produtos audiovisuais. Em 2003, a economia audiovisual movimentou cerca de US\$3,8 bilhões, entre publicidades de TV, assinaturas de TV, ingressos de cinema e vendas de DVD e vídeos.

No caso específico do cinema, os números apontam para um cenário positivo, em que um ciclo de sucesso econômico se combina com um ciclo de qualidade e relevância cultural. Ainda em 2003, nada menos do que 103 milhões de ingressos foram vendidos nas 1.817 salas de exibição então existentes, representando um faturamento de US\$225 milhões. A relação de salas de cinema por habitantes situa o Brasil como o 52º mercado do mundo, mas, em número de ingressos vendidos, nosso mercado encontra-se no 12º lugar.

Esses dados sugerem um grande potencial de expansão no setor de exibição, especialmente nas cidades médias e nas regiões metropolitanas das capitais brasileiras. De 2003 para 2004, 133 salas sur-

giram no País, indicando um crescimento anual de 7% em nosso parque exibidor. Essa taxa pode e deve acelerar-se por meio de parcerias entre o Governo e a iniciativa privada.

A exemplo de outros países, o segmento de vídeo doméstico tem crescido fortemente nos últimos anos em razão do dinamismo e da qualidade do produto DVD. Segundo o IBGE, as locadoras de vídeo tornaram-se os equipamentos culturais mais comuns no País, depois da praça e do coreto. Há locadoras em 64% dos Municípios brasileiros. Em 2004, o número de aparelhos de DVD nas residências do País mais do que dobrou, atingindo cerca 6,5 milhões de aparelhos instalados. A base é de cerca de 24 milhões de aparelhos de videocassete instalados. No mesmo ano, a venda de unidades pré-gravadas de vídeo doméstico apresentou um faturamento de US\$187 milhões. Em 2004, foram vendidas aproximadamente 17,5 milhões de unidades de VHS e DVD, fazendo do nosso mercado o 18º do mundo.

O segmento de televisão paga, com cerca de 3,5 milhões de assinantes em 2003, ainda é relativamente pequeno, mas tem tudo para expandir-se nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Se V. Ex^a me permite, gostaria apenas de informar aos Senadores que a votação já está aberta. Aqueles que quiserem votar podem receber a cédula da Mesa e dirigir-se à urna. Muito obrigado.

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Na classe A, sua presença aproxima-se da ideal – cerca de 70% dos 2 milhões de residências. Nas classes D e E, porém, ela chega a apenas 1% dos 20 milhões de domicílios. Há, portanto, evidente espaço para o crescimento desse serviço, especialmente nas camadas médias e pobres da população, com o aumento da renda e da queda do preço.

A TV aberta, por sua vez, é o coração da economia do audiovisual no Brasil, com cerca de 59% do faturamento desse mercado. Em 2003, movimentou US\$2,26 bilhões em venda de espaço, ao que tem correspondido um forte mercado de produção publicitária, em que os brasileiros são destaque com alta capacitação técnica e conceitual.

Há, no Brasil, atualmente, cerca de 42 milhões de domicílios com aparelhos de TV, o que faz da televisão aberta o difusor de conteúdos audiovisuais mais importante do País.

A contribuição desse segmento para a cultura brasileira tem sido imensa, já que boa parte dos conteúdos exibidos é produzida aqui, gerando emprego e divulgando nossos valores.

Cerca de 60% da audiência total no horário nobre direciona-se às telenovelas, um gênero de teledramaturgia no qual o País tem reconhecido o mérito como produtor e exportador.

Embora ainda incipiente, a parceria entre cinema e televisão tem sido proveitosa. O espaço publicitário e a exibição de filmes nacionais em TV aberta cresceram nos últimos anos. Essa parceria, ao lado do investimento do Estado, por meio das leis de incentivo e da atuação da Ancine e do Ministério da Cultura, ajuda a explicar o ciclo de sucesso a que me referi inicialmente. O número de filmes brasileiros lançados no mercado nacional, a parcela desses filmes no mercado de exibição e a sua repercussão no exterior têm aumentado substancialmente.

Em meados da década de 90, a fatia do cinema nacional no bolo da exibição chegou a 1%. Em 2003, um ano de safra excepcional, saltamos para 21,4%. Em 2004, a fatia foi de 14,5%, numa oscilação sazonal do mercado.

Em número de filmes, os dados também são positivos. Houve um ano na década de 90 em que apenas três filmes foram lançados. Em 2004, tivemos 51 filmes nacionais em nossas telas.

A criação da Ancine, Agência Nacional do Cinema, em 2001, teve um papel significativo nesse processo de crescimento, o qual tende a intensificar-se no futuro.

Somados, os segmentos que mencionei há pouco formam uma das economias mais dinâmicas da atualidade no Brasil e no mundo – a economia do audiovisual, que tem um duplo impacto no processo de desenvolvimento do País: gera renda, emprego e divisas, de um lado, e qualifica o capital humano e as relações sociais de outro.

Por todos os fatores já apontados, trata-se de um setor estratégico para o Brasil e, dentro dele, o segmento cinema funciona como uma espécie de dinamizador, de propulsor.

No que diz respeito ao audiovisual, o Brasil tem matéria-prima, mão-de-obra, infra-estrutura de produção e mercado interno e, portanto, todas as condições para tornar-se um pólo. Mas há desafios a serem enfrentados. A convergência digital, a globalização e a formação de grandes corporações de mídia no exterior influenciam a evolução do nosso mercado. O Brasil será um centro produtor e exportador de audiovisual ou um centro consumidor? Como atuaremos na nova economia global, baseada na tecnologia, no saber e na cultura? De que modo poderemos transformar o ciclo de sucesso vivenciado hoje em um processo contínuo, abrangente e sustentado de desenvolvimento?

Eis os desafios a serem enfrentados pela Agência Nacional do Cinema, pelo setor e por todos aqueles que se interessam pelo tema, em especial, os Srs. Se-

nadores e Srs. Deputados das comissões de Educação do Congresso Nacional.

No que diz respeito ao cinema, por exemplo, uma equação a ser resolvida é o aumento dos recursos aportados pelos produtores na realização dos filmes. Com as leis de incentivo criadas na década de noventa, os recursos para a produção passaram a vir quase que totalmente de renúncia fiscal (cerca de vinte e cinco milhões de dólares em 2003). Um investimento maior por parte dos produtores e investidores depende de um novo modelo de produção que priorize as carteiras de filmes com crédito de longo prazo e juros baixos.

Outro problema que cerca a atividade audiovisual brasileira é a virtual ausência de políticas específicas para outros elos da sua cadeia produtiva além da produção. O parque exibidor, como vimos, está aquém do potencial de mercado. O índice de 93,5 mil habitantes por sala é um terço do verificado na Argentina e no México. Para acelerar o processo de expansão do parque exibidor, o Governo brasileiro acaba de instituir uma linha de crédito especial junto ao Bndes.

Segundo estimativas do próprio mercado, essa medida pode viabilizar a abertura de quinhentas novas salas em três anos, dobrando a velocidade de crescimento observada hoje. Trata-se de um bom exemplo a ser seguido e ampliado. Outras medidas devem ser pensadas e efetivadas visando também o importante segmento da distribuição.

Nesse elo, quatro distribuidoras estrangeiras têm cerca de 89% do mercado local com carteiras de filmes compostas em mais de 80% por títulos estrangeiros de uma cinematografia apenas. As distribuidoras brasileiras não dispõem de capital para investir em carteiras de filmes nacionais nem para promover associações com distribuidoras de outros países.

De modo a assegurar a isonomia competitiva e a diversidade de conteúdos em nosso mercado, é preciso criar condições para o desenvolvimento das empresas brasileiras de distribuição. Como se trata de um mercado em expansão, pode-se fazer isso sem que o mercado deixe de ser atraente para as distribuidoras estrangeiras. Há espaço para todos no Brasil. É necessário ampliar também o grau de sinergia entre os diversos segmentos da economia do audiovisual, a exemplo da parceria entre televisão aberta e cinema, parceria essa que é desejo da iniciativa privada, das televisões, é desejo dos produtores e deve ser potencializada também pelo poder público.

Esse processo passa ainda pela maximização dos recursos públicos aplicados no setor e pelo desenvolvimento de um ambiente de mercado que valorize a produção independente, o investimento próprio e a combinação entre esforço criativo e resultado econômico. Passa tam-

bém pelo fortalecimento da rede pública de TV do Brasil e da América do Sul como o mercado para filmes e outros produtos audiovisuais do País e da região.

Programas como o DOC TV Brasil, coordenado pela Secretaria de Audiovisual do Minc, devem ser estimulados e ampliados pois apresentam resultados positivos comprovados. A complexidade da nova economia do audiovisual requer ainda a investigação do fenômeno e da convergência digital e sua abertura a novos formatos de produção e difusão.

Com tudo isso, Srs. Senadores, a criação da Agência Nacional do Cinema foi um marco na atividade. Ela resulta de um processo intenso de colaboração entre os agentes econômicos do setor, o Senado – através desta Comissão, jogou um papel importantíssimo no processo de debates que culminou na criação da Agência Nacional de Cinema em 2001 – e o Poder Executivo, com resultados que são evidentes através da parceria entre esses diversos setores.

Com a Ancine, o Estado brasileiro voltou a reconhecer a importância da economia do audiovisual e o seu próprio papel no estímulo ao desenvolvimento do setor. O primeiro e atual presidente da Ancine, Gustavo Dahl, e os demais diretores que a integram ou integraram, como João Eustáquio da Silveira, Augusto Sevá e Lia Gomensoro Lopes, dedicaram com êxito seus melhores esforços à estruturação do novo órgão. Reuniram a inteligência disponível vinda de outros momentos do cinema brasileiro, aglutinaram forças novas e se empenharam em cumprir as tarefas delegadas pela Medida Provisória nº 2.228, de 2001 e pela Lei nº 10.454, de 2002.

Desse modo, reestruturaram a dinâmica dos financiamentos à produção por meio da Lei do Audiovisual, da Lei Rouanet e da conversão da dívida externa, ao mesmo tempo em que puseram em funcionamento novos mecanismos, com os Funcines e o art. 39.

Reorganizaram a área de registro de obras. Disciplinaram o cumprimento da cota de tela para filmes brasileiros, assessorando o Presidente da República em sua regulamentação. Fizeram parcerias importantes, como o acordo de distribuição com a Argentina. Foram, sobretudo, responsáveis por preparar as condições para que a Ancine se consolide, desenvolva o conjunto das suas atribuições e assuma novas e maiores responsabilidades.

Com sua equipe, seu conhecimento acumulado e sua capacidade de articulação, a Ancine pode ser o grande instrumento para que o cinema brasileiro venha a realizar o potencial de geração de renda, emprego e divisas, e de estímulo à diversidade cultural e à inclusão social no País.

A diretoria da Ancine definiu assim a missão da instituição: proporcionar condições isonômicas de com-

petição nas relações dos agentes econômicos da atividade cinematográfica e videofonográfica no País.

Com um concurso que está preste a se realizar, com a elevação de seu orçamento e outras medidas, a Agência Nacional do Cinema terá plenas condições de avançar no cumprimento dessa missão, encontrando novas formas de estimular o desenvolvimento da economia do audiovisual no Brasil. Fará isso sem perder de vista os princípios gerais definidos no art. 2º do instrumento legal que lhe deu origem, cujo teor os senhores e senhoras conhecem, mas que peço licença para repetir, parcialmente, como compromisso e objetivo do trabalho que me proponho a realizar se puder contar com a confiança do Senado Federal.

1 – Promover a cultura nacional e a língua portuguesa mediante o estímulo ao desenvolvimento da indústria cinematográfica e audiovisual nacional;

2 – Garantir a presença de obras cinematográficas e videofonográficas nacionais nos diversos segmentos de mercado.

Muito obrigado.

Estou à disposição de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Sr. Manoel Rangel Neto.

Vou, em seguida, solicitar ao Secretário da Comissão que traga até a mesa dos trabalhos o Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca, que, pelo Item nº 1, não terminativo, Mensagem do Senado Federal nº 009, é indicado para exercer também o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema.

Vamos ouvir o Sr. Nilson, e durante a fala de S. S^a já estará aberta a votação da indicação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, a minha opinião é que, para abrir a votação, pelo menos deveríamos ouvir o indicado.

Sei que as Sr^{as} e os Srs. Senadores são muito ocupados, mas creio que fica muito ruim para votarmos a favor ou contra uma pessoa cuja palestra inicial nem ouvimos.

Eu, certamente, não vou votar antes de ouvir os indicados. Acho que é uma decisão da Presidência, mas apelaria a V. Ex^a para que só abrisse a votação depois que os indicados fizessem as suas apresentações. É uma segurança para a Comissão, sob pena de, daqui a pouco, não ser preciso nem que eles venham aqui, poderem ir direto ao plenário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– V. Ex^a tem toda razão, Senador José Jorge. Normal-

mente, é praxe da Presidência da Comissão abrir a votação após ouvir os indicados.

Entretanto, atendendo a diversos apelos das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, iniciamos o procedimento da votação enquanto ouvíamos a fala dos indicados. Evidentemente, aquele que se julgar prejudicado com a votação antecipada, não o faça. Que vote depois de ouvidos os indicados.

Mas V. Ex^a, do ponto de vista regimental, tem razão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não vou votar antes, mas acho que quem sai mais prejudicado é o Senado, não é o Senador em si.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vou, em seguida, passar a palavra ao Relator do Item nº 1, Senador Juvêncio da Fonseca, sobre a indicação do Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca.

Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. RELATOR (Juvêncio da Fonseca) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se em exame nesta Comissão a Mensagem nº 009, de 2005, da Presidência da República, com a indicação do Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca – gostaria que fosse meu parente – para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema – Ancine, na vaga da Sr^a Lia Maria de Gomensoro Polachini Lopes. A matéria se encontra amparada pela alínea “f” do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

O indicado, Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca, cumpre todas as formalidades legais para deter o cargo de diretor da referida agência, pois se trata de brasileiro nato, de Abadia dos Dourados, Estado de Minas Gerais, e possui reputação ilibada, pois na documentação enviada pelo Executivo nada consta que o desabone. Além do cumprimento desse requisito, é profissionalmente conceituado, conforme atesta seu currículo.

O indicado é produtor cultural com vasta experiência na área de cinema e teatro. Foi diretor-executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal e diretor do Departamento de Cultura do Estado de Tocantins. Dirigiu também a Confederação Nacional do Teatro Amador e a Associação Brasileira de Vídeo Popular, o Cine Cultura, de Campo Grande, a empresa Mercado Cultural e a produtora de vídeo Bem Te Vídeo; foi membro do comando nacional de entidades culturais pró-Constituinte livre e soberana; como produtor cultural, dirigiu festivais, coordenou cursos de cinema e projetos cinematográficos e teatrais e produziu peças teatrais. Foi diretor de três edições do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e do projeto Temporadas Populares, em Brasília, Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e

Corumbá. Atuou em quatro peças e é autor e co-autor de textos teatrais. Frequentou treinamentos na área de gestão e desenvolvimento realizado em Taiwan e em gestão e administração cultural. Possui os cursos básicos de vídeo e de direção, edição e roteiro de documentários. Participou do Seminário Nacional de Artes Cênicas e de diversos festivais de cinema brasileiro, em Gramado, Vitória e Recife, e no exterior em Santa Maria da Fé, Portugal e Havana, em Cuba.

Tais fatos de sua vida profissional o habilitam ocupar o cargo para o qual está sendo indicado.

Isso posto, julgo que os membros desta Comissão já possuem os elementos essenciais à avaliação do nome do Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca para ocupar uma das diretorias da Ancine.

Este é o Relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Feito isso, passo a palavra ao Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca, indicado para ocupar o cargo de diretor da Ancine.

O SR. NILSON RODRIGUES DA FONSECA – Excelentíssimo Senhor Senador Hélio Costa, Excelentíssimo Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, bom dia a todos os Senadores presentes, companheiros de atividade que estão aqui presentes, sinto-me honrado por ter sido indicado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Cultura para compor a diretoria da Ancine, instituição maior do cinema brasileiro.

Inicialmente, quero cumprimentar a atual diretoria da Agência, seus ex-diretores e o conjunto de trabalhadores da instituição, que em três anos recolocaram o cinema brasileiro no plano de ação do Estado, reorganizando e re-institucionalizando o que foi destruído com a extinção da Embrafilme no início da década de 90 pelo Governo do então Presidente Fernando Collor.

Vivemos um momento histórico do cinema brasileiro, resultado da persistência e talento dos nossos artistas e da sensibilidade dos poderes públicos, que, em 2001, viabilizaram a Ancine, fornecendo-lhe o instrumental necessário para regulamentar, fiscalizar e fomentar o cinema em nosso País.

As agências reguladoras têm condições de estabelecer políticas públicas de continuidade por terem regras e critérios claros de atuação. Políticas continuadas devem ser perseguidas permanentemente, principalmente num país como o nosso que padece de bruscas interrupções. Em um mercado tão competitivo como o cinema, o diálogo deve ser a medida para estabelecer as responsabilidades das diversas esferas.

O exemplo dado pelo Governo Federal deve servir de parâmetro para atuação da Ancine. Os consensos

devem ser buscados incansavelmente, tendo em vista que políticas públicas devem ter como destinatário o cidadão. Iniciativas que privilegiem corporações de qualquer espécie ou poderosos grupos econômicos em detrimento do interesse coletivo não devem constar de nenhuma agenda que vislumbre os interesses maiores da sociedade brasileira.

O que o País e o cinema precisam é de políticas coordenadas pelo Estado sem intervenções ou imposições. Reconstruir espaços de atuação do Estado demanda esforços e sensibilidade, especialmente em uma área como o cinema, em que a dimensão industrial e cultural caminham lado a lado. Se hoje vivemos um momento promissor para o cinema brasileiro, é porque diversos agentes políticos e culturais compreenderam o seu significado para a cultura e a economia do País.

Esses últimos anos entrarão para a história do cinema brasileiro. No entanto, cabe a nós, produtores, diretores, distribuidores, exibidores, artistas e agentes políticos, definir se será mais um ciclo ou se faremos da indústria do cinema brasileiro uma atividade que tenha sustentabilidade e permanência.

O que foi feito até agora no cinema brasileiro nos permite fugir do gerúndio. Se, no início da década de noventa, o filme norte-americano ocupou 95% do mercado nacional, em 2003, o cinema brasileiro, com os instrumentos disponíveis que foram criados para apoiar a produção, ocupou 22% do mercado nacional, um dos melhores índices de todo o mundo, fora os Estados Unidos. Mas temos muito ainda que fazer e avançar.

Na década de setenta, com a ação da Embrafilme, chegamos a ocupar 40% do mercado de cinema em nosso País com o filme brasileiro. O povo brasileiro gosta de cinema brasileiro, se interessa em ver na tela seus dramas, suas paixões, suas interrogações, seus artistas, suas alegrias.

Só para termos uma idéia, sem o apoio à exibição e à distribuição, o filme *Olga*, em 2004, teve 3,1 milhões de expectadores, quase o mesmo que *Harry Potter*, que, com toda a agressividade da mídia, alcançou 3,350 milhões de expectadores. Isso é uma demonstração clara de que o povo brasileiro gosta do cinema brasileiro. Isso sem falar em *Carandiru* que, em 2003, teve 4,6 milhões de expectadores.

É necessário estabelecer uma política de popularização do cinema brasileiro. Vivemos em um País de 180 milhões de habitantes, onde menos de 10% participam de sua vida cultural.

A Ancine deve ser mediadora nas relações entre o Governo Federal, os governos estaduais e municipais, pois se trata de uma agência de regulação, fis-

calização e fomento da atividade cinematográfica no Brasil. É necessário estabelecer um programa nacional de popularização do cinema, privilegiando a cinematografia brasileira.

O Governo Federal já atua com incentivos fiscais. É preciso portanto induzir os governos estaduais e municipais a participarem com suas cotas de contribuição, diminuindo taxas e impostos, a fim de viabilizar a instalação de salas de cinema, principalmente nas periferias das grandes cidades e nas cidades médias e pequenas, onde o espaço de fruição da cultura é quase inexistente.

Não basta produzir filme, é necessário compreender o conjunto da cadeia produtiva. Do mesmo modo que não se deve desejar livros fechados, não se pode querer filmes nas prateleiras sem serem vistos. Estimular a produção e aperfeiçoar os modelos existentes é necessário para aumentar a quantidade e a qualidade dos filmes, a fim de atender essa demanda crescente. Apoiar e fortalecer as distribuidoras nacionais, para que tenham cartelas com muitos títulos disponíveis e influir no mercado nacional. Garantir a lei de obrigatoriedade de exibição do filme brasileiro, acrescentando que o filme brasileiro não poderá ser tirado de cartaz enquanto estiver alcançando a renda média da sala onde estiver sendo exibido. Somos vítimas de uma ação predadora, de um mercado poderoso e temos de proteger o nosso mercado. A cadeia produtiva do cinema, para concluir, como foi dito pelo Sr. Manuel Rangel, vai desde aqueles que conseguem trabalho e renda nas produções dos filmes até aqueles que trabalham na sala de cinema como projecionista ou no *bomboniére* daquela sala. É uma vasta cadeia produtiva e temos que zelar pela nossa economia, pelo produto nacional.

Por essa garantia da exibição do filme brasileiro e de sua permanência em cartaz, quando ele tiver renda e público, precisamos lutar e garantir. Precisamos buscar meios para que as distribuidoras nacionais possam atuar na co-produção de filmes brasileiros, porque isso é permitido para as distribuidoras internacionais. Se é permitido para as distribuidoras internacionais, não há motivo para que não seja permitido para as distribuidoras nacionais. As distribuidoras internacionais recebem incentivos sobre o imposto de renda a pagar pela remessa de lucros ao exterior, e temos de buscar meios de incentivar também as distribuidoras nacionais.

Para concluir, Senador, a nossa relação com a televisão tem que ser aproximada. O cinema brasileiro se viabiliza com a televisão. Quando um filme brasileiro é exibido na televisão, os índices do Ibope indicam alta audiência. Então, temos que estabelecer essa relação. Agora, essa relação não vai se dar por

imposição; ela vai se dar com pactuação. Temos que caminhar por camadas, temos que caminhar com diálogo, e há disposição, sim, das televisões em dialogar conosco para construir essa relação, essa sinergia do cinema com a televisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca.

Já ouvimos também o Sr. Manuel Rangel Neto. Portanto, encerrado o período de exposição. Passamos à arguição pelas Sr^{as} e Srs. Senadores, obedecida a ordem de inscrição, sendo que cada Senador terá três minutos para as perguntas e igual tempo as respostas dos indicados.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pelo mesmo motivo da Senadora Ideli Salvatti, sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos e um dos autores do requerimento, não tenho nenhuma pergunta a fazer, eu gostaria apenas de cumprimentar os jovens Manuel Rangel Neto e Nilson Rodrigues da Fonseca, que demonstraram estar extremamente preparados para assumir esse cargo relevante de Diretor da Ancine. Demonstraram competência, inteligência, talento, criatividade. Tenho certeza que essa agência, tão bem conduzida hoje será ainda melhor conduzida por eles.

Peço permissão a V. Ex^a para votar em ambos e me ausentar para participar de reunião de outra Comissão em que sou autor, em conjunto com outros Senadores, de outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Senador Maguito Vilela. V. Ex^a já pode votar.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Tenho uma pergunta, mas quero primeiro elogiar a exposição de ambos os sabatinados, que bem demonstraram a experiência e a inteligência que têm, o que para nós dá segurança para esse trabalho de diretores da Ancine. Mas faço uma pergunta ao Dr. Manoel Rangel Neto.

O senhor foi um dos idealizadores do projeto da Ancinav, que substituiria a Ancine. Esse projeto foi extremamente criticado aqui no Senado, pela mídia e por tantos segmentos culturais do País. Seja como for, até certo ponto, parece até que houve um prejuízo para a própria Ancine, em razão dessa colocação da Ancinav

como estava sendo feita perante o Senado Federal. Parece que houve um recuo e que Ancinav é, na verdade, um assunto morto. No entanto, a imprensa tem noticiado que a equipe do Ministério da Cultura continua a trabalhar em outro texto para a criação dela. Isso procede? Se procede, qual é sua posição? Fortalecer a Ancine ou a proposta da Ancinav?

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Senador Juvêncio da Fonseca, agradeço a pergunta.

Sou Assessor Especial do Ministro Gilberto Gil e fui Secretário-Substituto do Audiovisual do Ministério da Cultura. Nessa condição, fui chamado a participar do processo de elaboração do projeto de lei da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual – Ancinav. Esse processo de debate em torno da Ancinav causou grande polêmica. O projeto apresentado originalmente para discussão no Conselho Superior de Cinema sofreu um debate bastante intenso no conjunto da sociedade. Mais recentemente, em janeiro deste ano, o Presidente da República, ouvindo o conjunto das críticas e das ponderações feitas em relação a ele, optou por modificar o seu encaminhamento, dividindo o debate em duas questões.

Um debate diz respeito à regulação propriamente dita do setor audiovisual como um todo, do setor de comunicação, em que o Presidente da República propõe o início de uma discussão, na esfera da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério das Comunicações, com participação interministerial, para debater uma nova lei para esse setor. O Presidente também recomendou ao Ministério da Cultura um trabalho de revisão do projeto original da Ancinav, mantendo nele apenas as questões que dizem respeito a fomento da atividade, para criar melhores condições de fomentar a produção cinematográfica, audiovisual. Essa é a diretriz que o Presidente da República deu ao Ministério da Cultura.

No momento em que minha indicação foi feita para ser submetida a V. Ex^{as}, a fim de me tornar Diretor da Agência Nacional de Cinema, considero que o meu trabalho, a partir do momento em que assumo a Agência Nacional de Cinema, passa a ser o de cumprir as determinações legais estabelecidas para a Agência Nacional de Cinema. Entendo que minhas obrigações são as estabelecidas na Medida Provisória nº 2.228/01, que rege a Agência Nacional de Cinema, como V. Ex^{as} sabem. São as obrigações que correspondem também à Lei nº 10.454, que complementou e modificou essa medida provisória. Considero que o meu compromisso é, sobretudo, com o fortalecimento da Agência Nacional de Cinema.

A partir daí, as questões que o Poder Executivo avaliar e as que vierem do Poder Legislativo passam

a ser, para a Agência Nacional de Cinema, na sua condição de órgão de Estado, elementos que devem estabelecer balizas e parâmetros que vamos ter de considerar, como diretores da Agência Nacional de Cinema, na nossa esfera de competência.

Portanto, meu compromisso é com o fortalecimento da Agência Nacional de Cinema e com os objetivos estabelecidos nessas duas leis para os trabalhos da diretoria da Agência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– V. Ex^a quer fazer uma réplica?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Quero simplesmente agradecer o esclarecimento. Há um alívio, da parte daqueles que fizeram a crítica da Ancinav, em presumir que a Ancine, agora, vai ter um caminho de grande progresso e de defesa do cinema nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Se me permite, Senador, eu queria fazer uma observação, até para que o Sr. Manoel possa esclarecer um ponto importante da fala de V. Ex^a.

V. Ex^a disse que, pela sua leitura, considera a Ancinav como um caso superado, um assunto já morto. Ele não está morto, não. Está bem vivo. Ele está vindo novamente, emplacado como um dos itens da Lei Geral de Telecomunicações.

O que queria perguntar ao Sr. Manoel é se S. S^a participou também da elaboração do texto que está incluído na Lei Geral de Telecomunicações, em que, na realidade, consta novamente a proposta da Ancinav, rigorosamente como foi inicialmente apresentada, criticada e retirada. O que vem? É o mesmo texto? Teve a sua participação ou não teve a sua participação? O que é o texto relacionado com a Ancinav, dentro da Lei Geral das Telecomunicações?

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Senador Hélio Costa, eu não tenho acesso, neste momento, a uma discussão sobre a Lei Geral da Comunicação Social Eletrônica. Sei que há uma determinação do Presidente, oriunda de uma reunião dele com seus Ministros, que foi amplamente divulgada pela imprensa, no mês de janeiro, de que o Governo começasse estudos no sentido da elaboração de uma Lei Geral da Comunicação Social Eletrônica.

O Presidente, na ocasião, deu uma diretriz aos seus Ministros – ao menos as informações que me chegaram foram assim -, de que se deveria aproveitar elementos que faziam parte do projeto original da Ancinav, e que se deveria resgatar os trabalhos do Ministro Sérgio Motta, que organizou, durante a sua gestão, os trabalhos e a discussão sobre uma Lei Geral da Comunicação Social Eletrônica.

Quem foi determinado para se desincumbir dessas atribuições foi a Casa Civil da presidência da República e o Ministério das Comunicações. E se recomendou à Casa Civil e ao Ministério das Comunicações a recuperação do texto da Lei Geral da Comunicação Social e Eletrônica, elaborado pelo Ministro Sérgio Motta; recomendou-se a recuperação do texto elaborado pelo Ministro Pimenta da Veiga, pelo Ministro Juarez quadrados e se recomendou a formação de um grupo interministerial que provavelmente deve levar um certo tempo debatendo essas questões, antes de se apresentar um projeto.

Eu não tive qualquer participação no processo da discussão da Lei Geral de Comunicação Social e Eletrônica. O Ministério da Cultura não tem uma incumbência nessa direção.

O que há é uma determinação do Presidente de incluir um conjunto de Ministérios no grupo interministerial que irá travar esse debate. Entre esses está incluso o Ministério da Cultura.

Mas esse grupo não está formado. Não há um debate em curso ainda. Até onde temos conhecimento, o que existem são duas iniciativas: um grupo interno ao Ministério das Comunicações, que discute a Lei Geral da Comunicação Social e Eletrônica e o debate na Casa Civil da Presidência da República para organizar a discussão sobre a Lei Geral da Comunicação Social e Eletrônica.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito bem. A minha preocupação é exatamente no sentido de lembrar que a própria Ancine foi prejudicada, conforme disse o Senador Juvêncio da Fonseca, por essa discussão que se iniciou em torno da Ancinav, porque estamos praticamente com todas as ações da Ancine paralisadas há cerca de um ano. A própria indicação de V. Ex^a e do Nilson... As duas indicações ficaram na dependência de o que seria feito com a Ancine.

Então, espero que agora, com a indicação de V. Ex^a, com a indicação do seu companheiro aqui presente, possamos realmente iniciar os trabalhos da Ancine. A Ancinav passa a ser um projeto que tem de ser discutido e aprovado. Se aprovado, tudo bem. Mas não podemos deixar paralisar as ações da Ancine.

Tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PSDB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu não sei se V. Ex^a tem essa informação. Há quanto tempo a Ancine está sem esses dois diretores?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Posso procurar me informar exatamente do tempo, Sr. Senador, e em poucos minutos posso responder a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu não sei se eles sabem, mas talvez ele, que é da Ancine?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pode. Parece-me que foi no ano retrasado que saiu uma delas, não é?

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Se o Senador Hélio Costa me permite.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente.

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Desde dezembro do ano passado há uma vaga aberta e há uma outra vaga aberta desde novembro de 2003. Novembro de 2003 e novembro de 2004.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr Presidente, era apenas isso que eu gostaria de ressaltar. Na verdade, essas agências, quando estão para ser substituídas, o Governo deixa a agência sem as pessoas indicadas (Falha no sistema de som).

Na realidade, isso tem acontecido com diversas agências. É um prejuízo enorme. Uma agência que gasta dinheiro público, que tem os seus funcionários sem seus diretores. Que fique sem poder decidir corretamente com uma quantidade de pessoas menor do que a necessidade.

Normalmente, não é que não tenha gente querendo ser, mas há uma briga para ver quem indica. Assim como na reforma. Se fosse por falta de gente até se entendia. Mas não é. Há excesso de gente: há um do PT, outro do PP. Fica essa confusão para que sejam indicados. A Ancine mantém um recorde: mais de um ano com uma vaga. O outro, três ou quatro meses. Há outras agências. Só para exemplificar. A ANP, que é uma agência importantíssima e cuida do petróleo no Brasil, há 90 dias está sem presidente. Aparentemente, está sendo indicado agora, depois de 90 dias sem presidente e sem diretor.

Quero aproveitar esse momento para dizer que o Governo deve mandar estudar. Inclusive, é feito gravidez. A gente sabe 9 meses antes quando o menino vai nascer. A gente sabe quando vai surgir a vaga. Não é uma surpresa. Amanhã, o cara quando acorda e diz: “Pronto, abriu-se uma vaga na Ancine.” Não é assim. As pessoas têm um mandato. Há um dia certo para acabar. Então, é necessário que o Governo trate com maior rigor essa questão para que as agências possam, efetivamente, funcionar. A criação dessa agência foi uma grande evolução no sentido de melhorar o funcionamento do setor público brasileiro. Para isso, é necessário que os diretores sejam nomeados no prazo correto para que as agências não fiquem acéfalas como está acontecendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, creio que em primeiro lugar é importante fazer um registro. Como membro da Mesa, regimentalmente, não posso ser membro de nenhuma comissão. Conversei ontem com o Presidente, Senador Renan Calheiros, e disse-lhe que viria hoje como membro da Mesa. Não poderia deixar de vir, em primeiro lugar, por entender a importância da Ancine, depois, para poder dar meu depoimento.

Pelo currículo do Dr. Manoel Rangel Neto, vejo que não há dúvidas com relação à sua aptidão, à sua participação por demais oportuna. S. Ex^a possui todas as condições para ocupar o cargo para o qual está sendo indicado.

Quero dar um depoimento sobre o Sr. Nilson Rodrigues Fonseca. Darei um depoimento como tocantinense. Esse depoimento, talvez, torne-se um pouco mais legítimo. Poderia dizer que, politicamente, S. S^a serviu a um Governo ao qual fiz oposição. Deixo registrado, Sr. Presidente, que cultura não merece oposição de ninguém, ainda mais quando quem está à frente do cargo age como agiu Nilson à frente do Estado do Tocantins. As marcas do trabalho por S. S^a deixado em nosso Estado são inesquecíveis e importantes para a formação de todo o quadro cultural tocantinense. S. S^a foi diretor do Departamento de Cultura do nosso Estado. Em sua atuação não houve fronteiras, S. S^a fez o melhor que poderia para o nosso Estado, que ainda estava em implantação.

O seu currículo não deixa dúvidas de como foram felicidades o Presidente da República e a Casa Civil, enfim, ao indicarem S. S^a para essa importante agência. Particularmente, como o produtor de Bernardo Sayão e o caminho das onças. Nesse tocante, Sr. Presidente, tive a oportunidade, com quatro anos de idade, de percorrer os caminhos abertos por Juscelino Kubistchek e, portanto, por Bernardo Sayão. Fui convidado por Nilson para dar meu depoimento e aceitei. Falo sem prejuízo das importantes atuações que S. S^a teve no Governo do Distrito Federal e no Estado do Mato Grosso do Sul, principalmente por sua passagem no nosso Tocantins. Nós ainda o consideramos, Nilson, um tocantinense. Um Estado ainda muito jovem mereceu, da sua parte, da sua atuação, um carinho todo especial, uma dedicação extraordinária.

Fico muito feliz por estar aqui fazendo um depoimento com relação à indicação de diretores para a Ancine, e não para a Ancinave. Creio que esse assunto já esquecido. A confirmação de dois nomes tão importantes merecia um telefone do Ministro Gilberto

Gil, por quem tenho uma profunda admiração. Gostaria de deixar esse depoimento em relação a alguém que é, por demais, ligado à cultura, um tocaninense de coração. Desculpo-me por não poder dar um depoimento mais extenso de minha convivência com o Dr. Manoel Rangel, mas seu currículo não deixa nenhuma dúvida.

Com relação ao Nilson, que fiquem registradas as palavras desse tocaninense. Nós o consideramos tocaninense e devemos muito à sua participação para a construção do quadro da cultura naquele Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado.

O Senador Eduardo Siqueira Campos sabe muito bem que, sendo membro da Mesa, não pode ser parte da Comissão. No entanto, nós o recebemos sempre com muita alegria. V. Ex^a é sempre muito bem-vindo.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Perfeitamente, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Quero parabenizar os dois indicados.

Gostaria de saber a opinião deles a respeito da obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais em relação àquela cota de exibição obrigatória.

Creio que o cinema nacional, quando melhora, já é exibido naturalmente. A qualidade do nosso cinema realmente subiu em 2003, porque foram grandes os estímulos feitos naquele ano, aumentando, assim, a procura pelo filme nacional. Gostaria de saber como os senhores, que são estudantes de Cinema, vêem isso, qual a opinião de vocês em relação a serem obrigados a exibir filmes nacionais em percentual! E gostaria de saber também como funciona em outros países.

A outra pergunta é a respeito das escolas de Cinema e de Artes no Brasil, que são muito desprestigiadas, além de serem poucas e terem poucos recursos. Gostaria de saber dos senhores também se têm alguma idéia de como tentar melhorar isso, no sentido de se ampliar e melhorar as escolas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Com a palavra, portanto, o senhor Nilson.

O SR. NILSON RODRIGUES DA FONSECA

– Vou tentar, aqui, ser breve.

Com relação à obrigatoriedade, um dos momentos mais profícuos do cinema brasileiro se deu quando da existência da Embrafilme, e um dos instrumentos mais eficazes foi a obrigatoriedade da exibição do filme brasileiro. Vejam bem, não devemos apenas obrigar a

exibir o filme brasileiro, temos que ter produto brasileiro à disposição, para que o exibidor possa mostrá-lo.

Como disse anteriormente, o meu entendimento, Sr. Senador, é de que temos que zelar pelo nosso patrimônio cultural. Temos que zelar pela indústria cinematográfica brasileira. Não podemos ser apenas um mercado receptor. Há uma voracidade muito grande, é um mercado muito competitivo! Quando se lança um filme, “Homem-Aranha”, por exemplo, com 600 cópias, os nossos filhos chegam ao *shopping center*, a todos os lugares, e está lá uma propaganda nos sanduíches, em todos os ambientes. Então é muito competitivo! Há uma agressividade muito grande!

E o que acontece? Vou tentar falar de uma maneira muito simples, Sr. Senador. A distribuidora estrangeira apresenta um pacote de filmes. Para o exibidor levar o “Homem-Aranha!”, tem que levar outros 10 filmes àquela sala que não sejam de grande repercussão nem de grande importância. Então, para o exibidor, compensa. Leva o “Homem-Aranha” e os outros filmes. Se não tiver a obrigatoriedade de exibição do produto nacional, do produto brasileiro, não vai exibir. Agora, digo mais, tem que haver a obrigatoriedade, tem que haver aquilo que disse anteriormente, se estiver havendo renda média, na sala, não pode tirar o filme de cartaz. Qual é o motivo de se tirar o filme de cartaz? Para colocar um filme americano no lugar? Não, temos que zelar pelo Cinema brasileiro. Acredito nisso, defendendo isto, defendendo o produto brasileiro. Isso diz respeito a uma economia, como já disse, que envolve vários atores, desde aquele que está trabalhando como projeccionista, que pode perder o emprego se aquela sala de cinema fechar, até o significado cultural do cinema nacional. Nenhum país se afirma se não tiver um cinema forte. O cinema é como um espelho da nossa casa, é a forma de o brasileiro se ver, de se enxergar; então temos que tê-lo.

E, para terminar, digo aos Srs. Senadores que não é fácil entrar um filme estrangeiro nos Estados Unidos, é muito difícil! Não podemos, então, apenas ser um mercado consumidor. Não podemos ter a Lei da Obrigatoriedade com poucos filmes. Temos que estimular a produção com uma oferta maior. A obrigatoriedade maior é a fiscalização, porque, assim, o brasileiro vai poder escolher. O que não pode é ficar submetido a essa hegemonia do cinema não digo internacional, mas hollywoodiano. Temos que mudar isso, e a Ancine tem esses instrumentos de mudança. Em 2003, como V. Ex^a disse, chegamos a 22%, porque também tínhamos a Lei da Obrigatoriedade!

Acredito nisso e acho que todos os agentes políticos, os que cuidam do produto brasileiro, devem defender isso com muita força e muita garra.

A outra parte eu passo para você, Manoel. Se você quiser falar sobre isso também...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Estamos pressionados pelo tempo. Vou dar agora um minuto para a resposta de cada um. Aos Srs. Senadores, evidentemente, o tempo de que precisarem para as perguntas. Mas para as respostas um minuto.

O SR. MANOEL RANGEL NETO – O Senador Augusto Botelho pergunta sobre a opinião pessoal.

Minha opinião pessoal é de que a cota de tela ainda é um instrumento necessário. Não é um instrumento suficiente; é preciso mobilizar um conjunto de outros instrumentos para viabilizar a presença do filme brasileiro, a chegada do filme brasileiro à população. Ele é um instrumento que ainda é necessário porque não se desenvolveram outros instrumentos, porque não se resolveram questões relativas às distribuidoras brasileiras que têm um forte compromisso, porque nosso parque exibidor ainda é relativamente pequeno. Então, há necessidade de coordenar um conjunto de instrumentos para que possa ter garantida a presença do filme brasileiro e a possibilidade de contato com a população brasileira. Acredito que, na medida em que avançamos na construção de novos mecanismos, na medida em que se atua de maneira sistêmica na atividade, na distribuição e na exibição, e na medida em que se melhoram as condições de rentabilidade do próprio setor de produção, a gente passa a ter condições de rediscutir o instrumento da cota de tela eventualmente. Ele existe na Argentina; na França existem outros mecanismos; na Coreia do Sul ele é um mecanismo que permitiu ao cinema coreano ter uma presença muito expressiva no país – chegando a 40%.

Quanto às questões dos custos de cinema, concordo inteiramente com V. Ex^a de que é uma necessidade investirmos no processo de aprimoramento da qualificação dos nossos profissionais. Já temos uma indústria altamente qualificada, mas é evidente que é preciso que a universidade e novas instituições se encarreguem disso.

Eu, na condição de Assessor Especial do Ministro Gilberto Gil, tenho podido me dedicar ao debate junto com o Ministério da Educação no sentido de reformulação das diretrizes curriculares dos cursos de cinema e audiovisual, procurando favorecer a sua expansão.

E o mesmo debate tenho podido acompanhar junto à Capes e ao pensamento e ao estímulo ao desenvolvimento de cursos de pós-graduação nessas áreas de cinema e audiovisual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Muito obrigado.

Antes de passar a palavra ao próximo Senador inscrito, Marcelo Crivella, queria fazer uma ponderação. Evidentemente, não o faço como Presidente da Comissão, mas apenas como um Senador que acompanha o setor de cinema, audiovisual, televisão, etc. Acho que a velha tese de que legisla melhor quem legisla menos deveria ser levado em consideração neste caso. O Governo não cria agência para ela interferir no processo, principalmente no processo cultural. Como é que eu vou dizer para o cidadão que faz um investimento, colocando uma sala de cinema numa cidade do interior – o que já é uma grande novidade hoje, porque acabaram todas, que foram transformadas em igrejas... Muito bem, perfeitamente: é a igreja. Mas o cinema foi embora. Infelizmente vejo da seguinte maneira: nós precisamos do investimento na sala do teatro e do cinema no interior. Disse aqui, especificamente, outro dia que estamos até com requerimento hoje aqui para incluir o teatro entre aqueles lembrados especificamente para as salas. Mas eu quero me posicionar aqui frontalmente contrário à interferência governamental para dizer o que o dono de uma sala de cinema tem que mostrar. Não é possível isso. Imagino o que vai acontecer: vamos perder o resto dos cinemas que temos no interior.

Desculpem-me colocar nesses termos, mas, como vi o desaparecimento das salas de projeção no interior, em todo o Brasil, quando se fizer a imposição novamente de que ele agora vai ter que botar tanto do cinema nacional, tanto do cinema internacional, ou depois de X ele não pode rodar, ele não pode tirar o filme de cartaz se tiver 40% disso ou daquilo, sou contra.

Mas não voto porque sou Presidente da Comissão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu quero mais uma pergunta. É que eu não entendi bem. Eu sou dono de uma sala de cinema, estou exibindo um filme nacional aqui. Ele está me dando lucro porque tem boa assistência. Eu sou obrigado a tirar ele da sala? Porque ele diz que quer obrigar a permanecer. Quer dizer, a distribuidora me obriga a tirar o filme da sala? Ela tem poder para exercer na minha sala?

O SR. NILSON RODRIGUES DA FONSECA – Sim. Tem poder, porque ela impõe uma negociação. O filme estrangeiro chega com muita facilidade ao Brasil e é mais barato. Ela tem poder porque impõe negociações privilegiadas.

Senador Hélio Costa, quando digo que deve ser garantida a cota de tela é porque a maioria dos países o fazem, como a França, a Espanha e os Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Sim, mas a França e os Estados Unidos não pre-

cisam garantir, as filas estão lá permanentemente demonstrando interesse pelo filme. Agora, não vou ser obrigado a ver um filme que não quero ver. Penso que cinema é cultura, é arte. Eu gosto ou não gosto; eu quero ver o filme ou não, eu decido exatamente o que quero ver. Não posso deixar o Governo me dizer o que vou ver no cinema.

O SR. NILSON RODRIGUES DA FONSECA – Estou de acordo com V. Ex^a. Nesse ponto, estou de acordo. Mas entendo que temos que ter uma oferta grande de filmes brasileiros, que temos que estimular aqueles cinemas do interior, com a participação das Prefeituras e do Estado, para que o povo brasileiro possa ver filme brasileiro. O que não podemos ver é o cinema americano dominar 95% do cinema brasileiro, do mercado nacional. Não podemos assistir a isso passivamente.

Pediram a minha opinião, e trata-se de uma opinião política, porque eu milito nessa área. Não estou falando de interferência no conteúdo ideológico. Sou contra isso. A liberdade de expressão é um direito, é um princípio da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Permita-me dizer que V. S^a mesmo citou um exemplo típico. Olga, que foi um bom filme nacional, teve mais frequência no cinema do que um filme famoso como Harry Potter. Então, não é preciso lei para dizer o que é bom ou ruim.

O SR. NILSON RODRIGUES DA FONSECA – Mas tinha lei, tinha cota.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Tinha lei, mas ele foi visto não porque havia lei não, mas porque era um bom filme. Não se era obrigado a ir ao cinema assistir a Olga. Foi-se ao cinema porque Olga é um bom filme.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente Hélio Costa, Dr. Manoel Rangel Neto, Dr. Nilson Rodrigues da Fonseca, o debate é apaixonante.

Sou da base do Governo, e, quando o Governo aponta diretores para as suas agências, normalmente votamos sem questionamentos. Hoje voto com convicção. Gostei muito das palavras de V. S^{as}, que sabem que o brasileiro é um povo que tem uma alma artística, embora muitas vezes falta-lhe o palco. Nossos meios de comunicação são extremamente concentrados, como tudo no País: alumínio, ferro, aço, papel, transporte, etc. Temos vários canais de televisão, mas a Globo concentra uma grande audiência, porque também há grande concentração de investimento. Enquanto o **turn over** da Globo é de quatro bilhões, o do SBT, segundo colocado, não chega a quinhentos milhões. O grupo

Abril também apresenta números disparados dos restantes de jornais e revistas.

Essa concentração de poder no Brasil, que é a raiz de todos os crimes contra os Direitos Humanos, nos afasta muitas vezes, nos tira a oportunidade de apreciar os grandes talentos e artistas que temos na nossa música.

Na última viagem que fiz aos Estados Unidos, fui ao lançamento, com fila, em Los Angeles, Califórnia, da sequência do filme Onze Homens e um Segredo. O coração veio à boca quando vi que a trilha inicial do filme era uma música de Roberto Carlos, que me parece ter problemas para receber direitos autorais. O Ecad andou reclamando com os produtores de cinema, de filmes, porque não se consegue recolher, entrar num acordo para ver o que é justo em termos de direitos autorais nas salas de cinema.

Sr. Presidente, quero parabenizar os dois e fazer votos de que o cinema brasileiro possa ser realmente exibido. Nos Estados Unidos, um filme desse custa US\$1 milhão por minuto, orçamento que não temos no Brasil. É só essa a diferença, porque os nossos enredos, as nossas novelas, as nossas músicas, os nossos artistas são tão bons como os de lá. O que nos falta é o financiamento. Porque no País a renda é extremamente concentrada. Temos a riqueza, tanto é que pagamos US\$280 bilhões de juros nos dois primeiros anos do Governo Lula. Duzentos e oitenta bilhões de juros, que, se aplicados no cinema, talvez diminuíssem a importação de filmes. Aliás, gastamos mais importando filmes do que petróleo. E não de agora não, em que estamos quase chegando à auto-suficiência. Isso é da época em que fiz vestibular, em 1977. O Brasil, já naquela época, gastava mais importando filmes estrangeiros que com petróleo, um bem tão importante para o nosso desenvolvimento.

Votarei favoravelmente. Mas antes de terminar, Sr. Presidente Hélio Costa, V. Ex^a que foi e que é um grande nome da arte brasileira, quando apresentava, pelo Fantástico, direto de Nova York...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado. V. Ex^a está preparando alguma coisa aí...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Eu era menino, não tão menino... Mas quero dizer a V. Ex^a que as igrejas não transformaram nenhum cinema em igreja; transformaram galpões vazios, caindo aos pedaços, velhos, abandonados, esquecidos, porque não tínhamos filmes que levassem as pessoas ao cinema. Até porque, vendo o DVD, vendo filme de vídeo-cassete, as pessoas passaram a assistir filme em casa ou então ir ao **shopping**, que são mais seguros. Esse foi o grande problema das grandes salas de cinema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Sem Partido – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, meu caro Manoel Rangel Neto, prezado Nilson Rodrigues da Fonseca, diferentemente do Senador Marcelo Crivella, não faço mais parte da base de sustentação do Governo. Mas, como um voto de confiança em dois jovens brasileiros, votarei favoravelmente à indicação dos senhores. Porém, quero fazer algumas ponderações.

Ando meio escaldado com agência reguladora no País. Citarei, principalmente para os dois indicados, dois fatos que me deixaram e me deixam preocupadíssimo.

No final de 2003, início de 2004, revelei para a Agência Nacional do Petróleo (ANP) – se é que ela não sabia – a situação vivida pela população de Cruzeiro do Sul, no meu Estado. Neste Município, a comercialização do botijão de gás de cozinha é a prática mais indecorosa que V. S^{as} possam imaginar. Há duas ou três empresas lá que praticam o preço que querem, num verdadeiro ato de extorsão de toda aquela população.

Para que todos aqui saibam o que está ocorrendo, as pessoas, naquela região do Juruá, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, estão resgatando já os velhos fogões de carvão e de lenha porque não suportam mais pagar o preço do gás praticado por aquelas empresas, da forma como elas imaginam que podem fazer.

Representei a respeito desse assunto na Agência Nacional do Petróleo, fiz ver à Ministra Dilma Rousseff aquela situação. No entanto, tudo continua na mesma: eles determinam o preço naquela praça sem que a Agência Nacional de Petróleo atue para coibir essa prática abusiva.

Darei um exemplo recente: há vários casos em que agentes da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) chegam em pequenas rádios comunitárias, de forma policalesca, exigindo o conteúdo de programação daquela emissora, num ato intimidatório. Em pequenas rádios comunitárias, eles entram com coturno alto, inclusive, lacrando pequenas emissoras que prestam relevantes serviços à população. Agora, as grandes empresas, os grandes grupos e os grandes cartéis que atuam de forma licenciosa neste País, atuam em liberdade total. Chego a ponto de imaginar que agência reguladora neste País funciona como verdadeiros escritórios técnicos e de advocacia, dos grandes grupos e das grandes empresas que atuam nos respectivos setores. Isso me deixa muito preocupado.

Para concluir, após explanação do quadro danoso de impunidade que vivemos no País, as grandes empresas recebem, por vezes, multas que jamais pagam e a coisa fica por isso mesmo. No meu Estado, as empresas estimulam indecentemente o comércio de celulares, e a Anatel não exige que essas empresas se aparelhem no sentido de expandir a sua capacidade de serviço; e o que temos é um quadro horroroso, de verdadeira pane nas comunicações e a tudo essas agências vêem, observam, sabem, tomam conhecimento e não tomam qualquer providência.

Gostaria de saber do meu caro e jovem amigo Rangel e do Dr. Nilson, do ponto de vista do consumidor, do cidadão brasileiro que paga tributo neste País, o que se pode esperar da gestão dos senhores, da atuação dos senhores na Ancine? Não seria leviano a ponto de imaginar **a priori** que a atuação dos senhores seria similar ao que observo em relação a outras agências no País, mas gostaria imensamente que todos nós e a população brasileira ouvíssemos qual é a disposição, o intento dos senhores ao assumirem um cargo tão importante como esse. O que os senhores imaginam que, do ponto de vista do consumidor e do brasileiro, se pode esperar da atuação dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Um minuto para cada um.

O SR. NILSON RODRIGUES DA FONSECA

– Senador Geraldo Mesquita, serei breve. Um comprometimento inicialmente com a cultura brasileira, com o cinema brasileiro e com o cidadão; políticas públicas devem ser feitas tendo como destinatário o cidadão. Esse é o meu compromisso histórico e a minha trajetória que tenho feito ao longo da minha vida. Compartilho das mesmas preocupações de V. Ex^a. Agora, isso diz respeito a uma luta política permanente. Disse, na minha apresentação, que não podemos atender corporações em detrimento dos interesses maiores da sociedade. Estarei defendendo o cinema brasileiro e a cultura brasileira.

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Tomo as palavras de V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita, como um alerta contra o distanciamento das agências reguladoras em relação aos reais problemas da sociedade brasileira, da população e dos interesses do País e procurarei ter como um alerta ao longo – se eu puder merecer a confiança de V. Ex^{as} – da minha atuação na Agência Nacional do Cinema.

Ademais, acredito que a nossa atuação na Agência Nacional de Cinema, buscando criar condições para que o filme brasileiro tenha presença nos diversos espaços, procurando criar condições para que se gerem divisas, empregos, renda através do desenvolvimento da economia audiovisual brasileira não pode

ter como foco, em primeiro lugar, o produtor de cinema, o diretor ou o artista. O foco, em primeiro lugar, é a população brasileira, a possibilidade de oferecer cultura ao conjunto da população brasileira, a possibilidade de oferecer a expressão da nossa cultura ao conjunto da nossa população e criar um ambiente de desenvolvimento econômico através dessa que é uma atividade de futuro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Vou passar a palavra ao último orador inscrito: Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Nilson, Sr. Manoel, adianto também que já votei em V. S^{as} para membros da Ancine.

Acho um absurdo que no Congresso Nacional o voto seja secreto; deveria ser aberto. Acho um absurdo que, quando os Parlamentares votam para membros de agências reguladoras, embaixadores do Brasil, eleição de membros da Mesa Diretora, o povo não saiba como vota cada Parlamentar. Acho que o voto tem que ser aberto. O povo tem o direito de saber como vota o seu representante. Essa é uma discussão que nunca é encarada com honestidade pelo Congresso Nacional.

Vinha acompanhando a exposição de V. S^{as} e, honestamente, vejo que concordam com a essência do que foi o projeto embrionário da Ancinav e a descartam, um aborto da natureza, uma pretensão estatista, autoritária, que não condiz com o Estado de direito democrático. Esta Comissão a rebateu, a recusou, a repriminou. O Senador Osmar Dias e o Senador Hélio Costa, então vice-Presidente, e nós membros ajudamos a rejeitar essa idéia absurda, que não condiz inclusive com o perfil do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, homem das artes, da liberdade, antítese da essência da Ancinav, a meu ver.

A questão do cinema como identidade nacional penso que está bem posta. Não se deve ter ansiedade de resolver uma questão essa de uma hora para outra, mas o Brasil vem avançando.

O Governo Fernando Henrique colaborou muito para que a produção do cinema brasileiro avançasse nos últimos anos. E até agora o Governo Lula não nada fez para atrapalhar, o que é bom. Muito mais do que a reserva de mercado, o percentual de dias de exibição, que é algo discutível, tenho dúvidas quanto à eficiência dessa exigência. Muito mais importante foi a instrumentalização feita no País para permitir que os produtores brasileiros, os cineastas, os artistas tenham condições objetivas do ponto de vista econômico para viabilizar suas produções, seus filmes.

Após a derrocada do cinema nacional, ainda no Governo Collor e com o início do Governo Fernando Henrique, repensou-se a produção do cinema brasilei-

ro. O que estamos acompanhando durante a década de noventa e início deste século é um cinema pujante como nunca antes se viu no País, cinema de qualidade, cinema de competitividade internacional.

Esses instrumentos – Lei Rouanet, Lei de Audiovisual, Ancine, –, assim como a presença maior das Organizações Globo, por intermédio da Globo Filmes, a contribuição da Prefeitura do Rio de Janeiro como distribuidora, os investimentos privados, o apoio dos fundos, tudo isso possibilitou o fortalecimento do cinema nacional. É por aí que temos de tráfegar para estimular o crescimento do cinema brasileiro.

Quanto a essa predominância hollywoodiana, que muitas vezes ocorre em cinema de quinta categoria, lembro que há filmes muito bons, mas também há filmes horrorosos. A Ancine, não sei de que forma, deveria estimular a entrada de filmes bons. Não é o cinema brasileiro **versus** Hollywood. É preciso melhorar a qualidade dos filmes a que assistimos aqui. Há o cinema espanhol, o cinema inglês, o cinema francês, o cinema italiano, o cinema argentino, o cinema chileno, o cinema grego. Devemos estimular cada vez mais a presença da diversidade cultural na planilha, na grade de exibição das salas no Brasil.

Eu queria saber, objetivamente, a opinião dos senhores sobre dois temas. Creio que a aliança da televisão com o cinema é o que vai propiciar – o Cacá Diegues fala nisso há muitos anos – o *upgrade* para o cinema brasileiro, e já tem até dado. Essa parceria já se iniciou. Como vocês vêem uma mudança, talvez até de legislação, da presença de produção independente dentro das televisões de canal aberto e dentro das tevês por assinatura? Como vocês vêem a presença, a exigência de um percentual de produção independente dentro da grade da tevê aberta e das tevês por assinatura?

A segunda questão é sobre um projeto que tramita aqui no Senado, de autoria do Senador Ney Suassuna, permitindo que o capital internacional seja proprietário de cem por cento das tevês por assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Um minuto para responder a cada um dos convidados.

O SR. MANOEL RANGEL NETO – Considero, Senador Sérgio Cabral, que o processo de parceria entre a televisão e o cinema é uma questão central e vital para o desenvolvimento dessa atividade no Brasil. A exemplo do conjunto dos países europeus que mantêm uma cinematografia forte – França, Espanha, Inglaterra –, é a associação com a televisão que permite a força dessa cinematografia, como V. Ex^a sabe. Na Argentina, também, numa recente retomada, foi o processo de estimular essa associação que propiciou

a retomada argentina. Acredito que esse caminho também precisa ser perseguido no Brasil.

Nos contatos que tive com televisões brasileiras ao longo desses dois anos, senti completa disposição de todas elas. Senti isso da Globo, que já começou os seus processos com a Globo Filmes, senti disposição do SBT, da Record, da RedeTV, da Bandeirantes, e acho que vamos assistir, muito em breve, à formação de empresas de filmes junto a essas televisões. Acho que precisamos trabalhar para que haja uma parceria entre essas televisões e o cinema de tal maneira que se incluam as produtoras independentes nesse processo de parceria. Não se deve trabalhar dentro de um regime que seja apenas de concentração nas próprias emissoras de televisão. Tem que ser de parceria, de troca de *know-how*, porque isso é importante inclusive para revitalizar, para dinamizar a própria televisão. Acredito nesse processo e acho que ele é promissor.

A Agência e o Governo Federal devem buscar mecanismos para estimular financeiramente esta parceria. Deve-se encontrar os caminhos para tanto, e penso que o Funcine é um exemplo disso, assim como se pensar num mecanismo semelhante ao art. 3º da Lei do Audiovisual, que existe para as distribuidoras estrangeiras, também existir para as nossas televisões que fazem importação de produtos estrangeiros e que poderiam utilizar um percentual do imposto na co-produção de filmes independentes. Coisas como essas seriam possíveis.

Com relação à matéria da presença de cem por cento de capital estrangeiro na tevê a cabo, é uma matéria que acompanho não como alguém que se obrigou a ter uma opinião *a priori*. Não é, também, uma matéria sobre a qual a Agência Nacional de Cinema deverá se pronunciar, mas acredito que o País deve sempre ter uma atenção muito grande quando lida com a questão dos seus meios de comunicação e de difusão, porque o conjunto dos países do mundo estabeleceu uma atenção muito grande em relação aos seus meios de comunicação e de difusão. No conjunto do mundo, há percentuais bastante incisivos de defesa do capital nacional nesses mecanismos. Mas acho também que o problema do capital nas empresas, se ele é, por um lado, uma questão que deve ser levada em conta, há um aspecto que extrapola a presença do capital, que é o quanto de programação, o quanto de conteúdo local está sendo exibido, está sendo veiculado. Portanto, acho que é um tema complexo que exige um debate a ser feito com a devida atenção.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– O Senador Sérgio Cabral era o último orador inscrito, mas, evidentemente, sendo solicitado pelo Líder do Partido dos Trabalhadores, Delcídio Amaral, não posso

deixar de lhe conceder a palavra. Evidentemente tem o poder de entrar na discussão em qualquer momento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Creio que o Dr. Nilson também iria participar da resposta, pois só o Dr. Manoel participou.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente. Então, vamos aguardar.

O SR. NILSON RODRIGUES DA FONSECA

– Um minuto, Senador Sérgio Cabral. Eu quero ser breve. Quanto à parceria do cinema com a televisão, penso que há um consenso. A **TV Cultura** já fez isso, anteriormente. A **TV Globo** tem feito isso com a **Globo Filmes**. Isso tem de ser, como foi dito pelo Manoel, perseguido. Temos de viabilizar – e a Ancine tem um papel de mediadora nisso – meios para que essas televisões abertas também tenham benefícios. Se os canais fechados têm benefícios para a produção de filmes, para a co-produção de filmes, por que as televisões abertas não deveriam ter? Então, sou plenamente favorável. Quanto ao capital internacional dominar 100%, a priori, sou contra. Mas, como foi dito, o assunto precisa ser estudado mais longamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem, então agora com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, primeiro, peço desculpas, porque hoje várias comissões funcionam; e ficamos divididos entre lá e cá. Então, peço desculpas por haver atrapalhado a rotina da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Exª trouxe a sua melhor parte para cá, Senador.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer um registro sobre as duas indicações, tanto a do Nilson quanto a do Manoel.

Ao longo desses últimos meses, alguns Parlamentares têm questionado as indicações para as Agências. Um retrato claro do que o Governo Federal está fazendo é exatamente indicar pessoas que conheçam as áreas para comandar essas Agências, ou para, melhor dizendo, dirigi-las. Nas últimas semanas, houve aqui indicações para a Aneel e para o Denit. Haverá, nos próximos dias, indicação do Diretor da Agência Nacional de Petróleo, o que é muito importante. E estamos vendo aqui os dois novos diretores da Ancine.

Eu fico muito tranquilo porque o Ministro Gilberto Gil continuou trabalhando, como tem trabalhado, em uma linha de coerência e democracia, mais do que nunca incentivando os profissionais da área. E hoje estamos com o Nilson. Para mim, ele dispensa comentários, porque trabalhou conosco em Mato Grosso do Sul. Ele foi fundamental no estabelecimento das po-

líticas culturais do Governo Zeca do PT. E quem não se lembra, em Mato Grosso do Sul, das temporadas populares, um sucesso absoluto, levando cultura a nossa gente, a nossa população, e passando pelas principais cidades de Mato Grosso do Sul? Trata-se de uma pessoa absolutamente preparada, de caráter ilibado, uma pessoa que sempre teve um comportamento público absolutamente exemplar.

Ao mesmo tempo, Manoel Rangel Neto, quero elogiar-lo por seu currículo, por sua origem – Universidade de São Paulo –, pela experiência que você tem nessa área de cinema e vídeo. Creio que estaremos muito bem representados na Ancine para fazer frente a essas questões, sobre as quais especialmente o Senador Sérgio Cabral muito rapidamente falou, de cinema e de televisão. Creio que esse é o grande desafio para efetivamente consolidar uma indústria cinematográfica competente em nosso País, pela capacidade que tem para mostrar nossa cultura, nossa história, para gerar emprego, enfim, para dar perspectivas melhores para pessoas que se formaram e têm trabalhado nesse segmento.

Por isso, Sr. Presidente digo que com muita honra votei tanto no Rangel quanto no Nilson. Creio que o Governo, mais uma vez, dá demonstrações claras de que tem indicado pessoas com competência técnica e administrativa, para que realmente as Agências respondam como toda a população e o Governo Federal esperam.

Parabéns aos senhores e que tenham muito sucesso à frente da Ancine.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral.

Encerrada a arguição, a Presidência vai solicitar aos indicados que aguardem na Secretaria da Comissão para que seja processada a apuração. A votação é secreta e, evidentemente, quando terminada, haverá a apuração.

Os Srs. Senadores e Senadoras que ainda não votaram poderão fazê-lo neste momento.

Encerrada a votação.

Solicito aos Senadores Maguito Vilela e Delcídio Amaral que procedam à apuração dos votos dos dois indicados.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Enquanto se processa a apuração dos votos, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a e a esta Comissão a inversão de pauta, para que apreciássemos os Itens nºs 25, 26 e 27 da nossa pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador, nós estamos transferindo para a próxima semana todos os procedimentos com relação às emissoras de rádio e televisão, exatamente porque não há mais condição. Vários Senadores que estiveram aqui presentes aguardando para votar tiveram de se ausentar. Então, nós preferimos fazer tudo na semana que vem.

Enquanto nós procedemos à apuração dos votos, eu quero registrar a presença da Associação de Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR, por meio do seu Presidente Eduardo Barata e dos produtores Norma Thiré e Nilson Raman.

Aliás, um pequeno comentário, no encerramento dessa audiência pública: o nosso teatro, lamentavelmente, é sempre esquecido. Nós temos, aqui, um requerimento que eu vou apresentar, logo depois de concluída a votação, pedindo para incluir o teatro no escopo da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, exatamente porque o teatro foi esquecido mais uma vez.

Na semana passada, nós falávamos, aqui, dos subsídios que estão sendo dirigidos para as salas de cinema no interior. Esqueceram que a sala de cinema, no interior, é também a sala de cinema e de teatro.

Aliás, coitado do teatro. Começou tudo isso, chegou até a dar condições de se produzir o cinema, a televisão, etc e hoje é totalmente esquecido e abandonado. Vamos ver se conseguimos fazer melhor daqui para frente.

Lembro também que, na quarta-feira da próxima semana, o Ministro Tarso Genro estará aqui para ser ouvido sobre a revalidação dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba. Colocarei em votação, ainda hoje, na nossa reunião, a proposta para que o Ministro também seja ouvido sobre os médicos cubanos que estão atuando no Brasil. Na mesma audiência em que falaremos sobre a revalidação dos diplomas, o Ministro poderá falar, também, sobre a atuação dos médicos cubanos no Brasil, notadamente no Estado de Tocantins.

Nós estamos prestes a encerrar o resultado, que deverá ser anunciado pelo Senador Delcídio Amaral o de um deles e pelo Senador Maguito Vilela o do outro.

E eu vou chamar de volta ao plenário da Comissão os dois indicados: Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca e Sr. Manoel Rangel Neto, para que ouçam, evidentemente, o resultado da votação.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, para o nosso Sr. Manoel Rangel Neto, houve 17 votos “Sim”, um “Não” e uma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Então, foram 17 votos “Sim”, um “não” e uma abstenção, confirmando a indicação do Sr. Manoel Rangel Neto para diretor da Ancine.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr.

Presidente, para o Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca, houve 17 votos “Sim”, um “Não” e uma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Da mesma forma, para o Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca, houve 17 votos “Sim”, um “Não” e uma abstenção. Confirmado, portanto, o Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca, também por esta Comissão, como Diretor da Ancine.

A Comissão aprova a indicação do Sr. Nilson Rodrigues da Fonseca para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Cinema, Ancine, na vaga da Sr^a Lia Gomensoro.

Da mesma forma, a Comissão aprova a indicação do Sr. Manoel Rangel Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema, Ancine, na vaga do Sr. Augusto Sevá.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Perfeitamente, Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr.

Presidente, apenas para saudar a eleição dos dois conselheiros, o Sr. Nilson e o Sr. Manoel, e registrar que, lá, eles encontrarão dois membros da Ancine e a liderança de Gustavo Dahl, que tem feito um excepcional trabalho à frente da Ancine.

O Manoel já foi até uma espécie de biógrafo e já estudou a produção cinematográfica do Gustavo Dahl no Cinema Novo.

Assim, eu gostaria apenas de registrar e ressaltar que eles dois se associam a um trabalho que vem sendo realizado com muita competência e que precisava do reforço de duas pessoas da qualidade dos indicados hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Portanto, vou encerrar esta parte da nossa reunião e suspendê-la por um minuto para poder me despedir dos senhores indicados. Em seguida, voltaremos para a aprovação de três requerimentos. (Pausa.)

Senador Maguito Vilela, inclusive já fizemos a divulgação de que, lamentavelmente, em virtude do adiantado da hora, vários relatores pediram para que fossem adiadas as votações.

Vou colocar em votação três requerimentos. Inicialmente, trata-se do requerimento que acabo de subscrever com o Senador João Ribeiro, solicitando, portanto, que o Ministro Tarso Genro responda também, na sua audiência da próxima 4^a feira, dia 30, so-

bre os bolsistas brasileiros que se formam na Escola Latino-americana de Medicina em Cuba, aprovado pelo Requerimento nº 03, de 2005, e também incluía a questão do reconhecimento dos diplomas dos médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil, no objeto dos debates.

Esse requerimento foi apresentado pelo Senador João Ribeiro. Ele não está presente, mas fez a subscrição também com relação à presença do Ministro Tarso Genro e à participação dos debates em torno também dos médicos cubanos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Tenho aqui o requerimento ao qual me referi há poucos instantes, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, com relação à inclusão da palavra “teatro” no escopo da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, instalada no âmbito da Comissão de Educação, e a supressão da palavra “informática” do espectro de atuação da referida Subcomissão, que adotará a denominação de Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

Ao mesmo tempo quero informar que a Informática passa a pertencer à Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, obviamente. Apenas mudamos de posição por se tratar de uma melhor acomodação dos termos das Subcomissões.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, como autor do requerimento, era mais do que natural que isso fosse feito, até diante da postura que esta Comissão tem adotado nos últimos dois anos – agora, com V. Ex^a à frente dela – de prestigiar essa atividade tão importante, como V. Ex^a colocou, precursora de todas as demais atividades cênicas e de comunicação do homem, que é o teatro.

O teatro brasileiro é de tradição, é um teatro que merece ter destaque aqui, na nossa Casa.

Portanto, essa é a proposta: incluir teatro junto com cinema e comunicação, colocando informática ao lado de ciência e tecnologia, reconceituando apenas as subcomissões e as comissões.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Cumprimento o Senador Sérgio Cabral pela apresentação do requerimento, que é submetido à votação pelo Plenário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu queria registrar meu voto favorável exatamente porque

veja que as duas partes são pertinentes, tanto a questão da inclusão do teatro, quanto a questão de termos a tecnologia da informação, a informática na Subcomissão de Ciência e Tecnologia. É melhor que seja assim. Realmente, a parte de tecnologia da informação foi um pouco prejudicada, até diria, no período passado, onde a questão da Ancine, a questão ligada à televisão, à rádio, a teatro e cinema, acabou se sobrepondo.

Então, pelos dois ângulos, é melhor que tenhamos a questão do teatro junto com cinema e a questão de tecnologia junto com ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero também parabenizar pela iniciativa e enaltecer, reforçar o ponto de vista que já foi externado durante o debate de hoje, em termos da presença do teatro. V. Ex^a, inclusive, enfatizou bastante bem isso, em termos da infraestrutura disponível para o cinema. Também na parte de informática e de tecnologia, que é fundamental.

Então, também opino favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Temos que votar primeiro esse requerimento.

Submeto à votação o requerimento que coloca a palavra “teatro” no escopo da Subcomissão Permanente de Ciência, Comunicação Social e Informática.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O último requerimento é: nos termos do inciso V do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, peço que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para expor perante esta Comissão de Educação sobre o programa do Governo Federal intitulado PC Conectado.

Não se trata de uma audiência pública, nem de um requerimento de informação. Isso está previsto nos estatutos. É um depoimento que precisamos, porque, na realidade, fiquei meio espantado ao ouvir algumas notícias sobre o PC Conectado, sobretudo no que diz respeito à proposta do Governo de colocar no mercado um milhão de computadores populares. A informação do jornal dizia que o Governo iria vender computadores por cerca de R\$1,2 mil e que estava juntando todos os fabricantes de computadores.

Olha, existem muitos lugares onde se compram computadores por R\$800,00, mais baratos. Então, temos que fazer não uma audiência, mas uma boa conversa sobre essa questão do PC Conectado.

Estou pedindo para que sejam ouvidos o Sr. César Álvares, Coordenador do Programa PC Conectado, e o

Sr. Roberto Pinto Martins, que é Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação da Secretaria de Política da Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Será apenas a vinda deles aqui para conversarmos a respeito.

Submeto à votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h22min.)

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de março de 2005

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, José Agripino, Marco Maciel, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Educação. Comparece à reunião o Senhor Senador Pedro Simon (PMDB/RS), não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Teotônio Vilela Filho, Sérgio Cabral, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, José Jorge e Roseana Sarney. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e outros que, “Determina o tombamento de túmulos onde se encontram os restos mortais de ex-presidentes da República”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para relatar o se-

quinte item: **Item 03: Projeto de Resolução do Senado nº 041, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Antônio Carlos Magalhães que, “Institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico”. O relator designado é o Senador Hélio Costa e o parecer favorável é aprovado, na forma do substitutivo oferecido. Reassume a Presidência o Senador Hélio Costa. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Maguito Vilela que, “Institui o Dia Nacional da Alimentação”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 06: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior que, “Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso V, combinado com o artigo 102, inciso IV, do Regimento Interno, seja convidado o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Senhor Elifas Chaves Gurgel do Amaral, para prestar esclarecimentos sobre a ação fiscalizatória, realizada no dia 09 de março de 2005, pelos Agentes da ANATEL, Alex Pires e José Maria, na sede da TV Comunitária de Brasília, localizada no Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, no Setor de Indústrias Gráficas, quadra 02, nº 430, Brasília – DF. Para a mesma Audiência, deverão ser convidados os Diretores da TV Comunitária de Brasília, Senhores Paulo Miranda e Carlos Alberto Almeida, para relatarem os fatos ocorridos. A ação empreendida pelos agentes, segundo eles, tinha como finalidade ‘fazer uma ação preliminar’ e solicitar cópias dos programas da emissora comunitária para ‘avaliar conteúdo’ da programação. Questionados pelos diretores sobre a legitimidade do ato, os agentes informaram que não tinham nenhuma documentação da Agência determinando a ação, bem como demonstraram total desconhecimento quanto aos critérios e a legislação pertinente ao funcionamento das TVs Comunitárias”. O requerimento é aprovado. **Item 07: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Cabral, subscrito pelo Senador Paulo Paim e apoio do Senador Pedro Simon que, “Requeremos a Vossa Excelência, que de acordo com o art. 90 inciso V, combinado com o art. 93 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o plenário da Comissão, seja convidado o Excelentíssimo Ministro de Estado de Educação, Senhor Tarso Genro, para debater modelos de financiamento da educação”. O requerimento é aprovado. **Item 08: Aditamento ao Requerimento nº 002, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que “Requeiro, nos termos regimentais, sejam incluídos na lista de convidados relacionados

no Requerimento nº 002/05-CE, de minha autoria, aprovado em 01/03/05, representante do Ministério da Fazenda e da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC, para participar, nesta Comissão, de audiência pública que irá discutir a Reforma Universitária”. O requerimento é aprovado. Dando continuidade a reunião o Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 1398, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Assunção Cearense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 1416, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joanhina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tauá, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 1450, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Parque de Exposição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 1484, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Cristal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 1375, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Água Boa Associação Comunitária/ABAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 1441, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde – SIDERAL FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maricá, Esta-

do do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 046, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 1346, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Salgadinho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgadinho, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 1401, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasil de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 1418, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Quipapá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quipapá, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão à L & C Rádio Emissoras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Roque, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1164, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Record S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 1191, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora da Barra

Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 1192, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Barretos OM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1378, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Bandeirantes de Presidente Prudente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1457, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Santa Cruz FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brodósqui, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1475, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova Sumaré Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 1491, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Central São Carlos de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró Vida de Sobradinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 1322, de 2004**, de caráter terminativo,

de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à FM Planalto de Cajuru Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 1326, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Central de Rádio e Notícias e Itatiba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 1347, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a ARAMOC – Associação Regional de Amigos e Moradores do Cruzeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 010, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão a Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 077, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Guarujá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Líder Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feijó, Estado do Acre”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 1282, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Verdes Florestas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e o

projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 1327, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco, Estado do Acre”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 1276, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 1372, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Bagé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 1381, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Planetário Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Espumoso, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 1392, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Radiodifusão Paranhana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 1412, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Porto Santo Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaiguara, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 1428, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vida a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís de Montes Belos, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 029, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 030, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a Porto Santo Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 045, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a Lopes & Passamani Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 052, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nativa FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Edéia, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 1480, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência do Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 1486, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Padre Luso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é apro-

vado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 1431, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abadia de Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 061, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a Lopes & Passamani Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Barra, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 095, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 097, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural dos Moradores de Petrolina de Goiás – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 1340, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Venâncio Aires Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 1345, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santa Luzia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia D'Oeste, Estado de Rondônia”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 1138, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e

Cultural Padre Bernardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macajuba, Estado da Bahia”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 1140, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica da Bahia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 1296, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Salinas da Margarida de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas da Margarida, Estado da Bahia”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 1397, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Aracaju Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 1391, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jutanópolis de Manacapuru Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manacapuru, Estado do Amazonas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 035, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a Alagoas Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pío IX, Estado do Piauí”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 063, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a SINCO – Sistema Nacional de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Landri Sales, Estado do Piauí”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o pro-

jeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 1264, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Paraíso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Macaíó, Estado de Alagoas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 019, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Vila Real Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 1205, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Paracuru Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paracuru, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 1064, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da ITA – Negócios e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaituba, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Os Senhores Senadores Paulo Paim, Hélio Costa e Ideli Salvatti pedem a palavra, e requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de aditamentos ao Requerimentos nº 007/05-CE e 008/05-CE, requerimento e Projeto de Decreto Legislativo nº 037, de 2005, que são aprovados. **Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 007, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, “Requeiro, nos termos regimentais, que a audiência pública, aprovada por meio do Requerimento nº 007/05-CE, de autoria de Sua Excelência o Senador Geraldo Mesquita Júnior, seja mais abrangente, para que sejam apurados todos os fatos ocorridos no país a respeito das ações fiscalizatórias realizadas pela ANATEL nas pequenas rádios comunitárias”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 008, 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que “Requeiro, nos termos re-

gimentais, que o Ministro da Educação, Senhor Tarso Genro, nos informe a situação do aporte de recursos para as escolas técnicas”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 009, 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti que “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, 93 e 94 do Regimento Interno desta casa, a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação do Senado Federal, a fim de se determinar a oportunidade do Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que ‘modifica o art. 61 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1966, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação’, com os convidados abaixo relacionados. Requerimento com este objetivo, de autoria do Senador Efraim Moraes, já foi aprovado por esta Comissão em 30 de novembro de 2004. trata-se, portanto, de reapresentação daquele requerimento, uma vez que o mencionado parlamentar não integra atualmente esta Comissão. a Diretora da CNTE, Profª Juçara Maria Dutra Vieira; o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; o 1º Coordenador do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE; um Representante do Conselho Nacional de Educação; um Representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 037, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do poder Executivo que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina” A relatora designada é a Senador Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 003, de 2004**; **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 091, de 2004**. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Bom dia, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Educação do Senado Federal.

Vamos, inicialmente, passar à apreciação dos projetos de decreto legislativo sobre as emissoras de rádio, para que possamos dar tempo de outros relatores estarem presentes, até que chegue a cidade que interessa a eles. Mas é importante que sejam alertados pelas suas respectivas assessorias de que estamos começando a reunião com a aprovação dos projetos das emissoras de rádio.

Em primeiro lugar, pediria ao Senador Juvêncio da Fonseca que fizesse o seu relatório sobre o item 5.

Item 5:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.375, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Água Boa Associação Comunitária/Abac a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Juvêncio da Fonseca**

Concedo a palavra ao Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Sr. Presidente, o processo teve toda a sua tramitação legal. Todos os requisitos para a concessão dessa rádio comunitária foram satisfeitos. Razão por que nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão o relatório do Senador Juvêncio da Fonseca. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos aos próximos itens.

Item 8:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.346, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Salgadinho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgadinho, Estado de Pernambuco”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Marco Maciel**

Item 9:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.401, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasil de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Marco Maciel**

Item 10:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.418, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Quipapá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quipapá, Estado de Pernambuco”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Marco Maciel**

Peço ao Senador Marco Maciel que faça a relatoria dos itens 8 a 10, como constantes da pauta desta manhã.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu parecer ao item 08, que aprova o ato que autoriza a **Associação Rádio Comunitária Salgadinho**, em Pernambuco, é favorável.

A mesma coisa ocorre com relação ao item 09, que aprova o ato que outorga a permissão à Rede Brasil de Comunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Salgueiro.

E o mesmo parecer favorável se aplica ao item 10, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Quipapá, uma cidade da Zona da Mata de Pernambuco, a realizar radiodifusão comunitária na cidade de mesmo nome.

Os pareceres são, portanto, favoráveis, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os pareceres do Senador Marco Maciel. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos aos próximos itens.

Item 19:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 687, DE 2003 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró Vida de Sobradinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Cristovam Buarque**

Item 20:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.322, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão à FM Planalto de Cajuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Cristovam Buarque**

Item 21:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.326, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Central de Rádio e Notícias de Itatiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Cristovam Buarque**

Item 22:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.347, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Aramoc – Associação Regional de Amigos e Moradores do Cruzeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Cristovam Buarque**

Senador Cristovam Buarque, peço a V. Ex^a que relate os itens nºs 19, 20, 21 e 22, respectivamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, esses projetos dizem respeito à autorização das seguintes rádios:

Comunitária Pró Vida, de Sobradinho, cujo parecer é favorável;

FM Planalto de Cajuru Ltda, cujo parecer é favorável;

Central de Rádio e Notícias de Itatiba Ltda, cujo parecer é favorável;

Aramoc, Associação Regional de Amigos e Moradores do Cruzeiro, para o serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade, cujo parecer também é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão os pareceres do Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos aos próximos itens.

Item 25:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 309, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga concessão à Líder Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feijó, Estado do Acre”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Geraldo Mesquita**

Item 26:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.282, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Verdes Florestas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Geraldo Mesquita**

Item 27:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.327, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco, Estado do Acre”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Geraldo Mesquita**

Vou pedir ao Senador Geraldo Mesquita que faça a relatoria dos itens 25, 26 e 27.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, para minha alegria, coube-me relatar aqui o projeto que visa à outorga e concessão à **Líder Comunicações Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora no Município de Feijó, terra do meu pai, e a renovação de duas concessões, da Fundação Verdes Florestas, uma rádio importante no Município de Cruzeiro do Sul, e da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda.**, na Cidade de Rio Branco.

Gostaria apenas de frisar que o Acre tem uma peculiaridade: diferentemente de muitos lugares do País, é uma das regiões onde a rádio talvez seja um dos únicos meios de comunicação entre os habitantes daquela localidade.

Então, os pareceres são pela aprovação tanto da concessão como das renovações das concessões.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Geraldo Mesquita. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passo aos próximos itens.

Item 1:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.398, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Assunção Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Reginaldo Duarte**

Item 2:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.416, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joaninha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tauá, Estado do Ceará”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Reginaldo Duarte**

Item 3:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.450, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Parque de Exposição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Reginaldo Duarte**

Item 4:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.484, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Cristal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Reginaldo Duarte**

Peço ao nobre Senador Reginaldo Duarte que apresente o seu relatório para os itens 01, 02, 03 e 04.

O SR. RELATOR (Reginaldo Duarte. PSDB-CE) – Sr. Presidente, a **Rádio Assunção Cearense Ltda.** é uma das empresas de comunicação do meu Estado e goza de um grande prestígio tanto na cidade de Fortaleza como no interior do Estado. O meu parecer é pela sua aprovação.

Autorizo também, do mesmo modo, a **Associação Comunitária de Joaninha**, no Município de Tauá, que fica no alto sertão do Estado do Ceará.

Da mesma forma, a **Associação dos Moradores do Parque de Exposição**, na cidade de Morada Nova, no Estado do Ceará, também tem parecer favorável.

A **Rádio Difusora Cristal Ltda.**, na cidade que Quixeramobim, no sertão central do Ceará, também tem o meu parecer pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito obrigado.

Em discussão o parecer do Senador Reginaldo Duarte. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos aos próximos itens, dos quais é Relator o Senador Romeu Tuma.

Item 11:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 946, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão à L & C Rádio Emissoras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Roque, Estado de São Paulo”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Romeu Tuma**

Item 12:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.164, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Record S.A., para ex-

plorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Romeu Tuma**

Item 13:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.191, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora da Barra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Romeu Tuma**

Item 14:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.192, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Barretos OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Romeu Tuma**

Item 15:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.378, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Bandeirantes de Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Romeu Tuma**

Item 16:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.457, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão à Santa Cruz FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brodósqui, Estado de São Paulo”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Romeu Tuma**

Item 17:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.475,
DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova Sumaré Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Romeu Tuma**

Item 18:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.491, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Central São Carlos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Romeu Tuma**

Peço ao Senador Romeu Tuma que, por favor, faça a relatoria dos itens 11 a 18 da pauta maior, que são exatamente cidades do Estado de São Paulo, do qual V. Ex^a é um dos mais ilustres representantes.

O SR. RELATOR (Romeu Tuma. PFL-SP) – Sr. Presidente, o item 11 refere-se à L & C Rádio Emissoras Ltda., e o parecer é favorável. O item 12, à **Rádio e Televisão Record S.A.**, uma grande empresa de São Paulo, e também tem parecer favorável. O item 13, à **Rádio Emissora da Barra Ltda.**, também com parecer favorável. O item 14 refere-se à **Rádio Jornal OM Ltda.**, da grande cidade de Barretos, também com parecer favorável. O item 15, à Televisão Bandeirantes de Presidente Prudente Ltda, também com parecer favorável. O item 16, à Santa Cruz FM Ltda, de Brodósqui, no Estado de São Paulo, também com parecer favorável. O item 17, à Rádio Nova Sumaré Ltda, também na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, com parecer favorável. E o item 18, à **Central São Carlos de Comunicação Ltda.**, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, cidade em que meus pais tiveram o primeiro filho, também com parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Helio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios do Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos aos próximos itens.

Item 28:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.276, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Paulo Paim**

Item 29:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.372, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Bagé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Paulo Paim**

Item 30:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1381, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Planetário Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Espumoso, Estado do Rio Grande do Sul”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Paulo Paim**

Item 31:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.392,
DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Radiodifusão Paranhana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Paulo Paim**

Senador Paulo Paim, peço a V. Ex^a que faça a relatoria dos itens 28, 29, 30 e 31, que se referem a emissoras do Estado do Rio Grande do Sul, que V. Ex^a tão bem representa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, é com satisfação que

apresento parecer favorável à outorga de permissão à **Morro Alto FM Ltda.**, da cidade de Restinga Seca.

Na mesma linha, aprovo e renovo a permissão à **Rádio Clube de Bagé Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, de âmbito local, na cidade de Bagé, Rio Grande do Sul, cujo Prefeito é nosso colega de Partido, companheiro Mainardi.

Na mesma linha, Sr. Presidente, aprovo o ato que renova a concessão da Radio Planetário Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em onda média na cidade de Espumoso, também lá no nosso Rio Grande do Sul.

O item 31, o último, Sr. Presidente, aprova o ato que renova a permissão outorgada à **Sociedade Radiodifusão Paranhana Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

O parecer é favorável, Sr. Presidente, a todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos aos próximos itens.

Item 44:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.340, DE 2004 – TERMINATIVO

“Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Venâncio Aires Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senadora **Fátima Cleide**

Item 45:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.345, DE 2004 – TERMINATIVO

“Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santa Luzia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia d'Oeste, Estado de Rondônia”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senadora **Fátima Cleide**

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide para relatar os itens 44 e 45.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da docu-

mentação que acompanha o PDS nº 1.340 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à **Rádio Venâncio Aires Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permite a Senadora Fátima Cleide, quero apresentar nossos cumprimentos pelo voto. Sei que essa também é a posição do Senador Sérgio Zambiasi e do Senador Pedro Simon, pois temos com essa cidade de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, uma relação muito carinhosa e respeitosa.

Parabéns à Senadora Fátima Cleide!

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão o relatório apresentado pela Senadora Fátima Cleide. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao próximo item.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, é com prazer que relato o ato que autoriza a **Associação Comunitária de Santa Luzia d'Oeste**, no Estado de Rondônia, a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santa Luzia d'Oeste, até porque estive nessa cidade há duas semanas, e uma das cobranças muito grande da comunidade local era justamente a oportunidade de ter esse veículo de comunicação.

Portanto, nosso voto é pela aprovação desse item.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Muito bem!

Em discussão o relatório da Senadora Fátima Cleide. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item.

Antes de encerrar esta seqüência de discussão das emissoras de rádio e televisão, queria colocar à apreciação dos Srs. Senadores uma proposta, que estou encaminhando sob a forma de requerimento ou de projeto de lei, dependendo do que vai nos indicar a assessoria da própria Comissão.

Entendo que é absolutamente necessário, pelo menos como Presidente da Comissão de Educação, que se dê uma prioridade a esta discussão que me proponho a fazer com os senhores, sobre a concessão de emissoras de televisão educativas. Passando pelo pressuposto de que tudo aquilo que foi examinado na Câmara dos Deputados está correto, nós assumimos aqui passivamente a posição apenas de aprovar essas propostas. Vejo como absoluta prioridade desta Presidência colocar em discussão a questão de estarem ou não as entidades que disputam essas emissoras de televisão educativa quites com a Previdência Social e com a Receita Federal.

Quando se faz uma licitação de um canal comercial de televisão, todas aquelas empresas que se candidatam a disputar o canal comercial evidentemente têm que apresentar os documentos de quitação com a Receita Federal e com a Previdência Social.

No caso específico das emissoras educativas, acho que elas devem começar a ter essa missão educativa, realmente. Elas não podem ser exclusivamente um instrumento político, têm que ter um compromisso. Acho que, havendo este primeiro compromisso de que as entidades que se candidatam têm que estar em dia com as suas obrigações perante a Previdência Social e perante a Receita Federal, já vamos diminuir bem a insistência com que esses projetos chegam aqui.

É evidente que se perguntam por que não fazemos a mesma coisa, já que existe essa exigência para as emissoras particulares. As emissoras particulares, até para renovar a sua concessão de dez em dez anos, têm de apresentar os documentos de quitação que comprovam estarem em dia com a Receita Federal e com a Previdência Social. E, lamentavelmente, sinto, até por observação direta de processos que estou relatando, que, se fizermos essa pergunta com respeito às concessões de emissoras de tevês educativas, não aprovaremos os procedimentos que estão em curso na nossa Comissão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma e, imediatamente a seguir, ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe, mas é só para dizer que acho que V. Ex^a levanta um ponto muito importante, porque quando se fala em emissora educativa, ela tem que ter uma finalidade objetiva, não pode realmente ser entendida como uma televisão comercial. Então, ela tem que ter um padrão diferenciado das tevês comerciais.

Às vezes, aqui, estou ficando um pouco assustado com o número de rádio e televisões que estão sendo aprovadas. Acho que é uma enxurrada quase que inexplicável. Todo dia, são centenas. V. Ex^a e a Secretaria devem sofrer terrivelmente. Não sei mais como são distribuídas, se é por concorrência, se é por leilão. Eu gostaria que um dia V. Ex^a pudesse nos explicar.

Mas trata-se de dar à legislação a respeito das tevês educativas a objetividade que elas têm que ter nessa aplicação. E deve-se ser mais exigente com elas mesmo. Acho que elas têm uma obrigatoriedade diferenciada das empresas comerciais.

Então, eu queria cumprimentar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Na verdade, Senador Romeu Tuma, no início do ano passado, tínhamos cerca de 3.000 emissoras ainda enviadas pelo Governo anterior para serem aprovadas na Comissão de Educação do Senado Federal.

Agora, depois de todo o trabalho que fizemos até o final do ano passado, quando o Senador Osmar Dias conseguiu praticamente limpar a pauta da Comissão com respeito aos projetos de emissoras de rádio e televisão, já estamos com aproximadamente 3.000 outras emissoras chegando à Comissão de Educação do Senado Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que nem cabe mais no *dial*.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Na verdade, se não apressarmos o projeto da rádio digital ou da tevê digital, não teremos espaço para todo mundo no futuro. Está na hora realmente de termos uma solução definitiva.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente Hélio Costa, na mesma linha da argumentação de V. Ex^a e do Senador Romeu Tuma, acredito que possivelmente se deva até ampliar a sua proposta. Talvez fosse hora de a Comissão saber mais os critérios de concessão, Senador, porque as informações que recebemos às vezes nos preocupam. Ouvem-se comentários por aí de que determinados grupos acabam ganhando a possibilidade de exploração de dez, quinze ou mais canais, que depois se transformam num grande negócio nos Estados.

Então, eu acrescentaria à sua proposta, Senador Hélio Costa, que se estabelecessem também a forma e os critérios de concessão para que se tivesse conhecimento de como determinados grupos recebem essas concessões.

Estou sugerindo que se acrescentem à sua proposta essas informações, ou então que se convoque aqui representante do Ministério das Comunicações

para que venha explicar claramente esses critérios, que acabam muitas vezes permitindo que um grupo se aproprie do processo no Estado e as concessões se transformem num grande negócio comercial.

Entendo que um canal educativo deve ser concedido a uma universidade que tenha uma faculdade de comunicação, de jornalismo, uma vez que obviamente esses alunos precisarão de espaço para iniciar as suas primeiras experiências e, a partir dali, obterem melhores espaços para experiências profissionais. Porém, percebemos que muitas vezes são empresários da área privada que recebem autorização para a exploração de um canal de TV ou rádio em sua região.

Então, cumprimento o Presidente Hélio Costa e sugiro que acrescente essa sugestão que estamos apresentando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Obrigado, Senador Zambiasi.

É importante ressaltar que a exigência da quitação com a Previdência é constitucional. Reservei esta leitura para que todos os Senadores saibam que não estamos fazendo nenhuma exigência sem fundamento. O art. 195, §3º, da Constituição, diz o seguinte:

Art.195 (...)

A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Então, está muito claro: quem deve à Previdência não pode receber uma concessão de rádio, televisão, ou seja lá do que for.

Entendo que os Srs Senadores devem estar vendo a gravidade dessa situação, porque se aprovarmos aqui um procedimento em que o beneficiado esteja devendo à Previdência Social, a Comissão estará passível de sofrer uma ação do Ministério Público, bem como os Srs. Senadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Hélio Costa, pedi a palavra para cumprimentá-lo. Cuido muito dessa área de Previdência e entendo que o procedimento que V. Exª toma neste momento, que certamente terá o amparo do Plenário, vai na linha de fazer com que as pessoas cumpram os seus compromissos previdenciários. Assume agora um novo Ministro, o Senador Romero Jucá, que demonstra que uma de suas maiores preocupação é quanto às dívidas acumuladas com a Previdência, por fraude, desvio etc.

Claro que o caso específico aqui é que não haja dívida nenhuma com a seguridade social, porque eternamente estaremos negando os benefícios para os aposentados e pensionistas, mas, por outro lado, não estaremos fazendo nenhuma política compensatória, reparatória, que garanta efetivamente que os que

contribuíram ao longo da sua vida tenham direito ao benefício.

Quero, portanto, cumprimentar V. Exª em nome de quase 22 milhões de aposentados e pensionistas que dependem da arrecadação da nossa Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

É sobretudo importante ressaltar que o que se faz aqui não é impedir uma entidade de conseguir se candidatar a uma emissora de **TV Educativa**. Pelo contrário, ela continua com todo esse direito. Resta apenas que ela encontre uma fórmula de cumprir as suas obrigações com a Previdência. A Previdência tem mil maneiras de fazer com que isso aconteça, e é até relativamente fácil colocar em dia qualquer situação, por mais difícil que possa parecer.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço um esclarecimento para V. Exª, porque talvez tenha perdido a explicação. Gostaria de saber se estávamos aprovando, antes do alerta feito por V. Exª, projetos em que houvesse o débito das TVs e das rádios com a Previdência, porque realmente concordo amplamente com o argumento de V. Exª, de que é um preceito constitucional. Há uma dificuldade constitucional – justa, no caso –, e essa dificuldade relaciona-se a muitas entidades do Brasil. Eventualmente, se uma Apae tem o direito de ter um recurso do Ministério da Previdência, mesmo que o recurso seja repassado pela Prefeitura, a entidade comunitária de assistência social precisa demonstrar que está em dia com a Previdência, pelo preceito constitucional.

Então, só gostaria que V. Exª nos esclarecesse se, porventura, os projetos estavam sendo aprovados sem a observância desse princípio, com o qual concordo. Penso que seja uma questão inclusive de isonomia em relação a todos os aspectos da vida em sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senador Flávio Arns, não posso dizer a V. Exª se tivemos, no passado, algum relatório aprovado com o conhecimento do Senador de que a entidade que recebia o canal de televisão estava em débito com a Previdência. Não estou me referindo especificamente a nenhum caso ocorrido aqui, na nossa Comissão. Apenas fiquei surpreso porque, ao analisar um relatório que estava para ser apresentado aqui na semana passada, preparado por mim mesmo, encontrei algo que talvez V. Exª me ajude a entender. Encontrei um documento da Receita Federal que dizia assim: “Documento positivo com efeito negativo”. Alguém consegue me explicar o que é isso? Quer dizer, pergunto se está em débito com a Receita, e o documento vem assim: “Certidão positiva com efeito negativo”. O que é positivo e o que é negativo? Como pode uma certidão ser

positiva com efeito negativo? Não entendo português mais ou preciso do auxílio de cada um de V. Ex^{as}.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Há que se distinguir nessa história duas situações: a da empresa que é devedora tanto da Previdência quanto do Tesouro Nacional; e a da inadimplência. Se formos verificar, em todos esses processos há casos de empresas devedoras tanto da Previdência quanto do Tesouro Nacional. Essa certidão a que V. Ex^a se referiu há pouco retrata a seguinte situação: de uma empresa que é devedora, mas, como V. Ex^a mesmo já falou, há mil maneiras de ela se compor com o Fisco ou com a Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Então, ela está pagando?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Ela vai à Secretaria e parcela seu débito. Por isso é que a certidão é positiva com efeito negativo, porque ela deve, mas não está inadimplente, porque vem pagando um parcelamento ou seja qual a modalidade de cumprimento de sua obrigação que escolheu.

Então, essa é uma situação que regulariza a empresa perante a instituição, a Previdência ou o Tesouro. Não tira dela a condição de devedora da Previdência, mas regulariza do ponto de vista de que ela compôs o seu débito. Ela foi lá, parcelou, e vem pagando regularmente as suas parcelas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem!

Vamos inclusive atender a uma sugestão do Senador Gerson Camata, feita em conversa privada que travamos, de criar uma pequena comissão dentro da nossa Comissão de Educação para analisarmos esses procedimentos, para que possamos ter uma melhor visão daquilo que estamos fazendo, no que diz respeito especialmente às emissoras de televisão.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, só para acrescentar, desculpe-me abusar de V. Ex^a. O Senador Geraldo Mesquita está certo. Às vezes, há inconformidade dos contribuintes com alguns tipos de taxação. Então, vão à Justiça. Eles acham que não estão inadimplentes nem devedores, porque ainda está em fase de discussão. E cada processo desses – se pegarmos um e lermos por inteiro comprovaremos isto – passa por várias instâncias do Ministério da Fazenda. Quando chega ao Senado, já foi analisado por muita gente.

Então, o risco de estarmos aprovando algo contrário à lei é pequeno. Hoje em dia, temos sido mais

rápidos, mas se lermos por inteiro um só dos vários projetos que temos veremos que ele passa por vários segmentos do Executivo e também aqui do Legislativo. Inclusive quem nos ajuda no preparo da minuta do relatório também analisa os documentos.

Então, acho que o risco na discussão e aprovação desses projetos não é um risco grande para os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Fica, então, uma questão para ser eventualmente discutida e até mesmo, se for o caso, votada pelo Plenário da Comissão.

Voltarei ao assunto com uma proposta, que será, evidentemente, colocada em discussão e votação. Talvez consigamos resolver a questão dessa forma.

Vamos prosseguir com a pauta.

Item 6:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.441, DE 2004 – TERMINATIVO

“Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde – Sideral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Roberto Saturnino**

Item 7:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 2005 – TERMINATIVO

“Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Roberto Saturnino**

Senador Roberto Saturnino, que está presente, peço a V. Ex^a que relate os itens 6 e 7 da pauta das emissoras de rádio. São projetos referentes ao Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, o item 06 se refere à autorização para a **Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde – Sideral FM** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maricá. E o item 07 outorga permissão à **Rádio Ultra FM Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de São João da Barra, ambas no Estado do Rio de Janeiro.

Ambos os processos estão organizados, com documentação perfeita, sem nenhuma objeção. Razão pela qual, dou o meu parecer e voto favorável a ambos os itens, 6 e 7.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão o relatório do Senador Roberto Saturnino. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item.

Item 23:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senadora **Ideli Salvatti**

Item 24:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Guarujá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senadora **Ideli Salvatti**

Peço ao Senador Leonel Pavan que leia, por favor, resumidamente, os relatórios dos itens 23 e 24, que têm como Relatora a Senadora Ideli Salvatti. Não estando S. Ex^a presente, peço a S.Ex^a, do Estado de Santa Catarina, que o faça.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, como Relator **ad hoc**, verificamos aqui todos os itens e o parecer é favorável à concessão à **Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, em Santa Catarina, região serrana. Somos, portanto, pela aprovação.

Permite-me já ler o relatório do item 24, Sr. Presidente? Se me permitir, faço também a leitura do item 24. Ao item 23, somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Perfeitamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Também somos favoráveis à renovação da concessão da

Sociedade Rádio Guarujá Ltda., da nossa capital, Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Leonel Pavan. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos aos próximos itens.

Item 38:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.480, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência do Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **João Ribeiro**

Item 39:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.486, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Padre Luso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **João Ribeiro**

Peço ao Senador Camata que faça a leitura resumida dos próximos itens, 38 e 39, cujo Relator, Senador João Ribeiro, não se encontra presente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, cumprindo determinação de V. Ex^a, informo que se trata do ato que renova a concessão da **Rádio Independência**, do Tocantins.

O item 39 refere-se ao ato que renova a permissão à **Rádio Padre Luso Ltda.** para transmitir em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, também no Estado de Tocantins.

Os processos estão em dia. Por isso, podem ser aprovados, e recomendo a sua aprovação pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão o relatório apresentado pelo Senador **ad hoc** Gerson Camata. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos aos próximos itens.

Item 32:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.412, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão à Porto Santo Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaguara, Estado de Goiás”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Maguito Vilela**

Item 33:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.428, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís de Montes Belos, Estado de Goiás”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Maguito Vilela**

Item 34:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Maguito Vilela**

Item 35:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão à Porto Santo Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Maguito Vilela**

Item 36:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 45, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão à Lopes & Passamani Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequên-

cia modulada na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Maguito Vilela**

Item 37:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 52, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nativa Fm Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Edéia, Estado de Goiás”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Maguito Vilela**

Peço ao Senador Juvêncio da Fonseca que substitua o Senador Maguito Vilela nos Itens nºs 32 a 37, referentes a emissoras do Estado de Goiás.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)
– Sr. Presidente, o item 32 se refere à concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Paranaguá, Estado de Goiás. O nosso parecer é favorável, porque houve o cumprimento de todos os requisitos legais no processo.

O item 33 aprova o ato que autoriza a **Associação Comunitária Vida** a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís de Montes Belos, Estado de Goiás.

O Item 34 refere-se a ato que outorga permissão ao **Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda.** para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás. O relatório não fala sobre a entidade, mas todas as obrigações foram cumpridas.

O item 35 refere-se à outorga de permissão à **Porto Santo Radiodifusão Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás. O parecer também é favorável, Sr. Presidente.

O item 36 refere-se a ato que outorga permissão à **Lopes & Passamani Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás. Também o nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

Item 37 – permissão à **Rádio Nativa FM Ltda.** para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Edéia, Estado de Goiás. Nosso parecer também é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Juvêncio da Fonseca. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos aos próximos itens.

Item 46:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.138, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macajuba, Estado da Bahia”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senadora **Maria do Carmo Alves**

Item 47:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.140, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica da Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senadora **Maria do Carmo Alves**

Item 48:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.296, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Associação Salinas da Margarida de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas da Margarida, Estado da Bahia”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senadora **Maria do Carmo Alves**

Item 49:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.397, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Aracaju Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senadora **Maria do Carmo Alves**

Pedirei à Senadora Maria do Carmo Alves que, por favor, relate os itens 46, 47, 48 e 49.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer é pela

aprovação do item 46, que é o ato que autoriza a **Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo** a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Macajuba, Estado da Bahia

O item 47, que aprova a permissão outorgada à Rádio Transamérica da Bahia Ltda., também tem parecer pela aprovação.

O item 48, que autoriza a **Associação Salinas de Margarida**, de radiodifusão comunitária, também tem parecer favorável.

O item 49, que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Aracaju Ltda., também tem parecer pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– Muito obrigado, Senadora.

Em discussão os relatórios apresentados pela Senadora Maria do Carmo Alves. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos aos próximos itens.

Item 40:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.431, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abadia de Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Demóstenes Torres**

Item 41:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 61, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão à Lopes & Passamani Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Barra, Estado de Goiás”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Demóstenes Torres**

Item 42:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 95, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiás, Estado de Goiás”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Demóstenes Torres**

Item 43:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 97, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural dos Moradores de Petrolina de Goiás – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina de Goiás, Estado de Goiás”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Demóstenes Torres**

Peço ao Senador Aelton Freitas que faça a leitura dos relatórios dos itens 40, 41, 42 e 43, em nome do Senador Demóstenes Torres, que é o Relator.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, em conformidade com o Relator, Senador Demóstenes Torres, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a **Associação Comunitária de Abadia de Goiás** a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Abadia de Goiás.

Da mesma forma, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Lopes & Passamani para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Barra, no Estado de Goiás.

Somos também pela aprovação do ato que outorga permissão ao **Sistema de Montes Belos de Comunicação** para explorar serviços de radiodifusão e frequência modulada na cidade de Goiás Velho, Estado de Goiás.

E, também, Sr. Presidente, somos pela aprovação do ato que autoriza a **Associação Comunitária e Cultural dos Moradores de Petrolina de Goiás** a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina de Goiás.

Concluimos, assim, do item 40 ao 43.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item.

Item 50:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.391, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jutanópolis de Manacapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manacapuru, Estado do Amazonas”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Papaléo Paes**

Peço ao Senador Reginaldo Duarte que substitua o Senador Papaléo Paes na relatoria do item 50.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o ato renova a concessão da **Rádio Jutanópolis de Manacapuru Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manacapuru, no Estado do Amazonas. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão o relatório do Senador Reginaldo Duarte. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos aos próximos itens.

Item 51:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão à Alagoas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pio IX, Estado do Piauí”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Mão Santa**

Item 52:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 63, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que outorga permissão à Sinco – Sistema Nacional de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Landri Sales, Estado do Piauí”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Mão Santa**

Vou pedir ao Senador Roberto Saturnino que, por favor, faça a leitura resumida dos itens 51 e 52, em substituição ao Senador Mão Santa, que não está presente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – **Item 51:**

Outorga permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pio IX, Estado do Piauí. A documentação está absolutamente regular, e o meu parecer é favorável. Isto é, o parecer do Senador Mão Santa, que estou lendo.

– Item 52:

outorga permissão à **Sinco – Sistema Nacional de Comunicação Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada, na cidade de

Landri Sales, também no Estado do Piauí. O Relator, Senador Mão Santa, deu parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Roberto Saturnino. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item.

Item 53:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1264, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Paraíso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maceió, Estado de Alagoas”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Teotonio Vilela Filho**

Peço ao Senador Cristovam Buarque que, por favor, faça a leitura resumida do relatório do item 53, do Senador Teotonio Vilela Filho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, o parecer, depois da análise, é no sentido de que, tendo em vista o exame da documentação, ficou caracterizado que a entidade **Rádio Paraíso Ltda.** atendeu aos demais requisitos técnicos e legais, e opina pela aprovação do ato.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Cristovam Buarque. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos ao próximo item.

Item 54:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 19, DE 2005 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Vila Real Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso”.Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Jonas Pinheiro**

Peço, por favor, ao Senador Paulo Paim que leia resumidamente o parecer do item 54, do qual é Relator o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é com satisfação que substituo o Senador Jonas Pinheiro. Vou passar à leitura do voto de S.Ex^a.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 19, de 2005, não eviden-

ciou violação da sua modalidade, estabelecida na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e da técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Vila Real Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim, em nome do Senador Jonas Pinheiro. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos aos próximos itens.

Item 55:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1205, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Paracuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paracuru, Estado do Ceará”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Tasso Jereissati**

Item 56:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1064, DE 2004 – TERMINATIVO**

“Aprova o ato que renova a concessão da Ita – Negócios e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaituba, Estado do Pará”.

Autoria: **Poder Executivo**

Relatoria: Senador **Luiz Otávio**

Peço ao Senador Aelton Freitas, por favor, que relate os itens 55 e 56. O primeiro, do Senador Tasso Jereissati; o segundo, do Senador Luiz Otávio.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, opinamos pelo ato de aprovação da renovação da concessão da Rádio Cultura de Paracuru, para explorar serviço de radiodifusão sonora e de ondas médias na cidade de Paracuru, no Estado do Ceará.

Item 56. Opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da ITA Negócios e Participações Ltda., para exploração de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itaituba, Estado

do Pará, em conformidade com o Relator, Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Não havendo quem queira peça a palavra, encerro a discussão.

Votação nominal de todos os itens que foram apresentados pelos relatores e pelos relatores **ad hoc** nesta reunião.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovados.

Pergunto aos Srs. Senadores se a aprovação também vale para a única emenda apresentada em todos os projetos. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Perfeitamente, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu queria, se V. Ex^a e os demais Senadores me permitissem, registrar o 20º aniversário da **TV Tribuna**, no Espírito Santo. Pertence ao jornal **A Tribuna**, do grupo João Santos Filho, grupo pernambucano que há mais de 50 anos foi ao Espírito Santo e lá montou a segunda maior fábrica de cimento Portland do Brasil. Mas o João Santos Filho, filho de João Santos, o fundador do grupo, se apaixonou pelo Espírito Santo, lá residindo até morrer. Ali fundou um grande sistema de telecomunicação que inclui rádio, jornais, emissoras de televisão, que comemoram hoje 20 anos de serviços prestados à cultura, à educação e ao desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, como sempre quis João Santos Filho.

De modo que quero, nesta oportunidade, me congratular com o grupo João Santos Filho, com os seus dirigentes, com os seus funcionários por esta data que é muito importante para o Estado do Espírito Santo. A **TV Tribuna** é repetidora lá do **SBT** e é uma emissora que cobre todo o Estado do Espírito Santo, o sul da Bahia, o oeste do Estado de Minas Gerais e uma parte do norte do Rio de Janeiro.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com muito prazer, ouço o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Gerson Camata, desejo, em breve intervenção, cumprimentá-lo pelo registro de tão importante data para a **TV Tribuna**. Conheço os seus dirigentes; são, como V. Ex^a salientou, pernambucanos que desenvolvem atividades empresariais muito importantes

em Pernambuco e no Brasil e têm, no seu sistema de comunicação, equipe muito competente, não somente na parte do jornal, mas também de rádio e televisão. Daí por que quero dizer que V. Ex^a faz bem em fazer a memória desta data. Desejo, de alguma forma, também felicitar o povo do seu Estado porque dispõe de modernos meios de comunicação, inclusive aqueles que são prestados pela **TV Tribuna**, pelo seu jornal e pelas suas rádios. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Consideramos aprovados todos os projetos constantes da pauta e a emenda apresentada, que foram lidos em relatório e aprovados pelos Srs Senadores.

Agora vamos aos projetos da pauta ordinária da nossa Comissão.

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 003, DE 2004

“Insere parágrafo ao art. 87 da Lei nº 9.394. A autoria é do Senador Cristovam Buarque e o Relator é o Senador José Jorge, que não se encontra presente porque está em viagem oficial ao exterior.”

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

Como o Senador José Jorge não se encontra presente, transferimos para a próxima reunião da nossa Comissão a discussão desse projeto.

Concorda V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– É a praxe, tem que ser mantida.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– Perfeitamente.

Item 2:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2004

“Determina o tombamento de túmulos onde se encontram os restos mortais de ex-presidentes da República.”

A autoria é do Senador Heráclito Fortes e outros. A Relatoria é do Senador Marco Maciel. O parecer é favorável.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como V. Ex^a salientou, Sr. Presidente, o referido projeto é de iniciativa do Senador Heráclito Fortes e teve a aprovação de outras Sr^{as} e Srs. Senadores. O projeto, em síntese, determina o tombamento de túmulos onde se encontram sepultados ex-presidentes da República, nos termos de um Decreto-Lei de 1937 – período de Getúlio Var-

gas –, que dispõe sobre a identificação e a produção do patrimônio histórico e artístico da União.

Na Comissão, a proposição não recebeu nenhuma emenda.

Desejo, em rápidas palavras, dizer que as relações entre o Estado e a cultura concernentes à proteção, à guarda e à recuperação dos bens e das manifestações culturais brasileiras são efetivamente reguladas pelo Decreto-Lei a que já me referi.

Com efeito, esse importante ato legal nasceu da inspirada contribuição do escritor Mário de Andrade e da prolífica gestão de Gustavo Capanema, ilustre político mineiro que esteve à frente do Ministério da Educação, de 1934 a 1945, período em que dirigiu os destinos do País Getúlio Vargas.

O Decreto-Lei nº 25, de 1937, a que já me referi, não apenas define como patrimônio histórico e artístico nacional os bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público, como também cria o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Por definição, são duas as principais razões a fundamentar a definição do interesse público. Primeiro, o excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou evidente vinculação desse bem ou conjunto de bens a fatos memoráveis da História brasileira. Nesse sentido, os mausoléus de ex-presidentes da República constituem um testemunho histórico de inquestionável relevância, e a proposição em análise, em boa hora, promove o resgate da sua importância.

Na justificativa, o autor menciona o valor atribuído aos túmulos presidenciais em várias nações, o que os transforma em locais de culto cívico. No Brasil é notória a dificuldade por que passam os órgãos de proteção e conservação do patrimônio histórico, mercê da falta de recursos financeiros. A exigüidade das dotações orçamentárias dos órgãos governamentais voltados para o trato cultural ilustra essa constatação. Entretanto, é preciso considerar também o imperativo político imprescindível para se transformar esse legado histórico em patrimônio nacional.

Nessa medida, entendemos que a intenção do projeto de lei em análise se reveste da maior oportunidade.

Assim sendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu parecer é favorável, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 239, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão o parecer do Senador Marco Maciel.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sem nenhum bairrismo, eu queria aqui dar minha opinião favorável a essa iniciativa e só quero lembrar o caso do Rio Grande do Sul, precisamente São Borja, onde se encontram os túmulos de João Goulart e de Getúlio Vargas. De fato, são patrimônios da história do Brasil com repercussão internacional. Eu mesmo, por diversas vezes, estive em São Borja visitando os túmulos de João Goulart e Getúlio Vargas.

Entendo que esse projeto, que determina o tombamento de túmulos onde se encontram os restos mortais de ex-Presidentes da República, na verdade, faz uma homenagem a todos aqueles que dirigiram o nosso País. Por isso, voto favoravelmente, fazendo, ao mesmo tempo, uma homenagem a esses dois gaúchos que estão enterrados em São Borja, sem prejuízo de outros Presidentes que, naturalmente, eu gostaria de homenagear e não se encontram em São Borja.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Continua em discussão o item nº 2, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 239, que prevê o tombamento de túmulos onde se encontram os restos mortais de ex-Presidentes da República.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação nominal, por se tratar de matéria terminativa.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado o item 2, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 239, que determina o tombamento de túmulos onde se encontram os restos mortais dos ex-Presidentes da República.

Passo a Presidência da Comissão para o Senador Augusto Botelho, para que eu possa relatar o item 3, não-terminativo, Projeto de Lei de Resolução nº 41.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR)

– Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, para que relate o item 3, Projeto de Resolução nº 41, de 2004, que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo Projeto de Resolução nº 41, de 2004, o Senador Antonio Carlos Magalhães propõe a instituição do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico para agraciar profissionais da área de imprensa que tenham oferecido contribuição relevante para o engrandecimento do jornalismo brasileiro. Essa distinção será conferida anualmente, em sessão especialmente convocada para esse fim, nos primeiros dias do mês de dezembro.

Pela proposição, a escolha deverá ser feita por conselho constituído de seis Senadores da República, incluído o Presidente, ao qual incumbiria a indicação dos membros a cada ano. Os próprios conselheiros escolheriam o Presidente desse colegiado específico. Esse conselho, por sua vez, deverá propor à Mesa Diretora do Senado Federal os critérios de escolha dos agraciados.

Apresentei, senhoras e senhores, um substitutivo e espero poder explicá-lo rapidamente.

De acordo com o projeto, o prêmio será anual e conferido entre os dias 1º e 5 de dezembro e o quinto dia útil após o dia 3 de dezembro. No substitutivo, proponho que o prêmio seja conferido até o quinto dia útil após o dia 3 de dezembro. Isso quer dizer que, ao invés de termos apenas até o dia 5, teríamos até, no mínimo, dia 7, quando o dia 1º cair num sábado e o domingo for o dia 2.

A escolha do agraciado será feita por um conselho a ser integrado por cinco membros do Senado e pelo seu Presidente.

Estou propondo, para proceder à apreciação dos nomes dos concorrentes, que seja constituído um conselho, a ser integrado por cinco Senadores, indicados no início de cada Sessão Legislativa, pelo Presidente do Senado Federal.

No projeto a prerrogativa da escolha do Presidente do conselho caberá aos seus próprios membros, que o elegerão entre os seus integrantes.

No Substitutivo, estamos propondo que aos membros do conselho compete:

I – A escolha do seu Presidente.

II – A elaboração dos critérios de seleção para a aprovação da Mesa Diretora do Senado Federal.

III – A apreciação e a escolha do nome do agraciado.

Pelo projeto, a forma de apresentação de candidatos, as regras e os critérios que presidirão a apreciação dos nomes dos candidatos serão submetidos pelo conselho à Mesa do Senado Federal e publicamente divulgados.

Pelo substitutivo as regras e prazos para o encaminhamento de candidaturas ao prêmio serão amplamente divulgados.

Finalmente, pelo projeto a Diretoria Geral do Senado Federal oferecerá o apoio administrativo ao funcionamento do conselho.

E, pelo Substitutivo, as atividades necessárias à execução são coordenadas pelos membros do conselho e as despesas decorrentes da execução do prêmio correrão à conta do orçamento do Senado Federal.

É apenas para especificar determinados itens da proposta feita pelo Senador Antonio Carlos Magalhães,

que é evidentemente submetida à apreciação dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras.

Esse é o meu parecer e, evidentemente, o voto é pela aprovação.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria – Sr. Relator, no caso, agora – de, em uma rápida intervenção, dizer que cumprimento V. Exª pelo parecer, aprovando o projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Eu acho que ninguém pode deixar de reconhecer que Roberto Marinho marcou a história do jornalismo brasileiro em todo o século XX. E foi um pioneiro em vários setores, tanto da mídia impressa, da mídia guatemberguiana, quanto da mídia eletrônica. E, de alguma forma, a sua obra permitiu tornar o País mais conhecido no exterior. Diria, até, que ele exportou cultura, a cultura brasileira na sua diversidade, na sua multiplicidade. E isso ajudou, inclusive, a dar ao País uma melhor imagem fora de suas fronteiras.

Ademais, eu diria que Roberto Marinho foi mais do que um jornalista, mais do que um empresário, ele foi um homem público. Eu sempre fico pensando que homem público não é apenas aquele que exerce uma função eletiva ou desempenha um cargo no Poder Executivo ou no Judiciário, mas o é também todo aquele que, de alguma forma, concorre para o fortalecimento do País e de suas instituições.

De mais a mais, Roberto Marinho foi sobretudo, como ele gostava de ser chamado, um jornalista.

De certa feita, um escritor famoso, Adonias Filho, disse, com muita propriedade, que nada mais público do que o ato de escrever. De alguma forma, quem escreve se comunica com a sociedade, interage com a cidadania.

E Roberto Marinho foi uma pessoa que, ao longo de sua longa vida, deve-se salientar esse fato, sempre esteve buscando, ao lado de construir uma empresa, e ninguém pode deixar de reconhecer o seu mérito, teve sempre a preocupação de pensar também o País.

De certa feita, se disse na França que de Gaulle tinha uma idéia da França, porque ele sintetizava as suas aspirações e os seus interesses.

Eu acho que a mesma coisa nós poderíamos dizer sobre Roberto Marinho. Ele tinha uma certa idéia sobre o Brasil. Ele sempre procurava promover o País, quer no exterior, quer também promover a melhoria da condição da nossa Pátria, permitindo fazer com que o seu veículo de comunicação chegasse a todo o território nacional e as mais diferentes regiões.

Por tudo isso, acho que o prêmio que ora se sugere permitirá cultuar a sua memória e, de alguma forma, estimular o aparecimento de novas vocações

para área tão estratégica da vida de qualquer nação, que é o setor de comunicação social.

É o que tenho a dizer a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

É importante ressaltar a justificativa que faz o Senador Antonio Carlos Magalhães na apresentação do seu projeto. Ele ressalta a grande contribuição dada pelo jornalista Roberto Marinho para o desenvolvimento da imprensa e das telecomunicações nacionais. Além de empreendedor, à frente das Organizações Globo, o homenageado com o nome do prêmio também se notabilizou pelos serviços prestado à comunidade brasileira, entre os quais se destaca o Canal Futura de Educação, todos os programas educativos e assistenciais da Fundação Roberto Marinho e certamente a campanha Criança Esperança.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – O projeto está em discussão.

Estão inscritos os Senadores Gerson Camata e Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, para discutir o projeto.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o ilustre Relator pelo relatório que apresentou, pelas melhorias que imprimiu ao projeto do Senador Hélio Costa, um projeto de mérito do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Eu acho até pouco só homenagear o jornalista. Podemos observar a grande contribuição da **TV Globo** para divulgar o Brasil lá fora, promover o Brasil. Atrás dessa quase colonização cultural que o País vai fazendo, vão os produtos brasileiros. Quer dizer, grande parte do êxito comercial do Brasil se deveu também à divulgação que o País teve através da **Rede Globo**.

Certa feita, fui ao interior da ex-Iugoslávia, em 1976, visitar um parente. Era um país rigidamente comunista na época. Eu me recordo muito bem de que a única referência que eles tinham do Brasil era o Pelé. Eles não sabiam, por exemplo, qual era a capital do Brasil. Eu estava em casa de pequenos produtores rurais. Quando voltei a esse país novamente, dez anos depois, já haviam passado por lá as novelas brasileiras. Agora eles já sabiam qual era a capital brasileira, sabiam quem era o Presidente, sabiam que a produção brasileira era de café, de gado, o maior produtor do mundo; enfim, sabiam tudo do Brasil. Até as coisas que a Itália tinha, um país ali de perto, eles também conheciam do Brasil.

Nós somos da geração que verberava contra os enlatados. Nós fazíamos, na antiga Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados, audiências contra os enlatados estrangeiros que chegavam aqui.

Hoje, temos que ver que a programação das televisões brasileiras que foram capitaneadas pela **Globo** é uma programação toda brasileira, com raros enlatados, sendo que os enlatados brasileiros é que estão invadindo, por obra dos grandes atores, das grandes atrizes e dos grandes escritores brasileiros as estações estrangeiras. Assim, devia haver também a escolha do melhor ator, do melhor escritor de novelas da televisão.

Parabéns pela iniciativa do Relator Hélio Costa e parabéns também ao Senador ACM.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Relator, Senador Hélio Costa, pelo trabalho que fez.

Em primeiro lugar, Presidente, se V. Ex^a me permitir, gostaria de falar sobre o que significa esse prêmio. Eu acho que ele vem em boa hora. Nós já temos, aqui no Senado, o prêmio que é oferecido às mulheres que mais se destacam. Neste momento, é mais que justo que tenhamos um prêmio para aquele jornalista que efetivamente se destaca no cenário nacional e internacional, em razão dos serviços prestados à população do nosso País e também à população mundial.

Eu gostaria que, no mesmo dia em que esse projeto que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho fosse aprovado na CCJ, fosse lá aprovado um outro prêmio que esta Comissão já aprovou, que é o Troféu Lanceiros Negros. Isso porque esse projeto está engavetado, infelizmente, parado, lá na CCJ. Como entendo que ambos são de uma grandeza imensurável, vou trabalhar muito, vou dar aqui o meu parecer pela aprovação e vou dizer o porquê da aprovação, para que no mesmo dia aprovemos também o Troféu Lanceiros Negros, que seria o troféu que o Senado daria a todo aquele cidadão que se destaca em nível nacional, homem ou mulher, branco ou negro, na luta pela igualdade, pela liberdade e pela justiça.

Senador Hélio Costa, eu, particularmente, reconheço que estão sendo fundamentais alguns trabalhos da **Rede Globo**, principalmente as telenovelas. Posso dar um testemunho real: o Estatuto do Idoso só foi aprovado no Congresso Nacional quando esse tema foi ao ar na novela das oito. Aqui estiveram diversos artistas globais dialogando com os Senadores para que o projeto fosse aprovado. Estamos vendo agora, em uma outra novela, a situação de dois cegos, uma menina e um menino. Sabemos o quanto os portadores de deficiência são discriminados neste País. A questão do homossexual, a questão racial, que tem sido levada a debate seguidamente e está também nesse programa.

Mas quero falar da atual novela das oito. Tenho uma filha, Senador Hélio Costa, que – posso dizer –, graças a Deus, felizmente, foi, pelas vias legais, morar nos Estados Unidos. Casou-se naquele país. Sou avô de uma netinha que mora nos Estados Unidos. Ela afirma que aquilo que é retratado na novela das oito, infelizmente, é exatamente o que acontece. São fatos reais. Então, a autora da novela das oito hoje, América, ouviu muita gente e está retratando o que efetivamente está acontecendo com aqueles que tentam entrar por vias transversas, vamos ao termo, nos Estados Unidos.

Então, por esse debate, por tudo isso, sendo a **Rede Globo** uma emissora fundada, organizada e difundida por Roberto Marinho, quero cumprimentar V. Ex^a pelo prêmio, que vem no momento adequado.

Encerrando as minhas palavras, parabenizo V. Ex^a e o Senador Antonio Carlos Magalhães. Vou torcer muito para que isso aconteça, até porque tenho um testemunho que talvez poucos tenham de que Roberto Marinho era comprometido com a luta contra o preconceito racial. Tenho esse documento guardado e só vou divulgá-lo no momento adequado. É um documento positivo do seu compromisso para que efetivamente os negros tivessem mais espaço neste País.

Então, receba o meu cumprimento pela iniciativa, e o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Esse projeto não só homenageará o jornalista Roberto Marinho como principalmente a classe dos jornalistas. Eles são o “quarto Poder”. Então, têm de trabalhar com mais afinco. É justo que sejam, portanto, homenageados pela nossa Casa.

Passo a palavra ao Relator para as considerações finais. Após S. Ex^a, faremos a votação simbólica.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, inicialmente, quero agradecer as palavras dos Senadores Paulo Paim, Gerson Camata, Marco Maciel, Roberto Saturnino, Geraldo e todos os demais Senadores.

Todos nós esperamos, Senador Paim, que essa novela das oito possa inverter o quadro dramático que verificamos, notadamente no meu Estado, Minas Gerais, e também nos Estados de Santa Catarina e de Rondônia, que são exportadores de mão-de-obra para os Estados Unidos e para outros países. É uma verdadeira diáspora. Estamos perdendo os nossos jovens, eles estão indo embora, estão deixando o Brasil e, especificamente, o meu Estado. Quando, no ano passado, realizamos aquela missão parlamentar que trouxe mil brasileiros que estavam presos nos Estados Unidos, verificamos que 70% desses jovens eram mineiros.

Portanto, quero manifestar a minha preocupação com o assunto e informar que esperamos apresentar hoje à tarde, na reunião do Congresso Nacional, um requerimento de constituição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Imigração Ilegal, que já foi encaminhado, inclusive, à Mesa do Congresso, entregue ao Presidente Renan Calheiros. Espero que V. Ex^a participe, faça parte, porque precisamos acabar com o crime do aliciamento de jovens, com o estupro desenfreado que ocorre na travessia. São raras as moças que, durante a travessia, não são estupradas. Nunca se falou disso aqui. Acompanhei de perto esse procedimento todo da prisão dos brasileiros nos Estados Unidos. Quase todas são estupradas. Uma delas, que eu tenho como testemunha, no livro que preparei, com as observações que fiz da viagem, tinha sido estuprada cinco vezes em 24h, durante a travessia. Então, a novela está servindo para conscientizar o jovem dessa situação.

Por isso, quando se fala em Roberto Marinho nos recordamos de toda essa formatação do que o Brasil fez para as novelas brasileiras, que mostram, evidentemente, o dia-a-dia, o cotidiano, os dramas, as situações de vidas, às vezes com alguns exageros aqui e ali, mas sempre servem para mostrar o que, na realidade, é a vida do brasileiro no dia-a-dia.

Certamente fico muito honrado de ter sido o Relator dessa proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães até porque convivi na intimidade com o Dr. Roberto Marinho, tive a honra de ser funcionário da sua empresa durante muitos anos e gosto até de lembrar que talvez eu tenha tantas histórias interessantes com o Roberto Marinho que muitos livros que já surgiram aí. Espero colocá-las no meu livro, que não é evidentemente sobre a Rede Globo ou sobre Roberto Marinho, mas é sobre a carreira do jornalista Hélio Costa. Tem uma delas que eu gostaria de pinçar de todas elas, porque se refere à figura do jornalista, da preocupação que o jornalista Roberto Marinho tinha com a profissão, com seus colegas de profissão.

Eu estava um dia em Nova Iorque, como chefe da sucursal da **Rede Globo** nos Estados Unidos, embarcando às Filipinas, logo depois do assassinato de um grande líder filipino, chamado Benigno Aquino, conforme era mais conhecido mundialmente. Tinha sido assassinado e estávamos embarcando uma equipe às Filipinas. De repente, eu com seis ou sete membros da equipe no corredor da **Rede Globo** em Nova Iorque, encontro o Dr. Roberto Marinho. Então ele diz assim: “Está viajando para aonde?” Eu disse: “Estou indo às Filipinas, o senhor está sabendo que foi assassinado o candidato a presidente, maior liderança do país, que é o Benigno Aquino, e vamos para lá fazer a cobertura

de tudo isso”. Ele perguntou: “Mas com tanta gente assim, porque é longe, né?” Eu lhe respondi: “É, são doze horas de viagem”. “Caro, né?” Eu disse que era caro sem dúvida alguma. Ele disse: “Mas você precisa de sete ou oito pessoas?” Eu falei: “Olha, tem um repórter, tem um produtor, tem um cinegrafista, tem assistente do cinegrafista, tem o assistente da produção; então, precisamos dessa gente toda”. E ele: “Mas todo mundo?” Eu falei: “É, bom, veja só, se eu não levar esse pessoal todo estou arriscado a fazer essa viagem toda, a gastar esse dinheirão e não conseguir fazer a notícia chegar direitinho no Rio de Janeiro”. Ele disse: “É, então você deve levar mesmo, porque se não chegar essa notícia você está demitido”. São coisas espirituosas que temos de muitos anos de convivência com ele, mas mostrando a preocupação jornalística. Quer dizer, quando se diz, olha eu preciso desse povo todo para fazer a notícia bem feita, então, ele concordava, dizia que estava certo.

Mulher do Benigno Aquino, evidentemente, foi presidente duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR)

– Não havendo mais quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

O parecer do Senador é favorável.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovem permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

Passo a Presidência ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Pergunto se o nosso Senador Saturnino, que havia pedido a inversão de pauta ainda se encontra. (Pausa.)

S. Ex^a já saiu. Passa-se ao próximo item.

Item 4:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2004

Autoria do Senador Maguito Vilela, Relatoria do Senador Mário Calixto. A matéria constou da pauta da reunião dos dias 1º e 15 de março de 2005. Peço ao Senador Gerson Camata que faça o papel de Relator **ad hoc**, porque o Senador Mário Calixto não se encontra mais entre os Senadores – ele era suplente, assumiu e já voltou – e duas reuniões já transcorreram. Temos que votar esse item.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Cumprindo determinação de V. Ex^a, substituo com muita satisfação o Relator Senador Mário Calixto.

Trata-se de um projeto de autoria do Senador Maguito Vilela, que cria o Dia Nacional de Alimentação,

a ser comemorado no dia 16 de outubro. Ele objetiva fazer com que os brasileiros secundem a mobilização do Poder Público e a conscientização da nação brasileira a respeito da importância do combate à fome e à desnutrição.

Penso que secundam os esforços do Presidente da República com o Programa Fome Zero, no sentido de que se debata, converse, promovam eventos escolares, eventos públicos sobre a importância da alimentação.

Ora, quando proclamamos a importância da alimentação, está-se dizendo mais ainda da importância do combate à fome. Ele cita aqui no seu relatório uma frase de Josué de Castro, que diz: “A fome é, conforme tantas vezes tenho afirmado, a expressão biológica de males sociológicos. Está intimamente ligada com as distorções econômicas, às quais dei, antes de ninguém, a designação de subdesenvolvimento”.

De modo que o relatório do Senador Mário Calixto é pela aprovação do projeto de autoria do Senador Maguito Vilela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Em discussão o projeto do Senador Maguito Vilela, com relator **ad hoc** Gerson Camata.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, um rápido comentário, se permitir.

Primeiro, cumprimentando a iniciativa do Senador Maguito e a relatoria ora apresentada, que tem como relator original o Senador Mário Calixto. Faço questão de falar do projeto por que muita gente pensa que o compromisso de combate à fome é de responsabilidade somente do Governo Federal, já que o Presidente Lula lidera, no âmbito nacional, a campanha contra a fome no mundo.

Aqui, o Senador Maguito, na verdade, está propondo uma semana de debate. Todos os dias seriam dias de debate da política de combate à fome. Mas é importante pela simbologia que as prefeituras, enfim, os Estados, que cada comunidade debata a importância de se engajar nessa caminhada de combate à fome.

Por isso, Sr. Presidente, entendo que o projeto é importante, merece a nossa aprovação, por que, sem sombra de dúvida, só iremos conseguir assegurar que, efetivamente, cada brasileiro tenha direito a três refeições, no mínimo, neste País, quando toda a sociedade assumir essa luta. Não é um dever somente do Estado. É preciso que a iniciativa privada, enfim, associação de bairros, sindicatos, a comunidade em si assumam essa caminhada que é a política de combate à fome.

Meus cumprimentos ao autor da matéria e aos dois relatores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Continua em discussão o projeto do Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Vamos proceder à votação nominal, por tratar-se de item terminativo.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se vale o voto também para as emendas que possivelmente sejam apresentadas. (Pausa.)

Não havendo nenhuma emenda, aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 297, que institui o Dia Nacional da Alimentação, tendo como Relator **ad hoc** o Senador Gerson Camata.

Item 6:

Não-terminativo. Requerimento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que, nos termos do art. 95, V, combinado com o art. 102, IV, do Regimento Interno, pede a convocação perante a Comissão de Educação desta Casa do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, Sr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, para prestar esclarecimentos sobre a ação fiscalizatória realizada no dia 09 de março de 2005, pelos agentes da Anatel, Alex Pires e José Maria, na sede da **TV Comunitária de Brasília**, localizada no Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 2, nº 430, Brasília. Para a mesma audiência deverão convidados os diretores da **TV Comunitária de Brasília**, Srs. Paulo Miranda e Carlos Alberto de Almeida, para relatarem os fatos ocorridos.

A ação apreendida pelos agentes, segundo eles, tinha como finalidade fazer uma ação preliminar e solicitar cópias dos programas da emissora comunitária para avaliar conteúdo da programação. Questionado pelos diretores sobre a legitimidade do ato, os agentes informaram que não tinham nenhuma documentação da Agência determinando a ação, bem como demonstraram total desconhecimento quanto aos critérios e à legislação pertinente ao funcionamento das tevês comunitárias.

Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a quer fazer alguma observação sobre seu pedido?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL

– AC) – Sr. Presidente, só desejo reiterar a proposição. Estou requerendo aqui a presença do Presidente da Anatel e dos diretores da **TV Comunitária**, para que eles dêem ciência a esta Casa, com mais detalhes, da ação policial realizada por agentes da Anatel e que o Presidente da Anatel responda por esse ato, que, do meu ponto de vista, beira as raias de um ato

criminoso. Que ele venha justificar uma ação dessa, que eu julgava já sepultada há muito tempo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– A Senadora Fátima Cleide está inscrita para discutir; posteriormente, V. Ex^a, Senador Paim.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Quero só manifestar a minha concordância com o requerimento do Senador Geraldo Mesquita e dizer que, realmente, neste período da nossa vida, no período histórico que este País vive, é inconcebível atitude dessa natureza por parte de quem quer que seja. Sugeriria apenas que transformássemos a convocação em um convite – acho que isso não deve causar nenhum problema ao Senador Geraldo Mesquita – e, de certa forma, colocássemos um limite para a realização dessa audiência, para que não fiquemos esperando tanto tempo também.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Senador Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na verdade, o Senador Geraldo Mesquita Júnior traz ao debate um tema que considero da maior importância. Confesso, Senador Geraldo Mesquita, que me preocupa muito a forma como as rádios comunitárias são autuadas, são fechadas. A Polícia Federal chega no local, ocupa as rádios comunitárias e retira todo o material. Nós recebemos aqui milhares de denúncia nesse sentido. E V. Ex^a traz ao debate o tema, pegando um caso específico que, entendo, vem em boa hora.

Vou aproveitar, na oportunidade, para fazer uma reflexão sobre como a Polícia Federal, seguindo orientação, naturalmente, está a fechar, eu diria, centenas e centenas de rádios comunitárias, que são hoje o principal veículo do movimento social organizado para difundir, debater e falar com a população principalmente nessas pequenas comunidades.

Por isso, quero cumprimentar aqui a iniciativa do Senador Geraldo Mesquita, que vem com um caso específico e que vai permitir que esclareçamos à população o que está acontecendo com a forma como está se fazendo o debate em relação à **Rádio comunitária** poder ou não operar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Obrigado, Senador Paim. Gostaria de fazer uma sugestão ao Senador Geraldo Mesquita. Passei por uma situação semelhante a essa quando Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, um problema que gerou repercussão nacional, e concordamos em fazer uma reunião administrativa com as pessoas mencionadas no requerimento

de V. Ex^a, assumindo o compromisso de fazermos uma discussão do problema em plenário no mesmo dia em que fazíamos a reunião administrativa. Por que estou sugerindo isso? Porque se trata de um caso específico. Pediria, ainda, que aceitasse uma emenda no sentido de que V. Ex^a não só se referisse ao incidente do dia 9 de março de 2005, que é especificamente o que V. Ex^a quer apurar em reunião, mas também a todo e qualquer incidente semelhante, porque, conforme está dizendo o Senador Paulo Paim, esse não é um caso único, não aconteceu apenas aqui no Distrito Federal; há inúmeros casos espalhados pelo Brasil inteiro. E acontecimentos dessa natureza vêm preocupando os legisladores.

Esta é a primeira sugestão: que V. Ex^a altere o seu requerimento no sentido de ampliar a discussão, não tratando apenas desse caso, mas de todo e qualquer assunto relacionado com essa mesma situação. E, a segunda, que, em vez da realização de uma audiência pública sobre o caso, se faça uma reunião com a presença de todas essas autoridades, a fim de discutirmos o tema. Não sei se V. Ex^a concorda, mas, no passado, sempre obtivemos resultados mais produtivos e mais rápidos com esse procedimento, em vez de, simplesmente, ficarmos duas ou três horas tratando especificamente dessa questão em uma reunião.

São essas as sugestões que faço a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agradeço as sugestões, Senador Hélio Costa, e concordo com a alteração do teor do requerimento, em face, inclusive, das ponderações feitas aqui pelo Senador Paulo Paim. Na verdade, quando eu, de outra feita, anunciei que iria protocolar o requerimento, referi-me, Senador Paulo Paim, exatamente a esta situação: as pequenas rádios comunitárias, por vezes, são invadidas de forma truculenta mesmo neste País. Alguns saem até algemados, os equipamentos são lacrados. Ora, como V. Ex^a mencionou, são rádios que prestam pequenos serviços. É um movimento comunitário inclusive. Não podemos permitir que isso continue acontecendo no nosso País.

A presença do Presidente da Anatel – cuja menção omiti de forma não-proposita – tem por objetivo discutir essa situação de uma maneira geral a partir de um fato concreto.

Apenas me permito, Senador Hélio Costa, com todo o respeito, não acolher a outra sugestão de V. Ex^a, porque penso que o caso é muito grave e requer, de fato, a realização de uma audiência pública para que possamos tirar a limpo toda essa questão, toda essa história, e refletirmos com a Anatel sobre comportamentos distintos a esses, que possam fazer com que aquela empresa cumpra a sua finalidade nos parâ-

metros legais, sem truculência, sem violência com as pequenas rádios comunitárias e agora também com as TVs comunitárias.

Acolho a sugestão de V. Ex^a de tornar mais amplo o requerimento, mas, respeitosamente, deixo de acolher a outra sugestão, para que se faça uma reunião mais fechada, administrativa. Continuo propondo que se faça uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– Muito bem.

Vamos colocar, então, em votação o requerimento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, com o aditamento por mim apresentado.

V. Ex^a quer discutir ainda o projeto, Senador?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– Em princípio, V. Ex^a concorda com a proposta de não ser convocação e sim convite? Aliás, não cabe convocar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Olha, desde que ele compareça, Sr. Presidente, para mim é indiferente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– Na verdade, não cabe convocar, Senador, porque a convocação é feita apenas para membros do Executivo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Creio que houve um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– Perfeitamente. Então fica “convidado”, o termo a ser acrescentado – evidentemente com o aditamento feito por nós.

Em votação o requerimento do Senador Geraldo Mesquita.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao **Item 7**:

Requerimento não-terminativo. “Requeremos a V. Ex^a que, de acordo com o art. 90, inciso V, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, e ouvido o Plenário da Comissão, seja convidado o Exm^o Ministro de Estado da Educação, Sr. Tarso Genro, para debater modelo de financiamentos da educação.”

Esse requerimento foi apresentado pelo Senador Sérgio Cabral e subscrito pelos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon. Os dois encontram-se presentes, são os Senadores que deram o apoio ao requerimento do Senador Sérgio Cabral.

Na realidade, eu somente poderia colocar em discussão com o apoio de um dos Srs. Sena-

dores. Portanto, pergunto ao Senador Paulo Paim ou ao Senador Pedro Simon se S. Ex^{as} querem falar sobre a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon, juntamente com o Senador Sérgio Cabral, havia assinado esse requerimento, que teve também o meu apoio. E por que o meu apoio? No meu entendimento, o Ministro Tarso Genro, do meu Estado, Rio Grande do Sul, tem feito um belíssimo trabalho na Pasta da Educação. E toda a vez em que S. Ex^a é convidado a participar de debates sobre o tema, na minha avaliação, o tem feito com muita qualidade. Como esse tema liga todos nós – eu, particularmente, estarei amanhã com ele num debate específico sobre matéria semelhante –, não vejo problema nenhum de o Ministro vir dialogar conosco sobre o financiamento da educação, que, para mim, é um tema muito importante, até porque, Senador Hélio Costa, ontem, em plenário, fez um pronunciamento sobre as escolas profissionalizantes. Acho que o Ministro Tarso Genro tem muito a contribuir sobre esse tema do financiamento da educação. Entendo que esta juventude que aí está – a juventude brasileira – tem que ter opções de trabalho profissional ao mesmo tempo em que tem a sua formação. Eu dizia ontem – e repito hoje – que tenho muito orgulho em dizer que sou filho de uma escola profissional e que cheguei ao Senado da República. Orgulho-me também em dizer que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve, também, a sua principal formação numa escola profissional. Penso que é uma homenagem ao Ministro Tarso Genro que ele venha falar deste tema aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza de poder falar. Eu, realmente, tinha procurado o Senador Sérgio Cabral e o Senador Paulo Paim para fazer a exposição da importância da vinda do Ministro Tarso Genro, quando fiquei sabendo – parece-me – que ele vem amanhã à reunião. Talvez fosse possível sugerir que, já amanhã, ele pudesse falar sobre este tema.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Ouvindo o Plenário, certamente, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O ilustre Senador propõe abrir um debate em torno do aproveitamento de parte da dívida externa para as teses da educação. Acho que o significado disso é de uma importância enorme.

A Argentina terminou de fazer a sua dívida com a Espanha – uma parte dela está sendo utilizada. A Espanha perdoou a dívida e ela está sendo aplicada em educação na Argentina.

Acho que essa idéia do Ministro Tarso Genro é muito feliz. É algo realmente muito importante.

Venho debatendo isso há algum tempo, e não apenas sobre educação. Esse é um debate que o mundo está fazendo, e o Papa já falou. O Lula já falou, se não me engano, no ano passado, na abertura da ONU, sobre a importância de as dívidas externas dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos serem aplicadas em obras sociais, em infra-estrutura, em questão de combate à fome ou coisa semelhante. Acho que o Sr. Tarso Genro saiu na frente como Ministro. Por isso, nós devemos apoiá-lo e respeitá-lo. Acho que ele está certo e está num caminho sobre o qual outras teses também poderão ser aprovadas, que são, repito, a questão de dialogar e aplicar, nos países credores, em infra-estrutura e no combate à fome. Na verdade, na verdade, o Brasil é o campeão mundial no pagamento de dívidas externas. Acho que não há nenhum outro país. E o Banco Mundial, nunca, ao longo do tempo, ganhou de algum país os lucros e os juros que ganhou da dívida brasileira.

Então, numa hora como esta, quando se reconhece a importância e se discutem teses, por meio das quais, dá-se um prazo de 20 anos para terminar com a fome no mundo, ou pelo menos 50% da fome no mundo; seria importante que essa colaboração fosse dada com esse destino objetivo. Quer dizer, seria uma conta marcada. Um percentual da dívida seria perdoado e, com a fiscalização externa, isso seria aplicado em educação, ou no combate à fome.

Por isso, não apenas felicito o Ministro Tarso como acho importante que, quando vier amanhã, se possível, fosse questionado sobre essa matéria. E espero que o seu exemplo sirva para que o Ministro da Fazenda e outros Ministros sigam o mesmo caminho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senador Pedro Simon, nós vamos, certamente, comunicar ao Ministro Tarso Genro, que está incluído na pauta da audiência pública de amanhã – quando S. Ex^a virá prestar esclarecimentos a respeito da decisão do Ministério da Educação em adotar o rito sumário para o registro dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba e sobre o reconhecimento de diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil –, que vamos incluir também o requerimento que V. Ex^a subscreve, para que S. Ex^a possa responder sobre esse assunto.

Apenas faço votos, Sr. Pedro Simon, de que nós possamos usar um velho ditado mineiro, que diz que o que é bom para Pedro é bom para João. Na medida em que nós aprovarmos – e vamos tentar fazer com que o nosso Ministro aprove, sim – a utilização de re-

curso da dívida externa, convencendo outros países a deixarem que, em vez de nós pagarmos juros de dívida externa, nós apliquemos na educação, no combate à fome etc., que façamos o mesmo aqui com a dívida dos Estados. O nosso Estado, Minas Gerais, por exemplo, paga R\$160 milhões por mês ao Governo Federal e aí fica faltando na educação, fica faltando na saúde, o povo passa fome.

Se V. Ex^a concorda, nós vamos falar sobre isso também.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Faço minhas as palavras de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Senador Crivella.

Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando V. Ex^a fala sobre essa necessidade de financiarmos a educação e a infra-estrutura do nosso País, eu me sinto no dever de falar também sobre os precatórios.

O Governo brasileiro paga 20 bilhões de precatórios todos os anos e não precisava pagar. Se nós pudéssemos transformar esses precatórios para que pagassem, por exemplo, a dívida do INSS, olha que espetáculo! O Governo tem uma dívida monstruosa; o INSS tem credores que já devem há muito tempo à Previdência e não pagam. É uma dívida podre. Citemos os clubes de futebol: apenas 12 não devem. Uma dívida bilionária! E está lá. Passa Governo, muda partido e ninguém paga a dívida com o INSS. É impagável. Por que não permitir que os precatórios sejam usados para saldar essa dívida? Com certeza, as pessoas que tenham precatórios de 10 milhões, 5 milhões, 3 milhões, no mercado, na rua, vão vender por um preço menor e o comprador, com aquele deságio, com aquele desconto, vai dar um pagamento à dívida com o Governo. Isso aliviaria os cofres públicos; utilizaríamos esse dinheiro que se gasta pagando precatório na saúde, na educação. O Estado do Rio de Janeiro é um exemplo disso. A saúde está com uma intervenção que chegou ao caos. E na educação é o mesmo problema. Em Belo Horizonte também. Nossas capitais estão cercadas por comunidades carentes e falta um grande programa de habitação no País. Está lá a dívida; o Governo não recebe; os precatórios que não se pagam. Essa seria uma solução clara, fácil, simples para podermos investir na educação, que é um sonho de todos nós nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Crivella.

Coloco em votação, portanto, o requerimento do Senador Sérgio Cabral, subscrito pelo Senador Pedro Simon e pelo Senador Paulo Paim.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 8:

Último item, depois há apenas dois requerimentos.

Requerimento de autoria do Presidente desta Comissão, nos termos regimentais, para que sejam incluídos na lista de convidados relacionados no Requerimento de 02/05, da Comissão de Educação, de minha autoria, aprovado em 1/03/2005, representante do Ministério da Fazenda, da Academia Brasileira de Educação – ABC e da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – Abruc, para participar, nesta Comissão, de audiência pública, que irá continuar discutindo a reforma universitária ou do ensino superior.

Submeto esse requerimento à discussão dos Srs. Senadores. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Submeto à sua aprovação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O último requerimento é de autoria da Senadora Ideli Salvatti, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, 93, 94 do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação do Senado, a fim de determinar a oportunidade do Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que modifica o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação, com os convidados abaixo-relacionados.

Requerimento com esse objetivo, de autoria do Senador Efraim Morais, já foi aprovado por esta Comissão, em 30 de novembro de 2004. Trata-se, portanto, de reapresentação daquele requerimento, uma vez que o mencionado Parlamentar não integra, atualmente, esta Comissão.

Especificamente são convidados: a Diretora do CNDE, Professora Jussara Maria Dutra Vieira; o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; o Primeiro Coordenador do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional, Sinasefe; um representante do Conselho Nacional da

Educação; um representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a quer fazer algum pronunciamento?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, Sr. Presidente. O requerimento é explícito; é para subsidiar todo o debate importante desse projeto da Senadora Fátima Cleide, que tem como objetivo central especificar todos os profissionais envolvidos no projeto pedagógico nas unidades escolares. E, principalmente, para poder garantir o reconhecimento a todas as profissões que estão diretamente envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC.) – Sr. Presidente, quero saber se é possível incluir ainda extrapauta a questão da permissão para uma rádio, que está pronta para ser apreciada. É o Projeto nº 37, **Rádio Cidade**, São José do Cedro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – V. Ex^a providenciou para que fosse enviado à Mesa?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ele já foi devolvido para a Comissão, no dia 18 de março.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Enquanto esperamos, solicito que V. Ex^a nos explique que rádio importante é essa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Trata-se da **Rádio Cidade** do Município de São José do Cedro, do meu querido Estado de Santa Catarina e, portanto, para mim, é muito importante. Trata-se de concessão.

O nosso parecer é pela aprovação do decreto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Vamos aguardar, portanto, que seja providenciada a documentação relativa ao projeto solicitado por V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, para que possamos aprová-lo. Último item da pauta, portanto.

A Secretária confirma?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos, gostaria apenas de garantir, mediante a aprovação da vinda do Ministro Tarso Genro amanhã e aprovação do requerimento assinado por mim, pelo Senador Sérgio Cabral e pelo Senador Pedro Simon, de que foi assegurado esse debate também do financiamento na área da educação.

Gostaria, se V. Ex^a permitisse e dentro do possível, que, como, em minha fala, enfatizei muito as escolas técnicas, amanhã, eu possa fazer também uma pequena consideração ao Ministro sobre esse tema, dentro do financiamento da educação, para sabermos como ficam as escolas técnicas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Perfeitamente, Senador. Estamos anotando a solicitação de V. Ex^a. Muito embora haja uma pauta a ser tratada, é evidente que o Ministro não se recusará a falar sobre qualquer outro assunto que seja colocado.

Coloco em votação o aditamento ao requerimento de V. Ex^a.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o aditamento sugerido por V. Ex^a.

Inclusão, extrapauta, do PDS nº 0037, de 2005, que aprova o ato que outorga permissão à **Rádio Cidade Ltda.** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina. A relatora é a Senadora Ideli Salvatti, a quem concedo a palavra para emitir parecer.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, nosso parecer é pela aprovação da concessão à Rádio Cidade de São José do Cedro, estando tudo dentro dos conformes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Pergunto ao Plenário se mantém o voto dado a todos os outros decretos analisados e aprovados hoje pela Comissão, inclusive sua ementa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica, portanto, convocada reunião da Comissão de Educação para amanhã a fim de ouvirmos o Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, prestar esclarecimentos a respeito da decisão do Ministério da Educação em adotar rito sumário para o registro dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba e sobre o reconhecimento de diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil, e também o aditamento proposto pelo Senador Sérgio Cabral, com a participação dos Senadores Paulo Paim

e Pedro Simon para debater modelos de financiamento da Educação.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h18min.)

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de Março de 2005.

Audiência Pública

Às onze horas e dezessete minutos do dia trinta de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Edison Lobão, João Ribeiro, José Agripino, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Paulo Paim e Delcídio Amaral, reúne-se a Comissão de Educação. Comparecem à reunião os Senhores Senadores Pedro Simon (PMDB/RS), Eduardo Suplicy (PT/SP) e Arthur Virgílio (PSDB/AM) não membros da Comissão e os Senhores Deputados Gilmar Machado (PT/MG) e Rogério Teófilo (PPS/AL). Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Maguito Vilela, Gerson Camata, José Maranhão, Wirlande da Luz e Cristovam Buarque. Justificam a ausência os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, José Jorge e Roseana Sarney. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 004-CE, de 2005, de autoria do Senhor Senador José Agripino (com o Aditamento nº 001 de autoria dos Senhores Senadores João Ribeiro e Hélio Costa), que tem como objetivo prestar esclarecimentos a respeito da decisão do Ministério da Educação em adotar Rito Sumário para o registro dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba e sobre o reconhecimento de diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores José Agripino, autor do Requerimento, João Ribeiro e Hélio Costa, autores do Aditamento ao Requerimento, Sérgio Zambiasi,

Augusto Botelho, Arthur Virgílio, Paulo Paim, Fátima Cleide, Valdir Raupp, Ideli Salvatti, e os Senhores Senadores, não membros da Comissão, Pedro Simon e Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente Senador Hélio Costa, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Bom dia, Sr^{as} e Srs. presentes. Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada nesta data, 25 de março de 2005, quarta-feira, em audiência pública, para ouvir o Exm^o Sr. Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, que prestará esclarecimentos a respeito da decisão do seu Ministério em adotar rito sumário para o registro dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba e sobre o reconhecimento dos diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil.

Inicialmente, solicito ao Senador José Agripino, autor do requerimento desta audiência pública, que se dirija até a Secretaria da Comissão para conduzir a esta mesa o Sr. Ministro Tarso Genro.

Agradeço a presença de todos os senhores.

O Sr. Ministro se propõe a responder o requerimento do Senador José Agripino e acaba de comunicar a esta Presidência que se dispõe a voltar a esta Comissão para responder a outros assuntos discutidos em pauta.

Conforme dissemos anteriormente, o Sr. Ministro Tarso Genro prestará esclarecimentos a respeito da decisão do Ministério da Educação em adotar o rito sumário para o registro dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba e sobre o reconhecimento dos diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil.

A autoria do requerimento é do Senador José Agripino, em aditamento ao requerimento dos Senadores João Ribeiro e Hélio Costa.

Antecipo que o Ministro terá 30 minutos para a sua exposição. Terminada a exposição do Ministro Tarso Genro, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores inscritos dentro do assunto tratado, dispondo o interpellante de 5 minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpellado, após o que poderá

este ser contraditado pelo prazo máximo de 2 minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para tréplica.

Portanto, essa é a leitura que faço da emenda do Regimento Interno, que prevê – assim como a Constituição Federal – a presença de ministros de Estado nesta Casa.

Passo, inicialmente, a palavra ao Sr. Ministro Tarso Genro para que S. Ex^a faça a sua exposição inicial e, posteriormente, começo a receber as inscrições dos Srs. Senadores para as perguntas que serão feitas ao Exm^o Sr. Ministro.

Com a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Obrigado, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, registro que é uma grande honra participar da reunião desta Comissão e prestar os esclarecimentos que esta Casa requer, e, evidentemente, o faz dentro de sua missão constitucional.

Embora o requerimento tenha sido somente para esclarecer sobre a questão dos diplomas, também estou aberto a responder a qualquer tipo de pergunta sobre outros temas estruturais do Ministério da Educação. Sei, inclusive, que já há um novo pedido de comparecimento em relação à questão do Fundeb e sobre a questão da reforma do ensino superior. Mas a centralidade da preocupação de V. Ex^{as} é a questão dos diplomas e, particularmente, dos diplomas de Cuba.

Desde janeiro de 1999, o Brasil não dá tratamento especial a reconhecimento de diploma de nível superior obtidos fora do País. E isso é válido para qualquer área do conhecimento. Também não há nenhuma orientação política nesse sentido.

Portanto, quero deixar absolutamente claro para este Colegiado que não há e nem haverá reconhecimento automático de qualquer diploma pelo Brasil de qualquer país. Se isso fosse feito, estaríamos cometendo um arbítrio, portanto, violando a legislação vigente. O que há – não somente com relação a Cuba, mas a diversos países, como os do Mercosul – é a necessidade de complementação de estudos para alunos graduados em Cuba, por exemplo, ou mecanismos de consenso entre os dois países que não viole a legislação para o reconhecimento recíproco de diplomas.

Então, em relação à primeira questão e à primeira preocupação colocada por esta nobre Comissão é a de que não há possibilidade legal nem uma determinação política do Governo de fazer reconhecimento automático de qualquer diploma do exterior. De uma parte porque se chocaria com as funções do Poder Executivo, portanto, o Ministério da Educação, de outra parte porque colidiria com a autonomia da universidade,

porque compete à universidade fazer a validação de qualquer tipo de diploma.

Qual é o procedimento atual e válido para todos os países? A revalidação de diplomas, conforme o art. 48, § 2º da LDB é feita pelas universidades, que a fazem de maneira diversificada em função da autonomia das universidades, que está refletida no art. 207 da Constituição de 1988.

Quais são os critérios do tratamento dado aos diplomas no exterior? Esse tratamento poderia ser sintetizado em três grandes pontos: o recebimento de pedidos de revalidação pela universidade; o exame das ementas das disciplinas – portanto, da síntese do que é ensinado no respectivo país que está solicitando a revalidação; verificação da equivalência de disciplinas – e, nessa verificação de equivalência, a verificação do cumprimento dos requisitos mínimos legais determinados pela legislação brasileira em relação aos currículos do nosso ensino superior.

Segundo mecanismo: a aplicação de exames ou de testes – segundo a autonomia da universidade – para testar o conhecimento na área ou para obrigar os alunos, a partir daí, a praticar ou a receber informação teórica, de acordo com o currículo brasileiro, relativamente às disciplinas faltantes.

Após isso, a universidade efetiva a revalidação, ou não, segundo sua autonomia. Portanto, há efetivamente um processo de negociação do Brasil com diversos países, dentre eles Cuba, para verificar a colisão ou a pertinência das legislações respectivas para, a partir daí, estabelecer-se um relacionamento, que não interferirá na autonomia das universidades para fazer essa revalidação. Isso não é só com relação a Cuba, mas com relação a qualquer país que estabelece esse tipo de relacionamento conosco.

Atualmente, não como exceção, mas como experimentação, existe um mecanismo que está testando um credenciamento no setor educacional aqui no Mercosul. Direi rapidamente como se encontra esse processo hoje, como operam seus mecanismos de funcionamento.

Esse processo visa estimular a melhoria da qualidade da formação, da graduação nos países do Mercosul. Envolve alguns países do Mercosul e os que ainda não estabeleceram uma relação de integração com o Mercosul, mas são países aliados do Mercosul, que, em última análise, estabelecem vínculos com o Mercosul sem ainda integrar o seu tratado. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai que estão, neste momento, promovendo o conhecimento mútuo a partir da mobilidade estudantil e docente que existe entre esses países, estão fazendo estudos para ve-

rificar qual a colisão ou qual a convivência que existe entre as estruturas curriculares.

Senador Zambiasi, a minha saudação.

O SR. TARSO GENRO – A proposta deste mecanismo é outorgar validade pública no Mercosul aos títulos universitários obtidos nesse país para que os cursos correspondentes cumpram os requisitos de qualidade, previamente estabelecidos no âmbito regional, ou seja, é necessário focar quais são os requisitos mínimos de qualidade e esses requisitos mínimos de qualidade têm que ser abrigados pela autonomia da universidade. Portanto, considerada essa autonomia, se estabelece os padrões mínimos de qualidade para esse reconhecimento. É necessário dizer, é óbvio, que esses padrões de níveis de qualidade foram estabelecidos não pelo MEC, mas por comissões especialistas de ambos os países indicados ou integrantes dos respectivos Ministérios da Educação.

Este mecanismo começa a ser aplicado de maneira experimental em cinco cursos indicados pelos países para avaliação e tomada a decisão final. Portanto, para verificar se os mecanismos vão realmente operar numa reunião final de Ministros de Educação que depois oferecerão o diagnóstico para uma relação interestatal, ou seja, a partir da Presidência da República que deverá cancelar a proposta que advirá desta reunião de Ministros. Esses mecanismos foram aplicados nos cursos de agronomia dos respectivos países no segundo semestre de 2004. Pelo Brasil, são três universidades: a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade de Brasília e a Universidade Estadual de Londrina. No segundo semestre, estão começando, portanto, as relações nessas três universidades. Nos cursos de engenharia, no segundo semestre de 2005, em engenharia mecânica, química, civil, elétrica e engenharia industrial de produção. Nos cursos de medicina passarão a ser aplicadas a verificação desses critérios de qualidade no primeiro semestre de 2006. Portanto, são mecanismos experimentais de credenciamento que depois outorgarão ou não às universidades a possibilidade de revalidação sem violar a autonomia e, portanto, preservando no nosso país e nos demais, a autonomia das universidades. Finalmente, uma síntese das informações que caracterizam esses mecanismos experimentais. Primeiro, eles têm que estar abrigado no respeito a legislação de cada país. Eu estou colocando esses mecanismos experimentais porque eles são válidos para quaisquer países. O cuidado que está contido nesses mecanismos gerais. O respeito à autonomia das instituições universitárias. O mecanismo de credenciamento será aplicado em caráter experimental e gradual às carreiras que requeiram um título universitário equivalente legal como condição

para exercício da profissão. Essa verificação de credenciamento será feita por especialistas, reitero. E depois que este processo estiver completo, outros países que são da América do Sul ou países que integram o Mercosul poderão pedir ingresso, portanto, e co-participação nessas relações que daí já serão relações entre Estados e não somente relações entre os Ministérios. Finalmente, o acordo deverá versar bem sobre se o reconhecimento dos títulos acadêmicos deverá ou não conferir, por si mesmos, o exercício da profissão, porque a regulação do exercício das profissões é diferente em cada país. Por exemplo, no Brasil, as instituições corporativas das categorias profissionais determinam a possibilidade de exercício da profissão, o que é regulado por lei. Portanto, qualquer acordo deverá respeitar essa especificidade.

Sr. Presidente, são essas as informações que tenho a prestar a respeito da questão dos diplomas, especificamente os diplomas de Medicina de Cuba.

A síntese do questionamento feito por esta Comissão é se haverá reconhecimento automático pelo Brasil de diplomas de nível superior originários de Cuba, particularmente na área de Medicina. A resposta é não. Não haverá esse reconhecimento, porque ele seria ilegal por parte do Governo e, obviamente, uma violação da autonomia universitária. Há um processo negocial no Mercosul com Cuba e com diversos outros países para a verificação de mecanismos comuns, legais, dos respectivos países de revalidação dos diplomas, condicionado o exercício profissional à legislação pertinente a cada país.

Essa é a síntese, portanto, da informação que presto a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sr. Ministro, se V. Ex^a me permitir, ressalto que o requerimento do Senador José Agripino se refere também aos diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil. Peço a V. Ex^a que apresente os detalhes sobre o reconhecimento do trabalho, pelo menos, dos médicos cubanos que estão trabalhando no País, notadamente no Estado de Tocantins.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Creio que há um equívoco. Não faço qualquer tipo de questionamento com relação à prática exercida por médicos cubanos, em hipótese alguma.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Perfeitamente, Senador José Agripino. V. Ex^a tem razão.

O SR. TARSO GENRO – Mas posso dar essa informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito embora estejam apresentados na folha de

rosto da apresentação da audiência pública para ouvir o Ministro os dois assuntos, o requerimento relacionado especificamente aos médicos cubanos é de autoria do Senador João Ribeiro, o qual subscrevi, na ausência de S. Ex^a, para poder aprová-lo durante a reunião passada.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. TARSO GENRO – Posso informá-los sobre esse assunto. Não há problema algum.

Esses mecanismos que estão sendo estudados são de aplicação recíproca e dirigem-se, obviamente, às universidades dos respectivos países. Portanto, a resposta está contida na primeira informação.

O exercício da prática da Medicina por pessoas não diplomadas no Brasil é um problema que não diz respeito à fiscalização no Ministério da Educação e, sim, no Ministério do Trabalho, porque se trata de uma questão relacionada ao exercício profissional. Assim, os respectivos Conselhos, ou seja, de Engenharia, de Medicina, de Agronomia ou de qualquer outra profissão irão fazer a glosagem do exercício profissional. O MEC não tem poderes para isso. Se alguém estiver exercendo ilegalmente a profissão no Brasil que exige diploma de ensino superior e reconhecimento da estrutura corporativa da categoria, isso foge ao controle do Ministério da Educação. O limite do MEC vai até a revalidação do diploma. Inclusive, depois dessa revalidação, o Ministério conferirá a estrutura corporativa da categoria profissional para resolver se abriga ou não a permissão para o exercício profissional.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Feito esse esclarecimento e ouvido o Ministro Tarso Genro, passarei a palavra ao primeiro orador inscrito, que, evidentemente, é o Senador José Agripino, como autor do requerimento. Imediatamente após, concederei a palavra ao Senador João Ribeiro, que também subscreve o requerimento com esse assunto, em particular, sobre os médicos cubanos, e, posteriormente, ao Senador Sérgio Zambiasi.

Senador José Agripino, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro Tarso Genro, fico muito feliz ao ouvir o depoimento de V. Ex^a, porque, se ele tivesse sido dado há mais tempo, eu nem autor do requerimento mencionado teria sido, e por uma razão muito simples.

Tenho em mão um editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 14 de fevereiro: “A Medicina do PT”, que fala claramente sobre a validação automática de diplomas de jovens brasileiros formados em Cuba, que teriam seu diploma validado automaticamente, ferindo a Lei de Diretrizes e Bases. Esse editorial nunca foi

objeto de resposta e é rico em informações, afirmando inclusive:

“Em 2003, os Governos do Brasil e de Cuba assinaram um protocolo de intenções cujo objetivo era a eliminação das restrições ao exercício da profissão por médicos formados na ilha.”

Diz, ainda, o editorial:

“Criou-se, então, no Ministério da Educação, uma comissão formada por representantes da Associação Brasileira das Escolas de Medicina, Associação Brasileira de Medicina, Conselho Federal de Medicina e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino para analisar o processo de validação dos diplomas.

Em outubro do ano passado, essa Comissão rejeitou um anteprojeto de decreto elaborado pela Casa Civil, prevendo a realização de uma prova única de validação para os formados em escolas estrangeiras de medicina, com a exceção dos brasileiros graduados em Cuba, que teriam validação automática.”

Evidentemente, a informação acima ensina-me a fazer esse requerimento, porque nunca houve, hora nenhuma, qualquer negativa ao que está escrito no editorial de um jornal que merece o respeito do Brasil, porque tem credibilidade reconhecida. A história, entretanto, está passada a limpo. V. Ex^a é a autoridade maior e veio aqui para dizer “não”, que “os termos do editorial não procedem”.

Peço apenas um instante, Sr. Presidente, para fazer um breve histórico. No meu requerimento, não houve nenhuma intenção ou prevenção contra médicos brasileiros formados em Cuba e direi a V. Ex^a por quê.

Em 1982, fui colega de Nelsinho Marchezan, que há algum tempo não via. Fomos vizinhos no Rio de Janeiro, onde me formei em engenharia. Naquele ano, fui eleito Governador pela primeira vez com 36 anos – era pouco mais do que um menino. Desafiado, fui o primeiro Governador eleito depois da revolução. Procurei montar uma equipe de bom nível, conforme os quadros disponíveis em meu pequeno Estado do Rio Grande do Norte. Escolhi, então, como Secretário de Saúde, o Sr. Leônidas Ferreira de Paula, um homem da melhor qualidade, de passado considerado de esquerda.

Num dado momento do meu Governo, logo no começo, o Sr. Leônidas pediu para ir a Cuba e passar 30 dias a fim de verificar o sistema de medicina daquele País. Eu disse-lhe que fosse rapidamente. Ele dirigiu-se a Cuba e foi prestigiadíssimo por aquele Governo, trazendo daquele País a idéia do médico da família, implantada no Rio Grande do Norte em 1983.

Sou muito mau propagandista do que faço. Em 1983, o Estado do Rio Grande do Norte, pelas mãos do médico Leônidas Ferreira, meu Secretário de Saúde, homem de esquerda, perseguido pela revolução, instalou naquele Estado o programa “Médico da Família”, que foi um sucesso. Consegui reduzir, no Bairro Brasília Formosa, em Natal, a mortalidade infantil quase a zero. Fiz esgoto condominial e implantei o médico da família, que andava de bicicleta. Construí o posto de saúde e fazia-se a visita domiciliar. A mortalidade foi a quase zero num bairro paupérrimo, uma favela perigosa, onde conseguimos, por meio da humanização urbanística e da prestação do serviço público, trazer aquela sociedade para a formalidade e reduzir os índices de mortalidade a próximo do zero.

Veja V. Ex^a que, passados pouco mais de 20 anos, o filho do Sr. Leônidas estuda hoje medicina em Cuba. Chama-se Alberto e é meu amigo pessoal. Ele vai formar-se agora e procurará a validação de seu diploma neste momento. Eu tinha todas as razões de coração para não fazer o requerimento para que V. Ex^a comparecesse a esta Casa. Mas não fui eleito para defender razões de coração. Como V. Ex^a expôs, todos temos a obrigação de defender o interesse coletivo e voltar-se contra os privilégios.

Preocupava-me a afronta à Lei de Diretrizes e Bases, que manda claramente que os médicos formados, seja onde forem, para validar o diploma, façam um confronto curricular. Analisa-se se o currículo de quem vem de fora para este País está de acordo com o da universidade brasileira. Faz-se, então, uma prova escrita e uma oral e aprova-se. Carimbado o diploma, o MEC delega à universidade a realização desses diplomas. Na hora em que houver essa validação automática, estar-se-á relegando a segundo plano o papel da universidade. Na sua autonomia, ela estaria sendo menosprezada. Graça a Deus, não o está! O editorial está errado pela palavra de V. Ex^a.

Outro fato a que me referiria e sobre o qual V. Ex^a já se antecipou é sobre a Comissão Consultiva de Especialistas do Mercosul, que já vem de algum tempo. Em 2006, a Prof^a Regina Stela, que coordena os trabalhos de Medicina, vai já, creio que experimentalmente, pôr em prática os pressupostos da avaliação da Escola de Medicina na Argentina, no Paraguai, no Uruguai, no Brasil, tentando aprimorar o nível de todos. A Argentina se encarrega da Engenharia. A partir de 2005, já se vai fazer a compatibilização de currículos, de qualidade de ensino e de validação de diplomas com seus pré-requisitos. E o Chile, que ficou encarregado da Agronomia, fez, experimentalmente, em 2004, esse trabalho. Como é que nós, que estamos tentando melhorar, por esta Comissão de Educação,

o nível universitário, nós, que queremos formar um bloco comercial e político- regional, como iríamos furar essa boa intenção, abrindo privilégio para Cuba? Não cabia na minha cabeça. Graça a Deus, V. Ex^a vem aqui, esclarece os fatos e diz que o editorial estava errado, que nada foi dito até agora. Mas agora, nesta Comissão do Senado, está dito que não, não se vai ferir a Lei de Diretrizes e Bases. Pelo contrário, o MEC quer, sim, melhorar o nível e não deseja dar ao médico supostamente generalista o privilégio de vir ao Brasil para ser otorrinolaringologista, para ser cardiologista, para ser especialista em alguma área, se não tiver a qualificação apropriada para fazê-lo, pondo em risco a vida de brasileiros.

Com essas palavras, agradeço a V. Ex^a, a quem peço desculpas pelo incômodo de ter vindo aqui. Mas creio que sua vinda...

O SR. TARSO GENRO – Ao contrário. É uma honra, Senador. É uma obrigação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – A sua vinda vai ensejar este debate democrático e o esclarecimento de fatos que se impõem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – V. Ex^a deseja fazer algum comentário com respeito à fala do Senador?

O SR. TARSO GENRO – Depois.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, também autor de requerimento, Senador João Ribeiro, que certamente vai expor os termos de seu requerimento.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PF – TO) – Sr. Ministro Tarso Genro, em primeiro lugar, ressalto que peguei carona no requerimento de convocação do Senador José Agripino e agradeço ao Senador Hélio Costa por ter subscrito o requerimento, exatamente no sentido de aproveitarmos a presença do ilustre Ministro que sei é um homem muito ocupado, pois tem muito a fazer por este País afora, e muito a fazer pelo Brasil na área de educação.

Já estive, pessoalmente, com V. Ex^a, cuidando de assuntos de interesse de faculdade no meu Estado e confesso que fui muito bem atendido.

O que me fez solicitar esse adendo ao requerimento no sentido de tratar da questão dos médicos cubanos? Primeiro, quero fazer um relato rápido sobre por que trato deste assunto. Quando o Tocantins foi implantado, Ministro, tivemos profunda dificuldade de levar médicos brasileiros para o nosso Estado, que não queriam, nem aceitavam ir para o interior. Só queriam ir para a capital ou para as três ou quatro maiores cidades do Estado. Então, lamentavelmente, o ex-Go-

vernador Siqueira Campos não teve outra alternativa naquela época a não ser buscar a experiência e o apoio dos médicos cubanos e – diga-se de passagem – foi uma experiência maravilhosa. Foi muito bom o trabalho que esses médicos cubanos fizeram no Tocantins. Na época, o Estado chegou a ter 253 médicos, e hoje conta com apenas 104. Na época, articulamos, por intermédio do Ministério e da Unb o reconhecimento e uma autorização para que esses médicos trabalhassem no Tocantins.

No Tocantins, a grande maioria das cidades são 0.6, cidades pequenas de 3, 4, 5, 10 mil habitantes e nenhum médico brasileiro queria ir para lá, tínhamos profunda dificuldade. E, foi através dos médicos cubanos, que levamos e implantamos o Programa de Saúde da Família, a primeira assistência, os primeiros socorros através do enfermeiro e da enfermeira padrão que foi um avanço muito grande que o Brasil experimentou nos últimos anos na medicina, sobretudo com relação às famílias pobres da periferia no interior do Brasil.

Na verdade, fico muito preocupado porque o Secretário de Saúde do Tocantins, Dr. Gismar, que não pôde estar aqui presente, mas enviou a Dr^a Cléia Morais de Oliveira que está aqui lhe representando que é Assessora de Assuntos Internacionais do Tocantins – veja que o Tocantins, Graças a Deus, está muito importante e tem até Assessor para Assuntos Internacionais – no sentido de fazer um apelo ao Ministério para estudar a questão, uma vez que há essa colocação.

O Senador José Agripino colocou até, mas os brasileiros que estudam em Cuba. Estou falando até dos médicos cubanos que vieram prestar serviços ao País, ao desenvolvimento, cuidar da saúde do nosso povo vez que os brasileiros não querem ir para lá.

Veja que, Senador Paulo Paim, foi um negócio fantástico. Foi e está sendo fantástica a experiência e o apoio dos médicos cubanos. Também como cuido de vários assuntos nesta Casa, Ministro, quero fazer um outro apelo com referência aos médicos cubanos para que se estude direito essa situação, porque o Tocantins, breve, ficará sem médico no interior e não sei como vamos resolver o problema da nossa população já que o Tocantins assiste o sul do Pará e o sul do Maranhão.

A medicina no Tocantins hoje é muito evoluída e estamos fazendo em Araguaína, cirurgia de coração, de cabeça, enfim, se faz quase tudo em Araguaína. Temos médico que veio do Instituto do Coração e está fazendo um trabalho fantástico e estamos montando um grande centro médico no Tocantins e os médicos cubanos contribuíram muito para isso. Então, essa é a minha primeira preocupação.

Segundo, meu ilustre Ministro, me vem uma outra preocupação. Temos, hoje, funcionando no Brasil, alguns cursos de optometria. A optometria funciona no mundo inteiro e, por sinal, é uma profissão muito antiga, do início dos tempos. A optometria não vem de hoje e, no Brasil, infelizmente, optometrista está sendo preso por aí... Hoje as coisas melhoraram um pouco, mas conheço em Brasília, por exemplo, um optometrista que é professor na Universidade da Colômbia, professor em várias universidades no mundo inteiro e, no Brasil, tem que trabalhar escondido.

Optometria é uma profissão reconhecida no mundo todo. Compreendo que existem os médicos oftalmologistas que têm todo o nosso apoio, mas entendo, Sr. Ministro, uma grande deficiência do Brasil na questão visual. Infelizmente, não trouxe os dados, mas depois pretendo apresentar e até mandar para V. Ex.^a que sei é um homem superpreparado e tem uma excelente assessoria, mas que fizesse um levantamento no sentido de verificar a importância do curso de optometria no Brasil.

Temos algumas faculdades funcionando. A Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, na Ubra, no Rio Grande do Sul que é uma excelente universidade que tem no nosso Tocantins, a Brás Cubas em Mogi das Cruzes, em São Paulo, Contestado em Canoinhas, em Santa Catarina e em Fortaleza, no Ceará. Mas me veio uma preocupação, Sr. Ministro, se esses cursos não tem reconhecimento.

Tenho dois irmãos que estão estudado em Fortaleza. E até estive aqui conversando com o assessor de V. Ex.^a, que é da área de ensino superior, o Professor Nelson Maculan, exatamente para que envidemos esforços para o reconhecimento desse curso de optometria.

E quero dizer mais, Sr. Presidente. Está tramitando um projeto de lei, de autoria do ilustre Senador gaúcho Paulo Paim – quero pedir a S. Ex.^a para subscrever o projeto –, que reconhece a profissão de optometrista, que, em 1930, foi reconhecida. Depois, não sei por que, com o passar dos tempos, ela passou para a clandestinidade, ou houve o não reconhecimento do curso.

É o apelo que faço a V. Ex.^a, é uma questão séria, é uma briga que pretendo comprar com esta Casa, com o Senador Paulo Paim, porque precisamos resolver o problema da optometria no Brasil. Há muitas crianças nas escolas que não aprendem porque têm dificuldade visual. E os oftalmologistas que temos no Brasil não dão conta de atender à demanda que o País tem. As faculdades não têm formado quantidade suficiente de oftalmologistas, que são para curar doenças dos olhos, no mundo inteiro. Só no Brasil eles medem a acuidade visual, que deve ser medida pelo optometrista.

Na Alemanha, o senhor entra numa clínica ou numa ótica e sai com óculos. Tem o optometrista na loja, ou na ótica, ele faz ali a medição da sua visão e você já sai com óculos dali, com correção visual. Aqui no Brasil, infelizmente, esse é um problema que temos de enfrentar e resolver.

Então, faço esta colocação e este apelo. Sei que V. Ex^a é um homem sensível e o cumprimento, mais uma vez. Eu, pessoalmente, fui muito bem atendido por V. Ex^a, pela sua assessoria, enfim, por aqueles que trabalham com V. Ex^a no Ministério. Não há nenhuma reclamação, só elogios a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Com a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Eu gostaria de, se V. Ex^a concordasse, depois das colocações, fazer uma intervenção geral sobre as questões, porque estou anotando aqui devidamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Perfeito. O Ministro prefere, então, falar ao final das colocações de todos os Srs. Senadores.

Vamos ao próximo inscrito, que é o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Bom dia, Presidente Hélio Costa, bom dia meu querido amigo e conterrâneo Ministro Tarso Genro.

Peço desculpas por não ter acompanhado a explanação inicial, Ministro, porque, hoje, no Senado, temos o privilégio de ter, no mesmo horário, dois ministros gaúchos. Temos o Ministro Rossetto na Comissão de Agricultura, da qual faço parte, que fala especificamente sobre a questão do Pará.

Lá estive dando um abraço em S. Ex^a, e perdi a explanação inicial do Ministro Tarso Genro.

Mas quero dizer que, por conhecer o Ministro Tarso Genro lá do meu Estado, não tenho nenhuma dúvida da sua enorme sensibilidade humana e da sua enorme capacidade administrativa. Por essa razão tenho absoluta confiança no encaminhamento dessas questões, especialmente a da revalidação dos diplomas.

Acho que a presença dos médicos cubanos no Brasil é extremamente importante. Ouvi agora a manifestação do Senador João Ribeiro sobre o seu Estado, e da Senadora Fátima Cleide sobre o Estado dela também. Eles manifestavam preocupação com o encaminhamento de uma solução para esses profissionais que trouxeram uma enorme contribuição para a Medicina brasileira.

Por essa razão, a iniciativa do Ministério é válida e merece o nosso respeito. Coloco apenas uma preocupação a mais. Lembrei agora que temos, no Rio Grande do Sul, do lado de São Borja, em São Tomé, uma universidade argentina que está formando mui-

tos gaúchos. E há uma certa preocupação, porque há publicidade induzindo muitos pais a matricularem seus filhos ali do outro lado da ponte São Tomé/São Borja.

Há uma outra situação que precisa ser resolvida, que é a da Bolívia. Chega a haver anúncios em jornais. Vi muito anúncio em jornal lá por novembro, dezembro, dizendo que fazer faculdade de Medicina na Bolívia é melhor, porque não é preciso fazer vestibular, etc. E isso pode se traduzir em problemas futuros.

Uma ação do Ministério nessa situação é extremamente importante.

E quero me somar à manifestação do Senador João Ribeiro sobre a optometria. Quero dizer que acompanhei, há cerca de 15 dias, a audiência da comissão internacional nomeada pelo Ministério da Educação para tratar da questão da optometria, que acho que o Ministério tem que enfrentar e está enfrentando. Inclusive o Professor Ibáñez estava presente junto com uma comissão de técnicos do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Saúde. Entendemos que tem que haver uma solução para o problema da optometria e esperamos que definitivamente consigamos fazer com que os oftalmologistas entendam que o optômetro pode ser um grande auxiliar no encaminhamento para a cura das doenças dos olhos junto, especialmente, às periferias pobres, que não têm acesso ao médico.

O SR. (Orador não identificado) – São trinta milhões de brasileiros, Senador, que não têm acesso a uma consulta de vista.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Mas acho que o Ministério tomou uma decisão firme ao convocar essa comissão internacional. Temos ali um médico oftalmologista americano, um holandês, dois optômetras, um costa-riquenho e um colombiano. Inclusive a história da optometria na Colômbia tem quase 100 anos; na Costa Rica, tem 80 anos; na Holanda, tem mais de 100 anos; na Alemanha, tem mais de 100 anos; e no Brasil, optômetra é preso. A ação do Ministério da Educação, que corajosamente está agora assumindo essa questão, tomando decisões e está ali com o Professor Ibanez e o professor Maculan.

Entendo, Ministro, que um estímulo a uma situação imediata poderá reverter um conceito que está errado, inclusive talvez por uma questão corporativista, um temor desnecessário. Na minha opinião, o optômetra será um grande parceiro do oftalmologista. Ele vai identificar lá na escola, especialmente nas escolas periféricas, João, onde muitas crianças repetem o ano por dificuldade de visão e não têm acesso a oftalmologista.

Com isso, seguramente vamos corrigir um problema histórico bastante grave: a criança que não tem

acesso a oftalmologista. Com o optômetro contratado pela Prefeitura, pela escola, pelo Ministério, pela SEC, será feito um acompanhamento da situação da criança e, se necessário, a indicação de um oftalmologista.

Fico feliz, João, pela sua abordagem. E fico muito contente porque o Ministério está tratando este tema e estou acompanhando de perto as reuniões, porque conheço essa situação e sei da preocupação do Ministro Tarso Genro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)
– Muito bem.

Na seqüência, passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Tarso Genro, na verdade, acabo de ser informado pelo Líder do PFL, Senador José Agripino, que V. Ex^a já teria respondido e a contento acerca do motivo principal da audiência, que seria a tal validação ou não automática dos diplomas de bolsistas brasileiros formados na Escola Latino-Americana de Medicina de Havana. Apesar de toda a distância ideológica, tenho o maior respeito e o maior carinho pessoal pelo Embaixador Tilden Santiago, como tenho muito respeito por V. Ex^a, não faço segredo disso.

Portanto, já que não vou fazer uma pergunta que já foi feita, eu queria sair um pouco dessa questão localizada e dizer que minha preocupação era também os sinais emitidos para o exterior. Essa solidariedade do Presidente exacerbada ao Sr. Hugo Chávez num momento em que a Venezuela avança sobre conquistas dos cidadãos, ou seja, censura à imprensa, leis restritivas ao direito de críticas ao Presidente. Vejo um foco, a meu ver equivocado, demasiada importância dada pelo Governo a tal conquista da cadeira permanente no Conselho de Segurança de uma ONU que caiu junto com o multilateralismo, com os bombardeios do Presidente Bush ao Iraque, unilaterais. Vejo pouco avanço. Para mim, não importa se o Presidente, ideológica ou pessoalmente, a essa altura da vida, é de esquerda, de direita ou de centro, de bola, de rebola, de carambola, de costas, de lado. Importa-me o Presidente ter a consciência de que é um *must*, uma obrigação da diplomacia brasileira, a meu ver, avançar tendo como prioridade a Alca, os acordos com o Mercosul, os acordos bilaterais que têm sido feitos à farta pelo México. Vejo pouca assinatura efetiva de acordos bilaterais. E o México está fazendo isso. Ou seja, vejo uma Alca saindo às nossas costas, ou seja, o Brasil fora dela, sem entender que a Alca deveria ser uma prioridade. Não se trata aqui de ser americanista ou antiamericanista. Na minha juventude, causei alguns prejuízos à embaixada americana quebrando vidros e ajudando a indústria brasileira de vidros, que, na época, era de um

mineiro, seu contrerrâneo, Tião Paes de Almeida, que ganhou muito dinheiro às minhas custas, porque ele é quem repunha os vidros na embaixada americana no Rio de Janeiro.

Então, preocupam-me mais esses sinais, ou seja, é uma política externa que, a meu ver, poderá redundar, em algum momento, em prejuízos econômicos para o País.

Fiquei tranqüilo com a resposta que V. Ex^a deu ao Líder José Agripino, que me foi relatada por S. Ex^a muito honestamente. E V. Ex^a pode até dizer para mim que não é esse o tema, que não estamos aqui para discutir a política externa brasileira, seus caminhos ou seus descaminhos. Mas quero só enfocar para V. Ex^a, Ministro Tarso Genro, que, além de vir aqui lhe dar um abraço pessoal, vim também para dizer da minha preocupação com esses sinais globais, que terminam interessando, sim, a um ministro da educação com a visão de mundo que V. Ex^a tem, e a quem faz economia no País porque política externa, cada vez mais, vai ser item de política econômica, como vejo que educação é um item de política econômica.

Se V. Ex^a me perguntar assim – e sei que V. Ex^a há de concordar comigo –: “Arthur, você classifica a minha pasta entre as pastas sociais?” Eu lhe direi que sim. E se V. Ex^a perguntar: “E a classifica entre as pastas econômicas?” Eu lhe digo sim, também, porque não consigo imaginar que este País dê o grande salto de que precisa sem uma revolução profunda no ensino básico, no ensino posterior ao básico, culminando com o aperfeiçoamento do terceiro grau e do que venha depois: pós-graduações, mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos.

O Brasil, portanto, tem que começar a olhar a educação desse jeito, como instrumento de política econômica também. A saúde não deixa de ser uma política social e uma política econômica, na medida em que, se adoto uma política de saúde boa, com ampla prevenção, estou poupando dinheiro da Previdência, estou, no fundo, permitindo que o Estado brasileiro possa investir mais em políticas sociais. Aí, sim, vou mostrar se o governante é de esquerda porque, para mim, ele será de esquerda se for sensível aos reclames das maiorias; e, de direita, se for sensível aos reclames de minorias. Aí eu faria essa concessão. Eu não seria – digamos – de me autodeclarar de esquerda imaginando que, com isso, eu teria imunidade em relação à minha visão social do mundo.

Sei que posso ter fugido um pouco do foco da discussão, mas foi apenas para lhe dizer do respeito até intelectual que tenho por V. Ex^a, o que me instiga, portanto, a vir com todas essas divagações. Mas fiquei tranqüilo com o fato de saber que não é automática a

revalidação. E assim sendo, essa não deixa de ser uma boa medida para a segurança dos doentes brasileiros, que tem que ser levado em conta. Não tem que entrar em jogo a preferência ideológica de uns ou o passado do outro. Enfim, pura e simplesmente, vejo Cuba como uma peça da diplomacia brasileira do tamanho de Cuba. Não procuro vê-la maior. É do tamanho de Cuba. Vejo os Estados Unidos grande, gostando ou não disso, eu os vejo grande. Vejo a União Européia importante, não importando se gosto ou não disso. E vejo Cuba do tamanho que Cuba tem, assim como vejo o Brasil como uma potência intermediária, que não pode se arvorar maior do que é e nem deve deixar que a façam menor do que ela é.

Portanto, dentro desse tema global, peço-lhe desculpas por ter, talvez, extrapolado, mas fico satisfeito com a resposta que foi dada. E tranqüilo porque, de fato, não seria cabível que tivesse sido de outra maneira.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Sem Partido – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador João Ribeiro, o Ministro prefere fazer de imediato um esclarecimento sobre as perguntas iniciais dos quatro primeiros Senadores e, posteriormente, continuarmos com as perguntas.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Sem Partido – TO) – De-sejo fazer uma reclamação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Pois não.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Sem Partido – TO) – É que eu tenho uma preocupação a respeito do encaminhamento dos trabalhos, que nós precisamos discutir. Sugiro a V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, neste momento em que a TV Senado está transmitindo a reunião da Comissão de Constituição e Justiça – que é uma Comissão muito importante, sem dúvida –, que depois tome as providências e também faça a sua reclamação para que o Brasil também possa assistir, num momento como este, o Ministro ao vivo debaten-do conosco nesta Comissão de Educação.

Sr. Presidente, não entendo por que a reunião desta Comissão não é prioridade no dia de hoje. São temas tão importantes que a população brasileira, tenho certeza, na sua grande maioria, gostaria de estar assistindo ao vivo os nossos debates com o Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – A observação de V. Ex^a é muito pertinente, Senador João Ribeiro e, mais do que ninguém, evidentemente, entendo a importância da televisão ao vivo no momento

em que temos um Ministro de Estado da importância do Ministro Tarso Genro falando sobre um assunto dessa magnitude.

Vamos levar ao conhecimento, primeiro, da Mesa do Senado, ao Senador Renan Calheiros, e também à TV Senado, uma vez que há um Ministro de Estado prestando esclarecimentos em uma Comissão deve ter preferência numa transmissão ao vivo. Aliás, no passado, era assim. Espero que voltemos a ter, no mínimo, um rodízio de quais as Comissões que são cobertas ao vivo pela TV Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A minha sugestão seria até uma reunião, puxada por V. Ex^a, com os Presidentes das Comissões da Casa para, examinando em conjunto com todos eles os temas e as presenças nas audiências públicas, todos consensualizarem que o justo seria irmos pelo tema e pela presença. Tem razão o Senador João Ribeiro. Creio que V. Ex^a poderia tomar essa iniciativa, que, na verdade, daria a dimensão devida à presença ilustre como a do Ministro da Educação e a temas importantes como outros que, mesmo sem a presença do Ministro, podem estar sendo, em algum momento, discutidos em uma Comissão. Isso mereceria a cobertura ampla da mídia brasileira, a critério dela, e da mídia do Senado, a critério dessa reunião, que V. Ex^a poderia muito bem coordenar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Anoto a sugestão de V. Ex^a e vamos imediatamente encaminhar nesse sentido.

Vamos às observações do Ministro Tarso Genro com relação às primeiras perguntas colocadas pelos Srs. Senadores.

Concedo a palavra o Sr. Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Serei breve, Sr. Presidente, porque as perguntas efetivamente não foram em número muito grande. São mais observações e propostas que vamos evidentemente considerar com todo o respeito, com todo o acatamento que merece esta Casa e os seus Senadores.

Pontualmente, sobre cada uma das observações.

A observação do Senador José Agripino. Em diversas oportunidades, quando questionado pela imprensa, eu afirmei que o MEC não estava tratando de nenhuma revalidação automática, que isso iria contrariar a autonomia da universidade e que, sim, um conjunto de relações, ora pelo MEC, ora pelo Itamaraty, ora em conjunto (relações internacionais) estavam pautando essa questão do diploma em função até do processo de integração sociocultural e econômico, que passa pelo processo de globalização. Evidentemente, o Brasil faz opções no momento em que vai estabelecer essas

relações. As nossas opções não são fechadas a esse relacionamento. Em primeiro lugar, nós queremos regular essa revalidação dos diplomas de forma universal e desta universalidade sairão pactos relacionados com a especificidade de cada um dos países que estarão negociando conosco esse processo. A minha resposta e a informação que passei aos jornalistas não teve, lamentavelmente, na imprensa, a mesma repercussão que teve o editorial de **O Estado de S. Paulo** com toda a força constitutiva que tem de opinião esse conhecido e importante jornal do nosso País.

Em relação à questão dos médicos cubanos no Brasil, a informação dada pelo Senador João Ribeiro é correta, que temos de várias fontes. Isso não é somente em Tocantins. Regiões importantes do País não recebem médicos formados no Brasil por uma série de injunções, inclusive por processo de elitização do curso de Medicina no Brasil, que absorve uma parcela muito pequena da classe média baixa para baixo, o que determina que a Medicina tenha se estruturado no Brasil – isto não é uma responsabilidade nem da universidade, nem dos professores, nem dos alunos – de maneira a formar médicos que se dirigem principalmente a cidades médias ou a cidades pequenas de grande poder aquisitivo ou às grandes capitais. Isso é uma decorrência da estrutura atual, que evidentemente precisamos corrigir com a própria reforma do ensino superior.

Sobre a questão da optometria, de uma parte, cabe ao MEC regular os cursos. Por dentro da reforma do ensino superior, podemos tratar dessa questão de maneira mais adequada, na minha opinião. Por meio de que mecanismo? Decidir se o curso de optometrista vai ser um curso superior ou um curso pós-médio. Portanto, terá de se decidir se ele será um curso superior ou um **college**, que permitiria a formação de um tecnólogo, com o exercício restrito a determinadas atividades.

O que há por trás, na verdade, dessa questão? Há uma concorrência pelo mercado de trabalho entre os médicos e os oriundos de uma outra profissão que vem se afirmando a partir de critérios sucessivos de especialização que surgiram, aliás, dentro da Medicina, como ocorre com outras profissões. Isso se reflete na estrutura universitária e deverá refletir no processo de reforma. Hoje, ainda temos uma margem reduzida para regular essas novas profissões, enquanto formação. Isso poderá ser mais aberto, mais concreto, mais consequente por dentro da reforma do ensino superior.

Compartilho da visão de que a optometria é, sim, uma profissão, mas o limite do exercício dessa profissão é o caminho apresentado pelos Senadores João Ribeiro, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, que, na minha

opinião, é o correto. O limite é a partir da regulamentação profissional, ou seja, de uma norma que, na sua especificidade, aponte para os Conselhos Regionais de Medicina, que existe a admissibilidade de determinados atos profissionais considerados uma profissão e, portanto, com uma determinada regulação.

Não são todas as profissões que têm uma regulação, que têm uma estrutura corporativa que permite o acesso ao mercado de trabalho. Por exemplo, um professor, que se forma e tem a sua titulação, pode fazer um concurso público para exercer a sua profissão; já um advogado pode fazer um concurso público para exercer a sua profissão, mas vai poder, efetivamente, acionar os seus direitos profissionais em juízo se ele for inscrito na OAB, que, portanto, faz o filtro corporativo regulatório – não estou entrando no mérito – para o exercício dessa profissão.

Sobre a questão abordada pelo Senador Sérgio Zambiasi entre São Tomé e São Borja, que é um exemplo clássico – sou de São Borja e atravessei o rio muitas vezes para ir em direção a São Tomé, quando criança, ou para pescar no rio Uruguai –, ela é uma questão gravíssima que está apresentada para o ensino no mundo e, particularmente, para o ensino na América Latina. Por quê? Porque a formação profissional passa a integrar um mercado ou já socialmente integrado, em função das relações políticas e sociais da América Latina, ou integrado por meio dos mecanismos ilegais de relacionamento comercial, como ocorre com determinados países da América Latina na sua relação com o Brasil. Essa integração de fato suscita uma concorrência na formação de profissionais. Então, o que ocorre? Isso determina o surgimento não somente de um mercado de formação profissional, com todas as consequências que isso determina – e as consequências positivas são ofertas de vagas no ensino superior, e as negativas são baixa qualidade da prestação educacional, o que ocorre também internamente nos países –, mas essa concorrência também começa a se expressar por meio deste tipo de proposta de formação: atravesse a ponte e venha fazer o curso de Medicina em São Tomé, sem vestibular. Não estou dizendo que seja assim lá. Estou apenas dando um exemplo de natureza retórica, mas que consegue caracterizar a questão. O que temos de fazer? Temos de regular, a partir da autonomia e da soberania de cada um dos países, como se vai processar esse novo mercado, porque ele já existe. Não se trata de suprimi-lo, e sim de regulá-lo e, nessa regulação, apontar para sua qualificação.

Quanto às observações do Senador Arthur Virgílio, vou levar ao Presidente da República as suas preocupações. Não compete a mim responder a essas

colocações, que são não só respeitáveis, mas também configuram a opinião de um Líder de Oposição, que, em última análise, não correspondem à efetividade da Pasta pela qual respondo enquanto Ministro de Estado.

Eu vou levar, V. Ex^a pode estar certo, ao Presidente da República respeitosamente as suas observações.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– O próximo orador inscrito sou. Vou fazer a pergunta daqui... V. Ex^a quer contestar alguma coisa? (Pausa.)

Antes, porém, vou devolver a Presidência ao titular, Senador Hélio Costa.

(Assume a Presidência o Senador Hélio Costa)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Vou esclarecer ao Senador Paulo Paim que talvez o erro tenha sido meu. No momento em que V. Ex^a pediu a sua inscrição, já estava feita a inscrição do Senador Augusto Botelho. Mas V. Ex^a está inscrito.

Tem a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr.

Ministro, fiquei muito feliz ao ouvir que V. Ex^a respeita a autonomia universitária. Temos, portanto, muito com que andarmos juntos, neste País, quando disse que não serão reconhecidos diretamente os diplomas vindos de Cuba.

Contudo, eu gostaria de deixar bem claro que o Conselho Federal de Medicina só autoriza exercerem a Medicina médicos formados no estrangeiros, depois de eles fazerem as provas ou a adaptação nas universidades e do reconhecimento pelo MEC do diploma desses profissionais.

Depois de isso ocorrer ele pode exercer a profissão.

Lamentavelmente, vou dar uma notícia para o João Ribeiro de que Lá em Roraima temos médicos cubanos desde 1990. todos que conseguiram o CRM com a prova saíram de lugares pequenos, saíram do interior e foram para outros lugares. Geralmente, são os especialistas, porque em Cuba formam-se três tipos de médicos: o médico básico, que só pode tratar a pessoa no ambulatório. Ele não entra sequer na policlínica. Depois o generalista básico. O generalista integral pode trabalhar em hospital e em policlínica. Para isso são mais dois anos após os cinco anos de faculdade e um de estágio. Depois, temos os especialistas.

Quando eles vêm para o Brasil, não sabemos qual é o tipo de médico que vem. Geralmente, para ser médico da família vem o generalista básico. Ele não está habilitado para ser médico do nível dos nossos médicos. Por isso eles têm dificuldades com as provas das universidades.

Outra coisa dos nossos médicos formados nas universidades da América Latina é que muitos deles – e essas são palavras que me foram passadas de uma Comissão do Conselho Federal de Medicina, que visitou vários países da América Latina – estudam em faculdades que não são sequer reconhecidas pelos próprios países. Como vão querer chegar aqui e exercer a Medicina sem fazer provas?

Então, a universidade tem mesmo de exercer o seu poder porque a responsabilidade de atendimento ao povo é da universidade ao colocar o médico de boa qualidade no mercado.

Em relação a Cuba, há outro assunto. Já que foi mencionado, temos no Brasil mais ou menos 100 mestres, com mestrados feitos em Cuba, na área de educação. Eles estão tendo dificuldades em revalidar os seus diplomas.

Eu gostaria que o Sr. Ministro colocasse uma equipe para estudar isso, para ver a possibilidade de conseguirmos uma solução para essas pessoas. Elas foram para lá, ficaram entre dois e três anos, fizeram os seus cursos e voltaram para cá. Eles voltaram ao Brasil, mas ainda não têm os seus diplomas reconhecidos pelas nossas universidades.

Agora, vamos entrar no assunto polêmico da optometria. O Brasil tem 12 mil oftalmologistas. A Organização Mundial da Saúde recomenda um oftalmologista para cada 20 mil habitantes. Temos 01 para cada 15 mil habitantes.

Segundo, os 30 milhões de pessoas que não têm acesso à oftalmologia não vão conseguir nada se colocarmos os optometristas para atender essas pessoas. Nós não vamos conseguir.

Há um jornal da Associação Pediátrica Americana de Oftalmologia e Estrabismo, de julho de 2004, em que fizeram um trabalho sobre as crianças atendidas pelos médicos oftalmologistas e pelos optometristas, ou seja, pelos técnicos. Entre as pessoas atendidas pelos médicos, para 11% foram receitados óculos. No percentual atendido pelos optometristas, para 35,1% foram receitados os óculos.

A sociedade estima que houve um prejuízo de US\$200 milhões em óculos receitados desnecessariamente. Então, os Estados Unidos, que são um dos pioneiros na optometria, estão revendo a situação em relação a essa profissão. Vamos introduzi-la aqui no Brasil? Temos oftalmologistas de sobra. Não temos recursos, condições, para que atendam todas as pessoas. Se o SUS credenciar todos os oftalmologistas para atender por sua tabela teremos o atendimento que falta em vários lugares.

No meu Estado também temos deficiência de oftalmologistas. Temos poucos. O problema é de re-

curso. Nos Estados Unidos eles aplicam muito a tal da venda casada. O optometrista fica dentro da ótica. É lógico que terá que receitar muitos óculos. Ele trabalha dentro da ótica, é funcionário. Vamos gerar uma demanda maior por óculos criando a optometria. Sei que já existem várias faculdades que estão andando, mas creio que precisamos pensar bem, analisar bem, antes de regularizar essa profissão.

Sempre estive ao lado do Senador Paulo Paim em todas as lutas. Nessa vamos estar em barreiras opostas porque minha visão é diferente.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Sem Partido – TO?)

– Depois, teremos direito à réplica? Quero contestar o Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. Posteriormente, concederei a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, meu companheiro e Ministro Tarso Genro, quero dizer-lhe que não tenho nenhuma dúvida quanto à sua posição em relação aos médicos cubanos.

Já sabia um pouco da história de Tocantins por intermédio do Senador Eduardo Siqueira Campos. S. Ex^a falou-me muito do trabalho dos médicos cubanos em Tocantins. Disse-me inclusive, e agora foi confirmado, que muitos chegam a chorar por ter que abandonar a medicina familiar que exercem com carinho, com emoção, com sentimento e da maior qualidade. Trata-se de uma assistência, como diziam eles, da unha ao último fio de cabelo. É um tratamento que muito poucos têm neste País. Os médicos cubanos trabalham, efetivamente, na experiência de Tocantins, que acompanhei.

Lembro-me, Ministro Tarso Genro, de duas questões que vou relatar. Em primeiro lugar, elogiarei V. Ex^a. Como o Prefeito da Capital, Vice-Prefeito e um dos mentores do orçamento participativo etc, de toda a discussão na Capital gaúcha, podemos dizer que Porto Alegre ficou entre as 25 cidades do mundo com a melhor qualidade de vida. Então, V. Ex^a tem história. Como administrador, como conhecedor das formas de dirigir-se à população (diálogo e interação), V. Ex^a fala de cadeira, além de ser um intelectual respeitado em todo o País. Não tenho nenhuma dúvida de seu procedimento.

Lembro-me, também, de um outro gaúcho, de um dentista: Adylson Motta. Acompanhei a luta dele em relação aos dentistas, em Portugal. Foi um trabalho gigantesco. Era tão polêmico quanto o que vejo agora. É claro que me preocupo também com os profissionais

de outros países. Percebo com alguma preocupação – e não gostaria que fosse – que há um cunho ideológico, uma questão específica, por ser Cuba. Gostaria que essa posição ficasse de lado porque os médicos estão fazendo um excelente trabalho.

Procuraram-me, pelos corredores, ao saberem que o Ministro estaria aqui, inúmeras famílias cujos filhos estudam em Cuba. Estão preocupadíssimas. Tinham o entendimento de que lá aprenderiam medicina da mais alta qualidade. Voltarão ao nosso País como ilegais.

Meus cumprimentos pela forma como o Ministério está tratando esse tema.

Ministro, tomei a liberdade, no dia de ontem, juntamente com outros Senadores, de encaminhar um outro requerimento à Mesa. Sei que o momento não é adequado, pois não quero fugir do assunto. Sei que terei oportunidade. Mas sou um apaixonado, um entusiasta, do ensino profissionalizante, porque entendo que a realidade do nosso povo, num País de terceiro mundo, é crítica. São precárias as condições dos nossos jovens ao enfrentarem o mercado de trabalho, quando saem do chamado ensino primário e secundário. A minha formação, por exemplo, foi numa escola técnica profissionalizante, bem como a do nosso Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Gostaria de uma outra oportunidade. Sei que o tempo não vai permitir; sei que V. Ex^a está estudando com muito carinho essa questão. Tive a satisfação de almoçar, há poucos dias, no meu gabinete, com o Assessor Jairo Jorge, por quem tenho o maior carinho e respeito, assim como o tenho por todos os demais assessores, mas por ele, em especial, porque é da minha Cidade, e expus esse problema.

Estou muito entusiasmado com a forma pela qual o Ministério está tratando essa questão do ensino profissionalizante e gostaria de uma oportunidade, no momento adequado, para ouvir algo mais sobre esse tema. Sem sombra de dúvida, o nosso jovem não tem condição de pagar uma universidade. Então, a forma de chegar até ela, querendo ou não, é aprendendo uma profissão nesse primeiro momento do seu ensino que entendo ser fundamental.

Deixo, então, essa pergunta a que V. Ex^a poderá responder num outro momento, mas não posso deixar também de dizer: parabéns pelo ProUni! V. Ex^a sabe que sou apaixonado pela política de cotas, e foi pelo ProUni que conseguimos fazer com que milhares de negros, índios e pobres tivessem acesso à universidade.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na sequência, com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro da Educação, Tarso Genro, gostaria apenas de fazer duas indagações: a primeira é sobre o Fundeb. Entrei com um projeto aqui nesta Comissão, ainda no ano de 2003, estendendo os recursos do Fundef, à época, para alfabetização de jovens adultos. E o fiz entendendo que as prefeituras e mesmo os Estados não têm muito interesse em investir nessa área. Assim, acredito que o Ministério da Educação deveria auxiliar os Estados e Municípios nessa questão da alfabetização de jovens e adultos.

Fui aconselhado por assessores do Ministério, ainda à época do Ministro Cristovam e agora sob a gestão de V. Ex^a, para dar um tempo no projeto, adiando-o, porque estava vindo o Fundeb. Já se passaram dois anos, e o Fundeb não chegou ainda ao Congresso – e ainda ontem a Senadora Fátima Cleide fez um pronunciamento cobrando o Fundeb.

Li nos jornais de hoje que o Ministro Palocci esteve, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, onde disse que não havia recursos e que o Fundeb demandaria algo em torno de R\$4 bilhões a R\$4,5 bilhões.

Então, pergunto a V. Ex^a: a iniciativa virá para o Congresso em forma de projeto de lei – e logo – ou em forma de medida provisória?

A segunda indagação, embora eu saiba que versa sobre questão já muito falada aqui, tem as suas peculiaridades. O meu Estado tem centenas de médicos formados na Bolívia, haja vista termos uma linha de fronteira de 1.300km – formados em Cuba também, mas em menor quantidade. E o transtorno desses cidadãos e cidadãs que se formaram na Bolívia e em Cuba é muito grande. Conheço famílias cujos pais, aqueles que tinham alguma posse, já gastaram cerca de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para tentar – e não sei nem que termo usar, pois uns falam uma coisa, outros falam outra –, enfim, a validação ou a convalidação, revalidação ou reconhecimento de diploma. São tantos os nomes que dão que não sei nem o que falar sobre esses diplomas obtidos na Bolívia e em Cuba.

Em uma cidade histórica do nosso Estado, Costa Marques, na fronteira com a Bolívia, havia seis médicos, entre os quais um formado no Brasil, portanto reconhecido pelo Conselho de Medicina e pelo MEC; os outros cinco formados na Bolívia. Essa situação foi denunciada pelo Conselho Regional de Medicina à Polícia Federal. Eles não foram presos, mas tiveram a prática da Medicina imediatamente suspensa naquela cidade. Eles, então, saíram desesperadamente. O próximo concurso que seria realizado para a conva-

lidação de diploma era em Manaus, na Universidade Federal do Amazonas.

Para inscrição no exame, cobrava-se uma taxa no valor de R\$5.000,00. Eu pergunto a V. Ex^a se isso é legal: uma instituição federal cobrar R\$5.000,00 a título de taxa de inscrição. E os cinco se dirigiram a Manaus e pagaram os R\$5.000,00, porque haviam ganho um dinheirinho da Prefeitura. Lá, as Prefeituras pagam bem, cerca de R\$8.000,00, R\$9.000,00 para um contrato mensal de médico. Este, às vezes, pode dar plantão em duas ou três cidades. Então, o médico ganha bem lá no Norte, uma vez que não tem médico formado no Brasil que queira ir para uma cidade como Costa Marques ou para outras cidades da região. Acredito que em Roraima também – o Senador Augusto Botelho está fazendo um gesto afirmativo aqui – é muito difícil para algumas cidades conseguirem médicos formados no Brasil, porque a medicina ainda é uma profissão cara, de custo muito alto e na qual nem todos conseguem se formar.

Então, é o drama das famílias cujos filhos se formam em Cuba ou na Bolívia e é um drama da população que, de repente, fica sem médico.

Pergunto a V. Ex^a se vamos encontrar uma saída para essa situação. E a esperança é muito grande. Eu sei que o Presidente do Brasil se reuniu com os Presidentes de Cuba e da Bolívia. Eu estava nessa reunião, que se realizou aqui no Blue Tree, e estávamos muito próximos de um acordo para reconhecer esses diplomas, porque essa prova é muito difícil. Eles até alegam que as provas são feitas para ninguém passar e que parece que há uma determinação, não sei se do MEC ou das universidades, para que esses médicos formados em Cuba e na Bolívia não passem nessas provas.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Antes de passar a palavra à próxima oradora, a Senadora Fátima Cleide, eu vou dar o direito de réplica para o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, sem querer polemizar com o Senador Augusto Botelho, que é uma pessoa que eu respeito e admiro muito, quero dizer que sei que o Senador Augusto Botelho, como médico, não poderia adotar a posição diferente dessa que adotou aqui hoje.

Eu só quero lembrar aqui, sem fazer e sem entrar no mérito da discussão, Senador Augusto Botelho, que, se formos entrar no campo do ataque, haverá muito problema pela frente. Eu conheço vários oftalmologistas que são donos de ótica, que receitam para o ótica dele isso é proibido e funciona descaradamente por aí afora.

Então, estou preocupado, Senador Augusto Botelho, com os 30 milhões de brasileiros que não têm acesso a uma consulta, a um exame, porque o optometrista não faz consulta, ele faz exame. E há uma diferença entre avaliar a acuidade visual do cidadão e fazer um exame clínico. Naquele caso, ele não vai fazer cirurgia, não vai receitar remédio, pelo menos os que são da área técnica. E vale lembrar que nós já temos curso superior de Optometria funcionando no Brasil, de forma ainda irregular, e que espera o reconhecimento do MEC. Foi aí que eu entrei, Senador Augusto Botelho, no sentido de pedir apoio do Ministro Tarso Genro. Fiquei muito feliz quando S. Ex^a informou que já existe uma Comissão cuidando desse assunto para que possamos regulamentar essa profissão no Brasil.

Trata-se de uma profissão extremamente importante, Sr. Ministro, volto a repetir. Nada contra os médicos; isso não vai diminuir em nada o número de pacientes. E os números do Senador Augusto Botelho não batem com os meus. Na verdade, um oftalmologista para atender 20 mil habitantes, acabaria por atender só a elite da cidade. As crianças que estão na escola, os pobres da cidade não entrariam nesta lista. Se o cidadão tem que visitar um oftalmologista pelo menos uma vez ao ano, o que seria o mínimo – e o retorno, em muitos casos, é a cada seis meses –, como é que ele iria atender uma população de 20 mil habitantes.

Esses números, contudo, estão errados. Os números que eu tenho são ainda maiores: são 30 milhões que estão à espera de um exame de vista, entre os quais crianças que têm problemas na escola. E, aliás, o Ministério da Educação, Sr. Ministro, já manteve um programa anteriormente e que cuidava desta questão, ou seja, da saúde visual das crianças. Não sei se atualmente há algum programa no MEC relacionada a isso. Se não tiver, eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a no sentido de que cuidasse disso também, porque é muito importante que as crianças possam, pelo menos, ter condições de enxergar as letrinhas lá no quadro e estudar com um pouco de dignidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para sugerir um encaminhamento, se V. Ex^a assim entender, inclusive para colaborar com os trabalhos da Comissão.

Como sou autor do projeto, que tramitou por mais de dez anos na Câmara e agora está no Senado, e como percebi que aqui gostaria de também dialogar sobre o tema, acho que podemos explorar mais o Ministro nos outros temas e nos proporíamos a marcar uma audiência pública em outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Sem dúvida. Na verdade, como foram encaminhados vários requerimentos para que o Ministro respondesse

sobre vários outros assuntos, o Ministro se propôs a voltar a nossa Comissão para atender a todas as Sr^{as} e Srs Senadores que queiram novamente encaminhar os seus questionamentos a fim de que S. Ex^a possa, evidentemente, recebendo uma listagem de todos os assuntos, vir a tratar de todos eles.

Na verdade, vejo uma grande boa vontade de parte do Sr. Ministro nesse sentido, até porque esta audiência pública foi marcada exclusivamente para tratar da questão dos brasileiros que vão para Cuba estudar Medicina e daqueles cubanos que vêm para o Brasil e aqui exercem a Medicina.

Passo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo, e não vou me alongar aqui no porquê. Quero iniciar pela excelente qualidade do material que V. Ex^a trouxe à Comissão e que está sendo bastante elogiado pelos Senadores.

Fiz um pronunciamento aqui ontem, como mencionou o Senador Valdir Raupp, em que registrava as conquistas e os avanços do Ministério da Educação, principalmente naquilo que é a nossa luta permanente: a educação básica. Também fiz uma cobrança quanto à urgência do Fundeb, que é uma expectativa de toda a sociedade brasileira.

Tenho me debruçado, Sr. Ministro, sobre essa questão dos estudantes, tanto de Cuba quanto da Bolívia, pelas mesmas razões apresentadas aqui pelo Senador Valdir Raupp, haja vista que a nossa realidade é a mesma: somos do Estado de Rondônia, um Estado que tem 1.300km de fronteira aberta, de rios. E, inclusive, chamou-me a atenção o fato, narrado por V. Ex^a, de que atravessava o rio com crianças para pescar.

A nossa realidade histórica, no Estado de Rondônia, é de famílias que costumavam, até há pouco tempo e ainda hoje, atravessarem os rios Mamoré, principalmente, e Guaporé para levarem as crianças ao médico na Bolívia. Por isso, considero uma incoerência dizer que aqueles alunos que estudam na Bolívia não têm formação suficiente para prestarem atendimento médico no Brasil. Creio que há mais do que isso por trás dessa questão, e manifesto minha preocupação.

Essa questão da autonomia universitária é uma bandeira de luta nossa, sempre foi. Mas defender a autonomia universitária diante dessa informação, colocada aqui pelo Senador Valdir Raupp, de que a Universidade Federal do Amazonas cobra cinco mil reais para fazer uma prova, e grande parte dos alunos que lá vão, nessa tentativa de conseguir regularizar sua situação, não conseguem passar, penso que é, no mínimo, preocupante e merece investigação, porque o Estado já custeia, de certa forma, a Universidade.

Precisamos de uma resposta a essa questão; precisamos saber por que essa taxa é tão elevada.

Em segundo lugar, penso que o nosso Governo tem que agir com certa pressa nessa situação, não apenas com relação a Cuba, mas a outros países que fazem fronteira com o nosso. Essa é uma questão de inclusão social, até porque as famílias que se esforçam em mandarem os seus filhos estudarem fora do País são famílias pobres que não conseguem ter acesso à universidade pública no Brasil. É mais que urgente a necessidade de uma resposta do Governo à nossa sociedade que, no fundo, é a mais prejudicada.

O Senador Valdir Raupp disse aqui do exemplo da cidade de Costa Marques, distante da capital do Estado cerca de 24 horas, na época em que a estrada está boa. Agora, com as chuvas, são dois dias para se chegar lá. Mas há outras cidades mais próximas em que as Prefeituras chegam a pagar salários para os médicos de doze, treze, até quinze mil e não conseguem ter um médico na cidade. E temos, no Estado, um número significativo de médicos, formados tanto em Cuba quanto na Bolívia, que não podem atuar.

Penso que a nossa sociedade não pode mais ser penalizada. Precisamos dar respostas rápidas. Tenho agido, como disse inicialmente, desde o segundo semestre de 2003, procurando o Ministério da Educação, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde. Infelizmente, comissões são montadas e não conseguimos ter respostas definitivas. Não podemos passar mais dois anos esperando por isso, Ministro. Então, seja lá o que for, tem que ser rápido.

Se teremos que passar por uma prova como a da Ordem dos Advogados do Brasil; se a universidade vai ter que... Há de haver mais pressa também na resposta das Universidades para definirmos, enfim, a regulamentação dessa situação, até para que a população não continue a sofrer.

Tenho dito sempre às famílias que nos procuram: “Desistam dessa idéia de mandar os seus filhos estudarem fora”. Mas, infelizmente, muita gente já os mandou há muito tempo, e eles já estão formados. De forma que precisamos ter uma solução para isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senadora.

A Senadora Fátima Cleide foi a última inscrição na minha lista de Senadoras e Senadores que se propunham a fazer perguntas para o Exm^o Sr. Ministro.

Eu, como co-autor de um dos requerimentos, evidentemente deixei para o final a minha observação.

Passo a palavra, entretanto, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Infelizmente, o Senador João Ribeiro já foi embora. Porém, gostaria de dizer que os números que citei foram da Organização Mundial da Saúde (OMS), passados a mim pelo Presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia, em primeiro lugar.

Em segundo, esclareço que não sou contra a que médicos cubanos trabalhem no Brasil. Tenho amigos em Roraima, cujos filhos nasceram comigo e que estão estudando Medicina em Cuba.

Agora, tenho que discordar quando... Bem; esse assunto já acabou, até porque o Ministro já disse que tem que passar pela universidade para isso. Entretanto, não podemos facilitar para os outros sem olharmos para os nossos médicos, que se esforçam, que trabalham duro, que fazem vestibular, que fazem prova para residência, fazem prova para título de especialista etc. Ora, todos têm que exercer a profissão.

Lá em Roraima, na região de Raposa, só houve um médico cubano até hoje; nunca mais teve outro médico lá, só um cubano. Então, quero que os médicos cubanos tenham a sua regulamentação, mas que isso seja feito de acordo com os trâmites legais do nosso País, sem que haja privilégio de uns em detrimento de outros.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Quero deixar claro para o plenário que o Senador Augusto Botelho está usando o seu direito regimental de replicar. S. Ex^a não está tendo nenhum privilégio para falar além do tempo regulamentar. O Senador João Ribeiro fez o mesmo, também usando seu tempo de réplica para poder se dirigir ao Sr. Ministro.

Sr. Ministro Tarso Genro, como co-autor de um dos requerimentos, assinado também pelo Senador João Ribeiro, eu gostaria de fazer duas perguntas a V. Ex^a.

Em primeiro lugar, qual o número de bolsistas brasileiros, ou de estudantes brasileiros estudando Medicina em Cuba? Esse número é muito diferente do de brasileiros estudando Medicina em qualquer outro país, inclusive, evidentemente, nos países do Mercosul?

Mas, como o assunto mereceu uma audiência pública na Comissão de Educação do Senado Federal, em razão de inúmeras notícias divulgadas pela imprensa e, como citou o próprio autor de um dos requerimentos, um editorial de um importante jornal nacional sobre a questão do reconhecimento, no Brasil, dos diplomas de estudantes brasileiros de Medicina em Cuba, faço ainda uma outra pergunta: se Cuba for o país onde temos o maior número de brasileiros estudando Medicina, V. Ex^a tem alguma explicação para o fato de esse país ter a preferência dos jovens brasileiros para o estudo da Medicina no exterior?

Com a palavra o Ministro Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Em primeiro lugar, minha saudação ao meu querido amigo Senador Pedro Simon, que, ao lado do Senador Sérgio Zambiasi, constituem dos quadros políticos que mais orgulham meu Estado e que prestigiam a reunião deste Colegiado. Reafirmo a saudação que fiz ao meu querido amigo Senador Paulo Paim, do meu Partido, que teve que se retirar e justificou sua ausência, ainda porque não apresentou nenhum questionamento, nenhuma pergunta.

Primeiro, a questão dos mestrados que estão sendo feitos em Cuba. Realmente esse problema existe. As Universidades estão apresentando resistências ao reconhecimento desses mestrados. Então, ou modificamos a autonomia da universidade para induzi-las a critérios uniformes de forma a que comecem a aceitar esses mestrados, ou não produzimos nenhuma norma e essa questão permanece restrita ao âmbito da autonomia das universidades. Não existe caminho intermediário. Este processo está sendo discutido, negociado, não só em termos administrativos, no MEC, mas também no bojo da própria reforma do ensino superior.

Em relação à questão do ensino profissionalizante, gostaria de trazer uma informação: são três grandes eixos de trabalho em que estamos operando. De uma parte é a recuperação de um projeto chamado Proep, que é um financiamento do BID, de mais de seiscientos milhões de reais, cuja prorrogação estamos solicitando, uma vez que o projeto, na sua aplicação, teve uma série de adversidades, de problemas de natureza técnica bastante sérios, os quais estamos procurando recuperar desde a minha entrada no Ministério. Esse projeto nos permite uma expansão importante do ensino técnico e tecnológico aqui no Brasil.

O segundo eixo é a Escola de Fábrica. Trata-se de uma modalidade de ensino técnico de nível fundamental, que está conectado a outros programas de inclusão social do Governo. São 500 escolas este ano, em caráter experimental, que formarão jovens de acordo com o que é exigido pela base produtiva da região. No ano que vem, devemos começar a multiplicar, porque se trata de uma experiência diferente: não é fazer da escola uma fábrica, mas fazer a fábrica ser penetrada por uma escola, ser integrada por uma escola, o que é completamente diferente. Inclusive, o treinamento de natureza prática só poderá contemplar 20% das horas-aula, deixando assim bem clara a natureza do projeto.

Um outro eixo é um processo legal, já em nível técnico, de integração do ensino médio com o ensino profissional. Já temos três Estados conveniados, onde estamos iniciando esse processo, que será financiado com recursos do MEC e do Proep. Queremos expandir

este ano para mais dez Estados. O que significa isso? Concretamente, significa que os Estados poderão dizer que essa escola, por exemplo, será de nível médio e também de nível técnico, dadas as necessidades e características da região. O jovem que entrar naquela escola escolherá se deseja fazer as matérias curriculares ordinárias do nível médio ou se cumprirá mais horas-aula para sair com o diploma de nível médio técnico. Este é um processo que já está em andamento em três Estados, sendo que pretendemos, ainda este ano, conveniar com mais dez Unidades da Federação. Agora, esse é um processo lento: levaremos de cinco a oito anos para que essa reintegração seja totalmente incrustado novamente na estrutura educacional brasileira, ou seja, para que se dê efetivamente a reintegração do nível técnico com o médio.

Em relação ao Fundeb, o Presidente da República nos orientou para que, no prazo de dez dias – e hoje já estamos no nono –, apresentássemos a proposta de emenda à Constituição, e não de medida provisória ou de decreto, porque, se ele vai substituir o Fundeb, isso só poderá ser feito por uma emenda à Constituição. Esta questão do Fundeb é uma posição programática do Governo, e o Presidente já nos deu orientações, ao Ministério da Fazenda em integração com o Ministério da Educação, no sentido de buscar uma saída para os recursos. Estes poderão ser originários do crescimento econômico, de um processo que deverá ocorrer, pelo menos esta é a previsão que sempre foi feita pelas autoridades econômicas do País; de um declínio da taxa de juros; de poupança de recursos que estejam sendo desnecessariamente usadas em atividades meio etc. O que quero deixar claro é que eu e o Ministro Palocci estamos totalmente afinados na busca da solução financeira para o Fundeb, na medida em que nós dois respondemos ao Presidente da República a respeito desta questão. O MEC não responde mais pelo Fundeb; o MEC respondeu pelo Fundeb até o momento em que entregou a sua proposta de emenda à Constituição. Agora, é uma questão de governo conforme a orientação do Presidente.

Estou inteiramente de acordo com a preocupação do Ministro Palocci de que devemos, na proposta de emenda à Constituição, preferencialmente na exposição de motivos, dizer quais as origens desses recursos para o Fundeb. A preocupação da pasta do Ministro Palocci é totalmente correta. Aquilo que S. Ex^a disse ontem, aqui no Congresso, foi exatamente a orientação que recebemos do Presidente: procurem juntos uma saída para que possamos apresentar na proposta do Fundeb uma saída financeira.

O Fundeb exige uma grande mobilização de recursos, que terá um impacto pesadíssimo na estrutura

sistêmica da educação brasileira, haja vista que são R\$4,3 bilhões em quatro anos. Obviamente, temos que procurar a fonte para isso. Estamos totalmente imbrastados na procura dessa fonte e vamos apresentar ao Presidente da República, em dez dias, a redação final da proposta de emenda.

A proposta de emenda à Constituição nós já elaboramos. Ali se prevê, progressivamente, uma elevação de 18% para 22,5% em quatro anos – e talvez, negociando com o Ministro Palocci, é possível que cheguemos à conclusão de que será em três anos ou em cinco, ou em dois. Esta é uma negociação que ainda está por acontecer. Obviamente, a proposta que o MEC está fazendo não se choca com a visão de estabilidade macroeconômica que tem a Pasta da Fazenda – nem foi esse o espírito, pelo contrário. O que se pretende é dar consequência estrutural para um projeto de alcance social para o País, em consequência de uma estabilidade macroeconômica já alcançada e cujos dividendos positivos têm que ser distribuídos de maneira equânime para a sociedade brasileira. E não conheço outra forma que não seja a educação para fazer essa distribuição. Por isso, temos o compromisso de apresentar a proposta do Fundeb.

Realmente, como diz a Senadora Fátima Cleide, essa questão é programática, deixando-nos a todos muito ansiosos. Quero dizer de público, Senadora – e sei que V. Ex^a sabe disso –, que, desde o primeiro dia em que cheguei ao MEC, fizemos um exaustivo trabalho de negociação com o Consed, a Undime e outras entidades, mas particularmente com os Secretários estaduais e municipais. Promovemos estudos profundos, estudos técnicos e acurados; inclusive, modificamos a nossa proposta inicial para chegarmos a uma proposta relativamente comum do que seria o Fundeb. A proposta que virá para cá não é uma proposta do Partido dos Trabalhadores, do MEC ou do movimento de educadores do País; é uma proposta que já tem um mínimo de consenso para ser discutida, aprovada e modificada pelo Congresso Nacional.

A nossa pretensão é que o Presidente remeta essa proposta de emenda ainda neste mês de abril para o Congresso, e possamos, aprovado o Fundeb até o fim do ano, ter uma transição no ano que vem.

Ontem tive uma reunião com os representantes do Banco Mundial que vieram se oferecer para discutir conosco um aporte de recursos para a sustentação da transição do Fundef para o Fundeb, que será efetivamente um problema no primeiro ano. Digo isso apenas para mostrar a V. Ex^{as} que a proposta que se está construindo tem um acolhimento universal, não só no campo social, educacional, como também de agências locais e internacionais.

Não me separam do Ministro Palocci aquelas observações que S. Ex^a fez aqui ontem. Concorde integralmente com elas. E S. Ex^a disse de maneira clara: “Eu e o Ministro Tarso Genro fomos encarregados pelo Presidente para achar uma saída para financiar este Fundo”. Foi exatamente isso que aconteceu.

Finalmente, as perguntas feitas pelo nobre Senador Hélio Costa. Eu ia dizer 700, mas os meus companheiros de Secretaria me corrigiram: são 600 brasileiros atualmente estudando Medicina em Cuba.

Estive recentemente em Cuba – e até saiu uma bela foto minha com o Presidente Fidel Castro no jornal **O Estado de S. Paulo**, pelo que agradeço a promoção feita –, e nós nos reunimos lá com os alunos brasileiros. Vamos tentar solucionar essa questão de acordo com a legislação brasileira, de acordo com o princípio de autonomia das universidades. Isso exige um processo dialógico. O MEC não fará nenhuma proposta que amanhã seja derrubada por algum mandado de segurança dos Conselhos Regionais ou pelo Conselho Federal de Medicina. Não. Vamos fazer uma proposta séria, concreta, negociada com Cuba e com os nossos parceiros internacionais, para que ela tenha inclusive foros de universalidade. É esse o caminho que vamos trilhar, inclusive porque esses médicos que estão fazendo cursos em Cuba têm, sim, uma destinação específica, que é aquela a que o Senador João Ribeiro se referiu: são médicos já formados, já especializados na medicina familiar; o médico de família. Aliás, tive a honra de começar a implantação de um programa dessa natureza na minha querida Porto Alegre.

A segunda questão é que não há uma preferência dos brasileiros em relação a Cuba. O que há é uma oferta maior de Cuba para acolher estudantes estrangeiros. É um país que luta com inúmeras dificuldades econômicas, que padece de um bloqueio econômico reconhecido, do qual o Brasil, inclusive, não compartilha – essa é a posição do Presidente Lula. E esse bloqueio determina que Cuba procure determinadas arestas de relacionamento internacional, dentre elas o turismo e a questão educacional, o que gera, portanto, uma oferta de vagas, de bolsas, de cursos. Sabe-se, inclusive, que os cursos de Medicina em Cuba são respeitados internacionalmente. Não é verdadeira a visão de que os cursos de Medicina em Cuba são “subcursos” ou que sejam cursos inferiores, por exemplo, aos da Bolívia ou de São Tomé, ou eventualmente de outro País. Não. São cursos de qualidade. Agora, temos de verificar se esses padrões de qualidade são compatíveis com a legislação que regula o sistema de ensino brasileiro, tratando a questão com aquela postura de neutralidade e compromisso com a legalidade e a mo-

ralidade que o poder público tem de ter em relação a esses estudantes.

Então, essas são as informações. O Brasil tem milhares de bolsistas no exterior, cursando a pós-graduação – mestrado e doutorado –, espalhados em todo o mundo. Em Cuba, há uma especificidade, qual seja, a oferta maior dos cursos de graduação, o que determina um trânsito maior de jovens, principalmente jovens pobres, que não podem chegar a uma universidade aqui, porque não têm dinheiro para pagar os conhecidos cursinhos, ou jovens que não têm, na sua região, universidades públicas federais ou estaduais, estando, pois, impossibilitados de chegar ao curso superior. Agora, eles já dispõem do ProUni, que ajuda. Entretanto, em última análise, são jovens que aproveitam a oportunidade e vão àquele país obter a sua formação.

Então, são essas as informações que eu queria dar.

Registro ao Senador Hélio Costa que fiquei muito honrado com esse convite. Reafirmo que estou sempre à disposição desta Casa e agradeço publicamente, nesta Comissão, onde vim dar esclarecimentos sobre o ProUni, o acolhimento que esta Casa teve para produzir um diálogo de alto nível, o que possibilitou aprovarmos aquele projeto que gerou hoje um novo sistema de ingresso no ensino superior no Brasil. Se são 126 mil jovens que entram nas Universidades federais por ano; são 112 mil jovens que passam a entrar nas particulares, a maioria deles com bolsa inteiramente bancada pela União Federal.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, gostaria ainda de ouvir do Sr. Ministro explicações sobre aquela questão da Universidade do Amazonas, mais precisamente sobre essa taxa de inscrição de R\$5 mil. Isso é legal?

O SR. TARSO GENRO – Perdão. Essa cobrança é feita, Senador Valdir Raupp, com os mesmos critérios com que são cobradas as inscrições para os vestibulares, ou seja, é um vácuo legal que existe na regulamentação da autonomia, que permite que as universidades façam isso. Na proposta que estamos encaminhando de reforma da educação superior, estamos propondo a proibição de qualquer cobrança originária da universidade pública. Há uma zona cinzenta, um vácuo de legalidade a partir do conceito de autonomia, que permite ou não permite, segundo alguns mandados de segurança já conseguidos para as pessoas que tentam fazer a sua inscrição gratuitamente. Mas há uma zona *gris*, pela qual a universidade faz essa cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Nós evidentemente já encerramos o nos-

so ciclo de perguntas. Mas vejo que o Senador Pedro Simon nos pede a atenção, até para saudar o seu ilustre conterrâneo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu teria o maior prazer em fazer uma saudação, mas, na verdade, não quero fazê-la. É que decidimos ontem que aproveitaríamos a reunião para fazer a outra pergunta a V. Ex^a, Sr. Ministro.

O SR. TARSO GENRO – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E é exatamente o que eu gostaria de poder falar.

Em primeiro lugar, eu felicito ao meu amigo e bravo companheiro que está fazendo um trabalho muito importante no Ministério. Mas eu o felicito principalmente pelo que saiu na Imprensa com relação à possibilidade de troca da dívida por investimento em Educação. Essa é uma matéria que aqui no Congresso vem se discutindo muito e eu, de modo especial, tenho debatido bastante sobre ela desde o tempo do Governo Fernando Henrique. Em nível nacional se debate sobre a possibilidade de que parte da dívida dos países do terceiro mundo, ou dos países em desenvolvimento, seja trocada por investimentos, quer em infra-estrutura, quer no social, como o combate à fome, a construção de casas ou moradias de baixa renda e a educação. O próprio Presidente Lula, na abertura da Conferência Nacional da ONU, o ano passado, fez referência a isso.

O Presidente do Banco Mundial se referiu a essa matéria. O próprio Papa abordou esse assunto quando falou na vergonha do mundo quando imaginamos que com uma parte, uma média parte do que é gasto quando as grandes nações se preparam para a guerra se resolveria o problema da fome no mundo. É dentro desse contexto que eu vi, com muita satisfação, a posição do nobre Ministro de encaminhar a possibilidade de ver a perspectiva de converter dívida em investimentos em Educação.

Nós tivemos agora, há poucos dias, um êxito na Argentina, quando aquele país e a Espanha iniciaram esse diálogo. A quantia pode não ter sido muito grande, setenta milhões, mas é importante. E foi um primeiro...

O SR. TARSO GENRO – Sessenta e dois milhões de Euros. É uma quantia razoável...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É um bom bocado.

O SR. TARSO GENRO – ... para o orçamento argentino.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente. E que é um início realmente significativo.

Ontem estive aqui o Ministro da Fazenda e eu fiz a S. Ex^a essa pergunta. Ele disse que V. Ex^a esta-

va trabalhando nisso e que ele lhe daria todo o apoio, todo o estímulo nesse sentido, embora ele não fosse muito...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE – Entusiasta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (*Inaudível*) confiante na possibilidade de o mundo olhar dessa forma. Eu o achei meio “economês” nesse sentido. Mas eu discordo. Eu acho que V. Ex^a está indo num caminho certo e o primeiro passo na Educação é altamente positivo. Nós não podemos nos esquecer de que hoje, nosso amigo Ministro Tarso, o Brasil é o campeão do mundo em pagamento de juros de dívida externa. O Banco Mundial poderia colocar um quadro do tamanho da parede com a fotografia do ex-Ministro da Fazenda do Governo Fernando Henrique, que foi quem deu o maior lucro que o Banco Mundial teve em todos os tempos. E se o nosso amigo Presidente Lula não mudar, o Ministro Antonio Palocci terá o segundo quadro também. Então, eu acho que nesse sentido o trabalho de V. Ex^a é excepcional e deve ter o apoio.

Eu estou nisso e pedi que na audiência de V. Ex^a – e o nobre Presidente e os Membros da Comissão concordaram – fosse aditada essa questão, primeiro para trazer nossa total solidariedade. Eu acho que ela é importante e é significativo que o Senado dê força a isso. Digo que V. Ex^a conte conosco com o que for necessário e desejo ouvir de V. Ex^a alguma explicação do que está sendo feito e onde nós podemos ajudar.

Meus cumprimentos e obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Antes que alguém se manifeste, devo esclarecer ao Senador Pedro Simon que o requerimento de sua autoria, encaminhado ontem, durante a reunião da Comissão de Educação, foi aprovado, sim, e encaminhado ao Sr. Ministro na tarde ontem.

Evidentemente, o Ministro não teve condições de receber o seu requerimento. Muito embora tenhamos...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É porque V. Ex^a não conhece tanto o Sr. Ministro como eu. Ele está pronto para responder a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. A qualquer momento que não seja nesta reunião, porque, a primeira observação que fez o Ministro, ao chegar aqui, é que preferiria voltar, numa outra reunião, para atender ao requerimento de V. Ex^a. Entendendo que é um assunto tão importante, como havia também uma solicitação do Senador Paulo Paim para que ele respondesse sobre as escolas técnicas, o Ministro se propõe a voltar para falar de escolas técnicas, de financiamento à educação e outros assuntos.

Agora, evidentemente, o Ministro tem todo o direito de responder a duas palavras sobre o assunto, até

para encaminhar e deixar V. Ex^a mais tranquilo. Até vou fazer coro com V. Ex^a, como o fiz ontem, no sentido de que, na hora em que aprovarmos, vamos colocar todos os Estados na fila para converter dívidas estaduais em créditos de educação. Em Minas Gerais, isso vai ser uma beleza. Pagamos R\$160 milhões, todo mês, ao Governo Federal em detrimento da educação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Se fosse possível, gostaria de fazer algumas pequenas observações antes de o Ministro se referir ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Temos o compromisso de liberar o Ministro às 13 horas. Já estamos atrasados por sete minutos, mas, evidentemente, se o Ministro concorda, estamos inteiramente às ordens.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou ser bem objetiva, Sr. Ministro, porque, inclusive, tive a oportunidade, quando veio a divulgação pela imprensa da tomada de decisão de fazer todo esse reforço, essa proposição, nos organismos internacionais da troca da dívida, de saudá-la no Plenário, porque entendo que seja algo da maior relevância e vem numa lógica de que o Governo brasileiro, atualmente, tem tido uma posição muito clara de abrir caminhos. Quando senta com o FMI e negocia que a questão do investimento em infra-estrutura deixa de ser contabilizado para efeito de superávit primário, está abrindo isso não apenas para o Brasil, mas para os demais países. Quando vai para a Organização Mundial do Comércio, com as proposições contra os subsídios agrícolas, não está fazendo isso apenas no interesse do Brasil, mas de todos os países com um perfil assemelhado ao do Brasil, em termos de disputa do mercado internacional com os grandes produtores que subsidiam a sua agricultura.

Então, entendo que essa medida, essa posição adotada, cujo grande batalhador foi V. Ex^a, até para que fosse aprovada dentro do Governo, deve ser enxergada sob a ótica de o Brasil estar tomando à frente os interesses de um conjunto que, ou tem um tratamento diferenciado, ou tem, em termos internacionais, uma postura coletiva de enfrentamento dos grandes interesses das maiores nações e do poderio econômico.

Assim, queria colocar nesse contexto essa decisão de pleitearmos e brigarmos, em nível internacional, pela conversão da dívida em aplicação e investimento na educação.

O SR. TARSO GENRO – Vou responder brevemente a essa questão e fico à disposição do Senador Pedro Simon e desta Casa para maiores esclarecimentos. Esse movimento surgiu de uma reunião em Buenos Aires entre os Ministros de Educação do Mercosul, a

partir de uma proposta primeiramente formulada pela Argentina, com um documento comum então firmado pelo Brasil, Argentina, Bolívia e por alguns países que participaram dessa reunião há um ano aproximadamente.

A partir desse momento, fizemos uma consulta ao governo espanhol, e este nos respondeu, por meio da Organização dos Estados Ibero-americanos, que compartilhava da posição, queria participar desse movimento e, mais do que isso, estaria disposto a dar um exemplo no bojo do movimento em relação à dívida que pode ser perdoada de Estado para Estado. Há dívida de Estado para agência e assim por diante.

A partir dessa reunião dos Ministros da Educação, fiz uma consulta ao Ministério da Fazenda. O Ministério da Fazenda me enviou um documento, onde faz um conjunto de observações técnicas mostrando – e eu gostaria de colaborar com essa questão da dívida –, na visão da Fazenda, alguns obstáculos de natureza jurídica e técnica que efetivamente existem para o caso brasileiro.

Com esse documento da Fazenda, fui ao Presidente da República, porque, embora eu tivesse assumido essa posição na reunião de Buenos Aires, eu o fiz enquanto era o responsável pelo Ministério da Educação. Levei, então, ao Presidente da República esse documento da Fazenda e o documento originário dessa reunião de Buenos Aires e também um diagnóstico feito pela Organização dos Estados Ibero-Americanos. E mais, levei também uma resolução da Conferência Internacional da Unesco, onde o Brasil, através da minha pessoa, defendeu a posição segundo a qual a Unesco deveria assumir esta batalha. E a Unesco fez menção expressa nesse documento tirado na reunião internacional ocorrida em Genebra.

Apresentei ao Presidente esses documentos, e o Presidente fez uma carta ao Presidente Zapatero, dizendo que o Brasil estava de acordo com o movimento e queria compartilhar com a Espanha e com a Argentina dessa mobilização. Depois desta carta – não sei se há alguma conexão, mas obviamente tem relação política – o Presidente Zapatero, em visita à Argentina, fez o perdão da dívida de 62 milhões de euros para investimentos em educação.

Agora temos uma agenda: em maio, uma reunião do comitê – OEI, Unesco, Brasil, Argentina e Espanha, que ocorrerá em Madri. Essa reunião do Comitê convocará uma reunião preparatória, que será em julho ou agosto, já para apresentação de propostas técnicas, porque a nossa equipe está trabalhando no MEC, juntamente com a Fazenda, com dados oferecidos pela Fazenda. E nós convocaremos uma reunião preparatória para julho, para apresentação dessas propostas

técnicas. Depois deverá ocorrer uma conferência internacional, que será em setembro ou outubro, data a ser marcada, de todos os países interessados em processar esta negociação. Obviamente isso só poderá ocorrer se houver uma grande mobilização social nos países. Não acredito em nenhuma reforma e também em nenhuma negociação internacional séria, profunda, de interesse pública, se não for um movimento da sociedade sobre o Estado. E isso não tem nada a ver com o Presidente Lula, com o Presidente Zapatero ou com o Presidente Kirchner; isso tem a ver com a forma através da qual os Estados se enredaram no processo de globalização financeira. E essas decisões são de alta densidade política, que se fazem contra uma visão tipicamente técnica, tipicamente contábil das relações internacionais.

O Presidente da República tem uma posição clara sobre isso, um documento formalmente encaminhado ao Presidente Zapatero. O processo está em andamento, o Ministério da Fazenda está colaborando conosco nessa questão. Obviamente ao Ministério da Fazenda sempre compete colocar as questões de natureza técnica, os obstáculos formais, mas com uma postura solidária e colaborativa em relação a essa questão. Tanto é verdade que foi fundamental essa posição de isenção da Fazenda em relação à questão, para que o Presidente da República assumisse essa posição. Tenho uma vasta documentação sobre isso que coloco à disposição desta Casa.

Creio que este ano teremos em setembro um grande movimento internacional, porque essas relações só podem ser relações obtidas através de uma negociação, através de um processo contratual que se dá evidentemente numa relação de forças de natureza política no plano global.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG)

– Vamos terminar a reunião sem o Senador Suplicy falar absolutamente nada?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Ontem, com o Ministro Palocci, falei 28 minutos e estou comprometido a não exagerar. Posso falar em 28 segundos?

Quero cumprimentá-lo por essa iniciativa, Ministro. Para o esclarecimento de todos nós, pergunto – sei que V. Ex^a tem, prezado Ministro Tarso Genro, explicado isso –: do ponto de vista do credor do governo espanhol, como surgiu no Presidente Zapatero a clarividência para dizer que era uma boa idéia, que irá inclusive interessar à Espanha? Se estamos sendo credores de 62 milhões de euros e podemos considerar que, ao invés de a Argentina nos pagar 62 milhões de euros, vamos transformar isso num projeto pelo qual a Argentina propicie mais oportunidade de educação

para o seu povo e, com isso, vamos também nos beneficiar disso, como se dá isso? Como é a mágica? Acho que na sua explicação...

O SR. TARSO GENRO – Foi uma relação política da Organização dos Estados Americanos com o governo espanhol.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exato. Mas qual a

O SR. TARSO GENRO – E a partir da eleição do Presidente Zapatero, com um diálogo interno em que houve dificuldades inclusive com o próprio Ministério espanhol. Mas foram superadas por meio de uma relação do Presidente e do seu Ministro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas qual foi a palavra de persuasão sua ao Ministro da Fazenda espanhol?

O SR. TARSO GENRO – Aí foi OEA.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bom, mas – digamos que isso seja colocado para o FMI, para o Banco Mundial, para o governo dos Estados Unidos da América ou para as instituições financeiras – como persuadir o responsável pela instituição financeira, diante da qual o Brasil tem eventualmente uma certa dívida, de que isso poderá ser positivo para a instituição?

O SR. TARSO GENRO – Eu me prontificaria vir a uma reunião especial para responder. Pode ser?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um dribble do Garrincha, do Pelé ou do Maradona.

O SR. TARSO GENRO – Mas há várias possibilidades.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Agradeço a contribuição do Senador Suplicy. E, certamente, em nome de todos os Senadores e de todas as Senadoras, agradeço ao Ministro Tarso Genro a sua participação nesta audiência pública, que foi muito esclarecedora e, certamente, com as suas observações definitivas sobre a questão.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h17min.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de Março de 2005, às 11:30 Horas.

Às doze horas e um minuto do dia vinte e dois de março de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala

Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, SIBÁ MACHADO, AUGUSTO BOTELHO e VALMIR AMARAL**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a finalidade de discorrerem sobre a nova atribuição desta Comissão, que passa a opinar sobre assuntos atinentes à Defesa do Consumidor, em conformidade com o **Requerimento nº 01, de 2005-CMA**, aprovado em 01.03.2005. A seguir são convidados a tomar parte da mesa o Dr. RICARDO MORISHITA, Diretor do DPDC – Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, o Dr. SEZIFREDO PAZ, Coordenador do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e a Dra. ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGOS, Assessora Jurídica do PROCON-DF. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os Senadores, **GERSON CAMATA, AUGUSTO BOTELHO e FLEXA RIBEIRO**. Em seguida é apresentado, Extra-Pauta, o **Requerimento nº 05, de 2005-CMA**, que requer, “nos termos do art. 90, inciso XI, combinado com o art. 93, inciso II e com o art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) com a finalidade de que Sua Excelência Ministra do Meio Ambiente, Sra. **MARINA SILVA** apresente o Plano da Amazônia Sustentável”. **Autoria:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. Resultado: **APROVADO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Hoje contamos com a presença de ilustres palestrantes, que comentarão questões relacionadas ao direito do consumidor. O Dia do Consumidor foi comemorado na semana passada. Essas questões, que dizem respeito aos interesses da sociedade brasileira, realmente terão um aprimoramento e um acompanhamento mais estreito desta Comissão.

Comemora-se hoje o Dia Internacional da Água, insumo que cresce em importância a cada dia. Seguramente manifestações as mais diversas deverão ocorrer nesta Casa e em outras partes do País, em razão de ser esse um dos mais importantes insumos dos dias atuais.

Esta Comissão, que também abriga nas suas atribuições questões relacionadas ao meio ambiente, registra o reconhecimento da importância da água notadamente para o consumo humano, as preocupações que devemos ter com a sua preservação e os cuidados que devemos ter com o seu uso. Naturalmente, deveremos desenvolver ações e gestões que venham a otimizar o uso da água neste País.

De acordo com a pauta de hoje, haverá a oitava de três convidados: o Dr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; o Dr. Sezifredo Paz, Coordenador Executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec; e a Dr^a Alessandra de Almeida Camargos, Assessora Jurídica do Procon do Distrito Federal.

Na primeira etapa desta audiência, ocorrerá a exposição de cada um dos palestrantes a respeito da sua atuação e do objeto desta reunião. Na segunda parte, poderão ser feitos questionamentos pelas Sr^{as} e Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que disporá de 20 minutos para sua exposição.

O SR. RICARDO MORISHITA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, senhores presentes, saúdo esta Casa pela criação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Considero esse um dos atos mais significativos desde os 15 anos de publicação do Código de Defesa do Consumidor.

Em boa hora, o Senado começa a trabalhar mais diretamente com as questões do consumidor, que afetam sobretudo o dia-a-dia dos cidadãos e que têm um impacto bastante relevante na discussão sobre o direito à informação, práticas abusivas, boa-fé. Cada vez mais, o direito do consumidor passa a integrar qualquer tipo

de desenvolvimento sustentável que seja elaborado ou pensado em nosso País.

Saúdo e cumprimento o Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, pela criação da Comissão nesta Casa, que é tão importante para todos os brasileiros e, seguramente, para todos os consumidores.

Eu trouxe uma apresentação e vou tomar a liberdade de dividir a minha fala fazendo uma exposição geral e, depois, comentando alguns dados com V. Ex^{as}. Inicialmente farei um breve histórico da defesa do consumidor em nosso País, nos últimos 15 anos, contando principalmente a partir da edição e da publicação do Código de Defesa do Consumidor. Em uma segunda parte, pretendo conversar especificamente sobre uma ação que vem sendo desenvolvida desde o ano de 2003, o Sindec (Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor), que considero uma das questões mais importantes principalmente para o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, para os Procons do nosso País.

Foi muito curioso verificarmos, no último dia 15 de março – ocasião em que concedemos várias entrevistas e fizemos uma celebração ao Dia Internacional do Consumidor –, que a primeira memória que se teve foi a de se criar um paralelo entre o movimento da defesa do consumidor e a democracia no nosso País, e dizíamos o quanto essas duas questões andaram juntas durante todo esse tempo.

Quando nos referimos à figura do consumidor, pensamos principalmente na década de 1970, quando começaram a surgir os primeiros órgãos de defesa do consumidor. Se analisarmos os registros da época de 1976, por exemplo, quando foi criado o Procon São Paulo, veremos que a fala do consumidor era muito curiosa, porque, na época, o País começava a viver as suas crises econômicas. Trazendo à memória esse período, lembraremos que o preço da gasolina tinha estourado, subido mais de 1000%, e que o preço dos produtos da cesta básica estava em um momento bastante acentuado. E foi nesse ambiente que surgiram os primeiros órgãos de defesa do consumidor. Em 1976, no Governo Paulo Egydio Martins, foi criado o Procon de São Paulo.

E a fala do consumidor, em 1976, dentro desse ambiente, é muito significativa porque o cidadão, naquela época, ficou assustado ao ver se instituir um órgão do Estado que fosse atender aos seus direitos e encaminhar as suas reclamações. Naquele ano, a percepção do cidadão com relação ao Estado era de que o Governo realizava basicamente duas coisas: aplicava multas ou prendia. Era o Governo enquanto polícia. Então, essa primeira fala do consumidor é muito significativa porque ele fica surpreso diante de uma

situação nova e se depara com um Estado que abriu um órgão que pudesse atender aos seus reclamos, ao exercício dos seus direitos, bem como orientar, informar, encaminhar as reclamações.

É muito curioso esse primeiro momento, que contrasta de uma maneira extraordinária com o ano de 1990, quando é editado o Código de Defesa do Consumidor. Esse mesmo cidadão que, em 1976, vai a um órgão do Estado e fica absolutamente surpreso, em 1990, muda completamente seu discurso. Se em 1976 ele não sabia se tinha ou não algum direito, em 1990, quando é publicado o Código de Defesa do Consumidor, ele chega no atendimento do Procon e diz assim: “Fui lesado, e foi publicado um código, uma lei aí de proteção ao consumidor. Então, Procon, algum direito eu devo ter”.

Se acompanharmos a história um pouquinho mais à frente, não em 1990, mas em 1995, quando passamos pelo Plano Real, a fala desse consumidor é mais interessante ainda porque passa a dizer assim: “Eu tenho um Código de Defesa do Consumidor que foi publicado, eu fui lesado e não sei direito qual o artigo do Código que foi descumprido, mas eu tenho certeza de que um direito eu tenho. Aliás, Procon, quero que você garanta o exercício desses direitos que tenho”. Isso em 1995. É interessante, porque está o registro da fala desse consumidor nas fichas de atendimento. E em 2002, só para termos uma pauta de 1976, 1990, 1995 e 2000, cinco anos depois, começamos a ver algo mais extraordinário ainda, que é esse consumidor que vai aos Procons levar sua reclamação, sua insatisfação com relação às empresas, aos fornecedores, começar a mudar sua fala. Ele agora diz assim: Olha, eu fui lesado, devo ter algum direito. De novo não sei qual é o artigo do Código. Mas tem uma coisa: não adianta a empresa vir aqui e querer “me comprar”, não adianta ela vir aqui me barganhar.

Se ele estivesse reclamando, por exemplo, de uma caixa de fraldas, ou se ele estivesse reclamando de um produto alimentício, ele agora diz assim: não adianta a empresa vir aqui e me dar uma caixa de fraldas, não adianta ela vir aqui me dar uma caixa de bombons. Não adianta, porque eu fui lesado, e fui lesado de tal maneira que eu não quero que nenhum outro consumidor passe pelo que eu passei.

E ele consegue sair de uma questão eminentemente individual e avança para uma questão coletiva. Se percebermos todo esse caminho que o consumidor brasileiro traçou, veremos que em 1976 tinha uma consciência bastante pequena sobre o exercício dos seus direitos; em 1990, com a publicação do Código do Consumidor, ele já consegue materializar essa dimensão maior dos seus direitos; em 1995, ele já pas-

sa a exercer seu direito; e no ano de 2000 ele passa a exercê-lo não apenas de modo individual, mas também coletivo.

Se verificarmos a história do direito do consumidor no nosso País, veremos o quanto ela está ligada à introjeção de direitos, à consciência do exercício de direitos. Ela se confunde com a própria cidadania.

Há algumas questões importantes. Nos anos de 2004 e 2003 começamos a perceber que a consciência do consumidor ampliou e ampliou de maneira impactante.

O **marketing share**, que é uma pesquisa sobre as marcas líderes de mercado, demonstra que o consumidor brasileiro começa a escolher mais e começa a escolher bem os seus produtos. Era como se ele dissesse: como eu sei escolher o Presidente da República, o Governador do Estado, os Senadores, os Deputados, os prefeitos, os vereadores, eu também sei escolher produtos.

E na escolha dos seus produtos ele não apenas começa a levar em consideração preço, mas ele também começa a questionar qualidade, garantia, informação, ou seja, o nosso consumidor passa por um processo de conscientização cada vez maior.

Um outro dado é curiosíssimo. Costumamos dizer: nesses quinze anos de Código, o que se ganhou? Quais foram as modificações?

Acho que há algumas mensagens, algumas idéias muito simples. Na década de 90 ou em 1989, quando íamos a um mercado comprar um produto, como sabíamos se o produto estava ou não estragado? Tínhamos até umas dicas, se se tratasse de um produto enlatado. Víamos se a lata não estava estufada, se ela não estava enferrujada. Mas e se não fosse um produto enlatado? Como o consumidor sabia se o produto estava ou não dentro da validade?

Hoje, é muito simples. Vamos ao supermercado e procuramos a validade dos produtos.

Ao lado dessas questões como direito à informação e práticas abusivas dos contratos, uma outra coisa foi importantíssima para a sociedade brasileira. Foi o patrimônio moral e ético que os consumidores construíram.

O nosso Ministro disse que o Código não foi apenas uma lei que pegou, mas foi uma lei que foi tomada pelo cidadão e sua aplicação foi levada adiante. O consumidor brasileiro hoje exige não apenas a qualidade e a informação dos produtos, mas também respeito, boa-fé.

Recentemente, instauramos vários processos relativos à maquiagem de produtos. Os senhores se lembram o que é a maquiagem de produtos? Vou fazer uma rememoração para ficar claro. Começou com

rolos de papel higiênico em pacotes de quatro ou de seis unidades. Se os senhores olharem para aquele rolo os senhores terão a impressão nítida de que os senhores estão levando exatamente o mesmo rolo de 40 metros. Só que quando o senhor chega em casa e vai utilizá-lo, percebe que, em vez de 40, tem 30 metros. Foram suprimidos dez metros e a informação não foi clara, não foi ostensiva, não foi correta e adequada para os consumidores.

Qual foi a lesão que se perpetrou nesse caso? E qual foi a reclamação que os consumidores fizeram? Não apenas com relação ao direito à informação, mas foi também com relação à boa-fé, à transparência nessa relação. Se houve a diminuição dos produtos, isso tem que ser informado de maneira adequada, de maneira clara, de maneira precisa para os consumidores. Essa é a relação que os consumidores conseguiram construir, é esse o patrimônio moral, o patrimônio ético que os consumidores construíram em todos esses quinze anos. Acho que isso foi um grande ganho não apenas para ele, mas também para a própria sociedade brasileira.

O Dr. Ode costuma dizer uma frase que acho importantíssima; ou seja, sem responsabilidade social não há sustentabilidade a médio e longo prazo para as empresas. Esse tema é não apenas verdadeiro, mas também necessário. O direito do consumidor saiu das discussões sobre rotulagem, informação, data de validade e passou a integrar diretamente a própria sustentabilidade do desenvolvimento econômico do País. Esse é um critério muito claro para mostrar a confiança do consumidor nas empresas, a confiança no comportamento das empresas e no respeito que as empresas passam a ter diante desses consumidores.

O consumidor aprendeu, Senador, que hoje não é apenas a publicidade que vende produtos. Ele sabe que na publicidade promete-se maravilhas, promete-se o mundo fantástico e extraordinário do faz-de-conta. Os consumidores passaram a olhar cada vez mais não apenas a publicidade, porque eles sabem se uma empresa respeita ou não seus direitos olhando a conduta prática. É na prática que ele vai verificar qual é o respeito que aquela empresa tem perante os seus direitos, perante a aquisição e a relação de consumo que foi perpetrada.

Com relação a esse breve histórico, podemos dizer que:

A defesa do consumidor não teria se desenvolvido, não teria avançado se não tivéssemos caminhado também com a abertura e desenvolvimento da democracia.

2) Nesses quinze anos, o grande patrimônio que o consumidor construiu, que a sociedade conseguiu

construir foram padrões e referências éticas e morais importantíssimas para o seu dia-a-dia; ou seja, não enganar, ser honesto, ser transparente, ter produtos com garantia, ter produtos adequados ao seu consumo.

3) A defesa do consumidor tem um grande desafio. Não se trata apenas de lidar com questões diárias de informação, de afixação de preços, mas principalmente demonstrar que, cada vez mais, para haja sustentabilidade das empresas precisa haver a defesa do consumidor.

O grande exemplo disso, para finalizar e poderemos falar um pouco do Sindec, é a questão da pirataria. O Ministério tem uma Comissão de Combate à Pirataria. Esse é um tema bastante sério e importante. Quando um fornecedor não oferece nenhuma garantia de qualidade, nenhuma garantia para os consumidores sobre os seus produtos, ele passa a concorrer diretamente apenas com o elemento preço. Muitas vezes, os produtos pirateados, que são do comércio informal podem oferecer preços mais vantajosos para os consumidores. Vejo, cada vez mais, a importância que tem a defesa do consumidor, seja garantindo produtos, seja garantindo direitos, tendo um canal aberto para o consumidor e oferecendo não apenas preços, mas também qualidade e garantia para os produtos para os nossos consumidores.

Assim, começamos a perceber que a defesa do consumidor tem uma dimensão não apenas com essas questões dos direitos básicos, que são importantes, mas também com o próprio desenvolvimento econômico das empresas e, portanto, do nosso País.

Ao lado disso, comunico aos Srs. Senadores uma ação importante que está sendo implementada pelo Ministério da Justiça, pelo DPDC, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, um órgão da Secretaria de Direito Econômico.

Durante muito tempo, há mais de dez anos, havia um projeto para se tentar harmonizar não apenas o atendimento dos Procons mas sobretudo a base de dados do atendimento dos Procons. Desde o ano passado, em dois anos e três meses, conseguimos não apenas avançar nesse processo mas também ter, como está demonstrado aqui no telão, cinco Estados funcionando com o mesmo sistema de atendimento, harmonizado, uniformizado, padronizado e, mais ainda, produzindo uma base de dados que tira um retrato fiel do que são hoje as relações de consumo e, principalmente, do que é hoje o atendimento nos órgãos de proteção e defesa do consumidor. Costumamos dizer que é muito difícil alguém fazer um diagnóstico pelo telefone, um médico fazer um diagnóstico pelo telefone. Dizemos a mesma coisa com relação às relações de consumo. É muito difícil se fazer um diagnóstico das

relações de consumo sem uma base de dados correta, informatizada, harmonizada, com dados seguros e confiáveis para se avaliar o que é hoje o dia-a-dia dos nossos consumidores.

A primeira tela mostra os cinco primeiros Estados que já estão trabalhando com o sistema, em que consta o dia-a-dia de atendimento dos seus consumidores. O primeiro Estado é São Paulo, com a Fundação Procon de São Paulo. Esse é o Estado em que celebramos o convênio e recebemos esse programa, que depois foi adaptado e trabalhado de acordo com a característica de cada Estado. Depois, há o Procon municipal de Belo Horizonte, o Procon estadual da Bahia, o Procon estadual do Espírito Santo e o Procon estadual do Pará.

Utilizamos uma base de dados a partir do dia 22 de fevereiro, que foi a data em que o Procon do Pará começou a trabalhar com esse novo sistema, com esse sistema de atendimento ao consumidor, de registro de atendimento de reclamações. Por isso, escolhemos esse período do dia 22 de fevereiro a 10 de março de 2005. São esses os dados que gostaria de comentar com os senhores, para ilustrar o que vem sendo hoje o atendimento dos Procons com relação aos nossos consumidores.

Sobre o primeiro dado que consideramos interessante, todos, no fundo, sabem, mas agora temos documentado. Quem mais procura os órgãos de defesa do consumidor são as mulheres, tanto na Bahia, como em Belo Horizonte, no Espírito Santo e no Pará. O único local onde esse número é um pouco mais equilibrado, onde os homens reclamam um pouco mais do que as mulheres, é o Estado de São Paulo, mas, nos outros casos, vimos confirmando esse diagnóstico que todos que estão no dia-a-dia de atendimento sabem: quem procura os Procons, quem procura os órgãos de atendimento ao consumidor são as mulheres.

Quanto ao atendimento da faixa etária, em cada um dos Estados podemos perceber que há um padrão nesse atendimento. Nenhum Estado difere muito do outro com relação à faixa etária. Sabemos que, é claro, quem mais procura os órgãos de defesa do consumidor são os consumidores economicamente mais ativos. Na faixa de 21 anos a 50 anos, estão as principais demandas.

Por que isso chama a atenção? Começamos a ver essa funcionalidade, essa instrumentalidade do Sindec. Quando olhamos para esse gráfico, percebemos que dois segmentos da população têm procurado pouco os órgãos de defesa do consumidor: os idosos, aqueles acima de 61 anos – vemos que há uma demanda muito pequena dos idosos –; e os jovens. É claro que, quando a vemos esse tipo de diagnóstico,

percebemos que é necessário, cada vez mais, que não apenas os Procons, mas também as entidades civis e todo o sistema nacional de defesa do consumidor, tenham um foco maior na produção de material tanto para os jovens quanto para os idosos, seja material de informação, seja material de orientação, seja material para estimular esse tipo de procura, esse tipo de contato com os nossos consumidores.

É claro que, quando olhamos para esses dados, percebemos que o nosso público alvo, o destinatário dos materiais de orientação, de informação, de comunicação é essa faixa etária dos 21 anos aos 50 anos de idade.

Outro dado interessante é o referente ao atendimento por área. Dividimos em sete as áreas clássicas de atendimento ao consumidor. Vejo presente o Professor Antônio Herman Benjamin. Tivemos o privilégio de contar com ele no início do Procon, em 1976, e, desde aquela época, essas áreas foram mantidas. São as áreas clássicas de atendimento ao consumidor: alimentos, assuntos financeiros, habitação, produtos, saúde, serviços essenciais e serviços privados. Isso nos mostra qual é o tipo de demanda que temos nos cinco Estados brasileiros.

O primeiro comentário é que todos têm um certo padrão. Conseguimos perceber que assuntos que são mais demandados pelos nossos consumidores de uma maneira padrão, ainda que seja num Estado do Norte, como o Estado do Pará, onde já está funcionando, ou no Estado de São Paulo, no Estado da Bahia, na cidade de Belo Horizonte ou no Estado do Espírito Santo. Todos seguem o mesmo padrão. O segundo comentário é que, nesse período do dia 22 de fevereiro ao dia 10 de março – este é o dado que chama a atenção –, há alguns temas mais procurados pelos nossos consumidores. O primeiro deles, está focado na área de produtos. Consegue-se perceber, pelos dados estatístico – 32% dos consumidores na Bahia; 33%, de BH; 27%, do Espírito Santo; 33%, do Pará; 19%, de São Paulo – que, de cem consumidores, 32 procuraram os Procons para perguntar sobre produtos. Ou seja, os índices mostram que a área de interesse do consumidor é a de produtos.

Logo ao lado, vemos os assuntos financeiros. Destacam-se Belo Horizonte e Espírito Santo. Vê-se, nesses Estados, questão específica relativa a assuntos financeiros.

Como essa é uma base de dados muito farta, permite cruzamentos, pesquisas específicas. Se, por exemplo, isolarmos os dois dados e perguntarmos que tema foi mais procurado pelos consumidores nos dois Estados em relação a assuntos financeiros, a resposta será: cartões de crédito. Não por acaso, recentemente

o Ministério da Justiça instaurou 19 processos contra as administradoras de cartões de crédito por algo que não deveria ocorrer há muito tempo, que é muito preocupante. Trata-se da velha prática do envio de cartões de crédito sem solicitação.

Em 1998, foi firmado um termo de ajustamento de conduta com as administradoras de cartões de crédito, pelo qual elas se comprometeram a não mais enviar cartões de crédito aos consumidores. Mas pudemos observar que, entre 2003 a 2005, as empresas não cumpriram o acordo, tanto que também nos Procons se reflete esse tipo de reclamação. Todavia, elas ainda têm o direito de defesa.

Do lado de produtos, na área de serviços essenciais ligados especificamente à telefonia celular, Bahia e São Paulo causam preocupação aos Procons. Mostraremos daqui a pouco, no próximo gráfico.

Achamos importante mostrar para os senhores que a forma de atendimento mais procurada, mais apreciada pelo consumidor é o atendimento pessoal. Isso está claro aqui. Há Procons que disponibilizam atendimento via carta, via telefone ou e-mail, mas o consumidor brasileiro prefere o atendimento pessoal. Somos um povo com uma cultura oral muito rica, o que favorece o contato pessoal. Indiscutivelmente o atendimento pessoal é o preferido pelo consumidor brasileiro. De 100 consumidores, 98 procuraram atendimento pessoal. Exceto em São Paulo, em que, por ser uma capital e apresentar dificuldade de transporte e locomoção, o consumidor prefere um atendimento telefônico.

Fica aqui mais do que registrada a importância do atendimento pessoal, seja no tocante ao direito geral, como no caso dos Procons, seja no caso das agências reguladoras. Nesta última, o fechamento dos postos de atendimento causa não apenas de insatisfação, mas também dificulta o acesso dos consumidores a esses direitos.

Esse gráfico, embora seja de apenas 15 dias, pode demonstrar claramente a nossa demanda.

O próximo gráfico mostra o tipo de atendimento prestado pelo Procon. Aqui, chamo a atenção para um fato importantíssimo. Observo aos Srs. Senadores que há muito poucos Procons municipais no nosso País. Muito embora em todos os Estados existem Procons, apenas 10% dos Municípios os têm. Isso dificulta o atendimento do nosso cidadão.

Há ainda um dado quero comentar. Os Procons promoveram uma cultura em todo o País, pois, muitas vezes, o cidadão é lesado e não sabe a quem procurar, a quem recorrer, aonde ele vai necessariamente ainda aos Procons. E no interior, o consumidor não sabe que órgão procurar. O Procon faz uma coisa extraordinária,

que é o atendimento extra-Procon. Registramos o atendimento, e ao contrário de uma cultura que existia, que era extremamente perniciosa para a Administração Pública brasileira, que é dizer ao cidadão: “Não é aqui. Procure outro órgão. Nós não fazemos isso.”

O Procon quando depara com um cidadão que tem um caso que não é de atendimento do próprio órgão, nós o mandamos procurar o órgão que deva atendê-lo. Procuramos esse órgão e o indicamos ao cidadão com toda a certeza e adequadamente. Não o cidadão que sai correndo à procura do órgão que irá lhe atender. Somos nós, o próprio Procon, um órgão público, que procura, em nome do cidadão, e indica-lhe corretamente onde o serviço deve ser feito. Se olharmos esses dados aqui, percebe-se que ainda é alto o atendimento que não é necessariamente do Procon, porque não é relação de consumo, não tem nada a ver com relação de consumo, mas o Procon atende ao cidadão e o encaminha ao órgão adequado. Sabe o que é isso, Senador? Muitas vezes isso é uma briga de vizinhos, e ele não sabe a quem recorrer. Muitas vezes o cidadão quer tirar uma certidão de nascimento, ele quer discutir uma questão fiscal, ele quer regularizar, são, na maioria, questões que não são do atendimento do consumidor, mas que ainda assim temos uma demanda muito grande. Está aqui, com 18%, com 9%, com 7%, 6% e 2% no Espírito Santo, por uma questão específica que a gente vê a data da criação do órgão. Mas, de outra maneira, a gente vê o quanto isso é importante.

Outro dado, que eu queria chamar a atenção dos senhores, que acho que seja limitado esse período de tempo, quando tivermos uma base de dados maior, isso vai poder ser confirmado ou não. Mas tenho a impressão que se confirma. É um fato pra se comemorar de uma maneira muito boa, a simples consulta. Os nossos consumidores desenvolvem a cultura e o hábito importante de antes de realizar uma relação de consumo, antes de realizar aquele contrato, de assinar aquele contrato, de adquirir aquele produto, de consultar o Procon. Prevenir é sempre a melhor solução. Está a cultura da prevenção demonstrada nos nossos atendimentos: 39% no caso da Bahia, 53% no caso de Belo Horizonte, 28%, 24% e 27%. O quanto é importante essa cultura da prevenção. É estimular, cada vez, o cidadão para que antes de assinar aquele contrato que vai causar uma lesão, antes de comprar aquele produto que vai poder causar uma lesão, é se informar. A informação e o conhecimento são ferramentas poderosas e estratégicas para prevenção de danos e conflitos de consumo. Acho que esse gráfico ilustra muito bem. E a série histórica dele vai nos permitir não apenas indicar a importância do destaque,

do investimento e da intervenção pública nesse campo da orientação e informação dos consumidores, como também do seu acompanhamento.

O próximo gráfico mostra o meio de consumo. Como é que nosso consumidor, de acordo com as reclamações, orientações e atendimento desses cinco Procons nos mostram. O consumidor procura comprar basicamente no estabelecimento comercial. É claro, é evidente, e isso não vai mudar, mas é importante que a gente tenha outros campos para detectar o tipo de variação que vamos encontrar. Por exemplo: a Internet. Este é um dado interessante que a gente começar a notar, que muitas compras começam a ser realizadas pela Internet. E outro dado, sabemos que é fonte geradora de conflitos dos consumidores, e agora temos como deixar isso registrado, são as questões das feiras e dos stands no meio de eventos. Quando se faz uma feira de móveis, uma feira de informática, achamos que é um importante estímulo, principalmente da área comercial. Mas, no entanto, é importante deixar registrado que, para o consumidor, muitas vezes, isso não é a melhor solução, porque o consumidor compra os seus produtos naquela feira, depois a feira termina, os fornecedores vão embora, e os consumidores ficam com um produto que não funciona, com um móvel com defeito, com dificuldade para localizar e encontrar esses fornecedores. É algo que chama a atenção, pois toda vez que se tem uma feira, principalmente os seus organizadores, as pessoas que promovem o fomento dessas feiras, vão perceber que pelo registro, quando se tem uma feira, naturalmente há reclamações específicas de feiras e de eventos. Por quê? Porque é o momento em que o consumidor ainda pode ser lesado, mais do que no comércio tradicional, do que no seu dia-a-dia de consumo. São dados que começamos a verificar.

Outro dado que também chama a atenção é o atendimento das compras e aquisições feitas via telefone. Começa-se a perceber que, em alguns Estados, começa a haver a cultura do comércio via telefone. É aquela oferta que se faz via televisão, por meio da qual o consumidor faz a contratação, a chamada via telefone.

Isso é importante porque, na medida em que começa a crescer, a estratégia dos órgãos de defesa do consumidor se dá com relação ao art. 49 do Código, que garante o direito de arrependimento. Quando o consumidor recebe o produto que comprou, tem o direito de, durante sete dias, ter o prazo de reflexão e, se se arrepender, desfazer a compra sem nenhum tipo de ônus ou custo para ele. Então, aqui está este dado que o gráfico permite, sempre lembrando aos senhores

que é uma base de dados, mostrando que é possível o cruzamento, fazer toda esta identificação.

O próximo dado interessa mais diretamente a todos nós, porque menciona os assuntos mais reclamados nos cinco Estados, além dos cinco principais assuntos de cada Estado. Percebe-se que Bahia, Belo Horizonte, Espírito Santo, Pará e São Paulo têm como principais temas que levam os consumidores aos Procons questões relativas à telefonia. Estão aqui os três principais pontos: Bahia, 18; Belo Horizonte, 5; Espírito Santo, 13. São aspectos dentro de todos os assuntos que os consumidores procuram os Procons. Há Procons que têm atendimento de 1.800 consumidores. Brasília tem quantos, Alessandra? 1.300.

A SRA. ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGOS (Fora do microfone.)

O SR. RICARDO MORISHITA – Só no Procon Central, 250 a 300 diariamente. Então, diante de todos os assuntos que, nesse período, o consumidor chegou a procurar o Procon, telefonia fixa, o produto telefone e telefonia celular são os três principais assuntos objeto de reclamação nos cinco Estados da Federação, o que nos dá um quadro bastante interessante para dizer qual o tipo de demanda que mais temos com relação ao consumidor.

Também fazem parte das principais reclamações em todos os Estados cartões de crédito, seguidos de temas específicos, como água e esgoto, no caso da Bahia; bancos comerciais, no caso de Belo Horizonte. Seguramente, há a questão de filas nos bancos, a demora do atendimento do consumidor nos bancos. Há uma forte demanda em Belo Horizonte nesse sentido. Os próprios Procons têm esses dados e podem também comentar com mais profundidade. Não queremos esvaziar a análise que cada Estado pode fazer.

Assuntos financeiros e escola, no caso de Pará e São Paulo. Todo início de ano – é quase uma sazonalidade – há uma demanda muito grande em torno das escolas.

Quanto aos assuntos, vale a pena mencionarmos os problemas que levam o consumidor hoje aos Procons. Nos cinco principais Estados, o principal problema que leva o consumidor para os atendimentos dos Procons é cobrança indevida ou abusiva. O consumidor recebe contas muitas vezes injustiçadas ou que apresentam valor inadequado. É lamentável que, após quase 15 anos de publicação de Código de Defesa do Consumidor, algumas empresas ainda não estejam cobrando adequadamente o consumidor, sempre lembrando que, toda vez que há cobrança indevida, o consumidor, nos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC, tem o direito à devolução em dobro.

Contudo, esse é um dos temas que ainda toca todos os consumidores.

Outro aspecto que também atinge o consumidor diz respeito a produtos entregues com defeito, objeto de reclamação dos Procons dos cinco Estados. Creio que esses dados não são diferentes do Procon/DF. Provavelmente, a Sandra terá exatamente a mesma informação, porque acaba sendo um espelho para os Procons.

O produto entregue com defeito ainda é lamentável. Significa que o consumidor está levando o produto para casa, e o produto apresenta algum tipo de defeito. Ou não funciona, ou apresenta alguma impropriedade ou inadequação que faz com que não funcione. Quando falamos “entregues com danos e defeitos”, usamos um jargão lato, não no sentido estrito; não diz respeito à saúde ou à segurança, nem à funcionalidade, à impropriedade ou inadequação do produto.

Depois: Esse é um quadro que mostra como essa base de dados do Sindec, depois de um ano de funcionamento, dá-nos um retrato do que foi aquele ano com relação às principais demandas que os consumidores tiveram.

Chamo a atenção aqui para essa curva acentuada, que demonstra, claramente um problema que tivemos no ano passado, no ano de 2004, relacionado, por exemplo, com planos de saúde. Abril, foi o período em que ocorreu o reajuste dos planos de saúde, em que duas empresas, de uma maneira preocupante, lançaram seus boletos para os consumidores brasileiros com reajustes que vão de 47 até 87%, muitas vezes até de 100%, foram os reajustes dos planos de saúde. Está aqui. Começou no mês de abril. A gente vê, no mês de julho, o pico que de reclamações de consumidores. Os senhores imaginem que isso, no Procon, chegando, de cada cem pessoas, trinta pessoas estão falando exatamente do mesmo assunto, do mesmo problema, o grau de preocupação que nos causa. É claro que quando a gente vê um gráfico como esse, a gente percebe onde deve intervir, e, depois da intervenção, qual é o efeito que se causa. Depois da ação em que o Procon tem, em que ele passa então a intervir naquela relação, a diminuição que se tem.

Estão aqui os planos de saúde e estão aqui os outros temas.

O que vale a pena comentar, e acho que é um dado curioso, é a estabilidade de outros temas, como, por exemplo, alimentos e fiscalização. Quando se tem uma determinada estabilidade em termos de demanda e o quanto ele permanece durante todo o ano.

O outro dado que ali preocupa, é claro, são os serviços essenciais. Serviços essenciais aqui, se desdobrarmos essas informações, vamos chegar ali com

um problema relativo à telefonia celular. Foi exatamente esse período. Se os senhores perceberem bem, esses períodos de pico foram a partir do segundo semestre, quando se intensificaram principalmente as campanhas de vendas de telefones celulares etc., para os consumidores.

Esse é um retrato, Senador, que fico muito feliz, porque possivelmente, no ano que vem, o Estado do Tocantins também vai ter, graças àquele convênio que celebramos com o seu Estado, e que a partir deste ano vamos implementar também no Estado do Tocantins o Sindec. E, daqui a um ano, o Estado do Tocantins vai ter esse mesma ferramenta, que, diga-se de passagem, é automática. E queremos estender, levar isso a todos os Estados brasileiros. E que os Estados, depois, é um compromisso que eles firmam quando eles assinam convênio com o Ministério da Justiça, que eles levem ao seus Procons municipais. É importante que o dirigente municipal tenha essa informação para que ele possa, junto com as entidades civis, fazer trabalhos, fazer campanhas, dar esclarecimento à população, porque é uma forma mais técnica e com uma qualidade e precisão maior, de se promover a política das relações de consumo.

A gente sempre faz um agradecimento a esses cinco primeiros parceiros que trabalharam conosco nessa ação. E, dentro dos parceiros internos, a nossa Secretaria Executiva e a Coordenadoria-Geral de Tecnologia de Informática. Sem esses parceiros o Sindec não poderia ter caminhado. E penso que passa a ser um grande marco para os atendimentos dos Procons também nesse relacionamento que pretendemos ter cada vez mais com as entidades civis.

A articulação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor é um dado imprescindível não apenas para um melhor atendimento dos consumidores, mas, sobretudo, para a nossa sobrevivência e para que possamos enfrentar os desafios, que são cada vez maiores nessa área.

Então, com isso, queria agradecer aqui a atenção de todos e me colocar à disposição para a segunda etapa das perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Agradeço a intervenção do Dr. Ricardo Morishita, por essa primeira parte da sua participação.

Vamos ouvir agora a Dr^a Alessandra de Almeida Camargos, Assessora do Procon do Distrito Federal.

Com a palavra V. S^a.

A SRA. ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGOS – Gostaria de saudar o Senador, Presidente da Comissão, Leomar Quintanilha, o Dr. Ricardo Morishita, o Dr. Sezifredo Paes e todos presentes. Depois de uma

bela explanação como essa, do Dr. Ricardo Morishita, que retratou exatamente, vamos dizer assim, o dia-a-dia e as problemáticas do Procon, gostaria também, Ricardo, de parabenizar o Sindec, que retratou, apesar de o Procon-DF não participar ainda do Sindec, ele retratou a realidade de um Procon. É exatamente isso que temos no dia-a-dia. Mesmo não participando, o Procon-DF, vamos dizer assim, passa por problemas idênticos aos dos Procons de todo o Brasil.

Notamos que consumidor não só procura o seu direito dentro de um Procon, mas também exige que seja feita alguma coisa a mais, exatamente como já abordou aqui o Dr. Ricardo Morishita. Quer dizer, não só foi violado o direito individual, mas também o da coletividade. Ele sempre exige que seja feita alguma coisa. Observamos que o número de reclamações no Procon vem aumentando sensivelmente de um ano para outro.

Hoje, o consumidor é mais exigente. Ele não exige só o direito dele, mas que alguma medida, alguma providência seja tomada em relação àquela empresa.

Há pouco tempo, houve um grande problema entre o Procon/DF e a Claro, empresa de telefonia móvel. Essa empresa, infelizmente, teve um problema de bilhetagem atrasada, o que prejudicou vários consumidores. Tentando pacificar o problema, o Procon/DF assinou um termo de ajustamento de conduta com a Claro. Mas o termo foi desobedecido. Um consumidor me ligou certo dia dizendo que alguma providência deveria ser tomada, que era inadmissível tal situação e que alguma medida deveria ser tomada contra a empresa. Que dizer, o consumidor liga, exige providências, uma atitude maior em relação a Claro. Depois do telefonema, resolvemos interditar a empresa em razão do número de processos administrativos instaurados. Então, é interessante observar a conscientização do consumidor, vivenciada pelos Procons.

Vou falar um pouquinho do Procon, apesar da explanação do Dr. Ricardo. O Procon/DF formaliza as reclamações pessoalmente, o que ocorre em todos os Estados. E não poderia ser diferente. Nós formalizamos as reclamações e recebemos denúncias através do telefone 151, que são, em grande parte, averiguadas pela Fiscalização do Procon. Recebemos também e-mails. Mas, sem sombra de dúvida, é pessoalmente que o atendimento ocorre. A questão é mesmo cultural: o brasileiro ainda não sabe reclamar virtualmente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para ele não basta só isto.

A SRA. ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGOS – Justamente, Sr. Senador. Para ele não basta reclamar. O consumidor vai ao Procon após tentar um contato com a empresa para resolver o problema. Ele

já chega ao Procon com o seu psicológico abalado porque já houve uma tentativa e houve um desrespeito. A empresa, às vezes, não deu a devida importância à reclamação dele. Então, ele realmente chega, por assim dizer, querendo desabafar, expor o problema para cobrar uma atitude. O atendimento pessoal ocorre em maior número dentro dos Procons hoje. Isso demonstra que vem aumentando a conscientização do consumidor, o que nos deixa muito feliz.

O Procon/DF tem um projeto interessante de educação para o consumo. É uma preocupação de todos os órgãos de defesa do consumidor: educar o consumidor, repassar para ele os seus direitos. O projeto foi financiado pelo Fundo Gestor do Ministério da Justiça, e o material referente ao projeto foi repassado para os professores do Distrito Federal. Hoje, dois mil professores do Distrito Federal repassam a educação para o consumidor nas escolas públicas. Nós observamos que as crianças, para as quais são passadas as informações, cobram dos pais a leitura desse material.

Fizemos uma experiência interessantíssima. Levamos algumas crianças aos supermercados e mostramos a elas alguns aspectos do direito do consumidor. Isto é levar um pouco de cidadania para eles. Então, é um projeto interessantíssimo. As pessoas, no supermercado, ficaram até assustadas porque os meninos iam debaixo das prateleiras, passavam a mãozinha e pegavam lata amassada. Eles iam no **freezer** e colocavam a mão para ver se a temperatura estava ideal.

Então, essas crianças repassam isso para os pais, cobram dos pais. “Olha, não compre essa lata amassada. Você já olhou a validade do produto? Será que esse produto está com a validade adequada?” São, assim, precursores do direito do consumidor.

É um projeto interessantíssimo que vai ser levado para a Paraíba. O Odon já me solicitou uma autorização desse projeto e nós temos intenção de levá-lo para todos esses Estados. É interessantíssima essa questão da educação para o consumo. Ela tem que existir, é uma preocupação de todos os Estados hoje.

Fugindo um pouco do Procon, agora falando um pouco das nossas, talvez, dificuldades existentes, apesar do excelente trabalho do Dr. Ricardo Morishita, do DPDC e de toda sua equipe, que tem realmente nos dado um apoio excelente e a todos os Procons do Brasil. hoje nós podemos contar efetivamente com a efetividade do DPDC em todos os problemas.

Nessa quinta e sexta-feira passada, tivemos um seminário e observamos a necessidade de uma maior articulação do sistema. Ou seja, precisamos articular de uma forma melhor. Aí eu vejo a importância desta Comissão, Senador, que veio agregar ao sistema nacional de defesa do consumidor, veio fortalecer o sistema e,

obviamente, nos auxiliar, talvez, numa fragilidade que eu senti no sistema na questão de atuar efetivamente, principalmente nos projetos de lei que tramitam pela Casa. Então, a importância é dada a esta Comissão. Eu acho que não poderia ter sido criada em melhor hora como agora e veio fortalecer o sistema. Eu gostaria de parabenizar essa criação. Acreditamos que vamos contar com todos os senhores para agregar ao sistema nacional de defesa do consumidor.

Eu quero agradecer e passar a palavra para o coordenador executivo do Idec.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Nós agradecemos a intervenção da Dr^a Alessandra de Almeida Camargo, do Procon do Distrito Federal, e passamos a palavra ao Dr. Sezifredo Paes, coordenador executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec.

Tem V. S^a vinte minutos.

O SR. SEZIFREDO PAES – Boa-tarde a todos, boa-tarde, Senador Quintanilha, demais Senadores, Senadoras, senhores, senhoras, coube a mim trazer um pouco da visão das entidades civis e defesa do consumidor, ou seja, da sociedade, a sociedade civil organizada em relação ao consumo.

Eu também gostaria de agradecer pelo convite e dizer da nossa satisfação de ter esse fórum efetivo no Senado. Nós, algum tempo atrás, já havíamos conversado com alguns Senadores sobre essa necessidade de um espaço em que nós pudéssemos trazer as nossas preocupações, as nossas reivindicações também no Senado.

O Idec é uma associação civil de defesa dos consumidores. São pessoas físicas que se organizaram, e se organizam, para defender os seus direitos. Temos vinte mil associados. Propugnamos, claro, a independência das empresas. Não podemos aceitar, por exemplo, doações de empresas, dos partidos políticos. Não podemos aceitar até mesmo dinheiro do Governo que possa comprometer a nossa independência. Somos apartidários e, junto com outras organizações de consumidores do Brasil que existem hoje, são pelo menos cinquenta, criamos um fórum nacional que articula todas elas e já estamos em quatorze Estados. São entidades muitas vezes pequenas, voltadas, por exemplo, para a organização dos cidadãos de baixa renda em relação ao consumo, como existe em Fortaleza, ou de donas-de-casa, como há na Bahia, Minas e em outros Estados. Algumas que trabalham com defesa do consumidor e outros temas, por exemplo, meio ambiente; outras que são temáticas como, por exemplo, aquelas que atuam especificamente com planos de saúde. O fato é que o movimento civil de defesa do consumidor está em crescimento no Brasil

e, aqui, existe uma característica, pois nasceu sem nenhum apoio do Estado, diferentemente de outros países mais desenvolvidos, onde o Estado apoiou e ainda apóia o funcionamento das entidades civis, para que possam levar os interesses, as necessidades dos consumidores aos que tomam decisão.

Neste mês, comemoramos os 14 anos de vigência do Código e vamos comemorar, em setembro, os 15 anos da sua promulgação. Temos aí os 20 anos da Lei de Ações Cíveis Públicas e, claro, inevitavelmente paramos para fazer um balanço, particularmente neste mês. Este mês é como se fosse um mês do Natal dos consumidores, das entidades civis, dos Procons. É inevitável. Afinal de contas, avançamos ou estacionamos? Posso falar do ponto de vista das entidades civis, não apenas do Idec, que desenvolve uma série de atividades, por exemplo, testes comparativos, pesquisas, que acabam influenciando a qualidade de produtos e serviços. Por exemplo, as camisinhas brasileiras são de ótima qualidade, mas elas não eram até 1992, até 1996. Foi uma dura luta do Idec, do Inmetro e de outros órgãos, para que a nossa camisinha tivesse não apenas qualidade, mas uma regulamentação boa. Foram centenas de medicamentos retirados do mercado porque eram inseguros. Ainda hoje lutamos em relação a alguns deles, ainda hoje estamos lutando por um direito básico do consumidor em relação, por exemplo, à água. Hoje é o Dia Mundial da Água. Lutamos para que o consumidor possa ter a informação sobre a qualidade da água de abastecimento público que ele consome, desde o manancial até as torneiras.

Nos países mais desenvolvidos isso já é praxe, mas aqui, nos próximos dias, deverá ser assinado um decreto pelo Presidente, em que a sociedade pôde, inclusive, participar, junto com alguns Ministérios, e chegar a uma proposta. Mas temos que lutar muito.

Em relação à água, por exemplo, denunciemos e estamos muito preocupados – Senador, V. Ex^a é do Tocantins – com o cartão pré-pago de água que a Saneatins está implantando em Tocantins. O cartão pré-pago para telefone pode ter alguma vantagem, mas para a água ele é perverso, porque leva à autodesconexão dos consumidores. Ele foi implantado no Reino Unido e foi proibido pelo Parlamento no Reino Unido; foi implantado na África e está causando um sério problema de saúde pública, porque as pessoas compram uma cota de água, depois não podem comprar mais, e a companhia, com muito mais facilidade, corta a água, porque o faz na estação e não precisa ir mais à casa do cidadão, porque ela tem um equipamento eletrônico. Como dizemos, ele se autodesconecta.

Isso é um problema grave de saúde pública, e estamos muito preocupados. A empresa de Goiás tam-

bém está testando o sistema em Abadia de Goiás, em escala já grande. Não aceitamos isso e já levamos o problema ao conhecimento das autoridades, porque sabemos o que ocorreu na África e no Reino Unido.

Há também outras mazelas, como esse absurdo do valor da assinatura da telefonia. Existe até uma campanha para acabar com essa cobrança mensal abusiva. Atualmente, compramos um telefone, a preços que tínhamos anteriormente, a cada cinco ou seis anos, só em assinatura mensal básica. O Idec tem uma campanha mandando e-mails para as autoridades e procurando fazer com que, na Câmara dos Deputados, um projeto seja aprovado para proibir essa cobrança abusiva.

Há outros temas como alimentos e a luta em relação aos transgênicos. Vou dizer logo que as associações dos consumidores não são contra os transgênicos, contra a engenharia genética. Queremos, sim, uma regulamentação sólida, que preserve três direitos básicos: a proteção da nossa saúde, a proteção do meio ambiente e a rotulagem. Pelo menos uma já conseguimos, que é a rotulagem. Há uma grande ameaça, inclusive, por pressão das empresas, para que o Ministério da Justiça flexibilize as normas.

Sabemos que o Ministério da Justiça tem uma posição firme em relação a isso, que não vai ocorrer. Mas é uma luta dos consumidores.

Em relação a planos de saúde – já foi comentado –, isso é um flagelo. A primeira causa de reclamações dos associados do Idec ao nosso serviço de orientação são os planos de saúde. Trata-se de uma política pública mal conduzida, que trouxe um verdadeiro tumulto no ano passado. Tememos que isso se repita, neste ano, quando houver novamente os reajustes.

Nossa preocupação ainda são os medicamentos. O Brasil ainda tem medicamentos inseguros. Precisamos sanear esse mercado. Muito já foi feito, mas ainda há necessidade de se atuar nisso firmemente. Quanto à política pública de saúde, há uma campanha, cujo material trouxe para entregar à Comissão.

Outro tema que também nos preocupa – já apresentado apropriadamente pelo Ricardo – é a nova onda do mercado: a responsabilidade social empresarial, que, cada vez mais, está sendo apropriada como instrumento de *marketing*. Nós não vemos, efetivamente, tanta responsabilidade social assim nas empresas que têm, abusivamente, anunciado nos jornais. É uma preocupação nossa, dos consumidores, não apenas do Brasil. Todos reconhecem o papel importante que as empresas têm e devem ter no novo cenário, em que há cada vez mais mercado e menos Estado. Não podemos deixar de reconhecer o papel e contribuir para esse sentido.

Ainda em relação ao nosso trabalho, temos feito, já pelo segundo ano seguido, a avaliação das agências reguladoras do Brasil. Avaliamos sete agências ou sete órgãos reguladores que têm diretamente interesse em nosso trabalho e constatamos aquilo que já é notório: foram criadas agências reguladoras sem o marco regulatório adequado – algumas até depois de haver a privatização. Alguns órgãos funcionam totalmente à margem da proteção do consumidor, levando em conta efetivamente os interesses apenas do setor regulado. Não vou falar em captura, mas há forte tendência de prevalência dos interesses do mercado em relação à proteção dos consumidores. Essa é uma preocupação muito grande nossa. O PL de agências reguladoras pode, efetivamente, redirecionar a questão, mas é um projeto de lei ao qual temos de ficar atentos e de influenciá-lo.

Outro aspecto relevante são as políticas públicas de um modo geral que afetam os consumidores e como são tomadas as decisões em relação a essas políticas públicas. Não temos sido muito ouvidos em relação às principais decisões que nos afetam.

Darei um exemplo bem conhecido de todos e que nos preocupa muito – e sobre o qual creio que a Comissão pode nos ajudar muito –: a etiquetagem de preços de produtos. Hoje, não há um consumidor brasileiro que não fique indignado quando vai ao supermercado – isso não é raro e ocorre muita mais, às vezes, nas pequenas cidades, segundo relatos das nossas entidades –, vê um preço na gôndola, ou, às vezes, só o código de barras e, quando vai ao caixa, é surpreendido por um valor maior e abusivo infelizmente.

Já havia uma série de decisões judiciais segundo as quais cada produto deveria ter seu preço. Mas houve um *lobby* monumental do setor empresarial e dos supermercados. E conseguiram aprovar um projeto contra o parecer do Ministério da Justiça. O projeto foi à sanção do Presidente e foi sancionado. Hoje, retrocedemos quanto à informação do consumidor sobre a ‘precificação’. Esse é um exemplo bem objetivo.

No entanto, há outras políticas que nos preocupam, como as políticas de privatização, que já citei, assim como os acordos internacionais, que são assinados, muitas vezes, sem conhecimento mais detalhado da sociedade e que acabam impactando o nosso consumo, enfim, nossas relações de consumo no Brasil. Preocupa-nos, por exemplo, agora, a questão dos acordos que possam impactar determinados serviços, como o de correios e telégrafos, e outros que possam impactar a educação e a saúde. Esse é um tema em que, no Idec*, também estamos procurando buscar algum grau de competência para poder atuar.

Não vim aqui, obviamente, só para queixar-me dos problemas, mas também para dizer da perspectiva que a colega do Procon do DF mencionou. Quer dizer, precisamos agora – e isso já é um consenso dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor* – levar essa questão da defesa do consumidor para todos os cidadãos. Há regiões do Brasil que ainda carecem de estruturas.

O Ricardo apresentou muito apropriadamente a questão da municipalização dos Procons. Com as entidades civis, por duas eleições seguidas, fizemos uma plataforma dos consumidores. Foi muito difícil fazer essa plataforma, conseguir um consenso entre dezenas de entidades, para tirar os pontos que poderíamos sugerir aos candidatos indistintamente. Fizemos essa plataforma, entregamos primeiramente aos candidatos a Presidente, a Senadores – não sei se alguns de V. Ex^{as} tiveram oportunidade de ler – e a Governadores. Agora, nas eleições para Prefeitos, também a fizemos e pretendemos continuar a fazer com todos os candidatos a que pudermos ter acesso para o debate. Esse é um ponto.

Precisamos consolidar a Política Nacional de Defesa de Consumidor*; fortalecer os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, bem como o DPDC, que, durante esses 15 anos da aprovação do Código, ainda não pôde desempenhar seu papel adequadamente, por falta de estrutura. O Dr. Ricardo não comentou, mas tenho o dever de fazê-lo: ele tem pouquíssimos funcionários para efetivamente atuar na ampla gama de assuntos para a que é solicitado.

Sabemos ainda que Procons funcionam de forma precária em muitos Estados e Municípios, e as entidades civis não têm nenhum apoio.

Então, chamo a atenção de V. Ex^{as} para este fato: sem o fortalecimento das estruturas do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, segundo as palavras da nossa Coordenadora Institucional do Idec – que hoje, para nossa felicidade, preside a federação internacional de consumidores, a Consumers Internacional* –, vamos estar enxugando gelo; vamos estar em luta com os fornecedores, sem efetivamente avançar mais do que já o fizemos. E avançamos muito, reconheço, mas estamos muito aquém do que sonhamos, enfim, em relação a uma política pública eficiente de proteção ao consumidor.

Reforço também a fala da Diretora do Procon do DF sobre a educação do consumo. Não acredito que a cidadania se firmará no País, sem que os direitos dos consumidores sejam respeitados, como já se conseguiu em outros países. Por quê? Porque vivemos em uma sociedade de consumo. Sabemos o que isso significa. E não vamos conseguir realizar o que

pretendemos, se não desenvolvermos, no País, uma política de educação para o consumo eficiente; se o Governo não assumir uma política pública eficiente, não fizer uma cooperação estreita com a sociedade para o desenvolvimento disso.

Os parâmetros curriculares nacionais já foram implantados, mas são pouquíssimos os Estados e Municípios que estão preocupados em desenvolver essa atividade. Já foi citado que alguns Procons têm feito algumas atividades, com o apoio do Fundo de Direitos Difusos, que é pouco, diga-se de passagem. Se o Fundo de Direitos Difusos fosse exclusivamente destinado a atender hoje a demanda de educação para o consumo, ainda seria pouco. O fato é que essas entidades civis também têm essa preocupação. O Idec mesmo vem buscando cooperação com os alguns órgãos, para levar a educação para o consumo às escolas. Temos conseguido êxito com algumas parcerias, mas sabemos que elas se dão para temas e atividades pontuais.

A educação para o consumo vai transformar a realidade – não tenho dúvidas –, não só em relação ao consumo, mas a outros direitos sociais.

Costumo dizer que, muitas vezes, vamos a reuniões de representação ou a reuniões como essa e vemos empresários e políticos dizendo que somos todos consumidores. Mas, na verdade, poucos agem no exercício da sua atividade, seja empresarial, seja política, como consumidores efetivamente. A cultura consumerista ainda não introjetou na cidadania brasileira.

Esse é um ponto que só vamos resolver efetivamente com a educação de duas ou três gerações, de modo que, qualquer papel social que o cidadão tenha, ele se lembre de que quando houver a relação do consumo envolvida, se ele for um fornecedor ou um consumidor, ele tem direitos e deveres.

Esses eram os aspectos que eu queria abordar, Senador.

Deixamos o Idec à disposição de V. Ex^{as} para colaborar com qualquer trabalho da Comissão.

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Dr. Sezifredo, agradeço a sua primeira intervenção nesta reunião, que considero muito importante.

É muito interessante realmente estabelecermos uma agenda de discussão propositiva com relação aos diversos organismos que tratam da defesa do consumidor.

Já tive oportunidade de conversar com o Dr. Morishita e acho que esse trabalho interativo entre a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado, mais os Procons,

o Idec e mais o Ministério da Justiça, efetivamente com isso ampliaremos muito e daremos consistência ao trabalho de defesa do consumidor.

Quiçá daqui uns dias, ou num tempo não muito remoto, poderemos ver expressado numa projeção como a que nos trouxe o Dr. Morishita uma aferição dos resultados dessa relação entre fornecedor e consumidor, na qual possamos ver um quadro de reclamação mais reduzido, em razão inclusive da ação conjunta dessas instituições que representamos.

Vamos passar à segunda parte dos trabalhos desta Comissão.

Passo a palavra aos eminentes Srs. Senadores.

O primeiro orador inscrito é o eminente representante do Espírito Santo, que já figurou naquele quadro que o Dr. Morishita nos trouxe, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado.

Primeiramente, cumprimento o Dr. Morishita, a Dr^a Alessandra e o Dr. Sezifredo e gostaria de falar da alegria deste momento, quantas conquistas.

Em 1977, fui o Relator da primeira CPI do Consumidor. Era um espanto, o Brasil era uma selva total! Pegamos numa certa época em supermercados e em farmácias 100 produtos e mandamos ao Instituto Adolfo Lutz* para examinar peso e composição. Chamamos aqui os infratores, e eles não queriam vir, dizendo que eram industriais.

Houve um caso em São Paulo de um laboratório brasileiro. Fomos visitar o laboratório que havia recebido uma acusação. O que eles faziam com o antibiótico naquele tempo? A CPI do Consumidor gerou a CPI dos Produtos Farmacêuticos.

Os antibióticos, por exemplo, anunciavam 100 mil unidades de penicilina e havia 8 mil. Aquilo criava no consumidor uma cepa resistente. O médico me ensinava isso. Essa cepa resistente saía prejudicando todas as pessoas em volta que fossem contagiadas por ela. Chegamos lá, e o dono do laboratório disse claramente: “Essas multinacionais me negam os sais, eu boto trigo, envernizo e mando para o comércio”. Quer dizer, ele mandava um placebo. Ele falou isso para a CPI e ainda achava que era normal.

Ele falou aqui da professora Marilena Nazarino, a primeira que ouvimos – ninguém entendia disso no Brasil –, para abordar segurança em automóvel; para falar sobre segurança de automóveis trouxemos o Emerson Fittipaldi, que era um piloto campeão mundial. Na época ele disse que os carros brasileiros eram ataúdes ambulantes, porque matavam todos.

Aconteceu também uma coisa interessante. Tudo aquilo que foi sugerido e que dependeu do Poder Executivo por portaria entrou em vigor dentro de um ano. O que dependeu do Legislativo, tem muita coisa que não entrou em vigor ainda. O Legislativo é lento. Por isso, eu digo que a gente reclama da medida provisória, mas ela é consequência, às vezes, da lentidão do Legislativo para resolver os problemas que a sociedade demanda. Então, a resolubilidade, hoje, é o grande problema do Poder Legislativo. Daqui a pouco, vai estar o Procon reclamando que o Legislativo está demorando para resolver o problema também. E com razão.

No entanto, nesta CPI muitas coisas melhoraram. Por exemplo, antigamente a garantia de um automóvel era de seis meses; contra ferrugem, era de um ano. Agora, já é de dez anos. Há carros com 100 mil km de garantia, ou cinco anos, ou 10 anos sem limite de quilometragem. A do óleo de um carro era de 1,5 mil km, agora, é de 10 ou 20 mil km.

Eu me lembro que quando fomos fazer o Código do Consumidor o Jutahy Magalhães foi o Relator. Quando fomos colocar a questão da data de vencimento, um industrial disse: “Não, o melhor detector para saber se está vencido é o nariz do consumidor.” Quer dizer, lasque-se a barriga do consumidor. Se ele pegar o produto e der uma enorme “caganeira” nele: “Ah, não está bom o produto”. Quer dizer, o laboratório era o consumidor.

Então, essas coisas todas foram melhorando.

Veio aqui não sei se a professora Maria Helena, mas um especialista na área, porque aqui não havia tantos, que disse o seguinte: “O consumidor deve ter o melhor pelo menor preço.” Naquela época, estávamos com nacionalismo: “É ruim, mas é brasileiro”. “Não, este carro mata quando bate, mas é brasileiro.” Então, ele lançou a tese: “O melhor pelo menor preço”. Se o Brasil não sabe, vai aprender a fabricar coisa boa por preço bom.

A outra coisa que aconteceu, também, foi que eu escrevi, naquela época, um livro chamado **O consumismo no Brasil**. Esgotou. Imprimi poucos exemplares. Nele, eu disse que quando começamos uma batalha para melhorar um produto brasileiro, colocamos o consumidor brigando no supermercado para aquele produto ser bom, para o açúcar ser de melhor qualidade, para o nosso trigo ser bom, estamos abrindo o mercado externo, na verdade. E o Brasil cresceu na venda de produtos acabados para fora, de boa qualidade, na proporção que os Procons e o Idec foram brigando, e o consumidor foi para a rua brigar. O produto foi ficando bom e ganhou a concorrência com o produto lá de fora. Foi o consumidor quem fez isso, porque os industriais não estavam querendo fazer. Esse

negócio de Iso veio muito depois, provocado também pelos consumidores.

Hoje em dia, vejo que temos um problema que devemos começar a analisar. Acredito que para isso há a legislação e estamos aqui para ouvir isso.

Qual é o problema que está acontecendo? A gente que é político, não sei se vocês aí, e os fiscais do Procon andamos, vamos ao subúrbio, lá naquelas favelas. Os produtos que estão à venda lá não são os que estão nos Carrefours da vida, nos Extras, não. Eles têm uma chamada linha de combate.

Um amigo meu tinha um negócio de torrefação e vi um café seu horrível, com milho torrado, num supermercado. Ele disse: “Não, aquela ali é minha linha de combate.” Quer dizer, lá para o favelado, para o pobre, para o subúrbio, onde às vezes nem o Procon vai, ele coloca a linha de combate.

Há os macarrões, que eles dizem que tem ovo, mas aquilo é uma tinta de petróleo. Jogam aquele “trem” para lá.

Nós temos que começar a ir lá no subúrbio, lá no mais pobre, porque lá eles estão jogando a sobra daquilo que o consumidor mais conscientizado não aceita. Então, temos que começar a pensar no que a lei vai fazer, como é que nós vamos fazer.

Eu fui Relator aqui também, e eu briguei muito com um colega meu, do código de defesa do torcedor, o Estatuto do Torcedor, que nada mais é do que um código do consumidor para o torcedor. Ali, eu falei com ele que eu cometi um erro ao colocar o sorteio do juiz. Nunca vi tanto juiz ruim. Esquecemos o mérito ao fazer o sorteio e eles prejudicam muito o Vasco da Gama. Isso é um problema. Em todo sorteio entra um juiz contra o Vasco. Repetidas vezes. E o ruim, ainda.

O Segefredo e o Ricardo também falaram bem sobre o assunto. Em Vitória, para tomar banho de mar aos sábados e aos domingos, os jornais publicam que praias estão interditadas. Então, por que a companhia que nos fornece água, de manhã ou à noite, não vai à televisão para informar que no bairro tal haveria um problema com a água? Porque nos a usamos para beber, para tomarmos banho e para cozinhar.

O laboratório deve analisar a água que o povo bebe tanto no Gama, como no Plano Piloto ou em qualquer bairro da cidade, haja vista que a água utilizada para cozinhar é muito mais importante do que a usada para tomar banho. Está havendo uma inversão.

Ainda precisaremos avançar. Depois da linha de combate e desse problema da análise da água, muito bem abordado nesta reunião, ocorrerá um outro no momento em que o consumidor irá procurar o Procon para cobrar desempenho do Poder Público. E aqui falo como Senador. Por exemplo, o problema da saúde, as filas

nos hospitais e o sofrimento do povo. No Rio de Janeiro, o Governo precisou intervir e descobriu equipamentos que não estavam sendo usados, a má-administração da saúde, as pessoas morrendo nas filas.

Relatarei um fato para que V. Ex^{as} estejam a par de como está a saúde no Brasil. Há poucos dias, uma enfermeira, de Vitória, com Pós-Graduação no exterior, me procurou: “Senador, quero trabalhar na Funai. Mas no lugar mais remoto que possa existir no Brasil, onde eu não veja pessoas civilizadas; só quero conviver com os índios.” Encaminhei essa enfermeira à Funai. Então, telefonei para saber em que pé estava o caso da enfermeira e o diretor de pessoal da Funai perguntou-me se “não havia umas dez enfermeiras com esse mesmo propósito.” Ela foi. Quando voltou, perguntei o porquê daquela decisão. Ela disse-me que em Vitória estava se sentido uma deusa, pois escolhia quem iria morrer e quem iria viver e, portanto, não estava conseguindo mais conviver com aquilo. Perguntei-lhe como, e ela me explicou: “O médico, que atende em uma UTI do INSS, com a chegada de um paciente particular, que pagará mais, diz: “Desligue a mangueira do fulano”. Alguém vai lá e a desliga, porque o hospital precisa faturar. Essa situação ocorre no Brasil inteiro. Um médico já me disse que é considerado um deus. Ele escolhe: “O mais novo vai viver e o mais velho vai morrer”. Ele tem que escolher! Então, ele se transforma em um deus, mas depois fica com um problema de consciência terrível.

Daqui a pouco, as pessoas começarão a exigir de todos nós – Governo e Oposição, além de sermos o aparato do Estado – a saúde e a segurança. Os Procons terão que cobrar.

A educação também tem problemas. Um aluno que só estudou em escola pública, não passa no vestibular. Por isso estamos modificando a lei para que aqueles que sempre estudaram em escola pública entrem na universidade pública.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma complementação em relação às considerações feitas pelo Senador Gerson Camata.

Existe um princípio médico, pois S. Ex^a disse que o médico decide quem vai morrer e quem vai viver,...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ele não mata a todos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu sei. Há um princípio médico nesse sentido. Se um médico tiver que decidir entre dois pacientes que passam por casos semelhantes, e se houver recurso apenas para um paciente, opta-se por colocar na UTI o paciente que tem maior possibilidade de viver. Os médicos da UTI precisam tomar essa decisão! Realmente, o mais

novo tem possibilidade de viver. Esse é um princípio médico. É ruim. Ninguém gosta de decidir entre dois pacientes. Infelizmente, essa situação tem-se tornado muito freqüente no nosso sistema de saúde, porque o médico precisa tomar essa decisão com freqüência. Portanto, ele precisa decidir, e, infelizmente, sempre o fará pelo mais novo. É a regra geral. Em casos semelhantes – repito –, o mais novo tem preferência. É a lei. Um princípio médico.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não quis criticar os médicos. Vários profissionais já me esclareceram a respeito desse assunto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sei disso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Gerson Camata, conceda-me V. Ex^a um aparte, por favor?

Apenas para esclarecer melhor esse assunto, a fim de que não pareça que o médico decidi quem vai viver. Essa decisão é uma norma médica. Escolhe-se o mais novo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ele vira Deus.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Em complemento ao seu aparte e à brilhante consideração do Senador Gerson Camata, é impossível se aceitar que, em um País como o nosso, nos dias de hoje, no século XXI, em um Estado como o Espírito Santo, onde o médico, no serviço público, tenha que fazer essa opção. Esse fato não poderia ocorrer nos dias de hoje, talvez na Idade Média, quando se precisava escolher entre duas vidas, salvando-se apenas uma por falta de recursos. Essa questão deveria ser encontrada apenas nos livros referentes à bibliografia da história e do ensino da medicina – não atualmente.

Lamentavelmente, o Senador Gerson Camata está se reportando ao estado da saúde pública no Brasil de hoje, que é o que está ocorrendo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Mas expus a situação sem nenhuma crítica ao médico, que ele não tem opção, como, aliás, confessam.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Gerson Camata, apesar de a Mesa considerar relevante as ponderações de V. Ex^{as}, pergunto se V. Ex^a formulará alguma questão aos expositores.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Vou terminar agora, Ex^a.

Quanto às rodovias, os caminhoneiros terão o seu Procon e desejarão fazer exigências. Por quê? Aqui, aconteceu um episódio que o Dr. Ricardo e a Dr^a Alessandra precisam conhecer e nós Senadores já sabemos.

Era Ministro da Saúde aquele médico famoso de São Paulo, o Sr. Adib Jatene*. Ele sugeriu a criação da CMPF, sob a argumentação de que se extinguiria a fila da saúde e que os brasileiros teriam o melhor sistema de saúde do mundo. Eu estava no Espírito Santo e perguntei se seria estabelecido um imposto na emissão de cheque. Assim, imaginei que o Brasil se tornaria um paraíso e que todos teriam saúde. No entanto, lançaram mão do dinheiro da saúde e destinaram-no para fazer superávit e mostrar aos gringos. E a saúde continua igual. Enganei os meus eleitores e fui enganado também. Caí no conto do vigário, que também passei aos meus eleitores.

Em seguida, no Governo passado, estabeleceu-se a CID. Fez-se acreditar que, em três anos, as estradas brasileiras teriam as melhores rodovias da América do Sul. Alguns diziam inclusive que seriam comparáveis às da Alemanha. Ouvi discursos sobre esse assunto por parte de Ministros e do Diretor do Dnit. Mas o dinheiro também foi utilizado para fazer superávit e mostrar aos estrangeiros que andamos na linha.

O consumidor deveria ir ao Procon e reclamar que o Senador Gerson Camata falou que haveria estradas boas e as filas seriam extintas, mas não há. Temos que começar a pensar nesse assunto, porque a lei que estamos elaborando poderá, em pouco tempo, voltar-se contra nós mesmos. E precisamos começar a agir de acordo com essa lei.

Estamos aqui para aperfeiçoar esses esquemas e a legislação, fazendo que não se cobre eficiência apenas da iniciativa privada, mas do poder público, em troca do tributo caro que pagamos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao Dr. Morishita para fazer alguns comentários a respeito das ponderações do Senador Gerson Camata.

O SR. RICARDO MORISHITA – Senador Gerson Camata, cumprimento V. Ex^a pelas considerações. De fato, quando consultamos todo o material histórico da defesa do consumidor, temos várias referências: a questão da CPI, dos produtos e dos medicamentos. Por meio de todos esses fatores, percebemos aonde chegaremos.

Mas farei um comentário que será mais o comparatamento de uma inquietação e uma reflexão com V. Ex^{as}, que é de extrema valia. As relações de consumo são cada vez mais complexas. Por trás de uma simples lesão ao consumidor, V. Ex^a encontrará um intrincado jogo de interesses econômicos e sociais – não raras vezes, V. Ex^a encontrará sempre.

Nessa medida, o Senado Federal da República tem um papel importantíssimo em abrir o debate público

em espaço público para que essas escolhas possam não apenas ser feitas, mas garantam o compromisso de avanço do País.

Darei um exemplo que procurará ilustrar a escolha que V. Ex^a disse que o médico, muitas vezes, é obrigado a fazer para mostrar, em inúmeras ocasiões, que as políticas públicas estão cada vez mais difíceis de executar na prática.

Há quatro meses me ligou uma pessoa dizendo-me que era do interior, que seu amigo havia sofrido um acidente, uma lesão na cervical e teve de ficar internado na UTI por causa do aparelho respiratório. Então, era preciso o maquinário da UTI para ele poder respirar. Mas muito tempo na UTI, como V. Ex^a sabe, médico que é, pode causar infecção. Era a terceira infecção que ele sofria. Então, precisava ser retirado da UTI. Seria necessário um equipamento portátil, mas, como era uma das várias Santas Casas que existem no interior do nosso País, não havia recurso para o aparelho portátil do qual precisava para evitar infecção e para sobreviver. Era uma pessoa jovem, de 23 anos de idade.

Ele me ligou e me perguntou o que eu poderia fazer por ele. Eu lhe disse que a nossa Constituição nos garante o direito à vida, à saúde e, não raras vezes, é importante entrar com uma ação na Justiça, e o Estado-Juiz determina que o sistema público de saúde custeie o equipamento e dê sobrevida a essa pessoa.

Considero isso um dado importantíssimo para garantir a vida de uma pessoa. Nesse sentido, há milhares de outros exemplos, como no caso de medicamentos para transplante. Só que, quando isso acontece – é um dilema que a sociedade vive todos os dias –, e o juiz determina que o sistema público de saúde pague o equipamento, significa que ele vai retirar esse recurso de algum lugar. Não raras vezes – é importante registrarmos –, quem faz isso é um administrador público. Se for um administrador com sensibilidade política, geralmente vai retirar o recurso – nesse ponto está o problema – de pessoas que não vão reclamar, porque sequer têm o conhecimento de que vão ser lesadas e de que essa reclamação vai chegar até lá.

Quando abordamos isso, perguntamo-nos como estão as políticas públicas do nosso País – dinheiro não dá em árvore, não há almoço grátis, como os economistas dizem. O dinheiro sai de algum lugar, e, quando vai para outro lugar, há um problema, porque seguramente é um consumidor que não conhece seus direitos que está sendo lesado. E a complexidade das relações de consumo tende a caminhar cada vez mais para várias áreas.

Creio que os Srs. Senadores terão a oportunidade de discutir mais adiante a questão da telefonia celular

e da radiação das antenas de telefonia celular. É ótimo podermos falar do celular dentro de um elevador. Mas será que sabemos o grau de radiação a que estamos submetidos para obtermos esse conforto? Esse tipo de escolha terá de ser feita a todos os momentos. Não escolher será o pior dos mundos. Pior do que uma escolha malfeita é uma ausência de escolha, porque significa que o sistema democrático não funcionou. Conseqüentemente, não temos a oportunidade histórica de acertar e caminhar para frente.

Então, esse tipo de questão vai permear como uma sombra, perseguindo o direito do consumidor a todos os momentos. É um apelo que sempre fazemos eu, o Sezifredo, a Alessandra e todos nós do sistema: o direito do consumidor, pelo amor de Deus, não é apenas para discutir a etiquetagem ou não daquele produto. Por trás dele, há uma intrincada discussão de natureza econômica e que pende de uma decisão. Considero relevante essa ponderação. Cumprimento V. Ex^a, porque é um dado que nos leva adiante.

Não pretendo tomar muito tempo, embora queira abordar dois temas: a água e essa linha de combate a produtos. Mas vou usar o tempo para falar de um outro tema, que é a aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos serviços públicos, como o senhor disse: saúde, segurança, educação, etc. É sempre possível fazer esta discussão. Do ponto de vista jurídico, diria a V. Ex^a que é uma complicação. Os tribunais ainda não têm posição definida. Têm uma posição mais definida, aliás, no sentido da não aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Mas eu diria algo importante do ponto de vista da iniciativa legislativa: há muito tempo, em São Paulo, já sabedor da discussão – se se aplica ou não o Código de Defesa do Consumidor aos serviços públicos –, criou-se o Código de Defesa do Usuário de Serviço Público, a Lei nº 10.294. O que é essa lei? Nada mais, nada menos do que uma reprodução do Código de Defesa do Consumidor. Dessa forma, é indiscutível que deva ser cumprido por todos os órgãos públicos. Acho interessante e depois posso encaminhar para os senhores um cópia dessa lei.

De outro lado, gostaria de falar de uma outra disposição que está do ponto de vista constitucional garantida que é a figura do Ouvidor Público. No dia-a-dia, muitas vezes, passamos por essa questão do ouvidor, mas o sistema de ouvidoria é um canal muito importante por duas razões: é um acesso que o cidadão tem diante do órgão e, segundo, é um canal que pode ampliar o controle social em torno desses serviços públicos.

Para fechar, eu diria: se o mercado de consumo, se a sociedade de consumo é cada vez mais complexa e precisa do espaço público para fazer as discussões

é importante que os seus atores também tenham um espaço de participação. No caso dos sistemas naturais de relação de consumo, os Procon's, as entidades civis já propiciam esses canais.

Ao lado dos órgãos públicos, as ouvidorias deveriam ter um papel relevantíssimo fazendo o mesmo papel que os Procon's e as entidades civis fazem na área de consumo e a ouvidoria pública é uma instituição que está garantida na Constituição, não está expressamente, mas se formos verificar no art. 175, II da Constituição que fala da ordem econômica dispõe que se tem que garantir os direitos dos usuários e, para se garantir o direito dos usuários, tem-se que ter os mecanismos para que sejam implementados e um dos mecanismos é o sistema de ouvidoria pública.

Eu faria até aqui, compartilhando uma inquietação e uma sugestão para a Comissão, para que se pudessem convocar os ouvidores, a sucessão brasileira dos ouvidores que é a ABO que vem fazendo um trabalho histórico nesse sentido para também se aproximar a discussão desses temas como segurança, saúde e educação diante do quadro das ouvidorias.

As ouvidorias são os Procon's dos serviços públicos e acho que é um momento interessante de criar essa aproximação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Acho interessante a sua sugestão e vamos adotar providências naturalmente se os membros da Comissão assim concordarem de nos aproximarmos e ouvirmos o que tem a nos oferecer para um trabalho conjunto do sistema de ouvidoria implantado no País.

Dr. Sezifredo, seus comentários, por gentileza.

O SR. SEZIFREDO PAZ – Também gostaria de fazer um comentário acerca da fala do Senador Gerson Camata, do ilustre Senador também e do senhor.

Na linha que o Ricardo colocou e, particularmente, analisar com os senhores como a Comissão poderia contribuir para que pudéssemos ampliar a participação da sociedade nas políticas públicas.

Temos visto que hoje há um nítido desequilíbrio entre os representantes do mercado, as empresas, os fornecedores e, nós, da sociedade em relação à tomada de decisões. Tomada de decisões seja no Executivo, seja muitas vezes até aqui no Parlamento. Nós não percebemos, diria, um equilíbrio entre a possibilidade de participação nossa em relação a esses agentes.

É obvio que evoluímos e hoje não há dúvidas de que as agências, por exemplo, têm que fazer consultas públicas, são obrigadas e muitas vezes fazem audiências públicas, mas ainda temos algumas dificuldades de participação.

Considero hoje um dos trabalhos mais importantes que o Idec fez nos últimos anos a questão da ava-

liação das agências em que avaliávamos os mecanismos de transparência das agências. Como as decisões são tomadas, como elas são levadas ao conhecimento público, que mecanismos que elas possibilitam para a participação do cidadão com um ou das organizações sociais. Esse é um ponto que acho importante que o Senado e particularmente esta Comissão olhasse.

A questão da transparência, por exemplo, nos Estados Unidos há uma lei específica que é o **Freedom of Information Act** que possibilita qualquer cidadão ter acesso a documentos, obviamente que não sejam sigilosos, que envolva segredo industrial ou qualquer outro tipo de informação cobertas por sigilo, mas que possibilita ele saber.

Olha, houve uma consulta pública, as agências tomaram tal decisão. De um lado participaram os fornecedores, de outro, os consumidores. As posições claramente são essas, e a decisão foi tomada de uma forma transparente.

Lamentavelmente, no Brasil isso ainda não é assim. Nossos órgãos reguladores ainda têm uma grande aversão a tornar públicas as suas decisões. Vou dar um exemplo aqui: o Ministério da Agricultura, em relação à regulação de produtos de origem animal, em relação a agrotóxicos, em relação a alguns aspectos que acompanhamos. É fundamental fazermos também aqui, na Comissão, uma avaliação de determinadas políticas – não precisa nem ser anual isso, pode ser bienal.

Vou dar um exemplo que veio de um país desenvolvido. Nos Estados Unidos, em 97, houve uma epidemia, houve várias mortes em decorrência do consumo de alimentos contaminados: 7 mil num ano. Eles ficaram horrorizados, porque as estatísticas mostravam que eles estavam muito vulneráveis à contaminação pelos alimentos. Diga-se de passagem que, no Brasil, não temos ainda nem dados sobre doenças transmitidas por alimentos em nível nacional, não sabemos quantas pessoas morrem devido ao consumo de alimentos inseguros.

O Presidente, na época, era o Clinton – sempre uso este exemplo, porque também dou aula. Ele chamou as seis agências, os órgãos que cuidavam dos alimentos nos Estados Unidos, e falou que queria que eles resolvessem o problema: “Vocês têm noventa dias para me apresentar uma proposta. Mas quero uma única proposta. Não quero que os seis órgãos me tragam seis propostas, uma proposta cada.”

No Brasil, percebemos que algumas políticas não são discutidas em conjunto, com a participação de todos os envolvidos, até mesmo no âmbito governamental.

Depois da implantação desse programa, que até ficou famoso, “Segurança dos Alimentos do Campo à

Mesa”, o Presidente solicitava anualmente uma prestação de contas. Ele criou também um **board** para avaliar as informações obtidas. Inclusive, ia para o Senado, ia para outros órgãos.

Aqui no Brasil, acompanhávamos, eu acompanhava, a evolução do programa de controle de alimentos nos Estados Unidos. Não existe isso no Brasil. Nós pagamos 34%, em média, de impostos nos alimentos básicos, mas temos metade da carne sem inspeção, metade do leite sem inspeção, alimentos contaminados, geladeira que não funciona em supermercado, enfim, em qualquer teste que façamos, achamos irregularidades, alimentos inseguros e tal.

Temos de começar a exercer, de um lado, a sociedade, um controle social possível – e isso as nossas entidades vêm tentando – e, de outro, deve agir o Legislativo também, não apenas sobre o Executivo, volto a repetir, mas também – e por que não? – sobre o setor regulado.

Por que temos de ter um duplo padrão nos alimentos que consumimos? Quando exportamos, a União Européia exige que determinados antibióticos não vão para lá, e nós, aqui, consumimos internamente antibióticos inseguros, usados em rações de animais. Estamos tentando tirar alguns deles, e já conseguimos. É uma luta insana para conseguir mostrar o óbvio: que não podemos ter um consumidor com um padrão de segurança menor do que aquele que têm os consumidores dos países para os quais vendemos.

Era esse o comentário que gostaria de fazer. Entendo ser possível avançar um pouco mais em determinadas políticas. Citei alimentos, mas temos medicamentos e outros produtos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, próximo Senador inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Dr. Ricardo Morishita, Dr^a Alessandra, Dr. Sezifredo, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, primeiro quero parabenizar o nosso Presidente pela brilhante iniciativa de convidar os palestrantes para hoje virem à Comissão, neste momento em que o Código de Defesa do Consumidor está prestes a comemorar quinze anos. Ele é ainda jovem no sentido de sua total implementação, mas já, como bem colocou aqui o Senador Camata e os nossos expositores, já tendo dado bastante resultados para a sociedade brasileira. Os palestrantes, nas suas exposições, de forma brilhante, já colocaram a demonstração desses resultados. Fico satisfeito em ver incluído, entre os cinco Estados, o Estado do Pará, lá no norte do Brasil, lembrado somente por ações nefastas de violência, quando ele é hoje, sem sombra

de dúvida, um dos cinco Estados do nosso País de melhor colocação de forma gerencial. Está aí a prova disto: está incluído pelo Ministério da Justiça e é base estatística dos Procons. Tenho certeza absoluta de que os outros Estados estarão incluídos. Como o Senador Quintanilha disse, o próximo será sem dúvida o Estado de Tocantins, lá no Norte também, o Norte esquecido – já tendo iniciado o processo.

Na palestra que o Senador Camata proferiu, que nos abrilhantou, S. Ex^a fez uma proposta que invertoria este gráfico (fazendo ver o gráfico). Todas as reclamações colocadas pelos consumidores, se entrasse o serviço público, teriam a inversão total do gráfico. As outras reclamações de telefonia, seja fixo ou móvel, sistema financeiro, de consumo, estariam fora dos gráficos em relação ao atendimento de educação, de saúde, de segurança – não tenho dúvida disso.

Mas eu gostaria de ver, Dr. Murishita, o jornal **Folha de S. Paulo**, na sua edição de 16 de março, já trouxe exatamente esse ranking a que o senhor se referiu aqui: telefonia lidera o ranking de reclamações; segundo lugar, o sistema financeiro. Então, isso já é uma constatação. Então, estamos sendo reativos em relação a isso. De que forma podemos ser pró-ativos? Ou seja, evitar que isso aconteça. Os consumidores estão sendo prejudicados permanentemente pelas empresas de telefonia, pelo sistema financeiro. E o número de consumidores que chegam a ir ao Procon formalizar as reclamações é muito menor do que aqueles que são lesados pelo sistema. Nós mesmos, se pegarmos nossos extratos bancários, vamos verificar que não nos damos conta dos lançamentos que são feitos nos extratos bancários por até falta de tempo – por desinformação eu não diria –, por uma falta de consciência nossa. Lá tem um lançamento qualquer, dois reais: ah, não vou brigar por dois reais, vou perder meu tempo de ter que ir lá no gerente ou de telefonar para o gerente, por dois reais. Taxa de não sei o quê, um real e cinquenta: não vou brigar por um real e cinquenta, vou lá perder meu tempo com isso. Agora, o número de clientes daquele banco que são taxados em dois reais, um real e cinquenta, em três reais, a soma disso em relação a todo o Brasil gera lucros absurdos que vemos ao final do exercício, de bancos gerarem quatro bilhões, cinco bilhões, três bilhões de lucro.

O gerente do banco lá em Belém, onde tenho conta, disse-me uma vez, há algum tempo, que era orientação da matriz de que o custo da sua agência tinha que ser pago pelas taxas cobradas. O resultado da operação financeira, que era a cobrança dos juros, era o resultado líquido do banco. Assim, a folha de pagamento, o aluguel do prédio, a energia, ou seja, todos os custos operacionais, as taxas bancárias, os reais que

cobram fora o talão de cheque, teriam que ser cobertos por essas taxas, e a operação financeira tinha que ser o resultado do banco. Ora, isso é um absurdo!

Quando, graças a Deus, se conseguiu estabilizar a moeda brasileira, que, juntamente com a bandeira, define o sentimento pátrio, acreditou-se que o sistema bancário estava falido, porque vivia da inflação. Que nada! Foi a partir daí que bancos passaram a ganhar mais.

Então, pergunto – o Senador está preocupado, e realmente está na hora da sessão, mas a reunião da CAE ainda não terminou – de que forma o Ministério da Justiça, por meio do DPDC, dos Procons, do Idec – é uma pergunta conjunta –, poderia facilitar a vida dos consumidores de tal forma que eles agissem pró-ativamente junto às agências reguladoras e não precisassem acionar o Procon?

Uma segunda questão a ser levantada, e também lembrada pelo Dr. Sezefredo, é o Projeto de Lei nº 5.476, de 2001, do Deputado Federal Marcelo Teixeira, que se refere à cobrança da assinatura básica mensal, e que está na Câmara dos Deputados. A cobrança mensal – e aí temos que ter um cuidado especial, porque nem tanto ao mar nem tanto à terra – dá direito aos impulsos. Deve-se apenas ajustar que esses impulsos sejam correspondentes a essa cobrança, que dá à empresa um faturamento mínimo. Portanto, o valor da taxa básica deve ser correspondente aos impulsos que ela garante ao usuário. Se houver essa correspondência normal, garante à companhia telefônica um faturamento mínimo necessário para que habilite aquela linha ao consumidor. Então, é preciso aprofundar a discussão do projeto que tramita na Câmara.

Não entendi quando V. S^a falou, na sua exposição, sobre o nosso querido Estado irmão de Tocantins e mencionou o cartão pré-pago da água. Não entendi por uma razão muito simples, V. S^a disse que fica muito fácil cortar o fornecimento da água eletronicamente. V. S^a defende o não pagamento da conta da água? Repito: nem tanto ao mar nem tanto à terra. O consumidor que se beneficia do fornecimento assim como tem um direito tem uma obrigação, a de pagar pelo bem que está consumindo. Então, se é pré-pago ou pós-pago, o efeito é o mesmo. Apenas que o pré-pago facilita a companhia não ter que ir lá cortar a água. Ele faz o corte na própria companhia. Então, ele vai lá e paga mais uma quantidade, um volume de água a ser consumido.

Eram esses os questionamentos a serem feitos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Temos apenas mais um Senador inscrito. Penso que seria mais conveniente que nós o ouvíssemos e

depois os expositores respondessem aos questionamentos formulados.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srs. Expositores, senhoras e senhores, quero fazer apenas um questionamento, uma pergunta. Tenho um projeto de lei sobre a telefonia fixa para que sejam instalados medidores nos aparelhos, porque essa é a grande reclamação em todos os Estados. No telefone celular, consegue-se saber quantos minutos se está gastando durante o dia, durante o mês; a água tem o hidrômetro; na energia, os relógios. Na telefonia fixa, esse é o grande problema. Por exemplo, empresta-se o telefone para um amigo, um parente e não se sabe quantos minutos a pessoa falou. Só saberá disso no final do mês e, às vezes, não terá dinheiro para pagar. Então, vem o corte porque a conta ficou astronômica, porque não se sabe quanto está gastando.

Tendo em vista a reclamação dos consumidores de Rondônia, o meu Estado, entrei com um projeto há uns 15 dias aqui no Senado para que as companhias providenciem medidores nos aparelhos.

Outra questão refere-se à etiquetagem dos preços a que o Sr. Sezefredo se referiu. Fui, na semana passada, ao supermercado Extra, comprar uma bicicleta para o meu filho. Ele olhou e gostou de uma que não tinha preço; algumas tinham e outras não. Então, veio o rapaz responsável pela seção, e eu perguntei quanto custava a bicicleta. Ele respondeu R\$ 319,00. Então, decidi levar aquela mesmo. Fomos até o caixa e, no código de barra, constava R\$ 485,00. Tivemos que voltar a bicicleta porque o preço não era o que o rapaz falou.

Imagino o que não acontece no dia-a-dia com os consumidores comuns que vão ao supermercado diariamente. Nos grotões, como falou o Senador Gerson Camata, esse é um problema mais sério porque não há informação. Além de não ter, muitas vezes, os preços dos produtos, não têm nem informação. Talvez as campanhas publicitárias não atinjam as pessoas menos esclarecidas. Penso que esse é um problema sério também.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu gostaria de saber se o Senador Augusto Botelho não gostaria de formular um questionamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Desculpe, Sr. Presidente. Há uma coisa que me intriga muito e eu queria perguntar aos senhores se têm alguma informação sobre isso. Seguro obrigatório. Se há uma coisa que me intriga... Sou contra quase todos os tipos de seguro, porque as empresas ganham bilhões e bilhões anualmente. Quanto ao seguro obrigatório dos veículos, a informação que tenho é que não se gastam

nem 20% do que se arrecada anualmente. Por falta de informação das pessoas em procurar, os bancos e as seguradoras que cuidam dessa área acabam ganhando rios de dinheiro anualmente às custas do consumidor, que paga o seguro obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A pergunta é para o Dr. Ricardo Morishita. No atual Governo e no final do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve uma retração nas ações dos órgãos de defesa do consumidor. Hoje, as Agências de Regulação avançam muito sobre o espaço pertencente à Secretaria de Defesa do Consumidor.

Há alguma coisa com relação a essas mudanças? E o que a Secretaria de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, tem feito para recuperar a articulação nacional entre os Procons na defesa do consumidor?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de acrescentar uma pergunta ao Dr. Morishita, que foi sugerida pelo Sr. Segefredo. Pelo que disse, ele não pôde colocar na palestra, se há deficiência financeira e funcional no DPDC e nos Procons.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Dr. Ricardo Morishita.

O SR. ROBERTO MORISHITA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de iniciar, fazendo uma pequena retificação. Somos um departamento ainda da Secretaria de Direito Econômico, que tem as duas áreas: a do consumidor e a da concorrência. Então, ainda que tenha sido uma proposta de todo o sistema nacional, de que nos tornássemos uma secretaria de defesa do consumidor, ainda não o somos. Somos um departamento federal, dentro desse sistema.

Começo por uma fala – também já gostaria de cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro pela afirmação – que considero muito sensível e que pode nos dar um contexto muito interessante, para que possamos comentar esses tópicos tão relevantes. Agradeço também as perguntas feitas pelos Senadores Valdir Raupp e Augusto Botelho. Quando o Senador Flexa Ribeiro diz que, se tivéssemos os serviços públicos no gráfico do Sindec, teríamos o gráfico completamente invertido, é verdade. Talvez todos eles fossem as grandes reclamações da sociedade brasileira, até porque – este é o dado que queria comentar, pois ele me preocupa – o acesso ao consumo, em nosso País, ainda é bastante

pequeno. São dados que me deixam absolutamente estarecidos.

Senador Valdir Raupp, vi um estudo de um irmão do Senador Antero Paes de Barros, Ricardo Paes de Barros, em que ele nos diz coisas estarecedoras. Os estudos mostram que a riqueza do nosso País supera, comparativamente com os outros países, a riqueza de dois terços de todos os países do mundo. A nossa renda **per capita** diária é suficiente para que o brasileiro tenha seis vezes mais que a sua cota mínima nutricional diária, para cada um dos nossos brasileiros. São seis vezes mais! E são três vezes mais em relação às necessidades básicas, como educação, saúde, habitação, etc.

Não obstante esse dado, de o País ser mais rico que dois terços dos países do mundo, de ter a capacidade de renda que supera em seis vezes as necessidades nutricionais diárias e em três vezes as necessidades básicas, o Brasil tem 34% de pobres e 15% de pessoas vivendo na extrema pobreza. Quando classificamos de extrema pobreza, isso significa que 15% da população brasileira não têm a menor possibilidade de sair desse círculo de extrema pobreza. É uma classificação da ONU.

Quando olhamos para esse cenário, nós nos perguntamos: por que isso acontece? Por que o País tem tanta riqueza e não consegue fazer com que ela chegue à nossa sociedade? Então, vamos perceber que 20% da população mais rica do Brasil ganham 25 vezes o que os 20% mais pobres ganham. Comparando com a Holanda, percebemos que os 20% mais ricos da Holanda não ganham mais que cinco vezes o que os 20% mais pobres ganham. Porém, poderiam dizer: “É a Holanda, não é, Ricardo?” É verdade. Então, vou dar outro exemplo. Na Índia, os 20% mais ricos não ganham mais que cinco vezes o que os 20% mais pobres ganham. Isso se chama desigualdade. Para se combater a desigualdade e a má distribuição de renda, temos de lidar, sobretudo, com o acesso à igualdade. Como se tem acesso à igualdade? Um dos mecanismos tradicionais de se ter acesso à igualdade chama-se educação, conhecimento, informação.

Esse é o ponto nevrálgico da estratégia da defesa do consumidor. Quando levo informação ao cidadão, mesmo em Roraima, mesmo em Rondônia, mesmo num local afastado de um grande centro, estou dando uma igualdade de oportunidade de eles exigirem o mesmo tratamento que tem um consumidor que mora na Região Sudeste, na Região Sul ou mesmo em qualquer outro local. Essa igualdade de oportunidade faz com que as empresas não apenas comercializem produtos pelo seu preço, mas que tenham de investir no Estado, garantindo atendimento.

Essa prática odiosa de se tratar o consumidor bem em um local e pessimamente em outro, responde por uma expressão: falta de informação, falta de conhecimento que dá oportunidade de igualdade. Essa discussão estratégica é fundamental para a defesa do consumidor. Ao lado dessa questão da informação, do conhecimento, também faz parte do direito à igualdade, do direito ao acesso, que se garantam aos consumidores condições mínimas.

Voltando, por exemplo, à questão da água, não defendo que os consumidores não devem pagar pela água. Eles devem pagar. Quem tem possibilidade deve pagar pela água, pela luz, pela telefonia etc. Mas penso que é importante, no exemplo da água – como mencionou V. Ex^a –, que não se vá ao extremo, mas que haja uma taxa mínima, um consumo mínimo de água para os consumidores. Esse sistema automatizado deve tomar cuidado com essa relação. Deve ter cuidado em não cortar automaticamente o acesso que a população tem a esse bem, que é precioso. Hoje é o Dia Internacional da Água. A água é um bem público. O Brasil possui 23% das reservas de água potável do mundo. É um patrimônio da sociedade brasileira importantíssimo. Garantir um acesso mínimo, uma cota mínima de água a cada um dos brasileiros, mais do que um desafio, é um compromisso para a construção do futuro do nosso País.

Então, com medidas como essas de corte automático temos de ter muita cautela para não cercear o acesso à igualdade dessa população da qual já vive 34% na pobreza e 15% na extrema pobreza.

Isso não quer dizer que devemos premiar um inadimplente. Somos contrários a isso. Penso que nenhuma entidade ou órgão sério de defesa do consumidor tem um compromisso com o inadimplente. Muito pelo contrário, orientamos consumidores, somos os primeiros a negociar junto com as empresas para que o consumidor tenha parcelamento, para que pague e quite a sua conta de água. Mas garantir uma cota mínima é uma questão de saúde pública. E essa cota mínima não é para abusar, mas é o mínimo do mínimo.

Esse é o tipo de cautela pela qual vale a pena termos sensibilidade. Sobre tudo o Senado da República deve ter sensibilidade nessa discussão, porque, a exemplo da telefonia, o corte é um instrumento poderosíssimo para se combater a inadimplência, mas o custo dessa eficácia é um custo-cidadão, corta na carne cada uma dessas pessoas que já vivem em uma condição que merece não apenas sensibilidade, mas cautela de todos nós.

Com relação às perguntas, no que tange a esse projeto de lei, Senador Valdir Raupp, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa. É importantíssimo que se garanta

direito à informação aos consumidores nas contas de telefonia fixa. Isso é importantíssimo. Já nos posicionamos, desde 2003, favoravelmente a essa medida. Faço aqui, então, o meu registro de cumprimento a V. Ex^a por esse projeto, que não vai beneficiar apenas os consumidores de Rondônia, mas de todo o nosso País. Inclusive, há várias ações propostas e já com trânsito em julgado garantido, em alguns Estados, esse direito à informação. Ampliar esse entendimento a todo País, mediante um projeto de lei, é uma iniciativa extremamente importante.

Com relação ao caso da bicicleta, fica o registro do que o Código de Defesa do Consumidor garante. O art. 30 traduz uma regra que todos nós conhecemos: “prometeu, tem de cumprir”. Se ele disse que era R\$319,00 o preço da bicicleta, o produto está vinculado a esse valor e é obrigatório que se cumpra, assim como a regra de que o consumidor que encontre uma disparidade de preço na gôndola paga o valor menor do produto e não o maior. Descumprir isso sujeita o fornecedor a multas que vão de R\$200,00 a R\$3 milhões.

Deixo aqui já uma sugestão para que o nosso querido Procon do DF, que tem uma boa fiscalização, faça uma visita a esse supermercado até para que os fatos possam ter uma dimensão mais adequada.

Com relação à questão que o Senador Augusto Botelho nos colocou. Agradeço imensamente a pergunta. Recentemente, quinta-feira e sexta-feira da semana passada, fizemos algo bastante importante na história da defesa do consumidor. Falo de uma oficina, de um seminário, com órgãos públicos e privados, para discutir a situação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. É importante que possamos ter um incentivo para os Estados, para os Procons e para as entidades civis.

Senador Augusto Botelho, não sei se V. Ex^a tem conhecimento de que em seu Estado há um Procon. O coordenador é o Dr. Pedro Pinto. No ano de 2003, S. S^a teve a casa metralhada por fornecedores. Não digo que foram fornecedores, porque não sei os nomes, mas S. S^a teve a casa metralhada porque foi a uma rádio e denunciou o descumprimento de ofertas que foram realizadas e a negativa de trocar produtos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RO) – Em Roraima?

O SR. RICARDO MORISHITA – Em Roraima. Foi o Sr. Pedro Pinto. É um valoroso companheiro do sistema.

Peço a V. Ex^a que, se puder, faça um contato e dê apoio ao Procon de seu Estado. O Dr. Pedro Pinto tem inúmeras dificuldades para vir à Brasília e participar de nossos eventos, ainda que mandemos as passagens

e paguemos as diárias. É um valoroso companheiro que muito bem representa a defesa do consumidor em seu Estado. Peço esse apoio para o Procon de Roraima, que é importante. Durante muito tempo, no ano de 2003, S. S^a veio a todas as reuniões. É um companheiro de muito valor. Peço o apoio de V. Ex^a para que S. S^a possa desenvolver essa ação.

Por último, há uma grande discussão sobre como poderíamos apoiar mais as entidades civis de defesa do consumidor. O Dr. Sezifredo Paz está aqui representando o Idec, que é a entidade referência da defesa do consumidor em toda a América Latina. Não serei tímido e direi que, em todo o mundo, o Idec é uma das referências na defesa do consumidor.

Uma discussão precisa ser feita com relação a como poderemos financiar e custear as entidades civis de defesa do consumidor, que são importantíssimas para a democracia do nosso País. Muitas vezes os órgãos públicos têm dificuldades de promover discussões tendo em vista a sensibilidade política do tema. Por outro lado, as entidades civis têm uma liberdade, que lhes é própria, e ajuda a trazer um equilíbrio na discussão dessa política. Então, pensar essa forma de financiamento, essa forma de alavancar as entidades civil parece-me importantíssimo. Darei alguns exemplos. Estou ao lado da Dr. Marilena Lazzarini, que preside a **Consumers International**, com muito orgulho para todos nós. Nós também estamos presidindo o Dpdc, que está promovendo pela primeira vez o Fórum de Agências de Governo de Defesa do Consumidor de toda a América Latina. Tivemos conhecimento, por exemplo, de fatos relativos a um país pequeno e importante como a Nicarágua, como El Salvador. Eles têm um sistema de financiamento para as entidades civis que é muito interessante. Falo das multas que são aplicadas, dos recursos advindos das ações civis públicas. Um valor específico é destinado às entidades civis. A nossa amiga Argentina, nossa parceria e vizinha, também tem um sistema muito interessante de financiamento das sociedades civis. O Brasil, a despeito de ter um avanço imenso, de ter uma parceria bastante importante – a partir de 2003 temos uma parceria muito séria –, precisa de mais do que isso. Mais do que de parcerias, precisamos institucionalizar o avanço dessas entidades civis por meio de recursos públicos, por meio de discussões mais amplas, que possam dar conta desse desafio para o futuro.

Ao lado do Procons, farei um verdadeiro apelo ao nosso Presidente e aos Srs. Senadores. Gostaria que pudessem fazer uma visita aos Procons dos Estados. Seria importante que V. Ex^{as}, retornando aos Estados, fizessem uma visita aos Procons, aos coordenadores de Procons, não apenas como forma de levar apoio,

que é importantíssimo para os Estados, mas para recolocar a questão da defesa do consumidor no relacionamento existente entre o Senado Federal da República, Estados e sociedade. Faço um apelo. Se houver esse contato direto com os diretores dos Procons, com os superintendentes dos Procons, de todos os Estados brasileiros poderemos dar o próximo passo, que é imprescindível para o nosso País, que é o aumento do número de Procons municipais. O cidadão precisa ser protegido onde ele mora. É no município dele que precisa exercer a defesa do consumidor. Fora disso a gente está dificultando o acesso dos nossos consumidores, porque imagina no interior do Estado, – nasci em um interior de um Estado, não sou da capital – ter o acesso ao órgão do Estado para que ele possa ser protegido. É muito difícil.

Então, eu faria esse apelo à Comissão que, em boa hora, registra novamente os cumprimentos importantíssimos para a defesa do consumidor e para a democracia do nosso País. Existe uma comissão no Senado que disputa a defesa do consumidor que talvez possa também se sensibilizar pela necessidade de ampliar o número de Procons municipais no nosso País. É proteger o cidadão, é dar a ele uma igualdade de oportunidades como existe nos grandes centros e levar, portanto, a um desenvolvimento econômico cada vez mais sustentável de cidadão para cada um dos nossos consumidores.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Acolhemos a sugestão extremamente pertinente e vamos já começar a dar o nosso próprio exemplo e visitar no nosso Estado o representante do Procon. E vamos sugerir aos senadores membros desta comissão que o façam nos seus Estados, como também vamos começar a desenvolver ações com vistas a estimular a instalação dos Procons municipais nos diversos municípios brasileiros.

Concedo a palavra a Dr^a Alessandra Camargo, por favor.

A SRA. ALESSANDRA CAMARGO – Eu gostaria de agradecer as perguntas e quero me referir com mais ênfase à telefonia.

O Procon DF não poderia ser diferente dos Procons e teve como a empresa mais reclamável neste ano a empresa de telefonia móvel. E o Senador colocou muito bem. O que poderíamos fazer preventivamente para que isso não ocorra para o consumidor?

Vejo dois pontos específicos na questão da telefonia. O primeiro deles é a ausência do atendimento pessoal. Hoje infelizmente nós viramos, os procons, o atendimento pessoal dessas empresas de telefonia, porque o consumidor infelizmente não tem para onde recorrer. Na maioria das vezes, ele tem um telefone

para ligar, um Call Center com um **script** para responder e, na maioria das vezes, a pessoa não pode fugir àquele **script**. Então, às vezes, o consumidor pergunta alguma coisa para a qual ele não tem resposta e ele responde algo que nem é tão pertinente, mas é aquilo que ele pode responder.

Tivemos até curiosamente um problema também este ano com a empresa de telefonia móvel. Por exemplo, o consumidor tentava cancelar a sua linha e, sempre que tentava fazer isso, o sistema estava fora do ar.

Então, criou-se uma dificuldade, digamos que propositadamente – só pode ser propositadamente – para ele cancelar. E como que ele cancelaria, então, o seu número e a sua linha? Indo aos Procons. Somente indo aos Procons que o consumidor conseguia cancelar a sua linha telefônica. Trata-se de um verdadeiro absurdo. Isso é um absurdo, mas infelizmente a falta do atendimento pessoal, a disponibilização apenas por um sistema telefônico, que não é suficientemente efetivo e que traz uma resposta do consumidor, trazem esses pontos para o Procon. Então, hoje a gente alerta que somos o serviço terceirizados, porque infelizmente atendemos toda a demanda tanto da telefonia fixa quanto da telefonia móvel. É uma situação que não pode continuar.

O que poderia ser feito preventivamente? A colocação de postos de atendimento pessoal já foi previsto no PGMQ da Anatel, mas infelizmente não há uma cobrança efetiva. Quer dizer, coloca-se em um programa de qualidade da Anatel, mas não se tomam outras providências para que se efetive. Quer dizer, talvez preventivamente seria um trabalho até como uma sugestão, prezado Senador, que realmente seja feito um trabalho junto a essas agências. Que realmente as agências comecem a olhar pelo consumidor porque infelizmente isso não ainda não ocorreu. Há previsão, há colocações, até mesmo a questão do projeto de lei do Senador de colocar na telefonia fixa a possibilidade de ver a quantidade de ligações, que é um outro problema que temos, também é previsto pela Anatel, mas infelizmente não é cobrado efetivamente.

A telefonia, realmente, é uma problemática hoje sofrida não só pelo Procon DF – estou aqui como um exemplo –, mas por todos os Procons do Brasil. Todos os Procons, quando se reúnem, têm o mesmo tipo de reclamação. Infelizmente, não sabemos mais o que fazer proativamente para que isso não ocorra.

Já fizemos tentativas de conversar com a Anatel, de estabelecer essas questões de consumidor. Houve uma tentativa até com o próprio DPDC. Infelizmente, elas não se efetivam. O problema é a efetividade dessas questões, porque a Anatel não cobra das empresas de

telefonia, e ela tem esse poder de cobrar, por meio de multas, de fiscalizações e tudo mais, mas infelizmente isso ainda não ocorreu.

Hoje os Procons sofrem essas questões da telefonia, e eu gostaria de ter sugestões e até mesmo o apoio da Comissão para que pudéssemos achar soluções proativas para que isso não ocorra. Não foi só este ano que uma empresa de telefonia foi a mais reclamada no cadastro de fornecedores que não atenderam às reclamações do Procon, mas há uma continuidade, há uma frequência, e medidas precisam ser tomadas.

Penso que isso não pode continuar a ocorrer. O consumidor não pode continuar tão desamparado com relação ao serviço de telefonia, que é extremamente necessário hoje. Praticamente não se vive mais sem um telefone celular, é praticamente impossível. E essas empresas que geram problemas com certa frequência.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – E não é de graça: é pago e é caro.

A SRA. ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGOS – Justamente, não é um serviço gratuito. Ninguém está pedindo um serviço, muito pelo contrário, ele é muito bem pago, mas não há absolutamente qualidade alguma nesse serviço. Notamos que ainda é precário. A sensação que tenho é de que as empresas entraram no mercado sem a estrutura devida, principalmente a estrutura para o consumidor, para fornecer a ele uma prestação de serviço com a qualidade devida. O respeito com o consumidor não existe. O ponto crítico com relação à defesa do consumidor hoje chama-se telefonia, em todos os Estados. Não falo só pelo Procon DF, mas por todos os Estados do Brasil.

A outra questão a que gostaria de me referir é a da precificação. Conforme exemplificou muito bem o Senador com a questão do preço da bicicleta, isso não ocorre só com ele. Temos no Procon inúmeras denúncias de preços diferentes entre a gôndola e o caixa.

É possível notar o valor no caso de uma bicicleta, agora imaginem um carrinho cheio de compras? A pessoa precisa ter uma memória muito boa para lembrar o preço da gôndola e comparar com o preço na hora em que está passando no caixa. Vejam quanto significa a diferenciação de preço num carrinho. Realmente isso pesa no bolso. Há um descumprimento da informação devida. Muitas vezes, como no caso da bicicleta, não há nem uma identificação de gôndola; às vezes não existe o preço. Há uma dificuldade até de identificação do preço.

Há aquela questão da possibilidade de passar num visor ótico. Até achar um visor ótico dentro de um supermercado e passar tudo, será que a pessoa lembrará daquelas questões? Infelizmente, essa questão

ocorre hoje. Temos inúmeras denúncias. É preciso fazer valer o menor preço, isso é inevitável.

A outra questão é que existe uma lei hoje, sancionada, salvo engano, no final de 2004, que respalda os supermercados e as lojas para a não colocação de preço.

Hoje, infelizmente, o consumidor sofre com essa questão, e os supermercados são respaldados por essa lei. Então, não há o menor interesse de colocar os preços nos produtos.

São essas as minhas considerações sobre as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Dr. Sezifredo Paz.

O SR. SEZIFREDO PAZ – Gostaria apenas de fazer dois comentários, inclusive respondendo a pergunta do Senador Flexa Ribeiro.

Com relação à questão dos serviços financeiros, nós do Idec sempre dizemos que devemos olhar, claro, para a questão do fornecedor e exigir dele qualidade e respeito aos direitos dos consumidores. Mas, quando se trata de serviço regulado, temos que olhar para quem regula esse serviço. Nesse caso dos bancos, não há dúvida de que há uma grave falha do Banco Central, que não exerce adequadamente o papel de fiscalizador desse serviço, do ponto de vista do consumidor.

Avaliamos, por dois anos seguidos, sete agências reguladoras e órgãos reguladores. O Banco Central é um deles e ficou sempre em último lugar porque, efetivamente, não é um órgão de proteção dos consumidores, do ponto de vista prático de atividade. Tem uma bela missão – quem lê a missão do Banco Central fala: proteger o cidadão do ponto de vista das atividades financeiras. Mas, efetivamente, ele não exerce esse papel.

Então, temos, sim, claro, que cobrar dos bancos, exigir dos bancos. O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) mesmo tem várias ações, inclusive já históricas, de resgate de perdas da poupança, por exemplo. Mas não vamos esquecer que quando se tem um setor regulado, esse também tem que ser cobrado e deve ser efetivamente responsabilizado. O Banco Central, ao longo dos anos, pelo menos para a maioria dos cidadãos, não está atuando efetivamente como deveria.

O outro aspecto é da água gratuita. V. Ex^a não é a primeira pessoa que nos fala isso. O Idec defende a água gratuita. Vejam bem: esse seminário que fizemos foi muito importante porque fizemos uma pesquisa com todas as companhias estaduais do Brasil para ver o posicionamento delas em relação ao pré-pago. Três estavam testando o pré-pago, e levamos as próprias companhias para elas explicarem por que esta-

vam implantando. Também levamos especialistas que conheciam essa realidade que citei do Reino Unido e da África. Olhem, de fato não há vantagem nenhuma e há um risco grande para os consumidores de serem desconectados em massa, em comunidades inteiras. E hoje quem corta esse tipo de serviço, no caso, a água, na verdade está gerando um ônus muito maior ainda para o Estado porque atrás vem todo o quadro, a deterioração sanitária de qualidade de vida da população.

O que defendemos? Defendemos que – aliás, não é um entendimento apenas nosso, mas da Organização Mundial da Saúde – população de baixa renda tem que ter subsídios tarifários, e quando essa população é pobre, miserável, abaixo da linha da pobreza, que a água seja, efetivamente, gratuita. É claro que não se vai dar água para que haja um desperdício. Mas essa situação pode ser mensurada. Isso é perfeitamente possível.

No anteprojeto de lei de saneamento, colocado em consulta pública pelo Governo ano passado, as entidades de consumidores reivindicaram isso desta forma como estou citando. Por quê? Porque as companhias têm outras formas de fazer a cobrança do consumidor inadimplente, elas têm outras maneiras – e já exercem isso – do que chegar à medida extrema de cortar a água de uma família. Por isso, entendemos que o corte de água é inaceitável para o consumidor domiciliar. Não estou falando aqui do fornecedor que tem um lava-carro, não paga a conta e está lá usando a água da companhia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, sou totalmente favorável, porque acho que a água é um bem necessário para qualquer segmento da sociedade, principalmente o de baixa renda. Mas também é preciso deixar claro que alguém tem que pagar por esse serviço. Se é a sociedade, que fique bem claro isso. Se tem que ser subsidiado, que fique claro isso. Então, é a sociedade toda que está pagando por aqueles que não podem pagar. Agora, o que não pode é ser mascarado, quer dizer, que a água tenha que ser dada para aqueles que não podem pagar e que isso não fique claro para a sociedade, que aqueles que podem pagar estão pagando pelos que não podem. Não se corta a água das pessoas, deixando as empresas inadimplentes, sem condições gerenciais de produzirem água para a sociedade, para os que podem e os que não podem pagar.

O que se pode fazer – e é necessário fazer – é evitar o desperdício absurdo da água produzida em relação ao da água vendida. Cerca de 60% da água produzida – com valores muito altos – é perdida ao longo do caminho, ou por tubulações antigas ou gasto exagerado de água ao se deixar a torneira aberta. Então, a sociedade precisa ser educada porque é um bem que está cada vez mais precioso.

A Amazônia é uma região que tem 20% de toda a água doce do mundo disponível. Percebemos que há uma cobiça internacional e a qualquer momento alguém poderá dizer que a água é um bem da humanidade, o que é realmente.

Então, quero dizer aos nossos palestrantes que não sou contra que se dê água aos mais carentes, principalmente os de baixa renda, mas que fique claro isso e que seja dada no volume necessário à sobrevivência humana, porque se não se der essa água gastaremos mais com o sistema de saúde, que já é precário e de difícil acesso.

Sr. Presidente, com a sua permissão, terei que me ausentar para completar o **quorum** da CAE. O Dr. Morishita vai ficar para me explicar a estrutura financeira e funcional da DPDC. Parece-me que há algo faltando, porque o Sezifredo quer ajudá-lo e o senhor não quer ser ajudado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Fique à vontade, uma vez que a presença de V. Ex^a contribuiu inestimavelmente para o funcionamento desta Comissão. O Dr. Sezifredo quer fazer um comentário. Solicito apenas brevidade, em razão do adiantado da hora.

O SR. SEZIFREDO PAZ – Primeiramente, gostaria de dizer ao Senador Flexa Ribeiro que, com certeza, temos a mesma opinião. Também penso que deva haver transparência na questão de subsídios para a população de baixa renda e a comunidade deve saber que está sendo subsidiada.

Hoje estávamos falando do decreto de informação sobre a qualidade da água. O consumidor tem que valorizar a água de abastecimento público. Devemos até estimulá-lo a conhecer o motivo de estar recebendo aquela água por um relatório anual, especificando o manancial, o rio que o abastece e o procedimento adotado, para que ele possa valorizar esse bem e, principalmente, fazer o consumo sustentável, inclusive deixando a expectativa. Observo em comunidades de baixa renda que muitas vezes a pessoa deixa de consumir a água de abastecimento público que passa na casa dele e compra água mineral, muitas vezes gastando o dinheiro que poderá faltar para alimentos básicos e outras necessidades.

Em relação à telefonia, gostaria de dizer que vou encaminhar para a Comissão o nosso posicionamento quanto à assinatura da telefonia. Há uma questão de ilegalidade, no nosso entendimento, porque são empresas privadas cobrando taxas e não tarifas. Essa é uma das teses que sustentamos na ação judicial que temos. Vou passar essa informação para a Comissão por considerar muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu não sei se esse foi o primeiro, mas foi um bom encontro entre as instituições que cuidam da defesa do consumidor. Naturalmente, desse encontro, do trabalho articulado dessas instituições, teremos a valorização da cidadania e o aprimoramento das ações que defendem os direitos e os interesses do consumidor.

Quero agradecer a presença dos eminentes palestrantes. Passo a palavra para as considerações finais, começando com o Dr. Sezifredo Paes.

O SR. SEZIFREDO PAES – Gostaria muito de agradecer esta oportunidade de expressar não somente em nome do IDEC, como também das organizações civis de defesa do consumidor. Temos uma grande expectativa no trabalho da Comissão. Nós a julgamos muito importante. Estamos à disposição para colaborar, inclusive quem tiver curiosidade em conhecer o trabalho do Idec, temos um **site**: www.idec.org.br. E temos das organizações um fórum que também tem um **site**: www.forumdoconsumidor.org.br. E temos também muita satisfação de estarmos ao lado de Alessandra, do Procon de Brasília, do Dr. Ricardo Morishita. Reitero que queremos fortalecer o DPDC. Entendemos que ele é muito importante, vem fazendo um trabalho reconhecidamente valoroso, de 2003 para cá, integrando as entidades, fortalecendo-nos muito. Mas queremos que o DPDC efetivamente se estruture porque ficou muitos anos sem esse aporte de estrutura. E hoje, precisamos que ele tenha uma estrutura melhor. Chegamos a propor a criação de uma secretaria, porque entendemos que precisamos ter um órgão de coordenação nacional forte e estruturado.

Muito obrigado, igualmente, pela oportunidade, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Dr^a Alexandra para suas considerações finais.

A SRA. ALESSANDRA CAMARGOS – Gostaria, primeiramente, de agradecer a oportunidade de participar de um evento como este. Quero acreditar que agora, com a Comissão que foi formada, o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor estará muito mais fortalecido do que anteriormente. Concordo com o Dr. Sezifredo, pelo trabalho do DPDC. Eu também

gostaria muito que fosse possível torná-lo uma secretaria para fortalecer ainda mais esse sistema. Gostaria também de convidá-los, já que o Procon DF se encontra tão próximo, a fazer uma visita para saber o procedimento de um Procon. Acho interessante isso, porque às vezes a pessoa desconhece como o Procon atua, qual o procedimento. Então, deixo o convite a todos. Estamos, vamos dizer, aguardando a visita de V. Ex^{as}. Gostaria muito que essa visita fosse feita, para terem uma noção de como tudo começa, como o consumidor é atendido, a quem o consumidor recorre. Quero também registrar a minha disponibilidade para participar de próximos eventos e para colaborar com a Comissão no que for necessário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Dr. Morishita, para suas considerações finais.

O SR. RICARDO MORISHITA – Sr. Presidente, não tenho a menor dúvida de que esta Comissão foi o grande presente do Legislativo brasileiro para a sociedade brasileira, nesses quinze anos do Código de Defesa do Consumidor. Os consumidores ganharam um grande presente do Senado Federal ao ter esta Comissão. Tenho certeza de que os trabalhos serão profícuos.

O DPDC, em nome do sistema nacional de defesa do consumidor, cumprimenta esta Casa, cumprimenta V. Ex^a e todos os Senadores que compõem esta Comissão. Coloco-me inteiramente à disposição para o que for necessário para esclarecimentos, para que se tenha uma parceria importante para os nossos consumidores. A defesa do consumidor não é um projeto apenas para um governo; é um projeto para um País. E nesse sentido, estamos inteiramente à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Determinamos à Secretaria que levantasse as proposições que tramitam tanto no Senado quanto na Câmara, que pretendem o aprimoramento da legislação hoje existente de proteção ao consumidor. Verificamos que há 114 proposições. São 17 PLCs, projeto de lei da Câmara, 50 projetos de lei do Senado, e outros em número de 47. Ao todo são 114. Vamos levantar o mérito, distribuí-los entre os membros da Comissão para que consigamos a agilização da tramitação desses processos, sejam discutidos e se realmente houver consistência e possibilidade de aprimoramento da legislação, vamos obter por meio dessas propostas existentes.

Igualmente gostaria de solicitar aos eminentes palestrantes que nos apresentem sugestões que possam aprimorar não só o funcionamento desta Comissão

como também o da legislação existente. Entendo que as questões suscitadas, dentre elas essa relacionada à telefonia, cuja situação é gritante... Poderíamos convidar os representantes das empresas telefônicas, juntamente com o Ministério Público, e buscar, quem sabe, em um primeiro plano, um ajuste de procedimento para que reduzissem ao aceitável o número de reclamações existentes. Da mesma forma essa questão relacionada à tarifa básica das contas telefônicas. Quem sabe, nesse ajuste de procedimento, poderíamos conseguir, com mais agilidade, a sua solução.

Agradeço a presença do Dr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor; do Dr. Sezifredo Paes, Coordenador Executivo do Idec, e da Dr^a Alessandra de Almeida Camargos, Assessora Jurídica do Procon, dizendo a ela que, de pronto, já aceitamos o convite e que será o primeiro Procon a ser visitado pela Comissão. Agradeço a contribuição que deram aos trabalhos desta Comissão.

Interrompo os trabalhos, por um minuto para que possamos nos despedir dos senhores palestrantes.

Há dois requerimentos a serem votados. Peço aos eminentes Senadores que aguardem.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Reiniciando os trabalhos, na segunda parte desta reunião, submetemos à apreciação dos Srs. Senadores requerimento de autoria da eminente Senadora Ana Júlia Carepa, que propõe reunião conjunta das Comissões de Agricultura, Reforma Agrária, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e Comissão de Desenvolvimento Regional, com a finalidade de ouvir S. Ex^a a Sr^a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre o Plano da Amazônia Sustentável.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 43 minutos.)

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do dia 5 de abril de 2005, após a Ordem do Dia.

Às dezoito horas e cinquenta minutos do dia cinco de abril de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador LEOMAR QUINTANILHA, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscaliza-

ção e Controle, com a presença dos Senadores JONAS PINHEIRO, TEOTÔNIO VILELA FILHO, ARTHUR VIRGÍLIO, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, IDELI SALVATTI, AUGUSTO BOTELHO e ÁLVARO DIAS. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É aprovada a inversão de pauta requerida pelo Senador ARTHUR VIRGÍLIO para que seja imediatamente apreciado requerimento de sua autoria. A Comissão passa a deliberar a pauta. Item 01) Requerimento nº 08, de 2005-CMA, que “requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, a convocação do Ministro-Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor HENRIQUE MEIRELLES, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos senadores desta Comissão sobre as acusações de crimes de lavagem de dinheiro e contra o sistema financeiro”. Observação: é acatada a sugestão do Senador NEY SUASSUNA, que transforma em convite o requerimento. A seguir, o Senador ARTHUR VIRGÍLIO requer constar em ata que o convite deverá ser transformado em convocação na ocorrência de recusa imotivada. Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Resultado: APROVADO. A Comissão delibera, então, a pauta: Item 01) Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2003, que “altera a Lei nº 8689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e dá outras providências, para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de governo” Autoria: Senador TIÃO VIANA. Relator: Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Observação: A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Resultado: APROVADO. Item 02) Apreciação de documento encaminhado à Comissão pela Avestruz Master – Agro Comercial, Importação e Exportação Ltda, na pessoa do seu Diretor-Presidente, Sr. Jerson Maciel da Silva, externando a preocupação com a atuação que a CVM – Comissão de Valores Mobiliários vem destinando ao segmento da atividade agro-pastoril, notadamente à empresa Avestruz Master. Resultado: A Comissão tomou conhecimento e aprovou a realização de audiência pública conforme Requerimento nº 09, de 2005-CMA. Usam da palavra os Senadores e Senadora ANA JÚLIA CAREPA, AUGUSTO BOTELHO, JONAS PINHEIRO e FLEXA RIBEIRO. Extra-Pauta: Item 01) Requerimento nº 09, de 2005-CMA, que “requer a realização de Audiência Pública para ouvir a CVM e a empresa Avestruz Master – Agro Comercial, Importação e Exportação Ltda”.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA Resultado: APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e doze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Está aberta a 6ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com que dispensemos a leitura da ata da reunião anterior permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Temos dois itens.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço prioridade ao requerimento que convoca o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, para audiência pública prestando esclarecimentos sobre fatos envolvendo denúncias amplamente publicadas contra a sua atuação pública e, mais ainda, levando em conta que, ainda há pouco, no final desta tarde, o Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fontelles, apresentou denúncia contra ele por crime de evasão de divisas e crime eleitoral inclusive.

Portanto, está mais do que na ordem do dia ouvirmos nesta Comissão, o foro apropriado para esse fim, o Dr. Henrique Meirelles, que terá direito a ampla defesa, justificando-se perante o Senado Federal, que avalizou, com a aprovação dos seus membros, a sua nomeação, tendo o direito de ouvi-lo, representando claramente os Estados e a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – O requerimento que V. Exª apresenta seria inserido nesta reunião como item extrapauta. V. Exª propõe a alteração da pauta para que ele seja analisado em primeiro lugar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Em discussão, o requerimento do eminente Senador Arthur Virgílio de inversão de pauta, para que apreciemos, em primeiro lugar, o requerimento de sua autoria. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, ao invés de convocação, gostaria que fosse um convite.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Concorro plenamente com a sugestão do Senador Ney Suassuna. A Assessoria só redigiu a expressão “convocação” em função de uma exigência constitucional e regimental que, a meu ver, deveria ser até alterada. As duas possibilidades deveriam ser colocadas. No entanto, a Constituição permite apenas a figura da convocação, que, à primeira vista, parece indelicada.

A convocação só se justificaria se, convidado por esta Comissão, o Sr. Meirelles porventura não se dignasse a comparecer. Portanto, aceito de bom grado que façamos a troca dos termos, deixando claro que fazemos isso em consideração a ele, em respeito a sua figura. É claro que, em não comparecendo, estamos todos comprometidos a transformar o convite em convocação.

A sugestão do Senador Antero Paes de Barros é boa: seria automaticamente aprovada a convocação na hipótese de uma recusa que fosse imotivada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Uma vez acatada pelo eminente autor a sugestão do Senador Ney Suassuna de substituição do termo “convocação” por “convite”, submeto à apreciação dos eminentes integrantes desta Comissão o requerimento do Senador Arthur Virgílio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Fica, então, aprovado o requerimento de convite para que aqui, nesta Comissão, compareça o eminente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique Meirelles, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre as acusações de crime, de lavagem de dinheiro, e contra o sistema financeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pediria que constasse da ata que – por todas as razões aqui expostas por mim mesmo e em atenção ao Senador Ney Suassuna, e V. Ex^a já me havia dito, antes de começar a sessão, que era mais justo fazermos o convite, e não a convocação, eu concordo, mas a fórmula constitucional é dura demais – viraria automaticamente a figura da convocação se porventura ele se recusasse – coisa que tenho certeza de que não fará, até pela alta responsabilidade de que está

investido. Mas aí viraria automaticamente convocação caso ele dissesse que, por quaisquer razões imotivadas, não compareceria a este foro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Tem V. Ex^a razão, e atenderemos aos preceitos regimentais em, transformando automaticamente em convocação o convite porventura recusado.

Aprovado o requerimento.

Item 1 da pauta:

Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2003, que altera a Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS e dá outras providências, para a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde ao Poder Legislativo, estendendo-se à esfera federal do Governo. Autor: Senador Tião Viana. Relator: Senador Flexa Ribeiro.

O parecer é pela aprovação do projeto.

A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa.

Em discussão. (Pausa.)

Passamos a palavra ao eminente Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, farei um breve relato do meu parecer, que, como já disse o Presidente, é favorável ao projeto do Senador Tião Viana, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2003, que altera a Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS e dá outras providências, para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde – SUS ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de Governo.

Entrando direto no parecer, com efeito, o Congresso, no exercício de suas funções de fiscalização e controle, deve ir além da mera análise dos aspectos legais dos gastos públicos, deve considerar tanto a eficiência e a economicidade do uso do dinheiro público quanto critérios de ordem política tais como oportunidade e ética. As atividades fiscalizadoras do Congresso que têm maior repercussão são as convocações de autoridades para audiências públicas e aquelas desenvolvidas pelas comissões parlamentares de inquérito. Os requerimentos de informações são também instrumentos largamente utilizados pelos parlamentares como forma de acompanhar e controlar as atividades do Poder Executivo. Cabe salientar, entretanto, que essas atividades esporádicas, mesmo que bem intencionadas, não substituem um trabalho estruturado e sistemático de acompanhamento e ava-

liação. Os principais óbices decorrente da utilização de tais instrumentos são aqueles que são acionados, via de regra, em resposta a um problema já existente, carecendo do aspecto preventivo, que se deve constituir no principal objetivo de um sistema de fiscalização e controle. A apresentação regular e sistemática de relatório contendo as informações sobre a gestão do SUS configuraria um importante instrumento para que o Congresso Nacional torne mais efetiva a sua atuação fiscalizadora, pelo menos no que concerne à área de saúde.

Quanto aos aspectos de juridicidade e técnica legislativa, a proposição se mostra intocável.

Voto.

Em virtude das considerações expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Em discussão, o relatório expendido pelo eminente Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2:

Trata-se da apreciação de um documento encaminhado a esta Comissão pela empresa Avestruz Master Agrocomercial Importação e Exportação Ltda., na pessoa do seu Diretor-Presidente, Sr. Gerson Maciel da Silva, externando a preocupação com a atuação que a CVM – Comissão de Valores Mobiliários vem destinando ao segmento da atividade agropastoril, notadamente a empresa Avestruz Master.

Foi distribuída cópia desse documento a todos os Srs. Senadores, ao final do qual a própria empresa Avestruz Master solicita esta audiência pública para uma exposição das suas atividades, para ouvir a exposição da CVM a respeito de investigações que aquela Comissão tem feito sobre as atividades da empresa.

Em discussão, a proposta apresentada.

Com a palavra, a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor está propondo que seja uma sessão pública com a CVM?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Exatamente. A proposta é feita pela empresa Avestruz Master para que seja feita uma audiência pública com a presença da CVM, que tem fiscalizado essa empresa no âmbito desta Comissão de Fiscalização e Controle.

Entendo que, quando uma empresa quer ver investigadas as suas atividades, parece ser bem inten-

cionada. Nós gostaríamos que esta audiência pública pudesse ser apresentada aos eminentes membros da Comissão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não tenho nada contra a chamar a CVM, Senador. Esse ponto foi colocado agora na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – É o Item 2 da pauta. O da pauta extra já foi votado. Foi proposta uma inversão de pauta, e o da pauta extra já foi votado. Este estava na pauta ordinária.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Em discussão, a proposta apresentada de audiência pública. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vou criar a questão, Senador, mas de qualquer jeito estão me informando de que estava na pauta, mas estava colocado hoje; não estava na pauta antes, na de ontem não estava. Porque, de repente, a questão chega no mesmo dia para ser avaliada no mesmo dia, às vezes não é tão simples.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Senadora, estamos fazendo uma reunião extraordinária. Este item integra a pauta desta reunião extraordinária.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Que foi divulgada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Exatamente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Entrou na pauta hoje para discutirmos hoje, por isso acho que poderíamos pelo menos ter mais tempo. É só uma ponderação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não é estranho uma empresa solicitar uma audiência pública? Não teria que ser um de nós, membros da Casa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu achava melhor esperássemos para avaliar, até mesmo conversar com a CVM. Até porque preciso conhecer. Posso até concordar e assinar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – O que ocorreu foi o seguinte: a empresa apresentou uma exposição de motivos, cuja cópia está de posse dos eminentes Senadores, tecendo considerações sobre o seu negócio e de que vem sendo investigada pela CVM, alegando que a CVM investiga, e não

apresenta laudos conclusivos sobre a sua investigação. Depois diz que não é tarefa da CVM nem regular nem investigar. Apesar de dar essa declaração, propõe investigações posteriores.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Eu queria fazer um encaminhamento, Senador, para que sejamos prudentes. Porque senão amanhã vem uma empresa, outra empresa. Essa questão de ordem que o Senador Botelho levanta é pertinente. Eu queria fazer o seguinte encaminhamento: que deixássemos esse ponto de pauta para que pudéssemos olhar melhor isso, e numa outra reunião a gente traz a questão. E se for mesmo isso vamos até fazer um requerimento, vamos nós mesmos requerer isso. Proponho que adieemos a reunião, porque não me sinto à vontade de votar favorável numa situação que acabei de conhecer. Sei que se fosse aqui um Relator, um Senador que tivesse feito um estudo... Por exemplo, o Senador ainda agora fez aqui, relatou e foi votado favorável, aprovando-se um relatório que o Senador Flexa Ribeiro fez, que é uma situação diferenciada desta situação específica.

Então, eu queria, até concordando com o que colocou o Senador Botelho, fazer essa ponderação para deixarmos para outra reunião essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Eminentíssima Senadora Ana Júlia, antes de decidir sobre a questão de ordem levantada por V. Ex^a, eu gostaria de ouvir outras opiniões. Já se inscreveu o Senador Jonas Pinheiro e, em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

Passo, então, a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, fico preocupado com o que está pensando a Avestruz Master neste instante. O negócio da Avestruz Master é captação de recursos no mercado para aplicar na atividade. Muito bem. Como a CVM é a responsável para investigações quando se trata de captação de recursos, sobretudo recursos de pequeno monte, portanto, da camada mais humilde da população, ela tem algum interesse em fazer essa fiscalização. Porém, agora, já que foi a Avestruz que propôs essa averiguação nos seus negócios, imagino que ela está sendo acuada pelas notícias que estão saindo nos jornais, inclusive matéria paga pela própria CVM, com respeito ao negócio da Avestruz Master. E isso é extremamente perigoso. Isso é como se fosse quando a imprensa começa a comentar que um banco vai quebrar, e esse banco quebra mesmo porque é uma correria para aquele banco para sacar o recurso. Imagino que, nesse caso da Avestruz, os seus proprietários – eu não os conheço – estão com a mesma preocupação. Quer dizer, quando começam

a aparecer essas notas, evidentemente essa empresa está correndo sério perigo nas suas ações e nas suas atividades, por isso acho urgente que se verifique isso porque três ou quatro dias a mais pode quebrar um negócio que pode ser um grande negócio, principalmente porque é mais uma atividade econômica para o agronegócio brasileiro.

Portanto, eu gostaria que fosse votado logo.

Agora, quando vêm aí não sabemos; depende de marcar entre a CVM, a Avestruz e esta Comissão. Mas acho urgente a votação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Senador Flexa Ribeiro, a opinião de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, entendo a preocupação da Senadora Ana Júlia de não ter tido condições, face ao curto espaço de tempo, de tomar conhecimento da correspondência da empresa. Mas o Senador-Presidente me parece estar bem a par do documento que foi encaminhado à Presidência. Então, ele poderia fazer e subscrever o requerimento de convocação e, com isso, estava resolvida a questão. Então, ele faria a convocação, e nós aprovaríamos incontinenti.

Com isso, o Senador Jonas estaria atendido, também, na sua preocupação, que é de todos nós. Acho que, no momento em que a empresa se acha prejudicada no seu negócio e, como ele bem colocou, pode incorrer numa situação de ter o seu negócio num risco de se tornar insolvente, não podemos, com a responsabilidade que nos cabe, postergar uma solução.

Então, o Presidente, que está a par do problema, pode subscrever o requerimento de convocação.

Essa é a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Agradeço ao eminente Senador Flexa Ribeiro as ponderações expendidas. Só consultaria à Senadora Ana Júlia se ela compartilha da manifestação do Senador Flexa Ribeiro.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Já que V. Ex^a está apresentando um requerimento, mesmo achando que poderíamos ter mais tempo, mas já ouvindo a ponderação do Senador Jonas, não vamos colocar nenhuma obstrução neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Agradeço a colaboração de V. Ex^a.

O item seguinte será exatamente a apreciação de requerimento de nossa autoria propondo a realização da audiência pública.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queira permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Item 3 será, então, o requerimento de nossa autoria propondo ...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT–PA)

– Não. Aí o item 3 é que é o requerimento. Acho que o segundo item nem caberia votação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB–TO) – Na verdade, o item 2 seria o conhecimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT–PA) – É, dar conhecimento, a gente não tem que votar.

O item 3, sim, que é o requerimento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB–TO) – Então, vamos apresentar agora o requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados para participar de audiência pública nesta Comissão os Srs. Marcelo Fernandes Trindade, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, e Gerson Maciel da Silva, Diretor-Presidente da Avestruz Master Agrocomercial Importação e Exportação Ltda., com a finalidade de esclarecer aos Srs. Senadores desta Comissão sobre a atuação que a CVM vêm destinando ao segmento da atividade agropastorial.

Em discussão.(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos acertar, então, entre a Comissão de Valores Mobiliários e a própria empresa Avestruz Master a data da audiência pública que será realizada nesta Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h12min.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 1ª reunião (Instalação) realizada em 22 de fevereiro de 2005 às 12:30horas.

Às doze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Heráclito Fortes, Alberto Silva, Mão Santa, Juvêncio da Fonseca, Serys Shessarenko, Francisco Pereira, Fátima Cleide, João Ribeiro, Marco Maciel, César Borges, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Paulo Paim, Fernando Bezerra, Romero

Jucá, Gérson Camata, Valdir Raupp, Augusto Botelho, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, João Capiberibi, Aelton Freitas e Valmir Amaral reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Delcídio Amaral, Sibá Machado, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Guerra. A presente reunião destina-se a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal para o biênio 2005/2007. Distribuídas as cédulas e procedida a votação o Senhor Presidente convida para escrutinadores os Senhores Senadores Augusto Botelho e Arthur Virgílio, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador HERÁCLITO FORTES, 21 VOTOS, para Vice-Presidente – Senador ALBERTO SILVA, 22 VOTOS. São declarados eleitos os Senhores Senadores Heráclito Fortes e Alberto Silva, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – Pediria aos Srs. Senadores que tomem seus lugares, para que possamos iniciar o processo de votação na Comissão de Infra-Estrutura.

Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião de instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade proceder à eleição do Presidente e do Vice-presidente da Comissão. Foi registrada apenas uma única chapa, para Presidente o Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, e para vice-presidente o Senador Alberto Silva, do PMDB do Piauí.

Sobre a mesa encontram-se à disposição dos Senadores cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Farei a chamada nominal e assinarei as cédulas para que os Senadores possam votar.

(Procede-se à votação.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – Tem de escrever o nome. Senador Heráclito Fortes. Seus dois companheiros do Piauí. Se houver um voto contra, já sabemos de onde veio.

Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Vou chamar os outros titulares presentes. Depois, vou chamar os suplentes.

O Senador João Ribeiro não está. O Senador Marco Maciel não está.

Senador Leonel Pavan.

Há outro titular presente: pelo PMDB, Senador Valdir Raupp.

Há algum titular presente que não votou ainda? Já votaram todos os titulares presentes.

Agora, vamos iniciar a votação dos suplentes.

Iniciamos pelo Bloco da Minoria, PFL e PSDB. Votaram três titulares. Portanto, temos seis vagas de suplente. Senadores Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Jonas Pinheiro e Jorge Bornhausen, que está presente. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador José Jorge, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – Pois não.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Começou a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que atrasou. Eu mesmo tenho de estar agora na Comissão de Assuntos Sociais. Os Senadores estão vindo. Tenha V. Ex^a paciência, que é uma boa virtude.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – Não vou terminar agora, não. V. Ex^a pode ficar tranqüilo. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Magalhães.

Senadora Maria do Carmo Alves.

Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Mais um titular chegou: o Senador Teotônio Vilela Filho.

Do Bloco de apoio ao Governo votaram dois Srs. Senadores, Francisco Pereira e Sibá Machado. São sete votos e temos cinco vagas: Roberto Saturnino, Paulo Paim, Fernando Bezerra, Fátima Cleide e Sérgio Zambiasi.

Temos mais um titular presente, o Senador Marco Maciel. Um suplente, Senador Paulo Paim (Pausa.)

Temos mais um titular presente, o Senador João Ribeiro, que é o último (Pausa.)

Aqui temos duas vagas aqui e aqui duas.

Então, os suplentes do PMDB são Ney Suassuna, Luiz Otávio, Pedro Simon, João Batista Motta, Mário Calixto e Romero Jucá.

Os suplentes do PDT já estão completos: Augusto Botelho, mas o titular já votou, o Senador Juvêncio da Fonseca.

Portanto, já votaram os nove indicados pelo Bloco da Minoria, o PFL, O PSDB. Votaram cinco dos sete do Bloco de apoio ao Governo, faltam dois, e votaram quatro dos seis do PMDB, faltando também dois.

Do PDT, só tenho uma indicação, que já votou. Portanto, faltam quatro, dois do Bloco de apoio ao Governo e dois do PMDB.

Se todos concordarem, já podemos encerrá-la... Vamos aguardar dois minutos, pois pode ser que chegue alguém.

(Pausa.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu gostaria de manifestar uma opinião que, mais do que minha, é a do Partido, que detém, na pessoa de V. Ex^a a Presidência da Comissão e que indica o Senador Heráclito Fortes como sucessor de V. Ex^a. São dois expoentes de nossa Bancada, dois homens de muita competência pessoal que honraram o desempenho do mandato de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, da qual já tive a honra de participar e presidir.

Gostaria de manifestar, na hora em que V. Ex^a conclui o seu mandato como Presidente desta Comissão, a satisfação do PFL de tê-lo tido como comandante, com condutor das ações da Comissão de Infra-estrutura, pelo zelo com que V. Ex^a tratou os assuntos que por aqui tramitaram, pela seriedade, probidade, decência e pelo espírito público com que V. Ex^a encaminhou cada tema que aqui foi tratado, pela obstinação em esclarecer e debater as matérias com exaustivas audiências públicas, com a convocação de autoridades para esclarecimento, com o aperfeiçoamento de textos, com a denúncia de fatos, enfim, com o exercício de um mandato parlamentar exemplar que orgulha o Partido e que, neste momento em que V. Ex^a termina o seu mandato, tenho o prazer de verbalizar. Falo não só em meu nome, mas em nome de toda a Bancada do PFL, onde V. Ex^a é extremamente estimado e respeitado.

V. Ex^a deverá ser substituído pelo Senador Heráclito Fortes, que entra no recinto. Heráclito Fortes é um homem que vale o quanto pesa. Vale bastante. S. Ex^a está vindo para esta Comissão por desejo. Nada melhor, nenhum indicativo melhor do que o exercício de uma função por desejo, por motivação. É o caso do Senador Heráclito Fortes e o de V. Ex^a, que desejou presidir esta Comissão por interesse público e por interesse nas matérias que vão tramitar, a começar pela análise das parcerias público-privadas. É uma matéria que está na ordem do dia e precisará de um Presidente expedito, competente, atento, para que aquilo que venha a ser proposto seja visto com a lente de aumento que exigem o interesse público e coletivo. Assim, esta Comissão poderá exercer o seu papel de

filtro no sentido da probidade, do interesse coletivo, do interesse maior da sociedade brasileira. A Comissão estará muito bem servida pelo Senador Heráclito Fortes que, creio, será eleito. O Partido estará absolutamente confortável porque confia – como confia em V. Ex^a – no desempenho, na competência, na capacidade e na argúcia do Senador Heráclito Fortes. Com certeza absoluta, S. Ex^a fará um belo trabalho como Presidente da Comissão de Infra-estrutura.

A V. Ex^a meus cumprimentos; ao Senador Heráclito Fortes os melhores augúrios do nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – Muito obrigado, Líder José Agripino.

Na realidade, creio que não poderíamos ter desenvolvido o trabalho que fizemos aqui se não tivéssemos tido o apóio não só de V. Ex^a, mas de todos os Líderes. Aproveito para agradecer o apoio aos Líderes, à equipe da Comissão, ao Secretário, aos demais servidores da Comissão e a todos aqueles membros que participaram conosco dos trabalhos.

Não é uma Comissão fácil porque não tem a grandiosidade de outras existentes na Casa. Mas, na realidade, trata de muito mais projetos. Portanto, tem que haver um esforço permanente para que possamos mantê-la funcionando. Creio que isso nós conseguimos. Durante esses dois anos raras vezes não conseguimos o quórum, a presença, a participação, dos companheiros que fazem parte desta Comissão. Analisamos projetos de lei, inclusive o das PPPs. Analisamos, diversas vezes, a indicação de pessoas para agências reguladoras, que é uma das principais funções da Comissão. Tivemos, também, a presença de todos os Ministros da área infra-estrutura, dos primeiros que o Governo indicou. Mesmo depois, quando houve substituição. Tenho certeza de que o Senador Heráclito Fortes foi muito bem escolhido para dar continuidade a este trabalho.

Aproveito as palavras de V. Ex^a já para agradecer a ajuda de todos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Gostaria de dar uma palavrinha a mais, Sr. Presidente.

Quero manifestar também minha confiança e o meu aplauso à indicação feita pelo PMDB do nome do Senador Alberto Silva, que é um homem do ramo, engenheiro como eu, que vai exercer a Vice-Presidência desta Comissão. Tenho certeza absoluta de que, com a sua competência, vai ajudar em muito os trabalhos da Comissão, pelo seu discernimento, pela sua lucidez, pela sua capacidade de análise e pelo seu pragmatismo no encaminhamento de ações de caráter eminentemente técnico. A Comissão estará muito bem servida com o pragmatismo do Senador Heráclito

Fortes e com a determinação e competência técnica do Senador Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – Sem dúvida, vou passar a palavra a V. Ex^a, Senador Marco Maciel, creio que foi uma escolha muito bem-feita do Senador Alberto Silva, que, inclusive, é um ex-Presidente da Comissão e que, na realidade, é um engenheiro como eu, portanto é uma pessoa que tem todo um passado de luta e trabalho nessa área, ex-Governador. Portanto é muito habilitado, sem dúvida, para participar desta Comissão.

Meus parabéns! O Senado está muito bem servido.

Passo a palavra ao Senador Marco Maciel pela ordem.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Caro Presidente, Senador José Jorge, falou o meu Líder, o Senador José Agripino, e eu diria que **causa finita est**. Nada teria mais a acrescentar. Já falou em nome da sua Bancada, ele, que é um Líder que tem um elevado conceito, não somente na Bancada do nosso Partido, mas em todo o Congresso Nacional.

Mas gostaria apenas de dizer a V. Ex^a, quase reiterando o que disse o Líder José Agripino, que V. Ex^a fez, de fato, um trabalho muito competente, que tive a oportunidade de, como membro titular da Comissão, acompanhar, como V. Ex^a bem houve no exercício das suas funções. Portanto, eu gostaria de felicitá-lo pelo trabalho que realizou, tendo como Vice-Presidente o Deputado Augusto Botelho, que, ainda há pouco, recordava. O pai dele, Sílvio Botelho, foi meu colega de Câmara dos Deputados. Não quero, com isso, reivindicar senhoria alguma nem querer, como tenho dito, candidatar-me a matusalém. Mas não posso deixar de dizer que é, portanto, uma amizade que vem por hereditariedade.

Também eu gostaria de dizer a V. Ex^a que tem um excelente sucessor, o Deputado Heráclito Fortes, que vem de exercer muitas funções no Congresso Nacional, mas de modo especial no Senado, entregou a Mesa e agora vai presidir a Comissão, e que tem como Vice-Presidente um sênior na Casa, um excelente homem público, que é o Senador Alberto Silva.

Portanto, encerrando minhas palavras, renovo os cumprimentos a V. Ex^a, dizendo também da alegria que vejo, que é também a satisfação de V. Ex^a, em ser substituído por Heráclito Fortes, tendo tido como companheiro o Senador Augusto Botelho.

Desejo ao Senador Heráclito Fortes e ao seu Vice-Presidente Alberto Silva, ambos são piauienses, os votos de bom desempenho, algo que, para mim, não é mais do que uma expectativa, é uma certeza!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – Agradeço ao Senador Marco Maciel, também aproveito para agradecer ao Senador Augusto Botelho a colaboração que deu no período que ficou como Vice-Presidente. Realmente foi uma grande colaboração. Sempre que não podia, tinha algum outro compromisso, sempre estava presente aqui para conduzir a Comissão. Aproveito para agradecer a ele essa colaboração.

Passo a palavra ao nosso Líder, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente José Jorge, eu gostaria mesmo de testemunhar o apreço que V. Ex^a de mim merece. Chegamos, se não me engano, juntos ao Congresso Nacional. Temos procurado acertar juntos nessa nossa árdua luta de oposição ao Governo Federal atual e até já erramos juntos, defendendo a reserva de mercado para a informática. E, de maneira ardorosa, V. Ex^a com o seu jeito e eu com o meu, e equivocada, defendemos algo que não foi bom para o País. Mas a nossa boa-fé presidia os nossos atos àquele instante, como hoje a nossa boa-fé preside, o que me parece no atacado, os nossos acertos, na luta de oposição que encetamos.

Gostaria, portanto, de registrar que vejo, com muita clareza, numa só pessoa, dois Josés Jorge. Eu vejo o Líder de Oposição combativo, que não abre mão das suas coerência, do seu ponto de vista, e vejo o competente dirigente de Comissão como bem o competente Relator de matérias técnicas que sabe muito bem separar as coisas e sabe deixar ao tribuno a tarefa do combate árduo, ao mesmo tempo, em que como Relator ou Presidente de uma Comissão olha a questão técnica, como questão técnica, porque sobretudo V. Ex^a pensa no Brasil. Ao seu lado esteve um dos Senadores mais queridos nesta Casa que é o Senador Augusto Botelho, o Presidente Marco Maciel dizia que tinha medo que o confundisse com Matusalém. De jeito algum, o Presidente Marco Maciel tem muita vida a dar ao País ainda talvez o pai do Augusto Botelho tenha começado cedo a carreira e infelizmente, Senador Augusto Botelho tenha começado tarde e ele próprio, mas o fato é que o Senador Augusto Botelho a todos nos conquistou pela sua gentileza, pela firmeza do seu compromisso, pela honradez com que suporta entre os seus Pares, e essa foi portanto uma gestão muito feliz, haverá de ser substituída por outra não menos capaz de honrar o País e honrar as tradições do Senado Federal.

Como Vice-Presidente, o Senador Alberto Silva, o Governador do Piauí, figura acatada por todas as Lideranças, sem exceção do seu Estado, figura acima das questões corriqueiras do seu Estado, competente, especializado em políticas de transportes, e, portan-

to, mais do que ninguém a figura correta com todo o **physique de rôle** para estar aqui nesta Casa orientando os nossos trabalhos, ao lado do Presidente da Comissão a ser eleito, Senador Heráclito Fortes, ex-Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, figura preparada de absoluta lealdade, me chama a atenção no Heráclito Fortes, a figura da lealdade nos seus atos, a sua capacidade de articular vontades, a sua capacidade de juntar esforços para que os objetivos que eles visualizam melhor para o País sejam alcançados.

Eu tenho pelo Heráclito Fortes uma admiração política muito grande, um respeito público enorme e uma amizade pessoal muito profunda.

Portanto, eu fico muito feliz em saber que as coisas aqui andam de bem a melhor. E o Heráclito haverá de fazer uma administração à altura da sua e à altura da vida pública que ele tem descrito neste País.

Portanto ao Presidente que entra eu desejo calorosamente que ele apenas repita a sua vitoriosa experiência pública, e ao Presidente que sai eu desejo apenas que V. Ex^a seja cada vez mais o homem de combate e lucidez que o Brasil admira.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – Muito obrigado, agradeço ao Senador Arthur Virgílio pelas suas palavras. Efetivamente, Senador Arthur Virgílio eu antes de ser Senador, Deputado, político, eu era professor e eu ensinava uma matéria que se chama metodologia científica, na qual eu tinha que ensinar aos meus alunos que a gente vê o mundo diferente dependendo do posto de observação e dependendo do posto. Não é fácil ensinar isso, mas dependendo onde você está você vê a coisa diferente. Então, tanto eu como V. Ex^a quando estamos como Líder da Oposição, como Senador da Oposição, nós temos uma determinada obrigação a fazer, é mostrar os aspectos negativos de tudo aquilo que o Governo faz, mesmo quando faz uma coisa boa sempre tem um lado negativo. Tudo no mundo é assim tem um lado positivo e um lado negativo. Quando ocupamos o cargo de Relator é diferente, temos que escolher entre as opiniões dos diversos companheiros aquilo que realmente possa ser melhor.

Então eu procuro evidentemente seguir esses princípios que V. Ex^a notou como V. Ex^a também segue esse princípio, acredito que todos aqui têm isso como uma meta a realizar.

Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Eu gostaria agora de encerrar a votação. Já votaram praticamente todos os Senadores.

Peço ao Senador Augusto Botelho que faça a apuração em nome da Comissão com a colaboração também do Senador Arthur Virgílio, já que nós precisamos de dois, os outros dois são candidatos.

(Segue-se a apuração.)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE)

– Estamos fazendo a apuração.

(Pausa.)

Vamos proclamar o resultado: com 22 votos, foi escolhido, por unanimidade, para Vice-Presidente o Senador Alberto Silva e para Presidente, com 21 votos e um voto em branco, foi escolhido o Senador Heráclito Fortes.

Devo dizer que, apesar das brincadeiras do Líder, a Senadora Ideli Salvatti não é suspeita porque S. Ex^a não votou, inclusive.

Eu pediria ao Senador que viesse à Mesa para tomar posse como Presidente da Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, eu queria só justificar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE)

– Darei posse ao Presidente, depois V. Ex^a justifica.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Convido a assumir a Vice-Presidência da Comissão esse meu Líder piauiense e amigo, Senador Alberto Silva.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A Comissão é só piauiense, o Piauí pode se orgulhar de dizer que tem uma Comissão inteira no Senado Federal.

Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pedi a palavra, nobre Presidente, porque lamentavelmente eu estava fazendo a votação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e por isso cheguei tardiamente. Mas eu gostaria de haver tido o prazer de sufragar os nomes de ambos, porque sei que esta Comissão, com a inteligência do Senador Alberto Silva e com a clarividência que V. Ex^a sempre tem tido, nobre Senador Heráclito Fortes, na solução dos problemas, brilhará este biênio. Lamento não haver sufragado o nome de V. Ex^{as}. Eu não poderia deixar de fazer este registro. Sucesso é tudo que desejamos, em nome do nosso PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Agradeço o registro de V. Ex^a.

Quero, como minha primeira palavra, agradecer ao Senador José Jorge, que brilhou até o último momento nesta Comissão, à qual deu uma dimensão extraordinária, e dizer que assumo, neste momento, a Presidência desta Comissão, juntamente com o companheiro piauiense Senador Alberto Silva, com a certeza da responsabilidade, Senador Ney Suassuna. Estamos exatamente conscientes da dimensão que ganha esta

Comissão com a discussão aqui das Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Tenho certeza de que as antenas nacionais, os olhos da Nação voltar-se-ão para o que se vai discutir aqui, não só quanto a essa questão, mas também em vários outros assuntos, que fatalmente passarão por esta Comissão, que, já tendo o seu apogeu iniciado na administração do Senador José Jorge, terá agora uma dimensão muito maior – tenho certeza disso.

Para mim, é uma alegria muito grande assumir como terceiro piauiense. Eu estava vendo na galeria de ex-Presidentes que já tivemos os Senadores Freitas Neto e Eloi Portela e agora tenho a alegria e a felicidade de, juntamente com o Senador Alberto Silva, que foi quem me colocou na vida pública piauiense, dividir com S. Ex^a o destino desta Comissão nos próximos dois anos.

Ademais, quero agradecer a todos os companheiros e parabenizar o Senador Augusto Botelho, que, juntamente com o Senador José Jorge deram ritmo à Comissão e agradecer a V. Ex^a, como Líder do PMDB, que aqui vem emprestar a sua solidariedade e dizer que estaremos prontos para atender, no âmbito do Congresso Nacional, ao chamamento da Nação para a importância de todas as matérias que iremos votar e discutir nesta Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pediria a palavra a V. Ex^a para corrigir um erro. Errar é humano mas permanecer no erro é realmente reprovável. No aodamento de tantas Comissões a implantar, eu não fiz justiça ao Senador José Jorge, um Presidente, que foi o mais duro Presidente de todas as Comissões, porque seguiu o regulamento à risca, mas fez esta comissão brigar. Eu não poderia, de maneira nenhuma, deixar de registrar de como ele dirigiu e fez brilhar a Comissão de Infra-Estrutura. Meus agradecimentos a S. Ex^a. Muitas vezes eu pedia para abrir a votação, ele dizia não pois teria que cumprir o Regimento. Eu acatava porque sabia que estava correto, uma vez que isso muitas vezes era facilitado nas outras Comissões. Com isso, ele teve uma atitude mais do que louvável. Parabéns, muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) –

Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Companheiros, coloco aqui também os meus cumprimentos ao Senador José Jorge, pessoa que conheci na Câmara, como dois engenheiros trabalhando juntos em algo onde havia estradas. Fui Presidente daquela famosa PEC da Cabotagem e V. Ex^a, deu uma contribuição muito grande convocamos muitos e acabamos fazendo um documento que a gestão do Presidente Fernando Henrique muito apreciou.

Meus cumprimentos ao Senador José Jorge. Tenho certeza de que S. Ex^a foi um grande Presidente desta Comissão.

Agradeço as palavras dos companheiros que já foram e que me fizeram elogio. Agradeço ao Senador Ney Suassuna por ter, como Líder, indicado meu nome para a Vice-Presidência desta Comissão e dizer a todos os Srs. Senadores que realmente Heráclito na Presidência, ele que teve tantos mandatos na Câmara e agora no Senado foi companheiro antigo e entrou menino conosco nas campanhas políticas do Piauí. Granjeou a simpatia e o respeito de os seus companheiros na Câmara e agora no Senado.

Temos certeza de que temos realmente uma responsabilidade muito grande pela frente. No que se refere à questão das Parcerias Público-Privadas, nós vamos ter que trabalhar muito para acomodar as necessidades do País com os recursos que temos. Tenho certeza de que chegaremos lá. Temos que nos convencer de que enquanto o Brasil não se convencer de que produzir riqueza e não ter como transportá-la é um erro grave. Se o País, através de diferentes governos, optou pelo rodoviarismo, tem a obrigação de manter a malha rodoviária brasileira funcionando. Caso contrário, pagaremos um preço altíssimo e nossos produtos, os bens produzidos no território brasileiro não poderão competir lá fora. Não se pode fazer transporte em estradas esburacadas, arrebentadas e, afinal de contas, não consertadas.

Perdoem-me por me estender, mas quero dizer que eu e o companheiro Heráclito – com a competência que tem – vamos olhar essa questão com muito entusiasmo e interesse em servir o País. Tenho certeza de que chegaremos a um bom termo, no sentido de que este País possa resolver esse problema.

Com relação à navegação, nossos rios não estão sendo navegados, nossos portos estão embarçados e nossas vias de comunicação rodoviária estão completamente destruídas.

Quero finalizar minhas palavras cumprimentando todos, especialmente ao Senador José Jorge, que deixa a Presidência hoje, e ao Heráclito. Eu e Heráclito fizemos um pacto. Vamos fazer tudo para que o Brasil saia da posição em que está. Esperamos que nossa colaboração seja suficiente para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Antes de encerrar, gostaria de deixar aqui o meu sincero agradecimento ao Líder José Agripino pela confiança que deposita em mim, ao me indicar para presidir esta Comissão que julgo da maior importância.

Gostaria também de agradecer ao Presidente do meu Partido, Senador Bornhausen, que colaborou para que fosse possível a minha indicação.

Gostaria ainda de agradecer a todos os companheiros não só do PFL mas de todos os partidos que compõem esta Comissão, pela confiança em que depositaram em mim.

Pelo pouco que já foi visto aqui dá para se ter uma noção de que esta será uma Comissão que debaterá temas nacionais, o que é exatamente o seu principal objetivo.

O Senador Alberto Silva, quando Governador do Piauí deu esse exemplo.

As PPPs estão aí, Senador José Jorge. Quero crer que uma das primeiras preocupações desse projeto será baixar custo das obras brasileiras, será tirar um pouco do custo/Brasil disso.

Faremos o que puder para ajudar o Governo no sentido de que as PPPs tenham também como objetivo diminuir custos das obras nacionais e não aumentá-los. Faremos o que for possível nesse sentido.

Tenho a certeza de que juntando a experiência de tantos homens que compõem esta Comissão, que passaram por cargos públicos importantes no País, nós iremos dar essa grande colaboração ao Governo brasileiro.

Creio, Senador José Jorge, que sem essa fixação de barateamento das obras brasileiras, a PPP não terá nenhum sentido e não irá prestar o relevante serviço que desejamos para a Nação, neste momento.

A discussão sobre a navegabilidade do rio, em um momento tão importante como esse, estou tendo, e já foi adiantado aqui pelo Senador Alberto Silva, como também o aproveitamento das nossas águas. Penso que temos de trazer para esta Comissão um debate demorado e profundo sobre as águas brasileiras, sobre o seu aproveitamento, o seu desperdício e as suas alternativas.

De forma que, dentro das nossas metas, tenho certeza de que o Senador Alberto Silva irá incorporar, com a sua capacidade de idealização e, acima de tudo, com sua criatividade, e assim faremos esta Comissão exatamente atingir justamente todos os seus objetivos.

Agradeço, portanto, a presença de todos, a presença da imprensa, a compreensão, o apoio e o incentivo aos funcionários da Casa, e encerro a reunião, convocando, na hora regimental, a primeira reunião para a próxima terça-feira, às 14 horas e 30 minutos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 13 minutos.)

Ata da 2ª reunião (Ordinária) realizada em 8 de março de 2005 às 14:30horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia oito de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores(as) Senadores(as) José Jorge, Alberto Silva, Delcídio Amaral, Sibá Machado, Mozarildo Cavalcanti, Juvêncio da Fonseca, Serys Shessarenko, Francisco Pereira, Marco Maciel, César Borges, Eduardo Azeredo, Ney Suassuna, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Augusto Botelho, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan e João Capiberibi, reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Rodolpho Tourinho, Sérgio Zambiasi, Mão Santa, João Ribeiro, Gérson Camata, Aelton Freitas, Valmir Amaral e Sérgio Guerra. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Mensagem nº 06, de 2005. Não Terminativo. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Bruno Pagnoccheschi, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do senhor Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Em condições de ser apreciado pela Comissão. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores Ney Suassuna, José Jorge, Delcídio Amaral, Teotônio Vilela Filho, Juvêncio da Fonseca, Sibá Machado e Alberto Silva. Após a realização da sabatina pelos membros da Comissão, passa-se a fase de votação, por escrutínio secreto. Encerrada a votação o senhor Presidente proclama o resultado, ocasião em que o senhor indicado foi aprovado por 18 votos favoráveis, 0 contrário e 0 abstenção. Foram designados escrutinadores os senhores Senadores Sibá Machado e Augusto Botelho. Item nº 02 – Mensagem nº 07, de 2005. Não Terminativo. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Dalvino Troccoli Franca, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas-ANA, na vaga do senhor Ivo Brasil. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. Relatório: Em condições de ser apreciado pela Comissão. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores Ney Suassuna, José Jorge, Delcídio Amaral, Teotônio Vilela Filho, Juvêncio da Fonseca, Sibá Machado e Alberto Silva. Após a realização da sabatina pelos membros da Comissão, passa-se a fase de votação, por escrutínio secreto. Encerrada a votação o senhor Presidente proclama o resultado, ocasião em que o senhor indi-

cado foi aprovado por 17 votos favoráveis, 01 contrário e 0 abstenção. Foram designados escrutinadores os senhores Senadores Sibá Machado e Augusto Botelho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dezesseis horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A pauta consta de sete itens. Embora tenhamos número para a abertura da reunião, não temos quórum para nenhuma deliberação.

Por essa razão, proponho a suspensão da presente reunião e o seu reinício às 18h30min, precisamente, após a sessão ordinária do Senado Federal.

Todos estão de acordo? (Pausa.)

Então, está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Há número regimental para darmos início à presente reunião. Tão logo atinjamos o quórum necessário para votação, daremos início ao processo de avaliação dos dois nomes aqui submetidos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Esclareço que hoje temos em pauta dois itens.

O primeiro item trata da Mensagem nº 06, de 2005, que encaminha o nome do Sr. Bruno Pagnoccheschi para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas na vaga do Sr. Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, tendo como Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti; o segundo item trata da indicação do Sr. Dalvino Troccoli Franca para exercer também o cargo de Diretor da Agência de Águas no lugar do Sr. Ivo Brasil, tendo como Relator o nobre Senador Teotônio Vilela.

Antes de dar início aos trabalhos, comunicamos o recebimento do Ofício nº 115, de 2005, que nos foi enviado pelo Sr. Secretário Federal no seguinte teor:

A Presidência dá ciência ao Plenário desta Comissão do recebimento do Ofício nº 12, de 2005, de

21 de janeiro último, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando resposta ao Requerimento nº 341, de 2004, desta Comissão, no qual solicitamos informações sobre o número total de pequenos produtores oriundos de assentamentos, sua localização geográfica e área, bem como o número de agricultores oriundos de assentamentos situados em regiões canavieiras, sua localização geográfica e área.

Foi anexada cópia do referido ofício ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2003, que retorna à Comissão para continuar a sua tramitação.

O presente documento encontra-se à disposição dos Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Aneel, que nos visita e nos dá o maior prazer em participar da Mesa de trabalho; e os dois sabatinados, Bruno Pagnoccheschi e Dalvino Troccoli.

O Senador Tasso Jereissati, poliglota, descobre o meu erro de pronúncia e me corrige. Eu pediria a S. Ex^a que fizesse o favor de me orientar, para que eu não repita o erro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Vou passar a palavra ao Senador Teotônio Vilela, cujo sotaque parece mais com o sobrenome do que o nosso.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – A minha pronúncia alagoana está mais parecida com a do Presidente da Comissão. Vamos encerrar aqui essa...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Espero que o sabatinado não tenha, durante a exposição dos seus objetivos, de passar pela malha fina desses dois exigentes Parlamentares.

Senador Ney Suassuna, pelo visto...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, apenas para fazer um pedido, que hoje pela manhã foi feito também em uma outra comissão: peço que, logo depois da exposição do Dr. Bruno, pudessemos começar a votar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Até para facilitar mais o que V. Ex^a solicite, uma vez que os pareceres já estão expostos, logo que atingirmos o quórum regimental, será iniciado o processo de votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Estamos vivendo um momento de ajuste dentro do Senado com a criação de novas comissões sem o aumento do número de Senadores. Então, estamos vivendo o drama de Senadores tendo que participar de três Comissões; estamos vivendo um problema de ajuste de horário.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Qual é o nosso quórum?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Nosso quórum é de 13.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Treze. Ajudarei V. Ex^a convocando os membros do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Bom, vamos dar início ao processo no que diz respeito ao Item nº 1.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti. Vou-me esquivar de dizer o nome completo do Dr. Bruno para que nova polêmica não seja gerada.

O SR. RELATOR (Mozarildo Cavalcanti) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Dr. Bruno nos esclarecesse qual é a pronúncia certa de seu nome para que não fiquemos com essa dúvida tamanha.

O SR. BRUNO PAGNOCCHESCHI – Pagnoccheschi.

O SR. RELATOR (Mozarildo Cavalcanti) – Sr. Presidente, a Mensagem nº 6, de 2005, do Senhor Presidente da República, submete à consideração do Senado Federal a indicação do Sr. Bruno Pagnoccheschi para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 9º da Lei nº 9. 984, de 17 de julho de 2000, e no art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Dr. Bruno Pagnoccheschi para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Os referidos dispositivos, respectivamente, conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o diretor-presidente e os demais diretores da Agência Nacional de Águas, a serem nomeados pelo Presidente da República.

O curriculum vitae em anexo à Mensagem Presidencial evidencia que o indicado possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. Formado em Engenharia Civil na Universidade de Brasília – UnB, em 1975, apresenta sólida formação profissional e longa experiência no setor público.

Além do curso de graduação, sua formação inclui pós-graduação em Hidráulica e Saneamento, na Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo; curso de Administração de Projetos de Meio Ambiente, na Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas; e os créditos correspondentes ao curso de Doutora-

do em Meio Ambiente e Desenvolvimento, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – UnB.

Desde 1978, tem desenvolvido atividades profissionais em entidades do setor de gestão dos recursos hídricos e de planejamento governamental. Cabe destacar a experiência acumulada no exercício de atividades profissionais no Centro Tecnológico de Hidráulica, no Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAE), no Instituto de Planejamento Econômico e Social, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), na Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, no Instituto Sociedade, População e Natureza, no Ministério do Meio Ambiente e na Agência Nacional de Águas. Em período recente, ocupou os cargos de Secretário-Geral da Agência Nacional de Águas e de chefe de gabinete da Ministra do Estado de Meio Ambiente.

Cabe ressaltar a participação em diversos seminários nacionais e internacionais, o exercício de atividades como consultor a diversas entidades nacionais e internacionais, e a publicação de documentos técnicos e estudos relacionados à temática do meio ambiente, da inclusão social e da política nacional de recursos hídricos.

As funções e os cargos exercidos – evidenciamos em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes Senadores integrantes deste Colegiado – revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando assim esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Bruno Pagnoccheschi para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir a V. Ex^a que, na próxima vez que tivermos a presença, nesta Comissão, de alguém com um nome assim tão complicado, indicasse para relatora a Senadora Serys Slhessarenko para não ficarmos com dúvida sobre a pronúncia.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Senador, parece-me que V. Ex^a mantém transmissão de pensamento comigo. Eu estava com outro pensamento. O indicado está passando por este constrangimento hoje nesta reunião. A nobre Senadora e nossa amiga Serys está, há dois anos, vivendo esse drama no plenário no Senado e até hoje não se chegou a

um denominador comum sobre a correta pronúncia do seu nome.

Após ouvirmos o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti, ouviremos agora, por 10 minutos o Sr. Bruno Pagnoccheschi. Estou reduzindo o tempo em razão das nossas atividades no plenário, porque, quando se iniciar a ordem do dia, vamos ter que suspender a reunião.

Com a palavra o Sr. Bruno Pagnoccheschi.

O SR. BRUNO PAGNOCCHESCHI – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar, em primeiro lugar, os meus agradecimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator da Mensagem que submete o meu nome para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas. Esta oportunidade é, para mim, uma honra e gostaria de aproveitá-la para expressar alguns pontos relativos ao gerenciamento de recursos hídricos no País.

Como ponto de partida, destaco que, no conjunto da temática ambiental, a gestão do patrimônio hídrico brasileiro configura-se entre uma das mais importantes tarefas do poder público e da sociedade. Isso porque nossa riqueza hídrica, expressa em um complexo sistema hidrológico, constitui uma enorme vantagem comparativa em relação aos demais países. Essa vantagem, no entanto, implica enorme responsabilidade na conservação desse patrimônio. Cada vez mais a água se torna um bem escasso, seja pela sobre-exploração, que caracteriza muitos processos produtivos vigentes, seja pela diminuição de sua disponibilidade, decorrente da poluição dos rios. Essas situações, observadas em todo o mundo, tem o potencial de deflagrar conflitos pelo seu uso entre setores produtivos, parcelas da população, regiões e mesmo entre nações. Mesmo no Brasil, detentor de cerca de 12% da água doce do mundo, esse quadro não é diferente.

No entanto, enfrentamos aqui uma situação incomum: registramos expressivos avanços legais e institucionais na área de recursos hídricos, mas não conseguimos ainda reverter a nossa situação de permanente urgência no trato dessa temática. Nosso principal problema é o desequilíbrio entre as necessidades concretas de crescimento econômico e a tarefa de manter o patrimônio hídrico do País em condições de utilização por todos os brasileiros de forma racional e sustentável.

Reverter esse quadro é uma tarefa que demandará empenho do poder Executivo, Legislativo e da sociedade em geral, uma vez que implica mudanças que afetam diretamente os padrões de produção e consumo da nossa sociedade, em especial na sua relação com os rios brasileiros, tradicionalmente utilizados como vias de escoamento de esgotos e dejetos urbanos.

A transformação desejada certamente envolve, além da mudança de comportamento dos indivíduos, o aperfeiçoamento das instituições encarregadas de implementar políticas que afetam o uso desses recursos.

Nesse particular, é importante mencionar que tivemos avanços notáveis nos últimos anos, a exemplo da criação da ANA, em 2000, e da edição da Lei nº 9433, de 1997, que instituiu a política nacional de recursos hídricos e o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Não obstante, há muito a ser feito em termos institucionais para tornar efetivo e eficaz o gerenciamento desse patrimônio.

No caso específico da ANA, considero que os desafios mais importantes a serem enfrentados podem ser reunidos em três grandes pontos. O primeiro refere-se à estruturação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Trata-se de dar continuidade ao processo iniciado na década de 70 e fortalecido com a entrada em vigência da Lei nº 9433. A criação da ANA permitiu um significativo avanço na implementação dessa lei, colocando em prática os instrumentos previstos e dando início a processos como a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e o aperfeiçoamento dos processos de outorga e de fiscalização do uso desses recursos.

Dar continuidade à implementação dessa política implica, principalmente, o aperfeiçoamento e a articulação da aplicação desses instrumentos nos cenários nacional e estadual.

Por força da Constituição de 1988, co-existem no País rios de dominialidade Federal e dos Estados. Ao usuário, no entanto, deve ser transparente o fato de um determinado processo referir-se a um rio de jurisdição federal ou estadual, seja para obtenção de informações hidrológicas básicas, seja para deflagrar processos de outorga ou de fiscalização. Deve-se, portanto, priorizar o processo de compatibilização dos sistemas atualmente vigentes, de nível federal e estadual, buscando criar as condições de transparência e funcionalidade, facilitando as interfaces com os usuários e estabelecendo um processo único. Esforços neste sentido já foram iniciados mas precisam ser fortalecidos nos próximos anos.

O segundo ponto diz respeito à necessidade de proceder a adaptações no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, relativas às peculiaridades regionais. É preciso aperfeiçoar o sistema, buscando torná-lo coerente com as características regionais e em especial das Regiões Norte e Nordeste.

Na Região Norte, trata-se de reconhecer a magnitude dos cursos d'água ali existentes e as dificuldades inerentes à implementação de alguns dos instrumentos

de gestão dos recursos hídricos. Exemplo disso é a implantação de comitês de bacias em rios de grandes dimensões, cujas áreas de drenagem atingem proporções continentais com baixíssima densidade populacional. Em geral, essas Regiões são afetadas por problemas muito localizados, sem as repercussões de jusantes que costumam ocorrer nos rios das regiões mais populosas do País.

Os problemas ali detectados referem-se, não raro, à implantação de obras de infra-estrutura de transporte ou energia, o que remete a discussões mais específicas e a dinâmicas diferenciadas de tomada de decisão. Cito, como exemplo, as hidrovias e os reservatórios previstos para serem construídos na Região Norte. Tendo em vista as dimensões das bacias ali existentes – a baixa densidade populacional e a precária estrutura viária –, não é razoável implantar estruturas decisórias do tipo comitês de bacias. Neste caso, outros fóruns de órgãos públicos deverão subsidiar o processo de discussão a exemplo das agências de desenvolvimento regional dos níveis federal e estadual e mesmo algumas instâncias do Congresso Nacional.

Na Região Nordeste é preciso reconhecer que a dimensão bacia hidrográfica deve ser relativizada em função da preponderância de rios intermitentes, que dificultam a observância desse conceito básico. Nessa Região, o nosso esforço deve ser no sentido de buscar formas de implementação dos instrumentos de gerenciamento que privilegiem a dinâmica social vigente e que se refere, em grande medida, à existência de obras de infra-estrutura hídrica. Cito, como exemplo, os açudes e reservatórios existentes no semi-árido, e que já contam com o colegiado de decisão sobre a locação da água reservada, que poderão substituir os comitês de bacia com grande vantagem. Caberá ao Poder Público, e em especial aos conselhos estaduais de recursos hídricos, a observância da compatibilização das decisões desses fóruns no nível regional.

O terceiro ponto diz respeito à necessidade de articulação dos sistemas nacionais. Ou seja, promover a articulação entre os dois principais sistemas normativos sobre os recursos naturais no País: o Sistema Nacional de Meio Ambiente, SISNMA, e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O primeiro deriva da Lei nº 6.938, de 1981, que, por sua vez, decorre das discussões que tiveram lugar ao longo da década de 70. Essas discussões apontavam para sistemas normativos, baseados em ações chamadas de comando e controle, que privilegiavam a ação punitiva dos órgãos públicos como única forma de debelar situações e mudar comportamentos inadequados. O segundo deriva das discussões das décadas de 80 e 90 e aponta para ações mais abrangentes dos órgãos

públicos, incluindo mecanismos econômicos de apoio à decisão e à indução de novos comportamentos.

Deve-se reconhecer que, graças à Lei nº 6.938, foi possível implementar a política nacional do meio ambiente e estruturar o seu sistema, articulando a ação dos órgãos ambientais e estaduais, hoje presentes em todo o País. Foi também possível o equacionamento do controle da poluição industrial, com expressivos resultados, em especial nas regiões mais industrializadas. Não obstante, até o presente, a implementação da política nacional do meio ambiente não foi suficiente para reverter a condição da poluição dos rios do País, em especial no que se refere à falta de saneamento básico na maioria dos municípios brasileiros.

Nesse sentido, a existência da Lei nº 9.433 abriu enormes possibilidades de avanço no gerenciamento dos nossos recursos hídricos, seja do ponto de vista dos usuários desses recursos, seja do ponto de vista do poder público.

Evidentemente, os desafios aqui apontados constituem focos de preocupação que apenas podem ser assumidos porque já existe uma agência bem estruturada, com excelente corpo técnico. Esses técnicos desenvolvem tarefas de primordial importância, das quais cito a medição, coleta e tratamento de informações, a condução de um complexo e bem estruturado sistema de outorgas, campanhas de fiscalização, projetos e planos desenvolvidos.

Esse material será distribuído aos senhores e eu omitiria algumas partes para permanecer dentro do tempo estipulado.

Por essas razões, é com humildade, gratidão e orgulho que me submeto à consideração dos Srs. Senadores para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas. Humildade frente à magnitude da tarefa que ainda está por ser feita no rumo da implementação de um sistema de gerenciamento de recursos hídricos à altura do extraordinário acervo hídrico brasileiro. Gratidão pela oportunidade de contribuir nesse esforço e pela confiança em mim depositada pela Ministra Marina Silva e pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que resultou na indicação do meu nome para essa tarefa. Orgulho pelo que a Agência Nacional de Águas é hoje, fruto do esforço abnegado de seu primeiro Presidente, Dr. Gerson Kelman, aqui presente, atual Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, dos seus diretores, superintendentes e de seu excepcional corpo de servidores, ao qual tive a honra de pertencer desde sua implantação até o início de 2004 como secretário-geral.

Estou certo de que seu atual presidente, José Machado, saberá dar continuidade a essa trajetória e coloco-me frente aos senhores na perspectiva de con-

tribuir para essa tarefa, oferecendo o melhor de mim nessa construção coletiva.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Atingimos o quorum regimental para o início do processo de votação. Tendo em vista o que já foi anunciado anteriormente, vamos, a partir de agora, iniciar o processo da escolha dos dois nomes para poder liberar alguns Senadores que têm compromissos inadiáveis em outras comissões.

Em seguida, ouviremos o segundo indicado, esse sem nenhuma questão de pronúncia, Senador Tasso, que é o Dr. Dalvino Franca. (*Risos.*)

Com a palavra o Relator, Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. RELATOR (Teotônio Vilela Filho. PSDB-AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Dalvino Troccoli Franca para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Os referidos dispositivos, respectivamente, conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o diretor-presidente e os demais diretores da Agência Nacional de Águas a serem nomeados pelo Presidente da República.

O curriculum vitae, anexo à mensagem presidencial, evidencia que o Sr. Dalvino Franca possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

Formado em arquitetura, na Universidade Federal de Pernambuco, em 1971, o Sr. Dalvino Franca tem longa experiência no setor urbano e em atividades de natureza multidisciplinar, como a gestão de recursos hídricos, a preservação ambiental e a promoção do desenvolvimento rural.

Assim, desde 1975, o Sr. Dalvino Franca tem desenvolvido atividades profissionais em entidades e programas, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene; a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf; o Programa Nacional de Irrigação e a Secretaria de Recursos Hídricos e Agência Nacional de Águas.

No período recente, o Sr. Dalvino Franca participou ativamente das atividades de implantação do novo marco político e institucional de gerenciamento dos recursos hídricos. Cabe destacar a sua contribuição ao Plano de Convivência com a Seca, ao Programa

de Construção de Cisternas e ao Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro.

Cabe ressaltar ainda a sua participação em diversos seminários nacionais e internacionais, em missões oficiais de negociação e avaliação de empréstimos externos e em viagens de estudo e desenvolvimento no exterior, bem como a publicação de documentos técnicos.

As funções e os cargos exercidos evidenciados em seu currículo – que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado – revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando assim esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Dalvino Troccoli Franca para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Ouvido o Relator, passo a palavra ao Dr. Dalvino Franca.

O SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA – Exm^o Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; Exm^{as} Sr^{as} Senadoras; Exm^{os} Srs. Senadores; Senhoras e Senhores, ao Exm^o Sr. Senador Teotônio Vilela Filho, Relator desta matéria, quero mostrar minha gratidão pela generosidade do parecer de S. Ex^a. Gostaria também de externar o meu carinho especial à Exm^a Sr^a Ministra Marina Silva pela indicação do meu nome, aproveitando, ao parabenizar S. Ex^a pela data de hoje em que se comemora, internacionalmente, a participação das mulheres na construção de um mundo melhor, para tornar meus votos extensivos a todas.

Espero ser digno da confiança em mim depositada e da honra a mim conferida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, a quem agradeço sincera e respeitosamente.

É com referência e satisfação que passo a descrever a V. Ex^{as}, às cidadãs e aos cidadãos presentes, algumas das minhas concepções sobre as questões hídricas de nosso País.

Somos a mais punjante potência hídrica do mundo: uma em cada oito gotas de toda água doce que flui sobre os continentes escoam no Brasil. Porém, cerca de 12% do território brasileiro ficam no mais populoso bolsão de miséria do País, conhecido como semi-árido brasileiro, que se caracteriza por um solo cristalino e uma média pluviométrica anual bastante inferior ao potencial de evapo-transpiração. Boa parcela da chuva que cai na região não é mais do que

uma ilusão fulgás, que retorna à atmosfera antes que a maioria do povo daquela terra possa usá-la para as necessidades mais elementares da existência com um mínimo de dignidade. Para muitos sertanejos, grande parte da água não é apenas inodora, insípida e incolor: é também invisível.

No entanto, se ao povo da região a natureza inclementemente recusa água, compete aos poderes legais do Estado e à sociedade reparar essa iniquidade.

No intuito de contribuir com o desenho e a implementação de políticas públicas focadas na mitigação dos efeitos da seca e na identificação de modelos que concorram para a sustentabilidade do desenvolvimento regional, deverão ser postas à disposição das pequenas comunidades rurais dispersas alternativas tecnológicas para atenuar a escassez de água, tais como cisternas, dessalinizadores, barragens subterrâneas e sistemas simplificados de abastecimento.

É salutar que, a partir de um processo educativo e de mobilização da sociedade, a água seja valorizada como direito inalienável da população, tendo, por objetivo, a redução de ocorrência de enfermidades de vinculação hídrica e a ampliação da prática da convivência sustentável com a região do semi-árido.

Lembro que a Agência Nacional de Águas tem atuado nessa região por intermédio do Proágua Semi-Árido, concebido para potencializar, institucionalmente, todas as pessoas e instituições que desempenham papel relevante na gestão dos recursos hídricos no semi-árido.

Destaco também a parceria da ANA no programa de formação e mobilização social para convivência com o semi-árido: um milhão de cisternas rurais, que ajudei a implementar, no âmbito de uma proposta de segurança alimentar e nutricional, como um direito essencial da vida e da cidadania. Esse programa encontra-se, atualmente, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A seca é um fenômeno típico da região. Porém, segundo publicação do programa das Nações Unidas para o meio ambiente, as ações de degradação da terra que conduzem à desertificação estão intimamente relacionadas à pobreza dos assentamentos humanos. Não é à toa que a maioria das áreas sujeitas a processos de desertificação coincide exatamente com o maior foco de miséria da Nação.

É inútil combater a desertificação sem combater a pobreza e a indigência. E não há como combater a miséria sem uma distribuição racional e justa da água, no âmbito de uma ampla transformação cultural que promova o aperfeiçoamento significativo da cidadania.

No Município de Manari, em Pernambuco, a expectativa de vida é de 56 anos, a renda média familiar

mensal é de R\$70,00, e a porcentagem de analfabetos adultos chega a 80%. Apenas 42 famílias têm acesso à água por meio de poços ou nascentes, e apenas 12 domicílios contam com água encanada. Dez mil e setecentos dos 13 mil habitantes vivem na zona rural. O índice de desenvolvimento humano do Município é menor do que o do Haiti, a Nação mais miserável do novo mundo. O Haiti é em Manari. Esse é um caso extremo, mas está longe de ser um fato isolado.

Segundo também o relatório da Organização das Nações Unidas, no Brasil, 26 milhões de pessoas vivem em 600 Municípios, numa superfície correspondente a quatro Alemanhas, mergulhados em pobreza extrema. Esses Municípios abrangem o Alto Solimões, o Vale do Rio Acre, a metade meridional do Rio Grande do Sul, a Chapada do Araripe, o Bico do Papagaio, o Vale da Ribeira e sete outras regiões. Entre as atitudes que a ONU recomenda para mitigar esse flagelo, destaca-se o acesso à água, ou seja, a segurança hídrica.

Outro aspecto vital para a gestão dos recursos hídricos refere-se à qualidade das águas. Por todo o País, há rios, lagos e lagoas que sucumbem a olhos vistos, desde os córregos desprovidos de quaisquer formas de vida, que se arrastam em meio aos grandes centros urbanos, até os riachos moribundos dos povoados mais ermos. Nem mesmo os igarapés das fronteiras mais longínquas são poupados da irracionalidade, do descontrole e da sanha febril da garimpagem.

O desmatamento desbasta os cílios de rios, cega os olhos d'água e não fixa o homem na terra. Todavia, quando planejados e executados de modo cauteloso e ponderado, tanto a mineração quanto o desmatamento podem levar a um desenvolvimento substancial da sociedade.

Somente após o estabelecimento do nível de qualidade a ser alcançado ou mantido nos corpos d'água, estará consolidada uma ferramenta eficaz de planejamento que possibilitará garantir a qualidade condizente com os usos a que as águas se destinarem e estabelecer ações preventivas permanentes na guerra à poluição hídrica.

Não são apenas as regiões urbanas que sofrem com a falta de saneamento. A ausência do mais rudimentar planejamento de recursos hídricos nos assentamentos rurais, quando somada ao uso inadequado do solo, agrava enormemente a já imensa miséria. Reafirmo a necessidade de acirrarmos o combate contra as enfermidades que se propagam pela água. Talvez as conseqüências da má qualidade da água causem mais sofrimento que as decorrentes da escassez.

Vou me permitir, Sr. Presidente, pular uma parte para cumprir a determinação de V. Ex^a.

A integração da bacia hidrográfica do rio São Francisco com o Nordeste setentrional está em pauta. A integração de bacias não é uma novidade no mundo e também não é novidade a controvérsia que o assunto costuma gerar, com um certo sentimento de perda, manifestado pelos habitantes da região doadora. Os que vivem na região receptora, entretanto, exprimem, invariavelmente, um grande sentimento de gratidão.

Como filho de Pernambuco, Estado inserido em ambas as regiões, vejo Pernambuco ocidental ajudando Pernambuco oriental, parte do Nordeste ajudando outra parte do Nordeste, um pedaço do Brasil ajudando outro pedaço do Brasil. Portanto, a contradição entre as partes não chega a ser um antagonismo litigioso, sobretudo se levarmos em conta que as demandas dos que ofertam e a dos que recebem serão consideradas na mediação dos conflitos, com previsão de compensações – tarefa essa a ser levada a cabo pela Agência Nacional de Águas –, afinal sabe-se que humanidade e justiça são os princípios que devem governar o Estado.

Com relação à saúde ambiental das bacias, deve-se permitir que as matas ciliares recuperem o vigor perdido, tanto para conter a erosão, que solapa as margens e provoca o assoreamento, quanto para proteger mananciais, independentemente de serem bacias com ou sem integração. E não se pode falar em revitalização de bacias sem levar em conta o esgoto bruto que é despejado nos rios. O saneamento das cidades é, portanto, inquestionável para que se possa insuflar vida nova aos cursos d'água.

Por conseguinte, ao falarmos em integração, não podemos nos limitar apenas à transposição das barreiras físicas impostas pela topografia, pois a transferência de alguma água entre as bacias envolvidas é somente um aspecto da integração entre elas. Ao falarmos em integração, referimo-nos também à integridade das bacias, aludimos a integrá-las para torná-las mais íntegras. Assim, e somente assim, entendo que a integração de quaisquer bacias seja uma alternativa sustentável em todos os sentidos.

Temos um compromisso com os brasileiros contemporâneos e vindouros, a quem haveremos de legar uma Nação socialmente mais justa, economicamente mais robusta e ambientalmente mais saudável comparada à que herdamos. A enorme importância da água não é argumento suficiente que justifique, por si só, a necessidade de seu planejamento e gestão. O que nos compele a gerir eficazmente a água é a sua escassez e a sua mobilidade.

Nessa perspectiva, há que se tratar da água como algo que transcenda a visão mecanicista de que ela não é mais do que um fluido sujeito apenas às leis da

física, ou de que é meramente uma substância dotada de propriedades químicas inigualáveis, ou de que possui somente valor econômico.

Além de ser tudo isso, a água é também a substância mais extraordinária de todo o universo conhecido. Por ser condição indispensável à vida, é também motivo de conflagração e morte. É inerente à biologia e à cultura, inseparável da civilização e da história.

Em vista de sermos, em última instância, a Nação guardiã desse tesouro, é forçoso que tenhamos uma gestão vigorosa, justa, democrática e transparente como a água que queremos.

Em linhas gerais, são essas algumas idéias que eu queria expor aos Exm^{os} membros desta tradicional instituição republicana, dispondo-me a prestar os esclarecimentos sobre quaisquer assuntos, cuja elucidação esteja ao meu alcance.

Humilde e respeitosamente, submeto-me ao vosso julgamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Temos inscritos para a discussão cinco Srs. Senadores que desejam questionar os dois ilustres cidadãos que aqui se encontram com seus nomes indicados para ocupar cargo de diretoria na Agência Nacional de Água.

Pela ordem, em primeiro lugar, o senador Ney Suassuna, que dispõe de até cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, ao invés de questionar, quero parabenizar o Governo pela escolha. Quando o Jérsen Kelman foi designado para outra agência, pensei que seria difícil encontrar alguém tão ágil e tão capaz para ser colocado no lugar que ele deixa vago. Estou vendo que o Governo fez duas excelentes escolhas: um paulista e um nordestino, ambos com muita experiência. Por isso, a minha satisfação.

E quero me congratular com o Governo e com eles. Agora, com toda certeza, um pouco mais com relação ao Sr. Dalvino, não por causa da dificuldade de falar o nome do Bruno Pagnoccheschi, mas porque, para mim e para nossa região nordestina tão sofrida, o doutor Dalvino Troccoli Franca sabe, na palma da mão, o que pode ser feito por lá. É um homem de larga experiência. Por isso eu me detenho um pouco mais em relação a ele, por causa da similitude das ações que eu gostaria que alguém da ANA tivesse. E vejo que ele as tem, pois já andou por Moçambique, pelo mundo todo, mas se dedicou até a minha cidade natal, Campina Grande. Se não bastasse isso, apesar de ele ser quase pernambucano – como a gente diz que somos colonizados pelos pernambucanos, que eles sempre tiram as melhores mentes e colocam em

Pernambuco –, o Troccoli Franca é de duas famílias importantes do meu Estado, mas cresceu e brilhou em Pernambuco.

Por isso os meus parabéns a ambos.

Esta Comissão hoje está fazendo a escolha de dois grandes nomes. A ANA, com certeza, vai chegar à maioria muito robustecida com todo o esplendor porque são dois grandes nomes que hoje aqui aprovaremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Com a palavra o segundo inscrito, Senador José Jorge.

Senadora Serys, na sua ausência, fiz-lhe referências lisonjeosas. Depois, as notas taquigráficas poderão confirmar o que eu disse.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de ressaltar a alegria de estar aqui hoje ouvindo dois novos diretores da ANA, que certamente vão poder realizar seus trabalhos com a experiência de técnicos que possuem. Mas eu gostaria logo de aproveitar a oportunidade, já que estamos aqui com líderes do Governo – Senador Delcídio, antes que V. Ex^a saia –, e solicitar ao Governo que fizesse também as indicações da ANP.

Sr. Presidente, vai completar 90 dias que estamos sem um presidente e sem um diretor na ANP. A Agência tem cinco diretores e funciona em regime colegiado. E estamos com dois diretores faltando. Isso, realmente, é um prejuízo muito grande porque todos sabemos que a ANP trata da questão do petróleo. Aliás, o Senador Delcídio entende muito mais deste assunto do que eu. S. Ex^a foi diretor da Petrobrás, inclusive na época em que eu era ministro. E S. Ex^a pode saber do prejuízo que a Nação tem pelo fato de a ANP estar paralisada.

Então, já que houve a indicação desses dois diretores da ANA, creio que o Governo poderia indicar também os da ANP porque, normalmente, Senador Heráclito, o Governo demora a indicar os diretores e, quando indica, quer que se aprove em 24 horas. Demora-se às vezes 90 dias para indicar um diretor. Infelizmente, Senadora Serys. Eu não queria que fosse assim. Quando V. Ex^a for ministra, talvez isso melhore.

Quero homenageá-la, inclusive, porque hoje é o Dia Internacional da Mulher, e V. Ex^a está bem mais bonita do que já é normalmente.

Precisamos aproveitar este momento para fazer um apelo, até mesmo às Lideranças do Governo na Casa, para que sejam rapidamente indicados o Presidente da ANP, que se encontra sem presidente, e

seu Diretor, a fim de que as questões referentes ao petróleo possam ser tratadas, uma vez que têm tanto ou mais urgência do que outras Agências.

Falarei também sobre a transposição do São Francisco. O Dr. Dalvino mencionou inúmeras propriedades da água. Todas são verdadeiras. Ele apenas não fez remissão a um aspecto que, para mim, é muito importante: a água não sobe ladeira, apenas desce – diferentemente da energia elétrica. Então, todas as vezes que se fala acerca de integração de bacia, precisaremos verificar o seu equilíbrio energético.

Evidentemente, ninguém é contra a integração de bacias. Entretanto, é preciso haver um estudo de viabilidade para mostrar, financeira, econômica, social e ambientalmente, que aquele procedimento é o melhor para aquela região naquele momento. Tenho sérias dúvidas de que esse projeto de transposição seja o melhor que pode ser feito nesta circunstância com os recursos aparentemente disponíveis. Estou temeroso de que ele se torne um novo elefante branco, isto é, comece e não termine. É muito difícil para nós assimilar que o Governo implementará um projeto e não o concluirá. Não sou adivinho, mas tenho experiência de muitos anos, assim como todos aqui. O Senador Alberto Silva é mais experiente do que nós, já que também foi Governador há muito tempo, e conhece muito bem essa questão.

Na realidade, há vários projetos aqui que poderiam ser analisados. Enquanto isso, o Governo não dispõe de um plano de desenvolvimento para o Nordeste e ninguém conhece suas pretensões. O Governo tem um plano de *marketing*, que é esse projeto da transposição das águas do São Francisco – que, inclusive, analisando-se sob esse aspecto, é muito bom, uma vez que gera polêmica e atrai a mídia. Trata-se de um grande projeto de *marketing*. No entanto, é preciso saber se ele terá continuidade.

Em Pernambuco, teve-se a experiência de construir uma pequena adutora destinada a enviar água para abastecimento humano na região do Araripe. Essa adutora é fechada – não é um canal como o da transposição – e bem mais barata, custando em torno de R\$140 milhões, salvo engano. Sua construção está sendo realizada há sete ou oito anos e ainda não terminou, muito embora o Governo de Pernambuco e o Governo Federal estejam envidando esforços para que seja concluída.

Esse projeto da transposição do São Francisco é polêmico no sentido de que está levando água exatamente para a Paraíba, o Ceará e o Rio Grande do Norte, quando se sabe que estes dois últimos são os Estados do Nordeste que mais possuem água armazenada. O que ocorre é que apenas não se dá uso a

essa água. A capacidade de armazenamento, inclusive, é maior do que a existente nos Estados ribeirinhos do São Francisco, como é o caso de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e outros.

Esses projetos, na verdade, não evoluem. Iniciaremos, então, um projeto dessa monta sem um estudo aprofundado nem um plano de desenvolvimento, desconhecendo as outras alternativas para a questão. Eu disse ao Dr. Jerson Kelman, quando ainda era Presidente da ANA, que havia muitas dúvidas sobre esse projeto que ainda não tinham sido esclarecidas. Para ser implementado, ele deveria passar por todas as etapas.

Evidentemente, não há em Pernambuco nenhuma dificuldade em ceder água para outro Estado, desde que essa medida seja viável economicamente e que a água seja utilizada. Todavia, o que não podemos é, muitas vezes, aplicar bilhões para iniciar um projeto, duvidosos de que ele chegue a um fim. Portanto, é necessário que haja um estudo mais aprofundado.

Desse modo, farei uma pergunta aos dois indicados. Qual a opinião de S.S^{as}, primeiramente, sobre a viabilidade hidrológica. Sei que se vão retirar 127 ou 126 m³/s do São Francisco, que é um rio de vazão pequena. Comparado com rios como o Araguaia e outros, sua vazão é mínima. Então, na realidade, vai-se tirar mais água. Pode-se tirar mais. A ANA já disse que se podem tirar 40 m³/s.

Então, queria saber a opinião sobre as questões hidrológica e energética. Vai-se levar água a cento e tantos metros, que correspondem a um edifício de dez andares. Como a quantidade de água é muito grande, o projeto é caro.

Em terceiro lugar, como essa água vai longe – são cerca de 300 km –, vai-se perder uma parte por evaporação. Poderá haver roubo de água, poluição. Sabemos como ela vai chegar ao fim do caminho. Então, há a questão do uso da água, porque há lugar em que existe água, e não se fez projeto de irrigação. Quanto aos lugares por onde esse canal vai passar, por exemplo, no caso do tal eixo norte, passará por Pernambuco, exatamente no pior lugar, nas piores terras. Pernambuco tem o mapa das terras, e esse outro norte, de onde o canal está saindo, ou seja, de Cabrobó, passa pelos piores locais, onde não há nem terra boa, nem gente. Quer dizer, na realidade, será um canal que, para o caso específico de Pernambuco, não possibilitará irrigar nem um hectare. Eram essas as questões. Gostaria de saber, em todos os aspectos, o que cada um pensa sobre o Projeto do São Francisco.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me falar tanto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– V. Ex^a fez a pergunta aos dois?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Se V. Ex^a o permitir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– V. Ex^a manda como ex-Presidente brilhante desta Comissão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Se for possível, visando à melhoria dos trabalhos da Comissão, sugiro que os Senadores façam as perguntas, e depois se faria só uma rodada, com as respostas e considerações finais. Isso tornaria a reunião mais objetiva, porque já são 15h40min.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Senador, não faria objeção, mas a minha preocupação não é exatamente com os Senadores que estão presentes, mas com quem está ouvindo. Como o tema é de interesse principalmente da região que será beneficiada, ou não, por este projeto, tenho a impressão de que seria mais conveniente que não houvesse alteração. Seria bem mais prático, bem mais pedagógico se as respostas fossem dadas individualmente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Seria interessante discutirmos agora a questão do São Francisco, a não ser que alguém queira fazer alguma pergunta específica sobre o São Francisco. Depois, poderemos mudar de tema e abordar assuntos mais gerais, mesmo porque tenho que ir para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– O Senador Sibá Machado está pedindo a palavra pela ordem. Sei que S. Ex^a é filho do Parnaíba.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Daqui a vinte minutos, haverá a Ordem do Dia. Então, deveríamos ouvir essa bateria de respostas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E, se houver tempo, faremos uma segunda. Aproveito o ensejo para parabenizar os dois indicados. Realmente, isso é algo salutar para essa regulamentação.

Fico aguardando a decisão de V. Ex^a. Se houver tempo, pronunciar-me-ei.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Senador Sibá Machado, antes de conceder a palavra ao Dr. Dalvino, queria penitenciar-me de uma grosse-

ria que cometi. Encontra-se no plenário o ex-Deputado Roberto Franca, que é irmão do sabatinado e deveria, como ex-Parlamentar, tomar assento à Mesa.

Convido, então, a tomar assento à Mesa esse grande companheiro, que está muito orgulhoso de ver o irmão sendo submetido à sabatina.

Com a palavra o Dr. Dalvino.

O SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Agência Nacional de Águas, que teve um papel bem recente na assessoria e na instrumentação da reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, sobre a questão da outorga do Projeto da Integração da Bacia do São Francisco. Ela tem uma outra missão importante que se está processando neste momento e que se refere exatamente às preocupações de V. Ex^a. Cabe à Agência Nacional de Águas emitir um certificado de sustentabilidade dos empreendimentos.

Essa matéria foi tratada por um decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Henrique e coube à ANA a responsabilidade de emitir um certificado para qualquer obra que tenha relação e vinculação hídrica com as relações da gestão hídrica superior a R\$10 milhões. E essas obras não podem avançar nem ser iniciadas sem esse certificado, que tem sido chamado de Certificado de Sustentabilidade da Obra. A ANA tem um prazo de 60 dias corridos para emitir esse parecer, o que vem sendo trabalhado neste momento.

O Certificado de Sustentabilidade avalia os aspectos gerenciais, operacionais, mas principalmente os aspectos da viabilidade financeira e econômica, e ainda os benefícios econômicos dessa obra. Não se pode confundir-lo com os certificados de impacto ambiental, que dão de responsabilidade do Ibama e de outros órgãos ambientais.

Neste momento, a preocupação da Agência é garantir uma análise detalhada com relação a esse certificado, que envolve as questões do benefício social e da viabilidade econômica da obra do São Francisco, ressaltando que não é papel da ANA, como de nenhum órgão do Executivo, emitir juízo de valores sobre a prioridade ou não da obra, mas, sim, sobre a sua sustentabilidade do ponto de vista macro e global.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Com a palavra o Dr. Bruno Pagnoccheschi.

O SR. BRUNO PAGNOCCHESCHI – Obrigado, Senador.

A partir da indagação do Senador José Jorge, gostaria de fazer um retrospecto e, com a permissão de S. Ex^a, de já focar a sua pergunta desde a perspectiva da Agência de Águas, instituição a que pertenci há até muito pouco tempo.

A Agência de Águas, desde o início, tem se pautado por um comportamento absolutamente técnico com relação à possibilidade de transposição das águas do rio São Francisco, e esse comportamento vem lastreado pela sua coleção de dados ideológicos e pelos modelos matemáticos que têm sido aplicados sistematicamente no estudo dessas vazões.

Do ponto de vista hidrológico é possível afirmar que não faltará água caso o projeto de transposição venha a ser concretizado. Digo isso com muita segurança porque fez parte também dos estudos da Agência um aperfeiçoamento ao projeto no sentido de que, apenas quando o reservatório de Sobradinho atingisse um determinado nível – no caso, 94% – seria permitida a transposição dessas águas. Esse estudo técnico, essa nota técnica da Agência foi acatada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e atualmente é um fator condicionante a qualquer desdobramento futuro com relação a esse processo.

Isso nos dá uma garantia, e, do ponto de vista hidrológico, temos assegurado, a partir de uma série de mais de setenta anos de registros, que é possível transpor águas condicionadas ao estado do reservatório de Sobradinho. Isso, de maneira alguma, anula as preocupações do Senador José Jorge, que são justas. Quer dizer, há um conjunto enorme de obras não concluídas e há preocupação com relação a como essa transposição, se vier a acontecer, será operada.

Nesse sentido, a lembrança do Dr. Dalvino também é correta: de que o certificado emitido pela ANA para dispêndios públicos acima de R\$10 milhões de reais, de uma certa forma, pode garantir a operacionalidade desse sistema. Isso significa que o empreendedor deve apresentar à agência as condições em que a operação desse sistema se dará. Ele deve apresentar de onde os recursos virão, eventualmente, e como eles poderão ser operados.

Porque, como o senhor bem ressalta, há um conjunto enorme de elevatórias que podem consumir recursos de grande monta. É também possível, da parte do empreendedor, equacionar esses custos e fazer o equilíbrio, baseado nas águas que são distribuídas para abastecimento público das cidades. Então, as correlações cruzadas, neste momento, podem ser uma saída, mas dependem basicamente de como o empreendedor virá naturalmente a complementar o processo.

E eu lembraria também que, até o momento, a única coisa que a agência fez com relação a isso, para viabilizar o projeto, foi uma outorga preventiva. Ou seja, é uma reserva, é um atestado de que a agência reconhece que há um empreendedor que deseja utilizar uma determinada quantidade de água, que não necessariamente significa uma outorga concedida.

Para a outorga final – a agência ainda deverá estudar e se debruçar sobre esse assunto – há uma série de pré-requisitos que deverão ser demandados ao empreendedor, pré-requisitos esses de projetos de engenharia. Atualmente, a agência tem trabalhado com uma solicitação feita no ano de 2001, quando, na verdade, o projeto sofrerá alterações em função de todo o aporte técnico feito até agora, e também das audiências públicas que ocorreram e provavelmente ocorrerão nas cidades da bacia.

Enfim, é um processo complexo. A decisão, certamente, não será só técnica. A agência pode aportar subsídios para uma decisão, mas a limitação institucional da agência não permite que opiniões definitivas possam ser dadas com relação a essa transposição. Acho que há olhares diferenciados que precisam ser considerados. Há um olhar sob o ponto de vista do desenvolvimento regional, do desenvolvimento social da região, e muitas vezes a agência não tem o foco de abrangência necessário para decisões dessa magnitude.

Mas eu acho que, para essa finalidade, existe esta Casa, existe o Congresso Nacional, existe a relação com os Estados, e à ANA caberá oferecer as melhores alternativas técnicas para aquilo que for uma decisão política sobre esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra o próximo orador inscrito...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, acho que tenho direito à tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Tem direito à tréplica V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, acho que nós estamos ainda numa etapa preliminar desse projeto. Todos os dois indicados indiretamente colocaram isso. Quer dizer, a ANA começou a analisar agora esse processo. Apenas foi dada uma autorização inicial, uma espécie de reserva, para que não venha outro e peça a mesma água para outra questão.

Mas temos um projeto econômico, social e ambiental que ainda vai passar pela ANA, como o Dr. Dalvino mesmo disse. E o Certificado de Sustentabilidade vai ser muito difícil de conseguir. É o que imagino. Na realidade, ser sustentável não vai ser fácil. Mas, de qualquer maneira, vamos estar atentos também, vamos acompanhar, porque se ficar provado que realmente esse é um empreendimento sustentável, ninguém vai ser contrário. É evidente.

Gostaria de ressaltar a escolha dos dois indicados, que são pessoas com uma formação técnica na área, o que nem sempre tem acontecido, porque tivemos alguns indicados para a Agência que, na ver-

dade, nunca nem haviam passado na frente desses assuntos. Agora, não, temos duas pessoas com uma vida profissional dedicada a esses temas, portanto poderão realizar um bom trabalho.

Agora ressalto o aspecto de que a ANA não é um órgão do Governo; é uma agência de Estado. Quer dizer, está acima de qualquer governo. Os governos vão mudar, mas a ANA deve ter a sua operação técnica. E não só a ANA, mas a Aneel. Temos o presidente aqui, temos a ANP, e temos a ANA. Todas essas agências sofrem grande pressão e quem mais pressiona é o Governo, normalmente. É preciso que cada um tenha a visão de que aquele trabalho não é do Governo, quer dizer, no momento em que V. S^{as} agradeceram à Ministra Marina Silva, ao Presidente Lula, está muito bem, mas esse agradecimento deve acabar aqui. *(Risos.)*

É verdade, estou falando sério. Quer dizer, na realidade, agradeceu, agradeceu. Fizeram bem em agradecer, porque a partir de amanhã, quando o nome de V. S^{as} for aprovado, V. S^{as} terão que se comportar como agentes do Estado, independente do Governo Lula ou o próximo que vier, o que seja, no sentido de que a população tenha a garantia de que temos uma estrutura que poderá sofrer pressão, lógico, e vão sofrer pressão, mas poderão ter uma capacidade técnica – não é capacidade física nem política – é uma capacidade técnica de resistir.

Então desejo boa sorte a V. S^{as} nessa resistência e vamos ficar aqui olhando de longe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Delcídio Amaral. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, vou ser rápido em função do adiantado da hora, porque nosso querido Senador José Jorge quase monopolizou a sabatina dos dois novos diretores da ANA.

Primeiro, quero assumir esse compromisso com o nosso querido Senador José Jorge, e rapidamente vamos encaminhar os nomes dos diretores da ANP. A Agência representa um setor fundamental para o País, que gera emprego e é um dos setores mais importantes do Brasil hoje, pela capacidade das companhias de petróleo, nos ajudando na busca da auto-suficiência e na utilização do gás natural, e tudo aquilo que uma empresa, especialmente como a Petrobras, pode trazer de desenvolvimento para o País. Quero assumir esse compromisso, meu caro Senador José Jorge, ex-ministro de Minas e Energia, ao qual fui subordinado.

Saúdo o Dr. Bruno e o Dr. Dalvino. Importante registrar, Bruno e Dalvino, que a indicação de V. S^{as}

demonstra claramente a preocupação do Governo em colocar nas agências pessoas que tenham histórias na área, que sejam técnicos. E todos dois têm vivência nessa área, têm uma folha de serviços prestados não só no Ministério do Meio do Ambiente, na gestão de recursos hídricos como também na Agência Nacional de Águas.

Vejo que a turma do meu amigo Kelman que trabalhava com ele na Agência Nacional de Águas continua fazendo carreira no órgão; o Kelman é uma pessoa competente. Não tenho dúvida nenhuma de que deixou um lastro de ações que são absolutamente fundamentais no tratamento da questão da água.

No ano passado, o tema maior da campanha da CNBB foi a água. E não tenho dúvida nenhuma de que os países que tiverem competência no manejo da água – ainda mais o Brasil, que tem 12% da água do planeta Terra – vão ter futuro, perspectivas e cidadania, enfim, vão ter a água do dia-a-dia atendendo às populações para os seus mais variados usos e utilizações.

Por isso, parabeno os dois. Creio que o Governo ganha muito, o País ganha muito com a indicação de V. S^{as} para a Agência Nacional de Águas. Espero que tenham muito sucesso.

O Senador José Jorge fez uma das perguntas que eu iria fazer, que é sobre a transposição. Farei duas perguntas muito rapidamente, em razão do tempo.

Em primeiro lugar, a transposição *vis-à-vis* com os projetos de irrigação no Nordeste, ou seja, qual a leitura que a ANA faz com relação à conclusão desses projetos – que são fundamentais, especialmente para o semi-árido – de irrigação, uma vez que, pelas informações, temos muitos projetos paralisados ou inconclusos.

Qual a leitura que V. S^{as} farão dessa questão como diretores da Agência Nacional de Águas? Isso é muito importante.

Em segundo lugar, gostaria de saber a opinião de V. S^{as} sobre o projeto de Belo Monte, situado no rio Xingu, ou seja, se a ANA já fez uma avaliação dessa questão, desse empreendimento, inclusive pelo seu porte e pelo que ele representa, não só para aquela região, mas também para atendimento em razão da sazonalidade das águas e para o atendimento ao setor elétrico brasileiro.

No mais, parabeno V. S^{as} e lhes desejo muito sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– A Mesa indaga a V. Ex^a se o questionamento é dirigido aos dois ou somente a um deles.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu

gostaria, inclusive para economia de tempo...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– A Mesa já está consciente de que, se o processo não for concluído, a culpa será do Governo, que demorou muito...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Meu caro Presidente, não falei nem por três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– V. Ex^a será o responsável pela... *(Risos.)*

Estamos sendo informados de que já se encontra na tribuna o penúltimo orador antes da Ordem do Dia.

Dessa forma, peço a colaboração de todos porque, além de ouvir os inscritos para perguntas e respostas, temos que terminar o processo de votação.

Por isso, excetuando a brincadeira com o Líder, alerto a todos para esse fato.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, rapidamente: a minha pergunta sobre irrigação *vis-à-vis* com transposição é dirigida ao Sr. Dalvino Franca; e sobre Belo Monte, ao Bruno, que deve ter acompanhado esse processo todo como chefe de gabinete da nossa querida Ministra Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Com a palavra o Dr. Bruno...

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Sr. Presidente, o meu questionamento é rápido e também se refere à questão da transposição. Eu gostaria de sugerir que, em um minuto, eu também fizesse a colocação para ganharmos tempo em relação à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– V. Ex^a, como relator, inclusive, tem precedência sobre os demais.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Sr. Presidente, exatamente para que o foco não ficasse sobre o São Francisco, fiz a sugestão de girar. Temos outro tema que precisa ser colocado, e estamos debatendo apenas sobre o São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– V. Ex^a, inclusive, é o próximo orador inscrito e terá oportunidade de fazer a sua dissertação.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Senador Juvêncio, serei muito rápido. Compreendo

a preocupação de V. Ex^a em colocar também questões pertinentes à sua Região.

Sobre a transposição, concordo totalmente com o Senador José Jorge com relação às suas preocupações, suas reticências, suas dúvidas: o projeto, realmente, tem muitas questões que precisam ser esclarecidas.

Com relação ao questionamento, em um debate em Maceió sobre a transposição do São Francisco, a Agência Nacional de Águas foi muito criticada. Inclusive, na oportunidade, tentei falar com o Dr. Kelman, mas não consegui.

Segundo os debatedores, no momento em que a Agência concedeu essa outorga preventiva para a transposição, já não havia mais águas outorgáveis no rio São Francisco. Foi uma polêmica muito grande, e eu gostaria de um esclarecimento sobre essa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Concedo a palavra ao Dr. Bruno.

O SR. BRUNO PAGNOCCHESCHI – Rapidamente, sobre a questão abordada pelo Senador Delcídio Amaral, não me consta que Belo Monte já tenha entrado na Agência de Águas com solicitação de outorga ou mesmo de reserva hídrica. Esse assunto, aliás, faz parte das discussões do Congresso Nacional, uma vez que, na alteração que esse projeto teve ao longo dos anos, ele diminuiu bastante o volume de água reservada. Os impactos foram sensivelmente amenizados. O novo projeto é, incomparavelmente, menos impactante que o projeto original. No entanto, ainda há questões pendentes com relação à água remanescente, ou seja, aquela água que deixa o barramento naquela volta grande do rio Xingu. As discussões que se estabelecem são no sentido de que há necessidades ecológicas de determinadas vazões e de que há também o uso dessa água pelas populações ribeirinhas.

Hoje, esse projeto se encontra em discussão no Congresso Nacional, uma vez que ele afeta áreas indígenas. Por força de uma determinação do Ministério Público, ele hoje está aqui com V. Ex^{as} para uma deliberação. Posteriormente, seguirão os processos normais de outorga e licenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Antes de passar a palavra ao Dr. Dalvino, gostaria de saber se todos os Senadores já votaram. *(Pausa.)*

Todos votaram.

Concedo a palavra ao Dr. Dalvino.

O SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA – Objetivamente, sem ser deselegante, exatamente pelo tempo, e para ser coerente com essa determinação, um ponto importante na pergunta do Senador Delcídio

Amaral é a relação entre a transposição e a irrigação, principalmente na região do semi-árido.

A Codevasf vem desenvolvendo há mais de um ano uma proposta efetiva com relação à implementação da parceria público-privada e a um modelo de concessão que inverta a história desses perímetros irrigados.

Estou de volta. Passei três anos e meio na Agência Nacional de Águas e estou há oito meses na Codevasf, tratando exatamente da implementação da parceria público-privada. Os Senadores já devem ter conhecimento, mas estamos com quatro projetos grandes, dimensionados, em que os estudos, as alternativas de viabilidade econômica e as negociações com grupos empresariais têm sido grandes: o Projeto Jaíba, em Minas, o Projeto Baixio de Irecê, na Bahia, o Projeto Salitre, na Bahia, e o Projeto Pontal, em Pernambuco. São projetos em que, somados, o Governo já investiu, nestes últimos anos, algo em torno de R\$1,380 bilhão, se corrigido pelos índices. É o preço de dezembro de 2004.

Há uma série de projetos que vão necessitar, em termos de investimentos públicos, no modelo anterior, algo em torno de R\$1 bilhão. Com a modelagem de parceria público-privada, na forma como foi aprovada pelo Congresso Nacional, será possibilitado que as obras de implementação e conclusão desses quatro grandes perímetros irrigados sejam executadas com recursos federais, da União e dos Estados, da ordem de R\$400 milhões. A outra parcela de 700 a 800 – ou até mais do que isso – poderá ser feita pela iniciativa privada. Em dois anos e meio, já estaremos tendo uma produção de exportação, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – E quanto há no Orçamento?

O SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA – O Orçamento teve um corte significativo, já considerando que as negociações estão bastante avançadas. Mas o Orçamento que ficou é suficiente, admitindo-se a modelagem público-privada, de vez que para trás foram investidos 1,3 bilhão.

Então, a complementação dessas obras poderá ser beneficiada, como a lei diz, com até 70% de recursos da União e 30% da iniciativa privada, isso para infra-estrutura coletiva. É lógico que 100% da inversão *on farm* será dos produtores privados. Mas essa parcela de 30% na infra-estrutura coletiva representa algo em torno de 200 a 300. E isso estaria inclusive previsto em um programa que tem sido discutido entre o Ministério da Integração, a Codevasf e o Ministério da Fazenda, denominado simbolicamente “Projeto Piloto do Ministério da Fazenda”.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Da Fazenda, não.

O SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA – Do Ministério da Fazenda, que está financiando um projeto piloto em diversas áreas ministeriais. A Codevasf e o Ministério da Integração colocaram esses projetos como uma prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Se for extremamente necessário, Dr. Bruno... É que a Ordem do Dia já teve início. Tenho, em primeiro lugar, de encerrar o processo de votação, designar os Senadores Sibá Machado e Augusto Botelho para escrutinadores. Para ganhar tempo, enquanto se faz a apuração, ouviríamos os Senadores que estão inscritos.

Para que V. Ex^a tenham um esclarecimento...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Suspendendo a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Concedo a palavra ao Dr. Bruno, para um esclarecimento...

O SR. BRUNO PAGNOCCHESCHI – É com relação à indagação do Senador Teotônio Vilela com relação à vazão já outorgada no rio São Francisco.

Realmente o número das vazões outorgadas atinge uma cifra preocupante. No entanto, como foi dito aqui, muitos projetos não se encontram efetivados. Mesmo quando esses projetos forem efetivados, os números da outorga referem-se a vazões instantâneas. São vazões que não ocorrem 24 horas por dia e nem 12 meses por ano, porque dependem das culturas e do sistema de bombeamento.

Nos estudos recentes feitos pela agência, inclusive o Plano Decenal da Bacia do São Francisco, esses valores estão hoje estimados em 91 m³ por segundo. Esses valores podem chegar a 130 ou 140 m³ por segundo em 25 anos. Então, embora o número outorgado seja muito grande, o efetivamente utilizado é mais modesto e está compreendido nos estudos feitos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, eu estava também um pouco impaciente porque a presença do Dr. Jerson Kelman aqui é muito especial para este Senador, de maneira pessoal. Fui o Relator da sua sabatina, quando foi aprovado como Presidente da ANA. E o trabalho executado pelo Dr. Jerson Kelman na agência valorizou muito o meu relatório. Os relatórios do Dr. Dalvino Troccoli e do Dr. Bruno Pagnoccheschi ressaltaram que tratam-se de dois currículos bastante ricos, o que demonstra que estamos no caminho certo com a indicação dos senhores para a Ana.

Abordo dois problemas bem rapidamente. Creio que o Dr. Jerson já teve a visão do que penso. Falo de regiões degradadas, de regiões como a bacia do São Sebastião, do semi-árido. São questões importantes demais. No entanto, creio que deve ter algum projeto preventivo dessa degradação para o futuro. Imagino o aquífero Guarani e o Alto Taquari, no Pantanal, com o Projeto Pantanal. Como disse o Senador Rodolpho Tourinho, há projetos que são como elefantes brancos, começam e param. O Projeto Pantanal já existe há muito tempo e pode ser um grande instrumento para aquela Região. Preocupa-me muito mais – e o Dr. Dalvino trabalhou bem anteriormente nessa questão, em uma relação pessoal conosco – como é que fica a ANA e o Projeto Pantanal? Não está inserido o Projeto Pantanal na área hídrica pela qual a ANA é responsável? A gente tem esperança de que no decorrer da execução isso seja mudado para que a ANA possa, realmente, exercer um papel significativo no Alto Paraguai, haja vista o rio Taquari, que já está totalmente assoreado e perdeu, inclusive, o seu leito. O leito desse rio invade o Pantanal sem destino. Gera um grande prejuízo ambiental e para os produtores que tinham atividades pecuárias naquela região.

Dr. Bruno, falarei sobre o aquífero Guarani, que é a maior reserva subterrânea de água do mundo. Essa riqueza está em nossas mãos: 2/3, parece-me, estão no Brasil; grande parte no Estado do Mato Grosso do Sul, junto ao Pantanal. São Gabriel do Oeste, parece-me, que tem a afloração mais superficial do aquífero Guarani. Também há uma grande preocupação com a preservação dessas águas subterrâneas, principalmente lá em Mato Grosso do Sul onde a afloração está, vamos dizer, à flor da pele. O que fazer? A ANA vai pensar sobre isso? Já está pensando? É por demais preocupante a questão da contaminação dessas águas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PE)

– Concedo a palavra ao Dr. Bruno Pagnoccheschi.

O SR. BRUNO PAGNOCCHESCHI – Com relação à preocupação do Senador Juvêncio da Fonseca, lembro que, por força da Constituição de 88, as águas subterrâneas são atribuição dos Estados. A União não legisla sobre águas subterrâneas. No entanto, esta Casa está examinando a PEC nº 43, que vai, exatamente, resgatar para o ciclo hidrológico as águas subterrâneas. É o ciclo hidrológico sendo resgatado pela legislação. Nesse caso, os órgãos públicos federais – e não só a ANA – terão que se reestruturar para enfrentar devidamente a questão.

De qualquer forma, é impossível pensar-se na gestão de águas subterrâneas pela União sem a par-

ticipação efetiva dos Estados. Não há como. Hoje, os Estados têm dificuldades de gerir esse patrimônio. Imaginem V. Ex^{as} se o caso passasse simplesmente para a jurisdição da União. Creio que é uma tarefa comum, uma tarefa grande. Temos que pensar nos parâmetros necessários para orientar uma ação de controle e de alocação dessa água dentro dos mesmos critérios que regem as águas superficiais e sobre os quais a ANA, de forma muito exitosa, vem trabalhando nos últimos anos.

A importância da PEC nº 43, Senador, é que ela resgata realmente uma parte do ciclo hidrológico que estava destacada da Lei nº 9.433, que se concentra no disciplinamento das águas de superfície. O dispositivo constitucional, de uma certa forma, inibia uma ação mais conjunta. No entanto, sob o ponto de vista dos estudos hidrológicos, dos planos que são necessários, é impossível essa separação. Quem usa água subterrânea, provavelmente, está evitando o uso de água superficial. Esse é um grande desafio a ser enfrentado, a partir da decisão desta Casa. Tenho a impressão de que a ANA tem um corpo técnico capaz de fazer as proposições adequadas para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)
– Concedo a palavra ao Dr. Dalvino.

O SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Com muita satisfação, nobre Senador, falo sobre a questão do Pantanal.

Nós, civis comuns, já há algum tempo, vimos acompanhando que, estranhamente, o Projeto Pantanal, apesar de já ter um financiamento viabilizado com uma série de recursos institucional e operacionalmente estabelecidos, teve um retardamento aparentemente injustificável. Mas a recuperação de uma série de atividades assumidas pela Agência Nacional de Águas junto à parceria do GEF com a OEA deu um salto qualitativo. E a proposição final, o documento final, da Bacia do São Francisco foi publicada agora como a do GEF-Pantanal e Alto Paraguai. Saiu tão recentemente quanto a outra, agora em dezembro e janeiro deste ano.

As ações previstas nesse documento incorporam as outras ações. Não têm recursos ainda definidos porque são um instrumento de planejamento e de proposições que deve vir à Casa, ao Congresso Nacional, mas absorve todas as propostas desenvolvidas, definidas e diagramadas no documento do acordo com o banco. Essa é uma proposta importante que a ANA, apesar dos primeiros anos atribulados, vem resgatando para ser o órgão coordenador e executor dessa matéria.

Entendemos que as ações, desde a época do PCBac, que foi um plano global, e o envolvimento, nesse período, do governo francês junto com entidades

do Governo de Mato Grosso do Sul, do Governo de Mato Grosso, resultaram em proposições importantes. Naquele momento, a Universidade do Mato Grosso do Sul, a Universidade Católica assinaram aquele acordo de cooperação conosco junto ao Ministério do Meio Ambiente para implementar o primeiro parque nacional privado nas Américas, correspondente ao Parque Francês, que foi um avanço grande na área de pesquisa e desenvolvimento de uma série de trabalhos junto à Fundação Pantanal no Mato Grosso do Sul, levando à estratégia de implementação, por exemplo, do Projeto Pantanal.

A nossa expectativa é de que vamos ser os mais realistas e otimistas possíveis juntos e de que neste ano tenhamos uma proposição de implementação das ações do Projeto Pantanal, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e com a coordenação da ANA.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Com a palavra, o último orador inscrito, nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, gostaria de fazer aqui uma observação para os novos componentes da ANA. É que fico um pouco perplexo de ver como o problema é encarado!

Tenho experiência de dois mandatos de Governador, de Deputado Federal, de Senador pela segunda vez, conhecendo aquele semi-árido nordestino como a palma da minha mão, porque já dirigi a Empresa de Eletricidade do Estado do Ceará e já fui Superintendente do Pólo Nordeste. Uma característica que sentimos é que a dificuldade, o problema do empobrecimento não é só em relação à água. Aí se fala em transposição das águas do São Francisco para resolver que problema?

Felicitos a escolha dos novos companheiros, por reconhecidamente serem grandes técnicos! A começar, os meus respeitos ao Dr. Kelman, que conheci pessoalmente, um grande técnico que muito fez pela ANA. Mas chamaria a atenção para que os novos ocupantes de Diretorias da ANA se debruçassem um pouco sobre o seguinte problema: a distribuição espacial da água. Querem ver um exemplo? Com relação à transposição do São Francisco, tenho o projeto na minha cabeça. Já estudei esse “bicho” de todo lado. É complicado. Você tem que andar quase 200km de canais até chegar ao divisor – a água sujeita a todos os comprometimentos de roubo, de mau uso, de poluição etc. Aí, ela se divide em três ramos: um vai para a Paraíba, outro fica em Pernambuco e o outro desce para o Ceará. Algo em torno de cento e poucos metros cúbicos por segundo. É pouca água para as necessidades de uma imensa área como essa. É pouquíssima!

Mas vejam bem! Há muita água lá. Então, eu gostaria que os senhores se debruçassem um pouco sobre a distribuição da água. Ontem, o nosso Senador Efraim Morais disse que o gado estava morrendo na Paraíba porque não tinha forças para chegar aonde existe água. Então, em uma imensa região, não existe água, mas há no açude e vai ter água do São Francisco agora em pontos determinados. E o resto? Querem ver? A água que toca para o Ceará acaba, depois de transposições e complicadas engenharias... Sou engenheiro civil, eletricista e mecânico. E tenho, graças ao bom Deus, uma enorme experiência em se tratando desses assuntos.

Então vamos raciocinar. Essa água do Ceará – parece-me que são 30 metros cúbicos por segundo – vai ser dirigida para um rio, e esse rio vai chegar ao Jaguaribe, que está quase no limite da fronteira da Paraíba com o Ceará. E o rio Jaguaribe tem mais água do que o Piauí. Querem ver? O rio Jaguaribe recebe água do açude Orós, que tem 2,5 bilhões de metros cúbicos; do Banabuiu, que tem 1,5 bilhão de metros cúbicos; e do Castanhão, que tem 5 bilhões. E o sol cobra a quota dele. Estou acostumado a lidar com o DNOCS. Lá existem as réguas. O sol leva 1 bilhão de metros cúbicos de água desta bacia por ano. O sol!

Então, agora eu levo uma água caríssima do São Francisco, jogo essa água dentro do Castanhão, e o sol vai evaporar a água do Castanhão. Evapora a água cara e a água barata. A água barata é a da chuva: 5 bilhões de metros cúbicos de chuva, mais uns trocados. Com relação a 5 bilhões, trinta metros cúbicos por segundo, praticamente, para um açude do tamanho do Castanhão é coisa nada. Mas o sol não quer saber de onde é a água: ele a evapora. Então ele vai levar água cara e água barata. Não seria mais sensato – e agora uma sugestão para a ANA – que se estudasse um pouco sobre a distribuição da água que já existe?

O Governador Tasso Jereissati, em um projeto inteligente e criativo, está fazendo um projeto de interligações de bacias. Já estou encerrando, Sr. Presidente, pelo menos para deixar clara a proposta.

Ora, se eu pegar parte de 2.400 bilhões na transposição aplicados em uma única obra... E se pegássemos a metade desse dinheiro e fizéssemos nos quatro Estados que seriam beneficiados pela transposição... Com US\$1.2 bilhão, fazem-se 50 açudes de trezentos milhões de metros cúbicos cada um. Sete em cada Estado. Mas os faria distribuídos espacialmente, de tal maneira que um não ficasse muito distante do outro. E interligava essas bacias com o outro um bilhão e duzentos.

Então, por que do Jaguaribe?... Vou citar uma cidadezinha de que me lembro onde não existe água.

Ela é seca. Chama-se Irauçuba, no Estado do Ceará. Não existe água nenhuma lá. Então, o Jaguaribe com a água do São Francisco ou com a água do Castanhão fica a 250km deste lugar. O Estado do Ceará é largo, imenso e não tem água. Há uma porção de açudes ao longo dele, mas a água não está utilizada.

Então chegamos à conclusão de que o problema da pobreza, das dificuldades por que passa o sertanejo nordestino, não é só por causa da água. Se isso fosse verdade, as populações ribeirinhas do São Francisco não eram pobres porque têm água à mão. Está lá o manancial do rio São Francisco.

Então, meus caros, ao cumprimentá-los pela escolha, grandes técnicos que são, sugiro que se debrucem um pouco sobre a necessidade de distribuir a água pela superfície toda dos Estados do semi-árido, o que é muito mais barato do que a transposição, na minha opinião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– V. Ex^a dirige a pergunta alguns dos dois?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Não é bem uma pergunta, fiz uma sugestão para que eles se debrucem sobre o tema, com a inteligência e a capacidade que têm, por já terem lidado com a questão, antes de outorgarem. Creio que 60 dias é muito pouco para os novos diretores tomarem uma decisão final, uma outorga. Como ele mencionou, eles não vão dizer que vão dar prioridade, apenas dirão que é viável, mais ou menos isso. Mas penso que 60 dias é muito pouco para os senhores chegarem a uma conclusão sobre uma obra tão complexa como essa da transposição das águas do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– Pergunto aos senhores se desejam fazer algum comentário, desde que bem rápido, porque estamos com o tempo completamente esgotado.

O SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA – Quero concordar com o Senador Alberto Silva e citar as iniciativas que a Agência tem tomado, no sentido de apoiar os Estados por meio do Proagro e ressaltar os enormes esforços que os Estados têm empreendido, nesses últimos anos, individualmente, para obras de adução, distribuindo essa água.

Eu citaria, complementarmente, um esforço recente da Agência de Águas, que é o Atlas de Obras Prioritárias do Nordeste, onde deverão estar relacionadas as principais obras de distribuição de água à disposição de diferentes empreendedores.

Tenho a impressão que isso, de certa forma, vai ao encontro das suas observações, mas concordo consigo que o esforço deve ser contínuo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI)

– A Mesa agradece a presença de todos, de uma maneira muito especial a do Dr. Jerson Kelman, que já se encontra na ANEEL há algum tempo, mas que ainda não se desgrudou da ANA, o que, parece-me, é sua grande paixão, e nos deixa muito contentes, daí porque convidá-lo para fazer parte da Mesa.

Vou anunciar o resultado.

O Dr. Bruno Pagnoccheschi teve 18 votos “Sim”. Houve unanimidade.

O Dr. Dalvino Troccoli teve 17 votos “Sim” e um “Não”.

De qualquer maneira, agradecemos a presença dos senhores.

Registro, mais uma vez, a presença do nosso ex-colega Roberto Franca e desejo àqueles que estão aprovados por esta Comissão pleno êxito, desde que sejam aprovados pelo Plenário. A Comissão, a partir de agora, tomará as providências regimentais para fazer o encaminhamento à Presidência do Senado para que o tema seja colocado, de acordo com a agenda do Sr. Presidente, na pauta da sessão deliberativa do Senado da República.

Agradeço mais uma vez a presença de todos e encerro a presente reunião, comunicando que terça-feira, no mesmo horário, teremos nova reunião com a apreciação de diretores do Denit.

Está encerrada a reunião.

Boa tarde a todos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16h31min.)

Ata da 3ª reunião (Ordinária) realizada em 15 de março de 2005 às 14:30horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quinze de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores(as) Senadores(as) José Jorge, Alberto Silva, Delcídio Amaral, Serys Silhessa-renko, Sérgio Guerra, Jonas Pinheiro, Aelton Freitas, Mão Santa, Tasso Jereissati, Sérgio Zambiasi, Paulo Paim, Flávio Arns, Luiz Otávio, João Ribeiro, Valdir Raupp, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Roberto Saturnino, Leonel Pavan e João Capiberibi, reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Sibá Machado, Rodolpho Tourinho, Marco Maciel, Teotônio Villela Filho, Francisco Pereira, Juvêncio da Fonseca, Gérson Camata e Valmir Amaral. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Mensagem nº 98, de 2005. Não Terminativo. Ementa: Submete à apreciação do Sena-

do Federal a indicação do Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Aelton Freitas. Relatório: Em condições de ser apreciado pela Comissão. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores João Ribeiro, Delcídio Amaral, Alberto Silva, Fernando Bezerra e Mão Santa. Após a realização da sabatina pelos membros da Comissão, passa-se a fase de votação, por escrutínio secreto. Encerrada a votação o senhor Presidente proclama o resultado, ocasião em que o senhor indicado foi aprovado por 14 votos favoráveis, 00 contrário e 01 abstenção. Foram designados escrutinadores os senhores Senadores Mão Santa e João Ribeiro. Item nº 02 – Mensagem nº 99, de 2005. Não Terminativo. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luziel Reginaldo de Souza, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Sérgio Guerra. Relatório: Em condições de ser apreciado pela Comissão. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores João Ribeiro, Delcídio Amaral, Alberto Silva, Fernando Bezerra e Mão Santa. Após a realização da sabatina pelos membros da Comissão, passa-se a fase de votação, por escrutínio secreto. Encerrada a votação o senhor Presidente proclama o resultado, ocasião em que o senhor indicado foi aprovado por 14 votos favoráveis, 00 contrário e 01 abstenção. Foram designados escrutinadores os senhores Senadores Mão Santa e João Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dezesseis horas e três minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Forte. PFL – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião ordinária da Comissão.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Esclareço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, na pauta de hoje, constam dois itens referentes a indicações Diretores do DNIT.

Item 1:

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Martinho Cândido Velloso dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transporte – DNIT, tendo como autor da Presidência da República. O Relator designado é Senador Aelton Freitas. Convido, portanto, o Sr. Martinho Cândido Velloso a fazer parte da Mesa.

O segundo a ser sabatinado é o Sr. Luziel Reginaldo de Souza para igualmente exercer cargo de Diretor do Departamento de Infra-estrutura e Transporte – DNIT. Convidamos, portanto, o Dr. Luziel Reginaldo de Souza para tomar assento à Mesa.

Antes de passar a palavra para o Relator, eu pediria se possível que, uma vez que o relatório já está distribuído, se V. Ex^a pudesse reduzir um pouco porque estamos com uma sessão marcada para o Plenário e receio que haja algum conflito.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Pois não.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já pode abrir a votação?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não temos **quorum** para a abertura da votação. Tão logo atinjamos o número, iremos proceder.

Com a palavra o Relator.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Seirei o mais breve possível, Sr. Presidente.

Trata-se da indicação do Sr. Martinho Cândido Velloso dos Santos para exercer cargo de Diretor do DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes. Acompanha a Mensagem do **curriculum vitae** do indicado o Aviso nº 191 da Casa Civil, de 25 de fevereiro de 2005, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Conforme o referido currículo, que segue em anexo a todos os nobres Senadores, o Sr. Martinho Cândido dos Santos é engenheiro, consultor de portos e vias navegáveis da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ. Desde 1976, ele vem exercendo cargos de chefia e direção em diversas empresas e órgãos públicos, sempre relacionados com a infraestrutura e transportes. Entre os cargos que exerceu já foi Presidente do Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Belém, Vila do Conde, de Santarém, no Estado do Pará. Foi também Presidente da Comissão de Obras de Implantação de Eclusas do Tucuruí; foi Coordenador-Geral de convênios dos Departamentos de Fundo Nacional de Infra-estrutura e de Transporte do Ministério dos Transportes.

O nível de qualificação profissional e a formação acadêmica do indicado estão de acordo com os

requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-estrutura dos Transportes. Encontra-se, assim, a Comissão dos Serviços de Infra-estrutura em condições de deliberar sobre o indicado Sr. Martinho Cândido Velloso dos Santos para exercer o cargo de Diretor do DNIT para o qual foi indicado pela Presidência da República.

O nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Eis, portanto, o Relatório do nobre Senador Aelton Freitas.

Em seguida, passo a palavra para o Sr. Martinho Cândido Velloso dos Santos. V. Ex^a tem até dez minutos.

O SR. MARTINHO CÂNDIDO VELLOSO DOS SANTOS – Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, Exm^o Sr. Alberto Silva, Vice-Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Exm^o Sr. Senador-Relator Aelton Freitas, Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores, antecedendo ao início desta apresentação, quero registrar os meus agradecimentos ao Exm^o. Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pela indicação do meu nome, para apreciação desta Comissão de Serviços de Infra-estrutura, para ocupar a Diretoria de Infra-estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DNIT.

A Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária do DNIT tem as atribuições de implantar e manter as estruturas portuárias e as vias navegáveis interiores. No que se refere ao subsetor portuário, que responde por mais de 90% da movimentação das cargas de importações e exportações, a ação do Departamento tem um caráter complementar, atuando na implantação de novos portos, no melhoramento e na ampliação das instalações da infra-estrutura básica e dos chamados portos delegados pela União, pelos Estados e pelos Municípios, quando configurado relevante interesse público. Vale salientar que os demais portos que integram as Companhias Docas recebem os investimentos na sua infra-estrutura preferencialmente diretamente do Ministério dos Transportes, na forma de acréscimo da participação da União no capital dessas empresas estatais, ou mediante recursos próprios, resultantes das suas atividades operacionais.

Nesse segmento, o DNIT está atuando em obras importantes, de forma a integrar e complementar as ações do Ministério dos Transportes, inclusive nas medidas de caráter prioritário que fizeram parte da Agenda Portos, concebida para minimizar os gargalos existentes em alguns dos principais portos brasileiros, a exemplo de Rio Grande, São Francisco do Sul, Itajaí, Paranaguá, Santos, Sepetiba, Rio de Janeiro, Vitória

e Itaqui. A partir de 2005, inclusive com a inserção do denominado Projeto Piloto, o investimento do DNIT no subsetor portuário excederá a cerca de R\$ 345 milhões, incluído R\$ 61 milhões do referido projeto.

Não obstante, há questões de extrema relevância para os rumos do setor transporte, relacionadas às hidrovias interiores, que estão por merecer uma consideração especial. Aproveito o ensejo da excelência desta audiência para abordá-las.

Tenho a convicção de que somente por meio da utilização racional das hidrovias interiores será possível modificar o perfil da matriz de transporte do País. A perversa e irracional distribuição entre os modos de transporte faz com que, absurdamente, o crescimento do País no que tange à expansão do transporte de sua produção esteja calcado quase que exclusivamente nos modais terrestres, majoritariamente no rodoviário, destruindo, muitas das vezes desnecessariamente, um patrimônio de valor inestimável representado pelas nossas estradas de rodagem, cuja implantação e manutenção implicam elevados custos para o País. Adicionalmente, há que se considerar que o transporte por via aquaviária, para grande volume de cargas, sobretudo a grandes distâncias, é imbatível em seus custos. A hidrovia, ao contrário dos demais modais, não se deteriora pela utilização crescente, até pelo contrário. Diferentemente do que muitos afirmam, de forma precipitada ou por desconhecimento, esse é, sem dúvida, o modal de menor impacto ambiental, além do mais seguro para movimentação de cargas perigosas, especialmente pelo reduzido risco de acidentes, preservando não somente os bens e o meio ambiente, mas, sobretudo, a vida humana.

Não obstante, menos de 3% das cargas transitam pelas hidrovias. Entre os principais problemas do subsetor hidroviário brasileiro, está, indiscutivelmente, o uso concorrente dos rios pelo setor hidrelétrico. Ao contrário da prática corrente em vários países do mundo desenvolvido, na Europa e na América do Norte, onde a implantação das barragens contempla também investimentos no uso múltiplo dos recursos hídricos, no Brasil, são sistematicamente construídas barragens, principalmente para fins de geração de energia elétrica, sem que, concomitantemente, sejam implantadas as eclusas de navegação. Quando muito, é deixado ao setor transporte o encargo e o ônus de construí-las. Como resultado, estão aí as eclusas de Boa Esperança, no rio Parnaíba no Estado do Piauí, e de Tucuruí, no rio Tocantins, no Estado do Pará, já há mais de duas décadas, disputando, no Orçamento da União, os limitados recursos que contemplam o setor transporte. As obras da eclusa de Lajeado, no mesmo rio Tocantins, no Estado de Tocantins, foram iniciadas em 1999 e,

portanto, já caminham para o sexto ano de execução. É importante destacar que, pela mesma razão, temos hoje rios, como Paranaíba, Grande, Paranapanema, entre outros, inviabilizados à navegação interior, posto existirem inúmeras barragens implantadas, impedindo a navegação ao longo de seus cursos. Eixos, como os formados pelos rios Tocantins-Araguaia, Tapajós-Teles Pires, Guaporé-Mamoré/Madeira, que atingem regiões de potencial produtivo superior a oitenta milhões de toneladas/ano de grão, poderão vir a ser, total ou parcialmente, inviabilizados para a navegação.

Atualmente, existem concedidos, em processo de concessão e estudo, inúmeros projetos hidroelétricos a serem implantados que não contemplam a construção simultânea de eclusas de navegação. Entre os mais importantes, vale destacar as usinas hidroelétricas de Marabá, Serra Quebrada e Estreito, no rio Tocantins, entre Tucuruí e Lajeado, e a usina de Poeiras, à montante de Lajeado. Vale destacar que a eclusa de Lajeado, da mesma forma que Tucuruí, encontra-se em execução pelo DNIT.

Além destas, estão previstas 4 usinas no complexo do rio Teles Pires-Tapajós e duas no montante de Porto Velho no rio Madeira. Aliás, essas duas usinas, se dotadas de eclusas, poderiam interligar a já extraordinária hidrovia do Madeira aos rios Mamoré e Guaporé, formando uma soberba via fluvial de mais de 3.000 quilômetros de extensão, atingindo não só comunidades distantes como Guajaramirin, Costamar e Vila Bela da Santíssima Trindade, como também assegurando à Bolívia uma saída para o Atlântico, via Amazonas, objeto inclusive de tratados internacionais.

É evidente o potencial de movimentação de cargas, indutor de desenvolvimento para a região em questão.

Vale destacar que as obras de transposição, ou seja, a construção de eclusas corresponde, via de regra, de 3% a 6% do investimento global, se implantadas simultaneamente às obras das usinas hidroelétricas, sem considerar os custos da transmissão e da distribuição, que, se incluídos, fazem com que esses percentuais atinjam valores irrisórios.

Também vale salientar ainda que os custos dessas eclusas são consequência dos grandes desníveis decorrentes das obras das barragens hidroelétricas, uma vez que, em linhas gerais, quanto mais alta a barragem mais alto o seu potencial de geração.

Mesmo em trechos onde o rio eventualmente possua obstáculo natural à navegação que exija a construção de uma barragem eclusada, com a finalidade exclusiva de assegurar a sua navegabilidade esta, certamente, teria dimensões muito menores do

que uma outra no mesmo local projetada para otimizar a produção de energia.

O aparato legal disponível, a começar pelo Código de Águas, objeto do Decreto nº 24.643, de 1934, e mesmo pela Lei nº 9.433, de 1997, que instituiu a política nacional de recursos hídricos e um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, tem-se demonstrado ineficaz nessa questão em particular.

Portanto, ou há uma mudança de enfoque no âmbito das políticas públicas, ou se criam leis que, de forma inequívoca, atribuam a obrigatoriedade da implantação simultânea e concomitante das obras necessárias a garantir o pleno aproveitamento das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis.

No tocante à questão legal, inclusive transitam, neste Congresso Nacional, dois projetos de lei que objetivam corrigir essa grave falha, o PL nº 3.009, de 1997, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, do PFL do Estado do Tocantins e o PL nº 4.693, de 2004, do Deputado Federal Zequinha Marinho, do PSC do Estado do Pará.

É importante mencionar que o sistema Tietê-Paraná pode ser considerado como exemplo bem próximo da implantação concomitante, ou quase, do aproveitamento múltiplo transporte-geração, formando uma hidrovia que abranja o Tietê, desde o reservatório de Barra Bonita até a sua foz, no rio Paraná, passando por Ibitinga, Promissão, Vandava e Três Irmãos, todas com as suas obras de transposição e ligada ao tramo norte do rio Paraná pelo canal Pereira Barreto, atingindo o tramo sul do rio Paraná até a barragem de Itaipu, infelizmente sem eclusa, após passar por Jupia e Porto Primavera, ambas também eclusadas, formando uma hidrovia de cerca de 1.200 quilômetros.

Na hipótese de logarmos êxito nessas medidas, ao subsetor hidroviário caberia concentrar-se na implantação e manutenção da infra-estrutura básica hidroviária, que rapidamente poderia passar dos atuais cerca de 10.000 quilômetros de vias utilizadas para o dobro ou até bem mais.

Apenas para raciocínio, sabemos serem destinadas à manutenção das hidrovias hoje utilizadas no País cerca de 28 milhões por ano, incluindo as despesas de custeio, estimando-se contudo como adequado um valor mínimo em torno de 45 milhões por ano.

Assim, mesmo que duplicada a rede hidroviária, representaria muito pouco comparando-se ao valor de uma única obra de transposição de cerca de 400 milhões, ou seja, uma eclusa de normais dimensões de 25 por 210, para um desnível de 30 metros.

Ao concluir esta apresentação que tive a honra de trazer ao elevado critério de V. Ex^{as}, nesta Comissão de ilustres Parlamentares, ousou afirmar-lhes que

tenho a convicção de que é de importância vital como estratégia para o desenvolvimento nacional, a inclusão do pouco explorado transporte aquaviário, em especial nas vias interiores, integrando, quando possível, a logística de transporte do País, utilizando as potencialidades disponíveis, com evidentes vantagens econômicas e sociais.

Para tanto, é indispensável assegurar a navegabilidade da grande rede fluvial ainda remanescente nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

Reafirmo a minha expectativa e confiança de que o Congresso Nacional será, mais uma vez, a mola mestra impulsionadora dessa necessária e urgente reforma.

Muito obrigado.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Antes de conceder a palavra ao Relator, Senador Sérgio Guerra, quero lembrar aos Srs. Líderes do Governo que ainda não atingimos o número regimental para o início da votação. Como essa matéria é de iniciativa do Poder Executivo estou apenas fazendo um lembrete.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra para proferir relatório sobre a indicação de Luziel Reginaldo de Souza.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Heráclito Fortes, Sr. Vice-Presidente, Senador Alberto Silva, Sr. Martinho Cândido Velloso dos Santos, Sr. Luziel Reginaldo de Souza, tenho satisfação de relatar essa matéria.

Em primeiro lugar, quero fazer uma pequena referência às palavras do Sr. Martinho Cândido Velloso dos Santos e dizer da minha inteira concordância com as suas afirmativas.

Hoje estamos discutindo duas indicações que têm critério e fundamento. São pessoas que verdadeiramente têm qualificação, experiência e capacidade para desenvolver as tarefas para as quais estão sendo indicados.

Não conheço de perto o Dr. Martinho como conheço de perto o Dr. Luziel. O Dr. Luziel conheço há muitos anos. Poderia dar o depoimento que darei sobre Sr. Luziel também sobre o Sr. Martinho, se tivesse o mesmo conhecimento sobre sua vida.

O setor de transportes no Brasil – e o Senador Alberto Silva sa muito bem disso – tem sido tratado de forma extremamente deficiente ao longo dos anos. Não houve responsabilidade pública na dimensão indispensável. Um exemplo disso é o desmanche progressivo do antigo DNER, que coincide com o empobrecimento do País no campo dos transportes. É a redução das

prioridades que o País dá ao campo dos transportes. Isso pode ser visto com clareza nos investimentos, na simples verificação das condições das rodovias. Tudo isso é muito visível. Pode ser constatado até no padrão das indicações feitas para as instituições e para o próprio Ministério. Governos sucessivos não valorizaram o Ministério, em minha opinião. Tenho certeza de que é a opinião de muitos. O País não precisa de nada mais importante. Não vamos fazer o nosso País ganhar competitividade se não dermos ao setor de transportes a prioridade devida e compulsória. Ao contrário, o que se vê ao longo dos anos é a repetição não cumprida de promessas, a substituição de Ministros baseada em critérios absolutamente não técnicos. Enfim, é como se a realidade que o País possui e que se impõe a todos não fosse considerado de maneira responsável.

Tenho muita satisfação de ser relator da matéria. Agradeço a indicação do Senador Heráclito Fortes. A vida do Dr. Luziel é a vida de um servidor público que honra a sua tarefa, o seu mandato. S. S^a sempre atribuiu às suas funções responsabilidade e qualidade. Pessoas como S. Ex^a – e imagino que como o Sr. Martinho também – seguram esse setor no Brasil. Não houvesse gente como V. S^{as} a situação estaria muito pior. V. S^{as} seguraram a situação heroicamente com estruturas em desagregação, orçamentos contingenciados, servidores empobrecidos. Foram seguramente verdadeiros sustentáculos de um padrão, que o Brasil poderia ter outro, mas que só se mantém, de alguma maneira, por conta do esforço feito por vocês.

Sou da Oposição, mas gostaria de saudar, efusivamente, as indicações de hoje, porque são indicações de pessoas técnicas, de pessoas da área, de pessoas que têm serviços prestados e que valorizam esse tipo de preocupação a que o País deveria dar muito mais dimensão e prioridade.

Luziel é um técnico, tem competência, está aqui o seu currículo para mostrar. Não é só a minha opinião, é a de muitas pessoas que conheço: é uma daquelas pessoas que seguraram esse órgão o tempo todo. Gostaria de saudar o Governo do Presidente Lula e o Ministro dos Transportes pela escolha feita, e dizer que tenho muita satisfação de dar este depoimento e de fazer esse relatório, porque o faço com consciência e com absoluta sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Com a palavra o Sr. Luziel Reginaldo de Souza. V. S^a dispõe de até 10 minutos.

O SR. LUZIEL REGINALDO DE SOUZA – Boa tarde a todos!

Primeiramente, gostaria de cumprimentar todos os Exm^{as} Srs. Senadores na pessoa do Sr. Presidente desta Comissão, o Exm^o Senador Heráclito Fortes,

e do Vice-Presidente, o Exm^o Senador Alberto Silva, e agradecer as referências à minha pessoa, em meu nome e em nome do Dr. Martinho, essas palavras proferidas aqui, pelo Senador Sérgio Guerra, que realmente é uma pessoa com quem tivemos alguma convivência e pela qual tenho grande apreço.

Gostaria de agradecer também a confiança em mim depositada pelo Exm^o Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, com a minha indicação para Diretor da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, no DNIT.

O DNIT foi criado, em 2001, como órgão executivo responsável pela implementação das ações concernentes aos modais de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário. A Diretoria de Planejamento e Pesquisa é a mais nova entre as Diretorias existentes no DNIT.

Originariamente responsável pelas áreas de planejamento e pesquisa, após sua reestruturação, foram incorporadas atribuições relacionadas a projetos e a meio ambiente, por serem setores afetos ao planejamento do órgão. Dessa forma, a Diretoria vem procurando se adaptar para que, com as precárias condições que possui atualmente, possa desenvolver os trabalhos inerentes à sua área de atuação.

A missão da Diretoria é ser avalizadora do DNIT em suas ações futuras, com efetivo e sistemático planejamento estratégico, tático e operacional. Existe certa dificuldade quanto à conceituação da função do planejamento para estabelecer a sua real amplitude e abrangência. O planejamento pressupõe a necessidade de um processo decisório que ocorrerá antes, durante e depois de sua elaboração e implementação. O processo de planejar envolve, portanto, um modo de pensar, que envolve indagações, que envolvem questionamentos sobre o que, como, quanto, quando, para quem, por que, por quem e onde será desenvolvida alguma ação.

O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos que facilitarão as tomadas das decisões de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz.

Dentro desse raciocínio, pode-se afirmar que o exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos e desafios estabelecidos.

Dentro desse espírito, as questões mais relevantes dentro do DNIT e que precisam ser enfocadas com a devida atenção são, dentre outras, as seguintes: planejamento, coordenação e gestão executados

de forma desarticulada entre os diversos modos de transporte; infra-estrutura com capacidade instalada de forma inadequada para atender às atuais demandas de desenvolvimento do País. Investimentos incompatíveis com as necessidades já perfeitamente modificadas. E fluxo de recursos orçamentários e financeiros com uma cadência que ainda não permite uma redução significativa dos custos de obras e serviços.

Em contraposição às questões citadas será perseguida sistematicamente a obtenção dos meios necessários para se atingir os seguintes objetivos:

Estabelecimento de novas práticas de gestão envolvendo planejamento e a orçamentação e o controle na execução de obras e serviço.

Fortalecimento institucional do setor.

Obtenção de uma infra-estrutura capacitada para atender à demanda interna e o crescimento do comércio exterior.

Interligação viária com os países limítrofes e dar uma maior ênfase aos corredores de transporte.

Importante medida vem tendo andamento no sentido de se fomentar as pesquisas na área de infra-estrutura e de transportes e a criação do Centran – Centro de Excelência e Engenharia em Transportes em parceria com o Ministério do Exército.

O Centro terá como objetivo o desenvolvimento de novas tecnologias com o apoio das comunidades universitárias, capitaneada pelo Estudo Militar de Engenharia – EME – e a iniciativa privada, com o amparo do Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR – e do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias – INPH, ambos vinculados à Diretoria de Planejamento e Pesquisa.

É inquestionável que é necessário criarem-se condições para redução de custos no transporte do Brasil, com a redução dos programas vinculados à manutenção da estrutura viária no País.

Entretanto, dados disponíveis do sistema rodoviário federal indicam que nos últimos 25 anos, a média de execução de pavimentação tem sido extremamente baixa. E o aumento da rede implantada, que são aquelas rodovias não pavimentadas, foi insignificante, ou seja, menos de 1% entre 1996 e 2002.

Desta forma, quase nada de rodovias federais planejadas foi executado e sobre esse enfoque a contribuição da rede rodoviária federal para a integração nacional tem sido baixa, apesar do aumento enorme do número de veículos em circulação.

Justificas-se esse desempenho modesto em função da necessidade de se priorizar a aplicação de recursos na manutenção do sistema viário hoje existente.

Contudo, a falta de crescimento do sistema viável nacional, com enfoque multimodal, já está sendo indicada como um fator impeditivo para o escoamento

da nova produção das novas fronteiras agrícolas que estão surgindo e na procura de um novo surto de crescimento econômico.

Pelo exposto, pode-se verificar que o desafio é grande. Entretanto, com a ajuda de meus colegas de departamento, todos de alta competência, e com o apoio de todos nesta Casa, haveremos de dar respostas adequadas e iniciaremos a reversão deste quadro perverso que a infra-estrutura de transporte do País impõe a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Encerrada a apresentação dos dois Relatórios e a exposição dos dois nomes que aqui estão colocados para a apreciação desta Comissão, vamos iniciar a série de perguntas, seguindo a inscrição aqui feita pela ordem de chegada.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu algumas vezes tenho dito que, na realidade, os Diretores do DNIT não deveriam passar pelo Congresso, mesmo porque o DNIT não é uma agência, é praticamente um Departamento do Governo. Por isso, acredito cometermos um erro termos que aprovar os indicados para cargos do DNIT, apesar de que já aprovamos diversos Diretores para o DNIT. Às vezes, há muitas mudanças por divergências internas, muitos deixam o cargo, depois retornam a ele, quer dizer muitos saem e voltam. Por isso, acho que é um desgaste para a Comissão, um desgaste para o Congresso, mesmo porque o DNIT é um órgão próprio do Executivo.

Tendo em vista essa opinião, eu colaborei com o Governo dando quórum, mas eu não vou votar na duas indicações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Está feito o registro por V. Ex^a, e foi exatamente a presença de V. Ex^a aqui que assegurou o quórum para a apresentação.

De forma que a partir de agora está aberto o processo, aqueles que desejarem por algum outro compromisso votarem podem fazê-lo, mas eu gostaria de lembrar a Senadora Serys Slhessarenko, como nobre representante do Governo, que o quórum está no limite e que com a ausência do Senador José Jorge, no processo de votação, os dois indicados não atingirão o número mínimo exigido por esta Comissão.

Estou apenas chamando a atenção e dou início às interpelações por acordo aqui feito.

O primeiro inscrito será o Senador Delcídio Amaral, que permutou com os Senadores João Ribeiro e Alberto Silva.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, na seqüência, é a vez do Senador Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Que por solicitação de V. Ex^a, fez a permuta.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Mas, agora, em função do **quorum** prefiro aguardar os dois primeiros oradores para depois me pronunciar, até para que possamos garantir, já estamos chamando os Senadores e Senadoras, não só do PT, mas do Bloco de Apoio ao Governo, exatamente para que venhamos a eleger os dois futuros Diretores do DNIT aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– V. Ex^a não se esqueça de chamar a Oposição, porque ela deseja votar nos dois nomes, até porque são técnicos de capacidade avaliada.

Com a palavra o nobre Senador Alberto Silva, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Pre-

sidente Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo nosso Regimento, eu já fui Presidente desta Casa e sei, nós deveríamos fazer aqui uma argüição aos dois nomes indicados pelo Sr. Presidente da República. Eu poderia dizer aqui que os conheço enquanto engenheiros que trabalharam no DNER e em vários outros órgãos relacionados ao transporte no País, agora trabalham no DNIT.

Ao invés de fazer uma indagação, eu queria fazer uma sugestão. Falou-se aqui, e quem não sabe neste País, que toda a riqueza nacional, tudo que se produz no País, 90% ou mais, que é fruto do trabalho do homem e que vem da terra, é transportado em cima de pneumáticos, em cima de carretas. O número delas atinge hoje um milhão e 800 mil, se não forem mais. Há até treminhão, ou seja, um cavalo puxador e três ou quatro veículos pendurados no reboque para diminuir o custo do volume de carga que precisa ser transportada. Esses veículos estão trafegando em cima de uma buraqueira, no que se transformaram as rodovias nacionais.

Queria apenas sugerir ao nosso colega Luziel que será o homem do planejamento que anote, eu vou mandar para ele uma sugestão que fiz à Casa de um Plano de Recuperação das Rodovias Federais, no qual eu levanto a necessidade de uma Câmara de Gestão, tal qual foi feito à época do “apagão”. Se àquela época o Ministro Pedro Parente não tivesse criado uma Câmara de Gestão, nós teríamos entrado em algo muito complicado, que seria a ausência de

energia por falta de um planejamento no uso da energia gerada no País.

Aproveitando isso, eu tracei um plano em que cento e poucas empresas de engenharia, que estão com suas máquinas paradas, poderiam ser acionadas por um dispositivo que fizemos, de tal maneira que em três anos nós teríamos totalmente novas 32 mil quilômetros de rodovias federais no País. Isso é viável e perfeitamente possível. O dinheiro para isso é algo em torno de dois bilhões por ano, o que totaliza seis bilhões em três anos.

Sugiro ao colega Luziel que pense no seguinte. Eu tive o cuidado e, permitam-me, se estou me alongando, mas é importante para ele, que será um planejador, tomar nota desses números, porque já tenho falado várias vezes e parece que ninguém escuta. Vejam bem, esses caminhões, essas carretas, esse um milhão e oitocentas mil, quando trafegam nas rodovias nacionais, todas esburacadas, ou a maior parte delas, normalmente precisam frear perto de buracos e, ao frear, além dos pneumáticos saírem arrastando em cima do asfalto – e aí não vou mostrar qual é a equação que define o desgaste, mas tenho na cabeça essa equação do desgaste no asfalto, na freada –, sei e constatamos que, na desaceleração do motor, ele joga fora, sem queimar, alguns litros; num motor de 150 ou 200 cavalos, algo em torno de 5 litros de óleo, sem queimar, e aí ele acelera outra vez e gasta outro tanto, e torna a frear no outro buraco. Chegamos à conclusão de que, dos 12 bilhões de litros que essa máquina rodoviária que está aí gasta por ano – 12 bilhões de litros de óleo diesel são gastos pelas carretas brasileiras –, ao invés de gastarem os 12 bilhões, eles gastam isso e mais 38% de combustível jogado fora, desperdiçado. Sabem quanto custa isso, senhores? R\$6 bilhões.

Então, a Petrobras importa e as carretas jogam fora. São R\$6 bilhões. Se com R\$6 bilhões em três anos eu faço 32 mil quilômetros de estrada, meu caro colega, anote isso e vamos brigar para que se crie, se não a Câmara de Gestão, porque a Câmara de Gestão poderia usar R\$2 bilhões da Cide (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico) todo ano e em três anos estaria resolvido. Agora, os R\$6 bilhões de economia, no primeiro ano já são R\$2 bilhões, no segundo ano não precisamos pedir mais dinheiro da Cide porque já tem a economia, o dinheiro está na Petrobras, é só pedir: Petrobras, estou economizando R\$2 bilhões para você, me dê o dinheiro para eu terminar o resto.

Era esta a observação que eu queria fazer, e não mexo mais na água, porque aí complica e meu tempo está curto.

Ao companheiro Martinho, entre muitas outras coisas, quero lembrá-lo: não vamos nos perder em fazer um rio para os navios, vamos fazer os navios para o rio, que é muito mais inteligente e criativo. É o que estamos fazendo nos projetos do rio Parnaíba.

Desejo êxito aos dois, e eles sabe que têm meu voto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Presidência indaga se algum dos senhores deseja comentar as observações do Senador Alberto Silva.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador João Ribeiro.

Na realidade houve um erro, o primeiro deveria ter sido V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Não há problema, Presidente, até porque o Senador Alberto Silva, além da sua experiência, deu, com sua fala, uma grande contribuição a esta Comissão. Com certeza, a dele deveria ser mesmo a primeira fala.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Diretores indicados, Dr. Martinho Cândido Velloso dos Santos e Dr. Luziel Reginaldo de Souza – acho que ambos são engenheiros –, quero iniciar minhas palavras dizendo que acho que o Presidente Lula teve um grande acerto, juntamente com o Ministro Alfredo Nascimento, em fazer a indicação desses dois Diretores, e nós, da Comissão, vamos aprová-los agora, por conhecer, sobretudo, e por entender que são técnicos da mais alta competência, pessoas preparadas.

Conversei ontem com o Dr. Martinho. Eu tinha algumas preocupações e precisava que elas fossem elucidadas antes desta reunião, e ontem S. S^a esteve em meu gabinete, conversamos prolongadamente para discutir sobretudo a questão das hidrovias, não só no meu Estado do Tocantins – a hidrovia do rio Tocantins –, mas também em relação de Brasil. Tive uma excelente impressão dele, de que realmente, além dos anos que tem de experiência no DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes), no Ministério dos Transportes, S. S^a realmente é um conhecedor profundo, já vem de outros órgãos para este órgão do qual será Diretor agora, a Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária do Ministério dos Transportes.

E, conversando com S. S^a, eu tinha uma preocupação – e até tinha uma informação distorcida – de que ele não era muito favorável à questão da nossa hidrovia do rio Tocantins, porque do Rio Araguaia eu não vou nem falar uma vez que tem questões ambientais, Governadores contra e, portanto, é um pouco mais complicada, mas sobretudo a questão da hidrovia do Tocantins que possibilitará a navegação de 720Km de hidrovia, com a construção da eclusa da barragem do Lajeado. Por sinal, é a primeira usina hidrelétrica

do Brasil a ser construída sem um centavo sequer do Poder Público, totalmente privatizada, a partir da concessão.

Por lá estiveram várias autoridades, o ex-Presidente da República, o Ministro dos Transportes, enfim, é uma obra piloto que se lançou no Brasil. Cometemos o erro de que quando essa usina hidrelétrica foi lançada não houve preocupação da área técnica, Senador Alberto Silva, de incluir na sua construção a eclusa. O Dr. Martins disse que não era contra, que se esforçou para colocar dinheiro, junto com o Ministro dos Transportes, no ano passado, porque 150 milhões foram colocados para Tucuruí para concluir essa obra tão importante. Mas precisamos do dinheiro para concluir essa obra que, como muito bem disse ele, está caminhando a passo de tartaruga. Com os recursos que temos hoje, apenas 37 milhões colocados no Orçamento, ainda levaríamos cerca de 15 anos, se correr tudo bem, se os recursos forem empenhados, gastos, liberados. Então, as empresas não têm como fazer um planejamento de gastos se não houver uma atenção maior por parte do Governo e do Congresso Nacional.

Então, vendo a sua visão, a visão do Dr. Martinho, cheguei à conclusão de que ele tinha razão absolutamente em tudo que ele colocou para mim, no meu gabinete. Primeiro, não podemos construir uma eclusa em uma hidrelétrica se não tivermos a garantia de que as outras serão feitas com eclusa. Temos, por exemplo, ele mesmo citou ontem e das que já temos planejado, em fase de licitação, algumas já licitadas, porque, graças a Deus, o Tocantins e a Amazônia tem esse líquido precioso que é a água, que muita gente não tem e nós temos, e a Amazônia, sobretudo, tem água em grande quantidade. O rio Tocantins está oferecendo água para transposição, e também precisa ser feito o uso múltiplo das águas. Nós precisamos, portanto, fazer as usinas de Peixe – e aí a nossa eclusa chegaria a 720Km já nessa primeira etapa – a usina de Poeiras, que ficará entre Peixe e Lajeado, a de Estreito, a de Serra Quebrada e a usina de Marabá.

Essa de Serra Quebrada, Senador Alberto Silva, parece brincadeira, mas tem 12 índios e 12 anos que estamos aguardando resolver a questão dos 12 índios, uma vez que não pode construir em Imperatriz, na divisa com Tocantins, em Taguatins, uma das usinas hidrelétricas mais importantes, num momento em que o Brasil precisa de energia elétrica. Se não resolver o problema dos 12 índios não haverá usina hidrelétrica. É uma situação extremamente absurda que vivemos com a usina de Serra Quebrada.

Por outro lado, precisamos convencer a Ministra Dilma Rousseff que entenda e que o Governo apóie esse projeto de lei que, pelo que pude entender e

apurar, é o mais perfeito dos que estão em andamento. Ele já foi aprovado pelo Senado e está na Câmara aguardando um parecer final. Seria interessante que esses outros projetos fossem apensados a ele – que é o projeto mais importante – para que não se construa mais usina hidrelétrica sem eclusa, sem escada de peixes, enfim, sem atender às questões ambientais. Mas eu gostaria de falar sobre a questão da hidrelétrica de Lajeado. E quero chamar a atenção do Dr. Martinho, que disse, ontem para mim, em meu gabinete, que não só estará apoiando a sua construção como das outras hidrelétricas. Precisamos construir essa eclusa, porque precisamos ter o meio de transporte mais barato para a nossa carga. Até que consigamos fazer a Ferrovia Norte-Sul, que é um sonho nosso, com as PPPs, quem sabe, mas é muito difícil, sabemos disso, e está dentro de sua área, Dr. Luziel, portanto, a questão da eclusa do Lajeado é extremamente importante. São aproximadamente R\$ 400 milhões. Ontem, na nossa conversa, o Dr. Martinho me disse: Senador, é de 0,8% a 3% o gasto com eclusa, uma vez que planejada no início da construção da hidrelétrica. E por que não fazer isso? Por que vamos fazer diferente disso? Se pode gastar US\$ 1 bilhão para construir um usina hidrelétrica e por que não gastar US\$ 1,03 bilhão, US\$ 1,050? Por que vamos deixar isso para depois? Então, vamos fazer pelo seu planejamento. E aí temos que dobrar a espinha da Ministra, com todo o respeito que temos por ela, no sentido de ela entender que é necessário que sejam construídas essas usinas hidrelétricas, todas com eclusa, principalmente na área onde se tem projeto, onde se têm condições de fazer uso múltiplo das águas, ou seja, de se ter uma hidrovia, para poder transportar o nosso produto, pois o frete transportado por hidrovia é mais barato do que por ferrovia, que é o segundo transporte mais barato do mundo. Por que o Brasil vai caminhar na contramão? Temos água, temos condições de fazer um transporte mais barato. E por isso, apoio a indicação do seu nome, do nome do Dr. Luziel, mas querendo esse compromisso do qual não abrimos mão. Sou coordenador da Bancada de Tocantins hoje, somos onze Parlamentares, sendo que dez têm ajudado muito esse Governo, até mesmo o que não vota com o Governo tem contribuído, mas precisamos garantir os recursos este ano. Já disse ao Ministro Alfredo Nascimento, que considero, Sr. Presidente, para encerrar a minha participação, competente, um executivo competente, um homem sério e muito bem preparado. Tenho uma excelente impressão do Ministro Alfredo Nascimento. Vou ajudá-lo no que puder, porque, todas as vezes que conversei com o Ministro, o que ele me disse aconteceu. É um homem que honra a sua palavra, e em política não se escreve, não se

assina, não se leva nada para cartório, mas a palavra empenhada é que deve ser cumprida. E o Ministro Alfredo Nascimento me pareceu esse tipo de homem que honra a palavra empenhada. Portanto, acho que os dois Diretores indicados também têm essa mesma linha do Ministro Alfredo Nascimento.

Contem com o nosso apoio, com o apoio da nossa Bancada. Falo aqui em nome da Bancada de Tocantins, em nome do Senador Eduardo Siqueira Campos, em nome do Senador Leomar Quintanilha, que estão em outro compromisso, e dos nossos Deputados. Digo que o Tocantins apóia, mas quer a contrapartida, quer ver a nossa eclusa do Lajeado ser construída, e não vamos abrir mão mesmo das usinas hidrelétricas já licitadas, e queria a opinião de V. Ex^a, para que possamos convencer a Ministra Dilma para que as usinas que já foram licitadas, que seja feito um adendo, uma correção. Só vão ser construídas além dessa mais três que ainda estão em fase de estudo. São oito usinas hidrelétricas, que vamos construir no Tocantins, se Deus quiser, para dar uma contribuição a este País. O Tocantins que é motivo de orgulho para a população brasileira e para todos nós que representamos aquele Estado, mas precisamos convencer o Governo de que é preciso fazer usina hidrelétrica com eclusa.

Era isso que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Presidência indaga se algum dos Srs. têm comentários a fazer.

O SR. MARTINHO CÂNDIDO VELLOSO DOS SANTOS – O meu comentário, nobre Senador, coincide integralmente na apresentação aqui. Na verdade, o que propugnamos é exatamente por isso, que não sejam mais construídas eclusas que venham truncar as nossas hidrovias, que venham obstaculizar a nossa oportunidade de desenvolvimento a custos compatíveis, quer dizer, onde possamos otimizar o nosso sistema de transporte e evitar que todo o nosso desenvolvimento termine recaindo sobre a nossa malha viária. Como eu coloquei aqui, onerando desnecessariamente, acabando com as nossas vias, refiro-me as nossas estradas de rodagem.

Creio que a colocação do Senador foi completa; absolutamente. Não há nada a contestar. Até agradeceria a referência.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra o nobre Senador Delcídio Amaral, do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro rápido, até porque nós, agora, temos um evento no plenário do Senado Federal. Eu queria fazer um registro, Sr. Presidente.

Primeiro, cumprimento o Martinho Cândido Velloso dos Santos. Quando questionavam muito que as Agências – ou as Agências, ou, no caso, o DNIT, especificamente –, que alguns nomes que foram apresentados e aprovados, questionavam bastante por que não viam profissionais de carreira sendo indicados para postos de projeção na máquina do Executivo Federal, acho que o maior exemplo de seriedade é a maneira como o Governo está conduzindo esse processo aqui, representado pelo Martinho e pelo Luziel. São currículos absolutamente impecáveis de engenheiros que trabalham nesse setor, há muitos anos, com uma folha de serviços prestados ao País. No seu caso, Martinho, como Presidente do Conselho de Autoridade Portuária de Belém, Vila do Conde, Santarém. Eu vi essas obras, quando vivi na Amazônia; eu vi essas obras começarem, e sei da importância, especialmente do Porto da Vila do Conde, para toda aquela região, bem como as eclusas de Tucuruí. A minha vivência na Amazônia foi na construção da Barragem da Usina de Tucuruí. E sei a importância das eclusas. E aí pegando carona nos comentários do nosso querido Senador João Ribeiro, a importância para a Amazônia do transporte fluvial, como é importante também para a Região Centro-Oeste e as eclusas de Tucuruí terão um papel fundamental, como as eclusas também no Tocantins. As hidrovias são, efetivamente, meios de transporte extremamente baratos. Esperamos que o nosso escoamento, mais competitivo, prestígio e privilegie, não só as hidrovias, mas também as ferrovias que estão em um segundo plano, mas que também são extremamente competitivas.

Estou muito tranqüilo como Líder do Governo, do PT, e do Bloco de Apoio ao Governo de ver V. S^{as} serem sabatinados aqui. Até pela experiência, pela vivência que V. S^a tem, não tenho dúvida nenhuma de que V. S^a vai desempenhar um papel muito importante no DNIT. O DNIT é uma instituição fundamental para resolver o gargalo do País, que é a logística do transporte, para garantir a nossa competitividade, e o DNIT precisa de pessoas com o seu perfil, como também precisa de pessoas com o perfil do Luziel. Eu estava conversando com o Senador Sérgio Guerra, que já conhece o Luziel há muito tempo. Trata-se de um técnico competente que, a despeito de todas as dificuldades que o DNIT enfrentou nesse processo de mudança estrutural do setor de transportes, ele contou com pessoas com o seu perfil, Luziel, para que as coisas continuassem andando, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, não só por esse Governo, mas por outros governos também. Ao mesmo tempo também desejo registrar que a sua carreira como funcionário público, como engenheiro do DNIT. Portanto,

as duas indicações são absolutamente irretocáveis, como outras virão para as Agências Reguladoras, que demonstram claramente a preocupação do Governo com a indicação de técnicos, de pessoas de carreira, e conhecedoras do ramo em que vão trabalhar. Então, eu quero desejar muito êxito para os senhores. Votei com a maior tranquilidade e sei, como disse o Presidente Senador Heráclito Fortes, que os senhores não somente terão o apoio da Base de Apoio ao Governo, mas também da própria Oposição, pelos currículos. Se me permite o Presidente Senador Heráclito Fortes essa ousadia, são currículos muito bons e eu não tenho dúvida nenhuma de que os senhores ajudarão bastante o Ministério dos Transportes e o Brasil a se desenvolverem.

Eu quero dar os parabéns aos senhores e desejar muito sucesso. Digo que nós, aqui no Senado Federal, estaremos absolutamente à disposição para que o DNIT faça um trabalho cada vez melhor pelo bem do Brasil. Sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não tendo havido nenhum questionamento, passo a palavra ao último orador inscrito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Sr. Presidente Heráclito é do Piauí. Em homenagem aos cariocas de 52 anos cada um, eu dizia que mais importante do que o currículo deles é aquela música que nos inspirou a democratizar o País, viu Senador Alberto? O Alberto é musicista. “Vem, vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Mas, Senador Alberto, esses são jovens, nasceram em 1952. Em agosto de 1950 eu vi o Presidente Getúlio Vargas na praça da minha cidade e disse: Presidente, farei o Porto de Luís Corrêa. Há um porto ali. O Senador Alberto era Prefeito. Há um porto. O Piauí tem litoral. Isso foi em agosto de 1950. Eu vi o Presidente Getúlio num coreto às 10h da manhã. O senhor estava com dois anos.

Houve um Ministro que sonhou, Senador Alberto. Enfim, faltam US\$10 milhões para fazer um modelo reduzido; US\$10 milhões! O resto é palha. Agora, eu queria dizer para o Senador Delcídio, porque é engenheiro, que está acabando o Governo. Eu vou dar um, dois, 15 de março. Falta. E vou dar a minha experiência de médico parteiro. Só faltam nove meses para este ano e o outro ano é eleitoral. Olhem! As coisas não acontecem neste Governo.

E digo, Senador Heráclito, que esse negócio de comemorar e a democracia... Eu não sei bem as coisas. Eu quero lhe dizer que quanto ao tempo foram quase uns vinte anos, foram vinte e um. Mas eu vi esse Go-

vernador, na ditadura, pegar do mar e levar o asfalto até a Bahia. Na ditadura. E esse Governo aí não tapa os buracos. Eu quero lhe dizer que vim votar porque o Piauí tem a esperança, ainda. Nós até votamos nessa esperança.

Mas quero lhe dizer o seguinte: as dez piores estradas que existem estão no Piauí. E a vergonha é maior quando ontem, 13 de março, anteontem, comemorava-se a maior batalha pela independência do País, que foi quando os piauienses expulsaram, em batalha sangrenta, os portugueses. Por isso, este País é grandão. Iria ser dividido. O Senador Alberto Silva fez um monumento. Bem, ali tem uma ponte, Senador Heráclito, na qual eu passei agora, que há dois anos começou, está parada e ali passa somente um carro.

Esse é o Governo. V. Ex^{as} precisam tirar essa imagem. Se assim continuar, acabou a esperança. Eu votei no Presidente Lula. Eu trabalhei para o Presidente Lula. Então, recuperem essa esperança.

Das dez estradas, os piores trechos estão no Piauí. Com US\$10 milhões se terminava um porto. E dizer, eu vi o Senador Alberto Silva. Eu não sei nada se a ditadura foi uma benção, eu sei que eu vi que S. Ex^a colocou o asfalto da praia à Bahia e agora nós não tapamos os buracos.

Então, esse é o apelo. Os senhores são jovens, têm somente 52 anos cada um, têm muita energia para trabalhar. Então, é essa a esperança. Foi esse o voto que o Piauí veio dar aqui. Então, os senhores levaram três votos, porque foram os do Piauí. Como é difícil o Governo trazer pessoas. E nós, aqui, acreditando no Sr. Martinho Cândido Velloso dos Santos e no Sr. Luziel Reginaldo de Souza!

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não há questionamento a ser feito. Nós vamos encerrar e...

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, eu somente queria que V. Ex^a me concedesse um complemento de trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, eu queria apenas fazer um registro que disse o Senador Mão Santa. Como Presidente da Comissão, concordo em gênero, número e grau com relação ao desprezo com que o atual modelo administrativo, principalmente do DNIT, vem tratando o Piauí. O Piauí tem sido desprezado, principalmente no que diz respeito a estradas. Hoje até tive oportunidade de conversar informalmente com o Dr. Luziel e mostrei que nesse

acordo, que para mim foi fantástico, porque foi uma mudança de comportamento e pensamento por parte do PT, esse acordo feito com o FMI, que num passado bem recente era o Satanás, era o fim do mundo, e hoje o PT se dispôs a fazer esse acordo, o acordo até que é benéfico para o Brasil, o Piauí só foi contemplado para recuperação, Senador Alberto Silva, de 12 milhões, e grande parte para o famigerado tapa buraco. A gente sabe bem o que a operação tapa buraco faz no Brasil. E não é isso que queremos. Queremos estrada. Estrada para escoamento de produção, para o Piauí, para a Bahia, pois estamos exatamente numa região de produção de soja, a última fronteira agrícola, e infelizmente não se teve, Senador Jonas, o Estado de V. Ex^a foi outro que foi prejudicado nesse acordo com o FMI. Porque vamos ter no orçamento deste ano dois tipos de recurso: o recurso sagrado, porque é o fiscalizado pelo FMI, que é ...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, só quero fazer um adendo. O preço do transporte da produção de Mato Grosso aumentou 100% nesses últimos 30 dias em função das estradas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes Heráclito Fortes. PFL – PI) – E nós imaginávamos que uma das prioridades desse acordo com o FMI, no que se diz respeito à estrada, fosse exatamente para melhoria dessas estradas. Vejo o Pará aqui representado, a mesma coisa aconteceu. É uma questão que defendo aqui na Comissão de Infra-Estrutura, que façamos uma revisão nesse acordo. Afinal de contas, a lei orçamentária é de responsabilidade do Congresso Nacional e não é possível que tenha sido aprovada da maneira que foi, o governo mandando para esta Casa apenas na véspera da votação do orçamento. A meta do FMI era proteger exatamente as regiões em desenvolvimento e de uma maneira muito especial, construir estradas para o desenvolvimento, estradas para escoar a produção. Eles não têm culpa, estão assumindo as suas funções, se evidentemente o Plenário do Senado aprovar, mas já fica aqui esse registro. É uma questão que não vamos nos calar com relação à maneira como foram excluídos os trechos de estrada e de outras obras nesse acordo com o FMI. Há inclusive, Senador Mão Santa, querendo contar com a colaboração de todos, a idéia de se convocar aqui representantes do Banco Mundial e do Ministério do Planejamento para que esclareçam essa questão e, afinal de contas, se saiba se atendeu ao interesse dos planos viários dos Estados, dos governadores ou quais foram os beneficiados nessa questão.

Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Presidente, vou abrir mão exatamente para contribuir com a Co-

missão. Tinha pensado em fazer mais um comentário, mas acho que pode ficar para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes Heráclito Fortes. PFL – PI) – Convido os Senadores Mão Santa e João Ribeiro para o procedimento da apuração como escrutinadores. Votaram quinze Srs. Senadores.

Vamos proclamar o resultado.

Antes, porem, o Dr. Martinho, Mão Santa, apenas pede que lhe avise porque, apesar de ter nascido no Rio de Janeiro, a origem dele é piauiense. Então fica feito o registro. Compadre do seu avô e inclusive conterrâneo de V. Ex^a de Parnaíba.

Quinze Srs. Senadores votaram. Catorze votos para Dr. Martinho, catorze votos para o Dr. Luziel, uma abstenção para cada um.

Estão, portanto, aprovados por esta Comissão, e faremos a remessa dos respectivos nomes para a Presidência da Casa para o procedimento de apreciação em Plenário.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 03 minutos.)

Ata da 4ª reunião (Ordinária) realizada em 22 de Março de 2005 às 14:30horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores(as) Senadores(as) José Jorge, Delcídio Amaral, Sibá Machado, Serys Slhessarenko, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Gérson Camata, Sérgio Guerra, Valmir Amaral, Juvêncio da Fonseca, Jonas Pinheiro, Tasso Jereissati, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, César Borges, Luiz Otávio, João Ribeiro, Valdir Raupp, Augusto Botelho, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Arthur Virgílio e João Capiberibi, reúne-se ordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Alberto Silva, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Francisco Pereira e Aelton Freitas. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Mensagem nº 106, de 2005. Não Terminativo. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Noboro Ofugi, para recondução ao cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Marco Maciel. Relatório: Em condições de ser apreciado pela Comissão. Resultado: Aprovado por 18 favoráveis, 02 contrários e 00 abstenção. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores Delcídio Amaral, Augusto Botelho, Valmir Amaral e Marco Maciel. Após

a realização da sabatina pelos membros da Comissão, passa-se a fase de votação, por escrutínio secreto. Encerrada a votação o senhor Presidente proclama o resultado, ocasião em que o senhor indicado foi aprovado por 18 votos favoráveis, 02 contrários e 00 abstenção. Foram designados escrutinadores os senhores Senadores Valmir Amaral e Valdir Raupp. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado Nº 168, de 2002. Não Terminativo. Ementa: Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado. Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador Valdir Raupp. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: Adiado, matéria em fase de discussão. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004. Terminativo. Ementa: Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado Federal nº 264, de 2004. Terminativo. Ementa: Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbana à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências. Autor: Senador Augusto Botelho. Relator: Senador Mário Calixto. Parecer: Favorável a aprovação da matéria com 1 Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2004. Terminativo. Ementa: Inclui o trecho rodoviário compreendido entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 1973. Autor: Senador Magno Malta. Relator: Senador Delcídio Amaral. Parecer: Favorável a aprovação da matéria na forma do Substantivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado Federal Nº 530 de 2003. Terminativo. Ementa: Determina que, adotado o horário de brasileiro de verão, este vigore em todo território nacional. Autor: Senador Antonio Carlos Magalhães. Relator: Senador João Ribeiro. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 07 – Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004. Ementa: Institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás. Autor: Senador Marcelo Crivela. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer:

Favorável a aprovação da matéria com 2 emendas que apresenta. Resultado: Adiado, matéria em fase de discussão. Item nº 08 – Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2004. Terminativo. Ementa: Acrescenta o art. 50-A à Lei nº 9478 de 1997, dispondo sobre a repartição do acréscimo da produção da exploração de gás natural e de petróleo, nas modalidades royalties e participação especial, e dá outras providências. Autor: Senador Sérgio Cabral. Relator: Senador Tasso Jereissati. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame da matéria. Item nº 09 – Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 – Não Terminativo. Ementa: Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, a rodovia que especifica. Autor: Comissão de Legislação Participação (SF). Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável a aprovação da matéria com 1 emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dezesseis horas e vinte minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião ordinária desta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Antes de entrarmos no assunto da pauta, comunico a esta Comissão o recebimento de dois expedientes. Um deles é de autoria do presidente do Tribunal de Contas da União, vazado nos seguintes termos:

“Sr. Presidente, os meus cordiais cumprimentos.

Encaminho a V. Ex^a, para conhecimento, cópia do Acórdão nº105, de 2002, do TCU, exarado na sessão plenária de 23/02/2005, anexado ao Processo TC 011266/2004-4, que trata da licitação de concessão de linhas de transmissão (Colinas, Ribeiro Gonçalves, São João do Piauí, Sobradinho, Irapé, Araçuaí).

Aproveito o ensejo para encaminhar cópia da instrução da unidade técnica.

Atenciosamente, Adilson Mota, Presidente.”

O outro expediente tem como autor o Senador Sérgio Cabral, presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha:

“Encaminho a V. Ex^a as notas taquigráficas do encontro que o Grupo Parlamentar Brasil-Espanha realizou no último dia 23 de fevereiro, às doze horas, no Salão Nobre do Senado Federal, com S. Altezas Reais o Príncipe Dom Felipe de Borbón y Grécia e a Princesa Letizia Ortiz, quando tratamos sobre investimentos e, em especial, parceria público-privada, tema da comissão tão bem presidida por V. Ex^a.

Cordialmente, Senador Sérgio Cabral.”

Da presente reunião constam oito itens. Vamos passar ao primeiro deles, que é a apreciação, pelo Senado da República, da indicação do Sr. Noboru Ofugi, para a recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT.

Convidamos, pois, o Sr. Noboru a comparecer.

Passo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, relator da presente matéria.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo a relatar a mensagem presidencial que indica o Sr. Noboru Ofugi para Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT.

Gostaria, de forma muito sintética, de assinalar apenas três pontos na indicação que ora estamos a apreciar.

Em primeiro lugar, o seu currículo, que é excelente. Formou-se em Engenharia pela Universidade de Brasília, posteriormente fez o curso do IME, Instituto Militar de Engenharia, que é uma das mais reputadas instituições de engenharia do nosso País, com sede no Rio de Janeiro e vinculada ao Comando do Exército, e, em sequência, fez pós-graduação no exterior, inclusive na Espanha, participando também de outras atividades que, de alguma forma, enriquecem o seu currículo.

Em segundo lugar, gostaria de destacar a sua experiência. Ele vem do Geipot, que é uma instituição que cumpriu, ao longo de sua existência, um papel muito positivo no planejamento dos transportes em nosso País. Além de ser uma instituição que ajudou muito a definir os planos nacionais de transportes, foi também uma instituição que formou muitos quadros que servem hoje a Administração Pública brasileira. O indicado, Noboru, tem essa característica de ter pertencido, durante muito tempo, ao Geipot, o que, por si só, já o habilita a bem se desincumbir no exercício das funções que lhe serão atribuídas.

A terceira observação que gostaria de fazer é que se trata de uma recondução, o que considero muito positivo. Por quê? As agências foram criadas com o objetivo – este foi o objetivo em que levou à criação das agências – de dar profissionalização à gestão das questões de interesse público nessas áreas estratégi-

cas. Foram criadas, portanto, com o objetivo de serem órgão de Estado e não do Governo.

Essa distinção pode parecer sutil, mas é extremamente relevante. E por quê? Os governos mudam como um só e acontecer nas sociedades democráticas, mas o Estado permanece. E as agências são instituições do Estado. Daí porque considero importante quando uma pessoa capacitada é reconduzida a uma função, porque de alguma forma mostra que a profissionalização, que é essencial nas instituições do Estado, está sendo observada. E esse é um dos pontos mais importantes que considero no currículo do Sr. Noboru Ofugi, porque mercê do seu currículo e sua experiência, está habilitado a fazer um trabalho à frente da ANTT. Mas é importante destacar que, além desses dois pré-requisitos, ele dispõe de um outro que não considero menos importante, qual seja, ser alguém que vai ser reconduzido, portanto já conhece a instituição e, de alguma forma, isso pode concorrer para o aprimoramento, visto que assegura a continuidade das ações que devem ter sequência, independentemente das mudanças de Governo.

Daí porque, Sr. Presidente, em face do exposto, fazemos preliminarmente este relatório. Acredito que V. Ex^a agora passará a ouvir o indicado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL-PI) – Ouvido o relatório, sempre conciso e preciso, de autoria do Senador Marco Maciel, passaremos a ouvir o Dr. Noboru Ofugi.

Antes, porém, quero ver se o Plenário concorda em iniciar o processo de votação uma vez que temos várias atividades no Senado ao mesmo tempo. Então, é uma maneira de facilitar...

Dito isto e com a concordância de todos os companheiros, passamos a palavra ao companheiro Noboru Ofugi, que terá até dez minutos para sua explanação.

O SR. NOBORU OFUGI – Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de agradecer ao Presidente da República e ao Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, pela indicação do meu nome, pela proposta de recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transporte Terrestre.

Quero agradecer também ao Senador Marco Maciel pela relatoria e registrar que, com muito orgulho e muita honra, compareço aqui pela segunda vez – estive aqui há três anos –, para ser sabatinado para compor a Primeira Diretoria da Agência Nacional de Transporte Terrestre.

Naquela oportunidade, eu diria, era uma agência recém-aprovada, com os diretores recém-nomeados, não nos restando mais nada além de promessas e desejos de fazer um bom trabalho. Agora, passados

três anos, é uma excelente oportunidade até para uma prestação de contas perante o Congresso Nacional e esta Comissão de Infra-Estrutura.

Além disso, gostaria de registrar as dificuldades que tivemos. No dia 20 de fevereiro de 2002, quando a diretoria assumiu a agência, estávamos os cinco diretores sentados em uma mesa nos perguntando: E agora? Estamos sem quadro e instalados provisoriamente no anexo do Ministério dos Transportes. Restava-nos então pôr mãos à obra. O primeiro passo seria requisitar funcionários. Grande parte dos funcionários dessa agência foram requisitados do Geipot e da Rede Ferroviária Federal. Temos também servidores de vários outros órgãos da estrutura federal.

A Lei nº 10.233, que criou a Agência Nacional, facultou a possibilidade de contratação temporária. Então, imediatamente também, começamos a trabalhar para preparar as condições mínimas para essa contratação.

Feito isso, eu diria que o primeiro trabalho dessa diretoria foi a chamada Resolução nº 1, que aprova o seu Regimento Interno. O segundo trabalho foi a chamada Resolução nº 2 em que nós convocávamos todos os agentes regulados pela agência a rerepresentar os seus pleitos, porque ao longo do tempo vários agentes apresentavam pleitos a todos os órgãos que até então eram os responsáveis pela condução.

Por exemplo, ao DNER cabia a gestão das rodovias concedidas. Ao Ministério dos Transportes, cabia a gestão das ferrovias concedidas. Ao próprio Ministério, cabia a questão do transporte interestadual e internacional de passageiros. Então, a Resolução nº 2 chamou todos os agentes para que rerepresentassem os seus pleitos para que pudéssemos ter, eu diria, uma noção e estabelecermos uma hierarquia no atendimento desses pleitos. Feito isso, começamos a trabalhar e eu diria que considero positivo o saldo nesses três anos.

Gostaria de apresentar alguns números colhidos pela nossa ouvidoria que comprovam que apesar de todas as dificuldades resultados altamente positivos foram conseguidos ao longo desses períodos.

Gostaria de abordar por setor. No caso do transporte interestadual e internacional de passageiros, a agência é responsável pela gestão e pelo acompanhamento dos serviços prestados pelas permissionárias, num total de 265 permissionárias, que exploram 2.290 linhas de transporte interestadual e internacional de passageiros. Esse setor transportou, em 2003, mais de 133 milhões de passageiros e conta com uma frota de mais de quinze mil veículos. Mais de 95% dos deslocamentos dos brasileiros são feitos através do

modo rodoviário e dos serviços oferecidos por essas permissionárias.

Nesse caso específico, algumas resoluções importantes foram elaboradas pela agência. Eu citaria a primeira resolução que baixamos que foi o impedimento da venda casada de seguros nas rodoviárias. Essa era uma prática comum. O cidadão ia comprar uma passagem e, sem que ele pedisse, a empresa o obrigava a adquirir o seguro, de forma casada. Houve então uma manifestação de segmentos da sociedade contra isso e a agência imediatamente proibiu essa prática.

Uma outra se refere a possibilidade de uma empresa utilizar mais de um terminal dentro de um mesmo Município. Vou dar um exemplo aqui em Brasília. Todos aqueles que necessitassem viajar transpondo fronteiras estaduais teriam que vir à rododiferroviária, mesmo morando em Taguatinga e havendo um terminal em Taguatinga, teriam que vir ao Plano Piloto para depois começar efetivamente a viagem. Nós editamos uma resolução em que é permitida a utilização de mais de um terminal com a aquiescência do poder público municipal. Essa é uma prática comum hoje em São Paulo. Dado o tamanho da cidade de São Paulo, praticamente todos os passageiros teriam que sair do terminal do Tietê. Hoje nós permitimos que se utilize um outro terminal de forma a facilitar a vida dos usuários.

No campo do transporte de passageiros, o chamado fretamento eventual ou contínuo, temos mais de 3.700 empresas cadastradas pela Agência aptas a fazer esse trabalho. Até novembro de 2003, todos aqueles que necessitassem fazer um fretamento teriam que obter uma autorização de viagem específica com a Polícia Rodoviária Federal, e boa parte dos usuários ou de prepostos dos usuários tinham que viajar – às vezes até 200 km – até um posto da Polícia Rodoviária Federal para obter essa autorização. A partir de dezembro de 2003, a Agência começa a emitir essas autorizações por via eletrônica, quer dizer, o interessado entra no seu terminal, no seu computador, ele tem uma senha específica, ele preenche todos os requisitos necessários e, ao apertar uma tecla, a autorização é imediatamente oferecida ao cidadão. Isso facilitou demais, e hoje temos um banco de informações que nos permite até monitorar esse tipo de transporte, verificando principalmente se não se está usando a figura do fretamento numa concorrência desleal com o transporte regular de passageiros.

Se o Governo, quando há uma manifestação, quiser ter uma idéia de quantos ônibus solicitaram fretamento para participar de manifestações no lugar A, B ou C, a Agência tem condições de informar qual a estimativa do número de pessoas que se deslocam

de outros Estados para um evento específico numa localidade.

Nós emitimos, de dezembro de 2003 até ontem, 326 mil autorizações, eletronicamente. Nosso braço executivo de fiscalização é a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia tem condições de, nos seus postos, acessar *on-line* se aquela autorização é verdadeira. Então, ela tem toda condição, *on-line*, de fazer essa fiscalização.

Um outro fato que gostaria de ressaltar aqui é que, quando a Agência foi instalada, recebemos do então DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), que administrava esse setor específico de passageiros, mais de 80 mil processos, que vão de multas, vão de autorizações... Hoje estamos com todos esses 80 mil processos já organizados e quase 30 mil já catalogados na Agência.

Um outro setor igualmente importante, administrado pela Agência, é o de transporte rodoviário de cargas. Cuidamos do transporte internacional. A Agência é o chamado Organismo de Aplicação do Acordo Internacional de Transporte Terrestre do Cone Sul, que foi absorvido pelo Mercosul. Fizemos um grande trabalho de recadastramento de todas as empresas que prestam esse transporte internacional. Temos hoje cerca de 512 empresas habilitadas ao transporte internacional, com uma frota de cerca de 40 mil veículos. Em contrapartida, temos 1.222 empresas estrangeiras com uma frota da ordem de 27 mil veículos.

O processo é o seguinte: a Agência emite uma chamada Licença Originária, e a empresa a obter essa licença, se vai operar, por exemplo, com o Uruguai, obtém a chamada Licença Complementar no Uruguai. Há também as chamadas viagens ocasionais, que são exatamente para atender aquelas viagens específicas, por exemplo, se a Xuxa vai fazer um show na Argentina, ela solicita uma autorização especial e a Agência emite, para que ela não tenha nenhum problema ao transportar a fronteira.

Para exercer a nossa fiscalização, temos um convênio com a Receita Federal, usa-se o sistema aduaneiro, em todo o espaço fronteiriço do Brasil ela acessa *on-line* e verifica se aquela empresa está habilitada e se aquele veículo está igualmente habilitado. Isso está funcionando muito bem, inclusive na terra do Senador Delcídio Amaral, Corumbá. Isso no que tange ao transporte internacional.

No transporte doméstico, a Lei nº 10.233 nos obriga a fazer o chamado Registro do Transportador Rodoviário de Carga. A lei diz que para exercer a atividade do transporte rodoviário de carga mediante remuneração a terceiro há necessidade de um prévio registro. A primeira audiência pública que a agência

fez foi para regulamentar esse cadastro, o chamado RNTRC. Se os Srs. observarem, grande parte da frota brasileira já tem o chamado RNTRC estampado nos veículos de carga.

Essa foi a primeira audiência pública, que se traduziu numa resolução e começamos a fazer esse cadastro em junho do ano passado. Eu diria que hoje tive o cuidado de acessar essa informação e estamos com 449mil registros, entre transportador autônomo, empresa de transporte de carga e cooperativas e total de 998 mil caminhões. A nossa estimativa é que ele gire em torno de um milhão a um milhão e cem, porque estimamos que temos uma frota da ordem de um milhão e oitocentos mil veículos de carga. Como a lei obriga que apenas aqueles que prestam serviço mediante remuneração tenham o registro, boa parte desses veículos estão em mineradoras, empreiteiras e aqueles que têm transporte de carga próprio, como Coca-Cola, Brahma, Souza Cruz, que tem a sua própria frota.

Eu diria que era um anseio da classe dos transportadores ter um mínimo de disciplinamento, porque é uma atividade desregulamentada no País e o Governo terá condições de saber efetivamente a frota de veículos e todos os dados necessários para uma política efetiva no setor, vamos ter condições de saber a localização espacial dessa frota, a idade média, que é um instrumento valioso para a política de governo.

No campo do transporte de carga, é incumbência da agência regulamentar o transporte de produtos perigosos e emitimos, no ano passado, a chamada Resolução nº 420, que regulamenta o transporte de produtos perigosos. A nossa base para a elaboração disso é o chamado livro laranja da ONU e seguimos tudo o que é recomendado pela Organização das Nações Unidas e inclusive a agência tem técnicos que participam do chamado comitê de peritos da ONU, que trata de produtos perigosos.

Um outro assunto que envolve o transporte terrestre é o chamado transporte multimodal. A Lei nº 9.611, que tratou da questão do transporte multimodal e, em seguida, o Decreto nº 3.411, que regulamentou essa lei e obrigava que para que uma empresa se candidatasse a ser operador de transporte multimodal que ela tivesse, além de uma série de outros pré-requisitos, uma apólice prévia de seguro e isso impedia que as empresas conseguissem se habilitar como OTM. A Agência começou a trabalhar nisso, juntamente com outros órgãos e a Receita Federal, organismos de classe e conseguimos sensibilizar o governo para editar um novo decreto que não exigia a apólice prévia, porque, na verdade, a apólice de seguro é um documento

obrigatório para aquele que está desempenhando uma atividade de OTM, posterior à sua habilitação.

Então, para os Srs. terem uma idéia, hoje já temos 27 empresas habilitadas a operar como OTM e 60 outras empresas em condições de serem aprovadas, que está em fase final de análise na própria agência.

Uma outra atuação no campo rodoviário. Começamos a desempenhar um papel mais efetivo na fiscalização do chamado excesso de peso nas rodovias concedidas. Temos uma atuação firme nessas rodovias concedidas e numa outra oportunidade apresentaremos até os números de quantas multas já foram efetivamente aplicadas e quantas foram recebidas.

Uma outra ação no que tange ao vale transporte, que também está sendo objeto de fiscalização efetiva, principalmente nas rodovias concedidas, aproveitando a estrutura que as concessionárias têm nas rodovias e a agência coloca seus técnicos em locais apropriados para desenvolver essa fiscalização.

Já que estou falando em rodovias, gerimos seis concessões rodoviárias no total de 1.487 quilômetros, cujos investimentos somam, desde as primeiras privatizações, a valores de demonstrações financeiras de R\$ 1.545 bilhão.

Um trabalho importante que a Agência fez nesse sentido foi discutir claramente com o setor, e baixamos uma resolução que trata da chamada revisão ordinária das tarifas básicas de pedágio, em que está claramente identificado de que forma a agência atua para apurar efetivamente qual reajuste deve ser aplicado nos pedágios nas rodovias concedidas.

Está em estudo na Agência, juntamente com o Ministério dos Transportes, o estudo de oito trechos, totalizando 3.038 quilômetros passíveis, o que está na lista do Governo para as próximas privatizações nas rodovias.

Nas ferrovias, doze concessões ferroviárias, 28 mil quilômetros de ferrovias. Um setor que, a partir de 2003, tem experimentado uma mudança radical. Para se ter uma idéia, a partir de 2003, o patrimônio líquido, que era negativo de várias concessionárias, passa a ser positivo, à exceção do sistema da Brasil Ferrovias. Esta envolve a Novoeste, a Ferrobán e a Ferronorte. Um setor que houve um crescimento, de 2003 em relação a 2004, em toneladas quilômetros úteis transportados em 7,4% e, em termos de toneladas úteis, 7,6%.

Comparando os três primeiros trimestres de 2004 em relação ao mesmo período de 2003, experimentamos um crescimento de 12,6% em TKU, chamada de tonelada de quilômetro útil, e 9,6 em toneladas. Em termos de toneladas quilômetros úteis, diria, em 2004, até setembro, foram produzidos 189 bilhões de

toneladas quilômetros úteis. Transportadas, 346 milhões de toneladas.

Houve redução – que diria é um outro parâmetro contratual – de acidentes. De 2003/2003, houve uma redução de 18,2% no número de acidentes; e de 2004/2004, de 12%.

Os investimentos, para se ter uma idéia, em 2003, tivemos R\$1.072 bilhão. Em 2004 até setembro, R\$1.334 bilhão no sistema ferroviário brasileiro. Boa parte, em 2004, desses recursos foram aplicados em material rodante, locomotivas e vagões, da ordem de 68%; na superestrutura, 18%. Isso teve um reflexo violento na indústria. Para se ter uma idéia, em termos de vagões produzidos, tivemos um crescimento de 590% comparando 2003 em relação a 2002.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – A Mesa apenas comunica a V. Ex^a que o tempo de vinte minutos está esgotado e que estamos lhe concedendo mais dois minutos.

O SR. NOBORU OFUGI – E outras ações importantes no sistema ferroviário. Por exemplo, resoluções que definem o chamado tráfego mútuo e direito de passagem; resoluções que tratam do chamado usuário altamente dependente de rodovia, o usuário investidor; os trens turísticos – vários trens turísticos estão voltando a operar no Brasil; as resoluções que tratam de penalidade pelo não-cumprimento de metas – tivemos resoluções que discutiram e definiram metas para os próximos cinco anos de todas as concessionárias ferroviárias; ajustes societários foram feitos, principalmente na ferrovia Centro-Atlântica e na Companhia Ferroviária do Nordeste; descruzamento societário Vale do Rio Doce/CSN. E hoje está em pauta, é um assunto que o Governo está tratando muito de perto, e a Agência tem atuado muito, que é tentar o equacionamento econômico da Brasil Ferrovias, que trata da Novoeste, da Ferrobán, e da Ferronorte.

O tempo está se esgotando, gostaria de registrar aqui que, quando digo que o nosso saldo é positivo é que a nossa Ouvidoria recebeu, em 2004, 120 mil manifestações de usuários. Dessas 120 mil, tivemos 9,8 mil sob o título de reclamações. Dessas 9,8 mil reclamações, 650 foram específicas quanto à atuação da Agência. Eu diria que aqueles tiveram a forma espontânea de manifestação, que é ligar para o nosso “0800”, para manifestar algo em relação à Agência. Por isso, esse é um dado que eu reputo como importante, para dizer que o resultado da Agência Nacional, nesses três anos, foram extremamente positivos. Além disso, há todo um sistema de fiscalização, sobre o qual, em um outro momento, talvez possamos discorrer mais. Mas temos fiscalizações em todas as áreas que eu comentei aqui. Bem, registrado isso, Sr. Presidente,

coloco-me à disposição de V. Ex^{as}, nesses vinte minutos, para qualquer dúvida que tenham.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI)

– Encerrada a exposição do nome em apreciação, passamos à lista dos Srs. Senadores inscritos, para o uso da palavra.

Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Quero cumprimentar o Dr. Noboru, cujo trabalho já acompanho há um bom tempo. Como disse o Senador Marco Maciel, a sua recondução já é uma demonstração inequívoca do trabalho que desenvolve na Agência Nacional de Transportes Terrestres. O seu currículo é impecável: engenheiro civil, pela UNB; Mestrado em Engenharia de Transportes, pelo IME – Instituto Militar de Engenharia; vários cursos, entre eles no Banco Mundial e na Universidade de Las Palmas, associados a essa área de transportes também. Então, não tenho dúvidas de que você vai continuar prestando um grande serviço à ANTT, ao Ministério dos Transportes e ao Brasil, pela sua experiência, pela sua seriedade, e pelo homem público que você é.

Quero apenas fazer uma pergunta, em função da hora, e hoje estamos cheios de atividades. Quero saber a sua opinião sobre a Brasil-Ferrovias, que é a *holding* da Novoeste, da Ferroban e da Ferronorte. Do meu ponto de vista, foi a pior privatização feita no Brasil. A Ferrovia Novoeste, que é lá do meu Estado, está absolutamente sucateada; opera em alguns trechos e de uma maneira sofrível. Sei que deve arrendamento, que tem uma série de pendências junto à ANTT, ao Governo e, agora, ao longo das últimas semanas ou dos últimos meses, procura repactuar as dívidas, especialmente em uma operação junto ao BNDES.

O que me chama a atenção também é que, enquanto em várias ferrovias os operadores têm experiência na área, infelizmente, na Brasil Ferrovias, há fundos de pensão comandando-a e não há nenhum operador ferroviário na empresa.

Como você conhece muito bem esse assunto também, gostaria de saber como tudo isso evoluiu, se existem perspectivas efetivas de recuperação dessa ferrovia, que é tão importante para o meu Estado, para o Mato Grosso também, para São Paulo; e se, finalmente, teremos um operador ferroviário para cuidar da Brasil Ferrovias. É essa a pergunta. No mais, quero já adiantar que votarei, com muito prazer e honra, na sua indicação.

Aproveito para desejar para vocês muito sucesso na ANTT, sob o comando do Dr. José Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI)

– Concedo a palavra, para responder, ao Dr. Noboru.

O SR. NOBORU OFUGI – Inicialmente, quero agradecer as palavras do Senador Delcídio.

Senador, a questão da Novoeste, que é a ferrovia que tanto aflige V. Ex^a e todos os mato-grossenses do sul, eu diria, na minha avaliação, que o primeiro pecado foi a forma como foi feita a privatização inicial. É muito difícil privatizar uma ferrovia que não chega a um porto, como a Novoeste, que sai de Corumbá, chega a Bauru e depois depende de outra ferrovia para ter o acesso. Isso dificulta.

Depois disso, veio a questão argumentada por eles e que está sendo, inclusive, objeto de uma análise muito detalhada: o mercado. Quer dizer, ele tinha um mercado, o do combustível, que de repente deixou de ser a principal carga.

Na minha avaliação, o Governo começa a discutir, está discutindo. Esperamos que, muito em breve, haja uma solução para esses três, basicamente para a Novoeste. Primeiro, deve-se permitir que a Novoeste chegue efetivamente ao Porto de Santos. Pelo menos, na última proposta de que tenho conhecimento, agregasse um trecho de Bauru, até próximo de São Paulo, à Novoeste. E, depois, por meio de um contrato operacional – não me lembro do nome da cidade em São Paulo –, tem-se acesso a Santos.

Então, coloca-se uma carga, e há uma demanda potencial, principalmente de minério, na região de Corumbá – V. Ex^a conhece muito bem isso –, além da soja, na região ali, descendo para Dourados, a que a própria Ferronorte está transportando na região de Chapadão do Sul.

Acredito, francamente, como uma das possíveis fontes de recurso, nessa modelagem que se está estudando e de que faz parte o BNDES, bem como na participação mais efetiva dos sócios, que, até então, não têm investido os recursos necessários.

Concordo com V. Ex^a, quando fala da necessidade de se ter um operador ferroviário. E acredito que, com toda essa mudança, automaticamente será colocado um operador ferroviário, para que se possa realmente operar aquilo da forma como deve ser operado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Quando isso acontecerá, Sr. Noboru Ofugi? Qual o prazo? Qual o horizonte de uma solução definitiva para a Brasil Ferrovias?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra, o Dr. Noboru Ofugi.

O SR. NOBORU OFUGI – Eu acredito que muito em breve, Senador, até porque reuniões diuturnas estão sendo realizadas. Ontem, houve quase uma tarde inteira de reunião na Casa Civil. Hoje, novamente, o nosso Presidente, o nosso Diretor-Geral e os seus técnicos mais envolvidos com a questão estão lá, neste momento. Então, em face dessa urgência que o próprio Governo está dando, acredito que muito em breve. Não posso realmente falar quando, mas, seguramente, ainda neste semestre, é possível que tenhamos uma solução para isso.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, Senador Gerson Camata, fui alertado pela Assessoria e indagaria se o Senador Delcídio Amaral fez a afirmativa de que fundos de pensão administram a ferrovia e de que nenhum técnico do setor ferroviário tem participação nessa administração. É exatamente isso? Se V. Ex^a fosse confidente, evidentemente anunciaria o nome dos fundos que participam desse empreendimento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, primeiro, quando foi feita a privatização ou o arrendamento, melhor dizendo, da Brasil Ferrovias, quem assumiu foi um grupo chamado Noel Group. É um grupo americano que depois, inclusive, faliu ou entrou em concordata. E a Brasil Ferrovias, ou a Novoeste, foi comprada posteriormente. Entraram no processo de controle da Brasil Ferrovias, ou da Novoeste – não lembro, exatamente, quando aconteceu uma coisa ou outra –, os fundos de pensão. Um é a Funsef, e o outro, a Previ, não é, Sr. Noboru? E o que questionamos muito é o seguinte: outras ferrovias têm operadores tradicionais do ramo ferroviário – a ALL, a Companhia Vale do Rio Doce, enfim, vários grupos que têm uma experiência consagrada na operação ferroviária.

Em Mato Grosso do Sul, questionamos por que a Brasil Ferrovias só tem fundos de pensão no seu controle? Nada contra a participação de fundos de pensão, mas entendemos que é absolutamente importante que se tenha uma empresa de operação ferroviária; não que não existam técnicos para operar a ferrovia, mas é preciso haver uma empresa do *métier* para dar mais solidez na estratégia toda e nas ações da Brasil Ferrovias, especialmente na Novoeste.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Feito o registro. Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Noboru Ofugi, a recondução de V. Ex^a, além de premiar o êxito de seu trabalho e de sua competência, ao longo de toda a sua carreira, como engenheiro e como servidor público, trouxe-nos a oportunidade de ver quanto traba-

lho e quanto serviço foi desenvolvido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres. Sentimos que há uma melhora, um progresso, mas não observamos a procedência.

Então, o acerto da criação da Agência se traduz nesse excelente balanço que V. Ex^a fez. Trata-se de um órgão regulador que cuida da segurança do passageiro de ônibus, do preço da passagem, da livre concorrência, do peso dos veículos, da logística dos transportes ferroviários. Isso é muito importante. O Brasil precisava disso.

Quando o Congresso aprovou essa lei, no ano de 2001, agiu com lucidez, secundando o esforço do Executivo para cobrir essa lacuna que o País sentia. Efetivamente, V. Ex^a trouxe um balanço bonito de realizações, o que nos enche de satisfação por ter participado da discussão e da votação dessa lei.

Gostaria de fazer um enfoque de alguns pontos abordados.

O primeiro problema apresentado foi o do peso dos caminhões nas rodovias. Primeiramente, estão destruindo vidas humanas. Normalmente, no Espírito Santo, por exemplo, que é um Estado que lida muito com granito e mármore, um caminhão de 28 toneladas que carrega 60, quando o motorista aciona o freio, não vai parar dentro daquela expectativa que o motorista tem ou que a fábrica garante para as 28 toneladas. Esse é um ponto. Então, de vez em quando, há acidentes horríveis, que nos deixam, durante alguns dias, em estado de choque.

Há também a destruição das estradas. Elas são um patrimônio público, são feitas com dinheiro público, proveniente da arrecadação de tributos. Um caminhão de 28 toneladas passa com 60 toneladas está destruindo um patrimônio público, está trazendo um desconforto e, futuramente, mais acidentes: uma pessoa desviando-se de um buraco, correndo de um lado para outro da estrada a fim de aproveitar um lugar melhor da rodovia, provoca um novo acidente, e mais vidas se vão. Depois, mais recursos terão de ser retirados do contribuinte para que aquela rodovia venha a ser recuperada.

Há pouco mais de um ano, li naquela revista norte-americana **Scientific American** que estão usando nos Estados Unidos um *chip*, que fica no caminhão. Se este foi feito para carregar 28 toneladas, quando chega a 30 toneladas, o *chip* trava o caminhão e avisa ao satélite onde o caminhão infrator está. Então, não há necessidade da balança. Como V. Ex^{as} sabem, perto da balança pode haver alguém um pouco suscetível a permitir que passe o caminhão. Já aconteceu no Espírito Santo de um fazendeiro fazer uma variante e cobrar um pedágio para que um caminhão com excesso

de peso passe por fora da balança. A Polícia Federal apurou isso, li em um jornal do Espírito Santo.

Seria interessante alguma investigação em torno desse *chip*, que já está sendo usado nos Estados Unidos, porque ele regula. Ainda dizia a revista que, se o motorista tentar arrancar o *chip*, o caminhão pára e não anda mais. Então, essa seria uma maneira de conservar as rodovias e de poupar milhares de vidas anualmente, não tendo que aplicar tanta multa por excesso de peso.

Outro problema que me preocupa é o de assaltos nas rodovias, o roubo de cargas. Vemos que a Polícia Federal se esforça, mas, cada dia mais, quando vamos à rodovia, já encontramos o caminhão comboiado. Quer dizer, um caminhão de carga vai com um indivíduo com uma espécie de escopeta ou de fuzil na mão, para afugentar a possibilidade de os bandidos se aproximarem.

Em alguns Estados norte-americanos está-se usando uma lâmpada vermelha que fica atrás do caminhão e uma lâmpada vermelha na frente do caminhão. Se ele é assaltado e ele está conduzindo o assaltado, ele tem um controle remoto no bolso ou um botão, em um determinado lugar, que ele aperta. Todos os motoristas ao passarem avisam: olha, tem um caminhão assaltado passando por aqui; tem um táxi assaltado passando por aqui; tem um táxi em emergência. É uma coisa simples; não é um grande investimento; mas, faz com que todos os motoristas de caminhão ou de táxi sejam solidários e comuniquem à polícia que um táxi passou por ali numa situação de emergência. Seria também uma boa iniciativa, que pode ir até para um regulamento da MPP ser implantado.

E a outra coisa que achava que o consumidor brasileiro merecia e precisa a MPP agir em cima disso, porque a Petrobrás certamente não o fará, é o problema do direito do cidadão brasileiro ter o direito de qualquer cidadão de outros países do mundo de ter um carro a diesel. Vi, há poucos dias, no Uruguai, um carro brasileiro, o Corsa, fazendo 25 km com um litro de óleo diesel, embora fabricado aqui. Quer dizer, o brasileiro não tem o direito de economizar, de ter um carro mais econômico para andar, porque é proibido, quando não é utilitário, ter o veículo a óleo diesel.

Ora, o utilitário normalmente que usa óleo diesel é sempre importado. Então, no Brasil, a exclusão é ao inverso: aquele que é mais rico tem direito de economizar em combustível andando de óleo diesel; aquele que tem menos recurso, que podia comprar um Corsa para fazer 25 km com óleo diesel, não pode fazê-lo porque é proibido.

Acho que a Agência Nacional de Transportes Terrestres tinha que entrar nisso. Dizia-se antigamente

que, porque o óleo diesel era subsidiado, não se podia; o subsídio do óleo diesel caiu; anunciou-se que seria em 2000, e não foi; em 2001; e já estamos em 2005. Muitos e muitos brasileiros querem um dia, ainda, andar 25km com um litro de óleo diesel num carro brasileiro, como os uruguaios andam, como os argentinos andam, antes de morrer.

Então, a Agência Nacional de Transportes Terrestres tem que agir nisso. É o apelo que faço a V. Ex^a, cumprimentando pela sua recondução e esperando que V. Ex^a continue nessa trilha de realizar bons serviços em favor dos transportes terrestres brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Antes de passar a palavra ao convidado, lembraria aos Srs. Senadores que o processo de votação já se encontra aberto e quem quiser exercê-lo poderá fazê-lo.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. NOBORU OFUGI – Só queria fazer um registro. Primeiro, agradecer ao Senador Gerson Camata, dizendo o seguinte: a Agência não fez nada ainda no que tange a essas questões levantadas pelo Senhor, principalmente na questão do assalto e do óleo diesel.

Preocupados com isso, criamos uma superintendência específica para estudos e pesquisa, para que possa subsidiar o Governo em tomadas de decisão no que tange a outras questões que fogem diretamente à alçada da Agência.

O SR. (orador não identificado) – (Inaudível).

O SR. NOBORU OFUGI – Sim. Só queria fazer esse registro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, o nobre Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Gostaria de parabenizar o Dr. Noboru pela sua recondução e dizer que o Brasil ganha quando tem pessoas do seu gabarito, do seu nível de conhecimento, que estão exercendo um papel nas agências reguladoras.

Mas vou-me deter mais em relação ao consumidor, o consumidor especificamente do meu Estado de Roraima, que está ligado por rodovia ao Brasil desde 1974, sendo que a rodovia foi asfaltada há mais ou menos uns 10 anos.

Temos um fato atípico que ocorre lá, além de ter só uma empresa que faz o transporte terrestre para Roraima, com autorização de parar na rodoviária; existe uma empresa local também que se desenvolveu lá, uma regional, mas que não consegue que haja uma nova licitação para que ela possa entrar nessa licitação e tentar adquirir uma linha para vir para o lado do

Brasil. Já houve até uma decisão do Ministério Público no sentido de que houvesse essa licitação, e ela não ocorreu até agora. Então, gostaria de saber se a Agência tem alguma forma de influir e que haja isso para diminuir o monopólio, porque eu quero a passagem mais barata para o povo de Roraima. Sendo só uma empresa, não temos condição de baixar o custo da passagem. O usuário está sendo prejudicado frontalmente lá no meu Estado com relação a isso. A passagem de ônibus às vezes fica com pouco diferencial das promoções das passagens aéreas.

Outra coisa também é o fato de a rodovia federal do Brasil ser fechada durante a noite. Já entrei na Justiça para tentar abrir essa rodovia. O processo está correndo, porque das 6 da tarde até as 6 da manhã um trecho da rodovia BR-174, entre Manaus e Boa Vista, abrangendo a área Waimiri-Atroari – se bem que o trecho da rodovia não faz parte da área indígena, porque ela foi excluída do processo que criou a área indígena – continua sendo fechado no meu Estado.

São coisas que acontecem e que temos que mudar, não pode ser dessa forma. Aumenta o custo do transporte de carga, aumenta o custo do transporte de passageiro, tudo por causa dessa aberração que existe no meu Estado. Não temos comunicação com o Brasil. Com a Venezuela, a gente pode entrar até as 10 da noite, porque fecha a fronteira. Na Guiana podemos entrar praticamente a noite toda, mas no Brasil não podemos entrar depois das 18 horas. Eu gostaria só de saber se a ANTT tem algum jeito de fazer acabar com essas aberrações que ocorrem no meu Estado: uma, do monopólio que prejudica o consumidor, e a outra, do fechamento da BR-174.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Lembramos mais uma vez aos Srs. Senadores, em primeiro lugar aos titulares, que não votaram que exerçam o seu direito de voto para que possamos encerrar o processo de votação.

Lembramos ainda que após a discussão do Item nº 1, teremos mais 8 itens para serem discutidos nesta reunião.

Com a palavra, o Dr. Noboru para alguns esclarecimentos.

O SR. NOBORU OFUGI – Eu gostaria de dizer ao Senador Botelho que no que diz respeito à questão da linha Manaus–Boa Vista, a Agência não tem competência para fazer a licitação diretamente. A nossa lei, ao contrário de algumas outras agências, estipula que preparemos o plano de outorga e o submetamos ao Ministro. Cabe ao Ministro aprovar ou não o plano de outorga. Especificamente esta linha está dentro de um dos planos de outorga já encaminhados ao Ministério dos Transportes. Deve estar sendo objeto

de análise pelo próprio Ministério, e eu diria que muito em breve talvez teremos uma concorrente para a empresa que opera.

Em segundo lugar, com relação à BR-174, eu gostaria de lembrar que a Agência tem ingerência somente nas rodovias concedidas. Mas nem por isso podemos também, em entendimentos com o próprio DNIT, porque todos somos órgãos federais e temos que nos ajudar mutuamente, ao ouvir essa reclamação de V. Ex^a, seguramente vamos fazer chegar aos nossos companheiros do DNIT essa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Valmir Amaral.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, nobres Senadores, quero cumprimentar aqui o meu amigo Deputado Mauro Lopes, de Minas Gerais, do meu partido, que está o meu lado. Há três anos tive a oportunidade de votar no Dr. Noboru para diretor da Agência aqui nesta comissão. De lá para cá acompanhei o seu trabalho na Agência e quero vir aqui hoje parabenizar. Noboru é um técnico da mais alta competência, uma pessoa que entende bastante na área de transporte – sou testemunha disso porque meu pai é empresário na área de transporte –, já estivemos lá diversas vezes com alguns problemas e ele com a maior competência solucionou. Quero dar os parabéns hoje para a Agência, para a ANTT, nessa recondução do Sr. Noboru.

Enfim, hoje, acho que o Brasil está ganhando muito com um técnico de grande competência. Parabéns Noboru e parabéns ao Presidente Lula em ter reconduzido S. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – A Mesa, antes de passar a palavra ao Sr. Noboru, solicita ao Senador Valmir Amaral que registre historicamente todos os elogios que fez ao Dr. Noboru, praticando o voto.

Com a palavra o Dr. Noboru.

O SR. NOBORU OFUGI – Quero só agradecer as palavras do Senador Valmir e quero registrar mais uma vez que o nosso desejo é de continuar esse trabalho que a gente vem desenvolvendo ao longo desses três últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Com a palavra, o nobre Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, não está acendendo a luz, mas me parece que está ligada.

Agradeço a oportunidade.

Sr. Noboru, aproveito esta oportunidade em que o senhor está sendo consagrado com uma votação expressiva para lhe fazer um pedido, coisa simples,

mas que incomoda. Em algumas cidades do Brasil, em alguns Estados do Brasil, os caminhões são obrigados a terem o escapamento com a boca voltada para o alto; alguns outros, para a traseira. Mas há Estados, por exemplo, como São Paulo, que, às vezes, paramos num engarrafamento, e uma carreta enorme, às vezes, já queimando um certo óleo, fazendo uma fumaceira danada, tem o escapamento atrás do motorista – sei que, quando o cano é menor, tem menos furo, dá menos problema – que sai direto na janela do passageiro do carro do lado. Temos que andar com o carro com os vidros fechados. Seria possível normatizar isso para evitar esse desconforto de levarmos uma baforada de dióxido de carbono de um caminhão acelerando, uma bomba de gás lacrimogêneo dentro do nosso carro? O senhor, que é um engenheiro cuidadoso, formado no Instituto Militar de Engenharia, grande cabedal, vai para uma diretoria tão importante, podia dar uma olhada nisso.

Muito obrigado, Sr. Noboru.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não há mais nenhum Sr. Senador que queira fazer uso da palavra. Vou dar por encerrado o processo de votação, convidando os Senadores Valmir Amaral e Valdir Raupp para exercerem o papel de escrutinadores.

Encaminharemos para a Mesa do Senado para que proceda à sua remessa, no momento oportuno, ao Plenário do Senado.

Parabenizo, portanto, V. S^a, desejando boa sorte na missão.

Passamos agora ao item 2 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 168, que é terminativo, acrescenta parágrafo ao art. 164 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que, nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo Município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local no serviço telefônico fixo comutado.

O autor é o Senador Ricardo Santos, e o Relator é o Senador Valdir Raupp. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de autoria do Senador Ricardo Santos, o Projeto tem por objetivo último impedir que chamadas telefônicas feitas dentro de uma mesma região metropolitana ou até de um mesmo Município sejam tarifadas como chamadas de longa distância. Para tanto, propõe alteração na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, também conhecida como Lei Geral de Telecomunicações – LGT, na forma de acréscimo de dois parágrafos ao art. 64 daquele diploma normativo. O autor da proposição teve ainda o cuidado de ressaltar que a adoção da medida prevista no projeto fosse feita

de forma a respeitar o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias daquele serviço.

Recentemente, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel –, por meio da resolução nº 373, de 3 de julho de 2004, editou novo regulamento sobre áreas locais para o serviço telefônico fixo comutado, destinado a uso do público em geral.

Tal normativo trata justamente da questão enfrentada pelo projeto em exame. Define como área de incidência da tarifa local área geográfica de um município ou ainda do conjunto de municípios, como as regiões metropolitanas.

Ademais, frisa-se que o novo regulamento contempla a possibilidade de que a definição das áreas locais seja revista a cada doze meses, o que permitirá a adoção das alterações necessárias para adequar os critérios de tarifação ao crescimento populacional e à expansão das áreas urbanas.

Dessa forma, Sr. Presidente, uma vez que a finalidade a que se destinava a presente proposição já foi alcançada mediante a edição de novo regulamento pela Anatel, não vemos mais necessidade de dar continuidade à sua tramitação.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Esse é o parecer do Senador Valdir Raupp, pela sua rejeição.

Em votação.

Os Sr. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado o relatório.

Portanto, pela sua rejeição.

Item 3:

PROJETO DE LEI Nº 193/2004, TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Único Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul.

O relator não se encontra em plenário, a matéria fica, portanto, adiada.

Item 4:

O Relator é o Senador Mário Calixto, que não se encontra em plenário.

Portanto, a matéria está adiada.

Quanto ao item 5, a pedido do relator, Senador Delcídio Amaral, a matéria foi retirada.

Item 6:

Projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães que unifica o horário de verão.

A matéria fica também adiada.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT–RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT–RR) – Sr. Presidente, é que o Senador Mario Calixto, que é quem deveria relatar o meu projeto, não deverá estar na próxima sessão, porque o titular irá retornar.

Não poderia colocar um **ad hoc**?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Poderíamos para a próxima semana.

Já fica nomeado o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT–RR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Item nº 7:

Projeto de Lei do Senado nº 101/2004, terminativo. Institui o Plano Setorial do Desenvolvimento do Gás.

O autor é o Senador Marcelo Crivella. O Relator é o Senador Augusto Botelho, a quem concedo a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Pois não, tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sendo um projeto terminativo, não exigiria votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Não apenas, apenas vai-se fazer a leitura do relatório e teremos que fazer, evidentemente, o caso votação nominal.

Se V. Ex^a achar conveniente, pode requerer o adiamento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não. Era só uma dúvida que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – V. Ex^a prosseguirá com a leitura do relatório?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Relatório.

É submetido à apreciação desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em caráter terminativo, o

Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que cria o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás.

O art. 1º do Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás, com diretrizes e metas para o período de dez anos, determina que o plano a ser aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética será contínuo e terá sua autorização proposta ao Poder Executivo a cada três anos.

O art. 2º estabelece que o plano atenderá aos princípios contidos na Lei nº 9.478, de 1997, que trata da política energética nacional e enumera outros objetivos voltados para a garantia do abastecimento de energia.

O art. 3º determina que o Conselho Nacional de Política Energética realizará avaliações semestrais da implementação do plano, e as encaminhará ao Congresso Nacional. O Poder Legislativo, por sua vez, fará o acompanhamento de sua execução.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

O autor do projeto justifica sua iniciativa afirmando que, não obstante o setor não ser mais dominado pelo Estado, o Poder Executivo tem a visão global do rumo político que quer imprimir ao País e tem a responsabilidade de fazer o planejamento indicativo para o setor. O mercado, por si só, é incapaz de assegurar a estabilidade de abastecimento e a eficiência alocativa. Espera-se que a instituição do plano setorial promova a maior participação do gás na matriz energética nacional.

O projeto está em harmonia com o art. 48, inciso IV da Constituição Federal, que atribui ao Congresso Nacional competência para dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento. O Legislativo tem a responsabilidade de propor planos e fiscalizar seu cumprimento em nome da população.

Ao determinar que o plano setorial de desenvolvimento do gás atenderá aos princípios que norteiam a política energética nacional, assegura-se a conformidade do plano com as demais políticas energéticas do Governo. A exigência de que o Conselho Nacional de Política Energética aprove e faça a avaliação do plano reforça ainda mais a harmonização da política para o setor.

Há que se ponderar, contudo, que projeto de iniciativa do Poder Legislativo não pode dispor sobre atribuições do CNPE. Nos termos do art. 84, inciso VI da Constituição Federal, essa atribuição compete ao Presidente da República. Para evitar que seja argüida a inconstitucionalidade do projeto em virtude dessa menção explícita ao conselho, é aconselhável subs-

tuitir o termo “conselho” por uma referência genérica ao Poder Executivo.

Por outro lado, o plano está sendo criado pelo Poder Legislativo, com a legitimidade conferida pelo art. 88 da Constituição Federal. Não cabe, a rigor, sua aprovação pelo Poder Executivo.

O art. 2º do projeto, ao traçar as diretrizes a serem seguidas pelo plano, já assegura a sua conformação à política energética do Governo. A idéia de se criar um plano para o gás com metas de longo prazo parece ser muito oportuna, pois importantes reservas vêm sendo descobertas e podem contribuir significativamente para uma matriz energética mais eficiente, além de atender às necessidades de uma demanda energética em expansão. Um plano que seja fruto do conhecimento técnico do Poder Executivo e que receba o apoio do Poder Legislativo certamente constituirá um poderoso fator de estímulo ao uso de gás natural no Brasil.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004, com as seguintes emendas.

Emenda nº 1. Dê-se ao parágrafo único do art. 1º a seguinte redação: Parágrafo único. O plano setorial de desenvolvimento do gás será contínuo e terá a sua atualização proposta pelo Poder Executivo a cada três anos, quando houverá o acréscimo de exercícios para substituir os já vencidos.

Emenda nº 2:

Dê-se ao **caput** do art. 3º a seguinte redação: O Poder Executivo realizará avaliações semestrais da implementação do Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás e, ao final de cada semestre, encaminhará ao Congresso Nacional relatório de execução do referido plano.

Sala de Comissões.

Assinado: Augusto Botelho

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI)

– Vamos passar a discutir o relatório, mas, antes, eu queria pedir permissão aos Srs. Membros da Comissão para relatar um fato. O Item 2, que já foi aprovado e votado, também é terminativo, e a inexperiência do Presidente calouro fez com que fosse votado sem necessidade de votação nominal. O Senador Rodolpho Tourinho, depois, chamou atenção para o fato, e está coberto de razão. Não quero carregar responsabilidade de uma firula técnica, regimental, de aprovar uma matéria dessa natureza. Portanto, eu queria pedir permissão aos companheiros, antes da discussão da matéria em pauta, para retirar a votação anterior, uma vez que não preenche as exigências regimentais.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI)

– Pois não, tem V. Exª a palavra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu gostaria de elogiar a atitude de V. Exª e pedir verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL–PI)

– Quanto à verificação de **quorum**, é evidente que não temos número.

Senador Botelho, fica lido o relatório de V. Exª que discutiremos, portanto, na próxima reunião.

Lembro que o Item 5 da pauta foi retirado a pedido do Relator Delcídio Amaral, e o Item 8, cujo Relator é o Senador Tasso Jereissati, que aqui se encontra, também, mas permanece em pauta para a próxima reunião. Fica nomeado o Senador Juvêncio da Fonseca como Relator **ad hoc** da matéria, em substituição ao Senador Mário Calixto.

Nada mais havendo a tratar e por força regimental, uma vez que a Ordem do Dia já teve início, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16h21min.)

Ata da 5ª reunião (Ordinária) realizada em 29 de março de 2005 às 14:30horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Rodolpho Tourinho, Marco Maciel, Francisco Pereira, Gérson Camata, Sérgio Zambiasi, Luiz Otávio, Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp e Leonel Pavan reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Alberto Silva, Demóstenes Torres, José Jorge, Sérgio Guerra, Aelton Freitas, Mão Santa, Tasso Jereissati, Teotônio Vilela Filho, João Capiberibi e Valmir Amaral. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado. Autor: Senador Valdir Raupp. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004. Terminativo. Ementa: Institui Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás. Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer: Favorável a aprovação da matéria com 2 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004 – Terminativo. Ementa: Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2004. Ementa: Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbana à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências. Autor: Senador Augusto Botelho. Relator: Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: Favorável a aprovação da matéria com 1 emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2003. Terminativo. Ementa: Determina que, adotado o horário de brasileiro de verão, este vigore em todo território nacional. Autor: Senador Antonio Carlos Magalhães. Relator Senador João Ribeiro. Parecer: Favorável a aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005. Não Terminativo. Ementa: Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, a rodovia que especifica. Autor: Comissão de Legislação Participativa (SF). Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável a aprovação da matéria com 1 emenda que apresenta. Resultado: Vista para o Senador Sibá Machado. Fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados os senhores Senadores Gérson Camata e Sibá Machado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião ordinária da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Temos hoje uma pauta de seis itens. Farei a inversão, uma vez que o último item, o de número 6, não é terminativo, não exigindo **quorum** legal de votação nominal para aprovação.

De forma que vou suspender a reunião por três minutos para consultar o relator do item 6, o Senador Eduardo Azeredo.

O item 6 altera a Lei 5.917, de 10 de setembro de 1993, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário nacional, a rodovia que especifica.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É obrigatório ter, no caso, **quorum**, o número suficiente para encaminhar a votação. Porém, quando não há votos contrários, haveria alguma questão que impedisse a votação?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Não. Quando ela é terminativa, temos que obrigatoriamente fazer a verificação de votação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De qualquer forma?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – De qualquer forma, regimentalmente somos obrigados a fazer a verificação. E exatamente neste momento está acontecendo uma reunião da CAE, com a presença do Ministro Palocci, e outra da Comissão da Reforma Agrária, além da atividade de plenário.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Desculpe Senador, disse apenas que estou com um problema. É que sou titular da Comissão Mista de Orçamento, e estão me chamando. Então, não vou poder permanecer.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Da Mista do Orçamento? Salvo engano, é às quatro e meia, não?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não, quinze horas; foi o que me informaram.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Sou colega de V. Ex^a na comissão.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Só tenho tempo para chegar lá e assinar a presença até às quinze e trinta, por isso peço permissão, preciso me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Numa Casa de liberdade como esta, de democracia não posso impedir vosso direito de ir e vir. Sinta-se à vontade.

O relator do item 6 é o Senador Eduardo Azeredo que já está se deslocando para esta Comissão.

Senador Augusto Botelho com a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Gostaria de fazer uma modificação rápida no meu relatório, no item 2.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Senador Botelho, o problema do item 2 é que só devemos colocá-lo em pauta quando tivermos presente na reunião número suficiente para colocar em votação.

O que V. Ex^a poderia fazer é a leitura da modificação do seu parecer, ganharíamos tempo e na próxima reunião colocaríamos à consideração dos Srs. Senadores.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Estou falando em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004, que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás.

No voto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2004, com as seguintes emendas.

Dê-se ao parágrafo único, art. 1º, a seguinte redação:

“O plano setorial de desenvolvimento do gás será contínuo e terá a sua atualização proposta pelo Poder Executivo, a cada quatro anos, coincidentes com o PPA e obedecerá, no que couber, ao estabelecido no §4º do art. 165 da Constituição Federal.”

Essa é uma emenda. Todas duas são emendas de redação. A outra dispõe. A emenda lida anteriormente é em relação ao art. 1º.

Dê-se ao **caput** do art. 3º a seguinte redação:

Art. 3º O Poder Executivo realizará avaliações anuais da implementação do plano setorial do desenvolvimento do gás e, ao final de cada ano, encaminhará ao Congresso Nacional relatório de execução do referido plano.

Era essa a modificação que eu queria fazer no relatório que apresentei em outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – A Presidência agradece a V. Ex^a e encaminhará, com as devidas modificações, para a apreciação dos Srs. Senadores na próxima reunião. (Pausa)

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu gostaria de registrar a presença do ilustre capixaba Vitor Martins, que foi indicado pelo Senhor Presidente da República para a Agência Nacional do Petróleo. O Sr. Vitor Martins está fazendo uma visita à Comissão, onde será sabatinado, e já se colocando à disposição dos

Srs. Senadores no seu trabalho, se vier a ser aprovado pela Comissão, na Agência Nacional do Petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – A Mesa faz o registro da presença do Dr. Martins na Comissão e reitera o que já foi dito pelo Relator.

Estamos com a pauta trancada.

Já temos aprovados alguns nomes, não exatamente nesta Comissão, mas nas outras comissões, onde há nomes aprovados há até cinco meses sem poder ser votados em Plenário porque a pauta está trancada. Então, tomamos a deliberação de segurar um pouco a sabatina deles na Comissão, exatamente para evitar esse intervalo muito grande entre a Comissão e a ida para Plenário, evitando a exposição demasiada. Já tivemos casos aqui em que uma indicação anterior passou pela Comissão e seis meses depois o próprio Governo retirou, porque modificou suas intenções com relação ao sabatinado. De forma que estamos fazendo isso devidamente sincronizados, visando, também, proteger os indicados para exercer essas funções, que são funções de Estado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Antes que o relatório seja lido, há que se fazer uma correção no mesmo. A estrada BR-381, que se quer federalizar, liga o Município de Mantena, em Minas Gerais, ao Município de Ubaporanga, em Minas Gerais, passando por Mantenópolis, no Espírito Santo. No relatório, inadvertidamente, diz-se que a estrada une os Municípios de Mantena, no Estado de Minas Gerais, a Ubaporanga, no Estado do Espírito Santo. Ubaporanga fica no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Sugiro a V. Ex^a que, já com a presença do Senador Eduardo Azeredo, seja feito o esclarecimento.

Senador Eduardo Azeredo, o Senador Gerson Camata chama atenção para um provável erro no relatório que ora será apresentado. De forma que a Mesa sugere um entendimento entre os dois para que possamos fazer a devida correção.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Senador Gerson Camata tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Concedo a palavra ao relator, Senador Eduardo Azeredo, para que profira o seu relatório e faça, se for o caso, a correção sugerida pelo Senador Gerson Camata.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no que o Senador Gerson Camata aponta, S. Ex^a tem plena razão. A parte em que se diz “a rodovia com extensão de 268 quilô-

metros, que interligaria a BR-381 e a BR-116, unindo a cidade de Mantena, no Estado de Minas Gerais, e Ubaporanga, no Estado do Espírito Santo” não é verdade. Ubaporanga também é em Minas Gerais. Então, a estrada liga Mantena e Ubaporanga, em Minas Gerais, passando pelo Espírito Santo. Na verdade, a estrada dá uma voltinha no Espírito Santo e volta para Minas Gerais.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Fazemos muita questão que ela passe por lá.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, então, toda a justificação do projeto está presente na análise. Do ponto de vista legal, o projeto está respaldado. No mérito, concordamos com os argumentos apresentados, que consideram que a inclusão da rodovia pretendida no rol das rodovias federais vai favorecer a obtenção de recursos da União para obras de pavimentação e de manutenção, além de colaborar para a melhoria do seu padrão construtivo, com reflexos positivos para o desenvolvimento da região.

Único reparo ao projeto diz respeito à referência, no texto da ementa, ao Sistema Rodoviário Nacional, ao invés da menção ao Sistema Rodoviário Federal.

Então, à vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 14, com emenda de redação que apresentamos a seguir, trocando o Sistema Rodoviário Nacional por Sistema Rodoviário Federal e também fazendo menção à modificação da vírgula no texto, para que fique a cidade de Mantena e Ubaporanga, no Estado de Minas Gerais, passando pelo Estado de Espírito Santo.

Faço apenas um comentário. Temo que, transformando essa rodovia em federal, não tenhamos a solução, porque hoje as rodovias federais estão em estado pior que as rodovias estaduais. O Governo Federal não aplica o que devia, apesar de haver o dinheiro da Cide. Porém, vamos buscar a federalização – pela caracterização da rodovia, ela tem realmente o perfil de federal -, na expectativa de que o Governo possa realmente aplicar os recursos de que as estradas necessitam.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Para discutir o relatório do Senador Eduardo Azeredo, que tem parecer favorável, com a inclusão de uma emenda e a retificação sugerida pelo Senador Gerson Camata, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ilustre Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, e ilustre relator, Senador Eduardo Azeredo, como capixaba, tenho de dizer que interessa muito ao Estado do Espírito Santo a federalização dessa rodovia. Ela é federal por sua natureza: ela sai do Estado de Minas Gerais,

entra no Estado do Espírito Santo e volta para Minas. Ela une duas unidades da Federação e tem todas as características para ser efetivamente uma estrada federalizada.

É interessante se notar que mantendo em Minas Gerais e em Mantenópolis, no Espírito Santo, formaram a antiga e famosa região do Contestado. O Espírito Santo...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Minas Gerais já guerreou com o Espírito Santo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Já tivemos um guerra entre Minas Gerais e Espírito Santo. Chegamos a ter ex-combatentes no Espírito Santo que combateram contra Minas. Até que no Governo de Magalhães Pinto, em Minas Gerais, e de Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo, celebraram o famoso Acordo do Bananal. Os dois governadores se reuniram ali com uma comissão de geógrafos e acertaram as fronteiras entre os dois Estados. Mantena, por exemplo, tinha um prefeito de Minas e um prefeito do Espírito Santo, uma delegacia de Minas e outra do Espírito Santo, uma repartição da Secretaria de Fazenda de Minas e outra do Espírito Santo. As vezes, os capixabas invadiam e colocavam o prefeito de Minas para correr ou, às vezes Minas invadia e colocava as autoridades do Espírito Santo para correr. Foram muitas mortes que ocorreram ali.

Essa região é muito interessante. Quando fui Governador, asfaltei a estrada até Mantenópolis. Por isso, quando ela vai ligar Ubaporanga, em Minas, e Mantena, vai dar também acesso às praias do Espírito Santo e à produção agrícola de Minas ao porto de Vitória pela estrada que liga Mantenópolis, Alto do Rio Novo, Pancas, Colatina e Vitória, no Estado do Espírito Santo.

Um detalhe interessante é que quando Governador asfaltei a estrada do Município de Pancas, no Espírito Santo, para Mantenópolis, no Espírito Santo. Depois de terminado o asfalto, o Tribunal de Contas do Espírito Santo rejeitou as minhas contas porque essa estrada ficava seis quilômetros no território mineiro e eu, sem permissão do Governo de Minas, asfaltei seis quilômetros no território de Minas Gerais, sem perceber que estávamos gastando dinheiro do Espírito Santo para asfaltar uma rodovia em Minas.

O Governador de Minas era Hélio Garcia. Eu telefonei a S. Ex^a, indagando se poderia me ceder aquela nesga do território de Minas. Ele me respondeu que, no dia em que cedesse território mineiro para o Espírito Santo, naquela região, eles o colocariam para fora do Palácio em Belo Horizonte. Pelo contrário, iria tomar a rodovia toda imediatamente.

Foi um episódio tão interessante, por se tratar de uma região hoje tão amiga e vizinha que para se ir de Pancas, no Espírito Santo, para Mantenópolis, no Espírito Santo, tem-se de passar dentro do Estado de Minas.

O SR PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Prestados esses esclarecimentos, que, inclusive, enriquecem historicamente esta Comissão, porque envolvem um ex-governador que relata, o nosso Senador Eduardo Azeredo e o Governador que viveu um drama, o Senador Gerson Camata, peço que se registrem as contribuições para nosso conhecimento histórico do que essa região viveu. Felizmente, é coisa do passado.

Mas para atender uma curiosidade do Presidente, como V. Ex^a se saiu com o Tribunal de Contas?

O SR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Houve um parecer jurídico do Procurador do Tribunal dizendo que, como era uma servidão do Estado do Espírito Santo, Minas reconheceu a rodovia como servidão. Era território mineiro, mas servidão para o Estado do Espírito Santo para atravessar aquela parte de Minas e chegar ao Espírito Santo.

É que na época em que houve o acordo não levaram em conta um acidente geográfico que impedia de fazer uma estrada passando pelo território do Espírito Santo.

O SR PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – De uma maneira muito inteligente funcionou o jeitinho brasileiro, e todos saíram ganhando com o episódio.

O SR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Inclusive Minas Gerais.

O SR SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, V. Ex^a me concede a palavra?

O SR PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PSDB – PI) – Nobre Senador Sibá Machado, tem a palavra V. Ex^a.

O SR SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Fiquei aqui atentamente ouvindo os esclarecimentos do Senador Gerson Camata. Lá no Acre houve um problema muito parecido com esse em um lugar hoje conhecido como Ponta do Abonã. Para completar, tínhamos o problema do fuso horário, pois o Acre está a menos duas horas daqui e Rondônia a menos uma. Assim, para se marcar um evento qualquer para determinada hora era necessário indagar se seria no horário do Acre ou no de Rondônia.

Era uma crise, mas está resolvida.

Mas eu gostaria de dizer a V. Ex^a que, quanto a essa matéria, como as demais que V. Ex^a acaba de indicar para que eu fizesse a relatoria, que trata das rodovias, o Ministério dos Transportes tem a intenção

de elaborar um parecer, trazer um perfil, uma avaliação sobre todas essas proposituras.

Nesse caso, pedirei vistas da matéria e já verificarei aqueles dois pedidos de relatoria que V. Ex^a me faz e farei uma consideração baseada neste parecer do Ministério dos Transportes.

Sem que isso represente qualquer demérito para a Casa, faço o pedido de vistas para V. Ex^a para, no máximo, em uma semana proferir o parecer final.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – V. Ex^a vai pedir vista da presente matéria?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – É um direito regimental. Fica concedida vista a V. Ex^a.

Mais uma vez funciona o fuso horário. S. Ex^a saiu do Piauí, que está na hora de Brasília, para ir testemunhar essa briga, onde havia diferença de uma hora entre um Estado e outro. É um orgulho para o Piauí. S. Ex^a, Senador Gerson Camata – que fique aqui registrado –, nasceu no Município de Novo Nilo. Hoje é um Município, mas antigamente era uma propriedade rural. A coisa lá era tão organizada, com indústrias e tudo, que possuía até moeda própria. Era o Suvelo. Estou até devendo encontrá-la nas antiguidades do Piauí para que S. Ex^a possa guardá-la como recordação de suas origens.

Fica, então, adiada a decisão sobre essa questão, uma vez que foi pedida vista pelo Senador Sibá Machado, para a próxima semana.

Vou encerrar a reunião porque não temos número para deliberar. Poderíamos marcá-la para o final da Ordem do Dia. Hoje, Senador, é impraticável. Temos uma pauta violenta. Houve a convocação da Comissão de Orçamento, da Comissão Mista. Não sei qual assunto será tratado. Esta Comissão está com um novo Presidente e um novo Relator. Ambos foram nomeados Ministros. Não sei se a reunião é para traçar as novas diretrizes da Comissão até o final de sua gestão. Pode ser que seja um assunto demorado.

Peço a compreensão de V. Ex^{as}. Ficam mantidos os itens existentes e mais algum que possa ser acrescentado. Comunicarei, por meio da Comissão, aos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 15h33min.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Ata da 1ª reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional da 3ª Sessão Legis-

lativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de fevereiro de 2005, terça-feira às 13:00 Horas.

Às treze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e cinco, na Sala 03, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senador Antônio Carlos Magalhães, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional, com a presença dos Senadores **LEONEL PAVAN, CÉSAR BORGES, RODOLPHO TOURINHO, TASSO JEREISSATI, TEO-TÔNIO VILELA FILHO, PAPALÉO PAES, GARIBALDI ALVES FILHO, SÉRGIO GUERRA, NEY SUASSUNA, SIBÁ MACHADO, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ AGRI-PINO E AS SENADORAS ANA JÚLIA CAREPA, FÁTIMA CLEIDE, PATRÍCIA SABOYA GOMES E LÚCIA VÂNIA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se à instalação da Comissão, criada através da Resolução nº 22, de 2004 e eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2005/2006. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente eventual convida os Senhores Senadores Garibaldi Alves Filho e César Borges para servirem como escrutinadores. Após a apuração dos votos foram eleitos, com 13 (treze) votos favoráveis, para Presidente o Senador Tasso Jereissati e para Vice-Presidenta, a Senadora Ana Júlia Carepa. Declarados eleitos, o Senador Tasso Jereissati faz uso da palavra e agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares para presidir tão importante Colegiado, expondo a importância dos trabalhos da Comissão. Fizeram uso da palavra a Senhora Vice-Presidenta, Senadora Ana Júlia Carepa, as Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Lúcia Vânia, além dos Senadores Leonel Pavan, Arthur Virgílio e Sibá Machado. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão o melhor horário para as reuniões da Comissão, ficando acertado que, a princípio, elas se realizariam às terças-feiras, às dezoito horas e trinta minutos. Em seguida, o Senador Sibá Machado propôs a realização de audiência pública com especialistas em desenvolvimento regional. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e oito minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente eventual.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Está aberta a reunião. Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião extraordinária

da Comissão de Desenvolvimento Regional da 3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2005/2006.

Foi registrada uma única chapa, que tem como Presidente o Senador Tasso Jereissati e Vice-Presidente a Senadora Ana Júlia Carepa.

Sobre a mesa encontram-se à disposição dos Srs. e das Srs. Senadoras as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias.

Vou fazer a chamada.

Primeiro, Antonio Carlos Magalhães.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, esta Comissão era para ser composta pelo desenvolvimento regional, pela agricultura e pelo turismo. Parece-me que ainda não está ainda definido que vamos ter uma Comissão de Agricultura, que deverá ser presidida pelo Senador Sérgio Guerra.

No entanto, o meu requerimento, que foi encaminhado, já foi discutido, comentado pela imprensa, de que também à Comissão seria acoplado o Turismo, e a Comissão seria assim definida: Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Entramos com um projeto de resolução junto à Mesa. Queríamos saber se existe alguma informação referente ao projeto, se a Comissão abrangerá apenas o desenvolvimento regional ou se o turismo fará parte dela.

Gostaria de ter alguma informação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

Depois darei a informação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, há um acordo de Líderes para que se faça esse acréscimo.

Entendeu o Presidente Renan Calheiros que o Turismo era matéria prioritária desta Comissão de Desenvolvimento Regional.

Não é demais lembrar que o PSDB indica o Senador Tasso Jereissati para presidir essa novel Comissão e registra, com muita alegria, a Vice-Presidenta ser a Senadora Ana Júlia, figura de competência, de integridade a toda prova, registrando mais ainda que o

Senador Pavan é o responsável pela idéia de se trazer o turismo para o debate primeiro nesta Casa.

Mas ninguém melhor do que o Senador Tasso Jereissati para presidir esta Comissão e para fazer dela uma Comissão de primeiríssima grandeza na História do Congresso Nacional.

O PSDB, portanto, acompanhará todos os eventos da Comissão de Desenvolvimento Regional com a alegria e a certeza de ter indicado o melhor nome com que podia contar o Congresso Nacional e, ao mesmo tempo, a certeza de que a Comissão responderá muito positivamente às angústias de todos aqueles que pretendem um país mais desenvolvido e desenvolvido de maneira mais justa por pessoa e por região.

Portanto, que longa vida, a Comissão começa tão bem, dirigida pelos Senadores Tasso Jereissati e Ana Júlia Carepa, portanto, que a Comissão realize os seus objetivos nobres. O Brasil espera por isso e, certamente, o Brasil será atendido pelos dignos membros desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Senador Ney Suassuna, ainda quer a palavra pela ordem?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, apenas para saudar o Senado Federal por ter criado esta Comissão. Realmente, esse debate de que também tivesse a Agricultura não foi para a frente, porque foi criada uma Comissão própria para a Agricultura, o que acho extremamente correto numa hora que a agroindústria já chega a 40 bilhões de volume nos negócios, então ela foi desmembrada, mas que o turismo fique aqui é muito bom, principalmente porque é a única solução menos poluente e mais rápida para se fazer o desenvolvimento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste e de outras regiões do País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Senador Pavan está satisfeito com os esclarecimentos ou deseja que a Mesa esclareça?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, após essa explicação do nosso Líder. Na verdade, o turismo merece um destaque, talvez nós deveremos requerer uma Subcomissão de Turismo dentro desta Comissão. Talvez. Vamos conversar com os demais Senadores e com o Presidente Tasso Jereissati. Quero deixar registrado que irei votar no PT pela primeira vez, com muita honra, na minha nobre colega, eu acho que ela merece o voto do PSDB, pela competência.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Então está deliberado que a Comissão é de Desenvolvimento Regional e será acrescida de

Turismo. Essa já é uma deliberação que apenas falta ser concretizada, a qual se fará dentro de muito pouco tempo, porque esse é o compromisso do Senador Renan Calheiros.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal e votação.)

César Borges.

Rodolpho Tourinho.

Leonel Pavan.

Tasso Jereissati.

Teotônio Vilela Filho.

Gilberto Mestrinho.

Indago ao Líder se S. Ex^a está licenciado ou já voltou.

Papaléo Paes.

Garibaldi Alves Filho.

José Maranhão.

Maguito Vilela.

Ana Júlia Carepa.

Fátima Cleide. S. Ex^a não se encontra presente.

Fernando Bezerra. Ausente.

Mozarildo Cavalcanti. Ausente

Patrícia Saboya Gomes.

Jefferson Péres.

Ney Suassuna.

Valdir Raupp.

Luiz Otávio.

Mão Santa.

Leomar Quintanilha..

João Capiberibe. S. Ex^a não está presente.

Fátima Cleide chegou.

Delcídio Amaral. S. Ex^a não está presente.

Sibá Machado. S. Ex^a não está presente.

Augusto Botelho. S. Ex^a está presente.

Recomendo os Senadores César Borges e Garibaldi Alves Filho para escrutinadores.

Tivemos 13 votantes. Precisávamos de 9.

Concluída a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: Tasso Jereissati 13 votos, Vice-Presidente Ana Júlia Carepa com 13 votos. (Palmas!) Convido os Senadores eleitos para assumirem os cargos e tomarem assento à Mesa.

Meus amigos e Colegas, eu tive a oportunidade de criar esta Comissão de Desenvolvimento Regional, que é importante para o Congresso Nacional e, sobretudo, para as regiões menos favorecidas do País. Coincidentemente, e dessas belas coincidências, foi escolhido Presidente o Senador Tasso Jereissati, uma das melhores figuras não apenas do Senado, mas da política brasileira. Tasso Jereissati, não só no Governo do seu Estado como também na atividade empresarial, mas sobretudo como político, tem-se destacado

no País, fazendo jus, inclusive, a sempre ser lembrado para postos maiores da Administração Pública. É um Senador que chegou aqui e, em pouco tempo, tornou-se querido de todos, embora tivesse sempre as suas opiniões, algumas vezes divergentes de alguns. Mas sempre lutou pelos seus ideais e mais ainda pela área nordestina, que tão representa.

Por outro lado, a Vice-Presidente Ana Júlia vem do Pará. Estamos vendo como o Pará necessita de representantes na Comissão de Desenvolvimento Regional. Só os últimos fatos demonstram que foi uma escolha acertada da Comissão e do seu Partido fazendo essa indicação.

De modo que ao transmitir a Presidência ao Senador Tasso Jereissati, que é meu amigo fraternal, mas não é por amizade que digo que transmito a um dos melhores homens públicos do Brasil, esta Comissão está fadada a todo êxito. E o que depender de todos nós, o Senador Tasso Jereissati será, mais uma vez, consagrado como administrador público e político capaz.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, Senadora Ana Júlia Carepa, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, eu gostaria de dizer que me sinto muito honrado de ser escolhido pelos Srs. Senadores como primeiro Presidente desta Comissão, que foi uma iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, preocupado que estava, como sempre esteve, com as Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, menos favorecidas pela riqueza, pelas oportunidades e, conseqüentemente ou em conseqüência, menos favorecidas pelos serviços públicos e pelas iniciativas do Governo Federal. Esse seu espírito fez com que esta Comissão nascesse, a sua liderança também. Tenho a honra de assumir esta Comissão na Presidência honorífica do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Ter a meu lado a Senadora Ana Júlia é um alívio, vou explicar o porquê disso. Sinto uma enorme responsabilidade em relação a esta Comissão. A razão de ser da minha vida pública, política é o meu Estado. Cada um de nós, Senadores, mais do que os Deputados, somos representantes dos nossos Estados na Federação e estamos aqui para defender interesses dos nossos Estados.

Sinto um pouco de falha no meu trabalho nesses dois primeiros anos em função da questão regional e do desnível de renda regional não ter sido discutido e colocado até nas prioridades, especificamente do meu trabalho, mas acredito que de todos os Senadores, a questão da pobreza e da desigualdade de renda dos nossos Estados.

Esta Comissão é uma oportunidade que todos temos de fazer com que essa questão venha ter o lugar nas preocupações nacionais que precisa e merece ter, ou seja, prioridade número um. Vou explicar por que prioridade número um.

Este País sofre de um grande e grave problema que é empecilho de solução de todos os outros problemas que, a meu ver, vem se agravando e, com certeza, nos três últimos anos tem se agravado mais ainda, é a questão da concentração de renda. Não vão ser resolvidos os problemas da economia brasileira com tão graves distorções na questão de renda deste País, cada vez mais as desigualdades aumentam, e a questão da desigualdade de renda pessoal passa pela desigualdade de renda regional.

Nunca foi tão claro, Senador Antonio Carlos, Senadora Ana Júlia, a questão da pobreza no Brasil. A pobreza é localizada, quem tem menos estudo está concentrado em determinadas regiões; quem tem menos saúde está concentrado em determinadas regiões, quem tem menos serviço público – água, saneamento básico, energia elétrica – está concentrado na mesma região. Veja bem, no entanto, os investimentos nessas regiões para que essas questões sejam resolvidas não são feitos e não seria justo culpar um Governo só. Historicamente não são feitos por quê? Porque os grandes interesses estão nas regiões onde essas questões já estão resolvidas. Cabe a nós, portanto, Senadora Ana Júlia, por isso disse alívio de poder tê-la ao meu lado, tentar resolver ou minimizar, ou alertar diariamente o País para esse problema histórico que nos aflige e, a meu ver, é fonte de todos os grandes problemas nacionais.

Hoje mesmo no seu Estado é fato notório, é noticiário internacional o que está acontecendo lá e, claramente, nota-se a falta do Poder Público em toda uma região do País completamente esquecida. Agora temos como função aqui nesta Comissão não apenas agir em períodos de crise, como essa que está acontecendo no Pará, mas evitar que essas crises venham acontecer com a presença do Poder Público, inclusive do Poder Público no sentido mais amplo, inclusive desta Casa. Temos a esperança de que vamos poder fazer um grande trabalho aqui, Senador Antonio Carlos, e eu gostaria que na primeira reunião que venhamos a ter, possamos discutir uma metodologia de trabalho. Parece-me importante que possamos dividir as regiões menos favorecidas, Já que é um erro, a meu ver, e isso gostaria de discutir, tratar o Centro-Oeste, a Região Norte e o Nordeste de maneira igual. São regiões diferentes que têm problemas básicos semelhantes, mas soluções diferentes e circunstâncias diferentes para cada uma dessas regiões. Por exemplo, a divisão

nesta Comissão e encarregados, vamos dizer assim, mesmo que não seja de praxe ou não seja protocolar, mas líderes de grupo de determinadas regiões. De maneira que possamos trabalhar em conjunto e levar ao plenário desta Casa soluções propostas não pelo Senador César Borges, não pelo Senador Teotônio Vilela, não pela Senadora Lúcia Vânia, mas pela Comissão, solução, projetos, propostas pela Comissão no Plenário Federal, para que se tenha a urgência e a prioridade devida.

Por isso, Senadora, gostaria de dizer que o meu alívio é nesse sentido, e estou muito feliz de tê-la, porque conheço o seu trabalho e espírito de luta. Vai ser fundamental o seu trabalho, como vai ser fundamental o trabalho de todos. Esta é uma luta que da maneira que estou dizendo parece ser fácil, vamos resolver, sabemos que há cento e tantos anos se repete esse discurso e não tem sido resolvido. Portanto, o empenho pessoal de cada um e a liderança de cada um dos Senadores que fazem parte desta Comissão é tudo. Sem essa liderança, sem essa vontade política, as boas idéias que, com certeza, vão pairar e vão ser espalhadas por aqui, não vão resultar em nada. Mas temos aqui, neste momento, juntos numa Comissão as lideranças, talento e força de vontade suficiente para levar adiante uma série dessas idéias que têm sido relegadas ao longo da nossa história.

Muito obrigado por essa honra e mais do que muito obrigado, queria dizer que espero e conto realmente com a presença de todos para um trabalho que, acredito, seja dos mais sérios que teremos nesta Casa.

E antes de passar a palavra para a Senadora Ana Júlia Carepa, que quer dar uma palavrinha, gostaria de propor aqui uma discussão sobre a questão do horário da reunião desta Comissão.

Antes estávamos conversando com alguns Senadores, já que é uma Comissão nova, e parece que o grande consenso aqui é que ela se reúna sempre às quintas-feiras, às 10:30 horas da manhã. Seria o horário ideal. Queria colocar se isso é possível para todos.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Foram pedidos iguais e em igualdade de condições, a Senadora Patrícia Saboya Gomes tem a preferência.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE)

– Senador Tasso Jereissati, só em relação à questão do horário, acabamos de sair da reunião da Comissão de Assuntos Sociais. E a reunião ficou marcada também para quinta-feira nesse mesmo horário. E acho que alguns Senadores e Senadoras, o meu caso, o da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Rodolpho Tourinho, que

participam da mesma Comissão, o Senador Augusto Botelho também. Todos nós participamos da mesma Comissão, no mesmo horário. Então, se pudéssemos encontrar um novo horário...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Alguma sugestão aí? Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Primeiro, quero dizer que o senhor tem toda a razão, ou seja, seja colocada a palavra para uma Senadora tão querida por todos. Mas é o seguinte, meu nobre amigo, às quintas-feiras, não é sempre, mas quase sempre acontece de o Presidente convocando Ordem do Dia para o período da manhã. E se isso ocorrer, poderá prejudicar os nossos trabalhos, tanto da Comissão de Assuntos Sociais, como também da de Infra-Estrutura. Portanto, teria que conversar com o Presidente, Senador Renan Calheiros, para ele fazer o revezamento. Em determinados dias da semana fosse colocado para esta Comissão e em outros para a Comissão de Assuntos Econômicos, para não haver coincidência. Mais de 40% desta Comissão faz parte de outras. E podemos ter ainda a questão do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Outra alternativa colocada foi realizar as reuniões às quartas-feiras, às duas horas da tarde. Senador Garibaldi Alves Filho, alguma sugestão?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Ou então, Sr. Presidente, quarta-feira às 18:30, depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – às 18:30 em dia de quinta-feira?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Não, às quartas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Depois da Ordem do Dia, às quartas-feiras, 18:30. Depois da Ordem do Dia? Então talvez o melhor dia fosse na terça, porque normalmente a pauta da Ordem do Dia seria na terça. Então vamos fazer uma tentativa e começar terça-feira às 18:30 hora. É bom a gente ter um dia marcado, certo, para fixar realmente dentro da nossa agenda, de cada um de nós, aquele dia é prioritário, assim como nossas regiões são prioritárias, aquela reunião é prioritária na nossa agenda.

E, com muita satisfação, passo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Vou ser muito breve. Queria agradecer a todos, parabenizar o Senador Tasso Jereissati. Para mim também é uma honra estar aqui nesta Comissão, ao lado do Senador Tasso Jereissati, entendendo que independente de posições diferentes, até porque estamos numa casa democrática, e isso é o natural, temos a característica, todos os que estamos nesta Comissão

de lutar por nossos Estados e Regiões. Achei bom, Senador Antonio Carlos Magalhães, que tivesse essa combinação coincidente, mas feliz, de ter um Senador da Região Nordeste e uma Senadora da Região Amazônica num momento tão importante, onde desenvolvimento regional é determinante inclusive para alterar essa realidade, como aqui já falou o Senador Tasso Jereissati. Quero dizer, inclusive, para as Sr^{as} e os Srs. Senadores que, parte dos problemas que acontecem no Pará também o motivo que está por trás é uma visão diferenciada de modelo de desenvolvimento da nossa Região. Então, isso é também motivo, é causa destes problemas, desta violência que estamos vivendo e temos o desprazer de conviver, mas, por outro lado, vemos luz no fim do túnel neste momento.

Quero dizer que é muito orgulho para mim estar aqui ao lado de um Senador que defende muito a Região Nordeste. Sinto responsabilidade de desenvolvimento regional de todas as Regiões, mas, é claro, que temos Regiões que mais necessitam deste debate, que são as Regiões Nordeste, Norte, a Amazônia é um pouco maior do que a Região Norte, mas representa bem, e a Região Centro-Oeste, como tem o turismo, porque aqui já tem o Senador Pavan, que já toma conta disto. Mas também quero dizer que é um outro orgulho, temos aqui nesta Casa, este ano não tivemos uma Comissão presidida por mulher, a Senadora Lúcia Vânia presidiu até o último ano a Comissão de Assuntos Sociais, mas temos duas mulheres, pelo menos, como Vice-Presidentes de Comissões, a Senadora Patrícia, da Comissão de Assuntos Sociais, e eu que sou Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional. Então, considero importante isso. Seria melhor se tivéssemos mulheres presidindo as Comissões, mas, pelo menos, não estaremos de fora das direções dessas Comissões. Penso que temos uma grande responsabilidade, é uma Comissão nova, mas que tem uma importância tão grande, Senador, que rapidamente vai estar na agenda não apenas nossa, não apenas dos Senadores e Senadoras que fazem parte da Comissão, mas na agenda nacional. Digo sempre que as nossas Regiões não são problema, mas solução para o nosso País.

Então, ao trabalho!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não esqueça do Sul, Senadora, não só Norte e Nordeste, o Sul tem que estar presente.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sei que o Presidente e a Vice-Presidente já falaram, mas eu queria só dar uma palavra para parabenizar, em primeiro lugar, o Senador Antonio Carlos Magalhães por esta iniciativa porque todos vibramos com a possibilidade de, aqui numa Comissão específica

do tema, onde representamos o nosso Estado, poder discutir temos tão relevantes que, muitas vezes, pelo próprio cotidiano e rotina da Casa deixamos de discutir temas que são tão relevantes para os nossos Estados e para as nossas Regiões. Portanto, parabéns ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que, ao apresentar esta iniciativa, representou o desejo de cada um de nós representantes dessas Regiões.

Quero parabenizar o Senador Tasso Jereissati, que, assumindo a Presidência desta Comissão, V. Ex^a que dedicou a sua vida inteira a este tema, a este assunto e, assim, fala e age como um especialista desta área, tendo tido também a oportunidade de governar por três vezes o nosso Estado do Ceará e ser uma referência hoje nacional pelo trabalho que desempenhou, pela forma dedicada, séria e honesta que fez com que o Ceará hoje pudesse ser um dos Estados mais respeitados do nosso País pela sua credibilidade, pela sua atitude tão firme no momento em que, de forma muitas vezes intransigente defendia, como defende hoje nesta Casa os direitos dos cearenses e do nosso Estado, que sempre estiveram à frente de qualquer outra coisa. Quero aqui também dar o meu testemunho e o privilégio que tenho de poder ser a companheira em tantos momentos, no Ceará, nas nossas lutas, parabenizando também a Senadora Ana Júlia, porque também já tive o privilégio de tantas e tantas vezes trabalhar ao seu lado. É uma mulher de luta e de coragem e, certamente, abrilhantará esta Comissão pela sua experiência e pela forma apaixonada de como discute os problemas da sua terra e da sua região.

Acredito que esta Comissão é de fundamental importância, porque, em alguns momentos, Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a, com quem tenho aprendido tanto, diz que, com relação ao Nordeste, por exemplo, não é uma questão de colocar irmãos contra irmãos, mas precisamos de projetos que sejam estratégicos para a nossa região, para que possamos vencer e ganhar o tempo perdido durante tantas e tantas décadas.

Creio que, neste momento, projetos bastante polêmicos irão acontecer. Agora mesmo estamos dedicados a defender uma refinaria para o Estado do Ceará, e outros Estados também concorrem nessa mesma luta. Queremos que esses critérios sejam muito claros, transparentes, não critérios políticos, mas o Estado do Ceará, por exemplo, é um Estado que tem se preparado, ao longo da sua história, com a infraestrutura, localização, um Estado saneado para também receber uma refinaria.

Isso não significa que iremos brigar contra o Estado de Pernambuco ou contra o Estado do Maranhão. Queremos unir as nossas forças, aquilo que temos, a nossa experiência para lutar por um Brasil, por um

Nordeste, pelas Regiões Norte e Centro-Oeste, para que sejam um lugar bom de se viver, onde o nosso povo tenha direito a ter felicidade, onde o nosso povo tenha direito a ter uma condição de vida mais justa e mais digna.

Portanto, quero dizer da enorme alegria e satisfação em ser membro desta Comissão, desejando toda a sorte do mundo aos dois Senadores, Senador Tasso e Senadora Ana Júlia, para que, realmente, possamos juntar aquilo que pudemos aprender de melhor na nossa vida e trazer para esta Comissão, lutando pelas nossas regiões e pelo nosso Estado.

Parabéns.

(Palmas!)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – De novo, em condições iguais, mas com a palavra a Senadora Lúcia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Gostaria de cumprimentar o Senador Antonio Carlos Magalhães pela iniciativa que teve de solicitar uma Comissão como esta. O Senador Antonio Carlos sempre nos ensinou aqui, mesmo nos seus trabalhos, olhando o Brasil como um todo, que, ao fazer o trabalho em favor do Brasil, nunca perdeu o pé, o coração da Bahia.

É muito importante o que foi apresentado aqui pelo Senador Tasso Jereissati, no seu discurso, quando disse que fez um trabalho nacional, mas, ao mesmo tempo, sentiu um vazio por não ter tido a oportunidade de ter uma Comissão em que se pudesse aprofundar os assuntos da nossa região e, principalmente, dos nossos Estados.

Como representante da Região Centro-Oeste, quero dizer da alegria de estar nesta Comissão, e acho que ela vem complementar esse vazio que todos nós sentimos ao representar aqui o nosso Estado e, ao mesmo tempo, termos que trabalhar no conjunto das ações em favor do Brasil inteiro.

É claro que a nossa função é essa, mas há sempre aquela necessidade de aprofundar nos interesses de cada um dos nossos Estados.

Portanto, quero aqui, em nome da Região Centro-Oeste, parabenizá-lo, bem como a Senadora Ana Júlia, que também é uma escolha feliz, porque está aí representando uma das regiões mais carentes do nosso País, uma das mais necessitadas da presença do Estado, de uma presença mais forte, e eu tenho certeza de que a presença da Senadora Ana Júlia vai fortalecer a Região Amazônica.

Deixo o meu abraço e especial carinho ao Senador Antonio Carlos que com sua experiência tem nos ensinado muito nesta Casa. Eu acho que essa Comissão é fruto dessa determinação, deste carinho, deste amor que ele tem, primeiro à Bahia e depois ao Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Tasso Jereissati, Senadora Ana Júlia, Senador Antonio Carlos Magalhães, quero em primeiro lugar cumprimentá-los pela idéia da criação da Comissão, já dita pelos demais colegas. V. Ex^a porque tem acompanhado e contribuído bastante com matérias muito importantes para o País aqui nesta Casa, que ajudou a mediar diversos conflitos de que nós participamos aqui no ano de 2003, e a Senadora Ana Júlia dispensa até comentário pela história de convivência que nós tivemos na região.

Mas eu fiz questão de falar por dois motivos. O primeiro é que como sou um inexperiente, um aprendiz, cheguei aqui em 2003 e pude observar que a pauta da discussão mais acirrada estava se dando aqui, coisas mais de interesse do Governo quando estavam na Câmara tinham uma tranquilidade maior, quando vinham para cá tinham que ser melhor revisadas, melhor estudadas e melhor discutidas. E quando chegamos em 2004, parece que os papéis se inverteram. Aqui parece que a serenidade, a razão e os interesses nacionais estão bem assentados nas nossas cabeças. E eu fico imaginando que a decisão de puxar uma Comissão com esse caráter, Senador Antonio Carlos, não sei exatamente quando teve a idéia, mas quero dizer que o assunto regional brasileiro está muito permeado em todos os demais assuntos e acaba não tendo o tratamento que merece. Vide os casos Sudene, Sudam, PAS – Projeto da Amazônia Sustentada, transposição do Rio São Francisco. Quer dizer, são matérias de interesse muito grande para aquelas regiões e que acabam sendo tratadas de maneira menos precisa.

Eu queria aproveitar da ocasião, além de parabenizar pela eleição de V. Ex^a, Sr. Presidente, que acho que nós vamos ter realmente uma grande contribuição a esta Casa, fazer aqui duas sugestões. A primeira delas é se nós pudéssemos talvez inaugurar os nossos trabalhos fazendo aqui uma audiência pública com pessoas que possam ter um estudo bastante preciso sobre regiões, uma delas me lembrei aqui da Dr^a Berta Becker, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tem muitos e ricos trabalhos sobre a Amazônia. A segunda que posso lembrar aqui é a Dr^a Tânia Bacelar, que também tem uma riqueza de trabalho muito

grande sobre o Nordeste. E talvez juntamente com as duas pudéssemos estar trabalhando com o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que juntaríamos então uma visão mais própria do Governo atual com as duas colaboradoras que poderiam nos apresentar um conceito melhorado do que seria o desenvolvimento regional.

A partir daí, poderíamos elucidar melhor um conjunto de outros debates – e não apenas as matérias do dia-a-dia do nosso trabalho – para aprofundarmos outros conceitos. Esta é uma das sugestões que queria apresentar a V. Ex^a.

Não pude participar desde o começo dos trabalhos pois estava em outras atividades. Infelizmente, não estou como titular da Comissão, apenas como Suplente, mas já me sinto representado nesta Comissão pelas Senadoras Ana Júlia e Fátima Cleide, que são da Amazônia.

Eu gostaria de que fossem reunidas todas as matérias que podem tramitar mais rapidamente e que fosse ampliada a negociação com o Governo para ver se conseguimos levar a cabo esses investimentos públicos.

Há o caso da Sudam e da Sudene. Considero um prejuízo para essas regiões o fato de essas instituições ainda não terem sido recriadas. É claro que poderíamos melhorar o projeto da Amazônia sustentável, um projeto mais voltado para a Amazônia e trabalhar um pouco mais sobre a transposição das águas do Rio São Francisco. Essa é uma questão em que, creio, poderíamos contribuir imediatamente, haja vista que a situação de apreensão em que vivem essas duas comunidades, que esperam muito de nós.

No mais, estou muito confiante no trabalho de V. Ex^a e desta Comissão. Acredito que a novidade desta Casa poderá trazer grandes contribuições ao trabalho do Senado, do Congresso e, é claro, do Governo do País.

Muito obrigado. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de dizer que todas as sugestões de V. Ex^a, ao meu ver, devem ser acatadas. Eu gostaria de sugerir que V. Ex^a encaminhasse, na próxima reunião – que convoco neste momento para a terça-feira, às 18:30 – os requerimentos para a realização dessas audiências públicas.

A nossa idéia é que elaboremos um calendário para o primeiro semestre, de maneira que alternemos discussões sobre o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste e sobre turismo e sobre determinadas matérias que estão em tramitação, como as que V. Ex^a citou, que poderíamos trazer para discussão e apressar as

votações, dando a necessária urgência. Eu gostaria de que na próxima reunião discutíssemos o trabalho para o primeiro semestre e elaborássemos um calendário. Todas as sugestões de V. Ex^a foram muito bem colocadas.

Ao encerrar a reunião, agradeço mais uma vez a todos.

Fica marcada para terça-feira, às 18:30, no dia 1º de março, a nossa primeira reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 08 minutos.)

Ata da 2ª reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 3 de março de 2005, quinta-feira às 10:00 Horas.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia três de março de dois mil e cinco, na Sala 03, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença das Senadoras **PATRÍCIA SABOYA GOMES, ANA JÚLIA CAREPA, FÁTIMA CLEIDE E LÚCIA VÂNIA** e dos Senadores **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, CÉSAR BORGES, RODOLPHO TOURINHO, LEONEL PAVAN, TEOTÔNIO VILELA FILHO, FERNANDO BEZERRA, JEFFERSO PERES, REGINALDO DUARTE, SÉRGIO GUERRA, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO ZAMBIASI E AUGUSTO BOTELHO**. **Justifica ausência a senadora Roseana Sarney e o Senador Mozarildo Cavalcanti.** O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. A presente reunião destina-se a organização das pautas dos trabalhos da Comissão para o Biênio 2005/2006. O Senador Tasso Jereissati apresenta sugestão para que a Comissão ouça em audiência pública o Ministro de Estado da Integração Nacional, Senhor Ciro Gomes, que é acatada pelos demais membros, além de diversos temas para serem discutidos tais como a transposição do Rio São Francisco e a proposta de recriação da SUDENE e SUDAM. Fazem uso da palavra as Senadoras Ana Júlia Carepa e Lúcia Vânia e os Senadores César Borges, Ana Júlia Carepa, Sérgio Guerra, Antônio Carlos Magalhães, Rodolpho Tourinho, Teotônio Vilela Filho, Fernando Bezerra e Reginaldo Duarte. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária de 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

A presente reunião destina-se a definir a organização das pautas de trabalho da Comissão.

Em primeiro lugar, esclareço que, como se trata de uma comissão nova, infelizmente ainda estamos sem secretaria. Não temos ainda um espaço físico para a secretaria. Estamos constantemente pedindo ao Presidente Renan Calheiros para definir um espaço físico. Estamos também sem estrutura, porque ainda não foi oficialmente criada a estrutura da Comissão. Também temos, diariamente, solicitado ao Presidente Renan Calheiros que seja criada a estrutura para que tenhamos as condições mínimas de trabalho. Até agora, estou praticamente tentando trabalhar com a minha própria assessoria, ou seja, a Assessoria do meu gabinete. Mas esperamos que, já na próxima reunião, venhamos a ter essa estrutura, senão a física, que é a menos importante, pelo menos o pessoal humano necessário para organizar os trabalhos.

Inicialmente, proponho que façamos uma agenda para os nossos trabalhos. Como se trata de uma comissão nova, que não tem ainda uma rotina de trabalho desenvolvida, creio que ela deve ter, necessariamente, para o seu sucesso, características especiais, ao invés de ser uma comissão puramente discutidora de projetos em andamento no Congresso Nacional.

Esta Comissão nasceu em razão de uma proposição do Senador Antonio Carlos, com um propósito muito mais abrangente do que o das demais comissões, ou seja, mesmo que não esteja em andamento propostas relativas ao assunto, esta Comissão vai propor matérias para colocar em pauta a questão do desenvolvimento regional, tornando esse tema uma prioridade nacional, pois o desenvolvimento regional e a desconcentração de renda regional são temas paralelos à desconcentração de renda pessoal. Só vai acontecer a desconcentração de renda pessoal no Brasil, quando houver desconcentração de renda regional. Desta maneira, vamos tornar o tema como questão prioritária nacional, como deveria sê-lo.

Dentro dessa visão, a nossa proposta é que façamos uma agenda de trabalho determinada a cumprir um roteiro que venha, até o fim deste ano – evidentemente, ao final dos outros anos também –, construir propostas definitivas e de profundidade de políticas nacionais que venham, de uma vez por todas, de maneira consistente e abrangente, diminuir as desigualdades entre as regiões brasileiras, trazendo à discussão todos os pontos que envolvem o desenvolvimento.

O desenvolvimento não é só uma questão de renda, de industrialização, de agricultura. O desenvolvimento é educação. No Nordeste brasileiro, por exemplo, há grande concentração de analfabetos no Brasil.

O desenvolvimento é infra-estrutura. No Norte, principalmente, e no Nordeste também, temos uma infra-estrutura defasada de trinta anos em relação ao centro-sul do País. Portanto, evidentemente, com infra-estrutura atrasada, não podemos ter o mesmo nível de competitividade.

Saúde é desenvolvimento. Os Senadores César Borges e Antonio Carlos Magalhães, que foram Governadores e lidaram com a questão do SUS, sabem disso: o SUS per capita das áreas mais desenvolvidas é maior do que o SUS per capita das áreas mais pobres. Isso é uma questão que temos que colocar em discussão. Isso tem a ver diretamente com o desenvolvimento. É justo que onde existam mais recursos e a população tenha mais acesso a uma rede de saúde privada, o Governo Federal gaste mais dinheiro no atendimento médico do que nas regiões mais pobres? Temos que balancear isso.

Então, vamos fazer uma agenda bastante abrangente que não se concentre somente nas questões puramente de renda, industrialização, agricultura etc.

Lembro, também, que temos aqui um outro ponto a discutir, que faz parte da nossa Comissão: a questão do Turismo que, em boa parte dos países desenvolvidos – da Europa principalmente, e dos Estados Unidos também –, já se tornou uma das maiores fontes de geração de renda, de riqueza e de emprego.

O interior da França hoje vive mais de turismo do que de vinho. A Espanha nem se fala. Portugal cada vez mais cresce. A Itália também. Até nos Estados Unidos, regiões inteiras como a Flórida estão voltadas para esse setor, vivendo inteiramente de turismo. E o turismo nunca foi tratado adequadamente como um setor que tenha uma importância tão grande para o País.

Agora mesmo estamos vivendo uma crise enorme em relação à questão das linhas aéreas, que são fundamentais para que haja turismo, principalmente o externo. Isso deve fazer parte das nossas preocupações, lembrando que o turismo se entrelaça com a questão regional.

Hoje, no Brasil, Senadora Ana Júlia, Senador Reginaldo, praticamente todos os vôos internacionais – 90% dos vôos internacionais – passam por São Paulo. É quase obrigatório, para se entrar no Brasil, passar por São Paulo.

Evidentemente, São Paulo é e vai continuar sendo o grande centro de concentração de vôos, mas tem que haver uma política de desconcentração de vôos, porque sem isso nunca as regiões chamadas periféricas podem ser tratadas como prioritárias na questão do turismo.

Dizem que o turismo é prioritário nas nossas regiões. Nunca vai sê-lo se não tivermos uma política de vôos traçada para essas regiões.

Dessa maneira, estamos trazendo essa discussão para a nossa Comissão.

Por isso, temos uma pauta que trata de alguns pontos principais – creio que ela já foi distribuída aos Srs. Senadores.

Senadora Patrícia, seja muito bem-vinda.

Existe um tema que é, de alguma maneira, abrangente, que deve permear a discussão disso tudo que está na pauta do Senado, cujo Relator é o Senador Antonio Carlos: a discussão e a aprovação da nova Sudene e da nova Sudam. Apresento esse tema como o primeiro a ser tratado nesta Comissão.

A meu ver – coloco o tema para reflexão –, a Sudene e a Sudam já deveriam ser vistas como órgãos de desenvolvimento e não órgãos de industrialização. Um órgão como foi, no início da sua fundação, idealizado por Celso Furtado: um grande órgão de articulação de políticas de desenvolvimento regional, enfatizando a questão regional em todas as políticas nacionais. Política de industrialização é uma delas, mas política de educação é outra.

Penso que a Sudene deve ter esse papel. Estou começando a abordar alguns pontos para ver se V. Ex^{as} concordam comigo no sentido de que a discussão da Sudene tenha essa abrangência, ou seja, a Sudene deve ser um órgão de articulação de políticas, de uma maneira geral, de desníveis regionais, assim como a Sudam.

Por exemplo, se existe uma política nacional de educação, como essa política se concentra na questão regional. Ou seja, como ela tem a sua visão, o seu viés, ou se ela tem o viés da questão regional.

Se existe o Fundef, por exemplo, Senador César Borges, ele não pode ser o mesmo para o Acre, para o Pará, para o Piauí e para Blumenau. Ele tem que ser necessariamente diferente. Blumenau, por exemplo, tem 99% da sua população alfabetizada. Evidentemente, uma população do interior do Norte e do Nordeste tem

realidade e recursos completamente diferentes para resolver esse problema.

Entendo que, necessariamente, Senador Antonio Carlos, temos que abordar na discussão da desconcentração regional essa visão. Isso porque essa é a visão básica da questão do desenvolvimento e também a maneira fundamental de as regiões mais pobres, os governos dos Estados mais pobres, os prefeitos dos municípios mais pobres terem instrumentos e suportes necessários para elevarem o nível de qualidade de vida de seus habitantes ao mesmo nível dos serviços públicos do centro-sul do País.

Dentro dessa linha, que não é necessariamente uma ordem de prioridade, mas dentro desses temas que foram colocados aqui, evidentemente, aguardando sugestões de outros temas, coloco em discussão a proposta de que a primeira grande discussão seja a criação da nova Sudene e da nova Sudam e para que a criação das duas.

Tenho a sensação, Senador Antonio Carlos e Senador Tourinho, que, ao contrário da Sudene original, em que o grupo de trabalho, aquele famoso GTDN – o único contemporâneo do GTDN aqui é o Senador Antonio Carlos – traçou objetivos a alcançar e criou a Sudene como instrumento para alcançar aqueles objetivos, no momento, está-se criando a Sudene e a Sudam sem saber para quê.

Penso que temos que discutir o que são a Sudam e a Sudene e quais são os seus objetivos e, dentro disso, promover aqui uma ampla discussão, a fim de que saia desta Comissão uma proposta das novas agências de desenvolvimento regional.

Assim, gostaria de colocar em discussão a proposta de que a questão da nova Sudam e da nova Sudene seja o primeiro assunto a ser abordado.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, nobre Senador Tasso Jereissati, quero parabenizar V. Ex^a pelas suas colocações e dizer que não é à toa que V. Ex^a está presidindo esta Comissão, ou seja, é porque tem um total domínio e conhecimento das questões que dizem respeito ao desenvolvimento regional deste País.

Eu queria apenas acrescentar que, na verdade, falta ao País uma política de desenvolvimento regional. Já falta há algum tempo essa política. Mas o atual Governo também não tem uma política. Não temos um ministério que, efetivamente, esteja analisando o problema do desenvolvimento regional. E é isso que traz a estabilidade ao nosso País. Como muito bem disse V. Ex^a, só vamos combater as desigualdades sociais se combatermos as desigualdades regionais. Mas não

há uma política pública voltada para o combate às desigualdades regionais.

Falando de outra forma: não há nenhuma política para que possamos promover o desenvolvimento regional. Isso porque temos diferenças muito grandes entre as regiões brasileiras. Essas políticas deviam ser calcadas exatamente em cima de índices socioeconômicos que refletem as necessidades das regiões brasileiras. Não podemos adotar a mesma política que se adota para o Ceará e para o Pará que se adota para São Paulo, pois este último Estado levará toda vantagem nessa política. Isso é o que tem acontecido: os recursos terminam sendo drenados para aqueles que já têm condições bem melhores do que as nossas.

Dito isso, quero apoiar essa idéia das agências – é o nome que estamos utilizando – de desenvolvimento regional. Que se imponha a Sudene, que foi um compromisso deste Governo, assim como a Sudam, e que, efetivamente, nada foi feito. Até a urgência constitucional que havia sobre esses projetos foi retirada. E agora eles estão tramitando normalmente no Senado. O Senador Antonio Carlos já fez o relato, está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E vamos ter oportunidade de debater esse assunto.

Então, além de apoiar V. Ex^a nessa sua proposição de colocar esse assunto logo em pauta, informo que também tenho dois requerimentos, sendo um deles exatamente para que possamos tratar do assunto da Sudene, chamando aqui os envolvidos com a questão, os responsáveis diretos da Administração Federal, e todos os interessados no tema, para que a Sudene seja replantada, ou uma agência desde que haja uma política definida. Não se trata apenas da formalidade de recriar uma Sudene, mas, sim, de colocar e alocar dotações orçamentárias e ter, como disse V. Ex^a, um escopo do que se deseja dessa agência para trabalhar o desenvolvimento regional. Também apresentei um requerimento nesse sentido. Portanto, estamos plenamente de acordo quanto a isso.

O outro requerimento que também se encontra na mesa, Sr. Presidente, é com relação ao BNDES, porque tenho números mostrando que, em 2004, o BNDES aplicou menos de 7% – 6,7% – na região do Nordeste, que, tradicionalmente, recebia em torno de 12%, 13% dos recursos do BNDES.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Já chegou a receber 21%.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Já chegou a receber 21%, diz o Senador Antonio Carlos. Provavelmente, quando há um grande projeto, tipo Petroquímica, aumenta-se a participação; quando houve o projeto da Ford, aumentou-se a participação. Quando se trata de um projeto no Ceará... Fora disso, não há

uma política que incentive a geração de novos projetos. Quando se vai ao Governo Federal, ele diz que o BNDES não pode aplicar mais no Nordeste porque não existe projeto no Nordeste. E o Governo Federal não fomenta e não facilita a existência de projetos novos de desenvolvimento nessa região.

Portanto, Sr. Presidente, são dois requerimentos, mas, desde já, apoio inteiramente a sua proposição de começar pela Sudene. Lembro uma idéia que foi um sucesso na Subcomissão que V. Ex^a presidiu, a de Segurança Pública, quando se deu algum tipo de tarefa a cada um dos membros da Comissão para que eles estudassem com mais acuidade um determinado assunto e apresentassem um relato sobre o tema.

Creio que os Senadores poderiam contribuir de forma bastante objetiva se fosse feito um trabalho como o que V. Ex^a fez na Comissão de Segurança.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati, Presidente desta Comissão; Sr^{as} e Srs. Senadores, a sugestão do Senador Tasso é uma coisa que, há muito tempo, quem está nessas regiões luta para que aconteça: a transversalidade de uma política de desenvolvimento regional sustentável em todos os ministérios. Mas alguém tem que coordenar esse processo. Por quê? Porque se só se disser ao Ministério da Saúde, da Educação, dos Transportes, etc, que tem que existir uma política de desenvolvimento regional acontecendo em cada ministério, sem que haja uma coordenação, isso acaba ficando muito de acordo com a visão, conforme nós conhecemos... Principalmente aqui, onde há vários ex-governadores, ex-secretários, ex-ministros, inclusive. Sabemos da dinâmica, inclusive, que as próprias máquinas às vezes absorvem nesse sentido.

Nesta Comissão existe um requerimento do Senador Sibá Machado para também chamarmos o Ministério da Integração Nacional. Por quê? Porque, formalmente – e tem sido essa a tarefa dele ao longo dos anos –, ele tem essa tarefa de coordenar as políticas de desenvolvimento regionais, não apenas por meio dos instrumentos de desenvolvimento regionais – como aqui foi dito, Sudam e Sudene –, mas também colocando essa transversalidade, abordada pelo Senador Tasso, no sentido de que essa política tem de estar refletida nos índices educacionais e também na transferência de recursos do Fundef, do SUS etc. Só para exemplificarmos, o PNUD acabou de publicar um relatório mostrando que os indicadores sociais da Região Norte são piores que os da Somália e de outros países africanos.

Considerando todas essas questões e concordando com o Senador Tasso Jereissati, também apresentei vários requerimentos, sendo um deles específico, porque apresentei muitos requerimentos para audiências junto com outras comissões, inclusive pensando no seguinte aspecto: foram criadas novas comissões nesta Casa; na prática, três, porque uma já existia e não funcionava. Como foi colocado nessa que já existia um tema importante como direitos humanos, ela passou a ser uma Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, na prática, são três novas comissões. Então, várias dessas minhas propostas são em conjunto com a Comissão de Agricultura, da qual aqui está o Presidente, Senador Sérgio Guerra; outras, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, outro tema colocado na Comissão de Fiscalização e Controle; e outras em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores.

Existe uma questão específica numa dessas propostas: pensei inicialmente em fazermos um seminário, mas teríamos mais dificuldade. Então, se fizermos em forma de audiência, fica melhor para discutirmos o tema.

Creio que essa política de desenvolvimento regional adotada no Brasil, apoiada em organizações como a Sudam e a Sudene, não foi capaz de responder a contento, digamos assim, todas as nossas necessidades. Portanto, acabaram a Sudam e a Sudene, foram criadas agências. Hoje se está discutindo novamente a Sudam e a Sudene sob outra ótica, outro aspecto.

Entendo que cabe a nós – é nesse sentido o requerimento que apresentei – que se faça uma outra discussão em audiência. O Senador Sibá Machado, na reunião anterior já havia feito requerimento oralmente. Mas eu propus a Tânia Bacelar, que é uma pessoa mais estudiosa da questão do Nordeste, da Sudene, e ao Professor Francisco de Assis Costa, que é professor doutor da Universidade Federal do Pará, do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA –, que hoje inclusive está trabalhando na área do planejamento, que pudessem vir aqui discutir a questão da Sudam. Ou seja, não para discutirmos Sudam separada de Sudene, mas, sim, em primeiro lugar, como esses órgãos estão trabalhando e como vamos contribuir. Podemos apresentar nossas propostas no sentido de fazer com que esses órgãos de desenvolvimento regional, realmente, funcionem mais a contento para as nossas regiões.

Foram esses os requerimentos. E, também, é lógico, apresentei um outro requerimento para discutir a Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável. Assim como o Senador está propondo discutir a região Nordeste inicialmente, também sugeri a discussão da

Sudam e da Sudene, acrescentando o convite à Tânia Bacelar e ao Sr. Francisco de Assis Costa, da Universidade Federal do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Só para esclarecer: o que estamos propondo é a mesma coisa. Agora, para dar uma certa organização e objetividade à Comissão, vamos estabelecer temas: Sudene e Sudam, não Sudene/Sudam, até porque não gosto dos dois nomes juntos. Creio que deveria ser uma coisa nova, com nomes diferentes, porque se trata de agências de articulação de desenvolvimento regional: uma para o Norte; outra para o Nordeste e, quem sabe, uma para o Centro-Oeste, que tem outras características completamente diferentes. O Centro-Oeste hoje é uma região que não tem mais nada a ver, tem diferenças regionais, mas seus problemas são completamente diferentes da Região Norte e da Região Nordeste.

Estou propondo como nosso objetivo à discussão é que haja um tema: agências de desenvolvimento, as novas agências de desenvolvimento. Concentremo-nos nesse tema, inclusive marcando o tempo. Vamos discutir os requerimentos, chamar todas as pessoas envolvidas nos problemas – a favor, contra, neutras –, discutir as novas idéias e, dentro de dois meses, vamos encerrar com uma proposta.

Que se saia com um propósito definido. Não vamos ficar aqui o ano todo discutindo e deixar que essa discussão vire um grande... Muito bonito e tal, e não se saia com nada. Vamos definir o tempo – dois, três meses –, vamos discutir e sair daqui com uma proposta de Sudene e Sudam. E vamos sair para outro assunto, para discutir esse assunto.

Para essa discussão, vamos convidar as pessoas sugeridas pela Senadora Ana Júlia Carepa, da região Amazônica, e as pessoas da Região Nordeste.

Enfim, é essa a idéia que gostaria que fosse apreciada para saber se S. Ex^a está de acordo...

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Tasso Jereissati, conheço em grande parte a sua posição sobre a questão do Nordeste, das regiões periféricas. Aliás, quase todo nordestino sabe disso. E quero apoiar a sua primeira palavra.

É preciso estruturar um processo de trabalho competente para gerar resultados. A sua idéia de seccionar o foco de trabalho da Comissão é absolutamente produtiva se nos fixarmos agora nas agências de desenvolvimento regional, se inclusive ensaiarmos uma certa agenda para o tratamento dessa mesma questão, para que as etapas sejam cumpridas de maneira organizada.

E a proposta – se não me engano de autoria do Senador César Borges –, que V. Ex^a já teria utilizado em outra atividade, de, de alguma maneira, distribuir o trabalho entre os Senadores, tudo isso está na direção de fazer a comissão acontecer de verdade, ou seja, uma comissão que gere resultados. Não temos alternativas a essa orientação. E precisamos produzir resultados.

Já ouvi falar algumas vezes – e outros aqui também ouviram – da nossa confessada incompetência nesses dois primeiros anos de mandato de sustentar algo de relevante em relação às regiões que representamos. Nossas regiões não foram de nenhuma forma tratadas da forma que deveriam ter sido. E os nossos mandatos não foram positivos para o equacionamento de problemas regionais que temos compromisso de resolver ou ajudar resolver.

Quando voltamos a essa questão da Sudene, temos que fazer uma série de recomposições. A primeira delas: ela morreu não porque o Presidente Fernando Henrique determinou graficamente ou legalmente que fosse encerrada. Morreu por inanição. Houve uma perda total de substância. Essa perda de substância ficou refletida até na discreta reação dos governadores. Estou falando isso com autoridade porque o Governador de Pernambuco foi representado por mim nesse esforço de defesa da Instituição. E Pernambuco era o Estado central.

Se formos sinceros – bancadas, governadores –, lembraremos que pouca gente defendeu a Sudene, até porque não sabiam exatamente o que defender. Se não sabíamos o que defender antes, muito menos o sabemos agora. Não há seguramente uma proposta que possa ser efetivamente conseqüente para o desenvolvimento do Nordeste no geral, uma instituição centrada no desenvolvimento previsto, ou desejado, que seja Sudene ou o nome que viesse a ter, com a forma nova que assumisse.

Eu próprio comecei o meu mandato de Deputado Federal em 1990, na Câmara – vim para Brasília em 1990. A minha primeira ânsia, a minha primeira vontade como parlamentar foi defender o Nordeste, defender Pernambuco, a Sudene. Fiz um, dois, três, quatro ou cinco discursos no primeiro ano de mandato; no segundo, dois; no terceiro, um. Depois foram somente recordações.

É lamentável que o Brasil tenha – e também estamos incluídos aí – permitido que se tratasse essa questão regional com o grau de displicência com que vem sendo tratada. E, de uma maneira muito clara, foi a reação de alguns governadores – aqui estão três deles – que seguraram o Nordeste, ou parcelas do Nordeste, mais ou menos de pé: o Senador Antonio

Carlos, o Senador César Borges e o Senador Tasso Jereissati. Foi reação de três e de mais um ou dois governadores. E o foco central – e é justificável que assim o fosse – nos seus Estados é que manteve ainda alguma preocupação com o Nordeste ou com pedaços do Nordeste, porque, no mais, é como se aquele negócio não existisse. Vez por outra, um discurso do Presidente, uma série de adjetivos, enfim, números que encantam nos jornais e não se confirmam na prática. E um orçamento desmoralizado é o que tem sido aprovado sistematicamente aqui.

Não estou fazendo crítica pessoal a ninguém, mas o enfraquecimento desse conjunto é coincidente com o enfraquecimento do próprio Ministério da Integração, previsto para ser um ministério forte, para desempenhar um papel de peso para todo o País. Ao término do Governo Fernando Henrique, não nos recordamos nem do nome do Ministro.

Depois, veio o Ciro Gomes, uma pessoa que tem importância pública, mas a importância pública do ex-candidato à Presidência da República Ciro Gomes não é semelhante à falta de importância do Ministério que ele dirige. Então estamos vivenciando um quadro de perplexidade.

O Presidente é do Nordeste. Cheio de emoção, Sua Excelência foi ao Nordeste e anunciou que ia fazer uma Sudene nova – mas também não sabia o que dizia –, abraçou o prédio num gesto simbólico. Os petistas de Pernambuco todos se juntaram e abraçaram o prédio da Sudene. E olhem que é um prédio grande! Depois, fizeram uma festa imensa no Ceará, lançaram o Projeto Sudene, trouxeram Celso Furtado, quase todos os Ministros e 72 Parlamentares. Naquele dia, a Sudene foi recriada. Vejam, V. Ex^{as}, o tamanho da brincadeira, a irrelevância atribuída ao Nordeste. Sabemos que não foi recriada coisa alguma; a urgência, na Câmara, caiu três dias depois; o Relator negou-se a relatar, por muito tempo, aquela matéria. Depois, criou-se uma falácia, uma discussão completamente... Senti muito que o Presidente da República, há poucos dias, tenha falado dela. Disseram que havia dinheiro para a Sudene, mas que o entregaram aos Governadores. Chamaram de Fundo de Desenvolvimento Regional. Foi uma negociação na reforma tributária. Agora, têm que convencer os Governadores a devolverem o dinheiro para a Sudene. (*Inaudível.*) Isso... Nem entregaram nada aos governadores. Como podem devolver o que não lhes foi entregue, está certo? É um surrealismo total. E nós, nordestinos, ficamos nessa repetição permanente na defesa do Nordeste, com esse discurso que, a cada dia, envelhece mais.

A minha esperança é que, com a sua Presidência nesta Comissão, como V. Ex^a, no passado, já desem-

penhou seu papel como Governador de um Estado do Nordeste, possamos procurar um novo cenário, novas expectativas, novos objetivos plausíveis e racionalmente desenvolvidos para o Nordeste.

Creio que vamos trabalhar sozinhos. Vejo o Ministro da Integração envolvido em alguns projetos, um deles bastante polêmico: o da transposição das águas do rio São Francisco. Vejo esse projeto da Sudene caminhando por aqui como papel morto. Se perguntarmos ao Ministro da Fazenda o que vai ser isso, S. Ex^a não sabe. O Ministro Palocci, seguramente, que controla a economia do País, não deve saber qual será o papel da Sudene, porque isso é tão irrelevante que S. Ex^a não deve considerar nem a sua existência.

Então, estamos brincando com o Nordeste; nós, não: estão brincando com o Nordeste. As emergências do Nordeste são tão óbvias, mas não foram consideradas. Tivemos enchentes, dramas da maior gravidade, e não tivemos recursos mínimos para superar isso. Há uma certa liberação da Sudene, não sei nem como isso está. Que saldos, né? Mas alguns estão sendo pagos e não sei de que forma. Não estou levantando nenhuma suspeição, mas o fato é esse. Esse negócio chegou a tal ponto que não pode ser sustentado. Os Senadores do Nordeste que têm vida pública importante na sua região e no País, e mesmo os que não têm, como eu, não podemos vir aqui e deixar que isso continue assim. Não pode continuar desse jeito.

No começo do nosso mandato, lembro-me da luta de que o Senador Tasso foi o principal condutor. O Senador Antonio Carlos também entrou forte nisso. Nós os ajudamos, o Senador Tourinho e todos que estão aqui também. Era para regionalizar recursos do BNDES que fossem aplicados lá. A nossa luta foi grande aqui, mas os resultados, pelo que sei, são mínimos. Mínimos, não; são negativos, não geraram consequência. Penso até que tudo está pior.

Há uma coisa que a gente tem que fazer. E não estou falando como opositor. Esse processo não começou agora, ele já vem de um bom tempo. A gente tem que bater na mesa: ou nos afirmamos nisso ou não representamos o povo que nos elegeu.

Esse campeonato de pobreza – quem é o mais pobre do Nordeste: Pernambuco, Ceará; não, a Bahia está ficando rica – é uma grande ilusão. Estamos vivendo com extremas dificuldades. Os Estados estão apertadíssimos, senão quebrados. Setenta e cinco por cento dos municípios do Nordeste estão em situação de calamidade. E se fala em responsabilidade fiscal, que o País tem responsabilidade fiscal. Que responsabilidade fiscal é essa? Que equilíbrio fiscal se consegue desse jeito? Fala-se de investimentos regionalizados. Qual é a racionalidade disso tudo? Obras paradas de

R\$300 mil que são importantes para uma população de cinco mil pessoas? E se anuncia um programa de R\$5 bilhões! Como pode? Qual é o conteúdo disso? Qual é a prioridade para isso? O que sustenta o conjunto de prioridades dos gastos públicos do Nordeste? Nada. Mesmo a chamada rede de proteção social. Estou encontrando dez, vinte, trinta prefeitos que estão lá com recursos do PET atrasados. Há dois, três meses, eles não recebem. Não sei se isso se dá no Brasil todo, mas no Nordeste a situação é calamitosa.

Se a Lei de Responsabilidade Fiscal valer – e há um grande risco de ela não valer, porque vai ficar desmoralizada –, não sei quantos prefeitos no meu Estado vão se salvar. Não tenho certeza de quantos ex-prefeitos vão ter condição de continuar por aí.

Estamos num quadro bastante difícil. Há uma contradição enorme nisso. Quer dizer, nós, do Nordeste, vivemos numa pobreza grande. O Presidente da República é nordestino, de Pernambuco, do agreste, da seca. O Presidente da Câmara é pernambucano, também de uma região seca e pobre. O Presidente do Senado é de Alagoas, que é tão pobre quanto Pernambuco, não é? Quem mais? Há ministro para todo lado. O Ministro da Saúde – não sei de qual parte da saúde ele trata; é invisível – é de Pernambuco. O Presidente, o que cuida dos aeroportos... Nunca se viu um país fazer tanta propaganda com aeroporto. Ninguém vende serviço de aeroporto, o cara não tem alternativa de ir ao aeroporto ou ir à rua, pegar o avião na estrada. Tem que pegar o avião no aeroporto, mas o Brasil inteiro hoje diz... De repente, a Infraero é uma grande instituição. Na verdade, ela tem uma grande propaganda. E não precisa disso de forma nenhuma porque os recursos podiam estar num outro lugar. O Presidente da Infraero também é de Pernambuco.

Enfim, os nordestinos estão em todo lugar. E os resultados estão nos bancos, não estão com mais ninguém! Ou estão com alguns setores exportadores que estão ganhando muito. Alguns poucos setores exportadores!

Ontem, fui a uma reunião de agricultores. Sou nordestino. Fiquei espantado com a força da agricultura daqui. Dez mil pessoas, todo mundo bem vestido. Não vi ninguém com cara de rico. Deve existir gente rica lá, mas não os vi. Mas também não vi ninguém com cara de pobre. Estávamos juntos. Uma força enorme, as pessoas conscientes, lutando por objetivos práticos. E nós, lá, não temos nem por que lutar. Chegamos lá... Nos municípios, todo mundo está vivendo das aposentadorias. É um sistema de pobreza que não se quebra. O que salva aquilo é algumas iniciativas tomadas olímpicamente por algumas lideranças que nunca se curvaram. No Nordeste, foram muito poucas.

Quero reconhecer o Senador Antonio Carlos entre elas, o Senador César Borges. Não é porque vocês estão aqui, mas é um fato histórico. O Senador Tasso Jereissati e outros também. No meu Estado também há gente que agiu assim.

Entendo que a responsabilidade de V. Ex^a é muito grande. Senadores do Nordeste e do Norte, eu não saberia dizer com tanta precisão – como imagino que estou dizendo sobre a minha região – o que se dá noutras regiões, mas no Nordeste a gente tem que tomar uma posição urgente. A chance que temos de tomar essa posição é por intermédio desta Comissão para organizar, para que a gente não faça também discurso sem conteúdo. Porque isso ninguém agüenta mais. A paciência está vencida. Ninguém presta mais atenção nas denúncias de seca hoje – já conversei com gente da área de televisão, de comunicação –; elas foram vulgarizadas, banalizadas. Daqui a pouco vão prestar mais atenção à seca lá no Rio Grande do Sul, que é nova, do que na seca do Nordeste, que é quase permanente.

Então, o papel de V. Ex^a – sei que já cumpriu papéis importantes na sua vida – agora é o mais importante do seu mandato. Será o mais importante do seu mandato e o mais importante para todos nós: racionalizar o trabalho, organizá-lo, atribuir responsabilidades, chegar a resultados que a gente possa sustentar em qualquer lugar. Não coisa de subdesenvolvidos. Não coisa de nordestino dependente. Mas coisa de gente moderna que quer mudar mesmo, que tem conhecimento, convicção e segurança do que defende e que pode se afirmar em qualquer lugar.

Entendo que essa é a chave do trabalho que temos que realizar aqui. Que isso não seja considerado crítica ao Governo, porque, se é para criticar governos, temos que voltar para trás também, não é? O Presidente Fernando Henrique... Eu disse isso na minha campanha de Senador, e o mundo quase veio atrás de mim. O Presidente José Aníbal me repreendeu. Eu estava com 5% nas pesquisas, e o Presidente do Partido bateu em mim. Mas veja lá. Por quê? Por dizer o óbvio: que o Governo Fernando Henrique não teve política nenhuma para o Nordeste. Assim como não há política nenhuma para ser discutida agora. Qual política? Como? Onde? Há uma série de intenções aí. Até creio que algumas delas possam ter boa motivação. E têm. Mas elas precisam ser amplamente discutidas. É preciso rever, reencontrar o Nordeste.

Os Governadores se dividiram. Alguns perderam representatividade. O conjunto, o espírito regional foi quebrado. A guerra fiscal ajudou nisso. E cada um foi atrás do seu pedaço, do seu conflito. Somos incapazes de elaborar uma agenda regional. Por que

não acertamos minimamente uma agenda? Olha aí o canibalismo dessa discussão sobre refinaria e outras coisas mais.

Então, nós, representantes dos nossos Estados, temos um papel a cumprir. E não teremos outra chance de cumpri-lo, senão por meio da sua Presidência e desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Antes de passar a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, uma pequena correção: meu papel, não: nosso papel. Eu sei que a responsabilidade é muito grande, mas não é só minha: é nossa. Com nossas lideranças...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas a de V. Ex^a é maior sendo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Com essas lideranças que estão aqui, envolvidas em profundidade nessa questão, Senador Antonio Carlos Magalhães, tenho certeza de que, dificilmente, não teremos sucesso. Se nós, no entanto, nos dispersarmos ou não trabalharmos o tema com a prioridade que estamos afirmando, neste momento, dificilmente teremos sucesso. E tenho certeza absoluta de que o papel do Presidente – todos os senhores conhecem isso melhor do que eu –, aqui, é de coordenação. Só de coordenação. Sem atuação dessas lideranças, não vale absolutamente nada. Eu estou aqui chamando à responsabilidade de todos nós, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Senador Tasso Jereissati, sabe V. Ex^a, de longa data, da minha admiração e do respeito que tenho à sua atuação como homem público. E, quando criei esta Comissão, tinha em mente que o Presidente só poderia ser V. Ex^a. E V. Ex^a está na presidência da Comissão!

O Senador Sérgio Guerra, bem como o Senador César Borges, mas em particular o Senador Sérgio Guerra, fizeram uma análise profunda do assunto regional e englobando realmente as principais regiões do País.

V. Ex^a, por outro lado, apresentou logo os temas para que se os discutam. Eu diria que, em primeiro lugar, V. Ex^a deve fazer o requerimento à Mesa pedindo que o projeto da Sudene, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, venha à Comissão de Desenvolvimento Regional. Estou pronto para dar, inclusive, um parecer sintético para que se aprofunde o tema nesta Comissão. Já tenho o parecer. Se V. Ex^a quiser poderemos votá-lo na próxima semana. Esse é um ponto.

Há, entretanto, outro ponto que V. Ex^a colocou como oitavo, que considero prioritário: deve ser discu-

tido justamente com o problema da criação de Sudene e Sudam o financiamento do desenvolvimento regional. Não se pode, evidentemente, tratar desse assunto sem saber quem vai financiar, de onde sairão os recursos para as propostas que a Comissão apresentará.

Por outro lado, penso que deve se fazer uma força muito grande – eu ia falar em francês, mas tive medo da minha pronúncia e de V. Ex^a reclamar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Nobre Senador, estamos ansiosos para ouvir a sua pronúncia em francês.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – De maneira que se deve fazer *un effort très grand* em relação a isso.

V. Ex^a falou em apresentar resultados em dois meses. Isso não é fácil, mas é possível. Para que isso aconteça, entendo que deveríamos ter uma semana inteira de reuniões, em horário próprio – que seria o horário das 18 horas, terminada ou não a sessão do plenário –, para fazermos discussão e audiência sobre esses temas. Seria a semana do “Desenvolvimento do Nordeste.”

Do ponto de vista publicitário, isso seria útil e mostraria também um esforço muito grande desta Comissão. Abordaríamos temas como o São Francisco. Só este levaria mais de 15 dias. E teríamos outros temas em relação à Sudene e à Sudam. Isso seria útil, e V. Ex^a iria crescer mais ainda – se isso é possível. E discutiríamos tão-somente a política industrial, uma nova política regional, a parte de educação etc.

Por outro lado, V. Ex^a poderia, por meio da Consultoria que está sempre pronta... A Consultoria do Senado é muito boa. E V. Ex^a pode buscar todos os projetos que se relacionam com o desenvolvimento regional, com a Sudene, com a Sudam, com o Centro-Oeste, ver onde eles se encontram e solicitar que eles venham à Comissão de Desenvolvimento Regional porque, assim, teríamos uma massa para concentrar em providências mais urgentes.

Com relação à peça de estrutura, creio que – eu e V. Ex^a – devemos ir ao Presidente Renan Calheiros exigir uma estrutura especial para as Comissões que presidimos.

Na parte funcional, não há perigo aqui porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Presidente das Comissões poderá encontrar o caminho para isso, mas não com relação à parte de suporte porque para esta, evidentemente, V. Ex^a tem que usar o seu prestígio para conseguir imediata solução com o Presidente Renan Calheiros. E também vou usar o meu pouco prestígio para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na minha Comissão, desejo, realmente, votar os projetos, na sua grande maioria, neste ano. Sei que isso aborrece. Sei que, em alguns casos, vai haver protelação por parte do Governo e por parte de *nosotros* da Oposição em outros, porque cada um vê o interesse local e regional. E eu, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tenho que ver o interesse geral. Isto eu vou fazer. Espero que, na próxima semana, votemos aqui algumas dezenas de projetos num dia só.

E V. Ex^a pode fazer, nesta Comissão nova – com os conhecimentos que tem e com a ajuda do Relator que designar – um esboço para que já possamos discutir esses assuntos nas reuniões, mas principalmente nessa “Semana do Nordeste” que V. Ex^a vai marcar. Pode ser na primeira semana de abril ou coisa que o valha.

Isso daria uma visibilidade maior do nosso trabalho. Se trabalharmos, entregarmos o resultado ao Governo e ele não fizer nada, será ele mais uma vez culpado pela sua inércia e incompetência. E nós poderemos dizer ao País, que sob sua Presidência, cumprimos com o nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos. Mais uma vez, a sua imensa experiência e conhecimento da vida pública, bem como a ligação profunda – emocional até – com o Nordeste trazem luzes indispensáveis a esta Comissão.

Com certeza, todas as sugestões que V. Ex^a acabou de dar serão aproveitadas. E começaremos já na semana que vem a trabalhar nessas idéias.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente Tasso Jereissati, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo em razão dos temas que são apresentados hoje aqui. Todos eles são extremamente importantes. Entendo também dessa forma, ou seja, devemos traçar um plano de trabalho, sobretudo, se com Senadores envolvidos encarregados desses temas. Também considerarei essa parte muito importante.

Agora, penso que, outra vez, a questão da Sudene é absolutamente essencial e deve ser a primeira a ser discutida, mas, como o Senador Antonio Carlos Magalhães, tenho algumas observações práticas a fazer em relação ao Item 8, também prioritário, porque isso tem que ser tratado logo.

Estamos tratando aqui do Banco do Brasil, Bndes, Basa. E eu queria explicitar claramente os grandes programas do BID, programas do Banco Mundial; programas como o Prodetur, de tamanha importância para o Nordeste, o que tem que ser feito, discutido; o PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural, que começa na região, enfim, isso tem que ser claramen-

te tratado, porque também assistimos recentemente, desde que eles dependem de aval do Governo Federal, ao cancelamento de verbas e de programas.

Temos que estar muito alertas para esse tipo de coisas. Devemos discutir isso claramente aqui na Comissão.

Um outro aspecto também que também deve ser explicitado é a questão do FDR – Fundo de Desenvolvimento Regional. Volta-se a discutir na Câmara a questão da reforma tributária. E, nessa questão, um dos pontos que estão sendo colocados lá é a alteração do FDR. Anteriormente, lembro a V. Ex^a aquela questão dos 45%. Penso que esse projeto nunca foi tratado seriamente pelo Governo. E dou um exemplo de por que não o foi. Fizemos até uma solicitação de que o Governo indicasse o cálculo que ele fazia para dar aquele 1,8 bilhão, que significava 45% dos créditos do Cofins. O Governo se recusou a dar isso informalmente e recusou-se a dar isso, inclusive, formalmente. A nossa solicitação ainda está no Senado.

Então, essa é a forma como a coisa foi levada. Depois, aquela própria indicação de que esses recursos iriam para a Sudene, como dito aqui pelo Senador Sérgio Guerra, o que também indicou claramente que não havia nenhuma intenção do Governo em relação a isso.

Recentemente, falou-se, em vez de 1,9 bilhão ou 2 bilhões – aliás, era mais do que isso –, em 1,2 bilhão. Esse assunto tem que ser discutido claramente. E mais, o que se discute hoje é que o Governo pensa, pelo menos inicialmente, que esses recursos do FDR têm que estar sujeitos a todas as retenções da saúde, da educação, da dívida. Então, não vai sobrar nada.

Esse é um assunto que deve ser colocado imediatamente em discussão, mesmo porque os secretários de Fazenda do Brasil hoje, nesse momento, estão discutindo esse assunto com o ministério. Esse e outros três itens, de forma a propiciar a votação da reforma tributária.

Não podemos nos furtar de discutir isso detalhadamente aqui, mesmo porque o FDR é o substituto do incentivo fiscal. Não há melhor designação para isso. Entendo que isso é urgente e espero que seja feito imediatamente aqui.

No caso do FDR, é preciso deixar muito claro que isso não é nenhuma benesse que está sendo dada pelo Governo Federal, mas a substituição ou o fim do incentivo fiscal.

Senador Sérgio Guerra, é possível que, depois do Fundo, haja melhor unidade do Nordeste, sem a guerra fiscal. Entendo que, em relação à discussão da reforma tributária, houve uma grande unidade da bancada

nordestina, de secretários dos Estados. E acredito que isso possa ser estendido a outros setores.

Parabenizo o Senador Tasso Jereissati. Confio no trabalho de V. Ex^a. Tenho absoluta convicção de que teremos bons resultados sob sua coordenação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho. Está anotada a sua valiosa contribuição neste início.

Alguém mais gostaria de usar a palavra?

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de pegar carona na experiência do Senador Antonio Carlos Magalhães e pedir a inclusão, no requerimento, do projeto de lei que cria a nova Sudeco, a fim de que ele seja discutido aqui.

Outro item que eu gostaria de reforçar, pois já foi dito pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Rodolpho Tourinho, é questão do Fundo de Desenvolvimento Regional. Uma vez que a reforma tributária já está em discussão, creio que seria muito interessante que esse tema fosse discutido por esta Comissão. Aliás, V. Ex^a fez, em sua proposta, essa sugestão.

Da mesma forma, peço a inclusão da discussão da Ride – Região Integrada de Desenvolvimento Regional do Distrito Federal e Entorno. Essa região compreende o Entorno do Distrito Federal, que é problemática. Existe uma lei que rege essa região, que engloba os Estados de Goiás e Minas Gerais e o próprio Distrito Federal. Temos encontrado neste Governo grande dificuldade para que essa região seja reconhecida no Orçamento da União e, por isso, gostaria de fazer aqui esta discussão.

No mais, quero cumprimentá-lo e dizer-lhe que, ao discutir o fundo para o Nordeste, gostaria também de discutir o fundo para o Centro-Oeste, já que existem alguns reparos que precisam ser feitos.

Agradeço a oportunidade e registro que, infelizmente, sou a única representante da região Centro-Oeste, mas tenho certeza de que os Senadores Demóstenes Torres, Jonas Pinheiro e Antero Paes de Barros estarão aqui fortalecendo a região Centro-Oeste.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Com a palavra, o Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente Tasso Jereissati, V. Ex^a sabe do entusiasmo e da confiança que sempre demonstrei no papel que será exercido por esta Comissão. É verdade que, às vezes, esse entusiasmo sofre um baque, mas a gente o levanta.

O meu colega e amigo Senador Sérgio Guerra fez uma análise profunda, mas me encheu de melancolia a paisagem que S. Ex^a traçou sobre os desequilíbrios regionais e como, particularmente, a nossa Região Nordeste tem sofrido. As pessoas que lá vivem têm sofrido muito também por falta de expectativa, por falta de esperanças. Não há horizontes que possam nos animar em termos de políticas públicas que possam corrigir essa desigualdade. Vamos partir, praticamente, da estaca zero em termos de políticas regionais para o Brasil.

Repito também, meu caro Senador Sérgio Guerra, o que V. Ex^a disse: não estamos tratando do Governo Lula, do atual Governo, não. Essa é uma postura do Governo Federal que remonta a muito tempo. Hoje, a situação é realmente grave.

Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, há uma semana, venho procurando me informar a respeito do crescimento do PIB do Nordeste no ano de 2004. Gostaria, inclusive, que esta Comissão fizesse um pedido de informação oficial ao IBGE ou às instâncias do Governo. Não é possível que os brasileiros não tomem conhecimento do crescimento do PIB do Nordeste em relação ao PIB do Brasil, assim como da Região Norte e das outras regiões. Como o IBGE, agora, está sob censura, as informações extra-oficiais que temos são as de que o crescimento, Senador Rodolpho Tourinho, do Nordeste foi menos da metade do crescimento do Brasil.

Ora, se o Nordeste já é considerado a região mais pobre e mais injustiçada nas políticas públicas traçadas pelos governos federais ao longo do tempo, o correto, para se corrigir essa distorção, seria uma política de resgate dessa defasagem ao longo do tempo. Mas, em um quadro como este, em que o Brasil cresce 5% e o Nordeste não chega a 2,5%, o fosso está aumentando.

Dizem que, na Região Norte, a performance também foi muito pequena. Mas é importante que tenhamos os números oficiais do IBGE para que sejam colocados em um quadro, na parede, nos dias de audiências públicas e reuniões porque eles, de alguma forma, mostram, com eloquência, o aumento do fosso das desigualdades. Por trás de todos esses números – e é importante que todos saibam isto –, há muita gente sofrendo.

Ontem, em São José da Tapera, um Município do sertão de Alagoas, um agricultor deu um tiro na cabeça, desiludido porque não tinha assistência na seca. Há três meses, a seca está terrível naquela região. O Município já decretou calamidade pública há três meses e, até hoje, ela não foi reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional. Sequer os recursos

destinados a levar água para as populações difusas, fora das cidades, têm conseguido chegar. Antes, isso era automático.

Iremos debater o drama da seca, não procurando soluções imediatistas, mas de uma forma mais profunda, para que haja uma política realmente conseqüente, duradoura para o semi-árido, para mostrar que, a cada demora de decisões aqui, nos tapetes de Brasília, muita gente sofre, morre e perde as esperanças.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, o papel desta Comissão é muito importante. Eu chamaria esta Comissão de comissão do pacto federativo porque, na verdade, é o que vamos tratar aqui. As outras Comissões, em sua maioria, vão tratar especificamente de pontos pautados pela Casa – pelos Senadores, pela demanda das medidas provisórias, dos projetos de lei, por iniciativa de cada um dos Parlamentares. O papel desta Comissão vai ser justamente inverso. Esta Comissão, após os estudos, após os debates, precisa, de alguma forma, pautar o Congresso Nacional, que, por sua vez, pautará as instituições para que as políticas públicas que possam corrigir as distorções regionais sejam realmente efetivadas e implantadas.

Essa agenda está feita de uma forma competente. Temos aqui um roteiro importante para trabalhar e, de agora em diante, é arregaçar as mangas e mãos à obra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Senador Teotônio Vilela Filho, seu depoimento é importantíssimo. Existe, realmente, toda uma expectativa de que o crescimento do Nordeste e do Norte tenha sido menor do que o do resto do País. Ainda não recebi também... Estamos procurando esse número oficial, mas, em se confirmando esses números, espero que não sejam esses que V. Ex^a levantou. Se for 2,5%, é desastroso...

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Não levantei. Como não existe uma informação oficial, então há margem para mil boatos. O que corre em Alagoas é que o crescimento do Nordeste foi menos da metade dos cerca de 5% confirmados para o PIB do Brasil. Mas eu gostaria também de obter esse número oficial.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Se esses números se confirmarem será uma coisa simplesmente desastrosa para o País porque se configura um agravamento a médio e longo prazo de uma crise social incontrolável. Significa, num quadro de concentração de renda insuportável, o agravamento dessa concentração e, evidentemente, dos conflitos sociais e desse clima de insegurança que anda pelo País.

V. Ex^a também levanta a questão da seca, que já existe em algumas regiões do Nordeste, já claramente em crise, crise hídrica, e infelizmente até agora a situação tem sido tratada como se não existisse.

Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN)

– Sr. Presidente, quero, antes de mais nada, cumprimentá-lo pela justíssima eleição como Presidente desta Comissão e também fazer uma referência à agenda proposta.

Considero-a perfeita, mas há um tema que vai nos dividir certamente. É o tema que se refere à transposição de águas do Rio São Francisco.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Desculpe, Senador Fernando Bezerra. Eu estava aqui tentando fazer um acordo sobre a data da próxima audiência.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Eu parei, porque gostaria que S. Ex^a prestasse atenção. Não tenho nenhuma restrição ou censura a fazer.

Há um tema que considero muito importante, mas que vai nos dividir. Nós, nordestinos, vamos nos dividir. É a questão da transposição de águas do rio São Francisco.

Anteontem, estive na Comissão de Assuntos Econômicos, onde propus que o Ministro da Integração Nacional e sua Assessoria responsável por esse projeto viessem a esta Casa para fazer uma exposição sobre a matéria e abrirmos uma ampla discussão sobre o projeto.

Tenho convicção de que há muito mais desinformação do que fundamentos em relação a esse projeto.

Tive oportunidade, quando exerci o mesmo cargo de Ministro da Integração Nacional, de trabalhar esse projeto. Há poucas modificações. Eu, pelo menos, estou convencido de que é um projeto bom para a região.

A minha proposta, naquela Comissão, foi de que houvesse um convite, ou convocação, ou o que for regimental, visando uma reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional, da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão de Agricultura, porque essa questão hídrica diz respeito a um programa de agricultura irrigada em toda a região.

Então eu queria – não sei se isso é cabível neste momento – apresentar o mesmo requerimento que apresentei na Comissão de Assuntos Econômicos, propondo a V. Ex^a que faça um entendimento com os Presidentes das outras Comissões, para que possamos agendar um debate amplo, desapassionado, racional em torno dessa questão, que é muito importante.

Algumas pessoas confundem quando se diz que essa é a solução para o Nordeste. Em momento algum, nenhum de nós, racionalmente, vai dizer que essa é a solução para o Nordeste, mas isso, sem dúvida, vai resolver parte dos muitos problemas que temos.

Não tenho dúvida de que esse projeto – e não quero entrar nesse debate – vai beneficiar os Estados do Ceará, da Paraíba e o meu, o Estado do Rio Grande do Norte, mas também, e muito, o Estado de Pernambuco. Não vejo nenhum prejuízo mesmo a qualquer dos Estados da Bacia.

O rio é federal; não pertence nem ao Estado da Bahia nem ao Estado de Alagoas nem ao Estado de Sergipe ou de Pernambuco. Esta é uma decisão que cabe à União. Portanto, compete ao Governo Federal tomar as decisões em relação a isso.

Eu queria apenas fazer essa proposta a V. Ex^a e mais uma vez cumprimentá-lo pela agenda, que me parece muito densa, interessante e cabível para uma discussão nesta Comissão.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – A propósito da fala do Senador Fernando Bezerra, sem dúvida, o Senador não assistiu à primeira fase de sua palestra, na qual V. Ex^a sugeriu o encaminhamento progressivo de cinco ou seis pontos, ou seja, uma programação de trabalho para a nossa Comissão na qual, entre esses pontos, estaria a transposição das águas do rio São Francisco.

Porém, tem que haver um entendimento entre os Presidentes, porque a matéria não é exclusiva desta Comissão. Há um lado bastante importante de infra-estrutura nela. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura tem de ser consultada. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deve ser consultada de forma não tão importante, mas residual. Seria o caso de se pensar, em conjunto com outros Presidentes, em algumas audiências públicas. Seguramente, com o Ministro da Integração Nacional e com pessoas que, depois, podem se opor ao programa. Enfim, devemos começar uma discussão que não atrole o contexto aqui levantado.

De acordo com o que entendi da proposta do Presidente Tasso Jereissati, a idéia, por exemplo, neste momento, é discutir, de maneira prioritária, organizada e distribuir, inclusive, tarefas entre todos nós, a respeito da criação ou recriação – seja lá o que for – das agências de desenvolvimento regional, que está em pauta.

Nesse contexto, faríamos grande esforço de colaboração e de criação para tentar mudar o rumo dessa discussão com uma perspectiva de unificar nosso papel nesta Casa. Podemos reunir todos em um esforço como esse.

Como disse o Senador Fernando Bezerra, esse tema, claramente, divide opiniões. A idéia de V. Ex^a é a convocação de mais de uma Comissão, não é isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN)

– Proponho o conjunto. Deixe-me fazer um esclarecimento. Por que estou propondo isso como prioridade? Porque me parece que há uma decisão, pelo menos explicitada pelo Presidente da República em várias oportunidades, e pelo Ministro, de que a obra será executada. E uma licitação já está sendo preparada e em curso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Senador, deixe-me esclarecer o que discutimos no início desta reunião.

Em primeiro lugar, o Senador Sérgio Guerra fez uma brilhante – às vezes, usamos bastantes adjetivos em razão da amizade e do carinho que temos pelos nossos colegas; mas, nesse caso, não é apenas por causa disso, mas por ser realmente brilhante – exposição sobre o desenvolvimento regional, o abandono da tese, o esquecimento do tema como questão nacional, a morte por inanição de todos os organismos de desenvolvimento regional. S. Ex^a fez até – o que me pareceu importante – um mea-culpa quanto ao nosso papel, Senadores e Deputados nortistas e nordestinos, que, de uma maneira ou de outra, fomos sendo engolidos pelo dia-a-dia dos trabalhos desta Casa, deixando-nos envolver por esse esquecimento também, não desempenhando o nosso papel com a prioridade que deveríamos ter.

Dentro da discussão nesta Comissão, está a importância de um papel muito forte que traga de volta à Nação a questão da concentração regional como questão básica do País. A questão regional deve ter novamente um fórum de discussão que tenha repercussão, não apenas na opinião pública, mas também nas grandes decisões nacionais.

Dentro dessa linha, envolvemos todos os temas, alguns polêmicos e outros que nos unem inteiramente e são de interesse de todos os Senadores aqui envolvidos. Por exemplo, o que também está em pauta: a criação das novas agências.

Qual era a idéia de trabalho, Senador Fernando Bezerra? A idéia de trabalho era que fizéssemos desta Comissão – não sei se esta é a palavra correta, mas é a que está muito em uso na iniciativa privada e também na administração pública – uma comissão de resultados, que não ficássemos simplesmente na

comissão, mas que saíssemos da discussão e chegássemos ao resultado.

Assim, dentro dessa visão, a idéia era a de enfocarmos um tema – é difícil escolher, pois são vários – e nos debruçarmos sobre ele durante um, dois ou três meses, com o objetivo definido de, depois de período determinado, terminar a discussão e apresentar uma proposta concreta.

Surgiu, então, dentro dessas idéias, o tema “As Novas Agências”, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que dispõe sobre a criação da nova Sudene. De acordo com as nossas discussões, ela está nascendo sem ninguém saber para que nem por quê.

Não é assim que se faz desenvolvimento regional. Desenvolvimento regional é definir o que queremos fazer, aonde queremos chegar e que instrumento utilizaremos para chegar a esses pontos.

A idéia foi que mantivéssemos o foco na agência. O Senador Antonio Carlos sugeriu até que fizéssemos uma semana de reuniões todos os dias, um intensivo sobre a questão, utilizando todo o potencial político desta Comissão para fazer com que isso realmente venha a suceder.

De acordo com essa idéia, os assuntos seriam: o São Francisco, a criação das agências e outras questões, como o turismo e a crise das linhas aéreas.

Entre todas, resolvemos colocar em pauta aquela que nos apaixona a todos e nos une, já que não é momento de polêmica. Não devemos, neste momento, discutir a questão da refinaria, por exemplo, que nos divide. No fundo, como disse de uma maneira muito oportuna o Senador Sérgio Guerra, essa questão é falsa. A refinaria pode ser instalada em Pernambuco, no Rio Grande do Norte ou no Ceará, e, no fundo, melhorará um pouquinho, mas a questão da pobreza regional como um todo e da concentração de renda vai continuar, como já disseram aqui.

Não sei se V. Ex^a estava aqui quando o Senador Teotônio Vilela Filho falou que tudo indica que, no último ano, crescemos menos do que o Brasil.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN)

– Infelizmente cheguei atrasado e não tive oportunidade de ouvir S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Sei que V. Ex^a é um apaixonado por esse tema. Tudo indica que crescemos menos do que o Brasil. Os números do crescimento região por região não estão sendo dados a conhecer. O Senador Teotônio Vilela Filho diz que especulam até que tenha sido menos da metade do que o Brasil cresceu. É uma questão desastrosa.

Não podemos mais nos omitir e nos envolver em discussões internas da região no momento em que temos de definir políticas maiores. Tínhamos resolvido seguir uma linha, mas, evidentemente, a opinião e as considerações de V. Ex^a são importantes, e a questão do São Francisco é muito importante. Mas tínhamos que seguir uma linha: vamos nessa direção. Vamos unidos e sem nos dispersar na discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN)

– Senador, penso que V. Ex^a está correto. Evidentemente, precisamos primeiro agendar a recriação dessas agências, o que é fundamental para a região. Essa questão realmente é um traço de união entre todos nós.

Apenas discorro sobre a questão do São Francisco para dizer da preocupação que tenho sobre a velocidade com que os fatos fluem. O Senador Teotônio Vilela Filho me procurou e disse me “Olha, naquela época em que V. Ex^a foi ministro, eu até tinha assumido uma posição favorável, mas, infelizmente, hoje sou contra.” E está-se criando uma posição radical.

Muita gente diz que o Governo, de forma truculenta, está impondo o projeto, mas ele está em vias de ser lícitado. Deveríamos, no mínimo, reavivar nossa memória.

Senador Teotônio Vilela Filho, a parte do projeto que vai ser lícitada é exatamente igual ao projeto que, há algum tempo, desenvolvi quando estava no Ministério. Esse projeto não se exaure nisso. Há uma série de obras complementares em relação aos estágios da bacia, tidas como obras compensatórias, como revitalização do rio, a possível transposição de águas de um afluente do Tocantins.

Enfim, creio que está perfeita a colocação anterior, mas me preocupa o tema, Senador Tasso Jereissati, pelo menos pelo que tenho acompanhado. Tenho me omitido um pouco nisso porque não quero aparecer aqui como o pai da criança; já que existe um Ministro que toca o projeto, não quero me intrometer, embora eu tenha todo o interesse.

Esse projeto está em vias de ser lícitado e, daqui a pouco, criará um problema enorme porque será lícitado sem que tenhamos a oportunidade de discutir-lo ou de, pelo menos, reavivar nossa memória. O projeto foi modificado em alguns pontos com relação a Estados.

Eu disse ao Senador Sérgio Guerra que, em relação a Pernambuco, o projeto foi bastante modificado e beneficia muitíssimo este Estado.

Ouvi uma posição de S. Ex^a em que se manifestava contrariamente ao projeto. Ouvi gente dizer que é contrário ao projeto por princípio. Considero isso um absurdo. Isso é até ridículo. Isso não foi no Senado, mas

pessoas e técnicos foram citados por Senadores que dizem que são contra o projeto por princípio quando desconhecem completamente o projeto.

Creio que a discussão é uma oportunidade, sem atrapalhar essa agenda que considero fundamental e prioritária, da qual quero participar ativamente.

Acredito que esse projeto de recriação da Sudene e da Sudam poderia, por gestão de V. Ex^a, ser encaminhado primeiramente para cá, antes de ser encaminhado para a Comissão.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN)

– Ótimo. Creio que é o caminho adequado. Esta é a Comissão de mérito.

Da mesma forma, considero que, com uma reunião por semana, não se produz quase nada. Podemos trabalhar por uma semana emendada. Estou aqui para dar minha contribuição.

Retornei a usar a palavra para justificar o porquê da discussão sobre o rio São Francisco. Essa é uma discussão difícil, mas a licitação para o projeto está em vias de ser feita. Há inclusive uma decisão do Tribunal Regional Federal.

Antes, havia algo antidemocrático. Havia algumas ações na Justiça para impedir a realização de audiência pública para que se discutisse o assunto. Vejam que absurdo! Agora, o Tribunal Regional Federal tomou a decisão de liberar, de encerrar o assunto. E parece que o Ministro vai fazer a transposição das águas do rio São Francisco.

Outra coisa que se diz é que o Congresso Nacional não aprovou o projeto. Aprovou, sim. Quando se aprovam R\$600 milhões no Orçamento da União para este ano, tacitamente aprovou-se o projeto. Se foram aprovados recursos para a execução de um projeto por uma decisão do Congresso Nacional, tacitamente ele está aprovado. Essa discussão ainda vai dar o que falar e criar muita polêmica. Penso que, se houver uma discussão racional e didática sobre o assunto, poderemos caminhar.

A transposição das águas é importante para o Nordeste, mas não o é apenas para o Nordeste. O projeto começa muito mal quando coloca “transposição” do rio São Francisco. Hoje, fala-se em integração de bacias, algo que será inevitável que o Brasil faça, porque 68% das águas brasileiras estão concentrados na Amazônia. E será preciso haver a integração de bacias para que haja melhor distribuição da água.

Na verdade, a questão do rio São Francisco é muito mais um projeto de integração de bacias, em caso de necessidade, do que outra coisa. Às vezes, ainda passa a idéia para alguns de que se vai carregar

o rio São Francisco para o Ceará. E não é isso. Repito: são 2.040 metros cúbicos de água por segundo jogados no mar, numa vazão média e controlada, a partir da barragem de Sobradinho. Até 2025, vão retirar, desses 2.040 metros cúbicos que são jogados no mar, 60 metros cúbicos, quando houver necessidade, nas barragens de Castanhão e de Armando Ribeiro Gonçalves.

Não haveria justificativa para fazer a transposição das águas do rio São Francisco se não existisse uma grande rede de reservatórios, sendo a maior delas no Ceará. É exatamente a garantia de água nessas barragens que significa essa transposição, que nada mais é do que um bombeamento que não foi feito no passado porque não havia tecnologia para tal. Mas hoje ela existe. Bombear água do São Francisco para a barragem do Castanhão não tem mistério nenhum; tem custos.

O Senador Teotônio Vilela me pergunta sobre os projetos que ainda não foram acabados. É a questão do cobertor curto com que vivemos hoje. Não temos dinheiro para investimentos. Vamos pagar de juros este ano 154 bilhões. E não vamos investir nem 10 neste País, que tem necessidade de tantos investimentos. Essa é uma questão. Se dissermos que esses 600 milhões é melhor serem aplicados no Estado de Alagoas porque lá existe (*inaudível*) ou porque a repercussão seja melhor, é uma outra questão. Mas não se deve colocar também frontalmente contra o projeto.

Eu gostaria que houvesse essa discussão antes que o Governo inicie um processo licitatório e crie aí uma grande onda contrária ou a favor do projeto sem haver um conhecimento detalhado.

Esta foi a razão por que trouxe aqui a minha palavra, Presidente.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Senador Fernando Bezerra,...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Um minutinho, Senador Teotônio Vilela, vou lhe passar já a palavra.

A última coisa que eu queria nesta Comissão é que se começasse uma discussão que quebrasse a união.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Sr. Presidente, não se preocupe porque jamais uma discussão minha com o Senador Fernando Bezerra, em qualquer tempo, vai constranger quem quer que seja ou atrapalhar os nossos trabalhos. Começo, inclusive, concordando com S. Ex^a. Penso que esta discussão é inevitável; ela acontecerá aqui ou em outra Comissão ou no plenário. Eu próprio estou trabalhando num pronunciamento que pretendo fazer no plenário desta Casa para trazer à luz algumas informações que

hoje são desconhecidas. Certamente, serão esclarecidas algumas questões. No meu caso mesmo, como eu disse ao Senador Fernando Bezerra, quando era Ministro, S. Ex^a sabe que ajudei nas discussões em Alagoas a respeito do assunto. Só que era um cenário completamente diferente e a forma como estava se conduzindo também: estava-se ouvindo a sociedade como um todo. Havia o compromisso de se respeitar decisão do Comitê da Bacia do São Francisco; de se ouvir instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que se pronunciou contrariamente ao projeto; e de ouvir a opinião do Banco Mundial, que seria um grande parceiro para financiar um projeto desta monta. O Banco Mundial também já se pronunciou contrariamente à obra por não enxergar seu alcance social. Foi dessa forma mesmo que o Banco Mundial se pronunciou. Realmente, mudou muito o cenário.

Por outro lado, a chamada revitalização do rio São Francisco, que teria que se iniciar paralelamente, sai capenga com um montante de recurso previsto infinitamente menor do que o do projeto. A revitalização era para dar o início *pari passu* à questão da transposição, assim como a priorização dos projetos pequenos, mas altamente eficazes dentro da bacia.

Ora, no meu Estado de Alagoas, por exemplo, o projeto das cisternas está paralisado. Esse é um projeto muito importante para que a água das chuvas, do período em que chove muito, seja aproveitada para que o homem que está no campo tenha água pelo menos para beber, para sua serventia e dos seus animais. E este programa está paralisado.

Alagoas tem oito obras de pequenas adutoras que foram iniciadas há 5 anos, aproximadamente, para levar água de beber para vários municípios do sertão. E todas elas estão paralisadas há 2 anos.

Nos municípios onde estava sendo feito o trabalho de esgotamento sanitário, que era um passo para a revitalização, na medida em que limpa o rio, também estão paralisadas as obras. O Governo Federal alega que não tem recursos, por isso paralisou todas as obras hídricas do Estado de Alagoas – pequenas obras de R\$1 milhão, R\$200 mil. Todas foram paralisadas porque o Governo Federal diz que não tem recursos, mas tem 4,5 bilhões para iniciar uma outra obra.

Essas coisas precisam ser explicadas, precisam ser melhor esclarecidas. Como é que não tem recursos para construir uma cisterna em Alagoas e tem 4,5 bilhões para levar água até o Ceará? Este Estado é um grande merecedor, mas o que queremos é discutir.

Da forma como está... É até uma questão de responsabilidade, Senador Fernando Bezerra. A gente não pode concordar até que se esclareçam essas questões

sobre o aspecto ecológico e social, sobre o alcance social, porque existem também informações de que o Estado do Ceará, o Estado do Rio Grande do Norte e o Estado da Paraíba – praticamente os grandes motivadores, porque Pernambuco ganha com o projeto porque está na passagem, mas o objetivo mesmo é levar água para esses três Estados – têm água. Esses três Estados possuem recursos hídricos suficientes para a (*inaudível*) e para o consumo humano. O que existe é desperdício, falta conservação...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Não vou permitir que esta Comissão descambe já para uma discussão entre os Estados, de qual recebe mais. É a anticomissão o que estamos fazendo aqui. Não vou permitir, porque senão a gente acaba com a Comissão hoje. Não tem sentido. Se a gente começar a discutir se vai ser beneficiado “A” ou “B”...

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – V. Ex^a sabe do meu entusiasmo por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Sei, mas veja bem: estamos cometendo um erro fundamental neste momento. Não é culpa de V. Ex^a, nem de ninguém, mas, se não sairmos daqui unidos e nos focarmos no tema, não vamos... Há anos não conseguimos nada. Não é o Governo Lula. O Governo Lula tem sido péssimo para o Nordeste. Mas o Governo Fernando Henrique também não foi... Não estou sendo nem um pouco partidário. Alguém falou que não sei o nome do último Ministro do Interior – alguém levantou isso aqui – do Governo Fernando Henrique. Não sei o nome, dada a falta de importância que o Ministério teve, dada a falta de atuação. Não sei.

Essa é uma questão histórica que estamos discutindo aqui. E acabaram conosco quando começaram a nos dividir. A gloriosa Sudene, que era um fórum de discussão do Nordeste, dos interesses do Nordeste, acabou quando começamos a nos canibalizar. Não vamos repetir, pelo amor de Deus, esse erro primário.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente Tasso Jereissati...

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, quero retirar o requerimento sobre o São Francisco. Se alguém quiser discutir o São Francisco não será por iniciativa minha. Vou retirar o meu requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos e nesta Comissão agora. Essa discussão será inevitável, mas vou retirar porque não quero nem fazer essa discussão. Apenas propus que se convidasse o Ministro. Não vamos fazer uma discussão agora disso aqui. Se esse é um tema complicado, eu estava querendo que a gente tentasse racionalizar, porque virá, inevitavelmente, a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Vamos discutir isso, porque é importante, mas, na primeira reunião, estamos nos dividindo, dizendo que beneficia o Estado “A” ou “B”...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, só para uma questão de ordem. Pelo que entendo, nenhuma pessoa aqui deseja que esse assunto não seja discutido. Todos desejamos urgentemente discuti-lo, até pelas razões que o Senador Fernando expôs, que a matéria está em andamento prático e pode virar... Já existe recurso no Orçamento, as licenças estão sendo resolvidas. É provável que isso se transforme em concorrência e em obra logo.

Então, esse negócio é uma questão de fato. Pelo que entendo, a proposta do Senador Fernando não bate com isso. O Senador deseja que o Congresso realize sessões plenárias para discutir o assunto. Fez uma convocação nesse sentido na Comissão de Assuntos Econômicos; trouxe hoje uma convocação para a Comissão de Desenvolvimento Regional. Seguramente, deverá fazer a mesma coisa na Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Propus Infra-Estrutura e Agricultura.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ou também na Comissão de Agricultura. Isso, evidentemente, deverá ser painel, não da Comissão que V. Ex^a preside, mas do conjunto das Comissões. É uma discussão que seguramente vai dividir e que não pode ser trazida para esta Comissão, senão compromete as suas finalidades.

Creio que essa é a opinião do Senador Fernando e de todos nós. É claro que os Parlamentares gostam de discutir. Mas o ambiente para discussão a fim de que o Nordeste consiga o resultado desejado não é o foro desta Comissão. Pelo menos não neste momento. A questão é muito mais ampla; não se restringe ao tema da Comissão do Desenvolvimento Regional. Os presidentes vão convocar várias comissões para uma reunião, que deve ocorrer brevemente. E isso não vai interferir no encaminhamento que começou muito bem e vai terminar melhor ainda nesta Comissão.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB-AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB-AL) – Sr. Presidente Tasso Jereissati, a minha dissertação talvez tenha sido um pouco apaixonada porque esse tema da seca que assola o meu Estado mexe um pouco com as nossas emoções. O que eu quis dizer é que o tema é polêmico, há muitas questões a serem esclarecidas. Esse assunto será debatido de uma forma ou

de outra no Senado Federal. E cabe a nós, Senadores, decidir em que medida esta Comissão participará desta questão, que é um componente – concordo perfeitamente com isso – de um universo muito mais amplo. E aí, sim, este é o verdadeiro cerne da finalidade desta Comissão: traçar políticas abrangentes.

Há diversas posições. Citei essa questão do Estado do Ceará porque é a que surgiu nas discussões. Não tenho a menor idéia se procede, ou não, essa informação porque as discussões não estão ocorrendo. Quando acontecerem, ficará mais fácil que todos nós possamos ter uma posição clara, transparente e, sobretudo, ficarmos convictos de que é a melhor posição para o Nordeste.

Entendo que V. Ex^a tem toda razão em priorizar debates que, em profundidade, venham realmente criar uma motivação para políticas públicas que corrijam as desigualdades regionais do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Ninguém mais do que eu conhece o Senador Teotônio Vilela de longa data. Sei e reconheço o seu enorme espírito público e seu empenho pela causa regional. S. Ex^a foi um dos primeiros a dizer: se essa Comissão nascer, eu quero estar lá e quero participar dela.

Entendo e compreendo perfeitamente que esta discussão sobre o São Francisco desperte o lado emocional. Mas ela tem que ser realizada. E ela só chegará a bom termo – inclusive já conversamos sobre isso – quando for racionalizada. Então, devemos apresentar as condições necessárias para que haja uma discussão técnica e científica sobre a questão.

A sugestão do Senador Fernando Bezerra de, paralelamente às nossas reuniões, iniciar-se uma reunião em conjunto com as quatro outras comissões é perfeitamente válida. Concordamos em fazê-lo. Mas não é o momento de discussão nesta Casa. Isso é importante e todos estamos de acordo com isso.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada. Eu queria fazer uma sugestão para o encaminhamento dos trabalhos.

Essa discussão vai acontecer. Entendo a ansiedade e a empolgação de todos nós, mas queria saber, Sr. Presidente, como tenho compromisso... Há vários requerimentos. Inclusive já verifiquei isso com V. Ex^a. A sua proposta vem ao encontro de um requerimento

que eu fiz. Então, queria saber se faremos essa deliberação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Peço a compreensão dos Srs. Senadores, porque estamos completamente sem estrutura ainda. Vamos apenas combinar a próxima reunião. Não chegamos a submeter à votação, mas parece-me tácito que, quanto à questão das agências, estamos de acordo, não é, Senador Fernando Bezerra?

Em seguida, vamos submeter todos os requerimentos, que serão levados em consideração.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Vou colocar em votação os requerimentos.

Antes concedo a palavra à Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu havia feito uma proposta de substituição; depois, apresentei uma outra proposta. Quero deixar isso registrado. O Senador Sibá Machado propôs ouvirmos uma pessoa. Em vez de substituir, eu gostaria de somar. Creio que seria mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Entendo que a proposta mais razoável é a primeira, para que seja ouvido o Ministro Ciro Gomes, que está propondo uma nova política de agências.

Vamos conceder a palavra ao Senador Tourinho e, em seguida, colocar em votação o requerimento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Senador Tasso, entendo que o sucesso desta Comissão vai depender muito da abrangência maior que ela puder dar a todos esses temas. Penso que os temas têm que ser abrangentes, como, aliás, dos nove temas colocados aqui, oito são inteiramente abrangentes: política industrial; efeitos regionais, Sudene/Sudam; política educacional; política de saúde; política urbana; turismo; financiamento – que considero, repito, um dos mais importantes –; e política de convivência com o semi-árido.

Quando chegamos ao Item dois, este não é abrangente, que é exatamente a transposição do São Francisco.

O Senador Sérgio Guerra há pouco me perguntava se eu entendo que a transnordestina devia ser discutida aqui. Creio que não. Penso que isso é um problema da Comissão de Infra-Estrutura.

Entendo também que a transposição, Senador Fernando Bezerra, tem que ser discutida. Vamos discutir esse tema em outras comissões, inclusive nesta.

Entretanto, não penso que isso seja prioridade desta Comissão. Primeiro, por não ser questão abrangente a todas as regiões aqui representadas. É um problema específico do Nordeste, em que há divergências.

Penso que começar os trabalhos nesta Comissão com divergência seria ruim. Isso é um ponto.

Outro ponto é que a questão não é abrangente. Repito que o sucesso desta Comissão virá pela abrangência dos temas. Aí, sim, vamos conseguir as soluções.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Não havendo mais nenhum Senador que queira se manifestar, coloco em votação o requerimento do Senador Fernando Bezerra para que haja uma reunião conjunta, paralela à pauta desta Comissão, com mais três comissões: a Comissão de Serviços de Infra-estrutura, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Agricultura.

Todos estão de acordo? (Pausa.)

Aprovado.

Coloco em votação a proposta de que, para a próxima reunião desta Comissão, para a discussão das novas agências de desenvolvimento regional, seja convidado o Sr. Ministro Ciro Gomes, que seria o responsável, na área do Governo Federal, pelas novas políticas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

Quanto à definição do dia, temos um problema. Não temos um dia fixado. Eu gostaria muito de ouvir o Senador Teotônio, que é decano no Senado Federal, sobre essa questão.

A proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães é maravilhosa e vamos fazê-la. Se não tivermos um dia para a comissão, se ficarmos flutuando nos dias, fica muito mais difícil organizarmos as agendas.

Inicialmente, na primeira reunião, combinamos a reunião para terça-feira, às 18 horas e 30 minutos. Tivemos uma dificuldade na terça-feira, porque a Ordem do Dia se prolongou e não pudemos realizar a reunião às 18 horas e 30 minutos. Continuamos na terça-feira, às 18 horas e 30 minutos?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. (Orador não identificado) – Na segunda-feira, à noite, não há nada. Exatamente por isso, teríamos mais espaço para trabalhar.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. (Orador não identificado) – E o dia de quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Não sou contra nem a favor. Vou apresentar algumas inconveniências. Primeiro, alguns Senadores participam de outras comissões, como a Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Há outras comissões?

O SR. (Orador não identificado) – Há reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – A Comissão de Assuntos Sociais também é nesse mesmo dia. Como somos uma comissão nova, temos esse problema.

Também há outro problema. Quando a sessão plenária é pela manhã, tudo bem, mas quando, por alguma razão, ela é antecipada para a manhã, conseguir quorum é difícil.

Quanto à segunda-feira, há a questão de que alguns Senadores somente chegam a Brasília na segunda-feira à noite, ou à tarde.

Nas terças-feiras, a Ordem do Dia pode se prolongar.

Entretanto, precisamos ter uma definição. Coloco em votação...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, hoje é uma quinta-feira, um dia normal, e a Casa já se encontra vazia. Na segunda-feira, no plenário, as sessões terminam mais cedo, até pela falta de Senadores. A segunda-feira um dia para pronunciamentos, para apresentação de documentos, de requerimentos. Não é dia de sessão deliberativa.

Eu não moro em Brasília; venho às segundas-feiras e volto às quintas ou sextas-feiras. Não é em razão da minha ausência, na segunda-feira, que a Comissão não deva atuar, até porque tenho de me adaptar ao calendário. No caso, se ficar definida a segunda-feira, eu terei que me adaptar e estar aqui às segundas para acompanhar as reuniões.

Mas é muito mais fácil realizarmos as reuniões ou no final da tarde das terças e das quartas, do que na segunda-feira. Na quinta-feira, de manhã, talvez seja a melhor opção, porque é o dia em que há o menor número de comissões funcionando. Hoje não há nenhuma em funcionamento; apenas esta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Não, estão funcionando a de Relações Exteriores e a de Assuntos Sociais. *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Em razão de estar trancada a pauta, esvaziou... Claro.

O Governo esvaziou o Congresso. Ao trancar a pauta acabou...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Em votação.

Concedo a palavra ao Senador Teotônio.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Meu voto é para que seja mantido o horário no qual iniciamos hoje, quinta-feira, pela manhã.

No entanto, farei qualquer esforço e mudarei minha agenda se a decisão for em outro sentido.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Concedo a palavra ao Senador Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Na terça-feira, pela manhã, não pode ser porque funciona a Comissão de Assuntos Econômicos; na quarta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vamos disputar o espaço da manhã na quinta-feira. Creio que sobrou apenas a quinta-feira. Vi poucas comissões e participei de poucas comissões que funcionassem nesse horário de 18h30min, ou seja, depois do horário do expediente. Há uma dispersão natural. Isso é complicado! Penso que é melhor disputarmos espaço na quinta-feira. Senador Tasso Jereissati, podemos tentar começar mais cedo. Talvez este seja um ponto em que podemos ganhar. Se começarmos as atividades mais cedo aqui, talvez possamos efetivamente ter um tempo maior disponível aqui, na quinta-feira. Se iniciarmos a reunião mais cedo, creio que a gente ganha esse espaço.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Na verdade, o horário regulamentar é quarta-feira às duas horas da tarde. O problema é que dá conflito com o Plenário, com a Ordem do dia, que é às quatro. Como a idéia é que teremos muitos debates – com o Ministro Ciro Gomes, com o Presidente do BNDES e o do Banco do Nordeste –, esses horários que conflitam ficam prejudicados. Para esse tipo de discussão, teriam que ser horários em que não tivéssemos a preocupação de encerrar a reunião.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* A Presidência entraria em contato com os Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Legislação Participativa, para que S. Ex^{as} antecipassem a reunião para um pouco antes das nove horas ou das dez horas para que pudéssemos participar de todas as comissões.

(Superposição de intervenção dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Farei uma avaliação com os Srs. Senadores, por telefone, para que definamos o dia. Ficou definido que o primeiro convidado seria o Ministro Ciro Gomes. Vamos definir um período para terminar a discussão

do tema que será, a princípio, de 60 dias. É muito ambicioso?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Noventa dias? Três meses.

Ouvi pessoas contra, pessoas a favor, novas idéias. Há a Sudam, a Sudene.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Quero lembrar a V. Ex^a que o Centro-Oeste é completamente diferente. Temos que aprender a tratar o Centro-Oeste como uma região diferente da nossa. Enquanto a nossa Região tem problemas de crescimento da economia, o Centro-Oeste possui outros.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Noventa dias para terminar? É a definição?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. (Orador não identificado) – Força um pouco a gente a trabalhar mais.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Vou consultar os outros Senadores por telefone para que possamos chegar a um acordo.

Há um ponto a mais que, por minha culpa, não foi tratado: a questão do turismo. Temos, também, uma questão relevante sobre o turismo que está na pauta do dia. Creio também que temos que tratar o turismo de forma mais abrangente, o modelo que temos para o desenvolvimento do turismo, inclusive, temos que discutir a questão regional. Temos a questão das linhas aéreas.

Eu gostaria de sugerir uma segunda reunião. Não podemos deixar a questão do turismo em segundo plano. Quero convidar o Vice-Presidente para fazer uma exposição sobre a questão da crise das linhas aéreas, que é fundamental para o turismo, principalmente para os Estados que estão desenvolvendo o turismo externo. Não existe turismo externo sem uma política de linhas aéreas condizente com nossos propósitos. A sugestão seria convidar o Vice-Presidente.

Em votação o convite ao Vice-Presidente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Os outros requerimentos, de acordo com o andamento do tema, serão desenvolvidos e aprovados.

Nada mais havendo a trazer, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h42min.)

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 8 de março de 2005, terça-feira às 18:30 Horas.

Às dezoito horas e quarenta e oito minutos do dia oito de março de dois mil e cinco, na Sala 03, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença das Senadoras **PATRÍCIA SABOYA GOMES E ANA JÚLIA CAREPA** e dos Senadores **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, CÉSAR BORGES, LEONEL PAVAN, TEOTÔNIO VILELA FILHO, GARIBALDI ALVES FILHO, JOSÉ MARANHÃO, FERNANDO BEZERRA, REGINALDO DUARTE, SÉRGIO GUERRA, NEY SUASSUNA, VALDIR RAUPP, LUIZ OTÁVIO, DELCÍDIO AMARAL, AUGUSTO BOTELHO, ARTHUR VIRGÍLIO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, HERÁCLITO FORTES, EDISON LOBÃO, JOSÉ MARANHÃO, além do Presidente do Senado Federal, Senador RENAN CALHEIROS. Justificam ausência as Senadoras ROSEANA SARNEY e FÁTIMA CLEIDE.** Comparecem, também, os Deputados Léo Alcântara, Paulo Lima, José Pimentel, Antenor Napolini, Olavo Calheiros, Antônio Cambraia, Zezéu Ribeiro, Wilson Santiago, Benjamin Maranhão, Félix Mendonça e Antônio Carlos Magalhães Neto. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. A presente reunião destina-se a audiência pública com o Ministro de Estado da Integração Nacional, Senhor **Ciro Gomes**, oriunda de sugestão do Presidente da Comissão, acatada pelos demais membros. O Senador Tasso Jereissati, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, passa a Presidência para a Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, visto a Vice-Presidenta, Senadora **Ana Júlia Carepa**, ter que se ausentar para presidir os trabalhos de outra Comissão. Com a palavra, a Senadora **Patrícia Saboya Gomes** agradece a honra com que foi distinguida e concede a palavra ao Senhor Ministro. Após a explanação, fazem uso da palavra os Senadores **Antônio Carlos Magalhães, César Borges, Sérgio Guerra, Fernando Bezerra, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Garibaldi Alves Filho, José Maranhão** e o Deputado **Zezéu Ribeiro**. Antes do encerramento dos trabalhos o Senador Tasso Jereissati convida o Senador **Antônio Carlos Magalhães** para ser o relator de proposta que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deverá apresentar sobre a criação da SUDAM e da SUDENE. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta em exercício, Senadora **Patrícia Saboya Gomes** encerra os trabalhos às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos lavrando eu, José

Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada., será assinada pelo Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati e pela Presidenta em exercício, Senadora **Patrícia Saboya Gomes** e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente, – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidenta em exercício.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – É uma justificativa. Presido aquela Comissão que acompanha as investigações sobre o assassinato da irmã **Dorothy Stang**. Há já quatro convidados na Comissão nos aguardando e aguardando a chegada de outros Senadores. Acabaram de vir me chamar, porque já chegaram lá.

Já me desculpei com o Ministro **Ciro Gomes** e com o Presidente da Comissão, porque hoje, no Dia da Mulher, a mulher Vice-Presidente da Comissão não poderá estar presente, mas haverá aqui, com certeza, a presença das mulheres, inclusive está aqui a Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, que faz parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati) – Em se tratando da Senadora **Ana Júlia Carepa**, está perdoada, apesar de que hoje, como o Dia Internacional da Mulher, contávamos com a presença fundamental e imprescindível, que ia dar um colorido todo especial, mas, infelizmente, preteridos fomos, preteridos ficamos.

Entendemos perfeitamente, Senadora.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, propomos a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Conforme pauta previamente distribuída, a reunião de hoje vai abrir a discussão sobre a questão das novas agências de desenvolvimento regionais.

Ministro **Ciro Gomes**, nas reuniões preliminares que aqui tivemos, decidimos criar uma maneira um pouco diferente de levar o trabalho desta Comissão, então dividimos os nossos trabalhos por temas e decidimos que o tema prioritário a ser discutido era a questão das novas agências de desenvolvimento regional. Vamos focar o tema durante as próximas reuniões, discutindo e marcando prazo para término das discussões, que, a princípio, será nos próximos 60 dias, quando vamos aqui aprovar, provavelmente emendando, ou simplesmente aprovando *in totum*, ou colocando novas

sugestões, as propostas sobre as novas agências de desenvolvimento regional.

Estou falando em novas agências de desenvolvimento regional de propósito, para não chamar de Sudene ou Sudam, ou Agência do Centro-Oeste, para caracterizar bem que estamos pensando, como sei que é pensamento de V. Ex^a, uma nova agência, novas idéias que venham a ser muito mais efetivas em termos de desenvolvimento e tendo uma abrangência até maior sobre o tema.

Nesse sentido, a proposta da nova agência do Nordeste e Norte hoje está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cujo Presidente é o Senador Antonio Carlos Magalhães, que hoje já definiu – e o Senador falará sobre isso na sessão no plenário do Senado Federal – a sua disposição de enviar essa proposta, esse projeto que está lá, para vir a ser discutido aqui. Não sei se o Senador Antonio Carlos Magalhães gostaria de, logo de início, falar sobre essa sua iniciativa de já trazer a proposta para que possamos continuar o trabalho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Aí serei rápido, posso inclusive passar o que seria meu voto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a V. Ex^a, porque já decidi no plenário e com a Mesa que a primeira Comissão a falar sobre isso será a que V. Ex^a preside.

Agora, sobre os outros assuntos, vamos ouvir primeiro o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati) – Desta maneira, antes de passar a palavra ao Ministro, gostaria – se todos permitirem, como hoje é o Dia Internacional da Mulher – de fazer uma homenagem que considero importante.

Estávamos pensando em passar a Presidência para a Senadora Ana Júlia Carepa para comandar os trabalhos aqui, homenageando a mulher nortista. Mas ela aqui justificou a sua ausência.

Convido a Senadora Patrícia Saboya para presidir esta reunião, falando e homenageando não só a mulher, mas a mulher nordestina. Como nortista que é, acho justo que venha presidir esta sessão.

Cheguei a ficar preocupado, mas de logo me despreocupe, porque fiz gestões junto à Senadora para que ela não fizesse cobrança de pensão, aproveitando o microfone neste dia. Como ela se comprometeu, o Ministro pode ficar tranquilo de que tudo será tratado da maneira mais adequada possível.

Presidente Renan Calheiros, estava acabando de colocar e quero agradecer a presença de V. Ex^a que é extremamente honrosa e demonstra bem a importância que nós todos, Senadores das regiões mais pobres do País, estamos dando a esta Comissão e a

confiança de que chegaremos, de maneira efetiva, a um resultado concreto.

Sr. Presidente, se me permite, como hoje é o Dia Internacional da Mulher, estava fazendo uma homenagem à mulher nordestina especificamente, convidando a Senadora Patrícia Saboya a assumir a Presidência dos trabalhos para que hoje a presidência seja exercida por uma mulher que, com certeza, presidirá muito melhor do que nós homens aqui presentes. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Queria, antes de mais nada, agradecer ao Senador Tasso Jereissati, Presidente desta Comissão, pela deferência que faz a todas nós mulheres Senadoras desta Casa, dando-nos a oportunidade de presidir uma comissão tão importante quanto a nossa, que tem buscado encontrar, na verdade, a possibilidade de que o nosso País seja mais justo e igualitário, buscando recuperar o tempo perdido.

Esta Comissão, sem dúvida nenhuma, poderá fazer esse trabalho, como bem disse o Senador Tasso Jereissati, nosso Presidente, elaborando políticas públicas que possam trazer essa compensação tão desejada por todos nós nordestinos. Quero agradecer também a presença do nosso Presidente Renan Calheiros, que para nós é uma honra muito especial e agradecer, finalmente, a presença do Ministro Ciro Gomes, que irá nos falar um pouco sobre as agências de desenvolvimento, buscando no diálogo encontrar os caminhos para que os nossos Estados possam ter aquilo que o nosso povo tanto merece.

Portanto, agradeço a presença do Ministro Ciro Gomes e passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CIRO GOMES – Exma. Sr^a Senadora Patrícia Saboya Gomes, a quem desejo homenagear não só como mulher que qualifica a luta da mulher brasileira na trincheira do Parlamento, com orgulho do meu Estado, o Ceará.

Certamente se não me cobra pensão é porque compreende que o salário de Ministro é bastante exíguo para esse tipo de cobrança.

Exmo. Sr. Senador Tasso Jereissati, a quem, saudando, quero de logo cumprimentar pela ascensão à Presidência desta Comissão, pela criação desta Comissão, que era uma lacuna imperdoável, na medida em que o Senado brasileiro tem-se revelado como uma Casa democrática absolutamente afinada com as mais graves questões brasileiras, e, certamente, a questão do desequilíbrio regional do desenvolvimento do País põe para a Nação desafio que encontrará nesta Casa, quem sabe, definitivamente ao lado da Câmara Federal o fórum definitivo, onde essa equação pode ser encontrada.

Sem demérito algum para as Sr^{as} e os Srs. Senadores, quero crer que o Senador Tasso Jereissati, pela presença histórica que tem na política do Ceará, pela presença já qualificada na política brasileira, pelo seu talento, certamente dará a esta Comissão um grande vulto.

É uma alegria e uma honra muito especial para mim, atender a esse convite, como lhe disse é convocação.

Eminente Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, distinguida a honra de sua presença, quero, agradecendo a sua presença, augurar-lhe êxito na missão, que já se inicia profícua no Senado brasileiro.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadores, Srs. Deputados Federais, que vejo presentes, Sr^{as} Deputadas Federais, senhoras e senhores, minha sina, Sr^a Presidente desta sessão, é, em trinta minutos, discorrer sobre o tema que me trouxe a esta Casa. Tentarei desvencilhar-me disso e me ofereço, ao cabo dessa introdução, para tentar responder a questionamentos, ouvir críticas, receber reparos àquelas opiniões que, com muito respeito e muita franqueza, pretendo apresentar naquilo que considero um momento grave e sensível. Todos, no Brasil, lutamos por um País mais justo. Compreendemos que essa injustiça no Brasil tem endereço, e esse endereço se aperfeiçoa de forma muito doída em algumas regiões do País, mas especialmente a do Nordeste brasileiro e no Norte.

A proposta do Exmo. Sr. Presidente Luis Inácio Lula da Silva já apresentada na sua campanha de refundar as agências de desenvolvimento regionais foi uma das primeiras missões que recebi ao assumir o Ministério da Integração Nacional. Entretanto, já recebendo do Exmo. Sr. Presidente essa instrução, tive com ele uma conversa a qual me agradou bastante, porque disse a ele, e quero reproduzir aqui, pois continua sendo a minha firme convicção de que não há sentido nenhum, não vejo utilidade prática nenhuma, não vejo mesmo consequência em se criar agências de desenvolvimento para ficarem desconexas de uma estratégia nacional, que compreenda o problema da territorialidade no distribuir dos frutos do trabalho e da produção no País.

Portanto, pedi a S. Ex^a que nos desse um tempo para que a refundação dessa instituição não fosse apenas uma indenização ao que considero um equívoco, que percebendo certas fragilidades, certos constrangimentos na prática final das duas agências: Sudam e Sudene, e mais aquela do que esta, acabou-se por achar cômoda ou mais fácil a solução de extingui-las pura e simplesmente. Não podia ser simplesmente uma vindita ou uma resposta àquilo que foi um equívoco em

minha opinião de apenas pura e simplesmente extinguir essas unidades.

Daí resulta, e peço vênias a V. Ex^{as} para ambientar o assunto, que nós consideramos que, para que haja sentido estratégico nessa refundação, é preciso compreender que um País, com as características do Brasil, não pode submeter o seu destino às volições do individualismo espontâneo das forças e mercado. Não vai aqui nenhuma crítica ideológica à questão do mercado e à sua capacidade de gerar retorno ótimo à alocação de recursos escassos, que é a sua lógica, vai na compreensão que se tem da realidade mesmo do Brasil, deixadas livres as discussões de alocação de recursos no Brasil, agudizar-se-á o desequilíbrio do País, e que hoje traz modernamente, à nossa realidade, uma ameaça que, no passado, não era tão grave, da própria fragmentação do território.

Volto a dizer que não falo isso muito por paixão ideológica. Falo por uma percepção prática do cenário internacional e do cenário brasileiro. Quer dizer, no cenário internacional, a mundialização, ou a globalização, como se queira falar, na verdade, opõe uma assimetria clara e concreta nas condições mesmas de produzir, de trabalhar, de comercializar, de fazer trocas financeiras, de fazer trocas tecnológicas. Traduzindo em miúdos práticos, para que não nos percamos nessa introdução, mas apenas para ambientar, modelar, do que se trata a nossa percepção do assunto. Se imaginarmos três fatores básicos para produzir, trabalhar e comercializar, e compararmos esses fatores, em escala global, com a realidade média brasileira, chegaremos a incluir com mais objetividade o que estou querendo dizer.

O nível de escala das empresas, na globalização, hoje tende a impor-lhes ganhos extraordinários de custos, de redução da lucratividade por unidade de produtos ou serviços, enfim, quem opera em média escala tende a, invariavelmente, vender o seu produto ou serviço mais barato do que custa produzir em pequena escala. No Brasil, sete em cada dez empregos vêm de pequena e média empresa. Por definição, trabalho em pequena escala. No Nordeste e na Amazônia, salvo Manaus, pela atipia do pólo industrial de Manaus, temos nove em cada dez empregos vindos de pequenas e médias empresas, que, por definição, operam em pequena escala.

Portanto, contaminar uma competição aberta, desintermediada só por este argumento de mega escala com pequena escala já significa a inviabilidade, a insustentabilidade, por média, desses empreendimentos.

Mas, há dois outros fatores. O fator tecnológico hoje impõe uma tal produtividade, qualidade e redução de preços e de qualidade nos produtos ou serviços,

que não é mais imaginável uma competição desintermediada entre um padrão tecnológico defasado e um padrão tecnológico de ponta. E aí de novo comparamos a questão com o Brasil. O Brasil, salvo pontas de excelência aqui e ali, vem produzindo e trabalhando, em média, há três gerações tecnológicas, defasado em relação à conta mundial.

No Nordeste e na Amazônia, salvo o pólo industrial de Manaus, mais uma vez, por sua atipia, a defasagem tecnológica é ainda mais extensa. E, por terceiro, o padrão de financiamento. Quer dizer, todos compreenderão com muita rapidez, pela experiência que todos têm aqui, que não é imaginável uma competição em que o marco do financiamento se processa a 3,5% de juros ao ano, em competição desintermediada com o marco do financiamento que cronicamente, no Brasil, se situa entre 50%, 150% ao ano, e não dispõe de duplicata para ficar em uma linha comercial prática.

E a conjuntura brasileira, há muitos anos, tem praticado esses juros, por essa ou aquela razão. Se misturarmos as três variáveis entenderemos o nível do drama e a introdução doutrinária, por assim dizer, por onde se tenta ambientar a concepção dessas novas agências. O Brasil, agravado nas suas regiões menos desenvolvidas, opera em pequena escala, estrangulado no financiamento e defasado tecnologicamente. Deixados livres esses espaços para competir em uma linguagem individualista *stricto sensu* de mercado, a sustentabilidade desse espaço produtivo é inviável.

Sucede daí, com o máximo de objetividade possível, o menos de ideologia e de paixão possível, que é preciso garantir algumas mediações do Estado nesse processo. O Estado, neste caso, terá de recuperar alguma função de planejamento que se perdeu também nos tempos recentes, no Brasil. E esse planejamento não pode ser aquele planejamento tecnocrático que lança pura e simplesmente as bases logísticas de uma excelência de ponta aqui ou acolá. Esse planejamento tem de se traduzir modernamente em coordenação, supervisão, inovações institucionais que promovam uma coordenação e uma parceria estratégica entre setor privado e setor público.

É compreendendo assim os fatos que nós elaboramos, por primeiro contexto, as bases do que nós chamamos de política nacional de desenvolvimento regional. Por quê? Entendido está, creio, pela experiência de todos quantos aqui eu conheço quanto à vivência e à intimidade com o problema. Não é imaginável que se possa enfrentar tal problema na sua complexidade entendendo-se, como infelizmente aqui e ali na conjuntura brasileira se entendeu, como um problema para ser resolvido por políticas setoriais, ou seja, o Ministério da Integração Nacional seria o encarregado de promover

essa operação do desequilíbrio regional. Isto é uma bobagem impraticável se nós imaginarmos essas ações hercúleas, esses esforços que os meus antecessores fizeram; são completamente nulos se nós virmos as grandes questões de política cambial, de velocidade de moeda, de fortalecimento da base tecnológica do País e de política industrial pela afirmação ou pela negação, conforme os ciclos ou as políticas sociais. Quer dizer, imaginar uma política nacional de saúde pública e de educação pública que não se rebata nas especificidades do território também acaba explicando a inconseqüência. Ou a política de infra-estrutura. Quer dizer, o hiato de logística no Nordeste, de logística na Amazônia brasileira e de logística agora no Centro-Oeste brasileiro também são por si, sozinhos, impeditivos de superação dos problemas de atraso.

Hoje mesmo a Bahia, o Oeste baiano, graças ao talento dessa gente de valor, tem conseguido números extraordinários. Num contexto de crescimento médio medíocre do País na década, a Bahia tem conseguido, nessa sub-região do Oeste baiano: Luiz Eduardo Magalhães, Barreiras, enfim, nessa região, um crescimento de até 10% ao ano do PIB, quando o País crescia a 2%.

E há um estrangulamento logístico, eu diria, já hoje criminoso. O Piauí, que freqüenta com muita injustiça a piada e o preconceito, aqui e ali, de um desavisado no País, também tem subespaços regionais produzindo uma agricultura de alta linhagem para exportação – pasmem V. Ex^{as}; e não pasmarão porque conhecem com intimidade o problema brasileiro –, escoando soja para exportação por estrada vicinal. Só para dar um exemplo concreto ao que eu estou querendo dizer.

Então, se nós juntarmos tudo isso e imaginarmos ainda a questão da ciência e tecnologia como basilar para um momento de desenvolvimento que se pretende para o País e que com a experiência empírica se observa no mundo, nós temos, para além da defasagem tecnológica, remotamente taxas criminosas de analfabetismo, taxas gravíssimas de evasão escolar, taxas crescentemente preocupantes até de ausência de matrícula com demanda reprimida no segundo grau, graças ao êxito do esforço de se ampliar matrícula de primeiro grau. E vamos ter o seguinte: a despeito de vinculações como aquelas que determinam 30% de aplicação nos fundos setoriais de ciência e tecnologia, o Nordeste brasileiro, por exemplo, não saca sequer 12% desses 30%. Não são 12% quase metade de 30%, são 12% de 30%, das disponibilidades legalmente estabelecidas como vinculadas às aplicações no Nordeste.

Quando olhamos para o financiamento, vem muito ruim e piorando o nível de exposição dos grandes

conglomerados financeiros públicos e privados brasileiros no Nordeste, salvo o Banco do Nordeste, que está dando um salto expressivo nas aplicações do FNE. O BNDES tem uma aplicação, nas três regiões mais sensíveis do País sob esse ponto de vista, inferior a 12% de suas aplicações. Atualmente, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste somados essa aplicação cai relativamente. O Banco do Brasil tem uma aplicação, também, muito aquém, seja da população, seja da proporção do PIB regional. E mais grave ainda: na medida em que o Banco do Nordeste expande – aconteceu no ano de 2003; o FNE passou de R\$200 milhões para R\$1 bilhão em 2003 e R\$3 bilhões em 2004 – quase na mesma proporção se reduzem as aplicações do Banco do Brasil. De modo que é uma soma zero na região.

Comércio exterior como um *trading*, uma tendência grave, onde os incentivos, todos os esforços do país, todas as atenções – dado o passivo externo líquido grave que o país construiu, ao longo dos últimos anos – o comércio exterior, por agora e por um futuro próximo, será sempre uma área onde se buscarão incentivos, privilégios, reforços, etc. O Nordeste brasileiro, apesar de, em termos absolutos, estar crescendo modestamente nas exportações, em termos relativos está diminuindo a sua participação no comércio exterior. Ou seja, deixadas livres, no espontaneísmo das decisões do mercado, o país verá isso, que já é grave, se agravar ao limite de um stress, onde visualizo uma ameaça de ruptura, pela primeira vez, na história brasileira.

Portanto, é preciso interromper isso; é preciso que o Poder Central do país se redesenhe nessa relação, abolindo preconceitos que se afirmam em retóricas de países ricos, mas não guardam coerência com suas próprias práticas atuais; e passe a tentar construir esse conjunto de mediações.

As bases disso foram oferecidas, com a aprovação do Presidente Lula – à discussão do país, e trago uma cópia aqui para a Comissão. Basicamente, é um diagnóstico com indicativos de caminhos para a superação desses problemas; esse diagnóstico é abandonado, porque se consideram mais pertinente os limites geopolíticos do país, para colocar no território uma compreensão de como as coisas estão. Basicamente, o foco estratégico é a renda. Estratificamos três padrões de renda: renda baixa, renda média e renda alta. E, em seguida, fizemos um esforço para compreender, em subescala regional, como, mesmo com padrão de renda baixo, esse espaço do território brasileiro está evoluindo, ou em renda média ou em renda alta.

E, assim, chegamos a quatro tipologias que estão resumidas aí. Essas tipologias são basicamente: renda alta, porque tem uma explicação por si mesma e não é objeto da nossa preocupação central. Nossas preo-

cupações começam a se agravar a partir de extratos de renda média em crescimento; agravam-se um pouco mais em extratos de renda média em decadência e, profundamente se agravam quando encontramos renda baixa em estagnação. Esse é definitivamente o universo mais preocupante.

E o que o estudo revela é um país fragmentado nessa dinâmica. Então, se encontramos um nordeste que está com todos esses números complexos, negativos, sob o ponto de vista relativo, vamos encontrar subespaços regionais, como o oeste baiano já citado, como o sul do Piauí já mencionado, que estão crescendo a taxas, às vezes, cinco vezes superiores às taxas médias do país. E para essas taxas não há uma agenda, não há uma prioridade de logística, porque, na tradição conservadora, no olhar tradicional disso, a logística para a cultura de grãos de exportação está olhando para o centro-oeste brasileiro.

Como vamos encontrar – e essa é uma discussão que já abri com o Senador Tasso Jereissati – subespaços regionais de renda média, aonde se encontram os piores indicadores de retrocesso econômico na década? A metade sul do Rio Grande do Sul é a região que pior regride no país, na década que vai de 1985 a 1995 ou de 1990 a 2000. Claro que nunca nenhuma região semi-árida ou o interior da Amazônia chegou jamais aos padrões de renda que já chegaram os nossos irmãos gaúchos da metade sul. Porém, não é razoável, penso eu, que o país assista impotente, sem nenhuma instituição, sem nenhuma política, sem nenhuma ferramenta de intervenção. Há um espaço que já atingiu renda média. Regredir a taxas graves, profundas, dramáticas, e o país assistir isso impotente, sem poder intervir. Naturalmente, essa intervenção não pode ser da mesma natureza, nem as contrapartidas serem as mesmas. Mas, é preciso, pensando na formulação dessa política, que o país compreenda que a questão do desequilíbrio regional hoje é uma questão nacional e que ao agir, o país e suas instituições centrais, haja de forma proporcional às realidades tais quais elas fragmentariamente surgem no território do país.

Esse estudo está detalhado em 588 quadrantes. E se tem foco em desenvolvimento, PIB, *per capita*, etc., não deixa de levantar também todos os outros indicadores. Por exemplo: mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, taxa de evasão escolar, domicílios com saneamento básico, ligação de água, enfim, todos esses elementos estão sendo levantados, e estão sendo produzidos relatórios para tencionar o governo, para que o governo, ao absorver, como o Presidente Lula já determinou, essa compreensão do país, no seu território, aja em cada um dos seus agires, se posso usar essa expressão, compreendendo coerentemente

como as coisas estão no país. Quero dizer a V. Ex^{as} que essa é a missão pau-de-sebo, a gente sobe três metros, escorrega dois; sobe um, escorrega três, enfim, é uma luta que abro aqui porque acredito que agora estamos subindo cinco metros com a criação desta comissão do Senado e com a experiência, estou vendo aqui uma fila de ex-governadores, Senadores, ex-prefeitos, secretários de fazenda, enfim, os senhores compreendem bem este assunto, manejaram todos, de alguns tive oportunidade de ser discípulo, de repartir mesas, como está aqui o nosso eminente Senador Antonio Carlos Magalhães.

Isso resulta um conjunto de iniciativas que estão sendo processadas no governo numa câmara de desenvolvimento regional criada pelo Presidente Lula, vinculada a ele próprio, onde se apresentam esses relatórios, essas contradições, e o embate vai-se fazendo de maneira a buscar coerência. E nós outros, para experimentar aquilo que estamos tentando formar como opinião no governo, escolhemos alguns subespaços regionais no território brasileiros, e estamos agindo diretamente ali, com foco na questão da superação do problema econômico, com agenda lateral de infra-estrutura, de serviços públicos, mas com foco na agenda. Algumas experiências bastante interessantes já podem ser visualizadas. Desse processo resulta com clareza, e eu como nordestino me preocupava muito com a carga de preconceito que havia sobre as caricaturas, a corrupção, o clientelismo, o coronelismo, caricaturas que vêm de um legado do passado que não se superou completamente ainda, que eram transformadas em regra quase para deslegitimar no imaginário nacional a compreensão correta, equilibrada, justa, do que é este problema. E fomos buscar então argumentos que pudessem estar protegidos de qualquer subjetividade. E temos uma razão clara, que é a lógica pela qual transcorre a idéia de uma nova Sudene ou se autonomamente esta Casa entender que outro nome se lhe pretenda dar. No Nordeste brasileiro vivem 28% da população nacional. E dali se extraem 13% do PIB brasileiro, é um hiato superior a dois por um.

Na Amazônia brasileira, volto a lembrar, a atipia do pólo industrial de Manaus que já gera 6% da produção industrial do país, portanto temos que sempre lembrar que isso se agrava dramaticamente no interior da Amazônia, temos 13% dos brasileiros habitando e apenas 6% do PIB. Nenhuma outra região do país tem este hiato.

O Centro-Oeste, que tem sido parceiro político tradicional dessas causas do equilíbrio que deve continuar sendo, hoje tem tendências muito mais a números do Sudeste, sob o ponto de vista de dinamismo econômico, de taxa média de crescimento, partindo

de um patamar menor, que a agenda real desses dois grandes subespaços brasileiros, o Norte e o Nordeste. Isso não quer dizer que o Centro-Oeste não precise de uma agenda especial, precisa. Mas essa claramente avulta como uma agenda de infra-estrutura e de crédito, sem desmerecer a questão tecnológica, etc. Já não é mais aquela outra agenda intrincada, complexa, deste hiato, 28% da população, 13% do PIB, e se lembrarmos do desequilíbrio intra-regional, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza, as capitais, em comparação com o semi-árido no interior, aí a coisa se dramatiza ainda mais. No semi-árido, esses números de população/produto são ainda muito mais graves: chega a 4 por 1 em subespaços regionais o hiato população/produto. Por isso é moderno, é exigível, é cabível, e é, acima de tudo, necessário e urgente que essas regiões do País tenham um planejamento especial, tenham um conjunto de instituições, ferramentas e uma coordenação mais aproximada do Estado nacional brasileiro desse problema. E daí resulta então a razão moderna, absolutamente contemporânea, do que há de mais avançado no mundo para se recriar uma agência com uma cara de autarquia especial ou outra que lhe queira dar o Parlamento brasileiro e as nossas instituições e governantes. Qual seria a função dessa nova agência? Esse é um debate muito delicado que evidentemente está aberto e é legítimo que se faça. Não quisemos responder por nós próprios a esse assunto, até porque é uma transição na economia dessas regiões. Nós encontramos subespaços que estão ainda ancorados em modos feudais de produzir, espionando para o céu, rezando para São Pedro para chover, matando gafanhoto com tamanco e, se der tudo certo, guardando para comer mal e porcamente por um período restrito; ao mesmo tempo em que encontramos uma economia pós-industrial avançadíssima, que experimenta pólo de *software*, que experimenta o turismo, ou que experimenta a produção cultural já com relevo econômico, como é mais uma vez o caso da Bahia o exemplo mais eloquente, ou uma indústria mais sofisticada como é a indústria automobilística, ou a petroquímica, ou estruturas de serviços bastante avançadas, bastante modernas.

Portanto esse não é um debate simples de fazer e nem pensamos nós deveríamos fazê-lo sozinhos e tecnocraticamente. Fomos à região, conversamos em fóruns abertos com as universidades, com as instituições empresariais, com as instituições sindicais, com as instituições acadêmicas, com as instituições políticas, com todos os governadores de Estado, procuramos avistar, enfim, com todos quanto tivessem alguma contribuição a dar nesse assunto. E a resultante desse processo é o que trouxemos nesse documento, que

passo às mãos de V. Ex^a e que explica basicamente as bases por onde caminha. E qual é a nossa idéia? A nossa idéia é evitar uma certa saudade, respeitável e compreensível, de um papel que outrora a velha Sudene ou a velha Sudam de fato tiveram.

Se tomarmos, por exemplo, o ICMS apurado na indústria do Nordeste hoje, mais de 80% dele provém de empreendimentos que foram mais ou menos reforçados, estimulados, apoiados, incentivados por essa instituição, portanto ela foi exitosa.

Se um pouco mais atrás formos e nos lembrarmos, formos buscar na memória o que eram as elites técnicas do Nordeste, os dirigentes, o aparato de gestão do Nordeste antes da ação visionária de Celso Furtado, aí mais gravemente se pode afirmar que elas cumpriram um papel de extraordinário relevo para as regiões em que se prestaram, mais a Sudene pela sua memória do que a Sudam, de iniciativa mais recente, porém esta também teve um papel relevante, e essa notícia desagradava de suas distinções na esteira de corrupção, de impunidade, de desvio de dinheiro não podia e não devia esquecer o mérito daquilo que aconteceu. E faço também a minha homenagem.

Entretanto, a nossa tarefa é ao futuro, e ao futuro aquela experiência não diz muito mais coisas, pensamos nós, *data maxima venia*, num debate que temos que expor a nossa opinião.

Então, concluindo, nos cinco minutos que a Senadora já me aponta, o que estamos imaginando basicamente é, assim como aquela política nacional de desenvolvimento regional recomenda, para cada um desses subespaços regionais, deveria o País organizar interativamente com a sociedade, com a sua participação, com a sua crítica, com a riqueza de experiências, que a nossa sociedade tem, na sua diversidade, um plano estratégico de desenvolvimento.

Um para metade sul do Rio Grande do Sul – volto a dizer, com as suas características, com as suas peculiaridades, naturalmente com uma contrapartida local diferente, naturalmente com uma agenda diferente, mas essencialmente por aqueles números: o hiato, população, produto –, um plano se impõe para o Nordeste e um plano se impõe para a Amazônia brasileira.

Esse plano estamos trabalhando sua montagem, o da Amazônia está pronto. Ele, basicamente, pretende ser um plano muito prático, a tentativa de recuperação de um esforço muito mais de coordenação aplicado ao território. E aí os capítulos são simples: são três, quatro ou cinco capítulos básicos: é o marco tecnológico para o desenvolvimento sustentável, essa interatividade, como é que vai a ciência e tecnologia, como é que são os investimentos, critérios de aplicação dos fundos setoriais, como é que *ventury capital* – que é

um nome em inglês, não foi criado um nome em português ainda, mas nada mais é do que um capital de risco para estimular a iniciativa de moços que saem das universidades e estão migrando para outros centros tão logo atingem excelência, na região. Este é um assunto que estamos levantando também.

O outro capítulo é o ordenamento territorial e o zoneamento econômico e ecológico, quer dizer, impõe-se isso como ferramenta de planejamento, como ordenamento do território, como prevenção de conflitos, conflito de uso da água, conflito de desmonte de biomas como a caatinga. Isso tudo impõe para sairmos dessa crônica de impasse em que se vai transformando a questão ambiental, muitas vezes, às vezes as angústias por infra-estrutura, etc., isso pode ser definido com clareza moderna num plano estratégico.

O marco do financiamento que deverá responder porque boa parte dos problemas é normativo. As normas do BNDES são incompreensíveis para o estágio que se encontra hoje, pelo menos no interior do semi-árido. Conjunto de garantias, a lógica de garantias convencionais, pensadas nacionalmente dizem pouco ao nível de empreendedorismo de pequeno porte, no que se encontra este interior; e é este outro vetor do plano que tem que ser feito.

Enfim, para além disso, uma questão de infraestrutura. Há, me permitam, *data maxima venia*, mas se algum lugar há próprio para que possa buscar uma imediação, inadiável, este lugar é aqui: é o Senado, a Casa da Federação, a Casa da República. Há hoje, Ex^{as}. uma agenda, a qual foram jogados, não por sua culpa, cada uma das unidades federadas das regiões mais pobres, seja da Amazônia, seja do Nordeste e daí saem contra sensos, tipo uma guerra fratricida por uma refinaria de petróleo, que está adiada no planejamento estratégico da Petrobrás, sempre para um ano adiante, desde que não fique pelo menos oito anos longe de hoje, isto faz quinze anos, e cada um dos Estados nordestinos postula esporadicamente, com movimentos, passeatas, manchetes escandalosas de jornais – porque as pessoas precisam se mostrar valentes e combativas na defesa da paróquia, e a refinaria não tem patrocínio; a refinaria, assim mencionada, com artigo definido, não existe, pelo menos antes de oito anos. O que existe é que a Petrobrás, já neste Governo – quando vi o Presidente Lula afirmando a prioridade para uma refinaria no Nordeste, a Petrobrás delibera por expandir a atual capacidade instalada de refino: tem Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, em Paulínia em São Paulo, em Alberto Pasqualini na Bahia. Se expande a capacidade atualmente instalada, onde está, não vai haver uma nova refinaria pura e simplesmente. Mas dou outros exemplos: há portos

multimodais inconclusos a uma média de distância de 500 quilômetros, mais ou menos um do outro, em toda costa nordestina. A briga do Pará com o Maranhão, aí já na pré Amazônia, ou aquele choque entre Pará e Amazonas ou, um porto de grande calado, moderno, pronto para funcionar, sem operar um quilo de carga em Santana na maior parte, são indicações do que estou querendo dizer. Então, esse plano imagina uma coalizão de interesses, de prestígios, de forças, para consensar, hierarquizando no território a questão da infra-estrutura. A nova Sudene nada mais seria do que a hospedeira desse plano e a encarregada de fazer dele uma realidade na rotina operacional do Governo Federal, dos Governos estaduais e dos empresários, se esse plano puder mesmo ser consenso na sua construção – é preciso buscar isso. Também será sua função supervisionar, coordenar, vigiar e produzir controle no processo – e não depois do leite derramado. Portanto, ela seria uma agência bastante enxuta com essa tarefa essencial e indispensável em situações como essa e também o fórum de coesão da liderança política que atualmente vejo como dispersa, quando não antagônica entre si.

A mim me parecem profundamente atuais as palavras do Celso Furtado quando defendia a criação da velha Sudene. Dizia ele que Sergipe era um Estado pequeno demais para negociar isoladamente o pacto federativo com o Sudeste. Parecem-me profunda e dramaticamente atuais essas palavras.

A função desse órgão, então, seria fazer a coesão política, ser um fórum. Por isso fizemos um esforço a fim de que o novo conselho deliberativo não cometesse o equívoco bem intencionado que cometeu o velho conselho, que morreu.

Repartíamos nós o conselho deliberativo da Sudene com um sem-número de entidades. O estágio de responsabilidade política ou mesmo de legitimidade eram profundamente distintos. O voto do poderoso Governador da Bahia de então, Antonio Carlos Magalhães, valia tanto quanto o do chefe do escritório da Chesf ou o do chefe de escritório de qualquer outra agência federal. Assim, o Governador da Bahia ia aos primeiros encontros mensais, mas, ao segundo, mandava seu Vice-Governador, ao terceiro, seu Secretário de Planejamento e, ao quarto, não ia mais ninguém. Limitaram-se a carimbar projeto que nós, a rigor, sequer tínhamos juízo de mérito, porque era tudo deslindado numa burocracia bem ou mal intencionada.

Daí adiante, todo o operar dessa nova estrutura seria por comitês executivos, que é como funciona atualmente a melhor experiência no mundo em comitês permanentes da Europa, como o Corif, Comitê de Instituições Financeiras, ou em comitês transitórios,

conforme juízo desse conselho deliberativo que seria o seu eixo de gravidade, o espaço de mediação entre a Presidência da República e os Governadores da região, mais uma participação paritária de empresários e trabalhadores.

Em síntese, Senador Tasso Jereissati, Senadora Patrícia Saboya Gomes, Senador Renan Calheiros, Srs e Srs. Senadores, essa é, em rápidas palavras – não tanto quanto mereciam V. Ex^{as} –, a nossa idéia para a nova Sudam e para a nova Sudene.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Agradeço ao Ministro Ciro Gomes a explanação.

Há na nossa Comissão muitos Senadores e Deputados Federais. Rapidamente concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, autor do projeto de resolução que cria a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Provavelmente muitos Senadores gostariam de se pronunciar, por isso daremos a cada um cinco minutos para que façam suas perguntas ou se posicionem em relação ao tema.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente Renan Calheiros, que tem honrado o Senado na Presidência e nos honra com sua presença nesta reunião; Senadora Patrícia Saboya Gomes, ilustre representante da mulher brasileira que preside esta sessão; querido amigo Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, figura de destaque na política nacional, sobretudo no que diz respeito às desigualdades regionais; Ministro Ciro Gomes, é uma feliz coincidência esta Bancada do Nordeste com V. Ex^a também participando, nesta sessão, diria praticamente que é inaugural.

V. Ex^a traz a sua experiência e o seu valor. Acho que todos devem se apressar em fazer os seus comentários em relação ao seu Ministério, pois a minha crença é de que V. Ex^a não vai demorar.

Sendo assim, se V. Ex^a quiser fazer no tempo que lhe resta, será muito importante para esta Comissão.

Tenho aqui umas notas que vou ler, mas antes queria dizer que no projeto do governo há uma falha muito grande – e que V. Ex^a salientou agora sem querer – em relação ao passado. Se aquele conselho, que era tão menor do que o atual, não funcionava, V. Ex^a diz, pelas figuras que participavam – não só os governadores de estados importantes, como também representantes da Chesf, e o segundo do segundo, o terceiro, nesse o governo enviou para aqui a coisa está muito pior, porque força o sindicalismo desnecessário, força a presença do Movimento dos Sem-Terra, que não vai, evidentemente, facilitar o projeto, e, conseqüentemen-

te, teríamos que reduzir bastante esse conselho para que ele funcionasse.

Já agora não tenho dúvidas de que teria que ter a participação de um membro da Comissão de Desenvolvimento Regional – seria lógico. A discussão sobre os desequilíbrios regionais vigentes no País guarda estreita relação com aprofundamento da crise federativa brasileira. O enfraquecimento do federalismo fiscal brasileiro, fruto da excessiva concentração de poder político e financeiro nas mãos da união produziu, entre outros males, o enfraquecimento das instituições encarregadas da promoção do desenvolvimento regional.

O exemplo mais marcante desse perverso modelo é a situação vexatória por que passam a Sudene e a Sudam. Praticamente perderam suas funções essenciais. Isso não cabe a culpa a este governo – quero logo salientar para não parecer uma coisa proposital. O Governo atual, mesmo antes de sua posse, sinalizava para a reestruturação e o fortalecimento da Sudene. O que se observa até hoje é a total falta de interesse da União na sua revitalização.

O projeto de recriação da Sudene dorme neste Parlamento há cerca de 2 anos. V. Ex^a há de se recordar, foi retirada a urgência desse projeto pelo próprio Governo, que urgência pediu.

Por outro lado, apesar de o Banco do Nordeste não vir atualmente desempenhando como nós desejávamos o seu papel de agente de desenvolvimento da região, como fazia em décadas passadas, ainda assim deve ser considerado como o principal agente financeiro para a promoção do desenvolvimento do Nordeste. Isso, aliás, é uma tese antiga de V. Ex^a e do Senador Tasso Jereissati.

De maneira que estou de pleno acordo com isso, e muitas vezes conversamos que a Sudene é alguma coisa que deveria desaparecer para surgir algo em seu lugar.

A política de desembolso do BNDES nos últimos anos – V. Ex^a falou isso há pouco – tem reduzido sistematicamente os recursos do Nordeste. Em 2001, por exemplo, 13% dos desembolsos do Banco eram destinados à região. Hoje são apenas 7%; em 2004, 7%. E eu, quando fui Governador, na segunda vez, o BNDES chegou a desembolsar 21% para o Nordeste. Em que a Região Sudeste foi contemplada, enquanto fomos (inaudível)? Em 53% dos recursos desembolsados. Outro ponto importante, quando abordamos a questão do enfraquecimento do federalismo fiscal é o que afeta a questão regional, o descumprimento, por parte da União, da legislação que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento, Fundef. O impacto do Fundef nas contas estaduais ao longo dos últimos 6 anos tem registrado, em geral, perdas crescentes e significativas,

mantendo uma trajetória preocupante para as finanças da maioria dos Estados brasileiros e, principalmente, para os Estados economicamente menos desenvolvidos. Ocorre que a sistemática do recolhimento do repasse do Fundo para os Governos estaduais e para os grandes municípios brasileiros, que têm maior capacidade produtiva, gera perdas para muitas dessas Unidades da Federação. Encontrei, hoje, Prefeitos aqui que não têm arrecadação para pagar, sequer, o funcionalismo existente. Nesses casos, o valor que recebem de volta do Fundo proporcional ao número de alunos matriculados na Rede Estadual de Ensino é inferior ao valor do aporte. Eu poderia até discutir aqui, mas não vou fazer, porque tenho cinco minutos e quero cumprir, a luta entre municípios de tirar alunos de um lugar para outro é terrível. V. Ex^a conhece isso porque conhece o Brasil, e, por isso, até foi meu candidato a Presidente da República. A Lei nº 9.424, de 1996, que criou o Fundef, determina que o valor mínimo anual por aluno será fixado por ato do Presidente da República e nunca inferior à razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior acrescida do total de novas matrículas. Desde 1998, a União, ao fixar valores por alunos, não vem respeitando essa fórmula de cálculos determinadas na Lei, fixando valores aquém do mínimo legalmente previsto, ou seja, a União não complementa devidamente os recursos para o Fundo, prejudicando principalmente Estados menos desenvolvidos cuja relação aluno/receita, o aluno é mais reduzido. Sobre isso, já tivemos até, no próprio Estado de V. Ex^a, já foi ao Supremo Tribunal, a Bahia também, mas até agora não foi uma resolução como se esperava.

Assim procedendo, a União impossibilita que o Fundo alcance um de seus principais objetivos, que é a redução efetiva das desigualdades regionais no que tange à aplicação de recursos públicos no ensino fundamental, assegurando níveis de investimento mínimos nessa área. A diferença menor que deveria ter sido complementada pela União à totalidade dos Estados, tesouro estadual e municipal, considerando o período de 1998 a 2004, já monta aproximadamente a 20 bilhões, dos quais 80%, ou seja 16 bilhões são devidos aos Estados do Nordeste.

Nesse sentido, não seria demais afirmar que a União vem inviabilizando o ensino fundamental na Região Nordeste. Não cabe a V. Ex^a isto, mas V. Ex^a, como Ministro da Integração, não pode deixar de tomar conhecimento de fatos como esse.

Já estou terminando, Sr. Presidente.

Outro ponto importante, que não pode mais ser adiado, é a necessidade de acelerar a reforma tribu-

tária, com texto já aprovado nesta Casa e atualmente na pauta de votação da Câmara dos Deputados. A aprovação do Fundo de Desenvolvimento Regional inserido no texto da reforma tributária é um compromisso indelével com os estados menos desenvolvidos. Se isso não ocorrer – o Governador do Estado já disse isso e é uma pura verdade –, vamos ter alguns estados quebrados e municípios falidos.

De maneira que são pontos que apresento a V. Ex^a, porque sei que V. Ex^a é capaz de, em qualquer ministério em que esteja, defender essa posição. V. Ex^a é um nordestino, assim como os Senadores Tasso Jereissati, Patrícia Saboya, Renan Calheiros e quase todos nós aqui. Defendemos o problema disso.

Devo dizer também que uma coisa que caiu bem nos meus ouvidos – e não me leve a mal – foi comparar um pouco a Sudene com a Sudam. Eu, por exemplo, acho que a Sudene, em determinada fase, foi notável. O pólo petroquímico da Bahia se deve muito à Sudene. A industrialização do Nordeste se deve muito à Sudene. Isso não inviabiliza que uns malandros de vários estados utilizassem erradamente a Sudene, e a Sudene os atendia. Isso eu confesso também com a maior tristeza, mas é a realidade. Tínhamos muitos pontos – ainda teremos – para debate, mas hoje não há essa possibilidade. Sendo assim, fica para outros dias e com data própria. Até porque já não será V. Ex^a que estará aqui. De modo que quero me congratular com V. Ex^a por ter vindo aqui trazer mais uma vez a sua inteligência e a sua competência e dar uma noção geral. V. Ex^a foi hábil – aliás, sempre o é – e competente em fazer um exame geral e, num exame detalhado, V. Ex^a ia culpar bastante o Governo a que pertence.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Senador Antonio Carlos Magalhães. Peço a compreensão dos Srs. Senadores, mas, por ser o autor do projeto de resolução, os minutos do Senador Antonio Carlos Magalhães serão mais longos do que os outros minutos que iremos... Cinco minutos viraram um pouco mais, Senador, mas é um grande prazer ouvi-lo. Passo a palavra ao Ministro Ciro Gomes para fazer as suas considerações e, em seguida, proponho à Comissão que possamos fazer em bloco, dar a palavra aos Senadores talvez de três em três, para que o Ministro possa responder as perguntas.

O SR. CIRO GOMES – Eminentíssimo Senador Antonio Carlos Magalhães, antes de mais nada permita-me cumprimentar V. Ex^a por mais essa iniciativa de grande importância para o Brasil e, em particular, para o Nordeste, sendo V. Ex^a o autor do projeto de resolução que deu nascimento a esta Comissão. Tenho muita esperança de que se possa estar constituindo

no Senado da República – em nenhum lugar seria mais próprio – o fórum mais relevante, sem demérito daqueles que estão se replicando na Câmara Federal, para se considerar essa que, a mim – qualquer que seja a missão que daqui a 10, 20, 30 ou 50 anos eu possa estar tendo aqui ou no céu, depois da minha justa passagem pelo purgatório –, é uma causa da qual continuarei sendo militante, porque ela é uma causa da Justiça brasileira.

Praticamente não tenho manifestação a fazer diante do depoimento de V. Ex^a senão de dizer que praticamente subscrevo todas as suas ponderações. E se V. Ex^a houvesse se dedicado a pesquisar outros indicadores, como fez com o Fundef, iria encontrar o *per capita* com as mesmas distorções, iria encontrar os fundos setoriais de ciência e tecnologia, que são dramaticamente graves, de baixíssima aplicação. Digo a V. Ex^a que os números que nós temos são constrangedores: 82% dos valores aplicados em bolsas e estímulos à pesquisa foram aplicados em dois Estados brasileiros apenas.

É claro que a excelência dos centros de pesquisa até permite contemporizar com alguma concentração. Mas assim, 82% em apenas dois Estados, há um desequilíbrio a ser superado, e não pela luta fratricida, pelo contrário, precisamos ganhar no imaginário brasileiro. Por isso, esta Casa tem essa importância. Quer dizer, a compreensão de que essa iniquidade precisa ser superada, para que o Brasil recelebre a sua unidade e potencialize nessa diversidade extraordinária as oportunidades muitas que há de ajudar o País a crescer a partir de fronteiras como essas que estamos vendo. Lá remanesce o gesso de Araripina, a dificuldade de logística não consegue se processar. Mas ali pertinho está o pólo de fruticultura de Petrolina/Juazeiro mandando para o mundo um padrão biotecnológico de ponta. Enfim, isso é o eu acredito que V. Ex^a sabe e que o Brasil precisa saber, porque isso não é um problema, são alternativas extraordinárias de crescimento econômico.

Permita-me só, numa conclusão derradeira, explicar a V. Ex^a, porque, inclusive, passei sem mencionar de passagem, porque não era oportuno naquele primeiro momento.

Apelei ao Senhor Presidente Lula, que queria ver esse projeto aprovado com regime de urgência, que levantasse o seu requerimento de urgência. A mim que se deve condenar, se alguma condenação houver, por essa decisão. Seja porque considero que o Congresso Nacional não precise de um requerimento de urgência do Executivo para ajuizar aquilo que é relevante e urgente, como a Câmara já fez e V. Ex^a já está bastante adiantado no trabalho a fazer, seja porque isso permi-

tirá equacionarmos algumas questões. Uma delas V. Ex^a mencionou, e eu peço vênha aqui para, em breves minutos, comentar, porque tem uma essencialidade e já aponta uma divergência não de pessoa, mas uma divergência de concepção.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional é uma proposta desta formulação da política nacional de desenvolvimento regional, porque já havia ali uma menção a isso no programa de governo do Presidente Lula.

E o Presidente Lula bancou uma discussão que nem sempre foi simples, foi fácil, porque há uma compreensível resistência das estruturas fazendárias brasileiras na gestão da economia quanto às vinculações. Do lado da sociedade há muita desconfiança na descontinuidade dos programas e se buscam vinculações para isso, para aquilo, para aquilo outro, para se tentar superar esse vício da descontinuidade, falta de planejamento, de compromisso com prioridades. De outro lado, uma resistência muito forte e compreensível – volto a dizer – de quem administra a economia e os orçamentos do País de aceitar essas vinculações.

Essa decisão foi mediada pelo Presidente Lula, avançou-se e se venceu no Executivo a idéia de fazer uma vinculação que não é trivial: 2% da arrecadação, a valores de hoje, se aproximam de R\$4 bilhões, o que seria o montante a se constituir nesse Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Daí em diante é só dissenso. E, assim, eu acho uma oportunidade – é claro que a sabedoria de V. Ex^a saberá achar o melhor caminho para isso. Mas eu me permito, na minha inexperiência, no meu despreparo, fazer um apelo para que se pense um pouco sobre isso.

Os Srs. Governadores e cada um de nós já foi um dia e sabe o quanto dói fechar as contas, pagar o 13º. Portanto, não seria eu, nem remotamente, a deslegitimar essa justa súplica, essa justa angústia, tanto mais no momento em que as finanças públicas brasileiras passam por essas restrições todas.

Mas um Fundo dessa natureza, e esse mesmo debate aconteceu na Europa, na Comunidade Europeia, ali se resolveu constituir um fundo, os fundos ou ali tem natureza, e essa mesma discussão.

Então, qual é a forma de aplicar esse Fundo? O primeiro embate natural foram os países-membros da Europa, pedindo que um pedaço dele fosse para cada um, para cada um “se virar” na sua agenda. E esse debate foi vencido por aqueles outros que percebiam que a agenda individual, mesmo quando somada, não é a agenda coletiva. Mesmo quando somada, essa agenda individual não é a agenda coletiva.

Por isso, a nossa idéia era a de que esse fundo fosse dividido, inclusive, com maleabilidade, porque eu espero que essa situação possa se superar, pelo menos em fragmentos com território. E aí nós concentraríamos onde fosse mais necessário, na conjuntura do tempo, recursos estáveis, constitucionais, protegidos dessas ciclagens orçamentárias de contingenciamentos ou outras coisas que são inerentes à crise macroeconômica renitente do País.

Dividindo-se diretamente proporcional às populações e inversamente proporcional à renda *per capita*, na conjuntura presente, o Nordeste ficaria com 54%, e a Amazônia com 38% desses recursos. Assim, 54% de 4, vamos arredondar, são R\$2 bilhões por ano. Estes R\$2 bilhões por ano aplicados no acordo que seria feito no sentido de pulverizar isso para o Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Senador, acrescentariam um tantinho de nada, que teria certa relevância para um ou outro assunto, mas não teria efeito para resolver nenhum dos problemas, com os quais, volto a dizer, sou solidário. Teremos que encontrar equações para ajudar as finanças federativas a se equilibrarem, a se superarem, a incrementar as taxas de poupança e investimentos do setor público brasileiro. Eu luto por isso a vida inteira. Parece-me que estaria, *data maxima venia*, V. Ex^{as}, volto a dizer, terão a sabedoria para encontrar o melhor caminho. Seria um equívoco histórico que nós, tendo a possibilidade de amarrar recursos com essa qualidade, ou seja, não ter descontinuidade, a um plano estratégico que fosse consensado entre os atores políticos da região e financiado de forma estável... Cito exemplos caricatos apenas para pôr em relevo o argumento: uma refinaria de petróleo custa R\$4 bilhões. O Nordeste pagaria uma refinaria de petróleo com dois anos de sua fração. A Transnordestina custa R\$4,5 bilhões. Em dois anos, não dá nem tempo de se fazer em dois anos, ela seria paga.

Realizar o saneamento básico de todas as comunidades até vinte mil habitantes, do Nordeste inteiro, custaria quatro anos desse quinhão; fazer tudo o que é necessário ser feito no São Francisco, tão sofrido, tão machucado, onde 250 comunidades lançam efluentes **in natura**, lançam lixo diretamente no rio; ou nas obras inconclusas do Salitre, do baixio de Irecê, do Pontal, do tabuleiro de Russas, do São Bernardo, do baixo Acaraú, e assim isso seria revolido num ano e meio dessa fração.

Repare, Excelência, que muita coisa que poderia acontecer. *Data maxima venia*, V. Ex^{as} terão sabedoria para resolver isso; ou seja, simplesmente pulverizar para cair uma fraçãozinha no caixa único, sofrido, que tem a minha solidariedade, de cada um dos Estados.

Por isso eu pedi para se retirar a urgência. Isso porque se se aprova, naquele contexto, uma Sudene, e na mesma data se faz a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional como FPM 2, pulverizando por vinte e três Estados, é do que se trata no acordo que se arrancou do Ministro Palocci, numa madrugada, quando ele estava desesperado pela DRU, pela CPMF, creio, Excelência, seria um equívoco.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Houve a pulverização? O que foi feito de tantos recursos?

O SR. CIRO GOMES – E o que é mais grave, nem uma coisa nem outra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V. Ex^a não acha que isso, do ponto de vista governamental, não é bom?

O SR. CIRO GOMES – É terrível, porém está na instância soberana do Congresso Nacional. O Executivo pouca energia tem a essa altura. O Congresso é o Poder supremo na democracia. É assim que eu o respeito.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Peço desculpas ao Senador Sérgio Guerra, que já tinha anunciado a sua palavra. Mas, como autor do requerimento, passo a palavra antes, ao Senador César Borges para que S. Ex^a possa se pronunciar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado, Sr^a Presidente. Quero saudar a Presidência desta Comissão pelo Dia Internacional da Mulher, à Senadora nordestina, Patrícia Saboya Gomes. Quero saudar também o nosso Presidente Renan Calheiros, nordestino, um lutador pela região; saudar o Presidente desta Comissão, Tasso Jereissati, e também o nosso Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e agradecer à Comissão pela presteza do requerimento do convite a V. Ex^a. Nós fizemos esse requerimento na quinta-feira da semana passada, e hoje V. Ex^a já está aqui. Aliás, não há nenhuma novidade, porque todas as vezes que solicitamos a sua presença, convidando a vir a esta Casa, através da Comissão de Assuntos Econômicos, V. Ex^a aqui esteve, como aconteceu no dia 20 de maio de 2003, e, posteriormente, em 11 de maio de 2004. E veja bem, Sr. Ministro. Em 20 de maio de 2003, V. Ex^a estava cheio de expectativas, de entusiasmo, pedindo que houvesse tolerância dos Srs. Senadores, que o Senhor ia se plantar aqui no Senado para aprovar a recuperação da Sudene. Recordo-me de que o Presidente Lula, antes de assumir, esteve na Bahia, no dia 11 de novembro de 2002, onde também reafirmou que iria revitalizar a Sudene, isso foi noticiado. Examinando o programa de Governo do Partido dos Trabalhadores, do Programa de Governo Lula,

ele diz claramente, Ministro: redução sistemática das desigualdades regionais. O novo Governo terá a equidade como princípio estratégico, o que se traduzirá em uma luta incansável para a redução da desigualdade de renda, ampliação das oportunidades e melhoria das condições de trabalho em todas as regiões do país. Tem uma coisa muito importante quando ele fala da guerra fiscal, Sr. Ministro. Ele diz que só persiste a guerra fiscal dada a ausência de verdadeiras políticas de desenvolvimento regional, de investimentos da União e da falta de incentivo à qualificação das agências regionais. Então, esse entendimento é muito claro e diz que o novo Governo buscará eliminar o desamparo atual de governadores e prefeitos, que buscam trazer o progresso a suas regiões, hoje esquecidas pela União. Não há falta de conhecimento da questão ou diagnóstico, porque o PT já estava trabalhando há 20 anos, o Presidente é um nordestino, ele conhece essa situação que V. Ex^a diagnosticou de forma muito interessante, resumindo. O que na verdade se pediu foi ação, porque o próprio Presidente Lula, no dia 28 de julho de 2003, anunciou oficialmente na capital do estado de V. Ex^a e do presidente desta Comissão, Tasso Jereissati, e disse: a Sudene está de volta, palavra de Presidente da República, não de um Senador ou Deputado. Não uma volta ao passado, mas a reafirmação renovada de um instrumento indispensável ao desenvolvimento regional e nacional. Recuperar a Sudene é redefinir projetos estratégicos para o Nordeste brasileiro, é quase que condição fundamental para que a gente possa fazer com que o povo do nosso querido Nordeste volte a sorrir. Isso é muito forte, Sr. Ministro, isso gerou uma expectativa muito grande em toda a região.

É claro que esperávamos que todos esses problemas estivessem equacionados no âmbito interno do Governo. E a sua presença aqui, se por um lado nos ilustra, enriquece com o seu conhecimento, a sua verve fácil sobre os problemas todos do País, por outro lado, traz-nos uma preocupação muito grande.

Porque veja bem: V. Ex^a diz que recebeu uma missão do Presidente de refundar as agências. Elas não foram refundadas. Então, há um problema interno do Governo. V. Ex^a é um ministro deste Governo. Não há como dissociar as pessoas, Ciro Gomes governador, excelente governador do Ceará, nordestino, com o fato de ser um ministro do atual Governo. Então, V. Ex^a é um ministro deste Governo, mas V. Ex^a também confessa que não é o Ministério da Integração Nacional que terá o papel de promover a igualdade entre as regiões brasileiras ou combater as desigualdades. Não vamos pensar que o Ministério poderá ter essa tarefa, foi dito aqui, eu ouvi, que o Ministério vá conseguir, mas claro que acho que o Ministério da Integração Nacional

é aquele que reúne as melhores condições, foi criado para isso, de fazer a articulação intragovernamental no sentido de que as coisas aconteçam e sejam resolvidas dentro dos dados sócio-econômicas que V. Ex^a dispõe tão bem. Então, essa é uma expectativa e, no momento em que ela não se realiza, Ministro, com a melhor das intenções, há uma frustração muito grande nesta Casa. O projeto da Sudene tramitou como projeto de lei da Presidência da República, virou projeto de lei da Câmara dos Deputados, cujo relator foi o Deputado Zezéu Ribeiro, e hoje o Senador Antonio Carlos já aprontou o seu relatório, já está nesta Comissão para que seja apreciado. Muito bem, Sr. Ministro. Outra coisa que me preocupou foi que V. Ex^a falou numa palavra que me soa extremamente preocupante e grave: ameaça de ruptura. Ameaça de ruptura do quê? Do pacto federativo, entendi, talvez em relação à desigualdade, ao *gap* existente e que não tem sido resolvido, que tem sido aprovado. Infelizmente para a nossa região, apesar de um esforço hercúleo dos Srs. Governadores de promover o desenvolvimento da nossa região, como nós fizemos, como o Senador Antonio Carlos fez, eu fiz, o Senador Tasso Jereissati, quando governamos o nosso Estado. Então, V. Ex^a falou em ameaça de ruptura e eu fiquei muito preocupado com isso, porque efetivamente é um termo que, V. Ex^a como Ministro de Estado achar que nós estamos próximo a qualquer ameaça de ruptura, eu diria o seguinte: seria necessário que o Governo tivesse uma ação rápida e efetiva, porque já estão, praticamente, decorridos dois anos e três meses de Governo do atual Presidente da República.

E uma ação efetiva de política de desenvolvimento regional não verificamos. Então: há um ideal? Há. V. Ex^a traçou um ideal, mas um ideal possível. Então, ficamos nesse meio, precisamos de alguma coisa no Nordeste brasileiro, até o nosso presidente Tasso Jereissati disse que tínhamos essa tarefa, também o Senador Sérgio Guerra aqui numa reunião que tínhamos de apresentar o Nordeste, não poderíamos somente ficar discutindo sem apresentar uma solução. Por isso minha convocação a V. Ex^a. Espero que V. Ex^a continue no Ministério, desculpe se já outra expectativa, porque já está com todo esse diagnóstico pronto, que V. Ex^a possa colocaram em prática uma Sudene, rede viva, recuperada de suas mazelas, mas que esteja pronta, porque senão vamos ficar discutindo até finalizar o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, que acaba dentro de um ano e pouco.

Então, Sr. Ministro, na verdade, quando eu fiz esse requerimento foi para ouvir de V. Ex^a o que temos para rapidamente, porque no orçamento de 2004, por exemplo, a realização da Adene é um simulado, são 9

milhões e foram realizados 12% só para a Adene, nada mais do que isso. Ou seja, não temos uma agência de desenvolvimento, não temos uma política nacional de desenvolvimento e hoje o Nordeste sofre, mais uma vez, com a seca, os estados setentrionais, e estamos diante dessa perplexidade.

Queria ouvir, na verdade, uma palavra de esperança de V. Ex^a, falando em nome do Governo, que V. Ex^a aqui representa, de que há efetivamente um compromisso de se recriar a Sudene, nome não é o problema, mas que se faça tranqüilamente.

Obrigado, Senadora Patrícia, pela paciência e tolerância.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Antes de passar a palavra ao Ministro, passaria logo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ministro Ciro Gomes, as palavras do Senador Antonio Carlos e do Governador César Borges são pedaços do que eu gostaria de dizer. Portanto, não vou repetilas. Tive à mente que para nós, e aí não está falando aqui Senador nem de um partido nem de outro, para nós do Nordeste, depois das expectativas geradas, criadas, não parece ter a menor explicação estarmos hoje como estávamos há dois anos, ou provavelmente de maneira até menos pior do que naquele tempo. Os primeiros sinais de apuração das taxas de crescimento do Nordeste são, para 2004, bastante comprometedoras. Nada a reparar no discurso que V. Ex^a fez hoje, como nada reparamos no discurso que fez há dois anos atrás. É uma visão nova, temos que pensar novamente no Nordeste, sabemos isso, alguém falou imaginário, acho que foi o senhor, criarmos um outro imaginário, uma outra visão do que pretendemos fazer do Nordeste e acreditarmos nela.

Há hoje, muito mais do que há dois anos, uma forte crise de confiança, por exemplo, não consigo imaginar o seu discurso sem o Sr. Ministro da Integração Nacional. Nem outro ator do Governo a que o senhor serve fará o discurso que o senhor fez hoje. Imagine se trocar o Ministro da Integração pelo da Saúde?! Estaremos mortos. Mas não acredito que seja esse o nosso destino. Mas o fato é que para nós é preocupante isso tudo.

De outra maneira não podemos também ficar reclamando, não acreditando, porque não me parece ter sentido político nem humano. A idéia de uma agência que tenha capacidade de refletir sobre as questões que foram colocadas pelo senhor aqui, que renovam o discurso regional, que nos colocam num outro padrão de discussão, de viabilidade para um país alterado, modificado, é uma idéia capaz de nos unificar. É

evidente que haverá alguma discordância, mas essa discordância é natural que exista, e estamos preparados para, sob a presidência do Senador Tasso e nos próximos meses, fazer o aprofundamento que for necessário fazer, o esforço que for preciso realizar, para darmos musculatura política, estrutura, densidade a conceitos como os que foram aqui colocados pelo Ministro Ciro Gomes.

Quero ser tudo hoje, menos pessimista, muito menos oposicionista, mas a nós preocupa toda uma situação. A questão da federação está num nível de ruptura, não somente o Ministro reconhece a possibilidade de ruptura, mas de fato...

O SR. (orador não identificado) – (Fala inaudível. Fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não, mas isso não é relevante. Também não acredito que não há guerra, ruptura. Penso que é um exagero. Mas acredito que estamos numa situação de desagregação. Basta dar uma volta pelo interior do nosso Nordeste e ver o cenário dos Municípios, conversar com os governadores, verificar o clima de falta de esperança, que está muito forte. Nesses dois anos quase nada foi feito. Ao contrário, muita coisa se agravou, até por que quando se produz um sentimento de esperança e depois ele não se confirma o retorno é preocupante, a volta ainda mais complexa.

Temos aí um projeto de uma instituição que o Presidente prometeu, no qual acredito que Sua Excelência faz fé. Não tenho nenhuma razão para duvidar dele. Mas o fato é que o governo não foi capaz de fazer esse projeto andar. E reconhecemos, fizemos nossa autocritica aqui na primeira reunião desta Comissão. Também não cumprimos o nosso papel, como representantes do Nordeste brasileiro. Sentimos uma forte frustração por não termos cumprido esse papel.

Vemos agora uma mudança ministerial, isso não é brincadeira. É difícil alguém continuar esse projeto na forma como o senhor está pensando dele ou dar concretude a ele.

Da mesma maneira que olharmos o quadro dos investimentos públicos federais, eles continuam sendo projetados com a mesma desestruturação, tanto do ponto de vista do Governo, quanto do Congresso. Não há a menor racionalidade neles. Se não há racionalidade nos recursos de um fundo que fosse distribuído entre governadores, quando consideradas as hipóteses de trabalho que foram sugeridas pelo Ministro Ciro, os recursos que estão aí aprovados também são absolutamente alógicos. Eles não têm racionalidade de forma alguma.

Então, o que cabe dizer hoje é o seguinte: discordar do que o senhor disse, não. É o caminho, temos

que pensar novamente. Uma das pessoas que pensam bem o Nordeste é o Ministro Ciro Gomes. Acredito que pensa com sinceridade, fala o que pensa. Mas o fato concreto é que há distância enorme entre as idéias, as opiniões e os fatos. É uma distância abismal, nem as pequenas coisas estão resolvidas, nem as coisas médias, nem as coisas grandes. Não há nenhuma mudança de atitude perceptível que possa gerar consequência. Estou falando no aspecto mais restrito dos investimentos e dos projetos de desenvolvimento mais claros.

Dizer hoje que criticamos o Governo? Criticamos esse governo e criticamos o governo passado em relação ao Nordeste com a mesma ênfase. Dizer que precisamos fazer muita coisa, claro que precisamos. Não sei exatamente o que dizer, daqui a dois anos, a quem votou em mim se não tiver algum resultado do nosso mandato para as áreas que representamos. Tenho a esperança que, sob a Presidência do Senador Tasso e desse grupo aqui que tomou uma forte consciência do que deseja fazer, com a sua ajuda, vamos poder fazer alguma coisa. Mas que, de agora para frente, essa coisa seja prioritária para todos. Não faz sentido o Ministro Ciro estar aqui hoje e durante dois anos não conversamos sobre isso. Em um ano e meio essa questão não foi colocada na forma como está colocada agora, e já era urgentíssima dois anos atrás.

No mais, quero dizer que há uma unidade grande no Senado em torno de uma proposta que paralela ou semelhante, ou a proposta que está colocada aí. Vontade de fazer isso acontecer. É preciso reacender a esperança, vamos, o Senador Antonio Carlos falou num grande seminário que pudesse fazer confluir vontades, mobilizar as vontades de novo em torno de um projeto que fosse tranquilo, seguro, moderno, que mudasse o nosso vocabulário, a nossa forma de abordagem. Só quero dizer, mas não insistir, que os fatos, não os do Ministro Ciro Gomes, de uma maneira geral do Governo Federal apontam na direção contrária ao que desejamos que aconteça.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Obrigado, Senador Sérgio Guerra. O próximo inscrito é o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr^a Presidente, antes de mais nada a minha homenagem pelo Dia Internacional da Mulher, Presidente Tasso Jereissati, Sr. Ministro Ciro Gomes, Sr^s e Srs. Senadores, não quero ser repetitivo e, portanto, vou ser muito econômico em relação a algumas considerações que quero fazer.

Tenho, inclusive, alguma dificuldade em fazê-lo do ponto de vista crítico por ter tido uma passagem pelo

Ministério e, hoje, exercer o cargo honroso de Líder do Governo no Congresso Nacional.

Quero dizer, antes de mais nada, que concordo com a tese aqui esposada com muito brilho, como sempre, pelo Ministro Ciro Gomes. Quero me referir a apenas um ponto. Participei das negociações da reforma tributária aqui, uma negociação resulta sempre o possível. Fui uma voz discordante em relação ao fracionamento do Fundo de Desenvolvimento Regional. Acho, como V. Ex^a, Sr. Ministro, um grave equívoco. Não vejo como criar uma agência de desenvolvimento regional que se restrinja apenas a um fórum de debate, que pode tranquilamente ser substituído por esse fórum que vai ser essa comissão presidida pela competência do Senador Tasso Jereissati, que tem aqui a experiência de homens vividos, como Senador Antonio Carlos Magalhães e tantos Senadores que fazem parte desta Comissão, ex-governadores, ex-ministros de Estado, e que têm efetivamente uma grande contribuição a dar a essa proposta de desenvolvimento regional.

Queria dizer, com certa tristeza, que continuamos já há algum tempo, e não me refiro a esse governo, mas a alguns governos, fora da agenda do desenvolvimento nacional, pelo menos da agenda prioritária. Somos relegados a um plano secundário, e quero aqui reconhecer a nossa culpa, nós que temos uma parcela de responsabilidade com a nossa região, e refiro-me ao Nordeste. Mas vou encerrar, Sr. Ministro, na esperança de que – quero-me associar à expectativa de todos – V. Ex^a permaneça à frente do Ministério da Integração Nacional, pelo muito que tem de dar de contribuição a esse desenvolvimento, que se transformou, como aqui bem colocou o Senador Sérgio Guerra, na esperança de muitos. E seria muito ruim, mas muito ruim mesmo, uma troca de comando quando projetos que estão em discussão e para ser implementados poderiam sofrer solução de continuidade. Então, gostaria muito de ver a renegociação da reforma tributária na Câmara, em que se constituísse um fundo efetivamente.

E encerro dizendo que tenho esperança de que o Nordeste possa se unir, e que V. Ex^a possa comandar, do ponto de vista do Executivo, o desenvolvimento regional, renovando a esperança que todos nós carregamos como nordestinos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra.

Passo a palavra agora ao Ministro Ciro Gomes e em seguida aos outros Senadores e Deputados inscritos.

O SR. CIRO GOMES – Desejo, agradecendo a participação de todos os que me distinguiram com os seus questionamentos, me explicar, se falei errado, ou

se fui mal compreendido, que quando examino o problema do aprofundamento do fosso nas condições reais, objetivas de competição de uma economia em base territorial e tento demonstrar, com o mínimo de paixão possível, em elementos práticos, crus, como financiamento assimétrico, tanto em escala nacional, quanto em escala internacional. E hoje não adianta... O algodão, por exemplo, tradicional do Nordeste, não morreu por causa do bicudo, como todos nós pensamos, morreu pela assimetria na condição de financiamento, em que o Paquistão colocava o algodão no Porto do Mucuripe casado com financiamento a trezentos e sessenta dias de prazo e juro anual de 3,5% ao ano. Então, era mais barato para uma fábrica de fiação do Ceará comprar algodão do Paquistão nessas condições, faturar noventa dias, aplicar no juro brasileiro. Só para ter clareza. Então isso, hoje, traz esse elemento, que considero um risco de ruptura. Porque, antigamente, no modelo nacional desenvolvimentista, com nossas fronteiras guardadas pelo protecionismo, havia a possibilidade de você, correndo atrás, atrasado, perseguir o mesmo caminho de industrialização que o País percorreu, a partir do assentamento da indústria de base no litoral, a meio caminho entre o Norte e o Sul, na boa intenção dos nossos antecessores na direção do País de que o preço SIF uniforme garantia condições iguais para gerar uma petroquímica, uma metal mecânica, mesmo que se concentrasse a meio caminho do Norte e do Sul no Sudeste brasileiro. Isso é uma explicação de por que o território brasileiro se distribuiu depois. E esse é um fenômeno do Brasil moderno, não é um fenômeno do Brasil tradicional. É só nesse contexto que vejo a ameaça de ruptura. Não estou vendo secessão à vista, muito menos próxima, por favor. Se me expressei mal, desculpem-me, se fui mal ouvido, por favor ouçam-me melhor agora. Quero só repor isso porque isso não é coisa com que se brinque. Pelo menos eu, Ministro da Integração Nacional. Não vejo ameaça nenhuma de secessão, nem de ruptura, nem de desagregação do território brasileiro. O que vejo está aí para todo mundo ver. É uma impossibilidade física, moderna, hoje, de deixar, de espontaneamente, ao sabor das forças individualistas do mercado, de uma região que não é sede propriamente generosa de matérias-primas, não é *locus* da demanda de consumo e com uma logística que hoje é elemento central de competitividade hostil, pelas distâncias que temos e pela precariedade de nossa infra-estrutura, tem alguma chance de sobreviver se não houver planejamento, mediações, coordenação e um esforço convergente da nação para isso.

Se eu dizia lá, como digo cá, nas tantas vezes em que o Senador César Borges levanta as minhas participações, é apenas por coerência. Continuo pen-

sando rigorosamente as mesmas coisas e não terão sido cicatrizes que já carrego das frustrações de outras idéias do passado ou algum êxito que eu possa ter recolhido na vida pública que me fazem variar, em matéria de princípios, de valores, daquilo que penso. E isso me permite, se V. Ex^a não me entender mal, fazer um pouco a menção de que não sou aqui uma dupla personalidade. Sou ministro do Governo Lula, com toda a minha história, mas sou ministro do Governo Lula, subordinado ao Presidente da República, subordinado à sua orientação política, leal às suas diretrizes e, num contexto como este, devo franqueza aos Srs. Senadores porque também me vejo cá como um militante antigo da nossa causa, da causa da equidade no desenvolvimento brasileiro. E até hoje não tenho nenhuma razão para me arrepender de ter aceitado esta convocação. Já tentando responder, no que possa, ao eminente Senador Sérgio Guerra, digo que os problemas remanescem sem a verdade, mas criticar, como vejo, embora fraternalmente, ambos os Senadores, o Executivo pelo atraso na tramitação da Sudene é uma injustiça com a lógica da nossa democracia antes de mais nada. Porque o que fizemos, tão-somente – e, volto a dizer, se alguma responsabilidade ou culpa há é minha, porque eu francamente falo, como Ciro Gomes e como Ministro da Integração Nacional do Governo Lula, que não patrocinarei um teatro de mau gosto, que é a criação de uma agência sem fundamento para empregar meia dúzia de burocratas sem o que fazer e gastar mais dinheiro. Isso eu já tenho e quero extinguir, que é a Adene. Portanto, comigo não contem nem como Ciro nem como Ministro. É clara a minha opinião – e antiga – ao Senhor Presidente, aos Srs. Senadores e a quem desejar me ouvir: criar a Sudene sem recursos sólidos que financiem esse plano qualificado que temos que produzir todos juntos, ou a Sudam nos mesmos moldes, não contem comigo. Porque eu já tenho essas estruturas. A Adene é isso que o Senador César Borges descreveu; e eu não vou botar um centavo lá porque eu quero extinguí-la para dar lugar a essa coisa nova, se tiver coalizão de vontade política do País para fazer. Por isso – e só por isso – é que eu desacelerei. A Câmara já aprovou. Quando estávamos acelerando tudo, a Câmara aprovou, e não foi simples a tramitação. Nós conseguimos. Chegando ao Senado, entretanto, houve essa agenda mal coordenada entre nós do Governo. Não custa nada afirmar isso, já disse ao Presidente da República, ele me autorizou a falar com clareza isso, falei com meu colega Ministro da Fazenda, ele me autorizou, senão eu teria que suportar sozinho e calado essa contradição, o que houve entre nós, do Governo. Estava tudo certo, foi criado, foi proposto. Não foi proposto com

repartição de dinheiro pulverizado não. Na hora em que foi proposto, no contexto da reforma tributária, os Srs. Governadores – e volto a dizer, por favor, que com eles sou solidário e muito, acho que temos que encontrar equações honestas e sérias para essa crise fiscal que está aí. Sou solidário e militante, 24 horas por dia, dessa causa, que me preocupa gravemente. Agudizam-se as demandas sobre os governos, o problema da segurança está tomando um relevo gravíssimo no País, o problema de custo do transporte está virando problema, já levando capitais, como Salvador. Estou acompanhando tudo isso, sou solidário; portanto, ninguém me porá do outro lado. Apenas neste argumento, Excelências, esse dinheiro, se for pulverizado, não haverá outro com esse *status*. Porque dinheiro orçamentário já tem, eminente Senador. V. Ex^a é um homem experiente nisso. O fundo de debêntures da Adene, de que nunca foi aplicado um centavo desde que foi criado, é de 1 bilhão de reais. Pela primeira vez eu mandei empenhar esses R\$950 milhões num embate interno técnico do Governo, para tentar equacionar o *funding* de financiamento da Transnordestina. Foi a primeira vez que empenhamos isso. Mas não há um centavo aplicado até hoje. Os saldos devidos da antiga Sudene, extinta, do ex-Finor, estavam absolutamente paralisados. Já vamos aplicando aí mais de R\$700 milhões de retomada neste Governo. Isso me permite aqui elencar algumas questões.

Sob o ponto de vista de investimento direto do setor público federal brasileiro, o ano de 2003 foi um ano crítico. Pela equação perigosa que encontramos, o País estava numa iminência de ruptura da sua liquidez interna e externa, teve-se que fazer aquilo que foi feito: fazer um juízo de valor sobre isso nos fóruns próprios internos ao Governo.

O fato é que naquele ano o País teve um investimento que foi o menor desde a II Guerra Mundial: menos de R\$ 4 bilhões em todas as rubricas. Portanto, essa queixa do Nordeste deve ser relativizada, pelo menos neste ano.

O que não justifica é, por exemplo, a retração do BNDES. Mas estava lá o nosso bom e querido amigo Carlos Lessa, que simplesmente alegava, como alegou para o Senador Tasso Jereissati que, ao que me consta, tem um projeto aqui tentando vincular, e eles, simplesmente, anunciam que não há demandas na Carteira do BNDES – pura e simplesmente, disse que não há demandas. Como nos fundos setoriais, que nós estudamos e estamos acompanhando, também há a queixa lá – ou a resposta à queixa que eu tenho procurado fazer porque estou acompanhando isso como rotina, sou pago pelo contribuinte para isso e tenho a autorização do Presidente, a força, a autoridade e

a boa vontade dele – para, naturalmente, nos fóruns próprios do conjunto do Governo, ir acompanhando essas coisas. Mas, também, ali, há um pernambucano, como antes havia um cearense. Portanto, não é má vontade particularista ou bairrista de ninguém. Não há demanda.

O SR. (orador não identificado) – Não faltou agente para gerar demanda?

O SR. CIRO GOMES – Claro! Mas este é o papel da nova instituição que nós estamos querendo fundar!

O que não acho razoável, *data maxima venia*, com todo o acatamento, porque acho que isto aqui é a solução, acho que faltava este fórum com a autoridade, com a estatura, com a força moral e com a liderança política dos senhores. Eu acho que nós temos a possibilidade de encontrar uma equação sábia para esses assuntos. Porque, Excelência, desculpe, o projeto está aí. O que o Executivo fez não foi proibir e nem retirar o projeto. Ele tirou a urgência e tirou a meu pedido porque eu não quero patrocinar uma farsa. Eu não quero e não participarei disso. A criação de uma instituição sem recursos já existe – uma instituição sem recurso já existe. Uma instituição com pseudo-recurso orçamentário já existe. Portanto, não me interessa mudar de nome, abrir um concurso para contratar mais meia dúzia de burocratas. O que está pensado é uma burocracia de alto nível com um ano de quadro de salários e qualificação igual à do BNDES – no projeto da Sudene que está aqui V. Ex^{as} poderão mencionar isso –, enxuta, para ser, volto a dizer, hospedeira de um planejamento estratégico cujo embrião está desenhado e que vai, agora, à validação no debate.

Mas essa validação e esse projeto encontram um Nordeste – me desculpem e, com isto eu concluo – jogando culpas para fora e completamente desarticulado, assim como a Amazônia – não nos esqueçamos: desarticulado. É impressionante porque explode, funcionalmente, quase que imediatamente, na minha tarefa no Governo, e não há uma questão qualquer do Nordeste, para além da retórica, para além da nossa solidariedade, etc., etc., em que se pratica a coesão na região. Desculpem-me ser franco. Falo muito mais como brasileiro. Se Estados há com déficit de abastecimento de água, outros há que não querem abrir mão. Se Estados que querem porto, outros há que querem, também, ver naquele outro uma rivalidade. É assim que as coisas estão acontecendo. Se a Bahia pretende um conjunto de logística no sentido leste-oeste, Maranhão ou Pernambuco pensam no sentido mais norte-sul, numa lá ou na Transnordestina aqui. E não é possível. O País não tem, aliás, nenhum país do mundo teria, dinheiro para fazer um porto multimodal

funcionando a 500 quilômetros um do outro ou dinheiro para fazer troncos ferroviários. Se o País estivesse nadando em dinheiro, poderíamos até pensar nisto, mas não é bem assim que as coisas estão e nem estarão proximamente, dadas as interdições macroeconômicas que herdamos e que não são pequenas. O País vai arredondar R\$1 trilhão de dívida pública, e V. Ex^{as} conhecem bastante isso.

Eu concluo, Sr. Senador. O que eu acho é que este plano não pode ser uma coisa tecnocrática. Ele tem que ser – e aqui é um lugar próprio – um lugar para V. Ex^{as}, com toda a camaradagem, o respeito que todos têm entre si e com a minha modestíssima contribuição, 100% disponível, encontrarem um meio dessa convergência, assim como em relação à Amazônia.

Quando nós chegamos na Amazônia, o projeto de logística de Manaus – o projeto da 319 – ali, a 500 quilômetros à direita, numa quase paralela, há a hidrovía do Madeira. Ali, a 500, 600 ou 700 quilômetros um pouco mais à direita, numa paralela, há a 163, tocadas todas simultaneamente como reivindicação. Nenhuma delas em execução. Nos troncos leste e oeste, a 317 e a 364 – todas reivindicadas –, embora nós estejamos na Amazônia muito mais perto desse consenso –, e os seus troncos centrais já estão em execução.

O gasoduto Quari-Manaus está em execução. A eclusa de Tucuruí, uma grande reivindicação do Pará, está em execução. A equação da 163 está praticamente pronta para se fazer. No Nordeste brasileiro – está determinado pelo Presidente Lula –, já está executada a conclusão da duplicação da 262, em Pernambuco. E já está determinada e já está em processo de licitação a duplicação da BR–101 Nordeste, que vai trazer um potencial de turismo de Natal até Salvador. Isso já está determinado, o primeiro trecho já será executado proximamente até à fronteira de Alagoas. O projeto do biodiesel – se nós imaginarmos as preliminares do álcool como combustível natural, renovável – tem um potencial extraordinário. E foi uma luta que o Presidente Lula bancou uma preferência para a mamona, o semi-árido e a agricultura familiar. É aí que estão concentrados 100% dos incentivos. E não foi um embate fácil, porque é possível se extrair biodiesel da soja, e a soja está em queda de preço internacional, está com excedente. Havia uma pressão monstruosa da soja para fazer o incentivo para o País inteiro e foi uma luta que o Presidente Lula mediu. Havia do girassol, havia de outras oleaginosas, e é a mamona, uma xerófila, própria para o semi-árido, que pode ser – isso está estabelecido, a BR Distribuidora está montando já, neste momento, as bases para a compra garantida, que supre. O primeiro grande problema de que quem quer produzir e trabalhar no Nordeste, que

é mercado, a BR está distribuída em todos os pontos, está tudo mapeado, isso foi feito por planejamento e é um exemplo prático.

Diria que estou satisfeito? Não. Mas compreendo relativamente que nós estamos avançando, não estamos retrocedendo. E isso dá para afirmar em relação ao referencial que recebemos em qualquer número que se queira considerar.

É evidente. O Banco do Nordeste aplicou, em 2002, R\$200 milhões do FNE. Em 2003, aplicou 1 bilhão; em 2004, 3 bilhões. Há um saldo de 5,7 bilhões no Banco do Nordeste ociosos.

Eu acho que nós precisamos parar de nos autoperdoar. R\$5,7 bilhões do dinheiro mais barato que há disponível no mercado brasileiro estão disponíveis e ociosos no Banco do Nordeste. Eu não gosto nem de ficar repetindo isso, apenas preciso fazê-lo porque, de fato, o BNDES, com todos os seus problemas normativos, seus sobrecustos de *spreads* e sua incompreensão, por média, do que é a realidade do Norte e do Nordeste, precisa e deve se expor mais e alterar e adaptar suas regras. Mas nós temos com uma autoridade bastante contrastada quando discutimos isso com excedente de caixa. O Centro-Oeste precisou de um reforço no fundo constitucional, e prontamente nós conseguimos mobilizar R\$1 bilhão do FAT adicionais ao 1,3 bilhão de seu orçamento. A Amazônia, que vinha subaplicada também, aplicou 100% do FNO, e nós agora estamos equalizando R\$500 milhões a mais do FAT. São iniciativas concretas que estamos procurando tomar para resolver o problema, e no Nordeste eu passo vexame diário de ter R\$5,7 bilhões e não ter aplicação. O dinheiro mais barato do País, porque são 11% numa grande operação, com carência flexível, com prazo de resgate flexível, com garantias flexíveis e com 25% de rebate se o investimento for feito no semi-árido. E eu catando aí empreendedores e investidores.

O FNDE não tinha uma carta-consulta na sua história toda. Eu ando como um mercador nesses assuntos, visitando Fiesp, visitando Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, mendigando empreendedores que queiram, enfim, aproveitar esses elementos. Restauramos o fluxo de isenção do Imposto de Renda do Nordeste e da Amazônia, que estavam suspensos. Foram restaurados e estão sendo liberados, enfim.

Estou satisfeito? Não. Acho que falta muito por fazer, mas, francamente, me sinto, em nome do Presidente Lula, injustiçado se nós não percebemos que, para o muito que falta fazer, alguma coisa já começou a ser feita.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Ministro Ciro Gomes.

Senador, nós temos o último bloco inscrito...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não é discussão, apenas para dizer que o público brasileiro, inclusive os empresários, não sabem dessa afirmação do Ministro Ciro Gomes. Então, não se pode procurar o Banco do Nordeste onde há ainda uma grande burocracia para se tomar recursos.

O SR. CIRO GOMES – Para 510 dias médios de aprovação de operação no BNDES, nós chegamos, no Banco do Nordeste, a praticar 45 dias médios entre a carta-consulta e a liberação do recurso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Passo a palavra ao Senador... Peço, então, licença aos Senadores que estão inscritos para que o senador possa... Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Está prevista pelo menos uma segunda palavra de cada um dos que perguntaram.

Quero dizer que tenho certeza de que, pelo menos no Senado, ninguém votará esse projeto sem financiamento. Não votaríamos isso. Considero que essa seria uma ação imprudente e irresponsável.

Segundo, eu gostaria de fazer uma ponderação ao Ministro. Estava presente quando da negociação da reforma tributária pelo meu Partido. Em determinado momento, apareceram na negociação esses recursos que seriam da Sudene como compensação aos Estados pelo fato de eles deixarem de legislar em matéria de ICMS, o que não ficou muito claro no momento da discussão. Ninguém disse que, se houvesse dinheiro para os Governadores, não haveria dinheiro para a Sudene. Isso não foi colocado em nenhum momento. Nós estávamos juntos. O Senador Tasso Jereissati estava lá, assim como o Senador Tourinho, que não está aqui hoje, e outros. O fato é que existe uma enorme confusão nas relações federativas, e esses recursos entraram no conjunto dessa situação de inconsistência entre Estados e União, em que há falta de clareza, polêmica, contencioso e daí para frente. Pagamos o preço disso.

Penso que algo pode ser feito ou terá que ser inventado para resolver essa questão, porque os Governadores não estão em condições de renunciar os recursos que lhes foram prometidos. Há aqui vários ex-Governadores, e sei que isso não vai acontecer. Ao contrário, os Governadores querem mais recursos e não vão, seguramente, deixar de procurar esses recursos que foram negociados com eles, se a reforma Tributária caminhar.

Farei apenas uma leve crítica ao Governo. O Governo tem conseguido aprovar o que deseja. Por exemplo, aprovou a reforma tributária, a Lei de Biossegurança e a Cofins no Senado. Apenas não aprovou a Medida Provisória nº 232 porque seria esperar demais

da boa vontade de todos. Mas o fato é que o Governo, quando tem vontade política e está decidido, avança e consegue aprovações.

No caso da Câmara, o ambiente está mais desorganizado, mas não reconheço nenhuma ação concreta por parte do Governo no sentido de encaminhar essa questão com vistas à sua solução. Creio que teremos chance de resolvê-la agora. Sem diminuir a Câmara e o Governo, tenho a esperança de que esta Comissão, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, com as pessoas que estão sentadas aqui e com o apoio, tenho certeza, que o Ministro Ciro Gomes vai lhe dar, encontrará uma solução para o problema. Não podemos ficar pensando da mesma forma como pensávamos há vinte ou trinta anos, sem providência nenhuma a tomar.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senadora Patrícia Saboya, V. Ex^a me permite um minuto? É algo que não posso deixar sem o devido esclarecimento.

Todos aqui sabem da minha amizade e conhecem, mais do que a minha enorme amizade, a admiração e até o afeto que tenho pelo Ministro Ciro Gomes. Mas ele gosta de fazer algumas comparações, com as quais eu não concordo, em relação ao Governo anterior.

Especificamente em relação ao Banco do Nordeste, eu gostaria de dizer que esse Banco, durante dois ou três anos, ficou enormemente prejudicado em função da sua relação de capital e nível de comprometimento pelo chamado Acordo de Basiléia e, portanto, impedido de aumentar o seu financiamento mesmo com recursos em caixa. E, no final do Governo, houve um aumento de capital que regularizou a relação de nível risco possível em relação ao capital, e esse aumento de capital possibilitou o aumento dos financiamentos outos do FNE.

Preciso fazer esse esclarecimento porque tenho visto isso sendo dito com alguma frequência pelos próprios diretores do Banco do Nordeste sem citar o problema anterior, e considero importante que isso seja esclarecido. Creio que V. Ex^a conhece, inclusive, essa limitação que havia. Portanto, parece-me que essa comparação não é precisa, já que eram duas realidades do Banco completamente diferentes entre si.

Era isso o que eu gostaria de esclarecer, Sr. Ministro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De acordo com o que o Ministro acabou de afirmar – que

me deixou empolgado – com relação ao biodiesel, realmente, sou testemunha disso.

O Estado do Piauí atraiu inclusive investidores de São Paulo para um projeto. Só que a informação que nos chega lá, por meio da imprensa, é a de que, neste ano, o Piauí estaria fora exatamente do programa do biodiesel no que diz respeito ao investimento nessa área, principalmente usando como base a mamona.

Solicito ao Ministro que nos esclareça em que pé está esse projeto e quais são as perspectivas do Estado do Piauí no corrente ano.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE.) – Concedo a palavra ao Ministro Ciro Gomes para responder ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. CIRO GOMES – Voltando à serenidade, o que estou treinando, pondero ao eminente Senador Sérgio Guerra o que já havia ponderado antes. Acredito que a sabedoria de V. Ex^as achará um caminho para isso.

Estou apenas explicando, com a franqueza que lhes devo, a natureza do impasse e por que razão eu assumi a responsabilidade de ponderar ao Presidente a retirada da urgência, porque sou contra – e vejo que V. Ex^a compreende minhas razões – a criação de uma Sudene, gerar uma expectativa sem recursos. É só isso.

Acredito que esta Casa, especialmente a iniciativa que V. Ex^as tomam agora de se reunir ao redor deste assunto, permitirá a V. Ex^as achar um caminho. O Senado sempre achou a sabedoria e a experiência acumulada aqui, que são a sorte do País.

Eminente Senador Tasso Jereissati, mais uma vez, posso ter sido mal compreendido ou não me expressei bem. Quero dizer, com clareza, que não há censura à gestão do Banco do Nordeste. Minha crítica, que é pública e antiga, aos modos com que o Governo anterior administrava determinadas coisas apenas é reforçada por V. Ex^a.

O Banco do Nordeste, sendo um banco de desenvolvimento ou que deveria ser um banco de fomento para o Nordeste, foi incluído nas regras estritas de Basiléia com uma impertinência – a administração do banco que antecedeu só foi vítima disso –, com uma aberração jurídica, que era o entranhamento do Fundo Constitucional do Nordeste, cuja fonte não é captação do banco, mas transferências a título gracioso do Tesouro Nacional, com regras de aplicação fixadas em lei e que foram confundidas não pelo Banco do Nordeste – Banco do Nordeste e a administração passada, como vítimas disso – por esse constrangimento derivado das orientações do Ministério da Fazenda e da (inaudível). Isso não é privilégio negativo do Banco

do Nordeste. Creiam – e pasmem V. Ex^{as} – que o BNDES, também, hoje, um banco de fomento, que tem seus *fundings* basicamente originários da captação do Tesouro no FAT, pode, evidentemente, captar também, mas sua substantiva fonte de receita está submetida a Basiléia. É o único banco de desenvolvimento do planeta submetido às regras de Basiléia. Essa é uma discussão à parte, que são desdobramentos práticos da abominação neoliberal de que vivo falando e não por ideologia, mas por isso.

Um banco de desenvolvimento, criado para isso, para agravar a ironia, colocaram um “s” no fim do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –, com uma carteira de R\$60 bilhões, cujo custo de captação é zero porque são transferências do Pasep e do PIS, que constituirão o FAT, inibido de fazer suas operações porque constrangido a limites impostos por Basiléia, que tem a ver com a proteção da rede financeira privada, dos aplicadores do banco. São essas as aberrações.

O que nós fizemos? Na seqüência – é claro que houve o que o Senador Tasso Jereissati colocou –, separamos a contabilidade do banco da do FNE. Então, o FNE hoje, o banco é só gestor e é remunerado por isso. Por isso, permitiu-se saltar de R\$200 milhões de aplicação... Sim, mas o aumento de capital é para o banco. Então, o banco está alavancado nas coisas. Não estou falando do Banco, do desempenho do Banco, é estritamente o que é de minha responsabilidade, que é a normatização dos fundos constitucionais, é que a chave aí foi separar e tirar, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) não obedece mais à Basiléia, não tem mais nada a ver com isso. É uma regra à parte, em que o Banco ganha um percentual por operação que realiza, está separada a contabilidade. Isso nos permitiu dar esse salto e ainda com esse constrangimento dos 5,7 bilhões de saldo, que tenho procurado alardear por aí afora, para ver se consigo atrair empreendedores internacionais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vou colocar nos jornais baianos isso.

O SR. CIRO GOMES – Faça o favor. A Bahia aumentou muito as aplicações, mas pode aumentar mais. O dinheiro está lá esperando.

Mas há restrições também. Não posso financiar uma estatal não dependente. Por exemplo, não posso emprestar dinheiro para uma companhia de gás, um terço Petrobrás, risco *trip away* no mundo, uma empresa privada e um terço dos Estados, por essas maluquices de contabilidade neoliberal, e que isso é uma estatal. E aí fico com dinheiro sobrando, o gasoduto de Campina Grande, na Paraíba, não se aperfeiçoa, e o dinheiro parado, e o gasoduto parado, e essas ma-

luquices contra as quais me bato, num campo correto aí da luta por um modelo.

Eminente Senador Heráclito Fortes, amanhã farei chegar a V. Ex^a com detalhes a planta de onde estão colocados os centros planejados de esmagamento e a planta. Mas afirmo a V. Ex^a categórica e seguramente que o Piauí não só está incluído, como é exemplo pioneiro da evidência de que o biodiesel deverá ser uma grande frente de alternativa de progresso para nosso povo na região semi-árida.

Amanhã faço chegar a V. Ex^a o mapa de toda a logística como está pensada lá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Com a palavra, finalmente, o Senador Garibaldi Alves Filho. Peço-lhe desculpas, mas agora, com o tempo, V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr^a Presidente Senadora Patrícia Saboya Gomes, quero também destacar a presença aqui de nosso Presidente, hoje Presidente emérito, Senador Tarso Jereissati. Meu caro Ministro, bem, a esperança é a última que morre. Ainda, no Nordeste, estamos aguardando aquele Dia de São José, quando se diz que as chuvas ou chegam ou não chegarão mais. A seca, todos já estamos cansados de ouvir, e V. Ex^a tem experiência no trato dessas coisas, não é, realmente, o grande problema do Nordeste. O grande problema do Nordeste são esses todos de que falamos aqui, que fazem com que se agrave o problema quando as chuvas não vêm. Porque na verdade nossa convivência com a seca seria muito mais eficiente se tudo isso estivesse funcionando. Se a Sudene estivesse funcionando, se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Consolidação de Assentamentos (PCA) estivessem funcionando a pleno vapor, a seca não teria os efeitos dramáticos que às vezes tem. Sei que essa é uma colocação com a qual V. Ex^a vai concordar. Mas pergunto a V. Ex^a, antes que comecemos a ouvir – na verdade, depois do Dia de São José – aqueles clamores, como é que V. Ex^a vai encarar esse novo ciclo de falta de chuvas no Nordeste? Não estou pedindo aqui... Claro, isso tudo está superado – frente de trabalho, etc. Estou pedindo apenas a visão que V. Ex^a tem de como encarar esse problema diante desse contexto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Esse é o último bloco.

Passo a palavra ao Senador José Maranhão e em seguida ao Deputado Zezéu Ribeiro e encerraremos com a palavra do Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra, o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Ministro Ciro Gomes, vi em sua brilhante exposição que V. Ex^a tem o poder de encantar pelo verbo fluente e convincente. E não sei se, envolvido no embalo de suas palavras, quando explicava a doutrina das agências que deverão ser criadas no Congresso Nacional, não tenha entendido bem essa questão que eu vou colocar agora.

Se Vossa Excelência já explicou em seu debate, evidentemente a minha pergunta se tornará ociosa.

Nós sabemos que a Sudene teve um grande papel no crescimento econômico e social do Nordeste e que a Sudene, inclusive, formou uma geração de administradores públicos e de técnicos de planejamento que terminaram por disseminar suas idéias e transformar uma região que fazia tudo na base da improvisação e do apelo à caridade pública, numa região que passou a reivindicar com o projeto na mão, com uma proposta bem esquematizada, bem fundamentada. Mas isso foi um tempo da Sudene, evidentemente. E esse tempo foi mais forte, sobretudo durante a gestão Celso Furtado. Não só pela autoridade imensa que Celso Furtado tinha perante toda a intelectualidade brasileira, sobre imprensa – isso é opinião geral –, mas, sobretudo, porque ele tinha o respaldo de um presidente que acreditava nas suas idéias e na sua capacidade de materializar essas idéias de forma de administração segura.

Logo depois, quem examinar a história da Sudene vê que ela começou a declinar. No entanto, institucional, legal e estruturalmente, a Sudene era ou continuava sendo a mesma Sudene da época de Celso Furtado. Até melhorada um pouco. Porque o Finor melhorou o regime do 3418, deu um pouco mais de mobilidade à Sudene, se bem que eu entendo que o principal papel da Sudene não era de administradora de incentivos. O seu grande papel era a competência para a formulação, competência não somente ética e moral, mas competência institucional para a formulação de políticas de desenvolvimento regional.

Bem, eu pergunto a Vossa Excelência se as agências agora propostas têm esse pressuposto que se atribuía a Sudene de autonomia para a formulação das políticas regionais e, mais do que isso, se terão também autonomia financeira, autonomia de gestão, para tornar realidade esse planejamento de que, evidentemente, o Nordeste precisa.

Eu estou dizendo isso porque nós não temos certeza de que, por exemplo, Ciro Gomes vai ser o gestor da agência que vai tocar o Nordeste neste processo. É evidente que a questão do prestígio que cada gestor tem pesa nessa questão do acesso ao Presidente da República. Dizia-se que a Sudene sempre conseguiu conduzir esse processo com eficiência à época de Cel-

so Furtado porque Celso Furtado tinha acesso direto ao Presidente da República, e saltava os Ministros a quem seus projetos deveriam estar subordinados, não se subordinando a eles porque o Presidente Juscelino Kubitschek fazia questão de honrar os compromissos que Celso Furtado assumiu perante o Nordeste como dirigente da Sudene.

Eu sei que essa questão, do ponto de vista estrutural, do ponto de vista institucional, não é fácil: criar na Federação Brasileira, na tradição do nosso direito público, do nosso direito administrativo e do nosso direito constitucional, um organismo que pudesse se sobrepor a ministérios específicos, como o Ministério do Planejamento ou o Ministério da Integração Regional, para chamar a si a grande e ciclópica responsabilidade de elaborar e administrar um plano de desenvolvimento regional.

Sabemos, na competição interna de qualquer Governo – não somente neste, mas também nos anteriores e certamente nos futuros –, o quando o prestígio é fundamental, assim como essa questão de como liberar e desbloquear recursos. Assistimos recentemente à briga pela liberação de verbas em todas as áreas, até mesmo nas áreas essenciais, como a da saúde.

Há poucos dias, Sr. Ministro, assisti, um tanto decepcionado, à forma eufórica como o próprio Governo recebeu uma notícia, que circulou na imprensa nacional, acerca da autorização, do Fundo Monetário Internacional, da liberação de R\$9 bilhões para o investimento em áreas essenciais. Trata-se de R\$3 bilhões ao ano. Repentinamente, toda a questão da soberania nacional deslocava-se do Governo Brasileiro, ou seja, do centro de poder do País, para os escritórios do Fundo Monetário Internacional. Para mim, esse fato é terrível.

Evidentemente já nos acostumamos a esse tipo de intervencionismo da chamada globalização. Mas V. Ex^a já imaginou, Sr. Ministro, se o FMI tivesse tomado decisões desse porte em relação aos investimentos dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França ou de qualquer país capitalista que se preze? Encarei a situação com tristeza e transporte esse fato – que, obviamente, não é muito específico, mas merece ser analisado –, porque, infelizmente, é esse o comportamento da administração pública no Brasil.

Saindo do eixo da pergunta, solicito um esclarecimento a V. Ex^a: que tipo de autonomia terão as agências para formular as políticas nacionais? Se se trata apenas de um Conselho, a Sudene também dispunha de um Conselho Deliberativo. No entanto, tomava decisões, e ninguém cumpria. Os ministérios envolvidos não tomavam sequer conhecimento. V. Ex^a poderá esclarecer se a autoridade resulta da represen-

tatividade dos membros do Conselho? O Conselho da Sudene poderia ser muito grande, mas era, sem dúvida, representativo, porque estava integrado por todos os Governadores da região e por Ministros de áreas específicas com atuação no Nordeste.

Essa é a minha preocupação, Sr. Ministro. Adoto a frase de Juscelino Kubitschek, segundo o qual o pessimista já começa errado. Não sou pessimista, mas gosto de ter os pés no chão e entendo que esse aspecto me preocupa muito. Gerar expectativas positivas é muito importante, mas às vezes pode causar frustrações no futuro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Solicito apenas um esclarecimento que, confesso, todas as vezes penso que devo fazer.

O Senador José Maranhão fez um justo elogio ao Presidente Juscelino Kubitschek. Desafio, no Senado Federal, quem tenha sido mais correto com aquele Presidente e mais seu amigo do que eu. Entretanto, creio que é injusto negar a posição de Euler Bentes Monteiro, do próprio Costa Cavalcanti, de Afonso Albuquerque Lima e sobretudo de Mário Andreazza, que pode ter tido mil defeitos, mas não é possível negar que foi um grande Ministro para Nordeste.

Quis nesta hora salientar pelo menos esses nomes, além do de Marcos Vianna, que, como Presidente do BNDES, injetava muitos recursos na Sudene. Desejo isso apenas como uma questão de justiça. Peço vênua à Sr^a Presidente para assumir esta posição.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr^a Presidente, como fui citado, gostaria apenas de dizer que ou não fui claro, ou fui mal entendido. Na verdade, não tracei, nem por omissão, nenhuma crítica a todas essas autoridades e superintendentes da Sudene a que se referiu o Senador Antonio Carlos Magalhães. Até penso que não é justo fazer mau juízo daquelas pessoas que realmente deram, com espírito público, com patriotismo e com competência, sua contribuição.

Depois de Celso Furtado, a Sudene começou a entrar em um processo de declínio, que, muitas vezes, não era – vamos dizer – geométrico, mas aritmético. Percebia-se claramente o declínio do prestígio da Sudene, traduzido em termos de aplicação, em termos de presença efetiva no cenário socioeconômico do Nordeste. Até expliquei. Não só pelos méritos de Celso Furtado, não, mas porque Celso Furtado era um superintendente da Sudene que tinha grande prestígio junto ao Presidente da República. Daí a minha dúvi-

da em relação ao que chamo – pode ter outro nome – autonomia da Sudene. Ou seja, a capacidade de a Sudene tomar iniciativas de natureza econômica, social, enfim, de formular os grandes projetos de desenvolvimento do Nordeste, que precisam urgentemente ser retomados.

Não há dúvida nenhuma de que estamos vivendo outro tempo da nossa história em que o papel de investir deslocou-se do Estado para o âmbito da iniciativa privada. É questão de filosofia. Estamos vivendo este tempo da globalização, e quer-se dar ao capital privado no Brasil o mesmo papel que tem nos países desenvolvidos, nos países do Primeiro Mundo, nos países que são realmente a meca do capitalismo internacional. Só que dificilmente vamos ter qualquer empresa privada investindo em segmentos da economia nacional que não têm retorno econômico dentro de um prazo razoável, de um prazo normal para qualquer investimento de natureza privada.

O Brasil precisa retomar os investimentos públicos, porque nem os países onde o Capitalismo é muito mais forte do que aqui se dão o luxo de fazer economia em relação ao que chamamos investimentos no setor público.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Obrigada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não vou mais falar para não criar problema.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Ficou bem esclarecida a questão por parte dos dois Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ninguém foi mais estatizante do que o General Geisel.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Agradeço a paciência do Deputado Zezéu Ribeiro, que já havia pedido a palavra no início da reunião e que hoje é o último inscrito, antes, evidentemente, do encerramento desta audiência pelo Presidente desta Comissão, Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra, o Deputado Zezéu Ribeiro, que foi Relator do projeto na Câmara dos Deputados.

O SR. ZEZÉU RIBEIRO (PT-BA) – Obrigada, Senadora. Saúdo a mulher na pessoa de V. Ex^a. Foi bonito o ato do Senador Tasso Jereissati, que está presidindo esta Comissão, que me parece de importância extraordinária. Vamos verificar como a Câmara estabelece uma relação aqui. Aproveito o ensejo para convidá-los para uma reunião na Câmara, a respeito do projeto dos 35% do BNDES para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O projeto foi encaminhado por V. Ex^a. Sou Relator lá na Câmara dos Deputados e quero promover uma

audiência pública para que possamos minorar esses custos normativos que o BNDES nos impõe.

Saúdo, ainda, o Ministro Ciro Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati) – Lembro que esta matéria foi objeto de acordo do Governo. Se o Governo não está de acordo com a proposta, é hora de cobrar por que foi um acordo com o Governo para que fosse aprovado daquela maneira.

O SR. ZEZÉU RIBEIRO (PT-BA) – Estaremos lado a lado na defesa desse projeto, Senador Tasso Jereissati.

Acho que precisamos efetivamente e que isso sirva e repercuta no sentido da problemática que foi aqui levantada porque o custo dos recursos do Bndes é muito mais caro do que os do BND e passa para o BNB custos de risco que é o que me parece absurdo e temos que aprender a compreender e superar esse tipo de questão.

É nesse sentido de embasar esta discussão que gostaria de contar com a contribuição do senhor.

Tive o prazer de relatar o projeto na Câmara dos Deputados e de fazer audiências com o Ministro Ciro Gomes, de fazer uma teleconferência de caráter nacional, de correr todos os Estados do Nordeste, mas a primeira medida que tomei quando fui escolhido Relator foi tomar a benção de Celso Furtado e fui ao Rio de Janeiro para beber da sabedoria dele.

Na discussão do projeto, quero me referir a que esse documento entregue ao Ministro Ciro Gomes como documento fundador da Sudene é muito mais rico que o projeto de lei. Ele tem um conteúdo muito mais amplo, o projeto de lei foi mais restrito no sentido da definição de uma lei geral, lei complementar e há uma série de outras medidas que viriam por lei ordinária complementando essa política aqui relatada. Então, isso me parece extremamente importante.

Buscamos reforçar algumas questões e gostaria de me referir a três aspectos que foram contribuições que absorvemos no debate. Um é acabar com o prazo cronológico e sempre decimal que fazemos para os programas de desenvolvimento. Daqui a dez anos, vinte ou trinta anos ou até o ano tal, sempre uma data com a base decimal geralmente. Adotamos um critério sócio-econômico até que a renda da região alcance 80% da renda nacional. Tem-se uma medida de aferição e de acompanhamento das políticas públicas que me parece extremamente importante.

O outro foi trazer a definição dos fundos setoriais para o projeto de lei. Hoje, os fundos setoriais particularmente ciência e tecnologia, ficavam restritos gerando sempre um saldo financeiro e, dois ou três anos depois, é utilizado para uma outra finalidade e o dinheiro não chega ao Nordeste. Assim, trazemos isso para o

Conselho da Sudene o que me parece uma vitória na elaboração do projeto.

Por fim, uma negociação em que o Ministro Ciro Gomes me ajudou junto ao Presidente da República quando trabalhávamos a recuperação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e mantivemos o FNDE nessa formulação que faria um montante de quatro bilhões e fração. Se não houver outro recurso, começa com quatro bilhões usando quase que o conceito de saldo financeiro que não é por que eram verbas orçamentárias sem esse tipo de vinculação, mas falseando esse e formando um montante para iniciar os trabalhos.

O que me parece fundamental é essa associação do projeto de uma política nacional de desenvolvimento regional representada pela Sudene e pela Sudam e o projeto da reforma tributária. Fico preocupação quando dizemos que combater a guerra fiscal foi proposto o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional que é instrumento para o desenvolvimento que é feito sem a necessidade da guerra fiscal.

Ao que leva a guerra fiscal? A uma evasão se receita dos Estados que a fazem. Eles renunciam à receita para promover o desenvolvimento. Então, não vai mais precisar fazer renúncia de receita. Ele vai ter uma política nacional de desenvolvimento regional que está embasada em um plano para o seu desenvolvimento e, me parece, digo isso com todos os cuidados, mas os Governadores nordestinos caíram no engodo paulistano.

Na ânsia de aprovar parte da reforma tributária e, parte dela, foi um erro porque tinha que ser aprovada em seu conjunto para que pudéssemos equalizar todos os interesses e cada vez que a repartimos vamos perdendo o sentido geral da reforma tributária. Então, nesse sentido, para aprovar, como foi dito aí, a DRU, para aprovar não sei mais o que, entregamos o que já era nosso, e foi aceito isso pelos governadores.

Porque o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional já vinha, para o Nordeste, particularmente, nesses valores levantados aí pelo Ministro Ciro Gomes, de 54% desses valores. Então, esse dinheiro já era nosso. E quisemos esse dinheiro do caixa do Tesouro para o Tesouro estadual. Perdemos a dimensão do sentido do Estado e da região, e trabalhamos muito mais numa questão administrativa, pelas próprias debilidades que têm os Estados. Mas nós perdemos um dinheiro que já era nosso. É essa que acho que é a perda maior.

O dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional era já determinado, e, fundamentalmente, para ser utilizado pelos Estados nordestinos e nortistas do País. E foi isso que perdemos. Então, como pode-

mos recuperar isso? Se tivermos essa compreensão, abrimos espaço para recuperar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, porque ele, no que vai para cada uma das regiões, não é dinheiro para a Sudene nem para a Sudam. É uma coisa solta, é dinheiro para um plano de desenvolvimento regional, que vai ser aplicado, que vai ser implementado, que vai ser executado pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

O Ministro Ciro Gomes se referiu às obras de saneamento como obras estruturantes para a alavancagem da região Nordeste. Essas obras de saneamento naturalmente vão ser operacionalizadas, executadas, no plano estadual e no plano municipal. A obra da ferrovia transnordestina ou a obra da duplicação da BR-101 caberão a um órgão de origem nacional. A eletrificação rural, se for determinada como prioridade, poderá ser aplicada efetivamente pela instância estadual.

Então, o que importa é que se tenha um plano de desenvolvimento, que se definam prioridades que tenham um caráter estruturante. Que efetivamente se implantem recursos para mudar aquela realidade. E que não se pulverizem os recursos, porque pulverizando os recursos não damos o salto de qualidade.

É essa avaliação que quero trazer à apreciação dos Srs. Senadores, para que rompamos essa visão que me parece, *data venia*, uma visão patrimonialista, no sentido de que quero o dinheiro no meu caixa, e que pensemos isso: é dinheiro para a região, dentro do plano. E vamos até pactuar: tanto por cento vai caber às obras estruturantes de caráter macro, que caberão a órgãos da União. Outros tanto por cento caberão a Estados e Municípios aplicar. Com isso, recuperamos o sentido de um plano de desenvolvimento regional para trabalhar essa diversidade e superar as diversidades.

Era essa a contribuição que eu queria trazer ao debate.

Agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Deputado Zezéu Ribeiro.

Passo então a palavra, para suas considerações finais, ao Ministro Ciro Gomes.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu gostaria que a Presidente depois passasse aos membros da Comissão os documentos que o Ministro Ciro Gomes entregou.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Pois não.

O SR. CIRO GOMES – Eminentíssimo Senador Garibaldi, nós, com toda a delicadeza que esse assunto importa, estamos acompanhando a estação de chuvas – aliás, hoje acompanhamos a climatologia brasi-

leira, porque temos um gravíssimo problema de seca também no Sul do País – com um Centro Nacional de Monitoramento e Alerta que foi montado na estrutura da Secretaria Nacional de Defesa Civil, no Governo do Presidente Lula, e hoje estamos muito constrangidos com os indícios que temos anotado no Nordeste.

Eu digo assim, me entenda V. Ex^a, porque ainda há neste instante decisões de plantar em alguns lugares. E se uma autoridade oficial assume o que não é ainda de ser assumido – V. Ex^a, como homem experiente, sabe –, vemos hoje com preocupação, e eu diria a V. Ex^a que, até o presente momento, a estação revela uma anomalia pelo menos equivalente a 25% da normal. Em alguns lugares já há anomalia superior a 25%.

Isso nos leva a uma preocupação, estamos fazendo as comunicações internas preventivas, espero que São José nos surpreenda até o dia 19 de março, mas nós olhamos hoje, eu diria a V. Ex^a, com preocupação. É evidente que há alguns aspectos hoje que são abordados em relação ao seguro-safra. Em alguns Estados, que aceitaram essa participação, o seguro-safra está montado; em outros lugares há uma decisão de reforçar, e já está acontecendo o bolsa-família, e há uma atenção nossa para o abastecimento da água. A nossa idéia é que não cesse, não haja descontinuidade no abastecimento de água de nenhuma comunidade, numa ação interativa com os governantes dos Estados e dos municípios.

Perdoe-me V. Ex^a que eu seja o econômico, mas de fato ainda estamos esperançosos de que possa essa estação de chuvas acontecer normalmente, embora já estejamos preocupados com a anomalia, que já se revela na pré-estação em praticamente todo o Nordeste semi-árido, e a seca do Rio Grande do Sul está caracterizada, por indicações, como a pior dos últimos 43 anos.

Senador Maranhão, como imaginamos, faça V. Ex^a o juízo de valor se há nisso ingenuidade ou não. Imaginamos que o formato da nova Sudene, da nova Sudam, deveria ser, e essa decisão é do Congresso Nacional, mas na proposta, por uma série de razões práticas, uma autarquia especial.

Recolhemos algumas sugestões de que ela se vinculasse à Presidência da República. Essa é minha opinião. Mas também recolhemos opiniões e a própria Presidência da República achou que não era pertinente, que deveria ficar funcionalmente vinculada ao Ministério da Integração Nacional, embora como autarquia especial. Daí adiante, o que imaginamos, e esse trabalho que deixei com o Senador Tasso Jereissati, que certamente o repartirá consigo, é a idéia de que ela não seja mesmo executiva de nenhuma

função, mas que seja como que o cérebro hospedeiro da decisão legítima, consolidada num plano feito interativamente com todos os atores sócio-econômicos, políticos e culturais da região, e que, sendo um fórum de coesioneamento político, isso se materialize. Inclusive avançamos na proposta de que ela deveria se reunir num conselho deliberativo, na nossa proposta, Senador, enxuto. Se depender da nossa vontade, o conselho terá exclusivamente os governadores, uma representação dos empresários, uma representação dos trabalhadores e uma representação reduzida, minoritária, da União Federal.

Seria esse conselho deliberativo presidido, por determinação da proposta que fizemos, pelo Senhor Presidente da República, Sua Excelência mesmo, em duas reuniões anuais que se realizariam ao primeiro e ao segundo semestres.

Hospedado o plano, que teria essas indicações, aprimoramento muito brilhante feito pela Câmara, ao invés de ficarmos 12 anos, 13 anos, e depois aquela angústia da renovação, cinco, três, quatro anos antes já começam a cessar decisões de investimento, a Câmara deu uma sugestão brilhante de que todas as ferramentas ficarão vigentes até que a região atinja 80% da renda média nacional. Se for em breve tempo, ótimo; se for em mais tempo que permaneça assim.

Então, hospedado esse plano, que tem essas indicações de infra-estrutura, de marco de financiamento, de inovação tecnológica para desenvolvimento, de zoneamento econômico, ecológico e ordenamento territorial, etc., legitimado e afirmado o plano, ele fica como um universo de longo prazo.

Numa reunião, presidida pelo Presidente da República, extrair-se-ia das indicações desse plano estratégico a fração de quatro anos para orientar o Plano Plurianual do País em relação à região. Na reunião do semestre seguinte, far-se-ia a extração do Plano Plurianual do orçamento do ano que vai entrar, dando coerência ao plano, ao orçamento plurianual e ao orçamento anual.

A partir daí, esse conselho é supervisor, coordenador, etc., e a operação funcionaria em dois flancos: um flanco é o que chamamos de externalidade, para o qual eu me bato por esses recursos. V. Ex^a, no depoimento, mencionou com muita clareza.

Há, no Nordeste brasileiro hoje, como na Amazônia, um hiato dramático de externalidades que não serão providas por nenhuma iniciativa privada, nem mesmo as PPPs, nem mesmo as concessões. Pelo simples fato de que a rentabilidade desses empreendimentos não se viabiliza no padrão de renda atualmente existente nesses lugares, nessa subescala. Isso não quer dizer que não seja um bom remédio para resolver

um problema aqui, um outro acolá, quem sabe uma ferrovia levando a soja de Luiz Eduardo Magalhães até o porto que está sendo planejado na Bahia. Existem empresários estudando isso, estamos apoiando, estamos dispostos a ajudar, a financiar, etc. Pode-se viabilizar por impulso privado. Mas a substância das externalidades, tanto em logística, quanto em energia, quanto em recursos hídricos.

V. Ex^a pode imaginar a iniciativa privada construindo Camará? Para ser paga com o quê? Com água bruta a que preço? É só para se ter uma clareza disso. Então, esse fundo, pelo qual me bato com tanta veemência, ficaria hospedado, na nova Sudene e na nova Sudam, nas suas frações, para financiar, no plano, as externalidades. Porém, ela não é executiva de nada; não é o Ministério da Integração que ficará com um centavo disso, nem ela; não deve ser.

Decidido no Conselho Deliberativo o que fazer e orçado quanto custa, o Conselho definirá também quem executará, conforme a pertinência. É o que está pensado. É como funciona na Europa; não estamos inventando isso.

Suponha que os Governadores se reunissem e deliberassem no Conselho, com a mediação do Presidente da República, por uma refinaria de petróleo e resolvessem contratar uma consultoria internacional que definisse, por critérios que fossem pactuados, a localização disso; e que tiraríamos a Petrobrás da inércia ou financiaríamos. Quem vai fazer uma refinaria? Não é nem a União Federal, nem os governadores, nem nada. É quem souber fazer refinaria. É a Pedeveza, a Saudi Aramco, a Petrobrás, sei lá, só para dar um exemplo.

Ou suponha-se que se decida que a prioridade agora é fazer o saneamento básico da orla marítima para reforçar o turismo. Parece-me muito mais apropriado que sejam os municípios que executem essas obras, e assim sucessivamente. Ou seja, a alocação é definida pelo Conselho Deliberativo, o orçamento é definido pelo Conselho Deliberativo, que também decidirá, caso a caso, empreendimento a empreendimento, orçamento a orçamento, qual é a entidade mais própria, que pode ser até um concessionário privado de serviços, pode ser um concessionário. A Transnordestina está concedida à iniciativa privada; suponha-se que se decida, nesse Conselho, fazer isso. Então, entra também a natureza. Ao invés de inversão a fundo perdido, entra como inversão de capital, participação acionária; ele teria essa maleabilidade.

O outro flanco é a catalisação do empreendimento produtivo privado. E aí é um *mix* de ferramentas que não estão no projeto, porque estamos recuperando

aquilo que já está em vigor. E é infralegislação, não é lei complementar.

Então, a renúncia fiscal do Imposto de Renda, o que estamos propondo: apenas, graduá-la em intensidade intra-regionalmente, de maneira que comitês, constituídos também pelo Conselho Deliberativo, aí sim interativo – se quiser um prefeito, se quiser uma universidade, se quiser uma ONG ou o MST –, entrariam aí, não no Conselho Deliberativo que, se for o caso, a juízo sempre do Conselho Deliberativo no Comitê transitório ou permanente, decidiria: vamos tratar aqui o comitê do cluster da soja no sul do Piauí, Bahia, etc. Cria-se um comitê, e esse comitê vai ajuizar projetos dentro de critérios que estariam estabelecidos. Se for intensivo de mão-de-obra, “x” pontos; se for no interior, no semi-árido, “y” pontos; se for vocacionado ao comércio exterior, mais “x” pontos. De maneira que, se fosse intensivo de mão-de-obra no semi-árido e vocacionado a inovação tecnológica, teria 100% do incentivo.

Não sendo, se fosse na capital, baixa intensidade de mão-de-obra, não vocacionada, a menor indicação de incentivo, porque também estamos percebendo uma gravíssima concentração de renda sob o ponto de vista intra-regional. Enfim, V. Ex^a pode imaginar que isso é ingênuo, mas é o que está imaginado e é o que está funcionando como o melhor experimento de superação de desequilíbrio regional hoje no mundo.

Apenas comento a intervenção, mais uma vez brilhante, do Deputado Zezéu Ribeiro para agradecer a imensa contribuição que S. Ex^a nos deu e o testemunho de quem viveu as angústias e as confrontações, pegando o avião do Presidente da República para ir conversando no caminho para cá e para lá. Enfim, são coisas que ficam para nossas memórias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. Bloco/PPS – CE) – Antes de passar a palavra para o Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, agradeço a presença do Ministro Ciro Gomes, que foi tão importante, com o seu debate e com a sua inteligência, trazendo a esta Casa a possibilidade de se debater, com muita seriedade, um problema que certamente diz respeito a todos nós, Parlamentares, que defendemos as nossas regiões, ainda tão desfavorecidas em relação ao resto do País.

Ministro, que o recolhimento que aqui fará de opiniões, de divergências, de críticas ou de menções elogiosas dos Senadores em relação ao projeto possa ser aproveitado. Que este seja um momento de debate cada vez mais enriquecedor.

Também agradeço ao Senador Tasso Jereissati mais uma vez pela deferência de ter-me colocado na Presidência desta Comissão no dia de hoje, participan-

do de um debate tão importante como este, o primeiro debate desta Comissão.

Agradeço a todas as Senadoras, a todos os Senadores e a todos Deputados que vieram aqui hoje.

Passo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, Presidente desta Comissão, para que possa fazer o encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Na verdade, são apenas alguns avisos. Serei muito breve.

Primeiro, agradeço mais uma vez ao Ministro Ciro Gomes por seu pronto atendimento ao nosso convite e por sua exposição, que considero ter sido bastante rica e esclarecedora.

Ministro, esta Comissão tem como objetivo dar esse suporte político dentro do Senado Federal, necessário para que as coisas aconteçam. Sabemos e conhecemos a sua boa vontade e, mais que boa vontade, o seu comprometimento com a causa do Nordeste e do Norte. Dentro do Governo, não acreditamos nem que V. Ex^a seja maioria nem que sequer tenha uma posição numérica importante, haja vista as políticas que estão nascendo aí, começando pela política industrial.

Nosso desafio aqui é fazer com que as coisas andem. Temos um compromisso. E aqui o Ministro fez o desafio, que considero importante, de que não há mais no Nordeste a mínima unidade, de que não consegue ver o Nordeste politicamente coeso, nem capaz – mais ou menos isto – de reivindicar qualquer coisa, porque está cada um lutando pelos seus interesses, e o nosso papel é o de voltar a unificar o Nordeste. Vamos aceitar nesta Comissão esse desafio. Como contraproposta, vamos fazer o desafio de que as nossas propostas sejam representadas pela boa vontade no Governo e, evidentemente, aceitá-las dentro dos limites que o Executivo tem de ter.

Desde já, então, eu gostaria de propor a esta Comissão – e inclusive esta é também a sugestão do Senador Antonio Carlos Magalhães – que proximo-mente façamos uma semana intensiva de discussão sobre o seu projeto para, em seguida, passarmos ao trabalho de elaboração das propostas alternativas ou, quem sabe, com a concordância total. Posteriormente, discutiremos em que semana convidaríamos governadores, técnicos e empresários para que façamos uma semana intensiva de análise do ponto Nordeste – proposta nova Sudene, para que possamos esgotar o tema aqui e estejamos com todas as informações para voltar a contrapor o que vier a ser conclusão desta Comissão.

Eu gostaria, desde já, para ser bastante objetivo, de convidar o Senador Antonio Carlos Magalhães para ser o Relator dessa nova proposta, já que é uma

homenagem a S. Ex^a pela sua experiência. O Senador Antonio Carlos Magalhães não precisa de palavras, pois todos já o conhecem. Mas foi S. Ex^a quem propôs esta Comissão. Nada mais justo de que S. Ex^a seja o relator da proposta-mãe desta Comissão.

Indago se as Sr^{as} e os Srs. Senadores têm algo a opor (Pausa.)

Aprovado.

Quero dizer também que, como esta Comissão trata de turismo, a próxima reunião será na quinta-feira. As reuniões passarão a ser às quintas-feiras, às 10h. No dia 17, a reunião será sobre turismo. Virá discutir conosco a crise nas empresas aéreas e a evidente consequência disso junto ao turismo o Vice-Presidente da República, José Alencar.

Deixo alertados todos os membros da Comissão.

Mais uma vez, os meus agradecimentos ao Ministro Ciro Gomes.

Peço apenas aos Senadores que não se habituem com a Senadora Patrícia como Presidente, porque do contrário não terei mais vez aqui.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 21h35min.)

Ata da 4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de desenvolvimento Regional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de Março de 2005, terça-feira às 18:30 Horas.

Às dezenove horas e três minutos do dia oito de março de dois mil e cinco, na Sala 03, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença das Senadoras **PATRÍCIA SABOYA GOMES, ANA JÚLIA CAREPA e LÚCIA VÂNIA** e dos Senadores **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, CÉSAR BORGES, RODOLPHO TOURINHO, GARIBALDI ALVES FILHO, FERNANDO BEZERRA, SÉRGIO GUERRA, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, DELCÍDIO AMARAL e AUGUSTO BOTELHO**. Justificam ausência as Senadoras **ROSEANA SARNEY e FÁTIMA CLEIDE**. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a **EXPLANAÇÃO SOBRE O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2004 – COMPLEMENTAR**, de autoria da Presidência da República, que “Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação e dá outras providências”, pelo Relator do Projeto, Senador Antônio

Carlos Magalhães. Após a explanação do Relator, fazem uso da palavra os Senadores Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Guerra, César Borges, Ana Júlia Carepa, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Rodolpho Tourinho, Augusto Botelho e as Senadoras Lúcia Vânia e Patrícia Saboya Gomes. Foram aprovados os seguintes requerimentos: **nº 01/2005** – requer sejam ouvidas em audiência pública sobre “A Nova SUDENE” as seguintes pessoas fundadoras e colaboradoras da instituição: Tânia Bacelar, Roberto Cavalcante e Walfrido Salmito. **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho; **nº 02/2005** – nos termos do art. 90, inciso XI, combinado com o art. 93, inciso II e com o art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que requer a realização de uma Audiência Pública conjunta perante esta Comissão, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a finalidade de que Sua Excelência Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva, exponha as ações que estão sendo implementadas na Região Amazônica, dentro da ótica de desenvolvimento sustentável.

Autoria: Senadora Ana Júlia Carepa e a **Sugestão S/Nº CDR** – Sugerindo a realização de audiência pública com a presença do Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Luiz Fernando Furlan, para fazer uma explanação sobre política industrial. **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Tasso Jereissati encerra os trabalhos as vinte e horas e trinta e três minutos lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati e pela Presidente em exercício, Senadora Patrícia Saboya Gomes e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à explanação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2004, que institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência

do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, estabeleça sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação e dá outras providências.

O relator da matéria é o Senador Antonio Carlos Magalhães, que fará uma exposição sobre o projeto apresentado pelo Governo, ao mesmo tempo em que abre as discussões desta Comissão para que, conforme foi combinado e previamente acertado como compromisso de honra entre todos nós Senadores, no prazo máximo de 60 dias, e já decorreu uma semana, se não me engano, esse projeto esteja pronto para ser votado nesta Comissão.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, portanto, fará agora a primeira explanação, que será o gatilho para discutir o projeto, em que ele vai dar também a sua primeira visão sobre o projeto, que consideramos essencial para a retomada do nordeste como prioridade política e econômica neste País.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Sr. Presidente, Tasso Jereissati, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vou apresentar o parecer sobre o projeto da Sudene, até porque... (*interrupção da gravação.*)

Peço desculpas aos senhores, nem todos gostam de valsa, mas... O certo seria o axé *music*.

Bom, não é o meu propósito apresentar o relatório, até porque, se for pelo meu desejo, quero apresentar um relatório que represente a média de opinião dos integrantes da Comissão.

Devo dizer, logo de saída, que o projeto enviado pelo Governo está eivado de falhas e porque eivado de falhas merece correção.

O interesse de todos que aqui se encontram é realmente uma Sudene verdadeira, uma Sudene autêntica.

Bom, a criação de uma nova Sudene peca por um aspecto fundamental, é um órgão para conceder financiamentos e benefícios em vez de conceder benefícios fiscais. A tese correta é a concessão de incentivos fiscais, que têm inúmeras vantagens sobre a Sudene financeira, agora concebida.

Que vantagens seriam essas?

Vamos ver. A empresa somente usufruiria dos benefícios quando estivesse implantada. Terá de obter financiamento e colocar seus próprios recursos para realizar o trabalho e ter os benefícios. Esse mecanismo atrairá empresários sérios e alijará muitos empresários que não foram sérios, mas que se beneficiaram da Sudene. A fiscalização será executada pela própria estrutura da Receita Federal, devendo

prever mecanismos severos de punição a infratores. Os incentivos fiscais são de fácil administração. São muito mais atrativos para as empresas se tornarem competitivas, devido às vantagens de localização. Os incentivos seriam em escala, com maiores vantagens para as áreas prioritárias. Os incentivos fiscais em um País como o nosso, com carga tributária elevada, são importantes fatores ou principais fatores de atração e motivação de investimento.

O quadro de funcionários da Sudene pode e deve ser reduzido. Ao invés de fiscalização e acompanhamento de implementação dos projetos, poder-se-ia dedicar maior tempo para analisar as verdadeiras prioridades.

Os benefícios fiscais poderiam ser: volta da isenção do Imposto de Renda para setores altamente prioritários e redução para os menos prioritários; a volta da isenção do imposto de importação de máquinas e equipamentos necessários; a redução de alíquotas do PIS e Cofins e sua isenção na importação. Por quê? Porque constitui uma tarefa relativamente fácil apontar as evidências que atestam as gritantes desigualdades regionais e de renda no Brasil, especialmente no Nordeste, em comparação com outras regiões mais desenvolvidas do País. Elas têm sido flagrantes e perenes, da vulnerabilidade da economia rural ao fenômeno da seca; a precariedade da infra-estrutura de energia, transporte, comunicação, recursos hídricos; o imenso atraso na área de ciência e tecnologia; a carência da mão-de-obra qualificada; o declínio da capacidade de investimento, tanto do setor privado quanto do setor público; as precárias condições sociais, especialmente de saúde, educação, habitação, saneamento básico; emprego e renda, dentre outros que expõem a gravidade do quadro atual do Nordeste.

Os investimentos decrescentes apontam para um Governo cada vez mais ausente no combate ao desequilíbrio regional. Não me refiro apenas a este Governo, mas a vários Governos. É difícil equacionar essas desigualdades se cada vez mais o Governo investe menos. Comparados com a média da arrecadação de impostos e contribuições, os investimentos, em 1980, correspondiam a 18,3%; nos anos 90 baixaram para 6%; e atualmente situam-se na faixa de 3,9%.

Em relação ao PIB e para os mesmos períodos, os investimentos diminuíram de 1,7% para 1%. Finalmente, hoje, já estamos abaixo de 1%; estamos 0,8%. Essa involução mostra que a União sequer exerce o papel de indutora do desenvolvimento nacional, que se dirá da promotora natural da atenuação das desigualdades regionais. A realidade é cruel. Os Estados mais pobres são os que mais precisam de investimentos e são os que menos recebem. A escassa atenção

do BNDES aos empreendimentos nordestinos apenas comprova que o Banco é parte do problema. Sua atuação agrava ainda mais as desigualdades regionais, e isso é um ponto que considero da maior importância. Até porque, se tivéssemos, nesse período em que a Sudene inexistiu, uma agência verdadeira do BNDES para financiar projetos sérios, a situação, evidentemente, seria bem outra, não seria a que estamos enfrentando no momento.

No Nordeste, em termos **per capita**, o Banco aplicou, em 2004, apenas R\$142,00, o que representa $\frac{1}{4}$ do que aplicou em média no país e $\frac{1}{5}$ do que aplicou no Sudeste. Como o PIB **per capita** do Nordeste é cerca de metade do relativo ao Brasil e $\frac{1}{3}$ do PIB **per capita** do Sudeste, verifica-se que a participação dos empreendimentos nordestinos atinge ainda proporções inferiores às constatadas em relação ao PIB **per capita**. Ou seja, o sistema do BNDES esgarça ainda mais a unidade nacional, distanciando brasileiros de padrões minimamente razoáveis de renda e se mostrando insensível às expectativas das populações nordestinas e do Norte.

O Centro-Oeste tem uma posição um pouco diferente nessa fase, mas viveu também momentos da maior dificuldade.

O Nordeste precisa de investimentos que dinamizem a sua economia e não de ações assistencialistas, que apenas eternizam sua dependência aos sucessivos governos. Por mais esforços que os governos nordestinos façam para emular a industrialização, os resultados macroeconômicos são pouco relevantes e há muito que ser feito. Senão, vamos ver. O Nordeste mantém congelada a sua participação na economia nacional em 13% do Produto Interno Bruto. O PIB **per capita** nordestino corresponde a menos da metade do PIB **per capita** nacional e $\frac{1}{3}$ do PIB da região mais próspera do Brasil, que é o Sudeste, onde se concentram, pasmem os senhores, 56% da economia brasileira.

O economista pernambucano, que, aliás, sempre tratou desses assuntos no Senado e até na Câmara dos Deputados, Roberto Cavalcanti, em trabalho publicado no Fórum Nacional, mostra que o Nordeste não pode ser tratado com políticas uniformes. Pelo menos, temos de dividir em nove áreas estratégicas, a requererem atenção diferenciada. Em nove áreas deve ser dividida a Sudene, se ela quiser realmente prestar os relevantes serviços que o Nordeste precisa. São áreas que ultrapassam os limites estaduais e, por isso, exigirão programas e ações que unam e integrem, em cada caso, vários Estados nordestinos. Esse resgate de uma política acima dos interesses específicos de cada Estado, ações tipicamente federais, por si só já definem como deve ser o perfil de uma nova Sudene.

Temos de resgatar, sem dúvida alguma, o planejamento regional. A União, juntamente com a paralisação de sua capacidade de investimento, parece ter abandonado o exercício do planejamento. A nova Sudene, para efetivamente coordenar o esforço regional de superação da pobreza e do atraso, deverá se unir às forças políticas, sociais e econômicas do Nordeste, que não se unem, e conceber tão reclamado projeto de desenvolvimento regional.

Essa é uma coisa pela qual temos que admitir que somos responsáveis. Cada Estado procura salvar-se sem pensar em salvar toda a região. O Ministro Ciro Gomes, em reunião na Comissão de Desenvolvimento Regional, afirmou que as novas agências de desenvolvimento nada mais seriam do que hospedeiras de planos regionais e desenvolvimento; ficariam encarregadas de coordenar, supervisionar e fiscalizar esses planos.

Ora, a nova agência não pode se limitar a administrar um plano que seja concebido em Brasília para ser recebido por nós. Ainda que competente, a tecnocracia da Esplanada dos Ministérios não será capaz de, a partir de Brasília, traçar uma estratégia, estabelecer as prioridades e conduzir um processo que se pretende ser participativo, sobretudo, transparente.

Uma nova Sudene significa principalmente resgatar a dignidade de seu Conselho Deliberativo, formado predominantemente pelos Governadores nordestinos. Sem conteúdo, basta a atual Adene, que não serve a qualquer fim e é ignorada por todos. Eu próprio, quando era governador, muitas vezes questionei naquele Conselho, assim como os Senadores Tasso Jereissati, César Borges, Mão Santa, Garibaldi, Fernando Bezerra, enfim, todos que foram governadores e ministros sempre estiveram questionando a posição do Conselho.

Inegavelmente, foi a partir da Sudene e dessas iniciativas do grande Presidente Kubitschek, que a realidade do Nordeste passou por transformações, em boa medida, fruto do trabalho coordenado pela entidade. Não foi só e apenas Celso Furtado. Esse foi o grande formulador, mas a Sudene teve excelentes superintendentes como o General Euler Bentes Monteiro, o próprio Costa Cavalcanti, antes de ser ministro, enfim, tivemos funcionários notáveis como Salmito Filho, por exemplo. A Sudene teve e tem exemplos de pessoas altamente qualificadas e que podem ser aproveitadas. Há uma grande parte que não pode mais ser aproveitada porque já está superada. O Brasil andou, cresceu; o Nordeste mesmo, apesar de tudo, cresceu. O Norte melhorou, mas precisa crescer. Então, temos que ter um conselho deliberativo que tenha força porque, se ele não tiver força, não resolverá os problemas.

O Governo fez o Conselho Deliberativo extremamente grande, pode ser enxugado, até com subcomissões do Conselho com funcionários competentes. E aí me lembrei do Paulo de Tarso, irmão do Senador Mão Santa, que me ajudou muito, quando fui Governador, na Sudene. São realmente pessoas capazes. Agora, não podem mais atuar alguns que funcionavam naquela época. Como o estilo também é outro. Houve uma época em que na Sudene havia muito – vou usar uma expressão que não é própria – “fazedor” de projetos. Recife era realmente a sede dos que vendiam projetos de toda a sorte para a Sudene financiar. Isso existiu, infelizmente, até bem pouco tempo.

Devemos buscar novamente um outro contexto histórico sócio-econômico; promover um novo salto de qualidade nas condições de vida e na criação de oportunidades de emprego e renda para os nortistas e nordestinos.

O ponto central da nova entidade, repito, é o conselho deliberativo, com força política e atribuições para formular políticas públicas de alcance regional e sub-regional, aprovar planos e programas regionais de desenvolvimento, estabelecer diretrizes de ação e acompanhar a avaliação da execução do plano e programas regionais de desenvolvimento. Somente uma atuação firme do conselho deliberativo permitirá à nova Sudene funcionar de fato como uma instância de planejamento, de coordenação das ações do Governo na região Nordeste. A recriação da Sudene pressupõe a criação para o funcionamento de um conjunto de instrumentos para apoio aos investimentos.

Em princípio, sob a gestão do conselho deliberativo, deveriam ser postos em funcionamento o FDNE, para apoio e implantação dos serviços públicos de infra-estrutura, sistemática de parceria público-privada; o FNE, para o apoio aos agentes econômicos; o Finor, para atração de investidores e de negócios para as regiões mais retardadas.

O propósito de dotar o Nordeste de uma agência para promoção do desenvolvimento regional exigirá que seja estabelecido um conjunto de benefícios e incentivos fiscais que estimulem os empreendedores a enfrentar as deseconomias externas presentes nas regiões periféricas.

A imagem do Finor foi estigmatizada, mas sua recriação é indispensável para a atração de investimentos. No novo formato deveriam ser adotados modelos de gestão que impedissem a repetição dos abusos ocorridos no passado, principalmente em relação à utilização do Finor. Quando realmente não se utiliza o Finor corretamente, é óbvio que aconteça sempre o pior. E muitas vezes – todos os que aqui estão sabem disso – o Finor não foi bem utilizado.

Muita criatividade e um pouco de ousadia deverão presidir a definição do formato institucional da nova Sudene. Mesmo os erros do passado não poderão ser úteis na discussão de um modelo organizado e eficaz no atendimento às expectativas dos 50 milhões de nordestinos que exigem contribuir de modo mais decisivo na construção de um Brasil maior e melhor.

Tenho essas diretrizes para levar aos senhores, em forma até de crítica, para que possamos ter um projeto da Sudene, tanto quanto possível, enxuto, assim como o da Sudam. O que cabe para a Sudene cabe para a Sudam. Os erros que ocorreram em um lugar ocorreram em maior escala em outro, mas sempre ocorreram os erros. Conseqüentemente, não há vantagem em acabar com a Sudene e nada colocar no lugar. Nas décadas de 60 e 70, a Sudene foi propulsora do desenvolvimento de vários Estados, inclusive do Ceará, de Pernambuco, em menor escala do Piauí, do Maranhão, embora, não se aborreçam os representantes dos Estados mais pobres, infelizmente, na utilização do Finor, os Estados mais pobres o utilizavam da pior maneira.

De modo que é preciso uma fiscalização eficiente, e é preciso um conselho com representantes dos Ministérios afins, aqueles que agem com a Sudene, mas não um corpo que tenha quarenta membros. Isso não vai funcionar nunca, tem que ser uma coisa relativamente enxuta.

Quero fazer algo em cima do projeto do Governo, mas modificando inteiramente. Já tenho até um parecer sobre ele, mas com esta Comissão de Desenvolvimento Regional, achei que esse parecer na Comissão de Justiça não cabia, teria que ser modificado. E quero modificar com a vontade dos senhores e com a sugestão dos senhores.

O Senador Jereissati quer que resolvamos o problema em sessenta dias. É um prazo mais do que suficiente, porque garanto que, recebendo essas sugestões o mais rápido possível, poderei sentar-me com os meus assessores e apresentar um novo parecer, porque o parecer tenho aqui vindo da Comissão de Justiça sobre o assunto, mas é um parecer que tem falhas com relação a essa nova Sudene que desejamos recriar.

Portanto, daria a palavra aos senhores que conhecem tanto o assunto quanto eu, talvez alguns mais. E quero aproveitar para agradecer a atenção de todos e colocar-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos, pela sua brilhante exposição que dá uma visão bastante objetiva dos problemas e dos desafios que temos.

Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento o Senador pelo diagnóstico lúcido e pelas idéias que considero muito boas para a criação de uma nova Sudene.

Quero trazer como contribuição para o debate algumas idéias que tenho da minha experiência, no passado, como Ministro da Integração. Eu, como V. Ex^a, considero fundamental um conselho deliberativo forte, composto dos Governadores da Região – e quando refiro-me ao Nordeste queria que os companheiros entendessem que também falo do Norte – e alguns poucos ministros.

Entendo que o Ministro responsável pelo Desenvolvimento Regional deveria ser o Presidente desse Conselho, e alguns poucos ministros, contanto que esse conselho tivesse um peso. Também defendo que devemos ter um fundo tipo Finor para a participação acionária nos moldes do BNDESPar. Houve desvios no passado porque as empresas que optavam pelo Finor, o Ministério da Fazenda, à época, colocava essas empresas em inadimplência, e esses recursos se perdiam no Ministério da Fazenda.

Acredito que teria que ser um percentual do orçamento, estimado em relação ao Imposto de Renda, por um período longo, para a constituição de um fundo, assegurado no orçamento. Esse fundo participaria, conforme decisão desse conselho deliberativo, nas empresas consideradas importantes para o desenvolvimento regional. E algum tempo depois, que seria estipulado, essas ações seriam colocadas no mercado, e o fundo se recomporia gradativamente, por um período.

Penso que teria que haver esses três instrumentos: um conselho deliberativo forte; um fundo, tipo o Finor, de participação societária; e os instrumentos que temos dos fundos de financiamento, o FNO e o FNE, com um percentual desses fundos se destinando à infra-estrutura que tivesse um caráter regional. Por exemplo, a Transnordestina, que tem um caráter regional, além de outras, com outro tipo de infra-estrutura que compreenda toda a região. A BR-101 atravessa vários Estados. Se há dificuldade orçamentária, como considero que a infra-estrutura é o instrumento fundamental para o desenvolvimento, também poderia ter...

Com esses três instrumentos e um corpo técnico enxuto e competente, creio que assentariamos a base, a nova base de uma agência capaz de promover o desenvolvimento econômico.

Quero, mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a, que tem uma longa experiência de Sudene, como Governador, Ministro de Estado e homem interessado no desenvolvimento da nossa região, de modo particular do Nordeste. E aqui, de novo, claro que V. Ex^a se refere

também às outras regiões, o Norte e o Centro-Oeste, creio que a gente pode dar uma grande contribuição.

Entendo também que, em 60 dias, seremos capazes, com a dedicação de V. Ex^a e a sua experiência, juntamente com o Presidente da Comissão, o Senador Tasso Jereissati, de dar uma grande contribuição e também uma lição de unidade. Sem a unidade regional, não vamos a lugar nenhum. Se conseguirmos isso, acabar com essas disputas intra-regionais, seremos capazes de promover efetivamente o desenvolvimento da nossa região.

Essa é uma contribuição que quero trazer a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra que, com a sua experiência, traz sugestões muito boas. E solicitaria ao Presidente, Tasso Jereissati, que, após as sugestões várias, S. Ex^a mandasse traduzir e enviar para o Relator as falas dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Faremos isso, Senador Antonio Carlos. A Secretaria está anotando todas as sugestões aqui colocadas, que enviaremos ao Sr. Senador Relator.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, também quero me congratular com V. Ex^a pela lucidez do diagnóstico que foi feito e pelas diretrizes que foram anunciadas.

Como o projeto passou pela Câmara, onde foi apresentado um substitutivo, se não me engano, pelo Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, pergunto a V. Ex^a qual é a sua avaliação sobre essa contribuição da Câmara dos Deputados.

Com relação ao Conselho Deliberativo, concordo com o Senador Fernando Bezerra e com V. Ex^a. Quanto ao Conselho, no projeto original, estava colocado que ele somente se reuniria duas vezes ao ano, com a presença dos governadores, e seria presidido pelo próprio Presidente da República.

É evidente que o Conselho não pode seguir o modelo anterior; o conselho realmente, no modelo anterior, perdeu força, perdeu consistência. Todos, nós, Governadores, sabemos muito bem que as reuniões eram inócuas, e alguns Governadores deixaram até mesmo de freqüentar o Conselho Deliberativo. Mas nem oito nem oitenta. Deixar o Conselho se reunir apenas duas vezes é pecar pelo exagero.

Ainda aprofundarei o assunto para apresentar uma ou outra sugestão, mas concordo com V. Ex^a e com o Senador Fernando Bezerra em relação aos instrumentos que devem ser utilizados.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Em resposta a V. Ex^a, registro, com absoluta franqueza, que o Relator na Câmara dos Deputados, Deputado Zezéu Ribeiro, que é um baiano ilustre, apresentou contribuições que não devem ser totalmente descartadas. No entanto, houve um propósito de se aprovar a proposta oriunda do Ministério da Integração Regional com a qual não concordamos em grande parte. Dessa maneira, na minha inteligência, se coincidir com o pensamento de V. Ex^{as}, o meu relatório será outro.

Quanto à realização de duas reuniões, também considero isso muito pouco. No mínimo, a reunião deveria ser trimestral. A reunião mensal desgasta, cansa e faz com que os Governadores e o próprio Ministro não compareçam. As reuniões poderiam ser trimestrais. Quando o Presidente da República quisesse presidir a reunião, S. Ex^a evidentemente comandaria o processo, mas não deveria estar obrigatoriamente estabelecido em lei que seria o Presidente das reuniões. Essa determinação dificultaria não apenas a sua presença, mas até as críticas que poderiam e deveriam ser feitas ao Ministro e não ao Presidente, até por uma questão de educação. Sendo assim, eu tiraria o Presidente da República da obrigação de ser Presidente dessas reuniões. Entretanto, o Presidente é obediente. Toda vez que participasse das reuniões, Sua Excelência as presidiria, mas talvez o Ministro da Integração Regional fosse o principal agente para presidir o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Manifesto a satisfação de ouvir a palavra inicial do Senador Antonio Carlos Magalhães. Não conheço o relatório do Deputado Zezéu Ribeiro e comecei a ler o relatório apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Creio que a orientação dada nesta primeira reunião é absolutamente correta.

Há vários problemas a resolver. Primeiramente, é preciso reconhecer que vontade política é indispensável para que o projeto dê certo. E essa vontade política dependerá muito da ação desta Comissão e do trabalho que o Senador Antonio Carlos Magalhães está liderando.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Permita-me interrompê-lo. Também é fundamental a liberação dos recursos salientados pelo Senador Fernando Bezerra, porque, sem esses recursos, evidentemente, nada será possível.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Falarei sobre os recursos.

É preciso haver claramente vontade política. Não tenho certeza se existe essa vontade no Executivo, por exemplo, mas é fundamental que exista.

O projeto passou pela Câmara dos Deputados com uma mobilização mínima. Os Governadores estão longe desse assunto, que, rigorosamente, deve ser discutido nesta Comissão. É preciso haver uma grande motivação que deve ser reproduzida para muitas pessoas, a fim de que tenhamos sucesso nessa empreitada.

Abordo um segundo ponto. Não imagino uma Sudene sem recursos permanentes. Essa história de depender de Orçamento... O Senador Antonio Carlos Magalhães sabe muito bem como está a situação. Há um contingenciamento de 80%.

Vamos repetir. Se dependesse dos sistemas de orçamentos convencionais, repetiríamos agora um grande problema do sistema de antes, que era a falta de regularidade nos pagamentos e nas liberações, o que, na verdade, era um grande fator de desequilíbrio e de desvio dos projetos. Na medida em que a Sudene não cumpria a sua parte – não cumpria cronogramas – o outro lado também não cumpria quase nada, e os desajustes foram se ampliando. É preciso ter recursos estáveis, permanentes e seguros que não falem e sejam reguláveis.

O ponto de vista do Senador Fernando Bezerra – e eu o conheço há bastante tempo; S. Ex^a defendeu enquanto Ministro da Integração e pelo que sei não foi adotado, porque terminou saindo num fundo orçamentário, que é inútil – não foi considerado e não passou pelo Ministério da Fazenda. Lembro-me quando o Ministro ia ao Palácio com a sua proposta e voltava com ela embaixo do braço e não a conseguia fazer valer. Vamos ter uma luta dura para resolver isso. Sem recursos estáveis, eu, pessoalmente, não gostaria de aprovar nenhum projeto da Sudene, porque vamos criar outra burocracia, um instrumento de aplicação no máximo em pesquisa e planejamento, sem capacidade efetiva. Nós, então, temos que atuar nisso com muita determinação e vontade.

O Senador Tasso Jereissati foi brilhante nesta semana lá em Pernambuco. Ele é sempre brilhante, mas desta vez foi especialmente brilhante. S. Ex^a falou dessa questão da Sudene com muita clareza. Muita gente que o ouvia – até ex-funcionários da Sudene – disse que escolheu um peso-pesado da política brasileira para cuidar do assunto. E fez bem. Acho que a sua relevância na política brasileira e a sua capacidade de indignação – que é uma coisa que falta hoje aos brasileiros que se insinuam como seus líderes – serão muito úteis, porque vamos enfrentar barreiras muito

sérias para a construção de uma alternativa, na qual, no fundo, a União não acredita.

As pessoas não estão rigorosamente interessadas em um processo desse, cujo valor seja regional, cujo conteúdo seja de políticas de desenvolvimento equilibrado entre regiões. É uma preocupação mínima que não está ensaiada em nenhuma das peças que nós temos.

Eu, por exemplo, tenho a curiosidade de ler os PPAs – os Planos Plurianuais –, que os sucessivos Governos apresentam. O capítulo de Integração Econômica e de Disparidade Inter-regional não é sequer colocado. Falou-se de muita coisa, de eixo de desenvolvimento econômico e de várias composições desse tipo, mas a questão de como recompor as regiões brasileiras de forma equilibrada foi esquecida e, como sabemos, está sendo agravada.

Penso, então, que temos que trabalhar muito. Se fosse possível, não teríamos outras preocupações. Só trabalharíamos nisso. Seria bom que todos nós fizéssemos isso, mas todos nós sabemos que não é.

Acho que o Senador Antonio Carlos Magalhães abriu a temporada de trabalho. O Senador Tasso Jereissati, na sua primeira palavra aqui, falou na organização do trabalho e, talvez, pudesse pensar num modelo de organização que pudesse ocupar um pouco a especialização de cada um de nós e quem poderia ajudar em cada campo. De maneira que é uma solução harmônica que fizesse do Senador Antonio Carlos Magalhães, além do Relator, uma espécie de sistematizador desse conteúdo que vai sendo desenvolvido.

Eu, então, quero dizer que estou muito satisfeito pela primeira palavra do Senador e que concordo rigorosamente com tudo o que S. Ex^a falou, como aceito – e já aceitava antes – as ponderações do Senador Fernando Bezerra, que viveu na pele o preço de ter que sustentar a defesa de um projeto quase sem apoio nenhum, a não ser de poucas pessoas que, até a última hora, defenderam que o Nordeste e o Norte precisavam de um instrumento para especializar o esforço de desenvolvimento na sua região.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Concordo inteiramente com V. Ex^a, que conhece muito bem este assunto e será de grande valia a sua colaboração.

Porém, realmente, houve desinteresse do Governo, tanto que ele chegou com urgência e foi retirada a urgência constitucional desse projeto. Daí porque, até hoje, ele ainda está aqui, passeando nas comissões. Mas creio também que deveríamos – mais adiante, é claro, talvez daqui a um mês no máximo –, antes de formularmos em definitivo o parecer, ouvirmos os governadores do Nordeste. Penso que os Governado-

res do Nordeste, do Centro-Oeste, do Norte, todos, independentemente de política ideológica, terão uma contribuição a dar porque vivem na pele esses problemas regionais.

V. Ex^a tem razão, quando citei aqui o Roberto Cavalcanti Albuquerque... Ele realmente menciona nove áreas. Até tenho aqui a relação, mas não quis citar todas para não ser mais longo. Mas sem um objetivo de área e de ação, evidentemente, não vamos chegar a lugar nenhum.

Concordo inteiramente com V. Ex^a e quero a sua contribuição total.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, esta Comissão tem um grandioso desafio pela frente. Em primeiro lugar, tentar sistematizar todo esse trabalho e a contribuição dos Senadores; em segundo lugar, como explicitou bem o Senador Sérgio Guerra, tentar fazer com que o próprio Governo Federal se mobilize e entenda que esse não é um trabalho isolado, político, do Congresso Nacional, do Senado Federal, mas um trabalho que a Nação exige. É o momento em que temos que romper definitivamente a falta de uma política clara, explicitada de desenvolvimento nacional.

Creio que o Senador Antonio Carlos Magalhães já fez um parecer que é uma peça importante e pode ser a base para todo o nosso trabalho.

Eu queria dizer ao Presidente, a título de sugestão, que S. Ex^a poderia conduzir os trabalhos de maneira que adotássemos o parecer do Senador Antonio Carlos – que foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e veio a esta Comissão – como a base do nosso trabalho e dar conhecimento disso a todos os Senadores. Pelo que notei quando cheguei à Comissão, os Senadores não dispunham ainda – a Senadora Patrícia e o Senador Sérgio Guerra – desse parecer do Senador Antonio Carlos Magalhães, que está efetivamente muito bom, muito bem detalhado. É uma peça de resistência para o nosso trabalho.

Sugiro que, com base nesse parecer, cada um dos Senadores que compõe esta Comissão elabore as suas propostas, as suas sugestões e sejam encaminhadas ao Senador Antonio Carlos dentro de um prazo de 15 ou 20 dias, para que S. Ex^a possa sistematizar todas essas propostas, uma vez que, democraticamente, ele diz que seu parecer encaminhado não é uma peça final, mas uma proposta para levantar a discussão, e é passível de modificação. Mas é uma peça muito boa a que o Senador Antonio Carlos dedicou, provavelmente, muitas horas, junto a sua assessoria.

Sei que há uma nota técnica – eu disponho dela aqui –, da consultoria da Casa, muito boa também, substancial e que deve também ser distribuída aos Srs. Senadores, para que possam, S. Ex^{as}, com suas assessoria, rapidamente, contribuir para o trabalho do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Então, me parece que esse é o caminho mais direto que temos, até com relação aos fundos, da composição do conselho. Tudo isso está no parecer do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. CÉSAR BORGES – Não, parece-me que foi... Foi distribuído à Senadora Patrícia, ao Senador Sérgio, mas não sei se foi distribuído a outros Senadores. É... Não foi distribuído a todos os Srs. Senadores, não.

Então, a nossa sugestão é, Sr. Presidente, que seja distribuído rapidamente esse parecer do Senador Antonio Carlos aos Srs. Senadores. E poderia também ser encaminhado aos Governadores – e é uma boa sugestão – que vão debater conosco. É necessário que eles debatam nesta Comissão a visão de cada um sobre a Sudene, que possam tomar conhecimento das propostas que aí estão em detalhe, por meio de seus secretários e de suas assessorias, e também a nota técnica, elaborada pela Consultoria desta Casa.

Essa a sugestão que faço.

Basicamente, penso que temos que criar uma nova Sudene. Falemos, sim, em Sudene, Sudam, Sudeco e novas agências, mas que tratem, efetivamente, do desenvolvimento regional, inclusive com uma política clara de desenvolvimento regional.

Portanto, a Sudene não pode se limitar a ser um órgão de incentivos fiscais e financeiros, embora entendendo fundamental a existência de incentivos fiscais. O Nordeste brasileiro tem conseguido bons índices de desenvolvimento, a exemplo dos Estados do Ceará e da Bahia, graças aos esforços hercúleos dos Governadores, por intermédio da chamada guerra fiscal. Mas isso está se esgotando rapidamente. É preciso que os benefícios venham do Governo Federal para atrair novas indústrias e novos empreendimentos. Não é só isso. Deve-se também suprir a falta de infra-estrutura na região, que é grande, pois não temos infra-estrutura para o transporte; não temos ferrovias, absolutamente; nossas rodovias estão danificadas e os nossos portos têm, efetivamente, sérios problemas – e disso sabe muito bem V. Ex^a. Então, para todas essas questões deve haver planejamento, além de uma atuação efetiva da Sudene, já ocorrida no passado, em seus primórdios, e que – a meu ver – deverá voltar.

Também é fundamental a união das forças políticas do Nordeste. Vou citar um exemplo, porque há os que dizem que o Nordeste não se une. Agradeço, nesta oportunidade, a instalação do Complexo Automotivo da Ford na Bahia, porque ele poderia ter ido ou não para a Bahia. Participei de uma reunião na Superintendência da Sudene com a participação de todos os Governadores do Nordeste à época, e, ali, solicitei o apoio de S. Ex^{as} para aquele pleito, que não era apenas da Bahia mas do Nordeste. Aliás, aqui estão três deles, que hoje são Senadores: Mão Santa, Garibaldi Alves Filho e Tasso Jereissati. Também lá estava a Senadora Roseana Sarney entre outros Governadores. E todos, unanimemente, redigiram um documento endereçado ao Presidente da República, apoiando o pedido para a instalação de um complexo automotivo para o Nordeste. Tanto que a Ford, lá, não se chama Ford Bahia, e sim Complexo Automotivo do Nordeste. Então, foi fundamental a participação política dos Governadores.

Portanto, hoje, acredito que temos condições para nos unir no sentido de sensibilizar o Governo Federal, já que, lamentavelmente, verificamos que o Governo não está interessado.

O Ministro Ciro Gomes esteve aqui, em 2003, e disse que a Sudene seria recriada naquele ano; S. Ex^a aqui esteve, em 2004, já com um outro discurso, dizendo que, sem o fundo de desenvolvimento, não iria lutar pela nova Sudene, pois achava que ela não deveria existir, e, há 15 dias, S. Ex^a repetiu o mesmo discurso. Isso é preocupante. Como a manutenção do Ministro Ciro Gomes no Ministério, temos que conversar novamente com S. Ex^a, já que é fundamental essa participação.

Sr. Presidente, quero dizer que esta Comissão está com um grande desafio pela frente.

Era essa a intervenção que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Apenas para confirmar que estamos de acordo que a peça do Senador Antonio Carlos seja a central.

Depois de encerradas as discussões, teria algumas sugestões para os encaminhamentos dos nossos próximos trabalhos.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Agradeço o Senador César Borges pelo seu desempenho e por suas belas palavras. S. Ex^a, realmente, citou fatos que são do maior interesse. E, evidentemente, que uma nova Sudene teria que estudar também todos esses problemas. Como disse o Senador Tasso Jereissati, não são apenas os das estradas, há os de saneamento básico, os sociais, os da fome. Então, essa nova Sudene, para ser um órgão forte no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste, tem

que atuar em todos esses campos. V. Ex^a está absolutamente certo. Se o parecer serve para uma coisa, juntamente com a nota técnica, creio que pode e deve ser distribuído, o que não impede que se somem a ele novas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Estão inscritos a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Eduardo Azeredo.

Com a palavra, a Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

Primeiro, eu gostaria de lhe parabenizar porque iniciamos o processo de discussão já com os projetos da Sudene. Também quero fazer um apelo ao Senador Antonio Carlos, que está como Relator do projeto da Sudene, mas é Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Assim como já foi colocado pelo próprio Senador Antonio Carlos Magalhães e pelo Senador Fernando Bezerra, há problemas semelhantes em relação à Sudene e à Sudam, mas também há soluções que podem ser semelhantes.

Senador Antonio Carlos, eu gostaria que fosse agilizado o processo de discussão das propostas, já que na CCJ serão discutidos aspectos constitucionais e o mérito aqui nesta Comissão, para que pudéssemos o máximo possível discutir conjuntamente as propostas. Acredito que os problemas são semelhantes.

É claro que isso não significa dizer que não existem especificidades. Mas estamos tratando de desenvolvimento regional, de planejamento regional e de uma nova formatação. Não queremos repetir o mesmo modelo, não só pelos problemas que aconteceram, mas porque já caberia o aperfeiçoamento da Sudam e da Sudene. Pode ser que percebamos essa necessidade de forma mais forte na região amazônica, mas acredito que esse também é o desejo de todos da região Nordeste a agilização da tramitação.

Citarei o exemplo do processo na Câmara. Em relação à Sudam – evidentemente tenho conhecimento maior de como foi a discussão –, o Relator, Deputado Federal Paulo Rocha, realizou audiência em todos os Estados da região amazônica. Houve, sim, uma mobilização, um envolvimento da própria sociedade na discussão do projeto. Acredito que vamos aperfeiçoar, com certeza – é esse o nosso papel –, esses instrumentos tão importantes para nossa região.

Faço esse apelo não ao Relator, mas ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – V. Ex^a tem razão. Vamos apressar o máximo esse assunto que tem como relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, que ainda não apresentou pa-

recer. Esse é um assunto cujo parecer não pode ser demorado, e se o for, **data venia**, qualquer que seja o Senador, passo para outro Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, apenas fazendo um adendo, se todas as razões para apressar a tramitação desse projeto não fossem óbvias, além do próprio desejo de V. Ex^a, mais uma razão seria que, **a priori**, a Senadora Ana Júlia Carepa já está escolhido como Relatora, uma das prediletas de V. Ex^a nesta Casa.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Senador Antônio Carlos Magalhães, Senadoras e Senadores, não sou membro desta Comissão de Desenvolvimento Regional, mas estou na fila para participar dela porque o meu Estado, Minas Gerais, evidentemente tem várias regiões. Minha primeira providência foi verificar se no parecer do Senador Antonio Carlos Magalhães estavam preservados os Municípios mineiros na área da Sudene. Não tenho dúvida alguma, pois estão todos instalados aqui. Belo Horizonte, não.

Ainda hoje, o Governador Aécio Neves foi a uma reunião – a qual também já fui na época – de posse da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene, que, no norte de Minas, congrega esses Municípios.

Assim, explico a posição dos mineiros, que é a de reforçar a Sudene, que foi criada por Juscelino. A Sudene tem de voltar renovada realmente. É claro que não pode ser o mecanismo burocratizado do passado. Até discordo da extinção da Sudene. Ela tinha vários problemas, sim. Mas é aquela história de se matar o boi por causa dos carrapatos. É verdade que havia carrapatos bem grandes, mas a Sudene poderia ter sido mantida mesmo com os problemas, sanando-os e não extinguindo-a. É importante que ela volte, mas com recursos. Voltar sem recursos, para ser apenas mais um órgão burocrático, pouco adiantará.

Senador Antonio Carlos Magalhães, há um ponto que também vejo com satisfação: o parágrafo único do art. 2º, que dispõe que quaisquer Municípios criados por desmembramento dos entes municipais serão igualmente considerados integrantes da área de atuação da Sudene.

Esse artigo é importante porque cria municípios em nosso País. Sei que, nesta Casa, muitos discordam da criação de novos Municípios, mas o Brasil é um País em crescimento. É claro que outros Municípios surgirão no futuro, e é importante que a lei preveja essa situação em que, quando houver desmembramento, aquele Município que surgir também esteja incluído na região da Sudene automaticamente.

Minha posição é exatamente a de reforçar o apoio, para que a Sudene seja realmente implantada com novo modelo. O parecer do Senador Antonio Carlos Magalhães já é bastante descrito, atendendo, do meu ponto de vista, a todas as necessidades.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, fui a Canindé e ouvi dizer que V. Ex^a vai lá sempre, o que quer dizer que é um homem de fé. Também sou de muita fé. Deus coloca as pessoas certas. Foi assim que Ele colocou Moisés. Não foi o que o José Dirceu falou, não. Colocou Moisés mesmo. Colocou Davi para vencer Golias. Colocou os senhores aí. Sei que os senhores sabem mais, porém eu também entendo muito de Sudene, porque meu irmão prestou concurso no início, com Celso Furtado.

Sr. Presidente, vou-lhe contar uma história do Ceará: eu estudava Medicina – sou colega de turma do Lúcio Alcântara –, e V. Ex^a devia estar em São Paulo ou nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Não tinha nascido ainda.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Talvez. (Risos.) Exatamente. Pois, veja a experiência dos mais velhos e a ousadia dos mais novos. V. Ex^a é novo, assim como a Senadora Patrícia.

Meu irmão foi diretor do Departamento Industrial, no início, quando era Governador Virgílio Távora, cuja esposa é minha prima. Estávamos numa churrascaria quando o Coronel Virgílio – para V. Ex^a ver como se trata de um órgão sério – chamava meu pai para esse meu irmão, que é fundador da Sudene por concurso, facilitar determinados projetos. Eles eram muito entusiasmados. Sou testemunha de que a Sudene foi muito séria, porque eu tinha uma casa no Ceará e hospedava todos eles: Salmite, Leonilde Sérvo, Delile. Depois, Deus me permitiu ser Prefeito e Governador do Piauí por duas vezes. V. Ex^{as} têm três e são tricampeões.

O que entendo da Sudene é muito importante. É lógico que a época é outra. Naquele tempo, nenhum Estado era organizado. Todo planejamento era da Sudene. Cada Estado se desenvolveu e hoje tem suas secretarias de planejamento.

Considero a Sudene muito importante. Falarei de Deus de novo. Falou-se que eu devia reunir duas vezes. Eram doze. Entendo o que está na Bíblia – a verdade está no meio –: vamos fazer bimestralmente. É muito importante. É o fórum do Conselho, a reunião do Conselho. Eu e o Senador Garibaldi Alves Filho éramos assíduos. Creio que o Senador Tasso Jereis-

sati já estava vendo o que ia acontecer, que no final ele iria... Mas eu, o companheiro Tasso Jereissati, e o César depois, éramos assíduos.

Queria dizer que ela é de uma importância muito grande, porque, primeiro, é o ponto de encontro, e, segundo, ela é tão importante...

Sr. Presidente Tasso Jereissati, eu queria fazer referência a dois fatos. O primeiro: o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso só foi a uma reunião, e eu tive coragem – Deus me deu coragem na hora, sou do Piauí – de, em sua fala presidencial, interrompê-lo – e é a maior obra que salvou o Piauí.

Eles viram os técnicos e colocaram tudo para o Piauí – só havia açude, só água. Acontece que o Piauí, todos sabemos, tem a melhor água do Nordeste: no subsolo, em seus 19 rios (seis deles perenes), em seis lagoas – tem lugar onde ela jorra. Mas é que os deputados eram useiros e vezeiros... Aqui nós chamávamos “sapo de lagoa”, só tinha açude.

Fernando Henrique Cardoso estava falando em Juscelino – interessante, Senador Antonio Carlos Magalhães, aqui estava presente o Senador Garibaldi Alves Filho, e era Paulo Souto ainda o governador. Cheguei para o Cícero, que era Ministro – tinha sido Ministro porque o PMDB apoiou o Governo e eu tinha também feito o acordo – e disse: “Vou interromper esse Presidente”. Aí ele disse: “Mas, rapaz, tu és doido?”. Eu falei: “É, dizem, mas eu vou” – porque só havia açude e os técnicos para eu assinar. Aí eu disse: “Não assino não”.

Fernando Henrique Cardoso estava enfrentando uma greve da Petrobras. Para possibilitar a sua entrada, havia mais soldado do que lá no Iraque. Estávamos naquela sala em lua, Senador Tasso Jereissati, e eu disse: “Eu vou tocar. Onde é, Cícero?”. Ele disse: “É essa buzina preta aqui”. Buzinei e soou uma sirene! Esse Fernando Henrique Cardoso ficou apavorado, pensando que estavam invadindo – a CUT, a guerrilha... Quando ele olhou e viu que eu estava rindo, que tinha sido eu, disse: “Vamos, Mão Santa, você já quebrou o protocolo, fale”. E eu, doido para falar – ele me deu a palavra com satisfação porque estava era com medo, medo de invasão da CUT; era a primeira greve, havia mais soldado do que no Iraque. Aí ri e disse: “Bem, o senhor está falando em Juscelino Kubitschek, mas Juscelino governava com energia e transporte. O que quero para o Piauí não é só água não pois estamos para morrer de afogados. Há água demais lá. O que quero é energia no cerrado, última fronteira agrícola. Energia e transporte”. Eu tinha ido ao Ministro do Planejamento – era aquela que a Marta burlou – pleitear empréstimo para eletrificar o cerrado. Tinha aquela dívida, relação dois para um, que São Paulo burlou... Está

aí, nós já advertimos a Comissão de Assuntos Econômicos... Quer dizer, o sujeito só pode tirar o orçamento ao endividamento duas vezes. O Piauí estava nessa e não tinha conseguido. O Ministro era o José Serra. Mas o Fernando Henrique Cardoso se sensibilizou e prometeu – ali sensibilizado, hoje, satisfeito.

Daí resultou a maior obra, Senador Tasso Jereissati, lá na Sudene. Foi nesse fórum que se eletrificou o cerrado – daí a soja. A última reunião da Sudene foi presidida por mim, fui eu que a presidi. Estava presente o nosso Senador Garibaldi Alves Filho, lá no Piauí, Parnaíba. Três indústrias foram instaladas: uma fábrica de cimento de João Santos; a Bunge, que era Cerval; e uma fábrica de bicicletas do grupo João Claudino. Então, a Sudene, sem dúvida alguma, é extraordinária, por isso o meu orgulho de haver presidido a sua última reunião.

Todas as vezes que o Governo pretendia acabar com ela, os nove governadores não deixavam. Quando eles nos dividiram, disse: “Estamos mortos”. Era eu, o Tarso e o Jarbas. Eles acabaram a Sudene. Eu citaria só um quadro para que V. S^a veja a necessidade. Deus lhe colocou ali como colocou Moisés e Davi.

Tasso Jereissati, quando Deputado Estadual ouvi o discurso de um Deputado. Nem a Patrícia tinha nascido, em 1978 ou 1982. João Lobo foi Senador e dizia que temos dois Brasis: o Sul e o Nordeste. A renda **per capita** do Sul é o dobro do Nordeste. No Nordeste, temos dois nordestes. Naquele tempo só eram ricos Pernambuco e Bahia; e o Nordeste que ganhava a metade: Maranhão, Paraíba e Piauí. Do maior para o menor eram quatro vezes, hoje são 8,6 vezes de Brasília para o Maranhão, que ficou em último lugar. A Sudene foi criada para tirar essa desigualdade. Para isso Juscelino chamou Celso Furtado. Está aumentando a desigualdade, Tasso. Penso que precisamos mesmo de um Cristo para dizer: “Levanta-te Lázaro”. Esperamos, com aquela fé de São Francisco de Canindé, que o Tasso chegue com nosso Relator Antonio Carlos Magalhães e digam: levanta-te Sudene, porque nós precisamos.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Agradeço, pois sempre que o Senador Mão Santa fala, a colaboração vem. Vem por sua experiência, vem pelo seu trabalho e vem por sua coragem de dizer as coisas que pensa e que são indispensáveis para serem ouvidas.

De modo que uma coisa é certa: sua contribuição por sua experiência será indispensável para nós. V. Ex^a não se furtará a nos ajudar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Magalhães, minha intervenção é breve. Não conheço o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas analisei o que saiu da Câmara e não considerei bom. Há três vertentes muito importantes: primeiramente, faltam instrumentos de ação na nova Sudene. Sem instrumentos de ação não iremos a lugar nenhum. Faltam meios técnicos também para que se atinja isso. Também não consegui perceber uma definição muito clara e precisa das áreas de competência. Por último, o que considero muito perigoso e ruim, há uma reserva de decisões para a União. Entendo que temos tempo de dar nossa contribuição. As minhas serão, seguramente, dentro desses quatro aspectos.

É muito importante que a gente possa contribuir, e está em boas mãos na mão do Sr. Senador Antonio Carlos e nas mãos do Senador Tasso Jereissati.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Eu estou muito grato e não posso abrir mão da contribuição de V. Ex^a, é claro. Agora, seria interessante ver o parecer porque algumas dessas coisas já devem estar bastante melhoradas; eu não diria corrigidas **in totum**, mas melhoradas. Então, amanhã, o Assessor da Comissão, Sr. Carlos, entregará a V. Ex^a não só isso como a nota técnica.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB- GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de saudar a agilidade desta Comissão. Creio que, quando o Senador Antonio Carlos oferece um instrumento para a discussão, é sinal de que a Comissão chegou, realmente, para dar resposta àquilo que todos esperávamos. Acredito que, com o substitutivo, os parlamentares que estão aqui, principalmente os que foram governadores, parlamentares do Nordeste, poderão colaborar muito e melhorar todo o projeto.

Sr. Presidente, estou aqui de plantão aguardando a vez do Centro-Oeste e, naturalmente, assistindo à experiência na construção deste projeto, com pessoas tão experientes que poderão oferecer uma grande colaboração. Em razão disso, teremos oportunidade de analisar o nosso projeto com muito mais facilidade do que os senhores ao analisar este aqui.

Portanto, quero cumprimentar o Relator e dizer que S. Ex^a não nos surpreende. Pelo contrário, esperávamos exatamente isso: agilidade, objetividade e concretude na ação. Tendo este parecer na mão, fica extremamente fácil, com a experiência dos demais parlamentares aqui, construir um projeto bem perto da realidade.

Gostaria de chamar a atenção para as observações que o Senador Sérgio Guerra fez em relação à má vontade do Governo. Creio que esta Comissão, além do aspecto técnico que tem que analisar, tem que ter uma força política expressiva para que possamos realmente sensibilizar o Governo em relação a esses projetos.

Em relação ao Centro-Oeste, temos assistido a idas e vindas do Governo: ora é a favor; ora, contra. E a gente fica nesta instabilidade sem poder de dizer se vamos chegar realmente ao norte.

Portanto, muito obrigada e meus cumprimentos ao Relator.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Agradeço à minha querida Colega. Realmente, também faremos um bom trabalho em relação ao Centro-Oeste para resolver esses assuntos das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste na mesma ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, como fizeram meus Colegas e minhas Colegas, também cumprimento o Senador Antonio Carlos Magalhães pela sua dedicação em estudar, de forma minuciosa, um projeto que, para nós, é tão importante e tão caro como a questão da Sudene.

Essa agência pode nascer forte, havendo a possibilidade de unir todos nós nordestinos, para que, como disse V. Ex^a no início da reunião e em outras ocasiões que tive a oportunidade de ouvi-lo, assim como o Senador Fernando Bezerra, não precisemos nos colocar uns contra os outros na luta por projetos que sejam estratégicos, definitivos, importantes e fortes para as nossas regiões e para os nossos Estados. Como Representantes dos Estados, é importante que cada um lute pela sua região, pelo seu Estado, mas, acima de tudo, é essencial haver uma unidade entre todos nós nordestinos. Certamente, existe a necessidade de uma Sudene nova, forte. Além disso, um Conselho Deliberativo que também tenha força decisiva na política é fundamental para a criação da nova Sudene.

Apesar de não ter sido Governadora e de não ter participado daquele momento em que a Sudene passou por tantas dificuldades – como já relataram tantos ex-Senadores, inclusive o Senador Mão Santa, que falou da unidade entre Governadores naquela ocasião –, acompanhei, como Parlamentar, todas as dificuldades e a extinção, àquela época, da Sudene. Como disse o Senador Eduardo Azeredo, poderíamos ter feito um esforço maior para que a Sudene se modernizasse e para que corrigíssemos os seus erros e, dessa forma,

o Nordeste não perdesse uma agência que, sem dúvida alguma, pode nos trazer a compensação de tantos e tantos anos de desigualdade, como V. Ex^a falou. Os números demonstram claramente diferenças entre o Nordeste e o Sul e o Sudeste do nosso País.

Para encerrar, Senador Antonio Carlos Magalhães, ressalto a vontade e a determinação de poder ajudá-lo e cumprimento V. Ex^a pela forma democrática como encaminhou a discussão do projeto nesta Comissão, não com a imposição de um parecer, mas, ao contrário, fazendo questão de dizer que esta Comissão e seus Membros vão ajudá-lo a construir um parecer que seja fruto do nosso trabalho, da nossa experiência e de toda a nossa dedicação.

Parabenizo, assim, V. Ex^a, pela forma democrática com que expôs a discussão de um projeto tão importante para nós, bem como o Senador Tasso Jereissati, pela agilidade com que trouxe esse assunto e esse debate, em tão pouco tempo, para uma nova Comissão como esta.

Tenho a certeza de que a nossa unidade ficará muito clara já no primeiro momento na discussão de um projeto como o da Sudene.

Parabéns a V. Ex^{as}.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Estou gratíssimo à Senadora Patrícia Saboya Gomes por suas palavras e pela certeza de que será uma pessoa que me ajudará bastante a realizar esse trabalho, que é coletivo e, por isso mesmo, terá um valor maior. Não será a expressão da vontade de um, mas de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Parabenizo o Senador Antonio Carlos Magalhães. Nesta Comissão, há 10 ex-Governadores e três ex-Ministros. Estou tentando aprender algo a fim de que, quando tratarmos do tema referente à Sudam, poder fazer um bom trabalho. Estou gostando de ficar aqui, porque estou vendo os caminhos.

Fico também admirado com a agilidade com os trâmites desta Comissão, que são conduzidos pelo Presidente e pelo Relator. A Comissão não está funcionando nem há 15 dias e já existe um parecer elaborado que dará forma às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Estamos andando na direção da união a fim de fazermos um trabalho melhor e diferente. As três Regiões serão parecidas em sua estrutura fundamental, mas haverá diferenças que cada um precisará adaptar. Tenho certeza de que, com o conhecimento de V. Ex^{as}, ex-Governadores e ex-Ministros, agiremos de modo a

não mais ocorrer o que houve na Sudam, que, quando foi extinta, fez com que se acabasse tudo. Na Sudene, a situação não estava tão alterada como ocorria em nossa região, mas, em consequência daquele fato, tudo acabou-se.

O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste são diferentes e devem ser tratados de acordo com suas características. Tenho a certeza e a esperança de que darei minha contribuição, por menor que seja, pois estou aqui para aprender e fazer o melhor pelo meu povo, ou seja, para a Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Agradeço também ao Senador Augusto Botelho, que tem sido um companheiro muito bom, leal e competente, a quem devo algumas das gentilezas e agradecimentos neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Praticamente todos os Senadores já se pronunciaram. O Senador Garibaldi Alves Filho gostaria de voltar a se pronunciar?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, apresentei um requerimento a V. Ex^a pedindo que sejam ouvidas as seguintes pessoas: Tânia Bacelar, que foi realmente a autora de um anteprojeto sobre a nova Sudene; Valfrido Salmato, ex-superintendente que reúne significativa experiência, e Roberto Cavalcanti, sociólogo que conhece bem a realidade da nossa região.

Faria um apelo no sentido de que esses convidados viessem antes dos Governadores, porque trariam uma versão daqueles que não ocupam cargos governamentais. Depois viriam os Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Antes de submeter à votação o requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho, gostaria de discutir um pouco o método de trabalho, o que vamos fazer daqui por diante. Em primeiro lugar, lembro que tínhamos anteriormente avaliado como sendo o melhor dia para as reuniões a quinta-feira, pela manhã. No entanto, quinta-feira passada houve ameaça de falta de **quorum** e a próxima quinta-feira será feriado, está sendo muito difícil realizar as reuniões às quintas-feiras, pela manhã. Dessa forma, sugiro continuarmos a reunião nesta terça depois do expediente, já que, de alguma maneira, isso tem acontecido. Qual a avaliação de V. Ex^{as}? Todos concordam em continuarmos às terças-feiras?

Tínhamos, por sugestão do Senador Antonio Carlos Magalhães, combinado de fazer uma semana de trabalho intenso especificamente sobre Sudene. E, dependendo da aceleração da Sudam, talvez incluamos Sudene na discussão. Mas como a próxima semana

está muito em cima, ganharíamos tempo tentando convidar para a próxima semana, na terça-feira, o Ministro Furlan, que está desenvolvendo uma política industrial. Já havia sido anunciada pelos jornais uma discussão de política industrial em algumas áreas e foi feita uma Agência Nacional de Política Industrial. Confesso que fiquei preocupado quando li as primeiras notícias e os primeiros enunciados de política industrial colocados pelo Ministro Furlan.

Como, necessariamente, vamos discutir a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães, repetindo, cujo relatório e nota técnica serão o guia de discussão de todos os nossos próximos encontros, convidaremos o Ministro Furlan para, na próxima terça-feira, falar aqui sobre as propostas de política industrial até que possamos fazer uma análise da diferença existente entre a sua proposta de política industrial e as propostas que estão contidas no relatório do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Na outra semana, que será a primeira de abril, se não me engano, faremos uma semana consecutiva de discussões apenas sobre essas propostas, ou seja, na semana que vem o Ministro Furlan; na outra semana, chamaremos todos os técnicos envolvidos, especialistas, estudiosos, intelectuais...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE)

– Tem a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Assim que V. Ex^a conclua, quero falar sobre uma questão que considero anterior a essa.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE)

– Pois não. A idéia seria que entraria o requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho – Tânia Bacelar, Roberto Cavalcanti, Valfrido Salmato e outros, eventualmente –, que dividiríamos por dias – segunda, terça, quarta e quinta.

Enfim, discutiríamos isso melhor, de maneira que essa proposta básica, a discussão nesse meio técnico-acadêmico fosse exaurida e já tivéssemos uma visão bem clara das diferentes visões que existem sobre a nova Sudene ou a nova Sudam.

Em seguida, faríamos uma coisa semelhante nos Estados ou aqui mesmo com os Governadores e os grupos locais. Essa é a proposta que estou fazendo, mas antes ouvirei a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Sr. Presidente. Na verdade, quero fazer uma comunicação e uma solicitação.

Foi aprovado, hoje, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que agora tem essa nova atribuição, requerimento de

minha autoria, solicitando a realização de audiência pública conjunta entre aquela Comissão e esta. Inclusive, o requerimento é o mesmo. Como já foi aprovado lá, junto também a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Até fiz uma proposta. Com as novas comissões, se não otimizarmos também as audiências públicas, acabaremos não tendo tempo. Vai chegar o momento em que não teremos tempo, e o Ministro não terá condição de atender-nos; a demanda será muito grande, essa é a verdade.

Então, já na discussão sobre a Amazônia, queria saber se, na forma do Regimento – pediria ao Presidente que fizesse a consulta –, há concordância da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional em realizar essa audiência com a Ministra Marina, para que S. Ex^a apresente o Plano Amazônia Sustentável, que envolve vários Ministérios, inclusive o Ministério da Integração Nacional, que, em tese, o coordena. O Ministro Ciro Gomes veio aqui recentemente.

Considero isso fundamental; por esse motivo, faço essa solicitação, Sr. Presidente. V. Ex^a está propondo convidar o Ministro Furlan, para falar dessa política.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Política industrial.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu sei, Sr. Presidente. Como esse Plano Amazônia Sustentável é fundamental para a região amazônica e esta é uma comissão que trata do desenvolvimento regional, pensei em fazer isso de forma conjunta.

Queria saber se é possível realizarmos essa audiência pública. A minha preocupação é a de que façamos as reuniões, depois de discutir a questão da Sudene, depois de realizarmos as audiências sobre ela. De preferência, que não fiquem muito distantes, Senador, porque, com certeza, isso vem para cá.

Por exemplo, que ocorra essa audiência com o Ministro Furlan. Já foram propostas várias pessoas para discutir, Senador Garibaldi Alves Filho. A Tânia Bacelar já havia sido mencionada; quase todos propuseram seu nome, por sua importância, seu trabalho. E que também tenhamos o momento de discutir o Plano Amazônia Sustentável, junto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Gostaria que esse debate fosse feito nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, junto com as outras.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Em princípio, gostaria de ouvir os Senadores. Absolutamente, nada em contrário; acho isso extremamente importante e oportuno.

O que gostaria de lembrar é que discutimos, nas primeiras reuniões, que elegeríamos alguns temas e iríamos a fundo em cada um deles. Para esgotar esse tema, não deixá-lo semi-acabado ou pelo meio, ou para que não haja atraso, podemos incluí-lo no meio de uma dessas discussões.

Não queria perder o cronograma das discussões que temos realizado sobre esse tema que elegemos como prioritário. Neste momento, não queria perder o ritmo, para que cumpríssemos nosso compromisso de esgotá-lo em 60 dias e para que ele fosse levado a termo, voltando-se à questão regional como um tema prioritário para o País, tão prioritário como a questão da visão do desenvolvimento sustentado da Amazônia, que está incluída nisso. Eu apenas não queria interromper esse ritmo de agora, o que não impede que façamos o mais rápido possível. Estou me referindo aqui a duas semanas de trabalho. É evidente que dependemos muito do Ministro Furlan, se S. Ex^a pode ou não vir na terça-feira, mas a princípio seria esse cronograma e, na outra semana, colocaríamos todos esses técnicos. Estamos inclusive aguardando sugestões de técnicos como a Tânia Bacelar – conforme já mencionado – e outros que tivessem essa visão de desenvolvimento da Sudene para que pudéssemos esgotar o tema.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já propus alguns nomes também.

Não tenho nada contra, Senador. Quis dizer isso para que compatibilizássemos. Considero correto fazermos, então, duas semanas e depois...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – (Fora do microfone.) Se não for V. Ex^a contrário, sugiro que se incluam os três citados pelo Senador Garibaldi no mesmo dia, porque são figuras que participaram ativamente da Sudene e têm visões provavelmente diferentes, para que pudéssemos debater até com elas próprias, todas três juntas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – A idéia, Senador Antonio Carlos, seria justamente essa. Como imagino que aparecerão outros nomes, poderíamos fazer o debate, por exemplo, com esses três em um dia e, no dia seguinte, outros nomes que sejam indicados. E já ficariam logo acertados esses três em um mesmo dia.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu soube – não tenho a confirmação – que o Ministro Furlan tinha sido convidado para ir a Bologna, na Itália, terça-feira. Não tenho a confirmação disso.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães. PFL – BA) – Provavelmente é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – É evidente que, nas prioridades do Ministro Furlan,

se S. Ex^a já tem seus compromissos, temos que respeitá-lo. Mas tenho certeza de que dentre as prioridades de S. Ex^a um dia estará o Nordeste em meio a essas inúmeras viagens que tem que fazer nesse programa de exportação que está acontecendo.

Ficamos assim definidos: a princípio, checaremos essa formação de Bologna...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, a CDR concorda que haja essa audiência conjunta? É importante isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Concorda.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Está certo.

(Superposição de Intervenções. Inaudível.)

(Levanta-se a reunião às 20h33min.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 1ª reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1º de Março de 2005, terça-feira às 11:30 Horas.

Às doze horas e dezenove minutos do dia primeiro de março de dois mil e cinco, na Sala 03, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senador Pedro Simon, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos **Senadores ÁLVARO DIAS, FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO GUERRA, JONAS PINHEIRO, MARCO MACIEL, PEDRO SIMON, LEOMAR QUINTANILHA, GERSON CAMATA, AELTON FREITAS, SIBÁ MACHADO, ANA JÚLIA CAREPA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, OSMAR DIAS, REGINALDO DUARTE, LEONEL PAVAN, EDISON LOBÃO, HERÁCLITO FORTES, RODOLFO TOURINHO, VALDIR RAUPP, DELCÍDIO AMARAL, SÉRGIO ZAMBIASI, MARCELO CRIVELLA, JUVÊNCIO DA FONSECA, ARTHUR VIRGÍLIO e a Senadora IDELI SALVATTI. A Senadora Roseana Sarney e o Senador Flávio Arns justificaram as suas ausências.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se à instalação da Comissão, criada através da Resolução nº 1, de 2005 e eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2005/2006. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Leomar Quintanilha e Marcelo Crivella para servirem como escrutinadores. Após a apuração dos votos foi eleito, com 14 (quatorze) votos favoráveis, o Senador Sérgio Guerra para Presidente e com 13 (treze) votos, o Senador Flávio Arns para Vice-Presidente. O Senador Sérgio Guerra faz uso da palavra e

agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares para presidir tão importante Colegiado, expondo a importância dos trabalhos da Comissão. Fizeram uso da palavra os Senadores Jonas Pinheiro, Osmar Dias, Delcídio Amaral, Arthur Virgílio, Marcelo Crivella, Álvaro Dias, Reginaldo Duarte, Sérgio Zambiasi e a Senadora Ideli Salvatti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Pedro Simon**, Presidente eventual.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Havendo número regimental, e com muita satisfação, instalamos os trabalhos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Pessoalmente, expresso a grande alegria de, ocasionalmente, estar presidindo a instalação desta Comissão, pois por mais de 14 anos lutei para a sua criação. Parece mentira, mas não havia argumento que conseguisse convencer a Casa de que uma Comissão de Agricultura e Reforma Agrária era importante.

Nesta Casa, há Comissões sobre os mais variados assuntos. No entanto, durante todo esse tempo, a agricultura ficou no porão da Comissão de Assuntos Econômicos. Digo porão, porque na Comissão de Assuntos Econômicos – uma das Comissões mais importantes do Senado, que, permanentemente, trata de assuntos sobre finanças e economia –, raríssimas vezes conseguíamos discutir sobre agricultura, tanto que se pode contar nos dedos de uma mão as vezes que o Ministro da Agricultura foi convidado para comparecer ao Senado Federal. S. Ex^a foi mais vezes convidado para o plenário do que para Comissão.

Talvez pelo fato de a agricultura ocupar atualmente um lugar tão importante na economia nacional, houve bom-senso e, por unanimidade, esta Comissão foi criada e, neste momento, está sendo instalada.

Por acordo de Lideranças, a chapa registrada propõe como Presidente o Senador Sérgio Guerra e como Vice-Presidente o Senador Flávio Arns.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores as devidas cédulas.

Procederemos à chamada nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Votaram 14 Srs. Senadores.

Chamo os Senadores Marcelo Crivella e Leomar Quintanilha para procederem à apuração. (Pausa.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, o Líder do meu Partido tem uma vaga de Suplente, mas ainda não foi formalizado meu nome à Mesa.

Consultamos V. Ex^a se seria possível votar, apresentando depois essa formalização. (Pausa.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Sr. Presidente, foram encontradas 14 cédulas, sendo os 14 votos apurados para o Senador Sérgio Guerra, para Presidente, e 13 votos para o Senador Flávio Arns, para Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Para Presidente, foi aprovado o nome do Senador Sérgio Guerra e, para Vice-Presidente, o Senador Flávio Arns. Infelizmente, o Senador Flávio Arns nos avisa que, por motivos de força maior, não pôde estar presente a esta reunião.

Passo a Presidência ao novo Presidente da Comissão, Senador Sérgio Guerra. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Sr^{as} e Srs. Senadores, Líderes presentes, tenho a satisfação de assumir a Presidência desta Comissão.

Temos pela frente dois desafios: primeiro, conferir consistência a esta Comissão para que cumpra minimamente as responsabilidades do Senado com relação a uma questão substantiva como a da agricultura e da Reforma Agrária no Brasil; segundo, dar início a ela, pois se trata de uma Comissão nova.

Fui Deputado Federal por três Legislaturas e Deputado Estadual por duas Legislaturas. Sei que a vida parlamentar é extremamente exigente. Ao contrário do que muita gente procura passar a impressão, Parlamentares trabalham muito. Eu próprio fiquei surpreso com o grau de esforço de trabalho do Senado Federal, que, sem nenhuma redução do papel da Câmara dos Deputados, é muito mais elevado do que as exigências de trabalho do Deputado, de maneira geral.

No Senado, não é permitido não trabalhar. Todos têm que se envolver. Todos são bastante fiscalizados pela opinião pública dos seus Estados e do País. E é rigoroso o esforço de trabalho dos Senadores. A multiplicação de Comissões, a profusão de idéias e de matérias que têm que ser analisadas com responsabilidade exige empenho bastante forte dos Senadores. Tenho certeza de que vamos fazer desta Comissão uma verdadeira Comissão de Agricultura. Temos razão para isso. O fato de somente agora, depois de tantos anos, o Senador criar uma Comissão para essa finalidade é uma demonstração do quanto a questão rural no Brasil não tem a prioridade que deveria ter.

O reconhecimento dessa realidade é um primeiro ponto de vista a sustentar o nosso esforço. Isto não é uma coisa recente, é uma coisa histórica. Foram os

campos brasileiros, os que trabalham no campo que sustentaram o desenvolvimento deste País por décadas. Foram seus excedentes de exportação que pagaram a industrialização brasileira e agora de novo.

É um setor que trabalha muito e tem pequena visibilidade, mas tenho convicção de que o Senado tem hoje compreensão exata disso, tanto que a proposta do Senador Renan Calheiros de instalar a Comissão de Agricultura foi aceita de forma imediata, absolutamente sem questionamento por todos os Líderes que participaram desta decisão e as consultas que fiz a outros companheiros Senadores que não são Líderes sobre a conveniência desta comissão sempre resultaram em uma resposta essa Comissão pode ser muito importante.

Para que ela seja rigorosamente importante é preciso que haja trabalho coletivo, esforço organizado, enfim decisão de produzir. Não sou, por formação, uma pessoa de muitas palavras e prefiro e sempre preferir ser mais objetivo no que faço e no que digo.

Procurarei ser um Presidente que dê instrumentos para que o Senado possa trabalhar na área de agricultura e reforma agrária de forma responsável, eficiente, suprapartidária, objetiva e que possa conduzir a uma visão da agricultura no Brasil, o que é importante para o país especialmente agora.

Não vou fazer desta Presidência um instrumento da oposição brasileira, embora tenha evidentes compromissos com ela. Não seria esse o objetivo de um Presidente de Comissão no Senado, mas serei alguém que seguramente irá aqui defender com absoluta coerência o esforço brasileiro para valorizar o campo, para adotar esse País de soluções concretas para problemas que são permanentes e que não são enfrentados.

Há problemas conjunturais que são do domínio público, vão do câmbio às taxas de juros aos problemas dos preços internacionais ao longo desse ano, há estiagens que neste ano também se apresentam em algumas áreas do Brasil. Enfim, e problemas mais permanentes como, por exemplo, da falta de uma infra-estrutura adequada à sustentação e ao esforço de expansão e rentabilidade da agricultura no Brasil.

Nessa área de infra-estrutura que sempre trabalhei de maneira bem próxima, nunca enxerguei, em nenhum campo, no exame da questão a necessidade de infra-estrutura que tivesse como foco atender a base rural do país. Ninguém nunca respondeu a essa pergunta, o que é preciso fazer para desenvolver a agricultura, pecuária e atividades rurais no Brasil, do ponto de vista de infra-estrutura, as perguntas são outras e não essas.

Na falta de uma política de infra-estrutura fica difícil definir uma política de longo prazo para a agricultura ou para as atividades ligadas ao setor rural. Somos condenados a conviver com uma situação calamitosa na infra-estrutura, o que é um risco para a segurança econômica da agricultura brasileira.

Há grandes problemas a serem vistos. O sistema de reforma agrária não me parece produtivo, há uma evidente quebra de legitimidade na discussão do problema fundiário. Setores que representam os sem-terra, muitas vezes, não se identificam com os propósitos dos que defendem a reforma agrária.

Da mesma maneira que setores se infiltram no campo dos empresários não no interesse de proteger a agricultura e fazê-la moderna, justa e socialmente adequada, mas com interesses que não podem ser sustentados de forma explícita e que não são cabíveis de serem sustentados.

Penso que o meio ambiente também é algo que tem, na área da agricultura, em especial, sido descuidado. A ação dos que produzem na Amazônia, por exemplo, em toda aquela região é absolutamente irresponsável do ponto de vista dos recursos naturais e do meio ambiente. Há várias questões muito complexas e permanentes, estruturais, que precisam ser vistas e que desejamos sejam vistas aqui.

Pretendo fazer a condução dos trabalhos como sempre fiz na minha vida pública: da maneira mais democrática possível. Não vou trabalhar de maneira autoritária, centralizadora, porque não acredito nem numa coisa nem na outra. Acredito em uma discussão positiva, construtiva, que tenha menos foco nos refletores – não é essa a nossa prioridade – e mais objetivos a realizar.

Existe um conflito instalado, há uma CPI em andamento, muito bem presidida pelo Senador Alvaro Dias, e nós vamos colaborar com ele.

No geral, vamos trabalhar para que a agricultura e a pecuária brasileiras tenham condição de continuar a colaborar para o desenvolvimento do Brasil, tenham condição de apoiar um crescimento que depende, agora, e vai depender ainda mais, nos próximos anos, da capacidade de expansão, de modernização e de democratização da agricultura no País.

Há uma perspectiva de vida muito urbana neste País, que é dominado por uma cultura urbana, o que não é um fato local apenas, é mundial. Não é a voz dos campos que vale, é a voz das cidades, elas é que avançam sobre a tradição. A cultura é a base do interior dos países, das nações. Chegou-se a confundir o processo de modernização com o processo de ocupação intelectual daqueles que trabalham de forma objetiva na produção do meio rural.

Não sou a favor da resistência, mas admiro alguns intelectuais brasileiros, como Ariano Suassuna, lá do meu Nordeste, lá da Paraíba, que entendem que um País como o nosso tem que dar consistência, sustentação, base, prestígio a seus valores mais íntimos e mais históricos, que, muitas vezes, estão situados no campo.

Dar fundamento ao esforço brasileiro para transformar o campo num campo produtivo e socialmente justo é um trabalho que não há maior neste País. Fazer um grande campo, que empregue gente, que não mantenha multidões pobres, que sustente a população no meio rural, que preserve o meio ambiente é um grande desafio brasileiro. Talvez nenhum outro país tenha um desafio do tamanho do que o nosso tem nos próximos 10 ou 20 anos.

Tenho muita satisfação de estar aqui hoje e estou falando mais do que devia porque pretendo mesmo é trabalhar com vocês, quero pedir solidariedade para esse esforço.

Já que instalamos esta Comissão, temos de torná-la efetiva, de fazê-la acontecer, de gerar consequência. Tenho confiança no trabalho de muitos que conheço há bastante tempo e em gente aqui que tem um esforço reconhecido na defesa dos interesses do campo brasileiro.

O meu amigo Alvaro Dias, há poucos minutos, me provocou, perguntando-me se eu sabia que a abóbora no Nordeste tem outro nome. Nós não conhecemos a agricultura da abóbora, mas a do jerimum, seguramente.

Mas o fato concreto é que sou de uma família de agricultores, sou pecuarista há muitos anos – desde que nasci – e tenho um imenso interesse pelo Brasil real, por esse Brasil que sustenta a cultura brasileira, em grande parte, que garante a nossa identidade, que vem do campo, que é muito forte e segura este País, a custa do esforço de milhares de trabalhadores e de excelentes empresários.

Vamos trabalhar bem, esta é a minha palavra e é isso que desejo. Estarei à disposição de todos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Vários companheiros pediram a palavra. O primeiro, seguramente, foi o Senador Jonas Pinheiro. Ele veio à Mesa anteriormente e pediu a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é também com alegria que estamos vendo nascer aqui o fórum adequado onde tratar do problema da agricultura e da reforma agrária no Brasil.

Sr. Presidente, inicio fazendo uma proposição. Amanhã, Sr^{as} e Srs. Senadores, na cidade de Rio Verde, em Goiás, vão se encontrar os Governadores de Goiás, de Mato Grosso do Sul, do Distrito Federal e de Mato Grosso, portanto toda a Região Centro-Oeste, uma reunião de produtores da região, tentando encontrar uma forma de diminuir o grande problema da agricultura nesta região. Comparecerá a esta reunião o Ministro da Agricultura e ainda há uma tentativa de se levar o Sr. Ministro da Fazenda.

Sr. Presidente, assuntos como crédito rural, seguro rural, comercialização e garantia de renda, política de infra-estrutura do agro-negócio, todos esses problemas serão detalhados nesse encontro, com a presença do Governo Marconi Perillo, Blairo Maggi, José Orcírio, o Zeca do PT, Joaquim Roriz.

Além de dar essa notícia, será que seria demais, Sr. Presidente, esta Comissão já se fazer presente por meio de alguns de seus membros lá no município de Rio Verde, no Estado de Goiás, para participar efetivamente do problema da agricultura no Brasil.

Sr. Presidente, em rápidas palavras, agradeço-lhe a minha inscrição, porque acho muito importante a presença desta Comissão como também estarão presentes membros da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, para enfrentar de fato, de frente, o problema que vamos vivenciar este ano no agro-negócio brasileiro.

Esta é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Agradeço a palavra do Senador Jonas Pinheiro, a sua participação, Senador, já é seguramente uma garantia de que esta Comissão vai fazer um bom trabalho.

Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, é um dia histórico para o Senado, o da criação da Comissão de Agricultura. Foi preciso o agronegócio mostrar em números a sua importância e, sobretudo, ser considerado hoje por toda a sociedade brasileira como o principal setor gerador de empregos do País, para que o Senado Federal resolvesse instalar esta Comissão. O Senador Pedro Simon tinha um projeto apresentado 14 anos atrás, eu mesmo apresentei outro, que já estava completando oito anos e nos conseguimos agora fazer com que nossos projetos aprovados resultassem na criação desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

É importante porque não vamos ficar submetidos ao debate do assunto como se fosse uma atividade de segunda categoria. Temos uma comissão específica para debate.

Aproveitando a presença do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, que está, com toda a certeza, honrando a instalação desta Comissão, quero dizer que confio muito no trabalho que V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, vai realizar na Presidência da Comissão de Agricultura, como confio no trabalho que o Senador Renan Calheiros iniciou muito bem na Presidência do Senado, para que possamos dar suporte, debatendo a questão da agricultura com profundidade e também queremos ajudar, oferecendo propostas de política agrícola, para o Governo Federal, e a nossa crítica construtiva, quando for necessário.

E neste momento já tenho duas demandas para a Comissão que objetivamente deixo com V. Ex^a. Primeiro, a Medida Provisória 232, que antecipa a cobrança de imposto de renda de 1,5% na nota fiscal de venda dos produtos agrícolas entra em vigor hoje, havia sido prorrogada por 30 dias. As cooperativas, todos aqueles que fazem a comercialização dos produtos agrícola em nosso País não sabem como proceder, porque se descontarem 1,5% na nota de venda dos produtos a partir de hoje, se o Senado e a Câmara derrubarem essa cobrança, ou seja, o art. 6º da Medida Provisória 232, haverá uma confusão estabelecida.

Peço a V. Ex^a que analise a possibilidade de irmos até o Líder do Governo, para que S. Ex^a interpele o Governo no sentido de prorrogar os efeitos da MP nº 232 por mais 30 dias até que possamos, Senado Federal e Câmara dos Deputados, analisarmos a Medida Provisória e darmos um destino a ela, aprovando-a ou rejeitando-a. E já antecipo o meu voto pela rejeição, mas vamos agir com bom senso, porque a comercialização pode começar um tumulto muito grande se a medida provisória não tiver os seus efeitos prorrogados.

Estou colocando esse problema nas mãos de V. Ex^a, mas me disponho a colaborar, no sentido de conseguirmos a prorrogação por mais 30 dias.

A outra demanda, Sr. Presidente, é que começamos um processo de comercialização equivocada do trigo, quando não há preço para o trigo nacional, e o trigo importado está tomando conta do trigo nacional. Os produtores não conseguem pagar os seus débitos, que já estão vencidos desde novembro.

Não há notícia de prorrogação desses débitos. Se não forem prorrogados, os produtores estão em uma ciranda que os levará a um endividamento irreversível. A taxa de juros de CPR vai chegar a 23% ao ano. É impossível suportarem esse peso sobre os ombros quanto aos produtos de trigo do País.

Há movimentos para que não se plante mais trigo no Brasil, e ficaremos dependendo do trigo importado, que terá um preço muito alto para o País pagar.

Apresento esses dois problemas e mais um: o da comercialização da safra de verão, que começou sem recursos assegurados pelo Governo Federal. Demandas que serão freqüentes aqui, Senador Sérgio Guerra, mas a Comissão, com certeza, vai buscar auxiliar o trabalho que V. Ex^a vai realizar em defesa dos agricultores brasileiros, em defesa desse importante setor da economia nacional.

Desejo a V. Ex^a muito sucesso e me coloco à disposição para ajudar no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Quero agradecer as palavras do Senador Osmar Dias. Desde logo, S. Ex^a coloca perante a Comissão três questões relevantes, prioritárias e urgentes.

Proponho à Comissão que a nossa próxima reunião se realize na quinta-feira, no horário previsto, às 12h. Nessa confusão das agendas que temos que atender, o tempo que restou para que a Comissão de Desenvolvimento Regional e para que a nossa Comissão pudessem se estruturar seria na quinta-feira.

Dessa forma, fariamos a nossa primeira reunião na quinta-feira, já com a discussão sobre a agenda. Pretendo discutir amplamente a nossa agenda pelo menos nos três primeiros meses. Vamos enfrentar questões conjunturais e imediatas, como essas que V. Ex^a nos trouxe ao conhecimento.

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Renan Calheiros; Sr. Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Guerra, saúdo o eminente Senador que presidiu a reunião de instalação da Comissão de Agricultura, Senador Pedro Simon – uma reserva ética, moral e inteligente do Senado Federal –, que defendeu esse projeto por 14 anos. O nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, em tão boa hora fez o decreto de sua instalação, e hoje vemos a Comissão instalada.

O nosso Líder, inteligente e guerreiro como disse o nosso Presidente, o Senador Arthur Virgílio escolheu o Senador Sérgio Guerra para ser o primeiro Presidente da Comissão de Agricultura.

Senador, eu tenho certeza absoluta de que V. Ex^a irá cumprir brilhantemente a missão de presidir esta Comissão de Agricultura do Senado Federal, que é uma das mais importantes para o Brasil hoje. É a agricultura, sem dúvida, que tem sustentado o Brasil ao longo desse tempo todo.

V. Ex^a nos pediu, na questão da infra-estrutura, idéias de um caminho a seguir. Sugiro a V. Ex^a, Sr. Presidente, a questão da agricultura, que é o gargalo da produção brasileira. Não só a questão da agricultura,

mas principalmente, porque ela ocorre no interior do Brasil. Já houve, na safra anterior, e vai ocorrer muito mais na safra deste ano, o extremo de produzir e não ter como escoar porque os portos brasileiros, no sul do País, não suportam mais o incremento da produção. Não temos portos em condições de suportar essa carga. Não existem portos brasileiros capacitados.

Que o Brasil enfrente, de uma vez por todas, a mudança do modal do transporte rodoviário e que se implante, de uma vez por todas, o modal hidroviário, na questão da agroindústria no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a implantação das hidrovias. Falo das hidrovias Araguaia/Tocantins, Tapajós/Teles Pires, Madeira/Mamoré, que já é uma realidade, e da hidrovia do Marajó.

Dessa forma, poderemos escoar essa safra de soja, que é real, do norte do Mato Grosso, pelo porto de Barcarena, que também já é uma realidade e traz milhões de dólares.

Hoje, estima-se que haverá uma economia em torno de US\$400 milhões no escoamento da atual safra de soja do norte do Mato Grosso do Sul. Estamos falando, apenas, no caminho de saída da soja brasileira. Não estamos falando no caminho de entrada, nos insumos do calcário e da integração nacional que vai ocorrer no interior do Brasil, que está pujante, está pronto para ajudar a economia, o desenvolvimento. O Presidente Lula clama diariamente para que este País continue avançando, como tem ocorrido.

Peço a Deus que o ilumine em sua nova missão como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Agradeço as palavras do Senador Flexa Ribeiro.

É nossa intenção estabelecer uma imediata correlação de trabalho com a Comissão de Infra-Estrutura, presidida pelo Senador Heráclito Fortes. Creio que temos muito para fazer em conjunto, bem como temos com a Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida pelo Senador Tasso Jereissati.

Vamos procurar o máximo de colaboração para que possamos enfrentar, de maneira consistente, questões como a que o Senador acabou de ressaltar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se V. Ex^a me permitir, a questão do sistema hidroviário está intimamente ligada à questão do meio ambiente, que se encontra agora com a Comissão presidida pelo Senador Leomar Quintanilha.

V. Ex^a pode nos prestar um grande serviço desatando esse nó ambiental na questão do sistema hidroviário com o apoio de Presidente Renan Calheiros. V. Ex^a poderá ser o grande Presidente que desatará o nó e integrará o Brasil de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Agradeço as palavras do Senador Flexa Ribeiro.

A colaboração na área do meio ambiente tinha sido sugerida pelo próprio Presidente Leomar Quintanilha. Vamos, seguramente, promovê-la.

Ouçó, com prazer, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Saúdo o Sr. Presidente, bem como o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. Quero não só em meu nome, mas em nome do Senador Aloizio Mercadante – que me delegou a tarefa de participar desta solenidade de instalação da Comissão de Agricultura, tendo em vista que, no dia de hoje, acompanha o Presidente da República na posse do Presidente do Uruguai –, parabenizar, em primeiro lugar, o Senado da República pela instalação desta Comissão e, em segundo lugar, por estar à frente dos trabalhos desta Comissão o Senador Sérgio Guerra, de Pernambuco.

S. Ex^a goza, nesta Casa, de muita simpatia, de muito reconhecimento por seu trabalho, por sua postura e, principalmente, pelo posicionamento que, inclusive, fez questão de reiterar no seu pronunciamento inicial. S. Ex^a quer fazer desta Comissão um grande ambiente de negociação, de superação de obstáculos e de aprimoramento de tudo o que precisamos fazer, como País, para dar à produção agrícola brasileira, seja do agronegócio, seja da agricultura familiar, as condições para o seu desenvolvimento com justiça, com distribuição de renda e com valorização do ser humano que se dedica a essa atividade produtiva.

Não poderia também deixar de registrar que, para conduzir os trabalhos juntamente com o Senador Sérgio Guerra, está o nosso companheiro de Partido, Senador Flávio Arns, que não pôde estar presente nesta solenidade. S. Ex^a também vem de um Estado onde a questão agrícola é extremamente forte, tanto em termos de agricultura extensiva, como de agricultura familiar, o Paraná.

Tenho certeza absoluta de que o comando da Comissão de Agricultura nas mãos do Senador Sérgio Guerra e do Senador Flávio Arns vai orgulhar, mais uma vez, o Senado da República pelo resultado positivo.

Senador Sérgio Guerra, tantos outros deram tarefas para esta Comissão. A Comissão de Assuntos Econômicos acaba de lhe dar mais uma: a de conduzir o processo de negociação do Governo e abrir audiência pública com o Ministro Roberto Rodrigues, para que tenhamos um procedimento, não só de resolver a dívida dos agricultores do Nordeste – que está no projeto do Senador César Borges, relatado pelo Senador Jonas Pinheiro –, mas também de fazermos os encaminhamentos desta lógica do socorro aos agricultores do Sul do País, atingidos pela estiagem, e também de

tudo o Centro-Oeste brasileiro, principalmente agora nessa perda de capacidade e disputa, com a redução das **comodities**, do preço da soja, do algodão e de vários outros produtos agrícolas que o Brasil exporta e que, portanto, trazem, neste momento, uma grande oportunidade.

Agradeço a oportunidade, parabenizando V. Ex^a pela posse no dia de hoje e desejando sucesso na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Agradeço as palavras da Senadora Ideli, com quem trabalhei no ano passado, pois S. Ex^a era Líder do PT, estava na Liderança da Minoria. Trata-se de uma pessoa que aprendi a admirar e a respeitar. S. Ex^a tem muita segurança, um pensamento organizado e muita capacidade de contribuir. Espero que essa capacidade também sirva aos nossos trabalhos. Na medida do possível, peço a V. Ex^a que compareça também à nossa Comissão, porque os assuntos da agricultura também lhe interessam.

Agradeço a presença do Senador Renan Calheiros, que veio nos dar uma demonstração da importância que atribui à fixação de uma Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado Federal. Penso que o Senador Renan tem uma grande chance de fazer um trabalho muito importante no Senado brasileiro. Conheço S. Ex^a há muitos anos, somos de Estados vizinhos. S. Ex^a é um político que tem muita competência, bastante sobriedade, inteligência e fundamentos democratas na sua vida pública.

Tenho certeza de que vai ajudar o Senado brasileiro a cumprir o seu papel com grande brilho, à altura do que espera de nós o povo brasileiro. Gostaria de agradecer pessoalmente a sua presença aqui.

Ouçó a palavra do Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, gostaria de saudá-lo, desejando muito sucesso à frente da Comissão de Agricultura. O nosso Senador Flávio Arns não pôde estar presente pelas razões já explicitadas no início da votação.

Registro, Sr. Presidente, em primeiro lugar, que o Senado avança muito, como disse bem o Senador Pedro Simon, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, porque é um projeto importante para o Presidente Lula. E, mais importante do que isso, pelo que representa o agronegócio para a nossa economia, o grande salto da nossa agricultura, da nossa pecuária, ou seja, o desenvolvimento tecnológico promovido por meio da Embrapa, e de outros, exatamente no sentido de levar o agronegócio no Brasil a esse patamar. O País, hoje, é um dos principais no agronegócio do mundo. E a criação da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária no Senado Federal já não vem sem

tempo. É absolutamente fundamental esse tema. E V. Ex^a, que tem competência, bom senso e lucidez, deixou muito claro, na exposição inicial, como esta Comissão de Agricultura vai funcionar. Vai funcionar efetivamente para discutir os grandes temas nacionais, com equilíbrio, com serenidade.

E não tenho dúvida alguma, Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, de que esta será uma das Comissões mais importantes do Senado Federal.

Em nome do PT e dos Partidos do Bloco de Apoio ao Governo, gostaríamos de desejar a V. Ex^a muito sucesso, porque a Comissão de Agricultura, uma das mais importantes do Senado, estará sob a coordenação de um dos melhores quadros do Senado Federal.

Parabéns e conte conosco nessa grande caminhada, não só discutindo a questão da reforma agrária, do agronegócio, mas, com isso, colaborando por um Brasil melhor!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Agradeço as palavras do Senador Delcídio Amaral. Tenho muitas razões para sustentar com S. Ex^a uma forte identidade. O Senador Delcídio é uma pessoa que tem imensa capacidade prática, já demonstrada. Foram preocupações públicas as que o fizeram Senador da República na primeira eleição que disputou. Já é Líder do seu Partido.

Gostaria de contar muito nesta Comissão com a colaboração de S. Ex^a de Agricultura, que representa um Estado rural forte e com muitos recursos naturais. A sua inteligência prática, a sua capacidade de fazer as coisas acontecerem, é muito bem-vinda à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Ouçó a palavra do Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente Sérgio Guerra, V. Ex^a tem sido um Líder da Minoria efetivo, competente, atento e cheio de espírito público. Tenho certeza absoluta de que esse gesto inteligente e até precursor do Ministro Pedro Simon – que foi um excelente Ministro da Agricultura na primeira etapa do Governo do Presidente José Sarney, muito bem acolhido pelo Senado e pela lucidez do Presidente Renan Calheiros – haverá de dar grandes frutos. Não nos iludamos: cada poder que venha para cá significa poder subtraído de alguma outra Comissão. Mas o fato é que não podemos voltar as costas para um terço do PIB brasileiro, não podemos tapar o sol com a peneira nem um pouquinho mais. O Senado precisa estar realmente abraçado a esse desafio novo. Isso moderniza e atualiza o Senado. Isso mostra a visão de futuro de uma bancada pluripartidária de homens e mulheres com amplas responsabilidades nas suas vidas, para trás e, sem dúvida, para frente.

Olhar para a frente significa contemplar a agricultura com posição nobre.

O Senador Leonel Pavan, ainda há pouco, dizia-me que V. Ex^a verbaliza com muita segurança. E dizia a S. Ex^a que isso para mim é fruto do seu pensar bem: verbaliza bem, porque pensa bem! E diria que a sua marca fundamental é pensar bem, é pensar com lucidez, é pensar com propriedade.

Portanto, não tenho susto algum quanto ao futuro desta Comissão. Será brilhante, será competente, tão brilhante e competente tem sido a sua trajetória.

É hora de lhe reafirmar todo o apreço pessoal, todo o orgulho do meu partido e do de V. Ex^a por tê-lo como um dos seus militantes. E, neste momento, com a missão absolutamente brilhante de fundar uma Comissão Técnica deste porte, desta monta, no Senado Federal.

Meus parabéns a V. Ex^a! Mãos à obra! Conte conosco em toda a linha do trabalho que brilhantemente saberá executar!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Gostaria de agradecer as palavras do grande Líder Arthur Virgílio, Líder do meu Partido, que tem demonstrado ao País inteiro o quanto vale a palavra, qual o papel da palavra, do pensamento explicitado de forma substantiva, nunca demagógica. Um verdadeiro e grande Parlamentar brasileiro, como há poucos!

Vou honrar a indicação que S. Ex^a fez, em nome da nossa Bancada do PSDB, acatada pelos outros Líderes. Darei tratos à bola, farei um esforço grande para organizar, com os companheiros desta Comissão, um programa que seja vasto, conseqüente, moderno, pró-ativo, enfim, que gere para o Congresso Nacional mais conceito, e para o Senado Federal de uma maneira especial.

Senador Arthur Virgílio, eu quero garantir a V. Ex^a que contará com todo o meu esforço para que o Partido que V. Ex^a lidera, democrático e progressista, cumpra o seu papel, presidindo esta Comissão, neste ambiente brasileiro que, no meio rural, apresenta-se bastante conflagrado. Vamos cuidar de trabalhar bem e honrar nossos mandatos.

Eu queria ouvir o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje realmente é um dia de festa para o nosso Senado Federal, que vai refletir no Brasil. Desejo a V. Ex^a todo sucesso. Todos os seus companheiros – e faço coro – já saudaram a sua inteligência, o seu brilhantismo, a maneira correta com a qual o vemos sempre se manifestar no plenário e nos debates parlamentares.

Sr. Presidente, o Brasil precisa de uma agricultura moderna, porque competimos com países – da Europa e com os Estados Unidos, basicamente – que são extremamente paternalistas com a sua agricultura, dando a ela subsídios imensos. É claro que o Brasil conta com o clima, com o solo e com esse povo trabalhador. Sr. Presidente, a agricultura moderna precisa de infra-estrutura, de um sistema de cooperativa isento e de financiamento. São temas fundamentais.

No meu Estado, Sr. Presidente, a agricultura não faz um grande papel na economia, com exceção das plantações de cana, do cultivo da cana no norte do Estado, mas me preocupa o semi-árido brasileiro, onde vivi por dois anos, num projeto no interior da Bahia. Há tantas coisas que poderiam ser feitas no nosso semi-árido, há tanta coisa a debater...

Quero falar um pouco também da reforma agrária. Desculpe-me dizer, mas hoje temos 5.800 assentamentos rurais que são verdadeiras favelas rurais, sobrevivendo à custa de cesta básica. E dói no coração da gente ver aquele brasileiro desempregado da cidade, que ficou acampado naquela barraca de plástico preto, dizendo para a família: “No dia que eu tiver uma terra, vou mostrar o meu valor”. E depois dão a ele um lote agrícola: 20 hectares. E V. Ex^a sabe o que ele foi capaz de fazer, Sr. Presidente? Uma horta e criar galinha. As iniciativas são frustrantes. Esta Comissão pode dar uma contribuição fantástica. Agora mesmo votamos o biodiesel na região do semi-árido. Temos a mamona – a nova da Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –, que produz com seis meses, nativa da nossa região. Quem sabe a nossa Comissão encontre uma maneira de levar aos assentamentos do semi-árido uma produção garantida, sustentada, para que essas pessoas tenham um salário digno?

Sr. Presidente, não o verei aqui como um Senador da Oposição, absolutamente, mas como Líder e Presidente de uma Comissão, com a qual vamos colaborar e onde vamos lutar juntos para que traga uma contribuição inestimável ao nosso País.

Finalmente, Sr. Presidente, quero lembrar que hoje a capa do **Jornal do Senado** mostra que estamos plantando 43 milhões de hectares neste País. Temos 850 milhões de hectares, 8 milhões e meio de quilômetros quadrados. Mas lembro também, Sr. Presidente, que 130 milhões de hectares estão nas mãos de 33 brasileiros, segundo o último relatório do Incra. Isso é algo que deve preocupar V. Ex^a também.

Assim, concludo, desejando a V. Ex^a muitas felicidades, e pedindo a Deus que o abençoe nesta nova missão.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Agradeço as palavras do Senador Marcelo Crivella. Registro que suas observações calaram fundo a minha convicção; elas são seguras, precisas, e muito importantes. Eu espero que essa questão, ao ser tratada de forma desapaixonada – patrioticamente tratada – possamos começar a ajudar resolvê-la. Eu sou de um Estado no qual assisto também à multiplicação de invasões e de programas de reforma agrária que não geram renda, ou seja, não produzem consequência de fato. Aqui tem uma agricultura da cana-de-açúcar, grande parte é antieconômica e tem um sequeiro em um semi-árido enorme, sem alternativa agrícola confirmada; e grande projetos que são verdadeiras visões que surgem de dia ou de noite, a cada Governo. Com os militares também havia isso; e isso continua agora. Mas, eles podem ocorrer nos jornais e podem gerar até faturamento para empresas que produzem investimentos, principalmente em infra-estrutura, mas nunca chegam ao agricultor. Ao agricultor só chegam os problemas, nunca as soluções. Mas, gostei muito de ouvir as suas palavras.

Ouçó as palavras do Senador Alvaro Dias, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem tudo a ver com o que fazemos aqui. S. Ex^a é Senador de um Estado agrícola forte que tem uma agricultura de qualidade, e é uma pessoa a quem admiro e respeito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado,

Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra. O objetivo desta fala é exatamente cumprimentá-lo. O nosso Líder Arthur Virgílio foi feliz ao indicá-lo. Eu fiz uma brincadeira, resultando da nossa amizade e do carinho que tenho por V. Ex^a, um dos grandes amigos que encontrei em Brasília. Eu fiz a brincadeira, exatamente, por ter tido a oportunidade de visitar o seu Estado, Pernambuco, por meio do trabalho da CPI da Terra, e pude constatar o prestígio e o conceito de que desfruta V. Ex^a no meio rural daquele Estado, como um profundo conhecedor das questões atinentes à agricultura. Por isso, fiz a brincadeira, indagando se V. Ex^a conhecia um pé de abóbora.

Mas, certamente, V. Ex^a conhece a grandiosidade do desafio. Esta Comissão, inexplicavelmente, foi extinta depois da Constituinte. Ela existia antes. Eu tive a satisfação de presidi-la, durante o meu primeiro mandato de Senador, e denominava-se Comissão de Agricultura e Política Rural. Após a Constituinte, ela foi extinta e, agora, em boa hora, ela ressurgiu; e não poderia ser de forma mais adequada, porque sob a Presidência lúcida de V. Ex^a.

Os desafios são hercúleos, eu diria, não somente para esta Comissão, mas para o nosso País, que bus-

ca superar os obstáculos que comprometem o nosso desenvolvimento. Nós reputamos que temos problemas seriíssimos na área de infra-estrutura. O País corre o risco de, brevemente, plantar, colher, vender, e não poder entregar, diante da ausência de investimentos na área de infra-estrutura, que poderão proporcionar um apagão de infra-estrutura no nosso País. É claro, V. Ex^a já destacou no início da abertura dos trabalhos desta primeira reunião que essa é uma das preocupações do nosso Presidente.

E ao lado das questões de infra-estrutura, a conflagração no campo pode comprometer essa evolução tecnológica que a agricultura brasileira alcança. Nós podemos comprometer a produção e a produtividade, se permitirmos que a afronta à legislação do País prevaleça – como tem prevalecido desorganizando a estrutura fundiária. A ausência da autoridade tem estimulado a violência, e, evidentemente, isso afugenta investimentos produtivos significativos da área rural, como já tem ocorrido, inclusive, reduzindo o fluxo do capital externo que é fundamental para o processo do desenvolvimento econômico do nosso País.

Ao lado dessa questão, há questões de comercialização. Não só o preço mínimo fixado pelo Governo, como agora, no caso do trigo, não é respeitado; mas, sobretudo se estabelece uma concorrência desigual com os nossos competidores, em função da política protecionista, das barreiras alfandegárias, não alfandegárias, do subsídio gigantesco de US\$1 bilhão, por dia. É evidente que isso nos leva a competir, em desvantagem com os nossos competidores. Nós produzimos e podemos competir no momento da produção, mas não podemos competir no momento da exportação e da comercialização dos nossos produtos, em função dessas desigualdades que, lamentavelmente, são fruto do egoísmo das grandes potências. Eu não diria da inteligência, mas do egoísmo, porque não me parece inteligente sufocar nações emergentes, como a nossa, com a política protecionista que se adota, principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

Por isso, Sr. Presidente, os desafios são incríveis. Eu creio que o tema atinente ao meio ambiente deveria estar aqui, nesta Comissão, e não na Comissão de Fiscalização e Controle. A Comissão de Fiscalização e Controle tem uma outra tarefa, da maior importância, que é fiscalizar a Administração Pública. Nos Estados Unidos, por exemplo, no Parlamento Americano, há um grupo enorme, com oitocentos funcionários que tratam de fiscalizar e controlar os gastos públicos. Nós incluímos aqui Fiscalização e Controle e Meio Ambiente. Creio que meio ambiente estaria melhor aqui, nesta Comissão de Agricultura, já que teríamos o debate sobre a necessidade de compatibilizarmos os interesses

da produção e da produtividade, com a necessidade da preservação ambiental. E é possível compatibilizar. Creio que esse seria o foro adequado para esse debate e para o encaminhamento dessas questões. De qualquer maneira, a organização das Comissões na Casa estabeleceu outro caminho.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que estarei a sua disposição, para o debate, para a participação ativa, como titular ou como suplente, não importa, desta Comissão. O importante é que nos unamos, nesse esforço comum, para valorizar o campo, a agricultura. Eu sempre digo que Governo que não reconhece a importância da agricultura não é digno de ser Governo, porque evidentemente, no Brasil, sobretudo, a agricultura é o sustentáculo maior da nossa economia. Temos grande esperança na liderança de V. Ex^a e, sobretudo, na competência com que haverá de se conduzir, presidindo esta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Alvaro Dias, as suas palavras aumentam as preocupações, porque sei do conhecimento que V. Ex^a tem da matéria, que é amplo e de conjunto, e de alguém que, quando fala nesse assunto, fala com fundamento. Como sou seu amigo, e também o seu companheiro de Partido, faço um apelo em nome da nossa amizade e do nosso Partido, para que a sua presença seja freqüente aqui, porque seguramente teremos um dos melhores Senadores, ajudando em um campo em que domina de forma bastante consistente.

Agradeço-lhe as palavras e a confiança.

Agora, ouço o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Meu caro companheiro Sérgio Guerra, companheiro de Congresso Nacional e também companheiro de Partido, é um prazer muito grande ver V. Ex^a sentado na cadeira, presidindo, pelos dois próximos anos, a Comissão de Agricultura, uma das Comissões mais importantes desta Casa, atualmente. Também representa um sonho do nosso Senador gaúcho Pedro Simon. V. Ex^a vai assumir a Presidência dessa Comissão e também, além dos propósitos que V. Ex^a terá, deverá olhar com bons olhos os problemas do Ceará, de Pernambuco e, enfim, de todo Nordeste brasileiro como o do Rio Grande do Sul, pois estão passando por um período muito prolongado de seca.

Nós, nordestinos como V. Ex^a, já somos acostumados a conviver com a seca. Mas, nossos irmãos do Rio Grande do Sul, não. Acredito que nunca passaram por um momento igual a esse, mas que, em nossas vidas, é corriqueiro.

Também queria lhe dizer que no Nordeste a nossa agricultura era principalmente a cana-de-açúcar – ainda é um pouco a cana-de-açúcar e o algodão. O algodão

saiu do cenário do meu Estado nos anos de 1980, mas até a primeira metade dos anos 80, ele ainda era a cultura especial e a fonte de renda do nosso Estado, que chegou a representar cerca de 75% do seu PIB e hoje representa em torno talvez de 5%.

E quando o nosso companheiro e ex-Governador Tasso Jereissati assumiu, pela primeira vez, o Governo do Estado, ele sentiu esse impacto na economia do Estado. Daí, viu que a agricultura não seria mais o ideal para levantar o PIB do Estado, porque o Governo Federal já tinha retirado todos os subsídios à agricultura.

A nossa carteira agrícola do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil tinha mais de 10 mil mutuários. Hoje, talvez, se tiver uns 10 tem muito. É um sinal de que agricultura no Nordeste só se pode fazer com subsídio. Por quê? Porque nossa topografia é muito diversa, é muito difícil se trabalhar com máquina no Nordeste. A topografia lá só permite o trabalho manual, como era no passado.

Isso resultou no grande êxodo dos nossos companheiros do Nordeste para as grandes cidades no nosso País, principalmente para São Paulo, Brasília, Fortaleza, etc. E essa foi a causa primordial desse grande êxodo das nossas famílias nordestinas para outras cidades atrás de dias melhores.

De forma que quero parabenizar V. Ex^a por estar assumindo hoje essa Comissão, que reputo como uma das mais importantes do Senado Federal.

Desejo aos membros da Comissão muita felicidade. Estarei aqui como seu membro, ao seu lado, para ajudá-lo no que for possível.

Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – O meu amigo Reginaldo Duarte é Senador pelo Ceará e meu companheiro, colega e proprietário rural em Pernambuco. Ele tem lá, se não um latifúndio é uma propriedade e conhece a questão da terra no Nordeste, de uma maneira geral, e do semi-árido, de uma maneira especial.

Penso que a Comissão é muito importante, mas essa importância será efetivamente confirmada na medida em que o Senador Reginaldo e outros companheiros contribuam freqüentemente com o esforço que faremos juntos, com seu conhecimento, sua experiência e sua visão de homem do Nordeste, que não repete uma visão antiga, com a qual nunca me identifiquei de posturas assistencialistas, de pedir ajuda por pedir ajuda, de reclamar por reclamar, como se houvesse uma conspiração, uma grande divisão entre brasileiros. Não é bem assim. Uma luta de interesses, uma região contra a outra.

O fato concreto é que, assim como o poder central no Brasil, a grande política nunca cuidou, de forma objetiva, nas últimas décadas, da agricultura, menos ainda das possibilidades do uso de áreas bastante difíceis como as que conhecemos no Nordeste. Por isso, não deu a menor prioridade, nem atenção aos pequenos e centenas de pequenos agricultores do Nordeste, que atravessam situações difíceis. Aquela agricultura, aquela atividade não sustentou a população. Parcela dela migrou. É uma região, hoje, freqüentada, vivida, por pessoas de idade avançada e crianças. Pessoas de média idade não ficam por lá, uma procura de alternativa de trabalho em outras áreas urbanas, não necessariamente mais em São Paulo, mas elas se espalham e não ficam ali, porque ali não geram condições de subsistência e progresso para ninguém. É preciso entender isso. Não vai crítica nenhuma ao Governo Federal, mas não vamos encarar esse assunto como problemas assistencialistas e distribuição de cestas básicas, nem de Fome Zero, nada disso. Temos que ter uma ação muito mais construtiva, muito mais eficiente, que gere consequências.

Quero ouvir o Senador do Rio Grande do Sul que, seguramente, terá muito com que contribuir, pelo seu papel no Estado e pela importância que tem o Rio Grande do Sul na discussão das idéias brasileiras sobre o campo.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Senador Sérgio Guerra, quero inicialmente cumprimentá-lo pela instalação da Comissão de Agricultura aqui no Senado.

Gostaria de dar um abraço pessoalmente ao nosso querido companheiro Senador Pedro Simon, por ter lutado tanto e poder ver esse sonho concretizado aqui, voltando, como bem citou o Senador Alvaro Dias, retornando. Não tenho dúvida de que esta Comissão será uma das mais importantes dessa Casa.

Trago, Senador Sérgio Guerra, lá do Rio Grande, um relato alarmante de um problema que, como muito bem comentou aqui o Senador Reginaldo Duarte, o nordestino já conhece. Nós, no Sul, não estamos acostumados a ficar 110 dias sem chuva. Já estamos assistindo a cenas que víamos apenas pela televisão, pela imprensa, com os mananciais de água secando. Já nem se fala mais, Senador Sérgio Guerra, das perdas na agricultura. Já estamos falando em falta de água para consumo humano. Já estamos vendo o princípio do que o Senador Reginaldo comentou que é comum, o Senhor comentou agora também, do êxodo, das migrações, de famílias que desistem da sua vocação e somam-se aos bolsões de miséria das cidades-pólo ou da região metropolitana, indo em busca de socorro e, portanto, se transformando involuntariamente em

mais um problema. Porque com eles crescem as necessidades de investimentos na região metropolitana e, também, a violência.

Ontem, tivemos uma reunião com o Governador Germano Rigotto, a Bancada gaúcha, nossos Senadores e Parlamentares, e concluímos – aqui está a Dr^a Cida, que é representante do Ministério da Agricultura, que é uma pessoa que nos acolhe; especialmente o Ministro Roberto Rodrigues, e concluímos que essa questão já ultrapassa o poder de decisão do Ministério, Presidente Sérgio Guerra. Já é uma questão de responsabilidade do Presidente da República.

E gostaríamos que o Rio Grande recebesse da Comissão um movimento de solidariedade, na expectativa de resgatar um pouco a nossa auto-estima e promovermos a ida do Presidente da República para que ele veja **in loco**, junto com a Comissão de Agricultura do Senado, recém-instalada, para ver aquilo que o Brasil tem dificuldade de acreditar, Senador Alvaro. Sei que a seca está no Rio Grande, no oeste catarinense, e já está pegando um pouco do Paraná. E esse fenômeno deve ser estudado aqui pela Comissão, as causas, os porquês, e começar a buscar alternativas que dêem algum tipo de segurança ao pequeno agricultor, à agricultura familiar. Lá, temos 400 mil famílias hoje aguardando o socorro do seguro agrícola. Só ele é quem pode minimizar esse drama. Os grandes produtores estão, de alguma maneira, buscando alternativas. Ao pequeno resta não o assistencialismo – o Senhor muito bem comentou – mas, alternativas de maneira que possam continuar sobrevivendo com dignidade.

Fiquei particularmente chocado com o acompanhamento de um caso – e são milhares iguais – mas, de um caso que a imprensa decidiu acompanhar durante um dia, em que a família, num determinado horário, acorda, vai até a lavoura e ela está seca, vai até a horta e não tem o que colher e depois dirige-se à cidade para buscar no hospital a filha, que entra em depressão, porque não vê mais motivação para continuar ali junto com o pai, com a mãe, com os irmãos trabalhando na roça.

São cenas como essas que estão chocando porque mexem com o aspecto humano. Acredito que a solidariedade da Comissão, V. Ex^a tem esse espírito forte, guerreiro, de liderança, vem de um Estado que conhece, sabe, é forjado na luta contra esses fatores climáticos terríveis, especialmente a seca, poderão nos ajudar muito, Senador Sérgio Guerra. Não poderia, portanto, deixar aqui a minha manifestação, a minha esperança de que tenhamos um movimento, ao nível de Brasil, para solidarizar-se conosco inclusive, exatamente, para superar essas questões que V. Ex^a colocou muito bem de conceitos pré-estabelecidos de

uma região para outra. Em Porto Alegre, temos uma grande colônia de cearenses, de pernambucanos que fizeram opção, num determinado momento de suas vidas de buscar novas oportunidades, no ponto mais meridional do Brasil, lá naquele Sul. E hoje estão surpreendidos por um cenário com o qual eles já não estavam mais acostumados.

Lamento atrasar o seu almoço, mas não poderia deixar, Senador Sérgio Guerra, de registrar aqui na Comissão, na sua instalação este desafio para que juntos possamos buscar soluções, não só para a seca gaúcha, mas para os grandes problemas, os grandes desafios que o Brasil vem enfrentando.

Meus cumprimentos, sucesso e conte com este seu companheiro nesta luta, por essa grande causa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– A palavra do Senador Zambiasi é uma demonstração do quanto é relevante sustentarmos aqui uma Comissão de Agricultura permanente, ativa, mobilizada, realmente falar de seca no Rio Grande do Sul nessa proporção, nunca imaginei que pudesse dar. Também conheço o Rio Grande, tenho um amigo lá pecuarista, agricultores. Como pequeno criador de vaca, já comprei vaca no Rio Grande do Sul, e carneiros também. Mas o Rio Grande do Sul é um Estado que possui áreas de imensa beleza física e de grandes recursos naturais, com agricultores eficientes, gente de padrão internacional de qualificação e, de repente, acorda-se com um cenário nordestino, de falta de água, é uma coisa terrível.

Não vamos estabelecer um campeonato de pobreza e nem de problemas, lá temos isso habitualmente, para nós já é fato conhecido. Então uma situação como a do Rio Grande do Sul deve ser um trauma total. É devastador. Isso afeta não só Brasil, mas a todos.

Amanhã vou procurar me reunir com alguns Senadores, vou ligar para quase todos, para que a gente organize uma primeira reunião de quinta-feira, estabelecendo algumas prioridades e começando um esforço de mobilização, de discussão. Seguramente a questão que V. Ex^a traz hoje aqui deve ser prioritária sob qualquer aspecto.

Agradeço sua palavra.

Encerro a reunião, agradecendo a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 34 minutos.)

Ata da 2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de Março de 2005, quarta-feira às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia nove de março de dois mil e cinco, na Sala 07, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Sérgio Guerra, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença das **SENADORAS LÚCIA VÂNIA E ANA JÚLIA CAREPA E DOS SENADORES FLEXA RIBEIRO, DEMÓSTENES TORRES, RAMEZ TEBET, PEDRO SIMON, GERSON CAMATA, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, OSMAR DIAS, LEONEL PAVAN, HERÁCLITO FORTES E ARTHUR VIRGÍLIO. A Senadora Roseana Sarney justificou a sua ausência.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. A presente reunião destina-se a definição dos trabalhos da Comissão para o Biênio 2005/2006 e a resolução de questões pertinentes ao bom desenvolvimento dos trabalhos da Comissão durante o mencionado período. Discutem a matéria, apresentando diversas sugestões os Senadores Ramez Tebet, Sibá Machado, Osmar Dias, Pedro Simon, Aelton Freitas, Flexa Ribeiro, Flávio Arns, Gerson Camata, Arthur Virgílio e as Senadoras Lúcia Vânia e Ana Júlia Carepa. Foram aprovados os Requerimentos: **nº 01, de 2005 – CRA Autoria:** Senador Sérgio Guerra. **Finalidade:** realização de audiência pública, com o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para esclarecimentos a respeito de matérias afetas ao mencionado Ministério, especialmente as perspectivas do agronegócio brasileiro; **nº 02, de 2005 – CRA. Autoria:** Senadora Ana Júlia Carepa. **Finalidade:** realização de audiência pública, com o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, para esclarecimentos referentes às ações implementadas na região amazônica, relacionadas a Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a Segunda Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Em votação.

Os Srs. e as Sr^{as} Senadoras que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à definição de pauta de discussão de questões urgentes no que diz respeito às atribuições da nossa Comissão.

Ao longo desses últimos dez dias, fizemos uma série de consultas fora do ambiente do Senado, com várias instituições que têm interface bastante óbvia com o nosso trabalho. Comparecemos a um evento relevante do movimento dos agricultores de Goiás. Eu, como nordestino, fiquei bastante impressionado. E ao mesmo tempo que preocupado, porque senti a força da agricultura dessas áreas. Gente ali que não era aparentemente rica e nem tampouco parecia pobre, mas um grupo de dez mil pessoas que participavam de uma reunião com bastante identificação, muita força. Havia algumas dezenas de Deputados Federais, vários Senadores, quatro Governadores. Fiquei rigorosamente impressionado com a pauta, a qualidade e a força desses movimentos. E penso nas nossas áreas do Nordeste brasileiro, nas quais agricultores só se reúnem muitas vezes para confissões de pobreza extrema e de falta de esperança. Mas o Brasil é assim mesmo. A gente tem que entender isso e tem que encarar que para cada estágio e cada situação há problemas e a necessidade de trabalharmos de forma ampla.

Ao longo dessa semana, conversei bastante na Confederação Nacional da Agricultura, pedi uma reunião com a Contag, conversei com várias instituições que nos procuraram, com técnicos de reconhecida competência no campo da agricultura brasileira. E fomos de alguma maneira informados do interesse do Ministro da Agricultura de iniciar o nosso trabalho, com o qual ele deseja contribuir, com uma discussão da qual ele participasse. Conversei com algumas pessoas, ouvi alguns companheiros e fiz um requerimento, que vou submeter à aprovação de vocês.

Mas o que penso fazer, o que estava pensando em discutir aqui hoje era basicamente definir algumas linhas gerais e algumas providências imediatas. Primeiro, é preciso fazer esta Comissão ter vida para que ela possa ter comparecimento, participação e resultados. Isso só se faz com trabalho conjunto. Não adianta um esforço olímpico meu ou de qualquer um de vocês, e não será bem-sucedido se não for conjunto de certo grupo que tenha responsabilidade e foco nessa área.

Segundo, fiquei absolutamente surpreso com o grau de interesse da Comissão fora do Congresso. Acho que Presidente de Comissão, eu sei, na Câmara já trabalhei nisso, mas eles são reconhecidos externamente. Alguns de vocês foram, com certeza, Depu-

tados Federais, e aqui vários já foram Presidentes de Comissão. Na verdade, Presidente de Comissão do Senado tem uma capacidade de representação muito forte. E, especialmente, acho que numa área como essa, de agricultores do campo brasileiro, a gente pode dar uma presença relevante à Comissão na vida agrícola do País, do Senado, que representamos, e penso que é necessário isso, é absolutamente necessário. Concordamos que se há um peso real da parte rural brasileiro, esse peso não tem a devida compensação política. Instituições e pedaços do Brasil pesam muito mais nas decisões do que esse aqui. Por exemplo, o sistema financeiro, outras estruturas brasileiras falam muito mais alto do que fala, de maneira desproporcionalmente inferior, o sistema agrícola do País. Da mesma maneira que alimenta esse sistema, uma parcela grande da comunicação pública, muito mais na crise do que nos bons resultados, especialmente no campo da questão fundiária, a questão rural brasileira ocupa um pedaço grande da divulgação do País. Nos últimos anos, a importância do agronegócio passou a ser também relevante na discussão pública, pelo menos da grande imprensa, do tema do Brasil, no seu conjunto.

A conversa com o Ministro Roberto Rodrigues será bastante ilustrativa e importante para nós, porque é um Ministro da área, visivelmente tem dificuldade de fazer valer os seus pontos de vista. Parece-me que tem uma área de reconhecimento bastante significativa no setor rural brasileiro. Ele não está descolado dos produtores. É uma pessoa que tem relação com eles, imagino. Posso estar dizendo bobagem, porque não sou um especialista, mas tem a confiança de muitos deles.

A única vez que ouvi falar foi aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Ramez, e ele fez uma bela, senão uma das melhores apresentações que já ouvi aqui. Ele entende que fazermos funcionar a Comissão – disse-me isso em Goiás, disse-me por telefone – é fundamental para que o trabalho dele possa ter apoio, consistência, como todos desejamos.

Pelo que entendi, fiz uma rápida leitura das notas da primeira reunião que fizemos aqui – aquela que nos formalizou –, e surgiram muitas questões emergentes, questões urgentes; que essa palavra do Ministro fosse, em grande parte, focada nessas questões urgentes, embora não deslocada de questões de médio e longo prazo.

Discuti com a Assessoria e com algumas pessoas uma certa pauta. Primeiro, ouviríamos o Ministro da Agricultura e outras audiências que possam ter uma perspectiva de apresentação do problema a nós todos. Num segundo momento, discussão de temas concre-

tos que vão surgindo e que são reais. Por exemplo, eu sempre foquei muito a questão de infra-estrutura. Os que me conhecem há mais tempo sabem disso: procurei levantar, junto às instituições, pessoas que têm conhecimento real de qual é o tamanho do gargalo da infra-estrutura, onde ele se dá, quanto custa, quais são os projetos que estão previstos para resolvê-los, qual a situação de cada um desses projetos, enfim, como o País, de maneira responsável, pode encarar a questão da infra-estrutura no interesse do sistema agrícola brasileiro.

Não enxergo nenhuma ação organizada nesse sentido. Por exemplo, na minha região, o Nordeste, há muito tempo que defendo uma ferrovia. Essa ferrovia é vital para um pedaço do Nordeste e para pedaço da agricultura moderna do Brasil. A prioridade nessa ferrovia, conseguimos com imensa dificuldade. O Ministério dos Transportes, na verdade, chegou nela com um atraso enorme.

Não fosse, no Governo passado, a ação do Vice-Presidente Marco Maciel, que tinha interesse nisso e reunia Ministérios em torno dessa idéia, não fosse agora o compromisso assumido pelo Presidente da República, seguramente aquele projeto não tinha como andar. Ele está andando, mas não por uma decisão racional do País, de qualquer área que planejassem o Brasil, mas por conta de pressões que se foram estruturando.

Imagino que, se isso é verdade para uma ferrovia no Nordeste, deve ser verdade para dezenas e dezenas de situações em todo o lugar. E se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tivesse uma consciência clara sobre o que é preciso fazer em matéria de infra-estrutura e fizesse dessa defesa, desse investimento na infra-estrutura, uma bandeira. Conheço o lado da infra-estrutura, acho que teríamos bons resultados; uma demanda que não fosse de um Governador, de agricultores setorizados, mas que fosse da Comissão, creio que ganharia enorme força e poderia, seguramente, produzir bons resultados concretos, até porque a infra-estrutura usa concreto sempre. Mas eu acho que era uma coisa que poderia ter um impacto, como muitas outras questões que vocês conhecem mais do que eu.

Mas a primeira proposição seria um requerimento nos seguintes termos:

Nós termos do art. 50 da Constituição, combinado com o art. 90 do Regimento Interno, requeiro seja convidado a comparecer a esta Comissão o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a fim de prestar esclarecimentos a respeito de matéria de sua área de competência, especialmente sobre conjuntura e perspectivas do agronegócio brasileiro. O presente requerimento visa, com a realização de au-

diência, a obtenção de informações sobre a estrutura e a organização do trabalho realizado pelo Ministério, no decorrer da atual gestão, assim como a apresentação da análise da conjuntura nacional e internacional do agronegócio e das suas perspectivas para os próximos anos.

Nesse escopo, essa audiência é de premente importância, uma vez que compete ao Ministério formular e implementar políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrar estratégias de mercado, fomentar avanços tecnológicos, organizacionais e ambientais para o atendimento aos consumidores, promoção de segurança alimentar, geração de emprego, renda, redução das desigualdades e inclusão social.

Destarte, ressalte-se que seria fundamental que o Sr. Ministro abordasse, entre outros, os seguintes tópicos:

Cursos de produção: notícias informam que se verificou um aumento expressivo de custo de produção em relação à safra passada, principalmente devidos aos fertilizantes, às sementes por uma parte, e às máquinas de outro lado.

Política cambial: o plantio realizado ao tempo em que se registrava uma taxa de câmbio média em torno de 3.10 por dólar e a venda da produção, por seu turno, com a taxa de em torno de 2.7 de dólar poderá causar severas perdas para todo o setor. Este fenômeno tem causado dificuldades para vários setores como, por exemplo, da produção de trigo.

Preços de commodities: a recomposição dos estoques mundiais de grãos e as perspectivas favoráveis para a produção no mundo indicam forte tendência de queda internacional dos preços.

Deficiências no financiamento da produção: no financiamento privado, há rumores de quebra do contrato em certas **commodities** e no financiamento público, reclamações de atraso em liberação de recursos e manutenção dos limites de recursos financiáveis por produtor têm intensificado os problemas de financiamento.

Protecionismo: subsídios e barreiras não tarifárias, os pesados subsídios de países desenvolvidos, a restrição a mercados para produtos brasileiros e a proibição de importação de produtos com a alegação sanitária, como ocorreu em vários episódios com a carne, indicam a necessidade de atuação firme do Ministério da Agricultura.

Problemas climáticos: a seca do Rio Grande do Sul, no oeste de Santa Catarina e no Paraná, o excesso de chuvas no Centro Oeste e a recorrente saga seca do Nordeste causam enormes perdas ao produtor brasileiro na safra atual.

Comercialização: a utilização de mercados de opções e o programa de escoamento da produção foram essenciais para a garantia da comercialização no final da década passada e início desta. Seria fundamental a análise atual da utilização desses mecanismos.

Seguro social, aprovado em 2003, do Senado Federal, não foi totalmente implementado na atual safra agrícola. Seria interessante discorrer sobre o motivo do atraso e perspectivas do instrumento para a próxima safra.

Biotechnology: com a aprovação da recente Lei da Biossegurança na Câmara dos Deputados, a questão da inserção da produção de organismos geneticamente modificados e a sua dinâmica de comercialização e exportação tornam-se temas fundamentais para o debate deste fórum.

Pesquisa: é largamente reconhecida que a pesquisa agropecuária foi uma das mais importantes fontes para o crescimento da agropecuária nacional, fornecendo variedades e apresentando soluções para o plantio no cerrado. O Brasil poderia expandir a sua produção com baixa expansão de área plantada e ainda manter uma reserva de terras para plantio que nem outro país dispõe.

Infra-estrutura: sem dúvida, é um dos mais importantes gargalos enfrentados por produtores e exportadores. A falta de estradas, pontes e armazéns elevam o Custo/Brasil, a ponto de, se a situação não mudar, por em risco a competitividade do agronegócio brasileiro. Assim, além da abordagem e questões cruciais que afligem o receptor rural, o intuito da audiência é de esclarecer as medidas implementadas para estimular a geração de emprego, o aumento da produção agropecuária que é essencial para o equilíbrio da balança comercial brasileira e, conseqüentemente, para a estabilidade macroeconômica do País.

Esse é um descritivo bastante genérico e, ao mesmo tempo que pontual, e o próprio Ministério entende que é relevante, para que pudéssemos fazer uma primeira reunião.

Eu queria consultar V. Ex^{as} sobre essa proposição.

Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Ex^a e o nosso Vice-Presidente. Não pude estar presente na nossa primeira reunião. Nesse ensejo, quero reafirmar que foi em boa hora que o Senado da República inseriu no seu Regimento Interno, portanto criou, e está instalada, a Comissão de Agricultura.

Era inacreditável imaginar que um país eminentemente agrícola como o Brasil e o Senado da República sem uma Comissão específica para tratar dos assuntos

do campo. E ela veio numa hora de intensa inquietação no País, de intensa preocupação dos produtores agrícolas, dos pecuaristas de todo o País.

Eu tenho a honra, por exemplo, de entre Os Senadores Osmar Dias e Pedro Simon, do Estado do Rio Grande do Sul. No coração dele não cabe mais nada porque é todo ocupado pelo Estado do Rio Grande do Sul. E lá os problemas são graves e ele naturalmente vai abordar isso.

Osmar Dias foi até Secretário de Agricultura do

Estado do Paraná e ocupa, constantemente, a tribuna do Senado abordando os assuntos que afligem o agronegócio brasileiro. Agora nós estamos passando por situação verdadeiramente angustiante, eu diria, aflitivo. Os nossos produtores estão preocupados. Há problema de supersafra no mundo, é verdade. Há o problema que todos enfrentam e a cada ano, ora numa região, ora noutra, mas as questões climáticas afligem sempre e castigam o homem do campo. Eu diria que mais que o homem urbano, o homem que mora na cidade e que também é assolado, às vezes, por enchentes e por muitas catástrofes que são registradas.

No meu Estado, Mato Grosso do Sul, as reuniões se sucedem. As entidades de classe, os agricultores, os pecuaristas estão reunidos buscando uma solução porque estão enfrentando sérios prejuízos decorrentes dos infortúnios da natureza – e esses, não há como resolvê-los, mas também a exigirem uma política que possa estimulá-los a continuar nessa produção, no seu trabalho.

Veja que esse assunto tem que ser muito bem considerado porque nós todos sabemos o quanto o campo contribui, pois 37% dos empregos gerados no Brasil são gerados na área rural. Esse famoso superávit da balança comercial de pagamento tem origem no agronegócio e não pode haver desestímulo no campo. Há que haver uma mobilização. Acredito eu que uma maior conscientização da própria classe produtora porque, no meio disso tudo, existe a probabilidade de estarem funcionando os grandes cartéis. Existe essa possibilidade, e os pecuaristas, por exemplo, temem-na. Em verdade, temos de dar uma resposta à sociedade: se há uma queda de preço dos produtos agrícolas, por que não baixa o preço os consumidores? Há que se adotar uma medida.

Sr. Presidente, eu, que estou comparecendo a esta Comissão pela primeira vez – também não sou faltoso, porque só faltei à primeira reunião –, quero ser, como representante do Estado do Mato Grosso do Sul, um assíduo defensor da nossa classe. E nada melhor do que defendê-la no âmbito da nossa Comissão.

E ela começa bem com esse requerimento que V. Ex^a apresenta. V. Ex^a pretende convidar – e ele está

disposto a vir, segundo as palavras de V. Ex^a e pelo que conhecemos dele – o Ministro Roberto Rodrigues a comparecer ao Senado da República para termos uma conversa franca. S. Ex^a se entende bem com a classe produtora, de sorte que vejo com bons olhos a iniciativa.

Estou dizendo a V. Ex^a que serei assíduo, mas, às vezes, o peixe morre pela boca. Tenho que me retirar, mas quero deixar registrado o meu voto favorável ao requerimento de autoria de V. Ex^a, agourando que esta Comissão prestará, tenho certeza, relevantes serviços, não apenas ao Senado, mas ao Brasil.

Portanto, cumprimento V. Ex^a e o Vice-Presidente e saúdo todos os companheiros. Teremos muito trabalho pela frente, mas tenho a certeza de que seremos felizes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Agradeço as palavras do Senador Ramez Tebet.

Não tenho muita experiência, pois sou Senador de primeiro mandato. Seguramente, esse tema exigirá muito de nós todos; e não tenho a menor dúvida disso. A minha, a nossa disposição é trabalhar duramente. Já disse que não estamos interessados em refletores. Queremos fazer uma construção coletiva que, ao final, produza resultados, de forma que possamos justificar o papel do Senado, através desta Comissão, no cenário da agricultura e da pecuária brasileiros. Sei que questões dessa área precisam ser vocalizadas, estruturadas. Aqui, há gente como o Senador Ramez, que tem competência para nos ajudar a fazer isso.

Ouviremos o Senador Sibá Machado, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr.

Presidente, em primeiro lugar, quero destinar minha concordância total com o requerimento de V. Ex^a. Acredito que a instalação desta Comissão, assim com a Comissão de Desenvolvimento Regional, é o resultado idéias muito bem pensadas para a atual conjuntura do País. Inclusive, creio que era uma dívida do Senado Federal para com esses setores.

Acompanhei a instalação da outra Comissão que já começou de pé firme. Não pude participar, mas houve a primeira audiência, com a presença do Ministro Ciro Gomes. Muitos temas estão na ordem do dia, como a transposição das águas do rio São Francisco, construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, transmissões, interligação nacional do sistema elétrico e assim por diante.

Eu queria fazer a primeira observação: como esta Comissão trata da agricultura e da reforma agrária, imediatamente somos tragados pela força da opinião pública e pela conjuntura que o campo tem trazido. De

um lado, estes números positivos de que todos são conhecedores e, de outro, a pauta mais complicada dos conflitos sociais.

Acredito – essa é uma preocupação minha – que sou visto como uma pessoa muito ligada a essa parte do conflito. Mas deixo muito claro para V. Ex^a e para os nossos colegas que gosto muito de trabalhar com a propositiva. A parte da negativa é apenas temporária, ocasional e não deve ser transformada em permanente, como objetivo de trabalho.

Nesse caso, estou apresentando requerimento a V. Ex^a, para apreciação de todos, a fim de que pensemos em uma Subcomissão que trate mais da pequena produção familiar, não da parte do conflito, mas da contribuição que ela dá à economia brasileira.

Quando trabalhamos esse setor e a produção como um todo, trabalhamos sempre o foco da economia em si e do conflito social. Quando se fala dessa relação nas cidades, não existe aí imbuído o problema da propriedade. A pauta é a menor sobrecarga dos encargos financeiros, da folha de pagamento, melhores condições de trabalho ou algo parecido, geração de mais oportunidades de trabalho. No entanto, quando vamos para o campo, levamos essas demandas e outra, a mais complexa de todas: o papel da propriedade.

Deixo muito claro que minha participação nesta Comissão é no sentido de trabalharmos muito mais quais são as sugestões que podemos levar para contribuir com a propositiva desse setor. A Subcomissão que estou sugerindo teria que trabalhar isto: metodologia de um ensino básico, com currículo diferenciado para o campo, a infra-estrutura, o crédito, etc.

Aproveito a minha experiência como Senador nesta Casa para estudar um pouco isso e tentar resgatar os conceitos geográficos que aprendi na minha graduação, a fim de transformar esse conhecimento em algo que solucione o problema, que considero real do pequeno produtor familiar.

Uma fase é esta: a luta pela terra. Nossa Comissão não precisa tratar do conflito da terra. Quando houver uma demanda ocasional, trataremos sobre isso. Devemos trabalhar muito mais esse arcabouço do setor de produção.

A pergunta que todos fazem, no Brasil, é a descentralização das condições de produção e crescimento.

Finalizo, fazendo uma comparação para V. Ex^a. Visitei a região de Ribeirão Preto, em São Paulo. Em uma visita à Alemanha, saí convencido do que vou dizer: para mim, a Alemanha foi o último país da Europa a resolver seu problema feudal e entrou por último no novo sistema. Aquele país protagonizou duas guerras mundiais e, apesar disso tudo, lidera, hoje, um dos blocos econômicos mais forte do mundo. Eu me perguntava:

como eles conseguiram tudo isso? Visitando o país, vi que uma das ações foi a descentralização dos parques industriais, da ciência – as grandes universidades não estão fechadas num canto –, e, principalmente, a interligação total do país por um sistema de transporte. Esses foram os pontos que observei.

Quando cheguei em Ribeirão Preto, vi uma cadeia de indústrias, serviços, rede de ensino e tantas coisas que se completam. Portanto, há regiões, no Estado de São Paulo, que não dependem, exclusivamente, da capital, mas que são verdadeiros pólos.

Estou dizendo tudo isso, pois é o meu sonho. Sem a descentralização dessas oportunidades, não consigo entender, compreender e acreditar que tenhamos um desenvolvimento equilibrado.

Portanto, esta Comissão teria esse papel vital, como também em uma relação com essa outra, que é a Comissão de Desenvolvimento Regional, visto que boa parte dos Srs. Senadores, o Presidente desta Comissão e o Presidente da CDR são da região Nordeste. Não consigo acreditar que o modelo de desenvolvimento de extrema concentração possa dar respostas para o Brasil.

Nesse caso, felicito mais uma vez V. Ex^a pela Presidência desta Comissão e me coloco, dentro de minhas parcas condições, para ajudar naquilo que for possível.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– A proposição feita por V. Ex^a, com relação à criação de uma Subcomissão para cuidar da questão da agricultura familiar, deveria ser formalizada a esta Mesa.

Efetivamente, a orientação que V. Ex^a desenhou, em linhas muito gerais, sobre a questão do conflito e de nossa atitude, para mim também faz sentido. Há uma Comissão Parlamentar de Inquérito já instalada, cuidando desse assunto, dos conflitos, e não deveria ser esse o nosso teatro. Não podemos nos omitir em algumas situações, mas efetivamente não é nosso foco. Nosso foco deverá ser propositivo positivo, como V. Ex^a falou, e entender, compreender, propor, esse é nosso limite. Fazer não será nossa tarefa, mas, evidentemente, temos que balancear nossa atividade para que ela seja cumprida dos dois lados: na perspectiva da agricultura organizada, da agricultura quase empresarial, ou empresarial, e na outra perspectiva, na agricultura de família, familiar, que, por exemplo, tem a hegemonia completa em áreas como as que represento – Nordeste, Pernambuco, etc. –, em que há algumas áreas de plantação, de agricultura, até de monocultura, e depois há uma imensidão de terras que estão ali distribuídas nem sei como, muitas vezes muito mal distribuídas, mas sempre distribuídas na perspectiva

de que pequenas famílias se sustentem, o que normalmente não acontece.

Em minha área, em minha região, os programas de reforma agrária de assentamentos não são bem resolvidos; distribui-se a terra, mas não se consegue, em grande parte, gerar renda para auto-sustentação dos que têm acesso à terra. Penso que é uma situação extremamente difícil e, para evitar o conflito, temos que trabalhar a solução, ou seja, para não trabalharmos apenas atrás dos conflitos, como tem sido a regra. Mas quero saudar a palavra do Senador e consultar apenas se concordaria com a convocação do Ministro da Agricultura como primeira audiência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade, para, em primeiro lugar, felicitar V. Ex^a por esta iniciativa da apresentação do requerimento, convocando o Ministro da Agricultura. Nessa audiência pública, poderemos debater com S. Ex^a, inclusive, o problema do endividamento rural. Mas eu queria sugerir a V. Ex^a que fosse instalada aqui, nesta Comissão, uma Subcomissão, um grupo de trabalho de acompanhamento permanente do processo de endividamento rural, porque freqüentemente escutamos, ou lemos na imprensa, ou ouvimos mesmo discursos que são proferidos tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, sobre endividamento rural, afirmando que nunca se chega a um final feliz. Sabemos que algumas dívidas foram superdimensionadas ou engordadas com planos econômicos, e não houve um desconto, um cuidado para equilibrar essa dívida e colocá-la dentro de um quadro de realidade do Brasil. Então, eu queria aproveitar essa oportunidade, porque, todos os anos, baixa-se uma medida provisória e se diz, nos “finalmentes”, que o endividamento rural foi resolvido. No próximo ano, surgem novos problemas, e nada, e a nenhuma conclusão se chega. Então, eu queria sugerir a V. Ex^a que se montasse aqui um grupo de trabalho de Senadores interessados nessa matéria, ou mesmo uma Subcomissão de acompanhamento, porque toda vez que surgisse uma medida provisória ou alguma matéria do Governo relacionada com esse assunto, com essa matéria, esse grupo pudesse trabalhar em cima, para, quem sabe, contribuir para a solução desse problema grave, permanente, que é um verdadeiro cancro para o desenvolvimento do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Agradeço as palavras do Senador Valadares e,

pelo que eu entendo, seria o caso de ter na Comissão mecanismo adequado para o acompanhamento de endividamento rural ao longo de todo o ano. Eu vou consultar a Assessoria e ver como isso pode ser feito. Senador Osmar Dias, por favor, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, também quero mais uma vez cumprimentar V. Ex^{as} e dizer da alegria de estar aqui na Comissão de Agricultura. É uma proposta de 14 anos feita pelo Senador Pedro Simon e de oito anos feita por mim. Fizemos juntos outra vez, mas prevalece a precedência e nós tivemos a aprovação desses projetos, Senador Pedro Simon, que é importante para que possamos aprofundar os debates sobre esse segmento importante da economia brasileira. Sobre a convocação do Ministro, ela é muito oportuna e não tem forma melhor de iniciarmos efetivamente os trabalhos da Comissão de Agricultura do que ouvindo o Ministro Roberto Rodrigues, que é um homem que conhece muito a agricultura brasileira, o cooperativismo, já foi residente da Aliança Internacional das Cooperativas do mundo inteiro, é um homem respeitado, portanto, do mundo e que pode trazer aqui, informações importantes e, no debate, levar daqui sugestões importantes para implementação de políticas públicas que possam melhorar o desempenho da nossa agricultura ainda mais. Nós instalamos a Comissão, infelizmente, num momento que a agricultura atravessa um momento difícil. Nós sabemos que a soja tem um problema sério de perda de safra em todos os Estados do Sul, mas não só a soja. Estamos perdendo milho, soja, arroz, perdemos o trigo com a estiagem do ano passado e o Rio Grande do Sul, Estado do Senador Pedro Simon, deve contabilizar uma perda próxima de 40% das lavouras de verão, um prejuízo acima de 2 bilhões e 515 mil reais pro Estado do Rio Grande do Sul, que pode chegar à metade disso para o Estado do Paraná. De fato é significativo esse prejuízo. Tanto é que na região sudoeste do Paraná, o Governo do Estado acaba de decretar estado de calamidade pública. É claro que isso terá consequência porque lá, as populações rurais já não têm mais água sequear para o consumo humano. Elas têm que se deslocar para buscar água. Isso é um fato inédito no Paraná, porque é um Estado bem servido por fonte de água e nós nunca tivemos isso ocorrendo, com uma estiagem tão prolongada, numa região produtora de pequenos produtores e mini-produtores. Aliás, produtores numa maioria que vieram do Rio Grande do Sul para o sudoeste e oeste do Paraná e que estão amargando prejuízos enormes. Preciso discutir como o Governo Federal, e isso o Ministro poderá analisar com a Comissão, quais adotar medidas adotar

no sentido de amenizar o drama daqueles produtores. É claro que o Governo não pode sair por aí distribuindo dinheiro. Mas não é isso que estamos solicitando. Eu estou encaminhando um elenco de propostas ao Governo Federal que podem amenizar a situação dos agricultores. Entre elas os recursos para a comercialização que não são recursos a fundo perdido e sim financiamento RGF/AGF e que, colocados à disposição do mercado, podem facilitar o escoamento de produção e, desta forma, os produtores não vão ficar endividados. O problema do trigo é urgente, porque o trigo que foi plantando na safra passada não foi comercializado na sua totalidade. Nós temos ainda 40% do trigo armazenado, ocupando armazéns que podem faltar para a cultura de verão e o Governo não pode ficar apenas como espectador desse problema. Tem que agir. E esta Comissão tem que cobrar do Ministro que está aqui talvez na semana que vem. Falei hoje pela manhã com o Ministro Roberto Rodrigues e disse que a Comissão estava formulando este requerimento na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Guerra. Ele ficou até satisfeito em poder vir aqui debater o assunto com os Senadores. Só para ilustrar o que eu estou dizendo em relação à estiagem, tem aqui uma manchete do jornal **Gazeta do Povo** de hoje, do Paraná que diz: “Cenário sombrio da agricultura atinge setor de máquinas agrícolas.” Está sendo grande a repercussão quanto à quebra de safra na Região Sul. No que tange à soja, por exemplo, cuja previsão inicial era de 63 milhões de toneladas, a safra hoje é de 53 milhões de toneladas – uma quebra de 10 milhões. A safra total do Brasil deve cair em torno de 13 milhões de toneladas em relação à previsão inicial. Então, não se espera mais aquele volume de produção de 132 milhões, podendo-se atingir aproximadamente 120 milhões no máximo, o que significa redução também na balança comercial.

Fiz um exercício que demonstra que, se tomarmos como exemplo os cinco maiores produtos da exportação agrícola em razão do preço – já que plantamos com o dólar a R\$3,00 e estamos colhendo com o dólar a R\$2,65 –, o mesmo volume exportado representaria 48% de recursos a menos na balança comercial. Os cinco produtos exportados no ano passado totalizaram US\$31,8 bilhões. Se tomarmos o mesmo volume exportado e fizermos a conta, utilizando o preço das **commodities** de hoje, chegaremos a R\$17 bilhões. Trata-se, portanto, de uma queda vertical dos preços no mercado internacional, que terá impacto na economia brasileira.

Esse impacto já começa a ocorrer e, para encerrar, explicarei rapidamente a situação. A **New Holland**, fabricante de máquinas agrícolas instalada na cidade

industrial de Curitiba, já apurou uma queda na venda de 63% no bimestre, em comparação com o mesmo bimestre do ano passado. Desse modo, a **New Holland** vendeu 63% a menos de colheitadeiras em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. A quebra é brutal. Igualmente, a referida empresa já demitiu 520 funcionários de dezembro até este momento.

No Estado do Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon, em Santa Rosa, está a Massey Ferguson, que dispensou 500 empregados desde janeiro. A John (inaudível), também no Rio Grande do Sul, eliminou 560 postos de trabalho desde outubro. A Imasa, do mesmo Estado, demitiu 112 trabalhadores. A Jumil, de Batatais/SP, despediu 250 pessoas.

A Anfavea calcula que já foram dispensados 4.000 trabalhadores neste início de ano em virtude dessa quebra de safra. Não se vende mais nada e realmente o mercado de máquinas pára. Tal queda só não foi maior em razão do mercado internacional, ou seja, da exportação de máquinas. Senão, a demissão no setor de máquinas agrícolas teria sido ainda maior.

Esse fato ocorrerá fatalmente nos outros segmentos do agronegócio. Estão todas as **commodities** com os preços achatados e a carne é outro item da exportação que apresenta um preço muito defasado em relação à realidade dessa época, na média dos últimos dez anos.

Então, Sr. Presidente, temos um trabalho imenso pela frente. O convite ao Sr. Ministro é muito importante para que possamos debater e ter a oportunidade de sugerir ao Governo Federal a tomada de algumas medidas que não podem ser adiadas, sob pena de que tenhamos de discutir o endividamento da agricultura.

Podemos sair dessa crise sem endividar os produtores, realizando algumas alterações, por exemplo, nos financiamentos de investimentos, que precisam ter uma prorrogação de prazo e um parcelamento no pagamento das dívidas de custeio. Tudo isso pode ser feito pelo Governo sem prejuízo, perdas ou inadimplências no setor. Senão, haverá endividamento, porque os produtores não estão colhendo o suficiente para pagar o custo de produção – e, evidentemente, não conseguirão pagar os seus financiamentos.

Portanto, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa de convidar o Sr. Ministro para esse debate. Quiçá numa outra ocasião, possamos trazer o Ministro da Fazenda para discutir também essa falta de recursos – que insiste em ocorrer – para a comercialização, questão que me parece estar mais afeta à sua Pasta. O Ministro da Fazenda precisa resolver esse problema também e, talvez, ainda nesta semana, eu encaminhe requerimento a V. Ex^a fazendo-lhe o convite.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Agradeço a palavra do Senador Osmar Dias, pela qual ampliamos a convicção de que já temos da imensa capacidade de contribuição que S. Ex^a tem para um programa de uma Comissão de Agricultura que pretende verdadeiramente ser construtiva, positiva e produzir resultados.

Ouç o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, primeiro, felicito V. Ex^a, e o Vice-Presidente. Fomos todos muitos felizes na escolha dos seus nomes, porque, pela competência e capacidade de V. Ex^{as}, temos a convicção de que a Comissão vai fazer um trabalho importante.

Como disse o Senador Osmar Dias, realmente lá se vão 14 anos da nossa primeira proposição, repetindo sempre. Só o Senador Osmar Dias, há oito anos, tem insistido na instalação desta Comissão, que é importante. Não consigo entender o motivo da sua demora, mas creio que é importante a instalação.

O requerimento de V. Ex^a convocando o Ministro é mais do que justificável. Repito o que disse o Senador Osmar Dias quanto à qualidade do Ministro. É um homem da maior competência, da maior seriedade, conhecedor profundo da matéria e, realmente, em condições de levá-la adiante. O Governo foi muito feliz ao escolher um nome acima das questões políticas, um nome ligado ao cooperativismo que pudesse realmente fazer o trabalho que vem fazendo.

Se o Senador Osmar Dias falou sobre a situação do Rio Grande do Sul, que vou dizer a S. Ex^a da situação do Paraná, que vou dizer da situação do Rio Grande do Sul? S. Ex^a, inclusive, já gentilmente lançou números e reconheceu a profunda gravidade que vive o Rio Grande do Sul. A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a qual tem à frente o Presidente Deputado Ronaldo Caiado, pediu-me que encaminhasse uma solicitação. A referida Comissão vai ao Rio Grande do Sul, na segunda-feira próxima, mais precisamente à cidade de Passo Fundo, onde haverá uma reunião às dez horas da manhã, para debater e discutir esta matéria. Se V. Ex^a e alguns membros designados pela Comissão pudessem estar presentes, seria realmente muito importante, porque lá estará a Comissão da Assembléia Legislativa, a liderança dos trabalhadores e empresários, junto com a Comissão da Agricultura. O convite é feito agora a nós.

O Rio Grande do Sul vive realmente um instante dramático. As finanças do Rio Grande do Sul já viviam horas difíceis. O Governador já reconhecia as tremendas dificuldades em levar adiante um Estado que, entre o pagamento ao funcionalismo público e a dívida, gasta praticamente 92% de sua arrecadação.

Além disso, a seca é a maior dos últimos 40 anos. Já estamos enfrentando o problema de falta de água para beber. A Primeira-Dama está lançando uma campanha de doação de água mineral, para que se faça o envio para os lugares que estão em situação crítica. O Rio Grande do Sul vive talvez um dos seus momentos mais tristes e difíceis. Concorro com o Senador Osmar Dias. Creio que o Governo faria uma atuação da mais alta competência se equacionasse os problemas agora, para não repetir aquilo que ficamos vivendo durante dez anos, ou seja, dívida, e mais dívida, e mais dívida e o Banco do Brasil executando e renovando, e renovando e, no fim, vira uma catástrofe. A dívida, que hoje é grave – é verdade –, pode ser equacionada agora com renovação, com forma, permitindo que os agricultores se reagrupem e vão adiante e, se pelo contrário, o Governo não acudir neste momento, não der apoio neste momento, vamos viver realmente horas muito difíceis não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em Santa Catarina e no Paraná.

Agradeço a V. Ex^a. Vamos ter que discutir muito o assunto na Comissão de Agricultura e nesta Comissão. Deixo aqui o convite para que, se for possível, V. Ex^a atenda à solicitação que é minha e da Comissão da Câmara dos Deputados para uma reunião de debates, segunda-feira, às dez horas, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Senador Pedro Simon, já consultei o Vice-Presidente, Senador Flávio Arns que se dispõe a comparecer em Passo Fundo.

Moro em Pernambuco, farei o possível para estar lá, mas não posso dizer hoje. Ouço o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero começar minhas palavras parabenizando o Presidente Sérgio Guerra e o Vice-Presidente, Senador Flávio Arns dizendo-lhes que é uma honra muito grande ser comandado, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por V. Ex^{as} e ter como companheiros os nobres Senadores. Tenho certeza absoluta de que faremos um trabalho em prol do Brasil e da continuidade do desenvolvimento, da melhoria e da qualidade de vida de todos os brasileiros.

Quero que as minhas primeiras palavras também sejam de aprovação do requerimento da vinda do Ministro da Agricultura e do Abastecimento Roberto Rodrigues, Ministro da melhor qualidade, reconhecido por todos pela sua competência, pela sua inteligência, pela forma brilhante com que desenvolve à frente do Ministério da Agricultura. Seu trabalho é reconhecido

por todos, não só nacionalmente como internacionalmente.

Realmente, é um Ministro que conhece o **métier** e o trabalho que desenvolve à frente do Ministério da Agricultura. O nosso Presidente, Senador Sérgio Guerra, no requerimento que fez convidando o Ministro Roberto Rodrigues para vir até a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, elencou todos os motivos que haveria para a vinda do Ministro até esta Comissão.

Quero apenas, Senador Sérgio Guerra, dizer que a agricultura como as demais áreas produtivas da Nação estão todas envolvidas naquilo que V. Ex^a elencou na infra-estrutura. Não há como produzir neste país sem termos uma infra-estrutura que seja no mínimo a necessária para escoar aquilo que seja produzido.

Tivemos, lamentavelmente, que tecer láureas para uma produção no ano passado que não atingisse uma meta que fosse superior à capacidade de escoar a produção efetiva, porque, se fosse maior do que a do ano passado, teríamos perdido ou o produtor não teria como escoar aquilo que fosse produzido, as estradas não comportariam o escoamento, tal o congestionamento de caminhões. Isso foi mostrado pela mídia para todo o Brasil, grande filas de caminhões para os portos de Paranaguá e do Brasil, problema causado pela falta exatamente da famigerada infra-estrutura a que V. Ex^a fez referência.

Gostaria que pudéssemos discutir a questão da infra-estrutura na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e que pudéssemos discutir não só a questão ferroviária, como V. Ex^a colocou de que no Governo passado, se não fosse o Vice-Presidente Marco Maciel tomar isso com vigor, não haveria uma ação ou uma vontade política de se levar a frente esse movimento, que é tão importante como outro modal de transporte, o hidroviário, cuja implantação definitiva, lamentavelmente, ainda não foi interessada por nenhum Governo.

Lamentavelmente, o Senador Ramez Tebet não está mais presente, senão ele poderia, de corpo presente, dizer que a safra de Mato Grosso, a fronteira agrícola passada, estaria prejudicada, em sua grande maioria, por não poder a produção ser tirada de forma mais barata, talvez a US\$30,00 a tonelada, tendo que ser exportada a US\$70,00 a tonelada pelo porto de Paranaguá, e não pelo porto de Barcarena, ou pelo de Itacoatiara, como já se faz, pela Madeira-Mamoré, de forma ainda não totalmente correta, pela hidrovía.

Acho que esta Comissão poderia trazer os exemplos exitosos do exterior. O próprio Senador Sibá fez referência à questão da reforma agrária. Até hoje, a reforma agrária que tentam fazer no Brasil não é correta. Não sei se em 1999 ou em 2001 tentaram implantar o PDS, o Programa de Desenvolvimento Social, em que

a área deixou de ser entregue como propriedade ao colono, e passou a ser entregue como uma concessão – isso é feito há muito tempo.

Na Malásia, há mais de 30 anos, a terra não é dada ao colono, ela é concedida ao colono. E estão lá lotes de 4 hectares dando uma renda familiar em torno de US\$120,00.

Acho, e gostaria que isso fosse estudado pela Assessoria da Comissão, que nós poderíamos trazer para cá exemplos de reformas agrárias que foram implantadas no exterior com êxito, e que poderiam ser transportadas, evidentemente com adequação, para o nosso País, e, aqui, sim, transformadas.

A reforma agrária feita na Malásia custou US\$25 mil por família. A nossa custa em torno de US\$45 mil e o assentado não tem tecnologia, não tem semente, não tem atendimento nenhum. São US\$45 mil jogados fora pela sociedade brasileira.

Acho que essa é, sim, uma missão da maior importância desta Comissão: saber por que razão lá fora US\$25 mil rendem US\$120,00, e, no Brasil, US\$45 mil só geram conflito e morte no campo. Essa é uma sugestão que eu gostaria de fazer ao Presidente, Senador Sérgio Guerra.

O outro assunto, Senador, que não pode estar desmembrado dos assuntos desta Comissão – eu gostaria que V. Ex^a fizesse um estudo disso também – é a questão ambiental. A agricultura não pode estar dissociada da questão ambiental. Não há como fazer avançar a agricultura sem que essa questão esteja envolvida. E só haverá avanço na agricultura se houver o Zoneamento Econômico e Ecológico da Nação brasileira.

O Governador Simão Jatene, de forma corajosa, encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado do Pará, há 15 dias, o macrozoneamento do Estado, em que áreas serão totalmente preservadas, outras áreas serão parcialmente preservadas, serão áreas de extrativismo, e outras áreas serão totalmente utilizadas, ou seja, serão usadas de forma intensiva.

Com isso, o Estado do Pará poderá ser economicamente possível de ser administrado. A questão ambiental não pode estar dissociada das questões do financiamento, da tecnologia e da infra-estrutura, para que a agricultura possa continuar ajudando o Brasil.

O Senador Osmar Dias fez aqui um relato, que é verdadeiro, do problema por que passam os agricultores. Eu não sou agricultor, não tenho nenhuma ligação com o setor agrícola, mas acompanho pelos jornais e sei que este ano eles estão passando sérias dificuldades no Sul do País, não só devido à seca, como pela queda dos preços das **commodities**. Ainda hoje, no **Bom Dia Brasil**, se fez uma referência que lastimo

que a mídia faça, preocupado único e exclusivamente com a balança comercial, que a queda que ocorre nas **commodities** agrícolas será compensada por excesso com aumento que ocorrerá nas **commodities** minerais. Só o minério de ferro teve um aumento de 71% na **commodity** internacional. Quer dizer, o que haverá de aumento na balança comercial pela exportação dos minérios de ferro, de cobre, do níquel e de outros minerais suplantará a queda que ocorrerá na safra agrícola. Então só estamos pensando na balança comercial, nos brasileiros não estamos pensando, nos produtores não estamos pensando, nas dívidas que serão acumuladas por essas quebras, não estamos pensando também.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Vou passar a palavra do Senador Aelton Freitas, mas antes, eu gostaria de dizer que concordo com a sua opinião, concordamos com ela. Essa interface da Comissão com a área internacional vamos planejar, e acho que será de imensa utilidade termos um conhecimento mais vasto, comparado com situações internacionais que possam contribuir com nossa lucidez.

No mais, seus comentários, todos pertinentes, e que, por exemplo, vão nos levar a uma colaboração com a Comissão que cuida do meio ambiente assim como teremos, seguramente, que ter uma colaboração estreita com a Comissão presidida pelo Senador Heráclito Fortes, que cuida da infra-estrutura.

Temos que pensar um pouco mais e nos organizar para que possamos fazer um projeto consistente, dar um começo, meio e fim ao que estamos pensando em fazer que é, necessariamente, muita coisa.

Senador Aelton Freitas, logo a seguir, o Senador Gerson Camata.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr.

Presidente, Senador Sérgio Guerra, Sr. Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, como engenheiro agrônomo que sou com muita honra e com a preocupação que tínhamos de esta Casa até não ter uma Comissão específica para a agricultura, e sim nossos assuntos estarem inseridos na Comissão de Assuntos sociais, tivemos a oportunidade de participar, sugerir e aprovar o ofício do Senador Pedro Simon, por ser o mais velho da Casa, juntamente com o projeto dos Senadores Aelton, Jonas Pinheiro e Osmar Dias, e criar esta Comissão.

Parabenizo-o por estar assumindo o seu primeiro mandato, sendo o primeiro Presidente da história da Comissão de Agricultura, juntamente com o Senador Flávio Arns, estamos aqui para somar com V. Ex^a, para defender o produtor rural, nosso segmento que, com todo o sacrifício, tem sido o sustentáculo do desenvol-

vimento e do superávit do País, apesar do desprezo com que tem sido tratado. Quando se compara o setor produtivo com o econômico temos ficado à mercê, e isso tem nos preocupado muito.

Acho que esta Comissão terá um trabalho brilhante, muito importante. Quero parabenizá-lo por convidar o Ministro Roberto Rodrigues para um debate nos próximos encontros aqui na Comissão. Estamos de braços abertos, com muita satisfação em poder participar desta Comissão junto com V. Ex^{as}.

Um outro assunto que teremos que colocar em pauta é a reforma agrária, porque hoje, nós que somos do interior, principalmente de Minas Gerais, podemos dizer que não está valendo à pena ser mini e pequeno produtor, esquecidos em todos os sentidos, porque o foco do Governo para a agricultura está voltado para a desapropriação e o assentamento, que, na realidade, também não está acontecendo, estão criando favelas rurais. Mas hoje, muitos dos mini e pequenos produtores estão totalmente desmotivados. Eu já presenciei muitos venderem as migalhas que tinham e irem para debaixo de um barraco na expectativa de ganhar outro, porque não há o menor incentivo, e quando têm acesso a um agente financeiro, eles precisam dar a propriedade da sua família como garantia num negócio de risco, que é a lavoura.

Acredito que temos que começar a buscar, a partir desse ano, no que tange ao Proagro, o seguro, a garantia daquela lavoura para não correremos o risco do que ocorre hoje, como o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, produtores com a perda total de suas lavouras. Quer dizer, acontecendo isso uma região que sempre foi alavanca da produção e geração de emprego e renda.

Sabemos da nossa responsabilidade e do tanto de trabalho que vamos ter pela frente, mas o encaramos da maneira que V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, vem assumindo desde a primeira reunião. Estamos aqui para fazer desta comissão uma das mais importantes da Casa. A nossa missão será uma das maiores, porque é um desafio muito grande e o País tem muita esperança nesta comissão e no nosso trabalho.

Parabéns.

Estamos aqui para somar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– A palavra do Senador Aelton Freitas é de estímulo ao conjunto do nosso trabalho.

Cada Senador faz referência à situação do Estado que representa e percebo que essas situações guardam consistência. Apesar da enorme diversidade do campo brasileiro, há uma estranha consistência entre os diversos pedaços dessa agricultura nacional, especialmente no que se refere à falta de apoio, à falta de

reconhecimento do seu papel e a problemas gerais, como de infra-estrutura e de crédito que são comuns a todos. Esses problemas assumem várias formas, mas são sempre permanentes.

Eu gostaria de ouvir o Senador Flávio Arns, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, também parabeno V. Ex^a pela condução ao cargo de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que, como já foi dito por todos, é essencial para o Brasil. V. Ex^a tem uma história de compromisso com os destinos do Brasil, de liderança importante, de idéias, de esforço. V. Ex^a já demonstrou isso com todos os contatos que foram feitos no decorrer desta semana, para que isso já pudesse subsidiar os trabalhos desta comissão, mas, principalmente, com o espírito que V. Ex^a colocou em relação à condução dos trabalhos: a co-responsabilidade e a solidariedade. Juntos, por meio desse esforço coordenado da Presidência, da Vice-Presidência e de todos os membros, transformaremos esta Comissão realmente numa referência para o Brasil.

Eu diria também que a interface com os outros setores é fundamental. V. Ex^a mencionou isso, assim como os outros colegas Senadores. É fundamental a interface com a Fazenda, com a Infra-estrutura, com o Meio Ambiente. De fato, essa discussão vem acontecendo de forma intensa no Brasil, muitas vezes com dificuldades. Então, esta comissão pode ser também um local de diálogo, de encontro, de apresentação dos posicionamentos, a fim de que, com isso, possamos chegar a conclusões adequadas para a área.

Sr. Presidente, também me posiciono favoravelmente ao convite ao Ministro da Agricultura. Entretanto, além da importância da presença do Ministro da Agricultura, para delinear todo o quadro da área, com enfoque nos problemas que o Brasil vem enfrentando, particularmente na região Sul e no Nordeste, com as chuvas, enfatizo também que considero importante, na sequência, convidarmos o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Reforma Agrária, Miguel Rosseto, para que S. Ex^a possa vir a esta comissão, dialogar com a comissão a respeito das prioridades daquele Ministério. Assim, estaríamos trazendo os dois Ministérios. Não existem conflitos entre os dois. Temos de pensar sempre neste sentido: a agricultura familiar e o grande negócio são fundamentais para o Brasil. Os dois têm desafios e temos de nos debruçar em relação ao enfrentamento desses desafios, seja em que área for, porque todos são importantes para o País. Então, sugiro a V. Ex^a que, na sequência, também aprovássemos um requerimento de convocação do Ministro Miguel Rosseto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Comunico ao Senador Flávio Arns que já existe, na Mesa, um requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, para convocação do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Reforma Agrária. Penso que esta Comissão tem a maior boa vontade e todo o interesse em ouvi-lo. Talvez pudéssemos até submeter esse requerimento à votação hoje. Já que aprovamos o requerimento convocando o Ministro Roberto Rodrigues, e convidaríamos também – em dias diferentes, são temas muito largos, muito grandes – o Ministro Miguel Rosseto.

Eu pediria ao Senador Flávio e à Senadora Ana Júlia que fizessem contatos no sentido de confirmar a presença do Ministro, porque já temos contatos feitos na área do Ministério da Agricultura. Mas, poderia ser mais adequado que esses contatos fossem feitos pela Senadora Ana Júlia e Flávio Arns.

Eu gostaria de esperar mais alguns minutos, pois o Senador Gerson Camata...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria apenas de tirar uma dúvida. V. Ex^a vai submeter algum requerimento? É que tenho duas pessoas em meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Sobre o requerimento de V. Ex^a sobre a Subcomissão, ainda terei uma conversa com o Vice-Presidente e com a nossa Assessoria Técnica, para dar um pouco mais de organização à sua proposta.

Sou absolutamente favorável. Vamos aprová-la na próxima reunião.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sem problemas, Sr. Presidente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sérgio Guerra, Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, Sr^{as} e Srs Senadores, primeiramente, eu gostaria de registrar aqui, se V. Ex^a me permite, a presença do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, ilustrando com muito orgulho e satisfação para nós essa reunião da Comissão.

Veja V. Ex^a, Sr. Presidente, que a diversidade dos assuntos que vieram logo e afloraram nesse momento justificam já a necessidade da criação desta Comissão, que V. Ex^a preside. E o faz porque tem uma longa tradição na luta pelo homem do campo, pelo Nordeste, pelo agronegócio e pela agricultura familiar no Brasil.

O Senador Flávio Arns, já no primeiro mandato aqui, acompanhamos desde o início da sua atuação, sempre voltado também para a agricultura, para a reforma agrária, para uma visão mais social do campo e da agricultura brasileira. Eu acompanhei na minha chegada aqui a fala do Senador Pedro Simon sobre os problemas que o Sul enfrenta.

O Brasil é um continente em que, de vez em quando tudo muda. A seca neste ano não está no agreste do Nordeste, e sim no Sul. Viver em um País assim é encantador, mas os problemas são continentais, grandes. Eu gostaria desejar – e o Senador Flávio Arns vai estar na reunião do Rio Grande do Sul – aos gaúchos que aconteça com eles algo melhor do que aconteceu com o Espírito Santo.

No ano de 2002, já se vão 03 anos, houve uma seca terrível. Nós não estávamos acostumados com seca: o gado estava morrendo, a agricultura estava arrasada, havia caminhões pipa distribuindo água pelo interior nas cidades.

No Nordeste, as pessoas já estão um pouco mais acostumadas com isso, mas no Espírito Santo foi um choque. Pois bem, foi decretada emergência, calamidade. Foi uma tragédia, quando Ministros chegaram a visitar a cidade. No entanto, até hoje nenhum Município recebeu um centavo.

Quando chegou o final de 2003 – a seca ocorreu em 2001/2002 -, houve uma cheia que destruiu o Estado. O Ministro do Interior, que era o nosso colega Senador Ney Suassuna, desceu no Espírito Santo com uma camiseta de bombeiro inglês bonita, colorida, com um capacete na cabeça, de helicóptero, visitou os Municípios, anunciou... Até hoje, nenhum centavo. Espero que no Rio Grande Sul não aconteça isso.

Agora estamos com 32 dos 78 Municípios alagados. Não há estradas. São 500 mil litros de leite, na região montanhosa do Estado, que estão sendo jogados no lixo, porque não conseguem transportá-los, os caminhões não chegam nas propriedades.

O Governador Paulo Hartung está vindo aqui amanhã para apresentar um quadro ao Governo. Espero que o Espírito Santo, seus Prefeitos e Municípios, associados à seca do Rio Grande do Sul, possam receber as ajudas que não chegaram nem na seca de 2001/2002 nem na cheia que ocorreu no final de 2002.

O Espírito Santo não tem agronegócio, todas são pequenas propriedades. A colonização foi polonesa, italiana e alemã. Eles fazem a reforma agrária na cama. Vão distribuindo as propriedades. Assim, não há grandes propriedades, são todas pequenas propriedades, com destaque para vários tipos de produção.

Agora mesmo vejo, nos jornais de Vitória hoje, que o Estado celebrou com o governo de uma província alemã um convênio em que vão aplicar 06 milhões de dólares na agricultura orgânica do Espírito Santo. A agricultura orgânica é mais familiar, aquele cuidado pessoal, da família, na área de café orgânico, hortaliças orgânicas, que a Alemanha se propõe a comprar do Estado do Espírito Santo. E cumprimentar o Sr. Presidente, o Vice-Presidente e a Comissão pela vinda do Ministro

Roberto Rodrigues. Esse é um grande Ministro. Venho acompanhando, muitos anos na vida pública, vários Ministros da Agricultura, mas foi um tesouro que o Brasil descobriu. Eu o conhecia de longos anos militando na área rural, mas o Presidente Lula descobriu um grande Ministro, que vem se mostrando, talvez, um dos melhores Ministros da Agricultura que o Brasil já teve. Atuante, presente em tudo, mobilizando a agricultura, muito querido, viajando muito, porque, às vezes, temos Ministros que se engavetam muito dentro dos gabinetes. Esse Ministro fica rodando, vai para o exterior, vai para a rua, vende o Brasil para todo lado, e acho que vai dar para nós uma lição de como devemos encarar os problemas agrícolas brasileiros e até, diante dos problemas que colocamos aqui hoje, um pouco mais de alegria, esperança e certeza de que caminhamos corretamente na área da agricultura. Era o que queria dizer, cumprimentar o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, e dizer que temos um longo caminho a percorrer. Mas vamos com esse primeiro passo, vou repetir aquela frase de Armstrong, quando chegou à Lua, um pequeno passo para o homem, mas um grande para a humanidade. Esse é um pequeno passo para alguns Senadores, mas um grande passo para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Ouvi, com todo interesse, as palavras do Senador Gerson Camata com o seu bom-senso e equilíbrio. Quero dizer que o nosso objetivo é construir algo nessa linha de trabalho verdadeiro, de unificação e de propósito com vistas a resultados que possamos alcançar.

Senadora Ana Júlia, pela ordem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador. Havia feito um requerimento, inicialmente, a nossa idéia era fazer esta audiência com o Ministro Miguel Rosseto do Desenvolvimento Agrário junto com a Comissão de Desenvolvimento Regional. Sabedora de que ontem, inclusive, com a presença do Ministro Ciro Gomes, numa audiência pública muito importante e proveitosa, a Comissão de Desenvolvimento Regional decidiu, nesse primeiro momento, até porque havíamos decidido, na reunião passada, tentar fazer discutir os assuntos, concluí-lo e, então, passar para outro. Acredito que dessa forma vamos ter um trabalho bastante produtivo. Proponho, então, já que esta Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Agrário ou a Reforma Agrária também que possamos ouvir o Ministro do Desenvolvimento Agrário e os projetos, no caso mais específicos voltados para o desenvolvimento agrário e para a agricultura familiar.

Hoje já se tem uma visão completamente diferente do que se tinha há dez anos atrás. Hoje desenvolvimento agrário para a agricultura familiar é totalmente

diferenciado da concepção que se tinha inclusive da agricultura familiar, que era o pequeno agricultor, que não tinha condições de se envolver e vivia basicamente do extrativismo. Hoje é completamente diferente e já existe uma série de políticas que fazem com que a agricultura familiar tome, cada vez mais, uma importância na produção agrícola no nosso País. Hoje a produção agrícola no nosso País já depende, principalmente para a produção inclusive interna do País, basicamente, na sua maior parte, da sua agricultura familiar em várias regiões. Nossa região ela depende basicamente da agricultura familiar. Então é muito importante também, acho que os debates têm que ser realizados em momentos diferenciados. Isso é importante, porque na nossa Região Amazônica, até com as legislações novas, por exemplo, os PDS's, que hoje o Brasil todo conhece, já ouviu falar neles por conta da morte da Irmã Dorothy, são projetos de desenvolvimento sustentável que eles surgiram a partir de uma legislação, em 1999, que impediu, no caso, a exploração da agricultura, de uma certa forma, nas florestas primárias. E aí, por isso mesmo, criou-se uma alternativa de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável. É muito importante que nós e a sociedade toda tenhamos essa visão de que já existe, e não só a questão do desenvolvimento sustentável enquanto projeto, mas mecanismos, financiamentos e incentivos, para que não aconteça o que aconteceu em alguns outros lugares: Derrubam mata. Vem, primeiro o madeireiro, depois, vem normalmente o grão. Ou, então, vem o madeireiro, depois, vem o gado e, depois, vem o grão. E aí derrubamos a floresta! Aí não temos mais a floresta! Então, hoje, a concepção mais moderna de agricultura, até nos Estados Unidos, já não é mais a monocultura. Temos aqui, no nosso País, uma região que tem ainda uma riqueza imensa, exatamente na sua diversidade, que é a Amazônia.

Para que nós e a população possamos usufruir cada vez mais dessa riqueza, dessa diversidade, é necessário que tenhamos os mecanismos. É lógico que isso está combinado com o Ministério do Meio Ambiente. Sei que não seria aqui, basicamente, mas seria muito importante, talvez em combinação com uma outra Comissão, que pudéssemos discutir o projeto, que, há quase dois anos, vem sendo discutido por 11 Ministérios. O Programa Amazônia Sustentável, Plano Amazônia Sustentável, é exatamente um projeto, mas a médio prazo, com ações de curto, médio e longo prazos. Assim, poderíamos mostrar para o mundo inteiro que nós, brasileiros, que aqui vivemos, temos competência, capacidade e eficiência para cuidar da nossa Região Amazônica e fazer com que essas riquezas sejam distribuídas por todos, primeiro, para os amazônidas, mas também para ajudar outras regiões

do nosso País, coisa que nos deixaria muito orgulhosos. Então isso é importante, neste momento. Mas já deixa essa idéia, para que possamos até pensar como vamos discutir um Plano Amazônia Sustentável junto com a Comissão, por exemplo, de Desenvolvimento Regional.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Gostaria de saudar as palavras da Senadora Ana Júlia, que são mais um enfoque, mais uma forma de ver, extremamente criativa e correta, e dizer que seria conveniente para a Comissão se pudéssemos ter uma audiência com o Ministro Rosseto, não na próxima semana, mas na outra, para que tivéssemos continuidade no nosso esforço. V. Ex^a estaria credenciada a conversar sobre isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria de apresentar um requerimento em complemento ao da Senadora Ana Júlia, para que, na reunião em que viesse o Ministro Miguel Rosseto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, também fossem convidados a comparecer o Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart, e o ex-Presidente do Incra, Dr. Marcelo Rezende, que tem ligação direta com a questão da reforma agrária. E aí poderíamos discutir, numa única reunião, toda essa questão que diz respeito à reforma agrária. Então abrangeríamos não só a questão do Ministério como a questão do órgão que está incumbido de implementar a ação do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

A SRA. ANA JÚLIA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de fazer uma ponderação!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senadora Ana Júlia!

A SRA. ANA JÚLIA (Bloco/PT – PA) – A ponderação é de que, primeiro, creio que não temos por que convidar o ex-Presidente do Incra. Se queremos convidar o órgão que está executando as políticas, até pode ser o atual Presidente do Incra! Mas não vejo lógica em se convidar o ex-Presidente do Incra, a não ser para se criar, talvez, algum constrangimento, que penso que não seja esse o objetivo desta Comissão.

Então gostaria de dizer que sou contra convidar o ex-Presidente do Incra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria também de ponderar com o Senador Flexa Ribeiro, no sentido de que considero muito importante que quando há uma tradição, inclusive das Comissões desta Casa, salvo algum assunto muito específico, mas talvez neste primeira reunião,

o Ministro Miguel Rosseto venha para explicar toda a política, os desafios, os problemas.

Mas eu considero fundamental que as pessoas que na seqüência a pessoa responsável pelo Incra também venha e que se faça um debate bem específico neste sentido.

Agora, em um primeiro momento eu penso, Sr. Ministro Rodrigues, que é fundamental, já está inclusive, e depois o Ministro Miguel Rosseto que é da área do desenvolvimento agrário, onde a reforma agrária também está como Ministro e depois na seqüência nós trabalharmos para que a questão especificamente da reforma agrária possa ser abordada.

Então, eu particularmente, sou favorável ao requerimento, chamando-se a pessoa da reforma agrária, porém em dias separados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas que as reuniões sejam feitas separadamente. Acho que não me fiz entender. O Ministro da Agricultura viria em um dia e os outros em outro dia, apenas juntos, porque o Ministro do Desenvolvimento da Reforma Agrária têm conotação direta com o Presidente do Incra. As reuniões aconteceriam em dias diferentes, numa viria o Ministro da Agricultura e na outra reunião viriam o Ministro Rosseto e o Presidente do Incra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente quero esclarecer que a posição do Sr. Flexa Ribeiro, no requerimento que foi assinado também por mim e pelo Senador Gerson Camata, a posição é perfeita, ou seja, não se trata de misturar “alhos com bugalhos”, trata-se de ouvir, sim, o Ministro da Agricultura, depois o Ministro da Reforma Agrária, seria até anti-hierárquico nós misturarmos o ex-Presidente do Incra com o Ministro Miguel Rosseto, nós não queríamos incorrer neste pecado, mas em uma terceira rodada sim, até porque em matéria do jornal **O Globo**, bem recente, mostra lá palavras candentes do Dr. Marcelo Resende que foi o primeiro e nomeado com tanta esperança naquele momento mais eufórico do Governo Lula, e ele foi nomeado e disse que o mais rotundo do fracasso da administração seria a política de reforma agrária, destinaria pouco dinheiro, do pouco que destina não aplicaria nada quase, e ainda mais, faz críticas acerbadas ao Governo anterior, diz que o Governo anterior não foi nada bom em matéria de reforma agrária, mas teria que reconhecer que teria avançado muito mais do que o Governo atual.

Ora, levando em conta que ele é pessoa ligada ao Movimento dos Sem-Terra, se ele não vem aqui,

a minha cabeça não desentorta. Eu preciso dele até como terapeuta...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu proponho ao Senador Arthur Virgílio que procure um terapeuta então.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, eu já tenho, eu ando calmo porque tenho um terapeuta, ele me receita uns remedinhos, eu os tomo, eu converso com ele, eu falo dos meus traumas todos, enfim. Mas eu não quero acrescentar traumas novos que rompam o êxito do meu tratamento.

Eu quero saber. O homem é do MST, diz que o Lula não gasta nada em Reforma Agrária, ou seja, não prioriza a reforma agrária. Ao mesmo tempo, nós vimos a luta do Ministro Rodrigues, travada aí, sem dúvida, contra o Ministro Rosseto para desaparelhar, “despetesar” a Embrapa, e venceu, ou seja, passou a vigorar lá uma linguagem mais de priorização ao agronegócio como essencial até para se ter dinheiro para se fazer quaisquer outros projetos. O agronegócio dando certo você tem dinheiro para fazer tudo o mais, fazer projetos sociais urbanos e rurais.

Então, a minha preocupação, Sr. Presidente, primeiro eu saúdo V. Ex^a e sabe V. Ex^a do apreço que tenho pelo companheiro, do amigo que V. Ex^a é para mim, mas eu vejo nesta Comissão um trabalho muito importante a ser feito.

Eu, certa vez, e o Ministro da Agricultura era o Senador Pedro Simon, fazia um discurso na Câmara em sua defesa. E um Deputado do Rio Grande do Sul tentou tirar a legitimidade da minha defesa, da minha fala dizendo que eu não saberia distinguir uma semente de soja com uma semente não sei de quê. Eu disse para ele, ainda bem que V. Ex^a só dúvida dos meus conhecimentos de sementes, e se duvidasse dos meus conhecimentos de pecuária, eu queria ver V. Ex^a trazendo-me uma ovelha e uma vaca aqui dentro do plenário para que eu identificasse as duas. Seria um transtorno! Os fotógrafos iam ficar muito alegres, seria um transtorno, mas a Casa jamais recebeu representantes tão inusitados quanto se V. Ex^a me trouxesse aqui uma ovelha e uma vaca para que eu dissesse: Olha aquela é uma ovelha, aquela é uma vaca, duvide de mim coisas pequenas, soja, algodão, enfim. Mas eu não preciso entender de agricultura para ter todo o interesse pelo êxito da sua Comissão, porque vejo as imbricações todas com a economia brasileira. Por exemplo, um terço do PIB está sendo jogado nisso. A balança comercial é sustentada, basicamente, pelos resultados da agricultura e do agronegócio. O balanço de pagamentos, que hoje está numa fase saudável, depende, basicamente, do êxito do agronegócio. Vejo, nesse jogo entre presente e futuro, esse complicador

que é o movimento dos sem-terra e seus abris vermelhos. Vejo a noção de que eles podem substituir o agronegócio, até porque eles têm uma visão dita revolucionária do processo.

Tenho a impressão de que o Stedile é espiritualista e pensa ser uma reencarnação do Emiliano Zapata, e pensa que está fazendo guerra popular e no campo, do campo para a cidade, repetindo Mao Tse -Tung. Não é nem leninista, é mais Mao Tse-Tung que fez uma revolução que começou do campo para a cidade, enfim.

Isso para mim é um delírio, mas me preocupa porque não há uma posição lúcida do Governo em relação ao MST. Há uma posição de tolerância, meio que de mulher de malandro, que apanha e gosta de apanhar, enfim.

A história da Embrapa. O que significarão os dois anos de prejuízo da Embrapa para o futuro da agricultura brasileira, Sr. Presidente? O que significarão já? Consertamos. Muito bem. Tomara que tenham consertado. Mas e os dois anos em que ficaram dizendo que o certo era fazer aquilo que estavam fazendo, desinvestindo e desestimulando a pesquisa em tecnologia. A grande responsável pela virada da nossa balança comercial e, portanto, pela virada do agronegócio foi a Embrapa. Não adianta dizer assim: Ah, foi o Presidente Fernando Henrique! Não foi. Nem foi o Presidente Lula, que pensa que inventou o Brasil, que descobriu a América, que inventou o caminho para as Índias, que foi ele que inventou o rádio ou que inventou o telegrafo sem fio. Não foi. Foi a Embrapa, seguindo os ditames de uma burocracia e de um esquema de pesquisas que transcende a Governos e que representa o acúmulo civilizatório do Brasil como um todo.

Eu queria saber a extensão dos prejuízos que a Embrapa já tomou e dou graças a Deus de essa queda de braços ter sido vencida pelo Ministro Rodrigues a quem reputo competente.

Muito bem, finalmente vejo a linguagem dourada dos áulicos. Já convivi em palácios, e eu próprio já fui governante diretamente. O áulico é uma doença terrível, ele elogia, quando sai uma manchete negativa, ele diz sempre: Presidente, essa manchete está equivocada, deve ter havido algum engano, essa é uma manchete falsa, V. Ex^a é perfeito, não tem erros, não tem equívocos. O áulico deturpa a visão do príncipe. O príncipe que só ouve o áulico tende a imaginar que é a figura mais perfeita e mais acabada na linha direta. Primeiro vem Deus, depois ele, e depois os mortais embaixo.

Há uma crise em marcha no campo. Só não vê quem seguia pela linguagem dos áulicos. Fomos, outro dia, com o Senador Sérgio Guerra, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Leonel Pavan, o Senador Maguito

Vilela, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Demóstenes Torres, um grupo de treze Deputados, oito Senadores e quatro Governadores, a Rio Verde, a uma manifestação dentre as tantas que estão acontecendo no País. E o que diziam lá? Diziam que estão se sentindo sufocados pela atual política do Governo para o setor, que estão impossibilitados de dar segmento ao belo caminho e ao caminho vitorioso que encetaram.

Alguém diz: Pôxa vida, não tem crise! O áulico diz que não tem crise; é aquela velha história, ele não enxerga, o rei pode andar nu, mas as pessoas dizem que ele está muito bem vestido, muito bem trajado. Há uma crise em marcha, sim. Detectar as razões dessa crise, não é difícil fazê-lo e dar parte das soluções para essa crise é dever desta Comissão supra-partidariamente, do contrário, o Brasil terá percalços; é dever desta Comissão pelo que ela representa de Parlamentares de Oposição e pelo que ela representa de Parlamentares de Governo. Amanhã vem uma crise, complica a vida político-eleitoral do Lula e a gente ganha a eleição! Mas para que ganhar uma eleição se a gente pega uma terra arrasada?

Não, eu gostaria de ganhar a eleição pegando uma terra melhor, uma terra melhor arada, pegando um País que avance, como nós entregamos um País que avançou em relação ao que recebemos.

Eu queria o Brasil evolutivo, Sr. Presidente Sérgio Guerra, em condição de evoluir cada vez mais, ou seja, é nosso dever o alerta e é nosso dever estudarmos as causas, as conseqüências e as soluções dessa crise que está em marcha.

V. Ex^a fez um brilhante discurso lá, muito aplaudido pelos produtores rurais, que tinham propriedades em média de 500 hectares – foi o que percebi, uns maiores outros menores, mas a média era um pouco acima disso –, e as questões são tão concretas, eles falam em renegociação de dívidas, eles querem ser tratados como a galinha dos ovos de ouro merece ser tratada, eles querem ser olhados como peça estratégica dos desdobramentos da economia brasileira, tudo isso.

Portanto, vejo que esta primeira reunião de V. Ex^{as}, Senador Sérgio Guerra e Vice-Presidente Flávio Arns, acena para momentos de debate muito significativos. Alguém pode perguntar: por que misturar agricultura – leia-se agronegócio – com reforma agrária? Nada mais justo. Afinal de contas, temos que fazer com que as duas figuras se casem, coadunem-se entre si, convivam entre si. Não tem cabimento a invasão de terra produtiva, não tem cabimento o desrespeito ao que o Incra possa dizer. O Incra diz assim: “a lista é essa”. Aí eles fazem: “a lista do MST é essa”. A do MST, para mim, não tem que ser considerada, tem que ser considerada a lista do Incra, o Incra é que tem que saber

onde estão os pontos nevrálgicos para que ele possa levar paz ao campo. Mas o fato é que, se tivéssemos uma visão canhestra e vesga de que é possível substituir, ou seja, de que vamos, com a agricultura familiar, substituir o agronegócio, estaríamos simplesmente assassinando as perspectivas de crescimento sustentável neste País.

Aí V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, então não aceita a figura importante da agricultura familiar? Claro que aceito, claro que tem que investir nisso profundamente, mas é fundamental separarmos os campos e fazermos isso com ordem, com organização e sob um comando que temo que esteja faltando ao Governo atual, um comando muito claro, que vai dizer o que é agronegócio e o que é agricultura familiar sem que alhos briguem com bugalhos, porque estou preocupado. A crise está em marcha, quem disser que não tem crise é porque não foi a Rio Verde, e quem não foi a Rio Verde não perde a oportunidade de ir a outros lugares, eles vão ao Paraná, vão ao Mato Grosso do Sul, disseram-me lá que há uma programação de dez ou doze cidades para visitarem. E não foi pouca gente, não. Eram dez mil, quinze mil produtores rurais mobilizados e vivendo já um clima de insatisfação que amanhã pode criar um clima de instabilidade, apoiados fartamente no Congresso Nacional. Aí não adianta uma pessoa dita de esquerda e se imaginando progressista, como se o resto do mundo não contasse: “ah, mas são os ruralistas”.

Não sei se são os ruralistas, se são os urbanistas, eu não sei mesmo a diferença entre uma semente de algodão e uma semente de soja, embora eu reconheça um cabrito e uma vaca, sei discernir os dois, enfim. Mas a preocupação é nacional e tem que ser posta com clareza aos olhos da Nação, com uma participação nobre desta Comissão, presidida por V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, e vice-presidida por V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Sobre a mesa, há um requerimento do Senador Flexa Ribeiro que propõe a convocação do Presidente e do ex-Presidente do Incra.

Já aprovamos hoje dois requerimentos, um para convidar o Ministro da Agricultura e outro convidando o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Estamos fazendo um esforço administrativo para que as duas audiências se confirmem, a primeira aparentemente já está confirmada para a semana que vem, com o Ministro da Agricultura, e a outra para a outra semana.

Existe na mesa essa proposta de convocar o Presidente e ex-Presidente do Incra. Eu queria colocar essa matéria em discussão.

O Ministro da Reforma Agrária já está convidado, já aprovamos, em datas absolutamente separadas. Estamos tratando de uma terceira audiência.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É

o seguinte: acho que, se queremos, nesta Comissão, discutir uma política para a agricultura, para o desenvolvimento agrário, para a agricultura familiar, é mais do que justo que chamemos o Ministro da Agricultura num dia, é mais do que justo que chamemos o Ministro do Desenvolvimento Agrário, que vai expor a política como um todo, é mais do que justo também que num outro momento possamos chamar o Presidente do órgão executor da política de desenvolvimento agrário, se queremos realmente ter aqui propostas, contribuir para o desenvolvimento. Se vamos querer, por meio da Comissão, simplesmente fazer uma discussão política do que de críticas, iremos fazer uma imensa proposta aqui. Não vou nem comentar o que falou o ex-Presidente do Incra, pelo respeito que tenho por S. Ex^a, a demonstração do seu desconhecimento total da Amazônia, que me pareceu pelo comentário.

Então, quero dizer que não é produtivo para nós, e então proponho, até em respeito ao atual Presidente do Incra, uma vez que ele é uma pessoa extremamente sensata, é alguém que tem trabalhado bem seriamente e, se queremos contribuir – como falou o Senador Tasso Jereissati na Comissão de Desenvolvimento Regional – e não vai colocar a questão da transposição do Rio São Francisco, porque não chegará a lugar nenhum pela polêmica que isso causa. Então, para que sejamos propositivos e produtivos, para não ficarmos aqui numa discussão de colocar o ex-Presidente, o Presidente e acabe virando uma discussão improdutiva, que não interessa ao Senado e nem é o papel desta Comissão, proponho convidarmos o Presidente do Incra. Se alguém quiser se aconselhar com o ex-Presidente da instituição ninguém vai impedir que se aconselhem, seja com terapeuta, psicólogo ou quem quer que seja.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, peço a palavra para discutir.

Sr. Presidente, fico surpreso, porque vejo a minha querida amiga e Senadora Ana Júlia tentando vedar a vinda de uma figura tão próxima do Partido dela, enfim, que representa tanto aqueles sonhos que levaram e enlevaram a eleição do Presidente Lula. Interditar o debate ao ex-Presidente do Incra que chegou aqui dizendo que tudo o que se fez para trás não era bom e que daqui para a frente vinha a verdadeira redenção do

País, ele que viveu uma experiência dura, quem sabe ele não chega aqui e diz que errou, foi inexperiente, aconselha o atual a não repetir certos equívocos, quem sabe ele não abre caminhos novos.

Não estou propondo nenhum circo, endossando a proposta do Senador Flecha Ribeiro. Poderíamos fazer a audiência dos dois separadamente, fala um e fala o outro e nada de colocar os dois aqui debatendo, nada de constrangê-los. Agora, o ex-Presidente do Incra, que é um homem público e já com passagem pela História do País, disse coisas terríveis sobre o encaminhamento do processo de reforma agrária. Então, vemos de um lado o agronegócio correndo perigo pela ação do MST e por uma certa condescendência que vejo no governo atual e, de outro lado, vemos o ex-Presidente do Incra, ligado ao MST, dizendo que não é nada disso, que o governo não tem priorização nenhuma. Quem sabe é até bom para o Governo e quem sabe ele limpa a barra com os empresários de vez, a depender do que se ouça aqui do Dr. Marcelo Rezende.

Quero deixar bem claro que não queria interditar o debate ao Dr. Marcelo Rezende, porque se trata de um ex-Presidente do Incra, uma autoridade que até há bem pouco tempo ditava os rumos da reforma agrária do País. Agora, proponho que de tal hora a tal hora se ouça um e de tal hora a tal hora se ouça o outro.

Quanto a nos aconselharmos com ele, por enquanto prefiro ouvi-lo. Estou indo muito bem com o meu psicanalista, que é um sujeito muito bom, eu confio nele, eu me abro para ele. Se aquele homem não fosse um profissional sério, ele mexeria tão fundo na minha vida, porque eu conto tudo para ele. Eu aprendi a não ter vergonha, mas a ter orgulho de dizer que frequento um psicanalista, uma figura boa que está me ajudando a conduzir os fatos da minha vida pessoal, detectou certos defeitos de origem que tenho que consertar, certos defeitos de formação que tenho que melhorar, está me ensinando a me aceitar mais como pessoa, e toda a vez que encontro uma pessoa muito agitada eu recomendo o meu médico ele está às ordens, está pronto, porque é muito bom mesmo. Enfim, não se trata de elevar o Dr. Marcelo de técnico em setor primário a meu psicanalista, ele não está preparado para isso. Pelo visto, não estaria preparado, segundo o Presidente Lula, para tocar a reforma agrária também, mas não é possível que ele não possa opinar, opinar. Eu quero que ele opine, separadamente, de 10 a tanto, um, de 11 a tanto, outro. Nada de circo, vamos discutir isso aqui com seriedade. Seria a última pessoa a tentar atravancar os trabalhos de uma Comissão e o último a fazer uma Comissão presidida por um companheiro tão querido como o Senador Sérgio Guerra e um companheiro tão querido, que a vice-preside, o Senador

Flávio Arns, que, aliás, usando uma linguagem do futebol, e o Presidente Lula gosta tanto dessa metáfora, está emprestado pelo PSDB ao PT.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Uma proposta pela ordem, Sr. Presidente. Entendi o Senador Arthur Virgílio, meu amigo, não está propondo para ser em conjunto. Já deliberamos aqui duas audiências, que ocorrerão nos próximos quinze dias. Deveríamos deixar os requerimentos do Presidente e do ex-Presidente do Incra para a próxima reunião da Comissão.

E faço uma proposta oral e que devemos elaborar melhor. A questão de discutir o Projeto Plano Amazônia Sustentável é fundamental. A Amazônia não interessa só para quem nela mora, não interessa só para mim, para o Senador Arthur Virgílio, para o Senador Jefferson Péres, para a Senadora Fátima Cleide ou para o Senador Sibá Machado, interesse para o Brasil. Ali existem questões que interessam a todo o País.

Penso que envolver várias Comissões para discutir é importante, mas não estou propondo que discutamos isso hoje ou elaboremos e aprovemos hoje. Devemos discutir de forma mais elaborada. Proponho, até porque não temos um **quorum** para aprovarmos esse requerimento neste momento, que deixássemos para a próxima reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora

Ana Júlia Carepa, acho que a proposta do Senador Arthur Virgílio, o convite ao Presidente e ao ex-Presidente para que eles possam dar seus testemunhos em horas diferentes, resolve a problemática. Não vai haver debate, como V. Ex^a falou. Não haverá circo, não haverá nada. Apenas que possamos ter as explicações e os exemplos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Per-

mite-me um aparte, Senador?

A minha sugestão seria, inclusive, arranjarmos uma hora nesse dia, por que não investigarmos o passado? Chamarmos aqui, convidarmos aqui o ex-Presidente do Incra no Governo FHC, Deputado Francisco Graziano. Seria muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu,

de minha parte, não vejo dificuldade. Penso também que poderia ser separado. O Senador Arthur Virgílio ponderou nesse sentido, mas eu não veria problema para que fosse junto também, porque, na Comissão de Educação, estamos discutindo reforma universitária. E já está concordado entre os Senadores que serão convidados para uma audiência pública o ex-Ministro Paulo Renato, o ex-Ministro Cristovam Buarque e o atual Ministro Tasso Genro. O que acho excelente para

a compreensão, para os pontos de vista diferentes, divergentes. E para não ficarmos falando entre atual e o anterior, concordo que seja no sentido de falarmos dos três últimos, até para termos visões diferentes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por isso digo que V. Ex^a está apenas emprestado ao PT.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir amplo o requerimento propondo o Francisco Graziano.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Flávio Arns, quero dizer que não vamos votar isso hoje. Não votaria uma matéria que tem um certo grau de polêmica com um **quorum** tão reduzido. Vamos votar na próxima reunião. Mas, eu pondero que, na Comissão, seremos muitas vezes compelidos a ouvir opiniões diferentes. E não há nenhum desvio de finalidade, quando isso possa ser feito. Ao contrário, é importante que isso ocorra. Então, eu gostaria de, em um esforço, fazer uma solicitação ao Senador que apresentou o requerimento e à Senadora Ana Júlia para que S. Ex^{as} pudessem acordar um modelo, para que, já na próxima reunião, aprovássemos. Mesmo que alguém tenha opinião diferente de outro Presidente, creio que isso seja bom, e não faz mal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pelo contrário, isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Desde que não se transforme em um processo de agressão, que nenhum de nós deseje.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que acho importantíssimo o debate de visões diferentes. Eu não sou absolutamente contra, até porque V. Ex^{as}, que me conhecem aqui, nesta Casa, nesses dois anos, tenho sido uma pessoa que tem....

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E S. Ex^a é pós-graduada em debate.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – ...exatamente esses debates, com posicionamentos diferentes, pois creio que eles enriquecem. Ontem mesmo, na Comissão de Assuntos Econômicos, aprovamos um requerimento, em várias audiências, para discutir a questão do Banco Central, a sua independência ou não. Eu propus também visões diferenciadas exatamente para que pudéssemos ter esse debate e enriquecê-lo.

Eu concordo com o encaminhamento de V. Ex^a, mas que o façamos da melhor forma de fazer isso. Eu me disponho a discutir a melhor forma de fazermos isso. A melhor modelagem. Eu não sou contra, e vamos discutir a melhor modelagem. Concordo com o seu encaminhamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem. Eu pediria autorização para substituir o requerimento, incluindo o ex-Presidente Francisco Graziano também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – A Mesa recebe o requerimento de V. Ex^a e sugere que procure a Senadora Ana Júlia, para que V. Ex^{as} desenvolvam o debate adequado, a fim de que essa audiência se dê.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com certeza. Vamos discutir a forma de fazê-lo, e encontraremos o caminho certo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentá-lo por mais essa reunião hoje. Gostaria de cumprimentar os autores dos requerimentos, convocando os Srs. Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Quero aqui colocar meu ponto de vista e, inclusive, dizer da importância dessa audiência pública, porque o Sr. Ministro da Agricultura tem colocado sempre que não existe uma separação entre a grande agricultura, o agronegócio, e a agricultura familiar, porque ambas fazem parte da cadeia produtiva; e que não é correto e justo que se separe a agricultura familiar da agricultura de maneira geral, porque isso gera confronto. Então, essa presença aqui vai ser muito importante para que possamos realmente entender o que se passa nessa divisão.

Mas, eu gostaria, Sr. Presidente, após conversar com os Senadores do Centro-Oeste, trazer aqui, para apreciação desta Comissão, a questão da irrigação da Região Centro-Oeste. Nós temos hoje, por dispositivo constitucional, 20% de todos os recursos da área de irrigação para o Centro-Oeste. E temos tido com os programas uma certa dificuldade. E a Região Centro-Oeste, por falta de um Plano Regional de Irrigação, tem apenas consumido 3% desse recurso. E acredito que, se V. Ex^a nos permitir, iremos, depois dessas duas audiências públicas, solicitar a presença do Sr. Ministro da Integração Nacional, para que S. Ex^a venha ouvir as dificuldades que estamos encontrando em projetos que são importantes para o Estado de Goiás, como o Projeto Luís Alves, Projeto Flores de Goiás e o Projeto Três Barras. Portanto, fica de antemão reservado um próximo requerimento que eu gostaria de fazer solicitando, após essas audiências, a presença do Sr. Ministro da Integração Nacional para que possamos discutir o programa, que é tão importante para a Região Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Ouvi a Senadora com todo o respeito. Quer dizer que

lá no Nordeste ninguém quer ouvir nem falar desses tais 20%. Seguramente, vamos ser democráticos e essa questão vai ser tratada.

A SRA. LÚCIA VÂNIA. (PSDB – GO) – Sei que o Nordeste faz uma restrição enorme, Sr. Presidente, mas acontece que é um dispositivo assegurado pela Lei Maior, pela Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Quero comunicar ao plenário que está em fase de recebimento de emendas, perante esta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 52/2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o arrendamento compulsório de parcelas de imóvel rural para os efeitos que especifica. O Relator da matéria é o Senador Sibá Machado. Confirmando a próxima reunião com o Ministro Roberto Rodrigues na quarta-feira, 14 de março, às 10hs. Está confirmada, então, a primeira audiência desta Comissão.

Esta encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 19 minutos.)

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de Março de 2005, quarta-feira às 10:00 horas.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezois de março de dois mil e cinco, na Sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Sérgio Guerra, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença das **SENADORAS LÚCIA VÂNIA, ANA JÚLIA CAREPA E SERYS SLHESARENKO E DOS SENADORES FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO GUERRA, JONAS PINHEIRO, DEMÓSTENES TORRES, PEDRO SIMON, MAGUITO VILELA, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, OSMAR DIAS, REGINALDO DUARTE, ÁLVARO DIAS, LEONEL PAVAN, EDISON LOBÃO, HERÁCLITO FORTES, HÉLIO COSTA, JOÃO BATISTA MOTTA, VALDIR RAUPP, DELCÍDIO AMARAL, SÉRGIO ZAMBIAZI, MARCELO CRIVELLA, JUVÊNCIO DA FONSECA, LUIZ OTÁVIO, ALOISIO MERCADANTE, NEU SUASSUNA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, ARTHUR VIRGÍLIO, ANTERO PAES DE BARROS, EDUARDO AZEREDO, EDUARDO SUPLYC** e os Deputados Zonta, Silas Brasileiro e Carlos Melles. A Senadora Roseana Sarney justificou a sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. A presente reunião destina-se a: **Item único – Audiência Pública – Reque-**

ramento nº 01/2005 – Autoria: Senador Sérgio Guerra. **Finalidade:** perspectivas do agronegócio brasileiro e diversas matérias de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Expositor:** Senhor Roberto Rodrigues, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Resultado: realizada.** Após a explanação, fazem uso da palavra para argüir o Expositor as Senadoras Ana Júlia Carepa e Lúcia Vânia e os Senadores Luiz Otávio, Aelton Freitas, Osmar Dias, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Flavio Arns, Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Antero Paes de Barros, Heráclito Fortes e os Deputados Zonta, Silas Brasileiro e Carlos Melles. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Havendo quorum regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Inicialmente, requeiro à Comissão dispensa de leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se a ouvir o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues, conforme o Requerimento nº 1, de 2005, desta Comissão, aprovado por esta no dia 9 de março corrente.

Vale lembrar que foi aprovado na mesma data o Requerimento de nº 2, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que propõe a realização de audiência pública do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, objetivando obter informações a respeito das ações referentes à reforma agrária na região amazônica. Esta Presidência aguarda a definição da data para comparecimento do Ministro.

Sobre a mesa o Projeto de Lei do Senado nº 63, complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera os arts. 6º e 16 da Lei Complementar nº 76, de 1993, a fim de garantir o pagamento de créditos tributários por meio da retenção sobre o valor a ser pago a título de indenização por desapropriação de interesse social para reforma agrária.

Comunico à Comissão que designei a Senadora Lúcia Vânia para relatar a matéria que acaba de ser lida e que, após a apreciação da Comissão, será aberto o prazo de cinco dias para apresentação de emendas

perante a Mesa, uma vez que se trata de projeto de lei Complementar.

Comunico à Comissão que foram apresentados os seguintes requerimentos: o Senador Osmar Dias requer a realização de audiência pública com a presença do Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, a fim de prestar informações sobre a disponibilização de recursos para investimento, financiamento e comercialização da safra agrícola no ano de 2005, assim como sobre a questão relativa ao endividamento do setor; requerimento de criação de subcomissão permanente, de autoria do Senador Sibá Machado, destinada a opinar sobre agricultura familiar e segurança familiar; requerimento dos Senadores Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio, propondo a realização de audiência pública com as presenças: do Deputado Federal Xico Graziano; do Sr. Marcelo Rezende, ex-Presidente do Incra; e do Sr. Rolf Hackbart, atual Presidente do Incra, para prestarem esclarecimentos sobre o processo de reforma agrária no Brasil. Também estão sobre a mesa os seguintes requerimentos: de autoria do Senador Aelton Freitas, propondo a criação de subcomissão temporária destinada a analisar a política sucroalcooleira; de autoria do Senador Aelton Freitas, visando à criação de subcomissão permanente para analisar financiamento e endividamento rurais; da Senadora Ana Júlia Carepa, para que seja realizada audiência pública conjunta, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Desenvolvimento Regional, com a finalidade de a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, apresentar o plano da Amazônia Sustentável.

A Presidência, tendo em vista a presença do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluirá oportunamente na pauta os requerimentos que acabam de ser lidos.

Quando começamos os trabalhos desta Comissão, como Presidente, julguei que deveria propor à Comissão de Agricultura do Senado a realização de uma audiência pública com o Ministro da Agricultura.

Devo dizer ao Sr. Ministro que houve consenso nesse sentido. Todos têm a convicção de que a palavra de V. Ex^a não é somente altamente esclarecedora como pode ser também orientadora dos trabalhos que esta Comissão pretende realizar. Desde a primeira vez em que nos reunimos, deixamos claro que faríamos uma ação com vistas a apoiar o esforço da sociedade e do Governo para desenvolver o setor rural brasileiro. E o grau de confiança, de respeito que o Sr. Ministro Roberto tem da sociedade brasileira e da sociedade agrícola brasileira, em particular, absolutamente convincente, entendemos que sua presença no Governo

brasileiro é bastante positiva para o País e também muito produtiva para o setor rural. Compreendemos que a ação de alguns Ministérios como o da Agricultura, em momentos de restrição financeira e econômica, basicamente financeira, no caso, sempre tem problemas de financiamento para os seus projetos. Este não é um dado novo, mas de muitos anos. Sou de um tempo não tão antigo assim, mas tenho a convicção de que o Ministério da Agricultura, ao longo de muitos anos, perdeu substância, apoio, prestígio, prioridade, e, no caminho inverso, a ação da sociedade, porque as atividades agrícolas, de uma maneira geral, têm tido participação crescente na economia brasileira e contribuição muito forte para que o País possa se estruturar e se desenvolver.

Essas restrições são do domínio público e não são objeto da minha palavra agora. Mas é claro que uma comissão de agricultura no Senado da República deve atuar fortemente para que as atividades do setor rural tenham prioridade no conjunto das ações públicas, para que o País possa se voltar efetivamente para o seu campo. É pelo menos estranho que somente agora o Senado brasileiro tenha uma nova Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. É uma demonstração do quanto pensamos urbanamente no Brasil. Nossos padrões culturais vigentes são sempre urbanos. Há uma ação cultural das cidades para o campo e não no sentido contrário. Não chego a dizer que o Brasil seja um país colonizado, mas é um país que olha muito menos para a sua consistência, para a sua base e para o seu meio rural. Não sou especialista na área, embora pecuarista e agricultor de muitos anos e de uma família de agricultores e pecuaristas, mas tenho a convicção de que algo deve ser feito, de que é preciso fazer justiça social no campo e dar consistência às atividades rurais brasileiras para que elas sejam e continuem a ser fator de desenvolvimento do País no geral, para que não se desestruture mais o quadro da demografia do País. Sou de uma região na qual inviabilidades foram construídas de maneira muito evidente pela transferência de população rural para o meio urbano. A cidade na qual nasci, Recife, é praticamente ingovernável por conta das centenas de milhares de migrações que se deram do campo para aquela região, centro de um pedaço grande do Nordeste.

Tenho tomado conhecimento mais próximo da força da agricultura e do agronegócio, e não vejo a menor incompatibilidade entre este e o desenvolvimento social do Brasil, tampouco entre o agronegócio e o meio ambiente. Penso que essas compatibilidades são perfeitamente construídas num ambiente democrático, moderno e positivo para o País. A agricultura e a agropecuária brasileiras só têm dado ao País boas

notícias, que sustentam uma parcela muito grande do atual otimismo. Preocupam-nos muito informações sobre quebras de expectativa, dificuldades que se vão gerando, apesar e à revelia dos agricultores e pecuaristas e do Ministério da Agricultura.

Pensamos que o nosso Congresso, no geral, e o Senado, em particular, têm que abordar essa questão de maneira efetiva, construtiva.

Disse que não pretendo ser Presidente desta Comissão como Senador da Oposição. Não é esse o meu papel. O meu papel é contribuir para firmar, no Senado Federal, uma estrutura que dê à atividade rural brasileira apoio e sustentação, da forma mais nacional e com o mínimo de conflito possível. Não há necessidade disso. Há necessidade de atuarmos de maneira concreta, objetiva, eficiente, para produzir resultados ou para contribuir para que resultados sejam conseguidos.

Temos toda enorme necessidade de ouvi-lo. Entendemos que não poderíamos trabalhar essa questão da agricultura e da pecuária nacionais sem ouvir, especialmente, o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que é um raro consenso brasileiro.

Estou me lembrando de que sou da Oposição. Mas não sei se haveria Oposição se os Ministros do Brasil fossem, para suas Pastas, um ministro Roberto Rodrigues, ajustados às questões de cada uma delas. Mas não há que fazer oposição ao Ministério da Agricultura, há que fazer contribuição.

O senhor tem um imenso capital, que é resultado da sua vida, do reconhecimento que muitos têm do seu trabalho na área privada e na área pública, ao qual o senhor só tem feito agregar, acumular, apesar das muitas dificuldades que atravessa no Ministério. E a sociedade econômica brasileira do meio rural também atravessa as mesmas dificuldades.

Há um outro cenário complexo, o da reforma agrária, que tem absoluta interação com o cenário que o senhor governa. Nesse campo, penso que o grau de consciência não é tão forte. Os conflitos são muito visíveis. Há uma crescente desordem, evidente, que cumpre contribuir para que não se agrave nem se aprofunde, no interesse do conjunto e do País.

Então, eu gostaria de ouvir.

Passo a palavra ao Ministro Roberto Rodrigues, que é o nosso primeiro conferencista na Comissão de Agricultura do Senado. Antes porém agradeço a presença de Deputados Federais que trabalham na Comissão de Agricultura da Câmara, da qual também já fiz parte, quando era Deputado Federal, e que já tem uma contribuição testada ao setor rural brasileiro.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Sr. Presidente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do

Senado da República, Senador Sérgio Guerra; Senador Flávio Arns, que nos acompanha à Mesa; Srs. Senadores; Srs. Deputados; companheiros da Agricultura brasileira; líderes rurais aqui presentes; meus amigos do Ministério da Agricultura; senhoras e senhores da imprensa, quando o Senador Aloizio Mercadante me comunicou, há alguns meses, o interesse do Senado em criar essa Comissão de Agricultura, fiquei muito feliz e lhe falei da importância que esse gesto do Senado tinha para o agronegócio do País e para as dificuldades na agricultura, que já se apresentavam no final de dezembro ou começo de janeiro deste ano.

Em primeiro lugar, agradeço as suas palavras gentis, de estímulo, de apoio. Quero dizer que é muito grato ao Ministério da Agricultura e ao setor rural brasileiro que essa decisão tenha sido tomada pelo Senado. Essa Comissão terá grande importância não só pelo tema que vai abraçar, mas principalmente pelos membros que a compõem, começando por V. Ex^a, pelo Senador Flávio Arns, que tem trabalhado conosco nas questões ligadas à Agricultura.

Vejo aqui, Sr. Presidente, um ex-Ministro da Agricultura, o Senador Pedro Simon, e outros ex-Ministros, como o Senador Ney Suassuna. Vejo aqui um ex-Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, o Senador Osmar Dias, que foi um brilhante Secretário e tem todas as condições para assumir qualquer papel na agricultura brasileira, em qualquer momento, é um grande companheiro nosso; ex-Governadores, como o Senador Maguito Vilela, que aqui está. É uma honra muito grande poder vir a uma reunião como esta. Um dos componentes desta Comissão – ele não está aqui neste momento –, Senador Sérgio Guerra, é um dos faróis da agricultura brasileira, um dos norteadores da agricultura brasileira há muito anos, que é o Senador Jonas Pinheiro. A presença dele aqui até me emociona, porque é um grande defensor do setor e tem prestado serviços inestimáveis ao nosso agronegócio e continuará a fazê-lo nesta Comissão, no Senado.

Assim, fico muito grato a V. Ex^a pela oportunidade de participar de uma reunião desta Comissão e poder apresentar alguns temas sobre a agricultura brasileira.

Preparei um roteiro, Srs. Senadores, que será projetado naquela tela, com sete temas principais. Um tema ligeiro, apenas para nivelamento das informações: a história do agronegócio brasileiro, a contribuição que o setor tem dado à economia do País, uma avaliação do potencial que o setor ainda pode vir a jogar no País. Falarei dos fatores que são favoráveis e sobre aqueles que são negativos. Discutirei o panorama atual do setor, especialmente por causa de uma brutal seca que vem assolando duramente o Sul do País, principalmente o

Estado do Rio Grande do Sul, e as propostas que estamos fazendo em relação a essa questão.

Depois tratarei, de uma maneira mais geral, dos desafios que o agronegócio brasileiro enfrenta em relação ao futuro e o que é que o Ministério da Agricultura está fazendo estruturalmente para se preparar para esse desafio.

Essa é uma história, como disse a V. Ex^a, sobre a qual posso falar em quatro minutos ou em quatro dias. De modo que procurarei ser objetivo e breve para que possamos ter mais tempo para os debates.

Vamos falar primeiramente do que é o agronegócio brasileiro. Em primeiro lugar, Senador, permita-me colocar um tema conceitual que é relevante para o Ministério da Agricultura porque é objeto, em muitas circunstâncias, de um debate que me parece inteiramente desnecessário. O que é agronegócio? Agronegócio é a soma das cadeias produtivas, cuja coluna de sustentação é a atividade rural de produção propriamente dita.

O que é uma cadeia produtiva? À medida que a soma das cadeias produtivas compõem o agronegócio, o que é uma cadeia produtiva? Uma cadeia produtiva da agricultura é aquela que começa na prancheta de um pesquisador científico, daquele que está produzindo novas variedades, novos tratamentos culturais, novos mecanismos de produção e termina na gôndola de um supermercado, com o produto final, acabado, à disposição do consumidor. Isso passa pelo produtor de insumos, fertilizantes, sementes, defensivos, máquinas; pelos distribuidores de serviços, seguros, créditos, financiamentos, de maneira geral; vai até a produção agrícola propriamente dita, vai à armazenagem, à industrialização, à embalagem e à distribuição.

Assim, todos os agentes, nos diferentes elos dessa cadeia produtiva fazem parte do agronegócio.

Portanto, a primeira coisa que eu queria conceituar, Senador Sérgio Guerra, é que nesse sentido não há produtor rural pequeno, médio, grande, familiar ou empresarial que não faça parte do agronegócio. O agronegócio é o conjunto de todos os elementos que compõem a cadeia produtiva: trabalhadores rurais, pesquisadores, cientistas, bancos, seguradoras; tudo isso faz parte da cadeia produtiva e a soma disso compõe o agronegócio.

O agronegócio brasileiro representa hoje um terço do PIB nacional, gera mais que um terço dos empregos do País e é responsável por 43% das nossas exportações. Portanto, é o maior negócio do Brasil, tanto ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social, quando se fala na geração de empregos.

Esse setor tem tido um extraordinário progresso. Eu trouxe aqui apenas alguns dados, para mostrar o progresso do setor no Brasil.

Este quadro, Srs. Senadores, Srs. Deputados, mostra o que cresceu a área plantada de grãos no Brasil, nos últimos quinze anos, de 90 até hoje; um crescimento de 28%. *Vis-à-vis* à produção física, que cresceu 113%.

Isso demonstra que o agricultor brasileiro se inseriu naquela revolução silenciosa em que o mundo contemporâneo vive de incorporação de padrões tecnológicos e de gerência de administração rural da maior qualidade, colocando o Brasil numa situação invejável e também de objeto de inveja de muitos outros países em relação à sua posição competitiva. O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne de soja, carne bovina, carne de frango, açúcar, suco de laranja, tabaco, etanol e café. O Brasil hoje tem uma posição invejável no mundo inteiro.

Essa produção cresceu 113%, e não 125%, como concluímos na nossa estimativa, em função da seca deste ano, sobre a qual vamos falar depois.

Mas não apenas grãos, crescemos também em relação a outros produtos. O próximo quadro, por exemplo, vai mostrar o crescimento em carnes. Em carnes suínas, crescemos 157%; em carne bovina, 94%; e, em frangos, 250%.

Portanto, não foi só em grãos, também na agregação de valor, porque o que é um frango, senão um ovo no qual se enfiou o milho e ficou com bico, pena e asa? O frango nada mais é do que o resultado de uma cadeia produtiva. Então, temos crescido também em produtos com valor agregado.

Os fatores responsáveis por esse crescimento nos últimos 15 anos são vários, mas entre eles sete são fundamentais: primeiro, tecnologia. A Embrapa e outros órgãos de pesquisa no Brasil desenvolveram padrões tecnológicos que são hoje objeto de discussão e busca de acesso por outros países. Não há semana, Senador Sérgio Guerra, em que eu não receba no meu gabinete ministros da agricultura ou embaixadores de países tropicais em busca de convênios com a Embrapa do ponto de vista de avanço tecnológico.

As ações desenvolvidas no Governo passado ainda, como securitização das dívidas e a introdução do modelo frota, um programa que permite a modernização do parque motomecanizado – tínhamos um parque motomecanizado totalmente sucateado nos últimos anos, que este Governo implementou ainda com mais vigor –, foram fatores que criaram uma condição favorável para a agricultura crescer.

Os preços das *commodities* agrícolas nos últimos três ou quatro anos também empurraram bastante a agricultura para certas áreas novas do País.

A definição de juros pré-fixados para o crédito rural, particularmente para investimentos também no custeio agrícola, deu confiança ao produtor rural para continuar investindo, e um dado relevante foi a mudança cambial. A mudança do câmbio em 99 foi um grande impulsionador também para esse progresso da agricultura brasileira.

Esses sete fatores somados são os responsáveis por esse crescimento espetacular da agricultura e que continua fazendo do agronegócio brasileiro um setor muito vigoroso.

Temos um ano complicado, como vamos ver em seguida, para algumas *commodities*, não obstante o café, a cana-de-açúcar, o suco de laranja e as carnes tenham ainda condições muito positivas.

Esse progresso formidável da agricultura brasileira nos permitiu esse saldo comercial (como a linha azul mostra), que tem o condão de ser maior que o saldo comercial do País como um todo.

Esse gráfico é de 1980. O saldo comercial da agricultura é sistematicamente crescente. É uma linha de crescimento, o que mostra que a competitividade cresceu com o aumento da produção. A conquista de novos mercados não se deu simplesmente porque aumentamos a produção, mas o saldo comercial mostra que avançamos também reduzindo importações de produtos agrícolas de outros países, enquanto que a linha verde mostra que até o Plano Real havia um superávit no setor industrial dos serviços que depois entrou em déficit. Agora, felizmente, graças a investimentos rigorosos também nessas outras áreas, começa a ficar superavitário.

A próxima transparência, só para trazer alguns esclarecimentos, mostra que a soja é hoje o grande produto de exportação do agro-negócio. Representa 1/4 das nossas exportações, seguida por carnes, derivados de madeira, açúcar e café. Esses são os principais produtos da nossa exportação.

A próxima transparência vai mostrar os principais mercados que são objetos da nossa exportação.

O nosso principal mercado é a União Européia, com quase 35% das exportações, seguida dos Estados Unidos, com 15% das exportações. Há um vigoroso crescimento da China, que hoje já é o terceiro país, com 7,2%, e a Ásia, como continente – se somarmos a Ásia com a China -, já é maior que os Estados Unidos. Como país, os Estados Unidos são o segundo, considerando a União Européia como um grupo.

Aqui só há uma coisa relevante, Senador, que é a participação do Mercosul. Ela representa apenas

2,9% do mercado brasileiro, portanto é totalmente irrelevante quando comparada com a dos Estados Unidos, da União Européia e dos países asiáticos, liderados pela China.

Por essa razão, como veremos em seguida, o Ministério da Agricultura tem colocado um peso muito grande nas negociações internacionais, tendo em vista a União Européia e os Estados Unidos – portanto, a relação do Mercosul com a União Européia e com a Alca, porque aqui estão os grandes mercados para o Brasil avançar.

Vamos falar um pouco sobre o potencial do agronegócio e em que isso pode atrapalhar ou não.

Há um dado óbvio que mostra o seguinte: a população vem crescendo no mundo todo e, portanto, o número de hectares **per capita** disponível só pode diminuir, porque o volume de área agricultável não muda em um hectare, em lugar nenhum do mundo, a não ser na Holanda, onde os holandeses tiveram a competência fantástica de conquistar certas partes do mar para a agricultura. O que há é uma redução da oferta de hectares **per capita** no mundo moderno.

Enquanto isso, no Brasil, vamos observar um dado extraordinário. Há, no Brasil, 47 milhões de hectares com culturas anuais e 15 milhões de hectares com culturas permanentes: frutas, café, cana-de-açúcar, etc. Ou seja, o Brasil tem 62 milhões de hectares cultivados, hoje, e tem 220 milhões de hectares de pastagens. Quando digo pastagens, Srs. Senadores e Srs. Deputados, falo de áreas já conquistadas do cerrado ou da floresta. Portanto, não é área que vai ser desflorestada, é a área já conquistada. Então, o Brasil tem, guardem esse número, por obséquio, 62 milhões de hectares cultivados e pouco mais de 220 milhões de hectares de pastagem.

No próximo bloco, vamos verificar o seguinte: há um estudo recente que demonstra, Senador, que podemos transformar, desses 200 milhões de hectares, em área agricultável... está fora de ordem. Bom, vou falar, está nesse caderninho que os senhores receberam.

Há dois estudos muito recentes, sendo que um deles foi feito pela Bunge, uma empresa multinacional interessada em agro-negócio e investimento em agricultura. Ela fez uma avaliação, no mundo, de que países seriam interessantes para investimento, sob o ponto de vista de agricultura e agro-negócio. Concluiu esse estudo internacional que o Brasil terá que produzir, nos próximos 10 anos, mais 60 milhões de toneladas de grãos para atender a demandas crescentes no mundo todo. Devemo-nos lembrar, pelo mapa que vimos atrás, que a produção deste ano será próxima de 120 milhões de toneladas de grãos, que demoramos 500 anos para chegar a isso e que teremos, em

mais dez anos, que obter uma demanda adicional de 60 milhões de toneladas de grãos, principalmente de soja e milho. Isso cria uma expectativa de se incorporarem dois milhões de hectares por ano, que hoje são ocupados com pastagens, na agricultura.

O outro estudo, feito pelo setor de fertilizantes, demonstra coisa semelhante: o progresso tecnológico da pecuária de corte brasileira é de tal magnitude, é de tal ordem, que a expectativa é de que a gente tire muito mais carne por hectare. Há 10 anos, um boi, para ir para o frigorífico, demorava três anos e meio, quatro anos. Hoje, vai com 18 meses, com praticamente o mesmo peso. Então, a gente roda muito mais boi por hectare. O que significa uma redução da demanda de área de pasto, ainda que a pressão de carne venha a aumentar. Então, vamos aumentar a oferta de carne, reduzindo a pastagem. E esse estudo sobre fertilizantes mostra-nos que, nos próximos quinze anos, 30 milhões de hectares de pastagens serão destinadas à agricultura, o que representa, de novo, dois milhões de hectares regionais por ano. Então, quem vem de fora, e examina isso e imagina que dois milhões de hectares possam ser incorporados por ano, vai imaginar que é uma missão impossível. Não é. O Brasil tem incorporado, por ano, nos últimos quatro ou cinco anos, mais que dois milhões de hectares por ano. Então, temos perfeitas condições de avançar e com uma característica, Srs. Senadores: a de que esse avanço da agricultura não se dará na fronteira agrícola, na Amazônia, em outras áreas, mas, sim, em áreas hoje ocupadas com pastagens nas regiões mais valorizadas e com menor infra-estrutura. Refiro-me a Minas Gerais, a Goiás, a Mato Grosso do Sul, a São Paulo, ao Paraná. É aqui que a agricultura vai crescer mais, porque é aqui que a pastagem não tem mais uma remuneração adequada para o produtor de carne. Então, esse é o cenário que a agricultura brasileira nos oferece: um potencial crescimento. Só na área de grãos, serão dois milhões de hectares por ano nos próximos quinze anos.

Há um outro assunto, que eu gostaria de tratar com mais ênfase, oportunamente, que é a questão da bioenergia. V. Ex^a conhece bem esse assunto em seu Estado. Costumo dizer, Senador, que uma das maiores, senão a maior, insanidade coletiva da humanidade foi ficar dependendo inteiramente de um produto que vai acabar um dia: o petróleo. Nós, em menos de um século, ficamos dependentes do petróleo, quando tínhamos toda uma história milenar de energia a partir da biomassa. Pois bem, os preços do petróleo desse ano e as circunstâncias que vimos observando no cenário internacional nessa área já dão a notícia, hoje irrecorrível, de que o petróleo vai acabar. Vai demorar 50, 60 anos, não importa. É claro que o petróleo vai

acabar. E o mundo começa a se debruçar sobre essa questão da energia alternativa ao petróleo, buscando novas matrizes energéticas. Então, já se fala em hidrogênio, já se fala em energia a partir da energia solar, já há uma quantidade enorme de estudos sendo realizados em vários países do mundo nessa direção. Mas o que é imediato, e pode ser obtido rapidamente, é a alternativa a partir da biomassa. E o Brasil tem o testemunho disso com o programa do etanol e agora com o biodiesel. Então, podemos transformar a agricultura mundial, em função da bioenergia, em um novo paradigma de agricultura.

Vou colocar aqui um tema extremamente ambicioso e complexo: a agricultura só ganhou um Prêmio Nobel da Paz em toda a história do Prêmio Nobel da Paz, que foi dado a um cientista americano, chamado Norman Bullock, que fez a Revolução Verde no México e acabou com a fome nos países da América Central e no Caribe. Por isso, ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Pois bem, o Brasil sinaliza, hoje, para um horizonte na mesma direção, porque a produção de energia líquida, combustíveis líquidos, etanol ou biodiesel, tem várias perspectivas. A primeira perspectiva é a de produzir uma energia muito mais limpa do ponto de vista ambiental, muito menos poluente. Segundo, vamos produzir álcool e biodiesel nos países em desenvolvimento para suprir os países desenvolvidos. Isso significa o quê? Renda e emprego nos países em desenvolvimento, reduzindo, portanto, a distância entre ricos e pobres, reduzindo as crises bélicas que surgem sempre em torno da região petrolífera no mundo. Portanto, um projeto de agricultura renovável, de energia renovável a partir da agricultura, é um projeto que sinaliza a defesa da paz. O Brasil tem padrão tecnológico para isso. Podemos dar ao mundo o exemplo de uma agricultura que um dia poderá merecer um prêmio Nobel da Paz. O Presidente Lula tem tido muita clareza nesse processo e o biodiesel é um dos programas prioritários do seu Governo, porque tem clareza desse processo.

Para que tenhamos uma idéia, hoje, a área cultivada com cana-de-açúcar no Brasil é de 5,5 milhões de hectares. Desses, metade é usada para o açúcar e metade para o etanol; ou seja, 2 milhões e 750 mil hectares são usados para o etanol. Produzimos hoje 14 a 15 bilhões de litros de etanol e consumimos 90%, e podemos exportar o resto.

Estive, na semana passada, na Europa e, anteriormente, na Tailândia, enfim, o interesse mundial pelo etanol ganhou uma dimensão tão espetacular que é o assunto prioritário da discussão entre o Brasil e o Japão, na viagem que o Presidente Lula efetuará ao Japão no próximo mês de maio. Estamos olhando isto como uma possibilidade que permite, além dos 30

milhões de hectares que os grãos incorporarão, abrir mais horizontes de 4 a 5 milhões de hectares para a cana-de-açúcar ou mamona ou o dendê na Amazônia ou produtos como o girassol e a soja no Centro-Oeste e no Sudeste brasileiro, na direção dos combustíveis renováveis. Então, é realmente uma possibilidade espetacular.

Tudo isto tem condições de ser efetivado. Temos um conjunto de fatores positivos dos quais três são fundamentais. O primeiro é a terra disponível. Não há país no mundo que tenha três vezes mais terra para incorporar na área agrícola do que hoje está sendo cultivado como é o caso do Brasil. Nenhum país no mundo tem essa condição. Segundo, temos tecnologia tropical. Já falei sobre a Embrapa e sobre outros órgãos de pesquisas que o Brasil tem. São formidáveis. E, terceiro, temos gente. E, aqui, há um dado, Srs. Senadores, que realmente é relevante. O Brasil tem hoje uma juventude na agricultura. Na Europa, a idade média dos produtores está crescendo quase que um ano por ano, porque os jovens não ficam na agricultura. A idade média dos agricultores europeus, hoje, é superior a 54 anos – idade média. Não significa que sejam velhos. Ao contrário, velho é quem tem 20 anos mais do que a gente. De modo que este é um critério móvel de senilidade, o que é muito positivo.

Mas não estão ficando jovens na Europa, e nós temos hoje uma agricultura inteiramente liderada por jovens. Basta vermos as lideranças rurais em cooperativas, sindicatos em todo o Brasil. Ficamos entusiasmados com a juventude. E outra: é uma juventude que leva em consideração o gênero.

Sou Professor universitário desde 1967 – na Universidade Estadual Paulista em Escola de Agronomia. Quando me formei, há 40 anos, numa turma de 100 formandos, havia 4 ou 5 mulheres. Hoje metade dos estudantes de Agronomia e Veterinária são mulheres. Portanto, as moças vêm vindo para a agricultura e com uma competência formidável na área de gestão. A agricultura brasileira, então, tem um horizonte de gente que nenhum outro país do mundo tem. Então com clima, terra, gente e tecnologia, ninguém vai nos segurar, salvo alguns problemas que temos – são alguns gargalos que estão afetando a nossa condição de avançar. Entre eles, a falta de dinheiro. V. Ex^a fez uma referência a isto, sobre o problema orçamentário. E isto nos perturba na pesquisa, na defesa e em investimentos fundamentais para a agricultura.

Neste ano, estamos com um contingenciamento havido aí perdendo realmente um volume significativo de recursos. Felizmente, a pesquisa não foi afetada porque nós conseguimos que a Embrapa não tivesse o orçamento contingenciado sob nenhuma condição.

Mas perdemos recursos em defesa e investimentos por ser muito complicado.

Um segundo problema é o de infra-estrutura logística, mais conhecido do que qualquer outro problema. O Senador Jonas Pinheiro tem sido um permanente lutador por essa área no seu Estado, e lá, realmente, há um problema significativo de perda de renda da agricultura por causa de infra-estrutura logística.

Fizemos um trabalho, apresentado ao Ministério dos Transportes, no passado, – e foi a Conab quem fez isto para nós – colocando todas as rodovias brasileiras, estabelecendo qual a tonelagem de grãos que passa por cada rodovia e, com isto, definindo uma priorização nas rodovias a serem reformadas ou reformuladas para que se pudesse construir uma melhor propositura para o escoamento da safra. E isto está sendo tratado com muita atenção pelo Ministério dos Transportes.

Mas a questão de infra-estrutura logística é muito séria.

Tenho dito, há anos, que o crescimento da agricultura brasileira pode transformar-se numa pororoca: crescer tanto que a safra se volte contra o produtor, porque não tem onde estocar, não tem como escoar, não tem porto, e a coisa pode se complicar, inclusive com uma questão específica num porto do Estado do Paraná.

O terceiro gargalo é a questão de mercados. É óbvio que não adianta nada aumentar a produção se não tiver quem compre a nossa produção. Então, a luta por mercados é essencial para nós – e aí as negociações com a OMC vão andando de maneira muito lenta, mas positiva. A OMC fez um documento referencial em agosto do ano passado, que é o *framework* que estabelece os conceitos e princípios pelos quais se nortearão as negociações mundiais, inclusive na agricultura.

Esses conceitos estabelecem os três pilares básicos da negociação, que são: acessos a mercados, estímulos a exportações e políticas de apoio interno. Serão todos reduzidos, de tal forma a abrir mercado nos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Esse é um mecanismo que vai avançar lentamente. Os resultados concretos do ponto de vista comercial não ocorrerão antes de sete, oito, dez anos.

Então, há um longo caminho a percorrer se conseguirmos, como espera a liderança mundial hoje situada na OMC, resolver a rodada de Doha até o final do ano que vem.

Por isso, consideramos fundamentais as negociações da União Européia com o Mercosul e na Alca, porque são os principais mercados que temos e que representam, uma vez formalizados, imediato e concreto aumento de comércio.

Há um estudo realizado pelo Ministério da Agricultura e pela CNA, demonstrando que um acordo feito entre União Européia e Mercosul aumenta as exportações agrícolas brasileiras, em um ano, em US\$2 bilhões, o que não é um dado desprezível.

Os próximos problemas que nos afligem em relação a isso são o marco legal, para que investimentos ocorram, de fato, tanto por brasileiros como por estrangeiros. Estive, há poucos dias, numa reunião em Nuremberg, na Alemanha, para uma feira internacional de produtos orgânicos, e fui procurado por investidores estrangeiros interessados em produzir etanol, por exemplo, ou até açúcar no Brasil, mas queriam ter segurança quanto a contratos e à propriedade privada, que deve ser garantida para que não haja perda de confiança nesse processo.

E, finalmente, um gargalo que existe é a modernização da máquina pública – falarei mais tarde sobre o que fizeram no Ministério da Agricultura, dentro do conceito de que a máquina pública tem de ser uma alavanca para o progresso e não um breque para o progresso do setor privado brasileiro.

Isso é um pouco dado de nivelamento em relação ao estado da arte da agricultura no Brasil, no agronegócio brasileiro.

Tratarei um pouco agora dos problemas específicos de 2005, que são muito duros e exigem decisões realmente fortes.

Cinco produtos estão sendo afetados no mundo inteiro pelas circunstâncias que estão sendo apresentadas aqui. São: algodão, arroz, milho, soja e trigo, cinco *commodities* brasileiros. Reitero que não há problema no café, não há problema no açúcar, não há problema em carnes, diretamente falando, mas esses cinco produtos são afetados. Por quê? A produção mundial aumentou entre este ano e o ano passado nestes números: algodão em 2%, arroz em 3%, milho... Todos tiveram aumento de produção mundial significativa, o que fez com que os estoques mundiais crescessem de maneira extraordinária, derrubando os preços internacionais, exceto para o arroz, que não é um produto de comércio mundial importante. O arroz é um produto de comércio local. Ele é produzido e consumido no mesmo país. Só 10% da produção mundial de arroz são comercializadas internacionalmente; 90% são consumidos internamente.

Aumento de produção e aumento de estoques derrubaram os preços internacionais. Vejam só: algodão, milho, soja e trigo tiveram quedas brutais de um ano para o outro.

Por outro lado, os estoques brasileiros, à exceção do milho, que não cresceu, até por causa da quebra de produção deste ano, também cresceram vigorosa-

mente, e os preços internos também caíram, seja pelo valor em dólar, seja pelo câmbio, que hoje desfavorece a produção rural brasileira, em uma safra em que os custos de produção subiram espetacularmente, em média 17%.

Veremos o próximo quadro.

Estamos vivendo um mundo muito ruim para a agricultura brasileira para essas cinco *commodities*. Esse quadro explicita um outro dado: os investimentos.

Os investimentos feitos pelos produtores – que, reitero, é fruto da confiança dos produtores brasileiros na sua atividade – foram extraordinários. Investimos, nos últimos seis anos, US\$ 21 bilhões em máquinas agrícolas, no Moderfrota, em irrigação e em armazenagem. Houve um extraordinário volume de investimento. Só no ano passado, R\$ 7 bilhões foram investidos pelos produtores rurais brasileiros, e a expectativa para este ano é de investimento de R\$ 10 bilhões. Esses números são realmente impressionantes e nos levam a concluir que há o endividamento do setor.

A próxima transparência mostra outro dado curioso em contraposição à ação do Governo em relação ao setor privado. A linha amarela, já repetida em outros gráficos, mostra a produção de grãos em crescimento espetacular, enquanto os recursos orçamentários para apoiar a safra brasileira com aquisição do Governo Federal, com programas de leilão de opções, com o PEP e outros programas que ajudam a agricultura a sustentar a renda caíram espetacularmente. O ano de 2004 foi o pior ano da história recente em termos de orçamento do Ministério da Agricultura para essa atividade. Foram destinados R\$ 247 milhões, no ano passado, para atender a uma demanda espetacular de crescimento.

Neste ano, solicitamos R\$ 2 bilhões. Esse valor está previsto no Orçamento, mas não está disponível. O Ministro Palocci nos concedeu mais de R\$ 250 milhões, e ficamos com mais de R\$ 500 milhões este ano para atender à demanda da safra brasileira. Mas, com os problemas que estamos vivendo de quebra de preço, de aumento de custos de produção e de perda de renda somados à questão da queda da safra causada pela seca, a demanda é de pelo menos mais R\$ 1 bilhão. Se isso não ocorrer, não conseguiremos atender à pressão vigorosa e absolutamente realista dos agricultores brasileiros.

A crise deste ano pode ser explicada por uma equação que estou tentando colocar aqui. Em função das demandas que cresceram no mundo inteiro por insumos agrícolas – fertilizantes, máquinas e defensivos-, e pelo aumento do preço de petróleo e do aço, os custos de produção subiram para a agricultura bra-

sileira de maneira espetacular. Soma-se a isso, o que houve com as ofertas e os produtos agrícolas, levando o preço para baixo. Então, os custos subiram e os preços caíram. Some-se a isso o endividamento por causa dos investimentos feitos pelos produtores nos últimos cinco anos.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Fora juros, assunto de que não vou falar hoje.

Os custos subiram, os preços caíram, o endividamento cresceu e, ainda por cima, houve queda de produção por causa da seca. É o pior mundo possível o que essas cinco *commodities* estão enfrentando hoje em todo o País. É óbvio que a seca é muito mais dramática no Rio Grande do Sul, mas o Estado de Santa Catarina teve problemas sérios com a seca, assim como o Paraná, Mato Grosso do Sul, Tocantins e algumas poucas regiões do Mato Grosso. O Nordeste viverá uma seca fora do comum este ano. O Inmetro está mostrando isso claramente. É um quadro cuja resultante é de perda de renda para a agricultura, de clara perda de renda.

Cada milhão de toneladas colhidas a menos representa uma perda de renda de R\$ 500 milhões brutos no setor rural brasileiro. A estimativa era 132 milhões de toneladas, como dissemos no começo. Já estamos em 123 milhões de toneladas, mas o mercado – a Conar está no campo para fazer um levantamento. Depois da seca, de fevereiro, teremos mais uma informação, mas o mercado já trabalha com número inferior a 120 milhões. Fala-se em 118 milhões de toneladas. Ou seja, se sairmos de 132 milhões para 118 milhões, estamos perdendo 14 milhões de toneladas ou R\$7 bilhões. É um negócio realmente brutal a perda que o setor rural tem e que a economia brasileira terá nessa direção.

Some-se essa perda de renda ao problema do sucateamento de estradas, portos, ferrovias, etc, que, com o alto preço do produto agrícola, o produtor bancava a fila no porto de Paranaguá, bancava o navio esperando, bancava a distância do centro de produção para o escoamento, porque tinha dinheiro para bancar. Mas, com essa perda de renda, há o quadro da crise que estamos vendo hoje. Então, essa é a realidade.

Reitero as Sr^{as} e aos Srs. Senadores, com muita clareza, que o agronegócio como um todo não tem a mesma crise. Embora os custos de produção tenham afetado também a laranja, o café, a cana, etc, os preços desses produtos não sofreram os prejuízos porque não houve oferta no mundo como nos demais produtos. Então, estes cinco produtos – algodão, soja, milho, trigo e arroz –, sim, vivem uma crise terrível no Brasil

neste ano. O agronegócio como um todo não tem a mesma crise. Portanto, é possível que a perda do PIB desses cinco produtos seja compensada, pelo menos em parte, pela maioria dos outros produtos.

As exportações brasileiras deverão cair um pouco, mas não muito porque açúcar, café, suco, carnes terão mercados positivos neste ano. O que deve cair bastante, sim, é o saldo comercial por causa da questão cambial, que viabiliza importações muito mais macias para os produtos agrícolas. Então, essa é a equação da crise brasileira de hoje.

Como enfrentar isso? Estamos propondo vários mecanismos. Alguns deles já estão aprovados pelo Governo, pela área fazendária e já em funcionamento, mas, entre esses, os mais importantes são: primeiro, apoio à comercialização. Aqui, há dois pontos. Primeiro, estamos colocando – o Banco do Brasil vem trabalhando com isso, e os bancos privados, de certa forma, também – R\$3 bilhões a mais para a comercialização da safra brasileira, particularmente, para empurrar a economia.

Qual é a idéia do Ministério da Agricultura, Sr^{as} e Srs. Senadores? Temos que tirar a safra da frente, temos que eliminar o problema para avançarmos no futuro. Há uma condição conjuntural e uma condição setorial muito grave, muito negativa. Então, temos que tirar isso da frente para podermos avançar, temos que atravessar esse vale de lágrimas e sair, do outro lado, com uma ação consistente para que o setor não perca velocidade em seu crescimento. Temos que atravessar esse pântano que está pela frente. A idéia é recurso para comercialização. Aqui, o fundamental é R\$1 bilhão adicional de recursos para o 2 OC, porque, com dinheiro – o Senador Jonas Pinheiro conhece isso perfeitamente e, aliás, foi o autor da emenda orçamentária que alocava esses recursos e que, infelizmente, depois, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não pode respeitar por razões de outra natureza. Mas precisamos desse R\$1 bilhão de recursos para o 2 OC, senão, não temos instrumentos para apoiar adequadamente a comercialização agrícola.

Hoje, não temos mais nada. O que tínhamos de dinheiro já fizemos com apoio ao trigo, um pouco de apoio ao algodão e ao arroz. Não temos condições de fazer mais nada. Se eu pudesse aproveitar esta reunião e pedir apoio da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado para que possamos arrumar esse dinheiro junto aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, aproveitaria este momento de maneira um pouco cabotina. Mas não posso perder a oportunidade de levantar esse tema que é central para que a crise agrícola deste ano tenha uma solução importante.

Estamos trabalhando também na área de investimentos. A idéia é prorrogar para o final do contrato os financiamentos de investimento para os produtores, caso a caso, mas, evidentemente, os produtores dos Municípios com calamidade pública terão de ser todos atendidos. Não há condições. O sujeito que perdeu 40% a 50% da produção não tem como pagar investimento nem custeio. Estamos discutindo, inclusive, tivemos uma reunião ontem com o Banco do Brasil – está aqui nosso Diretor de Crédito Rural, o Dr. Derci Alcântara. O Banco do Brasil já tem até instrumentos institucionais para prorrogar, caso a caso ou de maneira mais ampla, os contratos de custeio que não são passíveis de pagamento. Fizemos já, com a concordância do Ministério da Fazenda, um alongamento dos custeios de trigo e algodão para dar um pouco mais de espaço, e estamos trabalhando em conjunto com o Ministério da Fazenda numa alternativa para as cooperativas agrícolas.

Por quê? Porque muitos produtores obtêm crédito direto junto ao sistema financeiro e fazem sua produção, mas muitos outros só obtêm crédito em cooperativas, que colocam seu capital de giro, sua própria condição de acesso ao crédito para apoiar os produtores – crédito para custeio e para comercialização – e, num momento de crise, os produtores não podem pagar as cooperativas e elas ficam inteiramente sujeitas a um procedimento de cobrança que não há como atender. As cooperativas estão trabalhando conosco e, em conjunto com o Ministério da Fazenda, estamos trabalhando num programa de cotas-partes para poder financiar os cooperados para que eles possam apoiar as cooperativas no pagamento que elas têm de fazer em relação ao futuro.

Há outras ações que não são, digamos, emergenciais, mas fazem parte... Temos de aproveitar a lição dessa crise para trabalhar nelas, trabalhar mais em infra-estrutura, mexer na navegação de cabotagem, que é um programa sério para nós, garantir recursos para a subvenção do seguro rural e trabalhar com o Itamaraty, Ministério da Fazenda, dentro da Câmara de Comércio Exterior (Camex) para que tenhamos algumas ações, sobretudo nos Estados do Sul, que restrinjam a ação predatória de importações de alguns produtos do Mercosul.

Essas são as ações que estão sendo propostas e discutidas pelo Governo. A questão dos investimentos já foi aprovada; a questão do custeio já está sendo tratada pelo Banco do Brasil; e outras ações estão sendo ainda negociadas para que consigamos sair da crise de maneira positiva.

Feita essa avaliação da crise atual, Srs. Senadores, vou colocar rapidamente aqui, para podermos

terminar – estou avançando muito em nosso tempo –, os principais desafios que se nos apresentam – todos eles são ligados à renda no campo.

Há a questão da política agrícola – o Dr. Ivan Wedekin, nosso Secretário de Política Agrícola, está aqui conosco também. Estamos criando novos papéis – foram aprovados pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados no final do ano passado – que vão viabilizar novos instrumentos de renda.

A questão da defesa sanitária é absolutamente essencial. Todos se lembram do que aconteceu recentemente, o problema com a Rússia: um foco de aftosa no Estado do Amazonas fez com que a Rússia suspendesse a importação de carne bovina, de frango e de suíno do Rio Grande do Sul. Não há argumento técnico que sustente essa decisão, mas não importa: o argumento é político. Temos de acabar com a aftosa no Brasil, essa é uma cruzada quase religiosa. Tenho trabalhado com isso. O Presidente da República está firme conosco nesse projeto e, inclusive, enviou correspondência a todos os presidentes dos países da América do Sul para que trabalhássemos juntos nesse programa. Se o Brasil não acabar com a aftosa, a aftosa acaba com nossa competitividade no mercado internacional de carne.

Temos de avançar em padrões tecnológicos, e a legislação aprovada pelo Senado Federal em relação à biossegurança – e agora pela Câmara dos Deputados e sancionada pelo Presidente da República – abre novas fronteiras para a agricultura brasileira sob o ponto de vista de biotecnologia. Há muito trabalho pela frente para avançarmos nesse tema.

A questão da agroenergia já coloquei aqui rapidamente: precisamos trabalhar com agregação de valor. Esse é um assunto que sempre me preocupa muito. Um exemplo claro é o do café: somos o maior produtor mundial de café, temos quase um terço do mercado mundial de café, mas temos menos de 2% do mercado mundial de café torrado e moído.

Vejo aqui o Secretário Silas Brasileiro, membro da Câmara dos Deputados também. S. Ex^a conhece esse assunto muito mais do que eu. Também aprovamos no ???? dessa semana, Deputado Silas Brasileiro, aquele famoso programa da antecipação de colheita para o café, o que vai resolver uma boa parte de nossos problemas.

Agregar valor é uma questão fundamental para nós todos. Não é uma coisa singela, não basta fazer fábricas de café torrado e moído, porque deve haver um acordo com os distribuidores lá fora, senão a coisa fica sem consistência.

Estamos trabalhando com agricultura orgânica, com câmaras setoriais muito fortes, trabalhando mui-

to negociação internacional e dando uma forte ênfase – porque essa é a decisão do Presidente da República – ao cooperativismo e ao sociativismo rural, trabalhando com essas áreas no apoio ao Programa Fome Zero.

Para tudo isso, fizemos uma mudança profunda na estrutura do Ministério da Agricultura. Tínhamos quatro secretarias: uma de política agrícola, uma de defesa agropecuária, uma de apoio ao cooperativismo e uma que era uma espécie de substituto do IAA e do IBC, cuidava de café e de açúcar.

Examinando a estrutura do Ministério da Agricultura, que tinha sido reformada pela última vez de maneira integral pelo maior Ministro da Agricultura no período militar, o grande Ministro Alysson Paulinelli. Desde então, a estrutura tinha sofrido pequenas alterações, sempre tentando adequar o Ministério à realidade da agricultura brasileira, e fizemos agora uma reforma ampla para dar uma alavancagem ao setor rural. Impressionou-me muito não existir no Ministério da Agricultura uma área de planejamento estratégico.

Olhamos para trás e vemos que, há 50 anos, o café representava mais da metade das exportações agrícolas do Brasil; hoje, 5%. Soja não existia há 30 anos; hoje, é $\frac{1}{4}$ das exportações da agricultura brasileira. A pergunta é: o que o Governo fez para ajudar nisso? Muitas vezes, o Governo atrapalhou. No caso do café, atrapalhou, porque fez acordos que beneficiaram países concorrentes e reduziram nossa participação concorrencial no mercado de café. A idéia é fazer um grande programa de planejamento estratégico. Aqui, Srs. Senadores, a questão é singela.

Contratei um pequeno grupo de técnicos de alto nível nessa área que trabalharão em parceria com universidades e institutos de pesquisa para responder a três perguntas fundamentais.

Primeira pergunta: o que o mundo consumirá daqui a 30 anos a partir da agricultura. Considerando que a idade média do cidadão crescerá, todos os anos aumentamos a expectativa de vida do cidadão no mundo inteiro, considerando o poder aquisitivo a população que está mudando no mundo todo, considerando a oferta de terra, de água, os hábitos alimentares, considerando as exigências de consumidores em termos ambientais, considerando tecnologia disponível e sobretudo, considerando quem produzirá isso. Olhando esse cenário daqui a 30 anos, quem consumirá o quê? O que será consumido no mundo?

Fizemos a segunda pergunta: nesse cenário, o que poderá o Brasil abiscoitar? Dentro do consumo mundial daqui a 30 anos, do que o Brasil pode ser fornecedor?

Terceiro: que políticas teremos que desenvolver para que esse potencial possa ser efetivado pelo Bra-

sil? Essa é a linha que a assessoria de planejamento estratégico está desenvolvendo.

Criamos também uma área nova, que é uma secretaria de relações internacionais, com o seguinte conceito: temos procurado ajudar os nossos negociadores no Itamaraty, que de direito negociam todos os acordos internacionais. Criamos a secretaria com três áreas: promoção comercial, negociações internacionais e acordos sanitários. Temos mais de 140 acordos sanitários, com mais de uma centena de países, mas ainda é absolutamente insignificante diante do quadro que existe esse acordo sanitário. Estamos criando uma área que dará uma grande alavancagem para assessorar os negociadores internacionais do Itamaraty nas suas ações mundiais. Isso é uma coisa importante. Tenho pregado muito o fato de que deveria ter adidos agrícolas em várias Embaixadas. Mas, com esse apoio que estamos dando ao Itamaraty, vamos suprir essa demanda que era muito importante. Criamos uma secretaria de produção de água e energia, exatamente para dar ênfase a essa questão de biocombustíveis e de água e energia, de maneira geral, como um horizonte importante para o País. E temos, como todos sabem, superintendências regionais. Em cada Estado, há uma superintendência que representa o Ministério da Agricultura nas ações diretas em relação à fiscalização e até mesmo a eventuais penalidades colocadas quando necessário. Então, essa é um pouco a estrutura do Ministério da Agricultura, que estamos terminando de implementar com o apoio do Sr. Presidente. Aqui é preciso que seja dito que houve uma fortíssima participação dos Srs. Senadores nisso, os Senadores Osmar Dias, Jonas Pinheiro, Delcídio Amaral foram muitos fortes na aprovação dessa reforma, que depois foi aprovada pela Câmara dos Deputados e sancionada pelo Presidente da República.

Então, houve aqui um grande apoio do Senado e da Câmara dos Deputados, e é preciso que eu reitere a vigorosa participação do Ministro José Dirceu a nos ajudar a implementar esse projeto de reforma. Então, esse é um pouco o conjunto de informações, Srs. Senadores, que eu gostaria de trazer aqui hoje. Quero terminar dizendo duas coisas aqui fora do *script*. A primeira é que, como V. Ex^a disse, em seu pronunciamento inicial, Senador Sérgio Guerra, que a sociedade brasileira, de alguma forma, mudou a sua visão em relação à agricultura do País e ao agro-negócio brasileiro. Hoje, há um reconhecimento da importância desse setor. Mas ainda há segmentos que desmerecem a agricultura. Já ouvi, por exemplo, gente dizendo: “mas lá vem a agricultura reclamar de novo, porque tem a seca, tem gordura para queimar, acumulada nos últimos anos”. Não existe isso. A agricultura não acumula

gorduras. A agricultura é como bicicleta: se parar de pedalar, cai. Então, o setor tem que produzir sempre, sempre, para pagar dívida, para pagar imposto, para pagar o que der e tocar pra frente.

Só para dar um testemunho disso, meus filhos, que são agricultores, me mostraram que soja, este ano, era um produto que não podia plantar. Seriam necessários quarenta e nove sacos por hectare para vender por a 9 dólares para empatar. Não é uma produtividade fácil de obter. Então, eu estava, como produtor rural, decidindo não plantar soja. Aí, eles me mostraram o outro lado. O produtor de soja, quando vende a soja e o caminhão vai para o porto, volta com o adubo e defensivo para a próxima safra. Eu já tinha comprado para a próxima safra e num câmbio mais alto do que está hoje ainda por cima. Então, eu já tinha o adubo e o defensivo comprados. Eu tenho os tratores lá na fazenda; os funcionários estão lá. O armazém está lá. Se eu não plantasse, eu teria o prejuízo claro de tanto. E, se eu plantasse, poderia ter uma chance de o prejuízo ser menor ou até, quem sabe, ter um lucro na soja. Então, é a bicicleta. Você não pode não plantar, porque a estrutura que você tem exige que você plante. Então, a agricultura não tem gordura acumulada. Se o sujeito ganhou dinheiro um ano, o que ele faz? Compra um trator novo, faz um armazém novo, capitaliza a cooperativa dele. Por quê? Para ser mais competitivo e mais eficiente. Então, a agricultura não tem gorduras para queimar. Ela tem que estar sempre avançando, investindo, para ser mais competitiva e eficiente. E ela é, portanto, a grande locomotiva do País.

Eu vou me permitir aqui, mais uma vez, uma imagem desse assunto que uso sempre. O Senador Jonas Pinheiro já ouviu falar sobre isto pelo menos umas cinquenta vezes em seu Estado e em outras regiões do País, mas é muito claro este exemplo. Uma propaganda que vi na televisão uma vez, durante a transmissão de jogos da Copa do Mundo, sobre cerveja, propaganda de cerveja, em que aparecia o Ray Charles tocando piano, a Daniela Mercury dançando e cantando, e a Kim Basinger fazendo feijoada com uma colher de pau. Era nos intervalos da transmissão dos jogos da Copa do Mundo. Era um comercial bonito. O Ray Charles é extraordinário; a Daniela Mercury, mais extraordinária do que ele. A Kim Basinger fez o filme *9 ½ Semanas de Amor*. Sempre considereei isso um abuso de autoridade – deveria ser muito menos do que isso.

Enfim, o anúncio era maravilhoso. Cerveja é algo delicioso, a música era bonita, mas fiquei preocupado, ao pensar quantos milhões de brasileiros estavam assistindo ao anúncio naquele momento e imaginavam que aquela propaganda somente havia sido veiculada, porque, no Paraná, em Guarapuava, há um colono

plantando cevada para fazer cerveja. Aquele cidadão planta a cevada com juros altos, sem seguro rural, sem subsídio nenhum e, além disso, precisa competir com o francês e o canadense, que recebem subsídio para plantá-la. Esse plantador paranaense enfrentava geada, chuva de pedra, gafanhoto, etc. e levava sua cevada para uma maltaria, dando emprego a operários no ramo de malte, na fábrica de cerveja, de garrafas de cerveja, de rótulos de cerveja, de tampinha de garrafa, de latinha de cerveja, de caixas para guardar garrafas e latas de cerveja. É esse produtor que dá emprego em fábricas de caminhões para transportar as caixas de cerveja; de geladeiras para gelar a cerveja; de copos para tomar cerveja; de mesas e cadeiras de botequim. É ele quem dá emprego às costureiras que fazem paletós do garçom que serve a cerveja. Ele também dá emprego ao marqueteiro, que faz a propaganda de cerveja. Isso é cadeia produtiva.

O Ray Charles estava tocando piano, que é feito de madeira. O sujeito tocava violino, também de madeira. Pensam que madeira nasce na fábrica de piano? É preciso plantar árvores para obtê-la. Aliás, o sujeito do violino estava lendo uma partitura, e a Kim Basinger lia uma receita de papel. Papel vem de árvore, não nasce em resma, como as pessoas pensam. É preciso plantar árvores, para obter madeira e papel. A agricultura está por trás disso.

O Ray Charles tocava piano, vestido com uma calça jeans. Jeans é feito de algodão. Não existe Lee sem algodão. A Daniela Mercury dançava, usando um vestidinho de seda azul. Para se obter a seda, é preciso que um japonês plante amora, para tirar a folha da fruta e dar a uma lagartinha nojenta, que faz sua casa e vai embora. O japonês tira daquela casa o fio e produz um pano para fazer gravata, combinação – creio que essa peça não existe mais; foi algo do meu tempo –, corpete, que ainda existe, tudo feito de seda.

O perfume que a Kim Basinger estava usando era delicioso. Não sentíamos, mas intuíamos – ela deve ser perfumada por definição. É preciso haver flor para se fazer perfume, senão não há perfume. As pessoas pensam que perfume nasce num vidrinho chamado Calvin Klein? Não. É preciso haver flor para se fazer perfume.

Daniela Mercury dançava lindamente, calçando uma botina. Bobagem, porque ela tem um tornozelo maravilhoso. Mas estava de botina, que é feita de couro. Couro nasce na sapataria? Não. Sem pasto não há boi; sem boi não há couro. E o cidadão da Bahia produziu borracha para fazer o salto de borracha da botina dela. Tudo é agricultura.

Por isso, faço esse registro. V. Ex^a, Senador, disse que se não tivermos clareza de...

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROBERTO RODRIGUES – *Voilà!* Esse é o ponto. Precisamos ter clareza de que a alavanca de todos os processos está na agricultura. Não há construção sem madeira; não há madeira sem agricultor. Não há pneu para os veículos, se não houver borracha, que faz o pneu; ou veículos sem álcool para abastecê-los ou **biodiesel** para o trator. Não há vida sem agricultura. É um setor fundamental, e a sociedade deve ter consciência desse fato.

Portanto, Srs. Senadores, reitero que estou feliz por participar de uma Comissão como esta e por saber que o Senado da República está preocupado com a agricultura. Há, atualmente, na Câmara dos Deputados, uma Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural extraordinária, com pessoas dedicadíssimas, que lutam, 24 horas por dia, pela agricultura. Há uma frente parlamentar de cooperativismo, liderada pelo Deputado Odacir Zonta, que está aqui conosco, e uma frente parlamentar da agricultura, liderada pelo Deputado Dirceu Sperafico, que também está presente. Temos um time que não abandona a sua bandeira, porque sabe que ela é nossa. Trata-se de bandeira de pano e madeira, que representam a agricultura. Desse modo, fico feliz e honrado, Srs. Senadores, de participar dessa reunião.

Termino reiterando o que aprendi com os Srs. Parlamentares em muitas reuniões e com o que foi dito há muitas décadas por um grande estadista norte-americano chamado Benjamin Franklin, autor da seguinte frase: “Se incendiarem os campos e preservarem as cidades, as cidades perecerão; mas se incendiarem as cidades e preservarem os campos, as cidades renascerão”.

Esse é o ponto. A agricultura é a alavanca e a locomotiva. Sem essa consciência, não há país que possa avançar.

Portanto, Senhores, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Srs. Senadores, se já não estávamos completamente convencidos dos argumentos do Ministro Roberto Rodrigues, a cena que ele descreveu da música de Ray Charles, Daniela Mercury e Kim Basinger convenceu-nos inteiramente.

Falarei rapidamente, passando posteriormente a palavra aos que vão fazer perguntas. A presença do Ministro Roberto Rodrigues é um fator de estabilização da vida pública no Brasil neste momento crítico, em que há muito desentendimento e as expectativas da população são crescentes. Ficamos satisfeitos, como brasileiros e Parlamentares, representantes de Estados, em ouvir uma palavra segura, convincente e

absolutamente sincera do Sr. Ministro, que apresenta completo domínio acerca do assunto, além de franqueza para expor, sem problema algum, com total transparência as dificuldades imensas que precisam ser resolvidas.

Podemos contribuir muito com essa questão, agindo como a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Se houver, por exemplo, uma ação concreta no campo do orçamento – do qual tenho certo conhecimento –, tenho muita chance de ajudar a resolver esse assunto. O Sr. Jonas faz um grande trabalho, assim como outros.

Entretanto, se somarmos a totalidade das nossas forças e dissermos que determinada matéria não passará aqui enquanto não for aprovada lá – e podemos agir dessa forma sem estar defendendo a Oposição ou o Governo, mas, sim, o Brasil –, tenho convicção de que podemos ajudar a mudar a situação.

Na verdade, o que falta é prioridade em termos de financiamento para que a realidade possa modificar-se. Não acredito em prioridade retórica – creio que ela deva ser explicitada de maneira substantiva, capaz de gerar conseqüências.

Agradeço ao Sr. Ministro por sua presença e suas palavras, que ouvi, pela primeira vez, na Comissão de Assuntos Econômicos e depois, nesta Comissão, já com dados mais reais e atualizados. Tenho certeza de que o Senado será tão eficiente nesse campo como o é o Ministro da Agricultura no que faz.

Está aberta a fase de interpelação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, concordo com V. Ex^a e com a brilhante exposição do Sr. Ministro da Agricultura, que, aliás, veio ao encontro do que sempre esperávamos.

No entanto, com a concordância de V. Ex^a e considerando que esta Comissão esteve representada pelo Vice-Presidente na reunião dos agricultores do Rio Grande do Sul, sobre o drama do Estado, e, inclusive, o Presidente da República talvez esteja indo para lá, indago se não poderíamos pedir ao ilustre Ministro da Agricultura que nos expusesse em que fase estão as notícias que serão divulgadas com relação à crise no Sul e, de modo especial, no Rio Grande do Sul.

Peço a gentileza de V. Ex^a nesse sentido, porque considero o assunto tão importante e tão necessário que poderia abordá-lo em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Pois não, Senador Pedro Simon. De fato, o Presidente da República está indo hoje ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina, para lá se reunir com produtores e lideranças.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A primeira notícia é que S. Ex^a ia ao Rio Grande do Sul. Há notícia de que vai a Santa Catarina, mais precisamente a Chapecó, e de que vai dar um pulinho em Erechim e voltará para Santa Catarina.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – S. Ex^a vai anunciar algumas medidas que se somam na área da agricultura familiar e na área da agricultura empresarial. Dessas medidas, são comuns, em primeiro lugar, investimentos do BNDES. Inclusive, alguns que venceriam ontem. O Ministério da Fazenda, ontem, solicitou ao BNDES um *waver* no vencimento, porque a formalização das medidas – voto do Conselho, instrução normativa do Tesouro, informação aos bancos – é um processo que demora mais do que desejaríamos que ocorresse.

Então, esses investimentos estão sendo prorrogados caso a caso. Todos os investimentos que venciam ontem estão sendo prorrogados caso a caso. É um dado fundamental que se aplica ao Brasil inteiro, não apenas ao Rio Grande do Sul, mas também aos outros Estados em que houve crise.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O presidente da Farsul dizia que até ontem os que estavam em falta com seus pagamentos, ou seja, que estejam em débito representavam 0,4%. Os outros estavam absolutamente em dia e, conforme as notícias do Governo hoje, esse percentual pode subir para 70%.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Exatamente isso. Quer dizer, do ponto de vista de investimentos, estamos tirando esse fantasma da frente. O sujeito que perdeu 20% ou 40% da produção não pode pagar investimento. Esse é o ponto nº 1 em que insistimos mais.

O segundo é a questão do custeio das safras. O Banco do Brasil está sendo orientado a revê-la e as regras do crédito rural já permitem avaliar caso a caso e fazer prorrogações ou até repactuar os prazos de investimento caso a caso. São dados já resolvidos. Também está resolvida a questão dos recursos de R\$3 bilhões para a comercialização. Isso já está avançando. Há um pequeno problema no FCO. No próximo dia 23, vai haver uma reunião do Condel/FCO aqui, para resolvermos o problema. Mas está decidido. Falta apenas formalizar isso. Está decidido. Então, haverá R\$ 3 bilhões para a comercialização.

Do ponto de vista de comercialização para o setor empresarial, está faltando o tal R\$1 bilhão para o 2 OC, que ainda não tem origem e disponibilidade. Estamos

trabalhando. O Ministro Antonio Palocci está-nos ajudando nisso. Vamos encontrar um caminho. Contamos com a ajuda dos senhores nessa direção.

Contudo, há um conjunto de outras medidas, Senador, para a agricultura familiar mais fortes ainda, porque a agricultura familiar, no caso do Rio Grande do Sul, particularmente, teve o apoio do Pronaf Mais, que dá garantia de renda ao produtor. E o funcionamento do Pronaf, no primeiro ano, é um desastre lamentável, porque não podemos permitir que o programa, que é formidável, sofra desgaste de imagem. Então, o Governo vai disponibilizar os recursos necessários para cumprir todos os programas do Pronaf Mais para a agricultura familiar. Fala-se em algo superior a R\$200 milhões. O Governo vai honrar seu compromisso para que a agricultura familiar seja inteiramente atendida não apenas no sul do País, principalmente no Rio Grande do Sul, mas também no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. Então, o Presidente deve anunciar hoje – gostaria que Sua Excelência fosse o grande anunciador disso no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina –, um conjunto de medidas de forte impacto para sustentar a renda principalmente da agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra) – Quero comunicar ao Plenário que estamos aceitando inscrições de Deputados Federais.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente Senador Sérgio Guerra, Sr. Vice-Presidente Senador Flávio Arns, Sr^{as} e Srs. Senadores, Exm^o Sr. Ministro Roberto Rodrigues, em seu nome cumprimento todos do Ministério da Agricultura que o acompanham. Agradeço a presença especialmente ao Presidente da Conab, Dr. Jacinto Ferreira, e ao nobre Secretário de Agricultura do meu Estado, Minas Gerais, Deputado Silas Brasileiro, que, juntamente com V. Ex^a, valoriza muito esta reunião nesta Casa.

Esta é a segunda reunião da nossa Comissão de Agricultura, presidida pelo Senador Sérgio Guerra, que traz exatamente o personagem principal do agronegócio em nosso País, que é a pessoa de V. Ex^a. Sou suspeito em tecer elogios e falar da sua pessoa porque, a cada dia, sou mais admirador, fã e simpático a V. Ex^a. Acredito, Ministro Roberto Rodrigues, que o nosso Governo principalmente a área econômica, irá se sensibilizar do quanto o agronegócio é importante para este País, mas às custas do produtor e do segmento. Precisamos diretamente da interação e da reciprocidade da parte econômica deste Governo, porque aqui está a nossa saída.

Eu estava lendo as medidas necessárias para o apoio da agricultura em 2005 no que tange a investimento e custeio e, paralelamente a isso, recebi no dia de hoje um *e-mail* da minha região, mais precisamente da cidade de Conceição das Alagoas, de uma associação que se chama Agrocana. Trata-se de uma entidade de produtores rurais do Triângulo Mineiro com sede em Conceição das Alagoas que está passando por situação semelhante à maioria dos produtores daquela região. O Presidente da Agrocana, Sr. Lázaro Roberto, relata que a crise econômica enfrentada por pequenos, médios e grandes produtores de soja na nossa região do Triângulo Mineiro tiveram um resultado muito aquém do esperado, muito negativo na safra 2004/2005 por problemas climáticos e de mercado a que V. Ex^a se referiu e de que todos sabemos.

Faço chegar a V. Ex^a, Sr. Ministro, o apelo dos produtores da minha região do Triângulo Mineiro, que, no meu entender, é bastante justo, para que o Governo Federal renegocie as dívidas dos produtores originadas de investimentos e de custeios, mais nos casos de investimentos de maquinários e financiamentos. Muitos desses produtores estão sendo pressionados pelas entidades financeiras. Por tudo o que fizeram pelo agronegócio, acredito que eles mereçam um auxílio providencial do nosso Governo. Dessa forma, esses produtores não ficariam inadimplentes e não teriam que se desfazer muitas vezes dos seus instrumentos, dos seus maquinários para pagar esses débitos.

Ao ler as medidas necessárias que V. Ex^a apresentou no que tange a investimento, vejo que já estão autorizadas a se prorrogarem para o final do contrato, ou seja, um ano após a última prestação, as parcelas com vencimento em 2005 de dívida de financiamento agropecuário dos programas de investimento do Ministério da Agricultura e BNDES e do Fname Especial de produtores cuja atividade principal seja algodão, arroz, milho, soja e trigo, o que denominamos de AAMST, nas localidades em que a situação de emergência em função da seca tenha sido reconhecida pelo Governo Federal. Nos demais municípios, a prorrogação somente ocorre mediante análise caso a caso. O Triângulo Mineiro se enquadra nessa região.

Sr. Ministro, sendo um colega de V. Ex^a, um engenheiro agrônomo, já tendo passado pela presidência da Emater do meu Estado e por conviver no Triângulo Mineiro, tenho um projeto de minha autoria tramitando no Senado Federal pedindo a inclusão de 58 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no FCO, no fundo que beneficia os Estados do Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal.

A nossa região tem todos os recursos naturais, mas infelizmente não tem incentivo de maneira alguma

pela parte econômica, e temos as mesmas condições dos Estados citados. A minha região está perdendo produtores competentes, capacitados e trabalhadores para esses e outros Estados do Norte onde há o incentivo do Basa exatamente por essa falta de incentivo.

Tive a oportunidade de despachar com o Presidente Lula, e Sua Excelência mostrou interesse em tirar recursos diversos junto ao BNDES sem diminuir recursos dos Estados aqui citados. Peço muito o apoio de V. Ex^a – o que sempre tivemos –, peço que veja essa região com os olhos que se fazem necessários, para não passarmos por uma situação dessas.

E aproveito o momento, porque existem três coisas que não têm volta na vida, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores. A primeira é uma flecha lançada; a segunda é uma palavra pronunciada, e a terceira é uma oportunidade perdida. Achei este momento muito oportuno para fazer essa reivindicação, em especial a dos produtores de Conceição e do Triângulo Mineiro, que se encontram nessa situação. Que sejam incluídos esses municípios, que têm que ser estudados caso a caso, para obter parecer favorável de V. Ex^a.

Por fazer parte da Frente Parlamentar do Agronegócio, aqui representada por vários Deputados, entre eles a nossa Líder, Kátia Abreu – eu não poderia deixar de agradecer e salientar a presença da mulher –, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins, já ouvimos a preocupação de todos sobre como ficarão as negociações dos produtores com as *tradings*, com juros muito altos, muito além dos do crédito oficial.

Os produtores procuram normalmente o crédito, porque o crédito oficial, de 8,75% ao ano, conforme esclarece a imprensa, é insuficiente para financiar toda a safra. De certa forma, Sr. Ministro, o Governo tem responsabilidade em toda essa situação. E o Governo somos nós. O que fazer?

Em segundo lugar, é possível a silvicultura ir para o Ministério da Agricultura? Sabemos do momento, sou um dos preocupados com a silvicultura, e, felizmente a situação desse setor avançou muito no Ministério do Meio Ambiente. Mas vemos a boa vontade de V. Ex^a. Inclusive, no seu pronunciamento, V. Ex^a fez ponderações sobre a cerveja, a cevada e a Daniela Mercury que foram completas. O que espero? Que o Ibama tenha essa mesma visão, essa mesma flexibilidade, esse mesmo sentimento, com a mesma sensibilidade.

E, por último, o que faremos para barrar o que a imprensa tem chamado de cartel dos frigoríficos com a carne bovina no nosso País?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Sérgio Guerra. Estou muito satisfeito por termos criado esta comissão no Senado e por fazer parte dela, com V.

Ex^{as}, e de contar com a presença de autoridades do nosso País tão importantes no agronegócio.

Parabenizo, e sempre fiz isso, e deixo claro, o Presidente Lula por ter tido a oportunidade de colocar à frente do Ministério da Agricultura o Ministro Roberto Rodrigues. Esse segmento será, sem dúvida, a alavanca, o propulsor, o responsável, e não só por uns anos, pelo crescimento do nosso País. De oito anos para cá, desde a gestão do Ministro Pratini de Moraes, este País encontrou um norte, que está agora sob o comando do Ministro Roberto Rodrigues, a pessoa mais preparada no momento para ocupar essa pasta e essa cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Ouvi a palavra do Senador Aelton, bastante precisa.

Gostaria de solicitar aos outros Srs. Senadores inscritos e aos Srs. Deputados que se restringissem aos cinco minutos, para que possamos fazer esta discussão de forma bem eficiente.

Ministro Roberto Rodrigues.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, não estou inscrito, mas, até para adiantar, gostaria de saber se não podem os três Srs. Senadores se pronunciar, até porque a pergunta pode ser a mesma, e o Ministro daria então sua resposta. Quero apenas facilitar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Vou concordar com a proposta do Senador Pavan. Apenas, no caso da pergunta do Senador Aelton, que foi bastante longa, eu solicitaria ao Ministro que já desse os esclarecimentos.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador Aelton, em primeiro lugar, muito obrigado pelas palavras sempre gentis de V. Ex^a. Nós temos sido companheiros nessa longa viagem pela agricultura brasileira, sou muito honrado por isso.

Mas V. Ex^a coloca um tema geral, a seca na região de Conceição das Alagoas, que conheço bem, já tive terra ali por perto, em Monte Alegre, no Prata e no Campo Florido. Assim conheço bem aquela região lá.

A soja, felizmente, está tendo uma melhoriazinha de preços em dólar, em Chicago. Para soja e milho, a situação começou a melhorar, felizmente. Por isso que até reduzi um pouco a demanda pelo 2 OC (Operações Oficiais de Crédito) que era de 1,6 bilhão e foi para um bilhão só, porque soja e milho estão dando uma melhoradinha. Tivemos uma melhoria de quase 20% nos últimos vinte dias, em dólar. E como o dólar deu uma melhoradinha no Brasil, a remuneração da soja sofreu uma pequena vantagem nos últimos dias. Mas, quando a queda de produção é maior do que 20%, não há vantagem que resulte em coisa positiva. De modo

que, seguramente, o tratamento caso a caso será dispensado àquela região e será olhado com carinho pelo Governo. Pode ficar tranquilo quanto a isso porque a decisão é de caráter nacional, não é apenas para os Estados afetados pela estiagem. É nacional.

O senhor faz três perguntas. Recurso para a próxima safra. Essa é uma questão que ontem discutimos bastante com o pessoal do Banco do Brasil. Uma prorrogação, uma repactuação de vencimentos de custeio significa menos recurso que o banco receberá e, portanto, menos dinheiro para rolar para a próxima safra. Isso é uma questão fundamental porque temos perda de renda. A perda de renda somada à falta de recurso de custeio implica redução da produção que vem. Já estou achando que este ano vamos ter que importar milho. Imagine se a área plantada para o ano que vem não tiver sido atendida. De modo que penso que vamos ter que trabalhar juntos em relação a recursos de custeio para a próxima safra porque os horizontes não são claros, são nebulosos. É preciso olhar isso aí.

A segunda pergunta que o senhor faz é quanto à silvicultura vir para o Ministério da Agricultura. Não é um assunto sobre o qual eu deva me manifestar. O Ministério da Agricultura sempre defendeu a tese de que floresta plantada é como café plantado, ou como soja plantada; é uma produção com fins econômicos. Mas isso é uma questão de Estado, tem que ser decidido pelo Executivo e eventualmente em consonância com o Congresso brasileiro.

O senhor pergunta sobre o que fazer com as multinacionais. De fato, esse é um problema muito sério. No Rio Grande do Sul, semana passada, quando estive lá e depois no Paraná, conversando com as lideranças, havia essa preocupação. Várias indústrias produtoras de máquinas, tratores, colheitadeiras, etc., financiam com bancos próprios as compras pela produtora. E, portanto, não há crédito rural pactuado entre Banco do Brasil ou bancos privados. É um contrato direto entre a empresa produtora do equipamento e o produtor com financiamento da própria empresa. Esse é um problema que estamos discutindo. Estou chamando para Brasília, na segunda-feira, os representantes das indústrias de defensivos e fertilizantes para conversar com eles sobre o tema. Precisamos conversar também com a área de máquinas para ver que mecanismos podemos encontrar para repactuar essas dívidas. Na semana passada, em Não-Me-Toque, me contaram, alguns produtores, que uma dessas empresas, um desses bancos de fábrica, já havia protestado uma máquina agrícola, e a pessoa tinha devolvido a máquina para a empresa. Se esse fato se repete **ad infinitum**, vamos ter uma desmobilização do modelo frota, ter um modelo frota ao contrário. Vamos entregar as máquinas novas

porque não haverá condições de pagamento. Então, acredito que a indústria de máquinas terá uma visão de que esse processo é conjuntural e que é preciso dar um rebate nesse processo. Vamos conversar sobre isso. Sai da alçada do Governo, mas vamos conversar com eles. Já chamei os representantes das indústrias de fertilizantes e defensivos para a semana que vem.

E a última pergunta que o senhor faz é sobre cartel. De frigoríficos?

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Segundo a imprensa, é.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Bom, isso é outro assunto, e o Senador Jonas Pinheiro tem sido outro baluarte. Senador, o senhor não estava presente aqui na minha apresentação, e faço questão de repetir na sua presença agora: a criação desta Comissão tendo V. Ex^a nela é de uma importância enorme para o Brasil todo. Eu disse que V. Ex^a é um mestre meu e um farol da agricultura brasileira. Quero dizer isso na sua presença porque o senhor sabe que tenho o máximo respeito e admiração pelo seu trabalho.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Ministro, isso é o exagero da amizade.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Felizmente, amizade que me honra, que me distingue e me faz crescer.

O que posso dizer ao senhor, Senador, sobre esse assunto do cartel? Sobre esse assunto do cartel, eu promovi uma reunião, na semana passada, com representante de frigoríficos e produtores rurais. Em São Paulo, essa reunião foi coordenada por um técnico do Ministério da Agricultura. A partir dela ficou decidido, pelo setor de frigoríficos, que a famigerada tabela acordada entre eles seria eliminada. Com isso, a hipótese do cartel ficaria descartada. Assim, essa é a notícia que posso dar neste momento. Esse assunto ainda está sendo observado pelo Governo a distância, porque o setor privado também tem posições a tomar quanto a esse assunto, uma vez caracterizada essa hipótese. Por enquanto, a minha ação foi no sentido de reunir os dois setores e tentar eliminar a hipótese de cartel.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Caro Ministro Roberto Rodrigues, eu sempre digo que as grandes safras que nós estamos colhendo ainda não são as que queremos, mas são safras que queremos comemorar. Por outro lado, também não as considero a maior conquista do agricultor brasileiro; a maior conquista do agricultor brasileiro é ter conseguido o respeito de toda a sociedade brasileira. V. Ex^a foi, sem nenhuma dúvida, um dos grandes líderes da agricultura brasi-

leira, do agronegócio brasileiro que levaram a sociedade a perceber a importância da agricultura. Muito antes de ser Ministro, V. Ex^a fazia, pelo Brasil afora, o mesmo discurso que engrandece o agricultor. Quando o agricultor ouve V. Ex^a falar, sente orgulho de ser agricultor. Houve tempo em que as pessoas olhavam com desconfiança para o agricultor. Hoje ele sente orgulho de ser agricultor. V. Ex^a engrandece o Ministério da Agricultura. Aliás, parabéns por esse material, muito bem-elaborado, bonito. A presença de V. Ex^a no Governo, como Ministro, sem nenhuma dúvida, é uma segurança para nós, agricultores. O **status** do Ministério cresce, assim como a importância de cada um dos agricultores brasileiros, ao ver um homem como V. Ex^a no Ministério, não apenas pelo conhecimento, porque isso já é consenso – V. Ex^a é um grande conhecedor do assunto e é respeitado internacionalmente –, mas pela paixão que coloca em sua gestão no Ministério da Agricultura. Essa é a mesma paixão que colocou em todos os cargos que ocupou, inclusive presidindo a Aliança das Cooperativas Internacionais e a Organização das Cooperativas do Brasil com extraordinária competência, como faz agora como Ministro.

Primeiro, quero dizer do meu orgulho de ser agricultor em um País que tem um Ministro como V. Ex^a. Segundo, quero trazer alguns problemas. Nós ouvimos, naquela reunião de Rio Verde, onde V. Ex^a esteve presente, alguns anúncios de medidas que seriam adotadas. V. Ex^a inclusive repetiu fez referência a algumas medidas aqui ou pacotes de medidas que seriam adotadas, não apenas para socorrer os produtores que sofrem com a seca mas também para atender a uma demanda necessária da comercialização de safras, num ambiente e num cenário que V. Ex^a bem acentuou – custos altos, dólar em queda na hora da comercialização, agora com pequena recuperação, o que melhora o preço. A situação no sul do País é dramática em virtude da estiagem. A seca ocorre não só no Rio Grande do Sul, mas também no oeste catarinense e no sudoeste do Paraná, sendo que mais de quarenta municípios já decretaram estado de calamidade pública.

Estou apresentando emenda a um projeto do Senador César Borges para que os Municípios onde foi decretada a calamidade sejam incluídos na prorrogação de dívidas, no escalonamento de dívidas. Isso está sendo pleiteado pelo Senador César Borges, em seu projeto, para os fundos constitucionais. Vamos tentar aprovar isso para ajudar o Ministério da Agricultura, porque esse órgão também tem defendido essas medidas para esses produtores que tiveram problemas com estiagem.

Antes de vir para cá, conversei com alguns amigos de V. Ex^a, do Paraná, com o Luiz Lourenço, Presidente da Cocamar, com o próprio João Paulo Kislovski, da Ocepar, com o Ágide Meneguette, da Faep, e todos disseram para eu falar ao Ministro que as medidas são consideradas amenizadoras, que aliviam um pouco o drama, mas que elas não estão sendo implementadas, não foram regulamentadas. Elas precisam ser colocadas em prática porque o Banco do Brasil... O próprio BNDES sequer tomou conhecimento das medidas. E disseram que estão vivendo um drama, porque o produtor precisa financiar a próxima safra, está inadimplente com a safra que está colhendo, sem saber se vai poder pagar, sem saber se vai prorrogar. O Moderfrota, que V. Ex^a colocou como um dos fatores do desenvolvimento da agricultura, também está preocupando, porque é um investimento que precisa ser pago, e as parcelas vencem em maio, junho, algumas venceram ontem, em março. Elas precisam ser prorrogadas, e essas medidas não foram implementadas.

A primeira questão que eu deixo é essa, se V. Ex^a puder nos esclarecer quando elas serão efetivamente implementadas.

Depois, a questão da defesa agropecuária. Vou citar, rapidamente, o Uruguai, porque não teve o cuidado devido com a sua defesa agropecuária, amargou um prejuízo de US\$1,5 bilhão, com dois anos fora do mercado, em razão de problemas sanitários. Fico imaginando o que poderia ocorrer no Brasil, em termos econômicos e sociais, se uma doença dessas entrasse em nosso território. Por exemplo, aquela gripe asiática. Imaginem o que seria dos Estados do sul, dos Estados do centro-oeste; seria um desastre social para o País, sem proporções. O investimento que o orçamento federal está fazendo na defesa agropecuária – desculpem-me o termo – é ridículo perto do que o agronegócio proporciona ao País e daquilo que pode ocorrer como consequência dessa negligência.

Penso que precisamos, no Congresso Nacional – e para isso invoco a Presidência do Senador Sérgio Guerra – ter isso como uma empreita, como se diz na roça, uma empreita da Comissão de Agricultura do Senado, para que coloquemos dinheiro nessa defesa agropecuária, porque o Ministro já vem dizendo isso há muito tempo. Já houve até um problema, na imprensa, de desentendimento com outro Ministro, que, depois, ficou esclarecido. Ele até não pode dizer aquilo, mas nós podemos continuar dizendo, porque não entendo como o Governo brasileiro coloca tão pouco dinheiro na defesa agropecuária, num objetivo que seria preservar esse patrimônio que construímos, essa tecnologia que está aí no campo, e que, de repente, pode ser prejudicada, e o País perderá muito com qualquer doença.

Vejam que a barreira não é só sanitária; é comercial, é política. Um foco em Amazonas vetou as exportações de carne do sul. Tecnicamente, é impossível conceber isso, mas aconteceu. Assim como, tecnicamente, era impossível conceber que a China fosse oferecer aquelas restrições, no caso da soja, derrubando os preços do mercado internacional. Ou nos preparamos, no caso da defesa agropecuária, ou vamos pagar um preço muito caro.

Quero colocar ao Presidente da Comissão que essa é uma empreita nossa e da Comissão de Agricultura da Câmara.

Trago um outro problema ao Ministro. Esse é um problema que afeta não somente o Paraná mas a todo o Brasil. Sei que é extremamente desagradável falar deste assunto, como também é para mim, porque no Paraná isso se transformou num tabu, mas, sem qualquer constrangimento, quero dizer que fui o Relator da Lei de Biossegurança no Senado, que construímos um projeto que é um avanço para a ciência, para a biotecnologia, e será também para a agricultura, a Câmara aprovou, mas anuncio que o Governo do Paraná continua insistindo em criar dificuldades para os agricultores, no caso do plantio. Nesse caso até compreendo, porque é preciso segregar, é preciso separar, as cooperativas precisam separar nos armazéns, mas é inconcebível que o porto de Paranaguá seja proibido de exportar a soja transgênica, porque isso vai criar um caos naquele porto. A análise caminhão por caminhão vai trazer problemas, a fila já começa a acontecer e a safra nem começou a ser escoada, e aquele porto é uma concessão do Governo Federal.

A pergunta: o Governo Federal vai ou não fazer cumprir a Lei de Biossegurança? E esse cumprimento da lei não se estende apenas ao direito do produtor de plantar, mas ao direito do produtor de exportar pelo Porto de Paranaguá, que é um porto nacional, um porto federal? Essa é a pergunta. Qual providência será tomada?

Também quero dizer ao Ministro que os produtores de trigo do Paraná e de todo o País estão muito ansiosos por uma solução de mercado, porque as medidas anunciadas ainda não aliviaram a tensão. O preço não passa de R\$20,00, quando o preço de garantia é de R\$24,00. O Governo não poderia comprar parte desse estoque e colocar nos armazéns oficiais para devolver depois, enxugando o mercado, fazendo o preço reagir?

Por último, comunico que fiz um requerimento – a comissão aprovou –, convidando o seu colega Ministro Antonio Palocci para conversarmos, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre os mesmos temas, especialmente sobre endividamento e sobre

o crédito que se precisa para comercialização, para custeio e para investimento.

Ministro, falei de forma rápida – não sei se V. Ex^a anotou as perguntas –, mas eu gostaria de ouvi-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Seguindo a proposta do Senador Leonel Pavan, vamos ouvir o segundo inscrito: a Senadora Ana Júlia Carepa.

Vamos ouvir três Senadores, para que, depois, possa haver as respostas.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador Sérgio Guerra. Quero ser bem objetiva.

Cumprimento o nosso Ministro da Agricultura pela exposição e pelos resultados obtidos, principalmente pelo trabalho que vem sendo feito à frente do Ministério da Agricultura, que considero fundamental para o País.

Vou formular três questões, das quais uma é muito específica.

No início do ano passado, participei de uma reunião no Ministério da Agricultura sobre o controle – já falou disto aqui o Senador Osmar Dias – da febre aftosa. A imprensa sempre noticia que o Estado do Pará tem o quinto rebanho do País, tem um rebanho com qualidade e, segundo o próprio Ministério da Agricultura, conseguiu recursos significativos agora. Aliás, é o Estado que tem a maior quantidade de recursos do Ministério, o que demonstra que nosso Governo não tem nenhum tipo de discriminação, apesar de, muitas vezes, isso ser dito. O Governador do Estado não é da base aliada, mas nem por isso o Ministério da Agricultura deixou de destinar ao Estado do Pará a maior verba dentre as que estão sendo liberadas para a erradicação da febre aftosa. Minha pergunta, Ministro, é a seguinte: como está a situação desse certificado, que é fundamental para a produção do Estado do Pará?

Há ainda outras duas questões. Uma tem relação direta com a anterior. No Estado do Pará – isso acontece no Brasil todo, mas lá é concentrado –, existe a situação da não-regularização, da não-organização fundiária. Que ações o Ministério tem, por exemplo, no momento de emitir certificados de produção, em relação à veracidade do documento de posse da terra? Qual é o tipo de controle que o Ministério da Agricultura faz? Isso é fundamental. Não basta ter um rebanho de ótima qualidade se aquele produtor... Estou falando, Ministro, porque presido uma comissão especial, no Senado Federal, que acompanha a investigação do assassinato da Irmã Dorothy, e sou também da CPMI da

Terra. Fomos lá e ouvimos o Presidente da Associação de Produtores Rurais da Terra do Meio, conhecida no mundo todo por conta dos últimos acontecimentos. Ele disse muito claramente, ao ser perguntado como ocupam a terra: “A gente chega, demarca a terra e ocupa”. O Senador Eduardo Suplicy, aliás, perguntou a ele se indicaria que o MST fizesse a mesma coisa. Ele deixou claro como se faz a ocupação: chega, demarca, ocupa, alguns loteiam e vendem e outros produzem. Pronto, acabou. Isso mesmo, são donos independentemente de quem seja o dono da terra.

É importante, hoje, talvez mais do que em outros períodos, pela situação reinante não só do Pará, mas no Brasil, que esses documentos também sejam exigidos. Que tipo de critério e de controle o Ministério faz?

A Ministra Marina Silva, em audiência pública, disse claramente que o Ministério da Agricultura está elaborando também proposta em relação à sustentabilidade da produção em nossa região. A maior riqueza da floresta amazônica é exatamente a sua diversidade.

Obviamente, plantar monocultura onde o solo já está degradado não traz nenhum problema. Mas derrubar uma floresta como a Amazônia, que tem uma diversidade fantástica, uma riqueza e um valor enormes no mundo... Desprezar isso para plantar monocultura seria insano. E eu não estou exagerando.

Mas, infelizmente, isso tem acontecido em algumas situações.

Então, que tipo de apoio, que tipo de ação?

V. Ex^a disse muito bem que o agronegócio não depende do tamanho do produtor. Pode ser até um microprodutor. A agricultura familiar tem de fazer parte de uma cadeia produtiva. Hoje o Banco do Brasil tem um processo de financiamento em toda a cadeia produtiva.

Então, eu gostaria de ter informações nessas três questões: o certificado, no Estado do Pará, em relação à febre aftosa, de área livre de febre aftosa. Vi que foi criado um posto de vigilância agropecuária no Acre. Assim, eu gostaria de saber se isso já existe no Estado, se já está funcionando. E essas duas questões principalmente em relação a documentos legais e sustentabilidade da produção na Amazônia.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Pois não.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra apenas para dizer da honra de recebermos aqui o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Deputado Ronaldo Caiado e sugerir que V. Ex^a convide o Deputado para compor a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Tem a palavra o Ministro Roberto Rodrigues para a resposta. Depois, vamos ouvir os Senadores Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Pois não, Sr. Presidente. Tentarei ser bem objetivo nas respostas porque são muitas perguntas.

Primeiramente, Senador, agradeço pelos seus comentários. É mais ou menos o que o Senador Jonas Pinheiro falou: nós somos amigos de alguns quilômetros de agricultura e de algumas décadas nessa questão. Embora V. Ex^a seja muito mais jovem do que eu, temos trabalhado juntos há muitos anos. De modo que é um prazer estar aqui com o senhor também.

A primeira questão: medidas regulamentares. De fato, lamentavelmente, não havia nada regulamentado até ontem. Aliás, o Deputado Caiado acaba de me perguntar isso agora também.

Ontem, entrei em contato com Ministros e com o próprio Presidente da República, porque deveria ter havido uma reunião extraordinária do (*inaudível*) na segunda-feira, mas não foi possível em função de tempo.

Então, as regras fundamentais de investimentos; de recursos para a comercialização; dos custos de trigo e de algodão; da questão do café – a colheita do café; do FCO, sobre todos esses assuntos, a notícia que tenho de ontem à noite, Senador, é de hoje haveria uma reunião extraordinária para tudo isso se regulamentar no Conselho Monetário Nacional.

Depois, tem de haver norma do Tesouro, tem de ter informação para o Banco. É um processo lento, burocrático, que demora não sei quanto tempo. Estou insistindo muito para que seja agilizado.

De qualquer maneira, ontem à noite recebi um telefonema da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda dizendo que ele havia solicitado formalmente ao BNDES que os financiamentos que venciam ontem tivessem postergação de cobrança, senão já ficaria inadimplente ontem. É o que V. Ex^a falou: estava 0,4%, mas podia aumentar isso para 70% em algum momento.

Portanto, a minha solicitação que teria sido repassada foi a de que o BNDES não cobrasse nada que vencesse ontem e desse um período de tempo para que as normas, uma vez aprovadas pelo Conselho Internacional, fossem implementadas e funcionassem dentro da agilidade possível.

É a resposta à primeira pergunta.

Lamento que, de fato, tenha havido uma demora na implementação, mas é um pouco assim que funciona.

Defesa sanitária.

Vou falar de um assunto que me impressionou muito. Fiz recentemente uma palestra no Estado de Nova Iorque. Depois, tive uma reunião com os acadêmicos da universidade, que me falaram sobre os temores que assaltam a academia mundial atualmente. São três temores: o primeiro medo da academia americana atual é uma pandemia com base na gripe aviária. O maior medo é uma epidemia, uma pandemia, uma epidemia mundial, como foi a peste negra, como foi a febre amarela, em outros tempos, baseada na gripe aviária. Por quê? Ela está voando em cima da gente. Pássaros portadores da gripe aviária são migratórios e podem pousar no jardim do Senado neste momento. Realmente, as condições de controle são muito complexas.

Esse é um assunto que preocupa a academia mundial: a hipótese de uma pandemia.

De modo que tem razão V. Ex^a com a preocupação com a defesa. Estamos correndo para cuidar de recursos adequados. Mas não basta, Senador. Na reforma do Ministério, estou trabalhando agora na reforma dos mecanismos de defesa, no sistema de defesa. Precisamos trabalhar para que o sistema se modernize e tenha mais agilidade nos processos. Não basta apenas o recurso. É preciso mudar sistemas. Estamos trabalhando com esse projeto de reforma estrutural também.

Trigo. Ivan, quanto gastamos com o trigo? (*Pausa*.)

Dos 527 que eu tinha, 450 foram para o trigo. Então, tiramos 1,200 milhão toneladas de trigo da frente dos produtores para tentar recuperar os preços. Chamei os moinhos para conversar, para melhorar esse tipo de coisa. O trigo começou a melhorar de preço, começou a chegar no preço mínimo. O problema é que houve uma safra de três milhões de toneladas no ano passado e de 6 milhões de toneladas este ano. Isso, realmente, somado ao trigo que vem da Argentina e do Uruguai, criou uma condição de mercado totalmente insustentável – de novo, a questão da cabotagem é fundamental. Tiramos trigo do sul para levá-lo ao Nordeste. Foi preciso tirar da frente do produtor do Sul (Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul) o problema do excesso de oferta.

Noventa por cento dos recursos que eu tinha foram para o trigo. E não foi o suficiente para resolver a questão do mercado. Estamos prontos para fazer mais com o trigo, só que não há mais dinheiro. Então, o problema volta àquele outro tema: preciso daquele 1 bilhão para mexer um pouco mais com o trigo e com outros produtos também.

A última pergunta é difícil. É sobre Paranaguá. Vou responder, vou aprender um pouco com o Ro-

naldo e dar uma resposta mineira; meio goiana, meio mineira e vou sair pela tangente. É o seguinte: a Lei de Biossegurança ainda precisa ser sancionada. Uma vez sancionada, tem que ser regulamentada. Isso implica, penso eu, algum *delay*, algum atraso na entrada em vigor. Coisa perto de 60 a 90 dias. Já estamos trabalhando no Ministério da Agricultura na regulamentação. Uma vez sancionada, queremos sair com a regulamentação rapidamente. Mas não depende só de nós; a regulamentação tem que ser trabalhada com o MMA, com MDA, com Ciência e Tecnologia, com MDIC, e outros Ministérios terão que discutir conosco a regulamentação da lei. Então, é possível que haja um retardo para entrada em vigor plena da lei. Depende de sua regulamentação.

Fico, portanto, com a sensação de que a questão de Paranaguá, quanto a esse assunto, será comida pelo tempo. Quando tiver sido regulamentada a lei, já acabou a safra, penso eu.

Estou tentando responder ao senhor de uma forma meio tangencial, sem entrar num pedaço do mérito porque esse me traz uma certa dificuldade, que o senhor sabe que é concreta.

Obrigado pelas perguntas, menos por essa última aí. (*Risos*.)

Senadora Ana Júlia, muito obrigado também pelas questões.

Hoje de manhã, reuni-me com o Governador Simon Jatene. Aquele negócio da aftosa no Pará está dando um problema de interpretação técnica. Há dois documentos técnicos de igual valor que são conflitantes. Então, hoje, conversei longamente com o Governador Simon Jatene; com o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará, meu amigo Carlos Xavier, e com minha equipe de defesa sanitária. E está convocada uma reunião ampla para amanhã, que contará com a presença de técnicos da Panaftosa e com o pessoal do Fonesa, que são grupos técnicos de fora do Ministério e do Governo do Pará, para tentarmos encontrar uma decisão definitiva para o assunto. Mas é um assunto que está pendente e muito me desagrada, porque há meses vimos trabalhando nisso sem encontrar uma solução consistente. Mas espero que amanhã – pena que seja hoje nossa conversa – eu possa dar uma resposta um pouco mais concreta e definitiva, embora o próprio Governador e eu tenhamos dúvidas de que seja possível liberar o Pará este ano. Tenho sinceras dúvidas. As questões técnicas abordadas meio que inibem essa possibilidade para este ano. Mas estamos avaliando e amanhã teremos uma reunião técnica mais formal.

A senhora me faz uma pergunta, Senadora, para a qual não tenho resposta, sobre o grau de fiscalização,

de controle que o Ministério da Agricultura tem quanto à questão da regulamentação fundiária do Estado. Esse é um assunto que refoge da nossa competência. É um assunto totalmente pendente no MDA e no Incra, órgão que cuida da questão dentro do Governo brasileiro.

Então, não tenho nenhuma ação quanto a isso. Mas compreendi o alcance da pergunta que a senhora fez.

O SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quando o próprio Ministério vai autorizar um produto, certificar um produto, essa questão já está tratada, ou não?

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Não tenho resposta para a senhora. Creio que não, mas sua pergunta é pertinente. Vou colocar o tema na máquina para discussão.

Finalmente, a senhora me pergunta sobre sustentabilidade da produção na Amazônia. Estamos trabalhando com isso. Temos um órgão importante, a Ceplac. A Ceplac é um órgão que nasceu na Bahia, para cuidar de cacau, mas avançou para todos os temas florestais e de sustentabilidade. Temos também uma câmara temática dentro do Ministério da Agricultura, uma das câmaras setoriais, que cuida exatamente do assunto produtos florestais produtivos.

A Ceplac está terminando um trabalho muito interessante que vai criar um modelo, um projeto modulado para exploração agro-florestal para a agricultura familiar na Amazônia. Eles estão terminando esse estudo. A idéia é colocar um módulo, digamos, de cinco hectares, para uma agricultura familiar que tenha produção de cacau, seringueira, açaí, plantas medicinais e aromáticas que possam ser produzidas pela agricultura familiar numa atividade sustentável para a Amazônia.

A posição que a senhora defendeu é muito clara. As grandes explorações são facilmente identificáveis. Uma devastação florestal de 100 hectares é visível por satélites, é imediatamente verificável e o Governo tem condições de ir lá e implementar mecanismos de fiscalização, mas um pequeno produtor, e são 500 mil na Amazônia, que derrube uma árvore por semestre não tem como contrariar um milhão de árvores por ano. Então, a idéia é criar esse projeto que a Ceplac está desenvolvendo, para trabalharmos com sustentabilidade agro-florestal em toda a região da Amazônia. Simultaneamente, criei uma assessoria específica no gabinete só para cuidar da Amazônia e há um técnico que vem do Acre, o Dr. Manoel Valdemiro Francelino da Rocha, que está cuidando, junto ao Ministério do Meio Ambiente, especificamente de programas ligados

ao desmatamento e queimas na região amazônica. Estamos olhando isso com muito cuidado.

Adicionalmente, a senhora sabe que, na exposição que fiz para o Ministério, criamos uma área específica sobre a agricultura orgânica e eu penso que a região amazônica tem uma vocação natural e um potencial muito grande para esta atividade, que estamos também implementando numa diretoria especializada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Só 30 segundos para dizer que deve-se ter sempre cuidado com a Amazônia, porque ela tem muitas diferenças. Por exemplo, o Acre tem uma realidade muito diferente do Estado do Pará. Eu diria que o Pará é uma síntese de toda a Amazônia, de toda a realidade.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Inclusive, para sua informação, fiz uma reunião com os Secretários de Agricultura da região amazônica toda, para encontrar mecanismos de políticas públicas diferenciadas para a região em relação ao resto do País.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Ministro, da nossa convivência já de 30 anos, trabalhando afinados, inicialmente, pelo cooperativismo e, agora, generalizados pelo agro-negócio, não tenho nenhuma referência a V. Ex^a, porque, evidentemente, não é preciso.

Quero, Sr. Ministro, invocar algumas condições essenciais para o agro-negócio brasileiro, coisas que estão ligadas a esta Casa, ao Congresso Nacional. Por exemplo, Ministro, de vez em quando o Ministério do Trabalho solta a lista dos escravagistas. Olha, Ministro, quem pratica trabalho escravo deve ser condenado, deve ir para a cadeia, deve ter expropriada a sua propriedade. Tudo pode acontecer. Mas levar aos jornais, à imprensa, pessoas dignas...

É um absurdo enquadrar alguém que tem um problema trabalhista na sua propriedade como escravagista. É uma distância tão grande. Por isso, eu acho que o problema é desta Casa.

Há um projeto do Senador Tasso Jereissati que define exatamente o que é trabalho escravo e o que é desobediência à lei trabalhista.

Portanto, já que estamos reunidos com os Presidentes das Comissões da Agricultura, da Câmara e do Senado, vamos fazer um esforço para votarmos esse projeto, que já passou da Comissão de Assuntos Econômicos para a de Assuntos Sociais. Vamos tocar esse projeto para a frente, Sr. Ministro, para tirarmos essa pecha do Brasil.

Até entendemos que isso é uma provocação externa, para prejudicar os nossos produtos no exterior.

Esse é o primeiro assunto. Gostaria de saber o seu posicionamento a respeito.

O segundo assunto, Ministro, é o problema de terra indígena. Há uma intranquilidade para aqueles quem possuem terras próxima à reserva indígena. Os índios não querem mais a expansão de terra fora de suas áreas. Mas eles estão sendo incentivados a isso, o que causa esse problema sério que constatamos pelo Brasil afora.

No Congresso Nacional há uma Comissão Especial que trata desse assunto, comandada pelo nosso grande líder, Senador Delcídio Amaral. Precisamos, Senador Delcídio, tocar isso para frente, precisamos estabilizar essa situação junto aos produtores rurais, aos índios, também em relação às terras indígenas. Temos que conviver.

No Mato Grosso, os índios já têm 17% da área do Estado. Agora, está havendo um movimento para ampliação dessa área, ou seja, eles querem ocupar 25% da área do Estado. Mas isso, nem eles querem!

O trabalho realizado pelo Governador Blairo Maggi junto aos índios está sendo muito bem aceito por eles. Tanto que esse assunto está sendo encerrado. Não podemos permitir, de uma ou de outra forma, os incentivos para os índios para essa ampliação de área.

Um outro problema crônico é a chamada faixa de fronteira. São 150 quilômetros de fronteira – o Brasil com os países vizinhos – em que os proprietários vivem intranquilos, porque um procurador do Incra determinou que, naquela área de fronteira, áreas que o Estado havia legalizado, o Estado não tinha competência para legalizá-las. Que culpa tem aquele proprietário, que legalizou sua área, e, hoje, vê essa área desqualificada como terra legal e que não serve para nada? Ele não tem direito a fazer financiamento, ele não tem direito sobre ela.

Esse assunto também vem inibir os bons propósitos de V. Ex^a, como os de todos nós, que estamos, aqui, trabalhando pelo agronegócio brasileiro.

Sr. Ministro, movimentos sociais. A Constituição é muito sábia. Quem tem terra improdutiva, não tem direito sobre ela. O Governo tem que desapropriar as terras improdutivas. Esse é o grande problema que nós temos com os movimentos sociais. Eles estão invadindo porque o Governo não dá a devida atenção para o que estabelece a Constituição e as leis agrárias, não resolve o problema dos sem-terra bem-intencionados, pois, esses, merecem a terra, e a Constituição o permite, estabelece normas rígidas para que essas áreas sejam desapropriadas.

Outro momento grave que temos na agricultura, Ministro, é que, no dia 26 de maio de 1966, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, baixou uma medida provisória em cima de alguns dispositivos do Código Florestal. Essa medida provisória ainda vigora como tal, e já vai completar nove anos. Essa medida provisória atrapalha o Brasil de ponta a ponta. Alguns pensam que essa medida provisória só atrapalha a Amazônia, porque o proprietário que comprou uma área lá sabia, e está averbado à margem da sua escritura, que ele podia aproveitar 50% daquela área. Sr. Presidente, os 50% eram respeitados; o que não respeitava era multado. Pois bem, veio a medida provisória e estabeleceu em cima daquele proprietário: agora você não pode mais desmatar os 50% que a lei permitia e que está averbado à margem da sua escritura; agora você só pode desmatar 20%. E aqueles que tinham desmatado 50%, legalmente, estão sendo condenados a repor aqueles 30%.

Ora, como vamos deixar uma medida provisória, de nove anos – portanto, se ela é importante, ela não é urgente –, ficar perambulando pelo Congresso Nacional sem uma providência? Se isso está ocorrendo na Amazônia, pior é no sul do País, onde os pequenos produtores de 20 hectares, de 30 hectares, que têm dentro da sua propriedade dois córregos, onde antes a permissão legal para reserva permanente era de 5 metros da margem dos córregos, hoje passou, pela medida provisória, para 30, sem respeitar o direito adquirido.

Pois bem, Ministro, hoje há milhares de processos na Justiça, dos Procuradores da República, ameaçando, intimando os pequenos produtores a tirar a sua pocilga, o seu aviário, a sua casa, etc. da margem do rio e repor a 30 metros. Considero que isso acarreta para esses colonos uma consequência tão grave ou mais grave do que aquilo que está ocorrendo na Amazônia com os proprietários de terra.

Portanto, é em bom momento que encontramos aqui os dois Presidentes das duas Comissões nas duas Casas. Vamos tratar o assunto com muita seriedade. Quem está incumbido de resolver esse problema, pelo nosso Regimento, é o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Fernando Bezerra. Logo, vamos procurar S. Ex^a para colocar essa medida em votação. Ela já foi votada na Comissão.

Existe problema? Existe. O que tem que ser feito? O Líder do Governo deve convocar os Líderes dos Partidos e fazer uma adequação daquilo que é chamado Projeto de Conversão Moacir Micheletto para que seja votado em plenário. Até quando o Brasil vai conviver com uma medida provisória, Senador Leonel Pavan,

com nove anos, sem saber? Esse é o grande problema que temos na Amazônia, porque é uma incerteza.

Quando era de 50% a preservação na floresta, era obedecida. Hoje, 20%, Sr. Presidente, é uma desobediência civil.

Por isso, este momento que estamos vivendo nesta Comissão, com o Senado Federal criando esta Comissão, é bastante importante.

Por último, Sr. Ministro, entendo que já somos conscientes de que a Medida Provisória nº 232 não pode ser aprovada porque tira 1,5% da produção bruta dos produtores, que estão hoje sem renda. Alguns dizem: mas depois podem rever no Imposto de Renda. O produtor pessoa física não tem contabilidade, Ministro. Se não tem contabilidade, ele vai fazer um empréstimo compulsório, ou uma doação para o Governo Federal de 1,5%, não do seu lucro, não da sua renda, mas da sua produção bruta.

É um assunto que temos que trabalhar, está aí e não podemos deixar que isso ocorra.

Sr. Ministro, estou tão otimista quanto V. Ex^a. Ora, se até 1994, quando o produtor era considerado caloteiro, conseguimos dar a volta por cima, não será agora, que o agricultor é considerado herói nacional, que vamos morrer, mas com o seu apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Ministro Roberto Rodrigues, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, serei bastante breve, mas não poderia deixar de fazer minhas as palavras dos Senadores que me antecederam e dizer que V. Ex^a é uma unanimidade, uma das poucas no Governo do Presidente Lula.

Como Senador do PSDB, também não me considero, como disse o nobre Senador Sérgio Guerra, um Senador de Oposição. Sou um Senador que defende o desenvolvimento do Brasil e estou aqui à disposição do Ministério da Agricultura e à disposição de V. Ex^a para votar todos os projetos de interesse da Nação e do povo brasileiro.

O nome de V. Ex^a dispensa comentários, como já disseram todos os Senadores que me antecederam. Serei breve, em face do adiantado da hora, e objetivo nas perguntas que farei.

Com relação à balança comercial, a queda das *commodities* agrícolas vão ser compensadas com sobras nas *commodities* minerais e, com certeza absoluta, a balança comercial deste ano deve suplantar a balança comercial do ano passado.

O meu Estado, o Estado do Pará, contribui bastante com a balança comercial e tem uma enorme dificuldade de manter a demanda de serviços na área

social, de educação, segurança, saúde, em função do não-retorno dos impostos não cobrados – e que não devem ser cobrados – na exportação. Há dificuldade de complementação da Lei Kandir, que é deficitária nos valores até então atribuídos pelo Governo Federal, mas o Governo não deve preocupar-se com a balança comercial. Também em função disso, a dificuldade de atender o setor agrícola – Deus queira que isso não ocorra –, que deve estar com dificuldades de cumprir os compromissos financeiros tomados em função da queda das *commodities* agrícolas e financiamentos tomados não só em função dos valores anteriores como do câmbio, que está em valores inferiores aos tomados anteriormente.

Faço um convite a V. Ex^a, que esteve hoje, pela manhã, com o nosso Governador. Tive a oportunidade de estar com V. Ex^a na reunião anterior, e acompanhou nossa preocupação de tornar o nosso Estado, que tem o 4º, 5º ou 6º rebanho brasileiro, livre para exportar diretamente a carne industrializada. Lamentavelmente, V. Ex^a nos deu a notícia de que é praticamente impossível termos, ainda este ano, liberado o Estado do Pará para exportação. Faço um apelo a V. Ex^a no sentido de que não desista e envide todos os esforços – sei que é um homem obstinado e determinado – no sentido de que, até maio – que me parece ser o prazo definitivo – consigamos liberar aquela zona, pelo menos a parte do sul do Estado, para que ela possa se tornar livre por vacinação e, assim, possa ser exportadora. Dando, com isso, ao Estado do Pará, mais um caminho para o seu desenvolvimento.

O convite que gostaria de lhe fazer... Lamentavelmente existe um órgão Federal que, no meu entendimento, não traz nenhum ajuda e não procura a ajudar o desenvolvimento do Brasil, que é o Ibama. Este traz dificuldade de toda a monta e a todo o momento. Ele é controlado pelas organizações não-governamentais que têm interesses que não são bem claros, para não dizer de outra forma. Temos um projeto no Pará, Ministro, e V. Ex^a falou aqui com bastante propriedade em sua brilhante exposição, com relação à substituição do petróleo. Estivemos, em 1995, na Malásia, que é a maior produtora de óleo de palma do mundo. Tem dois milhões e meio de hectares plantados. O Estado do Pará tem hoje dois milhões de hectares de terras alteradas passíveis, ou melhor, possíveis de serem utilizadas para o plantio da palma. Somos hoje o Estado maior produtor de palma do Brasil. Temos uma indústria lá implantada, Agropalma, que tem 60 mil hectares plantados de palma, e já está verticalizando a sua produção para o óleo comestível, para a margarina, inaugurando uma indústria de biodiesel, já agora.

Então, tentamos ao longo esse tempo junto ao Ibama, considerar a cultura da palma como substituição de cobertura florestal, o que nos daria uma possibilidade, num raio de 100 quilômetros de Belém – área tida como propícia para o plantio da palma, e que é uma área já alterada, de solo que não está sendo aproveitado de forma correta, porque já foi esgotado, precisa ser renovado –, de ser fazer uma cobertura total com a palma e isso ser considerado como reflorestamento.

Então, queria contar com seu apoio, com a ajuda do Ministério da Agricultura, para que junto ao Ministério do Meio Ambiente e com o Ibama, pudesse considerar a cobertura da palma como reflorestamento e, com isso, tornar o Pará o maior produtor mundial de óleo de palma e, conseqüentemente, também o Brasil nos próximos 10, 20 ou 30 anos. Terra alterada, temos para isso, não vamos mexer na floresta. A floresta é intocável. Queremos mexer nas áreas alteradas, e projeto existe para isso. A reforma agrária, feita de forma indevida pelo Incra, gasta US\$45 mil para assentar de forma indevida o pequeno agricultor; enquanto que, na Malásia, eles assentam o agricultor em quatro hectares, que tem uma renda de US\$120 dólares. A forma como está sendo proposto hoje pelo Governo, no projeto de 1999, do PDS, seria sem dar a propriedade da terra e, sim, a concessão do uso da terra, como é o projeto da Malásia.

O projeto está pronto, apenas é preciso que haja vontade política de ser implantado. Gostaria de contar com o apoio de V. Ex^{as} para que pudéssemos transformar o Brasil no maior produtor de óleo de palma do mundo. Falo isso em relação ao Pará. Na Amazônia, existem oito milhões de hectares em área propícia ao plantio de palma; no Pará, dois milhões de hectares. A Malásia, repito, que é a maior produtora do mundo, tem 2,5 milhões de hectares e está esgotada. Eles têm investimento e tecnologia, e querem novas áreas para o plantio.

Por último: V. Ex^a citou a infra-estrutura como um dos gargalos. Eu defendo, há mais de quinze anos, Ministro, a modificação do sistema de transporte da produção brasileira. É lamentável que se insista em transportar o produto brasileiro – sessenta por cento dele – sobre as rodas dos caminhões. Em todos os países do Primeiro Mundo, isso é feito sobre os trilhos do trem e sobre os rios. Esta é uma outra proposta que gostaríamos que V. Ex^a patrocinasse junto ao Governo e ao Ministério dos Transportes: a implantação de um sistema hidroviário nacional.

A hidrovia representa vantagens não apenas quando da saída do produto, da exportação da safra agrícola. Temos duas outras grandes vantagens que superam essa. A primeira é a integração nacional:

através dos rios navegáveis, poderemos integrar esse País continental de uma forma definitiva.

Há uma outra vantagem, mas a ela não se faz referência quando se fala em hidrovias. Só se fala dos benefícios relativamente à saída dos produtos, esquece-se que a hidrovia também representa vantagens para a entrada dos insumos. Há o exemplo da soja: fala-se em US\$70 por Paranaguá, além da questão do estrangulamento, mas é possível sair por US\$30 por Barcarena ou por Itacoatiara. A hidrovia, além de facilitar a entrada de insumos, pode promover a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros que estão isolados no interior do Brasil, porque não têm estradas e não têm como se comunicar com a parte desenvolvida do Brasil de hoje.

Eram essas, Sr. Ministro, as nossas observações.

Parabenizo V. Ex^a por seu magnífico trabalho à frente do Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Deputado Ronaldo Caiado, Sr. Ministro: V. Ex^a sabe da admiração que o meu Estado tem por V. Ex^a, inclusive foi-lhe concedido o título de “Cidadão Goiano”, o que muito nos honra. Quero dizer que é muito bom ouvi-lo falar, pois a sua fala transmite segurança para as pessoas que o ouvem; V. Ex^a trata de temas áridos com muita leveza e com muito charme.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas, mas não relativas à crise, pois estou aqui com os doutores do Centro-Oeste que podem fazê-lo melhor do que eu. O nosso presidente da Comissão de Agricultura, Ronaldo Caiado, transmite naturalmente a nossa apreensão em relação a este momento – é motivo de muito orgulho o Estado de Goiás comandar uma comissão tão importante como a Comissão de Agricultura. Tenho aqui o Senador Jonas Pinheiro, que eu diria ser não só o farol da agricultura: S. Ex^a é o farol do Centro-Oeste emprestado para a agricultura. Temos, enfim, todo o Centro-Oeste aqui representado pelos Senadores Antero, Motta, que já foi, Demóstenes, Maguito Vilela, que é produtor rural, enfim, todos eles já expressaram a nossa apreensão em relação à crise na agricultura, principalmente na região Centro-Oeste.

Gostaria de fazer uma pergunta relativa à reforma administrativa. V. Ex^a colocou vários temas, várias modificações que foram implementadas no seu Ministério, mas não abordou um tema que acredito ser da maior importância. Por que continua a odiosa separação entre agricultura empresarial e agricultura

familiar? E por que a agricultura familiar não está sob o abrigo do Ministério da Agricultura, que creio ser o local adequado para que ela venha a se desenvolver e a fazer parte efetiva da cadeia produtiva? Essa é a minha pergunta, Sr. Ministro, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Com a palavra o Sr. Ministro para a resposta.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Sr.

Presidente, Senador Sérgio Guerra.

Srs. Senadores, em primeiro lugar, o Senador Jonas Pinheiro expôs um conjunto de temas que não representam perguntas, mas comentários, com a enorme competência que tem S. Ex^a, que, de certa forma, funcionam como uma ação conjunta entre o Parlamento e o Executivo, mas com ênfase no Parlamento: definições sobre o Código Florestal, a MP nº 232, a terra indígena, o trabalho escravo. A maior parte dos temas colocados pelo Senador Jonas Pinheiro, com uma propriedade de sempre, tem a ver com ações a serem desenvolvidas pelo Parlamento brasileiro. De modo que agradeço ao Senador, que não está mais presente, pelos comentários que fez, os quais são inteiramente consistentes com o que penso. É aquilo que nós achamos e que deve mesmo ser tratado.

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a aborda três temas. Em relação à aftosa, de certa forma, respondi à Senadora Ana Júlia Carepa. Então, espero que amanhã consigamos ter uma definição da questão. Acho improvável que haja tempo, até maio, de apresentarmos os documentos e as provas documentais e práticas da inexistência cabal de aftosa no Estado, porque existem análises sorológicas mostrando que há resíduos virais, muito provavelmente por causa de vacinas aplicadas anteriormente. Mas há uma discrepância de informações que inibem uma condição cristalina de defesa do assunto.

Então, se conseguirmos amanhã fechar um documento, com todas as entidades envolvidas, que dê essa posição cristalina, não tenham dúvida de que irei pessoalmente, em maio, ao (*inaudível*), para pleitear a liberação do Pará, porque me interessa. O Estado tem o quinto maior rebanho do País, pessoas da maior competência e um trabalho muito bem feito. Então, tenho interesse pessoal no assunto. Mas há limitações de caráter formalístico e tecnológico que podem eventualmente inibir essa definição.

V. Ex^a faz um apelo para que o Ministério da Agricultura trabalhe solidariamente com a sua idéia de que Palmas seja também objeto de reflorestamento, até para fins de financiamento. Eu estou de pleno acordo. Pode contar comigo. Vamos trabalhar juntos.

Conheço o Agropalmas, conheço o projeto e acho que ele pode de fato fazer da Amazônia uma referên-

cia em termos de reforma agrária, porque a agricultura familiar tem renda o ano todo e pode desenvolver atividades de agricultura subsidiária que dão sustentabilidade familiar da melhor qualidade. De modo que acho o programa realmente muito interessante. E no programa *Biodiesel*, prioritário no Governo do Presidente Lula, podemos considerar essa questão de maneira bastante forte. De modo que V. Ex^a pode contar comigo como o seu defensor nesse tema.

E, finalmente, estou de pleno acordo com a questão da intermodalidade de transportes. Como disse o Senador Jonas Pinheiro, esse é um assunto sobre o qual venho me manifestando muito antes de ser Presidente da OCB, da ACI, ou da ABAG, ou da Rural Brasileira; essas experiências todas que acumulei ao longo desse conjunto de cicatrizes que a vida nos oferece. De fato, essa é uma questão essencial.

Na intermodalidade de transportes, a navegação fluvial de cabotagem, a estrada de ferro e de rodagem devem ser tratadas. Agora, esse é um programa que está na mira do Governo. O Ministro dos Transportes tem nisso um vigoroso projeto que depende, em grande parte, do que seja o funcionamento das parcerias público-privadas. Estamos confiantes em que a partir desse projeto, dessa lei agora aprovada, consigamos realmente alavancar os recursos para criar um programa de transportes intermodal que modernize essa ação brasileira.

De modo que agradeço V. Ex^a pelas suas palavras e espero ter assim atendido às questões de V. Ex^a.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a, com uma sutileza feminina formidável, coloca-me numa sinuca de bico sem que eu tenha habilidade para sair em três tabelas. Mas a senhora deve ter observado, na primeira parte da minha palestra, que conceituei agronegócio como a soma das cadeias produtivas, e cadeia produtiva é um conjunto de elos de diferentes agentes que começam na pesquisa e terminam na gôndola do supermercado e passam por insumos, serviços, atividade produtiva, armazenagem, industrialização, embalagem, distribuição etc., como se fosse um grande guarda-chuva, sob cuja sombra se abriga toda a população e todos os agentes que trabalham nessa área. Mas o cabo do guarda-chuva é o agricultor. Sem o cabo, não tem guarda-chuva. Quem sustenta tudo é o agricultor de quem depende quem vem antes, porque produzem insumos para ele, e quem vem depois, que vive dele na industrialização e no processo adjuvante da questão produtiva. Então, nessa definição, considero que todas as formas de agricultura – familiar, empresarial, coletiva, cooperativa, trabalhadores de todos os matices – fazem parte da cadeia produtiva e, portanto, do agronegócio.

Concordo com a senhora que não há nenhuma razão para se estabelecer uma diferença entre produtores. Sempre argumento com um tema que é até bastante singelo: ninguém fala em pequeno dentista ou em grande dentista, pequeno, médio ou grande médico; todos são dentistas ou são médicos. É evidente que os agricultores são diferentes, a agricultura familiar demanda políticas diferentes da agricultura empresarial. É evidente que o movimento cooperativista presta muito mais serviços à agricultura familiar do que à agricultura empresarial, porque essa, de alguma forma, já encontra suas próprias formas de sustentação, de organização e de articulação. É evidente que os programas e políticas têm que ser distintos para distintos públicos, com distintos perfis, mas concordo com a senhora que não deve haver a odiosa divisão entre uns e outros, porque isso não constrói, é um processo pouco construtivo.

Quero terminar a minha resposta ao questionamento da senhora, dizendo que a agricultura é uma, é uma só, embora as políticas tenham que ser distintas para cada uma delas. E foi com base nesse conceito que o Presidente Fernando Henrique Cardoso separou as duas agriculturas em Ministérios diferentes. Essa então é a história até onde posso avançar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Solicito aos Srs. Senadores e Deputados inscritos – e ainda há seis – que se restrinjam aos cinco minutos e, se possível, sejam mais breves, para que essa audiência não seja excessivamente prolongada.

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Mi-

nistro, quero, em primeiro lugar, externar também a admiração pelo trabalho, pela competência, pelo profissionalismo, pela organização – e a apresentação de hoje foi exemplo vivo e claro disso também – e dizer da satisfação de tê-lo hoje como primeira audiência pública nesta Comissão de Agricultura.

Estive nesta semana representando esta Comissão de Agricultura no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, acompanhando inclusive a Comissão da Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Ronaldo Caiado, vários Deputados Federais e Estaduais, prefeitos, vereadores. O Senador Pedro Simon havia trazido essa questão para esta Comissão. S. Ex^a estava lá presente também. Aproximadamente mil pessoas, o salão da universidade estava cheio, com todos os setores da sociedade e houve um debate muito interessante. E quatro questões, além de várias que o senhor já mencionou, foram levantadas, e penso que podemos contribuir numa relação cada vez mais próxima e intensa com o Ministério da Agricultura.

A primeira preocupação que já foi abordada pelos Senadores é a preocupação de todos os setores lá presentes em relação ao acompanhamento das medidas, à concretização das medidas. Nas palavras deles, todas as coisas têm que acontecer; temos que discutir, propor e acontecer. Por esta Comissão – o Senador Sérgio Guerra e eu já estávamos comentando isso antes – podemos contribuir com o Ministério da Agricultura para que esse acompanhamento se transforme em realidade.

A segunda questão que foi ressaltada, que é um dos fatores da equação da crise, como o senhor mencionou, é a questão da seca. E a seca já se tornou uma realidade permanente no Rio Grande do Sul. E mesmo no Paraná, em certas regiões, e em Santa Catarina, as pessoas já se preocupam: vamos resolver o problema atual da safra, do crédito, uma série de coisas, mas vamos também visualizar, como o senhor disse, o futuro, políticas bastante definidas para resolver o problema da seca, realmente, por meio de um debate, de uma discussão que tem que acontecer.

O terceiro aspecto mencionado por várias pessoas – sei que o senhor vai ter audiências também nesta semana, como foi dito antes – é que um dos componentes também da equação da crise é o aumento dos custos de produção. E ninguém entende no Brasil como esses custos aumentaram se nós, inclusive, aprovamos medidas aqui no Congresso Nacional de isenção de impostos, de tributos, de contribuições. E isso vem-se caracterizando na verdade como um cartel, porque as pessoas vendem produtos, compram a produção.

Então, precisamos ter um esclarecimento no decorrer do tempo, como o senhor mesmo mencionou nesse sentido.

O quarto aspecto é a questão que o senhor mencionou na sua fala daquele trator que já vem sendo tomado pelo banco particular. Esse debate foi feito de uma maneira, na minha opinião, muito competente pelo Speloto, que é o Presidente da Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul, lembrando a legislação existente que permite uma possibilidade de negociação, porque 25% dos depósitos à vista têm que ser destinados ou para esta área da agricultura ou para o repasse dos recursos para o Governo Federal.

Entendo que o Speloto mesmo teria, em razão desses debates que aconteceram no Rio Grande do Sul, muito a oferecer nessa discussão toda.

Gostaria de enaltecer a apresentação, mas principalmente dizer que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, junto com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, tem muito a oferecer, o desejo de participar e principalmente acompanhar e

debater todo esse processo dessa área fundamental para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– O Ministro solicita da Presidência a oportunidade de responder agora à pergunta do Senador Flávio Arns. Estamos concordando.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Na verdade, fiquei devendo à Senadora Lúcia Vânia um pouquinho mais de resposta. A senhora sabe que a minha origem é de cooperativismo. Eu vendo cooperativismo.

No cooperativismo, 80% dos agricultores filiados são agricultores familiares, pequenos produtores. Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina são Estados em que a agricultura familiar não vai para frente sem cooperativa. O Presidente Lula tem declarado que deseja fazer no Brasil uma grande República cooperativa. E criou, inclusive, para este fim um grupo interministerial de 11 ministérios, liderados pela Casa Civil, para fazer um projeto ligado ao cooperativismo. E o Denacop, o organismo que cuida desta área, fica no Ministério da Agricultura, na Secretaria de Promoção e Cooperativismo, de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo. Então estamos trabalhando muito vigorosamente com agricultura familiar por meio do cooperativismo. É lá que imaginamos que seja possível agregar valor como um dos instrumentos fundamentais de competitividade e transformar um conjunto de pequenos numa equivalência grande. A Senadora estava preocupada que ficamos um pouco fora desta área; não ficamos por causa do cooperativismo, que tem uma vertente muito vigorosa de trabalho no Ministério da Agricultura.

Queria complementar a resposta à V. Ex^a porque fiquei um pouco preocupado com a eventual... Tenho um assessor de imprensa que é um sujeito formidável e tem uma experiência enorme, o Ismar Cardona. Ele fala: “Não existem perguntas indiscretas, existem respostas indiscretas”. Então, precisamos tomar muito cuidado em não colocar respostas indiscretas. Mas, assim, penso que completei a questão que V. Ex^a tinha levantado concretamente, de uma ação no Ministério da Agricultura, dentro da estrutura nova, quanto à agricultura familiar. Estamos trabalhando lá.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, só para fazer uma complementação, quando fiz a pergunta, vi que, na reforma administrativa, a questão da Embrapa, por exemplo, que nos preocupava muito, tomou um **status** privilegiado. Quero dizer que fui a autora da emenda que retirou a Embrapa do contingenciamento.

Exponho a minha preocupação também, na área social, com a agricultura familiar. Tenho medo de que

ela acabe por se esvaziar inteiramente, uma vez que não esteja sob o guarda-chuva do Ministério. A mesma preocupação tenho em relação à irrigação, mas depois volto a esse assunto.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Então, agora, se me permite, respondo ao Senador Flávio Arns. Os pontos colocados por S. Ex^a, de alguma forma, já tínhamos tratado deles antes, mas quero dar três respostas. Com relação ao acompanhamento das medidas, ajudem-me, porque também quero fazer isso.

V. Ex^a falou em seca no Rio Grande do Sul. Há um dado que foi citado lá, que é a maior seca dos últimos 40 anos. Mas também houve outra referência ao fato de que, nos últimos dez anos, houve sete anos de seca. Esse dado não é, digamos, verdadeiro para todo o Estado. Os levantamentos do Inmet, em várias regiões do Estado, mostram que, em algumas, faltou chuva por quatro anos e, em outras, por cinco ou seis, mas não há uma regra de estiagem coletiva no Estado nos últimos sete ou dez anos.

De qualquer maneira, porém, solicitei ao Inmet, nosso organismo de meteorologia, muito competente, que tem gente da melhor qualidade felizmente, que fizesse um levantamento mais amplo do que dez anos, para que identifiquemos a tendência. Há ou não uma tendência? Tem-se que ter muito claro que clima não muda em dez, vinte anos, é uma coisa muito mais lenta. Mas, de qualquer maneira, pode ser identificável uma tendência. Se isso for verificado, penso que o ponto que V. Ex^a perpassou, embora não concretamente, é a questão do zoneamento agrícola, o que provavelmente teremos que refazer – e isso vale também para o Nordeste, é um assunto que temos que combinar – os critérios que nortearam o zoneamento agrícola, o que poderá mudá-lo. Esse, sim, é um assunto do Ministério da Agricultura, de que a Embrapa participará de maneira muito efetiva, junto com o Inmet, a Ceplac, a Conab, que nos ajuda muito nisso. Mas a idéia é, a partir de uma avaliação de tendência de clima, imaginar se é necessária ou não uma ampla revisão do zoneamento ou apenas uma revisão, digamos, superficial, para atender às demandas mais imediatas.

A segunda questão que V. Ex^a colocou, que eu gostaria de explicitar, é o custo de produção.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO) – Sr. Ministro, V. Ex^a me concederia um aparte? Fui informado neste minuto, Sr. Presidente, de que está finalizando uma sessão, na Câmara dos Deputados, de homenagem a Luís Eduardo Magalhães. Com isso, tanto eu quanto o Deputado Abelardo Lupion, fomos chamados pela Liderança. E não só quero cumprimentar o Senado Federal pela instalação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, como também afirmar que pretende-

mos, em reuniões conjuntas, debater esses assuntos tão atuais e momentosos do setor.

Agradeço e peço licença para me ausentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Agradecemos a presença do Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Deputado Ronaldo Caiado, que é uma referência nessa questão rural brasileira. Entendemos que essa convivência, aproximação e interação com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que V. Ex^a preside, é compulsória, se desejarmos trabalhar com eficiência.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Bem, terminando a resposta ao Senador Flávio Arns, o assunto é custo de produção.

Costumo usar uma imagem bastante prosaica. É a seguinte: houve em função de alguns anos sucessivos de preços altos nas principais *commodities* agrícolas um crescimento mundial das áreas plantadas e do padrão tecnológico. Isso implicou um crescimento da demanda por insumos agrícolas: fertilizantes, defensivos etc.

Ora, a indústria de fertilizantes não tem uma capacidade elástica de aumentar a oferta. Então, ao crescimento da demanda corresponde um aumento de preços em dólar. A esse crescimento de preço somou-se ainda o aumento do preço do petróleo, do qual se extrai uma grande quantidade de derivados para fertilizantes e defensivos; e o aumento do preço mundial do aço, que interferiu nos custos de produção de máquinas e equipamentos agrícolas. E ainda, a tudo isso, se somou o fato, referido na minha palestra, de que os insumos comprados em maio do ano passado foram num dólar muito mais valorizado do que o de hoje. Na verdade, houve um conjunto de fatores que justifica o aumento de custo e produção. Não estou dizendo que não tenha havido abuso, mas há razões para que os preços tenham aumentado.

A imagem que uso é a seguinte: vamos imaginar um pequeno trem subindo uma montanha, chegando ao topo e depois descendo a montanha. A locomotiva é o preço do produto agrícola e os vagões são os preços dos insumos. Ao subir a montanha dos preços, a locomotiva puxa os preços dos insumos. Quando ela chega no topo e começa a descer, os insumos continuam subindo, porque não deu tempo de haver um ajuste no mercado. E estamos neste momento nesse pior cenário. Os preços estão descendo e os custos continuam subindo. É uma imagem romântica, mas é um dado da realidade. É isso que está acontecendo no comércio mundial. Só que as indústrias de insumos já estão falando em redução de preços para a próxima

safra, porque já perceberam que há uma crise, um clima pouco favorável para manutenção dos preços atuais.

E a última questão que V. Ex^a colocou é dos bancos privados. Os bancos privados que não são um problema muito sério – podemos negociar com eles. O problema são os bancos de fábricas, porque esses bancos de fábricas não trabalham com depósito à vista e compulsório do Banco Central; eles trabalham, especificamente, para financiar, em grandes feiras agrícolas, as compras de equipamentos por parte dos agricultores. E esses não têm reservas. Aí é que estou achando que vamos ter alguma dificuldade e vamos ter que negociar. Mas é o tipo da coisa que o Governo tem pouca capacidade de ação, porque é um processo eminentemente privado de mercado.

Vamos ver como é que vai funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Concedo a palavra ao Sr. Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, queria saudar o Presidente Sérgio Guerra, o vice-Presidente Flávio Arns, especialmente o competente Ministro Roberto Rodrigues, um dos melhores Ministros do Governo. Tem o Presidente Lula muito bem representado o País num segmento de absoluta importância para todos nós.

Vou ser bem resumido, Ministro, em função do adiantado da hora. Eu gostaria de fazer três perguntas.

A primeira pergunta. Hoje temos grandes desafios pela frente: a comercialização, a necessidade de preparar quadros, porque é um mercado sofisticado e que exige qualificação, principalmente comércio exterior.

A segunda questão é de defesa sanitária, as providências todas que têm que ser tomadas. Basta saber aí as dificuldades que temos enfrentado. No nosso caso lá em Mato Grosso do Sul, o caso da aftosa, que o senhor conhece muito bem. Então, a minha primeira pergunta é a seguinte: o Ministério da Agricultura está, hoje, preparado para fazer frente a esses desafios? V. Ex^a tem disponibilidade de recursos humanos? Existem quadros qualificados?

Sei que existem muitos, mas será que esses quadros são em número suficiente para atender a demandas tão importante de um setor fundamental hoje para a economia brasileira?

Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta que pretendia fazer, Sr. Ministro, diz respeito à infra-estrutura. Na minha visão, talvez o maior desafio do Brasil, em 2005, seja a infra-estrutura, que é seu grande gargalo, desde a armazenagem, rodovia, portos, ferrovias. O senhor falou rapidamente das parcerias público-privadas, do que se espera disso para a atração de novos investimentos, a

fim de dar mais competitividade aos nossos produtos. O senhor tem estatísticas que mostrem, dentro dessa matriz de produção brasileira, como estão os custos de transporte, especialmente os focados no agronegócio? Eles vêm num crescendo ou estão estáveis? O senhor dispõe de dados capazes de esclarecer essa questão da infra-estrutura e como isso está prejudicando o País?

Terceiro ponto: infelizmente não pude acompanhar toda a palestra, mas, mais uma vez, registro que o senhor foi competente. A palestra foi resumida, excelente, clara, rápida, lúcida. Desculpe-me se repeti alguma pergunta que já tenha sido respondida, mas peço que me esclareça alguns fatos. O senhor esteve em Rio Verde, Goiás, com produtores rurais. Foram importantes as notícias que o senhor deu para o agronegócio naquela cidade. Aproveitando a oportunidade e sua presença, pergunto como essas coisas foram encaminhadas junto ao Ministério da Fazenda e ao Conselho Monetário Nacional, até para que acompanhem de perto e, mais do que nunca, empenhem-nos para ajudá-lo na liberação de recursos para comercialização, a fim de que, efetivamente, o Senado e a Comissão de Agricultura que é uma das mais importantes recentemente criadas no Senado, venha a ser parceira do Governo e do Ministério da Agricultura, para que possamos produzir cada vez mais, cada vez melhor e cada vez a preços menores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Agradeço a participação do Senador Delcídio Amaral, pela brevidade e eficiência de suas perguntas.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Roberto Rodrigues, Senador Flávio Arns, Vice-Presidente, em primeiro lugar, registro que o Ministério da Agricultura está vivendo uma fase excepcional, principalmente porque temos à frente dessa instituição, desse órgão governamental, um técnico capaz, competente, que tem arrancado a admiração e o aplauso de todos nós.

Sou um leitor diário de jornais, não só em Brasília, lendo a mídia impressa que nos é fornecida pelo Senado. Também compro jornais no meu Estado, quando estou em Sergipe. Tenho a curiosidade de colocar a luneta para saber se, nessas mudanças que fará o Governo Lula, anunciadas pela imprensa, está incluído o nome de V. Ex^a. A minha luneta descobriu que Lula não vai fazer essa besteira. Tenho certeza de que o seu trabalho será reconhecido e terá continuidade com V. Ex^a à frente do Ministério.

A propósito, Sr. Presidente, na palestra desenvolvida pelo Sr. Ministro, S. Ex^a falou que, entre as causas do crescimento econômico do Brasil e conseqüentemente da agricultura estão a securitização e os números pré-fixados no crédito rural e destaca a securitização como um instrumento indispensável para a renegociação da dívida dos agricultores, endividamento esse que vem se eternizando ao longo do tempo sem encontrarmos uma forma condizente e definitiva que possa contemplar todos os setores que trabalham na agricultura. Reconheço que, graças à atuação de V. Ex^a e ao trabalho desenvolvido aqui no Senado, sempre coordenado por essa figura magistral, que é o nosso Senador Jonas Pinheiro. Graças a esse trabalho, realizado desde o Governo passado – penso que se acelerou muito mais neste –, o endividamento e o estoque da dívida brasileira têm sido reduzido em relação aos agricultores, sacrificados ao longo do tempo não apenas pelo problema das estiagens, mas dos riscos em função das políticas econômicas e tributárias, que tiram os seus lucros cada vez mais e que, conseqüentemente, diminuem a possibilidade de investimento.

Ora, V. Ex^a tem razão quando fala dos juros pré-fixados no crédito rural, porque isso afasta aqueles perigos das mudanças, das transformações que ocorrem ao longo do período em que o produtor está investindo com o empréstimo que tomou; e esses riscos são afastados porque, em função de mudanças econômicas, os juros podem subir, mas, se eles forem fixados, esse perigo o produtor não vai sofrer.

Portanto, Sr. Ministro, eu gostaria de ser objetivo e, atendendo ao apelo do nosso Presidente, que, por sinal, vem dirigindo esta Comissão com muita propriedade e devotamento, posso dizer que esta Comissão foi criada justamente quando a agricultura está passando por este momento edificante de que faz parte V. Ex^a. Seria merecedor que o Presidente desta Comissão de Agricultura fosse um Senador do Nordeste, que, aliás, está bem no Congresso Nacional, tendo sido Presidente de Comissão na Câmara e no Senado Federal e, agora, da Comissão de Agricultura. Já eu sou um modesto Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta para finalizar a minha participação.

Ministro, sabemos que ainda há muita coisa a ser resolvida com relação ao endividamento do produtor rural. Propus – o Presidente aceitou a proposta – um grupo de trabalho para acompanhamento das medidas provisórias, das providências que o Governo deve tomar em relação ao endividamento. Sobre o endividamento rural, qual a proposta que V. Ex^a acharia mais condizente para resolver a questão? Ninguém pediria mais?

Segundo a imprensa, a bancada ruralista da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, todo ano, estão chorando demais, estão ganhando não sei quanto, não querem pagar o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, mas sempre aparece uma medida provisória recebendo apelos constantes e legítimos dessa força.

Gostaria que V. Ex^a apresentasse uma fórmula definitiva por meio da qual não se permitisse mais nem o Governo baixar medidas provisórias sobre esse assunto nem reclamarmos mais do problema do endividamento rural em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente Sérgio Guerra, Sr. Vice-Presidente Flávio Arns, Sr. Ministro, parabéns pelo avanço da nossa agricultura no País. Quero fazer três perguntas rápidas. A primeira é: no complexo soja, quanto exportamos de grão e óleo?

A segunda pergunta se refere à minha experiência no sertão. Sou do Estado do Rio de Janeiro, mas tive a oportunidade de viver dois anos no sertão da Bahia, num projeto de irrigação. Irrigamos 100 hectares, assentamos famílias e plantamos melão, mamão, milho, feijão, cebola, cenoura. Eu planto irrigado, mas a maioria da população planta de sequeiro. Nessa ocasião, a colheita do feijão faz o preço cair a valores irrisórios de R\$13,00, R\$14,00, R\$15,00 o saco; o Governo do Estado libera R\$2 milhões para comprar a produção, e os caminhões, às vezes, fazem filas quilométricas. Já vi produtores jogando todo o feijão no centro da Cidade de Irecê, porque esses R\$2 milhões são liberados em parcelas longas e não dão resultado.

Sr. Ministro, nós recebemos, e eu o votei aqui com muita esperança, o projeto do Biodiesel, não só para o meu assentamento, mas também para 5.800 assentamentos da reforma rural, que hoje, Sr. Ministro, parecem mais 5.800 favelas rurais; estão sobrevivendo de cesta básica. Mas a diferença na carga tributária, quer dizer, o diesel 13% e o biodiesel 11% parece-me irrisória. E a requisição de R\$500 mil para se credenciar ao projeto, com financiamento do BNDES, parece-me excessiva.

V. Ex^a poderia nos dar, ou vislumbrar, uma solução para isso?

Estou dizendo que o biodiesel surgiu como uma esperança, para que esses assentamentos, e o meu próprio, tivessem um crescimento sustentado. Porém, a diferença entre a carga tributária do diesel e a do biodiesel é de apenas 2%. Para credenciar-se ao financiamento do BNDES é preciso que o proponente tenha capacidade de entrar com R\$500 mil no negócio,

o que eu acho excessivo, para obter financiamento, para ter uma refinaria.

No sertão, por exemplo, no semi-árido, a mamona é nativa; a palma também. A mamona resultante da pesquisa feita pela Embrapa começa a dar com seis meses, com uma produção maior. Trata-se de uma transgênica, diferente da nativa, que dá com dois anos.

Imaginávamos que isso seria uma redenção. Estou dizendo a V. Ex^a que há diferença de imposto. O que se pede para capital de contrapartida é excessivo.

Gostaria que V. Ex^a analisasse o problema e nos ajudasse, para que o biodiesel seja mesmo uma redenção para o nosso semi-árido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, gostaria, inicialmente, de cumprimentar V. Ex^a pelo fato de a primeira audiência desta Comissão sob sua Presidência contar com a presença do Ministro da Agricultura. S. Ex^a, reconhecidamente, também pela Oposição e sou um Senador da Oposição, tem contribuído com sua competência para apoiar as justas reivindicações do agronegócio brasileiro.

Mas, Ministro, queria fazer algumas indagações a V. Ex^a.

Nesse momento em que a cotação do dólar está baixa, as *commodities* também estão baixas, o custo dos insumos está alto, haverá algum socorro também para o custeio com relação à safra, levando-se em conta também a seca e, enfim, as dificuldades do agronegócio brasileiro, que são, diria, excessivamente, evidentes? Essa é a primeira pergunta.

Segunda: exatamente nesse momento não é um não-senso o Governo brasileiro criar, com essa medida provisória de 32 de dezembro, mais um imposto para o agronegócio? Esse é um momento em que o agronegócio está precisando de socorro. O Governo vai criar um imposto não só para os prestadores de serviço como também para o agronegócio?

Embora não acredite que isso passe no Congresso brasileiro, gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a, que indiscutivelmente é um interlocutor desse setor indubitavelmente importante para a Nação.

Penso que o momento é inapropriado e gostaria que V. Ex^a falasse sobre isso.

O agronegócio suporta isso neste momento?

Com relação à carne, Ministro, aumentaram as exportações, conquistamos novos mercados externos, mas o preço da carne continua caindo. A CNA quer trazer o assunto para um debate público. Daqui a pouco o Senado da República e a Câmara dos Deputados terão de se movimentar e discutir o fato de os

frigoríficos representarem ou não um monopólio que impede que a carne tenha um preço de forma a remunerar quem a produz e não apenas os proprietários de frigoríficos.

Gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Para concluir a nossa reunião de hoje, ouvimos, com muita honra e satisfação, o Deputado Zonta.

O SR. ODACIR ZONTA (PP – SC) – Muito obrigado. Gostaria de cumprimentar o Presidente, Senador Sérgio Guerra, o Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, assim como todos os Senadores e Senadoras e colegas Deputados que estão aqui presentes, e de cumprimentar o Sr. Ministro.

Gostaria de dizer que é uma satisfação grande poder participar de audiência pública nesta Comissão, com a presença do Ministro Roberto Rodrigues, nosso amigo e amigo de todos os cooperativistas e agricultores deste País.

Gostaria de me manifestar como Deputado, mas também como Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, porque aqui temos uma conjugação de esforços, uma integração entre Câmara e Senado, compondo a maior frente parlamentar existente no Congresso Nacional. Quero fazer referência ao Senador Jonas Pinheiro como um dos grandes baluartes do cooperativismo brasileiro.

Mas eu gostaria, neste momento, além de cumprimentar a iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, de também cumprimentar o Sr. Ministro e de dizer que nossa presença aqui visa, cada vez mais, fortalecer o Ministério da Agricultura, o Sr. Ministro e toda a sua estrutura, dada a importância do agronegócio e também do cooperativismo.

Não queremos colocar aqui perguntas, mas queremos, muito mais, fazer invocações para a junção de esforços. A primeira é em relação à sanção da lei de biossegurança, que deve ocorrer até o dia 22, e o apelo é para que, conjuntamente, sensibilizemos o Senhor Presidente da República para que ela seja sancionada da forma como saiu do Senado e foi aprovada na Câmara, para que não tenhamos impedimento quanto à desenvoltura da pesquisa e da aplicação da ciência e da tecnologia. E também queremos pedir a participação do Sr. Ministro na intensificação dos contatos com o Presidente.

A segunda coisa que queremos propor aqui é o mutirão em defesa da prioridade nacional. A prioridade, Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a disse bem, se estabelece não com palavras, mas com ações concretas, e, no Governo, com recursos. E é lamentável que tenha havido descuido dos Ministérios

da Fazenda e do Planejamento nos cortes, no contingenciamento do Orçamento.

Se me permite o Sr. Ministro, sem constrangê-lo, porque estamos nessa luta e queremos nos irmanar nessa luta, não podemos admitir que, primeiro, o Ministério da Agricultura tenha ficado com um orçamento tão pequeno. E, segundo, que se tenha cortado tanto, 80% dos recursos, de acordo com o mapa que acabo de receber aqui, ou seja, de 342 milhões, ele ficou com 68 milhões, sendo que o gabinete do Ministro fica sem dinheiro até para deslocamento da Câmara para o Senado, e para o Ministério, 164 mil.

Temos aqui o Senador Delcídio, que é concordiense também, de Santa Catarina, como Líder do PT, que poderá nos ajudar muito.

Vemos aqui a Secretaria de Política Agrícola ter o seu orçamento reduzido de R\$53 milhões para R\$1 milhão. Os R\$40 milhões que eram destinados ao seguro agrícola, à implementação da proposta que passou na Câmara e no Senado, sumiram totalmente, foram cortados integralmente. É um momento delicado.

E vemos aqui um dos fatores decisivos para as exportações e a economia, que dá sustentação a esses setores, à economia, ao saldo da balança comercial e aos aspectos sociais, ou seja, a defesa agropecuária, que tinha um orçamento de R\$134 milhões, passar para R\$37 milhões. E como a Senadora colocou R\$6,5 milhões para o Pará, 20% do total do orçamento da defesa agropecuária acabam justamente sendo dirigidos ao Pará.

Não dá para admitir e, é lógico, não podemos sequer permitir que dure mais de uma semana esse orçamento pequeno, senão vamos começar a ter problemas seriíssimos na exportação. E ainda, quando se apregoeu ampliar esse brilhante trabalho de meteorologia que o ministério tem para orientar as estiagem e as chuvas, veio o orçamento que baixou de sete para dois milhões. De outro lado, a Conab, que tem responsabilidade de manter estoques reguladores, baixou de 16,6 milhões para dois milhões.

Isso é um absurdo. E o cooperativismo, que é a grande alavanca – o Ministro colocou bem, de organização, de fazer com que as distâncias sejam aproximadas – de 16,5 milhões para 3,5 milhões. Como fazer o desenvolvimento agropecuário? O cooperativismo? Como fortalecer o setor com esse orçamento? Essa invocação que colocamos aqui e a proposta que irmanemos Senado e Câmara para imediatamente buscar recompor orçamento tão necessário ao Ministério da Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)
– Quero elogiar a intervenção do Deputado Zonta e

dizer que estamos, Câmara e Senado, cogitando uma comissão para reestruturar questão do orçamento.

Tenho dito que não adianta mudar regra nenhuma se viger essa figura do contingenciamento dessa forma. Quem acabou de ouvir essas palavras não pode levar a sério nenhuma movimentação concreta para mudar as coisas enquanto esse regime prevalecer.

Deputado Silas Brasileiro.

O SR. SILAS BRASILEIRO (PMDB – MG) – Sr. Presidente Sérgio Guerra, Sr. Presidente Flávio Arns, meu caro Ministro Roberto Rodrigues, Srs. Senadores e Deputados, queria fazer uma referência especial ao grande Líder Jonas Pinheiro, que, sem dúvida, tem sido nosso grande guia, nosso farol. Ao longo da minha vida tenho acompanhado as pegadas do Ministro Roberto Rodrigues com muito entusiasmo e simpatia porque vejo nele uma pessoa idealista, capaz, sincera que busca resultados e não fica somente no discurso. Sua maneira de agir faz a diferença. Não vou fazer perguntas pelo avançado da hora, mas pequenas considerações.

Rapidamente, quero elogiar o Ministro pela nova estrutura que criou no ministério. Isso era essencial, sem dúvida estava arcaico, ultrapassado, e ele trouxe a modernidade. Elogiar sua equipe que é extraordinária, parceira, participativa. Dizer da experiência exitosa no café: quando veio o livre mercado, sem dúvida alguma, os modernos disseram que o Governo não deveria participar de nada, e tivemos uma queda abrupta e dificuldade e endividamento tremendos. A ação do Ministro Roberto Rodrigues nesses dois anos soergueu, fez com que o café viesse a ocupar sua importância tirando os nossos produtores de suas dificuldades. Hoje o café tem preço, tem valor, hoje o café gera renda e emprego em nosso País, graças à ação decisiva do nosso Ministro Roberto Rodrigues.

Na linha do Deputado Zonta, nosso líder no sistema cooperativo, quero dizer que para as coisas acontecerem, Senado e Câmara têm que dar as mãos e apoiar o Sr. Ministro. Sabemos das ações, das propostas do Ministério da Agricultura, mas quando chegam à Fazenda ou à Casa Civil não se realizam, deixando o Ministro em dificuldade. Então uma ação realmente firme e determinada nas duas Casas, dando suporte ao Sr. Ministro, fará a diferença.

Encerrando, MP 232: nada mais impróprio, nada mais abusivo, nada mais agressivo para a produção nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)
– Quero informar que hoje mais de 40 Senadores compareceram a esta Comissão, numa demonstração do

prestígio do nosso Ministro da Agricultura e do reconhecimento que tem de todos.

Passo a palavra ao Sr. Ministro para que responda às últimas perguntas.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Senador. Na verdade o prestígio é da Comissão, só estou de passagem por aqui.

Fazendo um comentário sobre a última frase que o meu amigo, Deputado Silas Brasileiro, Secretário de Agricultura de Minas Gerais, disse: quando assumimos o Governo, Senador, o café estava a 45 dólares a saca. Já passou de 130 hoje, Silas?

O SR. SILAS BRASILEIRO (PMDB – MG) – Será 150 para setembro.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Hoje, US\$130.

São políticas que desenvolvemos porque conhecemos a realidade – sabemos que o mercado tem seus ciclos – e tomamos as providências que permitiram ao produtor sair do buraco. Essa é uma coisa importante que estamos tentando fazer com a agricultura.

Isso foi possível com a ajuda da Frente Parlamentar da Agricultura e da Câmara dos Deputados. O Deputado Silas Brasileiro teve um papel de realce na questão da cafeicultura. De modo que sou muito grato a S. Ex^a pelo trabalho que fizemos em conjunto. Portanto, a sua aposta de trabalharmos juntos – Câmara dos Deputados, Senado Federal e Ministérios – realmente tem um horizonte muito grande de sucesso.

Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a abordou alguns temas importantes aqui, como a questão da defesa sanitária e a questão de recursos humanos. Estamos prontos? De alguma forma, eu já havia perpassado os temas que V. Ex^a abordou, de modo que vou apenas ser rápido na resposta para que V. Ex^a não fique sem a informação.

Temos gente – o Deputado Zonta abordou aqui um tema complicado – ,mas não temos gasolina. A situação está complicada por esse motivo. Espero que consigamos resolvê-la, mas isso não basta; precisamos mudar o sistema de defesa. Hoje há algumas questões que me preocupam muito. Tem de haver um veterinário em cada frigorífico, em cada laticínio, em cada fábrica de produtos de origem animal. Não é possível que o Estado mantenha esse ritmo eternamente.

Então, estou discutindo muito com os meus funcionários, ouvindo o setor privado, trazendo bastante gente de fora para conversar, para estudar um modelo de defesa que seja mais ágil e dê mais autoridade ao Governo Federal, para que não fiquemos submetidos a pressões de caráter moral que perturbem os processos.

Temos gente da melhor qualidade. Temos uma equipe no Ministério da Agricultura da melhor qualidade, mas falta condição para que essa gente competente exerça na plenitude o seu trabalho. Falta uma estrutura moderna, mais flexível e mais ágil, que espero implantar até o final de nosso período, seja ele o que for.

Tenho dito que a prioridade zero para mim é acabar com a aftosa. Dizia que se eu conseguisse nesse período de Governo implantar o seguro rural, acabar com a aftosa e modernizar os papéis de comercialização, teria feito a minha tarefa. Os papéis foram lançados este ano graças ao apoio do Senado e da Câmara dos Deputados. Então tivemos a maior aceitação pelo mercado. As LCAs foram colocadas à venda nas últimas semanas, sendo inteiramente compradas. Não ficou um lote sem vender, o mercado tem interesse pela agricultura.

Então, as idéias que a Secretaria de Política Agrícola, liderada pelo Ivan VedeKin, colocou em funcionamento, estão dando certo. O seguro rural foi implantado, agora perdemos 100% dos recursos para equalização de prêmios. Vamos ver se conseguimos recuperá-los.

Precisamos acabar com a aftosa, porque, do contrário, não cumprio a minha tarefa aqui no Ministério da Agricultura. Estamos trabalhando nessa direção.

V. Ex^a pergunta se temos informações econômicas sobre custos de transporte. Temos tudo isso, mas não as tenho aqui. Pedi hoje, inclusive, ao Presidente da Conab que nos acompanhasse nesta reunião, porque a imprensa hoje comenta – li isso em vários jornais – o fato de a perda de grãos de Brasil chegar às vezes a 9%, 10% do volume da produção, por causa de estradas, armazéns, portos. Pedi ao Presidente da Conab que me trouxesse os dados relativos a isso, porque quero saber se é verdade. É rigorosamente isso.

Não é só o custo do transporte que tem crescido e tirado a competitividade, conforme mencionei naquela equação da crise, que projetei aqui. Além do custo, há o mau estado de conservação de rodovias; as longas distâncias a serem percorridas por caminhões; o fato de os equipamentos de transbordo do caminhão – ou do trem para o navio – serem inadequados ou sucateados e a própria condição perversa de armazenagem em grandes áreas do território nacional fazem as perdas serem maiores do que os problemas de custo de transporte.

Imaginem: se perdermos 10% em uma safra de 120 milhões de toneladas, são 12 milhões de toneladas que se perdem no transporte e na armazenagem. E é por isso que estamos implementando algumas ações muito fortes nessa direção. Em armazenagem, o Bra-

sil tem hoje 95 milhões de toneladas armazenadas. É isso, mais ou menos, Jacinta?

A SRA. JACINTA – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Cento e um milhões de toneladas estáticas de armazenagem. O que é muito pouco para uma safra de 130 milhões de toneladas de grãos, porque não são somente grãos; há café, açúcar, algodão e muitos mais produtos armazenados em nossos armazéns. Então, é pouco, mas tem sido o suficiente para nós. Mas as safras vão crescendo, e a tendência é que os armazéns vão ficando velhos, sucateados. Não há investimentos na área, ou seja, vamos tendo cada vez mais problemas.

Criamos um programa dentro do Moderinfra, o programa de Modernização de Infra-estrutura de armazenagem em fazenda. O Brasil tem 6% de seus produtos armazenados em fazendas; os Estados Unidos têm mais de 30%; a Argentina tem mais de 20%. Isso é muito importante, porque se o produtor armazenar na fazenda ele tem mais domínio sobre o produto e, portanto, mais arbítrio na comercialização, na hora melhor de vender; ele pode fazer uma *commodity* diferenciada, tratar diferentemente. Então ele tem mais vantagens comerciais. Temos uma posição ridícula, mas fizemos um investimento interessante e espero que até o final do ano que vem dobremos para 10% a armazenagem nas fazendas.

Ainda é, do ponto de vista relativo, muito pouco se comparado aos países desenvolvidos, mas é o dobro do que tínhamos quando entramos no Governo. Estamos tentando fazer com os recursos disponíveis – que são escassos, e o cobertor, curto – o que é possível nessa área.

Finalmente, V. Ex^a perguntou sobre as medidas anunciadas em Rio Verde, qual era o grau de implantação. Já respondi a essa pergunta, foi a primeira questão de que falei na minha exposição, mas houve outra pergunta no mesmo sentido. Para sua informação, a expectativa que tenho é de que hoje haverá reunião do Conselho Monetário Nacional – é isso não é, Ivan? – e, com essa reunião, todas as medidas anunciadas sejam consolidadas do ponto de vista institucional.

A sua aplicação depende de ato normativo do Tesouro, instruções normativas, circulares que vão para os bancos. Então, demora um pouco de tempo ainda. Mas o Ministério da Fazenda ontem à noite me informou que havia solicitado ao BNDES que todos os financiamentos de investimento com vencimento ontem tivessem a cobrança postergada para que as medidas fossem implantadas e entrassem em vigor. Então as coisas estão andando positivamente nesse sentido.

O Senador Valadares me pergunta qual é a proposta ideal para acabar com o endividamento. Realmente, não sei responder a S. Ex^a. O conceito é que o produtor rural é por definição um sujeito honesto, porque mora numa comunidade na qual o seu capital é o seu nome. Então o produtor rural é, por definição, um sujeito que cumpre os seus compromissos. O que o produtor rural quer são condições de pagar. E quando surge uma crise como essa que estamos vivendo, o que ele busca é um mecanismo de repactuação de dívida para que possa pagá-la. Ele não quer perdão, ele não quer anistia: ele quer ter condição de pagar no tempo e no espaço o que deve.

Se pudesse, eu diria a V. Ex^a qual é a melhor forma, já discutimos isso milhões de anos, estou nessa briga. Eu, pessoalmente, discuto isso há 40 anos como presidente de cooperativa, de sindicato, de associação de classe, local, regional, mundial etc. Então, discutimos a questão da equivalência em produto, uma moeda da agricultura que seja o próprio valor do produto, mas as flutuações tão rápidas, tão súbitas de preços de *commodities* criam uma dificuldade nessa área. A soja, nos últimos dias, teve uma valorização de quase 20%. Imaginem se tivéssemos um descasamento nessa questão.

O que é preciso dizer é que dívida de produtor, crédito rural tem que ter condições fundamentais:

1. Preço adequado. Ou seja, taxa de juro compatível com a atividade.
2. Tempestividade.

Tem que ser alocado na hora. A agricultura não é como outra atividade econômica em que o sujeito abre e fecha a fábrica. Na agricultura há um determinismo. Na hora em que o “ministro da agricultura supremo”, que é São Pedro, resolve descarregar as baterias, tem que plantar. Não tem perdão! Tem que plantar! Então, é preciso que haja tempestividade no crédito para que as dívidas sejam pagáveis e funcionem adequadamente. São questões conceituais.

Do ponto de vista operacional, Senador, há, de fato, enormes dúvidas. O mecanismo de securitização, o Pesa – o Recoop, por exemplo, foi um mecanismo formidável e funcionou. Não podemos ter, como o senhor diz muito bem, a repetição desses problemas por questões de custo do crédito, de alocação inadequada do recurso, de distribuição adequada de crédito no território nacional. É isto que temos que resolver: o custo do crédito e a locação em termos tempestivos.

Senador Marcelo Crivella, perguntei ao pessoal que estava aqui me acompanhando, pois eu não tinha presentes os números sobre a cadeia da soja, mas tenho aqui a informação do ano passado para V. Ex^a. No ano passado, produzimos 57 milhões de toneladas

de soja, 22 milhões dos quais, 38%, fora exportados. Portanto, ficaram no Brasil 35 milhões de toneladas de grãos, que foram transformados em óleo e farelo. Do farelo, 16 milhões de toneladas foram exportados. Portanto, 66% do total do farelo produzido foi exportado. Do óleo produzido, 2.9 milhões de toneladas de óleo, 48%, foram exportados. Isto significa que, de maneira geral, da cadeia da soja, mais de 60% são exportados, sob a forma de grão, farelo ou óleo.

Então, espero ter respondido a sua pergunta com a informação que é a mais precisa possível.

V. Ex^a pergunta sobre um assunto que não tenho condições de responder porque não conheço a questão de limite de capital indispensável para o financiamento de refinarias de biodiesel. Não conheço esse ponto, mas vou olhar. Concordo com V. Ex^a que, ao fazer uma limitação mínima em R\$500.000,00 de capital, já estabelecemos um corte que elimina a possibilidade de pequenos produtores e as suas cooperativas poderem, eventualmente, participar do processo de refino, embora possamos imaginar que, na cadeia produtiva, eventualmente, pequenas indústrias que fazem o óleo e, portanto, fazem a (*inaudível*) do óleo, e não o refino ainda, possam se somar a uma indústria maior que é, por exemplo, o Projeto (*inaudível*). Deve-se ir verticalizando em módulos de produção, que não podem ser diferentes por causa do custo de logística, de transportes.

É um assunto a ser discutido, mas prometo a V. Ex^a que vou mergulhar nele porque considero o biodiesel um programa fundamental para a agricultura do mundo, e o Brasil pode ganhar um destaque internacional da maior relevância.

Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a também coloca algumas questões. A primeira delas é a do custeio. Como é que fica a questão do custeio, **vis-à-vis** a dificuldade da atual safra. Esse assunto foi tratado ontem ainda. Temos tratado desse assunto todo dia e tratamos dele ontem, objetivamente, no meu gabinete, com os dirigentes do Banco do Brasil. E as regras do Manual do Crédito Rural, do MCR 269, já permitem a automática renegociação de dívidas de custeio quando surgem problemas de caráter climático ou de preços ou de qualquer outra origem que destruam a renda do produtor e a sua capacidade de pagamento. Então, já existe no próprio Manual do Crédito Rural do Brasil a autorização dos bancos oficiais e privados para renegociar as dívidas, e o Governo decidiu não tomar nenhuma medida adicional porque, aparentemente, não há razão para isto. O Banco do Brasil já está com essa linha e já está renegociando dívidas de custeio com base nos próprios normativos do crédito rural.

V. Ex^a pergunta sobre a Medida Provisória nº 232. Tenho discutido muito com o setor privado e dentro do Governo também. V. Ex^a se expressa muito bem ao dizer que vivemos um ano em que importantes setores da agricultura não terão lucro por causa da seca, de preços, da quebra de produção e de outras razões. Então, uma antecipação de imposto sobre o valor bruto da produção cria uma dificuldade real para a agricultura neste ano.

Tenho conversado muito sobre isso com o Ministro Palocci e procurado encontrar uma solução para essa questão junto com o setor privado. E também com a Comissão de Agricultura da Câmara, com a qual hoje se soma esta importante Comissão criada no Senado.

Eu notei aqui carne. V. Ex^a está perguntando por causa da questão do cartel? Também já havia respondido a essa pergunta, Senador.

Só para sua informação, convoquei uma reunião conjunta entre os representantes do setor industrial, os frigoríficos, e o setor privado de produtores – CNA, OCB, Rural Brasileira, ABC, ABCZ. Chamei todas as entidades para uma reunião, sexta-feira passada, em São Paulo, coordenada pelo Ministério da Agricultura. E dessa reunião surgiu um acordo pelo qual o setor dos frigoríficos eliminaria uma célebre tabela de preços que havia sido hipoteticamente colocada e que daria origem à idéia de cartel. Então, há um compromisso assumido conjuntamente entre o setor frigorífico ou de carnes, de que esse assunto estaria sendo eliminado. Portanto, há a expectativa de que a hipótese de cartel seria eliminada. Espero, portanto, ter respondido às perguntas.

V. Ex^a permite que eu me despeça, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)

– Peço com absoluta falta de ponderação – apenas porque algumas pessoas estão insistindo aqui, e já disse que a reunião estava encerrada – que cada um fale apenas um minuto. Tínhamos encerrado as inscrições, tanto que o Ministro já estava se despedindo.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que é Presidente da Comissão de Infra-Estrutura. Posteriormente, terá a palavra o Deputado Carlos Melles, que veio até aqui e deseja falar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a generosidade do Presidente e do Sr. Ministro, e não poderia esperar diferente. O Ministro Roberto Rodrigues tem sido, ao longo desses dois anos, a grande estrela positiva deste governo. Transformou o Ministério da Agricultura em um ministério de resultados e enfrentou uma questão grave que estava levando a Embrapa à falência. Corrigiu as distorções

cometidas dentro dessa empresa, que é um orgulho não só no Brasil, mas também no exterior. A empresa estava fadada a morrer por questões que, felizmente, foram corrigidas. Louvo a V. Ex^a pela coragem de enfrentar o problema.

Penso que o Brasil está cheio de gênios, mas precisa é de homens eficientes. Os gênios pensam e os eficientes fazem. Portanto, louvo V. Ex^a. Mas gostaria de fazer apenas duas perguntas bem rápidas.

V. Ex^a disse que se sentiria muito feliz se, ao final de sua gestão, conseguisse eliminar o problema da aftosa. Louvo-o pela determinação. Mas me lembro – e a pergunta é um pouco dirigida ao Piauí – que estávamos com um problema grave de barreira por conta de descumprimento de programação de vacinas. Estávamos sem poder exportar animais de qualquer espécie exatamente por isso. V. Ex^a poderia informar ao Piauí e ao Brasil em que pé está essa situação?

A segunda pergunta que faço, Sr. Ministro: o Governo brasileiro fez um acordo recentemente com o FMI que proporcionou um investimento de R\$2,9 bilhões em obras que eram contabilizadas para o superávit primário. E esse acordo é um acordo fantástico. O senhor imagina que, no Orçamento da União, dos R\$22 bilhões aprovados para investimentos, R\$17 bilhões foram contingenciados. Do restante, ficaram os R\$2 bilhões do FMI, dinheiro sagrado que terá que ser executado até o final do ano, porque esse acordo não... Há o dinheiro bom, o dinheiro sagrado e o resto.

Preocupe-me com essa questão. Inclusive V. Ex^a trouxe aqui o Diretor Presidente da Conab, salvo engano. O grande problema do Brasil é o escoamento da produção. O Ministério da Agricultura foi consultado pelos técnicos do Ministério do Planejamento sobre as prioridades dessas estradas? Quais as estradas brasileiras que, para facilitação do escoamento da produção, teriam que ser consideradas prioritárias? Sr. Ministro, isso é da maior importância. E, se o Ministério do Planejamento fez essa consulta, quais as estradas escolhidas para o programa do FMI?

Estou curioso para saber as respostas porque considere o acordo com o FMI fantástico. Foi um avanço por parte de um Governo que, até dois anos atrás, achava que o FMI era coisa do demônio. Hoje, vê que não, e adota o FMI como parceiro ao firmar esse acordo benéfico para o Brasil.

Eu gostaria de saber qual foi a participação do Ministério da Agricultura. Considero isso fundamental. No Piauí – e volto a falar no meu Estado – ocorre o crescimento da produção de grãos ano a ano, e estamos com dificuldades.

Aliás, Senador Sérgio Guerra, infelizmente tenho que lhe trazer uma notícia. Ontem, em reunião

no Palácio, o Presidente da República, mais uma vez, demonstrou interesse em colocar como prioridade no seu Governo a construção da nossa ferrovia Transnordestina. Sr. Ministro, essa ferrovia fará a interligação do Porto de Pecém com o Porto de Suape, criando um ramal na cidade de Eliseu Martins.

Senador Sérgio Guerra, hoje fui surpreendido com a discussão e a determinação do Presidente em construir a ferrovia, e um técnico – que aliás conhecemos, porque passamos pela mesma decepção –, chamado Sr. Demian, resolveu ser o justiceiro e ficar contra o Nordeste. Ele não quer essa estrada de ferro, ele não se interessa pelo Nordeste. Ele está querendo criar um aramado separando o Nordeste. Por isso é que acontecem os Severinos da vida. É por causa desses tipos, e é bom que aconteça. É exatamente pela maneira discriminatória com que a região é tratada. Sr. Ministro, essa estrada é a salvação do Nordeste. É a salvação dos produtores de soja e ajudará por demais o Brasil.

Eu queria apenas prestar esse esclarecimento ao Senador Sérgio Guerra, e fiz questão de fazê-lo para que fique registrado nos Anais da Casa.

A minha pergunta, especificamente, é com relação à febre aftosa e o programa do FMI.

O SR. CARLOS MELLES (PFL-MG) – Sr. Presidente, muito obrigado. Cumprimento V. Ex^a e o Vice-Presidente, Senador Sérgio Arns.

Sr. Ministro, é redundante ficar dizendo o que a mídia já faz, ou seja, que é o homem certo, no lugar certo. E a resposta é que um dos melhores, se não o melhor, Ministro do Governo. V. Ex^a acertadamente vem conduzindo a política do agronegócio.

Isso não é novidade porque temos dito o seguinte: se pontualmente faltam algumas políticas, isso não é culpa do Ministério, e sim culpa da Fazenda por não disponibilizar os recursos certos na hora certa.

O Ministro Roberto Rodrigues, como o nosso ex-Ministro Alysson Paulinelli, são as duas pessoas que mais conhecem de política agrícola no mundo. O Senador Heráclito Fortes fez um comentário sobre a Embrapa. É dispensável dizer do acertamento do Ministro e do respeito que tem por ele o mercado agropecuário, mas S. Ex^a apresentou nos últimos dias um desafio, que é o grande desafio que o Brasil tem e que o Congresso deveria fortalecer. Houve um erro estratégico no Governo Fernando Henrique, do qual participei, de separar o Ministério da Reforma Agrária, o pequeno produtor, nos pequenos programas como o Pronaf. Esse, talvez, seja um ponto que nós não podemos deixar de olhar com profundidade porque a agricultura nesse Ministério, que deveria ser incorporado novamente à agricultura – porque o agricultor é

um só, e temos aí quase 18% do nosso percentual da população brasileira ligado a esse setor.

Então, faço uma política social da maior extensão como quem conhece e como quem tem a sensibilidade e o poder para fazê-la.

Outro aspecto é a Secretaria da Pesca – o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Pesca e, inclusive, tocando ao meio ambiente. O Ministro também foi de uma felicidade muito grande. O meio ambiente tem quase tudo a ver com o Ministério da Agricultura. Determinados programas têm que passar pelo Ministério da Agricultura. O fortalecimento do agronegócio com essa visão social do meio ambiente.

Há três grandes vertentes e desafios: o programa fitossanitário, que o Senador Heráclito Fortes coloca como o grande desafio; depois, o ambiental, da proteção sustentada; e, depois, produzir social e justamente, que é o lado social que a agricultura também coloca.

Peço desculpas e agradeço a oportunidade de vir aqui testemunhar a eficiência e a eficácia desse grande Ministro. Ficamos honrados e felizes pelo fato de o Senado ter agora esta Comissão e, ainda mais, presidida por V. Ex^a. Juntos, poderemos continuar a dar esse grande passo.

O Presidente Lula tem feito esforços e, às vezes, não chega a ele. Na verdade, Sua Excelência tem sensibilidade e quer resolver os problemas. O Ministro precisa, cada vez mais, ser fortalecido nesse aspecto. Precisamos encurtar essa cadeia.

Nesses dias, dizíamos o seguinte: esse setor que dá US\$30 bilhões livres precisava ter, pelo menos, 10% de retorno para a sustentação das políticas em anos de baixa como este. E não é justo que o Ministro fique com o pires na mão, com essas dificuldades e que não seja reconhecido – ou o setor que dirige –, com a importância econômica e social que tem.

Parabéns, Ministro! Parabéns, Presidente desta Comissão! Espero que possamos construir essa recomposição do Ministério, que talvez seja uma das fases mais importantes que V. Ex^a também poderá fazer em sua gestão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Senador Eduardo Suplicy, já vencemos o prazo. O Ministro já se despediu uma vez. Solicito a sua compreensão.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Mais do que compreendido, então, atendendo à solicitação do Ministro e saudando a nova Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário.

Hoje, como estive em diversas comissões e palestras, não pude participar. Embora eu não seja membro,

eu quis pelo menos saudar o Ministro Roberto Rodrigues. Não farei perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro para encerrar suas palavras.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a também tem sido meu companheiro em algumas áreas, sobretudo na da laranja. Juntos, temos brigado pela laranja. V. Ex^a é um grande companheiro nosso.

Deputado Carlos Mendes, obrigado pelas palavras e pelas propostas. É por aí mesmo. Vamos juntos, que chegaremos lá.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me coloca duas questões. Quanto à aftosa no Piauí ou no Nordeste, de maneira geral, o tema é o seguinte: a Organização Internacional de Epizootias, que é o órgão mundial que cuida do controle de doenças animais, inclusive da aftosa, reconhece que países com extensão territorial continental, como é o caso do Brasil, podem regionalizar as áreas em relação à ocorrência de moléstias.

Por essa razão, o Brasil, ao longo do tempo – não é um problema deste Governo, é algo que vem acontecendo há anos –, dividiu o País em duas áreas: uma área livre de febre aftosa e uma área que não é livre de febre aftosa.

A área não livre de febre aftosa é o Nordeste e a Amazônia e a área livre é o restante do País. Estou falando de maneira muito geral. Na área livre, há dois tipos de controle: área livre com vacinação e área livre sem vacinação. No Brasil, o único Estado livre de aftosa sem vacinação é o Estado de Santa Catarina. Os Estados considerados livres com vacinação ou sem vacinação são liberados para exportação de carne. Nem todos os demais Estados não podem exportar porque existe a possibilidade de a aftosa lá ocorrer. Por sua vez, são divididos em diferentes riscos: risco conhecido, risco desconhecido, risco limitado, etc. Depende muito da ação conjunta entre o Governo do Estado e o Governo Federal, mas, sobretudo, do compromisso dos produtores rurais do Estado para que haja a progressiva liberação desses Estados quanto à doença da febre aftosa. Então, o cenário, academicamente falando, é esse.

Por essa razão, alguns países, reconhecendo essa regionalização, importam carne do Brasil. Outros não aceitam. Outros países, como é o caso dos Estados Unidos, do Japão e da Coreia, para citar três exemplos concretos, não importam carne do Brasil porque não aceitam a regionalização. Só vão importar carne do Brasil quando todo o País for livre da aftosa e é por isso que estou empenhado nesse projeto até o pescoço. Quero acabar com a febre aftosa do Brasil.

Muito bem. Como é que funciona isso? Funciona mediante uma ação articulada do Governo Federal, dos Governos Estaduais e do setor privado, e essa articulação se dá por meio de repasses de recursos do Governo Federal, que se somam a recursos do Governo Estadual, e o setor privado promove a vacinação, etc. Esse é um procedimento que vem-se arrastando nos últimos anos, sem os resultados esperados a partir dessa parceria. Então, estamos mudando um pouco a regra, porque o dinheiro vai para o Estado e não temos segurança de que ele seja aplicado adequadamente no combate à aftosa, ou alguma coisa. Então, estamos mudando as regras neste ano, estabelecendo regras novas.

Agora, para que o Estado firme contrato e receba o recurso do Governo Federal para o combate da aftosa, ele tem que ter determinadas condições, tem que ter uma estrutura para isso, com veterinários, com agrônomos. Tem que ter uma estrutura formal, oficial, senão não tem para quem repassar o recurso, depois vão falar que o dinheiro não foi dado, etc. Então, tem que ter uma estrutura, um plano, uma proposta concreta e, assim mesmo, os recursos serão repassados parceladamente, não de uma vez só. E só a outra parcela será liberada se o resultados forem mensuráveis em relação à ação anterior.

Então, estamos trabalhando nesse pé, temos com o Governo do Piauí um entendimento – com todos os demais Governos do Nordeste, com os da Região Norte também – para que isso aconteça de maneira consistente e o processo flua adequadamente.

O senhor pergunta sobre obras. Tenho muito prazer de passar à mão do Presidente da Comissão um trabalho realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), dentro da questão de rodovias.

A Conab realizou um trabalho, Sr. Presidente Heráclito Fortes, muito interessante e já fiz uma referência a ele também ao longo da minha palestra. Estado por Estado, foram colocadas as rodovias que demandam investimentos para modernização, aperfeiçoamento, reformas, etc, priorizando as que escoam um maior volume de safra agrícola. Então, qual a rodovias mais importante nos Estados A, B, C, e D? Aquela em que se trafega um maior número de tonelada, aquela em que haja menos perda, aquele em que há um menor custo de produção e menor prejuízo, como colocado pelo Senador Delcídio Amaral. Essa a idéia. Esse trabalho, realizado há um ano, é atualizado praticamente a cada dois meses pela Conab. Portanto, no início do atual Governo o apresentamos ao Ministério. A última versão é a de dezembro do ano passado, que já está na mão do Ministério dos Transportes e de outros Ministros que se preocupam com essa área, para nortear

as ações do Ministério dos Transportes de quais estradas devem ser tratadas. O Ministro Alfredo Nascimento, por considerar esse assunto relevante, tem orientado a sua priorização com base nesse trabalho da Conab. Eu não fui consultado, ninguém me perguntou nada quanto ao FMI, mas, antes que me perguntassem, já propus ao Ministério dos Transportes uma priorização de estradas a serem tratadas e deixarei este mapa com o Presidente da Comissão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Apenas por curiosidade. A assessoria de V. Ex^a pode informar agora – caso contrário, aguardarei uma resposta posteriormente – se, dentro do que foi aprovado pelo Ministério e remetido para o Congresso Nacional, quais as estradas consideradas, em seu plano, como prioritárias, e se foram atendidas dentro desse convênio com o FMI?

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Não sei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É evidente. V. Ex^a tem responsabilidade sobre o que afirma. Por isso, solicito que peça à Assessoria para fazer o levantamento e examinar o que foi atendido. Isso é muito importante para nós.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – A informação que posso dar a V. Ex^a é a de que, ano passado, 3 mil quilômetros foram considerados nessa direção, e, para neste ano, serão mais 14 mil quilômetros tratados dentro desse projeto.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, gostaria de aproveitar a oportunidade para me despedir..

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE) – A Comissão de Agricultura é quem agradece o comparecimento de V. Ex^a.

Ministro, nós vamos propor que essa seja uma das prioridades a ser considerada pela infra-estrutura do Ministério dos Transportes, e que as demandas do setor agrícola sejam efetivadas. Vamos trabalhar juntos – Comissão de Agricultura e Comissão de Infra-Estrutura.

Agradeço as palavras e a paciência de V. Ex^a, além de elogiar a sua notória competência e o seu bom senso, que me parecem características de homem público, desses que o Brasil precisa.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador, muito obrigado.

Agradeço a todos os senhores pela participação. Quero dizer duas coisas, Senador, para me despedir.

O que estamos fazendo aqui? São duas horas da tarde, de uma quarta-feira, 16 de março, aqui em Brasília, numa sala com ar condicionado, de paletó e gravata, conversando aqui. Neste exato momento, Srs. Senadores, em todos os municípios brasileiros, tem homens e mulheres plantando alguma coisa para con-

tinuarmos vivos. Nesta hora, não há rincão no Brasil onde não há homens e mulheres colhendo algo para que continuemos vivos. De modo que a homenagem que temos que fazer é a este povo silencioso, isolado, sacrificado, que faz da agricultura a sua profissão, o seu meio de vida. É a este povo que devemos tanta obrigação e tanto dever. Devemos tanto a eles que não há o que possamos fazer que pague a dívida que temos para com eles.

É em nome dessas pessoas, homens e mulheres que trabalham a terra todos os dias, dependendo de clima, de banco, de imposto, de negociação internacional, de Bruxelas, de Genebra, de Tóquio; é para essas pessoas que temos que trabalhar e é para essas pessoas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que temos no Ministério da Agricultura uma equipe extraordinária, com gente brilhante, desprendida e que também trabalha sábado e domingo, trabalha fora de hora, para garantir condições de sobrevivência e de progresso a esse humilde, porém moderno povo da agricultura brasileira. Fico muito feliz que o Senado tenha uma comissão com esta envergadura para tratar das questões que a eles dizem respeito.

Portanto, muito obrigado, Senador, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB-PE)
– Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h30min.)

Ata da 4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de Março de 2005, quarta-feira às 10:00 horas.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia trinta de março de dois mil e cinco, na Sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Sérgio Guerra, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença das **SENADORAS LÚCIA VÂNIA, ANA JÚLIA CAREPA, SERYS SLHESSARENKO E IDELI SALVATTI** e dos **SENADORES FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO GUERRA, JONAS PINHEIRO, DEMÓSTENES TORRES, PEDRO SIMON, GERSON CAMATA, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, OSMAR DIAS, REGINALDO DUARTE, ÁLVARO DIAS, LEONEL PAVAN, HERÁCLITO FORTES, RODOLPHO TOURINHO, VALDIR RAUPP, DELCÍDIO AMARAL, FRANCISCO PEREIRA, SÉRGIO ZAMBAZI, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPPLY, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, ALOIZIO MERCADANTE E PAULO PAIM**. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata

da reunião anterior. A presente reunião destina-se a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com a presença do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Senhor **MIGUEL ROSSETO**, para exposição acerca das ações referentes à Reforma Agrária que estão sendo implementadas na Região Amazônica, atendendo ao Requerimento nº 02, de 2005 – CRA, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa. Após a explanação, fazem uso da palavra as Senadoras Ana Júlia Carepa e Lúcia Vânia e os Senadores Jonas Pinheiro, Sibá Machado, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes e Flávio Arns. O Senhor Presidente dá ciência do Ofício nº 158/2005, do Presidente da UDR, Senhor Luiz Antônio Nabbhan Garcia, sugerindo a criação de comissão específica para fiscalização da utilização de verbas públicas destinadas ao Programa de Reforma Agrária do Governo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)
– Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Requeiro inicialmente à Comissão dispensa de leitura da Ata da reunião anterior.

Aprovada.

A presente reunião destina-se a ouvir o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Dr. Miguel Rossetto, conforme o Requerimento nº 2, de 2005, desta Comissão, de autoria da ilustre Senadora Ana Júlia Carepa, aprovado pela Comissão em 9 de março corrente.

Sobre a mesa, Projeto de Lei do Senado de nº 36, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome.

Designo o nobre Senador Osmar Dias para Relator.

Sobre a mesa, Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, PL nº 2.820, de 2000, na Casa de origem, que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a administração e o Conselho Fiscal das sociedades de cooperativas.

Designo o ilustre Senador Pedro Simon para Relator.

Comunico à Comissão que será realizado o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, em São Paulo, dia 31 de março corrente, quinta-feira, no qual haverá debate com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Ainda hoje, em conversa com os companheiros da Comissão, decidiremos sobre quem nos representará nesse evento, em São Paulo, amanhã.

Neste momento, nós, de alguma maneira, começamos a discussão do tema de hoje, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Ouvimos, no primeiro momento, na nossa primeira reunião, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Imediatamente, alguém sugeriu – não apenas a Senadora Ana Júlia Carepa, mas também outros – apresentar um requerimento de convite ao Ministro Miguel Rossetto.

Todos nós temos, em relação a essa matéria, uma total e completa preocupação. Todos julgamos que é matéria central para o País, o futuro e para parcelas importantes da nossa população. Ninguém deseja que ela não seja bem equacionada, mas que produza resultados que são do interesse nacional.

A Presidência orienta essa discussão da forma mais construtiva possível, como acho que deve ser o nosso procedimento aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Desde a nossa primeira reunião, um roteiro que nós traçamos qualifica a discussão dos assuntos com tranquilidade e respeito às idéias contrárias, em completa identificação com os temas. Evidentemente, alguns são Parlamentares de Oposição e outros são da Base do Governo, mas não será nessas discussões que daremos prioridade a essa questão das nossas diferenças partidárias e de Bloco.

Penso que a agricultura e a reforma agrária devem unir o País. As duas precisam ter o mínimo de consenso para que consigam manter o seu padrão de progresso e desenvolvimento indispensáveis. Eu tenho origem no campo, numa região de extrema dificuldade como é o Nordeste brasileiro, com tensões seculares de todos os tipos. Na minha terra, Pernambuco, há uma tradição muito forte de lutas sociais nesse campo. As primeiras organizações de trabalhadores rurais foram fundadas em Pernambuco. Os primeiros grandes conflitos surgiram ali. A cana-de-açúcar, que foi a matriz de todo o nosso projeto de programa econômico e social numa área mais crítica do Estado, que é a Zona da Mata. A cana-de-açúcar teve alguns momentos de esplendor; outros, de decadência. Foi fundada uma sociedade bastante complexa dos pernambucanos na Zona da Mata. Mais do que em qualquer outro Estado do Nordeste, o açúcar desenhou a vida social e cultura de

Pernambuco. Em nenhum outro Estado do Nordeste, uma monocultura teve um papel tão relevante. Mesmo o cacau, na Bahia, não teve esse papel de definidor de padrões culturais e políticos em um Estado, como teve o açúcar em Pernambuco.

Então, estamos habituados com lutas sociais das ligas camponesas, dos primeiros sindicatos rurais, do primeiro governo de Miguel Arraes, que tirou a polícia da vida dos camponeses, permitindo que eles se organizassem e se estruturassem legalmente. A Senadora Lúcia Vânia conhece bem isso, porque trabalhou na área popular dessa região e viu, na prática, o que estou dizendo. Mas a minha pequena experiência política faz com que tenha sobre essa questão a seguinte orientação: separar o joio do trigo; procurar os fatos, as realidades e trabalhar para que elas sejam resolvidas; contribuir, de uma maneira geral, para que isso aconteça.

A reunião de hoje é muito relevante. O Ministro está no centro de uma ação muito tumultuada, que é a do campo. Ele precisa seguramente de ouvir Senadores, e estes precisam de ouvi-lo muito mais ainda. Que eu saiba, tantos quantos eu conheço aqui desejam essa relação interativa, no sentido de que tenha qualidade, que não esteja movida por preconceitos, mas por um padrão de colaboração democrática.

Vou pedir, então, ao Ministro que comece a sua apresentação, para que, depois, façamos o debate.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Bom-dia a todos. Senhores e Senhoras! Uma saudação muito respeitosa ao Senador Sérgio Guerra e ao Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma saudação às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estão aqui conosco.

Senador Sérgio Guerra, gostaria de fazer uma observação, no sentido de fazer um agradecimento muito sincero ao convite feito pela Comissão. Esse é um tema, conforme V. Ex^a anuncia, de grande interesse nacional.

O Brasil é um país singular em oportunidades para uma estratégia de desenvolvimento, por conta da sua enorme dimensão territorial. É nossa obrigação, de todos nós, ocuparmos essas oportunidades da forma mais positiva possível, de tal forma, a darmos continuidade a esse longo processo histórico do nosso País, no sentido de transformar o Brasil definitivamente numa grande Nação. Que ele tenha capacidade de oferecer oportunidades positivas para todos os cidadãos e cidadãs.

Temos, sim, na nossa imensa área rural, possibilidades enormes. Vamos falar um pouco sobre isso. Queria aproveitar essa minha primeira presença na Comissão, colocando-me, desde já, inteiramente à dis-

posição de todos os Srs. Senadores, seja em reuniões da Comissão, seja individualmente, de tal forma que possamos, eu diria, somar experiências e construirmos as políticas públicas mais eficientes, para enfrentarmos positivamente esse tema.

Por fim, quero cumprimentar o Senado Federal. Penso que a constituição desta Comissão, Senadores Sérgio Guerra e Flávio Arns, representa um avanço muito grande, porque a criação de uma Câmara Especializada no Senado para tratar de temas tão importantes do ponto de vista econômico e social, estratégico para o nosso País, seguramente qualifica não só o Senado, mas também o Congresso Nacional, criando uma adequação correta institucional à altura da exigência a que todos nós estamos submetidos para enfrentar temas dessa natureza.

Queria, portanto, cumprimentar o Senado pela constituição desta Comissão e desejar a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, na condição de Presidente, e a toda à sua equipe um grande e positivo trabalho nesta Comissão.

Como se trata da primeira presença do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Comissão, a minha intenção não é a de focarmos temas que, de alguma forma, justifiquem o meu convite – o tema do Pará, da Amazônia -, mas queria, mesmo que rapidamente informar a agenda de trabalho, a responsabilidade institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o conjunto de programas que temos a responsabilidade institucional de operar.

Senador Jonas Pinheiro, bom-dia!

De tal forma, dar um panorama, mesmo que rápido, da agenda de trabalho das nossas responsabilidades em relação a uma estratégia de desenvolvimento rural.

Portanto, vou repassar aqui algumas lâminas que penso sejam objetivas e que permitam esse panorama, essa visão das nossas responsabilidades institucionais.

(SLIDE)

A idéia, portanto, da constituição dessa área administrativa do Governo Federal, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, busca responder, dar eficiência, atenção a essa estratégia para assegurarmos cidadania, renda, qualidade de vida às nossas populações rurais, especialmente através dos instrumentos da Reforma Agrária, pelos quais somos responsáveis, e do apoio a essa base social e econômica da agricultura ou da atividade rural brasileira caracterizada por essa estrutura familiar e de pequenas propriedades.

Senador Paulo Paim, bom-dia!

Basicamente, as estruturas e os programas principais que expomos trabalham com a criação de instru-

mentos para a execução dessas políticas mais estratégicas. O Incra, que é um instituto que tem a responsabilidade de promover a Reforma Agrária; a Secretaria de Agricultura Familiar é a Secretaria que tem a grande responsabilidade de operar programas estratégicos como o PRONAF – veremos rapidamente depois, basicamente os grandes projetos de financiamento agrícola; a Secretaria de Desenvolvimento Territorial é um espaço novo criado pelo nosso Governo a partir de experiências que julgamos positivas e importantes que estão sendo desenvolvidas em vários territórios e regiões do nosso país.

A idéia básica é criar um processo, estimularmos um processo de gestão pública no marco territorial, especialmente pela natureza da atividade agropecuária ou rural – e esta Secretaria tem trabalhado de uma forma integrada com outros órgãos do Governo; estimular uma ação mais integrada, mais horizontal das estruturas federais em conjunto obviamente com os nossos Municípios, Prefeituras e Governos Estaduais. A idéia de uma gestão territorial rural é uma idéia forte, faz parte de uma experiência em praticamente todos os Estados do País, em regiões importantes. E é a experiência demonstradora de que ela cria uma potência na realização dos nossos investimentos e dos nossos programas importantes.

A Secretaria de Reordenamento Agrário basicamente cumpre a gestão dos programas de acesso à terra para além dos programas de Reforma Agrária. Estamos falando aqui dos Programas de Créditos Fundiários, dos programas de financiamento para obtenção de terras.

Programas de igualdade de gênero, de raça e etnia que buscam responder a uma demanda importante, que envolvem questões de gênero, raça e etnia. Além do mais, ser um programa que é forte no Ministério, que tem um diálogo importante com todas as outras áreas do Governo, especialmente os temas de gênero, na área rural, que têm uma demanda histórica muito importante. E mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras, assentadas, compõem uma imensa parcela desta base social rural, historicamente discriminada e que guarda, portanto, um espaço importante de trabalho.

Se tivermos tempo e se houver interesse por parte das Senhoras e dos Senhores, podemos aprofundar quais são os programas que já estamos executando nesta área.

(SLIDE)

A agricultura familiar.

Farei um panorama muito rápido. Todos os Senhores e as Senhoras conhecem, mas, nos surpreende que uma parcela importante da sociedade brasileira ainda desconheça a dimensão social deste setor

na economia rural brasileira, na sociedade brasileira. Estamos falando agora de mais de 4 milhões e 100 mil estabelecimentos familiares no campo; 84% dos estabelecimentos rurais têm essa característica no Brasil. Esse modelo agrário responde pela ocupação de mais de 70% da mão-de-obra no campo; e com relação às diversas formas de organização de produção, ela responde por quase 40% do valor bruto da produção agrícola.

Vamos falar um pouco mais do que isso, mas, esse é um dado muito importante. Ou seja, ela tem respondido de forma muito importante, de forma diferenciada de Estado para Estado, Região a Região, por conta do processo de formação histórica. Mas ela tem sido base para a sustentação forte da atividade agropecuária e industrial em nosso País. Vamos ver mais adiante.

Está lâmina é basicamente para dar uma idéia da dimensão social, da potencialidade, dos desafios que temos em relação a este setor para o nosso País.

Esses dados eles compõem uma pesquisa que solicitamos à USP por meio da FIPE, para verificarmos, para termos um referencial do resultado da atividade produtiva desse setor para o conjunto do agronegócio brasileiro e para a economia nacional.

Esses estudos que estamos fazendo têm como objetivo apoiar definições de políticas públicas obviamente. E estamos desdobrando dados nacionais por Unidades da Federação. Portanto, estarão disponíveis rapidamente, Senador, para eventual informação que os Senhores e Senhoras busquem. Estaremos abrindo esses dados setorialmente por Estados, por Unidades da Federação, de forma que tenhamos informações mais corretas, qualificadas e possamos obviamente orientar as nossas políticas públicas.

Qual é a idéia básica disso? É mostrar a capacidade de resposta produtiva desse modelo agrário para o País. Para a base 2003, os dados fundamentais são de que esse modelo agrário e agrícola, que chamados de agricultura familiar, as pequenas e médias propriedades, a atividade familiar respondeu em 2003 por 33% de todo o volume do agronegócio brasileiro.

Portanto, ela não é uma atividade, um setor econômico nem pequeno nem frágil. Ela produz e colabora de forma importante com o conjunto de produção de riquezas do nosso País.

Esse percentual, essa participação no agronegócio brasileiro permite uma projeção no sentido de que 10% do Produto Interno Bruto têm, como base, a produção primária desse setor da economia nacional. Isso não é pouca coisa, isso obviamente exige uma atenção e uma dedicação do Poder Público para apoiar, estimular um modelo que responde, portanto,

positivamente na geração de trabalho, de ocupação produtiva no meio rural brasileiro e tem demonstrado uma capacidade de resposta importante na produção de alimentos e na geração de renda agropecuária em nosso País.

Quando fizemos ou trabalhamos com esses números – estamos falando em toda a estrutura que tem como base o fomento, a oferta de matérias-primas, a produção primária desse modelo.

Portanto, estamos utilizando obviamente o mesmo conceito que organiza os números da atividade do agronegócio e cortando, desde do ponto de vista da malha fundiária.

Isso dá conta, portanto, desse valor importante do resultado desse trabalho forte de milhões e milhões de homens e mulheres que estão no campo, no mundo rural brasileiro, trabalhando e produzindo muito.

De alguma forma esses dados servem para uma avaliação mais correta do valor desse trabalho. Há ainda em alguns setores uma opinião, seguramente por conta de falta de informações, há uma idéia em alguns setores da sociedade brasileira, por conta do desconhecimento, de que esse modelo agrário não é capaz de dar resposta produtiva, não é capaz de responder às necessidades do País, não é capaz de produzir excedentes econômicos através dessa estrutura.

O que esses números mostram, o que a realidade brasileira mostra especialmente em algumas regiões – e vamos falar disso – é que na medida em que as políticas públicas cheguem a essas estruturas com financiamento, com tecnologia, com organização de produção, seja por meio de cooperativas, associações, estímulos à agroindustrialização, a geração de renda econômica, renda monetária por hectare, **vis à vis** a outras experiências, em todas as Regiões do País, ela é superior.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

A tradução dessa posição do Governo Federal de reconhecer que uma estratégia de desenvolvimento rural, articulada, com um projeto de desenvolvimento nacional, exige uma política de priorização para a qualificação, geração de renda nesse segmento da nossa agricultura. Ele é traduzido por um conjunto de programas e investimentos que iniciamos a partir do ano de 2003. O Plano Safra para a agricultura familiar, nós iniciamos no ano agrícola 2003/2004, já com investimentos fortes de R\$4,5 bilhões – nós dobramos o volume de investimentos da safra anterior e conseguimos, graças a uma articulação forte com os Governos Estaduais, Prefeituras, Bancos, Cooperativas, Bancos Oficiais, estruturas estaduais, ampliar em muito o acesso ao crédito a essa população agrícola e agropecuária do País. Nós saímos de uma média de

900 mil contratos para 1 milhão e 400 mil contratos já no ano passado, permitindo que mais de 450 mil famílias pudessem pela primeira vez integrar esse programa. O que é importante aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que esse esforço teve o resultado mais positivo – o que é importante, crescemos em todo o País, mas era um Programa marcado fortemente na presença do Sul do País: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – nas Regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste que mais tiveram expansão.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Estamos operando neste ano com recursos da ordem 7 bilhões. Terminamos a contratação no primeiro semestre do ano agrícola, que encerrou em dezembro, com R\$ 5,6 bilhões – são recursos históricos no País, nunca na História do Brasil tantos recursos foram investidos nesse setor. Crescemos substancialmente, os indicadores são esses: 47% em relação a 2003, 133% em relação a 2002. Estamos ampliando, não só aumentamos a média dos financiamentos, como estamos avançando na ampliação do acesso das famílias produtoras do nosso País a esse programa em todas as Regiões, em todos os Estados. 5.311 Municípios dão conta da abrangência da nacionalização desse Programa. Em 5.311 Municípios esse programa é operado no nosso País.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Na verdade, é uma visualização desses indicadores que mostram essa expansão e o compromisso de continuarmos com esse programa de expansão desse direito de acesso ao crédito e, obviamente, buscando sempre uma qualificação desse investimento, desse recurso para o custeio e investimentos nas propriedades, seja através de encostar, de articular melhor a assistência técnica, a oferta das melhores tecnologias de produção, a oferta de instrumentos de organização de produção. Os gráficos e as colunas mostram essa expansão e um compromisso de continuidade, de universalização desses programas para esse setor em todo o País até 2006.

Esses são instrumentos garantidores de renda rapidamente que estamos trabalhando, é um dos temas fundamentais – todos os Senhores e Senhoras sabem –, e faz parte de uma estratégia sustentável de desenvolvimento rural articularmos as questões fundiárias ou agrárias – as políticas agrícolas propriamente ditas. O que estamos trabalhando é qualificando um conjunto de políticas agrícolas que sustentem essa estratégia. Falamos inicialmente nas políticas de financiamento de custeio e investimentos. Estamos trabalhando de uma forma exemplar, exemplar no sentido de exemplo, alguns programas que traduzem a preocupação da garantia da renda aos nossos agricultores. Uma das

reivindicações históricas era exatamente avançarmos na qualificação dos instrumentos de seguro/renda para a agricultura familiar frente a ...– e não cabe aqui aprofundarmos a experiência produzida pelo antigo Proagro. Nós, a partir de setembro do ano passado, estamos operando com esse novo instrumento, o seguro da agricultura familiar. A grande novidade desse programa nacional vinculado ao custeio das nossas lavouras, é que, pela primeira vez no País, temos um seguro que, em perda total da lavoura, assegura cem por cento da quitação do financiamento, portanto o agricultor não deve ao banco, mas, mais do que isso, pela primeira vez, o seguro garante uma renda monetária, uma receita proporcional ao valor de venda da produção financiada pelo programa, o que é muito importante. É essa renda que assegura ao agricultor, à agricultura, uma capacidade de vida digna até a retomada da produção em nova lavoura. É muito importante. Estamos operando já com esse mecanismo e o aperfeiçoando, com uma gestão extremamente rigorosa. Não queremos repetir experiências que foram ruins, em alguns casos desastrosas, em relação a mecanismos como esse. Já no primeiro ano, 850 mil produtores aderem a esse seguro. Da mesma forma, como na região do semi-árido do Nordeste, nós já estamos operando, desde o ano de 2003, com o mecanismo do Garantia Safra.

Vamos adiante **(SLIDE)**

Esse terceiro braço estratégico de fomento – que é o acesso à tecnologia, ao conhecimento, por meio de programas de assistência técnica e extensão rural – compõe uma retomada de investimentos importante por parte do Governo Federal. V. Ex^{as} sabem que a experiência brasileira de a União patrocinar, estimular, investir nessa área, encerra-se com a extinção da Embrater, em 1990. Em 1990 extinguiu-se. Não foi, Senador Jonas Pinheiro? O que aconteceu? A responsabilidade por financiar as instituições, os programas de assistência técnica e extensão rural ficam sob a responsabilidade direta e exclusiva dos Estados. De alguma forma, a partir disso, reproduz-se essas experiências difíceis para o nosso País. Os Estados que dispunham de maior capacidade orçamentária preservaram e estenderam suas instituições de extensão rural. Os Estados, com menor capacidade orçamentária, fecharam ou diminuíram muito a oferta desse serviço. O resultado é o esgotamento, o estrangulamento, dessa oferta de serviço tão estratégico para o nosso desenvolvimento.

Recuperamos um sistema nacional de assistência técnica articulado com as instituições estaduais, com as cooperativas e com as Organizações Não-Governamentais. Iniciamos a retomada de investimentos por parte do Governo Federal nesta área. Penso que é um

desafio importante, Srs. Senadores, mas há um esforço positivo que vários Governos de Estado, Prefeituras, fizeram. De tal forma que em um curto espaço de tempo asseguramos a universalização desse serviço. Esses números revelam as iniciativas em que nós estamos trabalhando. Para este ano, estamos trabalhando com valores superiores a R\$ 250 milhões, seja por meio de repasses de apoio às instituições estaduais por meio de convênios ou da contratação direta de profissionais dessa área, seja nos assentamentos da reforma agrária, bem como em todas as atividades de agricultura familiar do nosso País.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Essa é idéia da infra-estrutura de desenvolvimento territorial. Trata-se, na verdade, de uma estratégia nova que estamos construindo, que é o conceito de territórios rurais. Estamos priorizando 98 territórios em nossas Unidades da Federação. Temos um grande programa, na verdade, que é o Pronaf Infra-Estrutura, que V. Ex^{as} conhecem. São recursos não reembolsáveis utilizados para investimentos nas comunidades. São projetos importantes, estratégicos, vinculados à geração de renda, apoio à comercialização e outros projetos que são definidos nesses consórcios Municipais, nessas associações regionais ou territoriais. A minha opinião, a minha experiência tem revelado de uma forma muito positiva que esse padrão de gestão superior aos Municípios, articulado com os nossos Municípios tem resultado em experiências muito positivas.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Farei uma referência, Sr^s e Srs. Senadores. Toda a estratégia de desenvolvimento rural faz parte do conjunto de programas, aos quais fiz referência, em que estamos operando. É evidente que simular os processos de agroindustrialização e de agregação de renda e os estímulos à produção orgânica ecologicamente sustentável compõem uma estratégia. Há um especial programa em andamento, iniciado pelo Presidente Lula que, na nossa opinião, guarda enorme potencialidade estratégica. Estamos acompanhando o assunto com muita dedicação – o Governo está dando a ele prioridade –, a fim de que grande parte da renda agrícola gerada por esse programa seja apropriada pelos setores mais empobrecidos da nossa população. Portanto, há a opção de estimular nossos agricultores familiares, nossos pequenos produtores, nossos assentados, para que respondam prioritariamente pela produção das oleaginosas que abastecerão a indústria produtora do biodiesel. Estamos trabalhando com números muito importantes. Esse programa será um grande instrumento de sustentabilidade econômica para esta estratégia rural brasileira, especialmente para as Regiões Nordeste e Norte do nosso País.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

A reforma agrária é nossa grande responsabilidade e passou a ser trabalhada a partir das diretrizes e definições do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, definido em novembro de 2003. Esse plano estabeleceu metas, diretrizes e conceitos que orientam a ação do MDA e do conjunto do Governo. Todos sabemos que um programa de reforma agrária, obviamente, do ponto de vista fundiário, é de nossa responsabilidade institucional, mas é também um programa de Governo, visto que ações e investimentos são construídos por meio de vários outros Ministérios e de várias outras áreas.

Rapidamente quero falar do resultado do trabalho realizado nos dois primeiros anos do nosso Governo. Por meio desse programa, 117.555 mil famílias tiveram acesso à terra. A meta que estabelecemos para os quatro anos de Governo do Presidente Lula é que 400 mil famílias sejam assentadas por meio do programa de reforma agrária. Nos dois primeiros anos, cumprimos 81% da meta. Para o ano de 2005, pretendemos assegurar o acesso a terra a 115 mil famílias.

É evidente que o conceito de reforma agrária com o qual estamos trabalhando faz com que o acesso à terra seja o primeiro elemento de um programa de reforma agrária com qualidade produtiva, com qualidade social, com qualidade ambiental. O espaço de produção e de cidadania inicia-se pelo acesso à terra. As grandes experiências nacionais e internacionais dão conta de que o grande desafio para criar sustentabilidade nesses programas de reforma é exatamente a necessidade de se reconhecer que o programa se inicia pelo acesso à terra, mas exige um conjunto de políticas públicas que assegurem a qualidade produtiva e, portanto, renda, geração de excedentes e, ao mesmo tempo, qualidade social e qualidade ambiental. Quando falamos de qualidade social para essas áreas do meio rural, obviamente, estamos falando de uma escola pública qualificada, de um sistema de saúde, de um conjunto de direitos fundamentais à cidadania. Esses são os números que produzimos nos primeiros dois anos.

Para traduzir esse conceito, há forte investimento em assistência técnica.

(SLIDE)

Encerramos o ano passado com 70% dos nossos assentamentos de reforma agrária com contratos estáveis de assistência técnica. A nossa intenção é encerrar, em julho deste ano, com a cobertura integral e permanente de todos os nossos assentamentos com programas de assistência técnica. A prioridade do Governo para universalizar foi esta, porque para nós, isso é uma condição fundamental para a dinami-

zação econômica e a geração de renda nos nossos assentamentos. Ampliamos os valores investidos por família de 7,7 mil para 16 mil, isso significa ampliação de recursos no início do processo de assentamentos. E as experiências mostram que, quando temos uma boa organização no início de uma experiência ou de um projeto de assentamento, a possibilidade de avançarmos é muito maior. Portanto, ampliamos recursos na assistência técnica, para a construção de moradias de tal forma a transformar essas áreas reformadas em espaços que têm um padrão de qualidade básico e digno para esses cidadãos e cidadãs do nosso País.

(Vamos adiante.) **(SLIDE)**

Essa, na verdade, é uma lâmina que busca demonstrar esse conjunto de investimento e a qualificação de um projeto de assentamento. Ampliamos os investimentos de tal forma que possamos abrir, iniciar a organização de um projeto com uma qualidade maior e, com isso, criarmos melhores condições para viabilidade produtiva, conforme fiz referência antes. O que falamos aqui é que pretendemos, estamos trabalhando com confiança de assegurarmos universalização de assistência técnica em todos os nossos assentamentos, todas as Senhoras e os Senhores sabem da enorme carência de que dispúnhamos nessas áreas quando assumimos, de uma forma geral, em toda infra-estrutura. Estamos avançando na infra-estrutura, temos grandes demandas de infra-estrutura, principalmente estradas nas Regiões Norte e Centro-Oeste do País, ainda problemas importantes de saneamento, de eletrificação rural, mas nós, através do Programa Luz para Todos, estamos muito confiantes no que já estamos fazendo e de que até o final do ano de 2006 teremos condições de universalizar o acesso à energia elétrica para os nossos assentamentos e comunidades rurais. Todos sabem que isso é prioridade para o Programa Luz para Todos que já está em implantação e execução em todos os Estados da Federação. Assegurar energia elétrica é uma condição fundamental para a atividade produtiva, para a qualidade de vida e, obviamente, é um instrumento importante para a valorização das nossas áreas reformadas. Tudo isso dentro de um conceito de área reformada como uma área com qualidade produtiva e qualidade social.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Este é um outro programa complementar de reforma agrária, de financiamento, que tem um público mais específico e áreas mais determinadas. Na verdade, é um instrumento que iniciou a sua operação através de um programa de financiamento conhecido como Banco da Terra no Governo passado, que se destina a pequenas e médias propriedades não passíveis de desapropriação e financia uma parcela de agricultores

de baixa renda que teriam condições, por experiência, por atividade econômica, são meeiros, arrendatários, e pequenos proprietários que têm experiência em atividade econômica e poderiam suportar uma parcela de financiamento. Basicamente, o que fizemos em relação a qualificar esse programa de crédito fundiário, de financiamento da obtenção de terra foi reduzir o custo do financiamento, para viabilizar este programa a partir dos indicadores que estávamos recebendo de uma possibilidade de inadimplência alta, portanto, reduzimos, por um lado, o custo desse financiamento e, ao mesmo tempo, encostamos de uma forma melhor articulada todas as outras políticas a que fiz referência, especialmente a assistência técnica, e abrimos um programa dentro desta linha, que é importante. A nossa confiança para este ano é expansão forte do Programa Nossa Primeira Terra. O que é este programa? Pela primeira vez temos, no Brasil, um programa especialmente focado para a juventude rural, que é um dado, na minha opinião, extremamente positivo. E o que percebemos, em todos os Estados que visitamos, e para onde viajamos, foi um desejo importante, um padrão de organização importante da juventude rural, manifestando seu desejo de continuar trabalhando na atividade agrícola. Portanto, este programa faz parte de uma estratégia obviamente para o País, um país que deve pensar na renovação permanente da sua capacidade de produção e que enxerga na juventude um espaço muito importante, uma obrigação de apoiarmos e de estimularmos esse desejo de permanecer produzindo na atividade agropecuária.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

Agora vou focar, mesmo que rapidamente, mas concluindo a minha intervenção, um pouco nas ações e nos temas do Norte e no Pará.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, essa foi uma avaliação, algumas informações de natureza mais geral que dão conta dos programas que estamos trabalhando no MDA.

O sentido estratégico é trabalharmos com essa enorme possibilidade do nosso País no meio rural, reconhecermos milhões e milhões de homens e mulheres que estão trabalhando em condições extremamente difíceis, que historicamente não tiveram, não foram assessorados, apoiados por políticas públicas e que, na nossa opinião, compõem uma base estratégica para o desenvolvimento nacional, de uma forma muito importante.

O nosso País tem condições, na nossa opinião, de ampliar a sua população rural. O nosso País tem uma obrigação estratégica de pensar um padrão de ocupação demográfico, um país continental, em que a única estratégia de sobrevivência para parcelas

importantes da nossa população não seja a migração para as grandes metrópoles.

Portanto, quando falamos em reforma agrária, numa estratégia de desenvolvimento rural de apoio a esses milhões e milhões de homens e mulheres, isso faz parte de uma estratégia maior para o nosso País, de buscar, de atualizar uma correta política de ocupação territorial no País, e onde, obviamente, as experiências migratórias que construíram as enormes metrópoles do nosso País não sejam a única alternativa para parcela importante da nossa população.

Quais são as ações na Região Norte e Estado do Pará rapidamente? Vai lá.

(Vamos adiante.) **(SLIDE)**

Na Região Norte é a tradução daqueles números nacionais para a Região Norte do nosso País. Fizemos um forte trabalho de ampliação dos investimentos no Pronaf, estamos falando aqui dos créditos para este setor da nossa agricultura, da nossa atividade produtiva.

O volume de crédito na Região Norte, em relação a 2002, ampliou em 500%. Estamos trabalhando, concluímos 2004 com R\$ 650 milhões, efetivamente aplicados, nos diversos programas na Região Norte do nosso País. Um dado importante, porque ele representa democratização do acesso ao crédito. Ampliamos de 30 mil para 111 mil contratos em dois anos.

Isso é um resultado muito importante, é um esforço conjunto de Governos Estaduais, de Prefeituras, de instituições estaduais, dos sindicatos, das federações, do conjunto da sociedade, que permitiu um esforço importante do Basa, especialmente, do BNB, desculpem-me, do BB – BNB é no Nordeste – do Basa, do Banco do Brasil, enfim, essa rede de instituições que tem trabalhado de uma forma positiva nesse sentido.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

No Pará, os créditos concedidos, 2003/2004, R\$ 490 milhões, que é a soma dos dois anos. Tivemos uma ampliação para 54 mil e 108 famílias de agricultores assentados na reforma agrária. Os grandes Estados Pará, Rondônia, Mato Grosso concentram grande parte dessa base social. E há todo um esforço importante de ampliação desses investimentos nesses Estados.

Parece-me que os dados do Pará são muito fortes, especialmente ao número de famílias que tiveram acesso a esse crédito. Saltamos de 5.370 para 54.000 famílias.

Obviamente, todo o esforço aqui é financiar projetos que tenham sustentabilidade ambiental, que tenham cada vez mais assistência técnica e capacidade de responder positivamente.

Vamos adiante. **(SLIDE)**

No Estado do Pará, no ano de 2003/2004, 24.200 famílias foram assentadas. Esses números dão conta das áreas desapropriadas e áreas com projetos em criação. Na verdade, nós temos – esta era a última parte da minha intervenção – uma parcela importante de terras públicas federais no Estado do Pará e que estamos, conforme determina a legislação, disponibilizando para projetos de reforma agrária.

O próximo, por favor. **(SLIDE)**

Estes números dão conta da ampliação dos investimentos dessa estratégia nova para a reforma agrária, tanto na área de assistência técnica como na de infra-estrutura e crédito de instalação. Nós expandimos todos esses recursos no Estado do Pará.

Aqui temos as ações previstas para 2005 e que estão em execução. Nós temos como meta vinte mil famílias assentadas no Estado do Pará, para o ano de 2005. Estamos trabalhando com R\$ 320 milhões para aplicação nas duas Superintendências do Estado do Pará, Belém e Marabá; investimentos para moradias, investimentos através de créditos de instalação, um conjunto de investimentos para os nossos assentados da reforma agrária no Estado do Pará, e R\$ 350 milhões em crédito do Pronaf, especialmente Pronaf – A e AC.

Vamos continuar essa relação que julgamos muito positiva com os Estados. Vamos continuar colaborando com o fortalecimento da Emater no Pará. Repassamos R\$ 2,5 milhões, nos anos de 2003 e 2004, e pretendemos continuar com essa política de apoio a essas instituições.

Obviamente, todos esses repasses estão vinculados a convênios, em que a contrapartida é a prestação de serviços dessas instituições para a qualificação dos nossos assentamentos. Esse é o modelo padrão.

Em relação a um tema central no Pará, na Amazônia como um todo, vamos agora entrar nesse tema.

Com relação ao tema do reordenamento fundiário, todos sabem que a há uma presença muito forte da União nesses Estados. A União dispõe de um volume muito significativo de terras, diferentemente do que ocorre em outros Estados da Federação. É bem verdade, por conta do interesse de V. Ex^{as}, vamos aprofundar esse assunto, há uma história conhecida, especialmente a partir dos últimos trinta, quarenta anos. Nós somos herdeiros dessa história. Essa é uma história que tem elementos muito positivos, mas que também é uma história que tem elementos de verdadeiros desastres econômicos, sociais, ambientais, na ocupação que a União produziu e estimulou na Região Norte do nosso País, como é do conhecimento de todos.

Para iniciar um processo de reordenamento fundiário, que tem como objetivo criar estabilidade naquela

região, a partir dos conflitos gerados por uma desorganização fundiária, nós estamos tomando algumas iniciativas. Quais são essas iniciativas? A primeira delas é que nós editamos portaria, em dezembro do ano passado, buscando atualizar o cadastro fundiário do Incra em áreas federais. O fato é que os cadastros que o Incra dispõe não guardam confiabilidade sobre a verdadeira situação da malha fundiária nas áreas federais da Amazônia.

Nós iniciamos um processo de recadastramento para atualizar nossos cadastros e obter informações atualizadas sobre a estrutura de ocupação fundiária nessas áreas. Essas informações são muito importantes para que possamos atualizar o diagnóstico do perfil dessas ocupações – nós estamos falando em posses – e a partir disso desenvolver uma estratégia de regularização.

Volta um pouco, porque é importante.

O objetivo dessa portaria, desse instrumento legal é a qualificação cadastral. Não há nenhuma previsão de regularização ou de opção de regularização a partir dessas informações. O que nós buscamos com esse instrumento é atualizar o nosso cadastro, atualizar informações que nos permitam um olhar mais realista sobre o padrão de ocupação, através de posses nas áreas federais. Esse é o limite dessa portaria. Ela orienta o recadastramento nas áreas federais, áreas de posse, de ocupantes nessas áreas na Amazônia Legal. Nós estabelecemos esse corte por conta, obviamente, da capacidade de produção dessas informações que julgamos, áreas até 100 hectares estão isentas. A previsão legal de titulação dessas áreas federais até 100 hectares, a partir de critérios básicos e fundamentais, como moradia, inexistência de outra posse ou de outra área. São basicamente critérios legais que asseguram o direito desses posseiros em titulação até 100 hectares, que é o que estamos fazendo. Essas estão isentas do recadastramento por essas razões. Nós estamos fazendo o georeferenciamento dessas áreas. Estabelecemos um prazo para 31 de março deste ano para áreas de 100 a 400 hectares. Estamos prorrogando esse prazo até 31 de setembro por conta de dificuldades desse segmento, até 400 hectares, e, em posses acima de 400 hectares, estamos mantendo o prazo que se encerrou em 31 de janeiro. O que é importante na portaria? Todos esses posseiros com área superior a 400 hectares, tão logo apresentem documentação básica no Incra, terão o seu cadastro requalificado. Todos esses que não apresentaram documentação cadastral básica no Incra tiveram os seus cadastros inibidos por parte do Incra. A nossa expectativa é de que esses posseiros cumpram efetivamente essa exigência, que é uma exigência de legalidade para iniciarmos um pro-

cesso de legalização e regularização básica nas áreas da Amazônia Legal. Isso é muito importante, Srs. Senadores, por conta de que essa inibição é provisória. Participei de vários debates na Amazônia e havia uma preocupação muito grande de que, passado o prazo de 31 de janeiro, não haveria condições de trabalhar ou não esse posseiro com uma possibilidade de regularização. O que é importante que seja esclarecido é que, tão logo ele apresente a documentação básica, ele terá o seu cadastro requalificado.

O Plano de Ação Fundiária no Pará. (SLIDE)

Portanto, iniciamos um processo de regularização através da Portaria 10 para criarmos uma qualificação cadastral nas áreas federais que já iniciamos no ano passado. Pretendemos este ano ampliar a nossa capacidade de trabalho num programa de georeferenciamento e cadastro dos imóveis rurais das áreas federais, localizados no eixo dessas rodovias. Para os Senhores e as Senhoras Senadoras não familiarizados com esse mapa, vamos botar o mapa e vai ficar mais claro.

Vamos adiante. (SLIDE)

A meta que temos, e cabe aqui lembrar, Srs. Senadores, uma lei aprovada, em vigor, exige, para a transação de imóveis rurais, a planta geo-referenciada. A idéia básica da utilização dessa tecnologia do geo-referenciamento é superarmos esses limites determinados por registros declaratórios de plantas que, infelizmente, em algumas regiões do País, foi essa fragilidade nos registros cartoriais declaratórios que produziu, em algumas regiões, infelizmente, a situação seja da grilagem de terras, seja daquilo que infelizmente é cultura em várias regiões do País, os vários andares de títulos de terra, de imóveis rurais especialmente. As mesmas áreas dispõem de cinco, seis, sete titulações, o que, obviamente, cria um ambiente de instabilidade enorme. Por determinação de legislação existente, que obriga que as transações imobiliárias rurais sejam feitas com memoriais descritivos georeferenciados, essa mesma legislação obriga o Estado a que, em imóveis até 4 módulos rurais, que a obrigatoriedade da realização do georeferenciamento seja do Estado brasileiro. Iniciamos esse processo, estamos priorizando o Pará. Em várias Unidades da Federação já estamos trabalhando. No Nordeste, por conta do tema Influência do Projeto de Interligação da Bacia do São Francisco, em vários Estados, estamos trabalhando com esse programa. Priorizamos o Pará, por conta, obviamente, da situação de grande instabilidade. Nossa meta é o já referenciamento de 100 mil imóveis, 57 Municípios, 215 glebas, uma cobertura de 25 milhões de hectares.

Estamos trabalhando para que até dezembro de 2005 possamos encerrar esse programa. Como?

(Vamos adiante.) **(SLIDE)**

Estamos falando do Estado do Pará, nas áreas federais. As informações de que dispomos, temos 12.126 processos dentro da estrutura do Incra, em processo de regularização. Nós calculamos pela experiência que isso representa, 30% da ocupação fundiária real dessas áreas e os documentos já emitidos dão conta de 23.200 imóveis, que em algum momento da história de regularização foram já expedidos pelos Incras do Pará.

(Vamos adiante.) **(SLIDE)**

O que é o georeferenciamento? Que instrumento é esse e para que ele serve e porque vai colaborar para que o Brasil definitivamente se assenhore do seu território? Esse me parece um tema muito importante. O País, o Brasil, não pode continuar, no século XXI, sem que tenha um domínio, um assenhoreamento real do seu território, evidentemente, para o conjunto das políticas públicas, não só as questões fundiárias **stricto sensu**, mas para o conjunto das políticas públicas que a sociedade venha, democraticamente, a construir.

O já referenciamento utiliza-se de uma tecnologia que permite que as diagonais, os perímetros dos imóveis rurais sejam identificados através de pontos geodésicos e isso vai fazer com que a existência da malha fundiária real seja exatamente igual a uma malha fundiária declarada. Não há condições, a partir dessa tecnologia, de sobreposições de titulações de qualquer mapa cartorial. Por quê? Porque a tecnologia obviamente fecha uma gleba, fecha um Município e não aceita sobre posições diárias fundiárias. Isso cria uma grande possibilidade que a definitiva estabilidade jurídica para investidores e populações de toda a natureza que vivem e convivem nos Estados da Amazônia especialmente.

(Vamos adiante.) **(SLIDE)**

Estamos trabalhando juntamente com os Sistemas Sivam, Sipam, que oferecem mapas, desenhos, fotografias extremamente qualificadas do nosso território. Na verdade, esses são instrumentos do Sivam, que tiram fotografias processadas e qualificadas pelo Sipam.

(Vamos adiante.) **(SLIDE)**

Esses são aparelhos de georeferenciamento, é muito importante porque isso dá conta do volume de trabalho. Todo o processo dos pontos georeferenciados são coletados dessa forma, através de presença de profissionais que conformam o perímetro da propriedade declarada pelo poceiro, pelo proprietário. Esse perímetro é produzido individualmente e na medida em que esse perímetro é georeferenciado, a concordância

do poceiro da propriedade passa a compor o cadastro geral de imóveis do Incra. Isso dá conta do enorme trabalho a ser desenvolvido, porque todas elas serão georeferenciadas individualmente com profissionais, através desse equipamento.

(Vamos adiante.) **(SLIDE)**

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Não, é o serviço contratado pelo Estado, que vai verificar, vai combinar, sejam informações cartoriais preliminares, sejam informações dos proprietários, ele compõe a propriedade. Portanto, quem realiza o serviço são os profissionais contratados pelo Incra. Evidentemente, já há um processo, Sr^{as} e Srs. Senadores, em andamento, por exigência legal. Vários proprietários já fizeram, e estão fazendo, o seu georeferenciamento, por conta de uma exigência legal de transação imobiliária.

Isso é um exemplo do resultado do trabalho. Esse trabalho do geo-referenciamento das propriedades vai permitir esse padrão de identificação territorial. Fecha-se a propriedade, identifica-se o proprietário e permite, na verdade, a identificação do território com o proprietário. Esse é o grande serviço estratégico que essa tecnologia nos fornece, de tal forma que poderemos verificar sobreposições ou não sobre áreas indígenas, ambientais, enfim, teremos um levantamento fechado do território que será um grande instrumento para todos os efeitos.

Vou dar só um exemplo da importância desse trabalho para o conjunto das políticas públicas do Estado, Srs. Senadores:

Todos os Senhores sabem que, hoje, já é possível detectar uma pista clandestina do narcotráfico ou um incêndio na floresta, graças aos radares e à tecnologia disponível. Mas isso não é capaz de identificar a responsabilidade, a posse ou a propriedade dessa área onde existe a pista clandestina. Esse sistema vai permitir que, de uma forma extremamente rápida, a autoridade identifique a pista clandestina e, ao mesmo tempo, com essas informações, consiga imediatamente identificar quem é o responsável pela posse dessa área onde se encontra essa pista.

Isso abrange toda a Amazônia, todo o Brasil. Esse é um programa nacional, é uma exigência nacional. Estamos priorizando a Amazônia. Obviamente que há uma obrigação da União com as suas áreas federais, mas, ao mesmo tempo, estamos assessorando e conveniando com todos os Estados da Federação para a constituição desse instrumento.

A segunda prioridade do Governo Federal é exatamente com o trabalho do georeferenciamento e regularização, no Nordeste, especialmente nas áreas

que serão beneficiadas com os programas da Bacia do São Francisco. Já estamos executando esse programa em todas aquelas áreas, porque essa informação é básica para o processo de regularização fundiária no nosso País.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Esses dados são de quem? Só para saber a legalidade!

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Se V. Ex^a me permite, já estou concluindo, voltaremos a detalhar as informações, que são, na verdade, informações metodológicas de como estamos trabalhando com isso.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Aqui é basicamente o fluxograma que orienta o trabalho em execução por parte do Incra. O levantamento ocupacional é exatamente o cadastro: a análise da ocupação territorial, do ponto de vista ambiental, da legalidade das normas. Se essa análise guarda a legalidade, sob todos os aspectos, imediatamente se inicia o processo de regularização; se há problemas nessa análise, problemas de ocupação sobre áreas de preservação de qualquer natureza, sobre a posição em áreas privadas, que acontece muito nessas regiões tituladas, contradição com os registros cartoriais, abre-se um processo de regularização, e, por consequência, teremos a retomada de um lote ilegalmente ocupado, a desintrusão, o reassentamento, a titulação, a inclusão e o registro imobiliário. Esse é um fluxograma organizacional da nossa instituição.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Estes são os Municípios envolvidos, e, por aqui, parece-me que facilita essa compreensão. Estamos, na verdade, criando uma capacidade de gestão pública sobre áreas federais e trabalhando juntamente com o Governo do Estado do Pará, para fornecer essa tecnologia para o Estado do Pará, que dispõe de muitas áreas nessa situação. Na verdade, o que estamos priorizando são todas as áreas que são ou que foram impactadas pela intervenção da malha rodoviária no Estado do Pará, seja essa malha federal ou estadual. Portanto é esse arco que estamos trabalhando. Obviamente que vamos reduzir essa dimensão territorial rapidamente. Para as Sr^{as} e Srs. Senadores que não estão familiarizados com a dimensão territorial, quando falamos no Pará, estamos falando numa área superior a soma dos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul. Portanto, estamos falando em um milhão e cem mil hectares, um milhão e duzentos mil hectares, uma área superior ao território do Bolívia, e isto exige uma intervenção permanente, qualificada, responsável de

todas as estruturas dos Estados Federais, Estaduais, Prefeituras, Poder Judiciário e Ministério Público nesta região.

Esta é a área de trabalho.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Estas são as terras públicas federais no Estado do Pará. As cores não facilitam, mas, na verdade, é o mapa que busca identificar, seja os territórios indígenas, as áreas indígenas já demarcadas, reservas ambientais, áreas de assentamento, áreas tuteladas pelo Governo Federal, áreas estaduais. São áreas da União, quando digo da União, por exemplo, são áreas das Forças Armadas, a Aeronáutica tem uma grande base aérea chamada Cachimbo, na área Pará-Mato Grosso, territórios indígenas, áreas de proteção ambiental, áreas da União, especialmente as áreas da União que fazem paralelo, margeiam as nossas rodovias.

Acho que fica mais claro num outro mapa. Qual a prioridade, e por isso aquelas metas para este anos, Sr^{as} e Srs. Senadores. Estamos priorizando esse trabalho em três grupos. O critério que vai priorizar este trabalho foi dividido a partir dessas variáveis, o grupo primeiro, que vamos iniciar, já iniciamos esse trabalho, é o que consideramos alto impacto. São áreas de grande conflito de toda natureza, portanto: grilagem de terras públicas, disputa por posse, cultivo de plantas psicotrópicas, prática de trabalho escravo. São áreas detentoras de grande conflito social, entre privados, são áreas que identificamos de alto impacto e são nessas áreas que iremos priorizar a nossa intervenção.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Essa identificação das áreas prioritárias que estamos trabalhando e vamos ampliar o nosso trabalho já neste semestre. A idéia obviamente, há todo um preparativo sendo construído, operacional, tão logo a condição de chuva crie condições de trabalho. teremos condições de ampliar o nosso trabalho.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Segunda área, impacto médio. São ocupações espontâneas, áreas de menor conflito, que será a segunda etapa do trabalho.

(Vamos adiante.) (SLIDE)

Estão aqui localizadas. Grupo três, por favor. Baixo impacto, são treze estágios de trabalho que já iniciamos e vamos fortalecer. Por favor, o último mapa, esse mapa dá conta do impacto, do trabalho, cento e uma glebas, sete milhões oitocentos e novena e um hectares, não é a terceira que pega todos, esse é baixo impacto. Esse mapa dá conta de toda a estratégia de trabalho nas áreas federais no Pará. São duzentos e quinze glebas, vinte e cinco milhões, cento e setenta e quatro mil hectares que pretendemos já o referenciar, e com isso colaborarmos com uma estratégia de estabi-

lidade fundiária no Estado do Pará. Essa é uma tecnologia nossa, é um software nosso, temos capacidade operacional já testado positivamente e, obviamente, é uma tecnologia disponível para todos os órgãos estaduais de terras como será a mesma tecnologia usada em outros Estados da nossa Federação.

Por fim, esse é o plano de trabalho. Será coordenado, Senador Ana Júlia, pelo Incra, esse banco de dados produzido por essas informações será disponibilizado para todos os órgãos federais obviamente. O grande parceiro que vai operar esse trabalho vai ser o Exército brasileiro. Estamos concluindo a contratação por meio do Instituto Militar do Exército, que tem grande experiência, grande tecnologia e capacidade de trabalho. O IME será o braço operador desse projeto e, com todo este apoio dos diversos organismos e diretorias do Exército, bem como do Sivam e Sipam. Toda esta operação será feita por esses profissionais que têm grande experiência da Amazônia e grande experiência em toda nossa estratégia ou estrutura de cartografia no País. Isto dá conta um pouco do plano de trabalho. Estaremos envolvendo mais de 500 profissionais neste trabalho, já há um trabalho sendo realizado no Estado do Pará, portanto, os mapas já estão sendo feitos, temos uma base inicial já georeferenciada, que vai permitir que os nossos planos e nossas metas sejam absolutamente exequíveis. Estamos seguros de que temos condições operacionais a partir desta equipe, com esta qualidade, de colaborarmos ainda este ano com a população do Pará, com o Estado do Pará e com este trabalho reduzirmos enormemente o padrão de conflito por conta das questões fundiárias.

Acho que é a última lâmina.

Esses são os resultados esperados, uma malha fundiária conhecida, áreas públicas remanescentes atualizadas, ocupantes identificados, uma infra-estrutura geodésica implantada, que é estratégica para o País, glebas regularizadas. Portanto, este plano de trabalho tem como objetivo responder responsavelmente por esses resultados.

É a última lâmina? É isso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são informações gerais que procuramos dirigir especialmente para o tema do Pará, por conta da situação de conflito, porque, é no Estado do Pará, obviamente, não por responsabilidade das autoridades locais, da população, mas por um processo histórico que conhecemos de longa data. Mas, infelizmente, é um padrão de violência e de conflito extremamente importante no Estado do Pará, que estamos trabalhando de uma forma integrada com outras áreas do Governo, seja o Ministério da Integração, através da coordenação do Projeto de Desenvolvimento da Amazônia, especialmente os temas

vinculados à BR-163, articulados com o Ministério do Meio Ambiente, há um conjunto de esforços integrados por parte do Governo Federal, de tal forma que possamos superar esta situação e criarmos a partir dessa relação positiva com os Governos Estaduais, com as demais instituições, e ofertarmos uma estratégia de desenvolvimento econômico e social sustentável para toda população do nosso grande Amazonas.

Muito obrigado e fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Antes de passar à Senadora Ana Júlia, autora do requerimento, eu queria apenas fazer uma breve pergunta esclarecedora, isto é, se todo esse programa previsto tem respaldo nos recursos que estão descontingenciados para o Ministério que V. Ex^a dirige.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, um brevíssimo esclarecimento sobre a tabela que ele apresentou dos assentamentos, expressando que, até agora, foram assentadas cerca de 117.500 famílias, correspondendo a 81%, 145.000, mas, para o ano 2005, salvo engano meu, não vi o número previsto. Relacionado à pergunta do Presidente, tendo em vista o contingenciamento, qual a previsão de 2005 e, se, porventura, houver o descontingenciamento, quanto poderia ser? Está relacionada à pergunta de V. Ex^a, Sr. Presidente. Só esse breve esclarecimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só um instantinho. Como é que vai ser a ordem das inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Já estão inscritos a Senadora Ana Júlia, naturalmente, e os Senadores Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes, Flávio Arns.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Passou a lista? Não a vi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Está aqui na mesa.

Podemos colocar seu nome com a maior satisfação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, é porque eu não tinha visto a lista.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Sr. Presidente, Sr. Senador Suplicy, em relação aos recursos para assegurar a implantação deste programa. Nós temos segurança porque fizemos o remanejamento orçamentário. Obviamente, quando nós falamos em contingenciamento, V. Ex^{as} bem sabem disso, nós temos uma reprogramação financeira. E, por conta da prioridade do norte do Pará, nós fizemos uma reprogramação financeira, retiramos recursos de outros programas de outros Estados, estamos concentrando

recursos nesse programa. Este programa está orçado em R\$ 35.000.000,00. Nós temos recursos para isso. Queremos, neste ano, imediatamente iniciar a operação em relação a esse programa.

Em relação ao Senador Eduardo Suplicy, aos números, às metas... recuperando, né! Quer dizer, o nosso Governo assume um compromisso a partir do segundo PNRE de 400 mil famílias. A estrutura era 30 mil famílias no primeiro ano, 115, 115 e 145. Nós nos dois primeiros anos asseguramos acesso à terra a 117 mil famílias. Trabalhamos, portanto, com 81% da meta. E temos para este ano meta de 115 mil famílias e, obviamente, recuperando as metas que não foram cumpridas nos dois primeiros anos.

Há um esforço importante do Governo no sentido de assegurar recursos para que nós possamos cumprir todas essas metas. Os recursos contingenciados obviamente reduzem a capacidade de investimentos e de operação e comprometem todos os nossos programas, todas as nossas metas. Há um esforço importante do Governo de recuperar todos os recursos orçamentários, de tal forma que nós possamos cumprir as metas. Não só as metas dos assentamentos, dos assentamentos, mas todas as metas de qualificação em relação aos nossos assentamentos e darmos seqüência, V. Ex^a me permite, a outras questões fundiárias extremamente importantes.

O nosso Governo assumiu o que deveria ser, obviamente, uma responsabilidade institucional, que é o mandamento constitucional do direito à titulação das áreas Quilombolas, por exemplo. Nós temos um grande trabalho, uma grande responsabilidade com a Constituição Brasileira, com os descendentes dos Quilombolas de assegurarmos o direito dessas terras. Nós iniciamos um programa forte. Estamos trabalhando, portanto, nesta área também, em tantas outras áreas tão importantes para não só assegurarmos estabilidade fundiária, mas assegurarmos direitos fundamentais, que na minha opinião, direitos estes sendo realizados, eles são portadores de um ambiente de estabilidade positiva muito importante para o nosso País. Portanto, Senador, os recursos contingenciados obviamente reduzem capacidade de investimentos em todos os programas. Mas há um esforço importante de recuperar, eu creio, os recursos necessários para executarmos todas as metas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)–

Obrigada.

Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o Ministro Miguel Rosseto

que vem aqui, nos traz dados, nos traz um resumo das ações concretas. O requerimento realmente falava da questão da Amazônia, da situação do Pará, especificamente, pelo que ela representa, não apenas pela violência última, em relação à morte da Irmã Dorothy, porque o Estado do Pará já tem o triste título de campeão de violência há muitos anos, infelizmente, mas pela dimensão do que ele representa – representa cinco Estados brasileiros. E eu quero inclusive fazer um registro parabenizando o Ministério por estar investindo em ações também estruturantes, como o próprio Programa do Biodiesel. Vai chegar... Já chegou aqui inclusive a Medida Provisória que dá os incentivos fiscais para quem quer produzir o biodiesel, quem quer produzir o biodiesel em parceria com a agricultura familiar, com o Pronaf.

Então, acho que isso mostra uma ação que inclusive não vai ser determinada pelo Ministério. Não vai ser o Ministério que vai coordenar, mas é a própria iniciativa privada. Mas, quer dizer, é o incentivo com certeza à iniciativa privada para que ela trabalhe com a agricultura familiar.

Então esse reforço, esse caráter estruturante é importante e eu gostaria de fazer esse registro, inclusive parabenizando o Ministério.

Eu acho que nisto, também, a responsabilidade que os dados nos mostram, aqui, de toda a região e de todo o País – é claro – mas não tem como não se falar do Estado do Pará, é grande a nossa responsabilidade para que nós possamos mudar essa realidade e os números mostram isto. Eu sou funcionária do Banco do Brasil, licenciada há mais de 20 anos. Vou completar 22 anos de Banco do Brasil e quero dizer que sei que o Pronaf, muitas vezes, chegava até ser devolvido – o Pronaf não era utilizado completamente, muitas vezes mesmo até por falta de assistência técnica. Então, eu sei do grande esforço e o quanto é importante essa assistência técnica para que esse recurso não seja transformado numa dívida daquele agricultor, mas, sim, em produção para transformá-lo realmente em um produtor e inseri-lo na economia, como está demonstrado, aí, inclusive nos dados, da importância e o crescimento dessa agricultura familiar e o quanto ela representou de crescimento, inclusive maior do que outro tipo de agricultura. Em termos, foi, realmente, um crescimento extremamente significativo. Eu já conhecia parte desses dados em relação ao Pronaf, na Região Norte, – e, como falei, pelo Banco do Brasil – e que eles inclusive mostraram que chegou o momento que eles não tinham mais – a demanda já era maior do que a oferta. Foi um crescimento assombroso que, inclusive, foi mostrado aí – em 1.000%.

Mas, Sr. Ministro, eu queria colocar – é lógico que é a nossa preocupação e eu quero dizer que essas ações de georeferenciamento são fundamentais e acho que é importante que esse entendimento de que a situação do campo não se registro – georeferenciamento – vamos ter regularização. Isto é fundamental, principalmente na Amazônia, no Estado do Pará. Os créditos são fundamentais. A infra-estrutura – e, aí, no caso do Estado do Pará, eu sei que V. Ex^a já foi várias vezes ao Estado e conhece aquela realidade, porque só a Superintendência de Marabá é a que tem a maior quantidade de assentamentos do Brasil. Muitos deles feitos, sim, não podemos deixar de registrar, de uma forma completamente até irresponsável, porque se um povo na terra, às vezes, Senador Sérgio Guerra, a 100 quilômetros, sem ter estradas. E não são poucos os assentamentos nesta situação. Então, é colocar o assentamento para que ele não funcione e, depois, dizer que a agricultura familiar na dá certo, sem nenhuma infra-estrutura. Hoje, então, o esforço para que se dote essa região com infra-estrutura tem sido muito grande. Eu reconheço o crescimento dos recursos, mas nós sabemos que é preciso muito ainda.

Então, é necessário, também, dizer que a responsabilidade não deve ser apenas do Ministério de Desenvolvimento Agrário, porque se pensa que vamos precisar de Reforma Agrária que é uma responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Mas o desenvolvimento agrário não é – por exemplo: ter educação, ter uma escola. É necessário que se tenha parceria com todas as esferas de poder. Ter educação, ter condições de saúde, ter o posto de saúde, a unidade de saúde – eu acho necessário essa parceria porque é, também, responsabilidade do Estado o desenvolvimento e não é simplesmente dizer que isto é assentamento da Reforma Agrária. Então, não vamos investir um prego nesse assentamento.

Eu acho que tem que haver, Sr. Ministro – eu não sei como isto está sendo dialogado – e o senhor falou bastante – já existe uma parceria com os Iterpar, os Institutos de Terras e Interpar lá no Estado do Pará em que o Ministério repassa recursos para garantir assistência técnica, e eu sou testemunha de que essa assistência técnica realmente ampliou bastante. Mas é necessário que se faça parcerias, não só, inclusive, além do Governo do Estado, parcerias, também, com as Prefeituras. Muitas Prefeituras têm dificuldades mas, mesmo assim, podem contribuir com alguma coisa. Mas existem Prefeituras que têm condições de fazer essa parceria. Por quê? Porque é interesse da Prefeitura, é interesse do Estado que aquilo se transforme numa atividade produtiva e não numa atividade de conflito, numa atividade que não traga tranquilidade.

Eu, então, na verdade, queria parabenizá-lo, Sr. Ministro, até porque o senhor já trouxe um documento que enfoca a questão do Estado do Pará e lhe dizer que nós, inclusive, acabamos de aprovar um relatório, já circunstanciado, sobre a morte da Irmã Dorothy e vamos entregá-lo à CPMI da Terra, que está indo para o Estado do Pará para que continue aprofundando as investigações naquilo que precisa ser aprofundado, que é o papel de uma CPI. Mas queria só ressaltar a questão da infra-estrutura. Eu sei do esforço... e não tenho dúvida de que nós vamos contar com o apoio de todos os Senadores, não só do Estado do Pará, mas de todos os Estados, para garantir recursos para a infra-estrutura no nosso Estado. E, no Estado do Pará, recursos para a infra-estrutura se traduzem em boa parte em estradas. Ter condições de que essas estradas sejam transitáveis porque, mesmo na região oeste do Pará, onde aconteceu recentemente o assassinato da Irmã Dorothy e de outros trabalhadores brasileiros, eu digo que podemos fazer todas as ações, senão, por exemplo, transformarmos a Transamazônica – sei que já não é sua responsabilidade, mas estou citando aqui – numa rodovia transitável, não tem como melhorar essa situação.

Portanto, quero dizer que contaremos com o apoio de todos os Senadores do Estado do Pará e de outros Estados para essa tarefa e contará com nosso apoio na busca desses recursos para garantir os investimentos realizados. E eu pergunto: esses 670 milhões – não é isso? Anotei aqui o número. Deixe-me ver se anotei corretamente – só para o Estado do Pará, não é isso?...

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Do conjunto dos investimentos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu sei. Aí estão os investimentos. O Presidente Lula deu garantia de que esses recursos.. – a Ministra, inclusive, veio aqui e disse que esses recursos, General Félix, todos aqueles recursos para o Estado do Pará estariam absolutamente garantidos. Se precisar de nós, iremos lá para ajudar a garantir, mas eu sei que eles já estão garantidos. Eu queria só... Porque isso tem sido colocado. Por isso eu estou colocando isso, Ministro. Tem sido muito questionado aqui, e no Estado do Pará sai matéria na imprensa dizendo que esses recursos não vão ser aplicados. Eu tenho garantido, inclusive, que serão e não tenho dúvida disso. Eu acho que é importante V. Ex^a reafirmar isso daqui.

No mais, quero só parabenizá-lo pelas ações e dizer que essas ações, mesmo quando causam reações violentas, elas têm sido importantes pela firmeza que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem mantido inclusive em não abrir mão dessas ações, mesmo que

elas causem reações muitas vezes violentas, até porque, se o Ministério não tiver essa postura, aí é que a violência vai aumentar, se ceder. Esse é, portanto, o momento exatamente de ter firmeza, de ter a parceria e o apoio de todos para garantir mesmo que não só a forma de assentamento mais tradicional, mas os PDS – que é o modelo de assentamento adequado para algumas regiões da Amazônia que fazem a exploração dos recursos naturais sem destruí-los, mas de forma sustentável – possam ser feitos e não deixar nenhuma dúvida de que todos aqueles que se opuserem estarão se opondo a uma ação do nosso Governo Federal, do Governo Federal desse País, e não contarão com o apoio, com certeza, de ninguém desta Casa, porque nós vamos é dar apoio a essas ações. Queremos é paz no campo. E ela só virá, inclusive... uma ação é da segurança mas a outra ação é garantindo as ações estruturantes, como tem feito o Ministério, e recursos para assentamentos e para melhoria dos assentamentos, assistência técnica. Não tem como ter uma produção sem ter assistência técnica. Nós sabemos que em todos os recursos, inclusive o FNO, muitos problemas aconteceram por falta de assistência técnica.

Então, quero também registrar aqui a avaliação acertada do Ministério de que assistência técnica é uma prioridade e a infra-estrutura, porque sem elas é impossível ter produção.

Então, gostaria somente de fazer esse registro, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com a palavra o Sr. Ministro para responder as perguntas e considerações da Senadora Ana Julia.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Em realidade foram manifestações da Senadora que compreendo, e, em termos de questionamentos ou solicitação de posicionamento, há duas, três questões.

Primeiro, esses recursos que anunciei são recursos assegurados. Portanto, respondo sobre aquilo que é minha responsabilidade dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e aproveito para informar, porque pode haver eventual dúvida produzida por conta, as informações geradas durante os meses de janeiro e fevereiro foram produzidas a partir do Orçamento de 2005, aprovado anteriormente à política de contingenciamento.

Alguns setores que participaram, que foram informados, legitimamente manifestaram a preocupação em relação à continuidade desse recurso. Quero, publicamente, aqui, aproveitando a Comissão, dizer que todos os recursos do MDA estarão garantidos na programação operacional prevista na PO 2005.

Para isso, estou remanejando recursos de outros programas, de outras áreas, e priorizando o Pará

e regiões que, obviamente, dispõe de maior conflito. Infelizmente, o resultado disso até então é que há uma diminuição da potência de programas em várias áreas, mas, no Pará, a situação de conflito se impõe por conta da situação que nós, infelizmente, estamos vivendo, mas todos os recursos serão assegurados.

Em relação a outras áreas, há um esforço crescente, forte, mais do que isso, uma determinação vigorosa do Presidente Lula, no sentido de superarmos isso, que não faz parte das melhores tradições do Estado brasileiro, que é a integração entre os diversos Ministérios, as diversas instituições.

Há um esforço muito grande de integração, e nós temos avançados em alguns temas importantes.

Fiz referência aqui ao Programa Luz para Todos, que é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. Temos avanços importantes na área de saúde, através do Programa Saúde da Família, numa relação com o Ministro Humberto Costa, no sentido de assegurar o Programa Saúde da Família para todos os nossos assentamentos e comunidades rurais, onde ampliamos os recursos para essas comunidades ou para esses assentamentos, e estamos trabalhando com todas as outras áreas, no sentido de concentrar recursos e priorizar a alocação desses recursos.

Essa relação – quero registrar aqui – é construída também com os Governos Estaduais. Temos experiências muito positivas com praticamente todos os governos estaduais, no sentido de somar recursos, otimizarmos trabalho, cedência de funcionários, construirmos conjuntamente orçamentos, de tal forma que não haja somatório de esforços nas mesmas áreas – parece-me que é muito importante – e também com os Prefeitos.

Recentemente, na marcha dos Prefeitos, em Brasília, nos vários diálogos, penso que há um entendimento muito forte, muito positivo, por parte dos Prefeitos de, cada vez mais, compreenderem a importância especialmente para os Municípios, que têm como marca uma população rural, uma atividade econômica rural, uma importância estratégica do ponto de vista econômico de programas dessa natureza.

Na minha opinião, avançamos muito nesses dois anos. O processo de renovação eleitoral dos nossos Municípios, na minha opinião, permitiu um avanço inclusive desta compreensão por parte dos Prefeitos, dos investimentos nessas áreas. Temos programas inovadores, estratégicos importantes, como programa de aquisição de alimentos, que permite, de uma forma muito positiva, que o recurso público seja para a merenda escolar, seja para os hospitais, quer dizer, que o poder de compra público possa estimular essa renda no Município ou na região. Portanto, há um con-

junto de esforços, em que a marca é a qualificação da Federação, da estrutura federativa, num programa que necessariamente, para que responda aos seus objetivos, deve ter a integração de todos os entes da Federação, da sociedade, das diversas instituições nossas, que acho muito importante.

Essa é a marca, Senadora, que estamos buscando, e penso que já temos resultados positivos. Tenho certeza de que, este ano, iremos qualificar e aprofundar essa relação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Sr. Ministro, na primeira audiência realizada com o Ministro Roberto Rodrigues nesta Casa, no questionamento feito por um Deputado Federal, ficou claro que vários programas do seu Ministério não poderiam ser executados, vigorando o contingenciamento efetivado na área da agricultura.

De todas as maneiras, sou contrário a essa tal política de contingenciamento, que agride o Congresso, o bom-senso e a democracia. Como esse não é o tema da nossa conversa, vamos deixá-lo para um segundo momento.

Tenho certeza de que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tem uma obrigação especial nesse campo. Se há uma área em que as políticas de contingenciamento têm tudo para dar errado, é a área da agricultura, seja da agricultura empresarial, seja da agricultura familiar. Ninguém governa o tempo, a natureza, as safras. Não se pode trabalhar um programa como esse com descontinuidade ou acumulando financiamentos e liberações dos últimos três meses do ano. Tem que se trabalhar sempre. Se, embora com bom prejuízo, se pode interromper a construção de uma estrada, não se pode interromper uma safra, deixar de financiar na hora certa, deixar de tomar providências no tempo adequado.

Tive uma conversa com o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara. Podemos atuar nisso de maneira muito forte, como Senadores, Deputado, e no orçamento de uma maneira geral.

Por exemplo, a área de ciência e tecnologia está fora da política de contingenciamento. Por que não estão fora dessas políticas as atividades que têm a ver com agricultura? Não devem, por bom-senso, ser governadas com critérios desse tipo.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, estão, nesta Casa, hoje, três Minis-

tros. Preciso ir à Comissão de Educação, mas farei um registro rápido.

Sr. Ministro Miguel Rossetto, admiro a maneira competente e o trabalho que tem desenvolvido, especialmente, no Mato Grosso do Sul, Estado que é uma referência, principalmente, com relação ao trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A Fazenda Itamaraty é uma segunda etapa. Há um programa de infra-estrutura forte nos assentamentos. Ao mesmo tempo, como acabou de falar a Senadora Ana Júlia Carepa muito rapidamente, não adianta política de desenvolvimento agrária se não tivermos infra-estrutura, estrada de acesso, água, saneamento, energia.

É importante, Sr. Presidente, registrar que, em Mato Grosso do Sul, há 52 assentamentos eletrificados pelo Luz para Todos. São 52 assentamentos eletrificados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – De quantos?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – De 59. Ou seja, é um programa poderoso e que demonstra que, se o Governo do Estado está integrado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o Ministério de Minas e Energia, esse programa funciona com impactos extraordinários junto às famílias assentadas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Todos no atual Governo?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Todos no atual Governo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Como o Senador é forte. (Risos.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não é Senador forte. Nós conversamos bastante com o Ministério e fazemos as coisas acontecerem. São 52 assentamentos. Recentemente, o Ministro inaugurou o último assentamento eletrificado desse programa, como estamos atendendo os Quilombolas, como vamos atender também as nossas aldeias. Quer dizer, é um programa de grande abrangência. Para terem uma idéia, até 2006, não haverá uma família sem energia elétrica em Mato Grosso do Sul.

Sr. Ministro, além desse trabalho e das novas frentes que se abrem lá, coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, registro também o nosso empenho e o de toda Bancada, em função da reunião que tivemos com V. Ex^a na semana passada, no sentido de garantir os recursos. Como disse o Presidente, não podemos parar um programa desse no meio do caminho, com metas muito bem estabelecidas e por todo o trabalho organizado que está sendo desenvolvido.

Conte com o nosso empenho, como também com o empenho da Bancada para aprovação da Medida

Provisória do Biodiesel, que trará um impacto extraordinário, especialmente para agricultura familiar nas Regiões Norte e Nordeste.

Parabéns, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente quero parabenizá-lo por esse trabalho de resgatar a extensão rural no Brasil.

Sou bastante saudosista nessa área, porque sou cria da Acar da Acarece, da Acarpa, onde aprendi a fazer extensão rural, pois como técnico agrícola e como médico veterinário, eu trabalhei muito tempo na extensão rural e cheguei a ser Presidente da Empresa de Extensão Rural dentro do Estado de Mato Grosso.

Portanto, Sr. Ministro, estamos muito afinados nessa área de trabalho com os pequenos produtores rurais. Foi por isso, Ministro que, como Senador, tenho trazido um programa de eletrificação rural. Há seis anos coloco esses recursos no Orçamento da União de uma emenda de Bancada. Já estamos com 6 mil quilômetros de energia rural no Estado de Mato Grosso, basicamente instalada na área de pequenos produtores, seja assentamento, seja o da agricultura familiar. Também há um trabalho de feiras do produtor para atender a esse tipo de produtor, bem como viveiros, Ministro. É importantíssimo construir viveiros nas áreas de pequena produção, principalmente com as culturas econômicas da região. Portanto, estamos trabalhando também nessa direção para resolver os problemas de assentamento dentro do Estado de Mato Grosso.

Quarta-feira tive uma reunião com o Governador do Estado e com a Diretoria da Emater de Mato Grosso. Ali ficou já estabelecido como será feito o trabalho entre o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais. Lá resolvemos municipalizar o trabalho de extensão rural.

Ministro, aqui no Congresso, quando fomos reorganizar as dívidas dos produtores que estavam chegando...

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Desculpe, Senador, não entendi.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Reorganizar as dívidas dos produtores. As dívidas dos produtores, sobretudo dos pequenos produtores, estavam chegando já à casa dos 38% de inadimplência. Com o Programa de Securitização, tanto do Procerá como do Pronaf, dos fundos constitucionais e com o Programa Pesa, que é para produtores maiores, reduzimos isso. Porém, Ministro, ficou ainda um câncer nessa área, são os pequenos produtores devedores do Nordeste,

que estão com 40% de inadimplência, não podem pagar apesar de todo o avanço que tivemos nas nossas negociações.

Agora, Ministro, corre aqui um projeto do Senador César Borges, que estende os limites dos devedores para que eles reorganizem suas dívidas para continuarem recebendo os benefícios do Governo. Se não reorganizamos esses 40% dos produtores do Nordeste, no meu entendimento, eles não terão acesso ao Pronaf nem a outro tipo de crédito que o seu Ministério poderá trabalhar.

Se a assessoria de V. Ex^a puder ajudar nesse aspecto, faremos um encontro nesta semana entre o proponente do projeto, que é o Senador César Borges com o Senador Delcídio Amaral, que pediu para retardar a votação desse projeto. Para entrarmos num entendimento a respeito dele, precisamos do apoio do seu Ministério, porque vai atender, sobretudo, a essa camada de produtores, clientes do processo de reforma agrária, sejam de assentamento, sejam de agricultura familiar.

Ministro, V. Ex^a não falou sobre um programa, que é para mim de máxima importância, os chamados Casulos. Não sei se os Casulos deixaram de existir, mas os Casulos no Estado de Mato Grosso, onde foram implantados vários, todos deram certo. Estão produzindo, fornecendo alimentação para certos Municípios e Municípios vizinhos. Portanto, se V. Ex^a puder falar alguma coisa sobre o Casulo para nós também é muito importante.

A respeito do crédito fundiário, ainda sou da época mais antiga. Sou da época do crédito fundiário do Proterra. Aqui tenho um exemplo, Ministro. Mato Grosso quando foi dividido, o nosso pobre Mato Grosso, ficou com 37 Municípios apenas. Em dez anos, Mato Grosso passou a ter 120 Municípios. Esse crescimento foi basicamente em área de assentamento. Não assentamento tipicamente do processo de reforma agrária, mas assentamento por meio de colonização. Esse foi o grande avanço do Estado de Mato Grosso que, em 1938, ficou com 37 Municípios, estando hoje com 141 Municípios. Não tem mais por que a lei hoje ainda impeça a aprovação de mais Municípios.

Portanto, o Banco da Terra, V. Ex^a disse dos problemas da terra, que de fato houve. Esse programa foi uma decepção, mas queremos ver se com esse outro programa de acesso à terra, Ministro, ele seja coadjuvante do processo de reforma agrária, por que quem compra um pedaço de terra não sai dela, diferentemente de alguns que ganham a terra e logo depois negociam essa área.

Ministro, V. Ex^a falou sobre os problemas de baixa tensão em algumas áreas no Pará. O Pará rece-

beu um contingente muito grande de produtores. Eles procuraram o Incra, fizeram um processo naquele órgão, mas esses processos não tiveram a felicidade de serem aprovados. Esse pessoal investiu na área, está produzindo, principalmente às margens da BR-163. E hoje, com essas medidas de restrição, como é que fica esse pessoal que está com posse consagrada? Esses produtores não estão dentro das áreas de detenção. Como ficariam esses produtores que não são proprietários, mas estão produzindo, que hoje estão todos aflitos na preocupação de perderem todo o trabalho que fizeram?

Por fim, estamos aqui à disposição também do Ministério de V. Ex^a. Esperamos que o pequeno produtor, assentado ou não, tenha sucesso.

Ministro, a declaração de V. Ex^a, ontem, em São Paulo, a respeito do MST – Abril Vermelho –, preocupou-nos. V. Ex^a disse, segundo a imprensa, que não tem recursos para segurar esse movimento, que estão assegurados somente 25% dos recursos que tiveram como referência aos recursos do ano passado. Então, quero saber também o que há de verdade nisso.

Obrigado, Ministro.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Sr. Senador Jonas Pinheiro, um grande extencionista que tem colaborado muito nisso.

De uma forma muito objetiva, o tema do projeto estamos acompanhando, temos interesse e vamos colaborar numa avaliação precisa nesse sistema do endividamento. Portanto, saúdo a iniciativa do Senado. Vamos colaborar.

Senador, quanto ao Projeto Casulo, não fiz referência a nenhuma modalidade de assentamentos, embora existam várias. O grande desafio que assumimos foi compreender, primeiramente, que um processo de ocupação territorial deve considerar os limites e as possibilidades das diversas realidades, dos diversos biomas de nosso País. Definitivamente, superamos uma prática por demais conhecida que era a reprodução, em todo o território nacional, de um único padrão, modelo de ocupação produtiva no País. Essas experiências se revelaram fracassos importantes em várias regiões, porque esse projeto de ocupação produtiva, mediante um assentamento, não levava em consideração o conjunto das características regionais, como a cultura, a renda, a formação, os limites e as possibilidades de que o nosso território regional dispunha. Portanto, quando falamos em reforma agrária, referimo-nos a várias reformas agrárias no País. Além do projeto de desenvolvimento produtivo nos campos do sul do País, deve-se pensar em uma estratégia de ocupação produtiva na Floresta Amazônica, onde há áreas com enorme capacidade de produção agrope-

cuária e outras realidades, em que o manejo florestal sustentável será uma grande atividade geradora de renda, assim como no Cerrado e no Semi-Árido. É preciso pensar, de forma inteligente, adequada, em estratégias de ocupação produtiva – assentamentos – nas diversas modalidades do Território. Inauguramos assentamentos florestais no Acre, onde a única atividade é a florestal por conta da riqueza econômica da floresta e não da terra. Estamos potencializando um conjunto de projetos de desenvolvimento sustentável para que possamos associar a atividade pecuária, em menor escala, à atividade madeireira.

Aproveito a oportunidade para esclarecer esse assunto, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns. Os projetos de desenvolvimento sustentável não são impeditivos da atividade madeireira. Ao contrário. Os projetos de desenvolvimento sustentável fazem parte de uma estratégia de exploração sustentável e racional. Por isso, é necessário pensar para não repetir erros brutais cometidos neste País com parcela importante da sociedade, com recursos públicos importantes, resgatar dessas experiências o que elas têm de positivo e adaptar um conjunto de estratégias. O Casulo é um dos modelos que faz parte do conjunto dos números que não abrimos. São assentamentos que permitem, com a menor quantidade de terra, próximas aos centros urbanos, gerar renda suficiente para um conjunto importante de famílias. Estamos produzindo esses modelos, como estamos produzindo vários modelos de assentamento. Parece-me ser essa a grande experiência brasileira que devemos recuperar. Não podemos repetir os erros nem desconhecer, definitivamente, que o Brasil tem, como riqueza, a sua enorme diversidade geográfica, territorial, cultural, além de enormes vocações econômicas distintas. A atividade rural não é necessariamente uma atividade agrícola. Há o extrativismo. Existe um conjunto de atividades econômicas produtivas que são extremamente fortes, rentáveis e que devem ser apoiadas. Grande parte do sucesso do Pronaf se deve a uma ampliação da agenda de financiamento da atividade rural e não, obrigatoriamente, de grãos. É um erro histórico do Estado brasileiro restringir, muitas vezes, o financiamento a uma política de grãos e desconhecer que existem outras atividades rurais com rentabilidade, com sustentabilidade, ou seja, importantes geradoras de renda que, obviamente, têm um grau de diversidade muito maior do que esse, que é o que estamos fazendo, desde a atividade florestal. Enfim, há um conjunto de atividades.

Então, o Casulo faz parte de uma estratégia com a qual estamos trabalhando – como ocorre com diversos outros modelos de assentamentos – e que deve

responder ao objetivo: gerar trabalho, ocupação produtiva, qualidade social e preservação ambiental.

V. Ex^a fez referência ao temas do crédito fundiário e nós acompanhamos. A bem da verdade é isto: o Banco da Terra era um programa que tinha um padrão de gestão, que extinguiu. Criamos outro padrão de gestão bem como outras regras. Estamos trabalhando e acreditamos, sim, que temos uma boa capacidade de ampliarmos as nossas metas no crédito fundiário para este ano.

Ampliamos o rigor. Não temos o direito de contaminar um bom programa, com práticas infelizmente não desejadas. Esse é um dilema permanente do gestor público. Qual é o dilema de todos nós? Primeiramente, criar um padrão de regras que assegurem e que garantam que o objetivo do programa será executado. Estamos falando em recursos públicos e em prioridade pública – enfim, em criar regras que dêem segurança na opção do poder público e da sociedade e, ao mesmo tempo, que não burocratizem de tal forma um programa a ponto de inviabilizá-lo.

Este é um processo permanente de conflito de um gestor público: o programa precisa funcionar, mas ele deve dispor de tamanho grau de regras republicanas e fundamentais, que, todavia, não o impeçam de funcionar. Estamos chegando a uma equação importante com os Estados, os sindicatos e as instituições bancárias. Melhoramos o programa. Assim, creio que, neste ano, haverá um desempenho bem relevante.

Em relação aos temas a que V. Ex^a se remete no tocante às minhas declarações, penso que é muito importante um ambiente de grande transparência e clareza na gestão pública. Fui Deputado Federal, Vice-Governador no Estado do Rio Grande do Sul e estou Ministro. É muito importante haver sempre um processo muito transparente em relação a essas questões, especialmente porque estamos tratando de temas públicos, que fazem parte do debate permanente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados bem como da sociedade brasileira e que dizem respeito à aplicação dos recursos públicos. Trata-se de discussão legítima em todas as esferas de governo.

Nós e o Governo, por motivos legítimos, e nossa equipe econômica, em virtude de razões conhecidas, provocamos um contingenciamento de uma parcela do orçamento público. Obviamente, esse procedimento tem uma tradição em todas as áreas do Governo, que é uma redução temporária, provisória ou não, da capacidade de investimento e de gasto. Evidentemente, ninguém toma tal decisão com alegria, mas em razão de circunstâncias debatidas permanentemente por V. Ex^{as} no Senado Federal: o tema do orçamento – receita e gastos.

É minha obrigação, como Ministro responsável por uma área, informar as consequências nos programas das restrições orçamentárias, que pretendo que sejam provisórias – e assim comuniquei ao Presidente da República. Meu dever, como Ministro e gestor, é informar que, mantidas essas condições, haverá uma diminuição importante na capacidade de relação de todos os nossos programas – não apenas daquele referente à reforma agrária –, com impactos importantes. Fiz desse modo e tenho a obrigação de informar à sociedade e a V. Ex^{as} sobre esse tema. Foi exatamente o que fiz.

Os limites – orçamentários e financeiros – de que disponho, depois ou a partir do contingenciamento, neste momento, representam 75% do que executei no ano passado. Portanto, trata-se de uma redução de 25% do volume executado em 2004. Há o esforço importante por parte do Governo, obviamente, de superar esses limites de tal forma que haver uma boa execução, construindo políticas boas para o País. A experiência do Mato Grosso – de que V. Ex^a participa ativamente – mostra as grandes possibilidades, em todos os Estados, de avanço nessa estratégia necessariamente articulada.

Sr. Presidente, a nossa grande experiência, com base no que estamos produzindo, é que não é possível falar em política agrária sem política agrícola. Não há possibilidade de dissociarmos esses dois grandes instrumentos que compõem uma estratégia de desenvolvimento rural. Quando falo em estratégia ou política agrária, que pode ser uma política fundiária, ela não sobrevive sem uma política agrícola. Quando falamos em política agrícola é o conjunto de programas de políticas clássicas que compõem a capacidade de apoio a uma atividade econômica que, necessariamente, pela sua condição, é uma atividade de risco, que é a atividade de produção agrícola, que tentamos minimizar com seguro, com tecnologia, com zoneamento etc. Mas há uma atividade de risco inerente que o Estado deve proteger, porque estamos falando de uma atividade que assegura alimento para uma nação, que compõe uma estratégia de segurança alimentar fundamental. Portanto, é assim que estamos trabalhando, com sobriedade, como o tema exige, mas com muita confiança na liberação desses recursos. Que possamos sustentar um trabalho forte, como fizemos. Penso que isso é um crédito às equipes que tenho o orgulho de coordenar, mas tivemos um grande crescimento operacional e melhoria de gestão de 2003 para 2004. A curva é ascendente e os Senhores e as Senhoras, que têm experiência em gestão pública, sabem que temos de sustentar ritmo de trabalho, eficiência, gestão, quando formos conseguindo aprimorando uma gestão,

eu diria, oxigenando essa gestão. Crescemos muito e queremos continuar nessa rota de crescimento em 2005, colaborando com o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Temos aqui vários inscritos e já são quase 13 horas. Pois não, Senador Jonas.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Eu me referi também às áreas de baixa tensão, que também estão sendo ocupadas. Isso é importante.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Desculpe-me. Do que estamos falando, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Jonas? Vamos ver se temos a mesma compreensão. Qual é a situação que temos no Pará e, de alguma forma, temos em outros Estados, especialmente de Estados que dispunham de terras federais importantes ao longo dos períodos 60, 70 e 80, especialmente? Houve uma grande intervenção do Governo Federal, através do Incra, e de Estados, que ofertaram terras a privados de várias formas, contratos individuais, autorizações de ocupação, licenças de ocupação, contratos entre privados de várias naturezas. Especialmente na década de 70, tivemos uma política do Incra fortemente estimuladora, com projetos de colonização e projetos entre privados, volto a dizer, em que áreas de 500 a 3 mil hectares, era o contrato padrão. Para o Estado de Rondônia isso foi muito forte, essas intervenções, especialmente, eles foram constituídos nesse período. Qual é o tema? Parte desse processo, sejam eles os CATPs, que são conhecidos nossos... Deputado Moca, permita-me saudar V. Ex^a e demais Parlamentares da nossa Comissão de Agricultura. É um prazer. Um abraço. Parte desses processos – estamos falando de 20, 30 anos de história, dos nossos CATPs conhecidos, das licenças de operação –, proporcionou uma mudança importante de legislações ao longo desse período. Chegamos a uma situação de grande instabilidade fundiária na região. Por quê? Porque não houve acompanhamento por parte dos Estados em relação a essa situação, não houve por parte de proprietários que adquiriram ou que fizeram contratos com o Estado, contratos com regras claras de ambos os lados e, na verdade, se perde esse processo ao longo dessas décadas. E é exatamente o não acompanhamento das regras constituídas, das normas estabelecidas, dos contratos firmados, que vivemos hoje essa situação de enorme instabilidade. Quais são as regras básicas com que estamos trabalhando, com as quais estamos definindo uma política? Primeiro, a legislação atual assegura, de uma forma pacífica, a titulação de áreas de até 100 hectares. Isso é conhecido de todos os Senhores e das Senhoras. Obviamente, essa é uma regra, é uma norma, uma lei. Ela estabelece, a partir de 100 hectares, uma outra referência legal, que são

áreas acima de 2 mil e 500 hectares. Obrigatoriamente, o Poder Público e o Executivo devem submeter ao Senado e seria uma outra referência.

Temos, entre essas duas referências, um espaço onde ao longo das últimas décadas não se constitui uma legislação definidora seja de titulação, seja de direito de concessão de uso permanente, de direito real de uso que desse uma estabilidade. Portanto, se me permite, a idéia do conceito que o senhor trabalhou de posse pacífica temos que qualificar o que é isso.

Posse pacífica, na medida em que a legislação brasileira não guarda usucapião em área pública. Só temos uma situação legal de posse pacífica que são as áreas até cem hectares em áreas públicas federais ou estaduais.

Quando falamos, portanto em posse pacífica, ou temos base na legislação ou base contratual produzida ao longo desses últimos anos que assegura uma expectativa de direito prevista em contrato. Sobre isso é que estamos tratando. Quando nós trabalhamos com a Portaria nº 10, conforme fiz referência, qual era e qual é o objetivo da Portaria?

Que o Estado brasileiro, que tenhamos informações sobre qual é a realidade de ocupação de áreas federais. O Incra hoje, infelizmente, por conta desse processo histórico não tem um cadastro atualizado e real desse padrão de ocupação. Por quê? Porque grande parte dos documentos que eram aceitos na década de setenta, na década de oitenta sequer conseguiam comprovar se aquela solicitação de posse ou licença de posse estava ou não dentro de áreas federais. Portanto, há uma precariedade enorme de informações para produzirmos um processo de regularização.

Parte dessa solicitações de posse, dos famosos protocolos, não conseguem identificar se aquele posseiro ou aquele ocupante está ou não em área federal, em área estadual ou se está em área privada. Não havia uma exigência nessas décadas de uma localização. Quando fizemos a Portaria nº 10 por que é que a editei? Para isso. Para que eu possa tomar, Sr. Senador e sei que esse é um tema em que V. Ex^a vai trabalhar e é um tema público, para que o Estado brasileiro possa definir uma política de regularização é fundamental que tenha a melhor informação sobre a realidade social da ocupação da terra federal.

Temos referências hoje que estão nos cadastros do Incra, que estão nos cadastros dos institutos de terra. A referência que tenho hoje do Pará, nas áreas federais, são trinta mil solicitações de posse todas elas inferiores a cem hectares e superiores a cem hectares.

Como compor, portanto uma política de regularização que reconheça o direito legal já estabelecido de 100 hectares, que reconheça os direitos que foram

acolhidos e as obrigações pelos particulares que cumpriram, com suas obrigações, nos contratos da década de setenta – contrato de compra e venda, contrato de alienação de terra pública –, o conjunto dos instrumentos. Essa é uma tarefa que estamos trabalhando neste momento.

O que oferecer, como trabalhar dentro da legislação existente para que áreas eventualmente superiores a cem hectares possam ou ser trabalhadas com o regime de concessão permanente ou tituladas. É um estudo muito delicado e importante que estamos, neste momento, nos dedicando e pretendemos de curto prazo oferecer uma alternativa.

Não é um tema fácil, todos os Senhores sabem, é um tema muito complexo de grande teor de conflito. A nossa tarefa nas áreas federais é construir um padrão normativo que reconheça, obviamente, e respeite a legislação existente, reconheça um ambiente ou uma situação social e preserve uma estratégia de desenvolvimento rural futuro sustentável para a Amazônia.

Aqui obviamente não estou falando Estado do Pará. Por que? Porque, para nós, a política para o Pará, em grande parte é a política que vem sendo debatida em Rondônia, em Roraima, no Estado do Amazonas, em todo o Norte.

Então, Senador Jonas, são esses os temas que estamos trabalhando, muito empenhados em colaborar, definitivamente, para um ambiente de estabilidade no Pará e na Amazônia Legal, como de resto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Srs. Senadores, para que tenhamos oportunidade de ouvir as perguntas que serão feitas, solicito aos que vão perguntar e ao Ministro Rossetto uma certa brevidade. Assim, não teremos que interromper o processo de discussão, que me parece bastante positivo, sem ter ouvido todos.

Quero saudar a presença de representantes de várias entidades convidadas aqui. É decisão desta Comissão convidar instituições relevantes, que têm representação social, para ter uma relação permanente com o que se faz aqui. Desejamos trabalhar de maneira absolutamente aberta, transparente, sem preconceito, somando no interesse da solução.

Quero saudar a presença do Presidente da União Democrática Ruralista, Dr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, que se deslocou de sua base para estar aqui presente. Recebi solicitação de algumas pessoas para que pudessem formular perguntas nesta Comissão. Regimentalmente, isso não é possível. Há tradição de agir dessa maneira, mas existe o nosso compromisso de convidar o Presidente da União Democrática Ruralista assim como os presidentes de outras entidades para participarem de reuniões desta comissão como

palestrantes – eles serão logo convidados –, para que tenhamos uma visão de conjunto dos vários pontos de vista de vários setores, de várias lideranças sociais sobre a questão agrária no Brasil e sobre a questão agrícola também. Isso vai se dar logo a seguir.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA – Sr. Presidente, eu agradeço o convite e gostaria de saber se V. Ex^a me permite entregar a V. Ex^a um ofício com uma sugestão de colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com o maior prazer.

Vou chamar agora, por sugestão da Senadora Ana Júlia, cada conjuntos de três Parlamentares. O primeiro deles, neste instante, será o Senador Flexa Ribeiro, depois, o Senador Sibá Machado, e, depois, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sérgio Guerra, pela ordem.

Com todo o respeito à Senadora Ana Júlia, não se muda a regra com o jogo começado. Seria muito mais simples se as perguntas fossem sintéticas e as respostas também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Se os companheiros Senadores se comprometem com essa orientação do Senador Heráclito, não vejo problema nenhum nisso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É que, às vezes, a pergunta fica muito distante da resposta.

Como vi o calor com que o Ministro respondeu a recente pergunta feita pela Senadora Ana Júlia, eu gostaria de ter esse mesmo sentimento, essa mesma sensação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero agradecer ao Senador Heráclito Fortes me permitir perguntar ao Ministro Miguel Rossetto, porque a questão agrária no meu Estado, o Pará, nos diz respeito diretamente e nos aflige diuturnamente.

Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, Sr. Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, Sr. Ministro Miguel Rossetto, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores, quero parabenizar o Ministro pela brilhante exposição e dizer que tenho certeza da competência e da inteligência de S. Ex^a na direção do Ministério e da boa-fé com o qual o senhor o dirige. Espero em Deus que o senhor consiga levar avante as metas aqui demonstradas e que elas sejam completadas. Sou brasileiro e sou paraense e quero vê-las todas levadas a bom termo.

Eu gostaria de pedir ao Presidente Sérgio Guerra que, quando S. Ex^a solicitasse o novo contingenciamento para a agricultura, também o fizesse para infra-estrutura na Amazônia, que também fica sujeita ao regime de chuvas. Não adianta liberar recursos para

infra-estrutura na região amazônica nos três últimos meses do ano porque nada será feito, porque as chuvas não deixarão as obras serem executadas. Então, quando fizer o pleito para a agricultura, lembre-se da região, onde também não podem ser executadas essas obras de infra-estrutura.

Mas, voltando ao tema, o Pará, Ministro Rosseto, V. Ex^a bem disse aqui, é um Estado que tem 1.284 milhão quilômetros quadrados, ou seja, quase 15% do território nacional. V. Ex^a está dando uma prioridade especial ao nosso Estado. Mas quero expor a nossa dúvida em relação ao cumprimento dessas metas. Deus queira que eu esteja errado e V. Ex^a esteja correto com relação a essas metas.

Ainda agora, ao terminarmos o relatório da Comissão Externa que acompanhou o lamentável incidente que houve e que foi provocado exatamente pela questão agrária que atinge do Estado do Pará, por ser um Estado que lamentavelmente está na mídia nacional pelas questões negativas do Estado e não pelas questões positivas, por ser um Estado que contribui com a Nação brasileira positivamente em vários aspectos, na balança comercial inclusive, com quase 10% do saldo positivo, é um Estado que tem a maior bacia, o maior depósito mineral do mundo, e por aí podemos dizer. V. Ex^a disse que um dos projetos prioritários do Governo é o biodiesel. Então, eu gostaria de fazer um apelo, logo de princípio, para que V. Ex^a faça junto ao Ministério do Meio Ambiente, que a Ministra Marina Silva considere o dendê como substituto da cobertura florestal, para que possam ser plantados dois milhões de hectares de palma no Estado do Pará, que tem área disponível e área já alterada e que não pode ser plantada num raio de 100 quilômetros de Belém, ou seja, não pode ser plantada na totalidade da área porque o Ministério do Meio Ambiente não considera a palma como substituto da cobertura florestal. Basta que isso seja considerado, para que o Pará seja e o Brasil se iguale à Malásia, que é a maior produtora de palma do mundo e tem 2,5 milhões de hectares plantados. Só o Estado do Pará tem dois milhões de hectares de terras prontas para serem plantadas, basta que o Ministério do Meio Ambiente considere a palma como substituto da cobertura florestal. E aí 100% das terras alteradas podem ser reflorestadas. Basta isso.

Faço esse apelo a V. Ex^a como brasileiro, já que é prioritário o biodiesel. Vamos, então, dar prioridade a esse caso.

Quero lhe dizer – e aí vou lhe fazer as perguntas – que no relatório a que me referi, por sugestão nossa, foram excluídas medidas gerais do Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula. Já fazendo a primeira pergunta, eu gostaria que V. Ex^a nos dissesse

se essas medidas que não fazem parte do relatório, no seu entendimento, serão cumpridas até o final do Governo: assentamento de 400 mil famílias, em dois anos foram assentadas 117 mil. Só vou ler os tópicos principais, não todos. Regularização de posse de 500 mil famílias, em dois foram regularizadas apenas 8.000 posses; atendimento de crédito fundiário a 130 mil famílias e, em dois anos, foram atendidas 9.186 famílias; cadastramento georeferenciados de 2,2 milhões de imóveis rurais, em dois anos foram 2.000 hectares georeferenciados; identificação, demarcação e titulação de 743 comunidades Quilombolas, em dois anos foram atendidas nove comunidade; desocupação de cerca de 100 áreas indígenas de ocupantes que não são índios, em dois anos uma foi desocupada; universalização de direito à educação e cultura, em dois garantiu-se acesso à escolarização rural de 57 mil trabalhadores. Isso faz parte do plano.

Queria saber se, a seu juízo, isso será cumprido.

Também gostaria de saber do Ministro se esses dados que me foram transferidos estão incorretos. Acho que o Senador Delcídio do Amaral, do Estado do Mato, não deve constar nessa estatística, porque lá deve ser 100%. Oitenta e três por cento dos projetos não dispõem de luz, e em 80% não dispõem de estrada para escoar a produção, e o índice de evasão de assentamentos criados pelo Incra alcança patamares superiores a 35%.

Terceira pergunta. O Governo cortou R\$ 2 bilhões dos R\$ 3,7 bilhões aprovados pelo Congresso Nacional, o que representa uma redução de recursos de cerca de 54%, ou seja, em vez de aumentar os recursos para reforma agrária, ele está diminuindo a cada ano os recursos para um item que é prioritário, segundo as palavras do próprio Governo.

Acho que a reforma agrária só será resolvida, como V. Ex^a, ao final, respondendo ao Senador Jonas Pinheiro, ao dizer que a política agrária deveria vir junto com a política agrícola. Concordo com V. Ex^a, não pode vir dissociada. Assim como não pode se fazer uma reforma sindical dissociada de uma reforma trabalhista. O Governo está mandando o projeto de reforma sindical e não encaminha o de reforma trabalhista. Está cometendo o mesmo engano da reforma agrária sem a reforma agrícola.

No meu entendimento, no meu valor de juízo, tem que haver um pacto, já que falamos em pactos, dos três níveis de Governo: federal, estadual e municipal, para que possamos resolver essa questão do conflito agrário que existe lamentavelmente na Amazônia e, especialmente, no Pará, por ser um pólo de migração muito forte em função das riquezas que existem em nosso Estado, sejam oriundas da floresta ou mineral.

O Zoneamento Macroeconômico/Ecológico. O Governador Simão Jatene encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado o macrozoneamento. É preciso que seja aprovado lá e seja aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, para que possamos, em função desse macrozoneamento, definir as áreas de preservação, quais são as áreas de extrativismo, as áreas de produção, e aí, sim, fazer essa definição de assentamentos, de produção de forma intensiva e empresarial. Estamos fazendo o caminho ao contrário, estamos fazendo o processo de definição de áreas de não ocupação quando não temos o zoneamento. Podemos estar cometendo o erro de áreas que podem ser e devam ser mexidas por riquezas que nós possamos até desconhecer. Penso que estamos cometendo uma inversão nesse caso.

Por último, para ser mais sucinto, quero referir-me à Portaria nº 10 do MDA. Essa portaria, lamentavelmente, trouxe um problema muito sério e o senhor tem conhecimento, no Estado do Pará. Ela gerou um conflito, uma expectativa e um conflito porque ela deu um prazo de 60 dias para fazer o georeferenciamento, prazo esse, dito pelo próprio Presidente do Incra, impossível de ser feito. Antes do final dos 60 dias, o que foi pior, o próprio Ibama e o superintendente ou um agente do Incra foi a um jornal, dando uma declaração de que, ao final, o Incra iria desocupar – está no jornal isso – as áreas e retirar os ocupantes das terras que não tivessem sido regularizadas. Isso gerou fechamento de rodovias, em várias estradas, não somente em Novo Progresso, que, na verdade, foi o final.

Pela primeira vez que tive conhecimento, aos 59 anos de idade, o fechamento do rio Amazonas. Fecharam o rio Amazonas, na altura do canal de Óbidos, em função dessa Portaria nº 10. Foi preciso ter uma reunião, em início de fevereiro, antes da retomada da Legislatura, o Congresso ainda não estava com os trabalhos iniciados, uma reunião no Ministério do Meio Ambiente em que houve a participação do MDA, MMA, do Incra, do Ibama e que, por último, Novo Progresso queria atear fogo no Fórum, derramar um caminhão com cianureto na cidade. Foi preciso que o Presidente do Incra, com bom-senso, fizesse um documento comprometendo-se a enviar uma força-tarefa a Novo Progresso para poder conversar com a liderança do movimento para que desocupasse sem fazer o que eles estavam intentando. Mas as lideranças tinham perdido o controle do movimento.

Por último, Sr. Ministro, para terminar, eu gostaria que V. Ex^a fizesse um comentário sobre a matéria que saiu no **Correio Braziliense** de hoje, 30/03/05, “ONU critica reforma agrária do PT”.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Vou solicitar mais uma vez aos companheiros Senadores a maior brevidade possível nas perguntas para que possamos encerrar essa reunião que já se arrasta às 13 horas e 22 minutos. Às 14 horas teremos sessão e almoçaremos não sei quando.

Desculpem por essa observação. O tema é complexo.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Sr.

Presidente, Srs. Senadores, procuro compreender a dificuldade do Senador Presidente e serei o mais objetivo possível. Eu não gostaria que, por conta da objetividade solicitada isso transparecesse alguma indelicadeza ou falta de consideração com as perguntas qualificadas. Disponho-me também, Sr. Senador, a convidar V. Ex^a para ir ao MDA, podemos aprofundar todos esse temas, esclarecer a qualquer momento. Desde já me disponho a receber V. Ex^a e poderemos continuar com esclarecimentos ou troca de opiniões, que, para mim, seria muito importante.

Queremos cumprir todas as nossas metas do PNRA.

Há uma divergência em relação a alguns temas que o senhor coloca em relação a quantitativos estabelecidos. No II Plano Nacional de Reforma Agrária, estabelecemos alguns quantitativos claros em relação a acesso à terra e à regularização. Não temos quantitativos estabelecidos em relação à titulação de áreas quilombolas, nem de territórios indígenas, até porque essa é de responsabilidade da Funai. Então, em relação ao PNRA, não temos quantitativos estabelecidos no plano em relação a número de áreas quilombolas, até porque estamos construindo a legislação para esse processo, nem em relação a territórios indígenas.

Em relação aos outros números, estamos perseguindo todos eles.

Quando falamos especialmente na regularização de terras públicas, estamos falando de um trabalho muito articulado com os Governos Estaduais. Temos uma expectativa muito grande, para este ano, de que possamos – como estamos fazendo – avançar muito na titulação de posses pequenas, especialmente na Região Nordeste. Todos sabem que, a partir da República, todas as áreas do Império, à exceção de áreas militares e de zonas de fronteiras, foram para os Estados – foi o grande acordo político. Então, são os Estados que têm a capacidade de titulação das áreas de posse pequena. Elas são muito concentradas, especialmente no Nordeste. Temos grande capacidade de responder a esses números. Estamos conveniando com os Estados.

Há uma expectativa muito positiva. Portanto, estamos preservando esses números. Até o final deste

semestre, vamos preservar ou não. Estou confiante – e quero lhe dizer que estou trabalhando muito. É muito importante esse grau de estabilidade para o posseiro. No Nordeste, os posseiros têm um hectare, dois hectares. A condição de titulação ou de regularização é o que assegura a tranquilidade de entrar em todos esses programas de financiamento bancário e de investimentos na propriedade. Estamos muito empenhados nisso.

Evidentemente, o conjunto das metas em áreas federais e em assentamentos está muito vinculado à nossa capacidade de liberação de recursos. Penso que o Incra, por meio do seu Presidente Rolf Hackbart e seus funcionários, tem feito um grande esforço. Conforme fiz referência, os números são crescentes. Temos condições operacionais de produzir essas metas.

Em relação às metas, é isso. Estamos trabalhando, perseguindo-as.

Em relação às metas do Pará, é isso a que eu fiz referência. Elas são uma prioridade. Temos hoje – digo isto com a responsabilidade de que disponho – muita atenção ao Estado de Rondônia, pois lá há também uma situação de muita tensão, por características históricas daquele Estado. É nossa idéia priorizar os recursos, conforme fiz referência, respondendo à pergunta do Senador Sérgio Guerra, para essas áreas de maior conflito. Vamos trabalhar para garantir recursos e capacidade operacional.

Em relação à Portaria 10, também me preocupei quando fui informado dessas opiniões. Em nenhum momento, a Portaria 10 tratou de temas de regularização fundiária. A Portaria 10 é absolutamente clara, não somente em sua exposição de motivos, mas nos editais que solicitei que publicassem em toda a Região Norte, para evitar esse tema. Ela está tratando de qualificar o cadastro. Convenhamos que é muito importante que a sua Liderança e as Lideranças... Convenhamos que é absolutamente razoável que o Governo Federal solicite que uma cidadã ou um cidadão que ocupou uma área federal – não é expectativa de direito, Senador -, salvo previsão legal ou contratada, apresente-se ao órgão federal e diga onde está. É absolutamente razoável. Não é pouco razoável que o Estado, que a União, que o Governo Federal solicite a um ocupante de área federal que diga “Onde estou, quanto de área federal penso que posso apropriar-me.” Isso a portaria faz. O que ela quer, o que queremos, é ter um conhecimento prévio do padrão de ocupação nas áreas federais para que tenhamos condições de responder a algumas perguntas. Todos nós iremos respondê-las, alguns com maior e outros com menor responsabilidade. A minha é maior. Qual a área federal é legítima – legal ou não nós veremos -, para que um cidadão brasileiro se apro-

prie? Achamos que é legítimo alguém chegar em uma área federal apropriar-se e ser intitulado? Com que regras? Com que critérios? O que entendemos como correto, justo, responsável, em uma política fundiária que tem um normativo já existente? É um debate no qual todos seremos convidados a opinar. Não posso, Srs. Senadores – e conto com a colaboração de V. Ex^a, bem como com a colaboração de todas as autoridades –, imaginar que alguém que se aproprie de 10 mil hectares de área federal não tenha condições de apresentar-se ao Incra com uma planta já georeferenciada! Não é razoável. Já há uma lei votada por este Senado, de 2001, que exige para toda transação imobiliária o georeferenciamento. Um cidadão que se apropria de terra pública sem nenhuma base legal não tem o dever – se há uma expectativa de legalidade em seu ato – de apresentar-se e anunciar ao Estado que tem tantos mil hectares da tal gleba e entende ter o direito de legitimar sua posse? Creio que é absolutamente razoável o que fizemos, sob pena de preservarmos uma situação de instabilidade e de conflito.

Qual é o problema? É o outro lado do tema. Os conflitos provocados por essa instabilidade fundiária, sem uma regulação clara estatal, seja estadual ou federal, quando são resolvidos entre entes privados resultam em crimes. Conhecemos as estatísticas dos crimes no Estado do Pará. Esse conflito fundiário não deixa de ser resolvido de alguma forma. É estabilizado de alguma forma. Infelizmente, quando o Estado não consegue estabilizar alguém o estabiliza.

Vou acelerar. Queremos atualizar cadastro para construir uma política fundiária equilibrada, responsável, não só para o Pará, mas para todas as áreas federais de que dispomos, especialmente na Amazônia Legal. Creio que me perdi, Senador. Que V. Ex^a me corrija.

Por fim, o tema. Não conheço – não fui informado ainda, não recebi – o relatório do funcionário da ONU. Portanto, não tenho conhecimento do relatório. Recebi o consultor, trocamos um conjunto de informações. Confesso-lhe que li no jornal. Com a responsabilidade que possuo – V. Ex^a há de concordar – não quero posicionar-me frente a um documento que não sei se é chancelado pela ONU, se é um parecer prévio, se é a opinião de um funcionário. Não tenho essa informação e não posso posicionar-me previamente. Inclusive, não compreendi corretamente se o relatório trata de uma variação da qualidade das moradias dos assentamentos ou do processo de reforma agrária. Vou abster-me, com a sua licença, porque desconheço a natureza dessa informação. Desconheço o próprio conteúdo, afora a citação do jornal, do documento do funcionário da ONU. Portanto, não tenho conhecimento do relatório. Recebi o consultor, trocamos um conjunto de informações.

Confesso-lhe que li no jornal. Com a responsabilidade que possuo – V. Ex^a há de concordar – não quero posicionar-me frente a um documento que não sei se é chancelado pela ONU, se é um parecer prévio, se é a opinião de um funcionário. Não tenho essa informação e não posso posicionar-me previamente. Inclusive, não compreendi corretamente se o relatório trata de uma variação da qualidade das moradias dos assentamentos ou do processo de reforma agrária. Vou abster-me, com a sua licença, porque desconheço a natureza da informação. Desconheço o próprio conteúdo, afora a citação do jornal, do documento da ONU. Não sei se avalia a reforma agrária, a qualidade das moradias. Infelizmente, não tenho acesso e não gosto de posicionar-me a partir de trechos, de citações, por parte de matéria da imprensa sobre documentos oficiais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação. O Ministro deve ter essa informação. Vinte e oito por cento das terras do Estado do Pará estão em poder do próprio Governo. O restante é formado por terras federais, por áreas indígenas e reservas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Caro Ministro Miguel Rosseto, é com muita alegria que vejo V. Ex^a nesta Comissão.

Nada mais oportuno para o Congresso brasileiro do que a reparação de um vazio que havia no Senado Federal com a criação desta Comissão, tão bem presidida pelo Senador Sérgio Guerra. Creio que se inicia, aqui, a oportunidade de um novo fórum de discussão de um tema, de um assunto, que é sempre recorrente. Estamos sempre motivando o debate para, acima de tudo, buscar soluções.

Quero ser breve. A minha primeira pergunta a V. Ex^a, Sr. Ministro, é sobre um assunto ao qual me refiro com muita satisfação. A Nação, há dois anos, no calor, na emoção de uma campanha eleitoral, talvez não se tenha dado conta da Carta aos Brasileiros que o então candidato Luis Inácio Lula da Silva soltou. Salvo engano, foi no final do mês de julho. Sua Excelência garantiu que cumpriria os contratos. Era um documento para acalmar a curiosidade e a insegurança externas. Vem sendo cumprida de maneira satisfatória. O avalista de tudo é o Ministro Palocci. Ficamos satisfeitos quando vemos o Ministro Palocci anunciar, dentro da coerência conhecida por V. Ex^{as}, não um rompimento, uma quebra de contrato com o FMI, mas uma mudança de modalidade, de conveniência. Abriram mão do cheque-ouro, que era um colchão de proteção, no momento em que entenderam ser conveniente. Mérito para o Governo.

Pergunto a V. Ex^a. O ano passado, pela primeira vez – foi um avanço e o saúdo -, foi feito um acordo entre o FMI e o Governo brasileiro com relação à aplicação de recursos do Orçamento. Se fôssemos de uma oposição radical iríamos dizer que era uma intromissão daquele FMI que V. Ex^{as} satanizaram em um passado não tão distante. Na realidade, entendemos ser uma atitude de bom-senso. Era avançar um pouco no tempo perdido. O Governo, de maneira equilibrada, resolveu parcelar o acordo de 9 bilhões. Coube-lhe a quantia de R\$ 2,800 bilhões como primeira parcela. As prioridades começaram a ser escolhidas. Minha pergunta a V. Ex^a é: em seu Ministério, quais foram as prioridades que couberam dentro desses R\$2,800 bilhões? O que o Ministério, na discussão com o Ministério do Planejamento e os técnicos do FMI para priorizar: assentamento, estradas de produção, qual foi a participação nesse bolo dos R\$2,800 bilhões? É muito importante que a gente saiba qual foi exatamente a valorização que o atual Governo deu a essa questão, é fundamental.

Segunda pergunta, aí eu vou falar um pouco do meu Estado, o Estado do Piauí.

Na gestão de V. Ex^a quanto foi liberado para o Governo Estadual através do INTERPI para proceder desapropriações? Quantas desapropriações foram feitas? Quantos assentamentos nós temos hoje dentro desse processo e quantas invasões, daquelas invasões tradicionais com a bandeirinha do MST, o Ministério tem nos seus registros.

Eu estou muito preocupado Ministro Rosseto com o destino do Piauí no que diz respeito à área agrícola. Nós somos a última fronteira e de uns quinze ou vinte anos para cá, o Piauí foi enriquecido com a ocupação agradável e proveitosa de contrerrâneos de V. Ex^a, de gaúchos, que saíram dos seus minifúndios do Rio Grande do Sul, e também paranaenses, que adquiriram não latifúndios, mas áreas bem maiores – o Senador Arns já fechou o rosto para mim – mas eu digo, riograndenses e paranaense ocuparam o Piauí de maneira fantástica, não só introduzindo uma nova tecnologia agrícola, que é fantástica, e V. Ex^a já teve inclusive na Região, como também colaborando até para a interação das raças.

Hoje nós já temos resultados concretos. Mas, Sr. Ministro, nós começamos a ter uma dificuldade de dois anos para cá, quando V. Ex^a nomeou o representante do Incra, do Padre Ladislau. Esse é coerente, pois continua pregando o que pregava há dez anos. E segundo a imprensa, não sou eu que estou dizendo, como Presidente do Incra é quem invade as terras. E chegou ao requinte de entrar em conflito com a Dr^a Niede Guidon,

que é responsável pelo projeto de preservação da Serra Capivara, onde o Governo investe milhões.

Um aeroporto internacional está sendo construído exatamente para dar suporte aos turistas do mundo que querem conhecer ali onde alguns acham que seja exatamente o início da civilização do homem americano.

Qual é a posição? Que providência se tomou? Porque um conflito de autoridade, nós não temos nenhuma dúvida que está havendo ali. Mas essa coisa, Sr. Ministro está se alastrando de uma maneira, e aí me preocupa. Somos unidos ao Maranhão pelo rio Parnaíba, e essa área do plantio de grãos ela está se dirigindo no sentido da região Uruçuí, que V. Ex^a conhece, no sentido norte, passando por Teresina indo par o litoral. A ação e o mito do Padre Ladeslau está fazendo com que embora as terras do nosso lado sejam melhores, eles estão indo se abrigar no Maranhão.

Deve V. Ex^a estar cheio de denúncias dessa natureza, sabe que isso foi uma decisão política errada, mas o Estado não pode pagar esse preço. Nós estamos Ministro, e aí não é questão partidária, nós estamos pagando um preço muito alto por essa questão.

Recentemente, Senador, eu recebi em meu gabinete um grupo de paranaense, e essa é outra questão, Sr. Ministro, que quero chamar a atenção de V. Ex^a dentro dessas apropriações com os recursos federais. V. Ex^a, agora há pouco, falou neste assunto. É questão da legalidade dessas terras. Esse grupo do Paraná foi à Teresina e, pela primeira vez, eu vi de maneira concreta a famosa figura do primeiro, segundo e terceiro andar nas nossas terras. Nessa questão até então nós éramos tranquilos. Fui procurado e disse: Não trabalho com terra, eu só trabalho com o que dá voto e terra tira. Mas aconselhei que procurassem um advogado, inclusive um advogado militante do PT. Qual foi a decepção dos empresários? A terra estava toda comprometida, toda bichada. Gostaria que V. Ex^a tivesse um pouco de cuidado e colocasse alguém da sua equipe para examinar essas questões.

Recebi aqui, e gostaria de passar às suas mãos, um requerimento feito por um Deputado da Assembléia Legislativa do Estado, Senador Sérgio Guerra, que pede informações sobre uma solenidade de concessão de 56 títulos de real direito de uso e as famílias estão aqui relacionadas. No próprio ofício, o Diretor Fundiário do Instituto de Terras diz que algumas distribuições foram feitas entre os locais, outras entre cooperativas que vieram de fora e outras ainda para regularizar cooperativas particulares, o que não é o objetivo da desapropriação.

Como vejo muito, na imprensa do Piauí, dizer que o Ministério de V. Ex^a está mandando milhões para de-

sapropriações e para esse programa de reforma agrária, gostaria de saber, exatamente, o que há de concreto? E gostaria que V. Ex^a mandasse, com a seriedade e os bons propósitos que o Brasil todo sabe de que V. Ex^a é imbuído, que mandasse examinar isso com muito cuidado, porque essa é uma questão com a qual nem eu, nem V. Ex^a, ninguém gostaria de conviver.

Portanto, faço esses três questionamentos esperando que V. Ex^a, à medida do possível, os esclareça.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Devido ao adiantado da hora, eu sugeriria a V. Ex^a que ouvisse os dois últimos oradores para que o Ministro possa responder. Penso que seria mais ágil essa forma.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Se o Senador Heráclito concordar?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu queria pedir apenas a minha amiga, porque tenho um compromisso agora, vou receber o Diretor da ANP, até a pedido do Governo, e gostaria de sair daqui com essa resposta.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Aceito o apelo, mas sinto porque tenho que sair também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas V. Ex^a vai fazer esse sacrifício por Goiás, tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Sr. Ministro, V. Ex^a tem a palavra para responder.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Senador Heráclito, eu também quero renovar a nossa disposição de receber V. Ex^a e de continuar esse diálogo.

Sobre o primeiro tema, nenhum programa, basicamente, porque um dos grandes instrumentos de investimento de que dispomos são os títulos da dívida agrária, que são títulos de médio e longo prazo, cuja amortização todos os senhores conhecem.

Não participamos com nenhum programa da nossa agenda de trabalho neste primeiro acordo em relação à, se eu entendi, retirada de um padrão de investimentos do cálculo do superávit fiscal. Essa é a sua pergunta. Então, nenhum.

Em relação aos temas do Piauí, infelizmente, Sr. Senador, não tenho comigo neste momento as informações, mas quero dizer que encaminho imediatamente, está ali o meu assessor, ao mesmo tempo que me disponho, tão logo tenhamos as informações, a repassá-las não apenas formalmente, mas que pos-

samos nos encontrar e nos informarmos sobre todos esses temas.

É verdade que temos procurado investir muito no Piauí, em todos os nossos programas, como o Pronaf-Infraestrutura, Pronaf-Crédito, assistência técnica. Há um reconhecimento por parte do Governo Federal e do Ministério da situação extremamente delicada que é o número de famílias empobrecidas no meio rural. Então, estamos, sim, trabalhando muito dentro de uma prioridade do Ministério, como fazemos com alguns outros Estados, para ampliarmos os investimentos, não só na reforma agrária, mas em todos os investimentos que possam colaborar com uma estratégia do povo do Piauí, do Governo, enfim, das Prefeituras para retirar ou colaborar para a superação dessa situação de muita dificuldade. Vou passar todas as informações a V. Ex^a. Infelizmente não disponho delas neste momento.

Sr. Presidente, pelo significado, pela dimensão que este debate tomou, vou passar à Comissão, se V. Ex^a me permite, todo o nosso posicionamento sobre o tema Serra da Capivara, que penso, seguramente não da sua parte, que conhece o tema, mas tenho acompanhado, temos trabalhado, e penso que estamos construindo uma boa equação, que preserva esse grande patrimônio da humanidade que temos lá com uma correta utilização, racional e responsável, de parte daquele território para assegurar renda às pessoas. Vou enviar-lhes, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Sr. Senador, um relatório de trabalho sobre o tema Serra da Capivara. E todo o esforço nosso, evidentemente, é para superarmos uma eventual contradição entre seja a preservação cultural, seja a preservação ambiental, seja a preservação histórica com uma estratégia de desenvolvimento para o nosso povo. Portanto, esses temas, que são delicados, procuramos equacionar positivamente. Vou encaminhar a V. Ex^{as} o relatório do trabalho que estamos fazendo, e as últimas informações que tenho, Senador, são muito positivas – tomara que o sejam.

Por fim, em relação ao tema Padre Ladislau e ao tema referente à paz no campo, que é o nosso objetivo, primeiro quero informar que é verdade que o Estado do Piauí é um dos Estados que dispõe do maior volume proporcional de terras sob domínio do Governo do Estado – do Estado do Piauí. O Piauí dispõe de um conjunto muito importante de áreas devolutas, são áreas do Estado do Piauí, e temos colaborado, no limite, superando nossos limites, de tal forma a apoiar as ações do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e do Governo do Estado do Piauí para uma regularização, retomada, conhecimento e regularização das áreas estaduais do Estado do Piauí, que são muito superio-

res às áreas federais, que são absolutamente ínfimas e pequenas no Estado do Piauí.

Então, estamos colaborando com o Instituto de Terras e com o Governo do Estado para que o Instituto de Terras – com grandes problemas – possa cumprir a sua tarefa. É isso que estamos fazendo, porque é, evidentemente, um patrimônio do povo do Piauí, do Estado muito importante, e que ele venha a disponibilizar essas áreas a partir da sua estratégia de desenvolvimento. Temos – V. Ex^a me permita, Senador – acompanhado, apoiado esse sempre positivo caldeamento – se V. Ex^a me permite – de etnias, de culturas que conformam nossa grande Nação brasileira.

Eu, quando Vice-Governador, recebi vários proprietários, Prefeitos do Piauí, que buscavam um pouco a experiência do Estado do Rio Grande do Sul, seguramente Santa Catarina e Paraná. Sei que essa é sua preocupação e me parece isso importante, mas quero dizer que também a nossa estratégia deve responder ao direito dos agricultores e produtores do Estado do Piauí, que têm capacidade de produção nos lavrados, nos cerrados, e pensar uma estratégia que ao mesmo tempo incorpore um conhecimento, uma tecnologia, e possam compartilhar.

Por que lhe digo isso? Porque tenho um profundo respeito pelo Padre Ladislau. Desconheço – e quero lhe dizer com todo respeito – essa idéia que V. Ex^a traz, com a sua responsabilidade, de que o Padre Ladislau estaria criando uma situação de inibir – eu diria assim – investimentos e atividades no Estado do Piauí. Vou checar isso, Sr. Senador, porque o nosso objetivo, os nossos investimentos são para criar paz, e tenho dificuldade, com todo respeito, de compreender o nosso Superintendente, Padre Ladislau, com essa roupagem – se V. Ex^a me permite – que V. Ex^a nos traz aqui neste momento. Todo servidor público com cargo de responsabilidade, todo gestor público tem uma responsabilidade clara e uma missão clara, tem normas, regras que devem orientar a sua conduta, especialmente em áreas como a nossa, que são áreas delicadas. Tenho um profundo apreço pelo Padre Ladislau, pelo trabalho da nossa equipe do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), nunca é um trabalho fácil. Mas quero lhe dizer que vou, a partir das suas informações, buscar me atualizar em relação a informações de eventuais problemas de conduta.

Por fim, quero passar a V. Ex^a todas as informações e gostaria muito que pudéssemos nos encontrar rapidamente, em outro momento, para apresentarmos todo o trabalho do Ministério no Piauí, além do tema da reforma agrária, acolhendo, com muito respeito, todas as opiniões de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a e gostaria de fazer um registro. É o quinto Ministro a quem faço a mesma pergunta e quero que fique registrado nos Anais da Comissão sobre a prioridade que o Ministério do Planejamento deu ao acordo FMI. Agricultura não foi, turismo não foi, assim como reforma agrária.

Gostaria de saber com quem o Planejamento se sentou para escolher a prioridade de destinar R\$ 2,9 bilhões do Planejamento e a quem beneficiou? Se perguntar ao Governador do Estado de V. Ex^a se foi o Plano Viário do Estado, não foi, assim como não foi no Estado do Paraná e temos que encontrar uma solução.

Quero saber a quem o Ministério do Planejamento e em que circunstância e por que beneficiou? Afinal de contas são R\$ 2,1 bilhões destinados às rodovias. A famosa 101 poderia ser a solução, porque a Nação brasileira toda sabe que é prioridade, mas destinaram para lá pequenas faixas de tapa buraco, que eles colocam como reconstrução.

Agora, vou facilitar o trabalho de V. Ex^a com relação ao Padre Ladislau. Vou entregar para a sua assessoria toda a informação de imprensa sobre esses conflitos e essas questões, mas faço apenas uma ressalva que não sou contra o Padre Ladislau. Ele continua contra o FMI, combatendo a Alca. Lembro-me que na época da campanha ele me aciou numa igreja combatendo a Alca. Quem mudou foi o PT que hoje defende a Alca. O Ministro José Dirceu foi aos Estados Unidos conversar sobre a Alca. V. Ex^a pode ser dissidente, mas não é majoritário e sim minoritário e tem que se calar diante da decisão da maioria. De forma que, o Padre Ladislau continua o mesmo. O Brasil é que mudou e nós é que mudamos.

De forma que, pessoalmente, não tenho nada contra o Padre Ladislau, até porque não tenho um palmo de terra. Faço apenas o registro porque é preocupante. Se há alguém incoerente no Piauí é o Padre Ladislau. Quero dizer que desde que eu era menino ele prega a mesma coisa, não mudou em nada e está de parabéns. Agora, que está criando problemas para a administração do Governador do Estado, para o Ministério de V. Ex^a está, mas a culpa não é dele.

Faço esse registro e agradeço a oportunidade de debater com V. Ex^a e volto a dizer, como disse para a Senadora Ana Júlia, V. Ex^a, como Ministro do Governo, é a pessoa em que temos segurança e confiança de dialogar, porque sabe que a resposta de V. Ex^a, positiva ou não, é sincera e dentro daquilo que V. Ex^a se propõe.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco PT – AC) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Ministro, parabenizando-o pelo desafio de enfrentar uma das Pastas mais difíceis do governo, em qualquer esfera de governo. Trata-se do problema fundiário brasileiro, tão antigo quanto a chegada dos portugueses aqui.

Gostaria de dizer que sobre este assunto, nós estamos com algumas Comissões trabalhando, encarregadas de apresentar relatórios, sugestões e coisas parecidas. O papel principal da nossa Comissão é tratar sobre as medidas de construção dessa paz e dessa alegria que todos nós desejamos para o campo. Diante disso, ouvi apresentação do trabalho do Ministério dirigido por V. Ex^a e vou reproduzir algumas perguntas que são feitas por onde ando que considero muito importantes.

A primeira delas é sobre a matriz que está sendo trabalhada de zoneamentos, feita pelos Governos Estaduais. A primeira crise que é colocada é se dentro deste zoneamento há uma certa continuidade, primeiro, dos corredores biológicos e principalmente das bacias hidrográficas. Então, se o Estado A faz um zoneamento e o Estado B faz outro e se há algum tipo de conexão neste zoneamento.

A segunda é sobre a assistência técnica. Primeiramente, quero parabenizar a Embrapa. É uma empresa de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, e que fico admirado de ter visto a soja ser tirada do Rio Grande do Sul, ter subido o País inteiro, e hoje está colocada em terrenos considerados inapropriados até há pouco tempo, como é o caso do Piauí, do Maranhão, está no Pará, em quase todos os lugares. Como também a produção de uva, pasmem, no norte da Bahia. Quero dizer que isso é uma conquista. Se é importante o papel da Embrapa, e considero que é, não é hora de se pensar em uma estrutura nacional para assistência técnica, como uma empresa voltada agora, especializada, para essa assunto? Há inclusive uma crítica feita por V. Ex^a, e eu entendi como crítica, que os Governos Estaduais não têm condições de dirigirem sozinhos uma demanda dessa natureza.

Outra pergunta é sobre a gestão do território. No âmbito do Ministério da Defesa, temos a faixa de fronteiras, com três leis distintas sobre a administração dessa área. A segunda é no Ministério da Justiça com a Funai, que também trabalha sobre a gestão de territórios. Depois, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, que o Ibama também acaba tratando de alguma forma sobre isso. E no âmbito do Ministério de V. Ex^a, o Incra. Então, como se pode pensar em alguma suges-

tão? Como se pensa a coordenação para dar inclusive maior celeridade a aplicação dessas políticas?

Sobre o biodiesel, tenho visto uma preocupação do Governo, principalmente, de V. Ex^a, que as oleaginosas sejam de preferência sejam cultivadas pelas pessoas da reforma agrária. De preferência, não quer dizer que sejam unicamente por elas.

A pergunta que faço é sobre o álcool, matéria-prima imprescindível também para a questão do biodiesel. Se é possível dar a legislação que está sendo dada do biodiesel? Estou pensando em apresentar inclusive uma emenda dentro da medida provisória atual para que o álcool também tenha benefícios fiscais e tributários iguais à oleaginosa que estamos trabalhando.

Por último, sobre o título de concessão de uso. Apresentei nesta Casa, e queria uma resposta pessoal de V. Ex^a. Apresentei um projeto que modificaria a Constituição no que diz respeito a manter apenas o título de concessão de uso nas áreas de reforma agrária. E digo porquê. Qual o meu convencimento? Por onde andei, nos Estados que já morei, o problema da terra acabou tendo novamente uma concentração. Essa pergunta faço em quase todo tipo de ocupação em que andava. Muitas pessoas já tinham passado por diversos outros assentamentos de reforma agrária e se reproduzindo na indústria da invasão, termo que chamamos na época. Quero considerar que, tanto quanto acho pecaminoso a grilagem, acho também pecaminoso o rodízio de pessoas que usam inclusive daqueles que precisam da área de assentamento para fazer negócio com a terra. Então, neste ponto, apresentei esse projeto de lei, permitindo que a terra seja de concessão apenas para que facilite que a instituição, o Incra no caso, possa retomar esses lotes. Veja o caso do Acre. Identificados mais de mil lotes em cinco assentamentos que foram reconcentrados e que poderiam voltar para novas famílias. Nossa meta lá foi de aproximadamente três mil, a meta passou um pouco, mas podíamos ter chegado quase o dobro só em lotes já da própria reforma agrária. Quanto a esse aspecto, peço a V. Ex^a uma opinião.

Por último, Sr. Ministro, apresentei um requerimento no sentido de que esta Comissão pudesse ter uma Subcomissão voltada para a produção familiar. Por que isso? Porque tenho rodado pelo Brasil e tenho visto muito sucesso na área de reforma agrária, muito sucesso. Acho que os números que V. Ex^a traz aqui, estou conferindo na prática por onde tenho andado. Vi sucesso em vários Estados, como Alagoas, Pará. Soube por outras pessoas que vieram do Rio Grande do Sul. Esta área de reforma agrária possibilitando emprego, geração de renda. Até peço ao Presidente se poderíamos apreciar esse requerimento, e criaria

esta Subcomissão, para que pudéssemos acompanhar o sucesso da reforma agrária no Brasil.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Peço ao Senador Sibá que, na nossa próxima reunião, discutiremos e votaremos todos os requerimentos. Tivemos duas audiências públicas, com a presença de ministros de Estados, nas quais era impossível, como está provado até pelo horário, tratar dessa questão. Elogio a sua precisão e as suas perguntas, Senador. O Senador Sibá é uma pessoa que sempre me surpreende, de forma eficiente e sincera nos seus pronunciamentos.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns, que vai encerrar esta reunião, depois da resposta do Ministro Rossetto. Pessoalmente, estou bem impressionado com o que vi. Eu tinha já um conhecimento do Ministro, enquanto Deputado Federal. Fomos Deputados no mesmo período. S. Ex^a é uma pessoa que afirma as suas convicções. Há um evidente esforço de trabalho, e temos de contribuir com ele. Estamos diante de uma cena conflagrada de difícil esclarecimento. São muitas versões, muitos fatos, muitas interpretações. Mas, na minha opinião, V. Ex^a foi muito eficiente na sua exposição de hoje. V. Ex^a passou sinceridade, convicção e convencimento. Saiba V. Ex^a que a Comissão de Agricultura tem toda a disposição de contribuir na área da agricultura quanto na área de responsabilidade do Sr. Ministro, porque essa é a nossa responsabilidade aqui, de maneira especial, no Senado. O nosso interesse não é tanto a polêmica. É mais a discussão e a contribuição.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns, que ouvirá as últimas palavras do Sr. Ministro Rossetto, e encerrará esta reunião, como Presidente desta Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero também, Sr. Ministro, destacar a qualidade do nosso encontro de hoje, em organização, convencimento e trabalho realizado, o que realmente para o Brasil é fundamental. Quando tivemos a audiência com o Ministro Roberto Rodrigues e, hoje, com V. Ex^a, foi destacado de maneira enfática a importância da agricultura para o desenvolvimento do Brasil, para os aspectos sociais, como geração de emprego e renda, e realmente, hoje, se mostrou de maneira clara a importância da agricultura familiar nesse processo todo.

Então, é esse conjunto que deve ser muito enfatizado, particularmente na questão da agricultura familiar, muitas pessoas no Brasil, no decorrer dos anos, sempre falaram da necessidade de se enfatizar a reforma agrária, mas também a necessidade de se enfatizar a pessoa, o produtor, que já está lá no campo, na agri-

cultura familiar propriamente dita. Quando V. Ex^a fala do Pronaf, da infra-estrutura, do Pronaf-Investimento, do Pronaf de Custeio e de todas as modalidades e caminhos sendo seguidos, isso vai ao encontro da grande expectativa da sociedade. Quer dizer, existem recursos, existe valorização, existe um trabalho intersetorial, com minas e energia, com habitação, com educação, com crédito. Realmente, caso olhemos no Paraná, tínhamos quatrocentas mil propriedades familiares; e hoje temos trezentas mil. Cem mil se perderam no decorrer dos anos. Esperamos realmente manter essas trezentas mil, e como V. Ex^a mencionou recuperar, inclusive, um grande número no Paraná, que é muito importante, inclusive para não haver toda a tensão urbana. Ou seja, para as pessoas terem uma qualidade de vida, porque, quando perdemos essas propriedades da agricultura familiar, as pessoas estão vendendo com a esperança de ter uma vida melhor, mais digna, com mais oportunidades em centros urbanos, o que, na verdade, não acontece. Então, parabênizo V. Ex^a.

Registro que fomos colegas na Câmara dos Deputados. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária estão juntas nessa caminhada, porque sabemos da importância do trabalho de que o Brasil realmente necessita nesta área, não só em termos de balança comercial, da âncora da agricultura, mas também em termos de emprego, de renda, de trabalho, de valorização, e que a Comissão de Agricultura está à disposição de V. Ex^a.

Passo a palavra a V. Ex^a, para responder às indagações do Senador Sibá Machado, para que, na sequência, também, possamos encerrar essa bela audiência pública.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Pois não. Muito obrigado Senador Flávio Arns. Agradeço também as palavras de estímulo e de apoio do Presidente Senador Sérgio Guerra. Eu tentarei, rapidamente, Senador Sibá Machado e companheiro, falar um pouco e também me colocar à disposição para que possamos continuar essa agenda que nós abrimos.

O tema do zoneamento é muito importante. Alguns Estados estão produzindo e a responsabilidade institucional de acompanhar esse programa de zoneamento é do Ministério do Meio Ambiente. Eu não tenho, por força disso, acompanhado essas discussões, mas me parece que o que justifica a necessária presença de órgão federal no deferimento, no apoio dos programas estaduais, é exatamente a inter-relação que existe, territorial e ecológica, entre os Estados. Mas eu confesso, Senador, que não tenho acompanhado, por conta desse tema.

Acho que deve ser um esforço muito importante dos Estados construir os seus projetos, para que

possam orientar as atividades produtivas e as não-produtivas. No País, há um debate importante, especialmente no Pará, neste momento, sobre um Projeto de Zoneamento Ecológico e Econômico que está em apreciação na Assembleia Legislativa Estadual. E penso que é uma referência importante o acompanhamento desse debate, a exemplo de Rondônia e do Acre. Como referência, parece-me importante como esses processos vêm sendo construídos e como a União, o Governo Federal se inter-relaciona neles.

O tema da assistência técnica eu acho muito importante, Senador. Somente para registrar aqui, Senador, para preservar na nossa memória, na década de 80 a Embrater dispunha de um orçamento – a Embrater era a empresa responsável pela assistência técnica – correspondente ao orçamento da Embrapa. Se nós transpusessemos isso para os dias de hoje, o orçamento total da Embrapa deve estar na ordem de R\$1 bilhão, eu imagino. Preservando aquela condição histórica, nós teríamos, em assistência técnica, um volume muito importante para irrigar, enfim, de produção, de extensão, de qualificação.

Nós não temos, Senador Sibá Machado, neste momento, uma opinião consolidada sobre a necessidade de se constituir uma outra empresa ou instituição estatal federal para a coordenação do sistema nacional de assistência técnica. Nós optamos, até então, pela constituição de uma rede de instituições: as instituições estaduais, as Emater, as universidades e as Organizações Não-Governamentais, ou seja um conjunto de instituições que produzem assistência técnica e realizam isso buscando novamente articular com toda a área da pesquisa: Embrapa, universidades e fundações estaduais. Essa é a nossa posição neste momento.

Há um debate, sim, importante, nessa rede do sistema nacional de assistência técnica, sobre a necessidade de ter um fortalecimento institucional. Vários companheiros e companheiras defendem a idéia de uma empresa ou de um instituto, ou seja, da necessidade de uma força, uma musculatura institucional maior no tema da assistência técnica.

Eu acho que é muito importante essa colaboração de V. Ex^a e queria convidá-lo, desde já, para a primeira reunião que nós tivermos da rede de assistência técnica nacional. Seria muito importante que V. Ex^a pudesse participar e acompanhar, enfim, estimular esse debate com esses companheiros.

O tema Titulação e Concessão nós temos debatido ao longo dos últimos anos. Eu, pessoalmente, acho, sim, que o modelo de concessão, de direito real de uso por meio de concessão, é importante e estratégico. Há algo interessante se eu posso colaborar e contribuir com essa reflexão que o Senador vem fazendo: a lei

inaugura isso. A lei, no período recente brasileiro, foi do Governo de São Paulo, do Governador Franco Montoro, na qual S. Ex^a estabelece – na legislação estadual – que as terras públicas estaduais são destinadas a programas de reforma agrária unicamente sob regime de concessão. Nesta lei do Governo do Estado de São Paulo, do Governador Franco Montoro, S. Ex^a restringe o uso da terra pública única e exclusivamente ao regime de concessão. É uma experiência importante, inclusive, para colaborar com o debate que o Senador traz. Estamos trabalhando fortemente com esse conceito, especialmente por conta não só da concentração, mas também da correta utilização do território.

Não é razoável que um cidadão ou uma cidade brasileira receba uma parcela do território brasileiro e descumpra as obrigações trabalhistas ou sociais e as legislações ambientais.

Então, por muitas vezes, um regime de concessão contratado, com cláusulas claras, é um elemento estimulador da preservação da legalidade. Não só na questão fundiária evita a concentração, mas, por exemplo, há experiências em Estados de cláusulas resolutivas. Ocorrendo descumprimento da legislação ambiental, a concessão é imediatamente anulada. Isso cria um ambiente forte de maior controle da regra, diria assim, pública.

Penso que seja importante o tema da MP Biodiesel/Álcool. A única observação, se o Senador me permite, é que sou de um tempo antigo. Portanto, não domino muito as regras das MPs. Porém, não sei se, na medida em que essa MP for aprovada na Câmara, em introduzindo novos dispositivos na medida provisória, ela deverá voltar àquela Casa, porque há sempre uma tensão muito grande para uma Casa ou outra. Seja quando ela inicia a tramitação pelo Senado, e a tensão na Câmara em relação a essas alterações. Temos muita urgência na aprovação dessa Medida Provisória, porque ela define, normatiza o Programa Biodiesel. Penso que o tema álcool é importante. Há a experiência do Proálcool, que foi descaracterizada.

Bem, quero fazer a referência de que, para nós, é muito importante a aprovação desta medida provisória, por conta dos prazos que temos. Na verdade, o nosso prazo é o calendário agrícola. Nós temos que definir as regras, de tal forma que possamos trabalhar, até o final deste ano, com muita velocidade, e assegurar que a safra de mamona, no final deste ano e início do ano que vem, especialmente no Nordeste, possa ter um ritmo muito forte. Queria muito, depois, debater com o Senador Sibá Machado. Acho importante, mas só faço referência a esse tema de prazos.

Por fim, gostaria de registrar também a qualidade da pergunta em relação aos diversos órgãos e instituições que se manifestam sobre o tema da zona de

fronteira, área de segurança. Confesso a V. Ex^{as} que também solicitei à minha assessoria que fizesse uma construção, de tal forma que pudéssemos, primeiro, ter a maior clareza possível sobre responsabilidades das áreas de fronteira, os 150km.

A Constituição tem regras, mas, na minha opinião, não há uma compreensão clara das diversas responsabilidades. Não tenho uma opinião ainda consolidada, Senador Sibá Machado, por conta do estudo, mas gostaria muito de conversar com V. Ex^a, para que possamos ter uma política mais clara em relação a isso.

Agradeço muito a V. Ex^{as}, Senadores Sérgio Guerra e Flávio Arns, por esta oportunidade, colocando-me inteiramente à disposição, para que possamos responder àquilo, que é uma grande expectativa da sociedade brasileira. O Brasil tem essa grande oportunidade, esse imenso território rural, de respeitar os milhões e milhões que vêm trabalhando, produzindo, preservando em todos os biomas, constituindo um aprendizado cultural. No nosso País, não temos só campo, mas também floresta, semi-árido, cerrado. Campo é uma incorporação da nossa linguagem. Normalmente, há uma associação de mundo rural com campo.

O nosso País é muito maior do que isso e tem outras experiências. Penso que, em ambientes como esse, que V. Ex^{as} estão construindo, responderemos aos interesses do nosso povo.

Muito obrigado. Colocamo-nos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns.Bloco/Pt – PR) – Agradecemos, mais uma vez, a presença de V. Ex^a nesta Comissão. Foi, como já mencionei, uma audiência de muita qualidade e muita abertura importante em termos da busca conjunta de alternativas para o nosso País. Tenho certeza de que essa foi a primeira vinda de uma série de encontros que teremos, na sequência.

Agradeço, também, a presença das Sr^{as} e Srs. Senadores e das entidades representativas que têm uma ligação forte com toda a questão da agricultura, da pecuária, do abastecimento, da pesca, da floresta, de todas essas áreas importantes para o país.

Então, nesse momento, com muito prazer, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO,
CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO
Nº 5, DE 2003-CN

“Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia

Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”

Ata da 77ª Reunião realizada em 11-8-2004

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, às quinze horas e dez minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Rodrigo Maia, e ainda com as presenças dos Senadores Antero Paes de Barros, Romeu Tuma, Heráclito Fortes, Ana Júlia Carepa, Leonal Pavan e Ideli Salvatti e os Deputados, José Mentor (Relator), Eduardo Sciarra, Robson Tuma, Edison Andrino, João Magalhães, Paulo Kobayashi, Alexandre Santos, Íris Simões, Edmar Moreira, Dimas Ramalho, Dr. Hélio, Sérgio Miranda, José Rocha, Gonzaga Mota e João Paulo Gomes da Silva, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do **Requerimento nº 05, de 2003-CN “Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do país, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas Contas CC5”**. A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo, para a apreciação e votação de requerimentos. Com a palavra, pela ordem o Deputado Luiz Otávio informa que devido estar havendo Sessão do Senado Federal, a Comissão não poderá funcionar. Assume a presidência o Senador Antero Paes de Barros. Para uma questão de ordem, o Deputado Edson Andrino, indaga se houve acordo referente ao andamento da CPI. A presidência informa que houve uma reunião entre as lideranças partidárias do Congresso, da qual não participou e nem o Relator. Com a Palavra o Senhor Relator, presta esclarecimentos sobre a reunião. Usam da Palavra pela ordem os Senhores Deputado Edmar Moreira, Senador Heráclito Fortes, Deputado José Mentos. Com a palavra a presidência informa que de acordo com o art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal, vai suspender a presente reunião, antes porem, concede a palavra ao Deputado Dr. Hélio. A Presidência suspende a presente reunião. Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, o Senhor Senador Antero Paes de Barros, presidente da Comissão, reabre a presente reunião encerrando-a em seguida e, para constar eu, **José Augusto Panisset Santana**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação,

juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Declaro aberta a 77ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar a responsabilidade sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela Imprensa e reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 e 2002 por meio das chamadas contas CC-5.

A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo, para a apreciação e votação de requerimentos.

Indago aos Srs. Parlamentares...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, informo que houve, agora mesmo, uma manifestação do Presidente do Senado Federal, da Mesa dos trabalhos, presidida pelo Senador Romeu Tuma – e acaba de chegar o Senador José Sarney –, lembrando que, pelo Regimento Interno da Casa, os Senadores não podem participar da reunião, haja vista que está havendo sessão do Senado Federal.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Nós ainda não iniciamos...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Em votação.

Aprovada.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Há uma lista de inscrição. V. Ex^a vai segui-la?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDMAR MOREIRA (PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Já foi aprovada a ata.

Existem pedidos de questão de ordem. Gostaria de saber se essa é a ordem de inscrição das questões de ordem ou se se trata apenas da lista de inscrição.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Essa é a lista de inscrição que estava sobre a Mesa, na qual colocamos os nomes à medida que chegamos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Rodrigo Maia, qual é a lista da questão de ordem ou a ordem dos pedidos?

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Não há questão de ordem; ninguém solicitou questão de or-

dem. A questão de ordem é para começar a lista de inscrição.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Edison Andrino.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Esta reunião, Sr. Presidente, havia sido marcada para ontem, foi transferida para as 13 horas de hoje, quando não se realizou, e foi marcada para agora para as 15 horas.

Sabemos todos, inclusive comentávamos antes, de um possível acordo havido entre os Senadores, devido à notícia de jornais sobre a incineração de documentos.

Queremos saber se houve algum acordo referente ao andamento da CPI, que acordo é esse, para que os membros da CPI possam tomar conhecimento antes de dar continuação aos trabalhos desta reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Esclareço a V. Ex^a que não há acordo algum relativo à questão da CPMI. O que houve foi uma reunião ontem à noite, da qual eu não participei nem o Relator, entre as lideranças partidárias do Congresso. E hoje, às 13 horas, estava marcada esta reunião, mas foi impossível realizá-la, porque se encontrava em Ordem do Dia o Senado da República, como, aliás, já está neste momento. Sendo assim, marcamos a reunião para as 15 horas, até porque a reunião do Senado terminou após as 14 horas, e imaginávamos que demoraria para ser retomada a Ordem do Dia.

Realizamos uma reunião, na hora do almoço, com a presença do Deputado Paulo Bernardes, que é membro desta Comissão, do Deputado José Mentor, minha e dos líderes partidários do Senado. Foram feitas propostas para a abertura do diálogo.

Nessa reunião, tanto eu quanto o Deputado José Mentor dissemos que não há acordo, mas não há, de nossa parte, impossibilidade para que haja o diálogo, o entendimento. E ficamos de nos reunir amanhã.

Os líderes do Senado pediram-me que adiasse a reunião; eu disse que não o faria, e essa era também a vontade do Deputado Relator, no sentido de não adiar a reunião.

Em seguida, eles falaram que levantariam a questão de ordem no Plenário do Senado da República, como já o fizeram e foi decidida pelo Senado.

Portanto, neste momento, regimentalmente, teremos que acolher a questão de ordem que foi levantada pelo Senado, conforme o Regimento Interno desta Comissão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Não Identificado) – A Comissão é mista, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado José Mentor.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Questão de ordem para contraditar a decisão, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria informar a todos que essa reunião que foi realizada ontem, no Senado, apesar de a Imprensa ter dito que eu não compareci, na verdade, eu não fui convidado para participar. E hoje me convidaram para a reunião às 13 horas, à qual estive presente.

Esclareço a todos que, pela minha postura pessoal, não há qualquer impedimento, qualquer dificuldade, qualquer problema em conversar com qualquer pessoa, mas não me sinto em condições, como representante da Câmara Federal e do PT, de fazer qualquer acordo neste momento, antes de resolver vários problemas que estão pendentes nesta CPI. Enquanto não os resolver, não tenho condições de discutir qualquer acordo.

O SR. (Não Identificado) – *(Intervenção fora do microfone)* Que tipo de acordo é esse?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não tem nenhum acordo.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – O que está sendo decidido lá, e não estamos sabendo?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deixem-me informar o que foi dito pelos líderes, senão vai passar a impressão de que os líderes do Senado estão tentando fazer um acordo por cima da Comissão. É isso que está parecendo.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Isso está havendo na Imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Foi muito bom V. Ex^a terem dito isso, porque a intenção das lideranças do Senado é exatamente no sentido de tentar promover um acordo para que haja celeridade e o prosseguimento dos trabalhos da CPMI.

O SR. EDMAR MOREIRA (PL – MG) – Tenho minhas dúvidas, Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, houve a iniciativa do Senado para a formação da CPI, e o Senado, abruptamente, arquivou esse requerimento para a formação desta CPI.

O Presidente João Paulo, independente, deferiu, e nós iniciamos a CPI. Então o Senado voltou atrás. É apenas uma memória do que ocorreu.

Agora, Sr. Presidente, precisamos dizer em alto e bom som que está havendo uma grande farsa. E não tenho outro adjetivo para qualificar o que está havendo aqui.

Sou assiduamente um espectador nesta Comissão. Não vou me prestar mais a isso, mas não sou participante, porque este plenário, com todo o respeito, não tem o conhecimento de absolutamente nada do que está se passando. Estamos sendo literalmente usados, e não vou me prestar a isso. É a liderança do Senado que se reúne para decidir se vai ou não vai haver comissão, se vai ou não vai haver reunião. Então isso, com certeza, deixa esta Presidência muito mal, assim como a Mesa Diretora e o Sr. Relator.

Então precisamos... Faria até um apelo ao plenário – e talvez eu seja o menos indicado para fazê-lo – no sentido de tomarmos uma diretriz, um rumo dos nossos trabalhos, porque eu não vou me prestar mais a isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Queria apenas lembrar, reavivar a memória de todos nós. Diferentemente do que foi dito, o Senado não recuou. Não é verdade; a coisa não foi assim. Vamos lembrar como os fatos aconteceram.

Houve um pedido de CPI para que funcionasse no Senado Federal, de autoria da Senadora Ideli, e o próprio Partido considerou inconveniente aquela CPI de maneira isolada, mandando que as assinaturas fossem retiradas, inclusive a da própria autora. E a CPI, em consequência disso, foi assinada.

Louvo a atitude do Deputado João Paulo, não tanto em termos de independência, mas de integração, porque a linha divisória desta Casa é imaginária. O Niemayer teve essa sabedoria.

Para a CPI conjuntamente funcionar, é preciso haver a participação e a concordância de todos, por se tratar de uma CPI do Congresso Nacional. Devido a entendimentos políticos havidos naquela época, optou-se pela constituição da CPI mista, mas, sejamos claros, com a concordância e a participação das duas Casas. Não houve, portanto, nenhum recuo por parte do Senado nem avanço por parte da Câmara. Houve um entendimento político, até porque, na Câmara também, começava a tramitar, por meio de coleta de assinaturas, um pedido de CPI com o mesmo objetivo, e o bom senso optou pela fusão.

Eu queria prestar este esclarecimento, porque o que mais me preocupa é quando verifico qualquer movimento que tenta desunir ou dividir estas duas Casas. Fui daquela Casa, pela qual tenho o maior apreço e saudade. E toda tentativa de divisão ou de briga entre as duas Casas me cheira a golpe. Como estou farto disso, quero dizer aos senhores que, tanto no Senado como na Câmara, as lideranças estão se reunindo – ora só os Senadores; ora os Deputados; ora conjuntamente, como ocorreu – para que esta Comissão funcione e que se aparem as arestas e dificuldades que por acaso aconteçam.

Não existe essa questão de Senador decidir por Deputado e vice-versa. Temos que decidir... Quantos Senadores há aqui? Com certeza, menos do que Deputados, até porque o número de membros é bem menor.

O SR. EDMAR MOREIRA (PL – MG) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* Pelo menos qualitativamente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não tenho condições de avaliar a qualidade de cada um. Infelizmente, é uma coisa que eu não...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então eu queria prestar esses esclarecimentos em nome da harmonia entre as duas Casas, porque tenho a impressão de que este pode ser outro caminho que não nos ajude a fazer com que esta CPI prossiga da maneira que a Nação está a exigir.

Creio que devemos encontrar uma maneira – se me perguntarem a fórmula, não sou eu o mágico que vai encontrá-la. Espero que esse bom senso funcione. Temos que respeitar, evidentemente, o Regimento. Infelizmente, não podemos prosseguir com a reunião, concordo, mas espero que hoje, após a Ordem do Dia, ou amanhã, na hora marcada, tenhamos...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Não Identificado) – Nós não podemos deliberar.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu quis fazer essa manifestação porque entendo que seja de utilidade para quem está nos ouvindo neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vou conceder a questão de ordem ao Relator, Deputado José Mentor, em seguida vou anunciar a decisão

da Presidência com base no Regimento das Comissões.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu pediria um minuto de atenção dos senhores, porque...

O SR. (Não Identificado) – O ambiente está muito ruim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...também eu, quando li os jornais de hoje, me imbuí dos mesmos sentimentos que cada um dos Srs. Deputados manifesta agora.

Eu só queria registrar, porque essa foi uma preliminar da minha presença na reunião, porque, evidentemente, não recusaria o convite das lideranças do Senado para conversar, em hipótese alguma, mas eu disse, como preliminar, que represento a Câmara dos Deputados e que gostaria que qualquer discussão ou possível entendimento para resolver os problemas da CPI também contasse, naquela reunião, com os líderes da Câmara dos Deputados.

Então é somente para deixar registrada essa primeira preliminar, porque, com certeza, qualquer discussão que passe por um possível entendimento deverá também passar pelos líderes da Câmara Federal.

Segunda questão: dentre esses líderes, também estará, evidentemente, o Líder do PT, o Partido dos Trabalhadores, que é o meu Partido, que me indicou para estar presente nesta CPI, o qual tento representar com dignidade. Então também o meu Partido deverá estar presente nessa reunião para discutir qualquer possível entendimento.

Também disse lá, e repeti aqui, que, além de representante da Câmara Federal e do PT, tenho uma postura pessoal e que, enquanto não resolvesse alguns problemas pendentes sob o meu ponto de vista, qualquer acordo seria impossível de acontecer.

Estou registrando dessa maneira para separar um pouco as questões. Não se trata de estabelecer, como disse o Senador Heráclito, uma disputa entre a Câmara e o Senado. Vamos reafirmar que a Comissão é mista, portanto deverá haver o entendimento da Câmara com o Senado para resolver os seus problemas.

O SR. (Não Identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Pela liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu só gostaria de reafirmar o seguinte: não é que eu queira deixar de conceder a palavra pela liderança ou pela questão de ordem, mas sou obrigado, pelo Regimento, o qual vou ler...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Quero fazer um apelo a V. Ex^a. Regimentalmente, V. Ex^a tem

razão, mas então suspenda a reunião, em vez de encerrá-la, para voltar após a Ordem do Dia. Se V. Ex^a quiser encerrar, atenda ao apelo dos Parlamentares no sentido de suspender e voltar às cinco da tarde, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vou conceder a palavra, pela liderança, ao Dr. Hélio, após o que vou anunciar a decisão, porque não posso também...

O SR. (Não Identificado) – Não podemos votar, Sr. Presidente, mas podemos ficar discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É isso que está escrito e que não pode. Eu ia ler, mas vou...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Faço o apelo para que suspenda em vez de...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então vou conceder a palavra ao Dr. Hélio. Vou ler, conceder a palavra ao Dr. Hélio e antecipo que vou anunciar a suspensão da reunião, sendo que posteriormente marcaremos o horário.

Conforme o art. 107:

Art. 107. As reuniões das comissões permanentes realizar-se-ão:

III – as comissões parlamentares de inquérito reunir-se-ão em horário diverso do estabelecido para o funcionamento das comissões permanentes.

Parágrafo Único – Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas do Senado.

Sendo assim, não podemos prosseguir com a reunião.

Concedo a palavra ao último inscrito, Dr. Hélio. Registro que o Dr. Hélio tem um assunto urgente a ser tratado, do ponto de vista pessoal, e que, como Presidente da CPMI, já encaminhei a solicitação do Dr. Hélio às autoridades da República, uma vez que S. Ex^a se sente desprotegido em relação aos seus sigilos e, inclusive, aos seus telefones. Já encaminhamos as providências para as autoridades responsáveis por esse setor da República.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, pela Liderança do PDT, quero registrar que em nenhum momento, como Líder do PDT na Câmara dos Deputados, fui chamado para qualquer reunião com lideranças nem da Câmara nem do Senado da República.

Desconheço que o Senador Aloizio Mercadante ou qualquer outro Senador que se posicionou na Imprensa

ontem, hoje estabelecidas claramente algumas condutas: incineração, guarda de sigilo de material...

Não reconheço, como membro da CPMI, nenhuma dessas condutas estabelecidas junto à Imprensa, porque cabem à CPMI. É um demérito para a CPMI do Banestado que Senadores que nem sequer participam desta CPMI venham tomar atitudes dessa natureza, assumindo, inclusive, determinadas posições que são contrárias ao interesse da Presidência, da Relatoria e dos membros da CPMI.

Temos certeza de que, em muitos dos assuntos levantados por esta CPMI, o que interessa à população são os mais de US\$30 bilhões que saíram por evasão de divisas, e não simplesmente, aqui e ali, alguns erros ou percalços jurídicos que possam existir.

Portanto não reconheço, como Líder do PDT na Câmara e como participante ativo desta CPMI, que essas condutas tomadas por Senadores da República e encaminhadas à Imprensa possam ser consideradas como papel desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Está suspensa esta reunião.

(Suspende-se a reunião às 15h44min)

Ata da 78ª reunião realizada em 24-11-2004

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas e vinte minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, José Jorge, Sérgio Guerra, Siba Machado, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, José Maranhão, Ney Suassuna, Artur Virgílio, Eduardo Azeredo, Ideli Salvatti e os Deputados José Mentor (Relator), Eduardo Sciarra, Edson Andrino, João Magalhães, Eduardo Paes, Paulo Kobayashi, Edmar Moreira, Dimas Ramalho, Dr. Hélio, Sérgio Miranda, Antônio Carlos Biscaia, Doutora Clair, Gonzaga Mota e Yeda Crusius, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do **Requerimento nº 05, de 2003-CN “Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do país, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas Contas CC5”**. A Presidência declara encerrada a 77ª Reunião que havia sido suspensa na reunião anterior e declara aberta a 78ª Reunião informando que a presente reunião é deliberativa e indaga aos Senhores Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, cuja cópia encontra-se distribuída. Dispensada a leitura

da Ata é considerada aprovada. A Seguir, comunica que a Senhora Deputada Iriny Lopes apresentou justificativa de não comparecimento a presente Sessão, solicitando que conste em Ata. Recebimento de ofício encaminhado pelo Líder da Minoria, Senador Sérgio Guerra, designando o Senador Luiz Pontes para substituir o Senador Reginaldo Duarte nesta Comissão; da mesma forma, o Deputado Sandro Mabel indica o Deputado Carlos Rodrigues, do PL do Rio de Janeiro, em substituição ao Deputado João Paulo Gomes da Silva, na suplência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Com a palavra o Senhor Relator, para uma questão de ordem, solicita que a Comissão delibere no sentido de trabalhar durante o recesso, após o dia 15 de dezembro. A presidência acolhe a questão de ordem do Relator. Com a palavra o Deputado Edson Andrino, solicita esclarecimentos quanto a prorrogação dos trabalhos no período de recesso. Com a palavra o Deputado Gonzaga Mota, Senador, indaga sobre o tempo em que os Membros da Comissão terão para apreciação e votação do Relatório. Com a palavra o Senador José Jorge, trata, também, sobre o prazo disponível da Comissão. Com a palavra o Senador Ney Suassuna, indaga sobre o cronograma das próximas reuniões. Com a palavra o Senhor Relator presta esclarecimentos sobre o cronograma dos trabalhos da Comissão: Diligência em São Paulo, para concluir a oitiva de representantes de um dos bancos que operava em Foz do Iguaçu; Remessa da Carta Precatória ao Uruguai, para oitiva do Comendador e, diligência no Uruguai; Dia 7 de dezembro, início da votação do Relatório com cinco dias regimentais para emendas e destaques; dia 14 de dezembro, início da votação do Relatório. Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda, indaga se pode ter acesso aos documentos que estão sobre a guarda da CPMI, em especial os cinco processos do Bank Boston, do Boston Comercial e Participação, sugerindo ainda, que a Comissão investigue o papel do Sistema Financeiro Nacional e que encaminhe toda a documentação para a Polícia Federal, para o Ministério Público e para o Tribunal de Contas da União. A Presidência informa que toda documentação recebida pela Comissão, já foi encaminhada ao Ministério Público, a Força tarefa em Curitiba e a Polícia Federal, com exceção ao Tribunal de Contas da União, por não haver sugestões neste sentido. Com relação aos processos do Bank Boston, a presidência informa que todos os Membros da CPMI, estão autorizados a pesquisar quaisquer documentos em poder desta Comissão. Com a palavra o Deputado Dimas Ramalho, solicita a relação das pessoas convocadas e que não atenderam a convocação, bem como as que tiveram o sigilo bancário quebrado. A presidência soli-

cita a secretaria que tome as providências requeridas pelo Deputado Dimas Ramalho. Usam da palavra pela ordem de inscrição, os Senhores: Senador Pedro Simon, Senador Romeu Tuma, Deputado Antônio Carlos Biscaia, Senadora Ideli Salvatti, Deputado Edmar Moreira, Deputada Dr^a Clair, Deputado Paulo Kobayashi, Deputado Carlos Rodrigues, Senador Eduardo Suplicy e o Deputado José Mentor, para as considerações finais. A presidência submete a votação a proposta do Relator. Com a palavra o Deputado Gonzaga Mota, solicita verificação de quorum. A presidência informa que há quorum para deliberar. Em votação, é aprovada a proposta do Relator, com voto contrário da Deputada Doutora Clair, na forma de seu pronunciamento. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a presente reunião e, para constar eu, **José Augusto Panisset Santana**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro encerrada a 77^a Reunião, que havia sido suspensa na reunião anterior, e declaro aberta a 78^a Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 5, de 2003, Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002 por meio das chamadas contas CC-5.

A presente reunião é deliberativa.

Indago às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, cuja cópia encontra-se distribuída.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – Considero desnecessário. Peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Solicitada a dispensa da leitura da Ata, considero-a aprovada.

Gostaria de apresentar a justificativa da Deputada Iriny Lopes e pedir que conste em Ata. S. Ex^a é relatora de uma comissão de sindicância designada pelo Presidente da Câmara, João Paulo Cunha, razão pela qual não poderá estar presente a esta reunião.

Da mesma forma, informo o ofício encaminhado pelo Líder da Minoria, Senador Sérgio Guerra, designando o Senador Luiz Pontes para substituir o Senador Reginaldo Duarte nesta Comissão; da mesma forma, o Deputado Sandro Mabel indica o Deputado Carlos

Rodrigues, do PL do Rio de Janeiro, em substituição ao Deputado João Paulo Gomes da Silva, na suplência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, temos esta CPMI em funcionamento, cujo prazo regimental, se a conclusão dos trabalhos da Sessão Legislativa ocorresse no dia 15 de dezembro, poderia se estender até o dia 27 de fevereiro, ou seja, depois de retornada a Sessão Legislativa seguinte, teríamos mais 12 dias. No entanto, tudo leva a crer que o Congresso, Câmara e Senado, continuarão funcionando depois do dia 15.

Levando em consideração que o Regimento Comum e o Regimento Interno do Senado não tratam do assunto, mas que o Regimento da Câmara traz, no art. 35, § 3º, que a CPI poderá atuar também durante o recesso, estou então levantando uma questão de ordem para que a CPMI delibere que poderá trabalhar durante a extensão dos trabalhos do recesso, após o dia 15 de dezembro. Ou seja, proponho que esta Comissão continue podendo trabalhar mesmo depois do recesso.

Esta é minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Acolho a questão de ordem, uma vez que normalmente os trabalhos do Congresso deveriam se encerrar no dia 15, mas que não há muita chance de que isso ocorra. Sendo assim, em se prorrogando a Sessão do Congresso, é justo que se prorrogue também a possibilidade de realizarmos reuniões da CPMI.

Deputado Edison Andrino, concedo a V. Ex^a a palavra.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, a última reunião desta Comissão foi realizada no dia 11 de agosto – faz mais de três meses que a Comissão não se reúne. Na qualidade de membros desta comissão, eu e outros Deputados com quem tenho conversado, ficamos em uma situação muito complicada, pois somos cobrados – sou cobrado constantemente pelo Partido que represento nesta Comissão e pelo meu Estado – sobre o andamento dos nossos trabalhos, e não tenho muito a informar.

Inclusive, nessa reunião do dia 11, cuja pauta tenho em mãos, levantei uma questão de ordem pedindo alguns esclarecimentos com respeito ao funcionamento da CPMI. E, lamentavelmente, não tenho

nenhuma informação para prestar à opinião pública ou ao meu Partido.

Gostaria de saber de V. Ex^a, por exemplo, sobre a prorrogação ou a continuidade dos trabalhos da CPMI até fevereiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É invertida. É para que a partir do dia 15 continue correndo o prazo para esgotar os 12 dias que tínhamos em fevereiro. É o contrário. É para se encerrar este ano.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A proposta de V. Ex^a é para encerrar? Eu entendi o contrário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Disse, teoricamente, que poderíamos, se os trabalhos do Congresso encerrasse dia 15, retomar no dia 15 de fevereiro, portanto, tínhamos 12 dias para concluir os trabalhos em fevereiro. Estou propondo que a CPI continue trabalhando após o dia 15, porque o Congresso não encerrará, provavelmente, os trabalhos no dia 15.

O SR. EDSON ANDRINO (PMDB – SC) – Eu queria saber que trabalho da CPMI? Porque o Plenário da CPMI não tem trabalhado, não tem participado efetivamente desta CPMI.

Então, eu gostaria de saber do Presidente quais os critérios, qual a pauta definida daqui para frente de trabalho; se esse trabalho é o mesmo que aconteceu até agora. Ou seja, não é trabalho nenhum, porque eu, particularmente, não sei o que está acontecendo com a CPMI. Gostaria de saber do Presidente qual a pauta de funcionamento da CPMI daqui para a frente. Se é só para fechar o relatório, do qual não estamos participando, enfim, gostaria de ter uma explicação mais detalhada, mais concreta, mais objetiva sobre a finalidade da continuação da CPMI. Porque, a continuar como está agora, eu, particularmente, vou pedir ao meu Partido que me substitua pois não tenho como ficar na CPMI.

O SR. GONZAGA MOTA (PSDB – CE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. GONZAGA MOTA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, realmente a minha indignação é semelhante à do Deputado Edison Andrino. Estamos aqui há quase dois anos, discutindo uma CPMI, onde nós, eu pelo menos, o Deputado também disse, não tomamos conhecimento de nada, não sabemos nada do que está acontecendo. Então, encerrar até o dia 31, fechar o relatório sem uma participação ativa dos membros da CPMI, ilustre Relator, é uma desconsideração, uma falta de respeito para com a sociedade brasileira. Esta Casa tem responsabilidade de apurar rigorosamente o que foi o objeto de criação desta CPMI.

A minha questão de ordem é nesse sentido. Vai ao encontro do que propôs o Deputado Edison Andrino. E acredito que a maioria dos membros desta CPMI encontram-se na mesma situação do Deputado Edison Andrino e do Deputado Gonzaga Mota. É lamentável que isso venha a acontecer, porque somos representantes do povo e temos que dar uma satisfação a ele.

O Relator vai fazer o relatório. Mas quanto tempo teremos para lê-lo? Vai ser votado imediatamente ou não? Essa é a minha dúvida.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vou conceder a palavra ao Senador José Jorge, pela ordem; em seguida, a concederei ao Senador Ney Suassuna.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, minha colocação trata do mesmo tema. Na realidade essa questão de se contar prazo ou não para a CPI é uma questão que, a meu ver, pode ser decidida de ambos os lados. A nossa tradição é a de que durante essas prorrogações, as Comissões normalmente não trabalham – trabalha só o Plenário e objetivamente para terminar um determinado projeto, normalmente o Orçamento. No primeiro semestre é diferente, porque, nesse período, há um artigo na Constituição que obriga o Congresso a funcionar até aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa mesma regra não existe para o Orçamento. Então, quando se prorroga, a prorrogação é política, de comum acordo.

Penso que a questão de a CPI votar, contar prazo ou não, deve ser feita por meio de um acordo político. Isso vai depender muito do Relator, porque, na realidade, para a CPMI encerrar-se, devemos votar o relatório do Relator, cujo teor, como todos disseram – e eu também o faço –, não conhecemos. Creio que será conhecido no dia em que for divulgado. Pelo amor de Deus, não quero conhecê-lo antes! Só quero conhecê-lo no dia em que for divulgado.

A nossa decisão deveria ser política neste sentido: se o Relator tem condições de entregar o relatório até o dia 15, e nós conseguirmos votá-lo até o final deste período, é bom que conte. Do contrário, será melhor que tenhamos o prazo adicional e que não conte.

Então, deixaria essa questão em aberto para uma decisão política em relação aos prazos que julgarmos necessários. Eram as considerações que queria tecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em relação a esta CPMI, sinto-me muito à vontade, porque saiu uma notícia a meu respeito, e imediatamente ofereci ao Relator todas as informações.

Contudo, o caso que estamos discutindo é diferente. Houve uma reunião anterior. V. Ex^{as} se reuniram e devem ter pensado em um cronograma, em informações que nos transmitiriam hoje – o prazo para apresentação do relatório, quanto tempo teríamos para emendas ou para apresentar outros dados para serem anexados ao relatório. Enfim, que cronograma foi pensado? Qual é o desdobramento? Isso poderia tranquilizar-nos, sabendo que, daqui para diante, trilharíamos determinado caminho e, então, manifestar-nos-íamos em apoio ou em discordância. Então, pediria que V. Ex^{as} nos declinassem os passos que estão planejados para serem seguidos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Relator, para explicitar a proposta dos passos finais, de modo que a Comissão dela tome conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Senador Ney Suassuna, realmente, o Presidente do Senado, Senador José Sarney, e o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, convocaram uma reunião entre mim, na qualidade de Relator, e o Presidente Antero Paes de Barros. Esta ocorreu na semana passada, com o objetivo de buscar recolocar a CPMI na sua normalidade formal, sem entrar no mérito de quaisquer das questões.

Depois disso, o Senador Antero Paes de Barros e eu nos reunimos por quatro ou cinco vezes, inclusive ontem em duas ocasiões. A questão de ordem preliminar do prazo tem o sentido do conjunto da proposta que estamos discutindo e queremos apresentar à CPMI.

Decidimos discutir aqui a realização de uma diligência em São Paulo, em primeiro lugar, para concluirmos a oitiva de representantes de um dos bancos que operava em Foz do Iguaçu com autorização especial. É o único banco que falta ser ouvido. Como faremos em São Paulo a referida diligência, teremos oportunidade também de lá realizar outras pendências da última diligência e completar a oitiva de algumas pessoas, cujos nomes serão definidos em reunião com os Deputados e Senadores que participaram da primeira ida a São Paulo.

A segunda questão que acordamos foi a remessa da carta rogatória ao Uruguai, para ouvirmos o comendador e, dependendo da resposta, procederíamos à diligência no Uruguai, que é consequência da carta rogatória.

Em face disso, entendemos que é da conveniência da CPMI votar e apreciar o relatório, decidindo sobre ele. Por conta disso, sugerimos um calendário. Eu apresentaria o relatório dia 7 de dezembro. Teríamos cinco dias regimentais para emendas, destaques, etc. Eu teria o dia 13 de dezembro para apreciá-las e, a partir do dia 14 de dezembro, iniciariamos a votação. Por que a partir do dia 14? Porque dependerá do funcionamento ou não do Congresso a partir do dia 16. Teríamos mais tempo ou menos tempo para debater, dependendo de o Congresso estender seus trabalhos, como provavelmente acontecerá. Também estamos estabelecendo a hipótese de o Congresso não funcionar a partir do dia 16. Então, no dia 13, apresentar-se-ia o parecer sobre as emendas e, nos dias 14 e 15 discutir e votar. Repito, se houver a extensão dos trabalhos após o dia 15, a discussão será mais ampla na Comissão.

Era essa a informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Registro que, durante muito tempo, tanto o Relator pugnou por diversas situações como, por exemplo, esta Comissão aprovou a reconvocação do ex-Presidente do Banco Central Gustavo Franco e sempre manteve com o Relator, não foi o meu partido, eu pessoalmente – o meu partido apoiou. Não apoiei, escudado até em uma opinião técnica da nossa assessoria e em uma opinião técnica do Deputado Rodrigo Maia que foi e é a pessoa ligada ao mercado entendendo que a aplicação de reservas não se trata como objeto desta CPMI.

Como também há vários requerimentos de convocação que durante muito tempo tentamos votar aqui e não foi possível que houvesse uma deliberação por parte da Comissão. Reconheço, entretanto, que a exigüidade impede que sejam votados e sejam ouvidas todas as pessoas que precisam ser ouvidas nesta Comissão.

Mantenho, entretanto, uma convicção pessoal de que nada impede que o relatório do Deputado José Mentor seja um relatório consistente como deseja a sociedade brasileira. Por quê? Se alguns depoimentos podem faltar, não existe só a prova testemunhal; existe também a documental. Esse foi o ajustamento feito no sentido de que caminemos para a conclusão.

É absolutamente normal a manifestação de indignação do Deputado Edson Andrino e também do Deputado Gonzaga Mota, pessoas pelas quais tenho o mais profundo respeito e até admiração, mas com relação às audiências ocorridas nesta Comissão não cabe alegar que não tivemos a participação da Comissão.

Existe, e essa possibilidade existirá inclusive para o Presidente quando da apresentação do relatório, o conhecimento pormenorizado das subcomissões. Este

é um fato absolutamente verdadeiro. Chegamos a ter subcomissões sem a presença do Presidente, embora o Relator tenha estado em todas elas. Isso vai possibilitar ao Relator que faça um relato de todas essas comissões. Por isso já pedi inclusive ao Secretário da Comissão para que encaminhe a todos os Parlamentares todas as atas das reuniões realizadas na CPMI.

Apresentado o relatório no dia 07, como explicou o Relator, serão cinco dias para destaque, para emenda modificativa, substitutiva e, se alguém desejar, até para substitutivo. No dia 13, o Relator analisa as emendas apresentadas e dá os seus pareceres. Se o Congresso encerrar as atividades no dia 15, nos dias 14 e 15 vota-se o relatório com conhecimento total da Comissão.

A minha expectativa é a de que, isso ocorrendo, possamos ter encaminhamento realmente no sentido de que possa ser oferecido um relatório que satisfará a sociedade brasileira.

Quero, entretanto, dar uma palavra em defesa da CPMI. Somos humanos, a CPMI teve muitos erros e, ao final, poderemos comentar isso com mais sobriedade e com mais tranquilidade. É preciso que, nós políticos principalmente, não adotemos essa prática da infalibilidade, que não é da prática política.

Existiram equívocos e erros que esperamos estejam todos corrigidos quando da apreciação do relatório pelo plenário desta Comissão, mas não tenho dúvida alguma de que um enorme serviço já foi prestado à sociedade brasileira. Não haveria Operação Farol da Colina sem a CPMI; não haveria prisão desses doleiros todos sem a CPMI; não haveria a recuperação de cinco bilhões com relação apenas a 1998 sem a CPMI; não haveria autuações no Banco Central sem que a CPMI tivesse oferecido à Receita Federal a possibilidade dessas autuações – autuações que continuam sendo feitas. A propósito: acho importante que o Relator inclua a opinião da Receita Federal em seu relatório sobre o que foi feito e sobre o que falta fazer.

Dito isso, quero colocar essas três questões levantadas pelo Relator. Antes, porém, concederei a palavra ao Deputado Sérgio Miranda, que pede a palavra.

O Deputado Dr. Dimas também quer usar a palavra, não é?

Falará, então, o Deputado Sérgio Miranda e, na sequência, o Deputado Dr. Dimas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – Sr. Presidente, poderia ilustrar o início do meu pronunciamento com um verso de Manuel Bandeira, em Pneu-motórax. Tudo aquilo “que podia ter sido e que não foi”. Esse é o sentimento. Tudo que poderia ter sido e que não foi. Tivemos, talvez tenhamos ainda, a oportuni-

dade rara, raríssima, de entender o funcionamento do capitalismo brasileiro.

Esta não é uma coisa de pequenos gatunos, de furtos leves. Lembro-me, a propósito, de uma passagem de Casablanca, quando Ingrid Bergman viaja, e fica lá o Bogart conversando com o chefe da polícia, e avisa: “Houve tal coisa”. Aí ele diz: “Prenha os mesmos de sempre”. Nós ficamos nos mesmos de sempre. É o Pitta, é o Maluf, os mesmos. Poderíamos ter avançado muito mais. A imprensa divulgou esta bela reportagem sobre o “grande inquérito” – depois, se os deputados a quiserem ler, trouxe cópias. O grande inquérito...

A causa da CPI é a evasão de divisas, e se armou, no Banco Central, à revelia do aparato legal, uma política econômica de livre fluxo de capitais, ao arrepio da lei. O Brasil sempre manteve restrições ao fluxo de capitais. Manteve-as na legislação, que é de 64, mas, ao arrepio da lei, através de cartas circulares do Banco Central, isso foi burlado. O próprio ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, afirma em um de seus trabalhos acadêmicos, que fez isso porque o processo legislativo é muito moroso e os deputados e senadores não entenderiam. Então, mudou-se a lei, e se criou, objetivamente, o livre fluxo de capitais no País a partir dessas cartas circulares. Com um agravante agora, recente, no Governo Lula: através da Circular nº 3.187, são permitidas as barrigas de aluguel que os doleiros faziam. Agora os bancos fazem legalmente, através da TED entre instituições financeiras. Um banco transfere recursos, através de CC-5, lá para fora. Por que meus colegas não ficaram perplexos se prenderam todos os doleiros e o mercado paralelo não se afetou? Porque quem faz hoje o trabalho dos doleiros são os bancos. São os bancos que fazem o trabalho dos doleiros e sem identificação do remetente. Um diretor do Banco Central disse: “Só devem ser identificados os remetentes em 20% das operações são aquelas em que você transfere recursos para sua própria conta.” Outros pagamentos não devem ser identificados – incorreto, falso, contra a própria Circular do Banco Central, que exige a identificação dos remetentes.

Sr. Presidente, poderíamos ter feito um belo trabalho. Vou me conter e aguardar o relatório. Mas já parto do princípio de que, em uma CPI, quem investiga é o conjunto dos Parlamentares. Participei, com o Senador Pedro Simon, da CPI do Orçamento. Eu era membro de uma subcomissão. No Prodasen, tínhamos uma sala para nós, cheia de material, uns dez assessores, três Deputados, um Senador, e éramos responsáveis por alimentar o Relator de informações sobre algo, que, no nosso caso, eram sobre as emendas no Orçamento: quem as fez, como foram feitas... Isso não houve nesta CPI.

Pergunto a V. Ex^a se podemos ter acesso aos documentos que estão sob guarda para fazer algum tipo de investigação. Tenho o maior interesse, Sr. Presidente, – não sei se o Relator vai fazer – em investigar os cinco processos do Bank Boston, do Boston Comercial e Participação, que teve um lucro de duas mil vezes o seu capital no processo de transferência, de mudança no sistema de câmbio, de 1998 para 1999. Existem os processos, alguns dos quais foram julgados pelo Banco Central agora. Eu queria fazer um estudo sobre isso.

Quanto ao resto, minha preocupação é institucional. Qual é o papel do Banco Central nisso, das autorizações especiais? Reforço o inquérito aberto pelas Procuradoras, a ação civil pública das Procuradoras Raquel Branquinho* e Valquíria Quixadá contra os ex-Presidentes do Banco Central Gustavo Franco e Gustavo Loyola, que, ao contrário do que diz a nossa legislação, criaram esse livre fluxo de capitais, acobertando não apenas as remessas, como funciona o caixa-dois das empresas, como funciona o capitalismo brasileiro. De lambuja, entraram aí os ladrões, os doleiros. Todos entraram de lambuja. Mas isso é o acessório. O mais importante é como se forma caixa-dois, como o capital brasileiro usufrui dessa valorização financeira internacional do capital. É isso que está em causa, Srs. Deputados e Srs. Senadores! Não é outra coisa. Ficar achando que a remessa do Pitta de um milhão e quinhentos... Não é isso.

Acho que deveríamos investigar o segundo foco: os bancos. Qual é o papel do Sistema Financeiro Nacional? É o nosso segundo foco. Qual é o papel do Sistema Financeiro Nacional nessa *ratatuiá*? Agora reforça com essa nova circular, a Circular nº 3.187.

Por último, a questão dos casos concretos. Sabemos que a corrupção passou por aí. Deixaram pegadas. A causa original de toda essa abertura, por incrível que pareça, foi o Sr. Osama bin Laden, pois, a partir do atentado nos Estados Unidos, os americanos entenderam que naquela região da tríplice fronteira havia algo estranho e começaram a investigar, liberando, posteriormente, para nós. Tudo isso devia ir para a Polícia Federal, para o Ministério Público.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um pequeno aparte, já que o senhor falou na tríplice fronteira?

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – Sim. Habilitou-se?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É porque apitou minha cabeça aqui.

A investigação na tríplice fronteira não se iniciou com Osama, com o 11 de setembro, mas com a CPI dos Precatórios.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – Não, mas a quebra do sigilo em Nova York foi depois, porque estávamos impedidos de examinar. Para onde foi o dinheiro? O dinheiro saiu daqui, sabemos o montante. Fala-se, Srs. Parlamentares, em US\$60 bilhões.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A CPI identificou os bancos americanos que receberam.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – Mas não tínhamos acesso ao sigilo deles, e o promotor americano nos cedeu.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Cedeu agora.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – Cedeu ao Banestado e ao MTB Bank.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Inclusive em profusão.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – E Delta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pois não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – Sr. Presidente, penso que devia transferir. Acredito que a Polícia Federal e o Ministério Público deviam receber todo esse material, passar o pente fino. Penso até que o TCU também devia recebê-lo. Quanto mais gente receber esse matéria para discutir é melhor para o País. Tem corrupção aí dentro? Tem corrupção? O TCU investiga!

Queria fazer um apelo, não sei se posso. Junto com alguns assessores, quero investigar esses cinco processos do Bank Boston. Quero saber qual foi a conclusão a que se chegou. Porque ali começou, ali foi o salto no nosso endividamento interno. Foi ali, Srs. Parlamentares. Com os papéis cambiais, muita gente ganhou muito dinheiro na desvalorização do câmbio. O Senador Aloizio Mercadante fez denúncias aqui em 1998 e 1999. Qual foi o paradeiro desses processos? Chegaram a conclusões? Qual é a opinião do Banco Central?

Queria – não vou investigar conta de ninguém – investigar pelo menos o papel dos bancos e, no caso concreto, o papel do Bank Boston.

Queria saber de V. Ex^a, Sr. Presidente, se posso ter acesso a esses papéis. Já fui uma vez lá e olhei os papéis. Vi como estão, vi como concluem, vi quem assina as conclusões, em contraste com o que é investigado. Vamos pôr isso a nu. Proponho-me pelo menos a dar esta contribuição ao relatório: a investigar o Bank Boston.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Informo ao Deputado Sérgio Miranda que, primeiro, todo o material recebido pela CPMI do Banestado, por autorização do seu Plenário, já foi encaminhado ao Ministério Público, à força-tarefa em Curitiba e à Polícia Federal. Foi uma das primeiras deliberações feitas. Tratou-se de acertada deliberação desta CPMI.

Portanto, esses documentos estão com todas essas instituições, menos com uma sugerida por V. Ex^a ao final, porque não houve essa sugestão quando da discussão do assunto no Plenário, que é o Tribunal de Contas da União, que, aliás, por um de seus membros, deu inestimável colaboração em depoimento prestado a esta CPMI.

Com relação aos processos do Bank Boston, estão todos na CPMI. Evidentemente, é desnecessário dizer que V. Ex^a está autorizado, como membro da CPMI. Não só V. Ex^a, mas todos os que tiverem interesse podem olhar quaisquer documentos da CPMI e podem oferecer emendas e também contribuições ao relatório do Deputado José Mentor.

Concedo a palavra ao Deputado Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr. Presidente, serei breve, porque os que me antecederam já disseram que esta CPMI poderia ter se aprofundado mais e ter feito um trabalho mais didático, mostrando para a população como se fraudava o Sistema Financeiro.

Pela minha profissão – sou do Ministério Público –, aprendi nesta CPMI, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Senador Pedro Simon, que a CPMI não tratou da chamada “arraia miúda”. Esta Comissão chegou a documentos que mostraram que aqui estão os grandes ladrões do Brasil, que aqui estão as quadrilhas que assaltaram os cofres públicos. O sistema financeiro fez coisas, que descobri na CPI, que eu jamais poderia imaginar e que a população brasileira desconhece inclusive.

Quando o Deputado Sérgio Miranda mostra alguns números, não sabemos se são US\$ 60 bilhões, US\$40 bilhões. O espantoso é que entendemos até a situação política, as dificuldades da CPI, mas perdemos um momento importante para sermos didáticos e mostrar as entranhas do sistema. Primeiro, de controle que não existiu e que não tinha e, segundo, a atuação dolosa de autoridades que deveriam coibir e facilitar o envio para o exterior. Mas é assunto passado já.

Nós trouxemos a esta CPI gerentes de banco falidos, jovens, laranjas que praticamente nada tinham com isso, e aqui nós os colocamos no banco dos réus para toda Nação brasileira vê-los. E não trouxemos banqueiros ou pessoas que foram responsáveis por

esse tipo de ação. Não dá mais para fazer isso. Vamos tentar salvar o relatório. E aí confio que o nosso Relator vá nominar as pessoas, as instituições. Deputado José Mentor, evidentemente, os valores são fundamentais, mas é essencial sabermos quem fez isso, quem foi conivente, quem possibilitou, quem fez a legislação específica e sobretudo como operaram os bancos, porque ninguém manda por outro órgão; manda por banco. Os doleiros estão sendo presos – alguns deles evidentemente, não todos.

Peço uma atenção especial do Relator, no relatório que apresentar, para os bancos que operaram isso. Isso é fundamental. Do contrário, vamos continuar chamando aqui costureiros, subgerentes, o que não nos interessa mais. De quando em vez, acordo à noite pensando no que fizemos com o jovem que veio aqui, coitado, do Paraná, a quem perguntamos sobre sua mãe, sua família. E não chamamos ninguém de grosso calibre do sistema financeiro aqui na CPI.

Dito isso, Sr. Presidente, lembro que pedi há algum tempo, requerimento aprovado pela Comissão, a relação das pessoas convocadas e que não compareceram. Ainda não tive acesso a isso. Gostaria que essa lista fosse enviada para mim. E, segundo, pessoas que tiveram o sigilo bancário quebrado, a relação de todas as pessoas; que sigilos chegaram e quais não chegaram até hoje, até porque convocamos várias pessoas que não vieram. Algumas inclusive nem responderam: “não vou à CPI e acabou”. Gostaria que todos esses nomes permanecessem no relatório final, norteando-nos um pouco. Assim, poderemos propor legislação, legislação específica para que, daqui a três, quatro anos, não venhamos a assistir uma CPI em que se chama o Banco Central, “isso não é com a gente”; Receita, “não, isso não é nossa competência”; Polícia Federal, “estamos cuidando”. Ou seja, todo mundo cuida e ninguém cuida. O Deputado Sérgio Miranda falou muito bem: “Sempre os mesmos!” Sempre os mesmos! Faltaram alguns e outros que S. Ex^a poderia ter citado aqui, mas que foram convocados também. Esses não precisam nem vir, já estão condenados pela Justiça. Estarão irremediavelmente condenados por outros processos que a CPI...

Então, entendendo a dificuldade da CPI – aqui são todos agentes políticos do momento que passamos –, podemos corrigir um pouco isso. Para tanto, é preciso aprofundar o relatório, esmiuçá-lo com valores, nomes, datas e responsabilidades. É o mínimo que podemos fazer para deixar para a posteridade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Peço a Secretaria que tome as providências requeridas pelo Deputado Dimas Ramalho no sentido de que

S. Ex^a seja atendido, ainda que tardiamente, porque o relatório já é de algum tempo.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Colegas de Comissão, creio que a questão é bem mais séria e profunda que possamos imaginar. No início, pode parecer que esta Comissão não funcionou; deu errado, não tivemos competência. Houve desentendimento entre o Presidente e o Relator e o tempo foi passando...

Entretanto, sou levado a crer – e isso me angustia – que o esquema é mais profundo. Há um esquema deliberado para terminar com as CPIs. Aliás, isso não vem de hoje. Há algum tempo, uma série de Parlamentares – Senadores e Deputados Federais –, que dizem, sempre, que CPI é um absurdo: “Isso aqui não é chefatura de polícia. O lugar de depor é na polícia, não é aqui. Senadores e Deputados não foram feitos para fazer CPI. Essa não é nossa missão”. Isso não é algo novo. Isso acontece permanentemente. Quando a CPI chegava no auge e começávamos a convidar pessoas importantes, surgiam as notícias e apareciam as Lideranças para esvaziar e para dizer que não era possível. Então, uma antipatia à CPI vem de longe.

Eu, ao contrário, sou um dos admiradores da CPI. Digo e repito: o Brasil é o País da impunidade. O Brasil é o País onde a Justiça é lenta e lerda, logo, falha. O Brasil é um País em que, em tese, só vai para cadeia ladrão de galinha. Nesses anos que se passaram, em que o Brasil se transformou no paraíso mundial da corrupção, somente um setor funcionou e denunciou a corrupção: as CPIs da Câmara dos Deputados e as do Senado Federal. Se analisarmos ao longo desses anos, mesmo no regime militar, época da ditadura, houve a CPI Nuclear, que foi instalada no Congresso Nacional, e funcionou em pleno regime militar, vendo o que havia por detrás do acordo de política nuclear entre o Brasil e a Alemanha. A CPI sempre funcionou e sempre fez a sua parte.

A Imprensa, ao longo da história, disse que as CPIs sempre acabaram em pizza. É que a Imprensa, ou por ignorância, ou, muitas vezes, por má-fé, não entende que a CPI conclui, mas não pode colocar ninguém na cadeia. Não pode denunciar, não pode processar, não pode abrir inquérito na Justiça. A CPI conclui e manda suas conclusões para o Procurador-Geral da República, que é quem tem de levá-la adiante. Durante oito anos, tivemos um homem que se chamava “engavetador-geral” da República, ou seja, tudo ia parar na gaveta dele, de onde nada saía. Entretanto, as Comissões de Inquérito fizeram, agiram e funcionaram. Elas, em um dos exemplos mais bonitos de democra-

cia, cassaram o mandato de um presidente da República, com a maior tranquilidade, com a maior serenidade, sem violência, sem militar, sem absolutamente nada. Cassamos mais de quinze Parlamentares aqui. Entramos na casa e na vida de S. Ex^{as}, mostramos e demonstramos, e os Parlamentares foram cassados. Aí, quando tínhamos um dossiê enorme – pegou-se até a casa de uma empreiteira aqui – e estávamos preparados para fazer realmente a maior limpa na história deste País, um Senador cometeu a leviandade de pegar um jornalista, vinculado à Revista **Veja**, que fez uma edição especial, publicando tudo. Nesse tudo, colocaram até os nomes que havia numa lista, que ganhavam cartões ou presentes de Natal, como se fossem os nomes de quem estava ganhando dinheiro. E não tivemos condições de prorrogar. Tivemos de decidir somente pela cassação dos Parlamentares e tomar a decisão de que, no ano seguinte, criaríamos a CPI dos Empreiteiros, quando o Sr. Fernando Henrique Cardoso, então Presidente da República, não deixou a CPI, cujas assinaturas eu consegui. Consegui as assinaturas e entramos com o requerimento, mas o Presidente da República de então mandou retirar as assinaturas e a CPI não saiu.

De lá para cá, tem havido uma guerra com relação a CPI. O Sr. Fernando Henrique Cardoso não deixou – cá entre nós – criar a CPI sobre a reeleição do mandato dele, em que se tem notícia de que há Deputado que ganhou R\$ 150 mil para votar a favor da reeleição. Aquela CPI não saiu da gaveta. Ninguém deixou ela sair da gaveta. E nesse trabalho todo tivemos a colaboração magnífica do PT: foi o partido que mais lutou, que mais debateu e defendeu a importância da CPI.

Para nossa surpresa, com o PT no poder, estamos vendo agora o que nunca tínhamos visto. Para mim, há um movimento em marcha para esvaziar a CPI. Não é o que está nesta ou na da Terra, que é a mesma coisa: de repente, Presidente e Relator não se acertam. Aqui não se consegue ir adiante. Lá também. Chamam o presidente e os líderes para uma reunião para ver que ações irão tomar, e o presidente não toma conhecimento. Aqui, a mesma coisa.

Concomitantemente, os Líderes no Senado, com a conivência do Presidente do Senado, rasgam a Constituição, que diz que, com a anuência de 1/3 dos Parlamentares, estará instalada a CPI. Os Líderes se reuniram e disseram que, para que seja instalada a CPI, os Líderes majoritários têm de estar de acordo. Como o PMDB, o PT e não sei mais quem, que têm maioria, não deixam, não sai CPI. O artigo da Constituição que diz que com 1/3 dos Parlamentares é instalada a Comissão não é respeitado.

E o Sr. Presidente Sarney, como os Líderes não indicaram representantes, houve por bem também não indicá-los, embora o Regimento da Câmara e o Regimento Comum do Congresso digam que, se os líderes não indicarem no prazo de cinco dias, ele tem de indicar.

Então, sinto isso: há um boicote à criação de CPIs, há uma desmoralização perante a opinião pública das CPIs que já existem. Por outro lado, eu nunca vi uma cobertura tão grande e positiva por parte da Procuradoria e da Polícia Federal no trabalho que vêm realizando: “Corrupção algemada”; “Polícia Federal atinge crime organizado”. Seiscentos e cinquenta nomes de pessoas foram denunciados pela Polícia Federal à Promotoria Pública.

Na Procuradoria é a mesma coisa, justiça seja feita ao atual Procurador-Geral, que merece nota 10 pela coragem de denunciar um Senador, pela coragem de dizer que o presidente do Banco Central não tem direito a fórum especial. O que chega a sua mesa, ele despacha. Estamos vendo a Procuradoria funcionando muito bem, obrigado. A Polícia está como nunca funcionando, está andando por todos os cantos. No entanto, quando aparece o Congresso Nacional com as CPIs é ridicularizado. Nós estamos partindo para um esquema de desmoralização das comissões parlamentares de inquérito.

Por isso eu acho, Sr Presidente, que a questão é mais profunda. Os presidentes do Senado e da Câmara tinham a obrigação de se reunir com os membros das nossas comissões para que a saída fosse mais profunda do que nos reunirmos aqui.

Penso que o bravo deputado está fazendo o papel correto de passarinho que está pegando um pouquinho de água para apagar o incêndio, que é pegar um inquérito, fazer pelo menos uma parte. A verdade, porém, é que, no nosso contexto, somos todos responsáveis. Não estou batendo em nenhum outro, bato em mim mesmo. Nós todos estamos fazendo o papel de bobos da corte. Não estamos nos dando conta de que estão fazendo aqui um esquema de ridicularização. Vão se referir àquela “CPI em que se investigava não se sabe quantos bilhões de dólares, uma montanha de dinheiro enviada ao exterior, e os parlamentares ficaram falando sozinhos” ou àquela “CPI em que o promotor americano deu algo que nunca havíamos conseguido, pois não havia jeito de se conseguir que os americanos dessem os nomes, os papéis. Ficávamos sempre naquela situação de mandou, não-mandou. De repente, vieram os nomes com a assinatura da justiça americana, estão aqui os caras. E aquele Pedro Simon e o fulano de tal? São os babacas que estão no Senado. É para isso que estamos caminhando. Quero dizer que para bobo não

sirvo. Na minha opinião há um esquema. Talvez, não tenhamos feito a nossa parte para entrar na questão. Mas é isso que está aí. Há um outro caso em que o Presidente do Senado, ao invés de instalar um Conselho de Ética para investigar um Senador, mandou a Mesa arquivar. Nunca tinha acontecido. O problema é do Conselho de Ética? Mande-o para o Conselho de Ética. Ao contrário, mandaram arquivar. Tudo obedece a este esquema: as questões param e terminam.

Na ditadura militar havia o decreto-lei. Acusávamos os decretos-lei de esvaziar o Congresso Nacional. O Presidente da República, o General, editava um decreto-lei – e foi assim que começou – e se não fosse votado em 45 dias era considerado aprovado. Foi a partir daí que a Câmara e o Senado se esvaziavam na quinta-feira. A Arena mandava as pessoas embora para que não houvesse **quorum**. As pessoas iam para a casa e passavam, por decurso de prazo, os decretos-lei. Nós, na democracia, na Constituinte, por ingenuidade, criamos a medida provisória. De maneira estúpida e ridícula veio a medida provisória, que hoje é muito pior do que o decreto-lei. Se repararmos, o número de decretos-lei feito pela ditadura é insignificante comparado ao número de medidas provisórias editado pelos Governos atuais. Legislar é editar medida provisória. Fiscalizar é dever da polícia. Nós estamos aqui para quê? Para termos recesso. Esse é o nosso papel.

Creio, com toda a sinceridade, que devemos tomar uma providência. Devemos nos reunir, discutir, e ver como levaremos adiante esta Comissão. Ainda há condições, se quisermos, por uma questão de grandeza, de chamarmos os promotores, os delegados, a Polícia Federal, para nos ajudar. É o que, em questão de dias, fizemos nas outras comissões. Nas outras comissões todo o mundo tinha uma missão. Na CPI cada um tinha sua função. Um ia para cá e o outro para lá. O relator coordenava. Na verdade, todos trabalhavam, todos participavam em conjunto. Ou partiremos para fazer um esquema de trabalho assim ou nos reuniremos e chamaremos o Procurador-Geral da República. Diremos: “Está aqui o material. V. Ex^a assuma a responsabilidade porque não temos condições”. É uma questão muito séria.

Não vamos encerrar esta CPMI. A questão não é o prazo: se teremos ou não mais 15 dias, se vamos encerrar dia 15 de dezembro, se iremos até o dia 23. A questão é que esta CPMI, juntamente com o arquivamento da outra decretada pelos Líderes, será o início da morte das CPIs no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Senador Romeu Tuma, V. Ex^a é o próximo inscrito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estava ouvindo com atenção. Peço desculpas pelo atraso porque a

pauta de hoje, no Senado, está sobrecarregada. Não tive oportunidade de ver o início da reunião.

Senador Pedro Simon, refiro-me ao projeto de V. Ex^a que pede prioridade para os processos que dizem respeito à malversação do dinheiro público. Não conseguimos, até hoje, aprová-los. Por que digo isso? A CPI dos Precatórios, Deputado, teve uma profundidade muito grande na investigação da lavagem de dinheiro e dessas operações na fronteira. Conseguiu, praticamente, esclarecer todo o sistema operacional por meio do sistema bancário, com os operadores de câmbio, que são os doleiros, e tudo foi levantado.

Hoje, Senador Pedro Simon, sabemos que o Promotor do Paraná, que aqui esteve, baseou-se em todos os levantamentos feitos pela CPI dos Precatórios. E vê-se uma distância enorme, cinco ou seis anos, para chegar à tentativa de já começar o início da ação penal. Então, ela atravessa dez anos.

Outros casos que temos visto e já investigados e que estão aqui na CPI, têm dez ou doze anos. Por quê? Porque aqueles que estão envolvidos conseguem, por meio de estratégias, dificultar a oitiva de cada ou indiciamento, para a prescrição do procedimento. Temos aqui um promotor. O Deputado Biscaia conhece bem essa história de procrastinar, para evitar o andamento do processo e tentar a prescrição. Então, a CPMI tem um papel muito diferente; tem a capacidade da velocidade de suas apurações. Então, não posso aceitar, sem muita amargura, o pressentimento do Senador Pedro Simon.

Esta CPMI é importante. Penso que estão de parabéns por terem marcado esta reunião hoje. Sei que o período difícil da eleição trouxe uma série de dificuldades no andamento. E o material que aqui já se encontra tranquilamente dá para indicar as apurações daqueles que fizeram a movimentação.

Mas estou com o Deputado, Sr. Presidente, Sr. Relator: o Banco Central teria que analisar as remessas, saber quais foram as legais e as ilegais. Só eles poderão dizer-nos, concretamente, quais operações, por meio da CC-5, que tem outro número, foram legais ou não. Muita gente mandou dinheiro, porque ela é legal. E há outros que mandaram por intermédio de doleiros. Então, o Banco Central deve fazer um cruzamento urgente desses estados. Não sei isso já foi pedido – sei que há gente do Banco Central aqui – e se já estão fazendo isso, que já indicaria o supra-sumo do crime de remessa indevida de dinheiro.

Não sei se o Relator tem uma informação mais segura. Há muita coisa aqui, Relator; dá para fazer um bonito relatório, consistente, forte. É claro que não podemos chegar à condenação dos responsáveis, mas indicar ao Ministério Público aqueles que estão envol-

vidos, para fazer com que a ação penal seja rápida, dentro das possibilidades.

A Polícia Federal tem feito um trabalho excelente com base nos dados levantados. Ela está investigando, mas dados que foram fornecidos pela direção desta Comissão estão servindo de base para a investigação. Ela têm mais instrumentos que nós, Sr. Presidente; Senador Pedro Simon, ela têm escuta telefônica, escuta ambiental, infiltração, uma porção de coisas. Se fornecermos dados, ela trabalhará e produzirá um resultado para o processo. Mas há que observar o que V. Ex^a pediu no seu procedimento: prioridade para o julgamento do processo em que há bandido que mete a mão no dinheiro do Estado. Senão, vai ficar isso aqui, dez, doze anos, parece que deu em pizza. E não dá em pizza. Em todas as CPIs, saem vários indiciados, todas!

Então, cumprimento V. Ex^{as} por reabrirem a CPMI, depois desse espaço longo que nos angustiou, devido às críticas que foram feitas, muitas injustas. Sem dúvida nenhuma, a CPMI terá um final correto, seguro, com um relatório forte, evidentemente, porque os dados que possui são realmente contundentes.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo inscrito é o Deputado Antonio Carlos Biscaia. V. Ex^a com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Deputados e Senadores, não quero repetir o que o Senador Pedro Simon falou, até porque estou inteiramente de acordo com as observações feitas por S. Ex^a, principalmente no que se refere ao nosso País, que, lamentavelmente, é o país da impunidade e as CPIs, ultimamente, têm tido influências políticas que impedem as suas conclusões adequadas. Um exemplo marcante foi a CPI do Futebol, da Nike, que, por divergências finais, não teve o relatório aprovado, o que significa dizer que todo o trabalho feito, todos os elementos de prova colhidos estão aí, sem que ninguém a eles possa ter acesso, até porque há o entendimento de que, neste caso, nem as outras instituições, como Ministério Público e Polícia Federal, poderão ter acesso a esses documentos. Houve algum tipo de ingerência política por interesse que impediu que os documentos finais fossem encaminhados.

Nesta CPMI, temos que lamentar que, desde junho de 2004, os seus trabalhos não se tenham desenvolvido normalmente, por razões que não vêm ao caso discutir.

Em segundo lugar, quero manifestar a minha discordância da decisão tomada pelas Presidências das Casas, pelas Lideranças, no sentido de que o prazo fatal tem que ser 15 de dezembro, a pretexto de que não é possível ela se estender por outro pe-

rôdo legislativo, quando já havia sido aprovada uma prorrogação que permitia que os trabalhos fossem a até mais de 2004.

Existem decisões do Supremo Tribunal Federal dizendo que é possível haver, para Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas pelo prazo de 120 dias, prorrogações sucessivas até o final da Legislatura. O que o Supremo impede é que isso ingresse na próxima legislatura, em que os Parlamentares, Senadores e Deputados, serão diversos.

Ainda que se coloque a questão de que há um regimento comum que estabelece um óbice, temos que ver qual é o entendimento final, porque essa questão já foi levada ao nosso mais alto órgão do Poder Judiciário, que decidiu neste sentido.

Concluindo, confiamos no nosso Relator, Deputado Mentor. Em razão de todos esses óbices, como já é uma questão decidida essa impossibilidade de prorrogação, que ao menos o relatório aprecie tudo isso, diga o que já foi obtido de documento, pois sabemos que os documentos são volumosos, importantes e desvendam, Deputado Sérgio Miranda, o esquema de uma grande intensidade. Então, acho importante que o relatório coloque esse diagnóstico. Não é essencial que se indiciem pessoas, mas que o relatório diga o que foi obtido como prova até esse momento.

É nosso dever, perante a sociedade, essa satisfação. Essa é uma questão que, de forma alguma, pode ter outra alternativa, até porque, como já foi assinalado aqui, todos nós sabemos, a CPMI é uma investigação de natureza parlamentar que vai ser encaminhada para o Ministério Público Federal, que, após exame da documentação, em alguns, poderá repassá-la para os Ministérios Públicos Estaduais. Se ainda forem necessárias novas investigações, a Polícia Federal pode realizá-las e assim por diante.

O essencial é que tenhamos um relatório votado até 15 de dezembro, permitindo que possamos remeter todas as provas já obtidas para as instituições que, constitucionalmente, têm competência para prosseguir no seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A próxima inscrição é da Senadora Ideli Salvatti, a quem concedo a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu gostaria de registrar algumas questões, que entendo absolutamente relevantes, para a deliberação que tomaremos hoje. Em primeiro lugar, quero dizer da importância de concluirmos o trabalho desta CPMI. Passamos por um período muito intenso de turbulência, de debates. Enfrentamos situações extremamente delicadas. Talvez o que disse o Deputado Sérgio Miranda justifique

os fatos, apesar de as motivações e de muito do que ocorreu não se dever ao que afirma S. Ex^a.

Indiscutivelmente o pano de fundo, o objetivo maior desta CPMI deveria ser chegarmos à operacionalização institucionalizada da evasão das divisas. Muitas vezes nos preocupamos com o ilegal, mas o legal é o mais grave. Por isso considero a reflexão feita pelo Deputado Sérgio Miranda absolutamente procedente e merecedora de toda atenção.

Passamos por uma turbulência muito grande, por conta dos episódios relacionados com comportamentos, atos e situações criadas nas CPIs este ano, principalmente na época mais próxima da eleição. Por isso, é de fundamental importância que esta CPMI conclua seu trabalho. Todos devemos estar imbuídos deste objetivo: concluir e votar um relatório adequado ao que foi possível construir e investigar, até porque, sem votá-lo, não teremos como encaminhá-lo a quem possa, talvez com menos turbulência, com menos problemas, dar continuidade a essa investigação tão importante. Todo o Brasil ficou na expectativa de saber aonde iríamos chegar, quando e como.

Neste debate a respeito das CPIs, quero colocar alguns ingredientes, porque, além das situações aventadas pelo Senador Pedro Simon, também não podemos escamotear as situações criadas ao longo do tempo pelo comportamento e até mesmo pelo desvirtuamento e pela degeneração de CPIs, de outra forma, não teríamos tido tanto problema como vazamento de dados e utilização deles em guerras partidárias e em situações éticas muito graves. Encaminhamentos de CPIs foram vinculados à obtenção de favores, de propinas, e a achesques. Penso que a situação que vivenciamos nas CPIs acabaram sendo um pano de fundo para uma situação extremamente delicada.

Neste momento, temos uma única alternativa: concluir o trabalho, votando o relatório, apesar dos pesares, de todos os problemas, dos vazamentos, dos procedimentos, das divergências que tivemos. Podemos concluir o relatório e votá-lo. Tenho certeza de que é possível, ainda nestes breves dias, concluir algumas diligências e analisar a quantidade imensa de documentos e dados que temos. Tenho certeza de que o relatório que será apresentado pelo Deputado José Mentor para apreciação desta CPMI ainda será...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a está falando como Líder da Bancada? Esta é a posição da Bancada do PT?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Falo como Senadora da República.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como Líder da Bancada, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Pedro Simon, eu exerço a tarefa de Líder da Bancada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senadora, a Liderança do PT está-nos apresentando o que o PT pensa sobre CPI? A senhora não calcula como falou igualzinho ao tempo da ditadura, quando não queriam CPI. Parece até que V. Ex^a copiou o que eles diziam.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Pedro Simon, quero falar com V. Ex^a, que acompanhou todos os debates que nós fizemos a respeito da CPI. V. Ex^a talvez mais do que ninguém saiba, tenha acúmulo histórico para tecer as suas observações e emitir as suas opiniões.

No entanto, com relação às questões que levantei aqui, espero que V. Ex^a também as considere importantes, tendo em vista que não podemos mais tampar o sol com a peneira e acreditar que as responsabilidades estão apenas nas vontades políticas de determinar se há ou não há CPI. Existem também os procedimentos que o Parlamento adotou. Não estou falando especificamente do Senado ou da Câmara, mas de maneira geral. O episódio da CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro é uma demonstração clara desse fato.

Além disso, o comportamento dos Parlamentares contribui para criar uma determinada imagem não somente nas diretrizes, mas também na própria opinião pública. Houve aqui vários Parlamentares que pediram a CPI das CPIs. No Plenário do Senado, houve Parlamentar que subiu à tribuna para pedir a CPI das CPIs, tendo em vista que o comportamento de certos Parlamentares em determinadas situações também é absolutamente merecedor de investigação, punição, cassação e daí para a frente, até porque todos fazemos parte da raça humana, que, infelizmente, tem todos esses componentes de degeneração moral, ética e etc.

Creio que o pior para todos nós, Senador Pedro Simon, seja talvez a dificuldade que o Relator tem de fazer um excelente relatório, dada a dificuldade de se obterem as diligências solicitadas e os documentos – praticamente depois de maio mais nada andou nesta CPMI. Então, há talvez dificuldade de o Relator fazer o parecer, o relatório que todos gostaríamos de ter para votar, para aprovar, que seria a conclusão efetiva de todo um processo investigatório levado até as últimas consequências. Mas volto a afirmar, até para fazer valer e respeitar-se esse instituto tão importante do Parlamento e da democracia, que esta CPMI precisa terminar com um relatório conclusivo dos seus trabalhos, por mais deficiência que o processo que atormentou esta CPMI não nos tenha permitido...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com licença, Senadora Ideli. Não quero interrompê-la, mas acredito – o Relator pode confirmar isso, bem como o Presidente – que nesse ato de tempo que ficamos paralisados, o fulcro de documentos não paralisou, porque não foram suspensos os pedidos feitos. Então, há um acúmulo de documentos, e as equipes que estão trabalhando continuam a fazer análise. Penso que o Presidente pode confirmar isso ou não. Não houve paralisação da CPMI, até porque em algumas ocasiões até horas extras foram pedidas.

Então, como 1º Secretário, tenho sentido que continua o trabalho da equipe que apóia. Eu até estava falando para o Deputado Sérgio que é importante, na investigação que S. Ex^a for fazer, pegar os Assessores que estão produzindo essas investigações.

Depois, seria importante que o Presidente pudesse confirmar isso, porque seria terrível se houvesse suspensão do fluxo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quero apenas concluir reafirmando que o mais importante, politicamente, para que preservemos e busquemos resgatar a importância e o papel político dentro da democracia – e é o que toda e qualquer CPI deve fazer sempre –, é concluirmos os trabalhos e elaborarmos o relatório. Isso é muito importante, inclusive pela quantidade de documentos que esta CPI amealhou e pelo fato de pela primeira vez termos conseguido quebrar sigilo internacional. Pela primeira vez conseguimos isso!

Talvez o Relator não consiga elaborar um relatório suficientemente adequado e profundo com base nos documentos que obtivemos enquanto CPMI, mas talvez a grande contribuição que possamos dar à continuidade das investigações é justamente repassar todos esses documentos para que os órgãos dêem continuidade às investigações.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Há muita gente gráuda.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obviamente! Todos sabemos disso.

Por isso, Sr. Presidente e Sr. Relator, quero apenas me congratular com esse apaziguamento dos ânimos, e solicitar que centremos foco naquilo que é importante: concluir os trabalhos, aprovar o relatório e destinar todo esse arsenal de documentos e de provas que possam levar efetivamente à investigação de fundo, apresentada pelo próprio Deputado Sérgio, para que possamos dar condição aos que institucionalmente têm a obrigação e a prerrogativa permanente de investigar

possam fazer aquilo que, infelizmente, tivemos dificuldade de fazer politicamente nesta CPMI.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Concluir o Relatório dando mais tempo ao Relator. Ele não é sobre-humano para fazer um relatório substancial – desculpe-me, Sr. Relator – em 10 dias.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Edimar. V. Ex^a é o último inscrito.

O SR. EDIMAR MOREIRA (PL – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha intervenção vai ser absolutamente breve. Mas quero, antes de fazê-la, ratificar de público o respeito e a consideração que sempre tive e continuarei tendo pelo trabalho de V. Ex^a na Presidência e do nobre Relator José Mentor.

Fico abismado com o que ouvi aqui hoje. Estou em outra terra, em outro planeta! Está tudo bem, está tudo certo, falta trazer o bolo e acender a vela, cantar os parabéns, mas não é nada disso! Segundo o nosso Conselheiro, o homem que o Brasil todo admira e respeita, Senador Pedro Simon, realmente, desde o início, esta CPMI, meu caro Senador, foi natimorta, no Senado, na sua Casa. Muitos dos que retiraram a assinatura, com todo o respeito também, estão aqui presentes, dizendo que temos de fazer o relatório e entregá-lo.

No meu tempo, vinha na revistinha do gibi aquele RCA (Rádio Técnico por Correspondência), monitor. Recebíamos, no interior, uma chave de fenda e outras peças, às vezes não dava certo, pois o rádio não falava de jeito nenhum, mas era por correspondência. Mas não vou, de jeito algum – talvez eu seja o mais indicado para fazê-lo, com todo o respeito a este Plenário e a todos –, participar de uma CPMI por correspondência, apesar de talvez não ter sido o mais assíduo nesta CPMI, mas também não fui o mais faltoso. Sempre estive presente, modestamente, colaborando, dando a minha contribuição, mas penso que é uma irracionalidade, uma incoerência. Queremos tapar o sol com a peneira. Se sequer insinuarmos ao nosso Relator, com toda a sua competência, transparência e eficiência, no sentido de assinarmos um relatório até dia 15 de dezembro, não há como fazer isso.

Fui um coadjuvante, um assistente, assíduo. Ontem, fui surpreendido com uma convocação: nomearam-me para uma sindicância que a Câmara está fazendo, com a finalidade de apurar desvios de documentos ocorridos nesta CPMI. Analisando com os meus botões, cheguei à conclusão de que para mim está ótimo, pois eles estão colocando-me como um cidadão acima de qualquer suspeita. Faço parte da CPMI e vou apurar fatos que, “presumidamente”, parece-me, o nobre Se-

nador Romeu Tuma instaurou por parte do Senado, pois se trata de uma CPMI, uma comissão de sindicância, tendo em vista especificamente aquela reportagem, se não me engano, do **Estado de S. Paulo**.

Então, não me sinto bem, não pela minha seriedade, para fazê-lo, mas estaria, no mínimo, no meu foro íntimo, sendo desleal com meus Pares se eu fizesse qualquer gesto, se asse qualquer iniciativa, no sentido de apurar aquilo. Primeiro, eu não desconfio e não tenho direito absolutamente de duvidar de ninguém.

Encerrando minhas palavras, Sr. Presidente, Sr. Relator, digo que não assino. Nada vai me fazer assinar, porque não quero amanhã – estou procurando o termo adjetivo e não acho – ser acusado por omissão. Omissão sim, porque não temos condições de analisar ninguém. Ninguém tem condições de chegar a uma decisão acerca do que está aí colocado. Ainda mais que havia uma expectativa da CPMI se desenrolar, parece-me, até março de 2005, se não me engano.

Eu queria deixar registrado, não a minha insatisfação, mas o meu testemunho, Sr. Presidente. Com todo respeito, ratifico e falo novamente a Vossa Presidência e ao Relator, e por que não, a todos os Senhores e Senhoras componentes dessa CPMI. Vamos pensar, vamos refletir. Só para falar com a televisão, com Boris Casoy e com outros tantos, dizendo que terminamos o relatório?! Que relatório! Não há condições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Dois Parlamentares estão inscritos: a Dr^a Clair e o Deputado Paulo Kobayashi.

Concedo a palavra a Dr^a Clair.

A DR^a CLAIR (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, em primeiro lugar, eu queria pedir escusas pelo atraso. Eu estava na Comissão do Trabalho e tinha que votar emendas ao Orçamento e não podia me ausentar. Sinto muito não ter tido a oportunidade de acompanhar as propostas e os pronunciamentos dos demais Deputados e Senadores.

Gostaria de aqui manifestar uma posição pessoal que é resultado da minha participação na CPMI e sobre o andamento da CPMI.

A CPMI tinha alguns objetivos. Primeiro, verificar os mecanismos de evasão de divisas; como se deu a evasão de divisas do nosso país. Esse é o primeiro objetivo. Segundo, verificar o volume de recursos que foram evadidos do nosso País.

Teríamos outros objetivos ainda: rastrear o dinheiro; chegar ao destinatário final; repatriar o dinheiro evadido; punir os responsáveis e, por último, analisar as propostas para sustar a evasão de divisas e também punir os responsáveis pelos crimes cometidos.

Com o desenrolar dos trabalhos da Comissão, acredito que esses objetivos provavelmente não serão atingidos. Temos ainda um grande trabalho a desempenhar. A cada dia que passa, surgem mais denúncias a respeito da evasão de divisas. E entendo que sustar o trabalho da CPMI, neste momento, sem atingir os objetivos, acho que é uma irresponsabilidade da nossa parte.

Apresentei um requerimento à Comissão, assinado por outros Deputados, sugerindo que subdividíssemos a Comissão; analisássemos os documentos que existem. E as subcomissões poderiam apresentar um sub-relatório ao Relator para que, em conjunto, produzíssemos um relatório que fosse da Comissão. Nós todos temos que fazer uma autocrítica porque os documentos, na verdade, são de livre acesso ao Presidente da CPMI e ao Relator. E os demais Deputados, Senadores, Senadoras, Deputadas participaram das audiências, mas sem possibilidade mais ampla de uma análise, de uma participação mais efetiva nos resultados da Comissão, a partir, inclusive, da análise dos documentos. Então, registrando a minha posição, deveríamos continuar o trabalho da CPMI até que conseguíssemos implementar todos esses objetivos que enunciei no começo do meu pronunciamento.

Era essa a minha posição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Paulo Kobayashi, V. Ex^a tem a palavra.

SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, na verdade, cheguei e me inscrevi. Só fui um dos três primeiros. Acho que a lista ficou por aí. Mas a grande vantagem de falar agora é que já ouvi tudo, não preciso falar mais nada. Tudo o que eu ia falar alguém já falou.

SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a era o primeiro e ficou como o último.

SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Apenas concluo que, realmente, a linha certa neste momento é a adotada no acordo, nas conversações com as duas Mesas, com o Relator, com o Presidente. E vamos tentar realmente trabalhar, para tentarmos, ainda no mês de dezembro, fechar este relatório o mais perfeito, o mais completo possível na exigüidade do tempo. Esta CPMI extrapolou muito ao que se poderia imaginar em termos de documentação, de valor para os órgãos públicos, para as instituições. Os documentos dela, na verdade, como ficaram à disposição de todas as instituições, ela não vai paralisar. Quer dizer, fora da CPMI continuaremos este assunto durante 4 ou 5 anos, com certeza. Porque o Banco Central tem todos estes documentos. A Receita Federal tem todos, a Polícia Federal tem todos, o Ministério Público tem todos, a revista **Veja** tem tudo, a **Rede Globo de Televisão**

tem tudo... Então, como já é pública toda essa documentação, será comumente resultado de demandas, de discussões, de suspeitas e de acusações.

Agora, não é por isso que deveremos permanentemente continuar com a CPI em andamento durante 4 anos. Por isso sou favorável exatamente a este acordo. Vamos trabalhar no sentido de que ainda este ano tenhamos um relatório de tudo o que conseguimos, tudo o que o relator conseguiu apurar durante essas fases de investigação.

SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Carlos Rodrigues, V. Ex^a tem a palavra e, posteriormente, como o último inscrito, o Senador Eduardo Suplicy.

SR. CARLOS RODRIGUES (PL – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, pelo que estamos ouvindo aqui, ninguém está satisfeito com o resultado final que se apresenta na CPMI. Nosso Partido tem discutido este assunto. Há 8 anos, temos feito oposição. A política econômica é o Banco Central que estava instalado. A CPMI, a meu ver, cometeu um erro gravíssimo, que foi começar a querer descobrir políticos que tinham dinheiro no exterior. E nisso fizemos uma panacéia, não sei se os senhores lembram, houve acusações, houve defesa, a coisa ficou apaixonada, nada ficou provado contra o Senador Bornhausen. Depois se procurou, entre milhares de nomes, quais os políticos que estavam na CPMI, mandando vinte mil dólares, 30 mil dólares, 50 mil dólares, 100 mil dólares, quando o importante que deveríamos entender é que certas pessoas que estavam no poder da política econômica e do Banco Central do nosso País dirigiram a política econômica, permitiram que bilhões e bilhões e bilhões de dólares saíssem do nosso país. Ninguém sabe o porquê dessa permissão. A invasão da divisa, como foi? Porque as autoridades maiores que estavam no Banco Central certamente foram coniventes. E não conseguimos entender todo este mecanismo porque a maioria dos parlamentares não entende dessa área econômica. Se não tivessem perdido tempo procurando quem foi o vereador ou o deputado que estava na CPMI, mas saber o porquê. No Banco Central, aqueles “menudos” que trabalharam no Banco Central saíram de lá, hoje são donos de bancos e estão ricos. Muitos foram para o exterior. Ainda hoje não sabemos por que essas pessoas usaram as contas CC-5 para mandar bilhões de dólares para o exterior. Fizem-no com a autoridade de quem? Quem foi conivente? Como esse dinheiro saiu do País? Por que não falaram isso?

Ontem um Senador do Amapá dizia que representantes do Banco Central, à época em que governava o Estado, foram ao Amapá com a Polícia Federal, lacraram o banco e fizeram uma panacéia, enquanto bilhões

saíam desse mesmo banco e eles estavam percebendo e permitindo isso. Não conseguimos entender.

Há um erro, e esse erro não é da Mesa. Talvez eu tenha de assumir meus erros, como a falta de experiência e de capacidade para entender esse mecanismo econômico que vai ficando claro à medida que vamos debatendo por que o nosso País se encontra nessa situação.

Gostaria que o nobre Relator não desse um salvo-conduto para essas pessoas, porque o relatório final da CPMI pode dar um atestado de honestidade às pessoas que não vieram depor, que não foram chamadas, que agiram dessa forma durante muitos anos no Banco Central e na política econômica do nosso País, permitindo essa fuga de capital sem fiscalização, sem penalidade, sem explicar o ocorrido à Nação. Poderão dizer: “Foi feita uma CPMI, investigaram os oito, quatro, cinco anos em que estive no Banco Central, e nada ocorreu. Estou inocente. Aqui está o relatório da CPMI”.

Não findamos esse capítulo. Penso que ninguém que tenha bom senso se dará por satisfeito. A CPMI foi bem dirigida; não posso acusar ninguém. Fizemos o possível. Mas não podemos falar para a Nação que aqui está o extrato do trabalho, que chegamos a uma conclusão e listar as pessoas que deveriam responder, os culpados, os punidos.

Preocupo-me com o fato de que, no relatório final, não venhamos a dar a essas pessoas um salvo-conduto, um atestado de idoneidade, a fim de que não digam, com base no próprio relatório da CPMI, que o que fizeram durante tantos anos com essas contas CC-5 foi correto.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, Senador Antero Paes de Barros, Deputado José Mentor, não fiz parte da CPMI desde o início, participei apenas da parte final, pois fui designado para substituir o Senador Roberto Saturnino. Avalio que somente com a análise do relatório a ser produzido pelo Deputado José Mentor poderemos ter uma conclusão mais adequada, uma avaliação daquilo que agora é entendimento entre o Presidente e o Relator, atendendo ao apelo dos Presidentes de ambas as Casas.

Compartilho com o Senador Pedro Simon a convicção sobre a importância de fazermos dos instrumentos das CPMIs e das CPIs do Congresso Nacional um dos principais instrumentos para desvendar tudo aquilo que representou desvios de procedimentos contrários ao interesse público.

Nesta Casa, nesta mesma sala, houve momentos históricos da vida brasileira em função dos trabalhos tão relevantes de CPIs, como as que investigaram o caso de PC Farias, do orçamento, dos precatórios e tantas outras.

Confio que, por meio do trabalho do Relator José Mentor e com melhor entendimento com o Presidente Antero, poderemos chegar a uma conclusão à altura do que seja esse instrumento tão significativo, previsto na Constituição Brasileira como o mais importante para fiscalizarmos ações contrárias ao interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Não havendo mais Parlamentares inscritos, passo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, buscarei ser breve, mas não poderia deixar de registrar algumas considerações, reforçando a proposta que discuti com o Senador Antero e que apresentamos a V. Ex^{as} hoje.

Neste momento de entendimento, cuja principal meta – a Senadora Ideli destacou isso – é chegarmos a um relatório, não tem o objeto, nem o objetivo, nem o condão de apagar diferenças, divergências, visões, essas ou aquelas, que tivemos nesta CPMI. Pelo contrário, cada um registrará oportunamente esses fatos: o Relator, em seu relatório; e cada membro da CPMI, em suas emendas, destaques e sugestões. Não há esse condão. Esse entendimento é para concluirmos o nosso trabalho e apresentarmos um relatório. Esse primeiro ponto deve ficar assentado entre nós.

Mantenho ainda críticas a vários aspectos da CPMI. Defendemos arduamente a prorrogação, mas não conseguimos prorrogar o trabalho da CPMI, essa é a verdade. Porém, esse aspecto deverá ser discutido no momento oportuno, não aqui e agora.

Como segundo aspecto, devo registrar que em toda atividade humana – com certeza o Deputado Biscaia conhece casos no Ministério Público, outros conhecem na vida, na Polícia Federal, o Senador Romeu Tuma, enfim, no Parlamento – há motivações diferentes para que as pessoas, os Parlamentares participem de uma CPI. Cada um deve entender esses motivos. Há aqueles que querem apurar, investigar.

Conheci, não aqui em Brasília, mas em São Paulo, uma CPI que juntou interesses profissionais de alguns delegados, policiais, promotores, com alguns parlamentares e membros da imprensa que, por interesses pessoais, buscaram promoção, aparecimento na mídia, ocupar espaço para promoção na carreira. Não houve nenhum outro tipo de desvio, mas esse comportamento é que ocorreu, e a busca de mais votos.

Temos que saber entender exatamente como as coisas se dão. Esta CPMI, desde o primeiro dia,

foi delicada, auto-explosiva, como já mencionamos, e deixou de cumprir, em parte, lamentavelmente, o seu objetivo, mas, em outra parte, cumpriu.

Como o Deputado Sérgio Miranda registrou, quando destacamos que os procuradores que entraram com ação civil pública contra Gustavo Franco, se lembrarmos bem, no depoimento do Procurador Luiz Francisco, nesta Casa, que veio muito em função dos 400 políticos de alto coturno e teve que responder uma pergunta minha, há quatro anos havia um registro do Ministério Público Federal sobre o comportamento do Gustavo Franco naquele episódio. E há quatro anos nenhuma providência tinha sido tomada em relação a esse caso. Foi aqui que ele se comprometeu a entrar com uma ação em 90 dias, mas não entrou. Só entrou depois que provocamos o Ministério Público, perguntando se não tinham entrado ainda, então entraram com uma ação.

A CPMI também tem a capacidade de acelerar o trabalho dos outros que não foi feito. Basta examinar o trabalho da força-tarefa, o trabalho do Ministério Público, da Polícia Federal depois que esta CPMI começou a funcionar.

Outro exemplo importante, que talvez passe despercebido, é que o sigilo da **Bacon Hill** e, posteriormente, do MTB foram obtidos no exterior pela CPMI. Não foi ninguém. Quem fez a sugestão da forma para obter, por meio da Corte de Nova Iorque, foi a CPMI. O Ministério Público não teria recebido, nem a Polícia Federal teria recebido se a CPMI não fosse até lá dialogar, encontrar e sugerir uma forma que se viabilizou. Então veja: nós temos que colocar no devido lugar quais são os efeitos positivos que nós vamos encontrar.

Eu queria registrar um outro lado, que também merece essa atenção. Nós definimos vários focos, não foi só a questão de Foz do Iguaçu, por onde nós começamos, mas me lembro de alguns Parlamentares que perguntavam: “E os bancos? O que vamos fazer com os bancos?” E me lembro bem o que aconteceu. Nós buscamos reservas de aplicação no exterior, que é outro foco de investigação; nós buscamos o lançamento de ações no Exterior, que pode outra hipótese de evasão; nós fomos atrás das **tradings**, das **facto-rings**; são muitos os focos de investigação.

Eu propunha começarmos pelos os bancos, aqueles que foram liquidados e vendidos. Por que a queima do arquivo? Eu disse para vocês assim: “Vamos lembrar que, em Curitiba, dos cinco bancos, um é banco, o Banco do Brasil, só esse manteve o nome; um foi liquidado, o Araucária, e os três foram vendidos”

Quando fomos a Nova Iorque, o **Comercial Bank** – o Deputado Hélio estava conosco – foi vendido. Quando pagamos o MTB, foi vendido. Então vamos

começar, sem querer colocar em cheque o sistema capitalista nacional, porque esse existe e está colocado, eu vivo dentro dele. A minha função pode ser transformadora, mas não negar a realidade dos fatos. E o que aconteceu com um simples vazamento de um ofício que pediu o sigilo fiscal de algumas pessoas ligadas ao mercado financeiro? Eu sei o que aconteceu. Fui acusado de fazer devassa, de fazer banco de dados, de fazer dossiê para utilização política e, por último, de fazer chantagem. Eu vivi quinze, vinte dias na mídia, sem pedir para estar na mídia, sob essas acusações e sustentei, como sustento, defendi, como defendo, cada um dos sigilos que esta CPI quebrou, aqueles que V. Ex^{as} pediram e a que dei parecer favorável e aqueles que eu solicitei, menos um a que votei contra e fui derrotado.

Então, estou registrando esses pontos porque temos que ter um pouquinho de cautela nesse final.

Reconheço que talvez pudessem ter sido melhor trabalhadas as diligências, mas montamos comissões que foram a Curitiba, a Foz do Iguaçu, a Santa Catarina, a São Paulo, ao Rio de Janeiro, a Belo Horizonte, queríamos ter ido a Cuiabá e a Manaus. Nós montamos subcomissões. Queríamos ter ido ao Uruguai. Hoje aprovamos de novo e vamos tentar fazer essa diligência.

Enfim, montamos uma subcomissão de consolidação do primeiro foco e tem oito meses, e fizemos cinco ou seis reuniões. A dinâmica do Parlamento, e a Comissão Mista, e as tarefas que cada um tem, todos nós, puxa para um lado e puxa para outro: foram reformas, foram projetos importantes para serem votados, cada um teve a sua dinâmica, mas acredito que temos que ter a tranquilidade agora para poder concluir – e aí peço essa atenção ao Deputado Edimar.

Vamos ver, vamos analisar, vamos dar oportunidade de ler o relatório, de poder sugerir alterações no relatório, vamos ver que qualidade ele terá, porque penso que os membros da CPMI demonstraram, durante esse período todo, muito interesse e muita seriedade. Com certeza, penso que podemos produzir uma peça que será importante para o País, sem concluir, como desde o começo registramos, todos os casos. Ninguém aqui nunca teve a pretensão de concluir tudo que íamos investigar. Mas, dentro daquilo que temos, vamos tentar fazer o melhor possível. A partir do dia 7, conhecendo o Relatório, emendá-lo, aperfeiçoá-lo, aprimorá-lo, e no dia 14, 15, quem sabe, oferecer uma peça que dê uma resposta grandiloquente ao nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Em votação a proposta do Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. GONZAGA MOTA (PSDB – CE) – Um momento, Presidente. Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Há **quorum**.

Estou afirmando a V. Ex^a que temos **quorum**.

Vamos contar: dezesseis.

O SR. GONZAGA MOTA (PSDB – CE) – V. Ex^a poderia fazer a chamada, por favor, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a está pedindo **quorum**...

O SR. GONZAGA MOTA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, por favor, o próprio Relator declarou que é preciso muita cautela neste final de trabalho. Nós precisamos analisar o trabalho. O Deputado Biscaia disse que podemos passar para a sessão legislativa seguinte. Eu acho que essa pressa é inimiga da perfeição.

Em face disso e em solidariedade ...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Gonzaga, V. Ex^a pediu uma questão de ordem e ela está respondida. Há **quorum**.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada a proposta do Relator.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta. Terminado o relatório, seria possível V. Ex^a e o Relator nomearem uma comissão para acompanhar o desdobramento...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Isso deve estar na proposta do Relatório.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Eu pediria ao Relator que consignasse uma comissão...

A SRA. CLAIR MARTINS (PT – PR) – Sr. Presidente, eu só queria registrar o meu voto individual na forma do meu pronunciamento anterior, contrário inclusive à decisão.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Peço que seja registrado o voto na forma da proposta da Deputada Dr^a Clair.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 5 minutos.)

Ata da 79ª reunião realizada em 9-12-2004

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas e trinta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros e ainda com as presenças dos Senadores Heráclito Fortes, Siba Machado, Ana Julia Carepa, Flávio Arns, Pedro Simon, Ney Suassuna, Jefferson Peres, e Ideli Salvatti e os Deputados, Eduardo Valverde, Iriny Lopes, Eduardo Sciarra, Rodrigo Maia, Eduardo Paes, Paulo Kobayashi,

Alexandre Santos, Edmar Moreira, Isaias Silvestre, Dimas Ramalho, Dr. Hélio, Sérgio Miranda, Doutora Clair e José Rocha, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do **Requerimento nº 05, de 2003-CN “Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do país, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas Contas CC5”**. A Presidência declara aberta a 79ª Reunião e informa que após contatos com o Relator e em conversa informal com vários membros da comissão, sugere que a reunião fique adiada para o próximo dia nove, às dez horas. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senador Heráclito Fortes, Deputado Edmar Moreira, Senadora Ideli Salvatti, Senador Jefferson Peres e Deputado Eduardo Paes. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a presente reunião e, para constar eu, **José Augusto Panisset Santana**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a presente reunião.

Mantive alguns contatos com o Relator. S. Ex^a me comunicou que varou as últimas 48 horas trabalhando e indagou se seria possível uma exposição do relatório sem a distribuição. Essa não é a praxe de nenhuma comissão parlamentar mista de inquérito. A impressão começará a ser realizada na Câmara dos Deputados. O relatório contém mais de 600 páginas.

Estamos tomando a seguinte decisão, uma vez que todos os prazos estão esgotados: vamos transferir a reunião de apresentação do relatório – conforme conversamos com a média dos Parlamentares presentes – para terça-feira, às 10 horas da manhã.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o relatório estará pronto hoje. Será feita a apresentação para a Comissão na terça-feira. Sendo assim, é possível que os Parlamentares – até por se tratar de um documento vasto, com 600 páginas – possam ter acesso ao relatório quando ele estiver impresso?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pedirei ao Relator para disponibilizar a todos os Parla-

mentares, pelo menos, na terça-feira, para que as pessoas já venham à reunião conhecendo o relatório.

O SR. (Orador não identificado) – Exato, para que não tenhamos que ficar vendo notícias, no fim de semana, no jornal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, é importante que esse relatório seja distribuído coletivamente, e em reunião.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, não fiz por telefone; fui lá pessoalmente ver como estava a situação, não só a da impressão do relatório, mas também as condições físicas do Deputado Mentor, que – é visível – está há duas noites sem dormir. É ruim até a condição física de S. Ex^a para poder apresentar o relatório.

Porém, S. Ex^a está profundamente preocupado. E creio que todos nós devemos nos preocupar também, porque fizemos todo um acordo de procedimento, de prazo etc. para que possamos fazer a votação até o dia 15.

Externo aqui a minha preocupação – que é também a do Deputado Mentor, inclusive S. Ex^a voltou a telefonar – no sentido de que devemos adotar um procedimento de forma a que tenhamos garantia da votação dentro do prazo regimental e também dentro das condições necessárias. Tenho a intuição de que vamos passar do dia 15, mas é apenas intuição, não é uma certeza. Vejo que os climas são diferenciados entre Câmara dos Deputados e Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Senadora Ideli, o nosso propósito também é votar. Na semana passada, adiamos para hoje atendendo a um pedido do Relator, porque não ia ficar pronto. Tanto isso é verdade que não ficou pronto até o presente momento.

Porém, há a argumentação de que foi acordado pelo Presidente do Senado, José Sarney, e pelo Presidente da Câmara, João Paulo, que o Senado vá trabalhar, pelo menos, até o dia 22. Então, podemos, na terça-feira, fazer um acordo, quer dizer, se distribuirmos, antecipadamente, o relatório à Comissão.

O SR. (Orador não identificado) – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Podemos fazer um entendimento no sentido de, ao invés de abrir prazo de cinco dias de vista, marcar o prazo de três dias e votar tudo na semana que vem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, isso dependendo do tamanho do relatório.

Temos que saber quantas páginas tem esse relatório, quais os documentos que...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – São seiscentas e poucas páginas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – São seiscentas páginas, Heráclito, é o máximo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, mas há anexos. Eu, (*inaudível*) que fui pelo Líder do PFL, quero dizer que não assumiremos nenhum compromisso de encurtamento de prazo antes de termos o relatório em mãos para, assim, sabermos a extensão, o tamanho...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É, mas hoje isso deve ficar pronto.

O SR. EDUARDO PAES (PFL-RJ) – Sr. Presidente, a preocupação da nobre Senadora Ideli Salvatti me comove. Agora, quero deixar registrado aqui, de público, que, mais uma vez, este Plenário foi considerado e desrespeitado. Eu já sei aonde esta CPMI quer chegar: a lugar nenhum.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, creio que este tipo de (*inaudível*) não ajuda.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só para registrar a minha opinião. Reitero o que foi colocado pelo Deputado Eduardo Paes para que tenhamos acesso ao relatório ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Farei esse pedido ao Relator. Se ficar impresso, vou pedir para distribuir...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Se tivermos a possibilidade de acessar o relatório hoje, ou, no mais tardar, amanhã, creio que isso nos ajudará a...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Ajuda a encurtar os prazos.

O SR. (Orador não identificado) – Ajuda, mas não define.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não define. A decisão será coletiva aqui na terça-feira.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Reitero, mais uma vez, Sr. Presidente, que fizemos uma tratativa e uma construção para termos... E temos que sair daqui compromissados a fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O meu interesse é o mesmo de V. Ex^a.

Está encerrada a reunião.

(*Levanta-se a reunião às 12h02min.*)

Ata da 80ª reunião realizada em 14-12-2004.

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, às dez horas e quarenta e três minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Heráclito Fortes, José Jorge, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, José Maranhão, Ney Suassuna, Eduardo Azeredo, Leonel Pavan e Marcelo Crivella e dos Senhores Deputados Eduardo Valverde, Iriny Lopes, José Mentor (Relator), Eduardo Sciarra, Robson Tuma, Rodrigo Maia, João Magalhães, Eduardo Paes, Paulo Kobayashi, Alexandre Santos, Isaías Silvestre, Dimas Ramalho, Sérgio Miranda, José Rocha e Gonzaga Mota. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara aberta a reunião. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a apresentação do Relatório Final da Comissão, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Comunica o recebimento do ofício nº 92/04, justificando a ausência da Senadora Serys Slhessarenko, que encontra-se em missão oficial. A Presidência determina que faça constar em Ata a presente justificativa. Esclarece que os parlamentares terão o prazo de cinco dias consecutivos para apresentação de emendas e que na próxima segunda-feira, dia vinte de dezembro do corrente, o Relator dará parecer sobre as Emendas recebidas, ficando a terça-feira, dia vinte e um de dezembro do ano em curso, para a apresentação do texto final. O Deputado Robson Tuma questiona o prazo de cinco dias consecutivos, ao que o Presidente lembra a questão do calendário anual do Senado Federal, que irá prorrogar os trabalhos até a votação do Orçamento, dia vinte e três de dezembro próximo. Após ouvir as ponderações do Relator o Senhor Presidente mantém o prazo de cinco dias consecutivos e pede ao Secretário da Comissão que proceda à distribuição dos Relatórios e seu anexo aos membros da CPI. O Deputado Mentor esclarece que ao Relatório cabem sugestões e não Emendas. Pronuncia-se ainda o Senador Heráclito Fortes. O Senhor Presidente faz a leitura do Artigo 132, § 6º que trata da aceitação ou não do Relatório pelos membros da CPI, complementado pelo Deputado Robson Tuma sobre o voto em separado. Manifestam-se, ainda o Senador Heráclito Fortes, o Deputado Robson Tuma, Deputado Alexandre Santos, Senador Ney Suassuna, tendo o Presidente passado a palavra ao Relator. O Relator agradece a dedicação e o trabalho árduo de seus assessores, esclarece sobre os problemas havidos e tece comentários sobre como funcionou o esquema de fraude e quais as priorida-

des levadas em consideração para a redação do referido texto, quais as diligências sugeridas, bem como os objetivos desta CPI. Fez, ainda, uma retrospectiva das principais ações tomadas pela Comissão e finaliza afirmando que a Comissão atendeu parcialmente seus objetivos e conta com as sugestões enriquecedoras dos senhores membros. O Presidente informa sobre a existência de oradores inscritos e passa a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Usaram igualmente da palavra o Senador Ney Suassuna, Deputado Sérgio Miranda, Deputado Dimas Ramalho, Deputado Robson Tuma, Deputado Eduardo Valverde, deputado Paulo Kobayashi, Senador Pedro Simon, Deputado Eduardo Sciarra, Deputado Sérgio Guerra e Deputado Eduardo Paes. O Relator procurou responder a todos os oradores, solicitou a leitura na íntegra do referido Relatório a fim de dirimir dúvidas e lembrou que houve trabalhos de subcomissões que não mereceram o interesse de todos. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Declaro aberta a 80ª Reunião Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se à apresentação e leitura do relatório final.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura das atas das reuniões anteriores, cujas cópias se encontram distribuídas.

Não havendo a exigência da leitura, considero as atas anteriores aprovadas.

Antes de passar a palavra ao relator, para a apresentação do relatório e sua distribuição, gostaria de informar que recebi ofício, assinado pelo Sr. Ivo de Araújo Oliveira Filho, Chefe de Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, comunicando que a Senadora encontra-se representando o Senado Federal na 10ª Conferência de Las Partes, da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre mudança de clima, em Buenos Aires, Argentina, conforme designação do Presidente do Senado, José Sarney, que incluo para fazer constar da ata, justificando a ausência da Senadora. Na

verdade, S. Ex^a está exercitando a representação do Senado Federal.

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que os procedimentos serão os seguintes: passaremos a palavra ao Relator, será feita a distribuição do relatório para que V. Ex^{as} possam acompanhar a sua apresentação e, após a leitura, o relatório será público. Peço à Secretaria da Casa para que providencie cópias para quem acompanha os trabalhos aqui da Comissão.

Teremos cinco dias, que começam a contar a partir de amanhã, para apresentação de sugestões e emendas ao relatório. Podem ser emendas aditivas, modificativas, supressivas. E não serão cinco dias úteis, por causa do nosso calendário. Os cinco dias destinados às emendas serão contados inclusive o sábado e o domingo. Então, o relatório será lido hoje, e o prazo será terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo para a apresentação de emendas.

Na segunda-feira, o Relator vai dar parecer sobre todas as emendas apresentadas; terça-feira, dia 21, haverá a votação do relatório.

Estamos exigindo é um esforço dos Parlamentares, que, na sua grande maioria, oferecerão emendas até sexta-feira, porque o Senado vai prorrogar os seus trabalhos até a votação do Orçamento, uma prorrogação espontânea da Câmara e do Senado. Isso deve ocorrer até o dia 22 ou 23. Estamos informados, pela Mesa do Senado, de que amanhã, dia 15, último dia do funcionamento normal do Poder Legislativo, conforme a Constituição, vão cessar todas as outras atividades da Casa.

A CPMI não terá a necessidade de constar do ato de prorrogação da Câmara e do Senado, porque o Regimento da Câmara dos Deputados está sendo utilizado alternativamente e permite o funcionamento da CPMI no recesso, razão pela qual poderemos, sim, votar o relatório após esses cinco dias para a apresentação de emendas.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pelo que entendi, V. Ex^a daria o prazo de cinco dias corridos. Porém, o Regimento é claro, quando diz “Cinco dias úteis corridos”, e parece que V. Ex^a, na sua exposição, disse que sábado e domingo integrarão esses outros cinco dias.

O questionamento que faço a V. Ex^a é a respeito deste fato, mesmo porque o prazo legal da Comissão é até março, obviamente, e nenhum dos membros quer usar a prorrogação na sua íntegra, porém, não há necessidade de lermos um relatório tão extenso, de maneira rápida, a ponto de passar alguma coisa.

Outro questionamento que faço – depois eu gostaria que o Relator aproveitasse e me respondesse – é

sobre quais foram os critérios adotados pelo Relator, para trazer, em um relatório tão curto, tantos documentos e nomes que foram analisados na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com relação à segunda questão levantada por V. Ex^a, o Relator terá a palavra para expor sobre o seu relatório. Não sei se S. Ex^a vai preferir ler ou falar dos temas principais que abordou no relatório.

Com relação ao pedido de vista, diz o art. 132, §1º:

“O pedido de vista somente poderá ser aceito uma única vez, pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias.”

Eu sei que existe uma praxe, até aqui, no Senado, de se considerar cinco dias úteis. Mas não vejo, com muita sinceridade, nenhum prejuízo à Comissão se considerar os cinco dias corridos, em função do nosso calendário anual. Teremos o nosso calendário, porque podemos, na terça-feira da semana que vem, ter votado o Orçamento. E poderíamos... É muito difícil.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – O Orçamento será dia 23.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim, mas, na minha avaliação, é melhor termos dois dias para discutir do que ter dois dias a mais para emendas. Lendo o relatório, é evidente que podemos chegar a essas conclusões em três dias.

Então, eu gostaria de manter essa decisão da Presidência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A respeito da questão do prazo, Senador Heráclito e Deputado Robson, sabemos que a cada dia que o Congresso funcionar a partir do dia 15, pois, quanto à questão de ordem, V. Ex^a já respondeu que a CPI continuará funcionando, será um dia a menos ao final da CPI.

Esta CPI terminaria em março, é verdade, V. Ex^a tem razão. Porém, no recesso de julho, nós consumimos dez ou doze dias, e o prazo dela é até o dia 27 de fevereiro. Por quê? Porque o recesso termina dia 15.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Para a CPI, o recesso não conta prazo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja V. Ex^a que o Presidente acabou de responder que a CPI vai funcionar enquanto o Congresso funcionar. Pronto. Então, esse é um primeiro dado.

Se vai funcionar até o dia 23, Senador Heráclito, vamos gastar oito dias. Teremos, em fevereiro, doze dias para gastar, porque começamos no dia 15 e vamos até o dia 27. Se consumirmos oito dias aqui, vão sobrar

quatro dias em fevereiro. Então, do dia 15 ao dia 19, tem de estar votado o relatório. É muito arriscado não votar o relatório. Eu prefiro votá-lo até o dia 23.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Dadas as explicações, Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a pediu a palavra? (Pausa)

Não?

Então, passo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a que determine à assessoria a entrega de um exemplar do relatório ou o seu anexo de cada membro da CPMI, e, ao mesmo tempo, requeiro a dispensa da leitura, para que eu possa fazer um resumo verbal daquele relatório que estamos apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Submeto à concordância do Plenário. (Pausa)

Há a concordância do Plenário. Está dispensada a leitura. V. Ex^a fará apenas a apresentação. Eu pediria que esta apresentação se iniciasse após a distribuição do relatório. Peço à Secretaria, então, que distribua a cópia de um relatório e de um anexo e que, por gentileza, anote quais Parlamentares receberam, para não haver, posteriormente, a duplicidade de envio a outros Parlamentares.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É um exemplar e o anexo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E peço também à Secretaria que, posteriormente, faça distribuição aos Parlamentares que por enquanto ainda não marcaram presença.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, afinal de contas como ficou o calendário?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O calendário ficou da seguinte forma: foi concedida a dispensa da leitura; o Relator vai fazer uma apresentação das linhas gerais do relatório, então nós abriremos cinco dias para emendas, que serão quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo. Na segunda-feira, o Relator dará parecer sobre as emendas e, na terça-feira pela manhã, nós começaremos a votar.

Como houve a distribuição do relatório e do anexo, passo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor, para a apresentação do relatório. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, esta ainda é uma questão preliminar e eu vou fazê-la na forma de questão de ordem, porque, segundo informação da assessoria, estamos falando de um relatório, não de um parecer. E há uma diferença técnico-regimental entre relatório e parecer.

Qual é a importância disso? É uma questão terminológica e semântica? Não, é por causa do conteúdo. Se é um relatório, não cabem emendas, mas sugestões. Então, eu queria precisar esse ponto, porque nós vamos receber, até domingo, sugestões. A partir daí, o Relator dará a sua opinião sobre as sugestões recebidas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Peço à Assessoria Jurídica do Senado que nos oriente nesta questão de ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Diante da explicação do Relator, todo esse calendário e o esforço exposto por V. Ex^a caem por terra, porque teremos acesso ao relatório, ao qual poderemos dar sugestões. Nós devemos ter prazo para avaliação do parecer, que não foi distribuído, e somente o será após a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não, é o relatório somente; não haverá parecer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não haverá parecer?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É esse o relatório.

Vou responder à questão de ordem levantada pelo Deputado José Mentor, orientado pela Assessoria do Senado, inclusive pela experiência.

Vou ler o art. 132, § 6º:

“Os membros da Comissão que não concordarem com o Relatório poderão:

I – dar voto em separado;

II – Assiná-lo, uma vez constituído o parecer, com restrições pelas conclusões, ou declarando-se vencidos;

Contam-se como favoráveis os votos pelas conclusões, ou com restrições.

O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum.

Em caso de empate na votação, o Presidente a desempatará.”

Na verdade, qualquer sugestão feita pode ser submetida a Plenário.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

As sugestões podem ou não ser aceitas pelo Relator.

O Parlamentar descontente poderá fazer é um voto em separado, e a Comissão decidirá se aceita o relatório apresentado pelo Deputado Mentor ou se

escolhe o voto em separado do Parlamentar que apresentar, como opção do seu relatório.

Por isso, o calendário fica apertado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Então, explicando: os Parlamentares terão os cinco dias para as sugestões. Aqueles que pretenderem poderão elaborar voto em separado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, serão cinco dias úteis, ou cinco dias corridos? Evidentemente, no prazo de cinco dias corridos, como foi sugerido, Sr. Presidente, será impraticável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Então, vamos conceder cinco dias úteis, considerando a segunda e a terça-feira pela manhã.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, precisamos de resolver uma preliminar: queremos votar o relatório este ano ou não? É essa a questão que deve ser colocada.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – É indiferente, desde que se vote o Relatório consciente. Estamos discutindo prazo de uma Comissão que funcionou por anos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– O ideal seria que mantivéssemos o calendário da sugestão inicial, porque temos três dias para analisar o relatório, mais dois não-úteis.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – São 1.500 páginas aproximadamente, que tratam...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Não, são mil páginas.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – São 770 páginas do relatório e 770 do anexo, mais de 1.500 páginas, envolvendo a vida de pessoas. Inclusive, na primeira página que abri, li nomes de que nunca ouvi falar nesta Comissão, nunca soube que estava sendo investigado por esta Comissão. Na primeira página que eu abri, coincidentemente, aparecem vários nomes que nunca ouvi, e são pessoas conhecidas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Vamos manter o calendário até domingo. Pediria o empenho dos Parlamentares, no sentido de apresentar as suas emendas até domingo.

Pois não, V. Ex^a com a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, estou tentando seguir o índice: *necessidades de maiores investigações*. Quando vou à página 480, não está batendo. Não sei se houve erro ou alguma outra coisa...

O SR. (Orador não identificado) – Vai para a página 732.

O SR. (Orador não identificado) – Desculpe. Já estou tentando ver o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Vou passar a palavra ao Relator, Deputado José Mentor, para fazer a exposição do relatório final.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, faltam cópias para acompanharmos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Quantos Parlamentares estão sem cópias? Por gentileza, falta pelo menos uma cópia para resolver.

Suspendo a reunião por cinco minutos, até a chegada das cópias.

(*Suspende-se a reunião*)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Declaro reaberta a reunião.

Gostaria de indagar aos Parlamentares se concordam com a sugestão do Deputado Robson Tuma, de que o Relator vá apresentando, ou se nós esperamos a chegada do relatório.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, não se vão ler 600 páginas, o que levaria um tempo infindo; o Relator vai fazer um resumo. Vamos receber o relatório para ler com calma, analisar; teremos um prazo para apresentar emendas.

Então creio que nada atrapalha, absolutamente, iniciar a leitura ou o resumo, a apresentação, para que depois possamos ganhar mais tempo, para, num lugar tranquilo, analisar, verificar que emendas poderemos fazer e com o que concordamos ou não concordamos. Creio que é pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Indagamos se não há oposição do Plenário com relação a essa proposta.

O SR. (Orador não identificado) – Nenhuma, Sr. Presidente, apenas para acrescentar que alguém que não tenha cópia poderá se sentar ao lado de alguém que tiver.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Passo a palavra ao Deputado José Mentor. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, estamos iniciando a apresentação do relatório que foi construído com muito esforço, e não sei se o Deputado Robson Tuma, ao falar das poucas páginas do principal fez um elogio ou uma crítica. Vou entender como um elogio, Deputado.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Nem elogio nem crítica, mas um espanto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pelo poder de síntese da assessoria, mas acredito que seja mais reflexo, Deputado Robson, do pouco tempo que tivemos para elaborar o relatório, foram quinze dias contados, do dia 24 de novembro, data em que esta CPI se reuniu, depois de um longo período e marcou, inicialmente

para o dia 7, depois alterou para o dia 9 a apresentação do relatório.

E quero fazer um registro, Sr. Presidente, e até me desculpar com V. Ex^{as}, porque, no dia 9, como previsto, às 11h, deveríamos ter acesso ao relatório. Por um problema na Câmara Federal, nós só conseguimos concluir a impressão do primeiro exemplar. Naquela ocasião, só tínhamos um exemplar, quinze minutos depois que V. Ex^{as} encerraram a sessão. Tanto é que estive pessoalmente com o Senador Antero, no seu gabinete, para lhe apresentar o relatório, infelizmente com um prazo exíguo, depois do encerramento da sessão, mas não se pode valer daquela data para o conhecimento de V. Ex^{as}.

Também quero registrar preliminarmente – e é evidente que vou fazer no momento adequado, da forma também adequada – o agradecimento à assessoria que acompanhou o Relator nesse período, em especial nesses quinze dias, a dedicação, o empenho e as horas não dormidas desses assessores. Foi graças a isso que conseguimos ter hoje o relatório para ser apresentado e considerado lido.

Vejam V. Ex^{as} que, da mesma maneira que ocorreu um problema técnico na gráfica da Câmara no dia 9, hoje também houve um problema técnico na gráfica do Senado: uma das máquinas quebrou durante a madrugada. Por esse motivo alguns exemplares não estão aqui ainda e em condições de serem apresentados a V. Ex^{as}.

Superado o aspecto mais narrativo do momento da leitura, quero dizer a V. Ex^{as} que o relatório, por esses motivos todos, com certeza, comporta correções, reparos, e a participação de V. Ex^{as}, com certeza, poderá aditá-lo, dando-lhe um conteúdo mais adequado. É por este motivo que as sugestões serão bem-vindas.

Espero que todos possam contribuir para que o relatório final seja engrandecido com a participação de cada um dos Senadores e Deputados que participam desta CPML.

Tentarei fazer, resumidamente, uma apresentação e, possivelmente, poderemos debater, se for o caso, se assim entender o Sr. Presidente.

Tomamos, logo de início, uma decisão que não foi fácil e que está contida na introdução deste relatório, que diz respeito aos dados, aos informes, aos documentos, principalmente às bases magnéticas que a CPI recebeu. São cerca de um milhão e seiscentas mil operações, número até com um pouco mais de precisão. E há uma estimativa de 500 a 600 mil pessoas físicas e jurídicas que tiveram suas operações registradas nessas bases.

Talvez a forma mais fácil de resolver este problema, pelo Relator, fosse, pura e simplesmente, colocar

em ordem alfabética as pessoas jurídicas e físicas e relacioná-las no relatório.

Nós optamos por outro encaminhamento, porque, infelizmente, e não importam neste momento os motivos, não conseguimos separar criteriosamente aquelas pessoas que, constantes da base magnética, cometeram ou não irregularidades. Explico: há movimentações, no Banestado, por exemplo, ou na Beacon Hill, que estão revestidas de legalidade, embora haja presunção, dadas as circunstâncias que ocorreram em uma e outra, pois muitas irregularidades por lá passaram. Podemos até chegar à presunção, como é o caso do meu credo, de que, na Beacon Hill, houve ilegalidade. Aqueles que transitaram na Beacon Hill devem demonstrar de que maneira o fizeram, assim como a legalidade, o fundamento e a forma revestidos dessa legalidade.

Ao passo que, na CC-5, por exemplo, que é outra base que não está computada nessas um milhão e seiscentas mil manifestações, tem para mim a presunção de legalidade. Isso quer dizer que, quando o cursor, pela CC-5, está registrado no Banco Central, a presunção é de que é legal, embora todos conheçamos a situação em que a legalidade foi fraudada, porque os doleiros, através dos laranjas, em Foz do Iguaçu, fraudaram a CC-5. Então, tem presunção de legalidade, mas não quer dizer que tudo seja legal, pode haver situações ilegais; da mesma maneira na Beacon Hill – e eu a tomo como exemplo.

Na Beacon Hill há presunção de ilegalidade, mas não quer dizer que tudo o que cursou por lá seja ilegal, mesmo porque a Beacon Hill teve um período em que atuou no mercado americano, dentro da legalidade.

Por esse motivo, havíamos proposto para esta Comissão, que aprovou, um requerimento que autorizava a CPI, com relação a qualquer das pessoas físicas ou jurídicas constantes das bases, a requisitar informações e documentos das suas operações. Esse, no meu entender, era o instrumento mais direto e consistente de que a CPI dispunha para poder investigar. Evidentemente, isso se daria com critérios, cruzando a CC-5 com Beacon Hill, com MTB, com Merchasing Bank, enfim, com os dados que temos, cruzando operações que cursaram por doleiros e por instituições que estão hoje cravadas pela lavagem de dinheiro, que foram negociadas em função disso, e outras, inclusive, que foram liquidadas por irregularidades, mas, infelizmente – repito –, esse mecanismo não foi possível de ser executado.

Há um entendimento diverso entre o Relator e o Presidente, e cabe ao Presidente fazer a relação da CPI com o mundo exterior a ela. E esse mecanismo que para mim era essencial para a investigação não

pôde ser executado. Isso nos levou a esta situação: podíamos ter, por exemplo, investigado com maior profundidade aqueles que movimentaram em sete anos mais de US\$10 milhões, por exemplo, e saber, passando o pente fino, com mais detalhes quais as operações, quais os documentos e quais as informações que cada um deles podia prestar a esta CPMI. Repito: não foi possível e levou a esta situação em que não podemos separar, infelizmente, o culpado do inocente nessas operações de que temos notícia, com as bases de que dispomos.

Evidentemente, por essa indicação, V. Ex^{as} podem perceber que é a maneira mais fácil para o Relator se desvencilhar desse problema em relação a todos. Então cada um que vá cuidar daquilo que é do seu interesse. Seria uma atitude, no meu modo de entender, irresponsável e leviana, porque, com certeza, entre aqueles que estão lá relacionados, existem pessoas que não tiveram comportamento doloso, que não agiram de má-fé, que não tiveram a intenção de cometer qualquer irregularidade ou crime, e nós estaríamos fazendo com que pagassem os inocentes pelos pecadores.

Prefiro, até sob críticas, optar pelo outro modo de fazer. Não vou relacionar, e não relacionei, no nosso relatório essas pessoas físicas e jurídicas. Estou encaminhando oficialmente as bases de que dispomos, todas elas, ao Ministério Público, solicitando-lhe que, segundo os seus critérios de estratégia de investigação, continue as investigações. Estou encaminhando mesmo as bases das quais não tivemos condições de aprofundar a investigação, como é o caso do MTB, onde fizemos levantamentos iniciais, preliminares. Também esses levantamentos preliminares vamos encaminhar ao Ministério Público, para que ele continue as investigações. Mas isso não quer dizer que os casos concretos, onde existem efetivamente indícios consistentes de irregularidades, que os casos onde existem provas reais, materiais, de irregularidades não passem a constar do relatório. Na medida das limitações da nossa análise, todos eles, de determinada maneira, constam do relatório. Aqueles casos onde existem indícios consistentes, os casos onde existem provas de irregularidades, buscamos relatar, para que esta CPI pudesse concluir o seu objetivo.

O segundo aspecto que eu queria destacar – evidentemente não me vou ater às questões mais históricas e de relato conjuntural do momento em que a CPI se instalou – diz respeito àquilo que buscamos desde o início e definimos como objetivos da CPI. E aqui relembro o debate que fizemos por duas ou três vezes, para conhecer e analisar a legislação aplicável a essas ações internacionais, nas transações cambiais no

Brasil, que já é um mister bastante difícil, porque se trata de um mercado com muitas normas, resoluções, circulares de difícil domínio dos especialistas, que dirá daqueles que não têm familiaridade com esse tema e não estão inseridos nesse mercado, como, penso, é o meu caso e talvez de alguns dos Srs. Parlamentares que compõem a CPMI.

Fizemos um esforço grande para conhecer a legislação, as normas e, a partir delas, passamos ao segundo passo da CPMI que foi conhecer as formas como a evasão se deu no Brasil. Vejam V. Ex^{as} que começamos falando em Banestado, que se tornou o único tópico do relatório, claro que de importância, pois trouxe à luz um comportamento que merece a nossa avaliação consistente e, no meu modo de entender, a nossa crítica bastante contundente. Ele se tornou o único item do relatório, porque a CPMI, que começou com o Banestado, analisou a evasão de divisas e passou a conhecer outras maneiras, outras formas, outras práticas que investigamos, em parte, com a maior amplitude, e configuraram situações ilegais, irregulares. Não pudemos concluir a investigação que aponta para a prática delituosa de ações no câmbio, nas transações internacionais. Buscamos novas formas de evasão.

Novamente devo dizer que a dificuldade de investigar é muito grande, porque a agilidade e a capacidade de encontrar caminhos novos para burlar a lei são uma constante na história deste País. Mesmo assim, alguns desses casos a CPMI conseguiu conhecer, conseguiu detectar e buscamos relatar da maneira mais clara e evidente possível.

Outro objetivo nosso foi a busca da identificação dos beneficiários. Novamente as dificuldades não foram poucas, porque todos os mecanismos, todas as formas de evasão, no fundo, buscam esconder a origem, muitas vezes não declarável, dos recursos e acobertar deliberadamente aquele que se beneficiou com a evasão. Conhecemos os mecanismos dos laranjas, do doleiro, do doleiro do doleiro, da **off shore**, do paraíso fiscal, as dificuldades de obter informações, que dirá de obter documentos de muitos países que poderiam ajudar na elucidação das práticas ocorridas, e, mais do que isso, ajudar a identificar os reais beneficiários dessas operações.

Por último, também estabelecemos como objetivo encontrar formas de repatriar esses recursos ao País. O relatório buscou dar resposta a cada um desses itens. Evidentemente, sabíamos, desde o início, que não teríamos condições de concluir todas as investigações. Desde o início, sabíamos que não teríamos tempo bastante para concluí-las na sua inteireza, mas

trabalhamos com muito afinco para chegar a uma situação avançada em relação a cada uma delas.

Restaram outras investigações a que não pudemos sequer dar início. Lembro-me bem de que o Senador Heráclito Fortes, em uma ocasião, sugeriu a investigação da Parmalat, na Itália. Não conseguimos sequer iniciar essa investigação, lamentavelmente, até porque – não é o caso de aqui nos atermos a esse particular – tivemos problemas na CPMI que praticamente paralisaram seus trabalhos nas reuniões, o que não permitiu que muitas coisas fossem decididas, encaminhadas e executadas. Esse é um assunto que teremos que debater e enfrentar no momento mais adequado.

Por outro lado, até o primeiro trimestre deste ano, a CPI conseguiu dar uma demonstração bastante forte de capacidade de separar os interesses partidários, entre situação e oposição, colocando acima desses o interesse do País, de uma investigação consistente e séria.

Sabemos que esta CPI é chamada pelos corretores de CPI das CPIS. Sabemos do seu caráter alto, explosivo, mas creio que até março deste ano, com pequenas exceções, conseguimos apartar da CPI esses interesses e não permitir que ela fosse contaminada com partidarismo e com sentido mais direto dos interesses menores.

Infelizmente, de lá para cá, isso precisa ser... Talvez a eleição tenha sido um ingrediente importante nesse caso, mas lamento porque podíamos ter avançado em muitos aspectos.

Apesar de tudo isso, o relatório ajuda, contribui, busca fazer isso, e, com certeza, com as sugestões que V. Ex^{as} vão propor, ganhará qualidade muito superior. É assim o desejo e a esperança que tenho.

O primeiro foco que estabelecemos, a questão das autorizações especiais que foram concedidas para bancos sediados em Foz do Iguaçu, talvez tenha sido o assunto a que mais a CPI se ateve, que conseguiu aprofundar mais. Com certeza, porque já havia alguns órgãos, algumas instituições com acúmulo em relação a isso. O próprio Banco Central tinha um acúmulo grande na investigação desse assunto. Mas não pelo fato de ter sido mais aprofundado, podemos deixar de registrar que, primeiro, a situação foi inusitada, porque, em abril de 1996, a decisão do Banco Central, que foi saudada por todos, a imprensa inclusive, como um avanço nas normas das transações internacionais, ao exigir melhor ordenamento, organização, informações sobre essas operações – a Circular nº2 677, que, repito, foi saudada pela sociedade como um aprimoramento, um avanço no próprio voto que aprovou a medida –, lá mesmo já estava a origem do problema que vivemos nos anos

seguintes, que foi a permissão de uma exceção a ser definida no nível inferior do colegiado do Banco Central, que permitiu que, em casos excepcionais, a diretoria internacional, através do seu departamento de câmbio, pudesse estabelecer normas para controlar essa excepcionalidade. Foi o que aconteceu.

A validade dela teria início 10 dias depois, e, 3 dias depois de válida, a primeira autorização especial foi dada ao Banco do Brasil, em seguida, ao Banco Araucária e, depois, a outros bancos, como o Bemge e o Banco Real. Houve, então, uma situação que foi se desenvolvendo com tamanha fluência, com tamanha facilidade que, no início, os carros-fortes saídos do Paraguai não eram vistoriados, pois a Receita, de pronto, disse da impossibilidade de vistoriá-los. Num segundo momento, os carros-fortes não iam mais para o Paraguai; davam uma volta em Foz do Iguaçu. E, num terceiro momento, sequer davam a volta em Foz do Iguaçu. Chegamos a verificar o caso em que o saque de contas de residentes no País, efetuados em reais, num determinado caixa, foi imediatamente, no mesmo caixa, depositado em CC-5, quer dizer, o cúmulo da simplicidade. Não precisava nem sequer fantasiar para tentar encobrir a fraude desse procedimento, sem falar no episódio já conhecido por todos dos doleiros, dos laranjas e da Polícia Federal, que conseguiu localizar a evasão de US\$32 bilhões em Foz do Iguaçu.

Não menos surpreendente do que a facilidade com que foi contornada a norma, com que foi burlada a diretriz estabelecida é o fato de o próprio Banco Central, que havia determinado a norma, ter conhecimento da primeira irregularidade quatro meses depois que a norma estava vigorando; fez uma primeira vistoria em julho de 1996, mais do que isso, fez uma segunda vistoria em setembro de 1996, comunicou ao Ministério Público as irregularidades um ano depois, e, mesmo assim, manteve, durante quatro anos, a norma vigorando. O que houve foi só um acerto: em vez de usar carro-forte usou “laranja-forte” e, a partir daí, continuou a evasão ocorrendo.

E, vejam, não faltaram alertas. O Banco do Brasil, para dar um exemplo, também através de uma auditoria, localizou na sua agência irregularidades e tomou iniciativa. Em outubro de 1996, o Banco do Brasil atuou nesse mercado, apesar de ter autorização especial apenas para seis meses, porque localizou a irregularidade e determinou que fossem suspensas as operações. Os outros, não, continuaram, e, mais do que isso, autorizações foram concedidas posteriormente ao comunicado do Ministério Público. Quer dizer, o Banco Central, após comunicar ao Ministério Público irregularidades na praça de Foz do Iguaçu, ainda concedeu novas autorizações, como foi o caso do Bemge.

Claro que não estou aqui imbuído de uma posição ideológica, confrontando com outra, criticando a organização do capitalismo financeiro, nada disso; estou apenas constatando aquilo que ocorreu dentro das normas em vigor. Não estou criticando, sem qualquer interesse, o livre trânsito de capitais entre o Brasil e outros países, não estou me atendo a isso, mas que as normas legais, a lei do Real, aquilo que existia de norma foi contornado, burlado, para chegar a essa situação da evasão de divisas.

Claro que, nesse particular, existem as pessoas responsáveis; a CPI ouviu-as, aqui no seu pleno, e, evidentemente, o relatório registra esse acontecimento e aponta aquelas irregularidades que buscamos conhecer.

Vou me ater às questões mais importantes. Posteriormente, poderemos conversar sobre outros itens que o relatório também aponta.

Uma nova situação foi localizada, e pediria a atenção de V. Ex^{as} para que possamos compreender exatamente como ocorreu.

Detectamos duas empresas públicas fazendo remessas para uma empresa muito conhecida internacionalmente, no Brasil, de propriedade, ou por onde transitam operações tidas no mercado paralelo; é a empresa chamada De Pólo. Nós localizamos uma operação da Sabesp e uma outra operação da CRT – Companhia Rio-grandense de Telecomunicações, ambas em 1997. E, naquela operação, infelizmente nós não pudemos ter a dimensão final, global, porque parte dos documentos está protegida por sigilo internacional. É um lançamento de títulos no exterior, nos dois casos, ambos realizados pela BB Security, que é uma correspondente do Banco do Brasil internacional.

E, por esse motivo, não tivemos acesso a todos os documentos, embora tivéssemos pedido, a CPI aprovou essa solicitação, o Banco do Brasil respondeu que era impossível porque estava protegido por sigilo. Uma das empresas, a CRT, que foi privatizada, a atual direção mandou documentação farta e autorizou o Banco do Brasil a entregar todos os documentos à CPI, inclusive os sigilosos. Infelizmente, esse procedimento não foi igual na Sabesp.

Também tentamos marcar uma audiência, depois do dia 24 de novembro, quando a CPI retomou as suas atividades, apesar do prazo exíguo, em São Paulo, onde tanto a CRT quanto a Sabesp estavam relacionadas para os seus diretores da época prestarem informações que julgo que teriam sido essenciais para que o relatório não pudesse levantar dúvida, sem que precisasse existir, ou que se fizessem, afirmações imprecisas.

Infelizmente, essa audiência não pôde ocorrer, dado o entendimento de que a convocação sem indicação específica das pessoas não podia ser concluída, apesar, repito, a CPI já ter feito convocações desse tipo em outros casos. Mas o Presidente da CPI determinou que fosse dessa maneira, e o Relator acolheu, ficando prejudicada em parte a investigação. Evidentemente, eu relato as ações de acordo com aqueles documentos e informações de que a CPI dispõe.

Do que se trata essa operação? A empresa estatal lança títulos no exterior, recebe, portanto, valores em dólares e, em seguida, adquire dessa ou de uma determinada empresa, não importa se são as mesmas – no caso, as duas operações foram para a De Pólo – um título do Tesouro americano e paga por esse título os dólares que ela captou no mercado internacional. Em seguida, essa mesma empresa vende esse título do mercado americano para uma empresa brasileira e recebe pelo valor pela cotação oficial do dólar. Portanto, para a empresa que captou recursos no exterior, entra no seu caixa, na sua contabilidade, com o valor do câmbio oficial do dólar e se capitaliza com esse recurso.

Essa empresa brasileira que adquiriu o título da empresa estatal Sabesp ou CRT vende o título para a DePolo, exatamente aquela que havia vendido o título para a CRT. Por que preço? Pelo preço dos dólares que a DePolo recebeu da empresa estatal mais o ágio do mercado paralelo. Ela entrega o título e a diferença da cotação do mercado oficial para o mercado paralelo. E a DePolo entrega os dólares para a empresa americana no exterior.

Resumidamente, do que se trata? É uma operação a cabo, onde os dólares são entregues lá fora e os reais são entregues no mercado.

Estamos falando, no caso da CRT, de US\$90 milhões, sendo que duas das primeiras operações foram realizadas adequadamente. De que maneira? A CRT captou os recursos, vendeu os dólares para o Banco Central, fechou um contrato de câmbio, recebeu a cotação oficial no seu caixa.

No caso da Sabesp, as informações não estão todas completas, mas estamos falando em US\$400 milhões.

Dessa operação, muitos podem dizer: não, mas a empresa recebeu o valor dos reais! É verdade, recebeu os valores dos reais pela cotação do oficial.

Há um caso, inclusive, em que o valor é um pouco menor. Mas vamos admitir que houvesse uma flutuação. É possível que isso ocorra. É evidente que a cotação a menor valoriza mais a negociação com a DePolo ou com um intermediário, mas a empresa recebeu os reais. Não houve nenhum problema; ela queria capitali-

zar e se capitalizou. O problema não está na empresa; o problema está no País. A moeda forte foi entregue para um particular no exterior.

Há a desconfiança e até indícios consistentes de que a empresa no Brasil é o representante também da empresa que vendeu o título, ou seja, é a DePolo numa ponta e o seu correspondente na outra. Se tivéssemos uma situação oficial, os dólares teriam sido vendidos para o Banco Central e estariam compondo as reservas brasileiras, estariam operando com essa moeda forte no mercado. Da maneira como foi realizado, a moeda forte está na mão do doleiro, que conseguiu reforçar o seu caixa, ampliar a sua matéria-prima, que é a moeda dólar no exterior e, com isso, continuar operando no mercado paralelo.

Um outro caso que reputamos importante, mereceu a atenção no relatório e, com certeza, V. Ex^{as} poderão analisar mais detalhadamente é o caso do Banco Bilbao Y Viscaya, uma operação que chamou a atenção da relatoria por ter envolvido a aplicação de reservas brasileiras no exterior e, concomitante, um investimento no Brasil.

Vou, rapidamente, relatar a V. Ex^{as} da seguinte maneira: o Banco Central, em 1998, aplicou no Banco Bilbao Y Viscaya/Espanha US\$840 milhões. Não fizemos o cálculo matemático da taxa, porque a variação é muito grande. Há casos de aplicação, porque ela é renovada de tempo em tempo, em 5,5% ao ano, em dólar, e há períodos cuja renovação é de 1,5%. Então, podemos pensar numa taxa média de 3% ou 3,5%, para facilitar o raciocínio. Isso é normal, é natural. Existem normas para aplicação de reservas no exterior. Não há nenhum problema. O que chamou a atenção não foi a aplicação no Banco Bilbao Y Vizcaya, mas o fato de essa aplicação ocorrer de maneira casada com o investimento do Bilbao Y Vizcaya no Brasil. O que chama é a aplicação lá, a uma taxa média de 3,5%, 4% ao ano e a aplicação do mesmo valor, US\$840 milhões, no mesmo dia – esta é a informação que tenho –, a 14,5% ao ano. Isso pode dar uma diferença de 10% ao ano.

Eu também entendo que o Brasil paga juros maiores para receber investimentos e capital estrangeiro. O Brasil é um País dependente de capital externo. Também não vejo problema algum no fato de o Brasil estar pagando uma taxa de 14,5% ao ano, já que precisa de divisas. O que estou perguntando é o seguinte: por que a operação casada? Por que aplicar lá US\$840 milhões e, ao mesmo tempo, no mesmo dia, aplicar aqui US\$840 milhões?

Essa indagação, infelizmente, não pudemos ver respondida. Eu acho que esse foi um dos fatores, senão o fator que determinou o comportamento diferente

de Parlamentares na CPMI, a partir de março, quando propus a reconvocação do ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Franco.

Mas não foi só isso que chamou a atenção da relatoria e da assessoria. Essa operação – soubemos em seguida – estava ligada à compra do Banco Excel Econômico.

Nós sabíamos, já naquela ocasião, que o banco havia sido comprado por R\$1. Mas o curso das investigações nos levou a uma situação ainda mais intrigante: além dessa operação casada, de US\$840 milhões, reservas na Espanha e aplicação da Espanha no Brasil, em letras cambiais, a 14,5%, segundo informação de que dispomos, e a diferença de 10%, essa aplicação foi feita por quatro anos, renovada automaticamente. Nós estamos falando de 40% de US\$840 milhões, o que corresponde a US\$340 milhões de diferença! Isso não é insignificante.

A análise dos documentos mostra que há outros pontos obscuros. Talvez, se tivéssemos tido oportunidade de dialogar com o ex-Ministro Gustavo Franco, isso pudesse ter sido esclarecido. Quais são esses pontos?

Primeiro, o Banco Bilbao Y Vizcaya fez uma proposta para a compra do Excel Econômico, assinada, escrita, protocolada. Nessa proposta estão relacionadas sete condições para a aquisição do banco. Por exemplo: eu quero comprar o banco, desde que... E os pontos estão relacionados. Quais são eles?

Primeiro, queremos 950 agências; segundo, queremos isenção do recolhimento compulsório durante três anos; terceiro, queremos uma redução gradativa desse recolhimento compulsório no quarto ano; queremos que o Banco Central aplique US\$840 milhões na Espanha, dinheiro das suas reservas. Vamos aplicar no Brasil US\$1,540 bilhão, sendo outros US\$840 milhões em dinheiro, mais US\$700 milhões como uma FAC, antecipação para futuro aumento de capital. Mas nós queremos que isso valha por quatro anos. Nós queremos que o Banco Central torne disponível por BBV os títulos cambiais; queremos, se houver qualquer contratempo, se houver uma centralização do câmbio, se houver um problema no Brasil, que o prazo do investimento seja estendido até que se libere e se resolva a pendência que possa acontecer.

Tudo bem, é uma proposta, um negócio. Onde está o problema? O problema é que, quando essa proposta é analisada pelo Banco Central, o voto, que é levado para debate e discussão no colegiado do Banco Central só menciona as três primeiras condições: as agências, o compulsório e a revisão gradativa do compulsório. E sobre o resto não se toca no assunto. Mais do que isso, o Banco Central aprecia, vota,

aprova e envia para o Conselho Monetário Nacional, presidido na ocasião pelo Sr. Gustavo Franco, onde ocorre o mesmo, ou seja, só os três itens: as agências, o compulsório e a revisão gradativa do compulsório. O resto desaparece. E, pasmem: fica dito, tanto no Banco Central quanto no Conselho Monetário Nacional, que não há inversão de recursos públicos – está escrito –, que é somente uma solução de mercado. Depois, há uma exposição de motivos do Ministro da Fazenda e um decreto, como a lei exige, do Presidente da República para autorizar a venda de um banco nacional para um banco internacional.

Outra coisa chama a atenção: os itens que mencionam a aplicação de US\$840 milhões, casados com o investimento, o outro item que fala de US\$1 bilhão, US\$540 de recursos que seriam aportados no Brasil; a norma que diz que se houver qualquer flutuação no mercado, etc. e tal, estende o prazo.

Há um despacho que dizia que esses quatro itens seriam objeto de decisão posterior, e o banco é negociado em agosto. Em outubro, num outro processo, desvinculado da venda, a primeira condição não relacionada pelo Banco Central aparece: a ordem para aplicar US\$840 milhões no BBV da Espanha, num outro processo distinto do da venda, mas nas mesmas condições estipuladas na venda. Em seguida, duas novas autorizações: para o ingresso de US\$840 bilhões no Brasil e a autorização para uma FAC, a antecipação para futuro aumento de capital.

Então, as condições que estavam estabelecidas na carta inicial do BBV, todas sete, são implementadas, executadas. Porém, só foram autorizadas as três.

Qual é a outra indagação intrigante? Será que o banco compraria o Excel Econômico sem a aplicação de US\$840 milhões? A resposta está no processo: não compraria. Uma das condições foi a seguinte: aplique US\$840 milhões na Espanha. Portanto, não se trata de uma aplicação de reservas no exterior. Essa o Banco Central faz todo dia, tem que fazer, existem normas; não se trata disso. Trata-se de parte do preço da compra do Banco Excel Econômico. Portanto, todas as normas deveriam ter sido apreciadas, uma vez que compõem o preço, a transação, o negócio.

Há uma outra situação bastante intrigante, em que, com certeza, podíamos ter obtido respostas plausíveis: é outro despacho que existe nesse processo que, fazendo referência ao primeiro, da venda, diz que como, naquela ocasião, o prazo para a aplicação de reservas, segundo a norma do Banco Central, era de 180 dias, foi feita a primeira aplicação durante 180 dias; então foi renovada a aplicação por mais 180 dias.

Nesse meio tempo, mudou a norma de aplicação do Banco Central, porque o capital, as aplicações inter-

nacionais, muito voláteis... Evidentemente, você aplica por um prazo compatível no mercado. para que se haja um aumento de juros se tirar o dinheiro de um banco para aplicar em outro, visando maior rentabilidade. Aliás, todos nós pensamos nisso para qualquer tipo de aplicação. No caso concreto, foi dada uma autorização para a aplicação automática. A cada vencimento, era renovada automaticamente a aplicação, até completar os quatro anos. E foi assim que ocorreu.

Outra situação que talvez seja intrigante por falta e conhecimento é o curso que foi dado a US\$1,540 bilhão, quando, em agosto, entraram os primeiros US\$840 milhões e, depois, com a FAC, o BBV colocou os recursos no Banco Excel Econômico do Brasil, que mandou para o Excel Econômico em Nassau, o qual mandou ao BBV em Nassau, nessa oportunidade o BBV Nassau fez uma operação de Swap de que não temos notícia, só o registro, e o BBV Nassau mandou para o BBV Espanha, e novamente foi internado o recurso no Brasil.

A cada passagem dessa a remuneração era desdobrada, então o Brasil pagou 18 nesse caso, segundo registro, embora não se tenha comprovação, porque parte dos documentos não chegou, mas, quando o Banco Excel Econômico Nassau passou ao Banco Excel Econômico, o BBV Nassau passou ao BBV Espanha, reduziu os juros e pagou 3,5% ou 5,5%, que era o valor da remuneração.

Vejam que se trata de uma operação intrigante que, com certeza, e, se tivéssemos tido a oportunidade de conversar com o ex-Presidente Gustavo Franco, teríamos, talvez, esclarecido muitos desses passos, o que infelizmente não pudemos fazer.

Queria também registrar que recebemos, nos últimos dias, documentos de origens diversas que, infelizmente, não tivemos condições de analisar para este momento, mas existem inclusive documentos apresentados por Parlamentares.

Vou esperar um minutinho pela distribuição, Sr. Presidente. Aliás, pediria uma cópia do relatório para mim.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, recebemos documentos de várias origens, repito, de interesse da investigação e do relatório que ainda não foi possível analisar. Como temos a prerrogativa de, antes da votação, alterar o relatório, completá-lo, aduzir com informação, enfim, vamos fazê-lo no momento adequado, tão logo possamos analisar esses documentos. São companheiros nossos, Parlamentares que, citados ou não, anteciparam-se, vieram voluntariamente para esclarecer procedimentos que a CPI poderia ou não investigar.

Não havia uma coordenação, um comando. Uma das questões importantes que estamos sugerindo que é a Constituição institucionalizar um comando no Executivo que reúna Receita, Banco Central, Coaf, enfim os órgãos que têm competência, sob o comando do Ministro da Justiça, para que haja a articulação das ações preventivas e de combate à sonegação.

Outra coisa importante que localizamos foi o papel das *offshore*, que são empresas constituídas segundo a legislação de outros países e têm atuação legal no Brasil e no mundo. O que se constata é que invariavelmente, no meio da transação, há uma, duas, três, quatro, meia dúzia de *offshore* com sede em paraíso fiscal ou em países que não revelam, que protegem os seus titulares. É quase impossível conhecer quem são os donos da *offshore*, se bem que o reiterado conhecimento desse mercado acaba por reconhecer no procurador da *offshore* o dono da empresa, porque esconde quem dono, o qual recebe uma procuração da empresa pessoa jurídica para ele próprio e passa a administrá-la, sem a responsabilidade de ser o proprietário. Quem responde é a empresa; não se sabe quem é o proprietário. E não estar num paraíso fiscal é quase impossível.

Então estamos propondo que se analise a responsabilidade penal e civil dos procuradores de empresa *offshore*, para que sejam responsabilizados pelos atos praticados civil e penalmente.

Algo que já andou um pouco com uma legislação mais recente, mas vale a pena registrar, é a flexibilização do sigilo entre os órgãos fiscalizadores. Também é outra sugestão que estamos fazendo, inclusive existe um projeto de lei em andamento no Senado, é no sentido da regulamentação das empresas de *factory*, que é outro mecanismo muito utilizado para a evasão. E nós estamos propondo para o debate – não sei se vai haver tempo para termos uma proposta de lei complementar – a sonegação fiscal, cuja pena sugerimos que seja ampliada. Também estamos propondo a inclusão da sonegação fiscal – sei que é um tema bastante controverso – como crime antecedente de lavagem no Brasil. Sei que é polêmico e de pouco efeito prático internacionalmente, mas vale a pena esse debate.

E estamos propondo uma forma de repatriar esses capitais que estão no exterior através de uma anistia fiscal e penal. Dentre as características dessa anistia – evidentemente são diretrizes –, há uma formulação. Espero que consigamos fazê-lo; não sei se será possível. Estamos excluindo crime de tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de seres humanos e de órgãos e desvio de dinheiro público. Há sugestão para ampliar essa exclusão; seqüestro, terrorismo, enfim é uma questão a ser debatida.

Essa anistia seria por um prazo determinado e, evidentemente, aquele que não fizer opção nesse prazo perderá a possibilidade de anistia, ressalva imediata àqueles que têm processos e inquéritos em andamento e estão proibidos de se beneficiar da anistia, a não ser ao final quando julgados e absolvidos.

A anistia busca, primeiro, legalizar os valores que estão fora do País, e os pessimistas falam em US\$80 bilhões, os otimistas, em US\$ 150 bilhões.

Vejam V. Ex^{as} que, no Governo Fernando Henrique Cardoso, para estabilizar a economia, o Brasil fez um empréstimo no FMI de US\$30 bilhões. Se pensarmos nos mais pessimistas, nos US\$80 bilhões, se conseguirmos incentivar, atrair 30%, 40%, estaremos falando de outros US\$30 bilhões, no momento em que o País acha um rumo de crescimento, de desenvolvimento, mais que isso, no momento em que temos credibilidade interna e externa do governo, respeito aos contratos, quando vários países estão abrindo o sigilo das suas contas, como é o caso da Suíça e de outros onde há tratativas do Brasil para cooperações nesse âmbito do combate ao crime organizado internacionalmente. É um momento propício sob todos os aspectos, desde que a gente consiga realizar esse debate com maturidade, pensando não no governo atual, mas no País. Trinta bilhões hoje, no País, com certeza farão uma diferença muito grande no emprego, na geração de renda, na atividade econômica. Não há a menor dúvida sobre isso.

E eu dizia que buscamos, com essa medida, legalizar esses recursos lá fora, através de um pagamento de percentual a título de imposto. Mas queremos incentivar mais ainda não só a legalização, para que esses recursos sejam internados no País. Então estamos propondo uma alíquota menor, se aqueles que detêm esses valores, além de legalizar, internarem no País esses recursos.

Evidentemente temos a clareza de que grande parte desses recursos que são evadidos do País está ligada ao caixa dois. Claro que tem ligação com a carga tributária e com o risco de deixar os recursos aqui. Chegamos a pegar uma pessoa em Campinas, um médico, que trabalhou quarenta anos e relatou para a CPI que perdeu três ou quatro vezes a sua aposentadoria com o confisco da poupança, com planos econômicos. Ele havia remetido um certo valor para o exterior, dizendo o seguinte: “Olha, se eu não proteger lá fora, vou proteger aonde?”

Então são situações como essa. Muitas vezes, pessoas esfriam o dinheiro, pessoas que têm laços, origem, e têm como demonstrar que pagaram impostos. É um dinheiro que, como se fala na gíria, e aprendi nesta CPI, um dinheiro quente que acaba sendo es-

frido com medo da perda pela instabilidade econômica no País.

Não é o caso hoje. Temos que aproveitar, porque depois vai ter que esquentar o dinheiro que já era quente.

Então é um momento apropriado. Tenho certeza de que o Congresso... Sei que não é matéria fácil de ser debatida, é polêmica, mas estamos aqui para enfrentar os problemas.

Também fizemos algumas indicações e recomendações – e V. Ex^{as} vão poder constatar isso no relatório – para vários órgãos. E, no final, estamos propondo alguns indiciamentos.

Queria, pela oportunidade, registrar que nesses últimos dias ouvi muitos comentários. A imprensa publicou várias notícias, dizendo que estavam com problema no relatório, porque tinha que incluir e retirar nomes. Alguns jornalistas vieram me procurar para saber se eu podia confirmar o indiciamento de duas mil pessoas.

Quero dizer a V. Ex^{as} que, se houve momento de intranquilidade nesse quase ano e meio da CPI, a não ser pela pressa, pelo pouco tempo, foi o período que eu tive para relatar. Repito: se não fosse o tempo exíguo, talvez tenha sido o período mais tranquilo que eu passei nesta CPI. E nós estamos propondo sete casos de recomendações para investigação. Claro que esses casos envolvem várias pessoas, mas estamos recomendando ao Ministério Público que continue as investigações. Estamos fazendo quinze sugestões de aperfeiçoamento institucional. Estamos encaminhando seis instituições, Ministério Público, Receita, Banco Central, documentos, e fazendo 91 indiciamentos.

Não meço o resultado da CPI pelo número de indiciamentos. Espero, repito, contar com o apoio e a colaboração de V. Ex^{as} com as sugestões que espero que ocorram e, com certeza, ocorrerão, em função da competência e da capacidade de V. Ex^{as}, para aprimorar este relatório, que pode ser de grande valia para o nosso País. É com esse intuito que eu o apresento.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vou conceder a palavra pela ordem ao Senador Heráclito Fortes e anunciar que nós temos uma lista de inscrição com seis Parlamentares inscritos.

Pela ordem o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, algumas dúvidas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Questão de ordem ou é debate já?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...algumas dúvidas que gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Para uma questão de ordem, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é, estou esperando o Relator se ordenar ali.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou ouvindo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O sumário começa já pelo §2º. É algum erro? Porque falta aqui o 8º, o 1º e o 14.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deve faltar a primeira página. Eu posso verificar aqui. Um minuto só. (Pausa)

A Assessoria me informa que terá que haver uma revisão no aspecto... Quando passou do disquete para a máquina, houve alguns problemas que têm que ser revistos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está certo. Segundo ponto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só um detalhe, pela oportunidade.

V. Ex^{as}. estão percebendo que nós não revisamos a impressão depois que acabou de chegar o Relatório aqui.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Segundo, estou vendo aqui, Sr. Relator, o indiciamento do Sr. Jaime Canet, que fez um depoimento aqui na Comissão para o qual houve o aplauso geral, inclusive por parte de V. Ex^a, pelos esclarecimentos que ele prestou. Estou vendo que ele foi indiciado por crime de sonegação fiscal e por “suprimir ou reduzir tributo...” Eu queria indagar de V. Ex^a se não houve falha no Relatório.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Posso responder a V. Ex^a. Mantenho o aplauso ao Sr. Jaime Canet. Se V. Ex^a perceber bem, não é o mesmo Jaime Canet; é o filho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. São os dois que estão aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então estão aí. Muito bem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estão dos dois.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está registrado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Um é Júnior e o outro é Neto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O mais velho qual é? O Júnior ou...? O que foi Governador. É Júnior. Eu me refiro ao Sr. Jaime Canet Júnior.

Terceiro ponto, eu queria saber de V. Ex^a se no anexo se encontram os nomes que tiveram o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico quebrados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Anexo existe a relação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De todos os que tiveram?

O SR. RELATOR (José Mentor) – De todos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu procurei **en passant** e não encontrei. Daí o cuidado em relação a isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode ser que tenha ocorrido algum engano e, se V. Ex^a registrar, vamos procurar para lhe responder. É a orientação. Tanto é que, no anexo, estão todos aqueles que tiveram o sigilo relacionado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu gostaria que, caso não se encontrasse no Anexo – eu já fiz uma busca e não achei, e parece que os companheiros também procuraram e não acharam –, fosse remetido imediatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tenha dúvida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Porque nós o estamos estudando na contagem do prazo.

Sr. Relator, houve aqui, numa sessão sigilosa, uma denúncia feita por um dos Procuradores da República, com a concordância de um perito da Polícia Federal, sobre a possibilidade de cerca de 400 políticos estarem envolvidos com a evasão de divisas. Como esta classe à qual nós pertencemos já é tão enxovalhada pelo Brasil afora, não vi nenhuma referência especial feita a esta questão e quantos foram os políticos com ou sem mandato que foram encontrados no relatório que V. Ex^a preparou. Não vi nenhuma referência a este fato. Teve muita repercussão, à época, a possibilidade de 400 políticos. Lembro-me de que nos trancamos aqui e fizemos uma sessão na qual havia uma série de homônimos. Se não está, eu recomendaria a V. Ex^a, se possível fosse, que fizesse uma...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Senador, creio que há referência, mas vamos analisar; eu vou confirmar. E, mais do que isso, não faço referência ao tratamento que é dado aos políticos; não está relacionado à visão do Procurador. O tratamento dado aos políticos se relaciona à responsabilidade e aos critérios que mantivemos aqui na CPI.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concorde.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Evidentemente, essa questão está tratada no relatório. Dó vou indagar se eu faço referência aos 400... Vou verificar porque, na minha lembrança, existe a referência, inclusive ex-

pressa. Mas tudo bem. Está registrado aqui; agradeço a contribuição de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Estou apenas querendo adiantar para evitar essa demora.

O terceiro ponto a que eu gostaria de fazer referência é com relação ao caso Parmalat. Procurei, também, aqui, e não há nenhuma recomendação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Senador Heráclito Fortes, é verdade. Todos os casos que nós não iniciamos não constam do relatório, mas, no final, vai haver um tópico específico sobre eles. São vários. A Parmalat é um, a Anaconda é outro. São vários casos que nós não iniciamos, e sobre eles vai haver a citação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Seria uma recomendação para o Ministério Público. A minha preocupação, Sr. Relator, é que um dos Diretores da Parmalat que veio a morrer, a seguir, de forma misteriosa, na Itália, deu um depoimento a um juiz de Milão, onde afirmava, inclusive, ter dado propinas a autoridades e a políticos brasileiros. Esta CPI tem a responsabilidade – já que não houve tempo, eu compreendo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Parece-me que há, inclusive, um pedido de CPI na Câmara – se não me falha a memória. Mas vamos registrar. Isso será registrado com certeza.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse assunto, inclusive, foi tratado aqui por diversas vezes. Inclusive, citei na época que se ouvisse o Promotor...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esta sugestão verbal de V. Ex^a já está acatada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois bem. Mas que se fizesse uma recomendação ao Ministério Público para esclarecer esses fatos.

Sr. Presidente, no momento eram essas as observações.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Antes quero dizer que há uma lista de inscrição, e eu gostaria que fosse uma questão de ordem apenas regimental.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PC do B – MG) – Quantos dias nós temos para apresentar sugestões?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Até domingo.

Ficou acordado aqui e o Relator observou que em relatório não há emendas, mas sugestões. O que pode ser apresentado é uma sugestão substitutiva ao relatório, se V. Ex^a assim o desejar.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E a nossa reunião para a votação será segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não, terça-feira, porque o Relator vai examinar as sugestões na segunda-feira e, na terça-feira, a partir das dez horas da manhã, vamos votar o relatório.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou esclarecido, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, a questão de ordem, eu pediria a V. Ex^a que nós a analisássemos conforme o número de sugestões que vão chegar. Sendo assim, não fixaríamos para terça-feira, às 10 horas; pode ser às 15 horas, para ganhar tempo e dar um parecer em todas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então segunda-feira nós comunicaremos o horário, até porque o Congresso Nacional vai votar apenas duas questões: esta CPI e o Orçamento.

E renovaria o apelo para que estejamos presentes aqui, a fim de votar isso.

Eu gostaria de saber se o Deputado Sérgio Miranda mantém a sua questão de ordem.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PC do B – MG) – Eu queria esclarecer que nós não estamos fazendo a discussão do relatório, apenas esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Robson.

O SR. ROBSONTUMA (PFL – SP) – Exatamente essa questão. V. Ex^a, então, na terça-feira, abrirá uma nova lista para discutir o relatório. Esses inscritos não podem ser considerados como...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Ah, sim, evidente. até porque eu creio que as pessoas não leram o relatório. Ouvimos aqui uma exposição do Relator.

O Deputado Dimas é o primeiro inscrito. V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, é evidente que nós não lemos ainda o relatório, mas desde já creio que ele contém dados importantes e poderá avançar mais até terça-feira. Nós, na CPI, tocamos em alguns pontos importantes. Não analisamos tão profundamente como gostaríamos. Vamos apresentar sugestões e levantar alguns pontos para já nortear as sugestões que vamos encaminhar a partir de hoje.

Primeiro, quanto à base de dados que V. Ex^a relatou em relação à conta do Banestado, Beacon Hill, MTBank, CC-5, em que a opção do Relator foi da presunção da legalidade. De qualquer maneira, Sr. Relator, o fato de alguém enviar o dinheiro para o exterior através da Beacon Hill ou do MT Bank evidencia mais

que um indício de que poderia, em tese, cometer uma ilegalidade. Então vamos estudar os anexos, levantar essas questões, porque, da mesma forma que devemos preservar as pessoas inocentes – e concordo com V. Ex^a que devemos tomar cuidado para não citar pessoas inocentes –, por outro lado, talvez pudéssemos aprofundar mais, nominar quem mandou dinheiro para o exterior através da Beacon Hill, vamos supor; quem utilizou isso.

Outro ponto importante que eu queria ressaltar, Sr. Relator, é, em relação ao que foi levantado pelo Senador Heráclito Fortes, a questão dos 400 ou 500 políticos envolvidos, lemos em todos os jornais, revistas, fizemos sessão secreta, o Procurador esteve aqui, apresentou uma série enorme de nomes, muitos deles homônimos, mas mereceriam uma atenção especial de V. Ex^a, não por ser político, mas porque foi dado um realce muito grande a essa questão. Se mandou para o exterior, seja político, banqueiro ou o que for, teria que constar.

Outra questão: quantos sigilos bancários foram quebrados e, sobretudo, quantos chegaram até à CPI? Alguns foram quebrados e não chegaram ainda. Vão chegar? Quando? Nomes de pessoas físicas e jurídicas, bancários, telefone e tributários e quantas convocações foram feitas.

Sabemos, Sr. Relator, que convocamos inúmeras pessoas, algumas inclusive que nem deveriam ter estado aqui e vieram, e outros que deveriam estar aqui e não vieram. Algumas não estavam aqui e não deram sequer satisfação para a CPI. E nós vimos, Sr. Relator, quanto foi enviado para o exterior de pessoas que não estiveram aqui e não deram satisfação. Eu queria saber que providências vamos tomar em relação às pessoas que foram convocadas e não vieram para cá.

Outra questão, evidentemente, são os pensamentos que merecem uma ressalva de V. Ex^a. Os pensamentos elencados por V. Ex^a são menores que aqueles que foram divulgados pela mídia como um todo, pelos corredores, que mereceriam, realmente, uma atenção, um detalhamento maior, porque, às vezes, o pensamento compromete toda a estrutura do relatório.

Finalmente, quero que V. Ex^a tenha noção de quanto foi enviado ao exterior efetivamente. Sei que é uma pergunta difícil de responder, mas as pessoas nos perguntam sobre isso. Aproximadamente, quantos milhões ou bilhões foram enviados para o exterior? Gostaríamos de ter uma noção não exata, mas aproximada.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Por uma inversão de posições, concedo a palavra ao

Deputado Robson Tuma, em permuta com o Deputado Eduardo Valverde.

Deputado Robson Tuma, V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, estou prestando atenção atentamente aos oradores. É muito importante essa preocupação dos 400 políticos citados no início da Comissão, mas dei uma folheada rapidamente no relatório, numa pequena leitura dinâmica que fiz, e me assustei, Sr. Presidente.

Quando começamos os trabalhos, e no meio desta Comissão, ninguém mais do que eu lutou nesta Casa, desde 1991, para se fazer uma CPI de evasão de divisa nesta Casa, inclusive o primeiro pedido foi feito por mim, na Câmara dos Deputados.

Foi uma grande alegria saber que, pela primeira vez, esta Casa faria uma comissão para ir a fundo e saber exatamente quem eram aqueles que promoviam a evasão de divisas, separando os sonegadores, os traficantes, os corruptos, e chegaríamos a uma lista final com uma pequena lavagem do nosso País.

Naquele momento, o próprio Relator, até em números que considero um pouco exagerado, assim como algumas pessoas da assessoria a quem eu, inclusive, aproveito para parabenizar pelo extraordinário trabalho, falava em cerca de 500 mil nomes, seja de pessoas jurídicas, seja de pessoas físicas, na relação, se juntássemos todas as listas que tinham vindo para a Comissão.

Posteriormente, começamos a ouvir a extraordinária cifra, e neste caso já considero pequena, de US\$32 bilhões de evasão de divisas do País. É claro que, nessa lista dos 500 mil nomes aproximadamente, havia remessas legais e ilegais, dinheiro oriundo de coisas ilícitas e de coisas lícitas. É claro que, entre esses US\$32 bilhões, existia dinheiro limpo e dinheiro sujo.

Chegou-se ao final deste relatório. Pouco mais de 500 pessoas são citadas, pela minha rápida verificação, com cerca de 90 indiciados.

Não quero que se indiciem 500 mil. Espero que nem os 500 aqui citados tenham atividades irregulares, assim como gostaria que todos os 500 mil que foram colocados nas listas fossem envolvidos em transações de dinheiro absolutamente lícito, dinheiro limpo; como gostaria! Mas quais foram os critérios adotados para que esse número chegasse a mais de 500 mil nomes citados? Qual foi o critério de 90 indiciamentos, já que, se olharmos pelo próprio Relator, somente em 1998, 69 procedimentos fiscais que se recolheram ou pelo menos têm a recolher, a sonegação não é também um motivo de indiciamento? Não é um crime?

Portanto, quais foram os parâmetros usados? Se não formos convencidos dos parâmetros, se não formos convencidos de que aqueles citados aqui tiveram uma oportunidade de defesa, que houve a oportunidade, um direito legítimo de todos os brasileiros, particularmente terei muita dificuldade na votação do relatório.

Espero que o Relator convença não só a mim, mas que demonstre a todos os colegas quais foram os parâmetros e os critérios para, de tantos nomes, tão poucos serem citados. Inclusive, aparecem nomes que eu, que vim em todas as reuniões, salvo uma ou duas, jamais tinha ouvido entre os nomes que estavam sendo investigados.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo inscrito é o Deputado Eduardo Valverde. V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente e Sr. Relator, creio que o trabalho de S. Ex^a foi hercúleo. O Relator José Mentor fez um trabalho glorioso num robusto relatório. Obviamente, o fator tempo talvez o tenha impedido de maneira perfeita. E, nessa imperfeição, de acordo com essa passada de olhos aqui, não vi – e pode ser que haja – a internação dos recursos.

Não creio que estejam lá fora os 60 bilhões. Parte desses 60 bilhões, talvez esteja no Brasil. Inclusive, em várias operações daquelas investigações e em depoimentos, vimos que os recursos da conta Beacon Hill, um banco americano, foram remetidos para alguns paraísos fiscais, para fundos de investimentos estrangeiros.

Lembro-me de que apresentei um requerimento pedindo à CVM que apresentasse à CPI as internações feitas e quais foram os fundos internados, os valores e as datas. Assim, na ponta final, detectaríamos quem os remeteu e quem seria o beneficiário final. No começo, havia os doleiros, cujos laranjas eram os instrumentos. E, para distinguir se aquela remessa tinha origem ilícita ou lícita, precisaríamos reconhecer quem era o autor, o personagem dessa remessa. Em alguns casos de origem ilícita, o objetivo da lavagem era tornar lícito o que era ilícito, ou tornar transparente o que era obscuro. Iríamos observar isso mediante acompanhamento na área dessa internação.

Apresentei também outro requerimento, inclusive sobre dados apontados durante essa investigação, para averiguar um fundo existente nas Ilhas Caymã, o Opportunity Fund, o qual tinha como operador o Sr. Daniel Dantas. Lembro-me de que apresentei esse requerimento para ouvir o Sr. Daniel Dantas para que ele pudesse explicar a origem desses recursos e de que forma ele os aplicou no Brasil, através do seu fundo de investimento nas Ilhas Caymã. Inclusive, na época,

discutia-se a possibilidade de que parte desses recursos evadidos fosse utilizada na compra de ex-empresas estatais de telefonia se retornassem ao Brasil.

O relatório não aponta, no Anexo III do Conselho de Valores Imobiliários, a relação dessas interações, assim como não aponta o Opportunity Fund. Não sei se isso seria posteriormente complementado ou se haveria a possibilidade de recomendação ao Ministério Público e ao Coaf, outro órgão que também deveria ter sido citado porque foi criado para essa finalidade e deixou de cumprir a sua função de articular essas informações. E não consta no relatório a nomeação do Coaf como órgão que, de certa maneira, foi omissa na apuração desses resultados.

Reservo-me essas observações e faria algumas recomendações e emendas ao relatório para torná-lo completo, entendendo que o nosso trabalho não foi completo. Creio que deveríamos prosseguir com esta CPI e buscar a interação desses recursos. Com essa investigação, iríamos apontar muito maior quantidade de pessoas e, inclusive, a origem desses recursos evadidos do Brasil.

Fico satisfeito com essas observações.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo inscrito é o Deputado Paulo Kobayashi.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, preliminarmente, lembro que esta Comissão sofreu praticamente intervenção da Mesa Diretora do Congresso, que chamou o Presidente e o Relator – isso foi amplamente divulgado –, para se chegar a um entendimento para finalização. Considero válida tal atitude. Não a estou discutindo nem questionando. Apenas penso que não precisamos ficar muito preocupados com os detalhes de natureza regimental. Trata-se de uma Comissão Mista, que funcionará por conta do acordo das Lideranças da Casa com as Mesas Diretoras, com o nosso Presidente e com o nosso Relator. Ela nos frustra.

Estou nesta Comissão há um ano e meio. Participei de quase todas as reuniões e visitei várias cidades com as subcomissões. Realmente não cheguei a ler o relatório e só irei, obviamente, manifestar-me partidariamente a partir de sua leitura detalhada. No entanto, sabemos que havia muitos documentos, muitos depoimentos e muitos dados a serem canalizados em algo que, realmente, deverá ser frustrante porque haverá seqüência. Esses documentos recebidos pela CPI, vindos especialmente do exterior – alguns ainda nem foram traduzidos –, independentemente, de estarmos dirigindo-os aos órgãos competentes – Ministério Público, Receita Federal, Banco Central –, terão desdobramentos, é claro, além do que já aconteceu.

Além do mais, sabemos perfeitamente que isso já é público. Grande parte dos documentos da Comissão já aparece nessas instituições e até na grande imprensa. Há setores da grande imprensa que, claramente, têm muitos documentos sobre o objetivo desta CPI do que nós temos. Temos visto exemplos claros, em todos os finais de semana, pelo menos, em uma das revistas ou em um canal de televisão, que apontam fatos novos que surpreendem a nós da CPI. Isso tudo mostra que a CPI realmente será um pouco frustrante no final.

Porém, minha reclamação ao Relator é que, ao assistir a todas as reuniões e participar delas, o relatório, que ouvi sinteticamente do Relator, não é bem o relatório das reuniões a que assistimos, dos documentos e depoimentos a que tive acesso. A meu ver, o relatório está muito partidarizado. Vou ler o relatório porque não quero ser injusto com o Relator e com a assessoria do Partido. Há um papel partidário pelo PSDB, Câmara... Só ouvi citações contra o PSDB, não explicitados nomes. Do pouco li, só ouvi defesa dos aliados do Governo sob o pretexto de que não tivemos acesso a documentos. Isso é válido para a empresa de aviação, para ex-governador, prefeito aliado, etc. Mas, na hora da citação, o Relator cita casos que não ouvi serem discutidos aqui. Não tive acesso aos documentos porque não era Relator nem assessor do Relator.

Por exemplo: o caso inicial que S. Ex^a cita é da Sabesp. Em 1997, o Mário Covas era Governador e eu, Presidente da Assembléia. A Sabesp era subordinada a nós. E nunca fui chamado a depor pela Sabesp. Agora, com certo alarde, falam da Sabesp, a maior empresa do Governo do Estado de São Paulo. Falam o mesmo do Banco Bilbao Y Biscaya.

Tenho que ser honesto com o Relator, que, pessoalmente, mostrou-me seus cálculos, porque queria ver esse negócio incluído no relatório. Mas também é um negócio específico, mais dirigido ao Governo anterior, esquecendo, por exemplo, na introdução toda, que todo o pessoal do Banco Central que aqui esteve é o mesmo do Governo anterior que auxiliava o Gustavo Franco e que está até lá hoje, em cargos muitas vezes os mesmos ou até melhores do que os daquele tempo, quando dessas decisões e o próprio Banco Central não davam andamento às coisas.

Então já que entendo que houve uma certa partidização por parte do Relator, tanto na defesa do Partido do Governo, cumprindo bem seu papel, como nos eventuais aliados e específicas citações do lado tucano, quero me reservar para ler o relatório com detalhes e, na próxima reunião, poder me manifestar mais incisivamente sobre os casos, sem ser tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Eu gostaria apenas de fazer uma observação sobre a fala de V. Ex^a.

Eu não me senti, em nenhum momento, sob intervenção nem do Presidente da Câmara dos Deputados nem do Presidente do Senado Federal. Quero fazer justiça tanto ao Presidente Sarney quanto ao Deputado João Paulo. S. Ex^{as} nos chamaram para conversar e nunca falaram nem A nem Z sobre o conteúdo, sobre o que seria tratado aqui. S. Ex^{as}, ao contrário, disseram apenas que era importante, o que pessoalmente entendo também, preservar um instituto que é do Parlamento brasileiro, que é realmente a questão das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. Faço esse esclarecimento por respeito a nós mesmos. Eu nem aceitaria intervenção aqui, e por respeito também ao Presidente Sarney e ao Presidente João Paulo. Eu estaria sendo desleal se não fizesse essa observação referente aos dois.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Creio que o tempo está correto, cinco minutos. Afinal, é um relatóriozinho singelo, sobre coisas tão simples, é tão claro que acredito que V. Ex^a está concedendo um tempo demasiado, de cinco minutos. Podia dar um minuto: “sim” ou “não”.

Quero dizer que vivo aqui a maior frustração de minha vida parlamentar. Sinceramente, eu não esperava passar por um momento como este. Um ano de trabalho, em que esta Comissão praticamente nada fez; 90% do que vejo aqui, vendo as atas, praticamente não se discutiu.

Com toda a sinceridade, com o maior respeito que eu possa ter, e tenho, ao Sr. Relator, S. Ex^a não tinha nem condições sem organizar uma equipe sem que pudéssemos ter participado, sem dividir a Comissão, um grupo de três, como sempre se fez – um grupo vai trabalhar aqui, outro vai trabalhar ali –, sem trazer abertamente representantes da fiscalização do Banco Central, da Procuradoria-Geral da República, da Polícia Federal, para nos ajudarem no trabalho, como sempre se fez, documentos. E olhe que é a primeira vez que temos conhecimento de que vieram documentos oficiais do exterior, dando o nome à operação como foi feita, à ilicitude.

Essas caixas e caixas chegaram, ficaram não sei quantos meses com o Relator, depois de não sei quantos meses, o Relator entrega a V. Ex^a e ficam lá no arquivo da Comissão, que deve estar fechado até agora – e não devem ter sido abertos. Então esta é uma Comissão onde tudo o que se pode apontar de negativo ao Congresso Nacional será apontado.

Em primeiro lugar, eu lamento ver os nomes dos políticos que conheço; só vejo o nome do Pitta. Não sei se o Relator é racista, porque ele é negro; porque, fora isso, não vejo o nome de mais ninguém. Dos 400 citados, não sei, sinceramente não sei, não entendo. Creio que vamos fazer um papel realmente muito triste. Não sei como votar esse parecer. Sinceramente não tenho a mínima idéia.

Deveríamos fazer uma reunião com o Procurador-Geral da República, na qual entregaríamos a documentação que temos e de que não soubemos fazer uso. E pedir à Procuradoria-Geral da República que faça, com a sua equipe, com os seus procuradores, talvez com a colaboração da Polícia Federal, aquilo que não tivemos competência ou vontade de fazer aqui.

Creio que isso está marcando uma página negra no Congresso Nacional. Estamos assistindo ao funeral das Comissões Parlamentares de Inquérito. Assim como as medidas provisórias hoje legislam por nós, é uma coisa tão estranha, mas nunca vi a Polícia Federal trabalhar tanto e estar tão presente com números, com dados, com fatos, como ela está aparecendo nos últimos oito meses neste País, e nunca vi a Procuradoria da República aparecer tanto como está aparecendo.

Parece que de certa forma há um sentimento de que aquilo que durante muito tempo se defendeu na Casa, que o Congresso Nacional não é delegacia de polícia e que essas coisas devem ser discutidas lá e não aqui, parece que estamos conseguindo fazer. Estamos realmente caminhando nesse sentido.

Lamento profundamente. Acho que vamos pagar um preço por isso tudo, porque lá adiante as coisas aparecerão, e nós haveremos de responder coletivamente pela omissão ou pela ação que deslustra e mancha tão gravemente o Congresso Nacional naquilo que era uma das questões mais elevadas. O que mais conceituava no Brasil o Congresso brasileiro era sua atuação nas Comissões Parlamentares de Inquérito. Considerado o Brasil como o país da impunidade, onde só ladrão de galinha vai para a cadeia, a CPI era realmente algo que funcionava.

No esvaziamento desta reunião, onde ainda algumas pessoas vieram no início, olharam e foram embora, não se vê aqui nenhum líder como nas últimas reuniões fiais de CPI, em votação de relatório, quando aqui ficava lotado. Os líderes, os parlamentares, os Deputados e os Senadores mais importantes estavam aqui. Alguns vieram, olharam, saíram. E estamos aqui, terminando a CPI com a melancolia com que começamos. É uma pena, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Quero apenas dar uma explicação ao Senador Pe-

dro Simon: todos os documentos que a CPI tem estão também disponibilizados para o Ministério Público e para a Polícia Federal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, desculpe-me, V. Ex^a está correto e concordo, mas o que quero dizer é que gostaria que a Comissão tomasse a decisão. Fosse ao Ministério Público e dissesse: olha, não fizemos como devíamos, há essa documentação e gostaríamos que o Ministério Público fizesse essa parte. Além de entregar a conclusão, que é falha e não tem significado algum, seria necessário pedir que ela fizesse um estudo sobre o documento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Sciarra. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PFL – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, evidentemente, vamos ler com calma esse relatório e discuti-lo na reunião da próxima semana. Porém, uma situação me chamou a atenção, assim como ocorreu com o Senador Heráclito Fortes. Está constando no relatório o indiciamento do Srs. Jayme Canet Júnior e Jayme Canet Neto.

O Relator, Deputado José Mentor, disse, em uma das reuniões que discutíamos sobre alguns requerimentos que estavam sobrestados, que não queria fazer nada de forma precipitada para não acontecer o que ocorreu com o Sr. Jayme Canet Júnior, pois quase tivemos de lhe pedir desculpas. Impressiona-me, também, a inclusão do nome de Jayme Canet Neto. Em momento algum, houve motivo para se apresentar um requerimento a fim de ouvi-lo, e ele não pôde se expressar. Evidentemente, o Relator deve ter as suas explicações.

Neste momento, estranho, sobremaneira, o fato de estar constando no relatório o nome dessas duas pessoas, visto que o assunto foi por demais discutido nesta Comissão, inclusive com um depoimento que, no entender de todos que estavam presentes àquela reunião, foi bastante esclarecedor. Sr. Presidente, queria apenas fazer esse registro.

Vamos discutir o relatório na reunião da próxima semana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Sérgio Miranda. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – Sr. Presidente, nobre Relator, também quero solicitar alguns esclarecimentos.

Nobre Relator, em várias páginas, V. Ex^a apresenta processos instaurados no âmbito do Banco Central em relação ao Banco de Boston. Quais são as

providências que V. Ex^a propõe para esse processo? Não vi instruções na parte final do relatório. Isso será encaminhado também ao Ministério Público? Não há citação explícita. Portanto, queria que o Ministério Público examinasse os processos instaurados, embora, em grande parte, tenham sido encerrados sem punição. Para isso, sugiro que os processos sejam encaminhados ao Ministério Público.

Passo a um segundo ponto. Existem dois processos instaurados: um com resultado já definido no TCU no grau de recurso, envolvendo os Srs. Gustavo Franco e José Maria Ferreira de Carvalho. V. Ex^a indiciou o Sr. Gustavo Franco pelas razões que o TCU também indiciou o Sr. José Maria Ferreira de Carvalho. Por que não consta o nome do Sr. José Maria Ferreira de Carvalho? Na ação civil pública, que V. Ex^a cita e a qual faz referência, há o indiciamento dos Srs. Gustavo Loyola, Gustavo Henrique de Barroso Franco, Alkimar Ribeiro Moura, Cláudio Ness Mauch e José Maria Ferreira de Carvalho, bem como dos dirigentes do Banco Araucária, Brasil, Real, Banestado e Bemge. Por que incluiu apenas Gustavo Franco e não os outros?

No mínimo, se não queremos ajudar, não devemos atrapalhar. A ação civil pública oferecida pelas Procuradoras Raquel Branquinho e Valquíria Quixadá faz, alicerçada num raciocínio rigoroso – V. Ex^a sempre afirma isso, e concordo que esse fato deu origem aos trabalhos da CPMI –, o indiciamento de todos esses cidadãos. Agora, grande parte vai diretamente ao Supremo Tribunal Federal, porque estão blindados, são ex-diretores do Banco Central.

O processo do TCU, que está aguardando julgamento do recurso, na minha opinião, à espera da conclusão de nossos trabalhos, não há referência à audiência do Ministro Adilson Mota, pelo menos na parte que eu li.

O Ministro Adilson Mota, no processo do TCU e na sua audiência pública, o qual vai assumir, no dia 15, a presidência do TCU, faz um relato bastante circunstanciado das omissões e das dificuldades do Banco Central para instruir o processo.

Não vamos nos pronunciar sobre isso? Como o Banco Central se relaciona com o TCU, com o Congresso Nacional?

Eu queria esses esclarecimentos de V. Ex^a.

A citação do processo do TCU, onde foi julgado o Sr. Gustavo Barroso e José Maria Ferreira de Carvalho, na ação civil pública em que há indiciamento de vários diretores do Banco Central, por que os outros não foram indiciados, mas apenas o Sr. Gustavo Franco?

Observo que, no indiciamento que V. Ex^a faz do Sr. Gustavo Franco, não há nada em relação, por

exemplo, ao caso do BBV. O indiciamento ocorre em função das autorizações especiais.

Ora se são esses os dados do indiciamento do Sr. Gustavo Franco, por que os outros também não estão indiciados?

E essa questão que V. Ex^a já está esclarecendo, de que todos os processos já julgados, em relação ao Bank Boston, serão transferidos para o Ministério Público, que poderá dar opinião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo e último inscrito é o Deputado Eduardo Paes. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Sr. Presidente, prometo ser até mais breve e não utilizar o tempo de que disponho.

Ouvi parte da exposição do Relator e resolvi me recolher a uma sala para fazer uma leitura mais atenta do relatório. E vim com uma opinião que foi consolidada pela opinião do Senador Pedro Simon e do Deputado Sérgio Miranda, de que isso, pelo menos à primeira vista, sem me ater a detalhes, parece muito mais um panfleto político do que o relatório de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Por que digo isso, Sr. Presidente, Sr. Relator? Porque o relatório, em linhas gerais, absolve os blindados do Governo – o Sr. Henrique Meirelles é absolvido –, os frustrados e arrependidos do Governo atual – o Sr. Candiota é absolvido, assim como o Sr. Casseb –, insinua culpa ou indicia atores do Governo anterior.

Poucas vezes eu vi, no relatório de uma comissão parlamentar de inquérito, ou de qualquer outra comissão, Deputado Sérgio Miranda, uma parte como a deste relatório, chamada de pinçamento, em que se sugere que uma série de atores que trabalharam no Governo anterior também exponha as suas operações, porque os atores deste Governo, absolvidos no relatório, teriam sido postos em constrangimento.

Mas o pior é que este relatório escorrega em relação a figuras notórias da política brasileira. Mas, pior de tudo, como disse o Senador Pedro Simon e não quero fazer qualquer tipo de acusação: ao final, talvez para se fazer uma média com a opinião pública que se está apurando com isenção essa ou aquela questão, bate-se em cachorro morto. O único político indiciado de fato é um cachorro morto, o Sr. Celso Pitta.

Portanto, Sr. Presidente, obviamente, com o tempo de que vamos dispor para debater, para discutir, para analisar, aprofundaremos no detalhe aquilo tudo que contém o relatório, mas a princípio, em razão do que pude ver nesse pouco tempo de que dispusemos para ler e analisar o relatório, diria que este não é o relatório de uma CPI, mas um panfleto político.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concederemos a palavra agora...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, gostaria de pedir ao Sr. Relator que me enviasse, mas pode ser que todos os outros membros se interessem, a relação dos presidentes e diretores de bancos que tiveram o seu sigilo bancário quebrado.

Explico o porquê. Há informação e contra-informação na imprensa de que todos tiveram o sigilo bancário quebrado, e há outra informação que isso ocorreu somente em relação a alguns.

Estou fazendo isso, Sr. Presidente, porque o Relator se lembra bem de que, quando se iniciou o processo da quebra do sigilo bancário, levantei a questão regimental de que teria que ser feito de maneira individual e não coletiva, mas, à época, alguns tinham passado e foram aprovados.

Não vi aqui esta relação e não consegui alcançar. Evidentemente, se constar, ficará sem nenhum efeito a minha solicitação. Caso contrário, pediria que fosse feito o mais breve possível.

Chamo a atenção, todavia do meu amigo Eduardo Paes com relação a político morto. Não existe político morto. Para político, fundo de poço tem mola. Atualmente, o Sr. Celso Pitta pode estar vivendo a amargura e, amanhã, poderá bater no fundo do poço.

Queria apenas citar esse exemplo, porque vi outros casos em que consideramos mortos, mas que de repente ressurgem. Uns para alegria e, outros, para a tristeza do Brasil.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Acho que está correto o pronunciamento dele.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Gostaria de ser atendido da mesma forma que o Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Passo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, evidentemente, não estamos debatendo o relatório, e vamos conversar sobre alguns aspectos.

Disse no início que tinha dado um certo tratamento para os casos e tentei justificar. É claro que não cheguei ao detalhe das operações. Com relação à questão que o Senador Heráclito Fortes levanta, dos políticos, repito que analisaremos. Entendo que há referência e um tratamento que o Deputado Eduardo Paes conseguiu ler. É interessante o que S. Ex^a disse no início, que no relatório há nove páginas, as que interessam.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Não, eu disse que o relatório tem uma série de conclusões, mas esse tema...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, no início da sessão, V. Ex.^a falou que o relatório tem nove páginas. Talvez...

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – É impossível, Deputado José Mentor, um relatório dessa espessura só ter nove páginas.

Obviamente, como V. Ex.^a disse, os documentos se começam lendo pelas conclusões.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É isto que estou falando.

Seria interessante V. Ex.^a perder um pouquinho mais de tempo e ler as outras quinhentas. Quem sabe lá encontrará respostas para suas indagações. De qualquer maneira, há contribuições interessantes e, como havia ressaltado no início, pode ser que haja imprecisões e que necessite de aperfeiçoamentos. Estou aberto a qualquer dessas contribuições.

O que talvez não possa passar despercebido são algumas afirmações. Trabalhamos com subcomissões e lembro-me bem que o Presidente Antero Paes de Barros, em todas elas, abriu a possibilidade de todos participarem. Alguns se interessaram, outros não. É verdade que o Deputado Paulo Kobayashi nos acompanhou em São Paulo e em Belo Horizonte. Outros também o fizeram, como o Dimas... E também é verdade que estávamos naquele período, em grande parte, vivendo as reformas na Casa. Havia outras prioridades. Havia a tribuna do Senado, a tribuna da Câmara, que muitas vezes era mais interessante que a tribuna da CPMI. Então, nós temos que enxergar a conjuntura e saber aqueles que valorizaram o trabalho da CPI também, porque aqui não é só vir ao microfone falar. O envolvimento, o engajamento também é importante e significativo. Então, vou levantar alguns pontos.

Há critérios que foram expressos nas decisões que tomamos que ficarão claros quando as pessoas puderem ler, e aquilo que não estiver claro, vamos esclarecer.

Essa questão dos políticos, que é repetida 400 vezes, temos que verificar qual foi o tratamento que nós demos. Repito que não estou atrás de políticos. Nós definimos critérios. O tratamento aos políticos foi feito de uma forma diferente, é verdade, levando em conta o que alguns diziam, que estávamos acobertando com espírito de corpo, e não é o caso; nós demos o mesmo tratamento a todos.

Aqueles que a imprensa citou anteriormente e que nos procuraram, trazendo justificativas, nós registramos essas justificativas; aqueles que, da análise dos papéis, resultaram esclarecedores, nós registramos. E o Deputado Eduardo Paes precisa ler com atenção os exemplos que citou, porque não há quitação em relação

às questões do Sr. Candiota e do Sr. Casseb. Precisamos ler o relatório para saber o que ele expressa.

Não houve intenção de ter um sentido panfletário. Pelo contrário, ele tentou ser equilibrado.

Há momentos mais aconchegantes, acolhedores para o panfleto. Poderiam ter sido feitas, nesse ano e meio, muitas panfletagens. Não partiu da relatoria nenhuma delas, mas é verdade que as hipóteses novas, e há outras, no relatório, de menor importância talvez, de evasão, que registramos, e não perguntamos quem eram os diretores da Sabesp ou da CRT, Deputado Kobayashi. Tanto é que esse foi o motivo da não-realização da audiência em São Paulo, porque, quando aprovamos o requerimento, aprovamos os diretores da Sabesp e da CRT em 1997 – eu não sabia o nome deles. E, mais do que isso, era algo tão novo na época em que foi aprovado o requerimento nesta CPMI que era o momento de indagação, porque não tínhamos os documentos ainda; só depois chegaram os documentos da CRT.

Então, novamente, não houve esse tom discricionário ou dirigido.

Quando investigamos as operações da DePolo, nós não sabíamos de quem se tratava; não sabíamos que eram a Sabesp e a CRT. Então não houve esse tom.

Quando analisamos a operação do BBV, nós não sabíamos que era o Excel Econômico nem que havia autorização do Banco Central. Então esse dirigismo inexistiu caso. O relatório baseia-se nos fatos e nos documentos que apresentamos.

Vou deixar isso mais claro, Deputado Robson Tuma, mas vamos tentar mostrar os parâmetros e os divisores de águas que fizemos no relatório.

O Deputado Valverde menciona o fundo Opportunity. Eu disse no início dos casos que investigamos o fundo Opportunity, recebi pessoas interessadas em discutir, está aqui o Robson, depois falo com vocês no detalhe e vamos analisar para ver se os parâmetros estão a contento ou se precisam ser complementados, não há problema algum em relação a isso.

O Eduardo Valverde fala do fundo Opportunity. Chegamos aqui a aprovar um requerimento de convocação de um desses titulares de fundos, e eu próprio fiz um requerimento desses, pedindo a convocação, porque queriam dar um tratamento universal, republicano, e não dirigido a um único caso. Não tivemos oportunidade de avançar em relação a esse assunto, aos fundos. Mas digo a V. Ex.^a que recebi pessoas interessadas em investigar o fundo Opportunity, e disse-lhes se a CPI tiver condições de investigar vai investigar os fundos e não o fundo. Esses documentos,

vamos encaminhar às autoridades competentes para poderem se manifestar.

Senador Pedro Simon, quero dizer a V. Ex^a, mais uma vez, do respeito que V. Ex^a tem de todo o Brasil, e incluo-me como talvez um dos que mais o respeita, mas penso que V. Ex^a poderá, com a leitura, corrigir algumas imprecisões de sua fala. Vou deixar de responder como devia ser em função da história de V. Ex^a e do meu grau de civilidade. Penso que V. Ex^a demonstrou um certo tom preconceituoso na fala, o relatório não aponta esse aspecto. O ex-prefeito Celso Pita tem nesta CPI um dos maiores conjuntos probantes de movimentações internacionais ilegais, inclusive com a abertura da conta com assinatura de dois tipos, que ele aqui acabou dizendo que tinha. Então não é o caso. E repito, vou elevar o meu tom de civilidade para deixar como está a resposta a V. Ex^a.

Deputado Sérgio Miranda, V. Ex^a aponta um aspecto que é realmente importante e penso que tanto o Tribunal de Contas da União cumpre a sua função ao analisar os aspectos que lhe dizem respeito quanto os procuradores, acredito que os procuradores tardiamente, quatro anos e meio depois de terem recebido a notícia dos fatos que envolveram o Sr. Gustavo Franco naquele episódio. Acho que a CPI também nesse caso assumiu uma postura ofensiva no sentido de dizer: façam a sua parte que estamos tentando fazer a nossa.

Atribuo a avaliação daquele episódio das atuações especiais, tanto no que diz respeito ao Carvalho, que é um funcionário de carreira do Banco Central, com relação a outros que permaneceram e votaram, estou aqui buscando responsabilizar politicamente a decisão do Banco Central. A improbidade está em curso, o Tribunal de Contas está em curso.

Aqui o debate, V. Ex^a já repetiu isso algumas vezes e foi um dos que me alertou sobre isso, há que haver a coragem política de defender o livre trânsito de capitais do Brasil com o mundo. Não é hoje não, porque hoje é fácil falar nisso. Por que não houve, há cinco anos, em 96, quando fizemos? Quem tomou a decisão de burlar a legislação? Essa é a questão nos interessa. E a mim interessa esse aspecto. E aí pessoalmente atribuo ao ex-presidente Gustavo Franco essa decisão, porque faz parte da sua tese de cátedra, faz parte da tese de cátedra. Por esse motivo, o relatório se contém, se contenta em apresentar a decisão política que foi tomada.

Com relação novamente ao Deputado Eduardo Paes, que aponta um escorregão no relatório no que diz respeito ao ex-prefeito Paulo Maluf. Todos sabemos que o papel é branco. Talvez o Deputado Eduardo Paes consiga escrever os motivos para indiciar o ex-Prefeito

Paulo Maluf com os documentos que há na CPI. Estou aberto a receber a contribuição do Deputado Eduardo Paes, analisar a consistência dela, e, preenchendo os critérios que a Relatoria estabeleceu para todos, inclusive os do Governo anterior, podemos analisar e saber a resposta adequada.

Senador Heráclito Fortes, quanto à última questão, a orientação que dei, pode ser que tenha ocorrido uma falha, já pedi para a assessoria verificar. Tenho a informação de que estão todos no anexo, inclusive os sobrestados, adiados e pendentes. Todos os requerimentos aprovados, todos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É possível.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A orientação foi essa mesmo. Não há por que ser de outra maneira.

Sr. Presidente, penso que há muito mais para debater no relatório, e faremos isso no momento adequado. Só quero dizer que me sinto gratificado de ter podido, com todas as limitações, ter conseguido chegar a uma proposta que, talvez, não seja o fim, mas, com a contribuição dos Srs. Deputados e Senadores, poderá ainda melhor ajudar o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu gostaria de fazer uns esclarecimentos à Comissão. V. Ex^a com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu só gostaria de perguntar a V. Ex^a se não seria possível, em vez de entregar as emendas na segunda-feira, entregar na terça-feira e fazer o parecer na quarta-feira. Segunda-feira é um dia difícil de a gente...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Veja bem, as emendas podem ser entregues a partir de amanhã. Então, teremos quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo. Por que isso? Porque pode ser que o Congresso encerre os seus trabalhos. O Congresso, a partir de amanhã, só tratará do Orçamento. Então pode ser que o Congresso encerre os seus trabalhos até a quarta-feira. Exatamente por esse motivo que deliberamos esse calendário com a comissão.

Eu gostaria de reiterar essas explicações à Comissão, de pedir a V. Ex^{as} que se empenhem no sentido de oferecer as sugestões até o domingo. Na segunda-feira, o Relator analisará e dará parecer sobre todas as sugestões encaminhadas ao Relator, e, na terça-feira, marcaremos o horário para começar a votar o relatório. Poderemos votá-lo na terça-feira e na quarta-feira, e, dependendo do andamento dos trabalhos, do número de sugestões, poderemos votá-lo em um dia apenas.

Não havendo mais nada a ser tratado, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h24min)

Ata da 81ª reunião realizada em 21-12-2004 e 27-12-2004.

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas e dez minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Heráclito Fortes, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, Sibá Machado, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Ney Suassuna, Álvaro Dias, Artur Virgílio, Eduardo Azeredo, Leonel Pavan e Leomar Quintanilha e dos Senhores Deputados Eduardo Valverde, Iriny Lopes, José Mentor (Relator), Eduardo Sciarra, Robson Tuma, Edison Andrino, Eduardo Paes, Paulo Kobayashi, Edmar Moreira, Isaías Silvestre, Dimas Ramalho, Dr. Hélio, Sérgio Miranda, Doutora Clair, Paulo Bernardo, Gervásio Silva e José Rocha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara aberta a reunião. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a apreciação e votação do Relatório Final e dos votos em separados da Comissão, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Com a palavra, o Senhor Deputado José Mentor, solicita verificação de quorum. A presidência informa que de acordo com o Art. 12 do Regimento Comum, os trabalhos da Comissão se iniciarão com um terço de seus membros, como há 18 (dezoito) presentes, prossegue a Reunião. O Deputado Robson Tuma questiona sobre a documentação recebida pela Secretaria da Comissão. O Senador Álvaro Dias, sobre as pessoas indiciadas no relatório. O Deputado Eduardo Paes, questiona sobre a elaboração do Relatório. Usam da palavra ainda os senhores Senador Eduardo Suplicy, Senador Pedro Simon, Deputado Edimar Moreira. A Presidência determina que seja feita a distribuição do voto em separado de sua autoria. Usaram da palavra os Senhores Deputados José Mentor e Eduardo Paes. Devido ter iniciado a Ordem do Dia no Senado Federal, a Presidência suspende a presente reunião às onze horas e vinte minutos. Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas e vinte e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Heráclito Fortes, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, Sibá Machado, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Ney Suassuna, Álvaro Dias, Artur Virgílio, Eduardo Azeredo, Leonel Pavan e Leomar Quintanilha e dos Senhores Deputados Eduardo Valverde, Iriny Lopes, José Mentor (Relator), Eduardo Sciarra, Robson Tuma, Edison Andrino, Eduardo Paes, Paulo Kobayashi, Edmar Moreira, Isaías Silvestre, Dimas Ramalho, Dr. Hélio, Sérgio Miranda, Doutora Clair,

Paulo Bernardo, Gervásio Silva e José Rocha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara reaberta a reunião. A Presidência informa que a presente reunião é continuação da reunião do dia vinte e um do corrente mês e destina-se a votação do Relatório Final e dos votos em separados da Comissão, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Com a palavra, o Senhor Deputado Robson Tuma, informa que a Senadora Ideli Salvatti encaminhou ofício nº 381, a Secretaria-Geral da Mesa questionando sobre o funcionamento da CPMI no período de recesso e que tem em mãos a resposta do Senador Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente desta Casa, no exercício da Presidência naquele momento. Com a palavra o Senhor Deputado Sérgio Miranda solicita à presidência esclarecimentos ao ofício do Senador Eduardo Siqueira Campos. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, para uma questão de ordem, informa que consultou a Presidência do Congresso Nacional quanto aos aspectos regimentais e constitucionais, quanto ao funcionamento e prazo final da CPMI do Banestado, enfatizando que o texto constitucional, em seu art. 57, § 7º, somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado. Com a palavra o Deputado Robson Tuma para complementar, informa que a Comissão tem prazo final até o dia 27 de fevereiro de 2005, se não trabalhar no período de recesso. Com a palavra o Senhor Relator informa que não se pode deliberar, partindo de dois argumentos em relação ao texto, o Regimento do Senado não é omissivo e cita o artigo, o art. 76, § 3º. Relata ainda que Congresso está funcionando extraordinariamente e a CPMI só poderá funcionar extraordinariamente, por disposição constitucional, com a pauta para a qual foi convocado. Com a palavra o Senhor Presidente faz um breve relato histórico sobre os trabalhos da Comissão. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti esclarece que o prazo final da CPMI não é na data de hoje. Com a palavra, o Senhor Presidente responde a questão de ordem da Senadora Ideli Salvatti. Com a palavra o Senhor Relator relata sobre a reunião que teve com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como as tratativas daquela reunião, ressaltando que para se encerrar os trabalhos neste ano é necessário votar o relatório e os votos em separado. A seguir, solicita que a presidência cópia dos três atos convocatórios da sessão extraordinária do Congresso Nacional, afirmando que em nenhum deles, consta a CPMI do Banestado. Com a palavra o Deputado Robson Tuma informa que somente agora recebeu o Voto em separado do Deputado Edmar Moreira. Com a o Senador Ney Suassuna faz apelo a Presidência para que a comissão tenha o seu relatório com as delibe-

rações tomadas pelo plenário. Com a Palavra o Senhor Presidente decide sobre as questões e ordem apresentadas defendendo o calendário que foi votado pela Comissão, decidindo funcionar de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e informa que esta é a última sessão da Comissão. Com a palavra o Senhor Relator, informa que não há número para deliberar e requer verificação de quorum. A Presidência informa que não há quorum para deliberação e declara encerrada a CPMI do Banestado às quinze horas e cinquenta e quatro minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 81ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das contas CC-5.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se à apresentação de votos em separado e à apresentação e votação do relatório final.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no último dia 14, cuja cópia foi distribuída.

Solicitada a dispensa da leitura da Ata, submeto-a a votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gostaria que V. Ex^a constasse se há **quorum** para abrir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Existem 17 presentes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. Ex^a precisa contar, porque não é possível imaginar que estejam aqui pessoas que não estão. 2, 4, 6, 8, 10, 12, 13, 15.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, solicito verificação nominal de presença.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias e, posteriormente, ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, creio que não há necessidade de verificação de **quorum** neste momento, uma vez que, para a discussão do relatório, não há necessidade de **quorum** qualificado.

V. Ex^a, ao iniciar a reunião, não submeterá de pronto à votação a matéria em deliberação, mas sim permitirá que os Srs. Parlamentares possam discutir o relatório e até talvez apresentar voto em separado para a análise dos Congressistas desta CPMI. Portanto, Sr. Presidente, não entendo a necessidade de verificação de **quorum** neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A verificação foi feita. A Presidência já decidiu. Há **quorum**.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Requeri a V. Ex^a verificação de presença.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, na verdade, gostaria de abordar um aspecto que me parece absolutamente relevante. Estamos em uma reunião com vistas à discussão, apresentação de voto em separado e à votação do relatório apresentado pelo Deputado José Mentor.

Não me parece aceitável já no início desta reunião, sei que é regimental e que faz sua questão de ordem o Deputado José Mentor. Contudo, do ponto de vista político dos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, não me parece aceitável que, já no início desta reunião, haja a obstrução por parte do próprio Relator solicitando verificação de presença. Portanto, solicito ao Deputado José Mentor e a todos os Parlamentares que estão aqui hoje que possamos avançar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que não tem uma imagem das melhores.

O Senador Pedro Simon, na última reunião, fez uma exposição belíssima a respeito do resultado político desta Comissão Parlamentar de Inquérito para a

imagem desta Casa e do Congresso Nacional. Então, para o bom funcionamento da Casa, para a boa imagem do Congresso e desta Comissão, faço um apelo aos Srs. Parlamentares todos e ao Deputado-Relator no sentido de que prossigamos com a discussão do relatório, a apresentação de votos em separado e com a eventual votação do relatório hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem a V. Ex^a. Logo no início dos trabalhos da Comissão, apresentei um requerimento pedindo que fosse informado de todos os dados que a esta CPMI chegassem, inclusive na possibilidade de obter cópias dos dados. Entretanto, não houve nem sequer informação, muito menos as cópias para os membros da Comissão.

Cobrei duas ou três vezes, e depois, como começou uma disputa política na Comissão, obviamente eu me desinteressei, assim como vários membros, de acompanhar todos os dados, mesmo porque o requerimento não estava sendo cumprido naquele momento.

A questão de ordem que formulo a V. Ex^a, se V. Ex^a não puder me responder neste momento, solicito que peça a Assessoria que informe a todos os membros, principalmente porque quando cheguei a esta Casa, pela manhã, todos os Parlamentares que encontrei aqui faziam a mesma pergunta ou não sabiam responder a minha pergunta.

Quais as bases de dados que existem na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado? Quem foi o responsável por registrar todos os dados que chegavam à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado? Quem são os cerca dos citados pelo Relator, no passado, quinhentos mil nomes que estão arrolados, legal ou ilegalmente, em transações e remessas de dinheiro para fora do Brasil?

Essas são as questões que eu gostaria que V. Ex^a, se pudesse, me respondesse ou Sr. Relator, neste momento, ou que me respondessem o mais breve possível, para que pudéssemos tomar conhecimento de todos os dados que existem na Comissão antes da votação do relatório, para podermos emitir um juízo de valor de qual dos relatórios, ou se em algum dos relatórios que possa ser apresentados hoje, seja do Relator ou através de voto em separado, contenha a realidade dos trabalhos desta Comissão e daquilo que se apurou nesta Comissão, ou até, pelo menos, aquilo a que se chegou esta Comissão, mesmo que não tenha existido tempo para ser investigado.

Outra questão, Sr. Presidente: V. Ex^a, com alguns parlamentares – vi pela imprensa – foi ao Ministério

Público levando como se noticiou, não sei se era ou não, trinta e duas caixas de documentos. Quais os documentos que continham nessas Caxias? Quem eram os citados dessa Caixa? E quais eram os dados, a base de dados que V. Ex^a levou ao Ministério Público?

Não sou contra o fato de levar ao Ministério Público; ao contrário, sou a favor de que todos os dados da Comissão, inclusive apresentei sugestão ao Relator, sejam encaminhados à Polícia Federal e ao Ministério Público, para serem apuradas as responsabilidades penais e criminais, e à Receita Federal, para serem apuradas as responsabilidades civis. Por isso, pergunto a V. Ex^a se já foram enviados. O que continham nas 32 caixas que ainda não tinham sido enviadas no passado?

É só isso. Eu só não quero, sendo membro desta Casa, sendo membro do Congresso Nacional, ficar tomando conhecimento das coisas pela imprensa. Quero saber o que continha nas 32 caixas, quais são as bases de dados de toda a Comissão e todos os citados.

Acho que não é uma questão de ordem só minha. Acho que vários companheiros aqui gostariam de ter essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Antero Paes de Barros, conversei há pouco com o Deputado José Mentor, Relator, por ter recebido uma comunicação do Sr. Paulo Galleta, que foi Diretor da Sabesp, e estou encaminhando ao Relator, José Mentor... (risos)

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. Ex^a me deixa orgulhoso.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – É quase a mesma coisa. O Senador Eduardo Suplicy esteve em alguma reunião que nós não sabemos?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas V. Ex^a me deixa orgulhoso, pelo contrário, Não há nenhum problema em me perguntar muito orgulhoso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O riso não foi justo, Sr. Presidente, ele não fez de propósito, foi por descuido.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Foi totalmente involuntário. O Senador Pedro Simon tem razão.

Como conheço pessoalmente o Sr. Paulo Galleta, que foi meu aluno, e por tudo que conheço dele, sempre foi uma pessoa da maior idoneidade e seriedade, e como ele quer prestar um esclarecimento à CPMI e ao próprio Relator, tendo me informado o Deputado José Mentor – que inclusive tinha expressado a vontade de ouvir o Sr. Paulo Galleta aqui –, isso acabou não sendo viabilizado por causa das interrupções de

trabalho de nossa CPMI. Mas tendo o Deputado José Mentor dito que vai ouvir os esclarecimentos do Sr. Paulo Galletta. Ele informa que desconhecia que o BB Security teria utilizado um doleiro para enviar cerca de US\$ 12 milhões para a Sabesp, como afirma a CPMI, e outros detalhes. Mas o importante é que se tenha a oportunidade de se obter esses esclarecimentos.

Assim, estou encaminhando ao Relator isso como colaboração.

Quero, Sr. Presidente, registrar que era membro titular da CPMI o Senador Roberto Saturnino. Por razões de saúde, S. Ex^a precisou se afastar nessa parte final dos trabalhos. Eu não pude acompanhar todos os depoimentos e trabalhos. Só agora estou me inteirando de tudo, com a responsabilidade de substituir S. Ex^a.

Gostaria, por exemplo, sobre alguns dos temas de maior polêmica, de dar uma opinião.

No que diz respeito ao ex-Presidente do Banco Central, Sr. Gustavo Franco, tive oportunidades de ouvi-lo e de discordar dele em questões de política econômica. Mas quero transmitir ao Deputado José Mentor que, no que no que diz respeito à seriedade, isso sempre observei no Sr. Gustavo Franco. Se houve algum erro de política cambial, de política econômica...

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PsdoB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, o Sr. Gustavo Franco foi condenado pelo plenário do TCU. Ele está processado numa ação civil pública da Procuradora Raquel Brinquinho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nós vamos ter oportunidade de esclarecer isso neste debate. Tenho o maior respeito pelas palavras do Deputado Sérgio Miranda, a quem prezo muito, mas quis apenas dar um testemunho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Presidência quer informar que o art. 12 do Regimento Comum diz o seguinte: Os trabalhos da Comissão Mista somente serão iniciados com a presença mínima do terço de sua composição.

Portanto, a Presidência decidiu corretamente a questão de ordem e tem, desde o início...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Relator localizou vários ofícios dirigidos a esta CPIM, e não tenho notícia das respostas. Inclusive gostaria que a CPMI se manifestasse a respeito um deles, que vou apresentar agora. Trata-se de um requerimento do Sr. Ezequiel Edmund Nasser, dirigido a mim e, ao que eu saiba, também dirigido a V. Ex^a. Ele relata aqui a sua

situação de ex-proprietário do Banco Excel Econômico, que foi adquirido pelo Banco Bilbao Vizcaya, e solicita cópia dos documentos da negociação do banco que era dele, dos quais ele não dispõe.

Estou propondo à CPMI, neste momento, que autorize a entrega da cópia dos documentos ao ex-proprietário do Banco Excel Econômico.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Neste momento, estou determinando à Assessoria Jurídica que analise isso. Esse assunto não está na pauta dos trabalhos.

A reunião foi convocada para a apresentação de votos em separado e para votação e apreciação das sugestões e do relatório final do Relator. Fora disso não será tratado nenhum assunto nesta Comissão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eu não poderei relatar, se V. Ex^a não responder aos ofícios que estão aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, esta é uma Comissão que levou tempo, muito tempo e não se reuniu, não debateu, não discutiu. Esta é uma Comissão que recebeu documentos como nenhuma outra, inclusive documentos oficiais, vindos do exterior, e praticamente nada fez. Esta Comissão chega agora ao seu final, tentando fazer alguma coisa. Há um parecer, um relatório que foi apresentado pelo Relator e, ao que se sabe, há um substitutivo, ou, melhor dizendo, um voto em separado a ser apresentado por V. Ex^a. Marcaram uma sessão do Senado agora para as 11 horas, sabendo que temos reunião desta Comissão. Se sabem, é com o sentido de tentar boicotar esta Comissão, para que chegue ao final sem absolutamente nada. Acho que não comporta, a essa altura, sairmos da finalidade para a qual esta Comissão foi convocada. Vamos ver o voto em separado e vamos votar o parecer do relator. Agora, se S. Ex^a o Relator vem dizer o que não foi atendido, vou apontar as 50 propostas que apresentei, das quais não se tomou conhecimento. Uma infinidade de propostas, de idéias para se fazer nesta Comissão, e não se fez nada. Agora, vamos ser claros. A essa altura, entrar com delongas no sentido de não querer fazer a reunião... Não é por aí. A essa altura, temos de ver o voto em separado e temos de ir para a votação do parecer do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O roteiro a ser seguido nesta Comissão será o seguinte...

O SR. EDMAR MOREIRA (PL – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Edmar, V. Ex^a com a palavra.

O SR. EDMAR MOREIRA (PL – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, vou tentar sintetizar se não a minha indignação, pelo menos o meu protesto. Não posso admitir e não admito, Sr. Presidente. Estou desde o início representando o meu Partido, o PL, nesta CPMI e até hoje estamos sem um norte, sem uma bússola. Aliás, não encontramos o nosso norte desde o início. Tive oportunidade de dizer várias vezes que a nossa CPMI foi partidarizada, foi politizada. Ontem, fizeram-me uma regra de três simples, essa que se aprende no primário. Jocosamente, de certo modo não me senti ofendido, porque a carapuça não me serviu, fizeram-me a seguinte regra de três, denominada regra de três, a seguinte interpelação: o Arcanjo está para o Armando Melão assim como o Maluf está para... É o x da questão. Outras tantas indagações poderiam ter sido montadas nesse sentido. Não quero entrar no mérito das apurações, Sr. Presidente, mas, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, pelo Relator. Esta CPMI, até fazendo uma autocrítica, excetuando a minha pessoa, é de homens honrados e de tradição política como o Senador Pedro Simon, Deputado Federal, o Dr. Promotor Dimas Ramalho...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

...Sérgio Miranda, Senador Romeu Tuma e outros tantos que eu poderia nominar... A Mesa, a direção dos trabalhos precisa, mais do que nunca, Sr. Presidente, chegar a um acordo. Peça um intervalo comercial e chegue a um acordo com o Sr. Relator porque um quer que a reunião continue, e o outro, o Sr. Relator, por justificativas apresentadas e, a seu critério, absolutamente procedentes, não quer que a reunião continue. Eu, como outros companheiros, Deputados e Senadores, vim a Brasília hoje exatamente para cumprir com esse objetivo e não estou fazendo absolutamente mais do que a minha obrigação, mas me sinto frustrado. E vai ficar essa mácula no currículo de cada um de nós. Uns mais,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

... uns até dolosamente, outros culposamente e outros por serem absolutamente meros figurantes. Estamos dando um mau exemplo, Sr. Presidente, político e de responsabilidade. Então eu gostaria de, se possível, fazer um pedido neste final de ano: vamos pelo menos fazer um trabalho profissional, se é que não temos e não há condições hábeis, não há tempo hábil de se levar isso a bom termo, de se apurar, vamos, pelo menos, em primeiro lugar, dar uma satisfa-

ção a nós mesmos, e, em segundo lugar, à população brasileira como um todo, porque realmente está muito mal para o Congresso Nacional o desandar desta Comissão, os rumos que esta Comissão já tomou, não tendo chegado a lugar algum.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RELATOR (José Mentor) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a pela ordem, peço aos Srs. Parlamentares que tenham voto em separado que os apresentem. Solicito à Secretaria que distribua o nosso voto em separado. Está autorizada a distribuição do nosso voto em separado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, V. Ex^a está sendo arbitrário novamente. Está-se realizando sessão do Senado e eu tenho uma questão de ordem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, está-se realizando sessão do Senado, devendo ser suspensa esta reunião. Além disso, a pauta da nossa reunião é a apreciação e votação do relatório final. Para eu relatar, tenho que resolver esses ofícios. Quero que V. Ex^a despache os ofícios dizendo o que vou fazer com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quero informar que ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A reunião tem de ser suspensa imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não começou a Ordem do Dia no Senado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A campainha já está tocando há cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A campainha está tocando para chamar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas V. Ex^a mandou fechar a porta para não ouvir a campainha. Mas ela está tocando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a, como Deputado Federal, conhece menos o funcionamento do Senado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É verdade. Mas V. Ex^a, que o conhece melhor, deveria suspender a reunião por causa da sessão do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Só vou suspender a sessão na hora que tiver sido iniciada a Ordem do Dia do Senado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse é o intuito, é só distribuir o... Vamos conversar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Já está feita a distribuição. Ao invés de encerrar a reunião, vamos suspendê-la e remarcá-la para um horário em que possamos dar sequência a esta reunião.

Concedo a palavra, pela ordem, o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES – Sr. Presidente, quero aqui fazer coro com alguns colegas Parlamentares que já falaram. Já foi apresentado o relatório na última semana. Parece que o Sr. Relator, mais uma vez, quer obstruir os trabalhos – e quero aqui manifestar o meu desacordo, a minha completa incompreensão e indignação com a obstrução que V. Ex^a vem fazendo à própria Comissão que V. Ex^a relata. V. Ex^a apresenta o relatório na última semana, relatório já adiado em diversas oportunidade. O relatório chega aqui num carrinho, com páginas e páginas, setecentas páginas de relatório, e V. Ex^a admite, nesse relatório, que não conseguiu apreciar alguns dos documentos constantes. Destaco aqui o caso do Sr. Paulo Salim Maluf, que V. Ex^a não teve tempo de apreciar. Hoje, depois de sugestões já feitas por diversos Srs. Parlamentares aqui, quero dizer a V. Ex^a que as minhas sugestões foram apresentadas no último domingo. Demos entrada, buscando ler o calhamaço importante de documentos que V. Ex^a apresentou a esta Comissão, apresentamos sugestões para que esse relatório pudesse ser modificado. É convocada uma reunião para hoje, que V. Ex^a tinha conhecimento desde a semana passada. V. Ex^a sabia que estaríamos hoje apreciando relatório, discutindo, apresentando votos em separado. Estamos no final dos trabalhos do Congresso Nacional desta sessão e V. Ex^a vem, uma vez mais, e não é a primeira vez, obstruir, da própria Mesa, os trabalhos. Nunca vi isso. E já disse isso aqui uma vez, quando V. Ex^a obstruiu a convocação do Sr. Paulo Salim Maluf a esta Comissão, a requerimento de uma Senadora do Partido dos Trabalhadores. V. Ex^a vem aqui uma vez mais e obstrui os trabalhos da Comissão. Parece-me, Sr. Presidente, que isso é inaceitável. Ou o Relator admite aqui que não quer que se vote seu próprio relatório, que, desculpe-me, chamo de panfleto político, porque inclui aqueles que tinham ligações políticas com o Governo anterior, qualquer tipo de ligação, e exclui os “blindados” deste Governo e os que fizeram acordos com o PT nas últimas campanhas municipais, como é o caso do Sr. Paulo Salim Maluf. Que isso fique claro aqui.

V. Ex^a me desafiou na última reunião, quando fiz essas afirmações. V. Ex^a me disse que queria que eu provasse que o Sr. Paulo Salim Maluf, que há elementos que possam levá-lo ao indiciamento.

Este Deputado, Senador Pedro Simon, passou os últimos cinco dias, desde esse episódio, levantando todas essas questões, que, aliás, constam dos arquivos da Comissão Parlamentar de Inquérito, para mostrar que há uma série de provas que podem levar

ao indiciamento nesta CPI, incluindo o nome do Sr. Paulo Salim Maluf.

Parece-me – trazemos aqui, para resposta, essa pergunta que não quer calar: onde está Maluf nesse relatório? – que uma vez mais o Sr. Deputado José Mentor, relator desta Comissão veio obstruir os trabalhos para que não possamos prosseguir. Sr. Presidente, isso é um desrespeito a esta Comissão.

As suspeitas hoje levantadas, Deputado José Mentor, no painel da **Folha de S. Paulo** são vergonhosas. Não podemos estar expostos a esse tipo de indagações da imprensa, a essas notinhas especulativas que dizem: incluiu não sei quem, ou deixou de incluir não sei quem, por esse ou por aquele motivo.

Portanto, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, firmar a minha posição. Na última reunião, o Sr. Deputado fez uma série de desafios a diversos membros desta Comissão como se estivéssemos fazendo, como esse relatório fez – esse panfleto político –, política partidária aqui. Não estamos. Queremos, sim, que todos esses fatos e dados levantados e apurados por esta Comissão, que não são poucos, possam chegar a um fim, que se tenha um relatório e que as pessoas que têm de ser indiciadas sejam indiciadas e aquelas que não tenham fiquem com o seu nome limpo, porque é isso que se tentou fazer com esse panfleto político.

Quero dizer da minha indignação para que o Sr. Relator pare de obstruir os trabalhos da CPI, da qual é relator, e possamos indiciar os verdadeiros culpados, como o grande aliado da Sr^a Marta Suplicy, em São Paulo, o Sr. Paulo Salim Maluf.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Gostaria de informar que o Senador Ney Suassuna acabou de informar-me que começou a Ordem do Dia no Senado. Tendo começado a Ordem do Dia, qualquer atitude desta CPML, a partir das 11h37min, seria ilegal. Portanto, está suspensa a reunião. Vou convocá-la novamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Esse horário tem que ser questionado.

(A reunião é suspensa às 11h37min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro reaberta a 81^a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada mediante o Requerimento nº 5, de 2003, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

A presente reunião é continuação da reunião suspensa do último dia 21 e destina-se à apreciação e votação do relatório final e dos votos em separado já apresentados a esta Comissão.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – A Senadora Ideli Salvatti está ao meu lado direito. Eu estava coincidentemente no Congresso Nacional e a Senadora fez o Ofício nº 381, de 22 de dezembro do corrente, recebido às 18 horas e 38 minutos, pela Secretaria-Geral da Mesa. Tenho a resposta do Senador Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente desta Casa, no exercício da Presidência naquele momento.

1 – O prazo final da CPMI do Banestado é 27 de fevereiro de 2005, tendo em vista a suspensão dos prazos, em face do período de recesso (art. 57 da Constituição Federal c/c § 3º do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal).

Os itens 2 e 3 dizem: “O requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, referente à CPMI do Banestado, não constou do ato convocatório do Congresso Nacional para o período de 16 a 23 de dezembro de 2004, nem seus aditamentos (art. 57, § 7º, da Constituição Federal)”.

O Regimento Comum das duas Casas não trata do funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito. O Regimento Interno do Senado Federal tampouco trata do funcionamento dos Regimentos das duas Casas. O Regimento da Câmara dos Deputados permite o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito no período de recesso.

Há uma resposta do Presidente em exercício, 2º Vice-Presidente do Senado, Senador Eduardo Siqueira Campos, comunicando à Senadora que não haveria a Comissão, pois estava suspensa. Segundo informações que recebi, teria sido cancelada a reunião do dia 23, por força do ofício da Senadora Ideli Salvatti. Estando o referido ofício conflitante com o Regimento da Câmara dos Deputados, questiono a V. Ex^a que procedimento vai adotar nesta Comissão. Fica, então, estabelecido o entendimento da Secretaria-Geral da Mesa do Senado da República ou vai-se considerar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SERGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – Sr. Presidente, uma questão de esclarecimento sobre o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Ex^a e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. SERGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – Sr. Presidente, um dos argumentos usados pelo Senador Eduardo Siqueira Campos para sua decisão é o art. 76, inciso II, § 3º, do Regimento Interno, que reza: “O prazo das Comissões temporárias é contado a partir da publicidade dos atos que a criarem, suspendo-se nos períodos de recesso do Congresso Nacional”. O Congresso Nacional não está em recesso. Vamos votar hoje ou amanhã créditos suplementares em sessão do Congresso! Vamos votar ainda o Orçamento nesta semana! A Comissão Mista de Orçamento está em pleno funcionamento. Assim, não podemos argumentar que o Congresso está em recesso. Como está em recesso se está funcionando pelo menos para comparar esses tópicos?

Penso que poderíamos ter uma sessão sem deliberar nada, sem nenhuma votação. Poderíamos ouvir os argumentos do Relator, que, na última sessão, tinha um conjunto de esclarecimentos a prestar. V. Ex^a apresentou um voto em separado, também bastante consistente, e os Deputados têm opiniões a dar.

Poderíamos aproveitar esse período para fazer uma discussão, para o Relator prestar esclarecimentos, assim como V. Ex^a, que também apresenta um voto em separado. Eu quero esclarecimento de V. Ex^a. Uma vez que o Congresso não está em recesso, poderíamos, sem deliberar, aproveitar este momento para esclarecimentos sobre o relatório apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, para uma questão de ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, tivemos todo o cuidado de fazer a consulta ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, não só quanto aos aspectos regimentais, mas, fundamentalmente, quanto aos aspectos constitucionais, porque esta CPMI está se aproximando do seu prazo final. Portanto, a CPMI, se depender dos aqui presentes, concluirá os seus trabalhos. Acho que todos estamos compromissados com a conclusão dos trabalhos desta CPMI, e conclusão significa votar relatório, pareceres, ou seja, chegar a um texto final conclusivo para ser encaminhado ao Ministério Público.

Por isso que fizemos a consulta, para ter a clareza do que estávamos fazendo, e aí não cabe questão regimental, porque a Constituição é explícita. Nada do que está no Regimento pode afrontar o texto constitucional, e o texto constitucional, conforme está na resposta dada pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, em substituição ao Presidente José Sarney, diz, em seu

art. 57, § 7º, que na sessão legislativa extraordinária – nosso caso, pois estamos em período extraordinário –, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal.

Portanto, esta CPMI, que está no prazo final para deliberações, só vai deliberar no período ordinário, porque ela não constou do período extraordinário. E para que não paire nenhuma dúvida, caso algum Parlamentar queira ter além do documento assinado pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, em nome da Presidência do Congresso Nacional, do Senador José Sarney, tenho a Ordem do Dia dos dias 14 e 15 de dezembro, das quais consta a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A CPMI não consta da Ordem do Dia a partir do dia 16 de dezembro, da convocação extraordinária.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Posso concluir?

A documentação encaminhada pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, quando fizemos o questionamento do prazo final... O prazo final da CPMI está diretamente ligado a ter ou não deliberação.

Quando, no ofício, ele explicita que o prazo final da CPMI do Banestado é 27 de fevereiro de 2005, que é o que está na Ordem do Dia dos dias 14 e 15. Se pegarmos a Ordem do Dia do dia 14 e do dia 15, que são os dois últimos dias em que a CPMI consta da Ordem do Dia, está lá explicitado o dia 27 de fevereiro como prazo final. Então, o prazo desta CPMI deixou de contar a partir do dia 15. Estão suspensos todos os prazos e não podemos deliberar por força da Constituição. Não é pelo Regimento, não é por controvérsia entre o que está no Regimento Comum, do Senado ou da Câmara. É a Constituição que estabelece que não podemos deliberar se a matéria não constar da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – V. Exª me permite uma complementação?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vou apenas esperar as outras questões de ordem, porque acredito que versem sobre o mesmo tema, e, posteriormente, vou definir.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Um complemento a respeito disso. A comissão tem término, Senadora, no dia 27 de fevereiro, se não trabalhar no período de recesso. Se trabalhar, conta-se o prazo durante esse período, e vai diminuindo a data em que será encerrada. Se trabalharmos 10 dias, o término passa

a ser dia 17, e não 27. Se trabalharmos 30 dias... Daí por diante. Vai diminuindo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra o Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exatamente por isso, Deputado Robson Tuma, é que estamos discutindo, como preliminar, se esta reunião existe ou não. Não podemos deliberar, partindo de dois argumentos que não são exatos em relação ao texto. Porque o Regimento do Senado não é omissivo. O Deputado Sérgio Miranda acabou de apresentar qual é o artigo, o art. 76, segundo o qual as comissões temporárias se extinguem. E a CPI é uma comissão temporária. Como ela se extingue? Diz o § 3º: “O prazo das comissões temporárias é contado a partir da publicação dos atos que a criarem, suspendendo-se nos períodos de recesso do Congresso Nacional”. Então, está aqui. O texto de forma alguma é omissivo. Pelo contrário, é expresso.

A segunda questão em que não podemos falhar... Vou chegar ao argumento de V. Exª. O segundo argumento que não podemos deixar escapar a Senadora Ideli Salvatti já apresentou. O Congresso, o Senado e a Câmara funcionam ordinariamente e extraordinariamente. Estamos funcionando extraordinariamente. E só pode funcionar extraordinariamente, por disposição constitucional, com a pauta para a qual foi convocado. A CPI não consta da pauta. Portanto, não pode funcionar.

Observe-se que esses dois argumentos são de ordem constitucional e regimental. Mas há um outro, político, que me parece o mais importante: havendo esta reunião para debater, Deputado Sérgio Miranda, ou para conversar ou fazer qualquer coisa, não há outra, porque a CPI acaba hoje. Então, são duas questões. A primeira, regimental e constitucional, de ordem legal: não é possível haver esta reunião. E prevalece sobre tudo. Portanto, é preliminar. A reunião não existe. Havendo a reunião, termina hoje a CPI. Então, repito a V. Exª que podemos conversar, bater papo, trocar idéias, e acabou a CPI.

Entretanto, para nós, não. O entendimento regimental e constitucional é que a comissão retome os trabalhos no dia 15 de fevereiro. Temos mais 12 dias para conversar, trocar idéias e deliberar sobre ela. Porque também é claro na Constituição que somente quando a CPI conclui os trabalhos, ou seja, delibera sobre eles, o Ministério Público pode tomar pé, informação, conhecimento, e usar os documentos e as provas como material acusatório.

Então, estamos em um dilema regimental, que é muito claro, e político também. É muito claro. Quem quiser que a CPI conclua seus trabalhos, vote e delibere para que o Ministério Público possa utilizar esta

matéria como probante de acusação, reconheça e defina a posição de que não há reunião hoje. O Congresso não está funcionando ordinariamente. Está funcionando extraordinariamente. E da pauta extraordinária não consta a CPI. Portanto, não há CPI para se realizar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, decidirei a questão de ordem. E para decidi-la farei um histórico do que ocorreu nesta comissão. No final de novembro, houve um entendimento com as Presidências da Câmara e do Senado para que adotássemos um procedimento em comum. Eu sempre disse à imprensa e reitero hoje: nunca houve um entendimento com as Presidências da Câmara e do Senado sobre o mérito da questão da CPMI, sobre o que iria constar no relatório. E nesse dia 23 de novembro, quando foi feito esse entendimento, houve um acordo tornado público, de conhecimento desta Comissão, observado por esta Comissão, de que a CPMI terminaria até o dia 15 de dezembro. Depois o relator ficou de apresentar o seu relatório no dia 7 de dezembro, foi o prazo dado para que S. Ex^a apresentasse o seu relatório.

Estava ainda para tomar o avião, cedo, em Cuabá, quando fui alertado pelo meu chefe de gabinete que, recebendo a visita do Deputado Mentor, solicitava, dizendo que já havia falado com os Presidentes da Câmara e do Senado, que o relatório fosse apresentado daí a dois dias. Concordamos e transferimos a apresentação do relatório para o dia 9. No dia 9 também aqui estivemos e da mesma forma houve a impossibilidade da apresentação do relatório – não estou entrando no mérito dessas impossibilidades, já de conhecimento público. O que culminou com a apresentação do relatório apenas no dia 14 de dezembro.

O relatório a ser apresentado no dia 14 de dezembro, lembro que antes de anunciar a abertura da reunião tivemos o cuidado de falar por telefone com a assessoria do Presidente Sarney e com o próprio Presidente Sarney, e alertados pelo relator, Deputado José Mentor, que dizia aqui – e isso consta, na sua integridade, das notas taquigráficas – que dizia exatamente o seguinte: olha, é preciso ter o compromisso de votar isso até o dia 23, que é a data de funcionamento do Congresso Nacional.

O assessor do Deputado José Mentor foi quem alertou a Mesa de que não precisava constar do ato convocatório porque alternativamente o Regimento da Câmara dos Deputados permite o funcionamento das CPMI's no recesso. Somente após chegar a esse entendimento com a Comissão, com o acordo de toda a Comissão, é que foram estabelecidos os prazos.

Então foram estabelecidos prazos para a leitura do relatório no dia 14. Houve até uma contestação

depois removida consensualmente no plenário para que tivéssemos cinco dias de prazo, dias corridos, não úteis. Existiram parlamentares que levantaram a questão dos dias úteis e acordou-se, para atender o prazo do dia 23, que seria pela questão dos dias não úteis, foi dado prazo, as pessoas apresentaram as sugestões ao relatório do Deputado José Mentor após o prazo do dia 15. E na reunião do dia 21, convocamos a reunião para votar o relatório, votar as sugestões e pessoalmente tive a oportunidade de apresentar um voto alternativo na reunião do dia 21. E aí, regimentalmente, absolutamente legal, foi solicitada a verificação, não havia possibilidade de deliberação, em não havendo possibilidade de deliberação suspendemos a reunião reaberta agora. Portanto esta reunião é a continuidade da do dia 21.

Tanto a Constituição quanto o Regimento dizem: a publicidade. Graças a Deus tenho nos meus arquivos algo que a Senadora Ideli não tem que é exatamente a Ordem do Dia do dia 22 de dezembro de 2004, quarta-feira. Até o dia 22 de dezembro de 2004, está aqui na página 55, a única comissão parlamentar mista de inquérito que frequenta a Ordem do Dia do Senado, no dia 22 de dezembro de 2004, quarta-feira; portanto isso é publicidade. É a CPMI do Banestado. Como isso é filho único, estou manuseando-o com cuidado para não desmontá-lo, pois vou guardá-lo, embora esteja tudo datado.

Na página 56 diz o seguinte:

“Continuação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional.” (...) “Prazo final: 19 de fevereiro de 2005.”

Isso no dia 22, porque se imaginava que votaríamos o relatório até o dia 21. Não votado no dia 21, no dia 22, houve essa publicação no Senado. O que existiu posteriormente a isso – não sei por quê, não sou eu que estou descumprindo nenhum entendimento –, talvez tenha havido algum arrependimento na sequência para que o estivesse escrito aqui não valesse. Além disso, existe aquela orientação dada por telefone, confirmada pela assessoria do Relator, confirmada nas notas taquigráficas pelo Relator e só em função disso é que se abriu a sessão do dia 14, aquilo para mim foi um compromisso público da CPMI para que tivéssemos condições de votar naquela data, no dia 21. e estamos estendendo o prazo hoje, como último prazo da sessão.

Em sendo assim...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pessoalmente, considero...

Vou deliberar sobre as várias questões de ordem levantadas. Penso, decido que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu queria oferecer a contradição a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu decido que...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a não pode decidir antes de nos escutar. Há dois pedidos de questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE () – V. Ex^a não vai me dizer o que posso ou o que não posso fazer, porque estou amparado pelo Regimento Interno.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – No mínimo, V. Ex^a precisa ter a gentileza de nos ouvir enquanto houver questões de ordem a serem levantadas. No mínimo, para falar apenas em gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É sobre o mesmo assunto?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É sobre o mesmo assunto. É óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então vou ouvir V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a traz um documento publicizando que constou da Ordem do Dia do dia 22. Não vou contestar documentos. Tenho documentos em mão, inclusive o original assinado pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, em resposta a um ofício, que estabelece que o prazo final da CPMI é 27 de fevereiro, que estabelece que não poderemos realizar nenhuma convocação de reunião, que estabelece também que não está contando o prazo nesse período por a matéria não ter sido incluída no ato convocatório, nem até o dia 23, nem nos aditamentos.

V. Ex^a apresentou outro documento. Nesse documento, V. Ex^a apresenta como prazo da CPMI o dia 19 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Isso, documento do Senado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – De qualquer forma, seja o documento que tenho, assinado em nome da Presidência do Congresso, seja o documento que V. Ex^a está apresentando, o prazo final desta CPMI não é o dia de hoje. Seja um, seja outro, não é o dia de hoje. Portanto, tenho o entendimento de que precede o que está no texto constitucional, que é muito claro “não deliberará se não constar do ato convocatório.” Não deliberará. Não temos condições constitucionais de deliberar nada, porque essa matéria não consta do ato convocatório. Pelo próprio documento que V. Ex^a apresentou, isso está posto para o dia 19 de fevereiro. Portanto, de 15 a 19, cinco dias, mais do que suficiente, em fevereiro, para debatermos, com

quorum, e deliberar. Portanto, o objetivo do acordo que fizemos, um acordo explícito para que esta CPMI conclua os trabalhos votando, é plenamente exequível, mesmo que V. Ex^a tenha razão em relação ao documento que V. Ex^a apresentou no dia de hoje.

Portanto, quero deixar bem claro que esta reunião não pode acontecer e não pode deliberar. Ela não tem amparo nem constitucional nem regimental para estar ocorrendo no dia de hoje.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Contraditar a Senadora Ideli Salvatti?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não. V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, vou responder a questão da Senadora Ideli Salvatti e, depois, passo a palavra a V. Ex^a.

Para a questão apresentada pela Senadora Ideli Salvatti, é preciso dar uma explicação. A Ordem do Dia foi publicada antes da nova prorrogação do Congresso Nacional. O Congresso Nacional havia sido convocado até o dia 23. Depois da nova prorrogação do Congresso Nacional, aí, sim, ela desapareceu da Ordem do Dia do Senado da República.

É preciso que se faça esse registro, mas é preciso também deixar o registro de que esta...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – Mas eu já lhe mostrei a do dia 16. Não conta. Posso mandar pedir a do dia 17, 18, 19, 20, 21.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu ouvi V. Ex^a e gostaria de concluir.

Na reunião do dia 14, esta comissão deliberou que nós nos basearíamos no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, vou usar da mesma técnica que V. Ex^a utilizou para comparar falas.

Primeiro os fatos. A reunião com o Senador José Sarney e o Deputado João Paulo Cunha, em nenhum momento, em nenhum segundo, marcou qualquer data para a CPMI terminar seus trabalhos. Em nenhuma vez, isso ocorreu. Do que ela tratou – e conseguiu isto – foi recolocar a CPMI nos trilhos para que ela concluísse seus trabalhos. Então, não há nenhuma data, nenhum acordo prévio entre o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados em relação a esta data.

Segundo, eu insisto e repito – não preciso ler as notas taquigráficas, pois eu lembro – que defendi terminar os trabalhos neste ano. Para terminar os trabalhos neste ano é necessário votar o relatório ou o voto em separado. Não se terminam os trabalhos achando um

jeito para não votar nem um nem outro. Estou dizendo – e repito – que eu gostaria de ter votado o relatório neste ano. V. Ex^a falou bem ao fazer a cronologia: íamos votar até o dia 15, íamos votar no dia 21, íamos votar no dia 23, mas não votamos.

Se alguém convoca uma reunião do dia 23 para o dia 27 para votar o relatório na reunião de hoje, previamente, qualquer um de nós que acompanhe um pouco o Senado Federal – não precisa ser nem Deputado nem Senador, pode ser a imprensa que está aqui, qualquer um de nós – sabe que hoje não se vota, porque não há quorum para deliberar. Se eu perco, vou pedir verificação de quorum; se V. Ex^a perde, alguém pedirá verificação de quorum. Então, a convocação para o dia 27 foi para não votar. Contra isso, realmente eu me insurjo, porque quero votar o relatório. Posso perder, não tem importância alguma; ou posso sair vitorioso, ótimo. Entretanto, o relatório ou o voto em separado tem de ser votado. V. Ex^a disse bem realmente: o meu compromisso é votar o relatório. Repeti, várias vezes, deste mesmo local e para a mesma imprensa o que agora pouco falei. Então, está superado esse ponto.

Entretanto, eu também gostaria de invocar um princípio que é básico no Direito Público, que é a publicidade. Eu queria pedir agora a V. Ex^a que determinasse à assessoria que me trouxesse, por favor, os três atos convocatórios da sessão extraordinária do Congresso Nacional. Quero ver se, em algum deles, consta a CPMI do Banestado, porque essa é a publicidade que permite a ela existir ou não, funcionando durante o recesso. Esse é o ato formal que permite ou não que a CPMI funcione. Se houve arrependimento ou não, se houve erro ou não, numa publicação burocrática do Senado Federal, eu não estou aqui para discutir. Eu também tive o cuidado de ver com a Senadora Ideli Salvatti que, nos dias 14, 15 e 16, não consta. É um argumento que abunda. É um argumento que se soma. Qual o argumento central? A Constituição Federal somente permite que o Congresso Nacional funcione extraordinariamente para deliberar os assuntos da sua pauta. Eu quero saber se do Ato que convocou a sessão extraordinária consta a CPI do Banestado. Foi isso o que foi publicado.

E vou mais longe. Vamos retroceder um pouco no tempo em relação à CPI para o recesso de julho de 2003. Como foi que a CPI funcionou em julho de 2003? V. Ex^{as} se lembram? V. Ex^a, Sr Presidente, lembra-se de como funcionou em julho de 2003? Funcionou com o pedido da CPI para o Presidente do Senado e da Câmara – na realidade para o Presidente da República, por meio do Presidente José Sarney e do Presidente João Paulo –, para que o Presidente da República incluísse a CPI no Ato de Convocação Ex-

traordinária do Congresso Nacional. E assim foi feito. A CPI funcionou em julho de 2003 porque o Presidente da República, que é um dos que podem convocar, incluiu na pauta a CPI.

Estou perguntando novamente. A Assessoria de V. Ex^a, a Assessoria da Mesa, a Secretaria poderia me trazer a publicação dos três atos, o inicial e os aditamentos, para ver se consta da CPI. Mas há outro Ato, há outra tentativa de aditamento onde constava a CPI. Este não foi assinado, este não foi publicado. Portanto, não vou entrar em delongas sobre aspectos burocráticos do funcionamento do Senado. Se houve um erro na pauta do Senado no dia 16, 22 ou 21, eu quero saber se do Ato de Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, assinado pelos Presidentes José Sarney e João Paulo, constam a CPI, o inicial e os aditamentos. Não. Não constando, não há hipótese de o Congresso deliberar sobre a CPI, porque não consta da pauta, e a Constituição Federal exige: só se vota no Congresso em convocação extraordinária se constar da pauta.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o verdadeiro ato de publicidade que devemos conhecer para poder saber que prazo tomar. V. Ex^a mesmo se refere a essa variação de dias, e como não existiu o ato desde o dia 15, a Mesa do Senado e do Congresso está com a razão: não havendo o que apreciar na CPI após o dia 15, o vencimento do prazo é 27 de fevereiro.

Por isso o ofício que V. Ex^a recebeu, Senadora Ideli Salvatti, está baseado na Constituição, no Regimento do Senado, que não é omissivo, e na política, que eu apóio, que é votar em fevereiro o relatório – ou o voto em separado, não tem importância –, mas votar alguma coisa que dê substância à prova que foi colhida.

O SR ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr Presidente, pela ordem.

O SR PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Tem a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr Presidente, realmente estamos aqui em uma guerra regimental e num dilema: como interpretar a Constituição da República? Na verdade, estamos num dilema matemático e de uma questão política: deve-se ou não ter um relatório, seja esse qual for, que finalize a Comissão Parlamentar do Banestado?

No início, V. Ex^a falou que há quatro relatórios: o relatório do Relator e três votos em separado. O de V. Ex^a e mais dois, parece-me.

O SR PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Deputado Edmar protocolou um voto em separado.

O SR ROBSON TUMA (PFL – SP) – Então, temos só mais um. Particularmente, só recebi o relatório e o

voto em separado de V. Ex^a. Eu ainda não li o voto em separado do Deputado Edmar.

Agora, na verdade, é uma questão matemática. V. Ex^a leu no Diário do Congresso do dia 21, e lá constava que o encerramento da Comissão seria no dia 19, e isso demonstra a questão de ordem que formulei no início. É uma questão matemática: trabalha-se sete dias até o dia 21, se se tiram 07 de 27, ela tem de ser votada até o dia 19, por isso teria caído no dia 19. É muito fácil. Se nós interpretarmos a sessão do dia 23 e, por conseguinte, estaríamos em continuidade e no dia 27, estaríamos trabalhando 12 dias, e aí, sim, encerra-se a Comissão. Vinte e sete menos 12 são 15. O Congresso volta no dia 15, é eleição da Mesa e a sessão preparatória, e nada pode acontecer nesta Casa na sessão preparatória. E só poderíamos vir aqui no dia 16 e, obviamente, se trabalharmos dia 23 e hoje, estaríamos encerrando hoje, V. Ex^a tem razão, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Temos dois votos em separado e um relatório. Um voto em separado é de conhecimento de todos ou pelo menos todos tiveram a oportunidade de tê-lo e o relatório também. Eu, particularmente, fiquei triste porque nenhum dos dois corresponde à realidade de mais de 500 mil nomes, mas não estou discutindo o mérito, estou inscrito para discutir o mérito. Se há mais um voto em separado neste momento, acredito que nem todos aqui, acredito que todos não tenham condições de votar nenhum dos votos. Nem no voto do relator, nem em nenhum dos votos separados. Portanto, qualquer um parlamentar estaria em plenas condições de pedir vistas, o que demoraria umas cinco sessões. Além do mais, qualquer parlamentar, pelo Regimento Comum, pode com tranqüilidade pedir verificação de **quorum** a qualquer momento da comissão e ver que não há número suficiente para deliberarmos. Então, acredito que V. Ex^a, sim, poderia trabalhar a comissão durante o recesso. V. Ex^a usa claramente, subsidia-se do Regimento da Câmara dos Deputados quando o Regimento do Senado e o Regimento Comum são omissos – os que são. V. Ex^a usa e com tranqüilidade poderia realizar a reunião de hoje e considerar a dia 23 e por conseguinte a do dia 27. Mas faço um apelo a V. Ex^a. A única maneira possível de esta Comissão Parlamentar de Inquérito ter um relatório final seria se nós, ou melhor, V. Ex^a, como Presidente, porque quem decide é V. Ex^a, posso concordar ou não, posso recorrer ou não da decisão de V. Ex^a, mas quem decide é V. Ex^a, não é nenhum dos membros e nem o relator. Por isso faço um apelo a V. Ex^a. Se V. Ex^a aceitar o ofício do Presidente em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos, poderíamos marcar para o dia 16, pela manhã, uma reunião da Comissão, quando teríamos

alguns dias ainda para discutir e votar o relatório que for, ou o voto em separado, ou um novo relatório que for. E V. Ex^a inclusive pode impor um prazo de não aceitar mais votos em separado, a não ser entregues no dia da votação pela forma regimental do voto em separado que o indivíduo tem direito de declarar e apresentar por escrito. Caso contrário, não teremos relatório da comissão do Banestado.

Lembro bem, estava no plenário do Senado Federal, na outra semana, V. Ex^a pediu uma questão de ordem ao Presidente do Senado, que era o Presidente José Sarney, V. Ex^a, por algumas vezes, não por uma repetiu que estava convocando a reunião para o dia 27, e naquele momento já existia uma interpretação dúbia, se deveria ou não, se poderia ou não haver a reunião do dia 27. Naquele momento, lembro-me de que o Presidente ou pelo menos, se não me falhe a memória, não vi uma resposta nem negativa e nem positiva do Presidente do Senado, José Sarney. Considerou o que V. Ex^a usava ali como uma questão de ordem como um comunicado, acredito eu, de que estava marcando a comissão e que V. Ex^a anunciava que seria hoje às 14 horas e que, depois, foi por escrito encaminhado às 15 horas. Portanto, entendo que V. Ex^a tem, como Presidente, o direito de tomar essa decisão. Porém, faço um apelo a V. Ex^a. Lutei por anos para que esta Casa tivesse uma comissão para investigar evasão de divisas neste país. Depois de anos, veio a CPI do Banestado, e eu ficaria muito triste, depois de 15 anos nesta Casa, ver uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com tantos dados, com tantas informações, terminar sem relatório. Na verdade, é um apelo que faço a V. Ex^a. A única maneira que temos para ter um relatório desta comissão é considerarmos o ofício do Presidente do Senado, então 2º Vice-Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, e V. Ex^a marcar uma reunião para o dia 16 pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^s e Srs. Senadores, a pior coisa que pode acontecer a esta comissão e ao Congresso é não termos relatório. Por isso, faço meu também o apelo que o Deputado Robson Tuma acaba de fazer. O importante não é a data, mas que tenhamos o relatório com todas as deliberações que este Plenário tomar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) –) – Gostaria de saber se há mais algum Parlamentar que queira usar da palavra para questão de ordem sobre esse assunto. (Pausa.)

Vou decidir a questão de ordem.

Vou ficar com o calendário votado aqui. O calendário que estou defendendo foi votado por esta CPMI.

Segundo, que a convocação do dia 27 ter sido para não votar, isso não é verdade. Creio que se todos os Parlamentares entendessem a importância da votação, haveria um **quorum** elevadíssimo aqui e procederíamos à votação.

Não vejo por que essa crítica tenha de ser estendida à Presidência da CPMI, até porque o Brasil inteiro sabe qual é a minha decisão e ela é baseada em outra decisão da CPMI. Não adiantam essas filigranas jurídicas, como se não houvesse conclusão desta CPMI. Há, sim, e quero lembrar a V. Ex^{as} que tenho em mãos o Requerimento nº 253, de minha autoria e com o apoio do relator, Deputado José Mentor, que assina junto comigo o requerimento.

Esse requerimento, datado de agosto de 2003, foi feito quando percebemos, meses depois de instalar a CPMI, que nos anos de 1996 e 1997 havia existido a prescrição e a decadência, ou seja, o erário havia perdido. Aprovamos um requerimento no plenário desta Comissão para transferir os dados sigilosos obtidos no curso das investigações à Secretaria da Receita Federal, à Polícia Federal e aos membros do Ministério Público que os reivindicassem, ou até mesmo aos que não os reivindicassem. Então não há como. Podemos não ter uma conclusão única, una, indivisível para ser oferecida ao Ministério Público, mas decidimos encaminhar todas as decisões ao Ministério Público. A notícia-crime, o Ministério Público dela toma conhecimento. Não seria necessário sequer ser uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Qualquer cidadão brasileiro pode ir ao Ministério Público apresentar documentos, e o Ministério Público deles tomará conhecimento. A Presidência está adotando um critério amplo de encaminhar todos os documentos ao Ministério Público.

Não vejo, sinceramente, qualquer prejuízo e decido a questão.

Fico com a decisão do Plenário desta Comissão, que foi no sentido de funcionar de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Em sendo assim, esta é a última reunião da CPMI. Poderei rever minha decisão, se houver uma sentença judicial nesse sentido, mas é essa a decisão da Presidência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

V. Ex^a respondeu à questão de ordem dizendo que esta será a última reunião da CPMI?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mesmo sem **quorum**?

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Ela pode se encerrar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu estou perguntando a V. Ex^a, Sr. Presidente, mesmo sem **quorum**?

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Se não tiver **quorum**, ela acaba sem votação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A minha questão é para o Presidente da Mesa e não para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Há número para abrir, mas não há número para deliberar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o número para abrir, Sr. Presidente?

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Não há número para abrir porque é uma continuação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É um terço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – São doze membros?

Há doze membros neste momento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Doze membros assinaram a lista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Temos 12 membros presentes, agora, neste momento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Temos assinados na lista.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Presentes, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Requeiro a V. Ex^a uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a requer a verificação de quórum. É evidente que não há **quorum** para deliberação alguma. Assim, declaro encerrada a CPMI do Banestado.

(Levanta-se a reunião às 15h54min.)



EDIÇÃO DE HOJE: 672 PÁGINAS